BOLETIM

DA

SEGUNDA CLASSE

4

ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

BOLETIM
DA
SEGUNDA CLASSE

ACTAS E PARECERES
ESTUDOS, DOCUMENTOS E NOTICIAS

VOLUME IX

1914-1915

ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA
113 — Rua do Arco a Jesus
LISBOA

I

ACTAS E PARECERES

Sessão de 3 de novembro de 1914

Presidente: o Sr. Henrique Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Coelho de Carvalho, Júlio de Vilhena, Leite de Vasconcelos, Teixeira de Queirós e Cristóvam Aires, secretário da classe; os sócios correspondentes srs. Almeida d'Eça, Anselmo Braamcamp, David Lopes, Esteves Pereira, José Joaquim Nunes, Pedro de Azevedo e Víctor Ribeiro; sócio correspondente estrangeiro sr. Edgar Prestage; e sócio correspondente da 1.ª classe sr. Carlos Roma du Bocage.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O sr. *Presidente* antes de dar começo aos trabalhos, pede licença para lembrar à classe os dolorosos golpes que ela sofreu durante as férias académicas, nas pessoas dos sócios efectivos Gonçalves Viana e Ramos Coelho e do sócio correspondente Brito Aranha. Presta rapidamente homenagem a essas honradas e ilustres memórias e propõe um voto de sentimento para ser consignado na acta e transmitido às respectivas famílias.

O *Secretário* disse que se associava de todo o coração às homenagens que a Classe prestava aos seus mortos ilustres, que representavam uma perda sensível para as

letras portuguesas. — Ramos Coelho era um paliógrafo muito distinto, que trabalhara em comissões académicas com muito relêvo, e um escritor cujo trabalho sôbre o Infante D. Duarte seria bastante para firmar um nome de alto prestígio nas sciências históricas do país; — Gonçalves Viana, glotólogo, altamente apreciado no estrangeiro e no país, deixa trabalhos de um incontestável valor, e a sua perda representa para as sciências que êle versava uma falta sensível; e, finalmente, Brito Aranha, o continuador de Inocencio, que nos volumes, da sua lavra, do *Dicionário Bibliográfico Português*, deixa memória perdurável do seu alto valor, não falando de outros trabalhos com que enriqueceu a literatura portuguesa.

Não quer deixar de prestar também a homenagem da sua saudade à memória de Alberto Girard que, pertencendo a outra classe académica, prestou serviços a esta Academia, quando ela possuia a sua tipografia, dirigindo-a superiormente e organizando o catálogo das suas publicações, que ficou incompleto, e que a Academia ha de finalizar, concluindo e pondo em dia êsse trabalho, que pena seria ficar interrompido. Promete envidar os possíveis esforços nêsse sentido, para o que se valerá dos trabalhos já realizados pelo sr. Álvaro Neves, 1.º oficial da Biblioteca da Academia.

O sr. *Almeida d'Eça*, acompahando os votos de sentimento propostos, refere-se especialmente aos serviços prestados aos estudiosos pela vasta erudição bibliográfica de Brito Aranha e aos conhecimentos técnicos de Alberto Girard.

O sr. dr. *Leite de Vasconcelos* associa-se ao voto de sentimento pela morte dos beneméritos sócios da Academia, especializando Gonçalves Viana, sôbre o qual promete apresentar uma notícia bibliográfica numa das próximas sessões, não o fazendo já em conseqüência do seu estado de saude o não permitir.

O sr. *Teixeira de Queirós* ofereceu à Academia, em nome dos seus autores, várias obras dos ilustres Jurisconsultos brasileiros srs. A. Veloso Rebelo e Deodato Vilela dos Santos.

O sr. *Pedro de Azevedo* ofereceu o seu novo trabalho *Apontamentos de viagem de Herculano em 1853 e 1854,* alêm de um folheto de que é autor o sr. Gomes Pereira, intitulado *Toponimia dos concelhos de Terras do Bouro, Povoa de Varzim e Vila do Conde.*

O sr. *Carlos Roma du Bocage* ofereceu o seu trabalho ultimamente publicado com o título de *Crónicas Internacionais.*

O sr. *Edgar Prestage* ofereceu, da parte do autor, três publicações recentes do sr. Aubrey Bell. A primeira é um volume de estudos sobre poetas e prosadores portugueses (El Rey D. Diniz, El Rey D. Duarte, Gil Vicente, Sá de Miranda, Camões, etc.), notável pela independência dos juizos críticos; a segunda é uma versão das poesias líricas de Gil Vicente com o texto ao lado; a terceira uma série de traduções de poesias portuguesas de todos os tempos.

O sr. *Presidente* agradeceu as ofertas, com palavras de louvor ao trabalho do sr. Carlos Bocage, que conhecia.

O sr. *Esteves Pereira* leu uma *nota* acêrca de Francisca de Rimini, do episódio do *Inferno* de Dante, em que se conta a historia da desventurada «dona», e das versões portuguesas do mesmo episódio.

A classe resolveu que ficassem provisóriamente ocupando as vagas existentes na secção de Sciências Históricas e na de Sciências Morais e Políticas os srs. Coelho Carvalho e Lopes de Mendonça, respectivamente.

Foi votado o parecer relativo à publicação do manuscrito da *Crónica de S. Francisco* empreendida pelo sr. José Joaquim Nunes, resolvendo-se que a Academia procedesse desde já a essa publicação.

Foi lido o parecer da secção de Sciências Económicas e

Administrativas, em que é proposto para preencher uma das vagas de sócio efectivo da classe o sr. Anselmo Braamcamp Freire. Êste sócio, que chegou quando se estava na leitura da última parte do parecer, agradeceu-o penhorado, e leu à classe um interessante estudo sobre o *Colégio Rial das artes de Coimbra.*

Foi lido também o parecer da secção de História e Arqueologia acêrca da publicação do manuscrito apresentado à Academia pelo sr. Gustavo de Matos Sequeira: *Depois do terremoto — Subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa.* Foi aprovado.

O sr. *Leite de Vasconcelos* propôz que fosse eleito o sr. Anselmo Braamcamp, por ter falecido o sr. Ramos Coelho, para dar parecer sôbre o estudo e cópias de documentos referentes a Portugal, existentes nas biblioteoas do Vaticano, de Espanha, França, Inglaterra e Bélgica, e que a Academia de certo entende devem ser estudados por pessoas competentes, nomeadas para êsse fim. Foi aprovado.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Parecer redigido pelo sr. J. Leite de Vasconcelos acêrca da publicação do manuscrito da «Crónica de S. Francisco» empreendida pelo sr. José Joaquim Nunes

Na Biblioteca Nacional de Lisboa há um códice pergamináceo do século XV que contém uma tradução portuguesa da vida de S. Francisco d'Assis e da de outros personagens relacionados com a ordem monástica que êle fundou, — tradução que o é de uma crónica latina do século XIV.

O texto é precioso, tanto pelo que toca ao conhecimento da vida medieval, como, e principalmente, pelo que toca à história da nossa lingua. Por isso o Sr. José Joaquim Nunes teve a paciência de o copiar, e oferecendo a sua cópia à 2.ª classe da Academia, pede que esta o mande publicar, se o julgar digno disso.

Encarregados de emitir o respectivo parecer, diremos que a

cópia está feita segundo as regras da crítica. O Sr. Nunes precedeu-a de uma introdução, em que descreve o códice, indica as fontes do texto e o seu valor, e apresenta várias considerações a respeito do tradutor português e do autor latino; de mais a mais promete juntar-lhe um estudo da linguagem, um glossário, e anotações.

Dada a competência especial do nosso consócio, que não só é professor de Latim e Literatura nacional no Liceu de Camões, mas se tem tornado conhecido por bons trabalhos de Filologia portuguesa, entendemos que a Academia póde autorizar a publicação solicitada, no que prestará às letras grande serviço. *Na Revista Lusitana*, XV, 177-235, e XVI, 1-140, havia o Sr. Nunes trazido a lume um extracto do mesmo códice com comentários lexicológico-gramaticais: esta amostra serve já de seguro penhor, se mais algum se quisesse, de que o ilustre filólogo se desempenhará da sua empresa com o cuidado esmêro que uma Academia deve exigir em tais assuntos.

Lisbôa, 28 de Maio de 1914.

Cristóvão Aires.
Júlio Dantas.
José Ramos Coelho.
Henrique Lopes de Mendonça.
Gama Barros.
J. Leite de Vasconcelos (relator).

Parecer redigido pelo sr. J. Fernandes Costa acêrca da candidatura do sr. Anselmo Braamcamp Freire a sócio efectivo apresentado pela secção de Sciências Económicas e Administrativas

Foi praxe consagrada na Academia Franceza, desde a sua fundação, a de receber no número dos seus membros, homens de mérito eminente, comprovado no exercício de altas funções do Estado; e ainda mesmo aqueles cuja simples nomeação para cargos de elevada responsabilidade nacional, era indicação suficiente de presumidos méritos e de fundamentada competência. Como que se lhes reconhecia uma espécie de direito nato a serem integrados no cenáculo académico, e nunca por êles sofreu desengano a bri-

lhante corporação. Os cargos, por exemplo, de preceptor e de sub-preceptor dos príncipes de sangue, eram, entre outros, dois que não admitiam excepção na pontualidade com que a Academia chamava a si os que nêles eram investidos. E os nomes de um Bossuet, de um Fénélon, de um Fleury, e mesmo de um Giry de St.-Cyr, justificam de sobra a velha usança da douta Sociedade, e comprovam a razão ponderada e sábia com que ela a estabeleceu e a manteve. A toga dos grandes funcionários da magistratura, as mitras e os báculos episcopais, a púrpura cardinalícia, os arminhos do pariato, os emprêgos da maxima confiança do monarca, como os dos secretários do seu gabinete; muitas vezes o bom exito no desempenho de negociações diplomáticas e a boa fortuna no desenlace de acções de guerra, eram outras tantas indicações, perante as quais as portas da Academia se abriam a dois batentes para darem ingresso nela áqueles que, tendo merecido tais favores ou tendo conquistado tais lugares, atestavam, por isso mesmo, a posse de uma parte dos talentos exigidos pela honorificação excepcional que assim lhes era tributada. E raríssimos foram os casos, se é que os houve, em que o conjunto das condições reclamadas não viesse a ser preenchido, sempre que a natureza se comprouve em presentear com o dom de dilatada vida os que a ilustre assembleia brindava com a honra da participação no seu prestígio colectivo.

Nesta prática, se muito era evidenciado o legítimo interesse que a fizera adoptar, não é justo que nela se queira vêr qualquer censurável suspeição de mera cortezia. A brilhante cooperação académica irradiava de si própria, dos seus serviços literários, da ilustração e da sabedoria dos seus membros, esplendores que atraiam os candidatos ás suas cadeiras vagas e de que êles aspiravam a ser participantes, afim de coroarem com um titulo novo, — um título que os grandes da terra lhes não podiam conceder, — a soma dos que, principalmente pela magnanimidade dêstes, já possuiam. A Academia não ficava valendo mais pelas grandes personalidades a quem abria lugares na sua nobre companhia; pelo contrário, era ela que lhes acrescentava consideração, concedendo-lhes a sua confraternidade literária, como uma dignidade nova. E, por naturalíssima repercussão, própria de espíritos selectos, aqueles que ela, por tal fórma, a si associava, estimulados pelo exemplo incessante de seus pares, punham todo o empenho em demonstrar que não fôra desacertada a sua eleição, e que dela haviam sido dignos, como os mais dignos.

A nossa Academia, moldada nos seus fundamentos pela sua congénere francesa, e seguindo-a de perto nas leis da sua organi-

zação e nos seus costumes, se não estabeleceu com tão rigorosa prática o uso tradicional da sua irmã de França, fazendo dêle uso próprio, e se fez prevalecer como títulos de admissão dos seus candidatos as obras justificativas de tão subida pretensão, não deixou, todavia, de guiar-se por igual critério em casos freqùentes, vendo-o também, premiado sempre, pelo mesmo lisongeiro exito. Nela tomaram assento ilustradíssimos próceres a quem as letras pátrias ficaram devendo não só generosa proteção como ainda trabalhos de utilidade imorredoura. Honrou-se, concedendo os seus diplômas a prelados, a jurisconsultos, a estadistas, a diplomatas, a tribunos, a homens, emfim, que pelo talento da eloqùência aliado com a posse do saber, prestaram á intelectualidade pátria serviços tão grandes ou maiores do que os que lhe são freqùentes vezes prestados pela escrita em volumosos tomos. E não lhe pode ser tomada à conta de obsequiosa, e muito menos de servil condescendência, a previdente acquisição, por êsse meio realizada, de altas influências sociais; pois agregando-as a si, num interesse comum, promove, tão eficazmente quanto possivel, o engrandecimento e progresso das letras e das sciências que cultiva.

Porque estas, lamentavel é ter de dizêl-o, em vez de possuirem em si próprias o condão da sua individual defeza, e a força que subjugue ao seu respeito as tendências irreverentes dos que as desconhecem, e são, por isso, incapazes de lhe compreenderem o luminoso alcance e de lhe sentirem o salutar influxo, como que contra si conjuram a ignorancia e se tornam alvo de perseguições e de vindictas. Para a Academia Franceza, como para esta nossa, na sua evolução já secular, com vária sorte conduzida através das inimizades constantes dos homens, e muitas vezes das inexplicáveis más vontades dos poderes públicos, tem sido no precioso amparo dessas influências que elas teem encontrado o apoio necessário às suas legítimas resistências, e a favor da sua defeza e da sua conservação, os mais valiosos escudos.

Estas considerações em que mais longamente nos poderiamos dilatar, sobretudo quando a propósito viesse historiar e documentar as razões delas, encontram, parece-nos, uma certa oportunidade no presente parecer, destinado a pôr em relêvo os merecimentos que concorrem na pessoa do sr. Anselmo Braamcamp Freire, para nêle recairem os votos académicos, como candidato a sócio efectivo pela secção de sciências económicas e administrativas, na Segunda Classe da nossa Academia.

Notórios factos de ordem política deram, recentemente, ao ilustre candidato, ensejo propício para demonstrar, no desempenho de altas

funções públicas, o preparado que estava para exercê-las. E, para o vulgo, foi no ambiente prestigioso de uma evidente elevação social, que a sua individualidade se fez conhecida e se impoz. Não assim para a Academia.

Esta não conhece o sr. Anselmo Braamcamp Freire unicamente pela resonância do seu cognome ilustrado por um distinto parente seu, e que foi um dos mais eminentes vultos da política portuguesa nos nossos dias. Também o não conhece, apenas, pela sua acidental e transitória investidura, no cargo de presidente do Senado, um dos primeiros da Républica. Conhece-o, de longa data, pelos seus estudos, pelas suas ideas, pelas suas publicações, pelos seus livros. E é sôbre êstes que tem de basear a estima e o bom acolhimento com que, de certo, vai aceitar a sua candidatura.

Obscuramente entregue, durante um largo período da vida, aos predilectos estudos de diplomática, de heráldica, de história pátria, e ás suas investigações documentais em velhos tombos e empoeirados arquivos, foi só, em 1899, que deu a lume o seu *Livro primeiro dos brasões da sala de Cintra;* obra para que não procurou divulgação pública, mas com a qual discretamente brindou, em resumido número de exemplares, leitores com preparo e competência para com ela aproveitarem e, portanto bem a receberem. Seguiram-se-lhe, depois, com intervalos de anos, o *Livro segundo* e o *Livro terceiro*, do mesmo erudito repositório, zelosa e cautelosamente impressos, com igual limitação, e com o mesmo reservado destino. Assim procedem, em geral, os que põem a mira não na popularidade, tantas vezes profanadora das obras erguidas à custa de amorosa paciência, mas sim na proficuidade delas. Lembrêmo-nos, que é êsse o mais usual intuito com que são elaboradas e realizadas as publicações académicas.

Naquele mesmo ano de 1899, mas já em mais numerosa tiragem, por ser o assunto compatível com a curiosidade de maior número de leitores, publicou a sua notável monografia, *O conde de Vila Franca e a Inquisição,* obra que não passou despercebida da crítica jornalistica, embora esta, por motivos cuja análise seria longa, e aqui não vem ao caso, seja, entre nós, geralmente exercida com mais ousada precipitação do que esclarecida competência. Leva isto a serem, pelos trabalhadores de consciencia, tão indiferentemente recebidos os seus reparos, como pouco apreciados os seus louvores, procurando êles refugio em si mesmos e estímulos íntimos contra a atmosfera agreste ou contra a calmaria sonolenta, que os circunda por de fóra. Teve, no entanto, esta segunda publicação do sr. Braamcamp Freire, quem condignamente a apreciasse, com au-

toridade para fazê-lo; e já se não perde como importante subsídio histórico.

Diligente sempre na sua concentração estudiosa, sem se ocupar jamais com a conquista dos fáceis louros que tantos outros ávidamente solicitam com os seus trabalhos efémeros, e com o ruido que fazem levantar em torno dêles, publicou, em 1901, o seu notabilíssimo livro : *As sepulturas do Espinheiro,* obra que, só por si, coloca quem a escreveu na categoria literária que compete aos que sabem penetrar nas obscuridades dos velhos tempos históricos, guiados pela claridade segura e fixa da sua crítica e da sua erudição.

Mas, como serviço maior, aos estudos das interessantes especialidades a que o sr. Braamcamp Freire consagrou a sua capacidade, o seu esforço, o seu tempo, e até uma parte não somênos dos seus haveres, apontaremos o *Arquivo Histórico Português,* de que foi fundador e de que é director, alimentando-lhe a vitalidade material com a sua bolsa generosa, e a espiritual com a sua assídua e ótima colaboração.

Recordaremos, entre esta, a que consta dos seus belos estudos : *Cartas de quitação de D. Manuel, A Chancelaria de D. João II,* e o *Livro das tenças del-Rei.* E longe teriamos d'ir, se tentassemos compendiar a vastidão dos seus artigos, dispersos por outras publicações. Assim encontrariamos a *Emmenta da Casa da India,* inserto em 1907, no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa; A gente do Cancioneiro* no vol. x da *Revista Lusitana,* e os inumeráveis, que publicou, com o pseudónimo de *Silex,* no *Jornal do Comércio* de Lisboa, e de parte dos quaes teve a felicíssima ideia de fazer reedição em volume que, em 1910, deu á estampa sob o título de *Crítica e História,* prometendo-nos a próxima publicação dos restantes num outro.

A fundação do *Arquivo Histórico Português* seria monumento digno de tornar benemérita uma Academia, que houvesse tido a iniciativa de realisá-lo. Constitue um núcleo de trabalhos, provenientes doutros investigadores, que nunca talvez seriam levados a efeito, se por êle não fossem incitados e atraidos. E bem merece, de certo, a tantos estudiosos, quem, espontânea e solicitamente, dá ás producções dêles tão valioso patrocínio.

É com singular aprazimento que o sr. Braamcamp Freire se aplica a estudar, com mais insistência, o período histórico em que viveu o grande rei português João II, e sobre o qual esta poderosa individualidade exerceu perduravel influência. Os numerosos quadros em que o escritor vem esboçando os acontecimentos e os personagens do tempo, iluminando uns e outros com o facho de uma crítica rigo-

rosa, e desembaraçando-os da muita obscuridade com que, umas vezes a paixão e outras o retraimento dos cronistas, e bem assim a leviandade dos historiadores subseqúentes os desfigurou, estão destinados a serem os alicerces sôbre que ha de assentar a futura história dêsse curto, porêm brilhante reinado; obra que projecta e que, de facto, tão necessário é que seja feita. Oxalá possa vir a ser a sua eleição académica, mais uma determinante poderosa, para que o eminente investigador consiga realizar o seu patriótico objectivo.

E a unidade para que tendem todos êstes diversos capítulos, assim disseminados por cinquanto, mas já sistemáticamente antevista e propositadamente delineada, encontra-se, sob o aspecto moral, subjacente em todos os trabalhos históricos do auctor. Não são lavores caprichosos de pesquizador paciente, destinados a ficarem subsistindo desligados uns dos outros, em isolamento recíproco. Não são quadros rendilhados, concebidos por uma imaginação evocadora, comprazendo-se em debuxal-os com mão aristocrática, em pequeninas telas. Podiam ser isso, sem merecerem desapreço, nem perderem méritos. Mas não o são. Passa, através de todos êles, uma simpática preocupação, verdadeiramente inesperada, tanto pela natureza dos assuntos tratados, como pelas inclinações que seria natural conjecturar na pena fidalga, que dêles faz a sua ocupação predilecta.

O escritor, estudando o viver das velhas côrtes, compulsando cronistas régios, evocando as figuras de grandes senhoras, vistas por entre as rudes trovas, mais ou menos amaneiradas, de poetas palacianos, folheando cancioneiros, interpretando pergaminhos, o que em tudo procura, não é, de preferência, a galanteria requintada das classes evidentes; é, sim, a alma nacional, a alma popular, que lhe foge, que se lhe escapa, mas que êle saúda satisfeita, a cada encontro, contente de a ter achado. E ama o povo, e os que sinceramente o servem e os que por êle nobremente se sacrificam. Por isso, rende culto, a todo o momento, á memoria de João II, «o Rei que nunca mentiu,» e cuja maior virtude «foi o entranhado afecto que consagrou a seu povo, a quem livrou das opressões dos grandes, a quem deu justiça recta, por quem padeceu ódios, trabalhos e vinganças empeçonhadas».

E é, tambêm, por isso, que presta rendida homenagem a Garcia de Resende, cuja vida e cuja obra estuda com particular interesse: porque, diz-nos: «Nas suas *historiêtas* apresenta-nos a descrição de usos, costumes, trajos, ceremónias; dá-nos trechos de conversações, notícias de relações sociaes e muitas outras informações

interessantes *incluindo as anedotas, que nos revelam em parte o modo de viver da gente portuguesa daqueles tempos.* E nós, que não temos memórias da vida íntima de ninguêm, nós que sabemos a valia da história oficial dos cronistas coada pela censura; nós, que nesta história, árida e sêca, só encontramos a notícia das acções dos reis e próceres, *e não sentimos nela o pulsar da vida nacional;* nós, estimamos, louvamos, e sobretudo agradecemos a Resende o seu livro, que aos nossos olhos revive as gerações passadas».

Fazer livros, fazer livros bem escritos, é mérito relevante, que a Academia reconhece como direito fundamental para serem recebidos no seu seio aqueles que talentosamente os edificam. Mas parece-nos ser virtude, com que ainda mais realçado fica o mesmo mérito, a perfeita coerência entre o que êles expendem e a personalidade externa e pública de quem os escreveu, mormente se, estabelecido o confronto, essa coerência pudesse ser posta em litígio. Ora, de tudo quanto o sr. Anselmo Braamcamp Freire tem até hoje publicado, e cuja menção, neste parecer, resume os títulos literários com que justificamos a aprovação da sua candidatura, resalta, nítida e viva, a sobredoirar o valor dos seus trabalhos, essa primacial virtude.

Demonstral-o-iamos com as precisas citações e aproximações, e com os corolários a tirar delas, tendo em vista o importantíssimo facto da ordem cronológica pela qual foi feita a publicação dos diversos trabalhos fragmentares, se em vez de estarmos elaborando um simples *Parecer,* tivéssemos de apresentar trabalho académico de maior monta. Poriamos, então, a claro, certas restrições mentaes, imperativas no presente momento, e cuja apresentação agora seria deslocada, no respeitante à feição trágica do grande rei político, para quem se nos afigura dispôr, o nosso eminente candidato, de uma indulgência talvez excessiva, levado pela intensa admiração que lhe tributa. E deixar-nos-iamos mover, de certo, por maior piedade, e pode ser mesmo que por maior investigação da psicologia humana, para com a santa rainha, — santa embora não santificada, — D. Leonor; sublime e paciente Griselida, sofredôra das maiores aflições, multiplicadamente atormentada pelo marido, na sua condição de extremosa irmã, com inauditas dôres; não lhe extranhando a míngua de carinhos aplicados, que ela não poude ou não quiz dar, ao tirano da sua alma, na hora derradeira dêle, incapaz como era de uma hipocrisia, depois de lhe ser humanamente impossivel maior resignação cristã.

Isto, porêm, são pontos de vista e, de nenhum modo, juizos que, desde já, queiramos fazer prevalecentes.

Não versa, designadamente, nenhuma das obras do sr. Braamcamp Freire, questões económicas ou administrativas, embora em alguns pontos delas se note a importância que lhes dá, como crítico das cousas públicas e como pensador. Mas quem, durante largo período da vida, exerceu funcções legislativas, como par do reino hereditário; quem presidiu longamente o município de Lisboa, corporação administrativa por excelência; quem ocupou, pelo voto da primeira assemblêa política do paiz, a cadeira de presidente do Senado, depois da implantação das atuaes instituições, julgamos haver adquirido títulos compensadores, nas duas indicadas especialidades, — que dão nome privativo a uma das secções académicas, — à ausência de trabalhos escritos, de memórias teóricas e de mais publicações congéneres, com as quais poderia ser avolumado um catálogo, sem por isso terem maior significação.

E já d'Alembert dizia, fazendo o elogio académico de um dos seus consócios, como secretário perpétuo, que era, da Academia Francesa, que, havendo êle sido nomeado por Luiz XIV, isto é, pelo Estado, para alguns dos mais importantes lugares em que o monarca e a nação podiam ser servidos, a Academia, abrindo-lhe as portas, não fazia mais do que reconhecer o acêrto das nomeações anteriores, pois *«elle ne devait pas se piquer d'être plus difficile que le souverain.»*

Lisbôa, 1 de novembro de 1914.

Teófilo Braga.
Júlio M. de Vilhena.
Antônio Candido.
Henrique Lopes de Mendonça.
Cristóvão Aires.
Júlio Dantas.
Gama Barros.
Ramalho Ortigão.
J. Fernandes Costa (relator).

Parecer da Secção de História e Arqueologia redigido pelo Sr. Victor Ribeiro ácêrca da publicação do manuscrito apresentado á Academia pelo Sr. Gustavo de Matos Sequeira

Quando, ainda ha bem poucos dias, o entusiasmo pela arqueologia da cidade se evidenciou tão significativamente pela concorrência numerosa que acudiu a visitar a Exposição Olissiponense, benemérita

iniciativa da Associação dos Arqueólogos, o relator do presente parecer escrevêra, com destino ao *Boletim da Segunda Classe*, uma pequena tése, em que se propunha demonstrar, relembrando factos, nunca por demais repetidos, que á iniciativa e esforços daquela ilustre Sociedade scientífica e da Academia, quer na sua acção colectiva, quer nos trabalhos dos seus sócios, se devem os melhores e mais importantes fundamentos dos estudos arqueológicos da capital portuguêsa.

O manuscrito que ora temos presente, enviado á Academia, e sôbre o qual nos foi dada a missão honrosa de emitir voto, veiu a talho de fouce corroborar aquêles assertos e corresponder em parte a um dos votos com que se concluia aquela singela dissertação.

Vem corroborar, e de uma maneira positiva, a afirmação, ali exarada, de que ao venerando patriarca da arqueologia olissiponense, ao ilustre académico e arqueólogo Júlio de Castilho, cuja obra patriótica foi a base dos estudos da vida retrospectiva da velha Lisboa, não deve a cidade, não devemos nós todos tão sómente o benefício dos seus livros, dos seus estudos, da sua ousada e generosa iniciativa. Não! A dívida que a cidade, que lhe foi *ditosa patria*, contraiu para com o seu honrado e dilecto filho é muito maior. Áquela iniciativa e aquêles trabalhos, infelizmente por culpa não do auctor, mas da indiferença do meio, incompletos e inacabados, correspondeu desde logo a creação de uma escola, o aparecimento de um grupo, senão numeroso, pelo menos selecto, de estudiosos e investigadores, que tomando por têma a cidade antiga e seus vários aspectos, começaram publicando memórias, monografias, notícias e estudos, que no seu conjunto, representam já um pecúlio vasto e rico de informações históricas e documentaes sôbre as ruas, monumentos, e costumes e tradições da velha capital e dos seus pitorescos arrabaldes.

Á forma, encantadora de poesia, da *Lisboa Antiga* e da *Ribeira de Lisboa*, contrapõe-se o rigor geométrico e topográfico das memórias de Vieira da Silva, em que o compasso e o tira-linhas dão o braço ao documento escrito, na resolução dos curiosos problemas da velha cidade, que o terremoto e os barbarismos confundiram.

Freire de Oliveira dá à estampa a longa série dos documentos do arquivo municipal; Gabriel Pereira divaga pelos arredores da cidade, em interessantes monografias; Gomes de Brito dá-nos curiosos relances na *Lisboa do passado*; Tinóp (Pinto de Carvalho) pinta-nos em estilo original e pitoresco os costumes e traços anedóticos dos séculos XVII, XVIII e XIX; Ribeiro Cristino deu-nos as suas notas de *Estética citadina*, etc. A estes estudiosos, o Sr. Matos Se-

queira, de há muitos anos sócio e secretário da Associação dos Arqueólogos, onde os seus bons serviços e louvável dedicação tantas vezes se tem evidenciado, como na organização da exposição Olisiponense, sai á estacada, com a refundição larga e completa dos estudos que desde 1903 iniciara, sob o titulo — *A Velha Lisboa, história de um bairro* — cujos primeiros capítulos estampou no *Ocidente*, em esboço, e que, remodelados, ampliados e continuados sob mais vasto plano, agora expõe á consideração da Academia, intitulando-os — *Depois do Terremoto. — Subsidios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa.*

Confirmando a asserção de que a iniciativa do Sr. Júlio de Castilho produzira discipulos, o Sr. Matos Sequeira apresenta-se-nos, por todos os respeitos, quer pela veneração ao Mestre, quer pela orientação geral do trabalho, a um tempo leve, despretencioso e elucidativo, como um verdadeiro proseguidor da obra monumental daquêle ilustre escritor.

O trabalho do Sr. Matos Sequeira, se não corresponde, como nós todos e o próprio auctor dêle por certo desejariamos, ás esperanças, de que o tempo nos ia fatalmente desiludindo, de vermos a *Lisboa Antiga* continuada pela traça original, até ao acabamento do vasto quadro da história retrospectiva dos bairros orientais e ocidentais da cidade; se não representa o coroamento da obra literária e histórica do patriarca da arqueologia lisbonense, representa, sem a menor dúvida, um louvavel empreendimento, que vem dar-nos, num esboço sintético, um quadro complementar das notícias ácerca daquêle extenso arrabalde da antiga Lisboa, genéricamente designado por Campolide nas indeterminadas referências de cronistas e de velhos documentos.

O Sr. Júlio de Castilho, num grande folêgo de patriotismo, quiz erguer um monumento das tradições da cidade, sua pátria, e amontoou o cabedal enorme da sua *Lisboa antiga* desde as remotas origens conhecidas da Olissipo.

Matos Sequeira, modestamente acantoado numa rua entre a Cotovia e o Rato, entre São Mamede e São Bento, esquadrinhou as tradições do seu bairro, pela maior parte posteriores ao grande cataclismo que em 1755 afectou a velha cidade, na sua parte central e marginal do Tejo.

De página, em página, através dos seus 54 capítulos de curiosas e bem aproveitadas informações, percorre-se o *bairro*, hoje desdobrado em tantos novos bairros, como o da Estrela, o da Lapa, o do Rato, o de Campo de Ourique e o de Campolide, propriamente dito.

A Cotovia e a Patriarcal, o alto do Longo e o Moinho de Vento, o Noviciado, o Colegio dos Nobres e a Escola Politécnica, o Pombal e a Imprensa Nacional, Daupias e as flôres, São Mamede e seus palácios, o Vale de Pereiro e o Diogo Alves, o Salitre e Gomes Freire, os teátros, os circos, as fábricas das sedas, o Rato com o seu convento, São Filipe Neri e os Guiões, as olarias, as fábricas do Rato, as Amoreiras e a feira, as Aguas livres, as fontes e chafariz, Entremuros e a Rotunda, da Cruz das Almas ao vale de Alcantara, tudo é esmiuçado, historiado, ilustrado com milhares de notícias curiosas e inéditas.

O manuscrito que temos presente propõe-se a ser a primeira parte, de um vasto plano, de que o autor tem já em preparação e em projecto as outras duas partes, nas quais promete fazer identicamente o estudo dos restantes bairros ocidentais da cidade, seguindo a sua rota pelos da Esperança, de Mocambo, da Madragôa, de Santos-o-Velho, até Alcantara.

O autor coligiu os elementos gráficos que prestará à Academia, para a ilustração da obra apresentada, contando-se não só alguns *clichés* de gravuras, como tambem plantas e estampas a reproduzir, constituindo valiosos documentos iconográficos, com os quais muito se enriquecerá a publicação.

Tal é a obra, que em perto de 600 folhas manuscritas temos deante de nós e sobre a qual a Academia formula esta pergunta — deve ou não publicar-se?

A apresentação do autor decliná-la-hemos em quem com maior autoridade o pode fazer. O mestre da arqueologia olissiponense, Sr. Júlio de Castilho, na sua reedição da *Lisboa Antiga*, aproveitando elementos que o Sr. Matos Sequeira lhe fornecera, diz dêle: — «mancebo estudiosíssimo, para quem são verdadeiro encanto as pesquisas históricas e genealógicas» — e — «cujo trabalho era tão conscienciosamente feito, tão metódico e tão exacto, que entendi reproduzi-lo textualmente».

Eis pois o autor.

As fontes de que se socorreu são numerosas e seguras. Não só as memórias e livros impressos, os jornais e revistas, como tambêm os documentos dos Arquivos da Torre do Tombo, da Relação de Lisboa, dos cartórios dos extintos conventos, do arquivo da Camara Municipal, do antigo Tribunal de Contas, e papeis de Desembargo do Paço, e das bibliotecas da Ajuda e Nacional, etc. Tudo isto aproveitado ás furtadelas, muito a custo, nas escassas folgas que permitem os encargos oficiais dos serviços superiores aduaneiros.

Neste pormenor, que o leitor nem sequer suspeita, vai um dos

maiores merecimentos, comum a outras obras deste genero. O autor, por via de regra ocupado durante as melhores horas do dia na estenuante canseira das ocupações profissionais, é obrigado a consagrar a estes estudos literários as horas de descanso, as famosas *horas de ócio*, a que todo o bom cidadão se julga com incontestado direito.

Registámos pois esta dedicação do autor, a valia das fontes e o interesse das copiosas informações que o manuscrito nos oferece. Não haverá porem algum *senão* a comentar no trabalho, aliás tão modestamente apresentado, do Sr. Matos Sequeira?

Dois apontaremos aqui; não importam censura nem desmerito do autor, mas necessário se torna em nosso entender denuncia-los francamente á Academia.

O primeiro é que, sendo um estudo largamente firmado em documentos, que o autor compulsou nos Arquivos, a obra de Matos Sequeira, não deverá considerar-se uma memória documental, porquanto, não destinada primitivamente, por certo, a receber a sancção e a publicação académica, o auctor não julgou de bom aviso sobrecarregar a prosa leve dos seus capítulos com o peso da transcrição de muitos documentos, que sem dúvida trariam ao estudioso elementos apreciáveis, sob mui variados pontos de vista. Valorisam contudo o trabalho, debaixo dêste critério e adicionados como *Notas documentais,* alguns subsídios desta natureza, que transcreve, e uma preciosa bibliografia do Terremoto, denunciando-nos as copiosas fontes que o Sr. Matos Sequeira examinou e muitas das quais possue, na sua colecção olissiponense. A estas notas seguir-se-ha o indice onomástico, que servirá de guia, indispensável em estudos deste género.

A obra ganhou naturalmente com êste senão, para a grande maioria dos leitores, fôro de acessível e atraente, perdendo o aspecto sempre pesado do carácter documental que só aos cultores dos estudos históricos pode seduzir.

O segundo senão, que nos cumpre pôr em relevo é o que se refere á oríentação critica, filosófica, di-lo-hemos assim, que ao de leve transparece na obra. Este modo de vêr, que muito ligeiramente dá côr ás telas da sua exposição artística e literária, parece ainda filiar-se um pouco na orientação da *Lisboa Antiga*, tão profunda, tão atávicamente admiradora das velhas tradições como do devocionismo religioso de outros tempos, cujos usos e costumes, cujas crendices e preconceitos o autor encarecidamente descreve, exclamando, com duvidoso sentido, e repetidas vezes: —*felizes tempos!*

Importa notar que êste critério da obra, aliás lida com prazer, ter

segundo cremos prejudicado grandemente, por ser seguido por muitos arqueólogos, a causa tão simpática dos estudos arqueológicos. O público, habituando-se a vêr, que esses autores, embebidos na restituição de um passado, cujos pormenores preciosos esquadrinharam, revelando-nos em quadros, por vezes soberbos, a vida das gerações nossas avoengas, tanto se compenetraram desse passado, que chegam a fazer a apologia entusiástica dos usos, dos costumes, das crenças e preconceitos sociais dos séculos idos, começou a confundir a arqueologia com o conservantismo de rotineiros que se incompatibilisam com as leis inflexíveis do Progresso e da Evolução da Humanidade. E contudo, como já por mais de uma vez se tem escrito, apontando os exemplos de Garrett e de Herculano, o amor pela tradição não significa de modo algum o negativismo do Progresso. A *Tradição,* essa alma poética das gerações passadas não é mais do que o élo que prende as conquistas gloriosas e apetecidas das gerações presentes á memória ternamente respeitada das gerações que passaram, unicamente para que, na vida histórica de uma raça ou de um povo se mantenha o sentimento fundo da integridade colectiva, aquilo que constitui a alma da Pátria, a razão de ser da sua existência, a sua consciência histórica.

¿É este o critério scientífico moderno dos estudos arqueológicos, por esta fórma não só não incompatíveis com os progressos incessantes das sociedades humanas, mas até mesmo aviventadores dessa chama perene da evolução, pelo estímulo nobre, vívido, orientador, do nosso glorioso passado.

Estes reparos, necessários neste parecer, não porque importem censura literária ao autor, que subscrevendo a obra, da sua contextura assume inteira responsabilidade, mas para que se não julgue que tal critério é perfilhado e aplaudido por esta Academia, estes reparos repetimos, não nos denunciam motivo que invalide o interesse e utilidade da publicação. Ha neste livro matéria de facto e de informação, que sóbre a justificar as vantagens da sua publicidade, como um bom serviço prestado á arqueologia das épocas posteriores ao terremoto, na grande capital da Republica.

Mas, não só por esse fundo vasto e precioso de informações e notícias, tão difíceis de coligir, e que tão úteis se tornam quando metodicamente coordenadas, se recomenda a obra do Sr. Matos Sequeira. A fórma é elegante, leve, graciosa e atraente, o que constitue mais uma condição favorável á vulgarização da sua leitura.

Por todos os motivos entendemos por tanto que, sem regatear louvores a tão benemérito empreendimento, não deve a Academia

hesitar em incluir na série das suas publicações a obra apresentada pelo Sr. Matos Sequeira, e deste modo, mais uma vez mostrará o interesse que lhe merecem os estudos arqueológicos relativos à cidade de Lisboa.

Lisboa, 3 de novembro de 1914.

José Leite de Vasconcelos.
Jaime Constantino de Freitas Moniz.
Júlio M. de Vilhena.
Gama Barros.
Victor Ribeiro (relator).

Sessão de 26 de novembro de 1914

Presidente: o Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Leite de Vasconcelos, Teixeira de Queirós, Veiga Beirão, e Cristóvão Aires, secretário da classe; os sócios correspondentes Srs. Almeida d'Eça, Esteves Pereira, José Joaquim Nunes, e Pedro d'Azevedo; correspondente extrangeiro Edgar Prestage, e da 1.ª classe Carlos Roma du Bocage.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

O sr. *Carlos Roma du Bocage*, em seu nome e em nome do sr. Edgar Prestage, propõe á Academia a publicação das Relações, umas inéditas outras impressas, porêm raríssimas, em que se dá conta das primeiras embaixadas enviadas logo depois da restauração, e que tiveram grande influência no seguimento das nossas relações externas e até no triunfo da nossa causa. O sr. Carlos Bocage oferece o manuscrito, copiado do exemplar impresso que está na Torre do Tombo, o que se refere á embaixada do Monteiro Mór e António Coelho de Carvalho, que foi á França em 1641, propondo a sua publicação para iniciar a série das Relações de Embaixadas.

Pensa que êste exemplar é o único existente; pelo menos não tem conhecimento de outro. Desenvolve as vantagens de publicações desta natureza, deixando á Academia o decidir sôbre o modo como possa ser feita a que propõe, parecendo-lhe, comtudo, preferivel o formato do *Boletim*.

O sr. *Presidente* crê poder agradecer em nome da classe

a valiosa oferta dos srs. Bocage e Prestage; e é só em obdiencia ás praxes académicas que não a põe desde já à votação, visto deverem ser mandados a proposta e o manuscrito á secção de história, para sôbre o assunto dar parecer, o que não poderá deixar de ser favorável, atento o altíssimo serviço que para a sciência histórica representa a publicação proposta.

O sr. *Teixeira de Queirós* presta homenagem ao valor dos dois proponentes, cuja iniciativa muito aplaude, e faz varias considerações sôbre a importância dos documentos diplomáticos e memórias daquela natureza para o estudo integral da história.

O sr. *Almeida d'Eça* disse que, sem ter necessidade de corroborar o que já fôra afirmado sôbre a vantagem da publicação proposta, entretanto pedia licença para recordar quanto a nossa literatura histórica é pobre em trabalhos impressos dêsse género, em comparação com o que se encontra em outros países. Resumiu o que foram os trabalhos de Santarem, de Borges de Castro e de Biker, sendo certo que a orientação dêste último, de acompanhar a publicação dos instrumentos diplomáticos da de ofícios, notas, relações, etc., não foi continuada, pois que actualmente a publicação oficial dos tratados se reduz á dos textos dêsses diplômas. É certo que a publicação dos *Livros Brancos* supre, até certo ponto, essa deficiência, para os estudiosos. Mas êsses *Livros* não publicam tudo, por motivos óbvios, e em todo o caso êles só se referem ás negociações contemporâneas. Por tudo isto, dá o seu completo aplauso àiniciativa apresentada, fazendo votos pela possibilidade da sua realisação.

O sr. *Leite de Vasconcelos* apresentou á classe, em nome do sr. Gama Barros, sócio efectivo da Academia, o vol. 3.º da *História da Administração Pública em Portugal,* obra munumental e importantíssima, que como é sabido, está escrita com o maior rigor de método e riqueza de informação que é possível exigirem-se a um historiador.

Tambêm o sr. *Leite de Vasconcelos* ofereceu o seu opúsculo intitulado *Severim de Faria,* separata do *Boletim da Segunda Classe,* opúsculo em que se dá notícia de numerosos manuscritos da Biblioteca Nacional, e se juntam elementos para o conhecimento da biografia de um dos nossos mais notáveis paliógrafos do século XVII.

O mesmo académico propôz, na sua qualidade de presidente da comissão do *Dicionário da Academia,* que, para a vaga deixada nessa comissão por falecimento do ilustre filólogo Gonçalves Viana, fosse eleito o sr. Pedro de Azevedo, sócio correspondente, o qual, pelos conhecimentos que possue de Diplomática e de Paleografia, o que o habilita a penetrar facilmente no entendimento dos textos medievais, está no caso de bem se desempenhar do novo encargo.

O sr. *Presidente* agradeceu os oferecimentos feitos á Academia, e tem palavras de alto louvor ao sr. Gama Barros. Quanto á proposta do sr. Leite de Vasconcelos, disse que a apresentaria à assembleia geral, onde tambêm fôra feita a eleição da comissão referida.

O *Secretário* disse que se associava de todo o coração ás palavras de louvor proferidas pelo sr. presidente em homenagem ao sr. Gama Barros.

O sr. *Presidente* apresentou os trabalhos do sr. Gomes de Brito como título de candidatura a sócio correspondente de seu actor, e disse que seriam remetidos à secção competente, para obter parecer.

O sr. *Pedro de Azevedo* refere-se ao estado vandálico em que se achavam os restos do arquivo da Cúria Patriarcal, ultimamente removidos para a Torre do Tombo. Raros maços se encontravam ainda atados, porquanto a maior parte dos que deram entrada neste Arquivo estavam desprovidos de cordas, ficando por isso os processos misturados e truncados. Para ser posto em ordem o que se salvou agora, serão precisos bastantes mêses. É lamentável que casos dêstes se

produsam na primeira cidade do país, e por êles se antevê o que terá acontecido pelo país fóra.

A culpa dêstes casos não recai sôbre os funcionários, mas sôbre as leis que não previram a necessidade da guarda dos cartórios abandonados, nem sequer exigiram a inventariação dos papeis, o que não seria difícil de fazer, até por pessoas não especialmente habilitadas. O cartório da Cúria, que estava relativamente bem cuidado, é hoje uma sombra do que foi. É notável que não tivessem sido recolhidos os livros de regísto dos antigos capelães-móres da Casa Real, que eram uma excelente fonte de informação histórica.

Limita-se a fazer registar esta declaração para que a todo o tempo conste que não foi no Arquivo Nacional que o cartório da primeira diocese do país sofreu os tratos de que dará sempre mostras indeléveis.

Refere-se ainda a uma das últimas aquisições da Inspecção das Bibliotecas e Arquivos, que é o Arquivo dos Feitos Findos da Relação de Lisboa, instalado no edifício da Estrela. É grande a quantidade de processos ali guardados, em número que se avalia entre 500 a 900:000. A sua catalogação levará ainda bastantes anos; por quanto, por falta de pessoal ali destacado, o número de processos sumariados não pode passar anualmente de 10:000.

Entre os livros ali achados encontram-se os relativos á testamentaria da infanta D. Maria, filha de D. Manuel, que estão sendo estudados pelo sr. Gomes de Brito, bem conhecido e respeitado nos meios scientíficos. São raros, porêm, os processos anteriores a 1760.

É considerável o número de processos litigados no Brazil, e entre os europeus é avultada a referência a antigas familias conhecidas ou individuos, tais como Devisme, Jacques Raton, Burnay, Henriques de Paiva, Correia Garção, Curvo Semedo, Cunha Taborda, etc.

Ali se encontra tambêm uma acção cível de libelo de

Alexandre Gil contra Nuno Alvares Pereira Pato Moniz, datada de 1818.

Êstes processos estão completamente findos e oferecem só valor histórico quando se referem a individualidades que se tornaram notáveis nas letras ou nos acontecimentos políticos. O sr. Azevedo compromete-se a dar conta à Classe, quando o caso se proporcionar, dos processos de maior valia que forem aparecendo.

O mesmo académico apresenta a cópia do relatorio da viagem de Alexandre Herculano, feita sobre uma cópia original de José Manuel da Costa Basto e publicada no *Arquivo Histórico Português.*

O sr. *Lopes de Mendonça* lê uma interessante comunicação referente a Luiz de Camões, dando elementos para a reconstituição de parte da vida do poeta, passada na India, encontrados num códice inédito da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Relata algumas anedotas em que entra o grupo dos amigos de Camões, e especialmente as que reconstituem a figura ainda mal conhecida de Garcia de Morais, a quem o poeta dedicou umas redondilhas, insertas nas suas obras.

Foi ouvida com muito interesse e aplaudida esta valiosa comunicação.

O *Secretário* disse que no Catálogo dos Incunabulos da Biblioteca Académica que se pôde ha pouco encorporar, graças à solicitude do 1.º oficial dela, o sr. Alvaro Neves, uma espécie bibliográfica, cuja autoria pertence a uma notabilidade clínica daquela época, Benedito de Regardati. Êsse médico italiano, nascido em Nursia, glorificou o seu logarejo natal, porque se celebrisou com o nome adoptivo de *Benedito de Nursia.* Da sua vida e obra, quer literária quer scientífica, são muito parcas as informações vindas até nós. Sabe-se que: em 1426 era professor de medicina na Universidade de Perugia, e a sua reputação levou o Papa Eugénio IV a conceder-lhe o título de seu arquiatro,

ou primeiro médico, e cavaleiro. Sabe-se tambêm que quando Nicolau V foi eleito ao pontificado, Nursia abandonou o Vaticano e filiou-se no séquito do Duque Francisco Sforza.

Supõe-se que Benedito tivesse passado «o resto da sua vida em Milão onde em 1451 ainda vivia.» (*Nouvelle biographie general,* vol. 38, pag. 370.)

Regardati floresceu no período em que as epidemias pestiferas invadiram a Europa, sendo memorável a «peste negra» do final dos século XIV. Essas calamidades justificam o facto das obras de Nursia versarem sôbre «pestilentia». Apesar da sua extrema raridade, encontra-se notícia de ter sido públicado em: 1475 — «Pulcherrimum et utilissimum opus ad sanitatis conservationem», edição de Roma; 1477 — «Opus de conservanda sanitate, et magistri Tadæi de Florentia de regimine sanitatis tractatus»; 1478 (?) — «Libellus do conservatione sanitatis secundum ordinem alphabetio distinctus»; 1479 — o «Compendium de pestilentia», de que foi encontrado um exemplar, ainda não catalogado, na biblioteca desta Academia.

Esta especie, podemos reputa-la de primeira raridade, pois não se encontra notícia doutro exemplar. Não tem frontispício. Ao alto da primeira página está manuscrito a vermelho: «Eximij et excelsi midicorm̄ omnj̄ etatio sue principis dm̄ magis Benediti de Nursia phisici et senatoris ducis Anguigeri clarissimi compendium» (de pestilentia). Depois começa: «Incipit tractatus de preseruatione a pestilentia secundum doctrinam sapientum medicine compillatus cuius quidem utilitas tanta est q̱si quis eius doctrinam obseruauerit indubitãter a pestılentia deo propitio securus erit.»

Esta obra foi impressa em Milão por «Leonardum & Vldericum Allamanos Anno domini MCCCCLXXVIIII tertio calendas Apriles.» Tem 39 paginas a 29 linhas.

Tal é a notícia do autor e a descrição da peça, que vem enriquecer a colecção de incunábulos da Academia.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Sessão de 10 de dezembro de 1914

Presidente: o Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Coelho de Carvalho, Leite de Vasconcelos, Teixeira de Queirós, Veiga Beirão e Cristóvam Aires, secretário da classe; os sócios correspondentes srs. David Lopes, Esteves Pereira, José Joaquim Nunes, Maximiano de Aragão, e Pedro de Azevedo; sócio correspondente da 1.ª classe sr. Carlos Roma du Bocage; sócio correspondente estrangeiro o sr. Edgar Prestage.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O sr. *Coelho de Carvalho* ofereceu, a pedido do sócio da Academia sr. Bernardino Machado, uma obra acêrca de Leoncio Correia, ilustre paranaense, de que é autor o sr. Xavier Pinheiro.

O sr. *Presidente* agradeceu a oferta, que poderá constituir título de candidatura do sr. Leoncio Correia a sócio correspondente da Academia.

O sr. *Leite de Vasconcelos* ofereceu para a Biblioteca da Academia, em nome do sr. dr. Manuel de Vasconcelos, ilustre médico dos hospitais de Lisboa, uma carta manuscrita autógrafa respeitante à guerra peninsular.

O sr. *Presidente* agradeceu a oferta, que entrará no Arquivo da Academia.

O sr. *Maximiano de Aragão* comunicou à Academia que possue uma colecção de capítulos de Côrtes desde Afonso II, extraidos do Arquivo Nacional, e dos de várias compras municipais do país da qual foi possuidor, se não

autor, o dr. António Ribeiro dos Santos. Oferecê-la ha à Academia, se ela resolver publicá-la, e lembra que, havendo outra colecção manuscrita na Biblioteca das Côrtes, ha pouco adquirida, deverão as duas cotejar-se para se fazer uma publicação o mais completa possível.

O sr. *Presidente* enalteceu a oferta, que prova o acerto da eleição a sócio desta Academia do sr. Maximiano de Aragão e diz que será confrontada a cópia prometida com a existente na Biblioteca das Côrtes, para o que pedirá a competente autorisação.

O sr. *David Lopes* fez uma interessante e desenvolvida comunicação sôbre João de Sousa e os seus Documentos arábicos. Fá-la com pesar, porque ela vai manchar o nome de João de Sousa que foi o criador dos estudos árabes em Portugal e sócio desta casa. As suas obras principais são os *Vestígios da lingua arábica em Portugal* (1789) e os *Documentos arábicos para a história portuguesa* (1790). Da primeira disseram Engelmann e Dozy que era superior a todos os trabalhos congéneres até ao seu tempo. Não se pode dizer outro tanto da segunda. Recentemente um estudioso holandês mandou fotografar um dêsses documentos, o n.º 34, em que um rei da ilha de Sumatra se queixa das violências de dois feitores portugueses, que estavam no seu reino por mandado do capitão de Malaca. Conseguiu haver dêle uma fotografia e estudá-lo com vagar; e tais e tão grandes diferenças achou entre o original e o texto de João de Sousa que fez participar ao dito estudioso que brevemente faria esta comunicação. Pretendeu e pretende assim denunciar, antes de um estrangeiro, uma burla desta natureza. O assunto, as personagens e os nomes de lugar são os mesmos num e noutro, salvo, é claro, as interpretações falsas de leitura. Mas a Sousa pareceu pouco correcto o árabe do escrivão e propoz-se emendá-lo, e são inúmeras essas emendas; ou, quando o não percebeu, saltou a fráse ou modificou-a segundo o sentido geral; outras vezes

introduziu no documento nomes de indivíduos que entendeu deviam figurar nêle ou alterou o nome dos citados. O nome do rei foi inventado e igualmente a data do documento, e introduzidos no texto árabe. Outros documentos têem iguais alterações. Esta publicação não merece, pois, confiança. Propõe, por isso, que dêsses documentos se faça uma nova edição, e não só dêles, como de todos os que se conservam na Torre do Tombo, inéditos, em número superior a cem, todos escritos de Marrocos e do Oriente aos nossos reis. Nem todos estão em árabe. Alguns são escritos em português com caracteres árabes e foram já publicados. Para que aqueles documentos possam ser convenientemente estudados pelos especialistas, propõe que se reproduzam todos pela fotogravura ou pela fototípia, como se fez para o cancioneiro de Ibne Cusmane, existente em Petrogrado.

O sr. *Presidente* declara que lhe é extremamente simpática a proposta do sr. David Lopes, tanto mais quanto, com muito menos competência do que o insígne arabista, tinha notado evidentes confusões de datas nos textos publicados por João de Sousa. Em harmonia com as praxes académicas, não pode, porêm, pôr desde já essa proposta à votação, emquanto a respectiva secção não der sobre ela um parecer, que antevê favorável.

O sr. *Maximiano de Aragão* comunica que na Biblioteca Municipal de Vizeu existem dois manuscritos que muito interessam à História, um sôbre «Macau», do século XVIII, por Inocêncio de Sousa Coutinho, que foi governador daquela nossa província, e outro sobre a «Jornada de D. Sebastião à África», por autor desconhecido que parece ter presenciado muitos dos factos que relata.

O sr. *Presidente* agradece a comunicação, e entende que é conveniente serem conhecidos, e, sendo possível, publicados tais manuscritos.

Procedeu-se à votação a sócio efectivo do sr. Anselmo Braamcamp Freire, sendo eleito por unanimidade de votos.

Foram reconduzidos para vice-presidente da classe o sr. Coelho de Carvalho e vice-secretário o sr. Gama Barros, e para membros do conselho administrativo os srs. Francisco Teixeira de Queirós, José Leite de Vasconcelos e Joaquim Coelho de Carvalho.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Sessão de 25 de dezembro de 1914

Presidente: o Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Anselmo Braamcamp, Leite de Vasconcelos e Veiga Beirão; os sócios correspondentes Srs. Antonio Baião, conde de Azevedo e Silva, David Lopes, Esteves Pereira, José Joaquim Nunes, Pedro de Azevedo e Visconde de Carnaxide; sócio correspondente estrangeiro o Sr. Edgar Prestage e da primeira classe o sócio correspondente Sr. Carlos Roma du Bocage.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

O *Secretário* leu uma carta do sr. Francisco Sá Chaves em que agradece o parecer que obteve da Academia, favorável à publicação do seu trabalho: *Subsídios para história militar das nossas lutas civis,* e apresentou a segunda parte da mesma obra que se resolveu remeter para a respectiva secção, para obter parecer.

O sr. *Veiga Beirão* leu o parecer, de que é relactor, acêrca da candidatura do sr. Ruy Ulrich a sócio correspondente da Academia.

O sr. *Anselmo Braamcamp Freire* agradeceu a sua eleição a sócio efectivo, prometendo empregar todos os esforços para manter o brilho e prestígio da Academia, e pediu a sua transferência da secção de Sciências Económicas e Administrativas para a de Sciências Históricas, o que lhe foi concedido, por unanimidade de votos.

Leu em seguida o parecer da secção de Sciências Económicas e Administrativas, de que é relator, acêrca da

candidatura do sr. José Joaquim Gomes de Brito a sócio correspondente da Academia.

O sr. *Esteves Pereira* leu o parecer de cuja elaboração fôra encarregado pela secção de Sciências Históricas acêrca do manuscrito apresentado á classe pelos sócios correspondentes srs. Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, cópia de quatro livros de assentos da freguesia da Sé de Lisboa que contém os registos paroquiais dos baptisados, crismas, casamentos e falecimentos do periodo decorrido de 1563 e 1610. O parecer termina por dizer que a Academia prestará um grande serviço ao país promovendo a publicação do manuscrito.

O sr. *Lopes de Mendonça* propoz á classe que para ocupar uma das três vagas de *sócios de mérito* existentes na Academia, se elegesse o ilustre historiador Henrique da Gama Barros. Esta proposta foi aprovada por aclamação, ficando de ser submetida á sanção da assembleia geral.

O sr. *Antonio Baião* apresenta um trabalho intitulado *O matemático Pedro Nunes e sua familia á luz de documentos inéditos*. Como a sua leitura seria longa oralmente a sintetisa:—Refere-se aos trabalhos de Ribeiro dos Santos, Stokler, Sousa Viterbo e ultimamente aos srs. drs. Luciano Pereira da Silva e Teixeira de Carvalho. Diz que, contemporâneos, houve três doutores Pedro Nunes, o terceiro dos quais foi inquisidor. Um dos pontos mais controversos é ser o inventor do *nónio* de familia judaica, e pelo seu trabalho prova-se pertencer efectivamente à familia de cristãos-novos. Há tempos o ilustre académico sr. Rodolfo Guimarães pediu-lhe uma informação neste sentido, mas só muito recentemente encontrou dois processos que a Inquisição moveu aos netos de Pedro Nunes, principal base do seu trabalho. Vê-se que o grande matemático foi poupado; pois no século XVI lhe não consta que fosse, ao menos, denunciado. A bibiografia de Pedro Nunes fica agora muito aditada não só com os depoimentos dos referidos

processos como com outros documentos, copiados das *Chancelarias*.

Destaca do seu trabalho, como mais interessante, a parte referente á filha de Pedro Nunes, a celebre Guiomar *da cutilada,* assim chamada por ter ferido em plena igreja Heitor de Sá, que com ela não quiz casar. Fala tambêm no serviço de espionagem nos cárceres de Coímbra, contando a fórma interessante como alguns presos iludiam a vigilância inquisitorial e se correspondiam entre si. Por último, refere-se à falta que, para o seu trabalho, representa o não ter ído a Coimbra examinar os respectivos cartórios paroquiais, falta que espera suprir com a proficiência de um douto investigador coímbrão a quem vai dirigir-se.

O sr. *Presidente* aplaude tão interessante comunicação.

O sr. *Carlos Bocage,* referindo-se a um códice da Biblioteca Nacional de Lisboa, intitulado *Anais de Portugal restituido a reis naturais* e que compreende a história de Portugal nos quatro primeiros anos em seguida à Restauração, 1640 a 1644, pede aos sócios presentes que porventura dêle tenham conhecimento quaisquer indicações acêrca do seu autor, que é desconhecido. Êste interessante códice só o viu citado pelo sr. Ramos Coelho e até êste momento não pôde alcançar nenhuma informação a respeito dêle, com quanto contenha pormenores que não veem no *Portugal Restaurado,* e referências que tem podido verificar serem exactas. Agradecerá qualquer esclarecimento que lhe seja comunicado sobre êste assunto.

O sr. *Leite de Vasconcelos* lembra a conveniência de ver na mesma Biblioteca as *Relações* de Severim de Faria, que parece derramarão luz sôbre o assunto.

O sr. *Esteves Pereira* leu uma nota em que lembra a conveniência da Academia fazer reimprimir as duas comédias do dr. Francisco de Sá de Miranda, *Os Estrangeiros* e *Os Vilhalpandos*, segundo as primeiras edições respecti-

vamente de 1559 e 1560, hoje extremamente raras, pois que nas edições subseqùentes, foram impressas conforme as modificações feitas pela Mesa Censoria. As mesmas comedias são os mais antigos dramas escritos em língua portuguesa, e foram compostos tomando por modelos as comédias do teatro romano, sôbretudo de Plauto e de Terêncio, com as modificações introduzidas pelos escritores dramáticos italianos, principalmente por Ariosto. Aquela publicação seria um precioso subsídio para a historia dramática em Portugal, e constituiria o primeiro volume de uma série que poderia denominar-se: *Materiais para o conhecimento do antigo drama português,* analoga à que se tem publicado em Leipzig, relativa ao drama inglês, sob a direcção de W. Bang, com o concurso de eminentes sábios.

A proposta do sr. Esteves Pereira será submetida ao parecer da secção respectiva, disse o sr. presidente, que elogiou o trabalho apresentado.

O mesmo sr. *Presidente* anunciou que se abriria brevemente concurso para o preenchimento das duas vagas de sócios efectivos que passaram a existir na secção de Sciências Económicas e Administrativas.

O *Secretário* propoz, e foi aprovado, que para uma vaga que ficava existindo nesta secção fosse eleito provisoriamente o sr. Anselmo Braamcamp, o que foi aprovado pela classe.

O mesmo secretário apresentou o manuscrito *Livro de Monteria de el-rei D. João 1.º,* que em tempo já fôra oferecido á Academia pelo falecido sócio Gabriel Pereira, e que tendo sido remetido á tipografia académica para ser impresso, se encontrou agora entre os papeis por essa tipografia deixados. Resolveu-se manter a resolução académica relativa a essa publicação.

Não havendo mais de que tratar encerrou-se a sessão.

Parecer redigido pelo Sr. Francisco Antonio da Veiga Beirão àcêrca da candidatura do Sr. Ruy Ennes Ulrich a sócio correspondente

Á vossa Secção de Sciências Moraes e Jurisprudencia foram presentes, como títulos de candidatura a sócio correspondente do Dr. Ruy Ennes Ulrich, as seguintes obras da sua lavra:

Estudos sobre a condição legal das ordens e congregações religiosas em Portugal;

Legislação operaria portuguesa;

Do reporte no direito comercial português;

Da bolsa e suas operações;

Política colonial;

Economia colonial;

Finanças coloniais.

A simples enumeração dos títulos destas obras pareceria tornar a sua apreciação mais propria da Secção de Sciências Económicas e Administrativas do que da nossa.

Se, porêm, se tiver em vista o fim a que esses trabalhos foram destinados, se se atender a que o seu autor, ao versar os respectivos assuntos, teve particular senão exclusivamente em vista a disciplina jurídica a que estão ou devem ser sujeitos, e se finalmente se considerar que o direito, como condição da vida social, à semelhança das musas, em tudo cabe e a tudo serve, deverá concluir-se não proceder, contra o julgamento que vamos emitir qualquer excepção de incompetência em razão da matéria.

Os assuntos que o Dr. Ulrich versa nos seus livros são de elevada importância scientífica e tambêm de interessante actualidade prática.

Representam os tres primeiros dêsses trabalhos outras tantas díssertações, uma para a 10.ª cadeira da faculdade de Direito na Universidade de Coímbra e as outras duas uma para o acto de licenciatura, e a última para o concurso ao magistério da mesma faculdade.

São as duas penúltimas: lições feitas pelo actual candidato, já quando doutor e professor, nessa faculdade ao respectivo curso do 4.º anno nos anos lectivos de 1908-1909 e 1909-1910.

Os outros, finalmente, são monografias sôbre as matérias que os respectivos títulos indicam.

Assim, pois, alguns dêsses trabalhos fazem parte das provas com que o Dr. Ulrich adquiriu a mais elevada graduação universitária

em direito e depois a nomeação de lente catedrático na respectiva faculdade.

A forma por que o nosso candidato se houve como lente infere-se da clareza e método com que estão feitas aquelas lições e fazem-nos lamentar que houvesse abandonado a cátedra que tanto estava ilustrando.

Nos trabalhos sôbre *Bolsa* e sôbre *Reporte*, já muito nossos conhecidos, e em todos os outros que tivemos agora ocasião de examinar, revela o Dr. Ulrich dois predicados, qual dêles mais alevantado: fazer obra nacional e expôr ideias próprias.

É certo que ao escrever-se em Portugal sôbre instituições jurídicas que tenham as suas congéneres em países estranjeiros, ocorre e convem conhecer o que ahi são e valem, para o que muito servem os trabalhos dos legisladores e jurisconsultos extranhos que ultimamente, sobretudo em Alemanha e Itália, têem versado os respectivos assuntos.

Mas acumular demasiadamente lição e crítica extranhas e subterrar sob elas o nosso direito não inferior, em regra, ao peregrino, e sôbre tudo pretendê-lo apreciar e explicar no ensino ou no comentário, pelo que de todo é alheio á índole, tradições e leis do país, parece-nos tentâmen não isento de graves inconvenientes.

Soube o Dr. Ulrich evitar esse defeito, pois que, se a sua obra mostra o indispensavel conhecimento do que lá fóra se pensa ou faz acêrca dos assuntos que versa, nem por isso esquece ou pospõe o que a tal respeito foi e é nosso.

Revela-se particularmente, por exemplo, este propósito no livro acêrca das *Congregações religiosas* e no sôbre *Bolsas*.

Naquele trabalho, sem se preocupar e menos se absorver pelo que em nações extranhas e sôbre tudo em França se tem feito ultimamente com respeito ao congreganismo, o Dr. Ulrich esgota — é o termo — no tocante ao nosso país a parte histórica do assunto desde a implantação do regimen liberal até á época em que escreveu (1905).

Na outra das referidas obras, procurando ligar a história das bolsas entre nós, talvez, seja dito de passagem, forçadamente às antigas feiras, aproveitando para isso muito da obra monumental do nosso erudito e prestimoso consócio Gama Barros, o autor faz uma curiosa e erudita história do nosso antigo direito com respeito ao assunto.

No que toca às questões respeitantes ao operariado e ao ultramar, os trabalhos do dr. Ulrich dão-nos conta do que sobre tal Portugal fez e faz e que, em boa justiça, muito é e de muito vale.

Ainda até um assunto, que, como o de Reporte, não tinha entre

nós artigos precedentes, o dr. Ulrich não duvida estudar a matéria pelo que a doutrina portuguesa lhe pode subministrar.

E assim, o dr. Ulrich, embora faça justiça, mas não corte, à sciencia estrangeira não hesita em louvar e até em exaltar o que nos é próprio, fugindo à habitual tendência de deprimir o que é nosso.

A obra, já hoje volumosa, do candidato, revela da sua parte convicções arreigadas, o que é muito, e também a coragem de as exprimir, o que ainda é mais.

Assim, sem se preocupar com a potência efémera e transitória, mas que é sempre uma fôrça, que se chama a popularidade, mas que, quando mal entendida, não é senão a vulgaridade, o dr. Ulrich tem o nobre ousio de formular juizos em oposição a opiniões aliás correntes.

Não são só estas qualidades, por assim dizer de ordem moral, que o nosso candidato manifesta na sua obra.

A clareza, dote supremo do professor e do jurista, não falta nos trabalhos do dr. Ulrich.

O estilo é fluente sem ser profuso. Assim como o poeta que dizia:

Plenus rimarum sum; hoc et illat perfluo,

o nosso candidato, também cheio de convicções, deixa correr sem se difundir, a escrita em que as expõe.

A obra, já conhecida, do candidato, e que é importante, constitue seguro penhor de, com as suas qualidades, bem poderá vir a ser continuador da obra clara, concisa e portuguesa daqueles Jurisconsultos que, entre outros, para não falar nos vivos, foram entre nós: Mello Freire, Borges Carneiro, Corrêa Telles, Coelho da Rocha, Seabra, Bruschy e Dias Ferreira.

Em conclusão, pois, a vossa Secção de Sciências Moraes e Jurisprudencia é de parecer favoravel à candidatura a sócio correspondente do Dr. Ruy Ennes Ulrich, convencida como está que a sua eleição representará para elle um testemunho de justa consideração e para a Academia adquisição de um trabalhador tão consciencioso como inteligente e ilustrado.

Lisbôa, 10 de dezembro de 1914.

Joaquim Coelho de Carvalho.
Arthur Pinto de Miranda Montenegro.
Julio M. de Vilhena.
Antonio Candido.
Francisco Antonio da Veiga Beirão (relator).

Parecer redigido pelo Sr. Anselmo Braamcamp Freire ácêrca da candidatura do Sr. Gomes de Brito a sócio correspondente

Coincidências inesperadas surgem às vezes na nossa existência! Da primeira vez que tive a honra de usar da palavra, como sócio correspondente, numa sessão da Classe, lembrei a conveniência da Academia receber o sr. Gomes de Brito entre os seus membros. Agora, a primeira tarefa que me é cometida, como sócio efectivo, vem exactamente a ser a de formular parecer sobre a candidatura daquêle distinto escritor a sócio correspondente.

Não julgo haver só conveniência em se abrirem as portas da Academia ao sr. Gomes de Brito, há tambêm, no meu entender, um justo reconhecimento do proveito derivado das suas locubrações literárias. A elas deve com efeito o ser, já de há muito, conhecido e apreciado entre as pessoas instruidas e eruditas.

O sr. Gomes de Brito vai em mais de trinta anos que começou a publicar estudos em diferentes periódicos. Na *Revista de educação e ensino*, por exemplo, nos volumes de 1892 e 1897 encontram-se, alêm de pequenas notícias dispersas, a reprodução de cartas e documentos relativos ao Marquês de Pombal no destêrro, escritas, algumas daquelas, por pessoas da sua família e bem interessantes, por sinal, as da Condessa de Oeiras ao filho do desterrado. Mais inéditos, relativos a reformas pedagógicas e outros assuntos de interêsse público, foram tambêm divulgados na mesma *Revista*, na qual iniciou a respeito de D. Francisco Manuel de Melo um mais largo estudo, por ora incompleto, julgo.

Na verdade porêm, ainda antes, desde 1878, noutros periódicos, encetara o sr. Gomes de Brito uma série de artigos relativos à cidade de Lisboa, ao que ela era, ao que ela devia ser, censurando por vezes, sob êste ponto de vista, e muito judiciosamente por certo, o pouco interêsse dos poderes públicos em geral pela capital da nação, ou a mal entendida e nem sempre proveitosa direcção dada, em certos casos, pelas vereações municipais às suas resoluções. Isto sempre nos termos mais correctos, apesar do «seu amor à terra que lhe foi berço», porque uma das qualidades do sr. Gomes de Brito é a da urbanidade e cortesia levada ao extremo. De muitos dêstes artigos formou o autor o volume intitulado *Lisboa do passado, Lisboa dos nossos dias*, impresso em 1911.

Outros opúsculos publicou o sr. Gomes de Brito, dos quais em

nota se encontra o elenco [1]; com êles porêm me não deterei, não por pouco merecedores de atenção, mas para chegar às obras de maior tomo, àquelas que dão incontestável jus à sua admissão no grémio académico.

A primeira, pela ordem cronológica, é a intitulada *As tenças testamentárias da infanta D. Maria*. Começada a publicar no vol. v do *Arch. hist. port.*, continuada no vi, ainda não terminou.

Nêste estudo, como nos relativos a Lisboa e a Alexandre Herculano, logo mencionados, não pôs o sr. Gomes de Brito ao serviço da voluntária tarefa só a sua inteligência e aplicação, a ela dedicou também o seu afecto. A princesa que a Resende aparecera como a Palas lusitana e a todos os contemporâneos mereceu afectuosa consideração, encontrou em nossos dias mais um admirador, e não é o único.

Nas *Tenças* examina o sr. Gomes de Brito alguns dos cadernos do lançamento anual das pensões vitalícias legadas pela Infanta a diversos moradores da sua casa, ou a protegidos seus. São elas no primeiro dos cadernos, o de 1590, em número de setenta e sete, e em volta de cada um dos indivíduos contemplados agrupou o autor notas e dados biográficos, obtidos por meio de investigação segura e paciente, tirada de documentos e outras fontes dignas de crédito. E, se algumas vezes nos parece por ventura demasiado tanto labor a respeito de pessoas, que em nada ilustraram o seu tempo, temos de concordar que, se relativamente ao indivíduo talvez haja com efeito em pontos demasiada minúcia, dela contudo para o aspecto da vida social dos fins do século xvi, princípios do xvii, bastante proveito se tira. E nem todos os tencionários da filha de D. Manuel são obscuras personalidades; entre êles aparece Hortensia de Castro, Joana Sigea, filha da ilustre Luisa, outras senhoras da casa da Infanta, filhos e netos do nosso grande Gil Vicente, e mais alguns não de todo apagados vultos.

Chegado estou agora ao ponto da obra literária do sr. Gomes de Brito, que mais o exalça, a meu ver. Vou-me referir aos trabalhos do dedicado, solícito, entusiasta, apaixonado admirador de Alexandre Herculano.

---

[1] *Elogio histórico de Antônio Augusto de Aguiar*. Segunda edição. Lisboa, 1889. — *A Morgue. Algumas palavras sobre a impropriedade e desnecessidade da introdução dêste vocábulo no idioma português*... Lisboa, 1899. — *Os Remolares. O que fossem, onde e quando começaram a ser denominação de um sitio de Lisboa. Estudo documentado*. Lisboa, 1899. — *Noticia de Livreiros e Impressores em Lisboa na 2.ª metade do século XVI*... Lisboa, 1911.— E outros haverá de que não tenho conhecimento.

Em todas as ocasiões tem o sr. Gomes de Brito aproveitado o ensejo para render à memória daquele ínclito Português intenso culto, pela melhor forma, apresentando-no-lo não só como historiador e literato, mas sobretudo como homem, como cidadão, como filósofo. Divulga parte da sua correspondência; trás ao nosso conhecimento traços da sua vida íntima, das suas relações pessoais, do decorrer da sua existência no seio da família, entre os amigos.

Uma Colecção de Cartas de Alexandre Herculano publicada no vol. VIII do *Arch. hist. port.*, em 1910, por ocasião da comemoração do centenário do nascimento do Historiador, opúsculo de que se fez edição à parte; o livro intitulado *No primeiro centenário de Alexandre Herculano. Paginas íntimas*, também em 1910 impresso; e agora, já nêste ano de 1914, os *Estudos crítico-bibliográficos* apêndice ao XXI vol. do *Dicionário bibliográfico*, onde ocupam mais de trezentas páginas, são as três grandes obras do sr. Gomes de Brito relativas a Herculano. Elas só por si bastam para justificar a admissão do seu autor nesta Academia, que verá com prazer, estou certo, entre os seus membros o antigo amigo pessoal, o constante admirador de um dos mais ilustres Académicos de que esta sociedade se orgulha.

Dou pois o meu parecer favorável á candidatura do sr. José Joaquim Gomes de Brito para sócio correspondente da Segunda Classe.

Lisboa, 23 de Dezembro de 1914.

HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA.
CRISTÓVÃO AIRES.
A. BRAAMCAMP FREIRE (relator).

Parecer redigido pelo Sr. Francisco Maria Esteves Pereira ácêrca do manuscrito do Sr. Edgar Prestage

O manuscrito, apresentado à Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa pelo sócio correspondente Sr. Edgar Prestage, é a cópia de quatro livros de assentos da freguesia da Sé de Lisboa, que contêm os registos paroquiais dos baptizados, crismas, casamentos e falecimentos, do periodo decorrido de 1563 a 1610, isto é, de 53 anos, assim distribuídos:

Livro I, de 1563 a 1576;

Livro II, de 1576 a 1581;
Livro III, de 1582 a 1596;
Livro IV, de 1596 a 1610.

Estes registos foram feitos por Gaspar Chainho, desde 24 de julho de 1563, em que começou a servir o cargo de cura da freguezia da Sé; por Pedro Vaz (Petrus Vaz) desde 11 de novembro de 1569, como cura, até 25 de janeiro de 1583; e depois do falecimento deste por Jorge Perdigão, desde 20 de fevereiro de 1583, em que começou a servir o cargo de cura da mesma freguesia.

Os registos de baptismo, de crisma, e de casamento são em geral muito concisos, e frequentes vezes incompletos; na maioria dos casos reduzem-se a indicar a data e os nomes das pessoas que intervieram ou assistiram á ministração do sacramento, tendo no fim a assinatura do cura; os registos dos falecimentos contem apenas o nome e morada da pessoa falecida, e menção de ter feito ou não testamento, nomes dos testamenteiros, e emfim indicação do logar em que foi enterrado.

Exemplos destes registos, tomados dos livros, dão melhor ideia do formulário usado.

Registo de baptismo:

«Aos 4 dias do mes de Setembro de 1563 bautizei eu Gaspar Chainho cura desta see de Lisboa a Luis filho de Manuel d'Afonsequa e de Jeronima da Costa sua molher; foram compadres Ambrosio Correia e Antonio de Tauora, e comadre Elena dAndrade». (Livro I, fol. 2, *v.*).

Registo de crisma:

«Titulo dos crismados de 82.

Dom Gonçalo e Dom Aurrique filhos de Dom Tomas de Noronha, foi padrinho Sabastiam da Costa tisoureiro mor». (Livro III, fol. 64 *v.*).

Registo de casamento:

«A 20 dagosto de 76 recebi á porta da see a Fernão Martinz com Ana de Sequeira por marido e molher de legitimo matrimonio asi como manda a sancta madre igreja de Roma, perante muitas testemunhas entre as quais forão o padre Affonso Lourenço que serve de iconomo em São Martinho e Manuel Pirez Canastreiro e Antonio Fernandes Canastreiro, e por verdade assiney aqui dia mes e era ut supra. Petrus Vaaz cura». (Livro I, fol. 116 *v.*).

Registo de falecimento:

«Aos 25 do mes de Janeiro de 1564 anos falleceo Francisco Correa fidalgo da casa del Rey nosso Senhor morador á Praça dos Canos freguesia da see, ficarão por seus testamenteiros Vicente de Sousa

e Antonio Dias criados da casa e Dona Ana sua molher». (Livro I, folh. 78 *v.*).

Os livros de assentos contem tambem os registos dos sacramentos ministrados a pessoas da classe servil.

Encontram-se assim: Andre, filho de Luzia, escrava de Luis de Crasto, foi batizado a 19 de Abril de 1573 (Livro I, fol. 81, *v*); Francisca, filha de Maria escraua de Manuel Fernandez, foi batizada a 20 de Abril de 1573. (Livro I, fol. 81, *v*); Luzia, filha de Maria escraua de Jacome Dias, foi batizada a 30 de Abril de 1573 (Livro I, fol. 82, *v*).

Como exemplo de registo de casamento de pessoas da classe servil, transcreveremos o seguinte:

«A 30 de outubro de 75 recebi á porta da see a Bastião escrauo do sõr arcebispo com Lianor Nunez escraua forra por marido e molher do legitimo matrimonio asi como manda a santa madre igreja de Roma perante muitas testemunhas entre as quais forão Rui Fernandez criado do sõr Arcebispo e João de Foyos calciteiró, e por verdade assiney aqui dia mes e era ut supra. Petrus Vaaz cura. (Livro I, fol. 73, *v*).

Outro registo semelhante ao precedente se lê (Livro I, fol. 76, *v.*) do casamento, feito em 22 de janeiro de 1576, de Pedro de Sequeira escravo cativo de Manuel Soaires escrivão da fazenda e morador á porta de Santa Catarina, com Marta Roiz escrava cativa de Francisco das Povoas.

Como se vê os registos, posto que bastante concisos, contêm indicações relativas á filiação, profissão, morada e naturalidade das pessoas que intervieram no acto; e são mais minuciosos, se se referem a pessoas notáveis, fidalgas ou eclesiásticas. O valor dos mesmos registos sómente poderá ser apreciado devidamente depois de elaborado o índice dos nomes próprios de pessoas, por meio do qual é possivel estabelecer as relações de parentesco, e fixar datas dos principais actos da vida civil; e acidentalmente dão indicações relativas ás ruas da cidade. Os registos são pois um precioso subsídio para a história do último quartel do século XVI e primeiro do século XVII, e prestam-se a estudos estatísticos, sobre tudo demográficos.

O mesmo sócio correspondente, Sr. Edgar Prestage, tinha já apresentado á Academia a cópia dos livros de assentos da freguesia de Santa Cruz do Castelo, do periodo decorrido de 1536 a 1628; e a Segunda Classe da Academia determinou a impressão dos registos em volume separado, que foi publicado em 1913 pelos Snrs. Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, precedido de uma erudita introdução,

em que se demonstra a importância das publicações desta espécie, e seguido de um índice dos nomes próprios de pessoas com referências ás páginas do volume.

Eu julgo que os mencionados livros de assentos da freguesia da Sé de Lisbôa, relativos ao período decorrido de 1563 a 1610, são de valôr egual ao dos livros de assentos da freguesia do Castelo; e sou de parecer que a Academia das Sciências de Lisboa prestará um relevante serviço ao país promovendo a publicação dos registos da freguesia da Sé; convirá que a impressão seja feita em volume separado de formato e disposição eguais aos do já publicado, constituindo o 2.º volume da série.

Os Snrs. Edgar Prestage e Pedro de Azevedo são crédores do reconhecimento da Segunda Classe da Academia pela sua iniciativa e pelo fatigante trabalho de preparar esta publicação, que certamente contribuirá para manter o renome que tem a Academia das Sciências de Lisbôa, que procura acompanhar o movimento e progresso não só das sciências matemáticas, físicas e naturais, como das sciências históricas e sociais.

Lisbôa, 20 de dezembro de 1914.

José Leite de Vasconcelos.
Julio M. de Vilhena.
Henrique da Gama Barros.
A. Braamcamp Freire.
Francisco Maria Esteves Pereira (relator).

II

ESTUDOS, DOCUMENTOS E NOTÍCIAS

FRANCISCA DE RIMINI

Episódio do Interno de Dante e as suas versões em língua portuguesa

Nota de Francisco Maria Esteves Pereira, sócio correspondente

O episódio do Inferno de Dante, pelo qual ficou memorável a morte de Francisca de Rimini [1], é um do mais célebres e mais conhecidos da Divina Comédia[2]. É bem sabido o desenlace da lutuosa tragédia; mas são obscuras as circunstâncias do tempo e do logar, e até dos próprios protagonistas. A tradição, que é considerada mais autên-

---

[1] Dante, *Inferno,* canto V, tercetos 25 a 47.

[2] Acérca do episódio de Francisca de Rimini e das suas traduções portuguesas veja-se:

José Silvestre Ribeiro, *Dante e a Divina Comedia.* Lisboa, 1858, p. 64 a 71.

Dante Alighieri, O Inferno, poema em trinta e quatro cantos, ilustrado com as célebres composições de Gustavo Doré, versão portuguesa em tercetos por Domingos Eunes, acompanhada do texto italiano, seguida de notas e antecedida de uma breve notícia preliminar por Xavier da Cunha, 2.º Conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa. David Corazzi, Editor. Lisboa, 1887, p. xiii a xvii.

A Divina Comedia, de Dante Alighieri. *Inferno,* versão portuguesa por Joaquim Pinto de Campos. Lisboa, 1886, p. 129 a 166.

tica, foi recolhida por João Boccacio, no seu *Comento istorico* à Divina Comédia, e é como se segue.

Francisca era filha de Guido Novello de Polenta, senhor de Ravena e de Cervia. Depois de longa e desatrosa guerra entre êle e os Malatestas, senhores de Rimini, foi pactuada a paz; e para a tornar mais firme, assentou-se que Guido daria por esposa sua bela e jovem filha Francisca a Giovanni, filho de Malatesta de Verruchio. Giovanni era homem valoroso, mas desforme do corpo, coxo e desancado; e por isso conhecido pelas alcunhas de Gianciotto, Lanciotto, e Sciancado; Guido, contudo, preferiu-o a qualquer outro seu irmão, porque esperava que Giovanni, por morte de seu pai, fosse senhor de Rimini. Guido, porêm, como conhecia o génio altivo de sua filha, dispôs as cousas de modo, que no tempo aprasado para o casamento veiu Paulo, irmão de Giovanni, com procuração para receber Francisca. Paulo era mancebo de belo e agradável aspecto, e de boas maneiras. Na vespera do casamento, andando Paulo com outros cortesãos a passear em uma das avenidas do palácio de Guido, uma das damas de Francisca mostrou-lho da janela; e parece que Francisca desde que sôbre êle pôs os olhos, lhe deu tambêm o coração. Celebrou-se o artificioso casamento, e Francisca foi para Rimini; e não deu pelo engano senão no dia seguinte, quando viu levantar-se do seu lado o desforme Gianciotto. É fácil de crêr, que Francisca, vendo-se burlada, ardesse em despeito, e nela se avivasse o amor de Paulo.

Francisca e Paulo viviam em certa familiaridade; e tendo ido Gianciotto para algumas terras vizinhas a exercer as funções de governador *(potesta)*, os dois, sem suspeitar perigo algum, começaram de abusar da familiaridade. Um criado particular de Gianciotto, que isto observou, avisou Gianciotto, e prometeu-lhe que, quando quisesse, lhe confirmaria as suas delações por seus próprios olhos. Gianciotto, arrebatado de ira, veiu secretamente a Rimini;

e tendo visto entrar Paulo para a câmara de Francisca, foi logo à porta, na qual, não podendo entrar por ter sido fechada por dentro, bateu com força, e chamou por Francisca. Ambos conheceram a voz; Paulo abriu um alçapão, que dava para outro aposento, e disse a Francisca que abrisse a porta; mas Paulo não pode fugir, porque a armadura, que trazia vestida, se embaraçou em um gancho do alçapão. Entretanto Francisca abriu a porta; e entrando Gianciotto viu logo Paulo, e correu sôbre êle com um punhal para o matar; Francisca, pretendendo evitar a desgraça, atravessou-se entre Paulo e Gianciotto, no momento em que êste vibrava o golpe, de modo que sem querer trsapassou o peito de Francisca. Gianciotto, exasperado com êste incidente, como quem amava Francisca muito mais que a si próprio, assassinou Paulo, deixando assim ambos mortos. Gianciotto saiu subitamente de Rimini, e voltou para o logar do seu cargo. Os dois infelizes amantes foram sepultados na manhã seguinte em uma mesma sepultura na igreja de S. Agostinho de Rimini.

Êstes acontecimentos sucederam entre os fins de 1283 e princípios de 1285.

No episódio do Inferno, em que Dante celebra êste triste sucesso, o poeta quiz certamente lisongear a família de Guido Novello de Polenta, em cujos paços encontrara afectuoso acolhimento nos dias do seu exílio, e oferecer, em sinal de gratidão, consolações ao pai e aos irmãos de Francisca, a respeito de uma desventura que não podia ocultar-se. Mas Dante soube vencer de modo admirável as dificuldades do melindroso assunto; e o episódio foi tecido de maneira, que em vez de excitar impressões desagradaveis, como são naturalmente as inspiradas pela narração de um crime, atenuou a animadversão que pesava sôbre Francisca, e suscitou o sentimento de piedade a favor dos dois desventurados amantes. A culpa é purificada pelo ardor da paixão, que subitamente tinha irrom-

pido; o pudôr adorna e enfeita a confissão da fraqueza, que um exemplo provocára; e a compaixão parece ser o único sentimento que inspirou os delicados versos. Não póde dizer-se que Dante procurou justificar um crime; êste teve a devida punição, pois que os dois amantes sofrem no inferno os tormentos, dos que são culpados no pecado da luxúria; mas apresenta Francisca saindo da turba dos pecadores libidinosos, que blasfemam da providência divina, e parecendo acreditar, que ela, posto que tivesse sido condenada, não é de todo indigna, com o seu mísero amante, de endereçar súplicas a Deus, que formula em uma terna exclamação repassada de resignação. Nêste episódio só Francisca é que fala, em quanto que Paulo se conserva silencioso e chorando; porque ela, como mulher, era a mais própria para produzir mais viva emoção com a narrativa da lacrimosa tragédia, porque as palavras de Paulo não fariam senão esfriar os sentimentos de piedade suscitados pela comovedora narração de Francisca.

Dante mostra nêste episódio um profundo conhecimento do coração humano, e revela as superiores faculdades do seu génio, nobilitando a paixão dos dois desventurados amantes, e reabilitando a sua memoria.

Êste episódio, que os Italianos comparam com razão com os mais notáveis dos poemas antigos e modernos, tem sido em todos os tempos o enlevo e delicioso encanto de todos os homens, que possuem o sentimento do belo; lê-se sempre com prazer na língua original; e é difícil de ser traduzido em outra língua com perfeita exatidão.

Das obras dos quatro grandes poetas italianos, Dante, Petrarca, Ariosto, e Tasso, aquelas que parecem ter sido menos lidas e estudadas pelos poetas portugueses dos séculos XVI a XVIII, são certamente as de Dante; êste facto não póde atribuir-se a desconhecimento nem a menosprezo da Divina Comédia; mas talvez se explique pela dificul-

dade da compreensão do poema, e sobretudo pelo espírito nimiamente meticuloso, que em assuntos religiosos predominou em Portugal naquela época.

No século XIX, porêm, a admiração da obra do grande poeta florentino foi mais intensa entre aqueles, que falam a língua de Camões; e muitos são os escritores de Portugal e do Brazil, que a leram e estudaram; e se não trasladaram na língua portuguesa toda a obra de Dante, deram dela amostras em verso e prosa, que merecem atenção. Mas êstes trabalhos não são meramente uma tradução, no sentido restrito desta palavra, isto é, a interpretação gramatical do texto original para servir aqueles que não compreendem a língua italiana; mas verteram os admiráveis versos de Dante como poetas inspirados ou primorosos prosadores. É evidente que em razão das exigências do verso, isto é, do metro, da rima, e da disposição estrófica, as obras assim compostas são uma tradução mais ou menos livre, e muitas vezes parafrástica, em que o poeta revela as faculdades do seu génio e o prosador as suas aptidões literárias. Todavia é forçoso confessar, que apesar do grande mérito dos trabalhos dos escritores portugueses e brasileiros, as versões não exprimem rigorosamente os pensamentos de Dante; e que aquele que pretende conhecer com exatidão o poema e o sentir do seu autor, tem de o ler na língua original.

Em seguida reproduzem-se as traduções portuguesas em verso e prosa, que foi possivel coligir; são elas:

Traduções em verso:

1. De João de Deus, publicada no jornal *O Vimaranense,* em 1865;

2. De João de Deus, publicada na 1.ª edição do *Campo de flores,* em 1876;

3. De António José Viale, publicada na *Miscelanea hellenico-literaria,* em 1868;

4. De José Ramos Coelho, publicada nas *Obras poeticas de Ramos Coelho,* em 1910;
5. De Domingos Ennes, publicada na versão portuguesa de *O Inferno,* em 1887;
6. De Francisco Serra, publicada na *Gazeta de Portugal,* em 1888;
7. De Eduardo Augusto Vidal (sómente quatro tercetos), publicada nos *Contos de sesta,* em 1870;
8. Do Dr. Luís Vicente de Simoni, publicada no *Ramalhete poetico do Parnaso italiano,* em 1843;
9. De José Pedro Xavier Pinheiro, publicada na tradução brasileira do *Inferno*, em 1907.

Traduções em prosa:

1. De José Silvestre Ribeiro, publicada no livro *Dante e a Divina comedia,* em 1858;
2. De A. de Sequeira Ferrás, publicada em *O Pantheon*, em 1880-1881.
3. De Joaquim Pinto de Campos, publicada na tradução do *Inferno*, em 1886.

A comparação de todas estas traduções é muito interessante sob o ponto de vista literário; demonstra a riquesa e flexibilidade da língua portuguesa, porque os mesmos pensamentos são revestidos de tantas maneiras, sem que os escritores copíem uns dos outros.

Texto

Poscia ch'io ebbi il mio dottore uditto
nomar le donne antiche e i cavalieri,
pietà me vinse e fui quasi smarrito.
Io cominciai: Poeta, volentieri
parlerei a que' duo che'nsieme vanno,
e pajon sì al vento esser leggieri.
Ed egli a me: Vedrai quando saranno
più presso a noi; e tu allor li prega
per quell'amor ch'ei mena, e quei verranno.

Si tosto come'l vento a noi li piega,
mossi la voce: O anime affanate,
venite a noi parlar, s'altri nol niega.
Quali colombe dal disio chiamate,
con l'ali aperte e ferme al dolce nido
volan per l'aer dal voler portate;
cotali uscir della schiera ov'è Dido,
a moi venendo per l'aer maligno;
sì forte fu l'affetuoso grido.
O animal grazioso e benigno,
che visitando vai per l'aer perso
noi che tignemmo'l mondo di sanguigno.
Se fosse amico il Re dell'universo,
noi pregheremmo lui per la tua pace,
po' ch' hai pietà del nostro mal perverso.
Di quel ch'udire e che parlar vi piace,
noi udiremo e parleremo a vui,
mentre che'l vento come fa si tace.
Siede la terra dove nata fui
su la marina dove'l Po discende
per aver pace co' seguaci sui.
Amor ch'al cor gentil ratto s'apprende,
prese costui della bella persona
che mi fu tolta, e'l modo ancor m'offende.
Amor ch'a nullo amato amar perdona,
mi prese del costui piacer sì forte,
che come vedi ancor non m'abbandona.
Amor condusse noi ad una morte:
Caina attende chi'n vita ci spense.
Queste parole da lor ci fur porte.
Da ch'io'ntesi quell'anime offense,
chinai'l viso e tanto'l tenni basso,
fin'l poeta mi disse: Che pense?
Quando risposi, cominciai: Oh lasso,
quanti dolci pensier, quanto disio
menò costoro al doloroso passo!
Poi mi rivolsi a loro, e parlai io,
e cominciai: Francesca, i tuoi martiri
a lagrimar mi fanno triste e pio.
Ma dimmi: al tempo de'dolci sospiri,
a che e come concedette amore
che conosceste i dubbiosi desiri?

Ed ella a me: Nessum maggior dolore,
che ricordarsi del tempo felice
nella miseria; e ciò sa'l tuo dottore.
Mas se a conoscer la prima radice
del nostro amor tu hai cotanto affeto,
dirò come colui che piange e dice.
Noi leggevamo un giorno per diletto,
di Lancilotto come amor lo strinse;
soli erevamo e senza alcun sospetto;
per piu fiate gli occhi ci sospinse
quella lettura, e scolorocci'l viso
ma solo un punto fu quel che ci vinse.
Quando leggemo il disiato riso
esser baciato da cotanto amante;
questi, che mai da me non fia diviso,
la bocca mi baciò tutto tremante:
Galeotto fu il libro e chi lo scrisso:
quel giorno più mon vi leggemmo avante.
Mentre que l'uno spirto questo disse,
l'altro piangeva sì, che di pietade
io venni men così com'io morisse,
e caddi come corpo morto cade.

[*La Divina Comedia* de Dante Alighieri. Parigi 1838, *Inferno*, canto V, 24-47]

1. Tradução de João de Deus

Eu, se podesse, mas talvez não deva...
chamava aquelles dois, que além se avistam,
leves, parece, como o ar que os leva.
Chama-os, que podes; vê quanto eles distam,
e falando-lhes tu de um modo terno,
virão logo que os ventos não resistam.
Trazendo-os perto os furacões do inferno:
Falae-me, brado, ó almas desgraçadas,
se não se vos impoz silencio eterno.
Duas pombas que amor sustem ligadas,
não batem tão eguaes em vôo certo
para o seu ninho as azas compassadas;
nem voam mais subtís num ceu aberto,
que elles da turma, em que andava Dido,
desceram a falar-me de mais perto.

Ah! benigno mortal, mortal querido,
que ao halito de impura tempestade
visitas o crime... coração condoido!
Se fosse nossa amiga a divindade,
pediamos-lhe desse a gloria santa
a ti, que tens de nós tanta piedade!
Nós te diremos o que ouvir te encanta,
e te ouviremos o que o dó te inspira,
em quanto o vento ao ar nos não levanta.
A minha patria, pela qual suspira
inda a minha alma, junto ao mar se estende
nas praias, onde o Pó descança e expira.
Em peito juvenil facil se acende
amor pela beleza, e... mas que digo,
se o que Paulo me fez ainda me ofende.
Ninguem de si afasta um peito amigo...
e assim como inda Paulo a mim se abraça,
assim um dia se abraçou comigo.
Eis senão quando a ambos nos traspassa
punhal de impio Cain... mão fratricida...
E nisto a voz da sombra se adelgaça.
A cabeça curvou-se-me, e pendida
largo espaço ficou... Que te amargura?
diz-me o poeta em voz enternecida.
Ah! falsa, exclamo, perfida ternura,
que inefavel amor, que intimo encanto
se lhes não tornou pois em desventura!
Mas escuta, Francisca, se este pranto,
podesse elle adoçar-vos o martirio...
nasce de afecto cordial e santo:
e como foi que em subito delirio
vos suscitou amor no peito amante
desejos que ainda ignora um casto lirio!
Se ha desgosto maior, mais penetrante,
que contar na desgraça a vida antiga,
diga Vergilio, que não está distante.
Mas pois na historia triste, que nos liga
desejas não ter duvida nenhuma,
que pode haver que eu saiba e te não diga!
Liamos as passagens de uma em uma
da vida de Lanciloto o namorado,
ambos sosinhos sem suspeita alguma:

e eu já mais de uma vez tinha encontrado
meus olhos nos de Paulo, e a cor perdido,
sem chegarmos ao ponto desgraçado.
Alcança o amante o beijo apetecido;
colhe-o... e nisto Paulo anciado e doudo,
Paulo, que sempre a mim terei unido,
beija-me a boca, tremula de medo,
que me caiu no chão das mãos o escrito...
e nós não lemos mais no dia todo!
Põe-se a chorar do que me havia dito,
e elle gemia e tanto, que eu absorto,
pallido, horrorisado, ancioso, afflicto,
caí, mas como cai um corpo morto.

[*O Vimaranense*, n.º 412, de sexta feira, 30 de novembro de 1866; folhetim da 1.ª pagina].

2. Tradução de João de Deus

Disse eu então: Poeta, vês aqueles,
abraçados, velozes como o vento?
desejava poder falar com eles.
Chamando-os com enternecimento,
em cá passando mais do nosso lado,
são dois amantes, lograrás o intento.
Assim que o vento os aproxima, brado:
Oh almas d'uma eterna anciedade,
vinde falar-me, se vos isso é dado.
Como um casal de pombas, com saudade
do ninho, vem no ar, d'aza espalmada,
não mais que por impulso da vontade.
Rompendo aquela aragem empestada,
acodem lá do bando onde anda Dido,
á suplica tocante e magoada.
Ah mortal generoso e condoido,
que nos visitas neste escuro horrendo,
deixando nós de sangue o chão tingido!
Do Senhor impetráramos podendo,
já que tens dó do nosso mal enorme,
o teu descanso eterno em falecendo.
Queiras ouvir-nos ou falar, conforme,
é só dizer ou perguntar, mais nada,
em quanto o vento, como agora, dorme.

A terra, onde nasci, fica assentada
na praia, onde a final o Pó descansa,
e os que o seguem na marcha arrebatada.
Amor, que em nenhum moço acha esquivança,
prendeu êste a um corpo... que roubado
foi á minha alma em barbara vingança!
Amor, que obriga amar quem é amado,
poz-me com elle tão condescendente,
que ainda, como ves, me anda abraçado.
Amor nos deu a morte juntamente,
quem nos matou irá para as Cainas.
Disseram elles isto fielmente.
Depois de ouvir as vitimas mofinas,
scismando cabisbaixo, em tal postura,
pergunta-me o Poeta: Em que imaginas?
Começo respondendo: Oh desventura!
quanta esperança, quanta simpatia
a ambos não cavou a sepultura.
E voltando-me a quem me referia:
Olha, Francisca! dó dos teus tormentos
estas lagrimas tristes desafia.
Mas na quadra dos vagos sentimentos,
conta-me: como foi que conheceste
os amorosos languidos momentos!
O desgosto maior dum triste é este,
falar do tempo que passou, confesso:
que o diga o proprio guia que trouxeste.
Mas desejando tu com tanto excesso
conhecer de raís esta amizade,
entre vozes e lagrimas começo:
Liamos ambos, por curiosidade
certa historia d'amores, que idearam,
nós sós, um dia, livres de maldade.
Muita vez nossos olhos se espantaram,
e descoramos, lendo a historia estranha;
mas dos lances que mais nos abalaram,
foi quando em suma o terno amante apanha
o doce beijo, por que andava ardendo;
este, que eternamente me acompanha,
beija-me a boca a mim, todo tremendo!
a culpa foi do livro que se lia!
Não se continuou o dia lendo.

Em quanto assim Francisca respondia,
chorava Paulo, a ponto d'aterrado,
me ver nas convulsões da agonia,
e cair como um corpo inanimado.

[*Campo de Flores*, 1.ª edição, 1876].

3. Tradução de Antonio José Viale

Tão cru não sou, que nomear ouvisse
tantas damas e antigos cavaleiros,
sem que dó de seus males me pungisse.
Fallar quisera, eu disse, aos dois parceiros
que ali te aponto, ó vate: eu vir os vejo,
leves ao vento turbido, ligeiros.
Volveu: De o conseguir terás ensejo:.
Eis vem chegando: pelo amor lh'o pede
que os conduz: cumprirão o teu desejo.
Eu, mal o vento a nós os volve e cede,
clamo: Falae-nos, almas consternadas,
se o celeste poder não vo-lo impede.
Quaes com as azas firmes, despregadas,
saudosas pombas ao seu caro ninho,
pelo proprio querer voam levadas;
taes, d'entre o bando misero e mesquinho,
onde está Dido, a nós correm velozes:
grato o brado lhes foi, grato o carinho.
Ente que soltas meigo as doces vozes,
e nesta solidão vens visitando
nós vitimas de morte e dor atrozes,
se o rei da terra e ceu nos fôra brando,
ousaramos pedir te desse paz,
pois que tens dó do nosso mal infando.
Do que ouvir e dizer te agora apraz;
ouvir, dizer, tambem a nós agrada,
em quanto o vento bonançoso jaz.
A terra em que eu nascera é situada
do mar nas praias, onde o Pó descende,
por não ser do seu curso a paz turbada.
Amor, que prestes nobre peito acende,
a este cativou da formosura,
que por guisa perdi que inda me ofende,

Amor, que exige, em pago, amor, ternura,
por ele me inspirou paixão tão forte,
que, como, vendo estás, inda hoje dura.
Amor foi causa aos dois da mesma morte,
furna caïna, penas infinitas,
esperam quem nos deu o extremo corte.
Ouvindo as almas tetricas, aflictas,
para o solo, pensoso, a fronte inclino,
té que o vate me esperta: O que cogitas?
Triste exclamei: oh barbaro destino!
quanto longo scismar, que imagens ternas,
hão levado este par ao termo indino!
A elles me volvi: Tu me consternas,
Francisca, ao recontar teu negro fado,
que te faz padecer magoas eternas.
Mas dize: no de amor tempo dourado,
como haveis conhecido o tão funesto
anhelo dubio, vívido cuidado?
Ella me torna: Nada mais molesto
que recordar, na dor, dita passada:
de teu mestre a sentença em prova atesto.
Mas se queres a origem malfadada
do nosso amor saber, a sorte impía
chorando a vou contar, e lastimada.
Por passatempo liamos um dia,
de Lançarote, como a amor cedera;
eramos sós, e nada se temia.
Um crebro mutuo olhar em nós fizera,
em tal leitura, pallido o semblante,
mas um ponto deu aso á paixão fera.
Quando nós lemos que tão nobre amante
em roseos labios dera um beijo ardente,
este, de quem jamais serei distante,
na boca me beijou todo tremente:
rufião foi o autor e o seu escrito.
Não lemos nele então mais longamente...
Em quanto assim falava aquele esp'rito
chorava o outro. Eu, subito, desmaio,
tanto a dor me lacera o peito aflicto,
e qual cai corpo morto, eu em terra caio.

[*Miscellanea hellenico-litteraria,* por António José Viale. Lisboa, 1868, p. 78-8].

4. Tradução de José Ramos Coelho

D'esses varões e donas tendo ouvido
ao meu doutor a historia, tal piedade
senti, que fiquei quasi sucumbido.
E comecei: Poeta, com vontade
falára áqueles dois, que juntamente
leva o vento com tanta agilidade.
Ao que elle: Quando mais proximamente
forem, tu pelo amor que ambos inspira
lh'o pede: hão-de attender-te certamente.
Logo que o vento pois a nós os vira:
Vinde falar-nos, clamo, almas penadas,
se d'outrem nisto não provais a ira.
Quais pombas do desejo estimuladas,
que, azas abertas, o seu ninho brando
buscam, em firme vôo, apressuradas;
assim dos reus a turba os dois deixando,
tão forte foi o grito afectuoso,
vôam a nós, o ar mau atravessando.
Ó mortal, agradavel, generoso,
que visitando vens neste ar adverso
os que o mundo tornaram sanguinoso;
se amigo o Rei nos fosse do universo,
nós paz lhe pediriamos te désse,
pois te compunge nosso mal perverso.
Dize quanto dizer se te oferece,
que a tudo que disseres, se responde;
em quanto o vento a repousar se esquece.
Na marinha nasci, na costa onde
co'os afluentes seus o Pó descende,
e para socegar no mar se esconde.
Amor, que as ternas almas cedo prende,
prendeu este da minha formosura,
que me roubaram; como, inda me ofende.
Amor, que amor compensa com ternura,
a este me ligou em nó tão forte,
que aqui inda hoje, como vês, perdura.
Amor deu-nos aos dois a mesma morte;
a negra furna de Caína espera
quem nos assassinou por esta sorte.

Apenas um e outro assim dissera,
eu os meus olhos abaixei, e tanto,
que o meu poeta perguntou o que era.
Ao que lhe respondi: Ah! quanto, quanto
doce pensar, e anhelo arrebatado
a esse fim os levou digno de pranto!
Isto dizendo, para os dois voltado,
principiei: Francisca, as tuas dores
obrigam-me a chorar-te consternado.
Mas dize-me: no tempo dos amores,
porque, e como foi que tu sentiste
da paixão os desejos tentadores?
Ao que ella a mim: Nada peor existe
que lembrar na desgraça a f'licidade;
bem o sabe o poeta, que te assiste.
Mas se tamanha é tua vontade
de ouvir do nosso amor o fundamento,
a chorar contarei toda a verdade.
Por distração, de medo o peito isento,
como foi Lançarote a amor cativo
liamos, sós, um dia, um e outro atento.
E lendo-o, muita vez o olhar mais vivo
trocámos, descorou-nos o semblante;
mas foi um ponto só o decisivo.
Ao ver beijados por tão grande amante
os labios que ele tanto anciado havia,
este, que me é e será constante,
beijou meus labios, e ao beijar tremia;
foi o culpado o autor e o seu escrito;
depois não lemos mais naquele dia.
Em quanto que por um isto era dito,
o outro chorava assim na magoa absorto,
que eu desmaiei de compaixão, aflicto,
e caí, como cai um corpo morto.

[*Obras poeticas de Ramos Coelho*. Lisboa, 1910, p. 382-384].

5. Tradução de Domingos Ennes

Eu vi Páris, Tristão... O abismo encerra
mil sombras, cujos nomes não olvido,
que vitimas do amor foram na terra.

O Mestre as apontava. E tendo ouvido
citar heroes e donas do passado,
de compaixão fiquei desfalecido.
Mas disse-lhe: Ó Poeta, eu de bom grado
falava aos dois, que voam lá em cima
unidos sempre e caminhando ao lado...
Respondeu: Vê se um sopro os aproxima;
e pede que te escutem, invocando
esse imortal afecto que os anima.
Eu, quando o vento os foi aproximando:
Falae, lhes disse, ó almas sem ventura,
se a isso não se opõe do Eterno o mando!
Como um casal de pombas que da altura,
com firme vôo, que a saudade alenta,
desce, e busca do ninho a sombra pura;
o cortejo, onde Dido se lamenta,
os dois abandonaram, tam distinto
resoou o meu brado na tormenta!
Ente amavel, que vens neste recinto
falar com tal doçura e caridade,
quando do nosso sangue o mundo é tinto:
se fosse nossa amiga a Divindade,
a paz lhe rogariamos te désse,
já que de nós tu mostras ter piedade.
Apraz-nos atender á tua prece;
de ouvir nossas respostas tem esp'rança,
por quanto o vento subito emudece.
O meu país do mar é vizinhança,
onde o Pó, acabando a extensa lida,
se junta aos afluentes e descansa.
Um coração gentil a amar convida;
o corpo lindo, que me foi roubado,
de um terno coração me fez querida.
A amar induz amor um ente amado;
ser amada enlevou-me de tal sorte,
que este encanto me tem acompanhado.
Mão cruel nos uniu emfim na morte;
pune a Caína o crime seu nefando!
Eis a fala a que o vento deu transporte.
Eu, o indignado espirito escutando,
a cabeça inclinei tão pesaroso...
que o Poeta disse-me: Em que estás pensando?

Respondi, quando tive algum repouso :
Ai ! quantos pensamentos encantados
causaram o seu termo lastimoso !
E volvendo aos amantes malfadados,
comecei : Ó Francisca, ao pranto eu cedo,
e triste chóro os teus mesquinhos fados !
Mas dize : nesse tempo doce e ledo
dos teus suspiros . . . como descobriste
desejos, que o pudor tinha em segredo ?
Disse ella : No infortunio é muito triste
falar das horas de prazer e encanto !
Isto mesmo ao teu Mestre já ouviste.
Mas cumprindo teus votos, entretanto,
qual a origem que teve o nosso enleio . . .
di-lo hei, chorando inconsolavel pranto.
Nós liamos a sós por devaneio
de Lanciloto a historia inebriante,
sem maldade e sem ter nenhum receio . . .
Lemos com pressa e palido semblante
certos pontos do livro feiticeiro,
mas venceu-nos depois um só instante.
Quando vimos o nobre cavaleiro
beijar a boca, que gentil sorria,
o meu inseparavel companheiro
beijou-me . . . e palpitante me cingia . . .
serviu de medianeiro o autor do invento,
e nós não lemos mais naquele dia . . .
Em quanto ella falava, elle um momento
não deixou de chorar mudo e absorto . . .
a vida me faltou . . . fugiu-me o alento . . .
e caí, como cái um corpo morto.

[Dante Alighieri, *O Inferno,* poema em trinta e quatro cantos. Versão portuguesa em tercetos por Domingos Ennes. Lisboa, 1887, p. 78-86].

6. Tradução de Francisco Serra

Vi Páris e Tristão e um numeroso
turno, que o mestre aponta, e vae nomeando,
vitimas só do amor pecaminoso.
E apenas começou assim falando
nas damas d'outro tempo e cavaleiros,
moveu-me a compaixão desanimando.

Poeta, de bom grado aos dois primeiros
falaria, por ver que unidos vão
correndo como o vento tão ligeiros.
Espera, me atalhou, que algum tufão
de nós os traga perto, e em nome o pede
do amor que os liga, e pronto aqui virão.
Mal o vento os conduz, abranda e cede,
a voz levanto: Ó almas afanosas,
falai-nos, se o falar se vos concede.
Quaes pombas que o desejo tras anciosas,
e amor impele ao ninho apetecido,
batendo as leves azas pressurosas;
assim partem da turma, onde está Dido,
e a nós baixam do ambito maligno,
tão alto foi meu brando rogo ouvido.
Ó tu que nos visitas, ser benígno,
no mundo o nosso sangue foi disperso,
quando nos atraiu capricho indigno.
Se nos ouvisse Deus, rei do universo
pediramos-lhe a paz no teu descanso,
já que és piedoso ao nosso mal perverso.
Dize que te apraz saber, neste remanso
conversaremos recordando a vida,
em quanto o vento assim percorre manso.
A terra, em que nasci e os meus parentes,
do mar não dista, onde o Pó se estende,
e vai reunir-se em paz aos afluentes.
Amor, que o fragil peito doma e prende,
rendeu Paulo á beleza que impressiona,
e agora extinto, a pena inda me ofende.
Ao ente amado, amor vence e apaixona,
e encheu-me logo dum prazer tão forte,
que ainda como ves, não me abandona.
No mesmo empenho amor nos deu a morte,
Caina espera o monstro fratricida.
Tal disse a voz em lugubre transporte.
De olhos baixos e fronte ao chão pendida,
fiquei ouvindo os entes contristados,
até que o Poeta diz: Pensas na vida?
Mal pude responder: Ai! desgraçados,
que pensamentos, que desejo e goso
ao feio abismo os arrastou mingoados!

E volvendo-me ao grupo desditoso:
Francisca, os teus martirios e tormentos
chorar me fazem triste e carinhoso.
No meigo suspirar desses momentos,
dize, como foi do amor, que a intensidade
secreta conheceste e os seus intentos?
Não ha, me respondeu, maior saudade,
que lembrar na miseria a breve aurora
feliz, teu mestre sabe esta verdade!
Se a origem te apraz saber agora
do nosso eterno amor e doce afecto,
contar-t'a vou, como quem fala e chora.
Um dia, lendo em jubilo descreto
de como a Lanciloto o amor venceu,
sós nos achamos, sem receio inquieto.
Fito o olhar, muita vez nos suspendeu
a leitura, que o rosto nos corava;
mas um só ponto fôi que nos perdeu.
Quando lemos que os labios que adorava,
beijava louco o venturoso amante,
este a que sorte eterna me ligava,
a boca me beijou todo tremente;
foi o nosso Galeoto o autor do escrito,
e a leitura cessou desde esse instante.
Em quanto a sombra della assim me ha dito,
chorava a delle tanto, que eu absorto,
ouvindo-os me senti morrer d'aflicto,
e caí, como cái um corpo morto.

[*Gazeta de Portugal,* n.º 178, de 3 de Junho de 1888, p. 3].

7. Tradução de Eduardo Augusto Vidal

Nós liamos um dia distraidos
de Lancelote a historia apaixonada;
eramos sós, mas puros nos sentidos.
Mais de uma vez sentimos enleiada
a vista, e murcha a côr da fronte acesa,
mas foi num ponto a culpa suscitada.
Quando lemos que a pálida beleza
a um beijo se rendeu do ancioso amante,
esta alma que á minha alma andará presa,

deu-me na boca um beijo delirante;
fora o livro traidor: naquele dia
não tornamos a ler sequer um instante.

[E. A. Vidal, *Contos da Sesta* Lisboa, 1870, p. 143; *Artes e Letras,* 2.º ano, 1877, p. 14-15];

8. Tradução do Dr. Luiz Vicente de Simoni

Depois de eu do meu mestre ter ouvido
nomear priscas damas, cavaleiros,
fiquei de compaixão quasi perdido.
E disse: Vate, aos dous, que companheiros
andando vão, fallar um pouco almejo,
aos que ao vento parecem tão ligeiros.
E elle tornou-me: Espera pelo ensejo
de os termos perto, e pelo amor que os pega
suplica-os, e farão o teu desejo.
Logo que o vento para nós os chega,
eu solto a voz: Ó almas magoadas,
vinde falar-nos, se ninguem o nega.
Quaes do desejo pombas convidadas,
stendendo imotas azas, ao querido
ninho pelo ar são do querer levadas.
Tais sairam do bando onde está Dido,
vindo p'ra nós por esse ar perigoso,
tanto pode o chamado enternecido.
Ó animal benigno e generoso,
que visitas neste ar á culpa adverso,
nós que o mundo deixamos sanguinoso:
se nos amasse o Deus do universo
lhe pediramos nós a tua paz,
pois tu tens dor do nosso mal perverso.
De tudo quanto ouvir falar vos praz,
falar-vos-hemos, e prestar ouvido
em quanto o vento pára, como faz.
Fica o país, onde eu tenho nascido,
á beira-mar, aonde o Pó descende
p'ra c'os socios seus jazer perdido.
Amor, que logo gentil alma prende,
este prendeu pela bela pessoa,
que tirou-se-me, e o modo inda me ofende.

Amor, que amar a amados não perdoa,
deste aos agrados me prendeu tão forte,
que, como ves, inda comigo voa.
Amor levou-nos ambos a igual morte,
caina espera, a quem tirou taes vidas.
A nós falaram elles desta sorte.
Logo que ouvi tais almas ofendidas,
baixei os olhos, nem mudei de traço,
até que o vate disse-me: Em que cuidas?
Ai, que lembrança! a responder eu passo,
quantas doces ideias! qual desejo,
estes levou ao doloroso passo!
Para os mesmos depois no meu ensejo,
assim falei: Francisca, aos teus tormentos
triste e piedoso em lagrimas me vejo.
Mas dize: a que, e como nos momentos
dos suaves suspiros deu o amor
conhecerdes ocultos sentimentos?
Ella tornou-me: Não ha dor maior,
do que lembrar-se de tempo feliz
em a miseria, e o sabe o teu Mentor.
Mas de saber da primordial raiz
do nossso amor, se tanto estás ardendo,
eu falarei como quem chora e diz.
Por prazer nós um dia iamos lendo
de como a Lançarote amor prendeu:
stavamos sós e nenhum mal temendo.
Essa leitura os olhos nos moveu,
e o rosto poz bem vezes descorado;
mas um instante foi que nos venceu.
Quando lemos que o riso desejado,
beijado fora por tão grande amante,
este, que nunca deixará meu lado,
beijou-me a boca todo tremulante;
foi do livro e do autor esse delicto:
nesse dia hi não lemos mais adiante.
Em quanto assim fallava aquele esp'rito,
chorava o outro, a ponto que eu tocado
desmaiei, qual da morte no conflicto,
e caí, como cai um corpo exalmado.

[*Ramalhete poetico do Parnaso italiano*, pelo Dr. Luiz Vicente De-Simoni. Rio de Janeiro, 1843, p. 27-33].

9. Tradução de José Pedro Xavier Pinheiro

Helena vi, a causa fementida
de tanto mal, e Achiles celebrado,
que teve por amor a extrema lida.
Páris, Tristão, e um bando assinalado,
de sombras me indicou, nomes dizendo,
que á sepultura amor tinha arrojado.
A compaixão me estava confrangendo
d'essas damas e antigos cavaleiros,
nomes ouvindo e maguas conhecendo.
Então disse eu: Poeta, aos companheiros
dois, que ali vem, falar muito desejo:
ao vento ser parece tão ligeiros!
Has-de ter, me tornou, azado ensejo,
quando forem mais perto: então lhes pede
pelo amor que os uniu: virão sem pejo.
Quando acercar-se o vento lhes concede,
a voz alcei: Oh! vinde, almas aflictas,
falar-nos, se alta lei não vo-lo impede.
Quais pombas, que saudosas, de azas fitas
ao doce ninho, em voo despedido,
vão pelo ar, aos desejos seus adstrictas:
tais sairam da turba, em que era Dido,
a nós as duas sombras se inclinando,
tanto as moveu da voz o tom sentido!
Ente benino, compassivo e brando,
que nos vens visitar por este ar perso,
tendo nós dado o sangue ao mundo infando;
se amigo o Senhor fosse do universo,
da paz, aos rogos nossos, gozarias,
pois te enternece o nosso mal perverso.
Em quanto o vento é quedo, o que dirias
havemos nós de ouvir atentamente;
diremos quanto ouvir desejarias.
Onde, a paz desejando, o Pado ingente,
com seus vassalos para o mar descende,
a terra, em que hei nascido, está jacente.
Amor, que os corações subito prende,
este inflamou por minha formosura,
que roubaram-me: o modo inda me ofende.

Amor, que em paga exige igual ternura,
tomou por elle em tal prazer meu peito,
que, bem o vês, eterno me perdura.
Amor nos igualou da morte o efeito;
a quem no-la cavou, Caina esperas.
Após tais vozes foi silencio feito.
D'aquellas almas as angustias feras
a meditar amargo a fronte inclino,
té que o Mestre exclamou: Que consideras?
Quando pude falei: Cruel destino!
que doce cogitar, que meigo incanto,
precederam do par o fim maligno!
Aos dois voltei-me, e disse-lhes entanto:
Teus martirios, Francisca, me angustiam,
movem-me a triste, compassivo pranto.
Quando os doces suspiros só se ouviam,
como, em que Amor mostrar-vos ha querido
os desejos, que ainda se escondiam?
Não ha, disse, tormento mais dorido,
que recordar o tempo venturoso
na desgraça. Teu Mestre o tem sentido.
Mas porque de saber es desejoso,
como nasceu a flor do nosso afecto,
direi chorando o lance lastimoso.
Por passatempo eu lia e o meu dilecto
de Lanceloto extremos namorados:
eramos sós, de coração quieto.
Nossos olhos, por vezes encontrados,
cessam de ler; ao gesto a côr mudara,
um ponto só deu causa aos nossos fados.
Ao ler que nos labios osculara
o desejado riso o heroico amante,
este, que mais de mim se não separa,
a boca me beijou todo tremente;
de Galeotto fez o autor e o escrito:
em ler não fomos nesse dia avante.
Em quanto a historia triste um tinha dito,
tanto carpia o outro, que eu absorto
em piedade, senti letal conflicto,
e tombei como tomba um corpo morto.

[Dante Alighieri, *Divina Comedia,* tradução brasileira por José Pedro Xavier Pinheiro. *Inferno.* Capital Federal, 1907, p. 67-69].

1. Tradução de José Silvestre Ribeiro

Depois que eu ouvi o meu doutor nomear as donas antigas e os cavaleiros, a compaixão me oprimiu, e eu fiquei de todo prostrado.

Eu comecei: Poeta! desejava falar áquellas duas sombras, que juntas marcham, e levemente parecem mover-se á discrição do vento. E elle me respondeu: Espera que se avizinhem de nós, e então pede-lhes pelo amor que as anima, que venham ter contigo, e por certo virão. Logo que se aproximaram, ergui a voz, e lhes disse: Ó almas desaventuradas, vinde falar-nos, se ninguem vô-lo impede. Bem como duas pombas, instigadas por amoroso desejo, com as azas abertas e imoveis vooam ligeiras para o doce ninho, aonde as conduz a mesma vontade, assim as duas sombras se separaram da turma onde está Dido, vindo para nós atravez da funesta atmosfera: tamanha impressão lhes fez o meu afectuoso convite!

Ó benigno e amavel mortal! tu, respirando este ar espesso e sombrio, vens visitar dous infelizes, que tingiram de sangue a terra. Se o Rei do Universo podesse ser-nos propicio, mui grato nos seria orar por ti, pois te compadeces dos nossos males! De bom grado escutaremos as tuas perguntas, de bom grado responderemos a ellas, em quanto o vento estiver calado, como está agora. A terra, onde eu nasci, assenta-se ás bordas do mar, lá onde o Pó desemboca para dar repouso a si e aos seus afluentes. O amor, que tão rapido se acende em um nobre coração, impressionou este infeliz pela minha beleza, da qual fui despojada por um golpe, que ainda me sensibilisa e ofende. O amor, que não consente deixar de amar quem nos ama, me inspirou um tão vivo desejo de lhe comprazer, que aqui mesmo, como estás vendo, não me abandona ainda esse sentimento. O amor nos conduziu ambos á morte, e o abismo de Cain está aguardando aquele que nos apagou a vida. Taes palavras proferiu a misera sombra.

Depois que ouvi isto, inclinei a cabeça, e por muito tempo a tive baixa, até que Vergilio me disse: Que pensas? E eu lhe respondi: Ah! quanto de suaves pensamentos, quanto de desejos conduziram estes mesquinhos ao doloroso passo! Depois volvi-me para elles, e assim comecei: Francisca! os teus martirios me fazem chorar de tristeza e de compaixão. Mas dize-me: Ao tempo dos ternos suspiros, em que, e como vos revelou o amor os duvidosos desejos? E ella me replicou: Não ha sentimento mais doloroso, do que recordar venturas nos dias do infortunio; e o teu mestre bem o sabe. Mas como tanto te interessas em saber a origem do nosso amor, eu t'o

vou dizer, e pranto correrá sempre. Nós estavamos lendo um dia, para recreio, na historia de Lanciloto o modo por que o amor os cativou; estavamos sós, e sem a menor desconfiança. Por mais de uma vez esta leitura fez encontrar os nossos olhos, e os nossos semblantes descoraram; mas um só ponto triumfou de nós. Quando lemos que um tal amante colhera num terno sorriso o beijo havia longo tempo apetecido; este, que de mim jamais se afastará, chegou os abrasados beiços á minha tremula boca... Galeotto foi o livro, e quem o escreveu. Naquelle dia não lemos mais. Em quanto aquela sombra assim falava, a outra soltava tão profundos suspiros, que eu de compaixão quasi desmaiei, e caí como cai um corpo sem vida.

[João Silvestre Ribeiro, *Dante e a Divina Comedia,* tomo I, Lisboa, 1858, p. 64-67].

2. Tradução de A. de Sequeira Ferrás

Eu comecei: Poeta, de boa vontade fallaria áquelles dois, que vão juntos, e que o vento parece mover tanto a seu sabor.

E elle a mim: Espera que estejam mais perto de nós, e então pede-lhes por aquelle amor que os transporta, e elles virão.

Logo que o vento os trouxe para ao pé de nós, levantei a voz: Ó almas desditosas, se ninguem vo-lo prohibe vinde-nos fallar.

Bem como duas pombas, chamadas pelo desejo e levadas pela vontade, vão atravez do ar com as azas abertas e immoveis, para o doce ninho; assim ellas [as duas almas], saindo do tropel onde está Dido, vieram a nós pelo ar maligno; tanta força teve o meu affectuoso pedido.

Ó gracioso e benigno mortal, que atravessando este ar rubro-escuro, nos vens visitar, a nós que tingimos o mundo de sangue;

Se o rei do universo fosse nosso amigo, rogar-lhe-hiamos pelo teu descanso, pois te apiedaste do nosso horrivel mal.

O que te aprouver dizer escuta-lo-hemos, e o que desejares ouvir di-lo-hemos, em quanto o vento , como agora, estiver calado.

A terra onde eu nasci, está sentada á beira-mar, lá onde o Pó e os seus sequazes [afluentes] desembocam ficando em paz.

O amor, que tão prestes se apodera de um coração gentil, cativou este da belleza, de que eu, de um modo que ainda me offende, fui despojada°

O amor, que nos obriga a amarmos a quem nos ama, inspirou-me uma paixão tão forte por este, que como vês, me não abandona ainda;

O amor conduziu-nos á mesma morte: Caina aguarda aquele que nos nos tirou a vida. Foram estas palavras que nos dirigiram.

Depois que eu ouvi estas miseras almas, inclinei a cabeça, e por tanto tempo a tive baixa, que o poeta disse-me: Que pensas?

E eu lhe respondi: Ah quantos pensamentos doces, quantos desejos... os levariam ao doloroso passo!

Depois voltei-me para ella, e fallei-lhe assim: Francisca, os teus martirios fazem-me derramar lagrimas de tristeza e compaixão:

mas dize-me: ao tempo dos doces suspiros em quê, e como vos concedeu o amor que conhecesseis aos duvidosos desejos?

E ella a mim: Não ha dor maior, o teu mestre bem o sabe, de que recordar-nos dos tempos felizes na miseria.

Comtudo já que anhelas por conhecer do principio a origem do nosso amor, fa-lo-hei como quem chora e conta.

Um dia, por deleite, estavamos lendo como o amor rendeo a Lançarote; estavamos sós, e sem suspeita alguma.

Por muitas vezes aquella leitura nos fez erguer os olhos, e descorar o rosto; só um ponto porém é que nos venceu.

Quando lemos que os risonhos labios apetecidos foram beijados pelo tal amante, este que para sempre está a meu lado,

beijou-me a boca todo tremente... Galleotto foi o livro e quem o escreveu; naquelle dia não lemos mais adeante.

Em quanto um dos espiritos isto disse, o outro chorava tanto, que eu de compaixão desmaeiei como se fora morrer, e caí como cae um corpo morto.

[*O Pantheon,* revista de sciências e letras. Porto, 1880-1881, p.. 265-267].

3. Tradução de Joaquim Pinto de Campos

Depois que ouvi o meu Doutor nomear as mulheres antigas, e os cavalleiros modernos de tal guisa mortos, venceu-me a compaixão de duas almas, e quasi que perdi os sentidos!

Então prorompi: Ó poeta, de bom grado falaria áquelles dous, que lá vão juntos abraçados, e que ao vento parecem tão ligeiros.

Espera, disse Vergilio, que elles se aproximem mais de nós; nessa ocasião lhes pedirás por aquelle amor, que os vai guiando, que satisfaçam teu desejo; elles virão.

Logo que o vento os inclinou para nós, bradei-lhes: Ó almas angustiadas, si outrem vo-lo não veda, vinde comnosco entreter breve colloquio.

Quaes saudosas pombas mais levadas pelo amor que pelo vento,

voam com azas abertas, e certeiras ao doce caro ninho: taes as duas sombras, obedecendo ao mesmo impulso, sairam do circulo, onde está Dido, e vieram para nós atravez d'aquelle ar maligno; tão forte lhes soou o meu affectuoso grito!

Ó alma graciosa e benigna, exclama Francisca, que afrontas as trevas deste abysmo, para visitar nós outros infelizes, cuja morte tingiu de sangue o mundo!

Si o Rei do Universo se dignasse sorrir propicio ás nossas preces, nós terçariamos pela tua paz, pois tanto te compadeces do nosso atroz infortunio!

Tudo e que ouvir e dizer te aprouver, nós tambem ouviremos e diremos, em quanto o vento, como agora, no-lo permitte.

A terra, que me foi berço, demora lá junto ao mar, onde o Pó com seus ribeiros vem na paz buscar descanço.

Amor, que rapido incendeia todo o coração gentil, captivou este dos encantos da bella pessoa, que me foi arrebatada de modo tão insolito que ainda hoje me ultraja!

Amor, que não perdoa deixar de amar a quem ama, a este me prendeu com amor tão forte, que ainda, como ves, não me abandona.

Amor á morte egual a nós ambos arrastou; o logar, onde Caim é castigado, aguarda aquelle que da vida o fio nos partiu. Taes foram as palavras, que ambos nos disseram.

Depois que ouvi aquellas almas offendidas, inclinei o rosto á terra, e assim o conservei, até que o poeta me disse: Em que cuidas tu?

Ai! respondi, quantos doces pensamentos, quantos desejos ardentes não os arrastariam a tão doloroso passo!

Depois, voltando-lhes a face, disse: Francisca, a narração dos teus martyrios arranca-me lagrimas de tristeza e dó!

Mas dize-me: No tempo dos doces suspiros, ainda quando indecisos eram os desejos, por que segredos de amor os podeste conhecer?

E ella respondeu: Não ha dor, que maior seja, do que lembrar o tempo feliz nos dias da desgraça, e bem o sabe o teu Doutor!

Mas, si tanto desejas conhecer a primeira origem do nosso infausto amor, contar-te-hei, como quem chorando fala.

Por distracção liamos um dia, como foi de amor vencido Lancilloto: estavamos a sós, sem suspeita de mal que nos viesse.

No correr da leitura, languidos olhares trocaram-se entre nós, e pallido por vezes o rosto se nos fez; mas um só foi o ponto, que decidiu da nossa sorte.

Quando lemos que tão sofrego amante beijara o suspirado riso, este, a quem ligada serei eternamente, todo tremulo a boca me beijou.

O livro e o auctor do livro foi o nosso Galeotto: naquelle dia findou a leitura!

Em quanto um espirito assim fallava, o outro jazia em lagrimas banhado, e tal compaixão o peito me oprimia, que, qual corpo morto, em terra baqueei.

[*A Divina Comedia* de Dante Alighieri. *O Inferno,* versão portuguesa por Joaquim Pinto de Campos. Lisboa, 1886, p. 148-150].

COLÉGIO REAL DAS ARTES DE COIMBRA

Ligeiras notas

Andando a examinar a Chancelaria de D. João III, encontrei quatro cartas de quitação relativas ao Colégio Real das Artes de Coimbra, das quais tomei nota, por julgar serem desconhecidas e achá-las muito interessantes para a breve história daquela instituição de ensino, à qual os Jesuitas se apressaram deitar a mão. Lembrei-me que talvez tivessem útil cabimento no Boletim da Classe.

Como é sabido, em Julho de 1547 chegou a Coimbra o dr. André de Gouveia com os lentes que em França, a instâncias de D. João III, ajustára para o novo colégio que êle pretendia levantar a par da Universidade.

Em Fevereiro do ano seguinte parece que já funcionavam as aulas; entretanto a inauguração solene do estabelecimento só se realizou no dia 28 de Junho, pouco tempo depois da morte de André de Gouveia, que a 9 do próprio mês havia expirado.

Durante os primeiros tempos da existência do Colégio, foi êle regido por aquele antigo principal do afamado Colégio de Guiana, em Bordéus, sem mesmo talvez ter havido nomeação oficial; por sua morte porêm foi nomeado principal um mestre Diogo de Gouveia, capelão del Rei, parente talvez do falecido.

Entrou Diogo de Gouveia no desempenho do seu cargo em 27 de Setembro de 1548 e exerceu-o até 30 de Outubro do ano seguinte.

Durante a sua gerência recebeu em dinheiro 1.634:326 reais, para a despesa do Colégio, e mais um pontifical de damasco carmezim, dois cális de prata, um dêles doirado, porções grandes de chumbo e de estanho, seis escrituras de compras de casas, etc.

De 30 de Outubro, em que cessou a responsabilidade do mestre Diogo de Gouveia na qualidade de principal do Colégio das Artes, até o primeiro de Dezembro em que entrou o seu sucessor o dr. João da Costa, não sei quem regeria o instituto; talvez fôsse êste mesmo doutor.

O caso curioso é que, quando êle entrou a desempenhar o cargo de principal, já o inquisidor geral, cardial D. Henrique, havia mandado, por provisão de 17 de Outubro, inquirir a Paris dos antecedentes do dr. João da Costa com relação à sua ortodòxia.

O suspeito doutor exerceu oficialmente o principalado até 12 de Julho de 1550, mas na realidade já desde o mês de Abril era desempenhado o cargo pelo mestre António Mendes, um dos lentes do Colégio.

Em 12 de Julho, como acima indiquei, deixou o dr. João da Costa de exercer o cargo de principal, e realmente outra coisa não era de esperar, visto que a 27 do mês precedente já tinha chegado à Inquisição, expedido de Paris, o sumário das culpas do Principal.

Na carta de quitação, que se lhe passou quatro anos depois, declara-se haver êle recebido 534:321 reais, para pagamento dos ordenados aos lentes do Colégio. Alêm do dinheiro, tambêm recebeu os referidos dois cális de prata, os ornamentos da capela do Colégio, matrizes de letras, etc.

Não creio ter sido sómente aquela quantia a despendida com os lentes, de Dezembro de 1549 a Julho de 1550, porque na carta de quitação do mestre António Mendes, cuja responsabilidade abrangeu parte daquele ano, de Abril a Outubro, êle recebera 906:769 reais para o mesmo fim.

O último principal parece ter sido o dr. Paio Rodrigues

Vilarinho, capelão de D. João III e lente da Universidade.

Exerceu êste o principalado pelo espaço de quatro anos, de 1 de Janeiro de 1551 a 31 de Dezembro de 1554. Durante êste período recebeu 4.757:260 reais, «que despendeu em pagamento dos ordenados dos ofiçiaes, lentes e coligiaes do dito colegio», segundo declara a carta de quitação que lhe foi dada em 11 de Junho de 1555.

Parece, como acima disse, ter êste sido o último principal do Colégio Real das Artes, porque da ordem régia de 10 de Setembro daquele ano para a instituìção ser entregue aos Jesuitas, apesar de endereçada ao dr. Diogo de Teive, não se pode afirmar ser êle então o principal. Regia provávelmente o colégio numa interinidade, já de antemão resolvido não ser muito duradoira.

Eis o que sôbre êstes quatro documentos, que ofereço para o *Boletim,* se pode rápidamente esboçar em relação à história do Colégio Real das Artes de Coimbra, de efémera duração, mas onde tantos espíritos superiores regeram cadeiras.

A. Braamcamp Freire.

I

Dom Joam etc. a quamtos esta mjnha carta de qujtaçam virem faço saber que eu mãdey tomar comta per Ruj guomez scripvam de mjnha fazenda a mestre dioguo de guouuea, meu capelão que foy primçipall do colegio das artes da çidade de cojmbra huũ ãno e huũ mes que se começou a xxbij de setembro de b^cRbiij^o e acabarão a xxx doutubro de Rix E pela Recadação de sua comta se mostra Reçeber em dinheiro huũ comto seis çemtos-xxxiiij iij^c-xxbj rs/ E. J-pomtefycall de damasco cramjsym / E ij-calizes de pratas-J-dourado que pesou-iij-marcos-bij-oytauas E outro brãco que pesou-ij-marcos-j-onça-bij-oytauas E de chumbo-iij-quintaes-ij-arrobas E de çera-bij-arrobas E de estanho-b-quintaes-ij-arrobas / E descreturas-de

compras de casas pera os estudos / seys / E descarlatjm vermelho lRj-covados- $\frac{2}{3}$ E outras mujtas cousas comteudas no emcaramemto da dita comta / o qual dinheiro e cousas o dito mestre dioguo de guouuea emtreguou e despemdeo per meus mãdados sem fiquar devemdo cousa algũa como se vyo pela aRecadaçaõ da dita comta E portamto o dou por quyte e liure do dinheiro e cousas sobre ditas / a elle e a todos seus herdeiros pera quē ẽ nenhũ tempo por yso sejam Requerjdos citados nem demãdados por asj de todo ter dado comta com emtregua como dito he E mãdo ao veeadores de mjnha fazenda prouedor mor de meus comtos e a todolos Corregedores Juizes e Justiças ofiçiaees e pessoas a que o conheçimento pertemçer que asj o Cumprão e guardem sem lhe a yso ser posta duujda nem ẽbarguo alguũ e por firmeza dello lhe mãdey dar esta per mjm asynada e asellada do meu sello pemdemte andre vydall a fez ẽ lixboa ao primeyro de Janejro do ãno do naçimẽto de noso sor Jhesus christo de jb^cLiij ãnos Ruy gomez a fez. — *Chancelaria de D. João III*, liv. 1.º de *Privilégios*, fl. 320.

II

Dom Joam etc. A quãtos esta minha carta de quytaçam virem ffaço saber que eu mãdey tomar comta ao doutor mestre Joam da costa que servio de primcipall no meu colegio das artes de coimbra de prjmejro dia de dezembro do ano de b^cRix the doze de Julho de b^c e cymquoemta e pela Recadaçam da dita comta se mostra Receber quynhemtos trjmta e quatro mjll trezemtos vimte e huũ reaes pera cõ eles fazer pagamentos aos lemtes colegiaes do dito colegio de seus ordenados E dous cales de prata cõ suas patenas E os ornamentos da capela do dito colegio E matrizes de letras e outras cousas declaradas na dita Recadaçam os quaes quynhẽtos trjmta e quatro mjll trezẽtos vimte e hũ reaes e cousas que asy Reçebeo o dito Joam da costa despemdeo e ẽtregou per meus mãdados sẽ fficar devemdo cousa algũa ẽtramdo nyso tres mjll seis cemtos oytemta e huũ reaes que ficou devemdo do que lhe fiz quyta e merçe como se tudo vio pela dita Recadaçã de sua comta que foy tomada por francisco pestana comtador e vista por gaspar guodinho prouedor de minhas comtas e por tanto o dou por quyte e lyure do dito dinheiro e outras cousas a ele e a todos seus erdejros que nũqua por elo sejam Requerjdos citados nẽ demãdados ẽ meus comtos nẽ fora deles por asy de todo ter dado comta cõ ẽtrega como dito he e mamdo aos veedores de minha fazemda prouedor mor de

meus comtos e a todos os coregedores juizes e justiças oficiaes e pessoas que ho conheçimemto pertemçer que asy o cumprã e goardẽ sẽ lhe ser posta duuida nẽ ẽbargo alguũ e por firmeza delo lhe mãdey dar esta carta de quytaçã per mjm asynada e aselada do meu selo pemdemte framcisco pestana a fez em lixboa a xx dias dagosto ano do nacymẽto de nosso senhor Jhesus christo de]bᶜL e quatro. — *Chancelaria de D. João III*, liv. 3.º de *Privilégios*, fl. 72.

III

Dom Joam etc. A quamtos esta minha carta de quitação virem faço saber que eu mamdey tomar comta a mestre amtonio mendez primçipall que foy no meu colegio das artes da vniuersydade de cojmbra de parte dabrill de mill e quinhentos e çimquoemta te parte doutubro do dito anno e polla aRecadação da dita conta se mostra Reçeber noueçemtos e seis mill seteçemtos sasemta e noue reaes e dous calizes de prata com suas patennas / e os ornamemtos da capela do dito colegio e matrizes de letras e outras cousas decraradas na dita aRecadação / os quaes ixᶜbj mill bijᶜlxix reaes e cousas outras que o dito amtonio mendez Reçebeo elle o despemdeo nos paguamemtos que ffez aos lemtes e colegiaes do dito colegio de seus ordenados e emtreguou per meus mamdados sẽ fficar deuemdo cousa alguũa emtramdo niso quatro mill oitoçemtos e coremta e çinquo reaes de que lhe fiz quita e merçe como se tudo vyo pelo emçerramemto da dita comta que foy tomada por framçisquo pestanna qne foy contador dos meus comtos do Reyno e casa e vista per gaspar guodinho prouedor de minhas comtas e portamto o dou poı quite e liure do dito dinheiro e outras cousas a elle e a todos seus erdejros que numca por ello sejão çitados nem demamdados ẽ meus comtos nem fora delles por asy de todo ter dado comta com emtregua como dito he e mamdo aos veadores de minha fazemda e prouedor mor de meus comtos e a todos os corregedores Juizes Justiças ofiçiaes e pesoas a que o conheçimento pertemçer que asy o cumprão e guardem sẽ lhe ser posto duujda nẽ embarguo alguũ e por ffirmeza dello lhe mamdey dar esta carta de quitação por mim asynada e aselada do meu sello pemdemte fframçisquo de varguas a fez ẽ lixboa a xxbj dias do mes de Janeiro anno do nasçimẽto de noso senhor Jhesus christo de mill e quinhemtos cimquoẽta e sete. — *Chancelaria de D. João III*, liv. 5.º de *Privilégios*, fl. 319.

IV

Dom Joam etc. a quamtos esta minha carta de quitação virem faço saber que eu mamdey tomar comta ao doutor payo rodriguez de vilarinho meu capelão primçipal que foy do colegio Real das artes na çidade de cojmbra quatro annos que começarão a primeiro de Janeiro de quinhemtos çimquoemta e hum e acabarão ē fim de dezembro de quinhemtos çimquoemta e quatro / e pela aRecadação da dita comta se mostra Reçeber quatro comtos seteçemtos çimquoēta e sete mill dozemtos e sasēta reaes — a saber — dous comtos oitoçemtos trimta e noue mill seis çemtos sasēta e seis reaes de amtonio de teyue que serujo de thesoureiro do dinhejro do Reyno E huũ comto quinhemtos trimta mill çemto e sasēta e seis reaes daluoro perez thesoureiro moor E dozemtos mill reaes de nicolaao leitão Reçebedor das Remdas da vniuersydade da dita çidade de cojmbra E çemto coremta e sete mill trezemtos e vimteoyto reaes de pero amrriquez dos mill reaes dos porcionistas E os coremta mill çem reaes que Reçebeo de sy mesmo per vemda de nouemta e huũ couados descarlatim / E de calizes de prata dous huũ dourado e outro bramco E os ornamemtos da capela do dito colegio e outras muitas cousas decraradas no emçerramemto da dita comta / os quoaes quatro comtos seteçemtos çinquoemta e sete mill dozemtos sasemta reaes calizes e cousas no emçerramemto da dita comta decraradas o dito payo rrodriguez despemdeo em pagamemto dos ordenados dos ofiçiaes lemtes e coligiaes do dito colegio e emtregou per meus mamdados sem ficar deuemdo cousa alguña como se vyo pela dita comta que foy vista por amtonio fialho prouedor de minhas comtas /. portamto o dou por quite e liure do dito dinheiro e cousas a ele e a todos seus erdeiros que numca por elo sejaõ Requerjdos çitados nem demamdados em meus comtos nem fora delles por asy de todo ter dado comta com ētrega como dito hee /. e mamdo aos veadores de minha fazemda prouedor moor dos ditos comtos e a todos os corregedores juizes justiças ofiçiaes e pessoas a que o conhecimemto pertemçer que asy o cumprão e gardem sē lhe ser posta duujda nem embargo allguũ / e por firmeza dello lhe mamdey dar esta carta de quitação por mim asynada e aselada do meu sello pemdemte ffiramçisquo leitão a fez ē lixboa a xj dias de junho anno do nasçimemto de noso senhor Jhesus christo de mill e quinhemtos çimquoemta e çimquo annos Ruy gomez a fez escreuer. — *Chancelaria de D. João III*, liv. 3.º de *Privilégios*, fl. 209.

UMA DAS MUSAS INSPIRADORAS DE CAMÕES

Uma das fases mais pitorescas da biografia de Luís de Camões é certamente a que se revela a furto em numerosas poesias epigramáticas, satíricas e madrigalescas, compostas durante a sua estada em Gôa e dispersas pela obra do poeta. Entrevê-se uma espécie de boémia soldadesca, em que Camões dá largas ao temperamento belicoso, arrogante, namorador, digamos burguezmente estroina, e nos aparece bem diferente do vate sonhador e melancólico da lenda e das elegias. Que interessante seria reconstituir esse período agitado da sua vida, semeiado de duelos, de rixas, de banquetes de esturdia, de amorios passageiros, de risonhos improvisos, de cavalheirescas contendas! Com que brilho de mocidade nos apareceria aos olhos essa falange pródiga de risos, de coragem e por vezes de talento, da qual sobrenadam os nomes de D. Vasco de Ataide, de D. Francisco de Almeida, de Heitor da Silveira, o Drago, de Francisco de Melo, de Jorge de Moura, de João Lopes Leitão, todos ou quási todos nimbados de glória pela pena dos cronistas indiáticos!

Um códice inédito da Biblioteca Nacional de Lisboa (numeração moderna 666) me permite acrescentar o nome de Lourenço Vaz Pegado, o qual, se bem me lembra agora, não é totalmente desconhecido para os leitores de Diogo do Couto. Evoca êsse códice um episódio, paralelo ao do célebre festim em que Luís de Camões, como anfitrião, serviu aos seus convivas iguarias em trovas.

Heitor da Silveira convida para jantar alguns amigos, entre os quais o poeta. Terminada a refeição, os estômagos repletos apetecem descanso. A mobília do Drago, boémiamente sumária, fornece apenas dois catres que dão acomodação a quatro dos convivas. O último, Lourenço Vaz Pegado, destituído de reclinatório, senta-se ao canto da janela. Então o dono da casa, solícito pelo bem estar dos seus convivas, improvisa uma camilha com a tábua da mêsa atravessada sôbre duas cadeiras de espaldas, servindo de cobertura um pano de grã. Mas o Pegado, talvez por não julgar o pouso assaz cómodo, recusa o obséquio. Então Camões improvisa a seguinte quintilha, um tanto ou quanto confusa, talvez estropiada pelos copistas, rescendente ao máu gosto coevo dos trocadilhos, mas indicativa de flagrante bom humor:

> Para homem tão honrado
> fazem-vos bem pouca festa,
> mas se eres avisado,
> nunca em tábua como esta
> tu Lourenço Vaz pegado.

(*Eres* está aqui provávelmente por *és* ou *ereis* ou, melhor, *fores*).

Mas na galeria dos amigos e das relações do grande épico, durante êste período singular da sua vida em que novos direitos creou à alcunha académica de Trinca-fortes, faltava uma mulher. Essa lacuna vem preenchêl-a em parte o códice a que me referi, identificando uma Gracia de Morais, a quem o poeta dedica as seguintes redondilhas, insertas nas suas obras:

Mote

> Olhos, em que estão mil flores
> E com tanta graça olhais,
> Que parece que os Amores
> Mórão onde vós morais.

Volta

Vem-se rosas e boninas,
Olhos, nêsse vosso vêr;
Vem-se mil almas arder
No fogo dessas meninas.
E dilo-hão minhas dôres,
Meus suspiros e meus ais;
E dirão mais que os amores
Mórão onde vós morais.

Ora mulher, que em versos imortais deixou êste perfume, não devera ser mulher vulgar. E não era com efeito. Denuncia-o o códice aludido, de cujas informações se depreende que ela enfileirava, em tempos do governo de D. Francisco Coutinho, conde de Redondo, entre as galantes sacerdotisas de Venus, «tão discreta», diz o auctor desconhecido, «que pela ouvirem a hiam muitos fidalgos visitar». Devia ser famosa na India como Phryné na Helada. Não serviria seu corpo de modêlo às obras primas de Praxiteles, mas tinha melhor do que a formosura, tinha a graça, da qual porventura teria derivado o seu nome de guerra. Assim o afirmam umas redondilhas, por Faria e Sousa atribuidas a Camões e por ele conservadas, embora não figurem no texto de suas obras completas:

Ha huma questão de Amôr,
Na qual ninguem se assegura,
Qual seja de mais valor:
Se a Graça, se a Fermosura.
Julgo a poder julgar nella,
Se a afeiçam nam me embaraça,
Que muito mais vale a Graça,
Que a Fermosura sem ela.

Se me dessem a escolher
(Mas nam tenho tal ventura)
A Graça quisera eu ter,
Tenha outra a Fermosura.

Ninguem pode aqui por grossa [1]
Que nam fique com desgraça,
Pode haver Graça formosa,
Nam Fermosura sem graça.

Eis como o entendido poeta resolvia essa intrincada questão de estética, e francamente tenho desejo de o aplaudír às mãos ambas. Ora é provável que muitos dos seus versos, a que falta a dedicatória, recebessem inspiração dos mesmos olhos, que com tanta graça olhavam. É provável é também que ele fôsse testemunha de muitos dos ditos agudos que tanto celebrizavam pela Índia essa fascinante semeiadora de passageiros amores.

Três anedotas refere o códice acérca da gentil Grácia.

Visitava-a com muita assiduidade um fidalgo especialmente apaixonado pelos seus encantos. De uma das vezes, entrou em casa dela em companhia de um homem, havido geralmente por mau e praguento. Grácia mostrou claramente o seu desagrado. No dia seguinte, ou dias depois, viu da janela os dois acercarem-se. Mas o fidalgo deixou o companheiro à esquina de uma travessa, e entrou sósinho. Conforme o costume, defez-se em amavios, e protestou a Grácia que não havia coisa que por seu serviço não fizesse, até fiar e tecer, se ela o levasse em gosto. Então ela respondeu com malícia:

— O tecer já vós o fazeis, pois vindes cá tantas vezes; o fiar, vos peço eu por amor de mim que não seja do homem que deixastes áquela esquina.

Uma mulher solteira — conhecido eufemismo com que ao tempo se designavam as que hoje gaulezmente apodamos de cocotes — unira-se a um chatim rico, cheio de ulceras que lhe provinham provávelmente de amorosos excessos. Chamava-se ela Marta Luís. Perguntaram a Grácia o que

[1] *Pôr glosa.*

era feito dessa sua colega da vid'airada, e ela respondeu simplesmente, evocando as recordações bíblicas do nome:

— Está com Lázaro.

De outra vez, em tempo que o vice-rei andava em expedição guerreira pela costa do Malabar, foi um soldado bater à porta de Grácia.

— Quem é? perguntou a moça de casa.

— Gente de paz, foi a resposta.

Então Grácia, que de dentro ouvira o diálogo, exclamou:

— Abre sem receio, moça. De paz deve ser quem fica em casa, quando o Viso-rei anda na guerra.

Eis os delidos traços que aparecem dessa graciosa fisionomia feminina, que seria interessante completar e fixar na tela da história. Não é infelizmente provável que documentos autênticos facilitem essa missão ao historiador. Mas fortuna será se a nebulosa imagem der inspiração ao romancista, ao dramaturgo, ao poeta, cuja fantasia poderá porventura suprir as lacunas da documentação. Merece-o, senão pela sua importância intrinseca, pelo menos por se achar ligada ao nome do grande épico, cuja aureola irradiou para quantos se lhe acercaram em vida.

Henrique Lopes de Mendonça.

O MATEMÁTICO PEDRO NUNES
E SUA FAMÍLIA
Á LUZ DE DOCUMENTOS INÉDITOS

Estado da questão —
Três Doutores Pedro Nunes contemporâneos.
Documentos conhecidos e inéditos a eles referentes

Muitos são os autores — nacionais e estranjeiros — que se teem ocupado do grande matemático português Pedro Nunes.

Até 1729 pode ver-se a sua lista e as suas palavras na obra de Francisco Leitão Ferreira, *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra,* pág. 492 e seguintes. Até 1806 pode ver-se tal lista aditada na *Memoria da vida e escritos de Pedro Nunes* por Antonio Ribeiro dos Santos [1].

Entre êstes dois estudos há, na parte biográfica de Pedro Nunes, uma distância imensa. A distância resultante de Ribeiro dos Santos ter tido notícia de alguns registos da *Chancelaria-mór da Corte e reino* referidos nos respectivos indices elaborados no longo lápso de tempo da publicação dos dois trabalhos.

Um outro estudioso tinha vindo tambêm, por 1794, examinar êsses mesmos registos. Fôra Francisco de Borja Garção Stokler que, na companhia do abade Correia da

---

[1] A pág. 280 do tomo VII das *Memorias de Litteratura Portugueza.*

Serra, visitara as salas da Torre do Tombo. Todavia o resultado destas investigações só em 1819 viu a luz pública, no *Ensaio Historico sobre a origem das mathematicas em Portugal.*

Fazendo o confronto dos dois trabalhos vê-se que Ribeiro dos Santos se refere a todos os documentos extratados por Stokler excepto à primitiva nomeação de Pedro Nunes para cosmógrafo do reino, cuja integra pela sua importância adeante publicaremos. Esta falta já Stokler a notou [1] e por isso avisadamente escreve a tal respeito *que S. S.ª padeceu equivocação.*

Ribeiro dos Santos cita porêm muitos outros documentos desconhecidos de Stokler cuja investigação foi, como vimos, anterior.

Em 1898, quási um século depois, publicou Sousa Viterbo os seus *Trabalhos Nauticos dos Portuguezes* e neles um extenso artigo acêrca de Pedro Nunes.

Fazendo o confronto desta parte da sua *Memoria* com a de Ribeiro dos Santos vê-se claramente que Viterbo a não teve presente ao elaborar o seu trabalho e por isso não publicou dois documentos nela extratados; publicou todavia mais cinco desconhecidos de Ribeiro dos Santos e de Stokler.

Tambêm Sousa Viterbo se não refere aos documentos das *Moradias* e ainda bem porque nenhum deles diz respeito ao grande matemático. Para disso nos assegurarmos bastará notar que o dizem casado com Isabel Tavares o que, como adeante se verá, é completamente inexacto.

Vejamos pois os documentos já conhecidos em extracto mas não na integra, que completam o trabalho de Sousa Viterbo, são os seguintes:

---

[1] *Origem e Progressos*, pág. 147.

I

Nomeação do bacharel Pedro Nunes para cosmógrafo

Dom Joham etc. a quantos esta minha carta virem faço saber que eu tomo ora por meu cosmografo o bacharel P.º Nunes e avendo respeito aos serviços que delle ao diante espero receber no dito cargo porque ora assy tomo e querendo-lhe fazer graça e mercê tenho por bem e me praz que de Janeiro que vem de b^cxxx (530) em diante em cada um ano aja de mantimento cõ o dito carguo vynte mill reaes e porem mando aos veadores de minha fazenda que lhes fação asy asentar ẽ os meus livros dela no titolo dos ordenados e do dito Janeiro ẽ diãte ẽ cada hũ ano dar deles carta pera lugar onde lhe sejã bem paguos e por firmeza delo lhe mãdey dar esta per mim asynada e aselada cõ o meu selo pemdemte, Domingos de Paiva a fez em Lix.ª a xbj (16) de novẽbro de mill b^cxxjx (529) e eu damião Dias o fiz escrever [1].

II

Treslado de uma apostilla que se pôs nas costas de uma provisão do doctor P.º Nunes que passou pela Chancelaria em outubro de lxxiiij (74)

Ey por bem, avendo respeito aos serviços do doctor P.º Nunes, meu cosmographo moor, e a elle aver de residir em minha côrte que elle tenha e aja os lxxx (80000) reaes declarados no alvará atrás escrito por tempo de dous anos mais além dos dous anos perque ouve por bem pelo dito alvará de lhe fazer mercê d'elles que se começarão tanto que se acabarem os ditos primeiros dous anos e lhe serão pagos pelo rendimento da Chancelaria da Côrte. Notifico-o assim aos vedores de minha fazenda e mando que lhe façam asentar os ditos lxxx (80000) reaes no livro d'ella no titulo da dita Chancelaria e despachar em cada um ano dos ditos anos nela e esta ey por bem que valha como carta posto que o efeto d'ella aja

[1] *Doações de D. João III*, liv. 48, fl. 120 v.º É sómente citado por Stokler, *Origem e Progressos*, pág. 30.

de durar mais de um ano e sem embargo da ordenação em contrario. D.os de Varejão a fez em Lixbõa a bj (6) de setembro de mill bclxxiiij (1574) e eu Alvaro Pires a fiz escrever [1].

III

Autorisação para Pedro Nunes poder repartir pelos filhos certas tenças

Vereadores de minha fazenda, amigos, havendo respeito ao serviço do doutor P.º Nunes, meu cosmografo-mór, ei por bem e me praz por lhe fazer mercê que dos cincoenta mil reaes que elle tem cada ano de ordenado com o dito cargo e assim dos 15000 reaes e 4 moios de trigo que outrosim de mim tem de tença em cada um ano fiquem por seu fallecimento a seus filhos 30000 reaes e 1 moio de trigo tudo de tença, os quaes elle poderá repartir por elles como quisér e isto, além dos outros 30000 reaes e de 3 moios de trigo de que diz que lhe tenho feito mercê de tença para os repartir pela dita maneira por seus filhos das tenças e ordenados que de mim tem e para minha lembrança e sua guarda lhe mandei dar este pelo qual por fallecimento do dito doutor P.º Nunes fareis fazer padrões em forma ao filho ou filhos que elle deixar nomeados nos ditos 30000 reaes e um moio de trigo, apresentando-nos as cartas do ordenado e tenças acima declaradas que de mim tem e a dita nomeação e quando se lhe assim passarem os ditos padrões se porão as verbas necessarias e este quero que valha como carta posto que o effeito d'elle aja de durar mais de um ano sem embargo da Ordenação em contrario. Domingos de Varejão o fez em Lixbõa a xij (12) de agosto de mil bclxxiiij (1574) e eu Alvaro Pires o fiz escrever. Assinou este alvará a iiij (4) dias de setembro do dito ano [2].

A êstes documentos acrescentaremos os seguintes inéditos e desconhecidos:

IV

«Ao doutôr Pero Nunez, cosmografo, de tença em cada hũ ano quatro moyos de triguo»; á margem: «nam foram este ano na folha

---

[1] *Doações de D. Sebastião*, liv. 34, fl. 32. É citado por Ribeiro dos Santos e Stokler.

[2] *Idem*, liv. 35, fl. 22. É citado por Ribeiro dos Santos e Stokler.

por se asentarem ẽ novẽbro depois da folha ser feita» mais notas: «ouve dezẽmbarguo o ano de xxxb nas liziras en par dazãbuja do ano de xxxiiij»; outra nota: «ouve desẽbarguo deste ano de xxxb nas leziras de vila frãca dapar dazãbuja [1].

V

Quarenta e quatro mil oito c.tos e i reaes no executor do almoxarifado da Guarda aos erdeiros do dito P.o Nunez cosmografo-mór per outros tantos que per hũa çertidão em forma do contador-mór junta ao desembargo se mostra lhe serẽ devidos e lhe ficarem por pagar os tres anos de bclxxb — lxxbj — lxxbij em Ruy Gomez da Carvalhosa thezoureiro mór a rezão de catorze mil jxcl reaes que tinha de tença cada anno cõ o habito da ordẽ de Nosso S.or Jesu Christo os quais se mandão entregar ha dita dona Isabel sua filha, ẽ Lix.a a xxiij de set.o de bclxxxiij (1583) per dom duarte de Castelbranco [2].

VI

Setenta e hũ mil lxxxiij reaes no executor do almoxarifado da cidade da Guarda aos erdeiros de P.o Nunez cosmogrofo-mor per outros tantos que per hũa çertidão em forma do contador mór scrita nas costas do desembargo se mostra lhe serẽ devidos e lhe ficarẽ por pagar dos c.to e xxj (mil) e tantos reaes que lhe forão despachados no thesoureiro-mór o anno de bclxxb e da damasia ouve o dito P.o Nunez pagamento do dito thesoureiro mór como a çertidão declara os quaes se mandão entregar a dona Isabel filha do dito P.o Nunez por lhe pertencer a arrecadação d'elles ẽ lix.- a xxb de set.o de jbclxxxiij (1583) per dom duarte de Castelbranco [3].

VII

Cento e trinta e sete mil bijcxxxbiij reaes no executor do almoxarifado de Coimbra aos erdeiros do doutor P.o Nunez que foi cosmografo mor que lhe V. Mg.de mãoda paguar da metade dos ijcixxb (mil) iiijclxxbij reaes que per hũa certidão en forma do Contador Mor

---

[1] *Livro das Geraes* da fazenda del-rei, ano de 1533, fl. 94 v.o
[2] *Ementas*, liv. III, fl. 193.
[3] *Ementas*, liv. III fl. 193.

que se tirou da conta de Lopo d'Abreu thesoureiro que foi da Casa da India se mostrava serẽ devidos ao dito douctor em Lx.ª a doze de dez.º de b^clxxxiiij per dom duarte de Castelbranco [1].

Posto isto vejamos os documentos referentes ao dr. Pedro Nunes, védor da fazenda real na Índia, com quem por vezes tem sido confundido, ocupando-nos primeiramente dos citados por Ribeiro dos Santos e depois dos inéditos e desconhecidos.

Começaremos por referir uma carta, dirigida por el-rei ao doutor Pedro Nunes e datada de Évora, a 12 de março de 1520, na qual D. Manuel lhe encomenda retrozes da China. Está no *Corpo Chronologico,* P.^e I, m. 25, n.º 141.

Em segundo lugar uma carta do dr. Pedro Nunes, datada de Cochim de 20 de janeiro de 1522, e dirigida ao príncipe N. S. na qual faz amargas queixas de Diogo Lopes. Está no *Corpo Chronologico,* P.^e I, m. 27, n.º 96.

Em terceiro lugar uma carta do dr. Pedro Nunes, datada de Cochim, a 10 de novembro de 1521, dirigida a El-Rei, contendo um sumário das mercadorias enviadas à Índia em 1521. Está no *Corpo Chronologico,* P.^e I, m. 27, n.º 67.

Em quarto lugar uma carta do dr. Pedro Nunes datada barra de Gôa, a 25 de outubro de 1523, referindo-se á fortaleza de Calicut e tratando de assuntos financeiros. Está no *Corpo Chronologico,* P.^e I, m. 30, n.º 46.

Na *Chancelaria de D. João III,* liv. VII, fl. 188 v.º, encontra-se o registo da carta de chanceler da Casa do Civel passada ao doutor Pedro Nunes, *do meu desembargo e desembargador dos agravos da minha Casa da Sopricação.* É datada de Évora a 3 de outubro de 1534.

Na *Chancelaria de D. João III,* liv. VII, fl, 64 v.º,

---

[1] *Ementas,* liv. IV, fl. 81, v.º

encontramos a carta de nomeação para juiz dos feitos e demandas da alfândega de Lisboa do dr. Pedro Nunes, *do nosso desembargo e ouvidor da nossa Casa do Civel da cidade de Lx.ª* datada de Almeirim a 15 de novembro de 1518, e, segundo parece, revalidada a 13 de janeiro de 1534.

No *Arquivo Português Oriental,* fascículo II, *Livro dos Privilegio da cidade de Gôa* de pág. 39 em deante há finalmente documentos dirigidos ao dr. Pedro Nunes, *do nosso desembarguo e veador de nossa fazenda nas partes da India*, o primeiro datado de 14 de dezembro de 1519. Note-se que alguns destes documentos já foram referidos por Varnhagen, na *Historia Geral do Brazil.* Rio de Janeiro, 1854, a pág. 407.

Depois dos conhecidos veem os deconhecidos.

Vejamos por isso os documentos inéditos referentes ao mesmo dr. Pedro Nunes, homonimo do ilustre matemático. Citaremos:

Na *Chancelaria de D. João III,* liv. 14, fl. 39: Carta de nomeação do dr. P.º Nunes p.ª dez.or da Casa da Suplicação, datada de 20 de fev.ro de 1528.

Na *Chancelaria de D. João III,* liv. 14, fl. 94: Carta de 20 de abril de 1528 consignando o mantimento ao dr. P.º Nunes: 45000 reaes que lhe devem ser pagos desde Jan.ro de 1529 em diante. Tinha sido anteriormente dez.or da Casa do Civel, com 30000 reaes de ordenado.

Na *Chancelaria de D. João III,* liv. 39, fl. 46: em 3 de outubro de 1525 foi passada ao dr. P.º Nunes, dez.or dos agravos da Casa da Suplicação, carta de Juiz dos feitos das capellas, albergarias, confrarias, residos e orfãos e sacas na Casa da Suplicação.

Na *Chancelaria de D. João III,* liv. 20, fl. 165 v.º: em 8 de outubro de 154 (?) foi passada carta de conselho ao dr. P.º Nunes, chanceler da Casa do Civel.

Na *Chancelaria de D. João III,* liv. 36, fl. 75; em 11

de maio de 1526 foi declarado ao dr. P.º Nunes, desembargador dos aggravos da Casa da Suplicação que tinha de mantimento por tal logar 60000 reaes.

Na *Chancelaria de D. João III*, liv. 8.º, fl. 135: em 3 de outubro de 1525 foi passada carta ao dr. P.º Nunes, do Dez.º d'El-Rei, do dez.ºʳ dos aggravos da Casa da Suplicação.

Como se vê ainda não é pequena a colheita de documentos inéditos referentes a quem adquiriu principalmente celebridade por usar o mesmo nome e apelido do afamado lente da Universidade de Coimbra.

Para se acabar de ver porêm o estado actual dos estudos acêrca de Pedro Nunes importa referir dois trabalhos valiosos.

Por isso, depois de falarmos de autores falecidos, convêm assinalar ser de Coimbra, como é de justiça por ser um ornamento da sua Universidade, que ultimamente teem vindo bastos esclarecimentos acêrca do famoso matemático e do seu homónimo.

Com efeito, na *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. II, pág. 246 e 542 o sr. doutor Luciano Pereira da Silva publicou dois interessantes artigos intitulados *Os dois doutores Pedros Nunes,* em que descrimina bem as duas personalidades: a do cosmógrafo e a do jurisconsulto, tendo tido a fortuna de publicar o fac-simile da assinatura do primeiro até agora desconhecida.

É ainda na mesma *Revista* que o sr. doutor Teixeira de Carvalho nos veiu revelar, no seu estudo intitulado *A anatomia em Coimbra no século XVI* aspectos curiosos da vida universitária do grande matemático, tais como as suas questões de precedências e as suas contínuas chamadas a Lisboa [1].

---

[1] Depois de feita a minha comunicação à Academia, e antes da publicação dêste o académico sr. Rodolfo Guimarães publicou um mui notável trabalho *Sur la vie et l'œuvre de Pedro Nunes.*

Mas, alêm desses, outro doutor Pedro Nunes viveu em meados do século XVI cuja memória chegou até nós. Formado em Canones encontrámo-lo nomeado inquisidor de Lisboa em 7 de outubro de 1565 [1].

Por tudo isto pois se vê mais um vez como os homónimos podem embaraçar e induzir em êrro os estudiosos dados a investigações históricas e quanta circunspecção é precisa nêste género de trabalhos.

A biografia do cosmógrafo aditada com documentos inéditos

Melhor informador não podemos ter para aditar, alêm do que já dissemos, quanto a tal respeito ha escrito acêrca do grande matemático, do que os seus próprios netos.

Em bem críticas situações nos vão falar mas, presos pela Inquisição, não tinham certamente, em assunto de tanta monta, interesse em nos iludir.

Podemos portanto dar inteiro crédito às suas declarações, a não ser qualquer lapso de memória perfeitamentete compreensível.

Fale primeiramente o bacharel Pedro Nunes Pereira [2]. Dir-nos ha que «*seu avô, dr. Pedro Nunes, foi natural de Alcacer do Sal, como elle declara nos livros que compoz, da qual vila, sendo de pouca edade se foi estudar á Universidade de Salamanca onde, no anno de 1523, casou com a dita D. Guiomar de Areas, sua mulher, filha de Pedro Fernandes de Areas, cavalheiro castelhano, christão velho, visinho da dita cidade de Salamanca. Estando o dito dr. Pedro Nunes lendo uma cadeira na dita Universidade de Salamanca o mandou chamar por cartas suas*

[1] *Arquivo Histórico Português*, vol. V, pág. 415.

[2] *Inquisição de Lisboa*, processo n.º 8:298.

el-rei D. João III d'este Reino, para vir ler a cadeira de Mathematica na Universidade de Coimbra, que então o dito Senhor Rei queria reedificar, instituir e fundar na dita cidade e com estas cartas e mandado d'El-Rei se veio com a dita sua mulher, D. Guiomar, para este reino 4 ou 5 anos antes da fundação da dita Universidade de Coimbra, os quaes gastou em ler nesta cidade de Lisboa, por mandado de S. A. um curso de Artes, Philosofia e Mathematica e acabando de o ler o mandou o dito senhor Rei para a dita Universidade de Coimbra, no principio da fundação della, a ler a dita cadeira de Mathematica, na qual cidade o dr. Pedro Nunes viveu com toda sua casa, mulher e filhos até o tempo do seu falecimento com muita satisfação e christandade.

Em todo o tempo que os ditos Pedro Nunes e D. Guiomar, sua mulher, avós d'elle réo, viveram neste reino até o tempo de seu fallecimento foram muito estimados dos principes, rei e senhores d'elle, vivendo e procedendo com muita christandade e satisfação de suas pessoas, sendo tidos, havidos e conhecidos por christãos velhos, gente nobre e principal e, por assim ser, foi mestre das sciencias de Mathematica e Filosofia dos senhores infantes D. Luiz, D. Duarte e da senhora D. Catharina, duquesa de Bragança, e da senhora D. Maria, princesa de Parma e do sr. D. Antonio e ultimamente do sr. rei D. Sebastião e de todos estes principes teve e comeu seu ordenado de mestre.

. . . .

O dr. Pedro Nunes, avô d'elle réo, pae da dita D. Isabel, sua mãe, foi cavaleiro professo do habito de N. S. J. Christo em que foi provido por seus merecimentos e qualidade de sua pessoa pelo senhor rei D. João e III d'este reino no anno de 1548; para tomar o dito habito lhe foram tiradas informações de sua geração, ascendencia e limpesa do seu sangue e de sua christandade com rigor, exame e inquirição, que se costuma tirar primeiro que entre na cavalaria e ordem

dos ditos cavaleiros do habito de Christo, na forma das Constituições da dita ordem prout notum est, sem que já então, no dito anno de 1548, se lhe achasse raça alguma de mouro, judeu ou cristão novo, nem falta em sua geração e com a dita informação se lhe lançou o dito habito de Christo e entrou na dita ordem e cavalaria em que foi professo, sem se dispensar com elle em defeito algum de seu sangue ou geração.

Não são, portanto, destituidas de interesse estas declarações que vem acrescentar muito ao pouco que se sabia acêrca do matemático Pedro Nunes.

O outro neto, Matias Pereira [1], pouco adiantou. Declarou na Inquisição que, como dissemos lhe pediu contas, ser neto do *dr. Pedro Nunes, lente de Mathematica nesta Universidade, christão velho, natural de Alcacer do Sal e sua avó D. Guiomar, natural da cidade de Evora e não sabe se é christã nova.*

Noutra parte do processo alega ser neto do dr. Pedro Nunes, *lente e mestre de mathematica d'el-rei D. João III e do infante D. Luiz e do senhor D. Duarte e d'el-rei D. Sebastião e foi português de nação, natural de Alcacer do Sal e era christão velho, por tal tido e havido, cavaleiro professo do habito de N. S. J. Christo e por isso se lhe fizeram todas as diligencias e provanças.*

Como se vê Pedro Nunes Pereira foi muito mais explícito e minucioso na biografia do avô, para cuja confirmação vamos ajuntar os documentos seguintes, totalmente desconhecidos:

Mercê dum oficio a Manuel da Gama Lobo pelo seu casamento

Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que Manoel da Gama Lobo, morador na villa de Olivença, me apresentou um meu

[1] *Inquisição de Coimbra*, processo n.º 4:724.

alvará por que me prouve de fazer mercê ao doutor P.º Nunes, meu cosmografo-mór, do officio de contador de minha fazenda na Comarca de Elvas pera a pessoa que casasse com uma de suas filhas, do qual alvará o treslado é o seguinte:

Eu El-Rei faço saber a quantos este meu alvará virem que havendo respeito aos serviços que o doutor P.º Nunes, meo cosmografo-mór, tem feitos a El-Rei, meu senhor e avô, que santa gloria haja, hei por bem e me praz de lhe fazer mercê para a pessoa que casar com uma de suas filhas do officio de contador da comarca da cidade de Elvas e isto sendo elle auto para servir o dito officio e a meu contentamento e para sua guarda e minha lembrança lhe mandei dar este alvará que lhe mandarei inteiramente cumprir e guardar, assim e da maneira que se nelle contem, o qual valerá como se fosse carta começada em meu nome e asellada do meu sello pendente, sem embargo da Ordenação do 2.º Livro, tit.º 20. que dispõe o contrario e ao assinar d'este alvará foi roto outro feito em 21 de outubro do anno de 557 por que havia por bem de fazer mercê ao dito doutor Pedro Nunes para a pessoa que casasse com uma de suas filhas de um officio no reino ou na India que coubésse na qualidade do dito seu genro e por que o dito alvará era passado pela Chancelaria hei por bem que este por ella não passe, sem embargo da Ordenação em contrario e no registo do dito alvará que está nos livros da dita Chancelaria se porá verba de como foi roto e se passou este ao dito Pedro Nunes na maneira que dito é e outra tal verba se porá no registo do dito alvará que está nos livros das mercês e de como as ditas verbas forão postas passarão os escrivães que as poserem suas certidões nas costas d'este. Alvaro Rodrigues o fez em Lisboa a 22 de abril de 1562 e o dito alvará foi roto por nelle não declarar o officio de que fazia mercê ao dito P.º Nunes para a pessoa que casasse com uma sua filha e portanto lhe mandei passar este em que lhe nomeio o dito officio; André Soares o fez escrever. [1].

Pedindo-me o dito M.el da Gama que por quanto elle casara com Briolanja Nunes, filha do dito doutor P.º Nunes como manda a santa madre igreja de Roma como era declarado em uma certidão que me apresentou do doutor Francisco Fernandes, vigario geral no bispado de Coimbra feita por Manuel Alvello, escrivão d'ante o dito

[1] Este alvará de 1562 é inédito, mas o seu texto era mais ou menos conhecido por outros documentos publicados por Sousa Viterbo. *Trabalhos Nauticos*, I parte, pág. 227.

vigario aos 3 dias do mes de abril d'este anno presente de 1566 e que o dito doutor Pedro Nunes, seu sogro, nomeara nelle o dito officio por assim ser casado com a dita Briolanja Nunes, sua filha como outrosim era declarado em um publico instrumento que outrosim me apresentava feito e assinado do sinal publico de Manoel do Quental, tabellião publico das notas na dita cidade de Coimbra aos 4 dias do mês de Abril d'este anno presente com testemunhas nelle nomeadas etc. lhe fizesse mercê de lhe passar provisão do dito officio e visto por mim seu requerimento e o dito alvará e mais papeis de que acima faz menção e confiando eu do dito Manoel da Gama que no dito officio me servirá bem e fielmente como a meu serviço cumpre e por lhe fazer mercê tenho por bem e ordeno ora d'aqui em diante por contador de minha fazenda na comarca e contadoria da cidade d'Elvas e assim e da maneira que o elle deve ser e como o foram os contadores da dita contadoria e como o são os outros contadores das contadorias de meus reinos o qual officio o dito Manoel da Gama terá e servirá emquanto eu houver por bem e não mandar o contrario e com elle haverá de mantimento e ordenado em cada um anno 40000 reaes pagos á custa da minha fazenda no almoxarifado d'Elvas e o dito Manoel da Gama servirá conforme ao Regimento de minha fazenda que cumprirá como nelle é... . minhas ordenações é declarado e mando aos escrivães e porteiros dos contos e a todos os outros officiaes de minha fazenda da dita comarca a que pertencer que sirvam com o dito Manoel da Gama em todo o que a seus officios tocar pera alguma e lhe obedeção em todo o que lhes mandar como se fazia aos contadores passados e como por bem do dito Regimento e minhas ordenações devem fazer sob as penas que lhes pusér as quaes serão com efeito executadas naquelles que o assim não cumprirem e mando aos vedores de minha fazenda que na mesa d'ella lhe dêem a posse do dito officio de que se fará assento nas costas d'este e lhe faça assentar o dito mantimento no livro das ordinarias d'ella e o dito M.el da Gama foi examinado pelo barão d'Alvito védor de minha fazenda e o achou auto para servir o dito officio e elle jurara na minha Chancelaria aos santos Evangelhos que bem e verdadeiramente sirva o dito officio guardando em todo meu serviço e ás partes seu direito na qual Chancellaria pagou de ordenado do dito officio 20000 reaes que entregou ao Recebedor d'ella como se vio por seu conhecimento em fórma o qual e o alvará neste encorporado e a dita certidão e instrumento foi tudo roto ao assinar d'este que ei por bem que valha como carta feita em meu nome por mim assinada e passada pela minha Chancelaria sem embargo da Ordenação do

2.º l.º, tit.º 20 que o contrario dispõe. João Alvares o fez em Lisboa a 19 de maio de 1566 e eu Alvaro Pires o fiz escrever. —

Apostila à margem:

Deu S. A. em satisfação ao sobredito pelo officio de contador de sua fazenda da comarca d'Elvas conteudo neste alvará que extinguiu 50000 reaes de tença em vída os quaes ouue por sentença de que se lhe fez padrão para os hauer de Janeiro de 1576 em diante o qual mandava roserar este registo e por esta verba que resorei e puz em Lisboa a 6 de julho de 1576 [1].

Tenças às filhas do dr. Pedro Nunes por sua morte

D. Henrique etc. Faço saber aos que esta minha carta virem que, por parte de D. Isabel, filha do dr. Pedro Nunes já fallecido que foi meu Cosmografo-mór, me foram apresentados dois alvarás do senhor rei meu sobrinho que Deus tem de que o treslado é o seguinte:

Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que havendo respeito ao serviço que o dr. Pedro Nunes, meu Cosmografo-mór, fez a mim e á Corôa de meus reinos no que pertencia ao dito seu officio e ao que espero que ao diante me fará e assim lhe serem dados 40000 reaes e 4 moios de trigo de tença em sua vida em satisfação do serviço que fez ao infante D. Luiz, meo tio, que santa gloria haja, cujo mestre foi nas sciencias das mathematicas e filosofia hei por bem e me praz por fazer mercê ao dito doutôr Pedro Nunes que elle possa deixar por sua morte a sua mulher e filhos, repartido por elles todos ou por aquelles que elle quizér 30000 reaes e 3 moios de trigo de tença dos ditos 40000 reaes e 4 moios de trigo que elle ora de mim tem, dos quaes 30000 reaes e 3 moios de trigo mandarei dar padrões á dita sua mulher e filhos conforme a repartição que elle fizer e para sua guarda e minha lembrança lhe mandei dar este alvará que quero que valha como carta feita em meu nome por mim assinada e passada pela minha Chancellaria sem embargo da Ordenação do 2.º livro, tit.º 20, que o contrario dispõe. João Alvares o fez em Lisboa a 14 de novembro de 1564 e eu Alvaro Pires o fiz escrever [2].

---

[1] *Doações de D' Sebastião e D. Henrique,* liv. 18, fl. 119, v.º

[2] Publicado por Sousa Viterbo. *Trabalhos Nauticos,* I parte, pág. 228.

E posto que neste alvará seja declarado que foram dados ao dito doutôr Pedro Nunes os 40000 reaes e 4 moios de trigo nelle declarados pelo serviço que fez ao infante D. Luiz, meu tio, que santa gloria haja foi-lhe feito mercê dos ditos 40000 reaes sómente pelo dito respeito, João Alvares o fez em Lisboa a 2 dias de março de 1564.

Vedores de minha fazenda, amigos, havendo respeito aos serviços do dr. Pedro Nunes, meu cosmografo-mór, hei por bem e me praz por lhe fazer mercê que dos 50000 reaes que elle tem cada anno de ordenado com o dito cargo e assim dos 15000 reaes e 4 moios de trigo que outrosim de mim tem de tença em cada um anno fiquem por seu fallecimento a seus filhos 30000 reaes e 1 moio de trigo tudo de tença os quaes elle poderá repartir por elles como quizér e isto alem dos outros 30000 reaes e 3 moios de trigo de que diz lhe tenho feito mercê de tença para os repartir pela dita maneira por seus filhos das tenças e ordenados que de mim tem e para minha lembrança e sua guarda lhe mandei dar este pelo qual, por fallecimento do dito dr. Pedro Nunes fareis fazer padrões em forma ao filho ou filhos que elle deixar nomeados nos ditos 30000 reaes e 1 moio de trigo, apresentando-nos as cartas do ordenado e tenças acima declaradas que de mim tem e a da nomeação e quando se lhe assim passarem os ditos padrões se porão as verbas necessarias e este quero que valha como carta posto que o effeito delle haja de durar mais de 1 anno, sem embargo da Ordenação em contrario, Domingos de Varejão o fez em Lisboa a 2 d'agosto de 1574 e eu Alvaro Pirez o fiz escrever, Assinou S. A. este alvará a 4 de setembro do dito anno.

Pedindo-me a dita D. Isabel que por quanto o dito seu pae era fallecido e por seu fallecimento nomeou nella 40000 reaes e 4 moios de trigo dos 60000 reaes e quatro moios de trigo que por virtude dos ditos alvarás podia repartir por sua morte por seus filhos como era declarado em uma certidão de justificação do L.do Lourenço Correia do meu desembargo, juiz do despacho da mesa de minha fazenda e das justificações d'ella que apresentava lhe fizesse mercê de lhe mandar passar padrão em forma dos ditos 40000 reaes e 4 moios de trigo e visto por mim seu requerimento e os ditos alvarás e certidões de justificação lhe mandei dar esta carta de padrão pela qual hei por bem e me praz que a dita D. Isabel tenha e haja de minha fazenda de tença cada anno em dias de sua vida os ditos 40000 reaes e 4 moios de trigo que começará a vencer do primeiro de Janeiro do anno de 1579 em diante e mando aos vedores de minha fazenda que os façam assentar no livro d'ella e despachar cada

anno para logar onde d'elles haja bom pagamento e por firmeza de tudo lhe mandei dar esta carta por mim assinada e assellada com meu sello pendente. Dada na cidade de Lisboa aos 12 dias do mês de março, Lourenço do Rio a fez. anno do nascimento de N. S. J. Chr.º de 1578.

E porquanto o dito dr. Pedro Nunes falleceu a 11 dias do mês de Agosto d'este anno presente de 578 como era declarado em outra certidão de justificação do L.do Lourenço Correia do qual dia em diante ha de começar a vencer os ditos 40000 reaes e 4 moios de trigo que por virtude d'este padrão não ha-de haver pagamento d'elles senão de Janeiro do anno que vem de 579 em diante como acima é declarado lhe foram dados dois mandados, um ao executor do almoxarifado de Coimbra que dos ditos 40000 reaes de tença que foram na folha do assentamento do dito anno presente ao dito seu pae pague á dita D. Isabel 12:292 reaes que lhe montam dos ditos 11 dias de Agosto até fim de dezembro a razão dos ditos 40000 reaes de tença e outro para o almoxarife das rendas do nosso almoxarifado da villa de Soure que dos ditos 4 moios de trigo que foram na folha do assentamento d'ellas d'este dito anno lhe pague um moio, 12 alqueires de trigo que lhe montam no dito tempo á razão dos ditos 4 moios de trigo e as cartas e provizões que o dito seu pae tinha das ditas tenças e ordenado e alvarás aqui encorporados foram rotos ao assinar d'esta e dos outros padrões que foram dados ás outras suas irmãs para cumprimento dos ditos 60000 reaes João de Castilho a fez escrever.

D. Henrique etc. outra tal carta de padrão nem mais nem menos como acima e atraz escripta a D. Briolanja, filha do dito doutôr, de 15000 reaes de tença em vida, dos 60000 reaes que tinha os quaes ha-de começar a vencer do primeiro de Janeiro de 1579 em diante com declaração que lhe foi passado mandado para o executor de Coimbra lhe pagar 4614 reaes que venceu dos 11 de agosto até fins de dezembro de 78 feita e subscripta pelos ditos. Escripta nos ditos dias, mês e anno acima contheudo nesta cidade de Lisboa.

D. Henrique etc. outra tal carta de padrão como acima escripta a D. Francisca, freira no mosteiro de Lorvão, f.ª do dito doutôr de 5000 reaes de tença para suas necessidades de 60000 que tinha, os quaes começará a vencer do primeiro de Janeiro de 579 com decla-

ração que lhe foi passado mandado p.ª o executor de Coimbra lhe pagar 1534 reaes que venceu dos 11 dias de Agosto que seu pae falleceu até fim de dezembro de 78 feita e subscripta pelos ditos. Escrita nos ditos dias, mês e anno acima conthendo nesta cidade de Lisboa [1].

Mercê ao genro do dr. Pedro Nunes de 50000 reaes de tença por causa da supressão dos logares de contadores

Dom Sebastião etc. Faço saber que eu passei uma provisão pela qual houve por bem pelos respeitos nella declarados de extinguir os officios de contadores de minha fazenda das comarcas e contadorias de meus reinos e porquanto Manoel da Gama Lobo tinha o officio de contador de minha fazenda na contadoria da cidade d'Elvas com 40000 reaes de ordenado cada anno que lhe foi dado em dote e casamento com Briolanja Nunes, filha do doutôr Pero Nunes, cosmografo-mór, a que d'elle tinha feito mercê por um meu alvará para a pessoa que casasse com uma sua filha, hei por bem de lhe fazer mercê de 50000 reaes de tença em cada um anno em dias de sua vida em contentamento e satisfacção do dito officio os quaes lhe foram julgados por sentença em minha fazenda pelos juizes que ordenei para determinarem as satisfações dos officios que extingui e em que foi ouvido o procurador de minha fazenda como na dita sentença mais largamente é declarado, os quaes começará a vencer do primeiro dia de Janeiro d'este anno presente de 576 em diante e mando aos vedores de minha fazenda que lhe fação assentar os ditos 50000 reaes no livro d'ella e despachar em cada um anno para logar onde d'elles haja bom pagamento constando-lhe primeiro certidão nas costas d'este de Lourenço Correia do meu desembargo e juiz de minha fazenda e das justificações d'ella de como na sentença que se deu no feito que se tratou sobre a satisfação do dito officio fica posta verba como por vertude d'ella lhe foi passado este padrão para haver os ditos 50000 mil reacs de tença e outra certidão do escrivão da chancellaria da côrte de como o registo da provisão que o dito Manoel da Gama tinha do dito officio fica rescado e posto nelle outra tal verba e porquanto pela dita sentença foi julgado que o dito Manoel da Gama houvesse os ditos 50000 reaes de tença do tempo em que extyngui os officios de contadores justificou perante

[1] *Doações de D. Sebastião e D. Henrique,* liv. 41, fl. 157 e 158.

o dito L.do Lourenço Correia que lhe foi notificado que não servisse o dito officio a 2 dias do mês de outubro do anno de 567 per asi o extinguir como dito é e pelas diligencias que em minha fazenda se mandaram fazer acerca do que lhe era devido se achou lhe serem devidos 320000 reaes a saber 3000 reaes de 6 annos que começaram ao 1.º dia de Janeiro do anno de 570 e acabaram no fim do anno passado de 575 a razão dos ditos 50000 reaes por anno e 20000 reaes dos 2 annos de 568 e 569 a razão de 10000 reaes por anno por cumprimento dos 50000 reaes que em cada um anno d'elles houvéra d'haver de que sómente houve pagamento de 80000 reaes á rasão de 40000 reaes por anno e lhe foram mandados levar em conta do dinheiro que havia de entregar a Antonio Gil, thesoureiro do dinheiro de meu assentamento á conta do qual lhe o dito M.el da Gama havia de entregar do rendimento do almoxarifado d'Elvas, onde elle servio de executor como nas diligencias era declarado e mandei dar provisão para os ditos 320000 reaes lhe serem despachados no assentamento d'este anno presente de 576 e a provisão que o dito Manoel da Gama tinha do dito officio foi rota ao assinar d'esta que para firmeza de todo lhe mandei dar por mim assinada e sellada com o meu sello pendente. Dada em a villa d'Almeirim a 17 de fevereiro. Baltasar da Lagôa a fez. Anno do nascimento de N. J. Chr.º de 1576 e eu, André Pires, a fiz escrever [1].

Quitação a Manoel da Gama Lobo

D. Sebastião etc. A quantos esta minha carta de quitação virem faço saber que eu mandei tomar conta em meus contos do reino e casa a Manoel da Gama Lobo que servio de executor do almoxarifado d'Elvas os anos de bc lxbj (566) — lxbij (67) lxbiij (68) e pela arrecadação d'ella se mostra receber treze contos, 378521 reaes e de cera 56 arrobas, 24 arrateis e d'azeite 13 alqueires, na qual quantia entra o rendimento da herdade de Villa Fernando dos ditos anos e do ano de 569 que dispendeu e entregou por meus mandados e dos védores de minha fazenda sem ficar devendo cousa alguma como se vio pela dita conta que foi tomada pelo contador Pero Braz de Lira e vista por Gaspar Lopes Godinho provedor de minhas contas nos ditos contos pelo que dou por quite e livre do dito dinheiro e cera e azeite ao dito Manoel da Gama e a todos seus herdeiros que

[1] *Doações de D. Sebastião*, liv. 37, fl. 94.

nunca por elle sejam citados nem demandados em meus contos nem fora d'elles por assy de todo ter dado conta com entrega como dito é e mando aos védores de minha fazenda, contador mór dos ditos contos e a todos os corregedores, juizes, justiças, officiaes e pessoas a que o conhecimento pertencer que assi o cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar sem duvida nem embargo algum e por firmeza de tudo lhe mandei dar esta carta de quitação por mim assinada e sellada de meu sello pendente.

Dada em Lisboa a 11 de março, Francisco Carneiro, escrivão dos ditos contos, a fez, ano de N.to de N. S. J. Chr.to de 1575 [1].

Seria o dr. Pedro Nunes cristão novo?

Parece indiscutivel que sim.

Pelo menos assim o consideraram as inquisições de Coimbra e Lisboa, por ocasião do julgamento de seus netos.

Do processo de Matias Pereira consta mesmo ter-se procedido, em 30 de dezembro de 1625, a uma inquirição por causa da sua suspeita de judaismo.

Uma testemunha, Rodrigo Fernandes, disse tê-lo conhecido desde que veiu morar para Coimbra até à sua morte sendo geralmente tido como cristão novo e ninguem disso duvidando. Simão Fernandes, outra testemunha, declara ter conhecido o dr. Pedro Nunes, morador na Calçada, ouvindo dizer há mais de 60 anos que era cristão novo, e assim era geralmente considerado.

Outras testemunhas foram dizendo o mesmo e Jerónimo Machado afirmou que, se Heitor de Sá não quiz casar com D. Guiomar, foi por causa da sua fama de cristã nova. Domingos Quaresma disse — os moradores (o dr. Pedro Nunes e família), na Calçada e na rua de António da Silva.

Foram pois todas unanimes em afirmar a sua cristãnovice, vacilando sómente quanto ao grau por não saberem

[1] *Privilegios de D. Seb.ão*, liv. 10, fl. 121 v.º. A cópia é *ipsis verbis* mas não *ipsis literis*.

da sua geração se era meio cristão novo, se cristão novo inteiro.

D. Guiomar, a da Cutilada

Da família do cosmógrafo até agora conhecida e da que o fica sendo após a publicação dêste trabalho, podemos formar as seguintes arvores genealógicas, notando-se que, para a sua confecção, nos servimos principalmente das declarações dos netos do dr. Pedro Nunes perante a Inquisição:

O dr. P.º Nunes c. em 1523 c. D. Guiomar Areas, natural de Salamanca ou Évora	D. Briolanja c. c. Manuel da Gama Lobo; D. Guiomar, freira em S.ta Clara de Coimbra, falecida antes de 1623; D. Francisca, freira em Lorvão já em 1578 e falecida antes de 1623; Pedro Areas ou Aires que morreu na Índia. Apolónio Nunes, idem.

Uma filha de Pedro Nunes

D. Izabel da Cunha falecida em 1621, c. c. João Pereira de Sampaio	Pedro Nunes Pereira, nascido em 1589; Ruy Pereira de Sampaio, falecido em Roma; Matias Pereira, nascido em 1582.

Outra filha de Pedro Nunes

D. Briolanja c. c. Manuel da Gama Lobo já falecido em 1623	D. Maria e D. Inês, freiras em S.ta Clara de Elvas; D. Gabriela, freira em Lorvão; Francisco da Gama Lobo que morreu solteiro.

De toda esta geração do grande matemático quem adquiriu mais ruidosa fama foi seguramente sua filha, D. Guiomar. Motivou-a um escandalo celebrado pelos poetas do tempo, narrado discretamente por Duarte Nunes de Leão e romantisado em nossos dias pelo sr. Alberto Pimentel, no seu *Portugal de Cabeleira*.

Tal escandalo originou a aversão, senão o ódio, dos Sás de Coimbra à família do cosmógrafo-mór e a tal ódio atribuiram em parte os netos de Pedro Nunes as suas perseguições inquisitoriais. É por isso dos respectivos processos, já atrás citados, que iremos respigar depoimentos acêrca do estrondoso acontecimento.

Logo na defêsa, apresentada por Matias Pereira, à inquisição de Coimbra, ele alegara que qualquer rumor contra o dr. Pedro Nunes devia provir dos Sás, seus inimigos, por D. Guiomar, sua tia, ter dado uma cutilada em Heitor de Sá, no rosto, *sôbre certa palavra de casamento*. Todavia, em 25 de fevereiro de 1624, depôs Martim de Castro, porteiro da câmara, ter ouvido sempre dizer que o dr. Pedro Nunes *tinha de naçam;* Maria Barreira, na mesma inquirição, adeantou que o dr. Pedro Nunes era *cristão novo e isto era cousa pública em Coimbra e por tal era realmente tido e havido ainda antes de D. Guiomar, tia do réu, dar a cutilada em Heitor de Sá;* e o l.do Manuel Conceiro de Azambuja, juiz dos órfãos, também se referiu, em 4 de março, à fama do dr. Pedro Nunes.

Nos seus embargos de contraditas falou Matias Pereira em várias pessoas suas inimigas e, entre essas, em António Correia de Sá e seus filhos Francisco de Sá e Luís de Sá, parentes de Heitor de Sá. Contou então como êste Heitor de Sá apanhou *pelas queixadas* uma cutilada de sua tia D. Guiomar, na igreja de S. João de Almedina, perante o bispo D. Manuel de Menezes e por isso, a requerimento do ferido, foi D. Guiomar levada para o Aljube e, não satisfeitos com isso, obtiveram os Sás provisões levando-a

para o castelo até que, contra vontade dêles, voltou para o Aljube e daí para o mosteiro de Santa Clara, onde professou, não sem os Sás tentarem matá-la, tendo de ir para o mosteiro de S.[ta] Clara metida numa canastra. Assim passou entre êles dizendo que eram panos para armar!...

Com efeito das *Notícias cronológicas da Universidade de Coimbra,* de Francisco Leitão Ferreira, pág. 509, § 1095 consta o seguinte: «Duarte Nunes de Leão, no seu livro da *Descrição de Portugal,* cap. 89, fl. 147 v.º, e João Franco Barreto na sua *Biblioteca Lusitana Manuscrita,* fazem menção da animosidade de uma filha do Doutor Pedro Nunes, cosmógrafo-mór, chamada D. Guiomar, que com o dito seu pai vivia em Coimbra, à qual se lhe pôs por alcunha *a da cutilada,* pela que deu com um canivete na cara a um filho de um cidadão seu visinho, por faltar à promessa, que lhe havia feito de casar com ela; porque, sendo citado para estar a perguntas perante o bispo da mesma cidade (era-o nesse tempo D. Manuel de Menezes, que lhas fez na igreja de S. João) e negando elle, que tal não tinha prometido, ela de improviso tirou de um estojo o canivete, e na presença do bispo lhe deu a cutilada, sôbre o qual caso se fizeram várias poesias latinas e vulgares; e eu vi na livraria do Conde de Vimieiro um dos exemplares impressos da *Descrição de Portugal* de Duarte Nunes, com algumas cotas marginais, à maneira de notas manuscritas, e no lugar acima mencionado estava uma, que continha êstes versos:

Senhora Dona Guiomar
Moradora na Calçada
Que déstes a cutilada
Senhora Dona Guiomar
Que moraveis na Calçada;
Mereceis tença d'El-Rei
Pois déstes a cutilada.

E porque Duarte Nunes diz ali que os parentes e amigos do ofendido, e muita gente armada a estavam esperando na ponte do Mondego, por onde suspeitavam que ela passaria para o mostoiro de S.ta Clara, onde seu pai a queria meter freira, e que foi levada para ele, ás costas de um trabalhador, escondida em uma canastra grande, que servia de acarretar cera e outras coisas ao mesmo mosteiro, para o ofício da Semana Santa, o anotador das cotas manuscritas pôs à margem: *Esta obra toda foi feita pelo bispo D. Manuel de Menezes, não sei se da canastra, mas sei que foi levada à conta e cargo do Bispo, cuja irmã era a abadessa.* Êste caso aconteceu entre os anos de 1573 e 78 que foi o tempo em que D. Manuel de Menezes teve a mitra de Coimbra; de onde se colige que o doutor Pedro Nunes, em cuja companhia estava esta sua filha, ainda viveu depois do ano de 1570, mas não me consta do da sua morte...

O ilustre matemático devia já estar então de idade bem avançada, mas a história é muda quanto aos sérios desgostos que tais factos lhe causariam.

Voltemos porêm ao processo.

Os depoimentos de algumas destas testemunhas de contraditas são particularmente interessantes.

Maria Barreira, já atrás citada, disse que de sua casa foi D. Guiomar a perguntas à igreja de S. João de Almedina e, depois da cutilada, os Sás se juntaram e insultaram o bispo D. Manuel de Menezes *entendendo que ele favorecia a dita D. Guiomar.*

Outra testemunha, António Reimão Toscano, declarou *ser verdade que D. Guiomar, tia do réo, déra uma cutilada pelas queixadas ao dito Heitor de Sá, indo ás perguntas com elle á igreja de S. João d'Almedina em presença do bispo D. Manoel de Menezes o que elle testemunha sabe por a esse tempo estar nesta cidade e acudir ao reboliço que então houve e achou muita gente em S. João d'Almedina*

aonde o caso aconteceu e vio que a dita D. Guiomar pela dita razão estava presa no Aljube e logo ahi ouvio contar a historia da maneira sobredita e que Heitor de Sá puxara pela espada e déra por uma columna.

Mas o depoimento mais interessante é, sem dúvida alguma, o de Sebastião de Matos de Noronha, feito em 12 de março de 1626, quando essa testemunha tinha 60 anos de idade. Transcrevêmo-lo *ipsis verbis:*

Haverá 48 anos, pouco mais ou menos, e foi antes de D. Sebastião passar a Africa, que D. Guiomar, tia do réo, fôra á igreja de S. João do Bispo com Heitor de Sá para que ahi o bispo D. Manoel de Menezes, que então era nesta cidade fazer perguntas ao dito Heitor de Sá se queria casar ou era casado com a dita D. Guiomar ao qual ella ferio estando presente o bispo por elle negar e dizer que a não conhecia ao que acudiram os parentes do dito Heitor de Sá e então o dito bispo mandou levar ao Aljube a D. Guiomar e Heitor de Sá e seus parentes se não deram por satisfeitos e fizeram vir um dezembargador cujo nome lhe não lembra com provisões de S. M. e por ellas foi levada a dita D. Guiomar ao castello do que, resentido o dito bispo, escreveu a S. M. digo (sic) *poz interdicto nesta cidade com que esteve 3 ou 4 mezes e houve cessatio a divinis e tornou a levar a dita D. Guiomar para o Aljube contra vontade do dito Heitor de Sá e seus parentes e d'ahi em uma canastra para o mosteiro de Santa Clara.*

Pedro Nunes Pereira tambêm alegou a inimizade dos Sás mas do seu processo nada se adianta ao já referido acêrca do monumental escandalo.

Devo notar que, procurando na parte do cartório de Santa Clara existente na Torre do Tombo, não encontrei livro algum onde fosse natural deparar-se com referências à celebre freira, alcunhada depois de *dama da cutilada!*

Um poeta do tempo glorificou-a na seguinte quadra:

Foi mui grande o valor dela
E pouca a vergonha dele
Mas se ela ficou sem ele
Ele não ficou sem ela [1].

Os netos de Pedro Nunes condenados pela Inquisição

Com uma diferença de dois dias deram entrada nos carceres da Inquisição os dois netos do ilustre cosmógrafo-mór, filhos de sua filha Izabel.

Matias Pereira, residente na sua quinta de Ardazubre, entre Tentugal e Coimbra, mandado prender pela inquisição de Coimbra em 31 de maio de 1623, foi encerrado no carcere respectivo a 4 de junho de 1623 [2]. Pedro Nunes Pereira, residente em Lisboa, ao Castelo, foi encarcerado em Lisboa, a 6 de junho do sobredito ano de 1623.

Ocupemo-nos do primeiro visto ter tido a infausta prioridade dos ferros inquisitoriais.

Denunciado em 3 de dezembro de 1621, como judaisante, por António Correia de Sá, foi-o também por Jorge Coutinho, em 7 de dezembro de 1621, por Pero Cabral Colaço, escrivão da câmara de Coimbra, em 22 de agosto de 1622 e, finalmente, em 10 de fevereiro de 1623, por Manuel de Seiça.

Diziam que o desgraçado vivia na lei de Moisés!

Julgaram portanto os inquisidores tais acusações suficientes para prisão e por isso, em 12 de abril de 1623, lavraram o competente despacho de pronúncia, confirmado pelo Conselho Geral em 4 de maio do mesmo ano.

Mas a essas denúncias outras acresceram. Em 2 de se-

---

[1] Sousa Viterbo, *Estudos sôbre Sá de Miranda*, II, pág. 30 da separata.

[2] *Inquisição de Coimbra*, proc. n.º 4:724.

tembro de 1623 depôs contra ele o cristão novo de Tentugal, Duarte Fernandes; em 17 de junho de 1623, Vicencia Cabral; em 2 de agosto de 1624, Pero Cabral Colaço, já atrás referido; em 2 de setembro de 1624, António de Oliveira; em 20 de abril de 1624, Henrique Barreto, de Tentugal; em 12 de outubro de 1624, Manuel Cabral, filho de Pero Cabral Colaço; em 16 de abril de 1625, Luís Veloso; em 31 de janeiro de 1626, Jorge Pereira; em 7 de janeiro de 1625, Luís Ares; e, em 17 de fevereiro de 1625, Catarina Cabral.

Todos êstes denunciantes estavam presos na inquisição de Coimbra e de todos merece referência especial

António Correia de Sá e seus filhos

Para dêles tratarmos abramos um grande parentesis na narração dos sofrimentos de Matias Pereira.

Preso em 18 de setembro de 1621, havia sido denunciado, em 27 de maio do sobredito ano por Simão Martins e Izabel Domingues que o haviam acusado de blasfemo e por Miguel da Fonseca, escrivão da fazenda da Universidade, por António Dias de Almeida, advogado e por Simão Gonçalves, barbeiro. Acusavam-no por dizer que vivia na lei de Moisés [1].

Quem era o preso ele mesmo no-lo dirá. Tinha, em 1621, cincoenta e cinco anos, era formado em leis, foi batisado em Lisboa, na igreja de S. Nicolau, tendo tido como padrinhos os condes de Mira e Portalegre, e era filho de António Correia de Sá Souto-Maior, corregedor da côrte e de D. Izabel Coronel, cristã nova, natural de Lisboa; neto paterno de Duarte de Sá Souto-Maior, natural de Coimbra a cuja governança pertencia; neto materno de Leonardo Nunes, físico-mór de El-Rei, natural de Lisboa.

---

[1] *Inquisição de Coimbra,* proc. n.º 5:821.

Se quizermos conhecer, alêm dos ascendentes, os seus colaterais êle mesmo nos informará dos seus tios seguintes: dr. Jorge de Sá Souto-Maior, lente de medicina na Universidade. Pelo lado materno Agostinho Nunes, capitão na Índia; Domingos Nunes, morto na Índia; Jerónimo Nunes já falecido; fr. Gregório Coronel, religioso de N. S. da Graça, residente em Roma; Ambrósio Nunes [1], cirurgião-mór do reino, casado com uma fidalga por nome de D. Ana. Dêste casal deu notícia dos filhos seguintes: D. Estevão, lente que foi em Salamanca, na faculdade de canones; D. Alonso, religioso dos carmelitas descalços em Castela; D. António, conego; D. Francisco, solteiro, residente em Lisboa.

De tias maternas falou Correia de Sá em: D. Jerónima Coronel, moradora em S. João do Rei, viuva de Vasco de Azevedo, que foi cápitão na Índia e cujos filhos são: Manuel de Azevedo Coutinho e Fernão Côutinho de Azevedo, já defuntos estando ainda vivo Diogo de Azevedo Coutinho, morador em S. João do Rei.

Não esqueceremos os irmãos e filhos do réu. Dos primeiros referiu: Duarte de Sá Souto-Maior, já defunto, corregedor de Beja, casado com D. Catarina de Chaves; Francisco de Sá, lente que foi de véspera na faculdade de leis e morreu solteiro; Teodósio de Sá, clérigo teologo, prior de Serpins, já defunto; Jerónimo de Sá, estudante, já defunto; finalmente D. Juliana e D. Maria que morreram solteiras.

António Correia de Sá declarou finalmente, na matéria genealógica, ter sido casado com uma D. Filipa de quem teve: Luís de Sá Souto-Maior e Francisco, de 23 anos.

---

[1] Souza Viterbo publicou, em 1910, nos *Arquivos de Historia da Medicina Portugueza,* um artigo sôbre o Dr. Ambrósio Nunes, mas desconheceu a maior parte das indicações que damos sôbre a família dêsse físico-mór.

Filhas teve: D. Serafina de 30 anos, D. Juliana de 23 e D. Angela de 16, as quais, com seu filho Francisco, todos solteiros, viviam na sua quinta da Giralda. O filho mais velho, Luís, estava casado pela segunda vez; da primeira fôra-o com D. Izabel de quem teve uma filha, D. Maria e sua 2.ª mulher era D. Antónia de quem tinha uma filha D. Mariana e um filho António Correia de Sá.

Não se pode dizer que não fôsse numerosa a sua família e altamente colocada no geral.

Confissão de António Correia de Sá. Denuncias que fez. Uma confraria israelista em Coimbra. Serve de espião

Em 11 de outubro de 1621 confessou êste réu as suas culpas, isto é, ter vivido na lei de Moisés e ter incitado a isso seu filho Francisco de Sá e suas três filhas que, por essa causa, foram presas.

Mas, não contente com isso, deu com a língua nos dentes e muito.

Assim denunciou, entre outros, o l.do André Vás Cabaço e o Dr. António Gomes, lente de medicina em Coimbra, então a contas com a inquisição de Toledo [1].

Em 14 de novembro de 1621 continuou as suas denúncias acusando o dr. António Homem, que era *o maioral da gente da nação e o que mais sabia da lei de Moisés*. Falou então numa confraria de cristãos novos, instituída em honra de fr. Diogo, mártir israelita, queimado em Lisboa, do qual havia um retábulo possuido por vários cristãos novos! Dessa confraria era escrivão José Coutinho e juiz Miguel Gomes.

Em 15 de novembro de 1621 referiu um jejum em casa de Miguel Gomes, o qual, assim como António Homem e

[1] O arquivo desta inquisição está em Madrid nos Arquivos Historicos Nacionais.

o cónego Fernão Dias estavam revestidos de vestes sacerdotais, que lhes davam por baixo da cintura, abertas pelas ilhargas, de tafetá brancos e na cabeça umas correias com umas nominas pendentes sôbre a testa e o dr. António Homem tinha na cabeça uma mitra de seda.

Note-se que o dr. António José Teixeira a pág. 152 do seu *António Homem e a Inquisição* se refere detidamente a esta denúncia.

Esprimido, em 17 de novembro, pelo tormento ainda denunciou mais o dr. Francisco Caldeirão, lente de prima na faculdade de leis, cujo processo infelizmente desapareceu. No dia seguinte, ainda com a lembrança fresca do mau bocado passado, denunciou: o l.do Jerónimo da Paz, advogado, cristão-novo; o dr. Duarte Brandão, cristão novo, lente de canones na Universidade; o dr. Francisco Vaz Velasco, cristão novo, lente de canones; o l.do Tomé Vaz, advogado no Porto; as irmãs do cónego Fernão Dias da Silva, freiras em Semide, etc.

Foi ao auto da fé, celebrado em Coimbra na praça, em 28 de novembro de 1621, sendo sentenceado a abjurar publicamente e a carcere e hábito penitencial perpétuos.

Tão afeito ficou ao papel de delator que, em 3 de dezembro de 1621, acrescentou ser a seguinte interessante fórmula de convocação para o jejum grande, dos cristãos novos: *Amanhã temos um ganha-perde; chegue-se V. M.cê para ele cedo.*

Aditou ainda que as vestes dos sacerdotes não eram brancas, como afirmou, mas sim rôxas, sendo os sacerdotes: Fernão Dias, Miguel Gomes, o dr. António Homem, sumo sacerdote e ouviu falar também no cónego António Dias da Cunha.

Solto em 20 de dezembro de 1621 foi-lhe depois reservado o triste papel de espião, o que não repugnava a quem fôra tão bom delator.

Duma carta apensa ao processo vê-se que ele foi incum-

bido de saber do preso Francisco Fernandes Nunes onde estavam as vestes das cerimónias referidas. Não soube isso mas denunciou a forma como os presos entre si comunicavam, quer por escrito, quer por pancadas na parede. A tinta arranjavam-na, pondo um pucaro sôbre o fumo da candeia, o qual fazia uma codea que tiravam com um pauzinho, deitando-lhe vinagre e uns pós de assúcar, ficava tinta. Papel servem-se do dos confeitos ou assúcar ou de panos de linho; escrevem com pauzinhos e tiram o miolo a um bunho da esteira para meterem o escrito; depois atam uma linha ás extremidades e vão juntos com a comida, para a cosinha, onde as presas os distribuem conforme os sinais combinados.

Os processos dos filhos foram muito mais sumários. Luís de Sá Souto-Maior [1] deu entrada no carcere da inquisição a 23 de setembro de 1621 e, no mesmo dia, confessou parte das suas culpas que continuou em sucessivas sessões, ao todo em número de 22!

Pelo acordão final foi mandado abjurar publicamente de seus êrros, com carcere e hábito penitencial a arbitrio. Foi ao auto de 28 de novembro de 1621 e, em 3 de novembro desse ano, gosava novamente da liberdade.

Francisco de Sá deu entrada no carcere a 15 de outubro de 1621 [2] e, tres dias depois, confessou as suas culpas, contando como fôra a casa do dr. António Homem tirar duvidas acêrca da sua fé moisaica.

Condenado a abjurar publicamente, com carcere e hábito penitencial a arbitrio, foi-lhe tambêm publicada a sentença no auto da fé de 28 de novembro de 1621 e no dia 1 de dezembro foi mandado soltar.

Tambêm sumários foram os processos das filhas de António Correia de Sá.

Em 15 de outubro de 1621 deram os inquisidores de

[1] *Inquisição de Coimbra*, proc. n.º 615.

[2] *Idem*, proc. n.º 4:514.

Coimbra ordem para a sua prisão. Haviam sido delatadas por seus próprios irmãos e por Maria de Belem, filha do l.do André Vaz Cabaço.

D. Juliana (processo n.º 3:767), interrogada em 17 de outubro acêrca da sua genealogia, começou em 27 as suas confissões que continuou em várias audiências. Foi mandada abjurar publicamente, sendo-lhe tirado o hábito penitencial após a leitura da sentença que se efectuou no auto da fé de 28 de novembro de 1651. Em 20 de dezembro, finalmente, julgaram-na suficientemente instruida nas coisas da fé.

Sua irmã, D. Serafina (proc. n.º 5:434), interrogada em 16 de outubro de 1621 acêrca da sua genealogia, tendo confessado as suas culpas foi mandada abjurar publicamente e ter carcere e hábito penitencial a arbitrio, sendo-lhe publicada a sentença final no auto de 28 de novembro.

Em 19 de janeiro de 1622 foi afinal julgada instruida na doutrina cristã.

Sua irmã D. Angela (proc. n.º 6:350), interrogada igualmente em 16 de outubro de 1621, começou as suas confissões em 22 de outubro. Pelo acordão final foi mandada abjurar publicamente com carcere e hábito penitencial só até á leitura da sua sentença, que se efectuou no auto da fé de 28 de novembro. Mandaram-na soltar em 30 de novembro de 1621.

Os bens de Matias Pereira. A sua genealogia

Focada assim a triste figura do primeiro denunciante do neto do cosmógrafo-mór voltemos novamente para êle as nossas vistas.

Em 2 de julho de 1623 declarava Matias Pereira ser possuidor do praso de Ardazuvel (sic) foreiro ao mosteiro de S.to Tirso; do casco da quinta e casas em que vive; o prazo dos maninhos; uma geira de terra no campo das aldeias e vários foros. De moveis falou num anel com um

rubi, nos paramentos da capela num escritório e nuns caixões, evidentemente servindo de celeiro.

Em 3 de julho de 1623 foi interrogado acêrca da sua genealogia.

Declarou ser de 41 anos, ter quatro ou cinco anos de canones, nunca ter saido de Portugal e ter sido batisado na igreja de S. Bartolomeu, em Coimbra, servindo-lhe de padrinho Nuno Sarmento Pereira, seu tio.

Chamava-se seu pai João Pereira de Sampaio, fidalgo e à sua mãe já aludimos, pois era a filha do cosmógrafo-mór, Isabel, ambos já falecidos por êste tempo. Foram seus avós paternos: Rui Pereira de Sampaio, natural de Tentugal e Mécia Nunes e aos avós maternos já atrás aludimos. Referiu-se aos seguintes tios paternos: 1.º Duarte Pereira de Sampaio, casado com D. Luisa de Almeida na Índia, capitão que foi, pois já faleceu, em Maluco; 2.º Henrique Nunes Pereira, casado na Índia com D. Isabel Travassos; 3.º Nuno Sarmento Pereira, prior da Magdalena em Montemór; 4.º Diogo Pereira de Sampaio, casado com Angela Serrão Perestrelo, já falecida. O 1.º tio tem os filhos seguintes: Inofre Pereira e D. Maria Magdalena, casados e D. Ursula, solteira; o 2.º tio tem: José Pereira de Sampaio e D. Maria, casada com Sebastião de Mendonça Furtado; o 4.º tio tem: Jacinto Pereira, conego na Sé de Coimbra e Duarte Pereira, solteiro.

Tendo-nos já referido aos tios maternos de Matias Pereira, só dizemos achar extranho que não fizesse referência nem a Apolónio Nunes nem a Pedro Areas. Também não apontaremos novamente os nomes de seus irmãos.

Libelo acusatório contra Matias Pereira. Sua defeza. Sentença final

Em 6 de janeiro de 1624 apresentou o Promotor inquisitorial e seu libelo acusatório contra o réu. Em resumo é

acusado de, perante testemunhas, ter afirmado que acreditava na lei de Moisés e nela esperava salvação e por isso guardava os sábados, não comia lebre nem porco etc.

Na resposta Matias Pereira contestou por negação e alegou a sua inimizade com o inquisidor já falecido, Simão Barreto de Menezes, com o qual teve tais questões que o prenderam durante mais de três meses no seu tempo de estudante. Alegou ser fidalgo da casa Real, filho e neto de fidalgos, assim como os serviços já atrás referidos do dr. Pedro Nunes, seu avô materno. Juntou certidão de um auto de apresentação de uma provisão de S. M., a requerimento de seu irmão Pedro Nunes Pereira, da qual consta que, em 9 de outubro de 1614, foram interrogadas várias testemunhas sôbre a fidalgaria dos pais do réu. Entre essas foi o dr. Roque Pereira que disse ser o dr. Pedro Nunes, cosmógrafo-mór do Reino, *pessoa de quem el-rei D. Henrique, o cardeal, fazia muita conta e lhe deram o hábito de Cristo, segundo sua lembrança, com grande tença de dinheiro e moios de trigo na vila de Soure.*

Muitas foram as vezes que o réu veiu com contraditas e muitas foram as testemunhas por causa disso interrogadas.

Nesses embargos falou, alêm do nosso já bem conhecido António Correia de Sá, de várias outras pessoas que considerava como inimigas: André Vaz Cabaço, Pedro Cabral Colaço, Duarte Fernandes Teles; o pintor António de Matos, morador em Tentugal e autor do retábulo de N. S. do Mourão dessa vila; o dr. Jerónimo de Almeida, de Monte-mór-o-velho; Álvaro de Pina Cardoso, já defunto e seus filhos Paulo de Pina, Rui de Pina e Amaro de Pina todos de Montemór-o-Velho.

Alegou a inimizade dos Barretos e Farias, de Tentugal e na verdade, numa inquirição de testemunhas em Tentugal realisada, provou-se à saciedade que os tais Barretos e Farias pretenderam tirar o lugar de capitão-mór a Diogo Pereira de S. Paio.

Em 8 de junho de 1628 apresentou Matias Pereira novas contraditas, mas essas já lhe não foram admitidas.

Como é bem de calcular muitas foram as testemunhas interrogadas por causa de tais diligências.

Sebastião de Sá de Miranda foi interrogado duas vezes, aliás com intervalo de anos. Da primeira, em 11 de março de 1624, declarou ter 40 anos de idade pouco mais ou menos e conhecimento da inimizade de Matias Pereira com José Coutinho e António Correia de Sá; da segunda, em 7 de maio de 1626, declarou que o réu tinha um grande inimigo. Esse era Luís Veloso, reconciliado pelo Santo Ofício, e o motivo da inimizade o priorado de Montemór que pertenceu a um tio de Matias Pereira, cuja promessa fez a Veloso, faltando depois a ela e renunciando-o em Rui Pereira, irmão do réu. Sebastião de Sá disse ter sabido isto por lhe ter contado seu irmão Bento de Sá, morador em S. Fagundo.

Em 19 de setembro de 1624 foi interrogado, entre outros, Jorge Lopes Gavicho, familiar do S.to Ofício, de Tentugal. Em 24 do mesmo mês e ano foi interrogado Jerónimo Brandão Pereira, filho de Francisco Machado Brandão, dezembargador da Suplicação, e de D. Izabel Brandoa, naturais do Porto o qual contou ter ouvido dizer que Jorge Coutinho, preso pelo Santo Ofício, afirmara que *se ele fôra em barca para o Santo Ofício, o fidalgo de Ardazubre iria em barquinho!*

Debalde Matias Pereira alegava que, ao vir da sua quinta a Coimbra, era hospede do conego Manuel de Mesquita Pimentel e depois de seu primo, também conego, Jacinto Pereira onde se juntava com D. António da Silveira, D. Martinho da Silveira, D. Teotónio Manuel, e D. João Souto-Maior, todos fidalgos bem conhecidos. Debalde apresentou uma certidão de onde consta que, em 1595, foram oficiais da câmara de Coimbra: juiz de fóra, Rui Mendes de Abreu e vereadores, João Pereira de S.

Paio, António Serrão, dr. Francisco de Sá e João de Beja, todos já falecidos em 1628.

Debalde. As suas proprias testemunhas de defeza disseram em geral que a mãe do réu tinha parte de cristã nova e não concordaram que tal fama viesse do escandaloso caso atrás referido da *cutilada*.

Não admira por isso que esta causa levasse tempo a decidir.

Em 8 de julho de 1628 proferiram os inquisidores de Coimbra o primeiro despacho neste processo.

Dividiram-se os votos: a uns pareceu que o réu não devia sahir nêste auto e devia ficar reservado; a outros pareceu que devia ir a tormentos. O Conselho Geral, em 28 de setembro, decidiu que Matias Pereira ficasse reservado no carcere.

Passados quási dois anos, em 2 de agosto de 1630, novamente os votos dos inquisidores de Coimbra se dividem: uns opinaram pelo tormento ao réu, outros queriam que abjurasse de leve e outros que fôsse relaxado à justiça secular.

Em 15 de novembro o Conselho Geral mandou-o ir a tormento, o que com efeito se realisou, nada confessando porêm.

Em 26 de março de 1631 os inquisidores de Coimbra mandaram Matias Pereira fazer abjuração *de veemente*, pagando 500 cruzados para o Santo Ofício. Tal decisão, porém, foi modificada pelo acordão final que, alêm da abjuração, substitue a multa por carcere a arbitrio.

Publicada a sentença no auto da fé de 17 de agosto de 1631, foi no dia 18 solto, devendo estar em Coimbra e arredores.

E só nos pasma como, após tantas tropelias, ele ainda poude ficar com vida!

Estas as conseqùências directas do processo. As postumas resaltam nitidamente do seguinte caso típico que do final do processo consta.

Em 15 de novembro de 1756 informaram os inquisidores de Coimbra um requerimento de Diogo Pereira de S. Paio Gomes e Oliveira, representante então de um tio paterno de Matias Pereira, o qual pretendia fazer cessar a sua fama de cristão novo.

O requerente era terceiro neto de Diogo Pereira de S. Paio, marido de D. Angela Serrão Perestrelo e 2.º neto de Duarte Pereira de S. Paio. Por isso não tiveram os inquisidores de Coimbra duvida em uma certidão inteiramente favorável.

Pedro Nunes Pereira a contas com a Inquisição de Lisboa

A 6 de julho de 1623, portanto com ligeira diferença do irmão, como vimos, deu êste neto do cosmógrafo-mór entrada no carcere inquisitorial de Lisboa [1].

Acompanhava-o a seguinte roupa para seu uso por ele requisitada: dois colchões; dois cobertores sendo um de papa e outro de pano verde; dois lençoes de cama e três que estão no baú; um travesseiro e almofadinha da cama e outro travesseiro e almofadinha do baú; as camisas da arca de páu; as voltas do pescoço que se acharem; os *escarpins* do baú e arca de páu; as ceroulas que se acharem; um vestido de pano grosso já usado; uma carapuça e *saltimbarquo* de pera; um vestido de baeta; os calções de veludo preto e as meias de seda pretas; um *pentem* de buxo; umas contas; umas Horas de N. Senhora; três lenços; um toucador; um gibão de bombazina parda; toalhas de mãos, toalhas de meza e guardanapos.

De todos êstes objectos se utilisou o preso excepto dos calções de veludo, da carapuça e do *pentem,* que os inquisidores não consentiram.

---

[1] *Inquisição de Lisboa,* proc. n.º 8:298.

Havia sido Pedro Nunes Pereira, assim como seu irmão, denunciado como judaisante por José Coutinho, Manuel de Ceisa, Pedro Cabral Colaço; Manuel Cabral, filho do anterior; Luís Veloso e António de Oliveira.

Não repetiremos aqui as declarações quanto à genealogia por serem idênticas ás de seu irmão, Matias Pereira. Diremos sómente que ele, em 11 de agosto de 1623, declarou ter de 34 para 35 anos, ser natural de Ardesubre, freguezia de Tentugal, ser formado em canones, estar provido na capitania da fortaleza de Damão e ter sido seu padrinho de batismo o inquisidor Diogo Vaz Pereira.

Debalde, na sua defeza, alegou o réu obras de cristão; ser fidalgo da casa de El-Rei; ter sido seu avô, Rui Pereira de Sampaio, capitão-mór de Tentugal; ter sido seu tio, Duarte Pereira de Sampaio, governador e capitão de Maluco; ter sido seu tio, Henrique Nunes Pereira, capitão das fortalezas de Bracelor e Onor e o próprio pai do réu capitão de Tentugal. Debalde alegou a qualidade de cristã velha de sua mãe, filha do dr. Pedro Nunes, cosmógrafo-mór e as acções dêste já atrás largamente referidas.

Foi tudo debalde.

Argumentava Pedro Nunes Pereira:

Se o dito dr. Pedro Nunes, avô d'elle R., não fôra christão velho e da sobredita qualidade e christandade, não fiara d'elle o Reino a instrucção dos ditos senhores Principes e Rei, que se não fia de gente defeituosa e que por alguma via se possa ser suspeita alguma d'ella ou de sua christandade, nem os reis de Portugal e Principes costumavam ter por mestres nas sciencias que aprendiam a pessoas christãs novas.

Por o dito dr. Pedro Nunes e sua mulher serem christãos velhos e de muita qualidade lhe tomou o dito senhor Rei D. Sebastião por criados seus a Pedro Areas e Apolonio Nunes seus filhos e se servio d'elles neste Reino e os proveu em encargos honrosos e de muita confiança e os mandou p.ª

a India, onde foram e morreram em serviço do dito senhor e assim mais honrou e dotou suas filhas como foi a D. Briolanja de Areas a quem deu para seu dote e casamento o officio de contador da fazenda de toda a provincia do Alemtejo para a pessoa que com ella casasse, o qual officio servio seu marido Manoel da Gama Lobo até o tempo que S. A. extinguio os ditos officios de contadores e assim mais lhe deu quinze mil reis de tença em vida que sempre comeu e a sua mãe d'elle, réo, D. Isabel, lhe deu o dito senhor rei quarenta mil réis e quatro moios de trigo de tença em cada um anno que comeu até á hora de sua morte e a D. Francisca, freira em Lorvão, deu cinco mil réis de tença que sempre comeu.

Os reis d'este reino não costumavam naquelle tempo tomar por criados seus, nem dar officios publicos, casamentos e tenças a pessoas defeituosas, ou christãs novas, como deram aos filhos e filhas do dito dr. Pedro Nunes e D. Guiomar, o que não fizeram se tiveram algum defeito em sua ascendencia.

Nada convencia os inquisidores.

Debalde continuou alegando que, até o falecimento de sua mãe, em 1621, tinha um oratório, onde diziam missa. Falou também Pedro Nunes Pereira na inimizade por causa da célebre cutilada, dizendo então que o Heitor de Sá protogonista do escandalo ainda era vivo.

Entre as suas testemunhas de defeza havia um Tomé Velho, imaginário, morador na Lamarosa, freguezia de Tentugal e, em 12 de junho de 1631, foi, em Coimbra, interrogado Sebastião Sá de Miranda, cidadão e morador na rua das Fangas.

Pedro Nunes Pereira queimou os últimos cartuchos, apresentando um requerimento protestando por lhe chamarem cristão novo ou meio cristão novo e outro pedindo pressa no julgamento.

A resposta porêm foi dolorosa.

Em 4 de dezembro de 1631 o Conselho Geral confirmou o despacho da inquisição de Lisboa, pelo qual devia ir a tormento, o que se efectuou em 12 desse mês e ano, nada confessando porêm.

Finalmente foi a sua causa sentenceada, mandando-o os inquisidores ir ao auto da fé, com uma véla acêsa na mão, fazendo abjuração de veemente suspeito e com carcere a arbitrio. Foi publicada no auto celebrado na Ribeira em 21 de março de 1632.

Antes disso, ao Inq.dor G.al D. Francisco de Castro, dirigiu um requerimento, pedindo brevidade no despacho, no qual, entre outras coisas diz o seguinte:

Nem basta para elle agravante ser tido ou julgado por x. n. ou se poder contra elle induzir presumção de heresia, dizendo que tem fama de x. n., por ser neto por via de sua mãe do dr. P.º Nunes, cosmografo-mór d'estes reinos, mestre das sciencias mathematicas, d'el-rei D. Sebastião e dos senhores inf.tes, filhos e netos d'el-rei D. M.el e do sr. D. João de Castro, vice-rei da India, avô de V. Ill.ma. Porquanto, como já tem articulado a dita fama não é fama, nem se pode etc.

Foi na verdade o Inquisidor Geral D. Francisco quem, em 3 de junho de 1632, o mandou soltar e perdoar os 40 mil reis da condenação.

Quereria o severo Inquisidor Geral atenuar um pouco os sofrimentos de Pedro Nunes Pereira, lembrando-se dos altos serviços prestados à sciência, a Portugal e a seu ilustre avô pelo grande matemático? Talvez, é bem possível; e, sendo assim, ainda alêm campa exercia a sua influência quem, apezar de cristão novo, tão protegido foi de D. João III que tão altos cargos lhe deu e com tais benesses o contemplou. Era a mesma prestigiosa sombra que desfez os impedimentos à entrada de suas filhas nos conventos e as deixou usofruir em paz as pingues tenças com que a munificência regia as dotou!

Sómente essa influência não podia durar sempre mas ainda assim volvidos muitos anos livrou os netos das fogueiras inquisitoriais tão faceis de envolver os cristãos novos no meado do século XVII.

*

Depois de composto o presente estudo acabo de ler o principio dum trabalho na *Revista da Universidade de Coimbra,* do sr. J. I. de Brito Rebelo intitulado *Pedro Nunes, cosmógrafo.* É caso para se dizer que *les beaux esprits se rencontrent.*

O auctor da publicação que agora vê a luz pública descobriu e estudou os processos inquisitoriais citados no texto e por eles apurou os restantes documentos doutras colecções.

O sr. Brito Rebelo, percorrendo as *Doações de D. Sebastião,* encontrou os três documentos que publica e que, sem sabermos um do outro, eu igualmente tinha encontrado, alêm doutros que publico.

António Baião.

VIDA E DESCENDÊNCIA DE PEDRO NUNES[1]

Tendo tido conhecimento pelo extracto da sessão da 2.ª classe da Academia de 24 de dezembro do ano findo, publicada no *Diario de Noticias* de 25 do mesmo mês, que o sr. Dr. António Baião apresentara nessa sessão um trabalho intitulado «O matematico Pedro Nunes e sua família á luz de documentos inéditos,» e interessando-me sobremaneira tal estudo, como, de resto, tudo o que se refere a Nunes, fui logo á Secretaria da Academia ler o aludido trabalho do sr. Baião.

É êle deveras interessante, por esclarecer muitas dúvidas respeitantes á biografia do célebre cosmógrafo-mór, sendo, porêm, certo que bastantes outras ficam ainda de pé, e bem assim se encontram algumas passagens em manifesta discordância com factos conhecidos.

O estudo do sr. Baião pode, a bem dizer-se, ser considerado como um programa de investigações a efectuar para tirar a limpo certos pontos duvidosos que ainda envolvem e confundem o pouco que se conhece da vida do nosso grande Pedro Nunes, e sobretudo do que respeita á sua descendência, e ainda mais á sua ascendência, a qual por completo se desconhece por emquanto.

---

[1] Devemos à extrema amabilidade do nosso prestimoso consócio sr. Rodolfo Guimarães o podermos publicar neste *Boletim* êste seu excelente trabalho apresentado na última Assembleia geral desta Academia, o que cordealmente lhe agradecemos. — *A Redacção.*

Dada a atenção que me merecem todos os documentos que directa ou indirectamente se referem a Nunes, entendi dever expôr, em artigo, as impressões que me deixaram a leitura do importante trabalho do ilustre director da Torre do Tombo.

*

Um dos pontos mais controversos, tem sido o ser Nunes de família judáica. Pelo estudo do sr. António Baião prova-se efectivamente que êle descendia de israelitas.

A primeira vez que ouvi dizer que P. Nunes era cristão-novo foi em 1908, em carta que a 26 de outubro dêsse ano o sr. Joaquim Bensaude me escreveu, e da qual transcrevo o trecho seguinte: «Sei que numa obra rara sôbre problemas de matemática publicada na Holanda em 1629 por Joseph del Medigo há uma nota com relação a Pedro Nunes o grande matemático «von Samen der juden». A obra de Medigo é em hebraico; ainda me não foi possível obter cópia desta passagem do livro que diz ser Pedro Nunes «christão-novo».

Confesso ter sido tal afirmação para mim uma surpreza, pois nunca havia lido, nas centenas de autores que se teem ocupado do Cosmógrafo-mór, que êste fôsse oriundo de israelitas.

Após consultas que fiz aos bibliotecários das mais ricas Bibliotecas da Europa em obras antigas, afim de saber onde se encontrariam exemplares das obras de J. del Medigo, foi-me comunicado em 23 de fevereiro de 1909 pelo sr. J. M. Hillesum, da Biblioteca da Universidade de Amsterdam, o seguinte: «En réponse à vos deux honorées em date du 30/IX. 08 et du 18/II. 09, j'ai l'honneur de vous informer, au nom de monsieur le Dr. Burger, que la Bibliothèque de l'Université d'Amsterdam est en possession des ouvrages hébreux de Joseph del Medigo nommés:

Séfer Elim Amsterdam, 1629, 5.º et *Mangjan Gannim,* Amsterdam, 1629, 5.º Pourtant j'ai cherché en vain le passage concernant le mathématicien portugais Pedro Nunes».

Assim fiquei sabendo existirem as obras de Medigo na Universidade de Amsterdam.

Pouco depois, a 31 de março do mesmo ano, o sr. Bensaude forneceu-me as seguintes indicações, bastante precisas para se poder proceder, em uma das obras de del Medigo á busca da passagem que confirmasse o facto que, sob fórma tão vaga, ele me havia participado no ano anterior. «A noticia sôbre del Medigo encontra-se em um artigo de M. Steinschneider — Mathematik bei den Juden — publicado no volume IX de: *Abhandlungen qua Geschichte der mathematik* (B. G. Teubner — Leipzig).

Esta notícia é curta e pouco clara.

Joseph del Medigo in seinem Buche *Elem* über mathematische Probleme (*Guerst Amsterdam 1629 gedr.* (gedruket,) *dann in Odessa 1864, S. 275, vgl. S. 352, Maajan chatum Auf. chne Namen)* zitiert Pedro Nunez *den grossen Mathematiker von Samen der Juden,* der in Lissabon im. J. 1541, am a Oktober, das *Herz des Skorpions* beobachetet habe..... A parte sublinhada é a que contem as indicações que V. procura. Não são bem claras mas devem bastar».

Possuidor o sr. Hillessum destas informações, conseguiu achar o desejado trecho. Eis o que êle me comunicou em carta de 6 de setembro do mesmo ano: «Notre bibliothèque ne posséde pas l'édition Odessa de «Sefer Elim». L'exemplaire des œuvres de del Medigo que nous possedons se compose de trois parties: A. Sepher Elim VIII + 84 pages. B. Mangjan Ghatum 80 pages. C. Mangjan Ganniem. + II 190 + II. Le passage auquel vous faites allusion se trouve dans la partie C. Mangjan Ganniem, p. 122. Le voici: Pedro Nunes savant distingué

d'origine Israelite observa le 1 octobre 1541... En hebreu.

כדרו נוניש איש גדול בלמודים
מזרע דוידזודים עיין בשנת 1541
בא לאוקטזבבי

De facto, a observação do Coração do Scorpião *(Antares)*, é contada por P. Nunes no seu tratado *De Crepusculis*, (Propositio XV *Longitudinem crepusculis indagare)* [1].

Após isto escrevi no *O Instituto* (n.º 1 do t. LVIII, de 1911, p. 41) ser Nunes cristão-novo, facto que causou a muitos estranhesa. Posteriormente o sr. Bensaude, no seu notável Livro*: L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes,* Bern, 1912, pp. 59-62) referiu-se á declaração de Medigo nos seguintes termos:

«Pour nous rendre compte de la valeur de la déclaration de Medigo nous avons jugé utile de rechercher a quelle source ce mathématicien crétois a pu se documenter. Nous résumons ces recherches comme suit.

Le passage de Medigo, dans la traduction allemande du texte original en hebreu (Edition Odessa 1864, p. 275), est le suivant: «Aufgabe 35. Wie wir durch Kenntnis eines Sternes abends bei Sonnenuntergang oder margens bei dessen Aufgang am Osten, und durch die Breite des (gegebenen) Ortes, die Dauer der Dämmerung in Zeit oder den Ort der Sonne im Tierkreis berechnen können.

Pedro Nunez, ein grosser Gelehrter von judischer Absta-

---

[1] No dia 1 de outubro de 1541 estando a atmosfera límpida, quando do poente já tinha desaparecido o clarão devido ao Sol, P. Nunes observou do Castelo de S. Jorge, onde eram os paços del-rei, a estrela conhecida pelo nome de Coração do Escorpião (Antares), a qual nêsse momento se elevava 5 graus acima do horiente. Segundo o calculo feito por P. Nunes, e que êle apresenta na mesma proposição XV, a duração do crepusculo desse dia foi a de $1^h\ 22^m\ 24^s$.

mmung (chez Steinschneider, von Samen der Juden) beobachtete am 1. Oktober des jahres 1541, aus dem Observatorium der Stadt Lissabon den Himmel abends, als er klar und wolkenfrei war, und las die Höhe des in der Skorpionsgruppe lenchtenden Sternes, der *das Herz des Skorpions* genannt wird, mittels Instrumente ab. Der Stern befand sich 5 Grad südlich (–5°) am westlichen Horizonte und seine Länge betrug nach den Ptolemaïschen Tafeln 216: rechnest du nun 28, was nach Kopernikus die Präzision des Aufangs des Widderds ist, hinzu, etc.»

Joseph del Medigo, né à l'île de Crète, étudia la médecine et les mathématiques à Padoue.

Il se trouvait à cette université en 1606; ses études préférées étaient les mathématiques; il avait probablement été attiré à Padoue par la renommée de Galilée. De 1622 à 1627 on trouve Medigo à Hambourg, de 1627 à 1630 à Amsterdam. Ces deux villes étaient alors les centres importants des réfugiés portugais qui s'enfuyaient devant les horreurs de l'Inquisition.

A cette époque, vivait à Hambourg le médicin portugais Rodrigo de Castro (n. 1580. m. 1627), ancien élève de l'Université de Salamanque, qui, bien que plus jeune que Nunes, était encore son contemporain. Ce médicin jouissait d'une grande réputation. Il pratiqua d'abord la médicine á Lisbonne et il dut s'expatrier à cause de la question religieuse.

A Hambourg et parfois à Amsterdam, vivait à cette époque un autre médicin portugais qui s'était également expatrié, Manuel Bocarro Francez y Rosales (n. vers 1590 m. vers 1662), auteur d'œuvres philosophiques et astrologiques, médicin de l'empereur Ferdinand III. A Amsterdam, le nombre de réfugiés portugais était considérable: la famille du philosophe Spinoza (n. 1632 m. 1677) en faisait partie.

Medigo vécut dans l'intimité de Menasseh ben Israel,

son imprimeur. C'est chez lui que parurent ses œuvres sur les mathématiques, écrites toutes en hébree.

La notice de Medigo sur Pedro Nunes provient donc du noyau des portugais, soit à Amsterdam soit à Hambourg. Les renseignements généalogiques obtenus dans ces milieux, étaient certainement tant aussi exacts que ceux pris dans les registres du Tribunal de l'Inquisition.

L'historien Damião de Goes, contemporain de Nunes, semble confirmer le passage de Medigo, dans la *Chronica* de D. Manoel; on y lit, à propos de l'Infant D. Luiz, dont Nunes fut le professeur, les lignes suivantes: «Teve por mestre nas artes liberaes ao Doctor Pedro Nunes *Portuguez de naçam* que foi n'ellas hum dos doctos homens do seu tempo».

On rencontre souvent aux XVI^e^ et XVII^e^ siècles la formule *de nação* pour désigner les nouveaux chrétiens ou *christãos novos,* c'est-à-dire les Juifs convertís ou leurs descendants. Ainsi on lit chez P. António Vieira (*Obras Ineditas,* Lisboa, 1856, p. 203-215): «Alvará que o Snr. Rei D. João 4.º tinha feito á *gente de nação* em que lhe remettia os bens.»

«Contractou D. João 4.º com os *homens de nação* do reino».

Herculano dans son livre classique sur l'Inquisition portugaise, cite, entre autres, une lettre royale de 1544, dans laquele les chefs ou représentants des nouveaux chrétiens à Rome (qui s'y efforçaient d'acheter, au poids d'or les scrupules du Saint-Siège), sont designés par *chefes de nação* (Herculano, *Inquisição,* t. 3, p. 1-4).

. . . .

L'expression consacrée du temps de Goes et de António Vieira a donc été celle *de nação.*

Goes ajouta le mot *portuguez,* on précisant ainsi l'origine de Nunes en opposition à l'origine *espagnole,* car en 1492 le Portugal avait accordé le séjour à environ 120:000 juifs expulsés de l'Espagne.

«Selon Goes, Spinoza, dont le femille se trouvait parmi ces expulsés, serait *hespanhol de nação;* tandis que Nunes, d'origine portugaise, que Goes tenait à faire ressortir, était *portuguez de nação.*

«C'est là, il nous semble, explication plausible du terme *portuguez de nação,* le même terme revient chez Barros à propos de l'astrologue Ruy Faleiro, désigné également comme *portuguez de nação.*

«Ce terme pourrait avoir purement et amplement la signification de *nationalité portugaise.* Mais Goes écrivait son œuvre en 1566 pour le Portugal, où tout le monde connaissait Nunes ainsi que sa nationalité. A cette date la renommée du mathématicien avait même depuis longtemps franchi les frontières de la Péninsule. Il nous parait donc plus probable que Goes voulait bien préciser la naissance portugaise et l'origine juive de Nunes, ce qui confirme le passage de Joseph del Medigo».

Do exposto se vê, pois, que nenhuma dúvida podia restar de que Pedro Nunes fôsse descendente de judeus; todavia bom foi ter-se agora a confirmação do facto, em face de trechos de alguns dos documentos que apresenta o sr. Baião.

Quem seria o pai de Nunes? Nenhuma alusão a êle é feita nos documentos citados pelo Dr. Simões Baião, nem nos demais do meu conhecimento que se referem ao Cosmógrafo-mór. Provavelmente conservou-se judeu, após a conversão, devendo ter apelido diferente do filho, pois «Nunes» deve ser o do padrinho de baptismo do cosmógrafo.

Presumo que o pai de êste fôsse algum feitor de propriedades da Casa rial, ou antes (segundo me sugeriu o meu ilustre colega sr. Carlos du Bocage), médico de D. João III, pois nessa época quási todos os médicos da rial câmara eram israelitas. Só de esta fórma compreendo as relações pessoais que, desde muito novo, quando ainda

se não havia revelado como matemático eminente, Pedro Nunes mantinha com o rei.

Teria tido Nunes irmãos? Tambêm a êles nunca vi alusão alguma nos documentos meus conhecidos. Conjecturo, porém, que se os teve, faleceram antes do seu irmão se tornar célebre.

*

Apezar da sua origem, Pedro Nunes, bem como seus filhos, não foram perseguidos pela Inquisição. Foi isso devido, sem dúvida, á circunstância (como já tive ocasião de dizer) [1] da alta protecção que lhe dispensou sempre D. João III e depois D. Sebastião, bem como os Infantes, um dos quais — o Cardeal D. Henrique — fôra Inquisidor geral durante os últimos 39 anos da vida de Pedro Nunes [2].

Contudo á perseguição religiosa, muito mais rigorosa no primeiro quartel do século XVII do que o fôra no tempo de Nunes, não escaparam os netos dêste. De facto, dois documentos aponta o sr. Baiãs — processos n.os 8:298 e 4:724 da Inquisição de Lisboa — pelos quais se vê que Pedro Nunes Pereira e Matias Pereira netos do Cosmógrafo-mór, foram presos e submetidos a julgamento no Tribunal da Inquisição.

O primeiro dêles declarou no terrivel Tribunal que seu avô, Dr. Pedro Nunes, foi natural de Alcácer do Sal, como êle declara nos livros que compôs, da qual vila, sendo de pouca idade se foi estudar á Universidade de Salamanca onde, no ano de 1523, casou com a dita D. Guiomar de Areas, sua mulher, filha de Pedro Fernandes de Areas,

---

[1] *Sur la vie et l'œuvre de* Pedro Nunes, Coïmbra, 1915, p. 12-13.

[2] O Cardeal D. Henrique exerceu o cargo de Inquisador geral desde 10 de junho de 1539 até 24 de fevereiro de 1578. Nunes nasceu em 1502 e faleceu a 11 de agosto de 1578.

cavaleiro castelhano, cristão velho, visinho da dita cidade de Salamanca. Estando o dito Pedro Nunes lendo uma cadeira na dita Universidade de Salamanca o mandou chamar por cartas el-rei D. João III dêste reino, para vir ler a cadeira de Matemática na Universidade de Coímbra, que então o dito Senhor Rei queria reedificar, instituir e fundar na dita cidade e com estas cartas e mandado de El-Rei se veio com a dita sua mulher D. Guiomar, para êste reino 4 ou 5 anos antes da fundação da Universidade de Coímbra, os quais gastou em ler nesta cidade de Lisboa, por mandado de S. A. um curso de Artes, Filosofia e Matemática e acabando de o ler o mandou o dito senhor Rei para a dita Universidade de Coímbra, no princípio da fundação dela, a ler a dita cadeira de Matemática, na qual cidade o Dr. Pedro Nunes viveu com toda a sua casa, mulher e filhos, até o tempo do seu falecimento com muita satisfação e cristandade».

Em todo o tempo que os ditos Pedro Nunes e D. Guiomar, sua mulher, avós dêle réo, viveram neste reino até o tempo do seu falecimento foram muito estimados dos principes, rei e senhores dêle, vivendo e procedendo com muita cristandade e satisfação de suas pessoas, sendo todos, havidos e conhecidos por cristãos velhos, [1] gente nobre e principal e, por assim ser, foi mestre das sciências de Matemática e Filosofia dos senhores infantes D. Luiz, D. Duarte e da senhora D. Catarina, duquesa de Bragança, e da senhora D. Maria, princesa de Parma, e do sr. D. António e ultimamente do sr. rei D. Sebastião e de todos êstes principes teve e comeu seu ordenado de Mestre».

Por estas declarações, às quais todavia não se deve ligar absoluto crédito, pois contêem algumas inexactidões, como adiante veremos, conclui-se que o cosmógrafo-mór

---

[1] No decorrer do processo prova-se o contrário.

casara em Salamanca em 1523, e que estudara, e lera depois, matemática na Universidade daquela cidade. São dois factos concretos que passarei a analizar, tendo que me referir no decurso, a outros mencionados pelo sr. António Baião.

É decerto inteira novidade o casamento de Pedro Nunes em Salamanca com a espanhola D. Guiomar de Areas, visto um documento existente na Torre de Tombo [1] citado por A. Ribeiro dos Santos e outros, dizer que êle fôra casado com Isabel Tavares. Para mim esta declaração do neto de Nunes veio confirmar o que há bem pouco tempo, a 14 de novembro de 1914, me disse o Dr. Duarte Leite, no decurso de uma rápida conversa, a saber: que o nosso sábio «estivera em Salamanca, onde casara, e que a mulher tinha o apelido Areas».

Onde colheria Duarte Leite esta informação, alias inteiramente exacta, como acaba de ser confirmado? Provavelmente encontrou-a em alguma passagem do texto das obras do Cosmógrafo, como havia encontrado uma outra, (segundo me disse, mas que infelizmente não se lembra em que obra) de onde se concluia ter Pedro Nunes freqùentado também a Universidade de Alcalá de Hénares [2].

Casado o Cosmógrafo com D. Guiomar Areas compreende-se agora bem os nomes dos seus três filhos [3]:

---

[1] «Livro das moradias dos moradores na casa do Infante D. Luiz Nosso Senhor d'este presente anno de 1552», Maço IX, Liv. I, fol. 32.

[2] Nunes costumava efectivamente aludir, no decurso das suas obras, a factos da sua vida. Assim se soube a data do seu nascimento pela passagem que se lê a pag. 135 do tratado *De arte atque ratione navigandi*, Conimbricæ, 1573: «Exempli gratia sit anno Domini 1502 quo ego natus sum darum tempus 60 dierum, opor teatq̃; arcum zodiaci inuenire apparenti motu in ipsis 60 diebus pertran situm, cui quidem œqnalis motus tanti temporis per sit.

[3] Unicos que se conheciam antes da apresentação do estudo do sr. Baião.

D. Guiomar, que depois foi freira em Santa Clara de Coímbra, Pedro Aires (alteração de Areas ou Arias) e Apolonio Nunes, onde se vê em cada um combinados os nomes e apelidos do pae e da mãe, sendo decerto o nome do último dado como homenágem ao célebre geómetra Apolonio de Perga.

Pelos depoimentos de testemunhas que figuraram nos processos que a Inquisição moveu contra os netos de Nnues e por outros documentos citados pelo Dr. Baião no seu estudo, se conclue que Pedro Nunes tivera mais três filhos, a saber: D. Briolanja, D. Isabel e D. Francisca, tendo casado as duas primeiras, e sendo a última freira em Lorvão.

Do casamento da primeira com Manuel da Gama Lobo houve três filhas; D. Maria e D. Ignez, freiras em Santa Clara de Elvas, D. Gabriela, freira em Lorvão e um filho, Francisco de Gama Lobo, que morreu solteiro.

Do casamento da segunda mencionada filha de Nunes com João Pereira de Sampaio, houve os seguintes filhos: Pedro Nunes Pereira e Matias Pereira, os tais que foram perseguidos pela Inquisição e Ruy Pereira de Sampaio, que faleceu em Roma.

Estes três netos de Pedro Nunes, segundo informações que me prestou o general sr. Diogo Forjaz Pereira de Sampaio (que eu estava na suposição de que seria descendente dêles, mas afinal descende de um irmão de João Pereira de Sampaio [1]), faleceram solteiros, sem descen-

---

[1] Segundo dados que me forneceu o sr. general Diogo Sampaio, certamente extraídos de documentos pertencentes á sua casa, o seu ascendente João Pereira de Sampaio, «esteve na India, e voltando ao Reino foi amigo de Pedro d'Alcaçova Carneiro que o casou com a filha Isabel de P. Nunes, cujo casamento na ocasião vantajoso, foi causa da perdição de seus filhos, visto aquella senhora ter sangue judeu».

João Pereira de Sampaio era filho de Ruy Pereira de Sampaio,

dência [1]. A menos que os dois filhos de Pedro Nunes, Apolonio e Pedro tivessem tido filhos, o que duvido, pois creio terem falecido solteiros na Índia, a descendência do Cosmógrafo-mór, em linha directa pode considerar-se extincta com os seus netos.

Se hoje realmente existem descendentes dêle, são em linha colateral [2].

Mas quem era afinal Isabel Tavares? Teria sido Pedro Nunes casado realmente em segundas núpcias, ou seria ela esposa de outro Pedro Nunes?

O documento a que há pouco me referi, o qual existe

---

natural de Tentugal e senhor do prazo de Andazubre. Teve por irmãos Duarte Pereira de Sampaio, Henrique Nunes Pereira, Nuno Sarmento Pereira e Diogo Pereira de Sampaio, o qual casou com Angela Serrão Perestrello e dêste casamento houve os seguintes filhos: Jacinto Pereira, conego da Sé de Coímbra, e Duarte Pereira, donde segue a família Forjaz de Sampaio, de que o sr. general Diogo Sampaio é actualmente representante.

[1] Como acima disse, os netos de Pedro Nunes, filhos de sua filha Isabel, foram Mathias, Pedro e Ruy. «Mathias foi preso com seu irmão Pedro pela Santa Inquisição, em que estiveram por muitos annos, e mais tarde livres e restituidos aos seus bens e honrarias; apaixonados por estes successos nenhum d'elles quiz casar e morreram sem geração, passando o prazo de Andazubre para seu primo coirmão o conego Jacinto Pereira».

[2] Consta em Alcácer do Sal que o actual lavrador da herdade de Berlengo descende de Pedro Nunes.

Tambem o coronel de artilharia António Lopes Soares Branco, natural de Alcácer, disse-me que sua avó, segundo ouviu sempre dizer em casa, descendia do cosmógrafo em linha colateral.

Ainda em Viana do Alemtejo houve um farmacêutico de nome José Manuel Nunes de Almeida, já falecido, que se dizia descendente de Pedro Nunes. Deixou uma filha de nome Maria Balbina Nunes de Almeida, a qual vive de esmolas. O pai do Almeida era calafate, segundo parece e faleceu em Alcácer.

Nenhuns documentos, porêm, conheço que provem o que deixo citado meramente a título de curiosidade.

no *Livro das Moradias dos moradores na casa do Infante* D. Luis *Nosso Senhor deste presente ano de 1552* (Maço IX, existente na Torre do Tombo, Liv. I, fol. 32) é do teor seguinte: «Em Lisboa a 20 dias de dezembro de 1552 houve certidão em forma por mandado do mordomo-mór pera na Fazenda requerer seu casamento por lhe fazer certo ser casado com Isabel Tavares sua mulher o qual Pedro Nunes foi filhado antes do anno de 1536 por onde lhe cabe poder haver casamento».

Referir-se há este diploma a Pedro Nunes cosmógrafo? Em todos os documentos do meu conhecimento respeitante a Nunes, é sempre o seu nome precedido de *Dr.* e seguido da designação *cosmógrafo-mór*.

Leva-me, portanto, a suspeitar que ele diga respeito a outro Pedro Nunes, nome bastante vulgar nêsse tempo, havendo, contemporâneos, *três* Drs. Pedro Nunes [1].

Seja como fôr em 1564 era viva ainda a esposa de NUNES (a 1.ª ou 2.ª) por isso que por um *alvará* de 14 de novembro daquêle ano, é permitido ao cosmógrafo «que êle podesse deixar por sua morte a sua mulher os 40 mil

---

[1] Alem do Dr Pedro Nunes, cosmógrafo, houve outro, que foi vèdor de Fazenda na India, e que deu logar a muitos auctores confundirem com o primeiro (taes como: Varnhagen, 2.º visconde de Santarem, Moritz Cantor, Hoefer, etc.) e um terceiro *Inquisidor*.

Anteriormente a estes *três* Drs. Pedro Nunes, no 3.º quartel do século XV já tinha havido um outro, como se vê do seguinte trecho transcrito da *História da Universidade de Coimbra*, (t I, 1892, p. 198) do Dr. Teófilo Braga: «Depois do recurso dos *livros encadeados* para os estudantes pobres, encontramos os livros emprestados pela Camara municipal de Lisboa, por disposição testamentaria do Dr. Pero Nunez, em beneficio das escolas em leis. Em uma escriptura de 28 de janeiro de 1446, obrigou-se por publico instrumento o *escolar em leis* João Fernandes, apresentando como fiador seu pae Fernão de Cintra, a restituir á Camara municipal de Lisboa os livros que lhe foram emprestados por ser *escolar e parente bem chegado do Dr.* Pedro Nunes.»

reaes de tença que recebia por ter sido mestre de matemática e fisica do Infante D. Luiz».

Passando agora a outro ponto concreto, a que acima aludi, o de ter Pedro Nunes estudado e lido uma cadeira na Universidade de Salamanca, direi: É positivo, em face de tão categórica declaração do neto de Nunes, que êle ali estivera, o que, de resto, nunca puz em duvida [1], todavia não creio que tivesse frequentado a dita Universidade como aluno ordinário, mas sim apenas como ouvinte, porquanto, segundo informações directas que me foram fornecidas por aquela Universidade, não figura o nome de Pedro Nunes na lista dos séus estudantes no século XVI, nem tão pouco na dos seus professores [2].

Se leu cadeira não foi na qualidade de professor da Universidade de Salamanca [3], mas sim analogamente ao que se tem passado entre nós, até nos tempos modernos, com certas pessoas que teem sido encarregadas, á falta de professores, da regência de cadeiras em estabelecimentos de instrução [4]. No entanto aguardo informações mais

---

[1] *Sur la vie et l'œuvre de* Pedro Nunes, Coimbra, 1915, pag. 6.

[2] D. Alejandro Vidal y Diaz, publicou em 1869, uma monografia muito interessante intitulada: *Memoria histórica de la Universidad de Salamanca,* onde a fl. 412-502 se encontra um «Catalogo de escritores y hombres ilustres de Salamanca e de su Universidad», no qual veem mencionados 24 portuguêses que no século XVI ali estiveram e entre êles não figura Pedro Nunes.

[3] Segundo informações que tenho o catedrático de astrologia, de 1520 a 1544, teve freqùentes licenças, sendo muito possivel que Pedro Nunes o substituisse durante as suas ausências.

[4] Ocorre-me de momento o nome de engenheiro civil Isidoro António Ferreira, ainda vivo, que em 1883-84 foi, na falta de professor, encarregado da regência do 1.º ano de matemática na Academia Politécnica do Porto, e do então tenente de engenharia F. de Paula Azeredo, que durante alguns mêses do ano de 1884 regeu, egualmente, na falta de professor, a cadeira de astronomia da mesma Academia Politécnica. Só bastantes anos mais tarde é que o sr. Aze-

precisas que solicitei dos professores daquela Universidade srs. D. Emilio Roman y Retuerto [1] e D. Guilherme Sáez Muñoz.

E quando estaria Pedro Nunes em Alcalá de Henáres? Se realmente lá esteve, presumo que seria por pouco tempo, posteriormente e a seguir á sua estada em Salamanca.

Não concordo de forma alguma com a data do seu regresso a Portugal, em face de factos conhecidos da vida do Dr. Pedro Nunes. Assim, sabe-se, pois consta de documentos oficiaes, que a 16 de novembro de 1529 era nomeado «cosmografo» do reino; no mesmo ano, a 4 de dezembro, sendo ainda bacharel em medicina pela Universidade de Lisboa, era encarregado da regência duma cadeira de Filosofia moral na dita Universidade, para tomar também em seguida, a 15 de janeiro de 1530, a regência da cadeira de Lógica e nos dois anos seguintes (1531 e 1532) a de Metafísica. Fez acto de licenciado em medicina em 16 de fevereiro de 1532 [2]. A 16 de novembro de 1535

VEDO foi nomeado professor, precedendo concurso para a cadeira de fisica daquêle mesmo estabelecimento de instrução superior.

[1] Posteriormente à realisação desta comunicação, o sr. Roman Retuerto transmitiu-me que o bibliotecário da Universidade «habiendo examinado detenidamente el libro de cuentas de esta Universidad, correspondiente a los años 1518-1519 a 1523-1524, en donde constan los salarrios de los catedráticos y sustitutos, no he encontrado ningun dato referente al célebre matematico portugués Pedro Nuñez veré a ver si en los libros de claustros de dichos años encontro algum dato ..». Segundo depois me comunicou o próprio bibliotecário sr. J. F. de Larrauri, tambem nos «libros de claustros» nada foi encontrado respeitante a Nunes. Em 25 de feverciro ultimo dizia-me mais o sr. Retuerto: «D. Guilhermo Sáez que se ha encargado de la partida de casamiento de Nuñez, tampoco tiene mejores noticias».

[2] Vide artigo do Dr. Teixeira de Carvalho sobre a epigrafe: Garcia d'Orta, publicado na *Revista da Universidade de Coímbra*, Coimbra, t. III, 1914, pp. 780 e 788.

tomava parte, como examinador, no exame privado de Luiz Nunes de Santarem, e a 21 de janeiro de 1537, no de Manoel de Loronha.

Finalmente, a 16 de outubro de 1544 era-lhe passada *provisão* para ler a cadeira de matemática na Universidade, já então em Coimbra [1].

Como se percebe, pois, que segundo Pedro Nunes Pereira (que, diga-se de passagem, nasceu em 1589, ou sejam 11 anos apoz o falecimento de seu avô), viesse Pedro Nunes para Portugal «4 ou 5 anos antes da fundação da Universidade de Coimbra, os quaes gastou em ler em Lisboa; etc.», o que seria em 1532 ou 1533? Como vimos muito anteriormente a esta data já cá se encontrava, não só porque em 1529 havia sido nomeado cosmógrafo, mas ainda por haver estudado as linguas e tomado lições de Filosofia e Medicina na Universidade de Lisboa, aonde recebeu o grau de doutor nesta última faculdade. E não foi de certo este doutoramento anterior á ida para Salamanca, visto que em 1523, quando lá casou, apenas tinha 21 anos.

Em minha opinião, Pedro Nunes deveria ter vindo de Espanha em 1524 ou 1525 para fazer o curso de medicina na Universidade de Lisboa até 1529, em que foi nomeado cosmógrafo, como acima se disse.

A respeito do tempo que durou o curso de Nunes na Universidade de Salamanca, dele ter lido, ou não, cadeira naquela Universidade, da epoca precisa em que regressou a Portugal, daquela em que fez o curso de medicina em Lisboa, e bem assim de ter freqùentado, ou não, a Universidade de Alcalá de Henares, há ainda muito a apurar, o que tudo virá a saber-se com o tempo.

---

[1] A transferência da Universidade novamente para Coimbra em 1537, não foi uma simples mudança, mas, a bem dizer, a fundação de uma nova Universidade, a qual ficou perfeitamente constituida a 12 de fevereiro de 1539.

Merece-me reparo também a passagem da declaração de Pedro Nunes Pereira quando diz que seu avô «viveu com toda a sua casa, mulher e filhos até o tempo do seu falecimento com muita satisfação e christandade», quando é certo que, já sem falar nas sucessivas estadas, de curta duração, em Lisboa, permaneceu na capital, a partir de dezembro de 1557 durante 3 a 4 anos,[1] por ordem de D. João III, e mais tarde D. Sebastião chamou-o para junto de si, em 11 de setembro de 1572[2], conser-

---

[1] *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, tom. II, 1913, p. 545-546.

[2] Diz Stockler (*Origem e progressos das mathematicas em Portugal*, Paris, 1819, pp. 148-149), a proposito do chamamento de Nunes para a corte, o seguinte: «Se se não tem descoberto o motivo certo d'esse chamamento, pode-se ao menos conjecturar um, com bem fundada probabilidade, quando he notorio que El-Rei D. Sebastião na sua adolescencia foi discipulo de Pedro Nunes, e que recebendo d'este lições de geometria, formasse logo o projecto de reformar as medidas do Reino. D'este projecto, insinuado provavelmente por Pedro Nunes, temos nós a prova na fala em que D. Aleixo de Menezes, despedindo-se do nobre encargo de Aio de D. Sebastião, recommendasse a este Rei, entre outros muitos e discretos conselhos, o de não cuidar immediatamente em reforma das medidas do Reino, e de sómente a emprehender depois de muita reflexão e com muita madureza.

Logo bem pudemos conjecturar, com algumas razões, que El-Rei D. Sebastião, chegando a ser nomeado independentemente da tutela a que fôra sujeito, e querendo dar execução ao seu projecto de reforma, mandasse vir o seu mestre, para d'este receber conselhos, mais acertados, não só quanto á reforma, mas quanto á mesma lei que o devia prescrever, e que effectivamente foi promulgada em 1575. Com que prazer não acudiria Pedro Nunes á voz de um Soberano e seu discipulo, quando se tratava de proporções e de medidas, *materia que lhe devem tão particular predilecção?*» Efectivamente Pedro Nunes escreveu, segundo confessou no seu *Livro de algebra*, um tratado sôbre as proporções e medidas, mas que infelismente não chegou até nós.

vando-se ele em Lisboa, ao que parece, por espaço de dois anos [1].

O que provavelmente Nunes fez, foi não desfazer nunca a sua casa em Coimbra, sendo de certo isso o que seu neto quiz dizer.

Vê-se por esta declaração que Pedro Nunes faleceu em Coimbra, como sempre suspeitei [2].

Fica egualmente confirmado que ele fôra professor do Infante D. Luiz, facto este que, apezar de tudo indicar que o tivesse sido, (como de resto o dizem os numerosos auctores que se teem ocupado do celebre cosmógrafo-mór) Diogo de Kopke poz em duvida nos comentários a um dos *Roteiros* de D. João de Castro [3].

---

[1] Para ocorrer ás despesas com a mudança de residencia D. Sebastião mandou abonar a Pedro Nunes 80 mil riais, por tempo de dois anos, desde que saiu de Coímbra.

[2] *Sur la vie et l'œuvre de* Pedro Nunes, Coimbra, 1915, pag. 10 et 13.

[3] Assim se exprime Diogo Kopke no *Primeiro roteiro da costa da India desde Goa até Dio*, etc. Porto, 1843, pág. 249-250: «Ainda para nós não he mui claro que o Infante D. Luiz fosse discipulo (no sentido stricto da palavra) de Pedro Nunes, embora tenhamos presente Damião de Goes, na Chronica citada, Parte 1.ª Cap. 101, onde este Autor claramente o affirma, e tambem saibamos que este insigne mathematico gozasse de huma pensão de 40:000 rs. concedida por serviços feitos ao Infante. Duvidamos porém que estes serviços fossem feitos na qualidade de seu mestre de mathematica e de philosophia, como affirma Stokler (loc. cit., pág. 41 *in fine*) que se refere ao Liv. 14 da Chancellaria de El-rei D. Sebastião a fol. 352, sem declarar *litteratim* o theor do ahi mencionado alvará de lembrança. Não ha porém duvida que o Infante D. Luiz, assim por sua geral estimação dos sabios, como por sua singular affeição ás sciencias mathematicas, tivera intercurso litterario com Pedro Nunes, e delle muita cousa aprendêra pela communicação de ideias e de escriptos: e neste sentido he que suppomos que Damião de Goes usára do termo de discipulo em relação ao Infante. Nos vários escriptos que nos restão de Pedro Nunes não encontramos huma única alusão

Tambem se ficou sabendo que Nunes fôra professor dos Infantes D. Duarte e D. António e das Senhoras D. Catarina, duquesa de Bragança e D. Maria, princesa de Parma, o que se desconhecia.

Por outros documentos citados pelo sr. Baião, conclue-se que a data do falecimento de Pedro Nunes foi de 11 de agosto de 1578, data que eu já havia encontrado, escrita com letra do século XVI, no rosto de um dos exemplares da obra «*De arte atque ratione navigandi*», existente na Biblioteca Nacional de Lisboa [1].

O final do estudo do sr. António Baião refere-se pormenorisadamente á filha de Nunes, D. Guiomar, e á «cutilada» que ela deu em Coimbra [2], em Heitor de Sá, facto este que já nos havia sido narrado por Duarte Nunes de Leão e outro autores.

Terminando o que de momento me ocorreu dizer a respeito de Pedro Nunes, congratulo-me por vêr presentemente tantos homens de sciência ocuparem-se do célebre matemático portuguës do século XVI, taes como os srs. Coronel Esteves Pereira, Dr. Luciano Pereira da Silva,

---

ao Infante D. Luiz como seu discipulo; em quanto pelo contrário achamos nelles respectivamente referencias ao Infante D. Henrique, nessa mesma qualidade, mesmo em dedicatórias ao proprio Infante D. Luiz, onde por essa occasião era mais natural uma identica menção em relação a este ultimo principe».

[1] É a seguinte indicação: «Natus est hic Doctor año Dñi 1502, Obiit vero tertio idus Augusti año Dñi 1578» (*11 de agosto de 1578*).

[2] Esta scena, que tanto barulho produziu em Coímbra, passou-se, segundo afirmam varios autores, entre 1573 e 1578. Porém o Dr. Luciano Pereira da Silva, acaba de me comunicar que o Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho vai publicar um documento interessantissimo que prova que a dita scena foi em janeiro de 1578. Assim, compreende se o que disse uma testemunha em um dos processos dos netos de Nunes: que o cosmógrafo falecera de desgostos pelo escandalo provocado por sua filha, o qual se deu, pelo visto, apenas 7 meses antes do seu falecimento.

Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, Joaquim Bensaude e agora o sr. Dr. António Baião, fazendo votos para que eles prosigam nas assu investigações nos diversos arquivos nacionaes, sobretudo no da Universidade de Coimbra, e para que outros mais venham trazer a sua contribuição para se reconstituir por completo a biografia daquele que foi uma das maiores glórias de Portugal.

Lisboa, 30 de Janeiro de 1915.

Rodolfo Guimarães.

AS COMÊDIAS
DO DR. FRANCISCO DE SÁ DE MIRANDA

Nota de Francisco Maria Esteves Pereira, sócio correspondente

O Dr. Francisco de Sá de Miranda foi o primeiro escritor português, que compoz dramas em prosa; e os dramas que dele possuimos, são moldados nos do teatro romano, sobre tudo de Plauto e de Terencio, com as modificaçães introduzidas pelos escritores dramáticos italianos, principalmente por Ariosto.

Pelos anos de 1527 e 1528, Sá de Miranda apresentou a sua primeira comédia, denominada *Os Estrangeiros;* esta obra foi acolhida com geral admiração; por uns era aplaudida, dizendo que o seu estilo era sentêncioso, mui limado e novo; a tudo excedia em brevidade e decoro; e que guardava as regras da arte em perfeição; outros porém, partidários do antigo auto popular, censuravam a novidade.

Em 1538 Sá de Miranda apresentou a sua segunda comédia, denominada *Os Vilhalpandos,* que teve acolhimento egual ao do primeiro.

O Cardeal Infante D. Henrique, que pelos anos de 1537 fôra a Braga para fundar a nova escola latina, encarregada a Nicolau Cleonardo e a Vaseu, mandou pedir a Sá de Miranda as duas comédias, e as fez representar deante de si por pessoas, que depois foram gravissimos ministros, a cuja representação assistiram entre outras pessoas notaveis, D. Jorge de Ataide, Bispo de Vizeu, e o Abade de Alcobaça, do Conselho do Estado e Capelão-mór del Rei D. João III.

Além destas duas comédias escritas em prosa, Sá de Miranda compoz ainda uma tragédia em verso, denominada *Cleopatra,* da qual sómente é conhecida uma estança de doze versos [1].

Pouco depois da morte de Sá de Miranda, sucedida em 1558, o mesmo Cardeal Infante D. Henrique mandou imprimir as duas comédias, para que se não perdessem ; e as tinha depois em grande estimação, e as lia muitas vezes.

As primeiras impressões das duas comédias tem os títulos seguintes :

Título :

Comédia dos Estrangeiros, feyta por ho doutor Francisco de Saa de Miranda. Impressa em Coimbra por Joam da Barreira.

Subscrição :

Foy impressa a presente obra por Joam da Barreira, Impressor da Universidade de Coimbra. Acabou-se aos xiij dias do mes de setembro de MDLIX. Com licença impressa. Com privilegio Real.

---

[1] Estança, tirada dhũa sua Tragedia, intitulada Cleopatra, que anda assi per fôra.

Amor, e fortuna, são
dous Deoses, que hos antigos,
ambos hos pintaram çegos.
Ambos nam seguem rrezão,
ambos os mores amjgos,
poem en mais desassessegos.
Ambos sam sem piedade,
ambos se passam sem tino,
do querer oô nam querer,
ambos não tratam verdade.
Amor, he çego e mjnjno,
fortuna, çega e molher.

(D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, *Poesias de Francisco de Sá de Miranda,* Halle, 1885, pag. 584 ; *Novos estudos sôbre Sá de Miranda,* no *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias de Lisboa,* vol. v, Lisboa, 1912, pag. 137 e 220; e 47, 73, 81, 90 e 185).

O livro tem 87 folhas em 8.º; o prologo é em carateres góticos e o texto em carateres redondos.

Título:

Comedia dos Vilhalpandos, feita pelo Doutor Francisco de Saa de Miranda. Agora novamente impressa em Coimbra em casa de Antonio de Maris, 1560. Com privilegio.

Subscrição:

Foy impressa a presente comedia dos Vilhalpandos em Coimbra em casa de Antonio de Maris. Acabouse aos vinte dias de Março de 1560. Com licença impressa.

O livro tem 60 folhas em 8.º; o prólogo é em carateres redondos e o texto em gótico.

Os exemplares destas impressões são extremamente raros; de cada uma das comédias é mencionado um exemplar no *Catalogo da livraria de Fernando Palha* (Parte II, pag. 105); e da comedia *Os Vilhalpandos* é mencionado um exemplar no *Catalogo dos reservados da Bibliotheca publica de Evora* (pag. 118).

Na impressão *As obras do celebrado lusitano o Doutor Francisco de Sá de Miranda, colegidas por Manuel de Lyra, feita em Lisboa no ano de 1595,* é incluida a comédia *Os Estrangeiros* (fol. 163 a 184), precedida da carta com que o seu autor a remeteu ao Cardeal Infante D. Henrique.

Na impressão *Comedias famosas portuguesas dos Doctores Francisco de Saa de Miranda e Antonio Ferreira,* feita por António Alvares em Lisboa no ano de 1622, são incluidas as duas comedias, *Os Estrangeiros* (fl. 39 *r* a 69 *r*) e os *Vilhalpandos* (fl. 1 *r* a 37 *r*).

Na edição das *Obras do Doctor Francisco de Sá de Miranda, feita na Typographia Rollandiana em Lisboa em 1784,* foram reimpressas as duas comedias, segundo a edição de 1622; *Os Estrangeiros* (tomo II, pag. 73–157), que é precedida da carta ao Cardeal Infante D. Henrique, e *Os Vilhalpandos* (tomo II, pag. 161–293).

Emfim na edição das *Obras do celebrado lusitano o Doctor Francisco de Sá de Miranda, feita na Imprensa Regia em Lisboa em 1806*, foi reimpressa a comédia *Os Estrangeiros* (pag. 428-500).

No manuscrito n.º 3776 (N-1-26) da Bibliotheca Nacional de Lisboa encontra-se (fol. 151 *r*-152 *r*) uma copia da carta de Francisco de Sá de Miranda ao Infante D. Duarte mandando-lhe a comédia *Os Vilhalpandos* (Doc. n.º 1). Esta carta é provavelmente a mesma que aquela, cuja copia existe no manuscrito $\frac{\text{CXIV}}{\text{2-2}}$ da Biblioteca Pública de Evora (fol. 61-61 *v*).

Uma carta muito semelhante à anterior, e em parte pelos mesmos termos, mas dirigida ao Cardeal Infante D. Henrique, precede a comédia *Os Estrangeiros* nas edições das obras de Sá de Miranda feitas por Manuel de Lyra em 1595, e por Antonio Alvares em 1622, e pela Typographia Rollandiana em 1784 (Doc. n.º 2).

Não é conhecido nenhum manuscrito das comédias de Sá de Miranda; e por isso não é possível verificar, se a primeira edição das mesmas comédias representa a forma genuina, em que o autor as escreveu, ou se a censura rigorosa do Cardeal Infante D. Henrique as modificou, porque os contemporâneos julgavam licencioso o estilo cómico das mesmas comédias. A edição de 1622 foi expurgada pela censura, sendo-lhes feitas algumas mutilações, que recairam principalmente sobre as passagens relativas ao estado eclesiástico. Os córtes, que as comédias sofreram, não satisfizeram completamente o zelo religioso da Inquisição, a qual as incluiu, em 1624, no *Indice dos livros prohibidos e por expurgar* (pag. 588), declarando que necessitavam de ser submetidas a novo exame as das edições de 1595 e de 1622 [1].

---

[1] D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, Halle, 1885, pag. xcv e xcvi.

Nenhuma das impressões das comédias, excepto a de 1784, se encontra à venda, e as anteriores são raras. Parece por isso, que seria de grande utilidade a reimpressão das duas comédias do Dr. Francisco de Sá de Miranda, *Os Estrangeiros* e *Os Vilhalpandos*, conforme as primeiras edições, respectivamente de 1559 e 1560, ajuntando em notas as modificações que lhes foram feitas na edição de 1622. Esta publicação seria um precioso subsídio para a história da arte dramática em Portugal, e constituiria o primeiro volume de uma série, que poderia denominar-se: *Materiais para o conhecimento do antigo drama português*, e analoga aos que teem sido publicados recentemente em Leipsig sob o titulo *Materialen zur Kunde des älteren Englischen Dramas, unter Mitwirkung hervorragender Gelehrter herausgegeben von W. Bang.* (Materiais para o conhecimento do antigo drama inglês, com a cooperação dos mais eminentes sábios, publicados por W. Bang).

Eu limito-me a apresentar à 2.ª Classe da Academia as precedentes noticias, e confio que ela quererá ter o assunto na consideração que merece o autor das comédias.

Lisboa, 18 de dezembro de 1914.

DOCUMENTO N.º 1

Carta de Francisco de Saa de Miranda ao Infante Dom Duarte mandandolhe a comedia dos Vilhalpandos

Snõr

No que Vossa Alteza manda não ha que dizer; qual a comedia he, tal uai aldeaã e mal atabiada; fislhe soomente duas lembranças aa sua partida, hũa que fizesse o coração muito largo pera a terra a que hia, onde lhe muito compria. a outra que nunqua se desculpasse de querer a lugares arremedar Plauto e Terencio; antes a quem lhe tanta honra fizesse, sempre o agradecesse muito, e tomasse em lugar de grande louuor. tambem Ariosto natural de Ferrara, homem nobre e de muitas letras e muito engenhoso, em hũa sua comedia italiana assi mesmo em prosa, meteo a pessoa de um doutor;

mas digo eu que se loguo por isso fora defeso a todos fazer outro tanto, não ouuera nas comedias antigas tantos enganos de escrauos, tantos paes apertados, tantos filhos prodigos, e soldados uãos: quanto mais Ariosto não foi o primeiro; jaa de tres auogados de Terencio, hum affirma, outro nega, outro duuida; ja Tullio ameaçaua seu amigo Trebacio tamanho Jurisconsulto com as graças de Laberio, e ueio todauia a cair nas de Oraçio. os comentos me perdoem que al cuidarão. Assi que a enuenção antigua he, ainda que o nome de doutor não seia antiguo; mas isto snõr he (como dizem) andar pellas ramas, que mui leuemente podera pasar a perda deste trabalho, e muito mais a do louuor. o trabalho tomei por meu pasatempo, assi como algũs cação, outros jogão; no louuor nunqua cuidei; o de que sempre ouue medo forão mas interpretaçoins, a que se não pode fugir em nenhũa maneira, tanto que os hereges enterpretando mal, todos querem fundar seus erros na sagrada escritura, e o Diabo tambem. a isto ouuera dous remedios, não escreuer e dormir meu sono em cheo; o melhor e segundo, pois jaa não podia dormir, fora como Oracio diz romper e queimar tudo. este me assegurou depois ao tempo da necessidade, amigos me forçarão, e coração de amigos foi as mãos; medo ei que me sarão, saluo se Vossa Alteza mandar emparar os estrangeiros por seus como são, ou ao menos por estrangeiros, em que sempre se emprega bem o emparo. em portugues escreuem poucos, desta maneira de escreuer ainda ninguem que eu saiba; aos que começão he deuido perdão, ou pello prouerbio grego: eu com perdão soo me contentarei.

[Biblioteca Nacional de Lisboa, manuscrito 3776 (N-1-26), fl. 151, *r*-152r *r*].

DOCUMENTO N.º 2

[Carta] ao Iffante Cardeal Dom Anrique [mandando-lhe a comedia dos Estrangeiros].

No que V. A. manda, que se pode dizer mais? A comedia qual he, tal vay, aldeaã, e mal atauiada. Esta soo lembrança lhe fiz á partida, que se não desculpasse de querer ás vezes arremedar Plauto e Terencio, porque em outras partes lhe fora grande louuor, e se mais tambem lhe acoymassem a pessoa de hum Doctor, como tomada de Ludouico Ariosto, que lhes posesse diante os tres auogados de Terencio, dos quaes um nega, outro affirma, o terceiro duuida, como inda cada dia acontece: assi que des aquelle tempo vem ja o furto; não se enganem com o nome de Doctor nouo, barbaro e presun-

tuoso, como são muitos titulos, assi dos escritores, como das obras dos nossos tempos, tam differentes do comedimento dos passados, como foy o de Philosopho dado por Pytagoras. Tullio com que ameaçaua ja seu amigo Trebacio, tamanho Jurisconsulto, senão com as graças de Laberio? e Horacio com quantas das suas graças passa hum sermão co mesmo Trebacio? A Comedia tão estimada nos tempos antigos, que al disseram aquelles grandes engenhos que era, senam hũa pintura da vida commum, á dos Principes se repartio a Tragedia. Todos estes e outros muitos inconuenientes eu passaua leuemente, o mais que arreceaua erão más interpretações a cada passo, ás quaes quem pode fugir, se té os hereges quantos sam, trazem a Sagrada Scriptura em sua ajuda, interpretando mal, e o diabo tambem. A isto tudo houuera algum remedio, que era o do fogo; mas ao mandado de V. A. que farey, saluo obedecer, e pedirlhe que empare estes estrangeiros, como fazem os grandes Principes, e de cujo emparo sómente confiam os que vam por terras alheas. Eu não vou pedindo, saluo perdão, este pelo proberbio grego he devido no começo das cousas. Nosso Senhor sua vida e real estado, etc.

[*Comedias famosas portuguesas dos doutores Francisco de Saa de Miranda e Antonio Ferreira,* Lisboa, 1622, fl. 39 *r* e *v;* e *Obras do Doctor Francisco de Sá de Miranda,* tomo II Lisboa, na Tipographia Rollandiana, 1784, pag. 71-72].

GIL VICENTE

The beginning of the 16th century was nowhere more interesting than in Portugal. Many and various influences were contributing to make Lisbon, what it has since remained, one of the most perplexing and fascinating cities in Europe, while events were passing of a nature to shake to their depths even the remote Portuguese provinces which had accepted successive conquests and the advent of Christianity without losing their original, illiterate, essentially pagan character. Noble and peasant alike were now lured to the Court or further afield to the newly-discovered Indies. The first gold arrived from Quiloa, the scent of the Eastern spices dispeopled the land. King João II had established the supreme power of the throne which the Church not yet and the nobles no longer sought to dispute. The two great influences of the century, the Reformation of the *maldito de Martinho Luthero* [1] and the Renaissance were soon to make themselves felt in Portugal, but in the first years of the century the chief cause of unrest was the conquest of that new world with which Portugal failed so signally to redress the balance of the old, and the concentration of the nation 's life in Lisbon. The Portuguese,

---

[1] So called in the trial of Damião de Goes (1502-74) before the Inquisition.

ever eager for new things [1], turned their attention almost exclusively to the Indies. Portugal was neglected. The soil remained unploughed, the price of bread rose, the landed proprietors sank into poverty and the peasant aspired to wealth and position. More than one poet deplores, like Duarte da Gama, *aas desordẽẽs q̃ aguora se costumã em Portugal.* Some of the provincial gentry give up their estates in order to live in Lisbon:

> Vendem a erdade
> por cõprar tapeçarya [2]
> ... outros hã por cousa boa
> nã ter homes nẽ caualos
> e despreçã os vasalos
> por se vyrẽ a Lixboa. [3]

As to the peasants:

> Os lauradores
> com suas maas nouydades
> querem ter as vaydades
> dos senhores. [3]

The old distinctions between class and class were weakened, and the *nouveau riche,* flaunting his prosperity, broke the heart if not the pride of the knight who could not afford to keep a horse [4]. The *parvenu* belongs to all

---

[1] They are *cheos de nuvidades* says Affonso d'Albuquerque in a letter to king Manoel in 1512. *Cartas,* 4 vol., Lisboa, 1884-1910.

[2] A good equivalent of the Spanish phrase «to throw one's house out of the window».

[3] Duarte da Gama in the *Cancioneiro Geral.* Garcia de Resende speaks of *a soberba dos vilãos.*

[4] He is mentioned more than once in the *Canc. Geral* and reappears in Gil Vicente:

> pobre escudeirão
> sem cavalo e sem tostão.
> (*Floresta de Enganos*).

time — the Archpriest of Hita had complained of money that

Él faze cavalleros de neçios aldeanos [1]

— but circumstances rendered him especially frequent now in Portugal. A poet of the *Cancioneiro Geral*, Alvaro de Brito Pessana, embittered by his own sinking fortunes [2] into becoming a *laudator temporis acti*, *os outros tẽpos passados*, as he says, cries out pathetically against this mixing of the classes: *nam sejamos todos huũs*, and against the *muytos bayxos* who, with their fine dress and their chains of gold, *perualeçem*. All the peasants wished to be of the palace, says Gil Vicente [3], and the brand-new *engrandecidos* about whom the perfume of turnips still hovered [4] and who were «more nearly related to the plough» — all honour to them — «than to the Meneses» [5], no doubt added picturesqueness to a city which had now become «the gate of the East and of the West» [6] and was rendered motley by the many foreigners, Flemish, Castilian, Italian, merchants from Venice, Genoa, Florence,

---

[1] Ed. Julio Cejador, 2 vol., Madrid, 1913, vol. 1, p. 185.

[2]
Os meus feitos vaão no fũdo
... com a pobreza pelejo.
Ela faz que triste seja
nam alegre.

[3] Cf. *Romagem de Aggravados:*

ninguem não se contenta
Da maneira que sohia

[4] Gil Vicente, *Clerigo da Beira* (1526): *cheirais a nabos.*

[5] Gil Vicente, *ibid.*

mais propinquos dos arados
que parentes dos Meneses.

[6] *Cancioneiro Geral.*

travellers [1] and foreign scholars and students, a multitude of Jews and «new Christians», negroes, mariners with strange tales to tell to any who would listen, newly appointed officials to deal with the «conquest and navigation of Africa, India and Ethiopia», a crowd of notaries, money-changers, usurers.

The travelled Portuguese returned to his country with an inclination *a desdanhar portugueses* [2], to praise Spain and Flanders and introduce foreign fashions and *mil fallas de França*. The Court which in the time of King Duarte already numbered 3000 persons [3] had increased in numbers and in brilliance. The fame of its *serãos* was noised abroad. A little after dusk on Sundays and fête days the courtiers made their way to the palace, the ladies of fashion, whose worst punishment was to be banished for some days—*degradadas*—from the *serão*, purposely arriving late to make the greater impression, [4] the men priding themselves on coming through the streets accompanied, like a Roman patron, by many friends, *bem acompanhado* [5]. At these palace parties all was laughter, dance and song; in the streets laughter and starvation, dance and tavern brawls. From time to time the plague drove from Lisbon all who could follow the Court, leaving priests and monks busy imploring the mercy of God and burying the dead.

The enlightened Alvaro de Brito, in 61 *cobras* (in the metre of the *Coplas de Manrique*) addressed to the Lisbon

---

[1] «Nam cum hominibus eruditis & cum iis qui varias regiones peragrauerãt sermonem libẽtissime cõferebat.» Bp. Jeronymo Osorio of King Manoel. *De Rebus Emmanvelis*, Olysippone, 1621, p. 479.

[2] *Cancioneiro Geral.*

[3] King Duarte. *Leal Conselheiro* (Paris, 1842) p. 310.

[4] Gonçalo Mendez Çacote in the *Cancioneiro Geral.*

[5] *Cancioneiro Geral.*

town-councillors, suggests that to clear the streets of *os podrydos esterqueyros* and the

> monturos muy altos
> fedorentos

would have a better effect on Lisbon's *ares corrutos* even than pilgrimage or procession

> que solene perçycam
> nem romarya.

On the other hand Gil Vicente in a passage of the *Nao d'Amores* (1527) allows the city of Lisbon to explain that

> Se peste não fosse, todos meus ereos
> Não conheccrião que hi havia Deos,
> que seria peste muito mais perigosa.

However that may be, it was an age of swift reversals of fortune, the sea and the plague both claiming a large death-roll and adding to it with dramatic suddenness.

> Huns acabam, outros vem,
> e huns tem, outros nam tem. [1]

It only required a man of genius in a position from which he could see life steadily and whole to convert this human comedy into a possession for all time. Had Gil Vicente been, as Ticknor has it, «a gentleman of good family» he might have shared the prejudices and narrower outlook of the poet of the *Cancioneiro Geral* who complains to the King that three Judges wish to pass sentence against him in favour of a peasant!

It would be easier to believe in the ancestry drawn up

[1] Garcia de Resende in the *Cancioneiro Geral.*

for himself in mock humility, no doubt as an answer to taunts at his modest birth and rustic art [1]. In the same passage he gives his birth-place as Pederneira [2]. This is not usually accepted as serious, and the three towns regarded as his possible birthplace are Guimarães (Minho), Lisbon (Estremadura) and Barcellos (Minho), especially the first two. It is a matter of no consequence. Πᾶσα γῆ, or at least all Portugal, is the birthplace of a man of his genius. But it is interesting to note how familiar he is with the distant province of Beira and how large a place it occupies in his plays. It is not only that he places on the lips of his Beira peasants words which according to the grammarian Fernão d'Oliveira, a native of the province, survived only in Beira [3]. Il is possible to explain the use of *samicas, abem, algorrem, asuso* and «outras piores vozes» of which Oliveira says «ainda agora as ouuimos e zõbamos d'ellas» [4], as purposely allotted by the dramatist to the slow-witted *beirões*. They were considered the Boeotians of Portugal — as wrongly as the Galicians have been considered the Boeotians of Spain, since many of the greatest men of both countries have sprung from these provinces. Beira was further from Portugal than France or Castille. Nuno Pereira in the *Cancioneiro Geral* laments the fate of a lady who left the Court to marry and care abont spinning and keeping chickens *antros soutos laa na Beira,* among Beira's chestnut-groves. Another poet declares that far from the Court he has become *tam difforme, tam beiram* [5], and Fernão d'Oliveira tells us of certain words recently in use

---

[1] *Auto da Lusitania* (1532).

[2] In Estremadura.

[3] *Grammatica de linguagem portugueza.* Segunda ed. conforme á de 1526. Porto 1871, p. 81, 82, 118.

[4] Ib. p. 81.

[5] Diogo Brandam in the *Cancioneiro Geral.*

and now *muyto auorreçidas:* «Yet if we place these and other similar words on the lips of an old man of Beira or a peasant they will not sound ill»[1].

But Gil Vicente knows the province well: Cea with its cheeses *feitos á candea,* Gouvea's chestnuts, the milk of Manteigas, the *finos pannos* of Covilhã, the *casaes no cume da serra*, the *Val dos Penados*, the hills «of the three roads»[2]. Nearly all his shepherds are of the Serra da Estrella. Even if Vasco Affonso in the *Auto Pastoril Portugues* had not explicitly said that he comes «from beyond Thomar» his speech would betray him, and although there are some fifteen Villarinhos in Portugal, the *pastor* of the *Barca do Purgatorio* is unmistakably from Beira. And Gil Vicente introduces songs of the *serra* and *bailos da Beira*: in fact it is constantly in his thoughts. He even makes a good citizen of Burgos refer to the Serra da Estrella, of which in real life he would certainly know nothing[3]. And who but a *beirão* would have introduced the Portuguese Fame as a girl of Beira — *hũa mocinha da Beyra? (Auto da Fama* (1516?). The words *da Beyra,* present in the extremely rare editions of 1562 and 1586 have been omitted in all subsequent editions!)

But whether or not Gil Vicente had kept goats in the Serra da Estrella, as one would like to think, or (in his own laughing allusion) made Alemtejan *mantas* (perhaps not in Alemtejo but at Covilhã) or lived, as the son and perhaps apprentice of Martim the goldsmith, at Guimarães, the intimate knowledge of country and village life shown in a hundred passages of his plays makes it clear that he vas not brought up in Lisbon. The passage in the MS. of Christovam Alão de

---

[1] *Grammatica.* Ed. 1871, p. 81.

[2] *Tragicomedia pastoril da Serra da Estrella.*

[3] *Comedia do Viuvo.*

Moraes which says that Gil Vicente was the only son of Martim Vicente, goldsmith, of Guimarães and that he was buried at Evora, gives no further indication of his birthplace. There was a tradition that the first Portuguese *trovador* was of Guimarães and the inhabitants, we read, *em todos os seculos* had been eager to maintain their reputation as poets [1]. Any well-known poet they would willingly claim as their own. The name Gil Vicente was common, sometimes borne by men of good birth, more often by men in humble station. For some time Gil Vicente the poet was identified with a master carpenter of Santarem, till it was realized that the latter died (1500) before Gil Vicente's first play had been produced at Court or Quiloa sent the gold of which the famous Belem monstrance was wrought.

The known existence of several contemporary Gil Vicentes makes the problem of identity between poet and goldsmith especially delicate. To help us, we have not even the exact date of the poet's birth or death. The former has been arbitrarily fixed as 1470 owing to two lines of a sad celebrity spoken by an old man in the *Floresta de Enganos* (1536):

> Ya hice sesenta y seis
> Ya mi tiempo es pasado.

Substract 66 from 1536: 1470. That is to say, Gil Vicente's age is to be determined because it happened to suit his rhyme to say 66, not 69 or 65. As well devise some profound reason for the fact that Maria Parda decrees that 127 priests shall attend her funeral. It rhymed with Alcouchete. In January 1531, although obviously active and in good health, able te deliver a sermon of no mean elo-

---

[1] Antonio Carvalho da Costa. *Corografia Portugueza.* 3 vol. Lisboa, 1706-12, vol. 2, p. 193.

quence, he speaks of himself as «near death», and although he died before April 19, 1540, he writes to the King that the collection of his works had been a burden to his old age (*minha velhice*). This would seem to point to a slightly earlier date for his birth. But his strenuous activities as poet, musician, scene-manager, actor, and, yes and goldsmith, may well have aged him before his time, and *velhice,* at least in the 15th century, did not go beyond the age of 70 [1]. 1465-70 remains the approximate date of his birth. Thus his youth was spent in the reign of João II, he lived through the splendour of King Manoel's age, and after that Lord of the East had left his palace for the last time [2] continued to produce plays at Court for fifteen years, writing his last *comedia* in 1536. From time to time he laments his poverty, but he received in *tenças* far more than ever was given to Camões, and as he probably owned the *Quinta do Mosteiro* near Torres Vedras, he was certainly not neglected either by King Manoel or King João III. The *tença* of three bushels of wheat in 1525 was in itself a substantial gift. [3] And although in his old age he evidently sometimes felt with Browning's Andrea del Sarto that

> I have laboured somewhat in my time
> And not been paid profusely

---

[1] King Duarte. *Leal Conselheiro.* Cap. I: *Velhice ataa LXX, senyum ataa LXXX.* (Ed. Paris, 1842, p. 16).

[2] Gil Vicente. *Romance á morte d'Elrei D. Manoel:*

> Já passada a meia noite,
> Tres horas antes do dia,
> Mettido em hum ataude
> O qu'inda ha pouco regia,
> O gran senhor do Oriente
> Dos seus Paços se partia.

[3] Accorcing to Garcia de Resende *(Miscellania)* the price of a bushel of wheat at Evora rose in his time from between 15,000 and 20,000 *réis* to 70,000 *réis* and more.

he was perhaps not ill-satisfied. In the *Auto da Festa,* acted probably about 1535, he represents himself as very stout and over sixty.[1] The question is rather: Would such large *tenças* have been given to Gil Vicente simply as *trovador* in a land where the number of poets was countless as the sands?

The problem of the identity of poet and goldsmith is largely a study in probabilities. To take first the facts or arguments against identity. Gil Vicente refers to himself as *Gil Vicente o autor,*[2] *Gil Vicente que faz os autos a el Rei,*[3] *hum Gil... que faz os aitos a el Rei;*[4] never to his work as goldsmith. João de Barros in 1540[5] speaks of *Gil Vicente comico,* without, however, any apparent intention of distinguishing the playwright from another Gil Vicente. On August 6 1517 Gil Vicente the goldsmith renounced his post of *Mestre da Balança* in the Lisbon *Casa da Moeda,* and criticism at a gallop has argued that he resigned, therefore was ill, therefore died. But it may well have been that the growing business of the *Casa da Moeda* had become a burden[6] and that he preferred to have more time to devote to the production of his plays. The lines

> Mas ja não auto bofé
> como os autos que fazia
> quando elle tinha com que.[7]

[1] *Auto da Festa.* Ed. Conde de Sabugosa. Lisboa 1906 p. 118.

[2] *Auto da Lusitania* (1532).

[3] *Auto da Festa* (*circa* 1535).

[4] *Auto Pastoril Portugues* (1523). It will be noticed that all these dates are subsequent to the retirement of Gil Vicente, *ourives* (1517).

[5] *Dialogo em lovvor da nossa linguagem* (*Compilação* (1785) p. 222).

«A casa de moeda onde sempre s'está batendo & cunhando». There had been two chief officials since a few yaers before Gil Vicente's appointment.

[7] *Auto Pastoril Portugues.*

In 1519 *(Cortes de Jupiter)* he represents *os da Moeda* as *ga-*

may be explained quite naturally as a reference to the days before 1517 when he held the post of *Mestre da Balança* and perhaps found himself out of pocket owing to his determination to produce his plays with as much pomp as possible.

Other arguments against identity are extremely weak. How it has been asked, could a learned poet like Gil Vicente spell *acabou aquabov* on the inscription of the *Custodia?* [1] But spelling more barbarous is to hand in his plays and it is a litle hard to make him responsible for the spelling of his time. Or, again, it is said, how could he accompany the Court to Evora, Almeirim, etc., and at the same time have a goldsmith's workshop at Lisbon? The travels of Benvenuto Cellini, at least, were as numerous as and far less peaceful than those of Gil Vicente. But would a goldsmith have offended his patrons by his satire? Gil Vicente found in the King a full and sufficient patron and was not concerned to conciliate others. And Cellini's patrons accep'ed worse abuse from him than is to be found in Vicente's plays.

On the other hand the arguments in favour of identity are cumulative and overwhelming, and invalidate such unreliable documents as genealogies, manuscript or printed. We have in an official document a Gil Vicente, goldsmith of Queen Leonor (King Manoel's sister) and *Mestre da Balança,* appointed in 1509 overseer *(Vedor)* of all works in gold and silver for the Convent of Thomar, the Hospital of all Saints (Lisbon) and Belem; and a Gil Vicente

---

roupas de Guiné, a reference quite natural in one who knew them well but no longer was one of them. He would hardly have introduced them — between the students and the marketwomen — had they not had some especial interest for him.

[1] Camillo Castello Branco, *Historia e Sentimentatismo,* 2.ª ed., 2 vol., 1880, vol. 2. The word in said to have misled a French critic to assign the *Custodia* to a Senhor Aquabo.

who is asked by the same Queen Leonor to contribute verses to a poetical contest [1] printed in the *Cancioneiro Geral* (1516), the subject of which is a gold chain; [2] and a Gil Vicente who writes plays for the same Queen Leonor.

In several plays he shows technical acquaintance with the goldsmith's art. [3] The identity of goldsmith and poet, moreover, need have caused no special comments, it was no isolated case. In the *Cancioneiro Geral* Diogo Fernandes, an *ourives,* also writes verses; and Garcia de Resende gives us his opinion of another *ouriuez beberam* who composed *trouas:*

Eu vos acho maao endiçio
Em cuydardes que soys hum
Em trovar & noutro offiçio
& em tudo soys nenhum.

Possibly a covert hit at Gil Vicente, though aimed ostensibly against Afonso Valente, of Thomar.

But to crown all, General Brito Rebello (himself now an opponent of identity) discovered on f. 20 v. of vol 42 of the Registers of the Chancellery of King Manoel in the *Torre do Tombo* a manuscript contemporary note *Gil Vicente trouador mestre da balãca,* a note, that is, placed above and explana-

---

[1] Probably not many years before 1516, certainly not in the reign of King João II. Gil Vicente is presumably already no longer young. Reference is made to his time as past: *Em vossos dias.*

[2] Another participator in the contest asks Gil Vicente if he does not remember how much money the lover-marquis has lavished on jewels and necklaces, — *quantas joias & colares.*

[3] These who oppose identity are led into damaging admissions. Cf. Theophilo Braga. *Gil Vicente.* Porto 1898. p. 137: «Estas duas individualidades confundem-se por vezes nos documentos historicos; o *poeta* Gil Vicente falla da Ourivesaria nos seus Autos como se conhecesse technicamente aquella arte; o ourives e mestre da balança Gil Vicente é tambem apontado em um documento official como *trovador*».

tory of the official document recording the appointment of Gil Vicente, *ourives* of Queen Leonor, as *mestre da balança* of the *Casa da Moeda* at Lisbon. Look at it how we may, it is impossible to explain away this note, which existed long before the question of identity was first discussed by Dr. Theophilo Braga in 1873. [1] If we accept the identity Gil Vicente's position at Court becomes clear. As an official he had every opportunity of quiet observation, and otherwise his appearance at Court as author of the *monologo do Vaqueiro* (1502) seems as abrupt and violent as the entrance of the *vaqueiro* himself. His contribution to the *Cancioneiro Geral* must, as already indicated, be assigned to a later date. Queen Leonor's goldsmith could associate with and study men of all classes, and perhaps Gil Vicente learnt at the expense of his purse to portray the gorgeous *fidalgo* of the *Farça dos Almocreves* who left his *ourives* for years unpaid. He belonged to no class and understood all. He held up a mirror in which the life of the Court, the city and the nation was reflected in *figuras muy naturaes*.

Gil Vicente wrote for the Court, and to some extent his art was hampered by this fact; but he did not write for the *doces d'orelhas* of whom Fernão d'Oliveira speaks or the *preciosos* mentioned in the *Cancioneiro Geral*. He was a great real ist and with perfect truth to life introduced into his plays the whole of reality as he saw and knew it. He has been called the Portuguese Archpriest of Hita, [2] and he shares his humour, his love of outdoor life, his delight in long catalogues of names, [3] his power of portraying graphically in a few sentences a scene or a character, to some extent his coarseness. He lacks the cynicism that characterizes

---

[1] In the Lisbon periodical *Artes e Letras*. anno 2. p. 4-6, 18-20.

[2] By Senhora Carolina Michaëlis de Vasconcellos.

[3] Cf the list of animals and plants in the *Auto dos Quatro Tempos* (1504?).

much of the Archpriest's humour and is more purely lyrical. Certainly he is nearer Ruiz, who died over a century before Vicente was born, than to Camões who was born before Vicente died.

A list of his *dramatis personae* gives some idea of the mediaeval medley that are his plays: *autos*, *farças*, *comedias* and *tragicomedias*. We have shepherds and shepherdesses, peasants, ploughmen, *serranas* from the hills, marketwomen, fishwives, servantgirls, gardeners, blacksmiths, a Jewish tailor, a cobbler, a bakeress, negroes, beggars, gipsies, dwarfs, fairies, witches, fortune-tellers, pilgrims, pages, noblemen, knights and squires, courtiers, princes, a Count, Dukes, Kings, Emperors, a Pope, a Bishop an Archbishop, a Cardinal, hermits, monks, friars, priests, chaplains, nuns, a devout woman *(beata)*, a cardsharper *(taful)*, carriers, sailors, sirens, singers, doctors, merchants, a goldsmith, an usurer, rabbis, judges, centurions, the Sea, the Sun, the *Serra da Estrella*, the *Serra de Cintra*, the Seasons, Time, the World, Providence, Fortune, Fame, Justice, Learning, Prudence, Poverty, Faith, Fortitude, Humility, Love, Venus, Cupid, Saturn, Jupiter, Mars, Mercury, Juno, Christ, the Virgin, Prophets, Saints, Apostles, Angels and Archangels, Gabriel, Satan, Devils, Lucifer, Belial, Beelzebub, Adam and Eve, Abel, Moses, Abraham, Job, Cassandra, heroes of Greece and Troy, the Church, Rome, Spaniards, an Italian, a Frenchman, the Month of May, Portugal, the city of Lisbon, etc, etc. His truly Elizabethan vein of lyrism, his love of Nature, his quick observation make of this medley a series of interesting and delightful scenes . It is all, as it were, in the rough. He gives out of his abundance and scarcely pauses to round off a lyric, develop a character or give elaborate execution to his conception of a play. Therefore he cannot be called a great dramatist, but as a sketcher of rapid character portraits and as a lyric poet he has rarely been excelled. His love of Nature pierces, without a

sign of elaborate effort, at every turn. In a line at haphazard here and there the recalls the flowered hills in May or the June meadows:

> tanta bonança
> Como da Maio ás flores da serra; [1]
> plado florido
> La mañana de S. Juan; [2]

many a passage might, had he cared, or any one cared, have developed into a perfect lyric, of which there are a few, but disapppointingly few, in his plays.

And the nearer his characters are to Nature, the more lovingly does he depict them. Children have never been revealed more naturally than his little girl shepherdess who would start to run when she heard the Church bells ring and had seen God, she said, «often and often,» [3] or the *pastorinhos* Joanne, Pedrinho, Affonsinho and Cismeninha, chattering open-monthed together on the hills:

> JOAN. Di rogo-te, Cismeninha,
> Viste-m'a minha burrinha?
> CISM. Viste-m'a minha burrinha?
> JOAN. Olha, olha o que te digo.
> CISM. Olha, olha o que te digo.
> JOAN. Sempre tu has de chufar?
> . . . .
> CISM. E eu não tenho no carril
> Dous alfinetes que achei?
> JOAN. Tambem eu ar acharei
> Algum dia algum ceitil.
> PED. E a mim dão-me sardinha inteira.
> AFF. Oh! [4]

---

[1] *Comedia sobre a divisa da cidade de Coimbra.* (1527).

[2] *Auto da Fé* (1510).

[3] *Auto da Barca do Purgatorio* (1518).

[4] *Comedia de Rubena* (1521).

And many a shepherd, *pobre, vestido de pelle,* and peasant are hit off to the life, e. g. the market-women burdened with heavy loads yet finding energy for an incessant flow of words [1], the carriers discussing their prospects as they ride leisurely along on their mules [2], the fishwives, *regateiras do pescado,* Branca do Rego and Marta do Prado [3], the old woman of Lisbon with her fear of *ma criança* and of what the neighbours will say [4]. In delineating or rather suggesting such types Gil Vicente is evidently at his ease; but he had to remember that his object was to entertain his courtly audience, that they might *ficar muy ledos* [5]; and so his plays are sometimes wrenched away from natural scenes to courtly devices. The puzzle-verses with which the *Auto das Fadas* ends would suit, far better than a popular lyric, the Court taste for such mechanical literature and for personal allusions [6]. The sufficiently broad allusions in Gil Vicente's plays must have given the Court many a merry hour, and if the pleasure of the laugher of today was tempered by the thought that he might himself be the object of laughter to morrow, it was precisely the generality of this satire that took off its edge and made it possible. In a Court where, as Garcia de Resende said,

os mays, polo geeral,
folguam muyto d'ouuyr mal,
& pouco de dizer bem,

---

[1] *Auto da Feira* (1527).

[2] *Farça dos Almocreves* (1526).

[3] *Romagem de Aggravados* (1533).

[4] *Quem tem farelos?* (1505).

[5] *Obras varias. Ao Conde do Vimioso.*

[6] In this taste, at the request of King João III, Garcia de Resende wrote 48 *trouas de louvores & deslouvores* for a game of cards, which might have been called «the murder of genuine lyrical poetry», and João de Barros, similarly, reduced the *Ethics* of Aristotle to an elaborate *jogo.*

Gil Vicente was the safety-valve. He poked his fun impartially, at Garcia de Resende's corpulence, for instance, or at Gil Vicente's (*he logo muy barregudo*). His license is a proof of the new absolute power of the throne. Below the King no one is protected from the shafts of his wit. Nobles and peasants, priests and officials are attacked in biting phrases. The King and royal family on the other hand, are spoken of almost in terms of adulation. In one passage only, in the *Auto da Barca da Gloria* (1519), acted before the King at Almeirim, is a king introduced who had led a *muy pecadora vida* and who is warned that he must become a *morador naquelles fogos*. Flattery and lies, diamonds and sapphires will now avail him nothing. King Manoel, we may safely say, had heard no words more outspoken since the bluff voice or rather pen of Affonso d'Albuquerque had ceased four years before. But he may not have regarded the allusion as personal, and at all events the King with the rest finally enters the *barca da Gloria*. That a deeper practical purpose often lay beneath Gil Vicente's merriment is certain. He ridicules the useless ignorant pilots against whom Affonso d'Albuquerque vented his anger; [1] he had meditated on the position of women which then and later attracted much attention; [2] he inveighed against the growth of luxury as vigorously as did Sá de Miranda; he speaks out against the «infinite oppression» [3] of the peasants and he rebukes their pre-

---

[1] Letter 95: You hang a man, he says, for stealiug an Alemtejan *manta*, why not a pilot for losing a shipload?

[2] As may be seen in many passages of the plays of Antonio Prestes and Jorge Ferreira de Vasconcellos. Women are Lisbon's newsmongers going about the city, says the latter in *Ulysipo: correos das novas*. The married woman, says Prestes, should be

tres horas na egreja
E o mais que em casa esteja.

[3] *Romagem de Aggravados*.

sumption [1]. But primarily he was the Court jester, whose office it was to provide a pleasant evening, a *farça de folgar*, for a number of frivolous persons. He has been called a great philosopher, a great philologist, a forerunner of Erasmus. Nothing could be more absurd. Certainly he was not simply a pliant courtier nor, on the other hand, by any means a demagogue: he was a man of character [2] who could, when occasion required, set his face firmly against what he calls *a desvairada opinião do vulgo*. His attitude towards the «new Christians», Jews recently converted, or who pretended to be converted [3] to, the Christian faith, was probably the same as that of Antonio Vieira a century later: he would have wished them to be tolerated, even encouraged, for the good of the State. His attacks on the priests and the Church are in spirit poles apart from the attitude of the Reformers. He himself was deeply religious and inclined to mysticism, and perhaps cared less for creeds and Churches than for communion with the living God: all the more surely it never occurred to him to form a sect or creed apart. His criticisms were essentially popular, i.e. of the people, and, like the similar satire in other countries throughout the Middle Ages, only show that reform must have come from within the Church, had not Luther, who was no mystic, thrust in his own Reformation. That a play of Gil Vicente's which excited a scandal in Brussels caused nothing but laughter in Lisbon, merely proved the greater piety of Portugal. The Church seemed there so firmly established that no possible

---

1 Mais fermoso está ao villão
Mao burel que mao frisado, etc.
(*Farça dos Almocreves*).

2 The coarseness of some passages of his plays is due to his desire to be true to life, and he accordingly allows his peasants expressions which must have shocked the *doces d'orelhas*.

3 Some of them, according to a poet of the *Cancioneiro Geral*, would sell the true God for a *tostão*.

harm could be done by a little merriment at its expense, or by vehement criticism. That priests and monks come in for a disproportionate share of Gil Vicente's ridicule is explained in part by their number *(somos mais frades qu'a terra sem conta na Christandade)* [1] and importance in the life of the village [2], and in part as a traditional form of humour exceedingly popular in the Middle Ages. In Gil Vicente the priests are portrayed as sensual, ambitious, hypocritical, greedy, pleasure-loving, card-playing, fond of money; and we cannot doubt that here as always he drew from life, recorded, especially, in his perfectly natural reproduction of peasants' conversations, what was wont to be said of them by ignorant gossips. Other poets of the *Cancioneiro Geral* were no less outspoken. Gregoryo Affonso, in the service of the Bishop of Evora, speaks of

o sacerdote
que uiue como o leyguo;

Alvaro de Brito says that

Algũs ha na crelezya
que leuam errados rrumos,
mao costume
de vestyr epoeresya,
sam deuotos mais dos fumos
que do lume...
Leues pecados alheos
muy gravemente defendem
& nam tardam
de fazer outros mays feos, etc.

---

[1] *Fragoa d'Amor* (1525).

[2] When Margarida finds an image of the Virgin on the hills she at once thinks of calling the priest, when Gonçalo has been robbed of his hare and capons he suggests to his parish priest that he should give him a *responso* by which he may recover them. The priest was thus the butt of the peasants' wit and their *deus ex machina* in time of need.

Duarte da Gama deplores *a cobiça dos prelados*. Anrrique da Mota makes merry over the *muyto gordo vigayro d'Ouidos* and seems to hint that in oral confession is *pouco proveito d'alma,* a doubt which subsquently troubled Damião de Goes. And instances might be multiplied. Were all these poets Portuguese forerunners of Erasmus? As to the famous passage in which Gil Vicente upbraids Rome:

> Ó Roma sempre vi lá
> que matas peccados ca
> e leixas viver os teus...
> Assolves a todo o mundo
> e não te lembras de ti
> nem ves que te vas ao fundo. [1]

it is almost an imitation of the two long *sirventes* of the troubadour Guillaume Figueiras of Tolosa, «son of a tailor and himself a tailor» against the *fals clergatz*. Each verse begins by invoking Rome in the same way as does Gil Vicente:

> Roma falsa e tafura...
> Roma per aver
> Fait manta fellonia
> E mant desplazer
> E manta vilania... [2]

The fact is of course that Church and clergy in the Middle Ages and to the time of the Reformation were considered

---

[1] *Auto da Feira* (1527).

[2] Raynouard. *Choix des poésies originales des Troubadours* 6 vol., Paris 1816–21. vol. 4. p. 307. Cf. also the passage in the *Prophétie des Abus* (16th century):

> O gras tondus...
> Votre autel est ruiné,
> Votre règne est bien miné,
> Il tombera.

(In C. Lenient. *La Satire en France ou la littérature militante au XVI^e siècle*. Paris 1866).

fair prey for the satirist.[1] Other traditional types in Gil Vicente's plays are the vainglorious swashbuckling Spaniard, of the kind that in one of Ferreira de Vasconcellos' plays vaunts that all Lisbon would fit into Seville Cathedral; the old man amorous (the *velhos namorados* of the *Cancioneiro Geral*);[2] the corrupt judge or other official; and especially the impoverished nobleman and famished *escudeiro* who have furnished a sad stock-in-trade to all realistic writers of satire in the Peninsula from Martial to Pereda or the *Fidalgos da Casa Mourisca*. The poet of Bilbilis knew the type at first hand:

> Nunquam se cenasse domi Philo jurat, et hoc est:
> Non cenat quotiens nemo vocavit eum.
>
> (Ep. v. 47).

> Hic quem videtis gressibus vagis lentum,
> Amethystinatus media qui secat Saepta...
> Oppigneravit modo modo ad Cladi mensam
> Vix octo nummis anulum unde cenaret.
>
> (Ep. II. 57).

In the *Cancioneiro da Vaticana* (no. 1168) we read of an *infançon*'s kitchen which is so cold that it would serve excellently for a wine-cellar or for sleeping the *sesta*

---

[1] The Archpriest of Hita abounds in such satire. The seller of indulgences did not escape. Gil Vicente's *assolves a todo o mundo* is related not to the private heart-searchings of Damião de Goes but to popular criticisms of the *buldero* described by Lazarillo as sowing indulgences broadcast: *el mayor echador dellas que jamas yo vi.* (*Lazarillo de Tormes.* Conforme á la edición de 1554. Ed. H. Butler Clarke. Oxford 1897. p. 78).

[2] In the *Cancioneiro Geral* we find many of Gil Vicente's characters in embryo: *clerigos casados, villãos postos em alguma honrra, borrachas que bebem mays do que fyam,* the *fidalgo* who keeps *gram estado & a rrenda casy nada*, etc.

without fear of flies. And we have the Archpriest of Hita's Don Furon:

> ¿Non tenie que comer? Ayunav' el pecador.

Gregoryo Affonso in the *Cancioneiro Geral* writes of

> o gejum
> que se faz por nam ter pam

and of the

> cavaleyro
> que nam tem bem de comer.

And there is the Toledan *escudero* in *Lazarillo de Tormes;* and the *raphanophagus* of Nicolaus Clenardus, «fasting at home in order to make good show out-of-doors». So Gil Vicente introduces us to the *escudeiro* who

> Sueñase muy gran señor
> Y no tiene media blanca

and to another who is

> Todo o dia sem comer

and late at night

> Toma hum pedaço de pão
> E hum rabão engelhado; [1]

and to the *fidalgo de muito pouca renda* who *usava muito estado* and maintains six *moços de pé* although his revenues are shrinking like Alcobaça cloth:

> Quer ter muitos apparatos
> E a casa anda esfaimada. [2]

The type is the same, but is in each case observed from

---

[1] *Quem tem farelos?*

[2] *Farça de Ines Pereira* (1523).

life. We know that «certain men of good learning» [1] doubted Vicente's originality, but the doubt need not greatly concern us. «Man spricht immer von Originalität» said Goethe «allein was will das sagen! So wie wir geboren werden fängt die Welt an auf uns zu werken und das geht so fort bis ans Ende»; and, when a doubt was expressed as to whether a writer was original, he exclaimed. «Das ist sehr lächerlich. Man könnte ebensogut einen wohlgenährten Mann nach den Ochsen, Schafen und Schweinen fragen die er gegessen und die ihm Kräfte gegeben». Gil Vicente certainly did not spring full-fledged like Minerva from the head of Zeus. That he had read widely he himself tells us: *Os livros das obras que escriptas vi... assi em metro como em prosa... os antigos e modernos não leixarão cousa boa por dizer nem inuenção boa por achar nem graça por descobrir.* That he had at least a smattering of French and Italian, and a wide knowledge of macaronic Latin his plays prove. In his first compositions, the *Visitaçam* (1502) and the *Auto Pastoril Castelhano* (1502) he is content to follow Encina, and follow him rather closely. When his conception of them grew more ambitious and he intended them to be something more than a «*pobre coisa,*» he no doubt took his material from a wider field. He was acquainted with other Spanish writers besides Encina. He was not apparently

muy sentido
Das trouas de Joam de Mena,

but he evidently admired the *Coplas* of Jorge Manrique and the Spanish *romances*, and the *Libro de Buen Amor* of Juan Ruiz; he had read the *Celestina,* although his plays do not echo it so persistently as do, for instance, the Celestina plays

[1] King Duarte had used the same phrase of his father, King João I: *de grande & boo saber.*

of Jorge Ferreira de Vasconcellos. He more than once refers to Macias, as the lover *par excellence*, in the fashion of the time. With the *Cancioneiro Geral,* or with its poems before Garcia de Resende published them in 1516, he was closely familiar. Stress need not be laid on the fact that the line

Se se podesse dizer [1]

occurs in a poem by Luis Anrriquez in the *Cancioneiro Geral: Se sse podesse dyzer;* but many of Gil Vicente's subjects and metres are to be found in the poems of Alvaro de Brito Pestana, Nuno Pereyra, Duarte de Brito, Dioguo Brandam. The lines in Dioguo Brandam's *lamentaçam:*

O morte que matas quẽ he prosperado
Sem de fermoso curar nem de forte, *etc.* [2]

are imitated in the eight lines beginning. *Deje la muerte las niñas, las dueñas* [3].

The spelling *Té toi, té toi* [4] would seem to imply that Gil Vicente's knowledge of French was derived rather from conversation than from books: and similar phonetic spelling of French words occurs in the *Auto da Fama.* It has been noticed that his description of Lucifer as *maioral do inferno* corresponds to the *procureur des enfers* of French *mystères,* that the whole conception of his trilogy of *Barcas* is probably derived from the *Danse Maca-*

---

[1] *Auto da Alma.*

[2] *Lamẽtacã aa morte dell rrey dom Johan que santa gloria aja* (1495).

[3] *Auto de S. Martinho* (1504).

[4] *Auto das Fadas.*

This spelling recalls the interpretation suggested for the line of Dante: Inf. vii. I. Pape Satan aleppe.

(Pas paix, Satan, pas paix, Satan, á l'épée).

bre, that passsages of the *Testamento* of Maria Parda recall the *Testament de Pathelin* (a mule in the *Cancioneiro Geral* makes an equally elaborate *testamento*). The plays which he and his son Luis describe as *moralidades* no doubt owed something to French mediaeval plays. The debt was probably not very great, but intercourse with France was frequent, as references not only in the *Cancioneiro Geral* but in Gil Vicente's plays themselves show. It was the cruellest criticism of a poet to say that his verses were made in Morocco not in France:

> quem sua troua fez
> nam em França mas em Fez [1].

But at heart Vicente did not belong to the cosmopolitan Court though he might flatter its taste for what was foreign and *peregrino* by introducing at one swoop into a play a son of the King of Hungary, a Prince of Great Greece and a Consul of Venice, *de alta genelogia;* [2] or an *enselada* from France. The sources from which more than from any other he sought his inspiration, — and herein he showed his greatness and true originality — were three, all sources of unfailing inspiration: the book of Nature, the book of popular traditions [3] and the Bible, intimate knowledge of which was more common in Portugal before the 16th century than after [4]. Vicente invented little or nothing, but he was

---

[1] Dom Françysco Byueyro in the *Cancioneiro Geral.*

[2] *Floresta de Enganos* (1536).

[3] In the case of Mofina Mendes he apparently adopted a popular tradition personifying misfortune. It is tempting, though wrong, to see in the surname the patronymic of the Basque *Mendi,* mountain: Misfortune old as the hills. More probably it = *mesma.*

[4] The scene in the *Templo d'Apollo* in which Apollo mounts the altar and begins *Estos son mis mandamientos: Amarás á las mujeres,* etc. is probably a reminiscence of the mediaeval parodies of Church services, common in Portugal as elsewhere.

no mere echo in the valley (to use his own phrase): he gathered from all sides and his genius was justified of all his gatherings. Even as a dramatist he did not pretend to any other originality than that of introducing a new thing into Portugal from Spain. The good-natured Garcia de Resende, sometimes woefully misrepresented as a malicious depreciator of Vicente, tells us (in his *Miscellania*) that Encina was the inventor. The acting of some kind of play at the Portuguese Court was, moreover, no new thing. Alvaro Barreto in the *Cancioneiro Geral* mentions Ruy de Sousa who was

> tál fazedor de momos
> qual ante nos se nam sabe;

Duarte de Brito refers to the

> autos
> nas festas da Imperatriz;

Duarte da Gama says that

> Nõ ha hy mays antremeses
> no mundo onyuersal
> do que ha em Portugal
> nos Portugueses.

Cf. also the *copia de momos,* the *galantes momos,* and *antremezes infindos* in 1490.

But the pomp and show of these entertainments i.e. the *antremes* proper, in which the Portuguese thus excelled, threw into shade the literary part, the *breue,* even when written by so well known a poet as the Conde do Vimioso. It was Gil Vicente's lifelike portrayal of scenes and characters that enabled the literary part to triumph over the mechanical display.

Vicente, who had so evenly distributed his satire, himself suffered from *detractores* and *lingoas damnosas,* the eternal complaint of Portuguese writers. [1] One of their criticisms was no doubt that he used rustic language unworthy of a polished writer. Modern critics have said that Vicente wrote a great part of his plays in a kind of jargon, *aravia* [2] or *algarabia*. But a close examination of his plays reveals the fact that he, like Cervantes, apportions his different styles and dialects not at random but with extreme nicety. When he wishes he can write the best and purest Portuguese both in verse and prose, clear, restrained, [3] idiomatic [4].

But he has no intention of placing such a style in the mouth of his peasants. It would be totally out of the picture. His object is to be natural. His peasants do not mince or choose their words, they are no porcelain Phyllises and Corydons, they are really what he calls them, *rusticos pastores*, and speak as plain Bras or João. They transpose their consonants, clip their words, *fallão cerceado,* utter provincial, archaic words and phrases. The word *cenreira* [5] which is included a little later by Duarte Nunes de Leão in his chapter *De algũs vocabulos que os homẽs polidos não deuem vsar* [6] is used by Vicente's peasants as well as by Ines Pereira, the flighty daughter of a Lisbon woman *de baixa sorte*. His *beirões* use words

---

[1] To quote but one, Duarte Pacheco Pereira in his *Esmeraldo de situ Orbis* (1505) inveighs with considerable bitterness against the *mordedores maldizentes mormoradores.*

[2] Cf. *mill aravias. (Cancioneiro Geral).*

[3] You will scarcely find half a dozen superlatives in *-issimo* in his works.

[4] His Spanish, on the other hand, is always liable to *lusitanismos.*

[5] It occurs more than once in the *Cancioneiro Geral* and is common in modern Galician.

[6] *Origem da Lingoa Portvgvesa* Lisboa. 1606. Cap. 25.

known to belong peculiarly to Beira; his negroes chatter in broken Guinea-Portuguese *(a mi falla Guiné)*; his Italian must needs speak Italian and his Frenchman French; the fortune-tellers from Greece and the Greek goddesses slur all their S's into Z's. (Cf. João de Barros. *Compilação* (1785), p. 218: *o çeçear çigano de Seuilha)*. When he does employ gibberish he does so for a definite purpose, on the lips of a priest, *hum clerigo nigromante* conjuring up devils: *Zet zeberet zerregud zebet* [1]; or of the *Diabo* himself, the purity of whose «Picardese» we may suspect, although Gil Vicente may conceivably have learnt a word or two from Diogo Zeymoto, a poet of the *Cancioneiro Geral* who had travelled in

a Picardia
& a terra do Dalfym,
França & Lombardya.

In his mingling of Spanish and Portuguese Vicente is never indiscriminate as were many Portuguese writers, Simão Machado, for instance, who in his plays makes one peasant speak Spanish and another Portuguese in the same scene for no apparent reason, or Sor Violante do Ceo who composed a short piebald *vilancete,* beginning in the one language and ending in the other. Vicente always has a purpose in this matter of language and usually it is to be true to life. As a general rule his peasants speak Portuguese, his courtiers and educated persons Spanish. The judge, who

---

[1] *Exhortação da Guerra* (1513). *Zerregud = Very good?* The man in the *Romagem de Aggravados* (1536) who knows the Bible by heart and cannot say an *Ave Maria* and who pronounces *senhora sinoga* is evidenty a foreigner, probably English or German. Gil Vicente, who often mingled with the crowd, *no chão como outro desmazelado,* would certainly have picked up a few words of English from passing sailors, if in no other way.

had taken his degree at Paris, speaks Spanish, the *moça* Portuguese in the *Floresta de Enganos* (1536); Cupid in the same play speaks Spanish, the *pastor rustico* answers him in Portuguese; the philosopher speaks Spanish, the merchant Portuguese. In the *Fragoa d'Amor* (1525) the *serranas* speak Spanish, but they *figurão planetas*, are not shepherdesses but planets. In the *Comedia sobre a divisa da cidade de Coimbra* (1527) the *lavrador* who speaks Spanish is *o muito nobre Lavrador*. In the *Auto da Fé* the peasants speak Spanish, but they do so in order to increase the contrast between them and Faith who must naturally speak Portuguese. In the later plays where *fidalgos* speak Portuguese, as in the *Farça dos Almocreves* (1526) and *Nao d'Amores* (1527), and the courtier priest speaks Portuguese (*Romagem de Aggravados*, 1533) we may perhaps see a sign of a change of taste at the Portuguese Court after the death of King Manoel.

In any case it is safe to say that Gil Vicente never employs either language carelessly. He has a fine ear, moreover, for style and evidently takes pleasure in the sound of some of the words he uses and perhaps coins, words that would have delighted the heart of Lear: *escarnefuchar, sandivarrão, demenesteco, manguispanado, balcarriadas*.

Since Gil Vicente was rediscovered, in the 19th century, there has perhaps been a tendency to exaggerate his influence. His popularity in Portugal was short-lived. In his life-time he became known to *o vulgo* in *folhas volantes*. His occasional pieces went from hand to hand and many were lost before the first collected edition of his plays appeared in 1562. King Sebastian, we know, read his plays with pleasure. A number of dramatists followed in his wake. Simão Machado wrote a few peasant scenes which for naturalness fall not so very far short of Vicente. In the plays of Antonio Prestes there are many signs of direct imitation. The *escudeiro*'s *moço* in Gil Vi-

cente sleeps *sobre hũa arca.* In Prestes' *Auto dos Cantarinhos*

a moço de escudeiro
Por cama lhe é dada arca.

Que má cousa são villãos! exclaims Gil Vicente, and Prestes inserts the line in his *Auto do Mouro Encantado.* Here evidently is a writer who had read or heard Vicente's plays. Camões too had read and delighted in them. He may have had in his mind a passage in *O Juiz da Beira* when far from Portugal he wrote his verses *a huma cativa:*

amores de Mouro,
Ja sabeis o fogo vivo,
Ella captiva eu captivo;

and his pun *embarcado desembargado,* may be derived from the *Auto da Barca do Purgatorío* [1]. But Vicente's vogue died with the 16th century. Partly changing taste and the 17th and 18th century love of the polished and elegant, of anything rather than the genuinely rustic or popular, accounted for this; partly the fact that he was included in the *Cathalogo de los Auctores damnados por la Iglesia* [2]. The Inquisition, which came in in Portugal as Vicente went out, could not be expected to tolerate some of his outspoken criticisms in an age in which doubts and suspicions of heresy had become rife. But Vicente was out of fashion. He represented the olden gaiety of the Portuguese people in their dance and song. He had him-

---

[1] The conversation between Marta and the Devil runs:

M. Embarcade lá esta figa.
D. Passará esta fadiga
Seremos desembargados.

[2] This is the expression used by Antonio de Sousa de Macedo in his *Flores de España, Excelencias de Portugal.* Lisboa. 1631.

self witnessed a change come over the land, and instead of joyous peasant-songs heard ditties sung so doleful that they had evidently been written, he says, by some Jew of Aveiro on the death of his grandfather [1]. And now at the beginning of the 17th century Duarte Nunes de Leão can say that it is the mark of the plebeian to care for a cheerful kind of music: «Porq̃ hũ homem plebeio ou rustico mais se contentaraa de ouuir hũa chacota ou cantiga villanesca que hũa canção de artificiosa compostura & de toada mui lamentavel». Evidently men of good education were of the opinion of Amandria in *Dom Duardos* that

La musica debe ser
La madre de la tristeza.

So Vicente with the scenes of natural mirth that he portrayed became antiquated and despised. In the time of Manoel de Faria e Sousa (1590–1649) his plays are considered *poquissima cosa* and at best to contain pearls on a rubbish heap. Enough to say that the third edition of his works bears date not 1590 or 1600 but 1834. In Spain Lope de Vega (1562-1635) is believed to have derived the idea of his *El Viaje del Alma* from Gil Vicente's splendid trilogy of *Barcas,* and it may be so. But that Calderon (1600–1681) imitated him in his *auto El Lirio y la Azucena* is extremely improbable. It is at least strange that Calderon's contemporany, Nicolás Antonio (1617–1684), only knew of the plays of Gil Vicente as printed separately *(seorsim)* and believed that they were written in prose (*prosaicas*). The unknown author of *Lazarillo de Tormes* had probably read Vicente's plays, and so perhaps had Cervantes: in fact Vicente was read in Spain as in Portugal till the end of the 16th century. A passage in the 31st

[1] *Triumpho do Inverno* (1529).

chapter of the *First Part* of *Don Quixote* may conceivably be a reminiscence of a passage in the *Farça dos Fisicos*. In Vicente's play the following dialogue occurs between the *clerigo* and the *moço* he had sent with a letter to his lady-love.

CLER. Que hacia?
MOÇO. Ensavoava.
. . . .
CLER. Y la carta desdichada?
MOÇO. Rompeo-a de barra a barra:
Ei-la aquy esmigalhada.

«*Y que hacía*», asks Don Quixote, «*aquella reina de la hermosura?...*» *No la hallé, respondió Sancho, sino ahechando dos hanegas de trigo en un corral de su casa... la carta... la rasgó y la hizó menudas piezas*». It has even been hinted, perhaps on the strength of the legend [1] that Vicente's gifted daughter Paula wrote an English grammar for the use of English readers, that Shakespeare was influenced by Gil Vicente. It is a tempting theory, all the more so that the magnificent assurance of the *fidalgo* in the *Farça dos Almocreves* is a real foretaste of Falstaff, and the repeated *Hão de matar frei Martinho* of the mad friar in *Nao d'Amores* at once recalls the «poor Tom's acold» of *King Lear*. But to say that Shakespeare was influenced by Vicente is as fantastic as to suggest that he had read Antonio Prestes because in the latter's play *Auto dos Dois Irmãos* two sons treat their father in precisely the same way as Regan and Goneril treat King Lear. Nor need the genius of Goethe have read the *Auto da Alma* of Vicente in order to know that the soul of woman may be tempted by jewels. It was Ducarme,

---

[1] Since the book, as D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos says, has never been seen.

in an article published in *Le Muséon* in 1885, who first compared passages in *Faust* with passages in the *divin* and *éthéré Auto da Alma,* [1] especially the passage — *ach nein! das geht jetzt noch nicht an* — with that beginning *Não me detenhais aqui.* It is rather with the whole spirit of Vicente's plays than with individual passages that parts of *Faust* have much in comnon:

> Juchhe! juchhe!
> Juchheisa! Heisa! He!
> Geschrei und Fiedelbogen.

The fact is that all these writers probed deep into the heart of human nature and they meet in the depths, or rather on the heights. One must add Molière: some Vicentian scenes of pure farce, that in the *Floresta de Enganos* in which the Judge, *doctor hecho em Sena*, is discovered taking the place of the old negress servant and kneading bread *em fraldas de panadeira*, or that which introduces the incompetent doctors with their set phrases, or Frei Paço giving the country-girl a lesson in Court manners

---

[1] Conceivably Gil Vicente had derived the idea of his play from King Alfonso's *Cantigas de Santa María.* In no. 445 angels and devils contend for the soul of a rich and noble knight, and the angels finally rescue it:

> Estad' estade
> Ca non quer Santa Maria
> que a uos assi leuedes.

In no. 75 devils

> muit'espantosos e feos
> e negros mui mas ca mora

take the soul of a very rich and haughty usurer:

> E a alm'assi dizia:
> que será de mim, cativa,
> etc.

(*Cantigas de Santa María.* Madrid. 1889. 2 vol. Vol I).

and the dance, might have come out of *Les Fourberies de Scapin, Le Malade Imaginaire* or *Le Bourgeois Gentilhomme.* Since 1834 the critics have been busy over Vicente, and his natural, unliterary scenes, smacking less of the study than of field and hill and street, appeal strongly to the taste of the 20th century. He is in the able hands of Senhora Carolina Michaëlis de Vasconcellos [1], Dr. Theophilo Braga, [2] General Brito Rebello [3], Senhor Anselmo Braamcamp Freire [4], Dr. Leite de Vasconcellos [5], Senhor Affonso Lopes Vieira [6], and we may confidently hope that he will emerge, like his Justice from the *Fragoa d'Amor,* freed from many misprints, corruptions and errors which unhappily still cling about him, and enriched by the explanation of many allusions that puzzle in his plays. It has been said of Camões that he is in himself a literature. Vicente is a nation. He represents the Portuguese people expanding along natural, national lines. He interests many and various readers. Some are attracted by the exquisiteness of his lyrism, others by his mirthprovoking satire, or by his lifelike sketches, the light thrown on the Middle Ages, on the history of the 16th century, on the Court life; others again through interest in philology, folklore, or the earliest poetry of Portugal [7]. He belongs to Sainte-Beuve's «petit nombre d'écrivains qui ont un

---

[1] *Notas Vicentinas.* I. Coimbra 1912.

[2] *Gil Vicente e a creação do theatro nacional* in *Hist. da Litt. Portug.* II. *Renascença* (Porto, 1914). p. 36-102.

[3] *Gil Vicente.* (*Grandes Vultos Portuguêses.* no. 2) Lisboa, 1912.

[4] *Gil Vicente, poeta e ourives.* Coimbra 1914.

[5] *Gil Vicente e a linguagem popular.* Lisboa. 1902.

[6] *A Campanha Vicentina.* Lisboa, 1914.

[7] His plays add probability to the theory that the parallel-strophed refrain songs (the *cossantes*) with which Portuguese literature opens were dance songs, the repeated (*leixapren*) lines and the pause (or refrain) answering to the evolutions of the dance,

privilège: ils ont peint l'homme dans leurs oeuvres ou plutôt ils sont l'homme, l'humanité même, et, comme elle, ils deviennent un sujet inépuisable, éternel d'observations et d'études.» But, although the appeal of Gil Vicente's plays is universal, he remains the most national of poets: indeed it is because his plays are thoroughly indigenous that their interest is universal.

Aubrey F. G. Bell.

TEORIA DA HISTÓRIA DA CIVILISAÇÃO MILITAR

(Continuação da pág. 578 do vol. VIII)

Paralelamente a uma tão grande actividade guerreira, que esplendido renascimento artístico e scientífico, reflectindo-se directamente na arte militar! Em nenhum outro período, como na Renascença, se encontra mais cabal demonstração do triunfo das sciências exactas na sua aplicação á arte e à sciência da guerra. A luta armada não era já uma aventura, mas uma previsão, mais ou menos fundamentada em dados positivos. Resurgia, como as outras artes, a arte militar antiga; porêm modificada em harmonia com os progressos da época. — Eram lidas no original ou traduzidas em italiano, francês, alemão, espanhol, português, as obras militares latinas e gregas, algumas d'elas já conhecidas no século XV [1], taes como os extractos e traducções sobre tactica grega e romana de Polybio, os

---

[1] *Modestus* foi impresso em Veneza (1474), em Roma (1487); Vegecio em Roma (1487-1493); conjunctamente com êstes, em Roma (1487) Eliano e Frontino. Osonandro foi traduzido em latim e publicado em Roma (1493). Os *Comentários de Cesar* eram conhecidos desde 1365, data em que Carlos V da França o mandou traduzir, sendo as primeiras edições originaes de 1469 de Roma e 1471 e 1472 de Veneza.

Comentários de Cesar, o tratado sobre cavalaria de Xenophonte [1], a *Arte Militar* de Vegecio, os *Stratagemas* de Frontino, o *Vocabulário militar* de Modestus (traduzido pela primeira vez em Veneza em 1471), a *Milicia romana* e a *Castramentação* de Polybio, a *Tactica* de Eliano, a *Educação de um general* de Onosandro, os *Stratagemas* de Polyceno, a *Arte militar* do imperador bysantino Leão; e é numerosa a relação de obras originaes, nos diversos países, algumas de alto valor, que surgem principalmente na segunda metade do século XVI, — entre eles, alêm de outros anónimos, Machiavello, *Livro da arte da guerra* (1521), e Brancatio ou Brancaccio, napolitano, *Della vera disciplina et arte militare sopra i commentari di Cesaro da lui redotti in compendio per comoditá del soldato* (1582), em Itália; Diogo Salazar, *Tratado da arte militar* (1536), — tradução de Machiavello [2], como êste fôra imitação de Vegecio —, e Francisco de Valdez, *Espelho e disciplina militar* (1586), em Hespanha; Charrier Guillaume Du Bellay [3], *Discipline militaire ou instruction sur le fait de guerre* (1548), Guilhaume Duchoul, *Discours sur la castramétation et discipline des Romains* (1579), uma das primeiras obras militares ilustrada com gravuras, La Treille, *Discours sur l'artillerie* (1567), em França; Stewechius, *Comentários a Vegecio* (1569), reproduzidos em parte por Justo Lepsio

---

[1] Publicado em latim em 1539.

[2] Canovas del Castillo, *Etudios del reinado de Felipe IV*. Tom. II,

[3] Há duvidas sobre se seria realmente Du Bellay o autor d'esta obra; mas fôsse dele ou de Raymundo de Paiva, *sieur* de Forquevault, como outros querem (alguem escreveu Fourquevaux), a verdade é que o tratado é muito interessante e o mais importante do seu tempo. O seu título primitivo é *Instructions sur le faict de la guerre, extraites des livres de Polybe, Frontin, Vegèce, Cornazani, Machiavel et plusieurs autres bons auteurs*, inf., Paris, 1535.—Teve outras edições (1548 e 1596), com o título acima.

(1596), na Bélgica; o tratado de Martim Afonso de Melo, do princípio de século XVI, em Portugal, etc. [1].

---

[1] *Provas á Historia Genealogica.* Tomo II.

Na sessão de 13 de fevereiro de 1915 da comissão dos Centenários de Ceuta e Albuquerque fez o distinto académico sr. F. M. Esteves Pereira a seguinte interessante comunicação sôbre o «Regimento da Guerra que fez Martim Afonso de Melo, Guarda-mór da pessoa de El-rei D. João I».

«D. António Caetano de Sousa publicou nas *Provas da história genealogica da casa real portuguesa*, tom. III, liv. IV, pág. 252-304, um documento com o título acima indicado. Sousa acrescenta ao título que «este papel he tão pouco vulgar, que he rarissima a copia d'elle: esta tirey de uma muy antiga».

O Regimento da Guerra consta de 67 capítulos: preceitúa os deveres dos soldados e dos capitães; dá notícia das armas usadas pelos peões e cavaleiros e descreve as formações táticas que devem empregar-se no combate.

No fim do documento Sousa acrescenta:

«No princípio se diz ser o autor deste regimento Martim Afonso de Melo, guarda-mór de el-rei D. João I, o que parece não póde ser senão seu filho do mesmo nome, a quem chamaram o «Môço» em diferença de seu pai, o qual foi guarda-mór dos reis D. Duarte e D. Afonso V, em cujo temdo se começaram a reglar as milicias, e havia as armas que no Regimento se trata, e no tempo do seu avô não as usavam os soldados, como se vê na história daquele tempo, pelo que entendemos que quem lhe poz o nome de Martim Afonso de Melo o Velho se enganou, talvez pelo afirmar assim D. António de Lima no seu Nobiliário, o que se convence com neste Regimento fazer no capítulo 22 menção de Gonçalo de Cordova, a que chamarão o Grão Capitão, que concorreo naquelle tempo, e nos capítulos 39 e 47 falar na guerra da India, que foi no del-rei D. Manuel».

Na *Cronica da tomada da cidade de Cepta*, cap. C, lê-se:

«Desaprouve muito a elRey quando Martim Affomsso de Mello allegou suas escusas refúsando aquella ficada, ca certamente nom lhe fazia elRey semelhante movimento senom com grande amor que lhe avia, e pollo conhecer outrossy por muy boom cavalleiro e bem auto pera semelhante encarrego. E aalem de seu grande esforço e ardideza compoz hum livro per seu engenho e saber, que se chama da guerra, no qual se contam mujtas et boãs enssinanças e auisa-

Era a consagração do movimento impresso já no século XIII por Gil de Roma, como vimos.

Neste período, em Portugal, não só se apresentam homens d'uma alta cultura, como D. João de Castro, o infante D. Luís, o conde de Castanheira, discípulo de Pedro Nunes, entre os mais distintos da sociedade, mas até entre

---

mentos pera todos aquelles que teverem fortaleza ou algum lugar cercado em fromtaria de innimigos.»

A «Cronica da tomada da cidade de Cepta» foi concluida em Silves em 25 de março de 1450; resulta da passagem acima transcrita, que Martim Afonso de Melo, guarda-mór de el-rei D. João I, e portanto o «Velho», compôs um livro com o título «da guerra», o qual era um compêndio dos preceitos militares usados no seu tempo, provavelmente extraidos dos tratados especiais dos autores clássicos, tal como *De re militari*, de Vegécio, acrescentado com aqueles que nas longas guerras entre Portugal e Castela tivesse aprendido.

Esta redacção, que póde considerar-se como a primitiva, seria pouco extensiva; mas posteriormente, sobre tudo depois do emprego das armas de fogo, bombardas e arcabuzes, foi acrescentada com os preceitos concernentes ao emprego destas novas armas, e que se tivessem revelado nas guerras em Africa e na Índia; e supomos ser esta ultima redacção a do documento publicado por D. António Caetano de Sousa».

Na sessão imediata da mesma comissão o sr. Lopes de Mendonça, eminente académico e presidente dela, referindo-se ao assunto disse que, destrinçando os dois autores homónimos de que a *Biblioteca Lusitana* fala, era de opinião não poder ser Martim Afonso de Melo, «O Velho», o autor, pelo menos exclusivo, do *Regimento da Guerra*, como não podia ser «O Moço», em vista das alusões à Guerra da Índia e ao grão capitão Gonçalo de Cordova. Concordando com o sr. Esteves Pereira, diz que tal regimento deveria ter sido sucessivamente ampliado e actualisado até ao século XVI, para acompanhar os progressos da arte da guerra. Fixa, porêm, a sua atenção numa obra, atribuida por Fernão Lopes a qualquer dos dois, e que era uma crónica dos feitos portugueses no tempo de D. Fernando. Diz que seria interessante coligir todas as notícias que sôbre tal obra se deparassem nas cronicas antigas e tentar identificar positivamente o seu suposto autor.

os relativamente obscuros havia-os com um grau de ilustração que dava ideia do relêvo que o meio social então atingira. É assim que no testamento de Baltasar Jorge, um soldado de Diu, que morreu no segundo cêrco desta praça, figuram, ao par das suas lanças, espingardas, couraças, rodelas, entre outros os seguintes livros: *Vita Christi, As Epistolas* de S. Jerónimo, a Exposição dos *Psalmos Beatus Vir,* e o *Livro de Linguagem,* de Erasmo, o Valerio Maximo, a *Destruição de Rhodes,* as *Epistolas* de Seneca, os versos de Petrárcha, as crónicas de *Cid Ruy Dias* e de *D. Nuno Alvares Pereira.*

Gabriel Pereira, dando notícia deste curioso testamento, que nos deixa fazer ideia do viver de um culto guerreiro eborense do século XVI, diz: «É admiravel a coleção do eborense; não nos surprehende muito, todavia; Evora foi um extraordinario centro de cultura na primeira metade do século XVI; e talvez Balthasar Jorge tivesse frequentado os Resendes, o Cleonardo, e tantos outros humanistas distinctos; Erasmo era bem conhecido em Evora nessa epoca; e os trovadores dos paços reaes, dos Vimiozos, dos Olivenças, sabiam de cór os versos de Petrarca» [1].

A guerra é já quási uma sciência; pelo menos nela se encontra já um sistêma assente, ou um problema a resolver, segundo os dados da sciência, em aberto progresso. O próprio fraccionamento dos exércitos, nas lutas e conflítos intestinos, tornam mais freqùente e cuidada a instrução militar e mais eficaz a acção da disciplina; ao mesmo tempo, como nas guerras de Flandres e de Itália, estabelecem-se verdadeiras escolas práticas de guerra: — a de Gonçalo de Cordova dá ao soldado espanhol a reputação do primeiro soldado do mundo; a das conquistas longínquas e difíceis ganha ao soldado português uma fama universal. Há acções

---

[1] *Estudos Eborenses. Evora e o Ultramar.* 1888, pag. 12.

que se podem apresentar como modêlos, tal, por exemplo, estrategicamente falando, a tomada de Lisboa pela acção combinada de forças de terra e mar do duque de Alba e de Sancho Davila, marquês de Santa Cruz, aproveitando-se a nossa desorganisação interna, e as emprezas de Carlos V na Itália, com as combinações marítimas de André Doria. Esta conjugação de exércitos de terra e mar, n'um sistêma estratégico, é um dos caraterísticos dessa época, que estabelece definitivamente as regras de arte da guerra moderna.

O exército tornou-se uma instituição, e ao mesmo tempo os seus múltiplos serviços converteram-no num maquinismo complexo que requeria um vigilante cuidado e uma direcção superior, não só inteligente mas *sábia*. Procedeu-se então a uma organisação metódica, com as suas variadas funções descriminadas; creou-se a administração militar; o recrutamento e a cobrança de impostos de guerra ficaram sujeitos a princípios regulamentares; organisaram-se os grandes depósitos de material de guerra; reformaram-se os arsenaes e as tercenas [1]; e a tudo começou a presidir a ordem, o método e a divisão do trabalho, que havia de imperar no período imediato. Daí o aparecimento de homens de guerra notáveis, que não eram já simples caudilhos ousados, mas táticos e estratégicos distintos, dignos precursores dos modernos generaes.

Do mesmo modo que as nações se apresentavam já sob a fórma de um adeantado *organismo* social, assim o exército

[1] Tercena ou terecena, na sua fórma primitiva era o arsenal destinado própriamente ao armamento e material navais; mas assim se chamavam tambêm, já no século XV, entre nós os depósitos de artilheria e material do exército de terra. «E para repairo e açalmento das ditas artillerias na Comarca da Beira mandou novamente fazer a Terecena da Villa de Pombal em que as ditas cousas estavão em deposito e abastança». *Chr. d'El-Rei D. João II*. Cap. III.

passava também a apresentar os caraterísticos de um *organismo* militar, como uma das principaes condições de todo o organismo, — a estabilidade. A tática, que se compraz em resuscitar os moldes clássicos, transformava-se em presença da acção, cada vez mais eficaz, do arcabuz e do canhão, já largamente usado em campanha.

O século XV fôra ainda um brilhante período para a cavalaria; o século XVI é já, abertamente, o século da arma de fogo, concorrendo para isso o aperfeiçoamento na fundição. Vae durante ele aumentando progressivamente a proporção dos arcabuseiros e mosqueteiros na constituição das unidades de infantaria. O cavaleiro aparece geralmente munido da arma de fogo [1].

Parte da cavalaria toma o caracter de mosqueteiros e arcabuseiros, servindo-se do cavalo como meio de transporte, perdendo o caracter de arma de choque, para se aproximar do inimigo a trote curto e fazer fogo por filas, ou mesmo combater a pé; assim praticavam os *reitters* alemães. De modo que nem eram cavaleiros, nem infantes; já não destruiam pelo choque, e ainda não prevaleciam pelo fogo, dada a imperfeição das armas. A utilisação do cavalo só para transporte, como nos *celeres* romanos, deu origem aos dragões de Pietro Strozzi (1543) e do marechal de Brissac: — Armados de arcabuz, espada e machado, os dragões eram uma espécie dos nossos almogávares na Edade Média, encarregados, na marcha, do serviço de exploração;

---

[1] Foi inovação dos fins do século XV. O escritor espanhol Afonso Maldonado refere que no recontro que teve com os portugueses, entre Alegrete e Olivença, o mestre de Alcantara D. Alonzo de Monroy, em 1476, êste levava, entre 300 ginetes e 200 peões, *80 escopeteiros a cavalo,* que estabeleceram grande panico, por ser *obra nueva;* o que deu origem ao seguinte anexim: «*Guarte del ciego que trae hombres de hierro y truenos a cavallo*». Prólogo á tradução de Appiano Alexandrino. *Mem. hist. hesp.* Tom. IV.

no combate transportavam-se rápidamente a cavalo, ao ponto decisivo para combater a cavalo ou a pé. Arcabuzeiros transportados a cavalo já Luís XII os tinha em França, de origem estrangeira, em 1512.

Em tropas portuguesas, forão os dragões organisados logo em seguida á restauração do reino, no século XVII; mas entre os espanhoes figuram em Flandres no exército do duque de Alba (1570).

O arcabuz, primitivamente de gancho, é cedo transformado em arcabuz de roda e de pederneira (1515); e, ao par dessa verdadeira forma primitiva da moderna espingarda, surgem os pistoletes [1] e o mosquete, arma intermédia, de cujo uso, como o da artilharia, os huguenotes se serviram para suprir a sua inferioridade numérica; das tropas aguerridas do duque d'Alba na Alemanha, foi o mosquete imitado em França por Carlos IX [2].

Embora só na guerra dos *Trinta Anos* se generalisasse o uso dos cartuchos, a verdade é que foi freqùente entre os espanhóes levarem os soldados de infantaria e cavalaria cartuchos feitos, e a artelharia sacos com carga de pólvora.

Carlos VIII, como vimos, levara para a Itália poderosa e variada artelharia, puxada a cavalos, com pessoal próprio e material aperfeiçoado, fabricado nas fundições francesas creadas por seu pai Luís XI; mas ainda assim, essa artelharia que, como vimos, fôra de tão assombroso efeito e determinára uma revolução na arte de fortificar, serviu-lhe

---

[1] Espécie de arcabuz curto, de grosso calibre; figura muito na batalha de Renty (1554) e de Ceriñola (1557), nas mãos dos *reiters*. Supõe-se que, embora não generalisada senão no século XVI, a pistola vinha do século XIV (1364).

[2] O mosquete, porêm, parece que era conhecido pelo menos desde 1520, comquanto haja quem atribua a Vauban o seu invento; servia-se ao mesmo tempo da mecha e da pederneira.

de empecilho em Fornovo. Mas a artelharia passa a ter um papel importante nas operações de guerra; e em Ravena (1512) já é com o duque de Ferrara uma verdadeira arma de combate. Está na sua plena edade de bronze. Multiplicam-se os calibres das bocas de fogo com nomes fantásticos. Escrevem-se por essa ocasião sobre a artelharia apreciáveis tratados; a Alemanha é a construtora e a fornecedora por excelência do material artelheiro; e há batalhas, como as de Carlos V e Francisco I, em que figuram parques formidáveis. Nos meiados do século XV os irmãos Bureau, João e Gaspar, haviam, como vimos, aperfeiçoado a artelharia francesa, diminuindo o calibre das bombardas, aumentando o da pequena artelharia, tornando possível o emprego das balas de ferro, pelo aumento da resistência das bocas da fogo, e adotando reparos aperfeiçoados para as transportar. Sully deu á artelharia do seu paiz a sua primeira organisação como arma, proseguindo nela Luís XIII, e depois Luís XIV que a completou. No entusiasmo, porém, de se aproveitar de uma inovação de tamanha utilidade, chegava-se ás vezes ao exagero. Luís XIII tinha no seu exército canhões que pesavam 5:300 arráteis, e eram puxados por vinte e um cavalos. No têmpo do czar Feodor Iwanowich e da czarina, a gran-duqueza Irene, fundiu-se na Rússia um canhão monstro, que pesava 38:000 kilos e lançava balasde 2:400 kilos; está hoje no arsenal de Moscow [1].

Desde Marignan (1515), primeiro ensaio de artelharia ligeira, que só com Gustavo Adolfo, Frederico II e Gri-

---

[1] Já nos séculos anteriores há notícia de fundições monstruosas, taes como a da bombarda de «*cinquant trois pouces de bec*», de que fala Froissard, como tendo sido empregada pelos de Gand no cerco de Oudenarde (1382), e a grande peça que se diz ter sido mandada fundir por Mahomet II, em 1452, que levava duas horas a carregar e atirava uma bala de pedra a uma milha de distância, fazendo uma grande cova na terra

beauval havia de entrar em pleno desenvolvimento, a destruição das ordens profundas da infantaria suíssa pela artelharia francesa faz com que toda a *arte de esquadronar,* como dantes se chamava á tática, todos os processos de guerra tivessem de sofrer alteração radical; a infantaria, adquirindo os fóros de verdadeiro «nervo e força dos exercitos», como já queria Machiavello, encontrava na artelharia um auxiliar poderoso, com um futuro cheio das mais risonhas promessas.

O rápido incremento desta arma teve por causas principais o crescente progresso da arte de fundir, o alvorocer da sciência da balística e o estudo dos efeitos da pólvora. Tartaglia publicou em 1537 a *Nova Scienzia,* estudando o movimento dos projéteis e a sua trajetória. Iniciou-se o uso das alças para a pontaria, e dos projéteis ôcos nos morteiros; aperfeiçoou-se a espoleta; inventou-se a granada de mão, que deu origem aos granadeiros, infantes escolhidos, que iam á frente das colunas nos assaltos aos lugares fortificados; a artelharia começou a deixar de ser um ramo de infantaria para se instituir em arma á parte; o seu papel foi dividido em artelheiros, bombardeiros e artifices, consoante as especialidades, e era bem pago; cada peça tinha o seu chefe, e um certo número de serventes; e o carregamento era pela bôca; a pouco e pouco o exagero da diversidade de calibres foi passando e se reduziram a sete. São dêste período ainda os primeiros ensaios do tiro de estilhaço, que se tornou mais freqùente na guerra da independência dos Paizes Baixos, como tambem as balas incendiárias.

Era a artelharia a *arma dos reis,* como então se lhe chamava; pelo seu custo, só elles, isto é, as nações a podiam manter e fazer progredir.

Em Portugal o século XVI é o período do grande incremento da artelharia, e as nossas emprezas no Oriente, e em todo o Ultramar, deviam a essa arma o melhor dos seus

exitos. Havia acções, como as de Duarte Pacheco em Cochim, em que «a festa era toda de artelharia». E no entanto era grande o incremento que os árabes haviam dado ás bôcas de fogo, como o prova a peça de Pondá, e sobretudo o *tiro de Dio* (23,5 de diametro d'alma), que hoje figura no nosso museu de artilharia.

D. João II consagrou particular cuidado ao grosso artelhamento de bordo, e passou por ser inventor da artelharia. No reinado de D. Manuel cuidou-se activamente do artelhamento de navios e fortalezas; e o próprio rei, que tinha á sua disposição fundidores muito hábeis, inventou «tiros grandes de berço», que eram «os mais prestes tiros e artilheria que pera naos se pode fazer e haverem bençam, e tão nova que he certo que estes são os primeiros que são no mundo». Com eles se fizeram experiências da tercena do Cata-que-farás para o pontal de Almada, atirando balas de ferro fundido [1]. Tinha-se já em vista, com esta artelharia grossa, o artelhamento das grandes naus com que se haviam de empreender navegações de maior monta. Ao par de canhões pedreiros de 17, 18, 22, 23^{c},5 d'alma, surgiam os canhões de ferro fundido de 12 e 13^{c}. Por todo o reino se espalham tercenas e fundições, e ao par de artistas, fundidores e bombardeiros, que se contratavam no estranjeiro, — italianos, alemães, flamengos —, ia-se creando e educando um pessoal português que deixou nome.

D. João II artelhou, como vimos, pequenas caravelas com bombardas de grosso calibre [2], nas enterpresas orientais.

---

[1] A peça foi executada por João Guterres, e a experiência foi feita em março de 1513. O Visconde de Jerumenha refére-se a uma carta de Estevam Paes, dos Arquivos Reaes, narrando este facto. — Rackzinski, p. 209. — Souza Viterbo publicou a carta de Estevam Paes, que é muito interessante. *Artes e Artistas,* pag. 159.

[2] Garcia de Resende, *Chr. de D. João II,* cap. 181.

D. João III e D. Sebastião não abandonaram êstes assuntos, embora se tivesse entrado n'um período de visível decadência, em que preocupações mercantís e religiosas sobrelevavam ás de administração e organisação militares, tão necessarias para se manter os territórios e as glórias conquistadas [1]. Continuou-se a contratar bombardeiros alemães, italianos e ingleses, e principalmente fundidores; mas, por meio de privilégios concedidos aos artelheiros de nómina, à imitação do que fizera El-rei D. Manuel por carta régia de 29 de janeiro de 1515, se foi mantendo um pessoal português idóneo [2], dentre o qual ficou memória, entre outros, de Manuel de Sousa Tavares, condestável; fundidores Luís Alves, companheiro de Afonso de Albuquerque na tomada de Gôa, João Luís, tambem companheiro de Albuquerque na empreza do Mar Rôxo; o inventor de granadas Diogo Pires, companheiro de D. João de Castro na defesa de Calicut; os construtores da artelharia de Diu, Fernando Eanes e Reimão; o da peça de Santa Catarina de Gôa, João Vicente; Francisco e Pedro Dias Bocarro, famosos fundidores de Gôa; João Goteres e mestre Cervaz, que executaram em Lisboa, no tempo de D. Manuel, a mais poderosa artelharia da época [3], e tantos outros.

D. João IV, na resurreição de instituições verdadeiramente nacionaes, criou tambem os bombardeiros de nómina [4].

Continuou porêm a ser a imobilidade o contra da arte-

[1] Nêste particular de artelharia interessantes dados históricos se acham coligidos no excelente trabalho do general João Manuel Cordeiro: *Apontamentos para a Hist. da Artilharia portugueza.* 1895.

[2] D. Sebastião concedia novos privilégios aos bombardeiros de nómina, por carta régia de 15 de dezembro de 1564.

[3] Carta de Estevam Paes a D. Manuel. Torre do Tombo P. 1 M. 12. Doc. 92.

[4] Decreto de 31 de Maio de 1641.

lharia, não só pelo seu material, mas pelos movimentos das outras armas.

A fortificação teve de abandonar as suas primitivas formas e regras, sendo as antigas muralhas, altas, com seu rosário de torres, substituidas definitivamente pela fortificação abaluartada. Alberto Dürer na Holanda, e na Itália Tacolla e Martini da Siena nos fins do século XV, e depois Michele Sammichele em 1527, foram os percursores de importantes innovações. O emprego de explosivos e da artelharia obrigára a abaixar os muros, e torna-los mais espessos, a reforça-los com espaldões, a estabelecer diferentes escalas de fogo, a aperfeiçoar o flanqueamento, varrendo os fossos; alargando-se as plataformas para a colocação das peças, tornou-se permanente e profundo o fosso; crearam-se os baluartes; suprimiram-se na muralha todas as partes fracas e de fácil demolição e as construções em madeira etc. Além disso a escarpa deixou de ser um mero obstáculo, para passar a ter condições ofensivas e defensivas. As melhores condições que a artelharia ía adquirindo para o ataque obrigava a estas transformações no sentido da defesa.

Alberto Dürer, além de pintor e escultor notável, era engenheiro, e foi fundador de fortificação polígonal; Martini de Siena, o autor do *Tratado de Architectura civil e militar,* creou a fortificação abaluartada. Lançavam-se as bases da fortificação moderna, indo Dürer na sua previsão alêm da sua época; e estabelecia princípios que haviam de satisfazer as exigências da defesa, quando a artelharia crescesse no seu poder destruidor. O emprêgo dos baluartes exteriores, de forma poligonal, dos fogos crusados e das casamatas do fosso, o reforçamento das muralhas, abaixadas em relação ao terreno apenas o suficiente para serem desenfiadas, e o auxílio das minas, contrabalançavam o poder crescente dos meios de abrir brecha e penetrar na praça. Michele Sammichele, no seu tratado conhecido pelo

«antigo traçado de Verona», completou a ideia de Giorgio Martini, convertendo os baluartes, de obras acessórias que eram primitivamente, em partes integrantes do traçado geral; ao mesmo engenheiro se deveu o melhoramento do *cavaleiro* de baluarte, que teve por fim bater os salientes dos bastiões com a artelharia dos seus flancos.

A partir daqui a engenharia militar italiana, que era então a mestra das nações em matéria de fortificação, creando verdadeiras escolas [1], foi realisando importantes progressos. Assim, já na segunda metade do século XVI, Tartaglia [2] cria a estrada coberta e um sistema de bastiões e tenalhas; Pietro Cattaneo [3] antecipa em mais de dois séculos a ideia de Montalembert, ou própriamente de Fabre [4], num sistêma de fortificação angular e de tenalhas, com casasmatas em reintrantes; Pesaro antecipa Vauban na ideia do reforçamento das cortinas; Alghisi da Carpi propõe o revelim *(isola)* para cobrir a cortina; Castriotto [5] imagina um processo de melhorar os antigos traçados por meio de baluartes destacados, cobrindo as torres, e macissos de terra, revestidos, cobrindo a cortina. De Marchi [6] multiplica e aperfeiçoa as obras externas; Pacciotto d'Urbino levanta as muralhas de Turim e Cambraia pelo *segundo traçado italiano.* Engenheiros formados em tão florescentes escolas

---

[1] Três períodos distintos se notam na escola da arquitectura militar na Itália: o primeiro que teve por chefe Taccola, o *Archimedes,* caraterisado pelo invento dos baluartes e bastiões; o segundo que teve por chefe Martini de Siena, caraterisado pelos fossos fundos, flanqueamentos, grandes obras da terra; e o terceiro, cujo chefe foi Basilio della Scala, e a que pertence Miguel Angelo, caraterisado pelo aperfeiçoamento das aquisições dos dois primeiros períodos.

[2] Nicolo Tartaglia, *Quisiti ed envensioni diverse.*

[3] Pietro Cattaneo de Siena, *Quatro libri di archittetura.*

[4] *Les pratiques du Sieur de Fabre* (1629).

[5] Jacobo Fusti, il Castriotto, da Urbino, *Della Fortificazione delle Città.*

[6] Francisco De Marchi da Bologna, *Della fortificazione militare.*

são chamados a todos os países da Europa, onde a arte não conhece nacionalidade.

Entre nós foram numerosos os engenheiros italianos que dirigiram e colaboraram nas fortificações e obras militares. O mesmo sucedia na França e na Espanha.

Em 1571 Francisco de Holanda aconselhava el-rei D. Sebastião [1], não só a adquirir melhores armas para a guerra, como as que se fabricavam em Milão, mas a fortificar Lisboa e outros pontos do reino e da África, segundo os modêlos que ele desenhára na Itália e na França. O nosso famoso pintor, no seu pessimismo a respeito do atrazo do país em matéria de arte e de progresso, o que é muito bem refutado por Rackzinski, chegava ao ponto de asseverar que não tinhamos fortificação alguma segundo os sistêmas aperfeiçoados da época; mas, apesar d'esse exagero, é fóra de dúvida que os seus conselhos a D. Sebastião, como já os dera a D. João III, eram todos no sentido de promover em Portugal a introdução dos progressos artísticos que se assinalavam lá fóra [2]; e a arte da fortificação tinha, realmente, chegado a um grau notável de adeantamento.

Nos outros países Daniel Speckle continuava vantajosamente os progressos da escola tedesca, creada por Alberto Dürer; em França Errart que, com os engenheiros Saint Luc e La Garde, auxiliou Sully na empresa de levantar as instituições militares na parte que dizia respeito á arte de fortificar, publicou o primeiro tratado de engenharia que apareceu naquele país [3] (não falando no ensaio de Blaise de Vigenère) e introduziu melhoramentos no traçado.

---

[1] Francisco de Holanda, *Dos monumentos que faltam á cidade de Lisboa*. 1571.

[2] Francisco de Holanda, *Da pintura antiga*. 1540.

[3] Errart du Bar le Duc., *La fortificatiou demontrée et réduite en art* (1594).

Em Espanha distinguiam-se Ramirez e Pero Navarro, ao qual alguns atribuem a invenção das minas.

É esta a época em que as fortificações [1] deixam de ter o caracter local, que haviam tido principalmente na Idade Média, e que miravam ao fim único de proteger as populações que nelas se abrigavam, ou donde saíam para as expedições próximas. Na Renascença começa-se a dispô-las por forma a constituírem o sistêma defensivo de uma determinada região ou província; mas é principalmente a partir do século XVI, e mais acentuadamente no século XVII, que essa evolução se completa. As condições do organismo militar, que não lhe permite ainda ampliar o seu campo de operações, nem desenvolver a estratégia, relegam para mais tarde o nascimento e o desenvolvimento de um sistêma defensivo solidário em toda a extensão do país, com objetivos determinados, aos quais se subordina todo o conjunto da defesa nacional.

A velha controversia do mundo clássico entre a falange e a legião resurgiu com o renascimento dos seculares princípios de Polybio e de Vegécio.

Vários escritores, que segundo os preconceitos a que já tivemos ocasíão de nos referir, tudo atribuiam na arte moderna aos milagres da Renascença, dão no século XV a estratégia mais como um resultado da intuição do que efeito da experiência e dos conhecimentos da época, não lhe atribuindo regras fixas nem previsões baseadas sobre

---

[1] O Coronel Hennebert celebra os nomes dos percursores do movimento nos diversos países: — na Itália são «pessoas de todas as condições — homens d'estado, de espada ou da igreja —, e muitas vezes, ao mesmo tempo, pintores, escultores, arquitetos, músicos e poetas, como Leonardo de Vinci, Martini, Machiavelo, S. Michele, Miguel Angelo, os dois San Galdo, Tartaglia, Castriotto, Della Valle, Maggi, Paccioto d'Urbino etc., etc.; na Hespanha Ramirez e Pedro Navarro; na Allemanha Alberto Dürer, Franz, mestre Jehan, Speckle etc., etc.». — *Fortification.*

aquisições do saber e da prática; mas quando tratámos da Idade Média vimos já como era injusto e anti-racional recusar ao século XIII e XIV, quanto mais ao século XV, o seu caráter progressivo e scientífico, em harmonia, é claro, com as circunstâncias da época; não se podendo de fórma alguma, sobretudo, negar qualidades de estratégicos e táticos, perfeitamente conhecedores dos recursos de que dispunham, a cabos de guerra da estatura de um Duque de Alba ou de um Maurício de Nassau. A estratégia, muito primeiro que a tática, adquirira fóros de um conhecimento positivo, embora mais geral e menos restrito que a tática, e é êrro supôr uma solução de continuidade no conhecimento humano, quando podemos seguir a cadeia que o liga através dos tempos, encontrando-a perfeitamente solidária em todos os seus élos. Já a expedição de Carlos VIII à Itália obedece a preceitos da sciência da guerra, e as campanhas de Gonçalo de Córdova são uma série de operações *siêntíficas*. A marcha de Carlos VIII, a invasão de Nápoles, o movimento de retirada rompendo as linhas dos italianos, que haviam envolvido os franceses, para lhes cortar a passagem dos Apeninos, representam disposições e atos táticos e estratégicos. Gonçalo de Córdova é a manifestação superior da arte que ressurge; a sábia utilisação das armas de fogo, o partido tirado das variações atmosféricas, por meio de acertados movimentos estratégicos, a passagem rápida da ofensiva para a defensiva e vice versa, a disciplina com que contém as suas tropas, a sábia organisação que lhes impõe, e as disposições táticas, flexíveis e maleáveis que adopta, demonstram quanto se está já em pleno renascimento da arte da guerra [1], e em pleno alvorecer da arte moderna.

O adeantamento, portanto, em que vamos achar todos

---

[1] Martin Arrue, *Curso de historia militar*.

os ramos do saber militar, como de todo o saber humano, é o resultado da experiência e sabedoria acumuladas durante os anteriores séculos; por isso tudo toma n'ele um desenvolvimento, uma pujança, um brilho extraordinários!

Dificilmente, diz Gustavo Le Bon, se citará um povo que tenha progredido sem que nele tenha igualmente progredido o serviço militar [1]. O que se dava neste século não interessava apenas um determinado povo, mas a Europa inteira! O poder militar dos povos provêm essencialmente da organisação nos seus exércitos, e essa organisação é a expressão perfeita do seu estado social.

Maravilhoso século! que não foi apenas o «capítulo mais decorativo da história», mas o período porventura o mais revolucionário da humanidade! período de verdadeira crise, que na ordem moral, na ordem religiosa, na ordem scientífica, na ordem artística e literária, assentou definitivamente as bases da moderna civilisação, crise que se prolongou até meiado do século XVII, podendo bem dizer-se que, no desenvolvimento das sociedades, foi como que a *growing-fever,* a febre para crescer, que definitivamente as levou à idade adulta!

VIII

Século XVII

«A partir do século XVI, diz Joseph Fabre, grande século cheio de seiva e de vida, a inteligência europêa, emancipada do jugo das autoridades religosas pela reforma de Luthero, que estava prenhe de tempestades políticas e de revoluções intelectuaes que seu autor não previa nem queria, emancipada do jugo das autoridades filosóficas por Ramus, o infatigável adversário de Aristoteles, por

[1] Gustave Le Bon, *L'Homme et les sociétés.* Tom. II, cap. V.

Rabelais, o motejador gigantesco, por Montaigne, o doutor profundo, por Galileu, o sábio pensador, emfim pelos inventores e pelos artistas da Renascença, retoma as grandes tradições da antiguidade; retempera-se nas fontes vivas da liberdade e da natureza; rompe com o pedantismo questionador e vasio, e acha-se liberto da servidão teológica. Houve então como que uma inundação de luz, de inspiração e de génio. A humanidade, rejuvenescida e radiosa, fazia vibrar as suas mil fanfarras, e tudo parecia cantar a nova aurora do imortal pensamento» [1].

Assente o novo estado social, definido o seu carácter, é no século XVII que largam vôo, se desenvolvem, e se completam as aquisições feitas no anterior período.

Desloquem-se embora os centros de actividade e se tornem parcialmente diversos os destinos de determinados povos; o que se vai assentando, o que resulta de todo o movimento dêste século, é a consolidação do mundo moderno, findas que foram as lutas que trouxeram a Europa dividida, quer em nome da ambição dos principes, quer a pretexto das dissenções religiosas, habilmente exploradas pelos caudilhos políticos, em proveito próprio.

No século XVII a Europa apresenta-se como um vasto campo de batalha, onde se degladiam princípios religiosos, interesses dinásticos, altos sentimentos de independência nacional, revindicações de direitos individuais e públicos; mas através dessa tremenda refrega a sciência, a cultura humana, vai realizando a unificação dos povos pelo pensamento; por meio das línguas latina e francesa estabelece-se «uma espécie de república scientífica que aproxima, numa unidade comum, a Inglaterra, França, a Holanda, a Alemanha, a Rússia, a Suíssa, e a Itália, tendo por capital Paris». O movimento intelectual era grande, e repercutia-se por toda a parte.

[1] Joseph Fabre, *La pensée moderne. De Luther à Leibnitz.*

«O século XVII, diz ainda Joseph Fabre [1], foi ilustrado por sábios de todo o género. Capani, Viviani, Guglielmini, Bianchini, Manfredi, Zanotti procuravam na Itália seguir as pisadas de Galileu; Torriceli e Pascal estabeleciam a gravidade do ar; Huyghens encontrava os elementos da teoria newtoniana do movimento curvilíneo, aplicava o pêndulo aos relógios, aperfeiçoava os telescópios, descobria o anel de Saturno, e ilustrava-se por essas belas pesquizas de física e de matemática, que Euler devia continuar; Hooke, no seu livro sôbre os *Princípios do movimento da terra,* conjecturava, antes de Newton, a gravidade universal; Robert Boyle, inventor da máquina pneumática, como tambêm Otto de Guericke, admirador e discípulo de Bacon, consagrava à organização de grandes experiências o seu tempo e sua fortuna, e aplicava-se a popularizar o método positivo; Brandt, e depois dêle o químico Kunckel, fazia a descoberta do fósforo que a Leibnitz, poeta às vezes, inspirou engenhosos versos latinos; dois grandes espíritos, Swammerdam e Malpighi, e dois notáveis observadores, Leuwenhoeck e Kerkring, estudavam os misteriosos processos da natureza, descobriam no mais estreito espaço um universo de átomos vivos, e alargavam os horizontes do pensamento humano, submetendo á anatomia as formas mais rudimentares do ser; o médico holandês Boerhaave, imortal autor dos *Aforismos,* das *Instruções de médicos,* e dos *Elementos de química,* apressava-se a resuscitar Hippocrates e Galiano na sua pessoa, e a atrair em volta de si, em Leyde, discípulos vindos de todos os pontos da Europa; Bradley determinava a aberração da luz dessas estrêlas fixas que milhões de léguas separam de nós; Roëmer calculava a velocidade dos raios solares; Halley precisava as variações da bússola e, não menos que o seu

[1] Joseph Fabre, *obr. cit.*, pág. 518.

contemporâneo Hevelins, fazia avançar os progressos da astronomia; finalmente os Pascal, os Fermat, os Malebranche, os Roberval, os Mercator, os Cavalieri, os Grégoire de Saint-Vincent, os Barrow, os Wallis, os Clarke, os Bernouilli, eram, como matemáticos, os gloriosos satélites dêsses três sois da sciência: Descartes, Newton e Leibnitz. Foi sobretudo a geometria que floresceu no século XVII. A idade das sciências naturais tinha de seguir e fazer suceder, nas obras da poesia e da arte, um novo ideal, ao ideal que criara o predominio do espírito geométrico».

Já os scismas religiosos não dividem ou inimizam os estados, que passam a manter entre si as melhores relações, fazendo respeitar mutuamente o credo que cada qual professa. Foi êsse o resultado benéfico do tratado de Westphalia, no fim de trinta anos de luta armada. Roma, reconhecida por todos os católicos como o seu centro espiritual, renuncia ao predomínio do mundo. Na Inglaterra a sangrenta luta civil, dando a victória aos que defendiam as regalias populares, cimenta com sangue o belo regime parlamentar e político que tem sido a felicidade daquele povo. Em França Richelieu dá à sua pátria grandeza e poderio, com o sceptro da hegemonia da Europa tirado à Espanha, que nem por sombras se parece com a Espanha de Carlos V e de Filipe II; pois que, vencida na sua luta contra a Inglaterra e a França, vê esfacelado e retalhado a seu vasto, mas heterogéneo império. Mais uma vez se provava que o soldado espanhol, do mesmo modo que o soldado português, é realmente o que dêle fazem os seus chefes, aderindo-se a êles «como a hera ao olmeiro» [1].

Portugal aproveita o ensejo azado para romper os grilhões da servidão, e recupera, num esfôrço hercico, a sua antiga e querida independência. Vinte e seis anos de luta

---

[1] D. José Gomez de Arteche, *Un soldado español de veinte siglos.*

renhida acabam de convencer a Espanha, combalida por mil causas mórbidas, de que tem de renunciar definitivamente à posse dêste pequeno, mas altivo reino. A história desta guerra é dos capítulos mais belos da nossa história militar.

Até à paz de Westphalia o século XVII é na marcha geral da civilização o continuador do século XVI; é aquele o têrmo da grande luta produzida pelo facto capital iniciado no período anterior: — a Reforma de Lutéro, que deu ao espírito humano ensejo de satisfazer à latente aspiração de se libertar das peias do mais restrito dogmatismo, determinando por mais essa forma a resurreição da inteligência.

Indo, nos seus resultados, muito além do que se propunha, a Reforma, produzindo a revolução no mundo das ideias e dos sentimentos, comunicou o seu movimento às outras esferas da actividade humana; e as tremendas lutas entre Carlos V e Francisco I, e Isabel de Inglaterra e Filipe II, revestiram, sob o aspecto militar, todas as formas dessa actividade, acabando por facilitar amplas manifestações do progresso, sôbre as bases da liberdade. As barreiras que separavam a humanidade da Idade Média tinha-as rompido a Renascença, e o século XVII tinha por missão tornar reais e práticos os progressos dêsse brilhante período. O congresso de Westphalia (1648) representa uma verdadeira conquista do direito público; é o precursor do congresso de Utrecht (1713) e do de Viena (1815), estabelecendo, com o princípio da liberdade política, a independência dos estados, e com a liberdade religiosa a independência da consciência.

Em Portugal o movimento da Reforma não determinou desde logo reacção sensível; os jesuitas tinham grande ascendente no espírito da nação; pelo ensino das matemáticas, e emprêgo nas fortificações do país, tinham um papel militar; e êles, que haviam sido uma das causas do nosso desastre em Alcacer-Quibir, eram agora um dos estímulos

da Restauração; e nas cousas da guerra, se a intransigência do vulgo pretendia opor-se ao auxílio do elemento estrangeiro protestante ou *hereje*, como então se dizia havia espiritos superiores e livres, cómo o conselheiro de guerra D. João da Costa, que, pondo acima de tudo o interêsse do país, taxava de pueril e contrário à necessidade da salvação da pátria tão mesquinhas exclusões, e opinava que não era caso de consciência para o rei de Portugal ter hereges ao seu serviço, visto que «o papa os admitia em seus exércitos, sendo cabeça da Igreja; e el-rei de Castela, e el-rei de França, e o imperador, sendo dos maiores e tão católicos principes, todos se serviam de hereges» [1].

Destruiam-se de facto as fronteiras que o preconceito religioso rasgara entre os povos, e ia-se buscar auxílio e beber à sabedoria onde ela jorrava, sem curar das crenças de cada um. Aos mestres da sciência da guerra, ou mesmo ao simples auxiliar dela, já se não perguntava a religião que professavam: chamavam-se Spinola, Montecucoli, Wallenstein, Gustavo Adolfo, Tilly, Turenne, Banner, Torstenson, d'Harcourt; e se do campo da acção passarmos ao da doutrina chamavam-se Maquiavelo, Salazar, Luís Mendes de Vasconcelos, Fronspenger, Walhausen, Feuquieres, Puysegur, Vauban, — cingindo assim numa grinalda de nomes ilustres o brilhante e belo período que vai do século XVI aos fins do século XVII.

A Europa é um vasto campo de batalha, mesclado e *sui generis*, onde a guerra é para uns uma necessidade, para outros uma ambição e para muitos um mister. O alemão Schonberg, marechal da França, bate-se por Portugal contra a Espanha; já depois de restaurado Portugal, um português, D. Francisco de Melo [2], bate-se pela Espanha

---

[1] *Historia da cavalaria portuguesa*, tomo II, Doc. *C*.

[2] *Provas á Historia Genealogica e Epanophora*, pág. 71 a 183.

em Honnecourt e Rocroi; o católico e monárquico Mazarini, italiano de origem, liga-se, em favor da França, com o republicano e protestante Cromwell! E é positivamente dessa mescla aparente, dêsse amalgama, que está apenas na superfície, no que é propriamente o instrumento e não na essência das cousas, que sai clara e nítida a diferenciação, cada vez mais pronunciada.

No século XVII o coração, o centro vital da actividade guerreira deixa de estar em Espanha, para passar para a Alemanha, França e Suécia. O astro da glória e poderio hespanhois some-se no acaso. Rocroi, que se convencionou dar como ponto de referência, mas propriamente as sublevações de Catalunha e de Portugal, representam o estoirar dêsse balão monstruoso, flamejante, mas vasio, chamado o império espanhol, que na sua estensão e falta de coesão tinha o quer que fôsse dos antigos impérios orientais. Exausto das suas verdadeiras fôrças, sem outros recursos alêm dos que lhe proporcionava ocasionalmente a guerra; sem pão certo, porque o não podia produzir a terra, viuva dos braços que as expedições longinquas distraiam; minado pelo clericalismo e pela intriga política, o magnifico império de Carlos V e de Filipe II reconhecia, finalmente, que era insolita vaidade querer dominar o mundo, quem nem já fôrças tinha para conter a rebelião de duas das suas províncias mais queridas.

É nesta ocasião que Portugal se arranca das garras do leão ferido, que nas suas horas de glória e de triunfo não soubera, ou não pudera, tratar com carinho a sua vítima. Filipe II, que pela publicação das suas cartas às filhas, feita há poucos anos em Paris, se vê que tinha simpatia pelos portugueses, desejando mesmo que os seus filhos soubessem a nossa língua [1], tinha de ser o instrumento da

[1] *Lettres de Phelippe II à ses files les infantes Isabelle et Cathe-*

política de exaução que lhe criara a absorpção de Portugal, e essa política, seguida e agravada depois, originou os germens da reacção. Filipe III tratou os portugueses com «sobrado desapêgo» [1], e Filipe IV, ou antes o providencial quanto funesto Olivares, com as contribuições de guerra excessivas e desviadas dos fins para que eram pedidas, com a perda das nossas colónias, onde se não aplicavam as nossas fôrças, o nosso material, os nossos recursos, que iam para Flandres e Itália [2], com o falseamento de quanto a Portugal se havia prometido e jurado nas côrtes de Tomar, e com a ideia da extinção das côrtes portuguesas, absorvendo-as nas de Espanha, acabou de «llenar la medida de los sofrimentos de los portugueses» [3]. Não se faz, porêm, a reivindicação sem custar muito sangue, muita dôr, muito sacrifício heroico! Foi bem aproveitado o momento, porque as instituïções militares estavam desorganizadas em Espanha; já não eram os mesmos os seus soldados [4], nem os seus caudilhos «brilhavam pela sua inteligência e demais dotes de bons generais» [5]. O período que durou essa memorável luta foi fecundo para a

---

rine, écrites pendant son voyage en Portugal, Paris 1884. Cartas em extremo curiosas para o conhecimento do *Demonio do Meio Dia* como homem de família, e que foram encontradas no Real Arquivo de Turim.

[1] Sanchez y Casado, *Elementos de historia de España.*

[2] Diz D. Francisco Manuel que á nação portuguesa sucede como aos pomos pérsicos, que melhoram em terreno alheio, e informa que o Arquiduque Alberto, lembrado do valor dos portugueses que por cinco anos governara, pediu a Felipe IV, seu cunhado, conservasse sempre nos Países Baixos um terso da nossa gente, não menos pela utilidade de Portugal que pela dos Países; porque para êste reino seria escala de capitães e para aqueles estados seminarios de valentes (*Eppanaphoras,* pág. 183).

[3] Sanchez y Casado, *ob. cit.*

[4] Canovas del Castillo, *Estudios del reinado de Filipe IV.*

[5] C. Ximenes de Molina, *Batalha de Aljubarrota.*

nossa organização militar; mas infelizmente, terminado o conflito, deixamo-nos cair na mesma incuria proverbial.

A feição comum, de organização e sistematização social, é apresentada também pela arte da guerra, e interessa-nos particularmente pelo reflexo que teve nas nossas instituições militares, como nas dos demais países.

Ao passo que o comércio, a indústria, a agricultura progrediam, levantando-se na comunhão social os que se dedicavam a êsses ramos de actividade, até então considerados menos nobres, e se ia criando e fortalecendo a burguesia, que tão grande papel havia de vir a ter na história das sociedades modernas, preparando-se ao mesmo tempo o advento das classes inferiores na gerência dos negócios públicos; ao passo que a administração se organizava, e se ia definindo a morfologia do estado moderno, o exército definia-se também nas suas formas actuais, embora menos perfeitas, aproveitando-se dos grandes progressos das sciências àquela data.

Foi a época da aplicação das sciências matemáticas à física, produzindo descobertas utilíssimas; foi a grande época de Newton! Foi a época em que nasceu a análise geométrica e o cálculo infinitesimal; em que se inventaram o barómetro, o termómetro, o manómetro, a máquina pneumática, os primórdios da máquina eléctrica, da máquina a vapor; a época da renovação da medicina e de outras sciências positivas.

A arquitectura, as artes mecânicas, a hidráulica, em notável progresso, aumentavam os recursos bélicos; nas diversas esféras do saber e do labor humanos destacam-se em toda a Europa nomes como os de Galileu, Kepler, Linneu, Volta, Pascal, Cuvier, Grotius, Wolf, Pufendorf, Malebranche, Bossuet, Fénelon, Bayle, Spinosa, Hobbes, Locke, Campanella, Leibnitz, Torricelli, Mariotte e tantos outros.

É sob o ponto de vista scientífico, um período de forte

preparação dos materiais que se haviam de reúnir no século XVIII para a grande edificação do presente século!

O exército de Gustavo Adolfo é já um organismo aperfeiçoado. Como êste, o exército de Luís XIV serviu de modêlo aos demais estados, e os seus progressos reflectiram-se no nosso; na sua organização continha elementos bons e progressivos, embora afogados na adiposa manta de quanto havia de luxuoso, exagerado e superfluo.

Versailles era o foco de atracção irresistivel, onde convergiam todas as atenções e todas as fôrças da nação; e nós tivemos tambêm o nosso pequeno Versailles.

Como a magistratura, a administração, a igreja e a escola, não podia o exército deixar de ser uma instituição absolutamente adstrita à realeza e directamente dependente dela. Partilhando do seu fausto e da sua grandeza, enfermava tambêm dos seus defeitos. Mas quantos progressos apesar disso!

As lutas do período que fecha o século XVII não teem o mesmo carácter que as do período anterior, durante a guerra dos trinta anos, feita com exércitos pequenos, aguerridos, de uma mobilidade admirável; por isso aquele século sob o ponto de vista militar, como sob o ponto de vista geral, tem de ser dividido em dois períodos distintos: um até à paz de Westphalia, outro durante o período aureo de Luís XIV. O primeiro tem de ser estudado sobretudo na Alemanha e na Suécia, embora o teatro da guerra se estenda por quási toda a Europa; o segundo tem um campo de acção mais limitado, exitos menos brilhantes, mas uma vida não menos intensa. E a imprimir cunho a cada uma dessas épocas temos: para a primeira os nomes de Gustavo Adolfo e Turenne, para a segunda os de Louvois e de Vauban.

Gustavo Adolfo, como tambêm Turenne, foi um digno discípulo de Maurício de Nassau, a quem as Províncias

Unidas deveram a sua independência, e que foi um inovador da arte da guerra.

Maurício introduziu algumas importantes modificações na organização militar holandesa, que até então seguia o tipo geral, adptado nas organizações espanhola e francesa.

Foi assim que êle criou uma nova ordem de batalha, sôbre três linhas, em xadrez, composta de batalhões de mosqueteiros e piqueiros, alternados com a cavalaria em esquadrões, nas alas e nos intervalos dos batalhões; a artilharia pesada nos pontos fracos do campo de batalha, e a ligeira na frente, seguindo as tropas no ataque; armou toda a sua cavalaria de carabina e a aligeirou bastante; organizou a infantaria armada de piques, arcabuzes e mosquetes, separada em batalhões de dez fileiras, mas divididos estes em pequenas unidades que podiam actuar livremente e apoiarem-se entre si. Foi êle quem verdadeiramente iniciou a nova táctica, aumentando a frente e a acção do fogo; mas não logrou evitar o inconveniente do fraccionamento do comando, como o conseguiu depois Gustavo Adolfo. Introduziu importante melhoria na castramentação e na fortificação de campanha; aperfeiçoou muito a artelharia holandesa, principalmente para o tiro curvo [1]; levantou a disciplina a um alto gráu e foi o primeiro que compilou uma ordenança ou regulamento para o exército. Depois da paz de Vervins, mandou Henrique IV de França, a quem as instituições militares mereceram tanto cuidado, dez dos seus regimentos aperfeiçoarem-se na escola holandesa; dali voltaram sabendo manejar o pique, que entre os franceses era despresado, e passaram a representar um verdadeiro núcleo disciplinar, uma escola de táctica no seu exército [2].

---

[1] Deveram-se êsses melhoramentos aos artilheiros italianos Luigi Colado e Ufano, que Maurício tinha ao seu serviço.

[2] L. Dussieux, *L'armée en France*, tomo II.

*
* *

O ciclo militar que o nome de Gustavo Adolfo representa é brilhante.

Ao advento dêste grande general e organizador militar, já a arte da guerra obtivera sensíveis progressos nas lutas religiosas, principalmente nos exércitos protestantes. Em França desde Henrique III a unidade técnica de infantaria, o batalhão actuava isolado ou reunido em regimentos, sob o comando de um mestre de campo ou coronel; a cavalaria organizou-se em esquadrões; embora formando ainda em seis ou oito fileiras, a infantaria adquire maior mobilidade, e «os generaes começam a tirar partido do terreno, combinam a aptidão das três armas, e reconhecem a necessidade de se constituirem as reservas»; as tropas que combatiam destacadas das colunas *(enfants perdus)* cobrindo-as, protegendo-as, e preparando o combate, não eram já constituidas apenas pelos arcabuzeiros, mas pelos próprios piqueiros e mosqueteiros [1].

Já se constituiam exércitos de 24 mil homens, e os despositivos da marcha e de combate tiveram de se submeter a preceitos metódicos; o comando passou a representar uma feição complexa.

Embora seja muito individual a feição dada por Gustavo Adolfo aos exércitos que comandava, e aos quais imprimia o seu cunho, é fora de dúvida que êsses exércitos representam um excelente modêlo do que se podia obter com os recursos da época.

A modificação e aligeiramento do mosquete; a supressão da forquilha de apoio; o ensaio da substituição da mecha

[1] Cap. Jérom, *Essai Hist. sur la tactique de l'inf.*

pela roda para o mosquete; a adopção do cartucho inventado em Espanha, ou *cachucho* como lhe chamavam no século XVI [1] e que substituiu a sarta de cargas [2] para a infantaria; cartucho que em 1637 se empregou em abundância no combate naval com os holandeses no Canal de Inglaterra, relatado pelo nosso D. Francisco Manuel de Melo que, como coisa nova entre nós, o descreve [3]; a cartucheira inventada na Suécia; a redução da fileira a seis, e, como conseqüência, a substituição de longo pique de 15 e 18 pés por outro mais curto e leve de 11 pés; o aligeiramento da cavalaria, que era constituida por meias couraças e dragões; a sua formação em quatro e depois em três fileiras em vez de oito ou dez, como era de uso; a constituição desta arma «na principal entre todas», operando sobretudo pelo choque, embora auxiliada por mangas de mosqueteiros, e decidindo das batalhas, verdadeira emancipação dos processos até então seguidas, pela afirmamação de modernos princípios; na infantaria a abolição da couraça, o aumento em $^2/_3$ dos mosqueteiros em vez

---

[1] Don Bernardino de Mendoza, *Teor. o Prat.*, pág. 150.

[2] Canudos de fôlha ou de madeira, com pólvora para cada tiro, que os arcabuzeiros e mosqueteiros levavam fixos na bandoleira. O cartucho de papel para cargas é adoptado no século XVII, mas só 1744 se inventou rasgá-lo para deitar pólvora na cassoleta. Antes do cartucho eram necessários o frasco para a carga e o polvorim para a escorba. Não só para a artilharia mas para a infantaria se usavam cartuchos em Espanha no século XVI. Antes disso os frascos, em que ia a pólvora, e a bolsa de coiro, em que ia o chumbo ou balas pendiam do talabarte de coiro que o arcabuzeiro trazia a tiracolo da esquerda para a direita, cruzado com o talim donde se suspendia a espada (Vallecillo, *Commentarios a las ordenanças*, pág. 342).

[3] *Epanaphora Belica*, pág. 424: — «Foi averiguado que disparou êste navio (o Oquendo) naquelas horas, só da parte de Estibordo mil e quinhentos e vinte canhonaços, pela conta dos cartujos que estavam feitos...; foram muitos outros também os tiros que sem cartujos se dispararão...».

de $^1/_2$ em relação aos piqueiros, como se usava; o emprêgo do fogo por descargas, de joelhos a primeira fileira, a segunda inclinada para a frente, como se inaugurou na batalha de Breitenfeld; a criação da unidade administrativa regimento, com oito a dez companhias; do posto de major *(obrist-wagmister)*; a da unidade de manobra, coluna de dois regimentos (2:016 homens, dos quais 864 piqueiros), espécie de brigadas incipientes, que se distinguem pela côr do uniforme e a da meia brigada (1:224 homens, dos quais 648 piqueiros); o emprêgo da marcha de costado e da forma de acampar em ordem de combate, entre nós introduzida por Schonberg; o emprêgo das reservas em formações ligeiras e ágeis; a modificação nos processos de recrutamento da época, prescindindo dos arrolamentos forçados, que davam tropas indisciplinadas e dissolutas; a escolha e promoção dos oficiais por mérito, e uma atenção e solicitude constante em todos os promenores dos serviços de segurança, da administração, da instrução e da disciplina, que era animada pelo próprio exemplo das virtudes pessoais do rei, fizeram de Gustavo Adolfo um activo e notável reformador da instituição militar.

Assim se conseguiu aligeirar e tornar mais ágil a infantaria, aumentar a rapidez do seu tiro, criar, a par da artilharia que se podia chamar de posição, embora acompanhasse as tropas, uma artilharia de regimento; restituir à cavalaria a sua verdadeira função ofensiva; apurar e consolidar os quadros; dividir as complexas responsabilidades do comando, sem lhe quebrar a unidade; reunir na constituição da brigada os elementos necessários para uma operação isolada; estabelecer os primórdios da estratégia moderna, na escolha das bases e linhas de operações.

A tática e a estratégia tomaram foros de sciência; e pode-se dizer, que apesar de todos os progressos depois de Carlos VIII, foi Gustavo Adolfo o verdadeiro criador da moderna artilharia de campanha, aligeirando-a, e dimi-

nuindo o comprimento das bôcas de fogo; adoptando peças de coiro, de pequeno calibre, conhecidas depois na Europa por «peças suécas», que acompanhavam a infantaria [1] puchadas a braço ou por um cavalo e servidas por dois homens, e mais tarde, em 1630, outras de ferro, puchadas a dois cavalos e seguidas de carros de munições; tornando mais rápido o carregamento e o tiro, por meio do cartucho embalado; aumentando a proporção dessa arma; atendendo à sua justeza e precisão; acomodando-a em dimensões e material aos seus diversos destinos, reforçando com ela a infantaria, por meio de canhões «de batalhão», colocados entre os pelotões, e começando a dar portanto à artilharia um verdadeiro papel táctico, que se acentuou e definiu no século XVIII. Foi por isso a artilharia suéca a mais afamada do seu tempo. Era ela quem agora abria o combate, como sucedeu em Breitenfeld, em que um fogo de toda a linha, abalando o inimigo, preparou o ataque das meias brigadas, fortemente apoiadas pelas suas reservas.

Tódo o maquinismo se simplificou e se aperfeiçoou.

Há mesmo quem queira que Gustavo Adolfo seja o criador da arte militar moderna [2]; mas o que se não pode é negar que fôsse um transformador da grande arte, desen-

---

[1] Gustavo Adolfo adoptou primeiramente as famosas peças de *coiro fervido*, de quatro arráteis, invenção do oficial austríaco Melchior de Wurmbrand, segundo uns, ou do italiano Porcari, segundo outros, e que figuraram a primeira vez no cêrco de Wormdit em 1628, peças cujo tubo era de cobre batido, reforçado por círculos de ferro ou cordas, e envolto depois em couro; tão manejáveis que bastavam dois homens para cada uma. Foram, porêm, postas de parte, não só pelo seu pequeno efeito, mas porque fácilmente se deterioravam. Êste inconveniente levou Gustavo Adolfo a adoptar em 1631 o invento inglês de Hamilton, que consistia numa peça de ferro de igual calibre. Cada regimento era acompanhado de duas destas peças.

[2] *Les Maîtres de la guerre*, pág. 13.

volvendo, fixando, imprimindo, sobretudo, o seu cunho genial a quanto haviam deixado consignado como scientífico os métodos orgânicos e tácticos de capitães como Conligny, Condé, Montluc, Lanou, Biron, Henrique IV, Rohan, e sobretudo Maurício de Nassau.

Quando Gustavo subiu ao trôno o exército suéco em pouco diferia dos de mais da época, dos quais podia servir de modêlo aperfeiçoado o de Wallenstein. Havia, porêm, uma base bôa de recrutamento na instituição do serviço obrigatório em certa proporção (*Indelminswerk*) a que estão ligados os nomes de Gustavo Wasa e Carlos IX, e que Gustavo Adolfo aperfeiçoou; o mais foi tudo obra de génio dêste grande capitão que dois resultados tácticos conseguiu, principalmente: dar maior mobilidade às suas tropas, e aumentar o fogo no campo de batalha e a eficácia dêle.

Os seus grandes êxitos sôbre os polacos, russos e alemães, que aliás dispunham de fôrças imponentes, e duma infantaria sôlida, e numerosa cavalaria catafracta e ligeira, deveu-os à maneira porque soube recrutar e adextrar os soldados e educar os seus oficiais, curando de todos os serviços, aperfeiçoando o armamento, modificando a táctica, realizando marchas e exercícios constantes, e obtendo a victória por meio de operações e manobras hábeis. Foi assim que venceu as batalhas de Leipzig, de Lech, de Lutzen, derrotando generais da importância dum Wallenstein, dum Tilly, dum Pappenheim. Foi Gustavo Adolfo uma espécie de Alexandre da nova era; a brigada foi como a falange macedónica, e tinha deante de si, não as congeres dos persas, mas os pesados exércitos imperiais.

Inspirou-se dos melhores preceitos da arte militar romana; Cesar foi o modêlo que procurou imitar; e compreendeu que só numa bôa organização podia encontrar o elemento compensador da fraquesa numérica do seu exército. A ordem de batalha que adoptou em duas linhas, com as respectivas reservas, era semelhante à da legião manipular

dos romanos. Essa ordem de batalha, diz Rousset, melhor articulada que no passado, adquire a sua fôrça principal dos fogos e tambêm do concurso parcial das reservas, que podiam sustentar a primeira linha.

Com o aperfeiçoamento das diversas armas de que se compunha o exército criou uma verdadeira fôrça poderosa, e foi êle quem, pode dizer-se, iniciou a moderna ofensiva táctica e estratégica.

Grande foi a sua influência na Europa na guerra dos 30 anos; foi um mestre, comquanto, pelos meios de que dispunha, não pudesse emancipar-se da táctica incerta e hesitante do seu tempo, da preocupação da guerra de postos, da táctica linear e paralela, pouco manobreira, cheia de peias à iniciativa individual, que ainda havia de predominar por muito tempo.

*
* *

No período cronologicamente imediato, mas organicamente continuação evolutiva do mesmo período, correspondendo à segunda metade do século XVII, destaca-se a figura de Turenne, o melhor discípulo de Gustavo Adolfo.

Turenne é o vivo exemplo de quanto na arte da guerra, como em todas as artes, é necesséria a perseverança no estudo, a aquisição de todos os progressos realizados, a atenção prestada a todos os pormenores, por mais insignificantes que êles pareçam. O seu génio foi, pode-se dizer, o produto duma longa e contínua meditação, à altura dum Anibal ou dum Napoleão; como talento militar, os seus êxitos não representavam, como naqueles dois generais, muitas vezes, uma explosão súbita do génio, uma inspiração de momento, embora baseada sôbre o estudo e a experiência; dessa espécie de génio iluminativo foi o seu

émulo, o *grande* Condé, que aliás, como o atesta o duque de Aumale, «não esperdiçava nenhuma ocasião de se instruir sendo o estudo da sciência militar, em todos os seus ramos, objecto da sua aplicação constante» [1].

Em Turenne cada acto representava o resultado dum cálculo meditado e profundo, produto duma sólida educação e duma longa experiência, adquiridas desde os quatorze anos em que sentou praça, sendo obrigado pelo seu mestre e tio Maurício de Saxe a exercitar-se desde o manejo de arcabuz, como simples soldado, até conquistar, a pouco e pouco, os diversos gráus da hierarquia militar, embora vertiginosamente, a golpes de talento. Como bem observa o duque de Aumale, cada dia da vida de Turenne marca um progresso; nenhuma lição se perdeu; prudente por temperamento, da reflexão tirava a audácia.

Turenne é o exemplo mais alto de quanto a guerra era, já no seu tempo, uma verdadeira sciência. No parecer de Napoleão: — «Il n'y a eu qu'un général qui, méditant sans cesse sur son métier, ait gagné à vieillir: c'est Turenne» [2].

Marechal de França aos 35 anos, apresenta-se na guerra da Devolução e na da Holanda como um génio militar de primeira grandeza. As suas victórias deve-as à nitidez com que concebe os seus planos e ao vigor e energia com que os põe em execução. A táctica atinge com êle uma feição admirável, e o estudo do terreno, o emprêgo e combinação das diversas armas, a sciência das marchas e dos estacionamentos, os cuidados na constituição e manutenção das tropas, a escolha das posições, as manobras hábeis para tornear o inimigo, as concepções estratégicas em que tira partido de todas as condições favoráveis que se lhe ofere-

---

[1] Duc d'Aumale, *Hist. du Prince de Condé*, pág. 359.

[2] A. Thiers, *Hist. du Consulat et de l'Empire*, tomo XVI, liv. I, pág. 449-450.

cem, tudo caracteriza um talento militar superiormente dotado, realizando na arte da guerra progressos que representam verdadeiras conquistas.

Ao par da escola de Turenne, pautada, metódica, reflectida, scientífica, que procedia mais pela arte do que pela inspiração; que não produzia ataques de frente quando pudesse tornear as posições; que procurava sempre obrigar o inimigo a abandonar as vantagens previamente escolhidas e produzir o maior efeito com o emprêgo eficás de todas as armas; que estudava o terreno e lhe adaptava formações adequadas, e fazia a guerra empregando sábias concepções estratégicas e marchas hábeis; ao par desta escola, toda ela prudência e método, estava a escola do *grande* Condé, ousada, impetuosa, dando preferência aos ataques de frente e às violentas cargas de cavalaria, e que deveu as victórias ao ardor com que os ataques eram conduzidos pelo grande cabo de guerra, valendo-lhe os memoráveis êxitos de Rocroi, de Nordlingen, de Laon, de Thionville, de Dunquerque, muitas vezes com vantagens sôbre Montecucoli, digno competidor de Gustavo Adolfo e de Turenne. Condé representa, por momentos, a emancipação dos processos rotineiros da época, pelo combate directo sem a preocupação das fortalezas, indo direito ao inimigo, surpreendendo-o, imobilizando-o, rompendo as pesadas formações da infantaria. Pode-se mesmo dizer que as duas escolas de Gustavo Adolfo e de Turenne marcam uma época distinta: a que compreende a guerra da Devolução e a de Holanda até 1679, seguindo-se a que compreende a guerra da liga de Ausburgo (até 1698), e é muito menos notável, figurando nêles os generais Luxembourg e Catinat.

Mas a escola de Condé não deixou vestígios nos progressos da táctica; foi obra de inspirações do momento. Pelo contrário, a escola de Turenne foi fértil em ensinamentos úteis; pois era obra de ponderação e profundo estudo.

«Pela maneira como executou as suas belas concepções estratégicas, as suas marchas sobretudo tornaram-se célebres» [1].

Como Gustavo Adolfo, porêm, não poude igualmente Turenne produzir inovações em matéria de processos tácticos e estratégicos, e a sciência da guerra continuou a ser «convencional, didáctica, rebelde às amplas concepções e aos actos fecundos».

Da longa controversia entre as duas escolas: — uma representada por Montecucoli, e que lutava por manter os princípios clássicos da arte antiga e defender as suas vantagens, e a outra, que, tendo por decuriões Puyseguer e Fouquières, pugnava pela completa rejeição das armas antigas e adopção definitiva das armas de fogo, — controversia que também se reflectiu em Portugal, como se vê pelos papeis da época, — Turenne, homem hábil e pràtico, partiu da combinação entre os dois sistemas, como naturalmente estava indicado, até chegar ao triunfo das modernas ideias, com que havia de alvorecer o século XVIII. Como prova do estado em que a questão se encontrava nos últimos anos do século XVII basta dizer que em 1688, quiz Louvois substituir pela espingarda com baioneta, o pique e o mosquete, mas Luís XIV opôs-se, apoiado por muitos oficiais [2].

Comtudo a baioneta não deixou de ser adoptada em parte, estabelecendo novas bases à táctica, modificando as ordens de formatura da infantaria, as suas unidades, o seu recrutamento, as suas armas. O primeiro regimento de fusileiros foi organizado em França em 1652; as companhias de granadeiros foram organizadas segundo a mesma ordem de ideias.

---

[1] *Cours de Saint Cyr*, citado por Jérome.

[2] L. Dussieux, *L'Armée en France*, tomo II.

A primeira vez que a baioneta, pode-se dizer, foi autorizada oficialmente foi quando Puysegur em 1642, estando em Flandres, distribuiu, segundo êle conta nas suas *Memorias*, em vez de espadas, lâminas de um pé de comprimento, com um cabo de madeira de igual dimensão que se metia dentro do cano; depois Martinet, marechal de campo francês, inventa em 1681 a baioneta moderna, também de encavar, e a aperfeiçoa em 1692.

A aplicação da baioneta ao cano da espingarda, convertendo esta numa arma de pulso para o ataque de perto, e de fogo para ferir longe, embora simultâneamente, não podia deixar de ir pondo de parte o pique, a pouco e pouco. Foi assim que a profundidade se reduziu a quatro e mesmo a três fileiras, para tornar mais eficazes os fogos. Foi-se adelgaçando a ordem profunda que era de oito homens de profundidade nas formações dos suíssos, verdadeiras falanges à grega, de oito a dez no tempo de Carlos IX de França, de seis no tempo de Gustavo Adolfo e de Turenne, menos para os mosqueteiros, e de cinco pouco depois.

A brigada de Turenne pode-se dizer que é a unidade moderna dêste nome, com as modificações exigidas pelos progressos dos tempos, núcleo orgânico e táctico que a Europa não tardou em adoptar, e que em Portugal é introduzida por ocasião da guerra da Sucessão em Espanha.

A brigada de Turenne, unidade de manobra de Gustavo Adolfo aperfeiçoada, compunha-se de quatro batalhões ou oito esquadrões; passando mais tarde a ser constituida por dois regimentos, a dois batalhões.

«A introdução da brigada, diz o capitão Jérôme, deu como resultados imediatos uma comunicação rápida das ordens, uma maior facilidade em fazer convergir os esforços de todos para o fim comum, e para vigiar a acção dos oficiais inferiores; finalmente, um acôrdo completo entre as duas linhas, visto que esta unidade podia dispor os seus

batalhões em duas linhas, o que permitia produzir um esfôrço em profundidade, ao mesmo tempo que um esfôrço de frente. Alêm disso, eram facilitadas as manobras e tornavam-se sobretudo muito mais cómodos e rápidos os desenvolvimentos [1].

A cavalaria aligeira-se em grande parte, sendo armada de mosquetes, carabinas e escopetas, conservando-se, comtudo, à cavalaria pesada a couraça, a lança, a espada e as pistolas. Generaliza-se o uso dos dragões.

Entre nós, em 1641, tomou conta do govêrno das armas da Beira o tenente general de cavalaria João de Saldanha de Sousa que introduziu o uso da carabina e da pistola, mandando fazer muitas em Viseu «onde costumavam ser as melhores», e noutros pontos do país [2]; o seu antecessor mandara fazer muitas armas, reunindo na Guarda muitos armeiros, vindos de diversas partes; mas não eram ainda, ao que parece, usadas na província, como armamento normal das tropas, as carabinas e a pistola [3].

Os dragões figuram nas nossas campanhas do Alemtejo. Em 1641 foi organizado um regimento dêles; mas eram nossos conhecidos no tempo dos espanhoes, em 1636, tendo-os trazido organizadas da Alemanha D. Pedro de Santa Cecília [4], e fazendo parte do exército que de Biscaia o Conde Duque fizera aproximar de Portugal, por ocasião dos distúrbios de Evora e manifestações no país.

Do mesmo modo que a infantaria, a cavalaria modifica as suas unidades, ordens e formaturas.

---

[1] Cap. Jérôme, *Essai sur la tactique de l'infanterie.*

[2] J. Salgado de Araújo, *Succesos milit. das armas portug.*, pág. 121.

[3] Idem, pág. 116.

[4] «A mais rigorosa parte de aquelas armas consistia em hum Regimento de Dragões: nova milicia entre nós, e que de Allemanha trouxera a seu cargo Dom Pedro de Santa Cizilia de quem no livro primeiro da nossa Catalunha fazemos particular menção». D. Francisco Manuel, *Epanaphora politica,* pág. 85.

Turenne combate em três fileiras; emprega a cavalaria como fizera Gustavo Adolfo, principalmente como arma de choque, carregando a trote e à arma branca, e protegida pela infantaria. Como no período suéco, a formação é em ordem legionária manipular, aperfeiçoada; a ordem de batalha em duas linhas, de corpos separados, cada um com a sua reserva, composta das três armas, à distância de trezentos passos entre as linhas, e correspondendo cada corpo aos intervalos dos da frente; a artilharia na frente e por todo o campo de batalha, e a cavalaria nas alas.

A artilharia que era apenas de posição, como vimos, durante o século XV, é ainda muito imperfeita no século XVI como artilharia de campanha. Comtudo aparece já como arma táctica em Roma com Carlos VIII (1494), e em Ravenna (1513) com o duque de Ferrara, e tem o seu grande triunfo em Marignan (1515); mas continua sendo, ainda assim, pouco móvel e os seus serviços mantem-se entregues à infantaria. No século XVII, porêm, assume o seu carácter verdadeiramente táctico; e nêsse século tambêm se generaliza o emprêgo das bombas de guerra que eram usadas na Alemanha, desde o século XVI, mas que em França, por exemplo, só aparecem pela primeira vez no cêrco de Lamotte em 1634. São na segunda metade do século, sobretudo, que os progressos se acentuam.

Concorreram para isso os estudos feitos por Galileu e os discípulos da sua escola, entre êles Torricelli, sôbre o movimento dos projecteis no vácuo e no ar, os importantes progressos na arte de fundir, e as experiências feitas nas polvoras de guerra por meio do provete.

Entre os progressos da artilharia nesta época estão: a invenção do parafuso de mira, para tornar mais rápida a pontaria; a do estopim, devida ao coronel Gaisler, para comunicar mais depressa o fogo à carga; a do tiro de ricochete; a do *cacho de uva,* espécie de cartucho de metralha; a generalização das balas incendiárias; a adopção do

canhão de granada, dos carros e viaturas para a condução do material e munições; a distinção entre os reparos de praça e os de campanha, passando a ser construidos de ferro, etc.

Neste período o soldado português compartilhava a sorte da Espanha nas suas guerras em Flandres, na Itália, na França, e ali mantinha a sua fama[1]; mas os progressos então realizados vieram imprimir cunho à reorganização das nossas fôrças militares após a restauraçãe de 1640, com as luzes dos oficiais portugueses que haviam pelejado lá fora, e de oficiais estrangeiros que vieram ao nosso serviço, entre êles o conde Schonberg, discipulo de Gustavo Adolfo e de Turenne.

É digno de menção, neste período, pela abundância de notícias sôbre a nossa milícia, e em geral sôbre os processos tácticos então seguidos, o «Abcedário Militar de que o soldado deve fazer até chegar a ser capitão e sargento-mór», etc.[2]. Foi seu autor o alferes João de Brito de Lemos, que dedica a obra a D. Teodósio, duque de Bragança[3].

A arte militar aperfeiçoa-se nos seus diversos ramos. Na táctica adoptam-se as melhores inovações da escola suéca e francesa. A artilharia, cujo fabrico, mesmo no tempo dos espanhoes, atingira uma grande perfeição nas fundições de Lisboa, acompanha entre nós os progressos tácticos que lá fora lhe eram conquistados.

---

[1] Entre outros, serviu em Flandres, como capitão de cavalos-couraças, e distinguiu-se no cêrco de Arras, na recuperação de Ayre, na tomada de la Bassé, em Hannecourt, em Recroi e Gravelines, o 3.º conde de Sabugal, D. José de Mascarenhas, traductor do *Manejo de cavallaria* do conde de Galcaço.

[2] Publicado em Lisboa, em casa de Pedro Craesbech, ano de 1631.

[3] Devo ao meu presado amigo e distinto oficial e escritor militar J. Justino Teixeira Botelho, major de artelharia e professor do Colégio Militar, esta e outras informações que adeante publico, com muitos cordeais agradecimentos, e que vão assinalados com um *.

Na acção de Degebe (1663), Montes Claros (1665), e tantos outros episódios da guerra da restauração, a nossa artilharia tem um papel notável [1]. Manesson Mallet, ao nosso serviço, diz que viu em S. Tiago a maior peça que até então se fundira [2].

Do estrangeiro vieram bombardeiros e fundidores, que aperfeiçoaram o material e dotaram o exército de peças de campanha, e de outras em grande número [3].

A escola de fortificação e matemática, criada em 1647 por D. João IV, dá impulso à sciência da técnica militar, procurando tirá-la das mãos dos jesuitas, que ensinavam a matemática no seu colégio de Santo Antão o Novo, onde é hoje o hospital de S. José [4]; e do mesmo modo em Espanha entre outros, o imperial colégio, tambêm jesuita, de Santo Isidoro, no tempo de Filipe IV, e em França o colégio de La Fleche, eram escolas de preparação militar.

---

[1] No dia seguinte à acção do Degebe, e dos tumultos que se produziram em Evora contra a guarnição castelhana, D. João d'Austria, tendo mandado castigar os cabeças de motin, quis empregar meios suasórios e convocou os maiorais da cidade, entre os quais estava Manuel Freire, sargento-mór de auxiliares. Recomendou submissão e prudência o general; e para se mostrar afável elogiou a artilharia portuguesa. — «É verdade, atalhou Manuel Freire; dizem que matou muito castelhano».

[2] «Un certain Mallet, officies d'artillerie, dans l'armée du général Schonberg, en Portugal, dit, dans son ouvrage intitulé *Tavaux de Mars,* qu'il a vu, dans la ville de Saint Yago, en Portugal, un des plus gros canons qu'on ait jamais coulés; il avait 32 pieds de longueur et était du calibre de 90». — *Traité élémentaire d'artillerie,* par E. Decker. — Introd., pág. 4.

[3] Souza Viterbo, *Fundidores de artilharia — Revista militar,* 1901.

[4] Quando em 1643 se reconheceu que um engenheiro francês que fôra encarregado da fortificação de Cascais procedera mal, foram mandados ali para vistoria «dous religiosos estrangeiros que estavam no colegio de Santo Antão, praticos das fortificações». Dec. do Concelho de Guerra, 21 de maio de 1642. Mas. 2 e carta de D. António de Menezes. Liv. 2. Conselho de Guerra. Torre do Tombo.

Desde os primeiros tempos da Restauração se vota particular interêsse à fortificação, sendo grande a influência não só das escolas holandesa e italiana, mas também da francesa, segundo se pode deduzir dos trabalhos de Serrão Pimentel, e mais tarde pelas informações de Azevedo Fortes, e Matias José Azedo, e das lições dos professores da Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho.

Os progressos da escola francesa, influenciada em parte pela escola holandesa fundada por Freytag, Marlois e Mathias Dogen, reflectiram-se entre nós desde o tempo de D. João IV, e durante toda a guerra da Restauração, pela influência de engenheiros que daquele país vieram ao nosso serviço, entre êles o célebre Manesson Mallet, autor dos *Travaux de Mars*, que acompanhou Schönberg, e que, segundo êle informa, não só levantou, por ordem superior a planta de muitas das nossas fortificações, mas procedeu a melhoramentos nas praças de Arronches, Extremoz, Ferreira e outros [1].

Antes dêle, no tempo de D. João IV, o engenheiro Gilot, com assistência do principe D. Teodósio, «inteligente nestas matérias», e outros, delineavam as fortificações das nossas fronteiras [2].

---

[1] *Les travaux de Mars ou l'art de la guerre*, par Allain Manesson Mallet, Maistre de la Mathematique des pages de la petite Ecurie de sa Magesté, cy devant Ingénieur et sargent Major d'Artillerie en Portugal, tomo I, 1648. O nosso Serrão Pimentel deprime os serviços dêste engenheiro em Portugal, e rebate as suas asserções (*Methodo Lusitano*).

[2] «Mathias Dogen, Author Holandez, compoz hum grande volume impresso em Amstardão, no anno de 1648, que foi muito applaudido, ainda que no essencial se não aparta de Frestag e Marolois: estes tres Authores tiverão grande sequito no seu tempo, porque erão os Paizes Baixos então o theatro da guerra da Europa; e na felice acclamação do Senhor Rey D. João IV, a que se seguiu a guerra com Castella, os Engenheiros que n'essa occasião passarão de França a

Quatro nomes, acima de todos, representam a supremacia da escola francesa neste período brilhante da história da fortificação. Errard [1], que já encontrámos no encerrar do período anterior, *le Sieur* de Fabre [2], e principalmente De Ville [3] e Pagan [4] que tão grande voga tiveram em Portugal e em toda a Europa. Foram verdadeiros inovadores, solidários no aperfeiçoamento das aquisições já feitas, mas indo às vezes, como no *método francês* de Pagan, alêm da compreensão da sua época.

Não tardou que Portugal tomasse parte no movimento, e aparece em 1680 o notável *Método Português* do engenheiro mór do reino Luís Serrão Pimentel, livro postumo dos mais exactos do seu tempo, na opinião autorizada de Stockler. Faz uma exposição clara dos diversos sistemas de fortificar conhecidos naquela época, e constitue um tratado precioso. O *Extracto de Fortificação,* manuscrito da biblioteca da Escola do Exército, é constituido pelas lições de Serrão Pimentel na Academia Militar.

Ao par dos progressos da artelharia, da fortificação, do armamento, da táctica, que caracterizam êste brilhante período, convêm notar que a estratégia, como sciência teórica, crescia nos seus foros de previsora dos resultados da guerra; e alêm do glorioso nome de Turenne, que personifica tal progresso nessa época, há nêsse ramo do saber

---

Portugal, seguião o methodo Holandez, e por elle se delinearão as fortificações das nossas Fronteiras, que se fabricarão já com a espada na mão, e pelo mesmo methodo se delineou a fortificação destas Cidades por Monsieur Gilot, Francez, a que assistiu com o seu voto o Serenissimo Infante D. Theodosio, inteligente n'estas materias». Manuel de Azevedo Fortes, *O Engenheiro Portuguez,* 1728, tomo II.

[1] Errard de Bar le Duc., *La fortification démontrée et érigée en art.*

[2] *Les pratiques du Sieur Fabre*, 1629.

[3] Antoine de Ville, *Traité de fortification,* 1628.

[4] Le Comte Blaise de Pagan.

ilustrações como Montecucoli, Marlborough, Villars, Perwick, Sobieski, Slahremberg e Crequi, dando em resultado batalhas verdadeiramente «estéticas», que, sendo excelentes lições de estratégia, são ao mesmo tempo admiráveis cursos de grande táctica, tais como as batalhas de Marlborough, digno émulo de Turenne [1].

*
* *

O período táctico encerra-se com Turenne; o periodo imediato, que vai da paz de Nimegue (1678) até á paz de Utrecht (1713), é o dos grandes exércitos, de oitenta a cem mil homens, dos pomposos assedios, das solenes guerras de posição, dos vistosos planos de campanha, dos aparatosos quarteis de inverno, das manobras brilhantes, das imponentes obras de fortificação. Comtudo, definem-se nêsse período sensíveis progressos na arte militar. Foi um período em que predominou a guerra de postos, não dando ensejo a maiores progressos na táctica, mas fixando os já adquiridos e desenvolvendo muito a fortificação e até certo ponto a estratégia.

Os preceitos de Turenne tinham porêm sido fixados no regulamento francês de 1703 e adoptados noutros países; as nossas *Novas Ordenanças* de 1707 eram moldadas sôbre os regulamentos da França.

Não só as últimas guerras de Luís XIV, mas a guerra da sucessão de Espanha, em que as tropas portuguesas tomaram parte notável, caracterizam a arte da guerra nêsse período.

O aperfeiçoamento das armas de fogo criára a fortificação passageira, da qual se abusava, como se abusa de toda a

---

[1] F. Leçomte, *Études d'histoire militaire*, tomo II.

inovação; os exércitos numerosos e complexos imobilizaram-se atrás das fortalezas e intrincheiramentos; as operações tácticas, tão memoráveis, do período caracterizado mais particularmente por Turenne e Condé, era substituído pelo dos ataques e defesas das praças e campos intrincheirados.

Pelo aumento dos efectivos e maior eficácia dos fogos, e ao mesmo tempo para se estar menos exposto a êles, fôra necessário diminuir a profundidade das colunas, reduzindo o número de fileiras, e aumentar-lhes consideràvelmente a frente, diminuindo-se tambêm, como na Prússia, o efectivo da segunda linha; o aumento dos efectivos evidenciara tambêm a insuficiência da brigada como maior unidade, e, pela falta de estudos concernentes ao terreno da parte dos generais, a sciência da guerra tornara-se estacionária, principalmente no ramo da táctica [1].

Os exércitos de Richelieu e de Louvois tinham conservado as bases da organização de Henrique IV e Sully, em que todas as tropas são permanentes e na grande maioria nacionais; em que a infantaria e artelharia são as armas preponderantes; em que se levanta o nível moral e disciplinar do exército, com oficiais aptos e instruidos, e soldados recrutados pelo sistema do voluntariado e do arrolamento por dinheiro, sujeitos depois a contínuos exercícios. Apareceram então em França verdadeiros tratados de arte de guerra; a artilharia e engenharia militar, de que Sully foi o criador entre os seus, tomaram grande incremento, sendo Jean Errard, como dissemos, o iniciador ali dos princípios modernos desta sciência; e a exemplo de Maurício de Nassau é abolida a lança na cavalaria, sendo toda esta aligeirada e armada de arcabuz curto, espada e pistola. É então finalmente que se organizam muitos dos serviços do

---

[1] Cap. Gérôme, *Essai sur la Tatique de l'Infanterie*.

exército, nascendo o instrumento que tantos êxitos deu a Richelieu e Mazarino [1].

Seguindo-se o movimento do período anterior, dá-se a substituição quási definitiva das armas antigas pelas armas de fogo, devido à invenção da baioneta com alvado de Vauban; estabelece-se a proporção conveniente entre as diversas armas; cria-se a unidade táctica de batalhão e esquadrão, e das grandes unidades fortes e harmónicas, sendo as divisões comandadas por tenentes generais; e a fortificação e sciências correlativas tomam um grande incremento.

Acentuava-se a tendência para a ordem e para o sistema na administração em geral e portanto na militar, e no exército eram também adoptadas a divisão de trabalho e instituições novas, criando-se escolas, colégios especialmente destinados a preparar oficiais, confeccionando-se códigos e ordenações especiais, regularizando-se o uso dos uniformes, estabelecendo assim a ordem e a harmonia progressivas no funcionamento da grande máquina, que se ia tornando cada vez mais complexa.

Como figura proeminente neste período aparece Vauban. Dado o carácter especial da guerra toma largo incremento a fortificação permanente e de campanha, e os exércitos vistosos da época teem novidades a ensaiar no ataque e defesa das praças. Não se separou ainda o pessoal de engenharia do de artilharia, que permaneceu confundido; mas criou-se em 1673 uma companhia de mineiros e em 1677 um corpo especial de engenheiros. Ficaram constituindo uma escola clássica os ensinamentos de Vauban que modificou ou antes acomodou às circunstâncias os traçados de Pagan e outros, em harmonia com os progressos das armas de fogo; e estabeleceu as regras do ataque por meio de

---

[1] L. Dussieux, *L'Armée en France*, tomo II.

paralelas, dos cavaleiros de baluarte, de fogos enfiados e da artilharia de ricochete, e os preceitos da defesa com os elementos combinados das fôrças em acção, das condições do terreno e da disposição das fortalesas. «O seu tratado de ataque e defesa das praças, diz Dussieux, é uma das obras primas que o século de Luís XIV nos legou, sob o ponto de vista da sciência, da língua, das ideias do filósofo e do homem da guerra».

Vauban não despresava nenhum dos grandes ensinamentos deixados pelos seus antecessores; soube, pelo contrário, tirar partido de todos êles, em harmonia com as condições do terreno, ao qual adaptava, segundo a sua fisionomia e carácter, as particularidades de cada um dêsses traçados. Para êle não era o terreno que se havia de adaptar a uma determinada forma preconcebida de fortificação; esta é que se devia acomodar às condições, melhores ou peores para a defensiva, do terreno.

Vauban ao mesmo tempo que fortificava a França, como se fôsse um grande campo entrincheirado, onde cada fortaleza era como um baluarte no traçado geral, estabelecia, principalmente, regras poderosas para o ataque das praças; ulteriores progressos, porêm, davam grandes vantagens à defesa, estabelecendo melhores métodos de desenfiamento, flanqueamento e relêvo das obras, aumentando o número das obras exteriores e estabelecendo um sistema de contramina e de guerra subterrânea.

Não era, porêm, um simples engenheiro, Vauban; não se limitava a construir praças; soube-as colocar nas fronteiras, mal defendidas por natureza, em harmonia com um excelente plano de operações defensivas, que por duas vezes salvou a França (de 1707 a 1712 e em 1793 a 1794). Era um táctico de merecimento. A êle se deve a invenção da baioneta de alvado.

Napoleão faz o elogio do sistema de defesa assim organizado por Vauban, e Carnot dizia que fôra êle «quem

vira as coisas em grande e procurava as relações das praças de guerra entre si e da fortificação com os outros ramos da arte da guerra».

É o período em que o sistema regional na construção das fortalezas põe completamente de parte o antigo sistema, puramente local, em que os castelos representavam lugares de refúgio sem relações uns com os outros. Agora as praças conjugam-se para proteger uma determinada área do país, uma província, um teatro de operações, aquele onde o exército, nos ainda dificientes recursos estratégicos da época, se tinha de mover e viver. Já não era em volta dos adarves dum castro forte que se passavam os episódios isolados da guerra, para render, pelo assalto ou pela fome, a guarnição que era ao mesmo tempo uma cidade ou uma vila; ampliava-se o campo da acção; e as operações interessavam toda uma região, solidaria no conjunto delas.

Louvois auxiliava e completava a obra de Vauban; com os seus processos orgânicos, sobretudo a criação das milícias comunais, o exército francês que em 1666 era de 72:000 homens, em 1696 chegava, crescendo progressivamente, a 395:000.

Como se afirmasse o predomínio das armas de fogo sôbre as de pulso, Louvois passou a $^2/_3$ a porção dos mosquetes sôbre os piques. O mosquete substituira o arcabuz, e êste passava a ser substituido pela espingarda (Flinte), contra a qual se travou ao princípio grande luta; com a invenção porêm do mosquete-espingarda, ou fusil serpentino deu-se uma espécie de transacção, e essa arma passou a entrar na proporção de $^4/_5$ para $^1/_5$ de piques na infantaria. Ainda assim a espingarda, o mosquete e o pique viveram por algum tempo reunidas.

Em 1669 os capitães eram autorizados a ter quatro soldados armados de espingardas por companhia, dos melhores atiradores; mais tarde passaram a seis. Em 1687 foi o primeiro passo, e em 1703 o definitivo para a adop-

ção da arma de fogo, com a baioneta de alvado, a vareta de ferro, e o cartucho completo, de papel, contendo a bala e a pólvora. Um atirador hábil dava três tiros por minuto, Na Alemanha, pelo melhor sistema de inflamação, davam seis por minuto.

Como a conseqüência das guerras de assedio, tiveram incremento os granadeiros, que na *coluna de ataque*, proposta por Folard, passaram a formar na reserva.

Com as organizações de Richelieu e de Louvois, foram atendidos não só os serviços das diversas armas, mas os das instituições militares e serviços auxiliares, chegando o exército a ser um organismo complexo, embora defeituoso em parte, de que um escritor italiano nos dá o seguinte perfil:

«Relanceando o olhar pelos regulamentos de Luís XIV, ver-se-há ali uma fôrça armada de 400:000 homens em uma população de 20.000:000 de habitantes; ordens militares para recompensar, códigos especiais para distinguir, uma hierarquia para comandar, regulamentos de administração e de caserna, hospitais para enfermos, médicos e capelães adstritos aos exércitos, instituições para a mocidade, asilos para os veteranos, bibliotécas, máquinas, mapas, arsenais, operários, cidades próprias para uso exclusivo das tropas, como são as fortalezas, história e tradições dos feitos de antepassados, trofeus conservados, etc. Todo êste espectáculo não faz senão denotar a existência, dentro de um Estado, de uma sociedade especial, que é como que o resumo dêsse Estado, porque todas as classificações sociais ali estão representadas. E visto que essa sociedade tem no seu seio leis, artes, religião, sciências, recompensas, tradições, história, o Estado que a compreende as deve também possuir, e num alto gráu; já que no exército há teólogos, médicos, sábios, deve havê-los em grande número no Estado; se essa massa organizada obedece a uma vontade, a mesma obediência se deve encontrar no

Estado, com uma hierarquia de que o exército reproduz a imagem. Isso faz supor um Estado civilizado, classificado, tranquilo no interior, dominado por um poder único que cria, com o nome de *leis*, regras que êlê respeita por seu interêsse próprio e pelo interesse geral; que deve ser rico para manter um corpo tão poderoso e forte para o dominar, em vez de por êle ser dominado; isso supõe, finalmente, que deve ali haver outras corporações com a mesma organização, única maneira de compreender o uso e o fim de um tal corpo» [1].

(Continua)

Cristóvão Aires.

---

[1] Luigi Blanch, *Della scienza militare considerata n'suoi rapporti colle altre scienze e colle systema sociale.*

I

ACTAS E PARECERES

Sessão de 8 de janeiro de 1915

Presidente: o Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Braamcamp Freire, Júlio de Vilhena, Leite de Vasconcelos, Cristóvão Aires secretário da Classe; os sócios correspondentes Srs. Veiga Beirão e Cunha Gonçalves; e sócio correspondente da Primeira Classe Sr. Carlos Roma du Bocage.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O sr. *Braamcamp Freire* anunciou que, em harmonia com a deliberação tomada pela Classe na sua última sessão, convidára o sr. Gama Barros a assumir a direcção da importante publicação académica: *Portugaliæ Monumenta Histórica.*

O sr. *Gama Barros,* ocupado na elaboração do 4.º e 5.º volumes da sua monumental obra: *História da Administração Pública em Portugal,* não pode tomar êsse encargo.

A classe sentindo muito a recusa do sr. Gama Barros, elegeu o sr. Anselmo Braamcamp para dirigir a publicação referida; e, por proposta do sr. Braamcamp foi eleito para com êle colaborar na mesma direcção o sr. Pedro de Azevedo.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Sessão de 21 de janeiro de 1915

Presidente: o Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Braamcamp Freire, Coelho de Carvalho, e Cristóvão Aires, secretário da Classe; os sócios correspondentes Srs. Esteves Pereira e Pedro de Azevedo; e da Primeira Classe Sr. Carlos Roma du Bocage.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

Foi apresentada uma circular da Provedoria da assistência pública pedindo um dia de ordenado aos funcionários ou um dia de rendimento, a favor do fundo patriótico da assistência, sendo resolvido enviar essa circular aos presidentes das secções.

O sr. *Coelho de Carvalho* leu o parecer relativo à candidatura do sr. Pereira de Matos a sócio correspondente.

O mesmo académico deu seu parecer favoravel à republicação do livro *A embaixada do Monteiro Mór e do dr. António Coelho de Carvalho em 1641 a França* para o reconhecimento do Portugal restaurado por D. João IV, proposta feita pelos srs. Carlos Bocage e Edgar Prestage. O livro é obra de João Franco Barreto, que fôra à França como secretário do Monteiro Mór. Franco Barreto é um dos clássicos portugueses cuja riqueza de vocabulário é considerada das mais opulentas, a ponto de ter sido a sua *Eneida Portuguesa* a mais copiosa das fontes do *Dicionário* de Morais. Entretanto, o sr. Coelho de Carvalho é de opinião que a Academia deve dar a aprovação proposta com a

condição do sr. Bocage fazer preceder o livro duma notícia crítica sobre a importância histórico-diplomática daquela embaixada, trabalho para que ninguem ha mais competente que o sr. Bocage. Tambêm é de parecer que a Academia deve convidar os srs. Bocage e Prestage a fazerem a identificação dos lugares do itinerário em França, cuja ortografia antiga os torna hoje difícil de reconhecer em qualquer carta da moderna França, e do mesmo modo a identificação dos apelidos das famílias nobres que no livro se encontram referidos.

O sr. *Bocage,* depois de agradecer as lisongeiras apreciações com que o sr. Coelho de Carvalho o honrou, informa a Classe de que sempre foi intenção do sr. Prestage e sua fazer preceder a obra de Franco Barreto de um breve prólogo em que se alude à importância da embaixada e à sua influência nas nossas relações externas, comquanto lhe pudesse servir de introdução um trabalho seu, acérca da nossa política internacional em seguida à Restauração, que já tem parecer favorável da Classe e em breve deve ser publicado.

Quanto à identificação do itinerário da embaixada do Monteiro-Mór e das pessoas citadas, é um trabalho bastante difícil, sôbretudo quanto à segunda parte; mas de que os srs. Bocage e Prestage se têem já ocupado, sendo sua intenção juntar ao escrito de Franco Barreto um mapa geográfico com o itenerário seguido pelos nossos diplomatas na ida e no regresso.

O sr. *Presidente* propôz, sendo aprovado, um voto de sentimento pela morte do pai do sr. Edgar Prestage.

Apresentou o mesmo presidente as seguintes obras do sr. Alberto de Oliveira: *Pombos Correios, Suave Milagre, Palavras Loucas* e *Mil Trovas,* como título à candidatura.

O sr. *Pedro de Azevedo* ofereceu à Academia, em nome do seu autor, sr. Francisco Nogueira de Brito, o opúsculo intitulado *A Colecção de manuscritos de Ribeiro Saraiva,*

e apresenta uma nova cópia dos nomes dos moços fidalgos que recebiam ensino de gramática e estão mencionados no rol de Bartolomeu de Araujo. Êsse rol já fôra publicado nas *Provas da Historia Geneologica da Casa Real* sem a ortografia original e com erros e omissões. O sr. Azevedo fez várias considerações sôbre o ensino no século XVI e mencionou o recibo de Rui Pereira, mestre de leitura da feitoria de Cochim, em 1514, e documentos relativos aos mestres de gramática Lopo Galego, Marçal de Gouveia, Inigo Moreno e Rodrigo Sanches.

O sr. *Presidente* agradece a interessante comunicação do sr. Pedro de Azevedo.

A propósito de uma passagem das cartas de Afonso de Albuquerque, o sr. Lopes de Mendonça agradece os esclarecimentos que a tal respeito lhe deu o douto académico sr. Braamcamp Freire, e que lhe permitiram identificar o tio prior do Crato a que Albuquerque se refere. Como questão paralela ocorre-lhe rectificar a lista corrente dos priores do Crato, incluindo, entre D. Nuno de Goes, destituido pelo infante D. Pedro, e D. Diogo Fernandes de Almeida, irmão do primeiro vice-rei da Índia, os nomes de D. Henrique de Castro e dos dois tios maternos de Albuquerque, D. João e D. Vasco de Ataíde. É êste último a personagem a quem êle alude. O sr. Lopes de Mendonça reconstitue os pontos culminantes da sua biografia. Foi êle um dos padrinhos de batismo de D. João II. Vivia ainda em 1489, ano em que se deu a expedição da Graciosa, à qual alude a passagem referida de Albuquerque. E ha uma tradição romanesca ligada à sua entrada na ordem de S. João de Jerusalem e à sua investidura como prior do Crato, em resultado de amores contrariados. Essa tradição, reproduzida pelo sr. Lopes de Mendonça, pode não ser no seu conjunto verdadeira, mas é provável que tenha algum fundamento. Interessa por se referir a um parente próximo de Albuquerque. Ficam ainda sem

solução outros problemas ligados com a biografia de Albuquerque, como é principalmente a sua participação nas campanhas de Marrocos atestado por uma passagem do *Cancioneiro* de Rezende, e cujos pormenores são ainda desconhecidos. O sr. Lopes de Mendonça contenta-se em fornecer êstes subsídios para futuras investigações, que estimará sejam coroadas de exito.

O sr. *Esteves Pereira* leu uma nota acêrca de duas citações do livro — *Pastor de Hermas* — feitas por Gomes Eanes de Zurara, uma na *Chronica da conquista da Guiné*, cap. 74, e outra na *Chronica da tomada da cidade de Ceuta*, cap. 96. O livro *Pastor de Hermas* pertence à literatura apócrifa do Novo Testamento; foi escrito em grego, provavelmente no segundo século da era vulgar, gosou de grande autoridade, e foi citado muitas vezes pelos antigos Santos Padres; mas foi incluido como apócrifo no decreto do Papa Gelásio I (492-496), do que resultou serem extremamente raras as cópias do texto grego do mesmo livro. As citações de Zuzara não são feitas directamente do texto grego ou da sua versão latina vulgar, mas de uma citação de autor desconhecido.

O sr. Presidente elogia tão curiosa comunicação.

O sr. *Pedro de Azevedo* agradeceu a sua eleição para coadjuvar a redacção da *Portugaliae Monumenta Histórica*.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Parecer redigido pelo Sr. Joaquim Coelho de Carvalho acêrca da candidatura do Sr. A. Pereira Matos a sócio correspondente

Enviou o Sr. António Pereira de Matos em oferta a esta Academia sete volumes, e, pelo merecimento que revelam, êstes livros foram pela presidência da Segunda Classe considerados título suficiente de candidatura do autor a sócio correspondente desta corporação scientífica.

Escolhido para relator do parecer da secção das sciências económicas e administrativas, à qual especialmente incumbe o estudo dos assuntos que o sr. Pereira de Matos principalmente versa, venho hoje desempenhar-me dêste honroso encargo.

Os livros enviados são (enumerados pela ordem da sua publicação de 1909 a 1910): *Nas águas de Moçambique,* relatórios das comunicações desempenhadas pelo vapor Batista de Andrade; dois folhetos em verso *Sonhar,* e *Na passagem da linha*; 1900 e 1901, dois grossos volumes, *A marinha do comércio*; 1902, *A marinha colonial;* 1903, *Na Bengo,* relatórios da comissão desempenhada por esta canhoneira de guerra sôb o comandado do Sr. Pereira de Matos; 1905, *Union maritime internacionale* com o sub-título de *L'état actuel de la question;* 1908 e 1910, *O problema naval português.*

Não são estas as únicas obras dêste ilustre oficial da Armada Portuguesa, de que temos notícia; outros livros teem aparecido firmados por êle e que igualmente bem recebidos foram pela crítica. Mas como o candidato só as que vimos de citar nos ofereceu, só em vista delas daremos a nossa opinião sôbre a sua candidatura.

Como a Segunda Classe da Academia é essencialmente uma Academia de letras, e devendo ser por isso, antes de tudo, a guarda da tradição das boas fórmas da lídima linguagem portuguesa, cumpre-me principiar por dizer-vos que a prosa e os versos em que o candidato Sr. Pereira de Matos expressa as ideias e conceitos, que em suas obras expõe e discute, são de quem pensa em português, mesmo no folheto *Union maritime internacional* escrito em francês. E se isto lhe não lhe daria direito a ser da Academia Francesa, não lha tira para ser da portuguesa.

E como a linguagem é correcta e nossa, e até por vezes elegante, satisfaz, a meu ver, o candidato à primeira condição para desta douta corporação de letras fazer parte.

Mas não é só a qualidade de escrever correctamente a linguagem portuguesa que assinala os méritos do Sr. Pereira de Matos. Tem êste ilustre oficial da armada conhecimento profundo da parte stática das condições económicas e políticas com que se apresentam entre nós os problemas capitais da vida portuguesa: — do fomento colonial, da marinha mercante e da de guerra —, os quais sempre tão intimamente se conjugaram e conjugam em a economia duma nação que, como a nossa, tem vastos domínios em África, e uma população enorme da sua raça na América, ao passo que o território metropolitano seu é apenas uma ribeira do mar, cais natural para descarga das mercadorias trazidas da África e da América, e,

quando aberto o canal de Panamá, também das que vierem do Extremo Oriente e da Oceania.

Se as soluções dos problemas apresentadas e defendidas pelo Sr. Pereira de Matos nem sempre são aquelas que se nos afiguram mais próprias e consoantes com o génio da nossa gente e com as tradições portuguezas e, portanto, de seguro resultado no futuro, nem por isso é menos de admirar e louvar a elevação do pensamento com que o assunto é sempre tratado, e a lógica na dedução das suas proposições, e, sôbretudo, o intuito profundamente patriótico que em toda a obra guia o espírito esclarecido dêste escritor.

Por todas estas qualidades de saber, inteligência e patriotismo, que se revelam na obra vasta do Sr. Pereira de Matos, somos de parecer que o candidato está nas circunstâncias de ser eleito sócio correspondente desta Academia.

Lisboa, 21 de janeiro de 1915.

Christovam Ayres
António Candido
Henrique Lopes de Mendonça
Júlio M. de Vilhena
Joaquim Coelho de Carvalho (relator).

Parecer redigido pelo Sr. Joaquim Coelho de Carvalho àcêrca da reimpressão da obra intitulada «A embaixada do Monteiro-mór e do Doutor Antônio Coelho de Carvalho»

Haveis-nos dado a dupla tarefa de examinar um manuscrito, cópia do livro impresso intitulado *A Embaixada do Monteiro Mór e do Doutor Antonio Coelho de Carvalho a França*, e de dizer-vos em parecer fundamentado, se o temos por obra digna de ser, por conta da Academia das Sciências de Lisboa, reimpressa, como alvitrado nos foi pelos nossos ilustres consócios Srs. Carlos Roma du Bocage e Edgard Prestage.

Lemos com toda a atenção o livro com a cópia manuscrita e consideramos que, fazendo-o reimprimir e correr, a nossa Academia prestará um bom serviço às belas letras e à história pátria; porquanto é obra, pela vernaculidade e elegância da linguagem, digna do seu auctor, o clássico João Franco Barreto, o célebre erudito que compoz em oitava rima a *Eneida Portugueza,* a qual, mais dum

século volvido, veiu a ser a mais copiosa fonte do diccionário de Morais e Silva. E sendo dêste livro da *Embaixada do Monteiro Mór e do Doutor António Coelho de Carvalho* a tal ponto raros os exemplares impressos que Inocêncio disse constar-lhe a existência apenas dum, o da biblioteca de lord Stuart em Inglaterra, mal fôra não se facultar aos estudiosos da lídima linguagem portuguesa tão clara lição. É de notar a simplicidade ática desta narração escrita numa epoca em que, na Península, a clareza do conceito se afogava e perdia no refolhado estilo de Luiz de Gongora e J. Argote. Mas além destas qualidades de estilística possuir, é o livro da Embaixada opulento repositório curioso de utilíssimas notícias de usos e costumes, de lendas e pragmáticas, tanto das províncias de França pela Embaixada percorridas, como da côrte do seu então monarca Luís XIII.

É, pois, meu parecer que se reimprima a obra; com a condição porém de os nossos ilustres consócios, que a reimpressão propuzeram, a opulentarem de anotações, indispensáveis especialmente para a identificação dos lugares (cidades, vilas, aldeias, herdades e castelos), onde os embaixadores se detiveram ao passar ou a que o narrador de suas jornadas faz referências, pois, na forma em que estão escritos nomes taes, dificil nos é hoje reconhecê-los, e até impossível será acha-los em alguma bôa carta topográfica da França moderna, nem sobre ela seguir, por aqueles nomes, o itinerário dos embaixadores de D. João IV ao rei de França, tanto na ida, desde o desembarque em La Rochelle até Sain Germain, onde então Luís XIII havia residência e côrte; como na volta, regressando, por Orléans, áquele porto.

Egual trabalho de identificação muito convirá tambêm, se possivel lhes fôr, em relação aos nomes de família dos senhores que intervieram a festejar os embaixadores de el-rei, em as jornadas verdadeiramente triumfaes, desde que em França entraram, até que a Lisboa volveram trazendo, de escolta de honra, navios franceses da real armada.

E como o facto da cordealíssima acolhida que houve a primeira Embaixada do Portugal restaurado, tanto pela parte do monarca e da Rainha, como pela dos nobres franceses, mostra só por si quão grande significação política tinha para a própria França aquela missão, cumpre-nos exigir ainda que os Srs. Roma du Bocage e Edgar Prestage nos dêem, em prefácio ou em *post loquia*, a notícia crítico-histórica das relações da côrte de Luís de França com a de Madrid na época em que Portugal foi restaurado do poder de Filipe IV de Castela; e ainda dizerem a influência que o acôrdo de

Lisboa com Sain Germain, resultante da Embaixada de Monteiro Mór e do Doutor António Coelho de Carvalho teve na política externa da França e na dos dois reinos da península no decorrer do tempo que se seguiu até à paz definitiva com a Hespanha.

Lisboa, 21 de Janeiro de 1915.

A. Braamcamp Freire.
Júlio M. de Vilhena.
Joaquim Coelho de Carvalho (relator).

Sessão de 4 de fevereiro de 1915

Presidente: o Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Braamcamp Freire, Leite de Vasconcelos, Teixeira de Queirós, Veiga Beirão e Cristóvão Aires, secretário da Classe; os sócios correspondentes srs. Alfredo da Cunha, Almeida d'Eça, Cunha Gonçalves, David Lopes, Esteves Pereira, José Joaquim Nunes e Pedro de Azevedo; sócio correspondente estrangeiro sr. Edgar Prestage; e sócios correspondentes da 1.ª Classe srs. Carlos du Bocage, Rodolfo Guimarães e Zeferino Falcão.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O sr. *Edgar Prestage* agradeceu à Classe e ao digno presidente, sr. Lopes de Mendonça, o voto de sentimento pela morte de seu pai.

Oferece à Academia um exemplar da já celebre pastoral do cardeal Mercier. Crê que todos reconhecem no arcebispo de Malines um dos vultos mais notáveis dêste tempo, quer pelo seu caracter, quer pela sua inteligência. Alêm disso é opinião corrente que só as dificuldades inerentes à eleição dum estrangeiro, emquanto a Santa Sé continua privada dos seus direitos territoriais, teem obstado à subida dêste prelado à cadeira de S. Pedro. A pastoral é um documento importante pela doutrina e pela coragem que a ditou. Foi lida nas igrejas de diversos países e é testemunha da impressão que fez em Londres, por ter assistido à sua leitura no templo dos Padres do Oratório há três semanas.

Quer também chamar a atenção da Classe para o papel de impressão das publicações académicas, por ter sido um dos coordenadores da publicação dos *Registos paroquiais de Lisboa*. O Registo de Santa Cruz foi impresso em papel tão fraco que se viu obrigado a mandar imprimir à sua custa 6 exemplares em papel de linho, aliás o livro não existiria ao cabo de 30 anos. Ora como a ideia que presidiu à publicação do Registo foi a de conservá-los para as gerações futuras, parecia-lhe que seria conveniente, agora que se trata do Registo da Sé, fazer uma tiragem menor (200 ou 300 exemplares) mas empregar bom papel, ou pelo menos papel de linho, em lugar de imprimir 700 em papel inferior.

O sr. *Presidente* agradeceu a oferta da Pastoral do cardeal Mercier que considera uma interessantíssima peça literária e disse que submeteria à sanção da assembleia geral a proposta referente ao papel de impressão dos Registos da Sé.

O sr. *Leite de Vasconcelos* leu um artigo a respeito de D. Rodrigo da Cunha, o qual é um extracto da obra que está escrevendo sôbre a história da nossa numismática. Ei-lo em resumo:

Bem diferente dos seus colegas, o ardiloso D. António Pinheiro, bispo de Leiria, e o santarrão de Braga, D. Fr. Bartolomeu dos Martires, ambos os quais tanto defenderam o domínio filipino, D. Rodrigo da Cunha foi patriota denodado, que, nos transes aflitivos que Portugal passou, esteve sempre ao lado da justiça, já opondo-se com tenacidade ás exigências de Castela, já promovendo, quanto em si coube, a restauração. Nasceu em 1577 e faleceu em 1643. Exerceu altos cargos, quais os de inquisidor, bispo de Portalegre e do Porto, e arcebispo de Lisboa. As horas que as suas obrigações pastorais e publicas lhe deixavam livres, aplicava-as a estudos literários. Escreveu várias obras, e entre elas *Historia Eclesiastica de Lisboa* (1642).

— Nesta história tem um tratado numismático que pode considerar-se composto de três partes: um proémio, uma lista de moedas portuguesas e uma breve história metálica, que vai dos começos da monarquia a D. João IV. Ao contrário de Manuel Barbosa, que estudou as moedas segundo os metais, e de Severino de Faria, que as estudou cronologicamente, Cunha estuda-as pela ordem alfabética dos nomes delas, método original para o tempo, e prático. — Alêm de escritor, D. Rodrigo foi tambêm colecionador de moedas. É pois por dois modos que êle figura na história da numismática. Quem não sublimará a memória dêste prelado, cujo báculo não constituía para êle pêso que o estorvasse de ilustrar os pátrios anais, ao mesmo tempo que, como homem de acção, contribuía para a grandeza material da sua terra. Se nem sempre, no que publicou, procedeu com crítica, ao menos procedeu sempre com boa fé, condição essencial em quem escreve, e realçada ainda em D. Rodrigo pela modéstia com que êle se apresenta. No trabalho numismático de D. Rodrigo se inspiram autores posteriores, tais como Fr. António da Purificação, e Fadrique Espinola.

O sr. *Teixeira de Queirós* apresentou à Academia as seguintes obras do sr. Rocha Martins: *Madre Paula* (romance), *Mestre de Aviz* (romance) *Bocage* (romance), *Rei Santo* (romance) e *Gomes Freire* (romance).

O *Presidente* apresentou tambêm à Academia as seguintes obras do sr. conde de Paçô Vieira: *Discursos Parlamentares* (3 volumes), *Caminhos de Ferro Portugueses — Subsídios para a sua História* e *Escritos jurídicos.*

O sr. *Presidente,* a propósito do que disse o sr. Braamcamp, falou largamente a respeito dos priores do Crato, tios de Afonso de Albuquerque.

O sr. *Braamcamp Freire* apresentou o seu novo opusculo *Expedições e armadas nos anos de 1488 e 1489*. Este estudo é todo feito sôbre uns cento e tantos mandados

existentes na Torre do Tombo, no *Corpo chronologico,* mandados ordenando a entrega de biscoito a várias pessoas. Por êles se podem conhecer as expedições que naqueles dois anos foram enviadas à África, das quais as principais foram, em 1488, a dirigida ao país dos Jalofos e da qual não se tirou resultado nenhum, devido ao facto do capitão-mór ter assassinado a bordo do seu navio o príncipe daqueles territórios, D. João Bemoim, que êle ia encarregado de restituir no trono.

A outra expedição, muito mais importante, foi a da Graciosa, no ano de 1489. Para esta expedição organizaram-se sucessivamente quatro armadas, da última das quais, a do comando do conde de Monsanto, não consta da *Chronica de D. João II,* de Ruy de Pina. É notável o desenvolvimento que nesses tempos se deu ás expedições referidas, o número relativamente avultado de expedicionários e de navios equipados e enviados.

A propósito da ida à Graciosa e como prova do apuro em que lá se encontravam os portugueses, leu umas trovas de D. João Manuel, as quais se encontram no *Cancioneiro geral.*

Tambêm se referiu à possibilidade de ter lá estado Afonso de Albuquerque, a qual por ora consta só por lacónica referência dos *Comentários* e ainda se não acha provado por documento.

Ofereceu tambem à Academia o seu trabalho: *Gil Vicente, poeta e ourives.* (Novas notas).

O sr. *Alfredo da Cunha* ofereceu à Academia os seus dois recentes trabalhos: *O portuense Sousa Viterbo* e *No cincoentenário da Associação dos Arqueologos Portugueses.*

A propósito do seu trabalho «*O Diário de Notícias — A sua fundação e os seus fundadores,* disse que consultára na Bibliotéca da Academia o interessante manuscrito do *Dicionário Jornalistico Português,* de Silva Pereira, donde colhera importantes informações, e perguntou qual a inten-

ção da Academia a respeito dêste manuscrito; respondendo-lhe o secretário que a Academia o comprára para o publicar, o que faria brevemennte.

Foram eleitos em seguida, por unanimidade, sócios correspondentes da Academia, os srs. dr. Ruy Ulrich e Gomes de Brito.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Sessão de 19 de fevereiro de 1915

Presidente: o Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Braamcamp Freire, Coelho de Carvalho, Leite de Vasconcelos, Júlio de Vilhena e Cristóvam Aires, secretário da Classe; os sócios correspondentes srs. Almeida d'Eça, António Baião, Cunha Gonçalves, Esteves Pereira, J. Joaquim Nunes, Pedro de Azevedo e Ruy Ulrich; sócio correspondente estrangeiro sr. Edgar Prestage; e sócio correspondente da 1.ª Classe sr. Carlos du Bocage.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O sr. *Júlio de Vilhena* disse que tendo lido no último número do *Boletim* um trabalho sôbre a divisa do infante D. Henrique, em que o ilustre consócio sr. Esteves Pereira mostrava mais uma vez a sua vastíssima erudição, pedia licença para discordar da autorizada opinião de s. ex.ª com relação ao sentido da expressão: *talant de bien fere.*

Escreve o sr. Esteves Pereira que a significação do moto parece indicar que o infante D. Henrique adoptara aquela frase na sua divisa pela natural inclinação que em si sentia de «fazer bem a todos». Salvo o devido respeito, não está de acôrdo com tal interpretação. E esta sua opinião não é de hoje, mas já foi publicamente revelada há bastante tempo.

Quando em julho de 1894 foi decretado que a divisa dos navios portugueses fosse substituída pela do infante, o orador, que então redigia o *Universal,* escrevia ali em

18 de julho, apreciando aquela medida do govêrno de então, estas palavras:

«Acresce que, ainda quando nós tivessemos navios para adornar com letreiros, e isso fosse necessário para excitar as tropas, não percebemos o que pudesse significar a legenda do infante. *Talant de bien fere* supomos nós que quer dizer — «desejo de acertar». Ora, esta divisa fica bem a um sábio, a um trabalhador, a um rei, a um homem de Estado, mas não tem aplicação recta a uma armada, cuja missão e cujos intuitos não são notóriamente os de uma qualquer personalidade».

Ainda hoje está convencido de que aquela legenda não tem outra significação que não seja — «desejo ou vontade de proceder bem, de pôr bem por obra, de praticar bem, de agir bem, ou desejo ou vontade de acertar».

O «fazer bem a todos» é uma divisa que fica perfeitamente num humanitário, ou num filantropo, e não era êsse o carácter do infante. S. Francisco de Assis ou S. Vicente de Paulo aceitariam de boa vontade essa divisa. Pensava mesmo que a tradução neste sentido não se acomodava à letra da legenda, porque *bien faire* não é o mesmo que *faire le bien* ou *du bien*.

Conhecia diferentes traduções da divisa, algumas das quais, como as de Azurara e fr. Luís de Sousa, são referidas no escrito do sr. Esteves Pereira, mas em nenhuma delas encontrava um sentido preciso e razoavel.

A palavra *talant* traduziam uns por «*talento* e *inclinação*», outros por «*desejo, vontade*», e até Oliveira Martins, uma vez por «*arte*» e outra por «*sciência*».

Na tradução desta palavra está plenamente de acôrdo com o seu sábio colega quando lhe dá a significação de «desejo», «vontade». As palavras «bien faire» traduzem alguns simplesmente por «bem fazer». Oliveira Martins, uma vez por «proceder com acerto», outra vez por «obrar com justiça». Parece-lhe bem a tradução de «proceder

com acêrto» ou simplesmente de «acertar», como êle orador tinha indicado em 1894.

O sr. *Edgar Prestage* observou que, apesar das relações políticas e comerciais entre Inglaterra e Portugal terem sido intensas, as duas literaturas não tinham influenciado muito uma à outra. Acha portanto interressante registar um caso que se deu agora. Refere-se à balada intitulada «A friend in meed» no livro *Mirage* de Douglas Ainslie, que é a parafrase em verso da tradução inglesa do conto «Defunto» de Eça de Queirós, feita há anos por elle Edgar Prestage, sendo dedicado à memória do escritor português.

O sr. *Ruy Ulrich* agradece a sua eleição como sócio correspondente da Academia. Fá-lo comovidamente por conhecer bem a gloriosa tradição desta Academia, orientada de todo o movimento sciêntífico e literário do país, na sua longa história. Por isso a sua eleição para sócio desta corporação poderia desvanecê-lo, mas sabe que ela não representa, como noutros casos, a coroação duma carreira sciêntífica gloriosa, mas apenas um estímulo para continuar com maiores responsabilidades os seus modestos trabalhos. Mas com uma grande generosidade faculta-lhe a Academia os meios de estudar com mais proveito, ouvindo e aproveitando as lições dos seus consócios, junto dos quais se senta mais como discipulo do que como colega. Lamenta a ausência do sr. conselheiro Veiga Beirão, que lhe serviu de patrono; e nenhum melhor poderia desejar, pois há muitos anos se habituara a admirá-lo e a respeitá-lo como um mestre para todos os jurisconsultos portugueses.

O sr. *António Baião* apresenta um trabalho seu, intitulado: *A censura literária da Inquisição no século XVII, subsídios para a sua história.*

Di-lo fundado na correspondência original inédita do Santo Ofício, de 1617 a 1695, à qual fará alguns esclarecimentos. Refere-se a primeira censura inquisitorial ao *Flos*

Sanctoram de Vilhegas, que foi apreendido, e a segunda a uma comédia dividida em jornadas, intitulada *El maior acierto errando,* cujo assunto era o estabelecimento da Inquisição em Portugal, contado fabulosamente. A propósito desta censura, que o sr. Baião lê em parte, fala na *História da Inquisição* de Llorente refutada nêsse ponto na *Revista Literária* e no trabalho de Herculano, cujas provas foram publicadas no *Corpo Diplomático.* A terceira censura diz respeito a um manifesto *Dolor fidei publicae,* publicação política em favor de D. Duarte de Bragança, que apesar de feita por ordem de D. João IV, foi pela Inquisição apreendida e o seu autor asperamente repreendido perante os inquisidores. É um processo muito interessante, pois esclarece o problema bibliográfico de saber a data da impressão dêsse trabalho e o seu impressor, notícias que foram desconhecidas de Barbosa Machado e Inocêncio. A quarta censura é a apreensão duma publicação alemã intitulada *Breve Compendio das Maravilhas do Anti-Christo*, e a quinta vem revelar uma publicação até agora desconhecida, pelo menos não mencionada por Barbosa Machado nem por Inocêncio. É a duma publicação de propaganda política em favor da causa de D. João IV, como a *Dolor fidei,* más cuja sorte foi bem peor, pois foi complétamente sequestrada ao público. Intitulava-se *Plantus Catholicus* e, impressa em Londres, era seu autor o célebre António Sousa de Macedo.

Comentando esta censura e a do manifesto de Tavares, o sr. Baião salienta serem exuberantes as provas de como á causa da dinastia brigantina não era afecta a Inquisição portuguesa, cuja força nêsse tempo era verdadeiramente extraordinária.

O sr. *Presidente* aplaude e louva as interessantes comunicações feitas pelos srs. Júlio de Vilhena e António Baião, e saúda o sr. Ruy Ulrich pela sua entrada na Academia.

O sr. *Cunha Gonçalves* oferece à Academia o seu último

livro intitulado *Da conta em participação,* e disse que aproveitava o estar no uso da palavra para se congratular com a Academia pela recente admissão do sr. Ruy Ennes Ulrich. Posto que esta admissão fosse precedida de um parecer firmado por pessoas autorizadas, é certo que o seu depoimento tem o valor derivado do facto de ter tido a honra de ser contemporâneo de s. ex.ª na Universidade de Coímbra, e, como tal, acompanhado uma parte da sua carreira académica até êle atingir o professorado. Póde, por isso, asseverar que a Academia muito tem a esperar do talento, vasta erudição e grandes faculdades de trabalho do novo académico.

O sr. *Ruy Ulrich* agradece as palavras amáveis que lhe são dirigidas pelo seu colega, cujas notáveis qualidades teve ensejo de apreciar em Coímbra por ocasião do seu doutoramento.

O sr. *Anselmo Braamcamp* disse desejar comunicar à Classe que já tinha nas suas mãos as folhas impressas da continuação dos *Port. Mon. His. — Inquisitiones.* Começa-se nessas folhas a reprodução do livro 3.º da terceira alçada da era de 1296 (1258 do ano do nascimento). Êste livro é mais volumoso do que os dois já impressos, donde resultará que, continuando-se com a paginação da parte já impressa, o volume atingirá perto de duas mil páginas, visto que a parte já publicada termina na pag. 752.

Consulta pois a Classe sôbre se se deverão inutilizar as 22 folhas já impressas, com o que não concorda, ou se deverá procurar, de acôrdo com os técnicos da Imprensa Nacional, muito competentes para resolver o assunto, a sua resolução por outra fórma.

Tambêm comunica a bela ideia que o seu colaborador nesta publicação, o sr. Pedro de Azevedo, teve: a de juntar a cada uma das alçadas um mapa dos territórios onde se procedeu ás inquisições. É excelente a lembrança,

porque facilitará muito as investigações dos que desejarem estudar os interessantíssimos assuntos derivados daqueles documentos.

Também por último comunica haver o sr. Alves, muito consciencioso e hábil paleógrafo da Torre do Tombo, tomado o encargo de continuar a cópia.

Concordando a Classe com estas indicações, tem a satisfação de lhe anunciar que muito brevemente começará a impressão das folhas seguintes e a Academia mostrará que a sua, talvez mais importante publicação, não parou; recomeçará a executar-se.

O sr. *Presidente* disse, com aplauso de toda a Classe, que ninguem melhor que o sr. Braamcamp podia ser árbitro nos assuntos por êle apresentados, e que por conseguinte a Academia se aplaudiria nas resoluções por êle adotadas.

O sr. *Almeida d'Eça*, referindo-se à votação, que na última assembleia geral da Academia fôra feita, por *aclamação*, do sr. dr. Gama Barros como *sócio de mérito*, exprimiu a sua opinião sôbre a importância da obra do erudito investigador, obra que êle considera a par da de Herculano. E a êste propósito faz algumas considerações sôbre a decadência actual das instituições municipais.

Seguidamente refere-se ao trabalho apresentado na sessão anterior pelo académico sr. Braamcamp Freire, intitulado *Expedições e Armadas nos anos de 1488 e 1489*, e mostra como êsse trabalho contem elementos valiosos para a história dos navios portugueses.

O sr. *Braamcamp Freire* agradece ao sr. Almeida d'Eça as suas palavras e associa-se ás apreciações feitas ácêrca do sr. Gama Barros, cujo elogio tece.

Foi eleito por unanimidade sócio correspondente da Academia o sr. Pereira de Matos.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Sessão de 4 de março de 1915

Presidente: o Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Braamcamp Freire, Leite de Vasconcelos, Teixeira de Queirós e Cristóvam Aires, secretário da Classe; os sócios correspondentes srs. Constâncio Roque da Costa, Esteves Pereira, Pedro de Azevedo, Pereira de Matos e Baptista de Sousa (Visconde de Carnaxide); e sócio correspondente da 1.ª classe sr. Carlos du Bocage.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O sr. *Anselmo Braamcamp*, referindo-se ás observações já apresentadas na última sessão da Classe, relativas à continuação dos *Portugaliae monumenta*, diz que já resolveu o caso de dar remédio ao facto do volume em publicação ficar muito grosso. Será êle dividido em duas partes, com os competentes frontispícios em cada um, continuando a numeração da paginação dum para o outro.

Comunica igualmente à classe que, tendo-se encontrado fortuitamente com o sr. ministro da instrução pública, o encontrou muito bem disposto para auxiliar efectivamente as publicações da Academia, introduzindo no orçamento que está elaborado alguma verba destinada a essas publicações. Lembra, pois, a conveniência da Academia se dirigir quanto antes ao sr. ministro, a fim de que se tornem efectivas as suas boas intenções e se traduzam em algum beneficio para as publicações da Academia.

O sr. *F. M. Esteves Pereira* apresentou uma nota

tendente a fixar a época em que foi composta a *Chronica do Condestabre de Portugal D. Nuno Alvarez Pereira*, e do autor da mesma crónica. Por meio de documentos do segundo quartel do século xv e de citações de escritores da mesma época, procurou demonstrar que a *Chronica do Condestabre* foi composta depois de 1431, e estava concluída em 1453; fundando se na comparação da mesma crónica com a Del Rei D. João I, por Fernam Lopez, conjectura que a *Chronica do Condestabre* é tambêm obra do mesmo autor. Julga que a *Chronica do Condestabre*, pela sua concisão, representa a fórma primitiva da narração dos memoráveis feitos de D. Nuno Alvarez Pereira; e que a mesma narração foi rectificada, completada e desenvolvida por Fernam Lopes, quando depois a incluiu, quasi transcreveu, na *Chronica del Rei D. João I,* que compôz por ordem del Rei D. Duarte.

O Secretário leu o parecer favorável à publicação da segunda parte dos *Subsídios para a história militar das nossas lutas civis*, do sr. Sá Chaves.

Não havendo mais de que tratar, encerrou se a sessão.

Parecer redigido pelo Sr. Cristóvam Aires àcerca da publicação da 2.ª parte dos «Subsidios para a história militar das nossas lutas civis»

Apresentou o Sr. F. Sá Chaves à Academia a 2.ª parte do seu trabalho *Subsídios para a história militar das nossas luctas civis,* digna de por ella ser publicada, como o foi a 1.ª parte.

O presente volume tem ainda mais valôr do que o primeiro, quer sob o ponto de vista histórico, pela gravidade e desenvolvimento dos problemas ali tratados, quer pelo que respeita à forma literária, mais cuidada e segura. O estilo melhorou, ganhando em plasticidade e energia.

Divide-se êste volume em três partes: — *A campanha da poeira* (1823); *A Abrilada* (1824); e, *De armas ensarilhadas* (1824 a 26).

Subdivide-se em 4 capítulos a *Campanha da poeira*:

1.º *A côrte*, em que se dão os primeiros e vincados traços no retrato físico e moral do futuro D. João VI, tendo como moldura a Côrte que o fez assim, e o povo que o amou talvez por isso mesmo. —2.º *Os quatro*, —pequeno capítulo que deve ter demandado acurada investigação, e onde se fazem aproximações flagrantes entre Maria Antonieta e Carlota Joaquina, Luis XVI e D. João VI, a Revolução franceza de 89 e a portugueza de 20. É propósito do autor mostrar que uma tal soma de *Falsidade* ao serviço do *Odio* e uma tão evidente perversão do *Senso* ao serviço da *História*, fazem com que um grande número de apreciações, julgamentos e sentenças, apenas espantem e desvairem quem as lê. — 3.º *Os do Sobcrano congresso a contas com a sua consciencia*, é um balanço feito pelos próprios *Paes da Pátria*, em fins de 1822 e comêços de 1823, e que denuncía, pelo exame directo, a falêneia da sua obra de sinceros, mas ingénuos, patriotas e políticos. — 4.º Finalmente, *A Vilafrancada*, em que o autor pretende apresentar, em todo o seu valor político-militar, o movimento contra revolucionário. Aqui se esboçam ou se retócam os retratos da copiosa galeria de figurantes principais na tragi-comédia que foi a vida nacional em 1823 e 1824. Em grande relêvo são colocados os reis, o principe e o infante, o Palmela, o Saldanha, e o marquez de Chaves.

Reparte-se, por seu turno, em cinco capítulos a *Abrilada*: —

1.º *D. Pedro*, em que a figura e o carácter, as qualidades boas e más dêste príncipe se destacam em grande relêvo, e em que o problema da separação do Brazil é encarado à face de documentos fornecidos por ministros e diplomatas portugueses e estrangeiros. — 2.º *Diplomacias de Palmela*, em que se analisavam os assertos e as falências, a irreductibilidade e as contemporisações, que o arguto fidalgo — o último representante da diplomacia à Machiavelo — teve de pôr em prática e defender (com uma energia que se não podia supôr em corpo tão franzino) para fazer a propaganda e pôr em execução o seu plano social português, atacando e resolvendo a crise em que o país se digladiava, em vesperas de se perder. É nêste capítulo que o autor, fazendo justiça à obra tão inteligente e tão subtil de D. Maria Amália Vaz de Carvalho, se mostra em desacordo (mais aparente talvez do que real) entre o Palmela que a eminente escritora *viu e sentiu*, e o Palmela que Sá Chaves *analisa e julga*. — 3.º *A morte do marquez de Loulé* capítulo onde o autor cuida tirar a limpo êsse êrro debatidíssimo, em que a jurisprudência e a política se deram as mãos, para o obscurecer e tornar insolúvel, e que a paixão partidária manchou ainda com a sua acri-

monia. — 4.º *A queda do ministério Gomes de Oliveira e Falcão de Castro,* em que o autor pretende indicar o verídico e íntimo propósito dessa célebre recomposição ministerial, no seu entender, causa imediata da *Abrilada.* — 5.º Finalmente, *A Abrilada* em que se narra e se reduz às devidas proporções a revolta de 30 de abril de 1824; em que se descreve com bastante minudência o contra-movimento planeado por Palmela, apoiado pelo corpo diplomático, e que deu de si *o dia 9 de maio,* e a expulsão conseqüente do Infante.

De armas ensarilhadas, a 3.ª parte do trabalho, subdivide-se em dez capítulos:

1.º *O Isolamento de El-rei,* que é um brado de justiceira comiseração por quem é reputado um infeliz; — 2.º *Expulsão da Rainha,* um relampago para dentro do caracter dessa mulher, que o autor tenta rehabilitar; — 3.º *O processo de Mousinho,* uma peça documentária, que vem espalhar luz nova sôbre o valor e os intuitos da *Abrilada;* — 4.º *Pela barra fóra,* instrumentos que nos deixam prever como se fez o corpo de delicto, e nos provam de que maneira se acrescentou o libelo acusatório do Infante; — 5.º *A separação do Brazil,* retorno ao momentoso problema histórico — a sucessão ao trono português — em que é discutido o valor da Carta patente de 13 de maio de 1825; — 6.º *Pavorosas...* em que se refutam as opiniões de Soriano; — 7.º *A morte de D. João VI,* onde se descreve a cerimónia funerária (nomeadamente na sua parte militar) e em que se colhe a mascara do defunto monarcha; — 8.º *A regência,* em que se estuda uma das faces mais interessantes do problema nacional — a sucessão ao trono português; se analisa a marcha progressiva da doença do Rei, em vista dos boletins dos médicos; se deduz a autenticidade e valor do decreto que confia a Regência a D. Isabel Maria, em detrimento de Carlota Joaquina; e, por último, se põe a nú o golpe de audácia política, que postergou as velhas leis regedoras do reino; — 9.º *Ás armas!* capítulo em que se demonstra a influência de Meternich na política europêa de então, e a sua interferência avassaladora nos negócios internos de Portugal, e se põe em destaque a posição proeminente de Resende, representante do Imperador do Brazil (D. Pedro) e inimigo pessoal de D. Miguel, em face das figuras anódinas e quási apagadas de Costa, embaixador de Fernando VII, e de Villa Seca, o último representante de D. João VI na côrte de Viena; — 10.º *Escorvando a cassoleta,* onde se patenteia a intervenção de Saldanha, sem a qual a *Carta* teria sido lançada às hervas, e se pressente, como conseqüência, que nada pode travar, d'ahi em deante, a guerra civil em que o país se vai lançar.

Descrevem-se: os *outeiros*... políticos no *S. João*, do Porto, e em *S. Carlos*, de Lisboa, e o primeiro aparecimento do coronel Pizarro, o irreductivel pamfletário. Dão-se, na íntegra, alguns periodos capitais da memoravel *Dedução* ou *manifesto... dos direitos da nação*... e, por último, se assiste ao *protesto pelo facto*, estrondeado em Chaves (na noite de 21 para 22 de julho) e em Bragança (na noite de 26 para 27), isto é, nas vesperas do dia (31, do mesmo mês, e ano de 1816) destinado ao juramento da *Carta*.

Por tudo isto se vê o interêsse que êste estudo apresenta, feito com um critério independente, que se afasta do que está escrito e dado como certo.

A história lucra com êstes pontos de vista novos porque ella é encarada; e a Academia, contribuindo para a sua publicação, mostra o seu interêsse porque a verdade surja, vista nos seus diversos aspectos.

Podêmos divergir de alguns dos pontos de vista do autor; mas fazemos justiça ao seu trabalho; e estima a Academia poder estimular os nobres brios que levaram a empreende-lo.

Lisboa, 4 de março de 1915.

H. Lopes de Mendonça.
J. Fernandes Costa.
Christovam Ayres (relator).

Sessão de 18 de março de 1915

Presidente; o Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes; os sócios efectivos Srs. Artur Montenegro, Braamcamp Freire, Júlio de Vilhena, Leite de Vasconcelos, Teixeira de Queirós, Veiga Beirão e Cristóvam Aires, secretário da Classe; os sócios correspondentes srs. Constâncio Roque da Costa, Cunha Gonçalves, Esteves Pereira, José Joaquim Nunes, Pedro de Azevedo, Pereira de Matos, Ruy Ulrich e Victor Ribeiro; sócio correspondente estrangeiro sr. Edgar Prestage.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O sr. *Cunha Gonçalves* disse: que na biblioteca de Évora encontrára, em tempos, um documento que lhe pareceu interessante e, que embora diga respeito mais directamente à história ultramarina, se relaciona com êsse notabilíssimo acontecimento da história de Portugal, como é a revolução de 1640 e a aclamação de D. João IV. Quiz trazer êsse documento à Academia em dezembro último; mas, não tendo podido comparecer ás sessões dêsse mês, adiou isso para ocasião oportuna, que só hoje chegou. É que se completam hoje 274 anos que D. João IV expediu para a Índia dois navios com duas cartas datadas de *18 de março de 1641,* sendo uma dirigida ao Vice-Rei conde de Aveiras e outra à Relação de Gôa. Foram estas cartas expedidas em duas vias, sendo a 1.ª pelo navio do comando de Bartolomeu Gonçalves, no qual embarcou o emissário real e portador das cartas, o fidalgo Sancho de

Faria e Silva, e a 2.ª pelo navio do comando de Manuel de Liz. Pelos acasos da navegação, êste navio distanciou-se do outro e chegou à India com maior antecipação, talvez em fins de agosto dêsse ano. Acossado pelos holandeses, teve o navio de Manuel de Liz de se acolher ao porto de Onor, donde expediu, com as cartas da 2.ª via, seu filho André de Liz, criança de 9 anos, acompanhado por Francisco da Silva Sottomayor, e que, por um barco de pesca, chegaram ao porto e á cidade de Gôa. Póde calcular-se a extraordinária surpreza e a alegria que nos velhos portugueses causaram as notícias por essas cartas levadas.

A aclamação de D. João IV efectuou-se, com a maior pompa, em 11 de setembro de 1641. Ora, é desta aclamação que trata o novo documento a que se referiu e que se intitula «*Auto do levantamento da Magestade d'el-rey Dom João Quarto deste nome, nosso Sn.or, e do Juramento de fidelidade que lhe foi feito pelos três Estados da India em Gôa*». Neste documento, alem de se ver qual o ceremonial então usado em tais actos, verifica-se quais eram os altos funcionários, fidalgos, vereadores, etc., que na dita aclamação tomaram parte.

Oferece, pois, a cópia dêsse documento à Segunda Classe para lhe dar o destino que entender.

O sr. *Edgar Prestage* leu uma comunicação a respeito da *Chronica do Condestabre,* onde se versam dois problemas literários, o do seu autor e o da data. Se é, como o sr. Esteves Pereira julga, obra de Fernão Lopes (e a linguagem não contraría esta asserção), estranha que o nome dêle não apareça como sendo êsse autor nem na 1.ª edição, nem na tradição. Quanto à data, foi redigida entre 1431 e 1453. O cap. 7.º fala da embaixada do Marquês de Valença, que se realizou em 1451; portanto ou êste capítulo foi acrescentado depois (como supõe) ou a Crónica data de 1451, o que não é provável. Neste caso, Fernão Lopes não podia ter-se servido dela, pois escrevia em 1443. Se Fernão Lopes é o

autor, a dificuldade é a mesma; pois não é natural que retocasse uma obra, inferior, históricamente falando, quando já nas Crónicas de D. Fernando e D. João tinha versado o assunto.

Deu tambêm notícia duma carta do Vice-rei António de Melo e Castro, dirigida a Carlos II de Inglaterra, desculpando-se por não ter entregado Bombaim, pelas razões que alega. Esta carta encontra-se no *Record Office,* em Londres.

O mesmo académico ofereceu o *Sumário duma Bibliografia Histórica Portuguesa.*

O sr. *Anselmo Bramcamp* fez a seguinte importante comunicação:

No final da última sessão da Classe, enviou o sr. Esteves Pereira para a mesa uma comunicação relativa a haver sido Fernão Lopes o autor da *Chronica do Condestabre.* A comunicação, decerto muito interessante e erudita, como todos os estudos do seu autor, não chegou a ser lida, mas o seu assunto foi anunciado pelo sr. Esteves Pereira e logo recebeu o seu aplauso, porque desde que anda tratando da impressão da *Chronica de D. João I,* tirada do códice da Torre do Tombo, essa é a sua convicção.

Como está já imprimindo a *Introdução* à primeira parte da referida crónica, lembrou-se que talvez fosse interessante à Classe ouvir a parte dela em que se identifica o autor das crónicas de D. Fernando e de D. João I com o da do Condestável. São apenas meia duzia de páginas e o interêsse do caso fará com que não pareçam aos seus ilustres confrades demasiadamente longas.

Escrevia Fernão Lopes a 1.ª parte da *Chronica de D. João I* no ano de 1443; êle próprio o declara por duas vezes:

«A quimta (hidade) foi des o trespassamento de Babilonia ataa viimda de Sallvador...»

«A sexta em que ora amdamos, que ha mil e quatro çemtos e quareemta e tres que dura...»

Estava, pois, escrevendo no ano de 1443 do nascimento de Cristo.

Mais adiante repete: «Assi que esta hidade que dizemos que sse começou nos feitos do Meestre, a quall pella era de Cesar per que esta cronica he cõpillada, ha agora seseenta annos que dura...»

Foi com a morte do conde João Fernandes, assassinado no dia 6 de dezembro da era de 1421, que começaram os feitos do Mestre. Acrescente-se sessenta áquele número e encontraremos Fernão Lopes escrevendo esta parte das suas crónicas no ano de Cesar de 1481, o de 1443 do nascimento de Christo, o mesmo já lá acima apontado.

Esta nota escapou à conscienciosa investigação do douto académico Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, na *Introdução ás Chronicas de Fernão Lopes,* se é que a não desprezou por o trecho respectivo aparecer, na edição impressa, completamente deturpado e tão diferente do provável, que à boa crítica do autor repugnou. Bem reparou êle, contudo, para a concordância das remissões de umas crónicas de Fernão Lopes para as outras, deduzindo judiciosamente dêsse confronto, largamente exposto, a infalivel verdade, então duvidosa, das crónicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I, no estado em que se encontravam, serem todas do mesmo historiador.

Uma confrontação faltou, porêm, fazer ao erudito Francisco Manuel Trigoso: a das crónicas de D. Fernando e D. João I, com a *Chronica do Condestabre,* que, anónima, pela primeira vez fôra impressa em 1526. Essa confrontação vou tentar, resumindo o mais possível para não alongar esta já um tanto desmesurada introdução.

Ao cap. 31 da primeira parte da *Chronica de D. João I* antepôs Fernão Lopes êste sumário: «Razões do autor desta obra amte que falle dos feitos de Nun Alvarez». Constitue, pois, a matéria do capítulo uma exposição, «per modo de prollogo», antes de entrar na narração dos feitos

do futuro Condestável. Nisto está o autor perfeitamente de acôrdo com o seu plano exposto no prólogo da segunda parte desta crónica, nestes têrmos: «e porque em começo de cada hum reynado costumamos pôr parte das bondades de cada hum rey», também quiz proceder a narrativa dos feitos de Nuno Alvares de um prólogo «que ell bem merece».

Nestas notas preliminares lastima-se Fernão Lopes de escrever depois da morte do seu heroi e da falta de fontes coevas a que recorrer, «pois em vida delle nom foi alguma cousa escripto».

Aqui já consignada fica uma data muito importante para a averiguação a que estou procedendo: em vida de Nuno Alvares ninguem escrevera a sua história, por tanto a *Chronica do Condestabre* é posterior ao 1.º de dezembro de 1431. Logo mostrarei, de maneira convincente espero, que não só foi seu autor Fernão Lopes, como que já estava escrita quando êle, em 1443, andava compondo a primeira parte da *Chronica de D. João I.*

Na Chronica de D. Fernando, no cap. 120, deixára Fernão Lopes consignada a promessa, ao falar pela primeira vez em Nuno Alvares Pereira, de mais adiante tratar da sua geração e obras, «quamdo nos comveher escprever os gramdes e altos feitos do meestre dAvis». Não estava por tanto ainda decidido a fazer crónica à parte das acções de Nuno Alvares.

Logo a seguir áquele trecho, passando a narrar um episódio da vida do vencedor dos Atoleiros, escreveu Fernão Lopes:

«e himdo assi pello caminho chegando a huum soveral que he amtre Villa Viçosa e Elvas, aaquem do campo homde jaz Villa Boim, Nunallvarez se sahio do caminho a cuidar no que lhe prazia, per aquele soverall. E himdo assi cuidamdo, oolhou por deamte pello caminho comtra huumas aldeas altas, que som açerca de Villa Boim, e

vio nas ladeiras a carriagem e homeens de pee, que hiam hordenados como compria...»

Abra agora o leitor a *Chronica do Condestabre,* no cap. 9, e lerá:

«E himdo assi per o caminho e chegando a huum soverall que he antre Villa Viçosa e Elvas aaquem do campo honde jaz Villa Boim, Nunallvarez se sayo do caminho per o soverall a cuydar no que lhe prazia. E hiindo assy cuydãdo olhou pera diãte do caminho cõtra humas ladeyras altas que som a çerca de Villa Voym. E vyo nas ladeyras a carriagem e homeens de pee que hyã hordenados como cõpria...»

Como esta, todavia não tão integralmente extensas, se encontram muitas outras passagens concordes no estilo e na linguagem, e até capítulos inteiros das crónicas de D. Fernando e D. João I de um lado, com outros da de Nuno Alvares. Os capítulos 1 a 7 da *Chronica do Condestabre* correspondem aos 32 a 35 da primeira parte da *Chronica de D. João I;* os 8, 9, 10 e 11, aos 120, 121, 122 e 123 da *Chronica de D. Fernando;* o 12 aos 137 e 138 da mesma; os 13 e 14, aos 151 e 161, dela ainda; os 15 e 16, aos 4 da *Chronica de D. João I;* o 17 e 18, aos 36 e 37 da mesma. E não paga a pena alongar mais as confrontações para mostrar que a matéria biográfica, disposta por ordem cronológica, se encontra seguidamente exposta na história individual, ao passo que nas crónicas régias, apesar de obedecer ainda à mesma disposição, aparece interpolada com outros assuntos de carácter geral.

Fernão Lopes, embora já investido desde 1418 na guarda das escrituras do Tombo, não começaria a escrever as crónicas antes de 19 de março de 1434, quando D. Duarte, como já lá acima disse, o encarregára «de poer em caronyca as estorias dos Reys». Anteriormente andára, não só ocupado no serviço dos infantes D. Duarte e D. Fernando, mas também dedicado ao desempenho do

encargo, que o primeiro lhe cometera, «de apanhar os avisamentos, que pertencia a todos aquelles feitos (da demanda entre Castela e Portugal), e os juntar e ordenar, segundo pertençia aa grandeza delles e autoridade dos principes e doutras notavees pessoas, que os fezerõ».

E outras notáveis pessoas que os fizeram. Tome o leitor nota destas palavras, e continuarei.

Muita ocupação lhe daria igualmente, como êle próprio nos afirma, o exame de «gramdes vollumes de livros, de desvairadas linguageens e terras; e isso meesmo pubricas escprituras de muitos cartorios e outros logares». Despendeu também muito tempo, no dizer de Azurara, «em andar per os moesteiros e igrejas buscando os cartorios e os letreiros dellas, pera veer sua informaçam». E a tudo acresceu para maior demora, continúa a informar-nos o mesmo historiador, o facto «que nam ainda em este Reino, mas ao Reino de Castela mandou El Rey Duarte buscar muytas escreturas, que a esto pertenciam... e assi por esta tardança, e polla estoria ser começada tarde, o dito Fernam Lopez nam pode com ella chegar senõ ate o tempo» em que se firmaram as pazes com Castela.

Começaria, pois, quando muito, em princípios do ano de 1434 Fernão Lopes a sua *obra,* conforme êle a designa, nos feitos do Conde D. Henrique, e «neeste segumdo vollume», aquele onde entrava a *Crónica de D. João I,* trabalhava em 1443, como está dito. Levára, pois, oito anos a composição das crónicas dos dez primeiros soberanos de Portugal, espaço de tempo não demasiadamente curto para quem tinha já préviamente reunido o material de investigação necessário, e possuia uma indiscutivel facilidade de expressão, atestada pela naturalidade, propriedade e evidente espontaneidade de dizer. Pois foi também durante êste períodō que, no meu entender, dando cumprimento, talvez já depois de sua morte, ás determinações de D. Duarte, pusera outrosim em «caronyca» os feitos de uma das mais

«notavees pessoas», da mais notável seria melhor dizer, que nas contendas entre Castela e Portugal pela sua independência pugnaram decisivamente.

Da confrontação acima feita de dois trechos das *Chronicas de D. Fernando* e do *Condestabre,* e da que o curioso poderá fazer dos mais apontados, resulta que, ou Fernão Lopes, como plagiário indigno, não podia ser a «notavel pessoa... homem de comunal ciencia e grãde autoridade», na expressão de Azurara, ou havia sido o autor da *Chronica do Condestabre.* Um dos dois conceitos se hade forçosamente perfilhar, e ninguem hesitará em aceitar o segundo.

Já o tanta vez citado Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, no seu *Discurso preliminar,* argumentou, para atribuir as crónicas de D. Pedro e D. Fernando também ao mesmo autor da de D. João I, não só com a concordância da matéria de vários trechos substanciados de umas para as outras, como na «inteira semelhança de linguagem e estilo, que se observa nestas três crónicas», as quais, com a mesma verdade, eu acrescentarei agora outra, a do Condestabre.

Posto, pois, como indubitável para mim, haver sido Fernão Lopes o autor da *Chronica do Condestabre,* verei se, com os dados meus conhecidos, poderei marcar o tempo da sua coordenação. É evidente que data precisa será impossível assinar, mas a ordem, por que ela entrou na *obra* de Fernão Lopes, creio fácil de demonstrar.

A *Chronica do Condestabre* foi escrita depois da de D. Fernando. É o próprio autor quem nesta o declara, na passagem acima transcrita: «de cuja geeraçom e obras mais adeante emtemdemos trautar». Estava, porêm, já composta antes da primeira parte da de D. João, porque, nos capítulos desta que contêem matéria dos da outra, ela aparece mais perfeita, tanto no estilo, como na investigação. Seria como que um ensaio, um estudo preliminar para a grande empresa da história do rei da boa memória.

O indício do aperfeiçoamento na investigação parece-me concludente, pois que nenhum autor reproduzirá a sua obra com omissões ou imperfeições, antes pelo contrário tratará de a apresentar melhorada. Ora um exemplo frisante de omissão da *Chronica do Condestabre,* reparada na *Chronica de D. João I,* vou já indicar, pondo em confronto os dois textos:

Chronica do Condestabre, cap. I. quasi no fim. «E este priol dõ Alvaro Gomçalvez Pereira, viveo longamente e ouve trinta e dous filhos entre filhos e filhas, de que per agora este livro nõ faz mençom, se nõ de dous, convem a saber, de dom Pedralvarez Pereira, que depois de sen padre foy prioll do Espritall, que era filho de huma madre, a quall chamaram Eyrea Gõçalvez do Carvalhal, a qual foy huuma muy boõa e muy nobre molher...»

Chronica de D. João I, no cabo do cap. 32: «AquellPrioll dom Alvoro Gonçallvez viveo lomgamemte, e ouve amtre filhos e filhas, trimta e dous; amtre os quaes foi huum dõ Pedro Alvarez que depois de seu padre foi Prioll do Espittall, e depois foi Meestre de Callatrava em Castela, e este era filho dhuuma madre; Nun Alvarez que era filho doutra madre, que chamavom Eyrea Gomçallvez natural dEllvas, o quall naçeo no mes de junho de trezemtos e noveemta e oito annos (da era de Cesar). E esta foi mui nobre dona...»

O facto de na primeira obra não aparecer a data do nascimento da pessoa de quem se trata, elemento tão importante numa biografia, e de na segunda se precisar o caso, mostra que o autor, em seguida a ulterior averiguação, pôde aperfeiçoar a sua obra e não perdeu o ensejo de o fazer. Deve, pois, a *Chronica do Condestabre* ser anterior ao ano de 1443, no qual o seu autor escrevia a de D. João I.

Vamos, porêm, agora à, na aparência, grave objecção que ao meu parecer póde ser oposta. Nos caps. 76 e 80

da *Chronica do Condestabre* há referências a casos posteriores, não só ao ano de 1443, como até à morte de Fernão Lopes. No primeiro dos citados capítulos refere se o historiador à concessão do título de marquês de Valença ao neto primogénito do Condestável e à ida da infanta D. Leonor para Alemanha, sucessos do ano de 1451, ainda, é certo, em vida de Fernão Lopes; mas refere-se também à posse do ducado de Bragança pelo outro neto de Nuno Alvares, e êsse facto só se realizou em dezembro de 1461, por tanto já, muito provávelmente, depois da morte de Fernão Lopes. No segundo capítulo citado as referências são idênticas.

Parece grave, mas na realidade não tem força para destruir, nem mesmo abalar, a minha convicção.

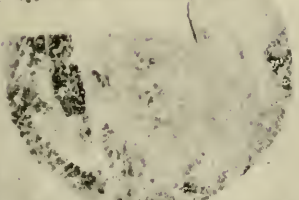
Aquelas referências foram intercaladas posteriormente, na ocasião da impressão da crónica. Nestes casos, mais ou menos de falsificação de textos, é raro não ficarem indícios. Bem diz o prolóquio: gato furtado, orelhas de fóra.

Na primeira edição da *Chronica,* no tal cap. 80, o último da obra por sinal, lê-se: «E o condado dArrayollos com todolas terras e rendas que avia antre Tejo e Odiana deu a seu neto dom Fernãdo, que He Conde dArrayollos e depois foy Duque de Bragança...» No HE lá está de fóra a orelha do gato furtador. E tanto assim o reconheceram, que já na seguinte edição, a de 1554, o *é* se encontra substituído por um *era*. Escapou da primeira vez e ainda bem.

A intervenção de membros da casa de Bragança na composição de crónicas, a fim de as acomodar às suas vaidades, está exuberantemente provada com a publicação das censuras do Conde de Tentugal à *Chronica de D. Manuel* de Damião de Goes, dirigidas ao próprio cronista. Ora, se isto sucedia com a composição da obra em vida do autor, com quanta maior facilidade se não daria numa reprodução de manuscrito anónimo. Não pode, pois, causar

estranhesa o acrescentamento, tanto mais, serei justo, que póde êle até provir de adulação da parte do editor Germão Galharde, que já se revela bem inclinado à lisonja no frontispício do livro: *Corónica do condestabre de purtugall Nuno aluarez Pereyra: principiador da casa que agora he do Duque de Bragãça sem mudar da antiguidade de suas palauras nem stillo. E deste Condestabre, procedem agora o Emperador e em todolos Reynos de christãos de Europa ou os Reys ou as raynhas delles ou ambos.*»

Terminada esta parte da sua já impressa *Introdução*, relativa às identificações das crónicas de D. Fernando, de D. João I e do Condestável, espera ter deixado os seus colegas convencidos.

Ia ter agora, disse o sr. Anselmo Braamcamp, a satisfação de comunicar à Classe que encontrou um manuscrito, de mais de meia duzia de folhas, todo do punho de Fernão Lopes. É o testamento do infante D. Fernando que morreu em Fez, a quem o cronista havia sido escrivão da puridade.

Ao ouvir o sr. Pedro de Azevedo, o distintíssimo paleógrafo que todos acatamos como mestre, aceitar imediatamente, sem dúvidas, a identificação da letra do testamento que lhe apresentava, com a dalgumas resalvas escritas por Fernão Lopes nos finais de várias certidões por êle expedidas como guarda da Torre do Tombo, teve um extraordinário prazer.

Aquelas letras haviam sido, pois, traçadas pelo incomparável cronista; sôbre aquelas folhas de pergaminho correra a sua mão! Tinha ali, diante dos olhos, a sua bela caligrafia, a sua erudita ortografia! Poucas vezes, repete, tinha experimentado prazer igual!

Com autorização do Director do Arquivo Nacional mandou logo tirar fotografias da 1.ª folha do testamento e da última, onde se encontra a aprovação, tudo escrito por Fernão

Primeira página do testamento do infante D. Fernando todo escrito por Fernão Lopes.

Instrumento de aprovação do referido testamento lavrado por Fernão Lopes em 18 de Agosto de 1437.
Á esquerda a assinatura do infante,
à direita o sinal público de Fernão Lopes.

Lopes. Trazia-as ali, para os seus confrades terem a satisfação de as ver.

O testamento, já incorrectissimamente impresso por duas vezes, pouco interêsse histórico oferece; mas tem o maior como escrita de Fernão Lopes; por isso publicá-lo-à no fim da referida *Introdução* à primeira parte da *Chronica de D. João I,* e espera poder já na próxima sessão trazer à Academia um exemplar já completo em tudo.

O sr. *Constâncio Roque da Costa* fez a seguinte comunicação:

Os inventos modernos — disse — que estão sendo largamente utilizados na presente guerra alteraram as circunstâncias em que se baseiam os princípios do Direito Internacional, que, por isso, terão necessáriamente de sofrer profundas modificações. A navegação aérea, por exemplo, levanta a questão da soberania das potências com respeito à atmosfera. Estava consagrada a doutrina da completa liberdade da atmosfera, que, não podendo ser objecto de ocupação, não o podia ser também de domínio efectivo.

Posto isto, poderão as areo-naves dum país atravessar livremente por cima dos territórios estrangeiros? Em caso afirmativo, poderiam êsses aparelhos ser aproveitados, em tempo de paz, para a introdução de mercadorias sujeitas a direitos aduaneiros, o que seria fomentar o contrabando. Em tempo de guerra, poderiam ser utilizados para comunicações duma potência beligerante com os seus aliados através de territórios neutrais, como por exemplo, se a Alemanha o fizesse neste momento com a Turquia, através da Suissa, da Roumania e da Bulgaria, o que seria favorecer um manifesto acto de guerra, contrariando os princípios da neutralidade.

Quando as potências acordaram no princípio da liberdade dos mares, admitiram a restricção das chamadas «águas territoriais» com o fundamento de que podem ser dominadas pela artilharia das fortificações das costas. Estando agora

provado que também as areo-naves pódem ser atingidas, até certas alturas, pela artilharia da terra, poder-se-há seguir a mesma orientação para se estabelecer uma zona que se chamaria: «atmosfera territorial»?

Mas cumpre notar que as funções das areo-naves são bem diversas dos navios. Emquanto êstes só podem prestar os seus serviços de embarque e desembarque, ou ainda de hostilidade, aproximando-se ou pondo-se em contacto com a terra, as areo-naves pódem desempenhar as suas missões pairando ou voando a grandissimas alturas. Em vista disto, parece que nenhuma restricção se póde opôr ao princípio da soberania das nações sôbre toda a coluna atmosférica perpendicular aos seus respectivos territórios.

Passando da navegação aérea à marítima, sucede também que progressos realizados pelos barcos submarinos veem modificar profundamente as circunstâncias em que se baseiam os princípios do Direito Internacional marítimo, especialmente no que diz respeito a bloqueios.

A declaração de Paris de 1856 acabou com os chamados «bloqueios ficticios» ou de papel e estabeleceu a doutrina dos «bloqueios efectivos», isto é, que os bloqueios só obrigam os países neutrais quando a potência bloqueante mantem uma linha bastante apertada de cruzadores, de modo a impedir a entrada e saída de qualquer navio mercante na zona bloqueada. Além disso, fizeram-se certas regras sôbre visitas a bordo, desembarque das tripulações e passageiros e condução dos navios aprisionados a um porto da nação bloqueante, a fim de ser entregue ao julgamento dos tribunais de prezas, podendo-se recorrer só em casos extremos ao procedimento sumário da destruição do navio encontrado na zona bloqueada. Ora, os barcos submarinos, apesar de estarem em condições de poderem manter um bloqueio efectivo, não pódem, sem se expôrem a grandes riscos, proceder a visitas a bordo, ao trasbordo das tripulações ou à condução de navios aos portos do país

bloqueante. Nestas circunstâncias, pergunta-se se os países neutrais são obrigados a reconhecerem e a respeitarem os bloqueios estabelecidos só com barcos submarinos.

Cumpre notar que o bloqueio foi sempre considerado um dos meios mais eficazes para pôr rapidamente têrmo às guerras. A Inglaterra, que incontestavelmente é a primeira potência naval, tem invariavelmente recorrido a êste meio todas as vezes que se tem envolvido numa guerra internacional. Quando foi a guerra dos sete anos, em 1780, proclamou o bloqueio contra várias partes do continente, alêm mesmo de dispôr de navios suficientes para cercar os portos bloqueados, o que provocou enérgicos protestos da parte das potências neutraìs, até que se constituiu o famoso bloco, chamado da «neutralidade armada», por iniciativa da Russia, da Suécia e da Dinamarca e com a sucessiva adesão da Prussia, Austria, Holanda, Portugal e as Duas Sicílias contra Inglaterra. Em 1800, por ocasião das guerras da Revolução francesa, a Gran-Bretanha voltou a bloquear ficticiamente os portos da França, o que deu lugar a que se reconstituisse o bloco da «neutralidade armada», desta vez sómente com a Russia, Prussia, Dinamarca e Suécia.

A doutrina sustentada por êstes blocos era de que os países neutrais não eram obrigados a respeitar os «bloqueios ficticios», mas sim unicamente os «bloqueios efectivos».

Foi, afinal, esta a doutrina que veio a ser sancionada pelo Congresso de Paris de 1856.

Se, já no século XVIII se reconhecia que o bloqueio era um meio importante para se pôr têrmo às guerras, compreende-se a importância que êle tem nos nossos dias, em que as relações comerciais se acham tão desenvolvidas que não há uma única nação no mundo capaz de sustentar-se por muito tempo isolada dos mercados internacionais. Donde se conclue que não sómente não convém restringir, mas que cumpre até ampliar o direito do bloqueio, como um recurso humanitário para a rápida terminação das guerras.

Efectivamente, se se pudesse adoptar o princípio radical da completa abstenção das relações comerciais dos países neutrais com qualquer país beligerante, ter-se-ia contribuído poderosamente para se evitarem guerras futuras. É certo que, quando, apesar de tudo, alguma viesse a rebentar, ficaria gravemente afectado o comércio de vários países neutrais; mas incontestávelmente êsses prejuizos seriam muito inferiores aos que resultariam da prolongação das guerras; além de que, por êste meio se evitaria para as potências neutrais o perigo de se vêrem de um momento para o outro envolvidas no conflito.

É natural que no Congresso que se reunir no fim da presente conflagração europeia se venham a debater todas estas questões, pelo que seria de toda a conveniência que cada país fôsse para aí com orientação definida, tratando desde já as corporações sciêntíficas de estudar maduramente êstes problemas para estarem habilitadas a elucidar oportunamente os poderes públicos, e, certamente, entre nós nenhuma se acha em melhores condições do que esta Academia para desempenhar tão alta missão.

Por isso, disse o orador:

«Proponho que a Academia das Sciências de Lisboa nomeie uma comissão de jurisconsultos, incumbindo-a de examinar as modificações que se terão de introduzir nos princípios do Direito das Gentes em vista dos novos inventos marítimos e aéreos que estão sendo utilizados na presente guerra europeia, e de apresentar, sem delongas, os resultados dos seus trabalhos, a fim de serem submetidos à apreciação da assembleia geral». Lisboa 18 de março de 1915. — *Constâncio Roque da Costa.*

O sr. *Pereira de Matos* lembra, a propósito da comunicação do sr. Constâncio Roque da Costa, os trabalhos da Conferência Naval de Londres em 1909. Refere-se ao recente memorandum da *Navy Ligue* sôbre o papel dos submarinos nos bloqueios de Inglaterra, pondo em evidência a mani-

festa complexidade do assunto. Recorda ainda que, a despeito dos esforços do Comité Internacional de Anvers, ainda a não foi rectificada a declaração de Londres, e anuncia, por último, que vai remeter para a Academia alguns exemplares do memorandum inglês, que fez distribuir, traduzido em português, a fim de elucidar a discussão dêste assunto.

A Classe resolveu pedir que seja discutida na próxima sessão da assembleia geral a proposta do sr. Constâncio Roque da Costa.

O sr. presidente congratulou-se com as interessantes comunicações que acabavam de ser feitas.

Foi lido o parecer redigido pelo sr. Artur Montenegro favorável à candidatura do sr. Alfredo Vieira Peixoto Vilas Boas (Conde de Paçô Vieira), a sócio correspondente.

O sr. *Victor Ribeiro* envia para a mesa, para ser presente à secção competente, o manuscrito do *Obituário da Casa Professa de S. Roque,* referente aos anos de 1555 a 1704, cópia de três volumes do Arquivo da Misericórdia de Lisboa, e pede que na acta fiquem registados os seus votos de congratulação pela elevação do sr. Gama Barros a sócio de mérito e do sr. Anselmo Braamcamp a sócio efectivo, assim como pela proficiente continuação da «*Portugaliae Monumenta Histórica,* sôb a direção competentíssima do sr. Braamcamp, auxiliado pelo distinto consócio Pedro de Azevedo.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Parecer redigido pelo Sr. Artur Montenegro àcêrca da candidatura do Sr. Alfredo Vieira Peixoto Vilas Boas (Conde de Paçô Vieira) a sócio correspondente

O Sr. Conde de Paçô Vieira, antigo ministro d'estado e ajudante do procurador geral da corôa, actualmente distinto juís de 1.ª instância, ofereceu à Academia das Sciências de Lisbôa, como título de candidatura a seu sócio correspondente, as seguintes obras de que é autor; *Discursos parlamentares* (3 vol. — 1896, 1899 e 1903),

Caminhos de ferro portuguezes (1 vol. — 1905), *Escriptos juridicos* (1 vol. — 1914).

Nos seus *Discursos*, o orador cuida a frase, que é elegante, e trata o assunto, de que se mostra sempre conhecedor. O debate parlamentar sôbre negócios administrativos merece-lhe preferência ao meramente político, e assim é que se ocupa repetidas vezes de finanças, de justiça, e de obras públicas.

O livro *Caminhos de ferro portuguezes* contem importantes informações ácerca da nossa viação acelerada e patenteia a larga iniciativa de que o seu autor usou, quando ministro, no desenvolvimento dos serviços ferro viários, considerando-os, com razão, entre as funções principais do estado moderno.

Os *Escritos juridicos* formam uma colecção de sentenças, pareceres e artigos, uns doutrinais, outros exegéticos, sôbre diversos ramos do direito. Algumas referências especiais permitirão ajuizar melhor do valor d'êste trabalho: No campo da organização judicial, defende a inamovibilidade dos agentes do ministério público, equiparando-os aos juíses, visto ambos terem igual necessidade de independência; limita a fonte de recrutamento da magistratura à classe dos delegados, por ser a única cujo tirocínio assegura uma preparação adequada; incumbe a instrução do processo criminal a juís diferente do que o ha de julgar; rejeita o juri criminal, e, emquanto subsistir, procura atenuar-lhe os defeitos, exigindo que delibere na sala das audiências, logo após o relatório da questão e por escrutínio secreto. Estudando o direito penal, traça a sua primeira evolução através da vingança, do talião e da composição, até à interferência do poder público; justifica a pena pelos seus efeitos preventivos e repressivos; classifica a reincidência como circunstância agravante; advoga a suspensão das penas penitenciárias cumpridas parcialmente e a condenação condicional em pena correccional, quando o delinquente mereça tais favores; critica a aplicação da electricidade às execuções capitais. Outras províncias do direito estão ainda representadas, mais ou menos extensamente, por interessantes capítulos.

O mérito das obras examinadas justifica, em nosso parecer, a eleição do Sr. Conde de Paçô Vieira para sócio correspondente d'esta Academia.

Lisbôa, 18 de março de 1915.

António Candido.
Francisco Antonio da Veiga Beirão.
Joaquim Coelho de Carvalho.
Artur Montenegro (relator).

Sessão de 22 de abril de 1915

Presidente: o Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Teixeira de Queiroz e Cristóvão Aires, secretário da Classe, os sócios correspondentes Srs. Constâncio Roque da Costa e Pedro de Azevedo, e correspondentes estrangeiros sr. Edgar Prestage e Lucio de Azevedo.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

Foi apresentado o programa dum certâmen poético que está promovendo a «Koninklijke Akademie van Wentenschappen te Amsterdam» e para o qual convida a Academia das Sciências de Lisboa.

O sr. *Pedro de Azevedo* ofereceu o *Catálogo dos Manuscritos* existentes no Museu Etnológico Português, opúsculo de que se fez uma tiragem de cem exemplares destinada a oferta a estabelecimentos literários. Em seguida comunicou que:

Em 17 de março do corrente ano faleceu em Charlottenburgo o dr. Johannes Jungfer, professor do Gimnasio de Frederico, de Berlim, e que sucumbiu em resultado das devastações produzidas por uma doença crónica. Êste erudito alemão ocupava-se de assuntos que interessam a Portugal e por isso o seu nome deve ser lembrado e conhecido daqueles que não se ocupam só da toponímia nacional, ramo que o falecido cultivava. As relações de Portugal com os países que formam o moderno império alemão datam principalmente dos séculos XV e XVI. Durante

o século XVI é extraordinário o número de bombardeiros alemães ao serviço de Portugal e a eles devemos o bom resultado das nossas lutas indianas pela superioridade manifesta da artilharia que eles dirigiam. Êste valioso elemento faltou-nos quando nos defrontámos com os holandeses e ingleses, perante os quais tivemos de arrear bandeiras na Asia, porque a nossa artilharia tinha deixado de ser manejada pelos alemães, a quem a reforma religiosa impedia o acesso a Portugal. Durante os séculos citados, os homens de sciência alemães e os capitalistas não deixaram de se ocupar de Portugal, com fruto para os dois países. No século XIX restabeleceram-se estas relações, e o conhecimento da literatura alemã, nalguma das suas especialidades, tornou-se indispensável a Portugal. Lembra só que a nossa Academia mandou verter para português publicações de Hubner e Storch e conta como sócio ao grande Schuchardt.

O dr. Jungfer, levado pelas ideias pangermanistas, estudou os nomes de povoações portuguesas e hespanholas, de origem germânica, que se encontram no norte da península que habitamos, em número consideravel. Como tinha á sua disposição os grandiosos elementos que fornecem as bibliotecas alemãs, os seus trabalhos são de merecimento, se bem que por vezes procure a derivação germânica de nome de origem diversa. As publicações que nos restam dêle são as seguintes, com os títulos traduzidos em português: *Sôbre nomes de pessoas nos nomes de lugares de Espanha e de Portugal,* 1902; *Nomes de lugar hispano-alemães,* 1905; *Recuerdos de España* (em hespanhol), 1907; *Germanico de Espanha*, 1908; *Magerit-Madrid*, 1908. Tinha mais entre mãos um extenso trabalho sobre onomástico, que a guerra e depois a morte interromperam.

O sr. *Edgar Prestage* ofereceu um exemplar da publicação *Crítica contemporanea da Chronica de D. Manuel de Damião de Goes,* manuscrito do Museu Britânico por êle anotado.

É a crítica do 2.º conde de Portugal á primitiva redacção da *Chronica,* e explica pela primeira vez as modificações e emendas que aparecem na versão que corre impressa. Traz as desculpas do cronista e as respostas do conde.

O mesmo académico leu uma comunicação intitulada *Apontamentos sobre o papel de António de Sousa de Macedo em Inglaterra* em que referiu e sumariou várias cartas dêste diplomata que se conservam no Record Ofice de Londres, assim como um *Memorial* em inglês dos serviços por ele prestados á causa do rei Carlos I na sua luta contra o Parlamento, serviços que foram premiados quando Carlos II conferiu ao filho de Macedo o título de barão de Mulingar.

O sr. *Lúcio de Azevedo* apresenta um interessantíssimo estudo com o título de *Subsídios para uma edição comentada das cartas de António Vieira,* relativo ao periodo em que o notável jesuita pela primeira vez foi em missão diplomática á Hollanda, em 1646.

Com ele três cartas inéditas de Vieira, e outras do conde da Vidigueira, embaixador em Paris, do secretário de Estado, Pedro Vieira da Silva, de António Moniz de Carvalho, encarregado de negocios em França, e de certos judeus de Ruão a António Vieira, tambêm nunca publicadas. Assim como um despacho de D. João IV para o conde da Vidigueira, com dados de alto interesse para a história política do tempo. Todos estes documentos completam a notícia sobre a missão de Vieira e entram no quadro das negociações, que lhe foram incumbidas em França e Holanda. O comentário, que isto acompanha, descreve a situação política que decorria da guerra com Espanha e dos sucessos do Brasil, onde os habitantes de Pernambuco se tinham revoltado contra os holandeses, a quem afinal expulsaram; explica o fim das negociações empreendidas, e estabelece a necessária ligação entre os documentos apresentados. Das notícias trazidas a lume sobressae a novidade

da corrupção dos altos poderes da Holanda, a quem o embaixador Francisco de Sousa Coutinho, sem rebuço, peitava. Á princesa de Orange, mulher do Stathouder, mandou ele oferecer um milhão de florins, para o marido lhe conseguir a paz com a Espanha. O secretário de Estado e os deputados dos Estados Gerais tambem recebiam peitas. A tanto havia baixado esta democracia, de quem estamos habituados a ouvir enaltecer as virtudes, e acima de todas a do patriotismo.

Este importante estudo foi ouvido com muito interesse.

O sr. *Lopes de Mendonça* fez rasgados elogios ás comunicações que acabavam de ser lidas, e acentuou o alto valor da que fôra produzida pelo sr. Lúcio de Azevedo, a quem estimulou, como aos prestimosos consócios Pedro de Azevedo e Edgar Prestage, a proseguirem nos seus valiosos trabalhos.

Não havendo mais que tratar, encerrou-se a sessão.

Sessão de 6 de maio de 1915

Presidente: o Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Coelho de Carvalho, Leite de Vasconcelos, Teixeira de Queirós e Cristóvão Aires, secretário da Classe; os sócios correspondentes Srs. Almeida d'Eça, Constâncio Roque da Costa, Esteves Pereira, Moreira d'Almeida, Ruy Ennes Ulrich e Vitor Ribeiro; sócios correspondentes da 1.ª classe Srs. António Cabreira, Xavier da Costa e Zeferino Falcão.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

Foram apresentados como títulos à candidatura a sócios correspondentes os livros dos srs. Ernesto Vilhena e Olavo Bilac, sendo os dêste escritor remetidos da assembleia geral, onde foram presentes.

Foram lidos os pareceres àcerca das candidaturas dos srs. David de Melo Lopes e Candido de Figueiredo a sócios efectivos, e do sr. Fidelino de Figueiredo a sócio correspondente.

Foi eleito por unanimidade sócio correspondente o sr. Alfredo Vieira Peixoto Vilas Boas (conde de Paçô Vieira).

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Parecer redigido pelo Sr. Henrique Lopes de Mendonça ácêrca da candidatura do Sr. David de Melo Lopes a sócio efectivo

O nosso ilustre confrade Sr. David de Melo Lopes, a quem a Segunda Classe há muito se honra de contar entre os seus sócios correspondentes, representa actualmente no meio scientifico nacional a gloriosa tradição dos arabistas portuguezes, enaltecida pelos nomes de Fr. João de Sousa, Fr. José de Santo António Moura e Augusto Seromenho.

Ocioso e quási impertinente é encarecer a importância dos estudos orientalistas, especialmente como indispensável alicerce para a história de Portugal. Atribue-se a Herculano o conceito de que esta história, para completar-se, demandava ainda um século daqueles estudos. É de facto óbvia esta necessidade, pelas relações directas que, primeiro a reconquista do território nacional, e mais tarde a expansão do domínio português pela África e pelo Oriente, determinaram com os diversos elementos étnicos que constituem a imensa família islamita. Para bem se avaliar a acção militar e política de Portugal através do mundo, é mister conhecer a sua repercussão entre os povos que êle teve quási sempre por adversários.

Ora o Sr. David Lopes, valendo-se dos poderosos utensílios que lhe fornece a sua erudição linguística, tem contribuido eficazmente para esclarecer certos problemas da nossa história, já discutindo com criteriosa autoridade os juízos de Herculano, como nos seus estudos *Alexandre Herculano, Antonio Caetano Pereira e a batalha de Ourique* (Bol. da Soc. Geogr. de Lisbôa) e *Os arabes nas obras de Alexandre Herculano* (Bol. da Seg. Cl. da Ac. das Sc. de Lisbôa); já trasladando e comentando textos arábicos de valor documental, como os *Textos de aljamia portugueza* e o trabalho inédito de Zinadim sôbre *Os portuguezes no Malabar;* já investigando factos referentes à ocupação mourisca na Peninsula, como por exemplo no artigo *Faro no seculo XI* (in Bol. de S. G. L.). Todos êsses trabalhos, àlêm de outros dispersos que me abstenho de mencionar, possuem, àlêm do mérito literário e de abalizada crítica, o valor que deriva da sua especial competência filológica.

Esta competência tem sido altamente proveitosa para a Academia, veladora indefessa do idioma pátrio, em vários assuntos de gramática e lexicografia, elucidados pelo nosso douto consócio. A sua colaboração no *Dicionario* da língua preenche uma importante

lacuna, que o lamentável abandono dos estudos arábicos entre nós tornaria bem difícil suprir.

Dentro da comissão encarregada pela Academia da comemoração do quinto centenário de Ceuta, a profícua influência do Sr. David Lopes tem-se feito sentir largamente, não só pela autoridade com que está dirigindo a publicação do interessante inédito de Bernardo Rodrigues sôbre a história de Arzila, mas também pelo auxílio constantemente prestado, com admirável modéstia, mas seguro critério, a quantos vogais recorrem ao seu saber.

É o Sr. David Lopes um dos mais assíduos às reuniões académicas, entre os sócios correspondentes com que nos honramos. As actas das sessões e os *Boletins* da Segunda Classe são a miudo enriquecidos com as suas comunicações sempre dignas de particular apreço. A sua excepcional cultura humanista, reconhecida pela sua honrosa situação de professor da Faculdade de Letras, a sua incansável actividade, o seu zêlo pelos interêsses da sciência, justificam sobejamente a confiança que a Academia, e particularmente a Segunda Classe, depositam na continuidade da sua douta cooperação.

É por todos os motivos apontados que, para o preenchimento da vaga de sócio efectivo, aberta pelo falecimento do nosso eminente e saudoso confrade Gonçalves Viana, forçados a uma selecção entre nomes de sócios correspondentes que se impõem à nossa admiração e respeito, julgamos que a escolha da Classe deve recaír sôbre o Sr. David Lopes. Pela sua eleição ficará dignamente representado, entre o núcleo dirigente da nossa douta corporação, um ramo de saber tão essencial ao desenvolvimento dos estudos da história e da filologia pátrias.

Sala das sessões da Academia das Sciências de Lisbôa, 6 de Maio de 1915.

A. Braamcamp Freire.
Christovam Ayres.
Henrique Lopes de Mendonça (relator).

Parecer redigido pelo sr. Fernandes Costa relativo à candidatura do Sr. Cândido de Figueiredo a sócio efectivo

A secção de sciências económicas e administrativas da Segunda Classe d'esta Academia vem submeter à aprovação e votação da

mesma Classe a candidatura do Sr. Dr. Cândido de Figueiredo, nosso antigo consócio correspondente, à efectividade académica.

Dão-se com êste nosso ilustre confrade circunstâncias especiais, sobejamente conhecidas de todos nós, que nos parece deverem tornar a sua candidatura objecto de muito particular consideração.

O Sr. Dr. Cândido de Figueiredo é hoje o mais antigo sócio correspondente da Classe e, de ha longa data, verdadeiro candidato *in-petto*, de muitos dos seus confrades efectivos, em sucessivas eleições. O facto de terem vingado, nessas vezes, candidaturas diferentes da sua, nunca significou, para êle, vencimento em relatividade de competências, que pudesse ser olhado como preferência desprimorosa, a favor d'outrem. Crêmos, até, poder affirmar, sem inconfidência, que, no seu caso, como em muitos outros, a Classe se sentiu vivamente penalisada por lhe não ser possível abrir, simultâneamente, os seus umbraes a concorrentes com iguais direitos e com igual valôr.

Tendo dado ingresso nesta elevada corporação literária e scientífica logo quási no alvorecer da sua prometedora carreira de homem de letras, o Dr. Cândido de Figueiredo alcançou o brilhante apogeu em que presentemente todos os seus dotes refulgem, pela mais exemplar persistência em procurar atingíl-o, com o esfôrço incessante em que associou, sempre, por igual, a sua privilegiada capacidade com o seu aturado e incansável estudo. Póde dizer-se que ainda não repousou um dia. E em todos os seus trabalhos, em todas as manifestações públicas da sua fecundíssima actividade, soube sempre e incessantemente corresponder ao que ficara devendo ao alto espírito seleccionador desta Academia, qnando ela o nobilitou, outorgando-lhe o seu primeiro diploma.

Porque, não é só no labor, muitas vezes obscuro, embora de relevante utilidade com que, atravez do tempo, inumeráveis membros da nossa douta corporação a teem engrandecido, opulentando o tesouro das suas memórias, que subsiste a fonte dos serviços, que a esta podem ser prestados.

O académico que, quotidiana ou periódicamente, comparece na arena pública, a conquistar nela, com demonstrações do seu mérito, respeitoso conceito, faz reflectir sôbre a sociedade com cujo título se honra, um bom quinhão dos louvores e dos aplausos que recebe. E não são êstes, os menos importantes, nem, para ela, os menos úteis, dos seus associados.

É incontestável possuir esta Academia, na sua essência, a faculdade privativa de enaltecer o talento d'aquêles a quem abre o seio com o diploma remunerador que lhes confere. Mas em compensa-

ção, dêles recebe, com os altos merecimentos próprios de que a tornam compartícipe, uma grande parte do esplendor que, de si mesma, irradia. Nesta mutualidade há equilíbrio. E se é justo que a Sociedade préze e distinga os que labutam com devotada assiduidade na elaboração das suas produções colectivas, não o é menos que se incline com simpática deferência perante os que, fóra do seu apertado âmbito, n'um combater sucessivo, affirmam públicamente o seu valioso personalismo, ganhando palmas e louros, que com ela compartilham.

Como sócio correspondente da Academia, em longuíssimos anos, foi o Dr. Cândido de Figueiredo um saliente exemplar, d'aquêles que devotadamente a servem, dentro da sua especial categoria. Nos seus livros de arte pura, nas suas obras poéticas, nos seus trabalhos críticos, na improvisação brilhante e variada do jornalismo diário, nas impressões apreciativas das obras dos seus contemporâneos e sobretudo na vastidão das suas lições de filólogo, em que incontestadamente se revelou consumado mestre, êste nosso eminente consócio circundou sempre da mais unânime consideração a sua personalidade académica e acrescentou, com solícito empenho, novos realces para o seu nome, dignificado, desde a primeira hora em que aparecêra, pelos pergaminhos de nobreza literária, que a Academia lhe conferira.

Póde asseverar-se que o Dr. Cândido de Figueiredo foi o maior impulsionador que, no nosso país, encontraram, até agora, os estudos filológicos, aplicados ao pátrio idioma. A sua reputação está feita; os seus créditos sólidamente estabelecidos. Póde, em bastantes casos, divergir-se das suas conclusões; discordar-se dos seus modos de vêr; das suas afirmativas; mas ninguem, de boa fé, póde pôr em dúvida, o preparo, o estudo, o saber, a competência, com que tem versado, n'uma campanha diária de muitos anos, e em numerosos volumes de sábia e indispensável consulta, essa questão complexa, capaz de assoberbar os maiores eruditos. A sua autoridade impoz-se dentro e fóra do país; e se a língua portuguesa muito lhe deve, mórmente na creação de adeptos, que por ela se interessam e a estudam no torrão da sua origem, de muitissimo lhe é devedora, também, no Brazil. E é inegável que a sua influência, mesmo exercida de fóra, logrou obter profunda acentuação no modo de pensar académico sôbre simplificação e homogeneidade ortográfica, problema interessante e importante, que a Academia tem versado por diversos propósitos, e que não perde de vista.

Os predicados que concorrem na pessoa do Dr. Cândido de Figueiredo para sôbre si atrair, no momento presente, a votação com

que os seus confrades de certo o vão distinguir, conferindo-lhe o diploma de Sócio Efectivo da Segunda Classe académica, conhecem-os de sôbre aquêles que terão de elegêl-o, e portanto, toda a insistência na exposição dêles se torna desnecessária.

Bastar-nos há considerar que em nenhuma das secções da Classe o Dr. Cândido de Figueiredo seria hóspede. Dá-lhe o seu curso universitário competência de jurisconsulto; afirmou largamente, na imprensa militante, em copiosos artigos de doutrinamento e discussão política o seu valor de publicista; é historiador; é crítico no mundo das letras; é artista na profissão de escrever, manejando tão hábilmente a prosa como o verso; é poeta de inspiração, de verdade, de sentimento. Desde as suas *Nictagynias,* feixe de composições melancólicas tocadas pela saudosa expressão de uma dôr inapagável; passando pelo *Poema da Miséria,* onde são desferidas as cordas de vivíssima comiseração altruista e pelo *Livro de Job,* versão modelar do grande monumento bíblico, até, recentemente, ao volume das *Peregrinações,* o Dr. Cândido de Figueiredo nem uma só vez entibiou, antes pelo contrário, reavivou sempre, a reputação ganha, de par com João Penha, Guerra Junqueiro e outros de egual coturno, nos idos tempos d'*A Folha*, uma das mais brilhantes publicações da mocidade coimbrã, de há meio século quási, e na qual, à divina arte do verso, foram apontados rumos novos.

Mas, na abundante bagagem que nos traz, e com a qual nos dá plena demonstração de nunca haver desaproveitado o tempo, em que efectuou as suas excursões não académicas pelos mais variados domínios do saber, avulta, em proporções, que lhe não permitem passar despercebido, o seu *Dicionario da Lingua*, verdadeiro trabalho beneditino, acolhido sofregamente pelo público dos dois países em que o português é falado, e que rápidamente lhe exgota as edições. Sem entrarmos em paralelos, que demandariam excessivos desenvolvimentos, e limitando-nos a assinalar um facto, o Dr. Cândido de Figueiredo realisa, para com a nossa Academia, analogamente, o que, para com a Academia Francêsa, realisou Emilio Littré. Nos dois institutos, irmanados *ab initio* pela mesma preocupação de arquitectarem, cada um para a sua língua, um dicionário definitivo, associados seus anteciparam-se, por individual iniciativa, ao lento esfôrço da colectividade, produzindo obras que, se não libertam as duas Academias do empreendimento em que são perseverantes, lhes permitem, comtudo, o dispensarem-se de urgências, em benefício da final perfeição que, como lhes cumpre, procuram alcançar.

A distinção, que o presente relatório solicita, é um prémio que a Academia não poderia recusar a quem tão prestantemente, e por

tão variados modos, a tem servido; e é, ao mesmo tempo, serviço valioso, que a si própria faz, porque o seu novo sócio efectivo reune quantas condições lhe poderiam ser exigidas, para dêle haver a esperar a mais ilustrada, a mais inteligente e a mais eficaz cooperação.

Lisbôa, 19 de abril de 1915.

A. Braamcamp Freire.
Christovam Ayres.
Henrique Lopes de Mendonça.
J. Fernandes Costa (relator).

Parecer redigido pelo Sr. Júlio Dantas ácêrca da candidatura do Sr. Fidelino de Figueiredo a sócio correspondente

Foram apresentadas a esta secção, como título de candidatura do Sr. Fidelino de Figueiredo a sócio correspondente, duas obras de crítica e de história literária, intituladas: *A critica litteraria como sciencia* e *Historia da Litteratura Realista* (1871-1900).

No primeiro destes trabalhos estuda-se a crítica literária, considerando-a como sciência e não como um novo género de literatura; expoem-se, com individuação, os métodos críticos de Hennequin, de Brunetière, de Ricardou, de Lacombe, de Renard, de Lichtemberger, dos impressionistas; definem-se conceitos, avaliam-se processos; e o autor termina pela dedução do método por êle adoptado nos seus trabalhos de crítica literária, desenvolvendo ideias próprias sôbre cada uma das operações d'esse método, — desde a organização sistemática de inventários bibliográficos, até à classificação de géneros e constituição de quadros cronológicos, desde a divisão histórica e sua nomenclatura até à análise da obra e respectiva investigação causal, crítica de fontes, critério de progresso e noção de valor. A obra é acompanhada de um esboço de bibliografia portuguesa de crítica literária.

No segundo dos trabalhos apresentados, *História da Litteratura Realista,* estuda o Sr. Fidelino de Figueiredo as obras da geração literária que se afirmou na polémica de 1865 e nas conferências de 1871; dos escritores coetanos, embora de outra formação intelectual, que se lhe juntaram; e de outros que, não pertencendo à mesma geração, com ela se identificaram pela comunhão das fórmas de arte.

Nêste trabalho, o autor põe em acção os métodos de crítica literária preconisados no seu livro *A crítica literária como sciencia.* Analisa o lirismo amoroso de João de Deus, a evolução das ideias filosóficas no espírito de Anthero, os romancistas, os historiadores, a eloquência, os poetas, os géneros-menores, — e termina o volume pelo estudo dos caracteres gerais da literatura realista em Portugal.

Não cabe nos limites dum parecer de candidatura a discussão de opiniões literárias, de juizos críticos ou de conceitos filosóficos que, em obras desta natureza, naturalmente se prestam a ser controvertidos. O que importa saber, é se essas obras manifestam, pela elevação da doutrina e pelo lavor da expressão literária, qualidades que tornem o seu autor digno do título académico. Respondo pela afirmativa. O Sr. Fidelino de Figueiredo revela-se, em qualquer dos trabalhos mencionados, mas notóriamente no segundo, um espírito culto e reflectido, claro e bem dotado; mostra, na especialisação dos estudos críticos, qualidades notáveis de método, um penetrante espírito de análise, cultura vasta e bem orientada; é um escritor elegante, nítido, sóbrio, moderno, sabendo dominar a prosa e servir-se d'ela como duma ferramenta d'ofício, com segurança e destreza. Entendo que póde prestar serviços à Academia, e tenho fé em que virá a prestá-los à literatura do seu país. Proponho à classe a sua admissão como sócio correspondente.

Sala das sessões da Academia de Sciências de Lisbôa, em 8 de abril de 1915.

Henrique Lopes de Mendonça.
F. Teixeira de Queiroz.
Júlio Dantas (relator).

Sessão de 20 de maio de 1915

Presidente: Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos srs. Leite de Vasconcelos, servindo de secretário e Braamcamp Freire; sócios correspondentes Srs. Almeida d'Eça, Esteves Pereira, José Joaquim Nunes, Pedro de Azevedo, Víctor Ribeiro, e Baptista de Sousa (Visconde de Carnaxide), e da 1.ª classe Sr. Carlos du Bocage.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

O sr. *Lopes de Mendonça* leu o parecer relativo á candidatura do sr. Alberto de Oliveira a sócio correspondente da Academia.

Por proposta do mesmo académico e presidente da Classe, foi lançada na acta um voto de congratulação pela elevação do ilustre sócio da Academia sr. Teixeira de Queiroz a ministro dos negócios estrangeiros.

O sr. *Anselmo Braamcamp* enviou para a mesa os três volumes publicados da *História da Igreja em Portugal,* os quais o sr. Fortunato de Almeida, seu autor, oferece como título á sua candidatura a sócio correspondente. Já teve incidentalmente ocasião de se referir, com o devido louvor, a esta obra, a qual julga assegurar ao seu autor o direito de pertencer a esta douta corporação.

Envia também para a biblioteca da Academia um exemplar do nono volume do *Arquivo histórico português.* Nêle, além de muito interessantes e eruditos artigos dos srs. Pedro de Azevedo, António Baião, Maximiano Lemos,

D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Nogueira de Brito, Víctor Ribeiro e Sousa Viterbo, encontra-se, reproduzido pelo sr. Pedro de Azevedo, um inédito de Herculano, os seus *Apontamentos de viagem* nos anos de 1853 e 1854, quando êle percorreu parte das províncias do norte, visitando os cartórios de conventos e cabidos.

Outro inédito, encontrado pelo sr. Edgar Prestage na biblioteca do *Bristish Museum,* é tambêm publicado nêste volume. Intitula-se *Crítica contemporânea da Chronica de D. Manuel de Damião de Goes,* acompanhada das *Desculpas do Cronista.* O autor da *Crítica,* segundo o seu publicador muito bem averiguou, foi o 2.º conde de Tentúgal, que nela se queixa principalmente de referências elogiosas feitas por Damião de Goes a D. João II, cuja memória os Braganças detestavam, e na verdade tinham motivos para isso; da omissão ou escassez em encarecimentos vangloriosos da intervenção de parentes seus em vários sucessos; e das censuras, claras ou disfarçadas, ao procedimento havido por D. Manuel com os descendentes e parentes do duque de Bragança, justiçado em Évora, tio-avô do censor. Vê-se pois, que é uma crítica toda pessoal, quando muito de família, e que se torna ás vezes impertinente pela vaidade e até futilidade reveladas pelo autor. Damião de Goes defende-se bem e com desassombro.

Nêste volume do *Arquivo histórico* termina a notável biografia de André de Rèsende escrita pelo douto e consciencioso autor das *Notícias da Universidade de Coímbra,* o académico Francisco Leitão Ferreira. Edificadas sobre os melhores fundamentos, com todo o critério escolhidos e aproveitados, constituem as *Notícias da vida de André de Rèsende,* obra definitiva, na qual se esclarecem minuciosamente certos pontos ainda duvidosos da existência do humanista eborense, tão bem relacionado com outros humanistas estrangeiros. Acompanham a obra de Leitão Ferreira transcrições de alguns opúsculos de Résende, uns

desconhecidos, outros muito raros e não incluidos na edição coloniense das suas obras; mais um catálogo delas muito particularizado, uma cronologia da sua vida e ainda a reprodução fotográfica das recordações existentes em Évora do mestre Rèsende e de frontispícios de alguns dos seus opúsculos.

Encontrar-se hão por último, entre os documentos reproduzidos nêste volume, a continuação das preciosas *Cartas de quitação de D. Manuel,* preciosas tanto para a história como para a filologia, e o *Inventário da infanta D. Beatriz,* mãe daquele soberano, falecida em 1506. No inventário mencionam-se e descrevem-se joias, baixela, alfaias, vestimentas, paramentos, livros e até vestuário, com os preços de seu feitio, constituindo tudo um conjunto muito apreciável de informações relativas aos primeiros anos do século de quinhentos.

Já agora, a propósito dêste documento, dirá que teve a sorte de encontrar na Tôrre do Tombo, inexgotável manancial de riquezas históricas, outro documento um tanto análogo áquele inventário, mas muito mais interessante, não só por ser da Idade Média, mas por declarar os valores de muitos objectos. Dêle teve conhecimento Fr. Francisco Brandão, que em apêndice à quinta parte da *Monarchia lusitana* publicou uma pequeníssima parte e a menos interessante do documento.

Consiste êle em dois cadernos de pergaminho, no primeiro dos quais se lançaram as contas do reposte, escançaria e copa de D. Denis, nos anos de 1278 a princípios de 1283; no outro, as contas dos vestidos, prestimónios e soldadas dos homens da casa rial, no ano de 1278 e primeiros meses do seguinte. Começam ambos os cadernos por declarar que a 20 de junho da era de 1386 (1278 de Cristo) puzera Afonso III casa a seu filho primogénito, *et in sequenti die exivit Ulixbona,* acrescenta o escrivão naquela linguagem ingénua do tempo.

No primeiro caderno, nas notas dos recebimentos efectuados no régio reposte, mencionam-se escudelas, talheres, saleiros, colheres, pichéis, justas, copas, bacias, espêlhos, tudo de prata, algumas peças douradas; muitas joias de ouro com pedras preciosas, safiras, balaises, diamantes, calcedónias, esmeraldas, rubis, jacintos, ametistas, pedras nichil (agatas), jagúncias de Belas, etc., algumas delas com figuras humanas gravadas; armas, arcas, panos, esteiras, pendões com os sinais del Rei (o seu brasão) ou dos infantes, forraduras, então chamadas penas, e muitos outros objectos. Tambêm aparece um fuzil de cobre com a sua arqueta e umas távoas para trazer a isca; um momo de ouro com uma safira ao meio e quatro pedras jagonças de volta; um barril de cobre para aquentar agua, para dôr de ilharga; um canivete para fazer bicos aos açores; e outras muitas coisas interessantes de conhecer, a algumas das quais, além do pêso, quando são de metais preciosos, se marcam os preços.

Até drogarias e especiarias, de que anos depois viriamos a ter quasi o monopólio da sua introdução na Europa, entravam já então em pequenas porções para o reposte de D. Denis: açúcar rosado, um vindo do ultramar, outro de Alexandria, cravos de girofe, canela, gengivre, pimenta, etc. Os preços é que eram extraordináriamente elevados. O açúcar a 15 soldos o arrátel; a pimenta, a 17; a canela, a 1 libra e 4 soldos!

Na escançaria e na copa, mais peças de prata: tagras, pichéis, escudelas, copas, vasos, alguns com seus napeiros, nêste caso significando pratos ou pires e não toalhas. Várias destas peças douradas.

Finalmente, no segundo caderno encontra-se a parte mais interessante dêstes documentos, aquela em que se marcam os valores dos panos atribuidos por el-rei para vestidos dos cavaleiros seus vassalos e de sua criação.

Como é bem sabido, a mais apreciada talvez das indús-

trias da Idade Média era a da fabricação dos panos. Algumas cidades das Flandres e das províncias do norte da França actual, no continente, outras na Inglaterra, mantinham manufacturas importantes de tecidos, os quais enviavam ás feiras de toda a Europa, e na península ibérica tão procurados eram que Afonso III de Portugal, na lei de 26 de dezembro de 1253 (e. v.), e Afonso X de Castela, nas ordenações e posturas outorgadas em Xerês quinze anos depois, taxaram os preços ás fazendas mais geralmente importadas das fábricas do norte da Europa. Pois pelo documento de D. Denis, que é do ano de 1278, um quarto de século posterior ao de seu pai, sabe-se terem os preços de muitas daquelas fazendas notavelmente subido.

Assim, o pano de Aboivila (Abouville) que em 1253 tinha sido taxado a uma libra o covado, valia em 1278 libra e meia; o pano de Arrás, modernizando a palavra, passou de 11 soldos a 20; a bifa de Paris, de 1 libra a 30 soldos; a branqueta de Comines, de 1 libra a 27 soldos e meio; o engrês, de 1 libra a 25 soldos; o pano tinto, proveniente de Gante, Ruão ou Ipre, de 40 soldos a 45; a sarja, de 13 a 19; a escarlata, de 3 libras, ou 3 libras e meia sendo da melhor inglesa, passara a valer 5 libras; a valencina, de 9 soldos a 17; o viado (raiado) de Ipre, de 1 libra a 24 soldos, etc.

Também indica o documento o número de côvados de que constava cada peça dos diferentes panos, e outras notas nos ministra, que o tornam interessantíssimo e o levarão a transcrevê-lo no 10.º volume do *Arquivo histórico;* mas como não sabe se terá vida para o ver terminado, quer deixar aqui denunciado o documento a fim de poder ser aproveitado.

O sr. *Esteves Pereira* pediu a palavra para comunicar á Classe que já começou na Imprensa da Universidade de Coímbra a composição para a impressão do Livro da Montaria.

O *Livro da Montaria* foi compilado por el-rei D. João I, como se diz no prólogo, com o acôrdo de muitos monteiros. A sua composição é posterior ao ano de 1415, porque el-rei D. João se intitula senhor de Cepta, e anterior ao ano de 1433, em que faleceu. Não pode duvidar-se que êste livro foi composto sob a direcção de el-rei D. João I, porque el-rei D. Duarte o cita duas vezes assim;

«E semelhante o muy excelente e virtuoso Rey, meu Senhor e Padre cuja alma Deus aja, fez um livro das Horas de Santa Maria, e salmos certos para os finados, e outro da Montaria». *(Leal Conselheiro,* cap. 27).

«E por se ferirem mais prestemente el-Rey meu Senhor põe alguns avisamentos no seu livro da montaria.» *(Arte de Cavalgar,* parte V, cap. 11).

Este livro fez parte da livraria rial, do que dá testemunho o Catálogo dos Livros do uso del Rei D. Duarte, contido no Livro da Cartuxa de Evora, actualmente depositado no Arquivo Nacional, onde é mencionado pelas seguintes palavras:

«Livro de Montaria que compilou o virtuoso Rei D. João».

Desta obra sómente é conhecida uma cópia em que se diz que foi feita do original em pergaminho que se achou na Livraria do Colégio da Companhia de Jesus de Monforte de Lemos, pelo Bacharel Manuel Serrão de Paz, no ano de 1626.

Esta cópia é o livro de 134 folhas de papel de 230 × 192 milímetros, paginadas sómente pelos números ímpares de 1 a 267 na pagina rosto. Pertenceu em 1844 a T. Norton, e hoje é da Biblioteca Nacional de Lisboa, onde tem a designação Ms. 4352 (antiga P-3-4).

A cópia ou o arquetipo parece ter sido feito por pessôa que falava usualmente a língua castelhana; entre outros indícios observa se que a nasalação das vogais é representada quasi sempre por *n* em vez de *m;* o emprego de *b* em vez de *v;* e o título da obra que está escrito *Libro de Monteria.*

É desnecessário encarecer o valor desta obra, tanto sob o ponto de vista técnico, como sob o ponto de vista literário e filológico.

A cópia que serve para composição foi feita sob a direcção de Gabriel Pereira, que foi director da Biblioteca Nacional e sócio desta Academia.

Na monarquia hereditária de Portugal produziu-se um extraordinário e brilhante fenómeno, que nunca mais se repetiu, apesar da mesma monarquia ter dominado durante oito séculos. O primeiro rei da dinastia de Aviz e seus filhos, os ínclitos infantes, escreveram obras que são hoje de inestimável valor; D. João I compoz o *Livro da Montaria;* D. Duarte o *Leal Conselheiro* e a *Arte de Cavalgar;* D. Pedro a *Virtuosa bemfeitoria;* D. Duarte promoveu a composição da *Chronica de D. João I,* por Fernam Lopes; e D. Henrique dirigiu e inspirou, não se pode duvidar, a composição da *Chronica da tomada de Cepta,* e a *Chronica da conquista da Guiné,* por Gomes Eannes de Zurara. Esta série de obras não tem igual em toda a nossa vasta literatura.

Coincidência notável: D. João I era filho de um rei que tem sido considerado como epileptico; mas D. João I era *bastardo;* nas suas veias correu meio sangue do povo, — do heroico e genial povo português.

O sr. *Pedro de Azevedo* diz que lhe consta estarem já em Lisboa alguns códices e documentos pertencentes ao Arquivo da Sé de Lamego. Entre os códices acha-se uma certidão tirada da Torre do Tombo, sendo guarda-mór Fernão Lopes, das inquisições da Beira. Num dos outros códices lê-se o *Chronicon Lamecense,* já impresso nos *Portugaliae Monumenta,* segundo uma cópia imperfeita.

Leu tambêm duas denúncias feitas na Inquisição de Lisboa, uma pelo ouvidor das ilhas de S. Tomé, chamado António de Almada Mascarenhas sôbre os cristãos novos portugueses, o qual residiu em Londres em 1659, e outra

pelo mestre de campo Gonçalo da Costa de Menezes contra o dr. Gaspar de Abreu de Freitas, antigo embaixador de Portugal na Gran-Bretanha. Esta última datada de 1681, é muito valiosa por conter informações sôbre a vida íntima de Carlos II e da rainha D. Catarina.

O sr. *Presidente* agradeceu aos srs. Anselmo Braamcamp, Esteves Pereira e Pedro de Azevedo as interessantes comunicações que acabavam de ser ouvidas e que provam o zêlo e carinho com que estes distintos académicos procuram dar lustre e relêvo às sessões da Classe, o que decerto serviria de estímulo aos que desejam valorisar a acção desta Academia.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Parecer redigido pelo Sr. Henrique Lopes de Mendonça ácêrca da candidatura do Sr. Alberto de Oliveira a socio correspondente

Ao percorrer as obras do escritor português Alberto de Oliveira (assim me exprimo para o não confundir com o poeta brazileiro seu ilustre homónimo), salta-me diante dos olhos uma frase mordaz, por êle posta na boca de uma alegórica personagem, como se fôra uma mosca volante a turvar-me a visão. Essa frase, referente, creio eu, à minha tristonha personalidade, confesso que me desmancha a intentada compostura profissional, e quási maldigo a singular coincidência, que deante do solicitado acesso desse escritor me põe nas mãos o batente da portada académica.

Encontro-me entalado entre dois perigos: a suspeita de um desforço grutesco, o ridículo de espetaculosa magnanimidade. Obriga-me a consciência a arrostar com o segundo, já que por emquanto me falta a qualidade de defunto para aspirar ao Pantheon prometido pelo ideal Tio Garrett, em detrimento do seu imortal patrono.

Conhecia já uma parte da obra do Sr. Alberto de Oliveira. Tinha-me deliciado há mezes com a revoada dos seus encantadores *Pombos Correios,* levando no bico, através do Atlantico, umas nótulas luminosas, vivas, coloridas e pitorescas sôbre os sucessos do ano

de 1912. Relendo êsse livro, recheiado de comentários, ora risonhos, ora amargos, que da política, das letras, dos costumes, extrae uma filosofia serena e amávelmente séptica, como a de Anatole France, sinto bem o ruge-ruge de legítimo orgulho que o autor, no seu prólogo, mascara sob os ouropeis de aparatosa modéstia. Não surprehederei ninguem, nem ainda o próprio Sr. Alberto de Oliveira, proclamando que reputo errónea a sua alegação de *insuficiência de dotes próprios.* Antes, embora com bons motivos para confiar na capacidade diplomática do preclaro consul de Portugal no Brazil, tenho sincera pena de que o seu novo rumo de vida pozesse termo, ou pelo menos temporáriamente paralizasse, a sua actividade literária. Porque, não há negál-o, a sua obra é quantitativamente escassa. E não se lhe póde fazer maior elogio do que lastimar essa escassez.

Arripiando caminho, encontro a rescendente corbelha, onde as mãos do Sr. Alberto de Oliveira, emparceiradas com as do Sr. Agostinho de Campos, botaram gavelas de flôres rústicas. *Mil Trovas* é o nome dessa colecção, rigorosamente justificado pelo número das quadras coligidas. No seu prologo, os autores modestamente se escusam de qualquer intuito scientífico. Ocioso é porêm dizer quanto as espontâneas creações da musa popular interessam ao estudo do moderno ramo de sciência que responde ao nome algo bárbaro de *folklore.* Ainda contudo sob o ponto de vista literário, recopilações desta natureza são particularmente saborosas para os devotos da poesia lírica; e, no que respeita à sua influência social, teem o condão de reconciliar os espíritos mais avessos à democracia com a alma ingénua e sentimental do povo. Contribuem assim para retemperar os iniciados nas limpidas nascentes donde borbulha, sem eivás de exotismo, a inspiração autochtone, e para estabelecer a comunhão espiritual das classes dentro do organismo nacional. Mas quando se faz a colheita, não no simples propósito de satisfazer o apetite voraz dos eruditos, mas tendo em mira lisonjear o escrupuloso paladar dos artistas, é mistér uma finura de gosto, só compatível com apreciáveis dotes literários. Por ela se destingue, por exemplo, o de Garrett de quantas compilações similáres se teem mais tarde publicado em Portugal. Ora o livro *Mil Trovas* revela nos coleccionadores esta qualidade essencial.

Entrou o Sr. Alberto de Oliveira no teatro, pelo braço do finado conde de Arnoso, como um dos colaboradores do mistério *Suave Milagre,* feito sôbre um conto de Eça de Queiroz. Não cabe aqui a crítica desse trabalho dramático, extensa bordadura de várias mãos de artistas, lavrada sôbre uma trama exigua. Atenho-me à parte

poética, que é da responsabilidade individual do Sr. Alberto de Oliveira e a qual seguramente releva entre a variada colaboração que fez resplender às luzes da ribalta a comovida obra do grande romancista.

Sinto não ter presente a parte principal da obra poética do Sr. Alberto de Oliveira, a qual por isso não me cumpre apreciar no presente parecer. E sinto-o sobretudo, porque, pelo incompleto conhecimento pessoal que dela tenho, se me afigura que quaesquer heterodóxos caprichos de métrica não arrefeceriam sensivelmenle as minhas referências encomiásticas.

Por último, remontando aos primórdios da sua scintilante carreira literária, devo acentuar o aprazimento com que percorri o livro da mocidade do Sr. Alberto de Oliveira, *Palavras Loucas*, publicado há mais de vinte anos. Seria imperdoável falta de sinceridade o proclamá-lo isento de máculas. Tanto no pensamento como na fórma, elas derivam, pode dizer-se que exclusivamente, da feliz culpa a que nós todos, sem excepção do próprio autor, desejariamos ainda estar adstritos. Mas a natural impetuosidade dos anos primaverís é ali temperada por tendências de ponderado moralismo, prateado como as cãs da velhice; os ligeiros descuidos de linguagem diluem-se na correntia graça do estilo, sequioso de saudáveis rescendências campesinas. Ténues defeitos êsses, que se resgatam de sobra pelo imaginativo da expressão, pelo vigor de um talento original e sólido, pelos lampejos de uma ironia adrede boleada e resvaladiça, por um generoso espírito de justiça e de piedade, por um sincero apego às cousas da pátria, pelo desabrochar dessa filosofia serena que caracterisa o seu último livro.

Facto singular! Onde algo revolucionário se aparenta por vezes, êste delicado escritor deixa transudar no estilo, todo moderno, não sei que vagas reminiscências clássicas. Tal fenómeno corresponde afinal às suas predileções estéticas, amplamente manifestadas na admiração de Garrett e no culto da língua portuguesa. Ambos êstes sentimentos são de molde a concitar as simpatias da Academia, para quem é sagrada a memória do grande reformador romântico e que na defeza do nosso património idiomático tem uma das suas mais rigorosas atribuições.

Em resumo, e para terminar a grata tarefa que me foi incumbida: o Sr. Alberto de Oliveira é hoje um subtil artista, que põe ao serviço de um sólido pensar os primores de uma linguagem colorida e plástica, por vezes cheia de imprevisto. A sua obra, embora escassa em volume, honra a literatura nacional e justifica plenamente a sua consagração pela Academia.

Por isso a secção de belas letras propõe à Segunda Classe a admissão do Sr. Alberto de Oliveira, na qualidade de sócio correspondente nacional.

Sala das sessões da Academia das Sciências de Lisboa, 20 de Maio de 1915.

David Lopes.
Júlio Dantas.
Teófilo Braga.
A. Braamcamp Freire.
Christovam Ayres.
J. Coelho de Carvalho.
Francisco Teixeira de Queiroz.
Henrique Lopes de Mendonça (relator).

Sessão de 3 de junho de 1915

Presidente: o Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Anselmo Braamcamp Freire, Leite de Vasconcelos e Cristóvão Aires, secretário da classe; os sócios correspondentes srs. Alfredo Vieira Peixoto Vilas Boas (Conde de Paçô Vieira) e Batista de Sousa (Visconde de Carnaxide); sócio correspondente estrangeiro sr. Edgar Prestage; sócios correspondentes da 1.ª classe os srs. António Cabreira e Carlos Roma du Bocage.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

Em seguida procedeu-se à eleição a sócios efectivos dos srs. David de Melo Lopes e Cândido de Figueiredo, que foram aprovados por unanimidade. Por igual forma foi aprovado sócio correspondente o sr. Fidelino de Figueiredo.

O sr. *Lopes de Mendonça* leu o parecer ácerca da candidatura do poeta brasileiro sr. Olavo Bilac a sócio correspondente estrangeiro.

O sr. Alfredo Vieira Peixoto Vilas Boas (*conde de Paçô Vieira*), depois de agradecer a sua eleição, que considera a mais honrosa distinção que até hoje lhe foi concedida, apresentou um valioso manuscrito, encadernado em pergaminho, que pediu licença para oferecer à Academia, e fez sobre ele uma interessante comunicação. O livro tem por título *Esporas de Portugal contra couces de Castela*. Pertenceu à biblioteca do «Convento da Cruz» da Congregação da Missão, sito na freguesia de Fareja, comarca de Fafe, comprado pelo seu avô

em 1836, donde passou para a livraria de seu pai, de quem o herdou. É deveras curioso, e afigura-se-lhe que tem valor histórico, pela grande erudição que revela da parte do autor e pelos assuntos que nele são tratados. Ignora o nome do autor, apesar dos esforços que tem empregado e investigações que, quer directamente, quer por intermédio de eruditos bibliófilos, tem feito para o descobrir, mas julga não errar dizendo que deve ter sido escrito por um frade, pois o grande número de citações latinas e o estilo o revelam. Tambem não tem data o livro. Essa, porém, é facil de fixar aproximadamente; porque o autor diz a paginas 23.ª v. que viu «o actual» arcebispo de Braga, D. Ruy de Moura Teles, passear nas ruas de Lisboa com a sua cruz alçada de Primaz. Este arcebispo, que se chama Rodrigo e não Ruy, foi o 43.º bispo da Guarda; era filho do 2.º conde de Vale de Reis, D. Nuno de Mendonça e de D. Luíza de Castro e Moura. Nasceu em Vale de Reis em 26 de janeiro de 1644; foi sagrado em 14 de novembro de 1694 em Lisboa, no convento da Madre de Deus e tomou posse da diocese em junho de 1695, onde se conservou até que em 1703 foi nomeado arcebispo de Braga, onde fez a sua entrada solene em 25 de novembro do mesmo ano. Faleceu em 1728. Portanto, o livro não pode ter sido escrito antes de 1703 nem depois de 1728, pois o autor diz «o actual arcebispo».

O livro está dividido em capitulos denominados «lições» e estas em paragrafos, a que o autor chamou «couces». A 1.ª lição intitula-se: «Primeira Picadura» e trata-se nela de defender D. Maria, mulher de D. Afonso XI de Castela e que era filha de D. Afonso IV de Portugal, da fama de desonesta, que um escritor espanhol lhe atribue; e por sua vez diz o autor do livro que quem era desonesta era a nora, D. Branca, a quem as canções daquele tempo atribuíam amores com um cunhado. No 2.º «couce» procura-se demonstrar que os castelhanos são judeus e não os

portugueses, como dizem os espanhois. No 3.º «couce» rebate-se a afirmação feita por alguns espanhois de serem mais fidalgos que os portugueses. E é muito de notar neste parágrafo o emprego da palavra «protoplasma», usada a páginas 13.ª v. e que o autor escreve «portoplasma».

A lição 2.ª intitula-se: «Picadura a várias mulas». No 1.º «couce» rebate-se a primasia do arcebispado de Toledo sobre o de Braga; no 2.º «couce» demonstra-se que D. Tereza, mãe de D. Afonso Henriques, era, não filha ilegítima, mas sim legítima de D. Afonso de Castela e de D. Ximena; no 3.º «couce» contesta-se a opinião do escritor espanhol Ferrera sobre a batalha de Ourique e sustenta-se a veracidade das investigações feitas por Fr. Bernardo de Brito.

A «3.ª lição» intítula-se: «Lição de Picadura 3.ª». No 1.º «couce» insurge-se o autor contra o escritor Bitontino, por considerar D. João IV ladrão do «sceptro ibero» e chama à restauração de 1640 «a mais gloriosa acção da história até então praticada». No 2.º «couce» demonstra-se, com a genealogia de D. João IV pertencer-lhe a corôa portuguesa, por ser bisneto do varão, ao passo que D. Filipe era bisneto de femea. No 3.º «couce» trata-se da conspiração contra D. João IV, descoberta pela rainha D. Constança. No 4.º «couce» ocupa-se o autor do suborno do Papa Urbano VIII e acusa a Espanha de ter comprado o imperador da Alemanha por 40:000 ducados para prender o infante D. Duarte.

A 4.ª lição tem por título: «Picadura quarta a meia rédea», e não está dividida em «couces». Refuta-se nela a opinião dos escritores espanhois que sustentam os direitos de Castela sobre Portugal. E como ha entre eles um escritor chamado Fuertes Biota, chama-lhe «Forte idiota», como a Bitontino tinha já chamado «Bistontinho».

A «5.ª lição» intitula-se: «Lição de Picadura V»; está dividida em 7 «couces» e ataca-se nela a obra de Fr. Domingos Fernandes Navarrete, porque, sendo «dominicano»,

acusa os portugueses de serem «jesuitas» e faz-se a apologia da Companhia de Jesus.

O livro demonstra da parte do seu autor um grande patriotismo e muita erudição.

O sr. presidente felicitou o sr. conde de Paçô Vieira pela sua eleição a sócio da Academia e agradeceu o valioso oferecimento por ele feito à sua Biblioteca.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Parecer redigido pelo Sr. Henrique Lopes de Mendonça acêrca da candidatura do Sr. Olavo Bilac a sócio correspondente

Alguem disse que, por cada poeta que nascia, se acendia nova estrela no céo. Se a metáfora tivesse realização material, deveria ser fulgurante como o dia a noite do Brazil, pelo deslumbramento das constelações que fariam cortejo ao Cruzeiro do Sul, emblema astronómico da grande República. E as reverberações siderais, transpondo horisontes sem número, viriam afagar as plagas portuguesas, únicas capazes de bem sentir-lhes o encantamento.

Aqui estou eu, prezo ao enlevo de uma dessas estrelas, como quem a elas se acha irmanado pela linguagem, pertencendo ao escasso rebanho humano que, neste caso concreto, o amor da vasta pátria lusitana torna, consoante afirma o próprio poeta que ocasiona êste parecer,

Capaz de ouvir e de entender estrelas.

E vejo-me forçado a materializar, por que assim digamos, o meu enlevo em meia duzia de frias e pautadas frases, para obedecer a um rígido preceito académico. Como se o nome de Olavo Bilac não fosse bastante para suprir deslavados encómios e dispensar todas as praxes convencionais!

Já uma vez, se bem me recorda, num parecer relativo à candidatura de um escritor brazileiro, eu aventei a ideia de cimentar a indispensável confraternisação espiritual dos dois países de raça lusitana pela recíproca e taxativa permutação de diplomas entre as duas academias, a do Brazil e a de Lisbôa. À semelhança do que se acha estabelecido para as relações entre as colectividades similares de Espanha e as de algumas repúblicas hispano-americanas,

os sócios efectivos da Academia do Brazil seriam membros natos da Academia das Sciências de Lisbôa, com reciprocidade para os sócios efectivos desta última.

Não é azado o momento para transformar êste alvitre numa proposta concreta. Mas a apresentação do nome de Olavo Bilac para a candidatura a sócio correspondente da segunda classe dá nova fôrça ao meu alvitre.

Que dizer do eminente poeta americano?

Ocorre-me, ao justificar o voto entusiástico com que a classe acolherá sem dúvida esta candidatura, a clássica anedota da hetaíra acusada perante o tribunal austero dos heliastas. Basta que Hyperides desvele aos olhos deslumbrados dos juíses a nudez dominadora de Phrynea, para que êles, vencidos, a absolvam.

Pois bastante seria tambêm, para o voto favorável da classe, apresentar um só desses sonetos de oiro, com que o poeta enriqueceu a literatura portugueza. Por um soneto apenas foi consagrado na antologia franceza o nome de D'Arvers. Êsse imortal trecho de poesia não está porventura mais vulgarizada em França do que o está em Portugal aquele delicioso *Ouvir estrelas*, do qual já recortei o derradeiro verso. Êsse, e o célebre soneto de Raymundo Corrêa *As pombas*, são decerto as jóias que mais teem encadeado almas portuguesas, de entre o opulentíssimo escrínio da literatura contemporânea do Brazil. E contudo, na obra poética de Olavo Bilac, não é fácil conferir a êsse trecho a incontestável primazia, tantos são os primôres por que se dispersa a nossa admiração. Ao acaso arranco do seu livro de versos esta pequena maravilha de factura e de sentimento, onde revive, após quási quatro séculos, a melancolica musa camoneana:

> Em mim tambem, que descuidado vistes,
> Encantado e aumentando o proprio encanto,
> Tereis notado que outras cousas canto
> Muito diversas das que outrora ouvistes.
>
> Mas amastes, sem dúvida... Portanto
> Meditae nas tristezas que sentistes:
> Que eu, por mim, não conheço cousas tristes,
> Que mais afflijam, que torturem tanto.
>
> Quem ama inventa as penas em que vive:
> E em logar de acalmar as penas, antes
> Busca novo pezar com que as avive.
>
> Pois sabei que é por isso que assim ando:
> Que é dos loucos sómente e dos amantes
> Na maior alegria andar chorando.

O que faz o principal encanto deste magistral soneto, assim como o de todos que constituem a pequena colecção intitulada *Via Lactea*, é a pureza da emoção, surgindo espontânea e límpida, sem coruscantes atavios de forma. Não há uma expressão decorativa, uma rima opulenta ou estranha, um arrojo metafórico, que altere a simplicidade tocante do trecho lírico. É esta uma das faces do soberbo talento de Bilac, e bem justificaria que se lhe aplicasse a invocação que êle próprio dirige ao mestre supremo do soneto portuguez, Bocage:

> Mestre querido! viverás, emquanto
> Houver quem pulse o magico instrumento,
> E preze a lingua que prezavas tanto:
>
> E emquanto houver num ponto do universo
> Quem ame e soffra, e amor e soffrimento
> Saiba, chorando, traduzir em verso.

Mas o grande poeta não se contenta com estas maravilhas modeladas na tosca argila da palavra, ungidas pelo vivo clarão do sentimento. Ambiciona a matéria prima preciosa, as cinzeladuras requintadas e subtís, a scintilação ofuscante das pedrarias policro mas. Êle próprio o declara:

> Invejo o ourives quando escrevo:
> Imito o amor
> Com que elle, em ouro, o alto relevo
> Faz de uma flor.
>
> Imito-o. E pois, nem de Carrara
> A pedra firo:
> O alvo crystal, a pedra rara,
> O onyx prefiro.

E alcança o subtilizar parnasiano da fórma, com uma virtuosidade digna de Banville e uma intensidade de expressão erudita que lembra a sábia Musa de Leconte de L'Isle e Hérédia. O que nem sempre consegue porêm — e feliz culpa é essa! — é dominar os estos de comoção, alçando-se áquela espécie de hierática impassibilidade que caracterisa os corifeus da escola. A sua alma tropical empresta fogo à rutilação das jóias, que sua mão paciente afeiçoa.

Mas para que insistir numa ociosa análise, para a qual, ao contacto dessa lavareda divina, o pensamento não logra chegar ao necessário arrefecimento? A reputação de Olavo Bilac, como um grande lírico, está consagrada nos dois mundos, e seria ofensivo

para os académicos da Segunda Classe o reforçá-la com um banal panegírico.

Nos seus livros de prosa, *Critica e Fantasia* e *Conferencias Literarias,* encontram-se, nem podia deixar de ser, todos os tesouros de imaginação e todos os primores de estilo que o tornaram um mestre da poesia portugueza. Não cabe aqui, muito a meu pezar, pormenorizar as impressões aprazíveis que me deram ao espírito, ao percorrê-los de fugida pela primeira vez. Mas um facto me apetece apontar especialmente ao reconhecimento comovido de quantos prezam as letras pátrias: é o extremoso carinho filial que ao exímio brazileiro merece o património idiomático, legado pelos pioneiros da Europa à terra maravilhosa de Santa Cruz. Bastaria que o mostrasse com o exemplo, na sua prosa cantante e vernácula, no seu verso impecável de métrica e cristalino de expressão. Essa ternura concretiza-se contudo em mais de uma passagem da sua obra. Expande-se sem véos, exubera radiosa a paixão por essa língua, diz êle, «a mais bela e dúctil de todas as línguas da terra». E do grande lírico contemporâneo se poderá destemidamente afirmar o que êle próprio diz a respeito de outro grande lírico brazileiro do passado, de Gonçalves Dias: «A velha mãe sagrada *(a língua portuguesa)* remoçou aos beijos do filho mais moço».

Só tem um senão a homenagem que lhe vai prestar sem dúvida a Academia das Sciências de Lisboa: o ser tardía. Para penitenciar-se, deveria atapetar de rosas o ingresso deste nobre filho da raça lusitana; deveria conceder uma trégua à serenidade augusta dos sábios para receber com aclamações um dos mais excelsos representantes do génio latino na actualidade; deveria iluminar de azul e ouro o diploma que vai depôr-lhe nas mãos. Mas são bem pálidas as rosas que eu posso desfolhar diante dos seus pés, bem tenue a minha voz para o saudar, bem desbotadas as côres com que me é dada a honra de lhe decorar o arco triunfal do ádito.

Destoarão porventura da gravidade académica as minhas expressões de sincero entusiasmo. Mas é que, ao lêr Olavo Bilac, eu relembro os admiráveis versos que um grande poeta português poz na boca do máximo entre os nossos poetas:

> ....Sim! recebe-o, guarda-o,
> Generoso Amazonas, o legado
> De honra, de fama e brio. Não se acabe
> A lingua, o nome portuguez na Terra.

É com homens como Olavo Bilac que a profecia de Garrett se realiza. A língua portuguesa bracejará de futuro pelo mundo inteiro,

ovante e sonorosa, ainda quando uma catastrofe a emudecesse em lábios eurepeus. Beberá nova e pujante seiva nesse ubérrimo solo americano, onde o génio poético da nossa raça refloresce em prodígios. E graças à imortalidade da nossa língua, mantida pelo respeito filial dos brazileiros, Camões será eternamente um poeta vivo.

Quási tenho pejo de terminar pelas banais expressões, que aconselham à classe a admissão de um novo sócio correspondente. Permitam-me que as substitua pela consagrada saudação dantesca:

Onorate l'altissimo poeta.

E, pois que a honra da eleição recai igualmente sôbre a Academia e sôbre a agraciado, êle poderá ainda responder como Vergilio, na soberba estância de Alighieri:

Perocchè ciascun meco si conviene
Nel nome, che sonó la voce sola,
Fannomi onore, e di ciò fanno bene.

Sala das sessões da Academia das Sciências de Lisboa, 3 de junho de 1915.

Teófilo Braga.
A. Braamcamp Freire.
Christovam Ayres.
F. Teixeira de Queiroz
Júlio Dantas.
Candido de Figueiredo.
David Lopes.
Henrique Lopes de Mendonça (relator).

Sessão de 17 de junho de 1915

Presidente: o Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos srs. Anselmo Braancamp Freire, Candido de Figueiredo, David Lopes, Leite de Vasconcelos e Cristóvão Aires, secretário da classe; sócios correspondentes, srs. Fernando de Azevedo e Silva (conde de Azevedo e Silva), Alfredo Vieira Peixoto Vilas Boas (conde de Paçô Vieira), Baptista de Sousa (visconde de Carnaxide), Esteves Pereira, Fidelino de Figueiredo, José Joaquim Nunes, Pedro de Azevedo e Victor Ribeiro; correspondentes estrangeiros srs. Edgar Prestage e Lúcio de Azevedo.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada.

O sr. *Cândido de Figueiredo* disse que havia 40 anos, sendo ainda estudante, tivera a agradavel surpresa de receber desta Academia um ofício em que o Secretário Geral, Latino Coelho, lhe comunicava ter sido eleito sócio correspondente desta mesma Academia. Pouco depois, assentou residência em Lisboa, e, no cumprimento do seu dever, foi dos sócios mais assíduos nas reuniões académicas, durante 25 anos. Seguidamente, deram-se factos que lhe trouxeram a convicção de que era demais nesta casa e de que devia exilar-se para a sua Tebaida de modesto homem de letras, donde acompanhava sempre a vida académica, naturalmente interessado por ela. Felizmente para êle, o suposto decreto da sua proscrição fôra amavelmente revogado pela Academia; e por essa amabilidade, e por tanta generosidade,

apresenta os seus rendidos agradecimentos à Classe, sentindo apenas que, cansado e velho, já não possa acompanhar, como desejaria, os trabalhos académicos; mas, tanto quanto nele coubesse, a sua boa vontade e o seu coração estavam ao lado da Academia, e feliz se julgaria se a sua cooperação pudesse ao menos evidenciar o seu íntimo reconhecimento.

O sr. *David Lopes* agradeceu tambem a sua eleição de sócio efectivo. Considera essa honra como imerecida; mas já que a Classe lha concedeu, ele promete trabalhar sempre pelo bom nome da Academia, quanto as suas forças o permitirem.

O sr. *Fidelino de Figueiredo* diz que, assistindo pela primeira vez a uma sessão da Academia das Sciências de Lisboa, na qualidade de seu sócio correspondente, as suas primeiras palavras deviam ser de agradecimento e cumprimento. Agradece muito reconhecidamente a sua eleição, não como um vulgar reconhecimento, mas muito especial pelo tambêm especial significado que atribue a essa eleição. Ela mostra sentimentos de tal tolerância e generosidade, que julga não se repetirem na história mais que secular da Academia. Esta corporação chama ao seu seio quem, recemchegado à vida literaria, nada mais traz que a escassa bagagem de meia duzia de opiniões críticas, nem sempre fielmente ortodoxas.

Cumprimenta a Academia porque, desde que lida com a nossa moderna história intelectual, se habituou a respeitar esta corporação, que sempre encontrou propugnando pelo desenvolvimento da nossa cultura espiritual e pelo bom nome da pátria portuguesa. Ainda ha pouco folheando publicações sobre a história da Academia, reconheceu que ela desempenhára no fim do século XVIII e no princípio do século XIX, uma função que julga nenhuma outra desempenhara ainda. Não se limitou, no restrito campo especulativo, a estudos teóricos; procurou fazer obra de propaganda, de divulgação e filantropia, já pondo a concurso

memórias sobre agricultura e fomento, distribuíndo sementes e instruções aos lavradores, já dando assistência médica em momentos de guerra e peste. Vai longe o tempo em que se publicavam portarias mandando arrancar aos livros as páginas que continham palavras irrespeitosas para a Academia, em que os soberanos se desvaneciam com presidir aos seus trabalhos; mas, mesmo nos tempos de desdem pela cultura, esta conserva o mesmo valor. São bemditas estas pacíficas institúíções que ao homem de estudo dão convívio e meios de trabalho. Confia em que a Academia, sobre tudo se relembrar as suas tradições nobilíssimas, grande função cumprirá; porque, trabalhando nas suas especialidades, contribue para a grandeza moral e prestígio do país.

O mesmo académico ofereceu à Academia a segunda edição das suas *Caracteristicas da Literatura Portuguesa.*

O sr. *Presidente* saudou em o sr. Cândido de Figueiredo um dos mais antigos sócios desta Academia, em quem a homenagem agora prestada, embora tardia, significava o alto apreço em que era tido o seu labor; e no sr. David Lopes um dos mais eficazes e valiosos elementos de trabalho desta Academia, que se honra de o possuir como dos seus mais prestimosos auxiliares; e teve palavras de apreço ao sr. Fidelino de Figueiredo, que não só pela sua obra, já apreciavel, mas pela fórma por que se apresentava nesta corporação, mostrava a justiça que lhe fôra feita pela Academia.

O sr. *Edgar Prestage* apresentou uma carta do Director da Biblioteca John Ryland de Manchester, em que este agradece o apoio prometido pela Academia ao projecto de dotar a Universidade de Louvain com uma nova biblioteca em lugar da que foi destruida pelos alemães. Os livros que forem oferecidos para este fim devem ser mandados pela Academia para Manchester. O Director informou que já se tinha reunido um grande número de livros e que a França

e a América do Norte tinham auxiliado muito a iniciativa da Biblioteca Ryland.

O sr. *Pedro de Azevedo* ofereceu, em nome do sr. Jordão de Freitas, a sua recente publicação *O Naufragio de Camões e dos Lusiadas,* e em seguida leu a seguinte nota:

«Na semana última em que se celebrou mais um aniversário da morte de Camões, apareceram dois trabalhos valiosos sobre o poeta e a sua obra *Os Lusiadas.*

Qualquer que seja a opinião sobre o valor real do poema, não pode negar-se que ele foi um factor político, tanto na época do seu aparecimento, como nos últimos quarenta anos. A publicação dos *Lusiadas* deve ter influido bastante nos projectos de D. Sebastião sobre a conquista de Marrocos, e o último canto do poema denuncia uma precipitação grande de Camões em o concluir. É possivel que o partido militar, que rodeava o rei, se aproveitasse de Camões, alquebrado física e intelectualmente, para provocar o soberano a dar o passo que tão fatal lhe foi. É sempre triste que os grandes homens envelhecidos se tornem instrumentos de ambições de indivíduos enérgicos.

Sobre a vida de Camões temos três obras modernas. A mais antiga é a de Jurumenha, que contêm os poucos documentos autênticos que conhecemos sobre o poeta e é ainda utilizavel, com leves rectificações. A segunda é do alemão Stork, notavel pela erudição e método do autor, mas que não aumenta um passo sequer na biografia do poeta, o que prova a inutilidade dos raciocínios para alcançar conhecimentos. A terceira é a do sr. Teófilo Braga, que só deve ser lida com a mais minuciosa precaução.

Desde a publicação de Juromenha a biografia do poeta pouco tem adiantado; só agora o sr. Jordão de Freitas, além de outras publicações camoneanas que tem entre mãos, traz a lume uma memória sobre o naufrágio de Camões, baseada num documento da Torre do Tombo. Não é aqui o lugar próprio para a extratar, mas por êsse estudo

logiamos saber que o naufrágio de Camões foi no mar, que foi nos Baixos de Pracel e que se deu em fins de 1558.

Ao passo que a biografia do poeta pouco tem progredido, o estudo do texto dos *Lusiadas* tem sofrido numerosos estudos e entre eles o mais recente é um sobre a astronomia, devida ao sr. dr. Pereira da Silva, deveras importante.

Em volta de Camões e dos *Lusiadas* tem-se criado uma espécie literária, a que se deve dar o nome de misticismo camoneano. Como o misticismo em geral, o camoneano corre a escala desde o relativo bom senso até ás extravagâncias mais absolutas que podem nascer no cérebro humano.

Não temos ainda uma obra completa sôbre êste genero, mas no volume do sr. Teofilo Braga que tem por título *Camões. A obra lírica e epica* publicada em 1911 (ano 1 da República), encontra-se uma sistematisação dessas ideias. O seu autor concluiu assim a obra: «Na eloquência dos factos, em as três Revoluções de 1640, 1820 e 1910, em que Portugal reconquistou a sua autonomia e reassumiu a soberânia nacional, os *Lusiadas* actuaram como o livro que conserva a tradição de uma raça; bem mereceu o título de *Biblia Lusitana,* que sintetisa a sua potência moral».

O sr. *Leite de Vasconcelos* disse o seguinte: que como presidente da comissão do Dicionário da Academia não queria gratificação alguma, pois não podia trabalhar nêle activamente, embora procurasse dar-lhe alguma atenção, mas que era indispensavel que o redactor efectivo, que tem de dispender actividade prolongada e poderosa, fôsse remunerado.

A êste proposito ponderou que o decreto de 2 de novembro de 1910 impedia a remuneração, visto que o trabalho do redactor não era susceptivel de se computar como o decreto o exige, e por tanto propoz que se pedisse ao governo que, na hipótese de não revogar o mencionado decreto, ao menos tratasse de promulgar uma lei que se aplicasse ao caso especial do Dicionario.

Terminou dizendo que é natural que sejamos atendidos: nenhum governo deixaria de, com o modesto dispendio de 240 escudos anuais, concorrer para que a língua nacional tenha o Dicionário que ainda lhe falta, e tal como a Academia o projecta. Se a empresa da coordenação do Dicionário não vai agora por diante, é unicamente porque a Academia carece dos indispensáveis elementos materiais para isso, e não por falta de recursos literários. No arquivo da Academia existem já milhares de verbetes que, convenientemente joeirados e ampliados, constituirão excelente material lexicológico.

O sr. *Lúcio de Azevedo* fez uma interessante comunicação sôbre os judeus portugueses que desde o século XV a XVIII fôram estabelecer-se em França. A obra do sr. Cirot, *Recherches sur les juifs espanols et portugais à Bordeaux*, dá ampla notícia sôbre os que viviam em Bordeus. Em Bayona e regiões visinhas dos Pirineus não foi menor o número dêles. No arrabalde de Saint-Esprit, onde tinham um bairro especial, possuiam propriedades, parte das quais se conservam ainda em famílias hebráicas e de apelidos portugueses. Cita diversos nomes como Silva, Pato, Froes, Lopes, Henriques, Pereira, Brandão e outros que pertencem a familias ainda hoje existentes em Bayona. Os processos do Santo Ofício conteem referências a portugueses que habitavam em lugares diversos do distrito de Bayona. Mas esses núcleos da população hebráica dissolveram-se todos, e só em Bayona permaneceu a tradição portuguesa.

Comunicou também o sr. Lúcio de Azevedo que no Brasil o Estado do Pará tenciona celebrar em dezembro próximo o terceiro centenário da fundação da sua capital e do início da colonisação portuguesa na região. Para isso tem destinado várias comemorações, entre elas pôr a concurso a apresentação de uma memória em que o facto seja narrado, destinando o prémio de tres contos de réis, moeda do Brasil, á mais notável.

As condições constam da nota que entrega á mesa, e o comunicante dará as informações complementares que sejam necessárias, conforme instruções que recebeu do *comité* do Pará.

Tricentenário da fundação do Pará

«Autorizado por s. ex.ª o sr. dr. António Martins Pinheiro, intendente municipal de Belem, fica aberta nesta capital, a datar de hoje, até 15 de dezembro do corrente ano, a concorrencia pública, para a apresentação de uma memória, manuscrita ou impressa, sôbre a jornada de Francisco Caldeira Castelo Branco, em 1615, e sua chegada á Baía do Guajará e consequente fundação da cidade de Belem, capital do Pará.

«Acompanha êste edital uma cópia da lei votada pelo conselho municipal de Belem e sancionada pelo poder competente, concedendo o prémio de três contos de réis, moeda brasileira, ao remetente da memória que fôr julgada por êste diretório a mais completa sôbre êsse importante estudo histórico brasileiro.

«Este directório pede aos concorrentes a maxima atenção sôbre as seguintes circunstâncias:

«1.º — As memórias deverão precisar com documentos autênticos, inéditos ou já publicados, as datas da partida da esquadrilha do Maranhão e da chegada e fundação do primeiro estabelecimento português no Pará, assim como trazer os mais detalhados esclarecimentos possíveis sôbre o pessoal da expedição, pilotos e comandantes das embarcações, seus roteiros de viagem e notas das ocorrências da jornada, desembarques e explorações realizadas.

«2.º — Os concorrentes teem de esclarecer as fontes bibliográficas donde extrairam os documentos em que se basearam.

«3.º — Os concorrentes podem ser nacionais ou estran-

geiros e os seus trabalhos podem ser escritos em qualquer das linguas — portuguesa, espanhola ou francesa.

«4.º — Os originais das memorias deverão ser apresentados, definitivamente, até ao referido dia 15 de dezembro, com o seguinte endereço: — Memória Histórica — Fundação de Belem — Ao sr. presidente do Directório do Comité Patriotico — Pará — Brasil, em carta lacrada e segurada no Correio Postal de sua procedência, não sendo aceitas as que, por qualquer motivo, excedam do dito prazo.

«5.º — Os concorrentes terão a faculdade de nomear representantes seus nesta capital, que acompanhem as deliberações do directório, sôbre o concurso a que se refere o presente edital, do que deverão dar conhecimento ao presidente do directório, por comunicação escrita ou por exibição do documento público de procuração.

«6.º — O julgamento das memórias ficará a cargo de uma comissão literária nomeada pelo directório do Comité e cujos nomes serão publicados antes da data fixada para recebimento definitivo das memórias.

«Belem do Pará, 15 de abril de 1915. — O presidente do directório das festas do tricentenário da fundação de Belem. — (Assinado) — *Inacio Baptista de Moura.*

O sr. *Esteves Pereira* leu uma documentada comunicação de crítica histórica àcêrca do *Anel de Policrátes*; é de parecer que a narração dos sucessos de Policrátes, tirano (soberano) de Samos, conforme é dada na História de Herodoto (livro terceiro), tem um fundo verdadeiro; mas foi contaminada por elementos estranhos, tomados das tradições populares; e conjectura que alguns dos argumentos da mesma narração são de origem indiana; e que a narração é tendencial, pretendendo-se demonstrar a condição precária da vida humana, conforme foi concebida pelos Budhistas.

O sr. *Presidente* agradeceu a interessante comunicação

que acabou de ser lida e que mostra o interesse que o sr. Esteves Pereira vota ao bom nome e ao relevo desta academia.

Foram em seguida eleitos sócio correspondente estrangeiro e sócio correspondente nacional da Academia os srs. Olavo Bilac e Alberto de Oliveira, consul de Portugal no Brasil.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Sessão de 1 de julho de 1915

Presidente: o Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Anselmo Braamcamp Freire, Cândido de Figueiredo, David Lopes, Leite de Vasconcelos, Veiga Beirão e Cristóvão Aires, secretário da classe; os sócios correspondentes srs. Almeida d'Eça, Cunha Gonçalves, Esteves Pereira, Fernando de Azevedo e Silva (Conde de Azevedo e Silva), Fidelino de Figueiredo, José Joaquim Nunes e Maximiano de Aragão.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O sr. *Presidente* apresentou vários trabalhos do sr. Oliveira Guimarães, que serão enviados à secção de Sciências Jurídicas.

Disse que à secção de Sciências Históricas serão enviadas as colecções manuscritas apresentadas pelo sr. Maximiano de Aragão na sessão da assembleia geral para que essa secção dê o seu parecer sôbre a conveniência da sua publicação pela Academia.

Comunicou tambêm à classe que já está impresso o v volume e adiantada a publicação do vi volume das *Cartas de Afonso de Albuquerque,* e leu a relação das diversas publicações que estão sendo feitas pela comissão dos centenários, entre elas os *Anaes de Arzila,* a *Chronica da tomada de Ceuta,* as *Chancellarias Reaes,* a *Sé de Tanger,* o *Livro da Guerra de Ceuta, Um livro de Ceuta*, *Marrocos e tres mestres da ordem de Christo*, *Consolações dirigidas*

a Catarina de Neufville, Corpo Cronologico, Alguns ascendentes de Afonso de Albuquerque e o seu filho á luz de documentos ineditos, Historia de Ceuta, etc.

O sr. *Anselmo Braamcamp* disse que o sr. Maximiano Aragão referiu-se na sessão da assembleia geral às cartas de D. João de Castro, da colecção dos manuscritos da casa de S. Lourenço; supõe existirem essas cartas na Torre do Tombo, onde se guardam os manuscritos daquela casa, adquiridos pelo Estado.

Tem a satisfação de apresentar à Classe o volume da primeira parte da *Chronica de D. João I,* de Fernão Lopes, edição do *Arquivo historico português.* A êste propósito deseja apresentar um projecto de proposta, e é que a Academia decida imprimir todas as crónicas antigas, ainda não por ela impressas, e reimprimir as da *Colecção dos livros inéditos.* Das primeiras não há uma única edição capaz; as segundas são hoje já muito raras.

Comunica também que já se encontra impressa mais uma folha dos *Portugaliae monumenta historica.* Foi mais demorada a impressão desta primeira folha porque, de acôrdo com o sr. Gama Barros, entendeu modificar um pouco a sua redacção. Daqui por diante espera que não decorrerá tão dilatado período entre folha a folha.

O sr. *Presidente* agradece o interesse que o sr. Anselmo Braamcamp toma pelas cousas da Academia, e lembra que já foi por esta aprovada em tempos a publicação de crónicas antigas.

O sr. *Cândido de Figueiredo* leu o parecer da secção de Sciências Económicas e Administrativas ácêrca da candidatura do sr. Ernesto Jardim de Vilhena.

Foi votado o parecer da secção de Sciências Históricas aprovando a publicação pela Academia de um manuscrito de 3 códices encontrados no Cartório da Misericórdia de Lisboa contendo o Registo de enterramentos efectuados

na Igreja do Adro de S. Roque desde 1555 até 1709, trabalho apresentado pelo sr. Victor Ribeiro.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

Parecer redigido pelo Sr. Cândido de Figueiredo á cêrca da candidatura do Sr. Ernesto Jardim de Vilhena a sócio correspondente

São do Sr. Ernesto Jardim de Vilhena as quatro obras seguintes:

Questões Coloniais, 2 volumes;

A Mão de Obra Agrícola em Moçambique, 1 volume;

Relatórios e Memórias, sôbre os territórios da Companhia do Niassa, 1 volume;

Estudos sôbre a Zambézia, 1 opúsculo.

Os dois volumes das *Questões Coloniais* abrangem um substancioso o trabalho sôbre a União Sul-Africana, vários discursos parlamentares, e diferentes estudos de assuntos coloniais. O autor, como patriota e africanista, dedicou largos e persistentes esforços à vulgarização e defesa dos mais vitais interêsses do nosso domínio ultramarino, com a energia de um paladino das mais nobres causas, e por uma fórma sincera e brilhante, que atesta a nobreza de um carácter e altas qualidades de espírito.

Na *Mão de Obra Agrícola em Moçambique* ventilam-se interessantes problemas económico-sociais, concernentes aos centros de produção e de trabalho, às origens dos trabalhadores, e aos contratos de que o trabalho depende. Lúcida exposição, sem dúvida, feita por um homem, que inteligentemente tem observado e estudado as complexas circunstâncias do trabalho agrícola no Ultramar.

Os *Relatórios e Memórias* sôbre os territórios da Companhia do Niassa abrangem largos esclarecimentos etnológicos, geográficos, comerciais, industriais, etc., á cêrca da nossa África Oriental, afóra um importante e desenvolvido estudo, á cêrca de influência islâmica naquela costa do continente negro.

Desta simples exposição se infere não só o significado, altamente patriótico, dos trabalhos coloniais do Sr. Ernesto Jardim de Vilhena, senão também a contribuição, que êles representam, para o mais amplo e profícuo estudo dos grandes problemas económicos e sociais, que preocupam o mundo contemporâneo.

Se ponderarmos que a importância dos assuntos, ventilados pelo Sr. Ernesto Jardim de Vilhena, corre parelhas com a linguagem

acurada e própria, que o autor mantém nos seus escritos, mais não será mistér ponderar, para se concluir que o Sr. Ernesto Jardim de Vilhena merece inquestionavelmente que o seu nome seja inscrito entre os dos sócios correspondentes da Academia das Sciências de Lisbôa.

Sala das sessões da Academia, em 17 de junho de 1915.

J. Fernandes Costa.
David Lopes.
Cristovam Ayres.
Candido de Figueiredo (relator).

Parecer redigido pelo Sr. Pedro de Azevedo ácêrca da publicação do manuscrito apresentado á Academia pelo Sr. Victor Ribeiro

O manuscrito apresentado pelo Sr. Victor Ribeiro para ser publicado pela nossa Academia é uma cópia de três códices que se encontram no cartório da Misericordia de Lisbôa, que os recebeu juntamente com o espólio da casa professa de S. Roque da Companhia de Jesus, cedida em 1761 por D. José I a êsse estabelecimento de caridade. Contêm êstes códices o registo de enterramentos efectuados na igreja e adro de S. Roque dêsde 1555 até 1709. Sobem a 944 os assentos registados e nêsse número contam-se não só os relativos aos padres da notável Sociedade, mas também a indivíduos pertencentes à alta nobreza do reino, que seguiam os ensinamentos da Companhia de Jesus e que pelos seus merecimentos obtiveram a derradeira consolação de serem enterrados junto ou dentro da modesta igreja suburbana de Lisbôa.

Atendendo ao prestígio da Sociedade e ao papel político e religioso desempenhado pelos seus membros, é *a priori* valiosa para a história a leitura dos assentos referidos, como de facto é.

Ao contrário dos secos registos paroquiais, êstes são providos de notas biográficas e de apreciações elogiosas dos indivíduos inhumados, o que duplica o valor dos assentos.

Mas nem todos os padres falecidos constantes dos assentos eram enterrados na igreja secularizada nos nossos dias, nem no adro incluido no largo que hoje tem o nome de Trindade Coelho, alguns que faleceram em remotas paragens em serviço da Sociedade, da Religião e de Portugal lá são memorados, o que lhes aumenta tambêm o valor.

O nosso prestimoso consócio entendeu, porêm, expungir da cópia as relações dos sufrágios que em cada ano se celebravam na igreja pelos fundadores, bemfeitores e outros padres notáveis da Companhia por inúteis, longos, fastidiosos e repetidos. É possível, todavia, que entre o material desprezado se encontrem algumas notícias preciosas sôbre os indivíduos incluídos nos aniversários da Casa. Numa publicação de obituários medievais tornar-se hia indispensável tal reprodução, mas no caso presente podem-se omitir as relações referidas.

Acompanham a cópia índices alfabéticos e cronológicos que rápidamente põe o leitor em conhecimento dos nomes dos indivíduos memorados.

Pelo que fica dito já, póde-se avaliar a importância do trabalho empreendido pelo Sr. Victor Ribeiro e da necessidade da sua publicação pela nossa Academia, como proponho.

Sala das sessões da Academia das Sciências de Lisbôa, 17 de junho de 1915.

Pedro de Azevedo (relator).

Conformamo-nos com êste parecer.

Gama Barros.
José Leite de Vasconcelos.
A. Braamcamp Freire.

Sessão de 15 de julho de 1915

Presidente: o Sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectivos Srs. Braamcamp Freire, David de Melo Lopes e Cristóvão Aires, secretário da classe; sócios correspondentes os srs. António Baião, Batista de Sousa (Visconde de Carnaxide), Esteves Pereira, Fidelino de Figueiredo, Gomes de Brito, Pedro de Azevedo e Victor Ribeiro; sócios correspondentes estrangeiros os srs. Edgar Prestage e J. Lúcio de Azevedo.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O sr. *Gomes de Brito* agradecendo a sua eleição, confessa-se grato ao seu preclado amigo e conspicuíssimo Academico sr. Anselmo Braamcamp Freire por mais uma prova da sua benévola amizade, aquiescendo a relatar a sua candidatura, decerto em tão benignos termos que terão resolvido esta Classe a conceder-lhe a votação unânime; e protestando envidar todos os seus recursos para melhor justificar de futuro a distinção de que foi objecto, declara ter, neste intuito, redigido uma Memória, que toma a liberdade de oferecer à Classe, na qual se aplica a considerar a mocidade literária de Alexandre Herculano, sob o ponto de vista das manifestações de filósofo-poeta e cristianíssimo, com que o futuro Grande Escritor tão brilhantemente se estreou, na idade florescente dos 19 aos 22 anos.

Sempre lhe quiz parecer que para bem se avaliar o carácter verdadeiramente excepcional da poética de Herculano, e se ponderarem e julgarem com equidade não só os

seus recursos de poeta em rima, como a sua técnica, se carecia de reconhecer a sua fisiologia e a sua psicologia juvenis, até onde a indagação fôsse possível, para aí profundar grande parte dos motivos da feição declarada e quási se póde dizer exclusivamente religiosa da sua musa.

Por tal processo se explicariam, ao mesmo passo, as deficiências dos seus meios da exposição, e a causa dos defeitos—leves defeitos, se se comparam às admiráveis concepções do poeta — que, segundo críticos, salvo o devido respeito, mais exigentes do que penetrantes, em tais poesias se observam.

Fixados todos os tópicos averiguáveis desta primeira parte da tentadora, ainda que bem arriscada, empreza, conviria diligenciar inquirir da tríplice feição educativa do futuro poeta: — moral, religiosa e literária. Com êstes elementos se poderiam continuar a explicar as tendências morais e religiosas do indivíduo, reflectindo-se nas suas poesias, as deficiências literárias, remediáveis, delas, e as que, resultando de disposições especiais fisiológicas e de modos de ser psicológicos, se por um lado lhe imprimiram o cunho do imperfeito, inerente à condição humana, por outro o dotaram com a feição especial, o modo de ser, digamos, do seu indiscutível talento poético, tal qual se fixou, chegado que foi à sua perfeita maturação.

Teriamos assim, diz o sr. Gomes de Brito, podido alcançar um remate, explicar de modo aceitável e congruente:

Primo: — Como foi que a constituição fisiológica de Herculano o impediu, em seus tenros anos, de manifestar com desafôgo as tendências literárias que vieram a exornar-lhe o espírito por modo tão particularmente extraordinário, dando-lhe até aparências inteiramente opostas;

Secundo: — Como foi que a modesta educação literária da juventude do poeta favoreceu tanto a propósito a feição acentuadamente meditativa do seu espírito, contribuindo de modo tão eficaz para dar à sua psicologia poética o

cunho exclusivamente religioso com que se manifestou e sustentou;

Tertio: — Como ainda foi, que na inspiração poética de Herculano actuaram as deficiências fisiológicas da sua constituição, a ponto de não poderem nunca ser vencidas por aquela, antes a natureza desta de algum modo as favoreceu e alimentou.

Veremos, dêste modo, que se na colisão de todos êstes factores se originou, com efeito, a ausência de espontaneidade nas concepções poéticas de Herculano, e sua correspondente exteriorização artística, único senão — se o é — fundamentado, de tal qual valor, que se lhe possa arguir, êle ficou, em troca, largamente resgatado pela elevação dessas mesmas concepções, pelo vigor e pela profundeza das ideias que lhe são abundante e mais que muito conceituado corolário, ligado tudo à majestade escultural da expressão.

Ora, como Herculano é sempre, e primeiro que tudo, um pensador profundo que emprega as fórmas métricas para a manifestação dos elevados temas que a sua filosofia lhe impõe, expressas na grandíloqua linguagem de que só êle possuia o segredo, a poesia rimada foi para o autor da «Harpa do Crente» um «meio», e não um «fim». Nem há outro modo racional de julgar da aliança íntima que na pessoa do poeta da «Semana Sancta», da «Arrabida», do «Hymno a Deus» e da «Cruz Mutilada» se efectivou entre êle e o filósofo.

Herculano — e aqui é bem cabida a expressão — Herculano não poetou própriamente «por amor da arte»; o sentimento poético vivia nele, é certo, e em tão elevado grau, que o tornava inteiramente independente da incondicional necessidade, que não sentia, de o moldar em fórmas rímicas. — Testemunhas, os seus dois poemas em prosa *A Voz do Propheta* e *Eurico, o Presbytero.* E tanto isto assim é, que das diversas fórmas de versejar, os versos

soltos, os sonóros alexandrinos foram, até, os que o poeta mais preferiu, por serem os que mais à vontade o deixavam para exprimir com elevação e amplitude o seu sempre conceituoso pensamento.

É, portanto, nos efeitos da aliança do pensador com o poeta, a que acima se fez referência, quando aplicado às fórmas da Arte, que se hão de filiar quantas imperfeições quizeram arguir às suas poesias.

Ver-se-á, em derradeira análise, que tais senões, nas obras de um poeta que Mendes Leal, com tanto apropósito, comparou a Miguel Angelo, pelo grandioso das imágens e pelo vigor do colorido, se uma que outra vez arguem quaisquer faltas de harmonia métrica, com que o próprio autor se não preocupava, atento só a bem transmitir a seus leitores as impressões profundas que o dominavam, resgatadas ficam com a eloquente afirmativa da Divina Omnipotência que as inspirou.

É, pois, a poética de Alexandre Herculano — e esta é que verdadeiramente merece ser apreciada, discutida e julgada — é, pois, a poética do autor da *Harpa do Crente* uma obra toda de consolidação moral, social e política. E é-o assim, porque toda ela tende a afirmar *ab initio* o lêma que a profundeza dos raciocínios do seu venerando autor haveria de vir a proclamar, como síntese da sua filosofia; — convem saber: que a Verdade é a primeira condição da Arte, e por isso sem Verdade não há poesia.

Ora, «a Verdade poética está na observação dos fenómenos da existência, quer na ordem material quer na espiritual». Por conseguinte, como a Poesia é o espelho em que se reflete o estado moral social, aí onde a Arte poética se manifestar em fórmas a que falte a Verdade, há a certíssima denúncia da existência de um meio social onde falta a liberdade e se não crê no progresso. O mesmo é dizer: há a decadência e a morte.

Para reconduzir, pois, ao direito caminho qualquer

sociedade transviada, é mistér incutir-lhe o amor da verdadeira liberdade, que é cousa muito outra da licença e da anarquia. É preciso levá-la, ao mesmo passo, a prestar culto ao progresso, que também não é precisamente o «marchar para a frente», abafando a grande voz da História e calcando a tradição sob os pés das escolas dissolventes, trabalhadas pelos ódios e pelas ambições infrenes, furiosas, como Blucher em Waterloo, por chegarem tão tarde.

Tal é a espécie de reconstituição biográfico-literária, de que a Memória que apresenta à apreciação da Classe constitue a modestíssima, posto que bem arriscada, tentativa.

O sr. *António Baião,* depois de ter cumprimentado o novo academico sr. Gomes de Brito, pede licença para apresentar uma nota que, interessando à história dos pintores portugueses no século XVI, diz respeito também à história do primeiro dos nossos monumentos arquitetónicos: a Batalha.

Começa por ler uma mensagem de fr. Luís de Sousa referente ao retábulo do túmulo do infante Santo, na capela do Fundador da Batalha; lê outra do cardeal Saraiva a êsse mesmo respeito e ainda outra do sr. dr. José de Figueiredo no *Pintor Nuno Gonçalves.* Estes três autores aludem ao estado do retábulo no seu tempo, isto é, desde que foi colocado no lugar para onde foi pintado, até agora em que se encontra deteriorado, na arrecadação do referido monumento.

Vem o sr. Baião revelar quem foi o seu autor e fazer-lhe documentalmente a história. Para isso lê quatro documentos inéditos copiados da Torre do Tombo, pelos quais se prova que foi a rainha D. Leonor, viuva de D. João II, quem encomendou o retábulo a Cristóvão de Figueiredo por 80:000 riais, quantia que com efeito lhe foi paga depois de devidamente descriminada.

Aproveita finalmente a ocasião para revelar à Classe o nome de um dos artistas desconhecidos que iluminou os manuscritos conservados no Museu Britânico com o título *Portugal Drawings,* atribuidos por Goes a Simão Benine, mas que já Figanière dizia, acertadamente como se vê, essas iluminuras não eram todas feitas pelo mesmo artista. Foi António de Holanda, e o avaliador do seu trabalho foi o conhecido António Godinho, iluminador do Livro de Brazões, da Torre do Tombo.

O sr. *visconde de Carnaxide* disse que, há três meses, discutindo-se na Academia uma proposta do sr. Constâncio Roque da Costa para ser nomeada uma comissão, que estudasse as transformações a realizar no Direito Internacional Público, finda que seja a guerra actual, teve ocasião de referir que a apresentação da proposta coincidira com o estudo, que começára fazendo ácêrca de o Estado ter ou não obrigação de indemnisar os indivíduos dos danos causados por factos da guerra.

Destinava êsse estudo a um artigo da Revista de Jurisprudencia *O Direito,* mas vindo a conhecer a relação daquela tese com disposições da Segunda Conferência da Paz, da Haia, de 1907, e com o seu regulamento anexo das leis e usos da guerra, e depois a relação dêstes assuntos com a questão, que a todas sobreleva, da Associação das Nações ou organização pacífica internacional, viu-se obrigado, apezar de querer continuar o seu trabalho em estreitos limites, a dar-lhe tal desenvolvimento, que a sua publicação só póde ser feita em números sucessivos do *Direito* desde então até ao do dia de hoje, em que foi inserido o 13.º e último capítulo.

A actualidade que dá ao assunto a monstruosa conflagração bélica actual, provoca quotidianamente publicações em livros, revistas e jornais.

De todas que pôde aproveitou as indicações e ensinamento, de sorte que o seu trabalho, que vai ser reproduzido

em livro acrescentado com um prefácio, fornecerá bastantes materiais para o parecer da comissão que a Academia nomeára e da qual ficára tendo a honra de fazer parte.

Estando nada menos do que 200 escritores, entre jurisconsultos, economistas e historiadores, na Europa, Ásia e América, subsidiados pela Dotação Carnegie, a produzir obras para a preparação do ambiente, em que venha a estabelecer-se uma organização jurídica das nações com sanção eficaz contra os Estados transgressores, muito lhe apraz concorrer para que a Academia venha a prestar à causa da humanidade um valioso e desinteressado serviço.

O sr. *Pedro de Azevedo* faz duas comunicações. A primeira é sôbre um auto enviado à Inquisição pela autoridade eclesiástica de Tanger, no tempo do domínio inglês, contra um cristão-novo ali refugiado, chamado António de Almeida, filho de um médico do Porto, de que se não dá o nome. Juntamente com êste auto, apontou uma carta de um irmão do duque de Norpelk, sôbre o estado de depravação em que se encontravam o clero e o povo de Tanger, pelo que pedia à Inquisição enviasse ali um delegado para levantar o nível moral e religioso da parte católica da cidade, e oferecendo-se para o auxiliar.

Na segunda comunicação o sr. Azevedo diz que a recente dissolução da comissão incumbida de publicar documentos relativos aos Açores e Madeira, veio tornar sensível a obrigação que a Academia tem de tomar sôbre ela a tarefa de coligir as peças históricas de valor sôbre aquelas ilhas. É grande o material acumulado nos arquivos que lhes dizem respeito, e hoje, que a Academia tem ao seu dispôr quem possa fazer generosamente o trabalho de coligir e copiar esses materiais, seria de conveniência que ela obtivesse da extincta comissão a notícia dos trabalhos ali efectuados para os continuar e dar ao prelo. Não existe hoje em Portugal nenhum estabelecimento que esteja mais favorecido sôbre êste ponto do que a Academia. É neces-

sário também salvar os antigos documentos que se encontram nas ilhas, mais sujeitos a perecer do que os guardados no continente, em virtude das condições climatéricas daquelas regiões.

O mesmo académico ofereceu o seu recente trabalho intitulado: *Capitulos do concelho de Elvas apresentados em cortes.*

O sr. *Lúcio de Azevedo* lê uma interessante nota sôbre «Alguns escritos apócrifos, inéditos e menos conhecidos do padre Antonio Vieira».

Diz que António Vieira foi um incansável polígrafo. Cartas, sermões, homílias, polémicas, relatórios diplomáticos, propostas de estadista, utopias patrióticas, visões de cabalista, ninharias místicas e até poesia, tudo isso versou a sua pena, e como é vêso comum dar aos ricos, muitos escritos lhe são atribuídos que dela não sairam. Começou aos 17 anos, compondo as *Anvinas* da Companhia do Brazil, e aos 89, já sem vista, ainda ditava arbiticas sôbre assuntos de público interesse.

Cita diversos escritos que andam com o nome de António Vieira, na colecção das suas obras impressas e que de facto lhe não pertencem. Alude à *Arte de furtar,* produção que é de outrem, mas cujo autor não se póde ainda de modo definitivo indicar. As «Notícias recônditas do modo de proceder da Inquisição», supõe o comunicante sejam trabalho comum de António Vieira e Pedro Lupina Freire, notário do Santo Oficio, que deu o material revestido por Vieira da sua fórma brilhante. A *Carta politica* ao conde de Castelo Melhor, impressa como dêle, diz Diogo Barbosa Machado ser de frei Francisco do Santíssimo Sacramento, religioso carmelita, em outra parte de frei Gabriel da Purificação, hieronimita. Ainda outros apócrifos, entre os quais o «Parecer mandado de França a D. João IV» sôbre a guerra de Castela, que não é de Vieira, nem dirigido a D. João IV.

Menciona cartas existentes na Biblioteca de Évora e Arquivo Nacional, que nunca foram publicadas, e termina com a indicação de alguns inéditos, dados à imprensa no Brazil, e geralmente pouco conhecidos.

O sr. *Presidente* felicitou o sr. Gomes de Brito pelo curioso trabalho que apresentou à Academia, evocando a glória de Alexandre Herculano, que não podia deixar de ser tambêm a glória da Academia, de que o eminente escritor fôra legítimo orgulho; e teve tambêm palavras de justo elogio às interessantes comunicações que acabavam de ser feitas pelos srs. António Baião, Pedro de Azevedo e Lúcio de Azevedo, e que muito honravam a Academia.

O mesmo académico apresentou o volume V das *Cartas de Afonso de Albuquerque*, agora publicadas sob a sua direcção, e disse que em breve sairia o tomo VI, — factos que foram muito apreciados pela Classe.

Não havendo mais de que tratar, encerrou-se a sessão.

II

ESTUDOS, DOCUMENTOS E NOTÍCIAS

ALGUMAS PALAVRAS SOBRE O ENSINO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

Era parecer de El-Rei D. Duarte que os moços de boa linhagem criados no Paço deviam ser ensinados logo de começo a ler, a escrever e a falar latim [1].

O desejo de D. Duarte ou não foi posto em pratica, ou caducou breve, porque no reinado de D. João II nas côrtes de Viana [2], vemos os povos representarem ao monarca para que os nobres, emquanto forem moços, aprendam gramática esgrima e dança, requerimento singular que provaria a falta de brio da nobresa de então consentindo que as classes inferiores lhe promovessem a instrução. É necessário, porêm, que julguemos este facto segundo as normas desse tempo, e não pelas regras administrativas e políticas de hoje para evitarmos cair em ridículas apreciações. Os povos fazendo a representação mencionada pretendiam que os altos funcionários do Estado recebessem educação e

---

[1] *Arte de cavalgar*, pag. 633. Apud Castilho, *Lisboa Antiga*, tom. VII, pag. 373.

[2] Teófilo Braga, *Hist. da Univ. de Coimbra*, I, 171.

como estes eram recrutados principalmente entre os antigos moços fidalgos que viviam no Paço Real, quanto mais severa fosse a sua educação melhores garantias eles davam para o bom desempenho das suas futuras ocupações. Isto corresponde ao mesmo de que se reclamasse hoje contra a insuficiente instrução ministrada nas escolas aos que se consagram às carreiras administrativas e militares.

Não sabemos como foi resolvido o requerimento dos povos, parece, porêm, que alguma cousa se fez, pois encontra-se uma carta régia de 22 de janeiro de 1500 nos seguintes termos:

«Mayordomo moor amiguo, avemos por bem que a nenhũu moço fidallguo nam sseja apontada nem paga sua moradia salluo per certidam de Diegalvarez mestre da gramatica, Noteficamosuollo asy e mamdamos vos que asy sse cumpra, salvo naquelles que nos especialmente vos apontarmos e decrararmos. Scripto em Lixboa a xxij dias de Janeiro de 1500. — *Rei*.:. — Que se nom aponte aos moços fidalgos suas moradias salvo per certidam do mestre» [1].

Os estudos impostos aos moços fidalgos parece que não se interromperam, pois possuimos uma extensa lista dos estudantes datada de 10 de julho de 1556. Entre estes jovens alguns se encontram com o título de *Dom*, sinal da mais elevada nobresa de Portugal e que em princípio pertencia aos ricos homens ou condes. Entre estes moços fidalgos achamos D. Diogo de Mello, filho de D. Gomez, da família do escritor D. Francisco Manuel de Mello; Duarte Ferreira de Moraes, filho de Francisco de Moraes, de Bragança; e os filhos de Damião de Goes, João de Castilho e João de Barros.

---

[1] Publicada nas *Provas da Hist. Genealógica*, II, pag. 381 e reproduzida na *Hist. da Univ.*, I, pag. 182.

A copia aqui impressa é defeituosa, pelo que a transcrevemos do original ainda existente.

A instrução ministrada no Paço já se não encontra entre os moços fidalgos da dinastia brigantina. É de crer que a instituição das escolas da Companhia de Jesus no meado do século XVI tornasse superfluos estes estudos, sendo boa a maneira de instrução dos jesuitas, depois adoptada e melhorada nas escolas protestantes, sobre cujo sistema assenta a moderna instrução média.

O Marquês de Pombal, como ministro de D. José, criou o *Colegio dos Nobres*, o que não era inovação, pois como vimos, já no século XVI houve o embrião de um estabelecimento desse género.

O rol dos estudantes de 1557 foi já publicado nas *Provas da Historia genealogica da Casa Real* a pag. 382 do tomo III com omissões e má leitura.

Por isso agora aqui o reproduzo mais perfeito. É sabido que os documentos publicados na *Historia Genealogica* não são de leitura impecavel, o que se torna irremediável quando os originaes se perderam, o que não sucede no caso presente.

Para se vêr como era grande nesse tempo o desejo de espalhar o ensino das primeiras letras junto aqui um recibo do mestre Rui Pereira, que residia em 1514 na feitoria de Cochim, onde ensinava 29 rapazes indígenas, alguns até mestiços de portugueses [1].

É grande o número de documentos que possuímos sôbre os mestres de gramática no século XVI. Dentre esses dou conta neste estudo de quatro relativos aos bem conhecidos Lopo Galego e Marçal de Gouveia e aos castelhanos Luis Moreno e Rodrigo Sanches.

Pedro de Azevedo.

---

[1] No *Boletim da 2.ª classe*, tom. IV, pag. 96, a propósito de Afonso de Albuquerque referi-me ao derramamento da lingua portuguesa na India.

I

27 de novembro de 1514

Estes sam os moços que apremdem a ler. Joane filho de Framcisquo. Gonçalo filho de Pedro. Joane seu irmãoo. Amtonio seu irmãoo tambem. Jorge filho de Ylena. Martinho filho de Ynes. Joane seu irmãoo. Jorge de mestre Pedro. Bastiam filho de Guímar. Framcisquo filho de Pedro Afomso. Christovam de Dyogo Caldeyra. Luis dAyres Diaz. Francisquo filho de Catarina Fernandez. Joane filho de Lyanor. Framcisquo filho de Catarina Alvarez. Joane do almoxarife. Framcisquinho seu tambem. Dominguos dAgueda. Antonio filho de Christovam Rodriguez. Dominguos orfão. Joane filho de Marya. Ruberto de vosa merçe. Cosmo de mestre Afonso. Andre filho de Bryatiz. Pedro filho de Ylena. Antonio de Lourenço Preguo. Pedro filho de Manuell. Manuell dAndrade. Pedro filho de Cateryna.

Recebo Ruy Pireira mestre que emsyna os menynos do feitor trinta e tres cruzados e quatro fanões de mamthimento destes vintanove moços de tres meses .s. de setembro outubro novembro e dele outros tres a Rezam de seiscentos reaes por mes e por verdade asyno este. Feyto por mym Gil Symoez escryvam desta feytorya xxbij dias de novembro de 514. — *Ruy Pereira* — *Gil Simões* [1].

II

27 de fevereiro de 1518

Dom Manoell etc. Mandamos a vós almoxarife ou Recebedor do noso almoxarifado de Coinbra e ao esprivam dese oficio que do rendimento dele deste ano presente de b^c^xbij des ao bacharell Jam Galeguo mestre de gramatíca em esa sidade tres mil reaes que lhe mandamos dar e o dito ano de nós adavar de sua tença e vós fazelhe deles bom pagamento e por esta com seu conhecimento vos seram levados em conta. Dada em Lisboa aos xb de maio. El Rey o mandou pello conde do Vimyoso etc. veador de sua fazenda. Mateus Paez a fez de b^c^xbij. E posto que em cima diga tres mill reaes darlhe es mais mill reaes pera serem quatro mil reaes porque tanto o hadaver — *Conde de Vimyoso* — iiij mil reaes no almoxarifado

---

[1] *Corpo Chronológico,* Parte II, maço 53, doc. 72.

de Coinbra a Jam Galego mestre da gramatica da dita eidade da sua tença deste ano. Per Diogo Figueira.

Saibham todos que Joham Galego meestre da gramatica nesta cidade de Coinbra conheceo e confessou que recebeo de Rui de Saa Pereira almoxarife do dito senhor na cidade de Coimbra os quatro mil reaes de sua tença-contheudos neste desembargo e porque asy hé verdade lhe mandou ser feito este conhecimento feito na dita cidade nas casas de Gaspar Dominguez sogro do dito almoxarife aos xxbij dias do mes de fevereiro de mil bc xbiij anos. Testemunhas que foram presentes Fernam Martinz morador nas Cellas e Rui Gonçalvez morador na dita cidade na freguesia de Sam Salvador. E eu Diogo de Beja esprivam do dito almoxarife que lhos vy pagar e asinei aqui — *Fernam Martinz* — *Ruy Gonçalvez* — *Lupus Gallecus* — *Diogo de Beja* [1].

III

17 de abril de 1529

Eu a Raynha mando a vós Dioguo Calema meu tesoureiro que dees a Rodrigo Sanchez bacharel dous mil reaes de que lhe faço merçe, pera ajuda de pagar a casa em que emsina de gramatica e por este alvará com seu conhecimento mando que vos sejam levados em conta. Jorge Rodrigues o fez em Lixboa a xbij dias dabrill de 1529 — Raynha. — ij mil Reaes de merce ao bacharel Rodrigo Sanchez pera ajuda de pagar a casa em que emsina de gramatica.

Conosço e confeso el bachiller Rodrigo Sanches que recebi dell thesorero Çalema los dos mil Realles contenidos en este mandado e por asy verdad asynamos aquy en Lisboa vij de otubre de xxix— *Rodrigo Sanchez* — *Lucas de Atiença* [2].

IV

25 de junho de 1537

Pero da Vydeyra veedor do noso moesteyro dAllcobaça mamdamosvos que nom costramgays o Licenciado Ynyguo Moram mestre da gramatica do dito moesteyro Remdeyro que ffoy os annos pasados

[1] *Corpo Chronológico*, Parte II, maço 69. doc. 158.

[2] *Ibidem*, Parte I, maço 42, doc. 98.

de xxxiij das nosas Remdas delle por vinte cruzados que nos fficou devendo da dita Remda por quamto nós lhe ffazemos delles quita E tomarlheeys em paguamento dos ditos vinte cruzados este noso allvará por o quall mamdamos aos nossos comtadores que vollos levem em conta posto que nam pase pella chamcelaria. Jorge Guomez o ffez em Evora a xxb de Junho de mill b^exxxbij annos. — O Cardeall Iffante.— Quita ao Licenciado Ynyguo Moram mestre da gramatica do moesteiro dAllcobaça rendeiro que foy o ano de xxxiij das Rendas delle de vinte cruzados [1].

V

18 de janeiro de 1538

Senhor — Eu tenho escrito a V. A. acerqua de Lopo Galego quanto fruto tem feito e faz neste reyno e agora nesta Universidade com muitos dicipulos que tem que passam de ij^c de que ... cousa algũa somente quatro mil reaes que sempre te... e da ssee nom ssey quanto nunca pago ele ... ja per vezes que queria dexar de ensynar... velho e nam tem que comer eu ho tenho cõ... esperança de V. A. lhe fazer algũa... ele Senhor bem mereçe e seria mui grande perda [pera a] vniversidade dexar este homem de ensynar... ter que comer, beyjarey as mãos de V. A. [de] oulhar isto e de Nicolao Leitam portador poderá [saber] a verdade por que ha mais que ho conhece que eu e sabe ... proveito que tem feito, delhe V. A. credito por que pessoa que ha de falar verdade e mais a V. A. Nosso Senhor sua rreal pesoa conserve e prospere com seu rreal estado per muitos anos pera seu serviço. De Coymbra a xbiij de Janeiro de b^cxxxbiij — *O Bispo dAngra*.

Sobrescrito: A El Rei nosso Senhor [2]

VI

10 de agosto de 1542

Senhor — Ho arcebispo Dom Diogo da Silva que Deus aja se concertou com mestre Marçial de Gouvea pera ler aquy ém Braga

---

[1] *Corpo Chronológico,* Parte I, maço 58, doc. 118.

[2] *Ibidem,* Parte I, maço 60, doc. 71.

gramatica poessia e oratoria e que lhe avia de dar cada hũu anno setenta mil reaes, o qual haa hũu anno que aquy lee e porem como elle hee soo e os ouvintes som muytos, nam poode satisfazer quanto aas lições que ham mester os principiantes da gramatica e por eu ser informado disto e se me queixarem os ouvintes falley com elle acerca diso e confesou-me que se nom atrevia poder satisfazer sem ajudador pera o que tocava aa grammatica que quanto a poessia e oratoria que ele satisfaria muyto bem, mas que pera a gramatica avia mister quem ho ajudasse pregunteylhe entam se acharia alguem que ho ajudasse e que ho faria saber a V. A. e elle dise me que saberia se ho quereria ajudar hũu mestre Manuel Rodriguez que era natural de junto de Coimbra que era meestre em artes de Parijs e que estava em Coinbra e por isto que eu com elle pasey escreveo elle ao outro o quoall se veyo aquy fallar com elle e me falaram anbos e diz este que ho ajudaraa dando lhe trinta mil rreaes cada ano. Ho Marcialis diz que estoutro que he muito pera iso agora mande Vosa A. ho que nisto ouver por seu serviço porque sem duvida ho Marcial soo faz pouco proveito e tendo quem ho ajude na gramatica he elle pera o mais muyto soficiente segundo dizem os que ho tratam e nom poder elle soo satisfazer nom hé de espantar, porque a mym me dizem que .o Vasseu que aquy estava em tempo do senhor Yfante tinha em sua casa dous mancebos que ho ajudavão e tinha perto de dozentos discipulos e asy os teraa este se tiver quem lhe ajude, porque concorem aquy de toda a comarca e ho Vaseu tinha de partido cem mil reaes por ano. A mym parecia me tambem que ao menos por hum anno atee ver ho fructo que estes faziam que seria bem fazerem no ambos. Vosa A. mande rresponder a isto porque elles esperam a rreposta e quando V. A. isto non ouver por bem deve de mandar que se busque laa outrem que ajude ao Marcial ou buscar se outrem que ho possa fazer soo e despedilo a elle ajnda que parece muy duvidoso achar se hum homem soo que possa satisfazer a iso.

Senhor, ho licenciado Gonçalo Vaaz chegou aquy haa dous dias e foy a rrelação e tomou juramento e começou nos a ajudar. Diz que ho mantimento de trinta mil rreaes que hé muy pouco pera se poder manter e daa suas rrezões pera iso e porem concluyo que serveria esperando que V. A. lhe faria mais merce e escreve acerca diso a V. A. hũua carta que vay com esta e porque em começo de setembro entram aquy as ferias que durão atee xbiij.º de outubro no quoall tempo se aquy nom faz nada. Diz elle que quer hir hordenar sua casa e rrecolher suas novidades e que tornaraa no cabo das ferias e neste tempo seria muito bom que V. A. provesse doutro des-

enbargador que hé muy necesario como tenho escrito pera pasadas as ferias começarem juntamente a servir. A nosso Senhor Deus apraza de acrescentar a vida e rreal estado de V. A. por muy longos annos amen. De Braga a dez de agosto de 1542 — *Gaspar de Carvalho.*

Sobrescrito: A Ell Rey nosso Senhor[1].

VII

16 de junho de 1556

Estes são os moços fidalguos que parece que podem apremder. Do ponto de Bertolameu dAraujo.

— Dom Martinho Amriquez filho de Dom Bras Amriquez.

— Dom Manuel Amriquez seu irmão.

— Dom Luis de Meneses, filho de Dom João de Meneses.

— Dom Jorge seu irmão.

— Dom Luis de Sousa filho de Dom Pedro de Sousa — *hade vyr daquy por dyante.*

— Amtonyo de Melo filho de Trystão de Mello.

— Francisco de Melo seu irmão.

— João de Melo seu irmão.

— Amtonio de Melo filho de Gaspar de Mello. *Vem a escola.*

— Symão de Mello seu irmão. *Vem a escola e outro seu hyrmão.*

— Antonio de Sampayo, filho de Myguel de Sampayo.

— Bernaldo Carvalho, filho de Ruy Carvalho.

— Dom Dioguo de Lyma, filho de Dom Antonio de Lyma.

— Duarte Ferreira de Moraes, filho de Francisco de Moraes de Bargamça.

— Dioguo da Sylveira filho de Amtonio da Sylveira.

— Dom Dioguo de Melo, filho de Dom Gomez.

— Diogo de Mendoça, filho de João Arraez.

— Duarte dAtayde, filho dAires da Cunha.

— Estevão Soarez de Melo, filho de Francisco de Mello.

— Francisco da Sylva, filho de Aires da Sylva.

— Ruy Pirez de Tavora, filho de Bernaldim de Tavora, *Soya vyr e ja ha muyto que nom vem.*

— Francisco Pirez de Tavora seu irmão.

---

[1] *Corpo Chronológico*, Parte I, maço 72, doc. 86. O doc. 110 dêste maço é uma carta de Marçal.

— Francisco Pereira Coutinho, filho de Manuel Coutinho.

— Myguel Coutinho, seu irmão.

— Fernam Martinz de Sousa, filho de Christovão de Sousa de Lameguo.

— Manuel de Sousa, seu irmão.

— Francisco de Melo, filho de Amtonio de Melo.

— Grauiel de Bryto filho de Luis de Bryto.

— Gaspar Amtunez, filho do Corregedor Felip Antunez.

— Gonçalo Falcão, filho bastardo de Luis Falcão *Veo hũus dyas e ja ha muyto que nom vem.*

— Dom João de Lyma, filho de Dom Alvaro de Lyma.

— Jorge d'Olyveira de Vascomcelos, filho de Simão de Vascomcelos de Tavira. *Veo hũu tenpo e ja ha muyto que nom vem.*

— João de Saldanha filho de Amtonio de Saldanha.

— Dom João de Sousa, filho de Dom Francisco de Sousa que foy vedor.

— Dom Jorge de Melo, filho de Dom Bernaldo de Mello.

— Dom Joam dAtaíde, filho de Dom Alvaro dAtayde,

— Dom Luys dAtaíde seu irmão.

— Lluís Machado, filho de Ruy Boto Machado.

— Manoel Soarez filho de Amdre Soarez.

— Nuno Aluarez de Carvalho, filho de Francisco de Carvalho.

— Nuno Vaz dAtaide, filho de Bastiam dAtayde, bastardo.

— Dom Pedro d'Almeyda, filho bastardo de Dom Christovam d'Almeyda.

— Fernão Lobo de Bryto, filho de Ruy de Bryto.

— Ruy de Pina, filho de Gonçalo de Pina.

— Estevão de Pina, seu irmão.

De Luis Rodriguez.

— Dom Fernando, filho de Dom Duarte d'Almeyda. *Vem a escola e seus yrmãos.*

— Dom Martinho, filho de Dom Affonso, monteiro-mór.

— Ruy de Melo, filho de Amtonio de Melo, Alcaide-mor d'Elvas.

— Dom João de Meneses, filho de Dom Manuel de Meneses, de Cacilhas.

— Dom Pedro de Meneses seu irmão.

— Dom Pedro Manuel, filho de Dom Jorge Manuel.

— Amtonio de Mendanha, filho de Pedro de Mendanha.

— Amdré dAlbuquerque filho de Manuel d'Albuquerque. *Vem a eschola.*

— Amtonio dAfomsequa, filho dAmtão dAfomseca. *Este e dous hirmãos andarão ja na eschola, agora nom vem.*

— Amtonio Botelho, filho de Pedro Botelho que foy porteiro mor do yfante que Deus tem.

— Amtonio Rodriguez Momteiro, filho do doutor Rodrigo Momteiro. *Vem a eschola.*

— Francisco Momteiro, seu irmão. *Vem a eschola.*

— Amtonio de Guoes, filho de Damyão de Guoes.

— Dom Bernaldo de Crasto, filho de Dom Alvaro.

— Dioguo de Melo, filho de Christovão de Mello dAlvalade.

— Dom Denys de Sousa, filho de Dom Amtonio de Sousa.

— Dom Francisco de Sousa, seu irmão.

— Jorge da Sylva, filho de Amtonio da Guama. *Vem a eschola.*

— Dioguo Alvarez de Mancelos, filho de Amtonio de Mancelos.

— Francisco de Melo, filho de Simão de Melo. *Vem a eschola.*

— Manuel de Mello, seu irmão. *Vem a eschola.*

— Jeronymo de Saa, filho de Gaspar Gonçalvez. *Vem a eschola.*

— Gonçalo Vaz de Melo, filho de Alvaro da Cunha.

— Gaspar Nunez, filho de Simão Nunez Mamteeiro.

— Gryguorio Marinho, filho de Jorge Marinho d'Oliveira.

— Gonçalo Figueira, filho de Manuel Figueira.

— Dom João da Costa, filho de Dom Duarte da Costa, *Veo hũu tempo e ja ha muyto que nom vem.*

— Dom João de Sousa, filho de Dom Lionardo.

— João de Melo, filho de Christovão de Melo.

— Jorge de Bryto, filho de Damyão de Bryto.

— João de Sousa, filho de Manuel Freire.

— Lionel de Melo, filho de Ruy de Melo.

— Lopo de Bryto, filho de João de Bryto dos Olyvais.

— Lourenço Guedes, filho de Simão Guedez. *Este e seus hirmãos andarom na eschola d escrever e agora nom.*

— Dom Lopo de Moura, filho de Dom Manuel de Moura.

— Lluis de Guoes, filho de Fruytos de Guoes.

— Manuel de Sousa, filho de Lourenço de Sousa. *Vẽejaa.*

— Martim Vaz de Sousa seu irmão. *Vem.*

— Manuel de Sousa, filho bastardo de Diogo de Sousa.

— Dom Manuel da Cunha, filho de Dom Antonio da Cunha. *Veo algum tenpo e agora por nom ser castigado nom vem.*

— Pedro dAfomsequa, filho dAmtão dAfomseca.

— Thomas Botelho, filho de Pedro Botelho que foy do Ifante que Deus tem. *Este veo muyto tenpo, e depoys da morte do Ifante nom veo.*

— Christovão do Bryto filho de Lopo de Bryto.
— Christovão dAmarall, filho do licenceado Francisco Diaz. *Seus hirmãos aquy aprenderom.*

Outros moços fidalgos que andão na escola que nom vem neste Rol dos Apomtadores.
— Dom Rodrigo, filho menor do Marechal.
— Dom João da Costa, filho de Dom Gyl Eanes e seu hyrmão.
— Dom Gyl Eanes. *Continuarom á Eschola algum tempo.*
— Johão Gomez de Crasto do Infante. *E depoys de sua morte nom veo.*
— Bastião da Costa, filho de Manoel da Costa e seu hyrmão.
— Anton Nunes Mesquita
— Joham Rodriguez de Torres filho dAfonso Torres o moço.
— Fernand Aluarez dAndrade, neto de Fernand Aluarez.
— Anton de Mello seu hyrmão.
— Sancho de Vasconcellos. *Andou algum tempo.*
— Lopo de Bayrros, filho do feytor Joham de Bayrros.
— Diogo dAlmeyda, seu hyrmão.
— Luys de Castilho, filho de Joham de Castylho.
— Pero de Mendoça de Mourão, filho de Tristão de Mendonça.

Os de escrever que aynda nom aprendem latim.
— Lourenço Soarez, filho de Diogo Soarez.
— Lopo Suarez, seu hyrmão.
— João Lopez de Sousa, filho de Bras da Cunha.
— Vasco da Sylveira, seu hyrmão.
— Johão Rodriguez de Sousa, filho de George de Sousa.
— George de Vasconcelos.
Outros moços filhos de Cryados de Suas Altezas que aynda nom som filhados e assy algũus moços da Camara e da Capella que per seu espicial mandado vem aa eschola, os quaes se nom nomeão aquy por que sua Alteza o nom mandou os quaes tem aproveytado muyto no escreuer e no latim e per verdade o assyney aquy. Ano de 1556 a x de Julho — Diogo de Syqueira.

Rol dos Moços fidalgos que aprendião a ler, escrever, e latim. Feito em 10 de Julho de 1556. Do apontador por ordem de El Rei [1].

---

[1] Gaveta 2, maço 4, n.º 33.

UM TIO DE AFONSO DE ALBUQUERQUE

Numa sua carta de 30 de novembro de 1513, refere Afonso de Albuquerque que seu tio, o prior do Crato, dizia a el-rei D. João II que na Graciosa haviam entrado trinta mil homens. No empenho de aclarar a passagem, em que existe esta referência e que pela sua redacção ambígua podia trazer o convencimento de que o grande capitão da Índia tomara parte nessa malfadada expedição, consultei o nosso douto confrade sr. Anselmo Braamcamp Freire, que me forneceu importantes esclarecimentos para identificar êste próximo parente de Albuquerque e para desfazer a suspeita da participação dêste na citada empreza.

Ocorre-me agora, a propósito, determinar certos factos que se ligam com o priorado do Crato e com a personalidade, interessante mas esquecida, dêste tio de Albuquerque.

A lista corrente dos priores do Crato, aparecida em velhos livros e vulgarisada por Pinho Leal (*Port. ant. e mod.*, v, Crato), é manifestamente defeituosa, por faltarem intermediários entre D. Nuno de Goes, destituído pelo infante D. Pedro por partidário da rainha D. Leonor, e D. Diogo Fernandes de Almeida, o irmão do primeiro vice-rei da Índia.

Ora, pela *Chronica de D. Affonso V* de Rui de Pina, cap. LXXIV, sabe-se que o infante D. Pedro, ao tomar posse do castelo do Crato em fins de 1441 ou começos de 1442, o entregou ao Infante D. João, e deu em nome de el-rei o priorado a D. Henrique de Castro, filho de D. Fer-

nando de Castro. Não sei se D. Henrique sobreviveu ao seu esbulhado antecessor, o qual morria em Samora em agosto de 1442. O que parece certo é que o seu priorado foi efémero, entrando na sua vaga D. João de Ataíde, filho do conde de Atouguia e irmão de D. Leonor de Menezes, mulher de Gonçalo de Albuquerque e mãe do governador da Índia.

Não é porêm a êste tio que Albuquerque alude na passagem citada. D. João de Ataíde, à semelhança do seu antecessor, pouco tempo gozou do priorado, e sucedeu-lhe seu irmão D. Vasco de Ataíde, que é indubitávelmente a personagem cujo testemunho é invocado pelo seu glorioso sobrinho.

Em conseqùência de uma passagem de Gaspar Dias de Landim (*O Infante D. Pedro,* liv. II, cap. XX), supuz que êste último tambêm não houvesse resistido à espécie de praga rogada porventura contra os seus sucessores pelo expoliado D. Nuno de Goes. Diz Landim: «... por sua morte *(de D. João de Ataíde)* o deu *(o priorado)* a seu irmão D. Vasco de Ataide, que todos o não lograram tres anos inteiros, e por as vidas destes serem tão breves e o lograrem tão pouco tempo, por altos juizos de Deus, se conheceu quão injustamente foi tirado ao Prior».

Ora o apaixonado cronista, assoalhador da memória do Infante, enganou-se ou enganou-nos. D. Vasco de Ataíde, ao revés dos seus predecessores, teve existência, se não gloriosa, pelo menos considerada, até anos provectos, pois que em 1455 era um dos padrinhos do principe D. João, mais tarde D. João II, e em 1489 ainda vivia, pois que podia dar a seu régio afilhado informações sôbre a funesta expedição da Graciosa, nêsse ano realisada. Devia então ser, pelo menos, septuagenário, pois não é presumivel que antes dos trinta anos o houvessem investido na eminente prelazia.

Sôbre esta sua investidura existe uma tradicção romanesca, que se me deparou num códice da Biblioteca Nacional

de Lisboa e que, supondo-a inédita, eu aproveitei há mezes para um dos meus folhetins de ambiente histórico, publicados no *Comercio do Porto*.

Ainda novo, D. Vasco de Ataíde namorou-se da filha de um escudeiro. Descontente pela possibilidade de uma aliança desigual, cioso da sua prosápia, o conde de Atouguia vai com o filho a um mosteiro, onde ambos assistem ao sacrifício da missa, e, ao levantar da hóstia, obriga-o a jurar que não casará com a modesta rapariga. D. Vasco, desgostoso pelo juramento que lhe arrancou o respeito filial, arranja dinheiro e embarca a ocultas para Rhodes, onde se venciam as comendas da religião de S. João de Jerusalem. Aí, sob um nome suposto, consegue pelo seu valor a capitania de uma galé. Entretanto, por morte de seu irmão, vaga o priorado do Crato. Parece que nesse tempo a investidura dêsse alto cargo se fazia por eleição entre os portugueses que se achavam em Rhodes. Reunidos êstes pois em assembleia sob a presidência do Grão Mestre, D. Vasco vota no seu próprio e verdadeiro nome, e, provávelmente por sugestões suas entre os eleitores, alcança para êsse nome o priorado. Em seguida, descobre a sua identidade e volta ao reino para tomar conta da sua dignidade.

Uma vez, numa rua de Lisboa, encontra a sua antiga apaixonada, já velha mas ainda solteira. Ameaça apeiar-se para lhe dar a honra da sua companhia. Mas ela diz ironicamente:

— Senhor, não quero de vós essa honra, que muito mais me deveis. Porque eu fui capaz de vos fazer prior do Crato, e vós não tivestes poder para me tornar condessa de Atouguia.

A anedota pode não ser autêntica no conjunto, mas não se forjam cousas destas sem um fundamento de verdade, sobretudo tratando-se de figuras que à posteridade não se impõem sobremaneira.

Mas como quer que seja, tratando-se de um próximo

parente de Afonso de Albuquerque, ela adquire o vulto que lhe empresta a estatura gigantesca do conquistador.

Um problema há ainda a considerar. É o motivo por que Albuquerque, a propósito da expedição da Graciosa, invoca o testemunho de seu tio, quando quem nela figurou, segundo Resende e Pina, foi o seu futuro sucessor D. Diogo de Almeida, a quem Albuquerque se refere tambêm noutra das suas cartas como pretendente à sucessão, aceite por seu próprio tio.

Outro problema é a parte que porventura Albuquerque tomou em campanhas de Marrocos, indiciada por um dos enigmáticos *Porques?* do paço de Setubal, transcritos no Cancioneiro de Resende e afixados, segundo assevera com bons argumentos o sr. Braamcamp, em 1488, isto é, um ano antes da empreza da Graciosa.

Eu limito-me a apresentar à Academia êstes subsídios para futuras investigações, que muito cordealmente desejo sejam coroadas de exito.

*
* *

Até aqui, a comunicação feita em sessão da Segunda Classe.

Posteriormente, porêm, depararam-se-me novas informações que rectificam, acrescentam ou aclaram a exposição acima.

A anedota romanesca, da qual, fiando-me no códice 666 da Bibl. Nac. de Lisboa, eu supuz heroe o prior do Crato D. Vasco de Ataíde, tudo leva a crêr que se désse antes com seu irmão primogénito D. João. Com efeito, era êsse que, sendo presuntivo herdeiro do vínculo, poderia dar à esposa que escolhesse o título de condessa de Atouguia.

E o fundamento verídico da anedota acha-se corroborado num manuscrito genealógico da Ac. das Sciências (Gab. 5.º, E 27, n.º 20), que parece ser do fim do século XVI e que

tem o título, em letra mais moderna, de *Genealogias das familias ilustres de Portugal.*

Nesse códice, a pág. 279, se encontra o seguinte, que fielmente transcrevo:

«Don Aluaro glz dataide fº 1º deste martin glz dataide foi o 1.º conde de atouguia E s.^{r} de monforte E vinhais de... *(em branco no original)* E alcaide mor de Coimbra E foi g.^{or} da casa do yff^{e} don pº e depois ayo del Rey don Aº o 5º E casado cõ a condesa dona guiomar de castro fª de don pº de castro s^{r} de cadaual de que ouue don Jº dataide o qual por dar a mão a hũa molher sua desigual se foi a rodes onde o fizerão prior do Crato E deixou aerenca [1] da casa por não demenuir de seu sangue de que m^{tos} deuião tomar exemplo E asi ouue don martinho don vasco E don Alvaro dataide E dona Jª de castro molher do marichal don fer^{do} coutº o velho alcaide mor de pinhel E dona felipa de castro molher de don Jº de noronha Alcaide mor de obidos E dona lianor de meneses molher de g^{lo} dealbuquerq s.^{r} de villa verde E dona mecia de castro molher de fernão de sousa alcaide mor de montalegre E s.^{r} de gouuea E hũ bastardo que se chamou don pº Aº abade de peralua».

Daqui deve pois inferir-se que o caso sentimental se deu efectivamente com D. João de Ataíde, o irmão mais velho da mãe de Afonso de Albuquerque. Todavia, o manuscrito da Academia dá a entender que o desigual casamento se chegou a realizar, e que, para obedecer aos ditames do coração, D. João não teve dúvida em renunciar aos seus direitos de primogenitura em favor de seu segundo irmão D. Martinho.

Foi muito mais nobremente idealista do que o Esaú da Biblia; a diferença entre os dois sacrifícios mede-se pela

---

[1] *a herança.*

distância que existe entre a voz do coração e a voz do estômago, entre o amor da mulher amada e um mísero prato de lentilhas.

Mas eu atenho-me de preferência à versão do códice da Biblioteca, convenientemente rectificada. Depois de casado, que significaria a viagem a Rhodes? E, a não ser que tivesse enviuvado, como se explicaria a sua profissão na sagrada milícia de S. João de Jerusalem?

Assim, fica D. João de Ataíde um interessante exemplar de namorado, um émulo de Mancias digno de figurar na história amorosa de Portugal. O seu exílio para Rhodes explica-se pelo receio de faltar ao juramento, feito num momento de fraqueza, justificável pelo respeito filial em anos de mocidade, porventura de adolescência; para resistir à tentação do perjúrio ou para não alancear a alma com a vista do bem perdido, julgou mister alongar-se dos olhos que o haviam fascinado.

Êste feitio apaixonado parece ser um dos caracteres da família. O sobrinho de D. João, seu homónimo, primogénito do segundo conde de Atouguia D. Martinho, também renunciou ao mundo e à herança paterna, por lhe ter morrido, ainda em vida de seu pai, sua segunda mulher D. Beatriz da Silva, filha do primeiro conde de Penela. Enclausurou-se nos carmelitas descalços e morreu em cheiro de santidade, emquanto seu filho D. Afonso tomava conta da herança de seu avô. Extinguiu na clausura a recordação de suas proezas militares, pois que Garcia de Rezende (*Chr. de D. João II,* cap. LXVI) o aponta como segundo capitão na expedição realizada em agosto de 1487 contra os aduares de África, da qual era capitão-mór D. Diogo de Almeida, que depois foi prior do Crato, em sucessão de D. Vasco de Ataíde [1].

---

[1] A êle se refere também Garcia de Rezende na seguinte

Quanto ao priorado do Crato, são muito emaranhadas as notícias que nos dá José Anastácio de Figueiredo na sua exaustiva, mas indigesta, *Nova Malta Portugueza*. Parece averiguado (*Ob. cit.*, t. III, pág. 55, n.) que o primeiro D. João de Ataíde se achava em Rhodes em agosto de 1444, distinguindo-se na defeza da capital da Ilha, cercada por um exército de 18.000 turcos. Foi, segundo afirma aquele livro, baseando-se em várias autoridades, a ameaça dessa invasão que o fez partir de sua casa, «com uma boa Companhia de Soldados, pagos de sua renda, e património», e embarcar «para Rhodes em socorro de sua religião». Isto parece indicar que ele já professara na pátria, antes de partir para a sede da sua milícia sagrada. O que é certo é que o Grão Mestre João de Lastic testemunhou o reconhecimento da ordem por uma honrosa patente, datada de 28 de setembro daquele ano.

Em conseqüência de um prolongado conflito de jurisdições, é muito difícil determinar a época em que D. João de Ataíde assumiu a prelazia, sucedendo a D. Henrique de Castro. Parece certo que a sua eleição foi feita em Rhodes, mas é de elementar prudência pôr de reserva a lenda romanesca que a tal respeito consigna o códice da Bibl. Nac., atribuindo-a a seu irmão D. Vasco de Ataíde.

Este sucedeu a D. João no priorado do Crato entre

---

estrofe da *Miscellanea* (*Chr. de D. João II*, t. III, p. 202, na ed. da *Biblioteca dos Classicos Portuguezes*, 1902):

> Para que se algum cavide
> de vangloria, se a tem,
> lembre-se que vimos bem
> a frei João d'Athayde
> mais humilde que ninguem,
> que viveu tão santamente
> que era julgado da gente,
> sendo cortezão, por santo,
> fez-se frade, foi-o tanto
> que fez milagre evidente.

março e maio de 1453. A 11 de maio de 1455, figurava ele como um dos padrinhos do príncipe D. João, primogénito de D. Afonso V, nascido oito dias antes. Em 1458, foi D. Vasco de Ataíde quem tomou as contas da expedição de Alcácer Seguer, as quais importaram em cento e quinze mil dobras (Goes, *Chr. do Pr. D. João,* cap. XXI). É provável pois que tivesse compartilhado dos perigos da campanha. Que a eles não se eximia, apezar da sua dignidade sacerdotal, prova-o o ter ido em 1463 a Tanger com D. Afonso V (Pina, *Chr. de D. Af. V,* cap. CLIV), com quem estava em Ceuta em fevereiro do ano seguinte, tendo recolhido ao reino antes da Páscoa (*Nova Malta,* t. III, pág. 68); e haver igualmente tomado parte na expedição de Arzila em 1471, para a qual aprestou a armada que se ordenou em Lisboa, e da qual fez tambêm as contas, na importância de cento e trinta e cinco mil dobras, segundo os seus memoriais examinados por Damião de Goes (*Loc. cit.).* No intervalo das duas expedições, parece que foi a Rhodes, onde constava estar em 1466.

Supõe o autor da *Nova Malta* que ele devia ter acompanhado D. Afonso V a Castela em 1475. O que está provado é que as suas aptidões de organizador naval foram novamente aproveitadas, pois que a carta régia de 12 de junho de 1476 o encarrega de aprontar no Porto a armada em que D. Afonso V devia ir para França (*Liv. das Vereações de Cam. do Porto).*

Em 1480 devia D. Vasco de Ataíde ser de provecta edade, visto que já como seu sucessor se achava eleito D. Diogo Fernandes de Almeida, irmão do futuro vice-rei da Índia, o qual foi com socorro a Rhodes, de novo cercada pelos Turcos e valorosamente defendida pelo Grão-Mestre Fr. Pedro d'Aubusson, cognominado o *Broquel da Igreja.*

Consta ainda, por uma sentença datada de Santarem a 14 de março de 1487 (Arq. Nac. da T. do T., Gav. XI,

m. VII, n.º 10), que D. Vasco tivera um litígio com a corôa sôbre quaisquer bens reclamados pelo Priorado.

Sabe-se finalmente que a sua morte ocorreu poucos dias depois de 12 de abril de 1492, data em que D. Diogo de Almeida foi feito aio e governador da casa do Mestre de Santiago e de Aviz, D. Jorge, o bastardo de D. João II (Pina, *Chr. de D. João II,* cap. LV — Rezende, *Ib.*, cap. CXXXVI).

Eis os pontos da biografia dêste ilustre tio de Albuquerque, que emergem no oceano da História. Tinha a peito o reuni-los agora, por ocasião da revisão à minha incompleta comunicação, há bastantes mezes feita à Segunda Classe. Vê-se que ambos estes Ataídes, priores do Crato, são dignos da atenção dos pósteros, ainda quando não os recomendasse exclusivamente o seu próximo parentesco com o grande conquistador: o primeiro pelos incidentes romanescos da sua vida e por ter honrado o nome português nas lutas levantinas contra os Turcos; o segundo, pela sua participação eficaz em expedições africanas e pela provada competência em assuntos navais.

Henrique Lopes de Mendonça.

O LIVRO «PASTOR DE HERMAS» CITADO POR GOMES EANNES DE ZURARA

Nota de Francisco Maria Esteves Pereira, sócio correspondente

A obra, conhecida pela designação de *Pastor de Hermas*[1], pertence aos livros apócrifos do Novo Testamento; a sua composição parece remontar aos tempos apostólicos do cristianismo; e adquiriu na egreja nascente grande autoridade.

O livro *Pastor de Hermas* foi escrito em grego; mas apesar da sua notoriedade, as cópias do texto original tornaram-se muito raras; e actualmente só se conhecem duas cópias, ambas incompletas no fim; uma é contida no *Codex Sinaiticus,* do IV seculo, proveniente do Mosteiro de Santa Catarina do Monte Sinai; e outra em um códice da Biblioteca de Leipzig, do século XIV, proveniente do Mosteiro do Monte Athos; o texto grego foi publicado primeiramente por O. Gebhardt, em Leipzig, em 1877; e depois mais completo por A. Hilgenfeld, em Leipzig, em 1881.

Dois fragmentos (*Sim.* II, 7-10, e *Sim.* IV, 2-5) existem em um rolo de papiro, provavelmente do século VIII, encontrado em Fayum no Egipto, e actualmente depositado

---

[1] Acêrca do livro *Pastor de Hermas,* veja-se:

Hermae Pastor, graece, ed. Adolphus Hilgenfeld, Lipsiae, 1881.

Hermae Pastor, aethiopice primum edidit et ethiopica latine vertit Antonius d'Abbadie, Lipsiae, 1860.

Herma Nabi, the ethiopic version of Pastor Hermae examined... by George H. Schodde, Leipzig, 1876.

no Museu de Berlin; foram publicados por H. Diels e A. Harnack nas *Sitzungsberichte der Königlichen Akademie der Wissenschaften,* Berlin, 1891, p. 427-431.

O livro *Pastor de Hermas* foi muito conhecido dos Santos Padres; é citado por Ireneu, Tertuliano, Clemente de Alexandria, Origenes, Eusébio de Cesareia, Atanásio de Alexandria, Gregorío Nazianzeno, Jerónimo e Rufino; mas foi incluido como apócrifo no decreto do Papa Gelasio I (492-496), o que provavelmente explica a raridade do texto.

Mas se o texto grego se tornou excessivamente raro, no ocidente divulgou-se muito uma versão latina, que parece remontar ao século II, e de que existem numerosas cópias nas grandes bibliotecas; esta versão foi publicada pela primeira vez por Jacobus Fáber Stapulensis, em Paris, em 1513; e depois por outros, e entre os modernos por A. Hilgenfeld, em Leipzig, em 1873. Outra versão latina, mais moderna e mais congruente com o texto grego, foi publicada por Dressel, em Leipzig, em 1857.

Do texto grego do livro *Pastor de Hermas* foi feita uma versão na lingua coptica sahidica, da qual sómente existem três fragmentos (*Mand.* xii, 3, 4—4, 4; *Sim.* xi, 7, 1—3, 3; *Sim.* ix, 5, 1—6, 1) que foram publicados por J. Leipoldt nas *Sitzungsberichte der Königlichen Akademie der Wissenschaften,* Berlin, 1903, p. 261-268.

Do mesmo texto grego foi tambêm feita uma versão na língua etiópica *(geez),* que remonta ao período decorrido entre o IV e VI século da era vulgar. Da versão etiópica sómente se conhece uma cópia, mas a obra está completa; existe em um manuscrito trazido de Etiópia por Antoine d'Abbadie, e que hoje está depositado na Biblioteca Nacional de Paris; esta versão foi publicada com tradução latina pelo mesmo sábio, em Leipzig, em 1860.

O livro *Pastor de Hermas* compõe-se de três partes: cinco *visões,* doze *mandamentos,* e dez *parábolas* ou semelhanças. Não é nossa intenção expôr aqui o conteúdo do

livro *Pastor de Hermas*; sómente examinaremos a passagem que foi citada por Gomes Eannes de Zurara.

O texto grego da primeira cláusula do *mandamento I*, é: Πρῶτον πάντων πίστευσον ὅτι εἷς ἐστὶν ὁ Θεός, ὁ τὰ πάντα κτίσας καὶ καταρτίσας καὶ ποιήσας ἐκ τοῦ μὴ ὄντος εἰς τὸ εἶναι τὰ πάντα, καὶ πάντα χωρῶν, μόνος δὲ ἀχώρητος ὤν.

«Primeiro de tudo crê que Deus é um; que êle todas as cousas creou; e fez tudo do não ser para o ser; e todas as cousas compreende, e só êle não é compreendido.»

A mesma cláusula foi assim interpretada por Origenes (*De princ.* I, 3, 3): «Primo omnium crede, quia unus est Deus, qui omnia creavit et composuit, qui cum nihil esset prius, esse fecit, omne capiens, ipse vero a nemine capitur.»

A cláusula correspondente da versão etiópica foi assim traduzida por Antoine d'Abbadie [1]:

«Primum omnium crede, unum esse Dominum, eumdemque creavisse omnia et fecisse ex nihilo omnino, ut sint, omnia. Is comprehendit omnia, et illum solum non est quod comprehendat.»

Dêste mandamento fizeram uso não só os Santos Padres, mas tambêm os hereges Arianos; êle é citado por Ireneu, Clemente de Alexandria, Origenes, Athanasio, Philaster e Nicetas.

Vejamos agora as citações do livro *Pastor de Hermas*, feitas por Gomes Eannes de Zurara.

Na *Chronica da conquista de Guiné*, capitulo LXXIV, lê-se:

«Creo que seja ante a face daquelle Eterno Senhor, cujo centro, segundo diz Ermes, he em todo o lugar per modo infijndo, e a circonferencia nom he em alguũ.»

---

[1] *Hermae Pastor*, ed. A. d'Abbadie, p. 128.

Na *Cronica da tomada de Cepta,* capitulo xcvi, lê-se:

«[Senhor Deos], cujo çentro segundo diz Hermes, he em todo lugar, e a circunferencia nom he em alguũ».

Na *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes,* part. I, cap. II, lê-se [1]:

«[Aquelle Deus] ... e sua Essencia em toda sphera, cujo centro, segundo diz Ermes, he em todo logar per modo infindo, e a circumferencia nom he em algum.»

Sem dúvida estas tres citações de Gomes Eannes de Zurara correspondem ás palavras: πάντα χωρῶν, μόνος δέ ἀχώρητος ὤν; mas é evidente que a citação de Zurara não foi feita directamente do texto grego ou da sua versão latina; mas de uma citação de escritor, para nós desconhecido, que substituiu as ideias expressas por aquelas palavras pela imagem de um círculo, cujo centro está em toda a parte, e cuja circunferência não é em parte alguma.

Não ha notícia, de que a versão latina do livro *Pastor de Hermas* existisse na livraria da côrte dos reis de Portugal nos séculos XV e XVI; pelo menos não é incluido entre os livros do uso del Rei D. Duarte, segundo o catálogo conservado no Códice da Cartuxa de Evora [2], nem nos livros mencionados no testamento do Infante D. Fernando, aprovado em 18 de agosto de 1487 [3], nem nos livros que se encontravam no guarda roupa del Rei D. Manuel em 3 de janeiro de 1521 [4].

Gomes Eannes de Zurara teve a seu cargo a livraria

---

[1] *Collecção de livros ineditos de historia portugueza,* tomo II, Lisboa, 1792, p. 219. Por erro, sem dúvida do manuscrito antigo, na impressão em vez de *diz Ermes* lê-se *dizemos.*

[2] *Leal Conselheiro,* p. xx–xxii.

[3] *Colleção de documentos para as memórias da vida del Rei D. João I,* por Joséph Soares da Silva, vol. iv, Doc. n.º 22; *Cronica de D. João I,* (primeira parte) por Fernão Lopes, ed. Braamcamp, Lisboa, 1915, p. xlvi a lvii.

[4] Sousa Viterbo, *A livraria real,* Lisboa, 1901, p. 9 e segs

del Rei D. Afonso V; é pois provável que fosse em algum dos livros da mesma livraria, que Zurara leu a citação do *Pastor de Hermas*, a qual lhe pareceu tão notável, que se comprouve de a citar tres vezes em suas obras. Esta citação e outras muitas, que são dadas em seus escritos, demonstram claramente que Gomes Eannes de Zurara, entre os homens do seu tempo, possuia uma erudição mais vasta do que se poderia supor. Não é pois sem razão que Matheus de Pisano, mestre de artes e poeta laureado, que foi preceptor del Rei D. Afonso V, escrevendo os louvores de Gomes Eannes de Zurara [1], diz que este, posto que começasse os seus estudos sendo já de idade madura, comtudo foi tomado de tão grande desejo de saber, que alcançou ser bom gramático, nobre astrólogo e grande historiador.

Lisboa, 20 de Janeiro de 1915.

---

[1] *De bello Septensi, na Colleção de livros ineditos da historia portuguesa,* tomo I, Lisboa, 1790, p. 26-27.

A CENSURA LITERÁRIA DA INQUISIÇÃO NO SÈCULO XVII

Subsídios para a sua história

Para a elaboração do trabalho que se vai lêr servimo-nos principalmente dos documentos coleccionados pelos notários inquisitoriais com o título: *Cadernos dos assentos do Conselho,* ainda hoje existentes na Torre do Tombo.

São, como é de conjecturar, os próprios originais.

O primeiro caderno começa em 1617, parecendo que até aí se não coleccionava tal correspondência, e é d'êle que copiamos os processos que nos serviram de fonte. Note-se que no 2.º, 3.º e 4.º nada se encontra a respeito de censura literária, chegando êste a 1695.

Acrescentar-lhes-hemos sómente alguns comentários elucidativos.

I

Prohibição do Flos Sanctorum de Vilhegas

Ill.mo Sr. — Tem mostrado a experiencia haver causado grandes offensas de Deus Nosso Senhor e de nossa Santa Fé catholica hum livro impresso de Vilhegas e he o seu *Flos Sanctorum* das Vidas dos Patriarchas da lei antigua, scrittas em lingoa vulgar, porque, dos misterios que trata principalmente acerqua da vinda do Messias, lendo-os á gente ignorante e em particular á da nação dos christãos novos, entra em grandes escrupulos e duvidas com que muitas pessoas della se prevertem em grande dano das almas; e por constar que até o presente se vae continuando nos pareceo que além de estar prohibido o dito *Flos Sanctorum* se deve mandar recolher, de que damos conta a V. S. Ill.ma para mandar o que fôr

servido. Mesa, 17 de fev.ro, 1637 — *Pantaleão Rodrigues Pacheco — Daião Inquisidor — D. Alvaro de Attaide.*

Despacho á margem:

Conformamo-nos com os parecer dos Inquisidores que logo mandarão passar os editaes necessarios. Lisboa, 17 de fevereiro de 1637. Rubricas do C.º G.al [1].

II

Processo p.ª a prohibição de certa comedia

Ill.mo Sr. — Pelas rasões que aponta no papel incluso o p.e m.e fr. Ignacio Galvão nos parece se não deve representar a comedia de que trata e para que assim se ordene nos distritos das outras inquisições, damos d'isso conta a V. S. Ill.ma para que, a vendo-o V. S. Ill.ma por bem nos dê licença para que se faça noteficação geral ao autor da Companhia que aqui assiste de presente. V. S. Ill.ma ordenará o que fôr servido. Mesa p.ro de Dezembro de 637 — *Simão Torresão Coelho; Daião Inquisidor; D. Alvaro de Attaide; Pantaleão Rodrigues Pacheco.*

Despacho á margem:

Conformamo-nos com o parecer dos inquisidores. Lx.ª 1.º de Dezembro de 637. — Rubricas do Conselho Geral.

Senhores. — Esta comedia intitulada *El maior acierto errando* não tem cousa algũa contra a fee ou bons costumes, e sómente na 2.ª jornada, fl. 3, em hũ dito de Sahavedra, fallando das heregias de Alemanha quando diz, fallando a El-rei D. João 3.º: «Por culpas nuestras senhor, quiere Dios que alli no tenga seguridad nuestra fe», não se deve consentir a palavra *quiere Dios* porque não consentem os theologos que se diga nestas ocasiões senão que permitte Deus males etc. e não que os quer.

E cõ tudo me parece que se não deve dar licença para que a dita comedia se represente, porque, ainda em caso que fosse verdade que o tribunal do S.to officio de Portugal se instituisse da maneira

[1] Fl. 186 do 1.º *Caderno dos Assentos do Conselho Geral.*

que na comedia se contẽ por Sahavedra fingido cardeal e legado do Sumo Pontifice, como querê algũs autores estrangeiros, se não avia de permittir andar isso em comedias, pois não sómente redundava em descredito de hũ reino e de hũ rei tão catholico como foi el-rei Dom João 3.º mas tambem não era autoridade do tribunal do S.to off.º ser instituido por homê falsario, fingido, facinoroso, e infame, como dizem os mesmos autores que fallarão em Sahavedra e em parte se representa na 1.ª jornada; nem he bem que se diga que por erro foi feito tribunal tão santo, que he o que o titulo da comedia significa dizendo *El maior acierto errando.* E podem os apostatas da nação hebrea em descredito do S.to officio dizer que foi instituido por tal homê e por erro que quem não perde occasião de fallar mal do S.to tribunal, tambê lançará mão do que nessa comedia se representar para desdenhar d'elle e assi por estas e por outras razões ainda em caso que fosse verdade o que os ditos autores dizem e se contem na comedia se não devia permittir.

Quanto mais que consta que El-Rei Dom João 3.º vendo como o judaismo dos que vierão de Castella lançados por judeos a este reino se continuava, pedio ao Papa Clemente 7.º o tribunal do S.to off.º posto que difficultosamente o alcançou pollo negocio e diligencia dos judeos, que repugnavam muito e nẽ então teve effeito, senão depois por concessão do papa Paulo 3.º passando-se quinze anos em que El-rei Dom João andou pedindo isso. Assi que o que na dita comedia se contem he falso, e assi se não deve permittir que se represente, antes se deve ella prohibir neste reyno e fazer que se prohiba nos outros.

Na 3.ª jornada d'esta comedia se introduz el-rei Dom João 3.º não querendo aceitar a Inquisição no seu reino e juntamente a Sahavedra instando que a receba, e que quasi por força a deixa instituida: sendo certo que El-rei a procurou sempre e fez muita instancia por veses ao Sumo Pontifice pedindo-a.

E de tudo isto se collige não ser a comedia nem de proveito, nem de honra para o rei, nem para o reino, nem para o tribunal sagrado do S.to officio. Isto me parece *sub censura.* Em S. D.os de Lx.ª 31 de nov.bro 637 *Fr. Ignacio Galvão, magister.*

Aos tres dias do mes de Dezembro de mil seiscentos e trinta e sete annos em Lx.ª nos Estaos e casas do despacho da santa Inq.ção estando ahy em audiencia da manhã os senhores inquisidores mandarão vir perante si a João Jeronimo Heredia, *autor das comedias*

que hora se reprcsentão neste reino e sendo presente lhe foi mandado que elle não represente por si nem por outrem a comedia que traz com titulo de fauto nuncio ou *o maior asserto, errando*, sob pena de que, fazendo o contrario se procederá contra elle como parecer justiça, o que elle prometteo cumprir e de tudo fiz este termo de mandado dos senhores inquisidores o qual o dito autor assinou e eu João Carreira, notario, o escrevi. *Juan Jeronimo de Heredia* [1].

Juan Jeronymo de Heredia é nome que se não encontra na *Biblioteca Lusitana.*

Quanto ao assunto da comédia tinham os inquisidores razão.

A lenda do falso nuncio ainda encontrou guarida, no princípio do século XIX, na obra de D. Juan Antonio Llorente, *História da Inquisição.*

Foi porém triunfantemente rebatida na *Revista Literária,* do Pôrto e já hoje ninguem lhe dá o mínimo crédito, principalmente depois da publicação de Herculano, *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal,* e dos documentos impressos pela *Academia* no *Corpo Diplomático Português*, relações com Roma.

III

Processo por causa da censura do manifesto Dolor fidei publicae

Ill.mo Sr. — Fizemos diligencia sobre a impressão do tratado que se intitula em latim *Dolor fidei publicae* que he a que vai junto e a mór culpa della parece se pode atribuir a Antonio de Souza Tavares, e de seu escrito que vai junto parece que quer prevalecer com sua opinião á censura do S.to officio notando a emẽda delle sobre o que V. S. Ill.ma nos ordenará o que lhe parecer Lx.a em 7 de nov.bro 642. — *Pedro de Castilho — João Delgado Figueira.*

Á margem:

Os Inquisidores chamem á mesa do S.to off.o Antonio de Sousa

[1] *Assentos do Conselho,* Caderno I, fl. 224 e seg.

Tavares e confessando que o escrito que anda nestes autos he seu e que sabendo que o Santo officio lhe mandara riscar a palavra de que se trata a tornara a fazer imprimir será reprehendido asperamente dizendo-se-lhe que cometteo grande excesso e que por mais christão velho e catholico que seja devia crer mais ao que do S.to off.º se ordenava que a seu parecer elle entende que se deve guardar a fé publica de modo que não seja licito ou obrigação que ....ainda por razão de descobrir ou atalhar a hũ grave pecado e persistindo no que tem escrito se lhe tomará sua reposta para se proceder na materia como parecer justiça. Lx.ª 7 de novembro de 1642. — 3 rubricas.

Domingos Esteves, notario do Santo officio da Inquisição de Lisboa, certefico e faço fee que, em quinze deste presente mez de novembro foy chamado á Mesa Antonio de Sousa Tavares, contheudo nestes autos, conforme a ordẽ dos s.res do C.º G.al estando presentes os senhores inquisidores e por confessar a culpa sobre que foi perguntado foi mandado esperar fóra e logo mandado entrar outra vez, estando em pee descarapuçado, foy pelos senhores inquisidores reprehendido asperamente, sem elle responder palavra alguma, de que os ditos senhores inquisidores mandaram passar a presente em Lx.ª no Santo off.º, 15 de novembro 642. *Domingos Esteves.*

Podem-se imprimir os dous papeis inclusos e depois de impressos tornarão ao Cons.º para se conferirẽ com os originais e se dar licença para correr e sem ella não correrão. Lx.ª 8 de outubro de 1642. — *Fr. João de Vasconcellos* — *Francisco Cardoso de Torneo.*

Podem-se imprimir os dous papeis juntos. Lx.ª 8 de 8.bro 642. *R Arcebispo de Lisboa.*

Aos cinco dias do mez de novembro do anno de mil e seiscentos e quarenta e dous em Lx.ª nos Estaus e casas do despacho da Santa Inquisição estando ahy em audiencia da manhã os senhores inquisidores mandarão vir dante si a *Domingos Lopes Rosa,* livreiro e impressor, morador nesta cidade á Roza, e sendo presente lhe foi dado juramento dos Santos Evangelhos em que pôs mam sob cargo do qual lhe foy mandado dizer verdade e guardar segredo o que tudo prometteo cumprir.

Perguntado se sabe ou suspeita o para que hé chamado a esta Meza disse que não.

Perguntado se imprimio elle um quaderno que se intitula *(O sentimento da fé publica)* em latim disse que elle imprimira o dito quaderno em latim e outro em portuguès.

Perguntado que pessoa foi a que lhe deu o dito quaderno para o imprimir disse que o dito Lourenço de Queiroz lhe levara o ditto quaderno que elle imprimira nomiado que lho levarão e com hũa cotta que tem á margem *in nullo qualibet impuri scoeleris aut* e que imprimira o ditto quaderno na ditta forma por lhe levarem hũa licença do Santo officio que apresentava, na qual se lhe não declarava cousa alguma que não devesse imprimir.

Perguntado se quando o ditto L.ço de Queiroz lhe deu o ditto quaderno se o advirtio da ditta cotta e que imprimisse em seu lugar. Disse que lhe parecia que lhe dissera que imprimisse a ditta cotta mas que não se affirmava bem nisso.

Perguntado se algũa outra pessoa lhe disse que imprimisse a ditta cotta ou lhe fallou nella. Disse que Antonio de Sousa Tavares lhe fallara na impressão do ditto papel mas que sobre a cotta lhe não fallara cousa algũa e que disto poderão dar razão Henrique Valente que compoz o ditto quaderno com quem fallaram os sobreditos Lourenço de Queiroz e Antonio de Sousa sobre a emprenção do ditto quaderno e mora em sua casa delle declarante e P.º de Noronha que mora na rua do jogo da pella que vae ter á carreirinha e al não disse nem ao costume e assinou com o ditto s.or Domingos Esteves notario que o escrevi. — *Domingos Lopes Rosa* — *João Delgado Figueira.*

E logo na mesma audiencia mandarão os dittos senhores vir perante sy a Pedro de Noronha, morador nesta cidade junto ao jogo da pella e sendo presente lhe foy dado juramento dos Santos Evangelhos em que pôs a mão sob cargo do qual, lhe foi mandado dizer verdade e guardar segredo o que tudo prometteo cumprir e disse ser de idade de quarenta e sette annos.

Perguntado se sabe ou suspeita o para que hé chamado, disse que não.

Perguntado se tem elle noticia de hum tratado que se imprimio nesta cidade ha poucos dias e se intitula *Dolor fidei publicae.* Disse que elle revira o ditto tratado por ordem de Antonio de Sousa Tavares. Perguntado se vira hũa cotta que está no ditto tratado que diz *in nullo quamlibet impuri scoleris aut.* Disse que

vira a ditta cotta e que posto que reparara nella o ditto Antonio de Sousa lhe díssera que a sobredita era tirada de João Baldio, *De induciis* na mesma materia e quasi pelas mesmas palavras e de frei João Marques no *Governador Christiano* e que o comonicara cõ o sôr Arcebispo e que lhe dissera que estava bem e como a elle declarante não pertence mais que a emenda do latim e ortografia não reparou na ditta cotta nẽ sabia que nella tinha reparado o Santo officio.

Perguntado se sabe que outra algũa pessoa interviesse em se por a ditta cotta pera se mandar imprimir. Disse que não porque só elle e o ditto Antonio de Sousa trataram esta materia cõ segredo e declarou que a ditta cotta não estava na imprensão que se fez em portuguez e que neste que se fez em latim se pusera pera hir pera as partes do norte aonde queriam exagerar mais a injustiça que fizerão ao sr. Dom Duarte e al não disse e sendo-lhe lido este testemunho por elle ouvido e entendido disse que estava escrito na verdade e assinou com o ditto sôr. Domingos Esteves, notario, que o escrevi. — *Pedro de Noronha de Andrade — João Delgado Figueira — Pedro de Castilho.*

Aos cinco dias do mês de novembro de mil e seiscentos e quarenta e dous annos em Lx.ª nos Estaos e casa do despacho da santa Inquisição estando ahy em audiencia da tarde os srs. inquisidores mandarão vir perante sy Henrique Valente, impressor, morador nesta cidade, referido no primeiro testemunho e sendo perguntado por seu referimento sendo-lhe primeiro dado juramento dos Sanctos Evsngelhos em forma, por não dizer cousa algũa se não escreveu seu testemunho do que fis esta lembrança de mandado dos ditos senhores. Eu, João Carreira, notario, a escrevi.

Aos seis dias do mês de novembro do anno de mil e seiscentos e quarenta e dous em Lx.ª nos Estaos e casa do despacho da Santa Inquisição e estando ahi em audiencia da manhã os senhores inquisidores mandarão vir diante si a L.ço de Queiroz, livreiro, e familiar do S.to off.º e sendo presente lhe foy dado juramento dos Santos Evangelhos em que pôs a mão sob cargo do qual lhe foy mandado dizer verdade e guardar segredo o que tudo prometteo cumprir.

Perguntado pelas perguntas geraes disse que suspeitava seria chamado em razão de hum tratado que mandou imprimir que se

intitula *Dolor fidei*, porquanto hontẽ á noite fôra a sua casa Domingos Lopes Rosa, imprensor, e lhe dissera que fôra chamado a esta mesa sobre isso.

Perguntado que he o que sabe sobre esta materia. Disse que, por ordem de Sua Magestade, tinha á sua conta mandar imprimir o dito tratado asy em latim como em portuguez e com grande cautella para que hum e outro fosse em segredo, e por isso lhe deu hũa portaria pera os senhores do Conselho lhe darem l.ça pera o imprimir e trazendo os papeis ao Conselho os deu ao L.do Diogo Velho, secretario d'elle, com licença pera os imprimir e lhe disse que no tratado em latim hia hũa emenda e indo-se pera sua casa passou Antonio de Sousa a cavallo e lhe perguntou se aquelles papeis estavão aviados porque lhos tinham dado por ordẽ de Sua Magestade e elle declarante lhe respondeo que já os tinha e que o L.do Diogo Velho lhe dissera que lhe riscara hũa palavra e lhe puzera outra com o que o ditto Antonio de Sousa se desceo e lhe pedio os dittos papeis pera ver a ditta emenda e então lhe disse que queria tresladar a palavra riscada e pôr a outra pera se vêr que tudo vinha a ser a mesma cousa e era a que se pozera qua no Santo officio e por cortezia lhe deu pena e tinta e estando cõ ella na mão passou o sôr Diogo de Sousa que lhe hia fallar sobre hũs livros e no tempo que esteve fallando cõ elle se sahio o ditto Antonio de Sousa e se foy embora e indo pera casa não achou nem vio papel que escrevesse, pelo que lhe pareceo que mudara de preposito no que lhe tinha ditto, nem sabe ou advertio se elle puzera a cotta no tratado em latim que estava com licença dos senhorgs do conselho e sem advertir nisso deu os dittos papeis ao imprensor para os imprimir e despois de impressos pera correrem os trouxe depois ao conselho e o l.do Diogo Velho lhe deu o em portuguez, com licença para correr e lhe disse que o latim não podia correr por quanto a emmenda que se lhe fizera no Santo officio não hia no dito tratado senão a que dantes se havia riscado e o dito Antonio de Sousa respondeo em hũ escrito largo, em que confessava fazer a ditta cotta e defendêlla que estava bem posta, como se verá do escrito que entregou ao dito L.do Diogo Velho e que elle não sabe quẽ pôs a ditta cotta, mas que entende que elle a pôs, assy pelo ditto escrito, como por se fazer a impressão por sua ordem e fallando pessoalmente com o ditto Antonio de Sousa lhe disse que fallara sobre a ditta cotta com o sr. Arcebispo e que lhe dissera que estava bem posta e que, como elle não sabe latim, não sabe as palavras que erão nem a efficacia dellas e al não disse, nem ao costume, sendo-lhe lido este seu testemunho, disse que estava escrito na verdade e

assinou com os ditos senhores. Domingos Esteves, notario, que o escrevi. — *Lourenço de Queiroz — Pedro de Castilho — João Delgado Figueira.*

Carta de Tavares a L. de Queiroz

V. M. pode seguramente dizer ao L.do Diogo Velho que a pessoa a quem S. Mag.de mandou fazer esses manifestos he muy christão velho e m.to catholico e muito amigo de se conformar com a doutrina da S.ta Igreija Romana e que a palavra que se notou, se tornou a escrever, porque realmente se entendeo que quem a riscára lera depressa o sentido como na verdade devia ser e lhe pareceo que havia que censurar assy como tambem se achou notado o chamar ao emperador rei de Ungria; e o dizer que Elrey de Castella negoceava com dolos e corrupções; Porẽ diga V. M. que aquilo não contem nemhũ erro nẽ vicio e só he hum encarecimento de quanto se deve guardar a lej do salvo conducto dizendo que nem por causa de inimisade *nem por outra grave* maldade que se tenha commettido se ha de quebrantar e hum autor bem douto, tratando o mesmo ponto, do salvo conducto que se prometteo a Luthero se declara e exprime este encarecimento pella mesma phrase: na qual bem construida não se pode achar offensa contra a fé catholica nem contra a verdade da religião christã; são termos politicos e para o caso presente serve todo o encarecimento.

Veja-se bem e achar-se-ha o que digo, e de toda a maneira me conformarej com a disposição do S.to officio que he a obrigação que reconheço por major de todas.

Deus guarde a V. M.

Tenha V. M. por certo que nesta materia não ha que escrupulisar [1]. — *Antonio de Sousa de Tavares.*

Carta de Queiroz á qual serve de resposta a anterior

Falei com o secretario do Conselho Geral do S.to officio o L.do Diogo Velho e me disse se não avia de dar licença ó latino em rezão da palavra que lá riscarão e se enprimio com hela eu lhe

[1] É carta apreendida e dirigida a Lourenço de Queiroz em resposta á que se segue.

disse se não enprimirão mais que duzentos pera Sua Mag.de — V. M. veja o que se ade fazer nisto.

G.de Deus a V. M. oje pr.o de novembro de 642. — *Lourenço de Queiroz* [1].

Nota á margem que parece de letra de Antónío de Sousa:

Re.bi estes 22. Ao dr. P.o Vieira da Silva manda Elrei que faça pagar a despeza e assi me mandou a mi lho dissesse da sua parte.

Hai vão 22 que poude concertar e farei os mais que V. M. ordenar.

Refere-se a Biblioteca Lusitana a António de Sousa Tavares, secretário da embaixada que D. João 4.º mandou a Holanda apóz a sua aclamação e ao seu manifesto *Dolor fidei publicae Castellae astu in Alemania violatae pro retentione injustissima Serenissimi D. Eduardi Portugaliae Infantis,* que foi publicado sem lugar nem ano da impressão. Publicou êste mesmo manifesto em Português com o título *Sentimento da fé publica quebrantada em Alemanha por industria de Castella na injusta retenção da pessoa de serenissimo D. Duarte, inf.te de Portugal.* Sem lugar nem ano da edição.

Referindo-se a este manifesto escreve Ramos Coelho no I volume da sua *História do infante D. Duarte,* pag. 597:

«Barbosa Machado atribue a traducção, reputando a original, ora a Antonio Moniz de Carvalho, ora a Antonio de Sousa Tavares, dizendo, em seguida, que tambem sahio em latim, mas sem declarar em que lingua foi primitivamente composta, nem qual o auctor ou traductor da edição latina. Inocencio Francisco da Silva dá por auctor d'este manifesto em latim a Moniz de Carvalho e por seu traductor a Tavares. Barbosa Machado, no artigo relativo ao primeiro d'estes escriptores, traz a traducção impressa em

[1] *Assentos do Conselho,* Caderno I, fl. 559 e segg.

Lisboa em 41 e, no relativo ao segundo, sem logar nem anno. Innocencio estranha que Barbosa cite a mesma obra duas vezes, uma com data, outra sem ella; mas, embora pareça ter visto alguns exemplares, que menciona como existentes, segue-o, isto é, dá a obra em português nos artigos relativos aos dois, apresentando-a, como Barbosa, no de Tavares sem data, e no de Moniz de Carvalho com a de quarenta e um.

. . . .

«De tantas incertezas vem-nos tirar a carta, já citada, de quatro de janeiro de quarenta e tres, dirigida por Christovão Soares de Abreu a Sousa de Macedo, na qual lhe participa haver recebido de Tavares um manifesto, com o titulo: *Dolor fidei publicae* etc, que, segundo este, D. João IV o encarregara de escrever e traduzir, d'onde se colhe que, não só a obra latina, mas tambem a portugueza, são de Tavares e não de Moniz de Carvalho, como quasi geralmente se tem pensado. Quanto ao anno da impressão, depreende-se tambem da carta que deve ser o de 42, pela sua data, pois ali se fala d'ella, como se de pouco houvésse sabido a publico, e pela razão já allegada para o antecedente manifesto: por conter a venda, e ser a venda d'aquelle anno. Implicitamente fica provado que a traducção portuguesa não podia estampar-se em 41, conforme querem Barbosa e Innocencio, isto é, antes do original latino, por acreditarmos que o manifesto foi primeiro impresso nesta lingua, porque assim o pedia a urgencia, e porque esses escriptos se destinavam sobretudo a Europa, e de certo ninguem se lembraria de fallar português á Europa, lingua pouquissimo conhecida, tendo a latina e a hespanhola, que então o eram tanto, e de que, em casos semelhantes, nos costumavamos servir. A obra parece deduzir-se do seu conteúdo que foi feita em Portugal, para onde cremos que Tavares, a esse tempo, já se havia retirado, com o embaixador de Holanda, Tristão de Mendonça».

Com a publicação do presente processo fica confirmado que foi el-rei D. João IV quem incumbiu a Tavares escrever o manifesto *Dolor fidei*.

Fica tambêm confirmado que a impressão foi em 1642 e em Portugal.

Além disso vem o processo demonstrar o rigor com que a Inquisição procedeu contra António de Sousa Tavares pois, apesar da sua categoria e proteção, o sujeitaram ao vexame de *em pé e descarapuçado*, ser asperamente repreendido, por não ter dado a atenção devida a qualquer advertencia do Santo Oficio.

Do processo consta mais que foi o livreiro Domingos Lopes Rosa quem imprimiu em latim e português o *Sentimento da fé publica*, tendo sido revisôr da tradução latina Pedro de Noronha.

IV

Proibição das Maravilhas do Anti-Christo

Ill.mo Sr. — O papel impresso que com esta enviamos traduzido em português parece contem em si materia que não convem andar no povo como já anda e que se deve mandar recolher e por essa razão damos conta a V. S. Ill.ma para nos ordenar o que nisso devemos fazer. Lx.a em 23 de abril de 1643. — *Pedro de Castilho* — *João Delgado Figueira.*

Despacho á margem:

«Como parece aos Inq.res que mandarão por em limpo a traducção do papel impresso ou traduzilo de novo por pessoa que bem o entenda e possa fazer fielmente, da qual mandarão hũa copia ao Conselho. Lx.a, 24 d'Abril de 643. — 3 rubricas.

Segue o original alemão impresso e a traducção respectiva que é a seguinte:

Breve Compendio das Maravilhas do Anti-Christo

Nacido em o anno de 1641, em 24 do mês de dezembro junto a Babilonia em o lugar chamado Osa de hũa mulher judia chamada Samarita em aqual se dá por Messias.

Tambem se trata de suas conquistas que já tem feitas despois de seu nascimento tem 50 mil judeos de diferentes partes que lhe ajuntaram pera seu serviço, os quaes tem todos armados.

O embaxador de sua sabia magestade, regidindo em a côrte do gran turco em Constantinopla avisa que não sómente o novo nascimento do Anti Christo continua, mas tambem a conquista que cada dia está fazendo não sómente nas sidades fortissimas como Babilonia, Alexandria e muitas outras que tambem o reino do Egito e outras muitas..........tem já metido debaxo de seu poder e serviço. Ao Sofyl, rei da Persia, mandou hum alfange nú juntamente dizendo que deixasse livremente o reino e imperio e que esperasse o castigo d'aquelle alfange; da mesma sorte mandou dizer por seus embaixadores ao Grande Turco regidindo em Constantinopla que deixasse Damasco, Siria, Jerusalem porque diz que o mesmo reino a elle pertense sendo da tribu de Dan e da famllia e estirpe dos judeos sobre o que o emperador dos turcos se alterou muito, torna sua viagem para Meca e elle chama-se a si mesmo Jasoacha é muito...........dos ceos e da terra é que tudo criou e ninguem sem elle se póde salvar; nasceu em o anno de 641 em 24 de dezembro junto a Babilonia em hum logar chamado Osa de hũa judia chamada Samarita, formosa, porém de bacha condição; q.do ao oitavo dia á moda de judeus foi circumcidado logo começou a fallar e a fazer muitas maravilhas, dizendo que era Messias, filho de Deos. O dia de seu nacimento se viram nos ceos m.tos maravilhosos sinaes, o sol por 8 horas se escoreceu, vinha tambem hũa voz terrivel dos ceos, a qual mais de 400 leguas foi ouvida dizendo: Convertei-vos, oh filhos dos homens, porque hoje nasceu o verdadeiro Messias e tambem se viram nos céos......de fogo. E se ha-de notar neste nacimento do anti-Christo que, em poucos mezes, cresceu tanto que parecia um moço de edade de 24 ou 25 anos, não se sabe quem é seu pae, o pescoço bem curto, a cabeça aguda, o rosto de judeu, a testa delgada, olhos espantosos, orelhas largas, boca grande, dentes agudos; muitos que o olham e ouvem que o não adoram, cahem logo mortos subitamente. O Gov.or de Jerusalem, Dom Sebastião Marichisem de Olivares, mandou 4 embaixadores ao anti-Christo para saberem tudo o que passava era verdade, os quaes afirmaram que o viram resuscitar mortos, dar vista e saúde a toda a sorte de enfermidades, emfim todas as enfermidades sara só com sua vista, comtanto que o adorem e creiam nelle. Tambem estes 4 embaixadores affirmam que a elles não quiz ouvir sua embaixada quando elle se mostra ou se deve ver......

então está ordinariamente cercado das nuvens e tem nuvens debaixo dos pés etc. é todo assim disparatado. — fl. 602 do C. I dos *Assentos do Conselho.*

V

Proibição e apreensão do tratado Plantus Catholicus de Antonio de Sousa de Macedo

Ill.mo Sr. — Vimos as qualificações juntas dos p.es fr. Guaspar dos Reis e fr. Dogo do Salvador que dão ao tratado intitulado *Plautus Catholicus* e ambos confirmam haver nelle palavras que offendem a reverencia e acatamento com que se deve tratar o Sumo Pontifice e nos parece que o que elles apontam de algum modo a offendem e que se não deve ahi algum tempo fallar em modo que se possa imaginar que hé composição de pessoa d'este reino a alteracão no respeito que se deve á Sé apostolica e Sumo Pontifice e neste tempo deve esta moderação ter mais logar por que não se cuide que este reino escandalisado dá uma minima ousadia a seus subditos e naturaes contra a Sé apostolica e assim nos conformamos com as ditas qualificações. Lisboa, 8 de julho de 1643. — *Pedro de Castilho — João Delgado Figueira.*

Á margem:

Os Inquisidores mandem recolher e prohibir o tratado intitulado *Plantus Catholicos* por edital em que se declare que ainda que o dito tratado não contem cousa contra nossa santa fé, comtudo falta, no decôro e veneração com que se deve fallar na pessoa do Summo Pontifice. Lisboa, 17 de Julho de 1643. — tres rubricas.

(Em os 18 se passaram os edittaes e se publicaram em os 19.)

Ill.mo Sr. — Em cumprimento do mandado de V. S. Ill.ma foi chamado a esta mesa Lourenço de Queiroz e foi perguntado por que razão vendia o tratado que se intitula *Plantus catholicus* sendo imprimido em terra de herejes, respondeu que o dito tratado lhe fôra dado por o dr. Gonçalo de Sousa, que era impresso em Inglaterra e composto por Antonio de Sousa, seu filho, e que visto o auctor ser catholico e quem lho deu não ser pessoa suspeita e se dever presumir que elle teria despachado o dito tratado por este S.to officio e que com seu despacho o teria tirado da alfandega, o aceitara por lho vender como é uso e costume com os mais livros que

alguma pessoa sem suspeita lhe dê a vender e sem elle estar obrigado a pedir as licenças do S.to officio, o que tudo consta de sua escripta que se escreveu e remettemos a V. S. Ill.ma e nos parece que a ditta reposta é realmente para escusar o ditto Lourenço de Queiroz de culpa e o tratado se mandou rever e com esta enviamos as censuras que lhe deram Lisboa 7 de julho de 1643. — *Pedro de Castilho* — *João Delgado Figueira.*

Á margem:

Os Inquisidores de Lisboa vejam as censuras inclusas e informem com seu parecer. Lisboa 7 de julho de 1643. — tres rubricas.

Com esta enviamos a V. P.de hũ tratado impresso em Inglaterra para que V. P.de se sirva de o querer ver com a brevidade possivel e avisarnos se ha nelle cousa que censurar ou se se pode dar licença para que corra neste reino e porque não he esta para mais Guarde Deus a V. Paternidade, Lx.a em mesa em 27 de junho de 1643. — *João Delgado Figueira.*

Vi este tratado intitulado *Plantus Catholicus juris gentium* dedicado a Santidade do Papa Urbano nosso senhor e ainda que nelle não achei cousa que seja contra nossa sancta fé catholica e o Author como obediente e verdadeiro filho da Igreja folio 41 o offerece e remete aos pês de Sua Santidade, contudo como falla com Sua Santidade uza ás vezes de algumas palavras que se devem reparar e reformar antes que corra neste reino.

As folhas cinco tratando como nem a toda a embaixada se deve benevolencia mas que se lhe deve paciencia, acrecenta *et sana est impacientia audiendi ilum qui adhoc missus est ut audireti (?).* Note-se esta palavra *(et Sana est impacientia).*

As folhas 10 fallando das muitas mercês que esta coroa recebeo dos Summos Pontifices diz *hodie vero (destre mirabile) quam diverse sentit illorum successor.*

As folhas 38 diz que não uzamos de ameaças como os castelhanos, nem o avemos com principe secular, senão com eclesiastico, *cujus voluntas licet dura servanda est.......reverentiam eclesiae.* Note-se esta palavra *(licet dura).*

Isto me parece que se deve censurar assim porque o avemos com o vigario de Christo e cabeça da Igreja como tambem porque o mesmo autor folio 28, tratando algũaa cousas porque diz que a

embaixada não devia ser admitida, refere hũa que dão os herejes (e não me parece que tenha ella aqui lugar) *Heretici infesti Principi ecclesiae obtrectant ita. Intervenit interesse, seu comoditas aliqua consanguineorum Pontificis, cum domo Austriaca.* E ainda que o autor não admitte antes impugna esta causa tambem os herejes vendo este modo de fallar que tenho advertido nos poderão arguir.

Ultimamente porqne chegando este tratado á noticia de Sua Santidade, não sirva mais de esasperar que de o obrigar.

Isto me parece. S. Francisco de Lisboa, 29 de Junho de 1643. — *Fr. Diogo do Salvador.* — *Assentos do Conselho, Caderno* I, fl. 617.

Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana* não enumera, entre as obras de António de Sousa Macedo o *Plantus Catholicus;* parece que devia ter sido composta quando êle era secretário do embaixador D. Antão d'Almada na Inglaterra.

Foi pois um dos numerosos trabalhos de propaganda política da época, vistos com máos olhos pela Inquisição, cuja parcialidade em favor dos Filipes bem notória é.

Note-se que o manuscrito 1089 da Livraria da Torre do Tombo, que pertenceu ao convento da Graça, de Lisboa intitula-se: *Sanctissimo Domino Nostro Papa Urbano Octavo in eclesia Dei præsidi Planctus catholicus Juris gentium pro legatione serenissimi ac potentissimi principis Joanni 4.*[i] *regis Lusitaniæ contra castellanorum caluminia per Antonium a Sousa e Macedo.*

Na livraria da Torre do Tombo (8-B-36) há um exemplar, impresso em Londres, em 1643. Escapou á sanha inquisitorial, ainda que não em grande estado de conservação. Tem 43 paginas e constitue, como se vê, uma preciosa raridade bibliográfica.

Adeante publicamos os documentos mais importantes do processo de habilitação de Sousa de Macedo para a carreira judicial.

Publicando-os, temos dois fins em vista: tornar conhecidos dados inéditos de tão grande publicista, como egrégio diplomata e estadista e ao mesmo tempo salvar manus-

critos em tal estado de conservação, por causa da tinta corrosiva com que foram escritos, que, antes de meia duzia de anos, deixarão de ser legíveis.

Tambem Antonio de Sousa de Macedo se habilitou, muito mais tarde, para official do Santo Officio. É o processo n.º 382 do maço 10 dos Antonios. Abre com o seguinte requerimento despachado em 13 de maio de 1655:

«Diz o D^or^ Antonio de Sousa de Macedo do conselho da Fazenda de S. Mag.^de^, que elle deseja servir a Deos Nosso Senhor e ao Tribunal do Santo Officio no lugar de Famillíar delle e porque tem os requisitos neccssarios P. a V. S.ª lhe faça mercê admitilo no dito lugar de familiar E. R. M.^cê^ »

Declara que he filho do D.^tor^ Gonçalo de Sousa de Macedo, que foi juis dos feitos da corôa e fazenda de S. Mag.^de^ e de sua mulher Dona Philipa de Sousa que viverão na villa de Amarante. E neto, pela parte de sua mãe, de Gaspar Moreira e de Dona Madalena Barrosa da villa de Guimarães. E he casado com Dona Mariana Lemercier, filha de João Lemercier, e de sua mulher Dona Anna de Bois que forão moradores nesta cidade de Lisboa; neta pela parte de seu pai de João Lemercier, Hyon na provincia de Henau em Flandres; e de sua mulher Joana Auport moradores que forão na dita sua Baronia junto da cidade de Mons; e neta pela parte de sua mãe de Jacquez Vanrede e de sua mulher Anna Vaudenhunel da cidade Bolduque, moradores que forão nesta cidade.

Após demorada inquirição foi-lhe passada carta de familiar em 18 de outubro de 1655.

E assim ficou apto para conhecer alguns dos segredos inquisitoriaes.

VI

Peças mais interessantes do processo de habilitação de Antonio de Sousa de Macedo para os logares de letras

Senhor.—Pela provisão iunta me ordenou Sua Magestade tirase informasão do Doutor Antonio de Sousa de Masedo natural desta cidade.

Consta das testemunhas juntas ser filho do Doutor Gonçalo de Sousa de Masedo iuis dos feitos da Coroa e fasenda de Sua Magestade e de sua mulher Dona Magarida Moreira neta por parte de seu pai de Francisco de Masedo de Sousa e de sua mulher Dona Filipa de Sousa. E por parte de sua mai neto de Gaspar Moreira e de sua mulher Madalena Barosa e o dito seu pai ser natural da Vila d'Amarante e sua mai da Vila de Guimarais.

Consta outre si ser o dito Antonio de Sousa doutor pela Universidade de Coimbra e moço fidalgo da Casa de Sua Magestade por si seus pais e avos. Christão velho de todas as partes sem rasa algũa de christão nouo nem de outro algũ ruim sange nem descender de mechanico nem ser infamado diso. E ser bem letrado de boa vida e costumes e ter o habito de Christo e ser casado com mulher de limpo sange e sem rasa algũa. Vosa Magestade mandara o que for servido. Lixboa 31 de agosto de 640, *Francisco Soares de Albergaria.*

Vistas e aprouadas. No que toca acalidade e no mais se farão as deligencias custumadas. Lixboa 19 de setembro de 640. 2 rubricas.

Dom Phillippe por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarues daquem e dalem mar em Africa Senhor de Guiné etc. Mando a vos licenceado Francisco Soarez de Albergaria Corregedor do Ciuel desta çidade que uos informeis com todo Resguardo do Doutor Antonio de Sousa de Maçedo meu moço fidalgo natural desta Çidade filho do Doutor Gonçalo de Sousa de Maçedo Juiz dos feitos de minha Coroa e fazenda e de sua molher Dona Margarida Moreyra, neta por parte de seu pay de Francisco de Macedo de Sousa e de sua molher Dona Fellippa de Sousa e neto por parte de sua may de Gaspar Moreyra e de sua molher Madalena Barrosa e para este effeito perguntareis pessoalmente as testemunhas de que tiverdes informação (que ao menos serão sete) que tem rezão de saber se o dito Antonio de Sousa de Macedo tem raça de judeu, christão nouo

mouro ou molato. E se decende dalgũm mecanico ou se he infamado disso o fundamento donde teve nacimento a tal fama perguntando juntamente pellos avós paternos e maternos e se ha algũs autos ou ouve de sua limpeza e qualidade assy dofficios na inquisição ou de habitos das ordens militares ou outras semelhantes ou se as ha ou ouve de seus defeitos e de sua vida, costumes, procedimento talento e partes e de como ha viuido até o presente fazendose relação de tudo, e se o dito Antonio de Sousa Macedo he solteiro ou casado com molher de limpo sangue sem raça e feita esta diligencia pessoalmente como dito he que serão contanto segredo e resguardo que as partes o não venhão a saber para o que dareis juramento as testemunhas que perguntardes que não digão para que forão cahmadas ma enuiareis com os proprios autos e folha corrida do dito Antonio de Sousa e tudo sera entregue a Pedro de Gouvea de Mello meu Escrivão da Camara e do despacho da mesa do Dezembargo de Paço. Comprio assy El Rey Nosso Senhor o mandou pello Arcebispo Primaz do seu Conselho de Estado e Presidente da dita mesa e pelos Douctores Balthasar Fialho e João Sanches de Baenna ambos do seu Conselho e seus Dezembargadores do Paço e Antonio de Moras a fez em Lixboa a vinte e nove de Agosto de mil seiscentos e quarenta. Pedro Gouvea de Mello a fez escrever *Dom Sebastião, Arcebispo Primaz — João Sanches de Baena — Balthasar Fialho.*

— Aos trinta e hum dias do mes de Agosto de seiscentos e corenta em as pouzadas do corregedor o Douctor Francisco Soares dAlbergaria comigo escriuão perguntou as testemunhas seguintes : pelo comteudo na provizão de Sua Magestade pasada a instancia de Antonio de de Sousa de Masedo. Manuel da Costa a escrevi.

Gregorio Ferreira de Sá fidalgo da casa de Sua Magestade morador na villa de Guimaraes e hora estante nesta cidade a Santa Marinha de idade de vinte seis annos testemunha jurada aos Santos Evangelhos em pos a mão e do costume nada. Perguntado elle testemunha pelo contheudo na provizão de Sua Magestade disse que conhese muito bem ao doutor Antonio de Souza de Macedo mosso fidalgo natural desta çidade de Lixboa filho do dezembargador Gonçalo de Sousa de Masedo juiz dos feitos da coroa e fazenda e de sua molher Dona Margarida Moreira neto por parte de seu pai de Francisco de Masedo de Sousa e de sua molher Dona Felipa de Sousa e neto por parte de sua mai de Gaspar Moreira e de sua molher Madanella Barrosa e que isto sabe e os conhece por tratar os avos maternos e serem naturais da villa de Guimarais donde elle tes-

temunha he natural e outro sim conhese os avos paternos por respeito da visinhança da villa de Guimarais, Amarante onde os ditos avós paternos sam naturais e que he verdade e sabe pela rezão que dito tem que o dito Antonio de Sousa de Masedo não tem rasa de judeu, cristão novo, mouro, nem molato nem descende de mecanico nem he infamado diso antes o conhese por homem muito nobre por parte de sua mai e por parte de seu pai por homem fidalgo e aparentado com os fidalgos dEntre Douro e Minho e com alguns desta çidade e que seu pai tem o abito de Christo e não sabe que elle nem seus parentes tivesem defeito e que outre si o conhese por homem de boa vida e custumes e de bom prosedimento e como tal ha uiuido athe o presente e por homem cazado e bom letrado e cazado com molher de limpo sangue sem rasa algũa e mais não dise e asinou com o corregedor, *Manuel da Costa* o escreueu. — *Albergaria* — *Gregorio Ferreira de Sá.*

Antonio Francisco Magalhães natural da villa dAmarante e Reitor de Sam Romão de Villarinho do arcebispado de Braga e hora estante nesta cidade as carnesarias velhas de idade de sincoenta annos testemunha jurada aos santos auangelhos em que pos a mão e do costume nada. E perguntado pela provizão de Sua Magestade dise que conheseo o doutor Antonio de Sousa de Masedo o qual he doutor pela Univeridade de Coimbra e mosso fidalgo da Caza de Sua Magestade filho do doutor Gonçalo de Sousa de Masedo juis dos feitos da Coroa e fazenda de Sua Magestade e de sua molher Dona Margarida Moreira neto por parte de seu pai de Francisco de Masedo de Sousa e de sua molher Dona Phelipa de Sousa e neto por parte de sua mai de Gaspar Moreira e de sua molher Madanela Barosa os quais elle testemunha conhese muito bem por serem naturais os avos paternos da villa de Amarante e os maternos ali perto e que o dito Antonio de Sousa não tem raza algũa e he cristão velho de todos os quatro custados sem rasa algũa de judeo nem mulato nem desende de mecanico nem he infamado diso antes os conhese a seus pais e avos por gente muito nobre e fidalgos por gerasam e que o dito Antonio de Sousa ambos tem o abito de cristo e que dito Antonio de Sousa he homem de vida e custumes e bom cristão letrado por digo e que como tal ha vivido athe o prezente e que he homem cazado com molher de limpo sangue sem rasa algũa e mais não dise e assinou. O corregedor Manuel da Costa o escreveu. — *Albergaria* — *Antonio Ferreira de Magalhães.*

— Antonio Peixoto de Miranda que vive por sua fazenda mora-

dor nesta çidade a Santa Marinha de idade de trinta annos testemunha jurada aos Santos Avangelhos em que pos a mão e do custume nada. E perguntado pela provizão de Sua Magestade que lhe foi lida dise que conhese ao Doutor Antonio de Sousa de Masedo natural desta çidade o qual he Doutor pela Universidade de Coimbra e mosso fidalgo da caza de Sua Magestade filho de Doutor Gonçalo de Sousa de Masedo juis dos feitos e fazenda de Sua Magestade e de sua molher Dona Phelipa de Souza neto, digo, e de sua molher Dona Margarida Moreira neto por parte de seu pai de Francisco de Masedo de Sousa e de sua molher Dona Phelipa de Sousa neto por parte de sua mai de Gaspar Moreira e de sua molher Madanella Barrosa os quais todos elle testemunha conhese por ser natural da Villa de Guimarais donde o são os ditos avos maternos e ahi juntos os avos paternos e outro sim conhese ao dito Antonio de Sousa de Masedo por homem cristão velho de todas as partes sem rasa algũa de judeu cristão novo, mouro, nem mulato nem desende de mecanico nem he infamado diso e que por parte de sua mai he gente muito nobre e por parte do dito seu pai he muito fidalgo e assim elle como seu pai ambos tem o Abito de Cristo e que não sabe que nelle nem na sua gerasam aja defeitos antes o conhese por homem de boa vida e custumes e de bom pro- cedimento e que o dito Antonio de Sousa de Masedo he cazado com molher de limpo sangue sem rasa algũa e o que o dito Antonio de Sousa he homem muito grande letrado e mais não dise e assinou *Manuel da Costa* o escreveu. — *Albergaria* — *Antonio Peixoto de Myranda.*

— O capitão Francisco Vieira de Lima fidalgo da caza de Sua Magestade e cavaleiro de abito de cristo de idade de mais de corenta annos testemunha jurada aos santos avangelhos em que pos a mão e de custume nada.

E perguntado pelo contheudo na provizão de Sua Magestade que lhe foi lida dise que conhese ao doutor Antonio de Sousa de Masedo o qual he doutor pela Universidade de Coimbra e moso fidalgo da caza de Sua Magestade filho do doutor Gonçalo de Sousa de Masedo juis dos feitos da corôa e fazenda de Sua Magestade e de sua molher Dona Margarida Moreira neto por parte de seu pai de Francisco de Masedo de Sousa e neto por parte de sua mai de Gaspar Moreira e de sua molher Madanella Barrosa os quais todos elle testemunha conhese por respeito de ser natural da villa de Guimarais donde o são os avós maternos e dahi juntos os avos paternos e que o dito Antonio de Sousa he cristão velho de todas

as partes sem rasa algũa de judeu mouro ou mulato nem desende de macanico nem he infamado diso e que o dito Antonio de Sousa por parte de seu pai he homem fidalgo dos principais da villa de Guimarais, digo, de Entre Douro e Minho e por tal tido e conhesido e por parte de sua mai he gemte muito nobre e dos principais da villa de Guimarais e que asim o dito Antonio de Sousa como o dito seu pai ambos tem o abito de cristo e que não sabe que tenhão defeitos antes conhese ao dito Antonio de Sousa por homem bom letrado e de bom prosedimento vida e custumes e que como tal ha vívido athe o presente e que o dito Antonio de Sousa he cazado com molher de limpo sangue sem rasa algũa e mais não dise e assinou Manuel da Costa a escreveu. — *Albergaria* — *Francisco Vieira de Lima.*

— João Antunes de Filgueira cavalleiro professo da ordem de Cristo, morador na Rua das Mudas de idade de corenta annos testemunha jurada aos Santos avangelhos e do costume nada.

Perguntado pela provizão de Sua Magestade dise que conhese ao doutor Antonio de Sousa de Masedo doutor na Universidade de Coimbra e mosso fidalgo da caza de Sua Magestade filho do Doutor Gonçalo de Sousa juis dos feitos da fazenda de Sua Magestade e de sua molher Dona Margarida Moreira e neto por parte de seu pai de Francisco de Masedo de Sousa e de sua molher Dona Phelipa de Sousa neto por parte de sua mai de Gaspar Moreira e de sua molher Madanella Barrosa e que elle testemunha os conhese por ser natural de Guimarais donde o sam os avos maternos e se criar hũa legoa da vila de Amarante onde o são os avos paternos e que conhese ao dito Antonio de Sousa por homem cristão velho de todos os quatro costados sem rasa algũa de judeu mouro nem mulato nem desende de mecanico nem he infamado diso e que elle e seu pai ambos tem abito de cristo e que por parte de seu pai he o dito Antonio de Sousa desendente de homes fidalgos e filhados nos livros dEl-Rei e que por parte de sua mai he da gerasam de fidalgos posto que não filhados e que não sabe que na sua geirasão aja alguns defeitos antes o conhese por homem bom letrado de boa vida de custumes de prosedimento e que como tal ha vivido athe o prezente e que he cazado com molher cristam velha de limpo sangue sem rasa algũa e al não dise e assinou Manuel da Costa o escreveo. — *Albergaria* — *João Antunes de Filgueira.*

— Gaspar Ribeiro cavaleiro fidalgo da Caza de Sua Magestade morador junto a Sam Roque de idade de mais de corenta annos testemunha jurada aos Santos Avangelhos em que pôs a mão e do custume nada.

Perguntado pelo comtheudo na provisão de Sua Magestade dise que conhese ao doutor Antonio de Sousa de Masedo moso fidalgo natural desta cidade filho do doutor Gonçalo de Sousa de Masedo juis dos feitos da coroa e fazenda de Sua Magestade e de sua molher Dona Margarida Moreira neto por parte de seu pai de Francisco de Masedo de Sousa e de sua molher Dona Phelipa de Sousa, neto por parte de sua mai de Gaspar Moreira e de sua molher Madanella Barrosa o que elle testemunha sabe por ser natural da villa de Amarante donde os são os avos paternos e dahi junto serem naturais os avos maternos e que conhese ao dito Antonio de Sousa por homem cristão velho de todos os quatro costados sem raça algũa de judeu cristão novo mouro nem mulato nem desende de mecanico nem he infamado diso e que o dito Antonio de Sousa e seu pai ambos tem o abito de cristo o que os pais e avos do dito Antonio de Sousa era gente muito nobre e como tais se tratavão e que conhese ao dito Antonio de Sousa por homem de boa vida e custumes e como tal a vivido tratado e que o dito Antonio de Sousa he casado com molher de limpo sangue sem rasa algua e mais não dise e asinou com o Corregedor. Manuel da Costa, o escrevi. — *Albergaria* — *Gaspar Ribeiro.*

— O Doutor Antonio Nunes do Prado, advogado da Caza da Supricasam morador nesta cidade junto a Sé e de idade de mais de cincoenta annos testemunha aos Santos avangelhos em que pos a mão e da custume nada.

E perguntado pela provizam de Sua Magestade dise que conhese a Antonio de Sousa de Masedo e sabe que he doutor na Universidade de Coimbra e mosso fidalgo da Caza de Sua Magestade filho de Gonçalo de Sousa juis dos feitos e fazenda e de sua molher Dona Margarida Moreira neto por parte de seu paide Francisco de Masedo de Sousa e de sua molher Dona Phelipa neto por parte de sua mai de Gaspar Moreira e de sua molher Madanella Barrosa os quais elle testemunha todos conhese por viver alguns annos em Guimarais e em Amarante donde os ditos seus avós são naturais e outro sim sabe que o dito Antonio de Sousa de Masedo he cristão velho de todos os quatro costados sem rasa de mouro, judeu, cristão novo, mouro, mulato nem de outra nasam nem tem parentesco com official

mecanico nem he infamado com nasão algũa e outrosim sabe que o dito Antonio de Sousa e seu pai tem ambos o abito de cristo e que he cazado o dito Antonio de Souza com molher de limpo sangue sem rasa algũa e que ho dito Antonio de Sousa he de muito boas partes e custumes e muito grande letrado e mais não dise e assinou com o Corregedor. Manuel da Costa o escrevi. — *Albergaria — Doutor Antonio Nunes do Prado* [1].

Antonio Baião.

---

[1] *Leitura de Bacharels,* m. 8 — A — n.º 26.

A CHRONICA DO CONDESTABRE DE PORTUGAL D. NUNO ALVAREZ PEREIRA

Nota do Sócio correspondente Francisco Maria Esteves Pereira [1]

A *Chronica do Condestabre de Portugal D. Nuno Alvarez Pereira* foi impressa pela primeira vez por German Galharde, em Lisboa, em 1526; depois teve as seguintes reimpressões: Lisboa, 1534; Lisboa, 1623; Porto, 1848; e Coimbra, 1911.

---

[1] Esta nota foi apresentada na sessão da 2.ª Classe da Academia, realisada na noite de 4 de março de 1915, conforme consta da relação sumária da sessão, publicada no *Diário de Notícias* de 5 do mesmo mês; e as suas conclusões, que foram lidas, mereceram a aprovação do Sr. A. Braamcamp Freire, que assistia à sessão. O mesmo Sr. já antes disso tinha efectuado investigações sôbre o assunto, e independentemente do meu estudo chegado às mesmas conclusões, como expôs largamente e comprovou com documentos na sessão da 2.ª Classe da Academia, realisada na noite de 18 de março, o que consta da relação sumária da sessão, publicada no *Diário de Notícias* de 23 de março, e depois desenvolveu na introdução à primeira parte da *Chronica de D. João I* (p. xxii a xxvii).

Póde pois dizer-se que, pelas investigações do Sr. Braamcamp Freire, a conjectura feita na presente nota, se evidenciou como verdade, e que é um facto adquirido para a sciência, que o autor da *Chronica do Condestabre D. Nuno Alvarez Pereira* é Fernão Lopes, e que a mesma crónica foi composta entre os anos de 1431 a 1443. (Em 24 de Julho de 1915, F. M. Esteves Pereira).

Esta nota tem por fim submeter à apreciação da 2.ª Classe da Academia das Sciências de Lisboa algumas considerações tendentes a fixar a época em que a mesma crónica foi composta, e apresentar uma conjectura sobre o seu autor.

Não se sabe ao certo a época, em que a *Chronica do Condestabre* foi escrita; mas é possível determinar limites muito próximos dentro dos quais foi composta.

Na crónica referem-se os feitos do condestabre D. Nuno Alvarez Pereira desde o seu nascimento em 1360 [1], até ao seu falecimento em 1 de Novembro de 1431. A narração é em geral muito concisa, e tem o caráter das crónicas medievais, em que sómente se referem os acontecimentos importantes, sem se fazerem considerações políticas, económicas ou morais. Nos últimos capítulos conta-se brevemente a tomada da cidade de Cepta (cap. 76), o apartamento do mundo, que o condestabre fez para servir a Deus, recolhendo-se ao Mosteiro de Santa Maria do Carmo, em Lisboa, e o seu falecimento (cap. 78), e enumeram-se as suas virtudes e obras pias (cap. 80).

Fernão Lopes na *Cronica de D. João I,* primeira parte, cap. XXXI, diz a respeito do condestabre D. Nuno Alvarez Pereira que «em vida delle nom foi algũa cousa escprito».

Na *Chronica do Condestabre* (cap. 76) lê-se a seguinte noticia dos seus netos: «[E o Conde Dom Affonso, filho del'Rei Dom João I] ouve de sua molher [Dona Beatriz, filha do Condestabre] hũa filha que foy Iffante, mulher do Iffante D. Joham; e dous filhos, hũu que chamauam Dom Affonso, que depois foy conde de Ourem e marques

[1] Nasceu em junho da era de 1398 (1360, J. C.). (Fernão Lopes, *Chronica de D. João I,* primeira parte, ed. do Sr. Braamcamp Freire, Lisboa, 1915, cap. 32).

de Valença, e foy muy sisudo e viu muyta terra, que foy em Jerusalem e Cayro e Damasco; e leuou a emperatriz ao emperador dAlemanha por mandado do muy illustre e virtuoso rey D. Affonso quinto, o qual marques foy la muy grandemente; e outro filho, que chamarom Dom Fernando, conde de Rayolos, o qual depois foy duque de Bragança» [1].

A imperatriz mencionada na passagem precedente era a infanta D. Leonor, filha del rei D. Duarte e da rainha D. Leonor, nascida a 18 de setembro de 1436, e que casou com Frederico III, imperador da Alemanha. Os seus desposorios celebraram-se por procuração em Lisboa a 9 de agosto de 1451; a imperatriz embarcou a 20 de outubro, sendo conduzida por D. Affonso, conde de Ourem e marquês de Valença; aportou a Liorne em 1 de fevereiro de 1452, dali passou a Sena, onde a esperava o imperador Frederico III; e em seguida partiram para Roma, onde foram recebidos e abençoados pelo Papa Nicolau V a 16 de março de 1462 [2].

Gomes Eannes de Zurara, na *Chronica da conquista de Guiné* (cap. I), diz: «Sem embargo de se em todollos regnos fazerem geeraaes cronicas dos rex dellas, nom se leixa porem de screver apartadamente os feitos dalgũus seus vassalos, quando o grandor delles he assy notavel, que se com razom deve fazer apartada scriptura; assy como se fez em França do duc Joham senhor de Lançam, e em Castella dos feitos do Cide Ruy Dyaz, e ainda no nosso regno dos do Conde D. Nuno Alvarez Pereira.» A copia da *Chronica da conquista de Guiné,* existente na Bi-

---

[1] Cf. Fernão Lopes, *Chronica del Rei D. João I,* segunda parte, ed. de 1664, cap. 204.

[2] A. Caetano de Sonsa, *Historia genealogica da Casa Real Portuguesa,* tomo II, pág. 853 e segs.

blioteca nacional de Paris, foi escrita na livraria del rei D. Afonso V, e acabada em 28 de fevereiro de 1453; e como a passagem precedente se refere expressamente à *Chronica do Condestabre de Portugal D. Nuno Alvarez Pereira,* conclue-se que esta crónica foi escrita antes de 1453.

Dos testemunhos precedentes resulta que a *Chronica do Condestabre* foi escrita depois da sua morte em 1431, e que na forma em que depois foi impressa estava concluida entre os anos de 1451 e 1453. Deve porêm observar-se que a mesma crónica, conforme foi impressa em 1526, apresenta sinais de ter sido algum tanto modificada, substituindo o modo de escrever de algumas palavras por aquele que era usado quando foi impressa, e talvez mesmo algumas palavras antiquadas por outras mais correntes. É muito provável tambêm que o final do capítulo 76, em que se enumeram os filhos do conde D. Afonso e D. Beatriz, e se mencionam os títulos que aos mesmos filhos foram dados em época posterior à morte do condestabre, tenha sido interpolado, sem dúvida depois de 1451, talvez quando a crónica foi impressa pela primeira vez em 1526.

O nome do autor da *Chronica do Condestabre de Portugal D. Nuno Alvarez Pereira* não é dado nem na mesma crónica, nem consta de documento algum, nem é mencionado por algum dos escritores contemporâneos ou posteriores; mas uma muito natural indução nos leva a supôr quem foi o seu autor.

Oliveira Martins na *Vida de Nun'Alvares Pereira* (Lisboa, 1893, pág. 3, n. 2) exprime-se assim: «Esta chronica é anterior á de Fernão Lopes, que a introduziu no seu texto copiando-a por vezes quasi literalmente... Este livro é coetaneo dos acontecimentos que relata, e o mais vetusto documento da historiographia nacional em lingua portuguesa.»

O Sr. Mendes dos Remédios no prefácio, que precede a sua edição da *Chronica do Condestabre,* é mais explícito; diz assim [1]: «É por isso de crer que algum contemporaneo de D. Nuno Alvarez Pereira, companheiro das suas lides na guerra, testemunha ocular das suas façanhas heroicas, fosse o autor da crónica, na qual não quiz deixar o seu nome, que nada era, em frente do do seu heroe, que era tudo. Assim manuscrita, ... existia contemporanea do seu heroe, ou immediatamente a seguir a elle.»

Depois da morte do condestabre D. Nuno Alvarez Pereira, a sua memória devia ser muito grata a el rei D. João I, cujo trôno tão eficazmente ele ajudára a estabelecer e firmar, e a seus filhos, os inclitos infantes, que veriam nos feitos de cavalaria do Condestabre um exemplo a imitar. É pois de presumir que fosse na côrte do próprio rei, que surgisse a ideia de pôr por escrito os memoráveis feitos do condestabre, como do seu mais fiel e dedicado servidor, já então ligado à família rial pelo casamento de D. Afonso conde de Barcelos, filho natural del rei D. João I, com D. Beatriz, filha única do Condestabre. É possível que fosse o infante D. Duarte, herdeiro do trôno, de cuja grande ilustração e gôsto literário dão sobejas provas as suas obras, principalmente o *Leal Conselheiro*, que logo depois da morte do condestabre, sucedida a 1 de novembro de 1431, encarregasse pessoa idónea de inquirir a verdade dos feitos do condestabre e de os escrever.

A *Chronica do Condestabre* começa muito naturalmente por mencionar os seus ascendentes: seu pai D. Álvaro Gonçalves Pereira, prior da Ordem do Hospital; seu avô D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga; e seu bisavô

---

[1] *Chronica do Condestabre de Portugal D. Nuno Alvarez Pereira.* Coimbra, 1911, pág. xii.

D. Gonçalo Pereira velho fidalgo, e parente do conde de Trastamara. Estas indicações mostram que o autor da crónica era muito conhecedor do cartório do priorado da Ordem do Hospital em Portugal.

Pouco depois que el rei D. Duarte começou de reinar, faleceu em 1433 o mestre da Cavalaria da Ordem de Aviz, D. frey Fernam Rodrigues de Sequeira, e o govêrno da mesma ordem foi dado ao infante D. Fernando. O escrivão da puridade do mesmo infante D. Fernando era Fernão Lopes; pessoa muito aceite do infante, como dá fé o testamento do infante, no qual ele lhe deixa o livro de linguagem, denominado *Ermo espiritual,* que o mesmo Fernão Lopes lhe dera, e um legado de 50.000 reais [1]. Era pois Fernão Lopes pessoa idónea pelo seu saber e pelo seu cargo de escrivão da puridade do Mestre da Ordem de Aviz, para inquirir os feitos do condestabre e de os pôr por escrito. Esta nossa suposíção é confirmada pelos factos, de que em seguida se dá notícia.

Gomes Eannes de Zurara na *Chronica da tomada da cidade de Cepta,* (cap. III) conta que D. Duarte, sendo ainda infante, isto é, antes de 1433, cometeu o encargo de escrever os feitos del rei D. João I a Fernão Lopes, «homem de comunal çiençia e grande autoridade», que tinha sido escriuão da puridade do infante D. Fernando; e que para isso o mesmo Fernão Lopes despendera muito tempo em andar pelos mosteiros e igrejas buscando os cartorios e letreiros para haver sua informação, não sómente no reino, mas ainda no de Castela; e que não podéra chegar com a composição da sua história senão até ao tempo, em que os embaixadores do reino foram a Castela pela

---

[1] Fernão Lopes, *Chronica de D. João I,* ed. do Sr. Braamcamp Freire, pág. lii e liv. *Chronica do Infante D. Fernando,* por João Alvares. Coimbra, 1910, pág. 143 e 147.

primeira vez para firmar as pazes com o infante D. Fernando, depois rei de Aragão, e a rainha D. Catarina, que ao tempo eram tutores del rei de Castela. Esta notícia é plenamente confirmada pela carta del rei D. Duarte, dada em Santarem a 19 de março de 1434, na qual diz: «A quantos esta carta virem fazemos saber que nos teemos dado carrego a Fernam Lopes nosso escriuam de poer em caronica as estorias dos Reys que antigamente em Portugal forom, e esso mesmo os grandes feitos e altos do muy uitorioso e de grandes uertudes elRei meu senhor e padre, cuja alma Deus aja; e por quanto em tal obra elle ha assaz de trabalho e ha mujto de trabalhar, porem querendolhe agallardoar como a nos perteençe, e querendolhe fazer graça e merçe, teemos por bem e mandamos que ell aja de nos de teença em cada hũu ano em todollos dias de ssua vyda, des primeiro dia do mes de janeiro que ora foy da era desta carta em deante pera sseu mantymento quatorze mjll reaes em cada hũu ano, pagados aos quartees do ano, etc.» Esta mercê foi confirmada por D. Afonso V por carta dada em Almada a 3 de junho de 1439. (Chancelaria de D. Afonso V, livro 19, fol. 22, v). Damião de Goes corrobora estas notícias na *Chronica del Rei D. Manuel* (parte IV, cap. 38), em que dá o sumário de outra carta, dada em Lisboa a 11 de Janeiro de 1449, pela qual D. Afonso V fez mercê a Fernão Lopes «pelos grandes trabalhos que elle ha tomado e ainda ha de tomar em fazer a cronica dos reis de Portugal», pondo-lhe 500 reais de mantimento em cada mês em toda a sua vida, pagos na portagem de Lisboa.

Mas se se compara a narração dos feitos do condestabre D. Nuno Alvarez Pereira dada na sua crónica com a de alguns capítulos da primeira e segunda parte da *Chronica de D. João I* por Fernão Lopes, a começar pelos capítulos I a V da *Chronica do Condestabre* com os capítulos 33, 34, 35 e 36 da primeira parte da *Chronica de*

D. João I, sente-se a impressão de que um dêstes documentos serviu para a composição do outro. Esta igualdade não só da narração dos factos, mas até muitas vezes da redacção, pode explicar-se de dois modos: ou que da narração de Fernão Lopes foi extratada sómente a parte que dizia respeito ao condestabre, abreviando-a; ou que Fernão Lopez, que procurou nos cartórios dos mosteiros informações e memórias para compor as crónicas, alcançou cópia da crónica do condestabre, anteriormente escrita, e a aproveitou para a composição da crónica del rei D. João I, transcrevendo muitas passagens verbalmente. Dêste último parecer são a Sr.ª D. Carolina Michaelis de Vascancelos e o Sr. Teófilo Braga na *Historia da litteratura portuguesa* (Gröber, *Grundriss der Romanischen Philologie*, 2 Bd. 2 Abt., Strasburg, 1897, pág. 258), e Oliveira Martins na *Vida de Nun'Alvares Pereira* (Lisboa, 1893, pág. 3, n.º 2), e o Sr. Mendes dos Remédios no prefácio da sua edição da *Chronica do Condestabre* (Coimbra, 1911, pág. xii).

Sem dúvida no século XV a propriedade literária não estava perfeitamente definida no direito, e os historiadores copiavam das obras dos seus predecessores, muitas vezes sem os citar, o que lhes convinha para a sua obra. Mas é tambem certo, que Fernão Lopes, que compoz a crónica del rei D. João I por ordem e sob as vistas del rei D. Duarte e de D. Afonso V, não ousaria transcrever na mesma crónica a do condestabre, completamente e muitas vezes verbalmente sem a citar, se o autor da crónica do condestabre não fosse êle mesmo. Se a crónica do condestabre fosse de outro autor, Fernão Lopes não deixaria de a citar, como citou o *Nibiliario* a respeito dos ascendentes de D. Nuno Alvarez Pereira [1].

[1] Fernão Lopes, *Chronica de D. João I,* primeira parte, cap. 33.

O facto de Fernão Lopes trancrever a crónica do condestabre na crónica del rei D. João I, não deve surpreender ninguem; alguns capítulos da crónica do conde D. Pedro de Menezes são transcritos de outros do fim da crónica da tomada da cidade Cepta; e alguns capítulos do começo da crónica do conde D. Duarte de Menezes são transcritos de outros do fim da crónica do conde D. Pedro de Menezes, como, em relação às duas últimas crónicas, já poz em evidencia Ernesto do Canto [1]. Gomes Eannes de Zurara fez a transcrição de umas crónicas para as outras sem as citar, porque todas eram obras suas.

Os factos precedentemente expostos dão-nos a convicção de que a *Chronica do Condestabre de Portugal D. Nuno Álvarez Pereira* foi escrita antes da *Chronica de D. João I,* por Fernão Lopes, e as considerações atraz feitas produzem uma forte indução a favor da conjectura de que a crónica do condestabre foi composta pelo mesmo Fernão Lopes, quando ainda era escrivão da puridade do infante D. Fernando mestre da Ordem de Aviz, por encargo del rei D. João I ou dos infantes seus filhos para conservar a memória de tão grandes feitos de cavalaria; e que depois, quando el rei D. Duarte o encarregou de escrever as crónicas dos reis de Portugal e a del rei D. João I, transcreveu nesta última a do condestabre, que antes tinha composto, completando-a e retificando-a com as informações que colhera.

Deve observar-se emfim que, sendo mais concisa a redacção da *Chronica do Condestabre* do que a del rei

---

[1] Ernesto do Canto, *Breves reflexões sobre as Chronicas do Conde D. Pedro de Menezes e de seu filho D. Duarte de Menezes, capitão de Ceuta, por Gomes Eanes d'Azurara,* no *Boletim de bibliographia portuguesa,* Coimbra, 1879, pág. 49-51.

D. João I, aquela deve ser anterior a esta; e a linguagem e o estilo das passagens da *Chronica do condestabre* transcritas verbalmente na *Chronica de D. João I*, não diferem da linguagem e do estilo de Fernão Lopes, antes nos parecem tão conformes em ambas as crónicas, como se fossem de um mesmo autor.

Lisboa, 2 de Março de 1915.

OBJECTOS PALEOLITICOS
DO CASAL DO MONTE

Oferecidos ao Museu da Academia das Sciências de Lisboa [1]

O conhecimento da vida do homem paleolítico português é ainda tão incompleto, que convem que os indivíduos que entre nós se dedicam a estudos arqueologicos concorram, quando puderem, para a esclarecer. Por não existirem no Museu da Academia das Sciências de Lisboa documentos da idade da pedra lascada, ao passo que existem alguns de outras idades lusitanicas, da da pedra polida, da do bronze, da do ferro, da romana [2], pedi ao meu amigo Joaquim Fontes, estudante laureado da Faculdade de Medicina de Lisboa, o qual possue abundante colecção paleolítica, dois ou três objectos d'essa idade, que viessem preencher a lacuna do nosso Museu. O Sr. Fontes foi alem do meu pedido, porque, em vez de dois ou três, entregou-me dezasseis objectos de quartzite e sílex, que passo a enumerar: um nucleo, duas como balas de funda, quatro

---

[1] Notícia lida em sessão da assembleia geral de 4 de Março de 1915. Cf. *Diario de Noticias* de 5 do mesmo mês e ano.

[2] Da idade da pedra polida ha um machado; da do bronze ha um machado canelado, de duas argolas, e um de alvado, tambem de duas argolas (mas uma está quebrada); da do ferro ha dois quadrupedes no gôsto do que publiquei n*O Arch. Port.*, I, 296; da romana ha uma árula, lucernas de barro, etc.

pontas, um furador, duas raspadeiras, três raspadores de bôrdo arqueado, dois «coups-de-poing», ou faztudos, e o esbôço de outro. E entregou-me mais: uma lâmina, que póde ser instrumento ou lasca natural, e outro objecto, que é duvidosamente raspador côncavo. Todos êstes instrumentos provêm do Casal do Monte, outeiro que se ergue perto da Póvoa de S. Adrião, onde o Sr. Fontes descobriu em 1909 uma importante estação paleolítica, acêrca da qual conta publicar em breve uma monografia desenvolvida, para juntar a outras mais sumárias em que já deu conta de vários dos seus achados, e de que tambem ofereço exemplares à Academia, em nome do autor [1].

Esta estação é ao ar livre, isto é, os objectos encontram-se à superfície do terreno, deixados pelos homens que nos alvores da Prehistoria ali habitaram em cabanas humildes [2], e ali utilizaram, mais ou menos sedentariamente,

---

[1] O Sr. Joaquim Fontes tem publicado até o presente os seguintes opusculos sôbre Arqueologia:

Estação paleolitica do Casal do Monte, Lisboa, 1910;

Industrias paleoliticas do Casal do Monte, Lisboa, 1910;

Estação paleolitica do Casal da Serra, Porto, 1912;

Sur quelques types inédits de coups-de-poing du Portugal, Genebra, 1912;

Trois coups-de-poing aucheuléens du Portugal, Le Mans, 1912;

Contribution à l'étude de la période paléolithique en Portugal, Le Mans, 1912;

Subsidios para o estudo do paleolitico português, Lisboa, 1912;

Note sur le moustérien au Portugal, Le Mans, 1913.

[2] A existência de cabanas induz-se de ser descoberto o terreno. Os homens haviam pois de abrigar-se em alguma parte. — Certos desenhos que se mostram em paredes de cavernas paleolíticas francesas julgam os arqueologos que representarão grosseiramente cabanas: vid. Hoernes, «*Les plus anciennes formes de l'habitation humaine*», in *Scientia,* 1911, pág. 97 e segs. Incidentemente notarei que em Pertugal ainda não se descobriram pinturas em grutas prehistoricas; mas é provavel que um dia venham a descobrir-se.

as rochas (sílex, quartzite, etc.) desagregadas dos conglomerados oligocenicos que se depositaram ao de cima do basalto da região.

Quando os objectos arqueológicos se encontram assim à superfície, e não em estratos ou camadas, como por exemplo póde acontecer em grutas, torna-se às vezes difícil não só classificá-los cronologicamente (cronologia relativa), mas até qualificá-los, isto é, saber se são objectos artificiais ou objectos naturais. Pelo que toca á primeira dificuldade, só pela comparação com outros aparecidos em condições definidas a resolveremos. Ainda que, tomando em conta os espólios das estações típicas de França, da epoca paleolítica, vemos, como por vezes o Sr. Fontes tem com razão notado nos seus escritos, que os objectos do Casal do Monte se assemelham a objectos de Chelles, Saint-Acheul e Moustier, não ha dúvida que existem tambem dessemelhanças entre os nossos e os de lá, e mais valerá pois por ora dizer simplesmente «objectos paleoliticos do Casal do Monte», até que apareça alguma estação estratificada em que jazam objectos iguais, que permitam classificál-os melhor. A dificuldade da qualificação resulta principalmente de andarem as pedras muito roladas, ou pelas ágoas das chuvas, ou pelas enxadas dos trabalhadores: o que num hipotético instrumento se afigura retoque propositado sería devido a embate casual em pedras do chão. Um critério que, quanto a mim, ajudará a resolver a dificuldade consiste em observar se com as arestas que se supoem retocadas coexistem outras intactas: se as arestas da primeira espécie correspondem a afeiçoamento do objecto como instrumento, e as da segunda não correspondem, adquirimos grande probabilidade de que o objecto é efectivamente instrumento. Em todo o caso a Etnografia e a Arqueologia comparativas constituem sempre a melhor bússula de quem sulca os mares tenebrosos da Prehistoria.

Um dos caracteres que nos impressionam ao primeiro exame dos objectos do Casal do Monte é a pequenez da maior parte d'eles. O encontrar-se caracter análogo nos objectos moustierenses da estação de Bonhomme (Dordonha) fez dizer a quem os estudou no vol. XXIV de *L'Anthropologie* que pareciam instrumentos «*lilliputiens*» e brinquedos infantís (p. 636); pelo que nos respeita, como a matéria prima dos instrumentos do Casal do Monte não se extraía de pedreiras, e pelo contrário os artifices aproveitavam a que por acaso aparecia, os instrumentos tem freqùentemente o tamanho que a Natureza deu às pedras de que eles são feitos. Em museus estranjeiros tenho visto objectos tão pequenos como os do Casal do Monte: ainda em 1913 vi alguns, e de fórma bem semelhante, na colecção particular do Sr. Commont, em Amiens (tipo de Chelles). Por toda a parte ha condições uniformes ou parecidas. Sem embargo, a estação do Casal do Monte tambem de vez em quando produz objectos tão grandes como os de fóra, e encontram-se nela pedras volumosas que não foram utilisadas; por outro lado muitos dos instrumentos extrairam-se de «núcleos».

Abundam no Casal do Monte objectos do tipo que os arqueologos costumam chamar «pontas», e d'eles temos quatro aqui presentes. Para que serviriam tais objectos? A mim não me repugna admitir que eles, encabados e fixos nos cabos com rezina, servissem de pontas de azagaias, como armas de caça e de guerra.

A barbárie dos primitivos habitadores do Casal do Monte, tal como ela se depreende dos artefactos, era muito grande. Que mais modesto do que *coups-de-poing* ou faztudos, terminados em bico quasi informe, e com cabo sem aparelho? Estamos longe, não direi já das cuidadas e bem retocadas lanças de sílex das grutas de Torres Novas, e dos machados de fibrolite, tão polidos, do Cadaval, mas até dos instrumentos lascados da serra de Monsanto, — lâminas,

raspadores, *coups-de-poing,* pontas, — recolhidos no Museu Etnologico por funcionarios do mesmo, e tambem por pessoas estranhas a ele [1]. Para a diferença que se nota entre a Arqueologia de Monsanto e a do Casal do Monte (e quando falo no Casal do Monte, falo nas congéneres estações dos arredores de Lisboa), — uma com instrumentos amplos, outra com instrumentos acanhados —, concorre certamente a diferença das rochas, que são mais belas e mais faceis de trabalhar em Monsanto, e podiam servir para instrumentos maiores: independentemente porém d'esta diferença, a *facies* de Monsanto é mais moderna, como que anuncia os começos do período neolítico. Embora o Casal do Monte não distasse muito de Monsanto, os habitadores d'aquele não chegaram a conhecer as riquezas de sílex que este encerrava; tais riquezas só tarde se utilizaram! O que afirmo, aceitar-se-ha melhor reparando em que as estações paleolíticas congéneres da do Casal do Monte ficam mesmo nas abas de Monsanto, ou a seguir; se os habitantes d'elas houvessem descoberto a excelente rocha de Monsanto, porque é que não a aproveitariam? Num quadro cronologico da civilização prehistórica de Portugal deveremos por tanto inscrever primeiro o Casal do Monte e estações congéneres, e depois Monsanto [1]. Contemporâneo dos mais arcaicos instrumentos do Casal do Monte será talvez o *coup-de-poing* da Furninha, que está no Museu da Direcção Geológica.

Os dezasseis ou dezoito objectos oferecidos pelo Sr. Fontes ao Museu da nossa Academia dão ideia geral das condições

---

[1] Na Serra de Monsanto reconhecem-se dois estabelecimentos da idade da pedra: um mais arcaico (é a ele que me refiro no texto); outro menos, com objectos claramente neolíticos (eu proprio achei lá um machado de pedra polida),

[1] Após Monsanto (não direi com que intervalo) inscrever-se-hão os *kiökkenmöddinger* do vale do Tejo.

da existência de uma das tribus que estanciaram pelas proximidades de Lisboa nas primeiras fases do período paleolítico: existência tão penosa, que era de pedra que se fabricavam os mais necessários instrumentos de trabalho e de luta.

Campolide, 4-III-915

J. Leite de Vasconcellos.

A RESTAURAÇÃO DE 1640
NO ORIENTE

Sacudido o jugo espanhol por efeito da mais admirável e da menos sangrenta das revoluções, tanto mais notável quanto é certo que uma longa dominação de 60 anos poderia ter tirado aos portugueses todas as veleidades de independência e que a Espanha era, ainda então, uma das mais poderosas nações do mundo; — e colocado no trono da gloriosa dinastia de Avís o duque de Bragança, depois D. João IV; natural era que, apenas sentisse firmar-se a sua situação, o novo rei procurasse transmitir ao seu ainda vasto império colonial a grande nova, que os velhos portugueses com viva alegria receberiam.

Era a Índia, posto que já decadente, por assim dizer, o centro das empresas coloniais portuguesas. Para a Índia foi, porisso, enviada oficialmente e sem demora a boa nova da restauração efectuada em 1 de dezembro de 1640, por meio de duas cartas dirigidas por D. João IV ao Vice-Rei Conde de Aveiras e à Relação de Gôa.

Não existe nos arquivos públicos a carta dirigida ao Vice-Rei; mas conserva-se a destinada à Relação e que era do teor seguinte:

«Chanceller e desembargadores da Relação de Gôa. Eu Elrey vos envio muito saudar. Ao Conde de Aveiras, Visorey desse Estado mando avisar de como Deos Nosso Snor foi servido de me *restituir* a coroa destes *meus* reinos, libertando-os das vexações e tiranias do governo castelhano com que estavão molestados e oprimidos,

o que forão *(sic)* a principal causa de chegar esse Estado ao aperto em que se vê de presente, ordenando-lhe que nelle me faça logo aclamar, jurar e obedecer por Rey natural e verdadeiro que sou, com a mesma quietação e conformidade que nestes reinos se tem feito, no que tenho por certo que concorrereis de vossa parte com as demonstrações de amor e boa vontade que de vossas pessoas e lealdades devo esperar, sem admitir duvida, nem dillação alguma, assegurando-vos que os serviços que nesta ocasião me fizerdes e os mais que tendes feitos me serão presentes para folgar de vos fazer toda a honra, mercê e favor. Com este aviso e ordem mando despachar Sancho de Faria da Silva, fidalgo da minha casa; e se fica tratando de soccorrer esse Estado em Setembro, como se fará tãobem nas monções seguintes, para que se alente e restaure dos danos e perdas, que por razão do injusto jugo castelhano, recebeu das nações da Europa, com as quaes e com seus principes tenho mandado tratar de amisade e composição, e se condusirá brevissimamente em tal forma que por meio della sejão os vassallos e moradores desse Estado restituidos á paz e felicidade de que em tempos dos Senhores Reis meus predecessores sohião gosar. Escrita em Lisbôa a 18 de março de 1641. *Rey.* Para o chanceller e desembargadores de Gôa. — 2.ª via.»

Nos últimos dias de março saíram com estes despachos, em direitura a Gôa, dois navios comandados por Manuel de Liz e Bartolomeu Gonçalves, embarcando no dêste o referido Sancho de Faria da Silva, que levava as primeiras vias das régias cartas.

Nas alturas de Cabo-Verde, porêm, o navio de Manuel de Líz, que era mais veleiro e no qual iam as segundas vias das mesmas cartas, adeantou-se ao outro; e teve ventos tão propícios, que em 2 de agosto lançou ferro em Moçambique, e logo em seguida prosseguiu a sua derrota para a Índia. Como, porêm, tivesse notícias de corsários holandeses, já próximo da costa do Malabar, preferiu Manuel de Liz acolher-se ao pôrto de Onor *(Hanawar)*, donde expediu para Gôa seu filho André de Liz, criança de 9 anos, com as cartas régias, indo a acompanhá-lo Francisco da Silva Sottomayor, um dos passageiros dêsse navio.

Seguiram os dois emissários ao seu destino num símples

barco de pesca, chegando rapidamente à barra do Mandovy; e, mal puzéra os pés em terra, Francisco da Silva Sottomayor, no meio de geral pasmo, bradou: — «Real, real, pelo mui alto e poderoso rei D. João IV!...».

Pode calcular-se a alegria que tão inesperada nova causaria nos peitos dos verdadeiros patriotas portugueses, mórmente dos octogenários, que ainda recordavam os tempos anteriores à dominação espanhola.

O Vice-Rei Conde de Aveiras convocou imediatamente o Conselho de Estado e todos os fidalgos, e, no meio do mais intenso júbilo, se formulou o programa das festas de aclamação e das demonstrações do público regosijo. Da forma como essa aclamação se realizou nos dá clara ideia, em parte, o seguinte:

«Auto do levantamento da Majestade delrey Dom João, quarto dêste nome, nosso Sn.r. e do juramento de fidelidade que lhe foi feito pelos tres Estados da India em Goa.»

Anno do Nascimento de Nosso Sn.or Jesus Christo de 1641, aos onze dias do mês de setembro, que foi quarta feira, atraz da Sé da cidade de Gôa, cabeça do Estado da India, se fez o auto do levantamento e juramento d'Elrey Dom João, quarto dêste nome, nosso sn.or, e foi feito o dito Auto pelos tres Estados, Eclesiastico, dos Pouvos *(sic)* e da Nobreza, que se achárão presentes pela maneira e ordem seguinte:

Estava a Igreja da Sé armada de panos de sedas, e no côro que está na Capella mór feito um teatro a que se subia por sinco degraus todo alcatifado, e no cabo delle hum estrado de altura de um degrao alcatifado tambem, e com uma cadeira de veludo carmesim franjada de ouro debaixo de hum docel do mesmo com as costas para o altar-mór, o qual ficava todo cuberto assim com o docel, como com a demais armação, e sendo das tres para as quatro horas da tarde, sahio o Ex.mo Sn.or João da Silva Tello, Conde de Aveiras V. Rey da India da Fortaleza da cidade de Gôa, que he aposento dos V. Reys, p.a a Sé, e diante de todos os que o acompanhavão hia o Tanador-mór desta Ilha com a gente da terra, com suas armas, e tangeres a seu modo, e logo a guarda do dito V. Rey e Capitão della, Ouvidores do crime e do civel, e Ouvidor da cidade com suas

varas, e detrás de S. Ex.ª, os Fidalgos, desembargadores e mais ministros de S. Mag.de, e cidadoens que a cavallo o forão acompanhando, e á porta da Sé da banda de fóra o estavão esperando os Vereadores, Procurador da Cidade, Juizes e Procuradores dos misteres, todos ricamente vestidos.

Na porta da Sé, da banda de dentro, estava o R.mo Arcebispo Primás, e o Cabido della com a cruz levantada e entrando o dito Sn.or Conde V. Rey, lhe deitou o Arcebispo agua benta, e em procissão, sem cantarem cousa alguma, o forão acompanhando á Capella do Santissimo Sacramento, onde estava um cuxim de veludo em sima de uma alcatifa em que se poz de joêlhos e fez oração, e acabada subio ao estrado e se assentou na cadeira que nêlle estava; e o R.mo Arcebispo Primás se ficou na capella do Santissimo Sacramento, havendo o Cabido, Prelados das Religioens, e mais pessoas eclesiasticas acompanhado S. Ex.ª até os degraos do teatro, se ficarão abaixo delle, á mão direita, representando o Estado Eclesiastico, e á mão esquerda ficarão os Fidalgos, Desembargadores e mais ministros de S. Mag.de, que representavão o Estado da Nobreza, e no meyo estava a Cidade na fórma assima nomeada, representando o Estado dos Pouvos *(sic)*; e todos estavam nos ditos lugares sem terem entre si precedencia alguma, discubertos e em pé.

Tanto que o Snor. Conde V. Rey esteve assentado, o Capitão da cidade Antonio Moniz Barreto, com a bandeira real, (a qual levou diante de S. Ex.ª, a cavallo, da Fortaleza para a Sé enrolada) subio da mesma maneira com ella até o derradeiro degrao do teatro, e nelle se pôz da banda direita discuberto e em pé tendo a bandeira enrolada como a levou.

Subiu da mesma maneira ao teatro o D.or Luis Mergulhão Borges, Chanceler do Estado, e ficando no derradeiro degrao da banda esquerda defronte do dito capitão, e fazendo sua cortezia com o barrete na mão fez a falla seguinte:

«— Ordenou a Divina Providencia que nos Reinos e Senhorios de Portugal se levantasse em comua conformidade dos tres Estados delle em quinze de Dezembro do anno passado a Mag.de d'El-Rey D. João quarto deste nome, nosso Snor, Duque que havia sido de Bragança, por lhe de direito pertencerem os ditos Reinos e Senhorios, como a bisneto por via masculina d'El-Rey Dom Manoel de gloriosa memoria, e nas Cortes que em Lisbôa se celebrarão em 28 de janeiro dêste anno foi o dito Snor Rey de comum consentimento dos tres Estados do dito Reino novamente jurado e aclamado por Rey delle; com o que nos podemos haver por seguros que sem in-

terposição de juramento nos governará com justiça e guardará nossos fóros e liberdades, e bons costumes, como por sua carta e provisão real mandou declarar ao Ex.mo Snor. Conde de Aveiras, seu V. Rei da India, que presente está, o qual em seu nome, e polos poderes que para isso tem, promete guardar nossas leis, uzos e costumes, e os privilegios, graças, liberdades, franqueza e mercês concedidas pelo Snor. Rey de Portugal, de quem ligitimamente descende o dito Snor. Rey, que foram concedidas, outorgadas, e estabelecidas a todo o Reyno de Portugal em geral e em especial a este Estado da India, ao qual S. Mag.de, que Deos G.de, se acha mais obrigado por lhe serem presentes, e em viva lembrança os muitos serviços que seus moradores, e principalmente os desta cidade fizerão aos senhores Reys de quem descende, pelos quaes, e pelos que espera que ao diante lhe façamos nos promete novas mercês, e que terá particular conta com nos deffender dos nossos inimigos; promessa de cujo effeito, e cumprimento tem S. Mag.de dado evidente sinal com os avisos que nos ora mandou, e com esta obrigação nos podemos prometer mediante o favor Divino a restauração dos apertos e miserias de que nos viamos cercados.

«E posto que seja mui proprio e natural dos Portugueses terem muito amor, muita obediencia e muita fidelidade a seus Principes, virtude em que esta nossa nação se abalisou sempre entre todas as do mundo; he comtudo S. Mag.de servido que desta obediencia e fidelidade lhe façamos juramento, e dêmos omenagem nas maons de S. Ex.a, e que elle faça o mesmo em primeiro lugar, guardando nisso a forma e costume até agora observado, o que devemos fazer com alegres animos e muita certeza, que assim como não podemos faltar no cumprimento de tão precisa obrigação, assim tambem não nos faltarão por isso muitas e mui grandes mercês de S. Mag.de, que por largos e felices annos viva, viva para si, viva para nós, viva para toda a Republica Christam, sempre felix, triumphante, augusto e invicto.»

E acabada a dita fala, e fazendo sua cortezia se tornou a descer e pôr no lugar em que estavão os Desembargadores, com os Fidalgos e Ministros.

Tanto que o Chanceller desceo, subio logo Francisco Mendes, Cavaleiro Fidalgo da Casa de S. Maj.de com hum bofete pequeno cuberto com uma alcatifa de ouro, e com huma almofada de tella em sima, e o pôz no estrado defronte do dito Snor., Conde V. Rey, distancia de quatro palmos, e após elle subio o P.e Chantre com hum missal aberto no *te igitur*, e sobre o missal huma cruz com o crucifixo, e feito isto se tornarão a descer ambos.

Subio logo o Reverendissimo Arcebispo Primás, e como esteve em sima do teatro se levantou S. Ex.ª, e dando a gorra ao seu camareiro, se pôz de joelhos junto ao missal, e defronte delle se pôz o Arcebispo, junto ao mesmo missal, e pondo S. Ex.ª as maons nelle e na cruz fez o juramento seguinte, que eu, André Salema, secretario de Estado lhe fui lendo». Eu João da Silva Tello de Menezes, Conde de Aveiras, do Conselho de Estado d'El-rei nosso Sn.ºr, V. Rey e Capitam General da India, recebo por meu verdadeiro e natural Rey ao muito alto e muito poderoso Rey Dom João 4.º deste nome, nosso Sn.ºr, e juro aos Santos Evang.ºs em que tenho postas as maons, de o ter e conhecer por meu verdadeiro Rey e Sn.ºr, e de obedecer e cumprir inteiramente seus mandados, e guardar e deffender as fortalezas que me forão entregues, e cumprir a omenajem e juramento que por ellas tenho feito, e juro outrosi a estes Santos Evang.ºs em nome do dito Sn.ºr Rey Dom João 4.º, que elle guardará todos os privilegios, graças e liberdades concedidas pelos Reys seus predecessores a este Estado.»

Acabado o juramento se levantou o Snor Conde V. Rey, e para o R.mo Arcebispo Primás jurar logo após S. Ex.ª, chegou o dito P.e Chantre e virou para elle o livro, e posto o dito R.mo Arcebispo de joelhos e com as maons sobre o Livro e cruz, fez o juramento seguinte, que eu o Secretario lhe ly:

«Ex.mo Sr. — Eu D. Frei Francisco dos Martires, do Conselho de S. Mag.de, Arcebispo de Gôa e Primás da India, em meu nome e do Cabido desta Sé e de todos os mais Bispos e Cabidos da India e pessôas eclesiasticas da India deste Estado, juro a estes Santos Evang.ºs em que tenho postas as maons, que eu recebo por nosso natural e verdadeiro Rey e Snor ao muito alto e muito poderoso Rey Dom João 4.º deste nome, nosso Snor.

E acabado este juramento se levantou o dito Arcebispo Primás, e feita sua cortezia se tornou a recolher, e S. Ex.ª se assentou na cadeira como dantes estava.

Feito isto, se chegou o bofete, missal e cruz para a banda do Estrado onde as mais pessoas havião de ir jurar, e foi o primeiro o dito Capitão da cidade, o qual, entregando a bandeira que tinha na mão ao Thezoureiro de S. Mag.de, que ficou com ella hum degrao mais abaixo, e chegando-se ao missal, posto de joelhos, com as maons sobre elle fez o juramento seguinte, que o Secretario de Estado lhe leo.

«Ex.mo Snor: — Eu Antonio Moniz Barreto, capitão desta cidade de Gôa, juro a estes Santos Evang.ºs em que tenho postas as minhas maons, que recebo por meu verdadeiro e natural Rey e Snor ao

muito alto e muito poderoso Rey Dom João o 4.º deste nome, nosso Snor, e o mesmo juro por todos os Capitaens, auzentes, das fortalezas deste Estado, até elles por seus procuradores mandarem ratificar o dito juramento.» E em acabando de o fazer tornou a tomar a bandeira ficando com ella no mesmo lugar em que estava antes de hir jurar.

E posto que immediatamente houverão logo de jurar os Fidalgos, comtudo, por os Vereadores e mais officiaes da cidade terem a isso duvida, houve S. Ex.ª por bem, por se não dilatar mais este tão devido acto, que por esta vez jurasse primeiro a Cidade, pelo que, tanto que acabou de jurar o capitão, subirão os ditos Vereadores e mais oficiaes da Camara com suas varas, e feita sua cortezia se forão chegando ao missal, e postos de joelhos os tres vereadores que ao presente são Bernardim da Silva de Menezes, Marçal de Macedo de Sá, e Jorge Freire, e pondo todos tres as maons sobre o missal, fizerão o juramento seguinte, que o Secretario do Estado lhes leo:

«Ex.mo Snor: Nós, Vereadores, Procurador da Cidade, Juiz e procuradores dos mistéres desta mui nobre e sempre leal Cidade de Gôa, juramos a estes Santos Evang.os em que pomos as nossas maons em nome da dita Cidade, Cabeça deste Estado da India, que nós recebemos por nosso verdadeiro e natural Rey e Snor ao muito alto e muito poderoso Rey Dom João o 4.º deste nome, nosso Snr. e o mesmo juramento fazemos em nome das outras cidades da India até ellas mandarem ratificar este juramento por seus procuradores»; e levantando-se elles, chegarão os mais oficiaes da Camara e pondo tambem as maons sobre o missal disserão «e nós assim o juramos».

Acabado o dito juramento se desceo a Cidade e tornou ao seu lugar, e subirão os Fidalgos e Ministros a jurar, e o fizerão na forma e pela ordem seguinte: Luiz da Silva Tello, filho do Conde V. Rey, Dom Manoel Pereira, João de Moura, Francisco de Mello e Castro, todos do Conselho deste governo, Manuel Mascarenhas Homem, Julio Moniz da Silva e outros muitos fidalgos, e o D.or Lopo de Lagares Passanha, Desembargador da Rellação; e não se acharão mais Desembargadores Seculares pelos não haver, e André Salema, que, ainda que neste acto fez o officio de secretario, jurou tambem como Vedor da fazenda geral deste Estado.

Tendo todos jurado, o Capitão da Cidade desenrolou a bandeira, e disse em voz alta tres vêses, «Real, Real, Real, pelo muito alto e muito poderoso Rey Dom João o 4.º deste nome, nosso snor em Portugal», e no mesmo ponto em que se começou a dizer se levantou o snor Conde V. Rey com a gorra na mão e esteve discuberto e em pé emquanto esta fala do Capitão durou; e o Pouvo *(sic)* respondeo

«Real, Real, Real», e se tangerão os instrumentos, e foi logo após isto o Capitão descendo os degraos do teatro com a bandeira diante de S. Ex.ª, a quem o R.mo Arcebispo Primás e Cabido com suas capas e massas, e cruz levantada, em procissão vierão ali receber, e o levarão com a dita procissão cantando *Te Deum laudamus*, pelo meyo da Igreja, e voltarão pela outra nave á Capella do Santissimo Sacramento, e defronte do altar onde estava hum cuxim, sobre huma alcatifa, se pôs S. Ex.ª de joelhos, e o R.mo Arcebispo Primás disse a oração *pro rege* e deitou a benção.

Acabada a oração e benção, se foi o Snor Conde V. Rey pôr a cavallo, e pela ordem e com o mesmo acompanhamento com que tinha vindo da fortaleza á Sé e voltou dali levando o Capitão da Cidade diante a cavallo com a bandeira pela rua de Nuno da Cunha até á Misericordia, onde o dito Capitão, tirando a gorra, disse em voz alta outras tres vêses, «Real, Real, Real pelo muito alto e muito poderoso Rey Dom João o 4.º deste nome, nosso Snor, em Portugal» ; ¿e estando S. Ex.ª e todos os que o seguião com as gorras na mão, e o *pouvo* respondeo «Real, Real, Real» e tangêrão as charamelas e mais instrumentos.

«Dali fez S. Ex.ª o caminho pela rua direita, e no meyo della, tirando o Capitão e S. Ex.ª com todos os mais as gorras, disse o Capitão «Real, Real, Real», com tudo o mais que tinha dito na Sé, e á porta da Misericordia, e o pouvo *(sic)* respondeo da mesma maneira, e o mesmo se fez no terreiro, e acabado isso entrou S. Ex.ª até o pateo da Fortaleza onde o Capitão entregou a bandeira ao Thesoureiro, que a foi arvorar em hũa varanda da mesma fortaleza, que fica por detrás da Capella para a parte que caye sobre a porta do Armazem, e S. Ex.ª tornou logo a sahir ao terreiro a correr as carreiras, e acabadas ellas e as mais festas que houve se recolheo, e a bandeira ficou tres dias no lugar em que o Thesoureiro a pôs. Ao que tudo eu, André Sallema, que faço o officio de Secretario de Estado, me achei presente, e fis disto este assento por mandado de S. Ex.ª que nelle assinou com os mais que se acharão presentes, etc.»

Poucos dias depois chegou o navio de Bartolomeu Gonçalves que, menos feliz, não teve a fortuna de presenciar as extraordinárias festas da aclamação. No mês seguinte, novamente se fizeram de vela os dois navios. E tanta foi a satisfação que D. João IV teve da forma por que fôra aclamado no Oriente, que, em cartas régias de 6 de de-

zembro de 1642, em termos expressivos o agradeceu ao Vice-Rei, à Relação e ao Senado municipal de Goa, prometendo-lhes, em recompensa, «todo o favor que houvesse lugar em suas pretenções».

Dr. Luiz da Cunha Gonçalves
SÓCIO CORRESPONDENTE.

SUBSÍDIOS
PARA UMA EDIÇAO COMENTADA
DAS CARTAS DE ANTONIO VIEIRA

No reinado de D. João IV, ao terminar o ano de 1645, nada auspiciosa parecia a situação da monarquia restaurada. O que se via era a fronteira ameaçada de um inimigo superior em fôrças, e do qual só a custo nos defendiamos; as diligências por auxílio extranho baldadas; as negociações de Munster, sôbre a paz, que pretendiamos, e a liberdade do infante D. Duarte, a arrastarem-se sem exito. Das nações que nos podiam de modo eficaz prestar o seu concurso diplomático, a Inglaterra, absorvida em contendas domésticas, indiferente à nossa sorte; Suécia cautelosa, a esquivar-se; Roma, que recusava os nossos enviados, quási hostil. A Europa era a nossos olhos um deserto vasto, em que só um amigo descortinávamos: a França e êsse caviloso e incerto. O império colonial, tão extenso ainda hontem, esboroava-se-nos, retalhado às mãos dos holandeses, que, de posse da parte do Brazil, nos haviam tomado Angola e S. Tomé, impediam na Índia o nosso comércio e começavam a expulsar-nos do Ceilão. O erário estava exausto; faltavam soldados, armas, cavalaria, e, particularidade hilariante e trágica, em Holanda tinhamos de buscar navios, petrechos e munições com que a iamos combater. Tão desanimado se achava o rei, que nestes termos mandava escrever ao conde da Vidigueira, embaixador em Paris: «Confesso-vos que vejo o reino tão

cansado, tão gastados os vassalos, tão destruidas as fazendas, umas porque ficam nas fronteiras, outras porque com as levas que continuadamente se estão fazendo, nem há tempo, nem há homens que acudam a essa cultura... mandei fazer diligência para me virem cavalos de fóra, e é a despesa, que me dizem fará, insuportável para o estado em que se acha o reino; receio que sôbre a inimizade de Castela se nos declare a de Holanda» [1].

Para se restaurar o Brazil entabolava o governador geral António Teles da Siva diligências, de que proveio levantarem-se em agosto de 1645 os portugueses de Pernambuco contra o dominador estrangeiro. O Maranhão revoltara-se com êxito, expulsando-o em 1653. Esperava-se igual resultado em Pernambuco, mas nem êle foi imediato, como os patriotas em armas presumiam, nem as circunstâncias da política geral permitiam ao govêrno arcar com as responsabilidades da luta declarada com a Holanda. Previa-se para breve a paz entre a Hespanha e a república, e, livre cada uma das nações de um poderoso contendor, as fôrças de ambas cairiam sôbre Portugal exausto. D. João IV revogou a resolução, e, aterrado, só no amparo da França enxergou meio de se defender de Castela e compôr as divergências com a Holanda. Para isso a só condição eficaz lhe pareceu o *emparentar* naquele país, consoante ao dizer da carta citada acima. Voltava à teia o projecto de consórcio do príncipe D. Teodósio, herdeiro da corôa, com M.^lle^ de Montpensier, filha única do duque de Orléans, já encomendado antes a Luís Pereira de Castro em 1643, e ultimamente, em Agosto, ao conde da Vidigueira. Por êle mostravam interêsse os franceses residentes em Lisboa, o consul, muito adicto de D. João IV, e o próprio embaixador de França, Rouillac.

---

[1] Original no Cod. 1:762 da Bibl. Nac. de Lisboa, fls. 707. A sintaxe incorrecta é do próprio documento.

Se bem que acolhida com reserva a proposta, quando feita a Mazarini, porventura o duque de Orléans não a teria por de todo desapreciável. Verdade ou não, dizia-se o marquês de Rouillac, incumbido de lhe dar notícias da pessoa do príncipe, carácter, inteligência, disposições físicas, e mais ainda provavelmente das possibilidades de ordem monetária e política que o oferecido consórcio poderia conter.

Pelo verão de 1646 o Consul Saint Pé descobriu-se ao secretário de Estado Pedro Vieira da Silva, e Rouillac ao conselheiro de estado e ministro D. Lourenço de Lima, visconde de Vila Nova da Cerveira. Á reserva que houvera em França respondeu igual reserva da côrte portuguesa; dissimulou-se o propósito afagado, e invocou-se a idade do príncipe para não dar entrada a negociações destituidas de carácter decisivo; mas ao mesmo passo ordenou-se ao Conde de Vidigueira que as promovesse em Paris [1]. É crivel tenha relação com a tentativa o confe-

---

[1] Se bem que alheio ao objecto principal dêste estudo, não carece de interesse o documento seguinte, que trata do assunto, e aqui se transcreve:

Copia da Carta de Pedro Vieira da Silva,
escripta por mandado de S. M. a 24 de Agosto de 645.

João de Saint Pé, consul da Nação francesa, pessoa de quem o Marquês de Rouillac faz a maior confiança, me veio dizer em segredo, pedindo-o particularmente para com o dito Marquês, que elle dissera por algumas vezes desejava ver casado o Principe Nosso Senhor com a duqueza de Montpensier, sua parenta, filha unica do duque de Orléans, e que posto que nas idades haja alguma desigualdade, era o Principe Nosso Senhor robusto, e mostrava que brevemente poderia casar. Respondi-lhe, como alheio da materia, que para poder fazer d'ella caso para a referir a S. M., convinha saber se o marquês tinha commissão para falar nesta materia, ou se fa-

rir então perpetuamente o ducado de Bragança, título, jurisdições e propriedades, aos herdeiros da corôa, começando

---

lava nela de si e por conversação; que se o embaixador lhe tornasse a falar nisto o procurasse entender d'elle e me avisasse. Passados doze dias do, em que isto me disse, me tornou a falar o consul e me disse que, perguntando o referido ao embaixador, elle respondera que nenhuma commissão tinha para este negocio, e que falava só nelle por lhe parecer util para ambas as corôas, e que por esta razão entendia que, se se tratasse, se poderia effeituar, e elle marquês se offerecia a fazer de sua parte todas as diligencias, e que só o duque de Orléans lhe encommendara, quando viera para este reino, o avisasse da idade, saude, inclinações e partes do principe Nosso Senhor. A esta resposta lhe disse eu que, supposta ella, não me atrevia a falar a S. M. na materia, emquanto o marquês não falasse nella, como embaixador ou da parte do duque. Tornou o consul a buscar-me, e pedio-me da parte do embaixador hora e logar, para falarmos em segredo sobre uma materia de importancia, que eu entendi era esta, e, sem esperar assignação do dia, se foi buscar o Visconde, e lhe falou na materia pelo mesmo termo porque o consul me havia falado; e dando-me o visconde conta do que se passara com o embaixador, lhe respondi que, em quanto o embaixador se não declarasse mais, me não atrevia a falar a S. M., na materia. Tinha eu porem referido tudo a S. M., e S. M. me tinha ordenado o concurso a V. S., para que, conforme a isso, pudesse V. S. esforçar as diligencias, que S. M. ordenou a V. S. fizesse sobre este particular, tendo por certo as saberia V. S. fazer differentemente do que as ha de fazer este ministro da corôa da França, de cuja prudencia e pontualidade fia S. M. muito menos que da pessoa de V. S. para negocio tão importante. Tornou o embaixador a apertar com o visconde outra e mais vezes, até que S. M. me deu licença para dizer ao visconde respondesse ao marquês que lhe havia communinicado a materia, e que S. M. reconhecia quão bem lhe estava, assim pelas razões de affeição como pelas de conveniencia, emparentar com Franca, mas que a idade do Principe Nosso Senhor, e outras razões igualmente ponderosas impediam tratar de tal materia, em quanto lhe não constasse da vontade da Rainha e ministros de França; se ella fosse a que o marquês entendia, trataria do casamento com a applicação e attenção que convinha. Tornou o marquês a instar, sem embargo de resposta; e, segundo o que se pode

em D. Teodosio (Decreto de 23 de outubro de 1645), o que bem podia ser incentivo para o duque de Orléans. Aos que se propunham a intermediários, o soberano dava testemunhos de sua graça. Em dezembro premeia Rouillac com uma pensão de mil cruzados para o filho, ainda menor, a cobrar metade no bispado do Porto, metade no arcebispado de Braga [1]. Saint Pé é, por oferecimento próprio, mandado a Paris, em missão especial do govêrno português, solicitar o socorro de tropas e dinheiro, que o Conde de Vidigueira de muito tempo pedia sem êxito [2].

---

colher do termo com que fala, parece que as conveniencias por que mais deseja este casamento são as do seu interesse, a que é mais attento que a nenhuma das outras, respeito por onde pode ser que seja o dizer elle que, para melhor se encaminhar o negocio convinha mais ser perguntado por elle e encaminhado por outrem, e que o que poderia fazer desde logo seria escrever á marquêsa sua mulher, que diz tem grandes entradas de confiança com a duquêsa, o quanto lhe convinha este casamento, procurando inclina-la e affeiçoa-la a elle o mais que lhe fosse possivel, e crê, segundo affirma, que o conseguiria; e ou porque entendeu que, se S. M. lançasse mão d'este negocio o quereria tratar por outrem, ou porque verdadeiramente lhe parece que o trataria V. S. melhor, aponta que se escrevesse a V. S. sobre elle, e que a seu tempo entraria a dizer e fazer tudo quanto conviesse. Com esta sua resposta se poz por ora termo a este seu tratado, de que S. M. me manda fazer aviso a V. S. para que, conforme ao que V. S. ahi entender e achar, falando no negocio, o possa proseguir, advertindo que, não havendo de novo razões para outro aviso, parece que convem caminhar sempre pelo Cardeal. Deus guarde a V. S. muitos annos. De Lisboa a 29 de Agosto de 645. (Bibl. Nac. de Lisboa. Cod. 7:162, fls. 682).

[1] Decreto de 5 de dezembro de 1645, no Cod. 7:162, da Bibl. Nac. de Lisboa, fls. 728.

[2] Extracto do despacho de 12 de novembro de 1645 para o conde da Vidigueira: «E assim, este socorro (de dinheiro), como o de infantaria e cavalaria, foi proposto por nossa parte nessa côrte algumas vezes, e de nenhuma o pudestes conseguir; porém agora que tem crescido os apertos me resolvi enviar só a este negocio o consul, porque de seu juizo, que é muito bom, e da affeição que tem ao meu

Já se vê que o não fazia sem paga. Propunha-se êle a tratar do casamento, ao que que o rei, mantendo-se na reserva não anuiu [1]; expedindo todavia, na mesma ocasião, instruções em cifra ao embaixador para insistir nas dili-

---

serviço, creio ajudará este negocio com todas as véras, e como francez, e pessoa de quem a corôa de França faz, e fez, a confiança que d'elle entendereis, será mui bom companheiro neste requerimento, sobre o qual mando escrever à Rainha Regente e ao Cardeal Mazarini; e tendo respeito ao que aqui se voz diz, e ao que tambem se vos escreve em outra carta de cifra d'esta mesma data, proseguireis este negocio, ou com o intento d'aquella carta de cifra, *(sobre o casamento),* de que primeiro tratareis, ou, quando vos pareça impossivel de conseguir, com os motivos desta carta, e mais razões do papel do consul» (Bibl. Nac. de Lisboa, Cod. 7:162, fls. 705). A esta carta acompanha uma proposição, da letra do consul para ir alguem expôr as conveniencias da aliança com Portugal. Entre as demais cousas sugere: «Propôr a S. M. Christianissima de juntar uma esquadra de doze navios bem armados, em o fim de maio do anno que vem, de 646, neste rio de Lisboa, com a armada de Portugal, para correr a costa todo o verão desde o cabo de S. Vicente até o estreito de Gibraltar, para impedir a armada de Castella de sair de Cadiz, e esperar a frota de Nova Espanha e os galeões de Prata», (Idem, fls. 708).

Quanto ao socorro militar Saint-Pé entendia pedir mil e quinhentos cavalos e quatro mil homens de pé. A isto o rei opunha na carta contentarei com mil cavallos e tres mil infantes, porque tambem «Eu me considero que muitos francezes no reino tem seu perigo». E daí a pouco, em 3 de janeiro, recomenda que o contingente não passe de mil homens de cavalaria e dois mil de infantaria, os quais não hão de vir sem que haja no reino pessoa habilitada para lhes pagar os soldos por conta da França; e mais ainda que ficavão ás ordens do govêrno português e de nenhum modo ás do embaixador ou de qualquer outra pessoa. (Cod. cit., fls. 746).

[1] «Para isto — diz a nota do consul — seria bom ter uma carta de cumprimento para S. A. Real (o duque de Orléans), afim de ter entrada para o ver mais vezes, e sentir seu intento de longe ácerca da alliança de Mademoiselle». Á margem encontra-se a nota seguinte: *Não ha que tratar d'isto.* (Cod. e loc. cit.).

gencias. «Agora é forçoso apertar mais este negócio», diziam elas, o que se explica, já pelo apuro das circunstâncias, já por estimular o zêlo, porventura tíbio, do embaixador. Nesta época, o que mais a êle o preocupava, era a volta a Lisboa, para o que solicitára licença em Agosto, que lhe foi concedida em Outubro, a valer na próxima primavera; mas tanto não lhe consentiu a impaciência esperar, e em 7 de Fevereiro, antes de Saint Pé chegar, deixou Paris, a embaixada e o negócio do casamento.

Entretanto os sucessos do Brazil levavam o govêrno de Lisboa a pensar que a Holanda preferisse um acordo, materialmente vantajoso, aos agravos de uma longa campanha contra os rebeldes. Negócios com uma república de negociantes, e em que ia principalmente o interêsse de uma companhia de comércio, comercialmente poderiam ser tratados; e alêm disso havia a experiência de que os mais altos funcionários, e os próprios Estados [1], comércio faziam com seus votos. O acôrdo a propôr consistia em resgatar a dinheiro os territórios de que os holandeses se haviam apossado. O alvitre tinha-o sugerido Gaspar Dias Ferreira, antigo morador de Pernambuco, suspeito de cristão novo, e grande privado do príncipe João Mauricio de Nassau, com quem passou à Holanda, quando êste, demitindo-se do govêrno da colónia, regressou à Europa. Talvez a familiaridade dêle com o príncipe, desse aso a supôr-se que a ideia do acôrdo viria da Companhia ou dos próprios Estados. Em todo o caso a opinião de homem tão versado, como êste devia ser, no assunto, não convinha desprezar-se, e desde logo o embaixador Francisco de Sousa Coutinho apresentou em Haia a proposta, sem todavia

[1] Designação dos representantes das províncias na Assembleia governativa.

encontrar o acolhimento previsto. Então se decidiu insistir na iniciativa, desta vez porêm com o apoio da França, e, para dar mais pêso às instâncias, pareceu avisado mandar um emissário, que de viva voz em Haia e Paris, completasse por informação verbal os despachos, instigasse à actividade, e, se preciso fosse, participasse nas negociações.

Ninguem mais à altura da incumbencia do que António Vieira, já então conhecido por atilado político. Activo, sagaz, disputador, eloqùente, ousado, apto pelas subtilezas da discussão teológica, em que era mestre, para as finuras da diplomacia, conhecedor dos negócios e dos homens, aqueles pela prática dos conselhos, êstes pela do confessionário, possuia, alêm disso, a confiança ilimitada do soberano, que o estimava, e o respeito dos cortesãos, que o temiam, circunstância feliz que o habilitava a tomar decisões, ante as quais outros, menos seguros do seu prestígio, haveriam de hesitar. Todas estas razões o apontavam à escolha, por todas elas, e mais pela ambição da evidência, que em todo tempo o pungiu, a António Vieira a aceitou.

No desempenho, pois, desta grave missão, saiu de Lisboa a 1 de fevereiro de 1646, acompanhado de outro religioso da sua ordem, consoante a regra, o qual foi o padre António de Melo, e de um rapaz, de nome Manuel Ferreira para os trabalhos da escrita, ficando êsse depois em Paris ao serviço da embaixada [1]. Em outro navio, pronto a dar à vela para Ruão, ficava o consul Saint-Pé, cuja viagem saiu mais demorada. Chegados a 20 a Paris

---

[1] «Um moço português de mui boa posição, natural de Belem, que os padre traziam e me largaram, e já me ajuda muito a escrever». Carta de António Moniz de Carvalho ao conde da Vidigueira de 23 de Fevereiro de 1646. Bibl. de Évora. Cod. $\frac{CVI}{2\text{-}9}$.

foram os padres alojar-se ao noviciado da Companhia. A 23 Vieira apresenta-se ao residente António Moniz de Carvalho, encarregado de negócios, na ausência do conde da Vidigueira, que partira, como sabemos, a 7; entrega as cartas, descreve a situação no reino, discute os meios empregados, dá conta das suas esperanças e receios: é mister a todo o transe impedir a guerra com a Holanda, e dilatar a trégua ou alcançar a paz definitiva. António Moniz de Carvalho relata para Nantes ao embaixador a chegada do emissário:

... «Agora lhe conto a V. E. uma historia, e é que quinta feira passada, 23 do presente me achei nesta casa com o Rev. Padre António Vieira da Companhia de Jesus, e um seu companheiro, vindos de Portugal em vinte dias, que partiram no primeiro d'este mês em um navio, que chegou a Arrochela, junto ao qual ficava já embarcado para Ruão Mons. de Sam Pé, e cuidavam que já fosse chegado, Apresentou-me o Rev. Padre Antonio Vieira duas cartas de S. M. que vinham para V. E. a que mas queria remetter fechadas, mas fez-me instancias que as abrisse, para que logo se fosse tratar do negocio a que vinha, accrescentando que, dizendo elle em Lisboa a S. M. e ao Secretario de Estado, que V. E. não estaria em esta côrte, pelas noticias que soubera da senhora condessa Mãe, lhe responderam que ainda aqui havia de achar a V. E., e que quando o não achassem me achariam a mim com quem tratariam este negocio. Abria-as então, e a V. E. remetto com esta as mesmas originaes, de que me ficam copias, e pode V. E. servir-se de tornar-m'as. quando lhe pareça que é necessario mostrar-se o original, em que fala de Antonio Telles. Emfim de uma e outra verá V. E. a substancia d'este negocio, assim quanto á compra de que se trata, como tambem emquanto ao embaixador que se pretende, pois em tudo isto tinha V. E. já trabalhado».

Aqui se vê pois que, acatado como era em Lisboa o voto do conde da Vidigueira, ou conde almirante, como o designavam mais vezes, aos seus esforços não correspondia o sucesso buscado, e se julgou preciso mandar negociador mais diligente ou persuasivo. A carta que diz respeito a

António Teles da Silva falta na colecção; a outra, sôbre a mediação da França, é do seguinte teór:

Rei ao Conde da Vidigueira [1]

Conde Almirante, Embaixador, Amigo. Eu El-rei vos envio muito saudar como aquelle que amo. Passaram tanto adiante as inquietações de Pernambuco, como entendereis dos avisos, cartas e papeis, que se recebem do Brazil e se vos tem remettido por differentes vias, e mais por menor do P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesus, que envio a Hollanda informar, assistir e ajudar Francisco de Sousa Coutinho, nos requerimentos que sobre estes particulares ha de ter com os Estados; e concorrem neste religioso tantas partes e tantas noticias do Estado do Brazil em que nasceu e se criou [2], e tanto amor e zelo de meu serviço, que tenho por certo d'elle será mui bom companheiro a Francisco de Sousa; mas conforme aos avisos que tenho de Holanda, e ás noticias que me chegaram por outras vias, tem-se aqui por muito difficultoso quietar o Estados e segura-los, de que por minha parte nem pela de meus ministros se obrou coisa alguma em quebrantamento da tregua, e como ainda com menos occasião desejem muitos dos Estados tomar motivo para a quebrar, será necessario ajudar de algum poder grande a conveniencia que mando offerecer aos Estados e Companhia, na somma de dinheiro que sabeis [3], para que, largando me o que possuem no Brazil, possamos celebrar uma paz perpetua livre de desconfiança de uma e outra parte. Com este intento mandei a Antonio Vieira fazer jornada por essa côrte, para que instando vós da minha parte á Rainha Christianissima, Cardeal e mais ministros d'essa corôa, possaes alcançar d'ella enviar a Holanda uma pessoa que seria medianeiro entre mim e os Estados, que é o que já em outra occasião menos apertada vos mandei encommendar. Pelo que logo que receberdes esta carta proporeis e segureis *(sic)* este requerimento com todo o maior calor que vos fôr possivel, e alcançando bom despacho trata-

---

[1] Bibl. Nacional de Lisboa, Cod. 7:162, fls. 750.

[2] Evidentemente engano. António Vieira nasceu, como se sabe, em Lisboa, na rua dos Cónegos junto à Sé, em cuja freguesia foi baptisado.

[3] Três milhões de cruzados, consoante a indicação de Gaspar Dias Ferreira.

reis de que a pessoa que houver de ir vá acompanhada d'este religioso, pelo muito que convirá introduzir-se pelo caminho em seu trato e amisade. E quando exgotados todos os meios que humanamente puderdes tentar não consigaes este intento procurareis que elle leve carta de El-rei para os Estados, e tão apertadas ordens para o Residente que ali tem, que se possa obrar alguma cousa em utilidade d'este reino, tão interessado em não chegar a romper guerra com a Hollanda, como sabeis. E, se para França mandar pessoa fôr necessario offerecer alguma cousa da minha parte, o fareis. Se Antonio Vieira tiver necessidade de algum dinheiro alem do para que leva credito lho fareis dar no melhor modo que puderdes. Escripta em Lisboa a 18 de janeiro de 1646. *Rey.*

O malogro das tentativas anteriores impunha septicismo ao residente, quanto ao que havia de esperar-se do novo emissário, e neste sentido escrevia ao conde:

... «Tenho cá visto o que V. E. tem obrado, e as difficuldades que ha; e as esperanças que pode haver são bem poucas no tocante ao mercado, estando já o soccorro da Hollanda em prompto, com as despesas feitas, e o Recife sustentado sem poderem os portuguêses toma-lo; e no caso que toca a ir o embaixador sabe V. E. o que pode esperar-se. Comtudo hei de falar ao Cardeal em modo de disposição e de sondar seu animo para estes requerimentos, e empenha-lo sem que se empenhe a autoridade de S. M.». [1].

Na carta seguinte, de 28 de fevereiro, António Moniz de Carvalho dá conta do que passou com Vieira:

... «O cardeal Mazarini esteve fora, e hoje encerrado de modo que não houve falar-lhe pessoa alguma, sem embargo de que lá fui com o padre Antonio Viera, e o abbade Obri (Aubri?) ficou de que faria amanhã um esforço, para eu falar sem falta e ter audiencia do Cardeal... Com o padre Vieira me vejo todos os dias; vou ao colegio ou convento, ou elle vem aqui, e tudo é falarmos no reino, e não desejo então a V. E. porque não se entristeça de ouvir muitas cousas, que me não atrevo a avisar» [2].

---

[1] Carta cit. de 25 de fevereiro de 1646.

[2] Bibl. de Évora. Cod. $\frac{CVI}{2\text{-}9}$, fls. 571.

Da mesma data há uma carta para o Rei:

Antonio Moniz de Carvalho ao Rei [1]

Senhor. — A esta côrte chegou o P. Antonio Vieira, da Compapanhia de Jesus, e não achando nella ao Conde Almirante, embaixador de V. M., que então chegava ao porto de Nantes para tratar de sua embarcação, me apresentou as cartas e ordens que para elle trazia de V. M., a effeito de que em sua ausencia as abrisse, e se tratasse do negocio a que vinha, segundo se lhe havia ordenado.

Continham a demonstração que V. M. mandava fazer com Antonio Telles, governador da Bahia, para mais justificação da pureza com que V. M. observou sempre da sua parte a trégua e amizade com os Estados Unidos, e ordenava V. M. que para effeito da composição que Francisco de Sousa Coutinho, embaixador de V. M. havia de tratar com os Estados, procurasse aqui da Rainha, Cardeal e ministro que quizessem mandar pessoa que fosse mediadora de tudo, para uma paz perpetua e segura, e que, no caso que se não pudesse vencer o mandarem pessoa, mandassem apertadas ordens ao residente que tem na Haya, e carta aos Estados para virem nesta negociação.

Para execução d'estas ordens de V. M., e maior clareza dos expedientes que poderiam achar-se, pratiquei com o P. Antonio Vieira todas as noticias que até ao presente tinha d'estes negocios e o que d'elles se podia esperar. Pudera ter logo com toda a brevidade audiencia do conde de Briana e de outros ministros, para o requerimento que V. M. ordena, mas como era sempre conveniente tratar tudo com o Cardeal Mazarini lhe pedi audiencia pelo seu mestre de camara, Bispo eleito de S.t Flor (S.t Flour), o qual me mandou dizer que para amanhã trataria que eu a tivesse, sem embargo das muitas ocupações com que ao presente estava o cardeal, e em lhe falando avisarei S. M. de tudo o que d'elle alcançar, mandando copiar do papel que lhe offerecer, e da conferencia que houver, e d'ali seguirei as diligencias com o conde de Briana, e as instancias que fôrem necessarias para mais brevidade e effeito. Ao conde Almirante avisei logo e lhe irei dando conta de tudo, para que em quanto não partir para esse reino do logar onde está me vá valendo

---

[1] Bib. de Évora. Cod. $\frac{\text{CVI}}{2\text{-}1}$, fls. 576.

de sua prudencia. Ao embaixador de V. M. Francisco de Sousa Coutinho remetti as contas que V. M. lhe mandava, com outra do P. Antonio Vieira, pedindo-lhe me avisasse de tudo o que lhe parecesse que convinha dizer nesta côrte, e o que aqui podia contribuir para melhor effeito das ordens de V. M., e com o P. Antonio Vieira fico em mui conforme e mui unida intelligencia, respeitando muito nelle as discrição e zelo que mostra em serviço de V. M., e elle irá dando conta de sua parte como se tratar o negocio com o Cardeal

. . . .

A muito alta e muito poderosa pessoa de V. M. guarde Deus, como a christandade ha mister. Paris a 28 de fevereiro de 1646. *Antonio Moniz de Carvalho.*

Antonio Vieira pensára encontrar ainda o conde almirante em Paris, mas em Orléans tinham-lhe dito os religiosos da sua Ordem que passára oito dias antes por lá, a caminho do porto de embarque. Na verdade, resolvida a viagem, o padre sugeriu se mandassem ordens para que êle o esperasse, mas interveio a condessa, mãe do embaixador, anciosa de abraça-lo, e o rei nada fez. Favor do príncipe e carinho materno excusados, porque o viajante ficou detido até 13 de junho, data em que saiu da Rochela a armada francesa, em que foi passageiro. Também o tempo contrário reteve alguns dias o barco, em que ía Vieira, «brulote de cem toneladas», lhe chama, quási um esquife, mal seguro para as costas do Atlântico e mares da Biscaia, em meses de inverno.

Desencontrado do Conde, que ainda propoz partirem o caminho a metade, indo falar-se a Orléans, o que pelo apressuramento de Vieira se não poude efeituar, escreveu-lhe êste, em um dos primeiros dias após a chegada, a 25 de Janeiro. Na carta, que é uma das impressas, fala dos sucessos do Brazil, «menos felizes do que se prometeram», e quanto ao resgate de Pernambuco a dinheiro, as notícias que já teve fazem-lhe prever o malogro: «Parece que não está capaz a Hollanda de se reduzir a êste modo de conveniência, segundo o que de lá se avisa». Em outra

carta, daí a dias, em 11 de março, exprime o seu parecer sôbre a necessidade de se tratar a paz com os Estados, «a qual está nos termos que V. E. vê, porque a alguns valentões de Portugal lhes pareceu, que eram poucos para inimigos os castelhanos». Ao que acrescenta: «Eu estavā em uma cama sangrado dezaseis vezes, quando do Brazil me vieram as primeiras noticias do que se queria intentar, e porque o impedimento me não permitia falar a S. M., e dizer-lhe pessoalmente o que entendia naquella materia, como quem tantos annos havia estado no Brazil e sabia o que lá se pode, pedi a um prelado muito confidente de S. M. lhe quizesse representar da minha parte o perigo e difficuldade d'esta empresa, e que era impossivel render-se a principal força, por mais que os de lá, enganados do desejo da liberdade, o prometessem». Convem insistir nestas opiniões de Vieira, para bem perceber a sua atitude, tão malsinada, no que toca às negociações com a Holanda. O parecer dêle era também o do conde da Vidigueira, do embaixador em Haia Francisco de Sousa Coutinho, de todos os que na côrte de D. João IV representavam a opinião ponderada e de tino, cuja inanidade os factos demonstraram. Acertou contra a razão fria, como tantas vezes, o patriotismo exaltado.

O almirante responde a 3 de março à primeira carta do jesuita:

Conde Almirante a António Vieira [1]

Por um creado que haverá doze dias enviei a essa côrte mandei segurar a V. P. o grande sentimento com que me achava, considerando-me em França sem poder ver a V. P. estando V. P. no mesmo reino, e confesso a V. P. que é grandissima a inveja com que estou

---

[1] Bibl. de Évora. Cod. $\frac{CVI}{2\text{-}1}$, fls. 358.

ao residente Antonio Moniz, pois no meio de suas maiores occupações tem o alivio de haver de lograr a V. P.: ora já que me falta este alivio, não me falte V. P. com me dar occasião de seu serviço, a que acudirei muito por gosto e mui por obrigação, pois me o ordena assim minha mãe. Desde o primeiro dia que neste reino começaram a correr as novas dos alvoroços do Brazil comecei a andar com tremores, porque sempre tive para mim que os successos haviam de ser os que imos experimentando; e me lembra que eu numa carta disse ao secretario Pedro Vieira que perdoasse Deus a quem mettera S. M. em uma tal inquietação, e o residente será testemunha dos receios com que sempre me viu nesta materia. O passado está feito, ainda que muito mal feito, e o que convem é buscarmos algum caminho para aquietarmos em parte a tormenta que se vai levantando. O residente terá mui particularmente dado noticia a V. P. de tudo o que temos obrado no particular dos negocios de Hollanda, de que alcançará V. P. que o nosso intento foi sempre em cessarem as hostilidades, e que el-rei de França fosse mediador e mandasse um embaixador á Hollanda; e conforme ao estado em que esses requerimentos hoje estão, e o que fôr avisando o embaixador Francisco de Sousa, assentará V. P. com o residente as diligencias que se devem proseguir.

O meio da compra, que S. M. aponta, entendo aprazará hoje o negocio mais do que o poderá adiantar, e se o meu voto fôra ouvido dissera que por meio de el-rei de França propuzessemos tratar da paz perpetua, e, quando se deitara mão d'isso e vieramos a proposições, pudera ser uma d'ellas a da compra; e já estimo mais o parecer de que sou, e razão de ser conveniente tratar-se da paz, pois tenho a V. P. por companheiro. O residente me avisa ficava fazendo um papel largo sobre esta materia, e como conheço que todos os que faz são muito para nos conformarmos com elles, não quero tratar por ora mais d'este particular; mas lembro-me que ha muitos meses escrevi a S. M. muito apertadamente, sobre convir tratar da paz com Hollanda de cuja carta não tive resposta, como me succedia ás mais que escrevia, que o tratar de fazer juizes de fora, e dar por administração as fazendas dos ausentes, e deferir aos justos requerimentos do padre Escoto, eram negocios para que se necessitava de muito tempo, e os negocios de França, Munster e Hollanda, em comparação de outros, são de pouquissima consideração; e se estiveramos mais perto lêra a V. P. algumas para V. P. julgar se eram do serviço de S. M., e assim que, vendo-me em Portugal, não sei se me poderei ter que não fale.

S. M. me diz que, tendo V. P. necessidade de dinheiro, lh'o dê,

assim V. P. me avisará se lhe é necessario para lh'o mandar logo, e ainda sem esta ordem de S. M. o fizera.

Com razão me gaba V. P. o Residente Antonio Moniz, e cada dia V. P. irá conhecendo nelle mais razões para o estimar.

Muito estimo dizer-me V. P. que se caminhava nas côrtes[1] felizmente, porque me escreviam que havia muita desunião e menos ordem. D'esta faltar me espanto, e não da desunião, por ser cousa mui ordinaria em nossa nação, a qual V. P. achará pouco acreditada por essas partes. E das faltas que hei commettido peço a V. P. me faça V. P. tirar exacta devassa para mandar a S. M., porque estimarei ser julgado pela informação que V. P. der[2].

Em todos os navios me escrevia minha mãe, que me mandaria sermões de V. P. e a troco disso pedia o que queria[3], mas os sermões não chegavam: se V. P. tem consigo algum de mais dos que tenho, de que mando rol, faça-me V. P. a mercê de partir commigo, porque, já que os não ouvi a V. P. ha quatro annos, ao menos os possa ler. E juntamente peço a V. P. particulares novas do principe que Deus guarde: se tratam de lhe dar casa, e se teremos esta campanha mais cuidado das fronteiras do que houve a passada, e se se fala em armada naval. Guarde Deus a V. P. como pede. Nantes, 3 de março de 1646.

A esta carta responde António Vieira com a de 11 de março, que se acha tambêm entre as impressas, ao todo

---

[1] Convocadas em dezembro de 1645, que votaram dois milhões, cento e cincoenta mil cruzados para as despesas da guerra, por meio de imposto, de que ficava excluido o pão, vinho, carne, azeite, calçado e panos baixos, para não sobrecarregar as classes pobres, e com aclaração de que se não faria, em tempo algum, concerto para eximir d'elle as ordem religiosas. Nas mesmas côrtes foi proclamada padroeira do reino, Nossa Senhora da Conceição.

[2] A êste trecho corresponde o seguinte, da carta de Vieira de 11 de março, que sem o conhecimento d'elle dificilmente se entenderia: «Na devassa em que V. E. me fala tenho já tirado por testemunhas a toda a França, que por toda ella não ouvi falar mais que nos grandes delictos daquella pessoa que S. M. saberá, referidos não como elles merecem, mas por bôca de quem S. M. cuida que lhe ha de falar verdade», e que era ele Vieira.

[3] Note-se a delicadeza de cumprimento.

três, relativas a esta jornada e que, com três inéditos, são tudo o que resta conhecido, do muito que para a intervenção do famoso jesuita nos meneios políticos da ocasião importaria saber.

António Vieira tinha outra vez escrito ao Conde em 4. É a carta que erradamente anda entre as impressas como de 4 de fevereiro. Responde à que lhe mandara o Conde em mão própria à chegada, como da carta dêle sabemos. Aí se encontra o célebre retrato do principe D. Teodósio, de que a história se apossou, para traçar o perfil dêsse adolescente visionário, que para a política se preparava, estudando o modo de se reger, como outros contemporâneos, pelo ditame dos astros. «Não vi engenho em muito maior idade que tanto me admirasse — são as palavras de Vieira —: lê e entende o latim perfeitamente, argumenta nas questões da philosophia e politica com grande juizo; na astrologia judiciaria é tão inteligente que compoz o prognostico d'este anno com notavel disposição, estudo e propriedade». Este fenix não tinha doze anos completos. Podem completar a pintura os seguintes traços, da mão de Saint Pé, no relatorio do que se podia fazer para inculcar ao duque de Orléans as vantagens do casamento: «Já é tão crescido que parece ser de quinze anos, faz exercício das armas, começa a montar a cavalo, e muitas vezes vai à caça, mostrando inclinação às cousas heroicas e dignas de um grande principe» [1]. Tal era o noivo oferecido à *grande Mademoiselle*.

Desta ocasião data a entrada do neto do Prior do Crato, D. Luís de Portugal para o serviço de D. João IV, serviço de pouca dura, e em que na realidade jamais passou dos mesteres baixos e inconfessaveis, de quási nenhum modo compativeis com o que de um Orange e descendente de reis poderosos fôra de esperar. Se bem que desde a restaura-

[1] Cod. 7:162 da Bibl. Nac. de Lisboa. Loc. cit.

ção, pedinte incansável, se propuzesse aos socorros pecuniários do Bragança, rebelado contra o soberano que êle próprio, D. Luís, em 1638 publicamente reconhecera, havia dúvidas, que aliás o tempo justificou, da sinceridade de sua adesão. Partindo para Lisboa, o conde almirante levava dêle súplicas que prometera apoiar perante D. João IV [1]. Da carta de Vieira, de que tratamos, colige-se que a António Moniz de Carvalho pertence a ideia de o chamar ao serviço da monarquia restaurada. «Elle (António Moniz) entendo representa a V. E. um sonho que teve sobre D. Luiz de Portugal ir á Hollanda, que a mim me parece bem, quanto pode julgar quem não tem mais juizo da pessoa que ouvi-lo falar em uma conversação breve; pareceu-me entendido e affeiçoado ás nossas cousas.» Tivesse êle inteligência e carácter, o que não era o caso, a aquisição seria excelente. Filho de Emília de Nassau, por conseguinte neto de Guilherme o Taciturno, e sobrinho do *stathouder* Maurício, pelo parentesco podia servir muito os interesses de Portugal. Francisco de Sousa Coutinho empregou-o em incumbências das que se costumam dar aos secundários agentes, quási espiões, e daí não passou. Mesmo quando esteve nomeado plenipotenciário ao Congresso de Munster, nunca os outros comissários portugueses, e com razão, lhe confiaram cousa alguma das negociações em curso nem lá tão pouco o quizeram. Tem graça empenhar-se António Moniz de Carvalho para que o govêrno francês instigasse D. Luís a aceitar o serviço de Portugal, o que a êle lhe cumulava a mais ambiciosa das espectativas, e de vez parecia liberta-lo das dívidas e eterna penúria. Até o arguto Vieira temia que a França, invejosa e por utilidade política, embaraçasse a conquista de tal adepto. «E segundo

[1] Cf. a carta publicada por Camilo Castelo Branco. *D. Luiz de Portugal neto do prior de Crato* (1883) pág. 74.

o pouco que França se quer mostrar parcial nas nossas cousas com os hollandeses, tambem duvido se queira empenhar por ellas com D. Luís, que é querermos que vença duas dificuldades quem experimentamos fraca para uma». Já o padre o julgava arbitro das decisões dos Estados! António Moniz referia desvanecido ao Conde o encontro de D. Luís com Vieira: «Tiveram grande conversação e elle *tudo el-rei meu senhor* e grandes louvores a V. E.» [1]. Estava a conquista feita, e breve o encontraremos em Haia.

A carta seguinte de Vieira é a em que já falámos de 11 de Março. Sôbre o estado de espírito em que ía para Holanda, merece menção o que, alêm do já citado, dizia: «Quando o Brazil se nos desse de graça era materia de muita ponderação ver se nos convinha acceita-lo com os encargos da guerra com a Holanda». Renuncia de vantagens, ofertas, desculpas, uma capitulação em forma, — e para isso se pedia o apoio da França; — era o que o emissário de D. João IV tinha por encargo oferecer. Por enquanto, indemnização pecuniária; dai, quando mais tenebroso foi na Europa o cariz do céo, a renuncia completa: abandono do reconquistado, e do que se estava a ponto de reconquistar.

Vieira demorou-se em Paris até à Páscoa. Visitava freqùentes vezes a casa do residente. Ali, como sabemos, com a intemperança de língua habitual e feitio discursador, na palestra, com outros portugueses, versava os negócios pbúlicos, e não lhe permitia o ânimo insofrido mostrar-se caritativo com os émulos, que na côrte lhe encontravam os projectos. Entre êstes, o de se concederem franquias aos judeus e favores aos cristãos novos, que já desde 1643, porventura de antes, o preocupava, expunha-o

---

[1] Carta de 28 de fevereiro de 1645. Bibl. de Evora, Cod. $\frac{CVI}{2\text{-}9}$.

lá abertamente. Arguia que, havendo em Roma judeus públicos e sinagoga, não era de razão que em Lisboa se não consentissem; e sobretudo era preciso acabar com o segredo das testemunhas nos processos da Inquisição. Não se achava então presente o consul Manuel Fernandes Vila Real que, judeu êle próprio, o ouviria com agrado; — tinha ido a Nantes, acompanhar o Almirante; mas escutava-o frei António de Supra, capelão da embaixada e qualificador do Santo Ofício que, regressando a Portugal teve por um de seus primeiros cuidados ir delatar tais ditos aos inquisidores de Coimbra [1]. Este mesmo frade foi depois testemunha que muito empuxou ao Vila Real para o garrote e fogueira. As mesmas conversações tinha havido em jornada, na carruagem, e o escrevente Manuel Ferreira foi também denuncia-las, quando em 1665 soube da prisão de Vieira no Santo Ofício.

A guerra com Castela discutia-se igualmente, e com surpresa dos ouvintes se mostrava o confessor régio totalmente desviado da primitiva opinião que manifestara, pedindo agora a brados a ofensiva, quando antes insistia que a fraqueza do reino lhe não permitia outra guerra que a defensiva. António Moniz de Carvalho, habitualmente maligno, consigna a mudança na correspondência para o conde: «O padre António Vieira está tão fora do papel seu que cá veio, que grita, chora e préga, porque se não faz esforço, guerra offensiva e mais guerra, e eu digo-lhe que V. S. o prégava ainda melhor» [2]. O escrito devia ser o que se acha entre os impressos, como carta ao secretário de Estado, sem outra data que o ano de 1644.

---

[1] Em 22 de Outubro de 1649. Arquivo Nacional. Caderno 45 do Promotor da Inquisição. Devo esta indicação à benevolência do diligente investigador e distinto académico sr. Pedro de Azevedo.

[2] Carta de 28 de fevereiro de 1646, cit.

Em 28 de fevereiro Vieira escreve ao rei, anunciando a partida próxima, e comunicando o que havia feito. Falta por emquanto a carta da Rochella, à chegada, a que alude na seguinte:

António Vieira ao rei [1]

(INÉDITA)

Senhor. — Da Rochela dei conta a V. M. da minha chegada áquelle porto e da occasião d'ella. Chegando a esta côrte de Paris (que tudo fiz em vinte dias) avisei tambem a V. M. de como em ausencia do Conde Almirante, que já estava em Nantes, entreguei as cartas de V. M., conforme a ordem que trazia, ao Residente Antonio Moniz de Carvalho, e como esperava do zelo que nelle havia, e intelligencia dos negocios, encaminharia este com todo o acerto e cuidado, como tem feito; porque, na audiencia que tive do Cardeal, que nesta côrte são muito difficultosas, álem de outras materias de muita importancia, pertencentes a outras embaixadas, no que toca ao negocio de Holanda alcançou a resolução, que nas circunstancias presentes parece se podia desejar, posto que com alguma differença do que se pedia. Porque, se de França se mandara pessoa, e não falando nos menores gastos nem na menor autoridade que se segue da multiplicação da embaixada, é força que os effeitos desta padecessem a dilação, que costumam ter as jornadas dos embaixadores, com que o negocio se poria tanto em peór estado, quanto maiores fossem os empenhos, que os hollandezes tivessem mandado ao Brazil, e mais certas as novas da conservação do Recife, cuja duvida é o que mais facilmente se pode trazer aos meios da conveniencia. E em logar d'esta pessoa que se pedia se promettem ordens apertadissimas para M. Brasset, residente de França em Holanda, e para M. de la Thuillerie [2], que estará lá em principios de abril, recolhendo-se da Suecia, onde foi compôr as pazes entre aquelle reino e o de Dinamarca, pessoas ambas de grande intelli-

---

[1] Bibl. de Évora, Cod. $\frac{\text{CVI}}{2\text{-}7}$.

[2] Gaspar Coignet de la Thuillerie, mediador por parte da França, no congresso do Brocmsebro, e embaixador em Haia.

gencia e affeição á corôa de Portugal, em que o serviço de V. M. se espera fique muito melhorado; e eu fico aguardando que estas cartas se despachem, do que já tem ordem o secretario de estado, e as promete dar com brevidade, e com a mesma me partirei a leva-las, sem fazer mais detença que a que fôr necessaria em Ruão, por onde hei de passar a justar os creditos para Holanda, e dar escriptos autenticos para Lisboa, que este foi o modo e o logar a que se passaram, e como desembarquei em pôrto tão distante não se pôde fazer esta diligencia á vinda.

Isto é, Senhor, o que ao presente tenho de que avisar a V. M., e o faço tão succintamente porque d'este e dos mais negocios e noticias faz particular relação a V. M. o Residente Antonio Moniz, a quem julgo deve V. M. mandar agradecer o cuidado e acerto com que tem encaminhado este negocio, e continuo trabalho com que nesta côrte assiste aos das outras embaixadas, que verdadeiramente é um dos mais diligentes, zelosos e intelligentes ministros que tem o serviço de V. M.; e muito capaz de ocupar qualquer posto de confiança, como mais particularmente poderá informar a V. M. o Conde da Vidigueira, pois em tantos annos de experiencia e communicação tem maior conhecimento de suas partes. Com o Conde não pude falar, mas em todos os logares de França, por onde passei, achei delle boa opinião, e maior nesta côrte, e os mesmos francezes, que por relação dos que vem desse reino vivem menos contentes dos ministros de Portugal, dizem que o Conde o pudera lá ser com grande satisfação e credito, e eu me atrevo a dizer isto a V. M. pelo zelo que tenho de que o serviço de V. M. se faça com o applauso e acceitação dos naturaes e extrangeiros, e pelo sentimento com que conheço aqui, com maiores evidencias, que a causa das nossas cousas não estarem tão assentadas e seguras em França, como puderam e convinha, foi falta de industria e applicação nos ministros portuguêses, que no principio a trataram.

Depois de ter escripto esta se deram as cartas de el-rei Christianissimo para M. Brasset e M. de la Thuillerie, e em razão da brevidade e do perigo, que pode haver, na passagem de Calez para Zelanda, pareceu ao Residente e a mim que convinha mais irem pelo correio, e já vão partidas; e, porque estamos em dia de Semana Santa, eu me dilato até dia de Pascoa em que partirei, e farei toda a diligencia por chegar com a maior brevidade. Guarde Deus a V. M. como a christiandade e os vassalos de V. M. havemos mister. Paris e março 28 de 1646.

Antonio Vieira.

No domingo de Páscoa, abril 2, partiu Vieira com destino a Calais passando em Ruão, onde ía falar aos judeus portugueses, ali residentes, e receber dêles os créditos sôbre Holanda. Créditos para quê? Necessáriamente para lá lhe adiantarem os três milhões de cruzados, em que se avaliava a compra de Pernambuco, e o mais preciso para peitar altos funcionários e deputados na famosa república, que duas gerações antes havia assombrado o mundo com o seu fino patriotismo. Festejaram muito os hebreus ao visitante, e mais ainda as promessas que fazia de os restituir à pátria sem risco de pessoas ou fazendas, nem renúncia do credo em que se haviam declarado. Quanto aos créditos, não consta se foram de feito passados.

Embarcou Vieira em Calais a 12, chegou à capital de Halanda a 18 de Abril. Desta vez alojou-se na embaixada, e já sem o hábito da Companhia, não consentido entre hereges. Vestiu traje secular, cingiu a espada, e tanto à vontade se sentia na mudança, que à volta, em Lisboa, com escandalo público, dêsse modo se apresentou nas ruas. Capricho ou desafio, ninguem saberá nunca porquê. A passagem por mar fôra custosa, como se verifica da narrativa ao residente em Paris.

António Vieira a António Moniz de Carvalho [1]

(INÉDITA)

Senhor meu. Escrevo a V. M.cê da Haya, onde cheguei aos 18 do corrente, tendo escapado dos maiores perigos em que nunca me vi, porque atrevendo-me a passar de Calez a Zelanda em um barco sem comboi, defronte de Dunquerque estivemos tomados daquelles piratas, de cujas mãos nos livrou Deus quasi milagrosamente, fora da esperança de todos os que vinham embarcados; e na mesma tra-

[1] Bibl. de Évora, Cod. $\frac{\text{CVI}}{2\text{-}7}$.

vessia foi tão rijo o vento que nos levou um homem ao mar, que não pudémos recolher.

De Flessinga a Dort, e de Dort a Rotterdam, viémos tambem por mar, e de ambas as viagens com tempestade, de que se perderam, na primeira tres, e na segunda dois barcos da mesma carreira. Assim foi Deus servido que chegássemos vivos a esta côrte, onde fico pousado em casa do sr. Embaixador, em cuja affabilidade e disposição acho tudo o que V. M.cê me tinha dito, com a differença que fazem as noticias intuitivas ás abstractivas. No secretario experimento o mesmo, e me parece companhia com que se podem passar os rigores de um tão frio desterro como este. Essa foi a maior pensão de Paris, estar nella em habito, que não foi possivel trocar a casa em que estavamos pela de V. M.cê, onde lograssemos mais tempo, que agora padecem nossas saudades.

Fico com saude, e mais animado nas esperanças d'este negocio do que lá o estava. Queira Nosso Senhor dar-lhe o fim que desejamos. V. M.cê me faça mercê mandar muitas novas, e ter-me em sua graça, que, se fôr com o logar que mereço, será o primeiro entre os amigos e servidores de V. M.cê Deus guarde a V. M.cê muitos annos como desejo. Haya e abril 21 de 646.

Antonio Vieira.

Dos hebreus de Ruão vinha tão cativo que logo à chegada se lhes dirige, renovando as promessas fagueiras da visita.

António Vieira aos judeus de Ruão [1]

(INÉDITA)

Senhores meus. Escrevo a todos V. M.cês no mesmo papel, porque não é justo faça divisões a penna onde não reconhece differença o coração. Foi tão igual e grande a mercê, que V. M.cês me fizeram, e tão igual o affecto que em todos experimentei, que, quando particularmente o considero, o que devo a cada um me parece maior, e assim não quero fiar a significação do meu agradecimento a diversas cartas, porque a differença das palavras não argúa desigualdade na obrigação. Conforme este conhecimento me tem todos, e cada

[1] Bibl. Nac. de Lisboa, Cod. 656 do fundo antigo, fls. 207. Cópia.

um de V. M.cês, tão desejoso, como obrigado, a seu serviço, esperando e pedindo a V. M.cês me queiram occupar em tudo o que fôr delle, estando mui certos que, até onde chegar o pouco que possuo, mostrarão as obras a verdade deste meu animo.

O que mais tenho sentido é haverem sido tão poucos os dias que V. M.cês me communicaram, que se não poude manifestar nelles o affecto com que a todas V. M.cês amo, que se antes do conhecimento o fazia grande a razão e a indignação, depois que vi e tratei a V. M.cês, o faz já muito maior a obrigação e a dôr. Espero em Deus, que sempre nas grandes empresas se serviu de instrumentos fracos, a de querer ajudar nesta a pureza de meu zelo, e a grandeza do de V. M.cês, de que venho tão consolado como magoado. S. M. saberá muito cedo por cartas quão leaes vassalos tem em Ruão, e quão merecedores de os ter perto de si, e, se Deus me leva a seus reaes pés, eu prometto a V. M.cês que fique muito mais confirmado no bom animo com que o deixei, porque até agora o persuadia com argumentos do discurso, e daqui por diante o poderei fazer com experiencias da vista.

As coisas grandes não se acabam de repente; hão mister de tempo e todas tem seu tempo. O desta parece que é chegado, porque vejo concorrerem para ella todas as influencias, de que não digo mais, porque isto é papel.

A minha jornada foi cheia de perigos e trabalhos, que em nenhuma parte della faltaram, escapando milagrosamente das mãos dos dunquerquezes, e de varias tempestades em que os companheiros padeceram naufragio; e Deus, que de tantos perigos me guarda, deve ser para algum grande bem. A divina Magestade dê a V. M.cês todos os que lhes desejo, e guarde a V. M.cês por muitos annos com as felicidades que desejam. Meu companheiro beija as mãos a V. M.cês, e ambos mandamos as nossas saudades, que verdadeiramente são grandes. Haya, 20 de abril de 646.

Antonio Vieira.

A resposta dos judeus traslada-se, posto que desprovida de interêsse especial, como curioso documento da espécie. A linguagem guindada, a incorreta sintaxe, a emmaranhada construção de certas frases, tresanda à sinagoga. É o português em que se prégava na Holanda, e que os versados na literatura religiosa dos hebreus de Haia por certo hão de reconhecer.

Os judeus de Ruão a António Vieira [1]

Senhor. — Preceito é de amor que o que ama se transforma na cousa amada, de cujo causa nasce não querer V. M.cê fazer devoção no escrever-nos, por o muito que nos ama, e nós imitando a pureza do seu coração e animo, a fazemos da mesma maneira, transformando-nos em um só affecto de vontade. Breves foram os dias em que gozámos de sua vista, mas quando o bem dura muito, e particularmente nos ausentes da patria, que se não choram pelos rios de Babilonia suspiram por a vista das correntes do nosso Tejo, mas com dôr grande. Peregrinar por estado é sentir sem elle; nas pessoas da qualidade de V. M.cê é mui proprio dar honra a quem mostra, e se a nossa, por ser uma em todos, achou graça na de V. M.cê, gratificar este beneficio é a maior dita que nos podia conceder o céo. O crisol da amizade é a ausencia. Se V. M.cê não nos havendo conhecido nem visto nos defendia em Portugal, acutilando emulos com o estoque da fé e escudo da razão, que muito que nos ame, havendo nos visto, e que muito que o amemos, havendo-o tratado? O primeiro affecto d'alma é a theoria, e o segundo a materia da pratica, e, se em nós outros está parte, no coração de V. M.cê está o todo, e d'esta consequencia se pode tirar quão inferiores somos a seu divino juizo. Um dos attributos de Deus é o zelo, e quem tanto o imita força é que logre o zelo com que a defende. A razão é clara, pois, sendo V. M.cê tão bom piloto da fé, quer levar o Norte a Portugal, para maior satisfação do Norte real que o governa. Esperamos na soberania de tão justo rei que, como pae da patria, receba debaixo de seu amparo os filhos que a ambição desterrou, pois sendo tão inferior Egipto a Portugal, se nelle levantou Deus um Joseph, neste ha levantado outro. Seja V. M.cê o braço direito d'este salvador lusitano, para que nos annaes da immortalidade e da ideia nome de divina e da intelligencia no movimento *(sic)* [2]. Bem conhecemos esta esperança, e que as cousas grandes querem tempo, porém como são passados tantos, e está esta esperança morta, que ressuscite duvidamos. Bem sabe V. M.cê, como tão douto, que costume é segunda natureza, e que sem grande auxilio divino não se inclina ao

---

[1] Bibl. Nac. de Lisboa, Cod. 656 a fls. 207.

[2] Período evidentemente mutilado e deformado pelo copista.

bem publico, necessario é ou bem forçoso que o Piloto real d'esta nave portuguêsa, como quarto planeta, atice ahi os animos, para que hajamos logrado o bom successo que se deseja; tornamos a dizer que o duvidamos, não por não conhecermos o zelo de S. M. que Deus guarde e de seus ministros, senão por conhecermos, por desgraçados, que quando a fortuna dá em perseguir aos homens lhe parece que não cumpre com a sua obrigação até os pôr debaixo das rodas. Pode ser que por descuido nos levante, mas de semelhantes descuidos se amplificaram as monarchias, que os Argos de um rigor talvez de olhos se tornarão cabeças, e d'ellas se compõe a hidra. Estimaremos que se a virem se corte, e que seja V. M.cê o santelmo d'estas borrascas e tormentas, e se as que V. M.cê passou por descobrir o Norte annunciam bonança, até que seus olhos vejam, posto pedirmos á sua divina Magestade lhe dilate a vida, e que depois a logre em serviço da real Magestade e defensa da fé catholica, e nós o bom amigo e companheiro de V. M.cê. E fazemos e offerecemos esta por propria, e pois nos mandam saudades, que lhes offerecemos nós outros, que nos sustentamos d'ellas, basta por não enfada-lo, que o amor nos desculpa. Guarde Deus a V. M.cê como deseja, e o torne a levar com muita prosperidade onde tambem todos desejamos de volver. Ruão 4 de maio de 1646.

Faltam na cópia as assinaturas, mas entre elas figurariam as de João Rodrigues de Morais, Diogo Henriques Cardoso, António de Cárceres, e outros cristãos novos de Ruão, mencionados no processo de Manuel Fernandes Vila Real. É possível que Vieira também por lá tivesse visto o poeta António Henrique Gomes, mas êsse, fino literato, não poria o seu nome em papel tão alheio à arte de escrever.

Do que passou com António Vieira em Haia não temos por êle notícia alguma, nem o que por outras partes se apura ilucida êsse ponto. Póde-se porêm, sem receio de contestação, afirmar que a missão a que ía se malogrou, e que de nenhum modo foi de evidência o papel político que na ocasião lhe competiu. Ao próprio embaixador Francisco de Sousa Coutinho nada fácil lhe resultava a tarefa, em um ambiente todo de intrigas e hostilidade. É certo que

êle, ilhéo sagaz (tinha nascido em S. Miguel) muitas vezes penetrava a umas e vencia a outra, mas a cada passo lhe surgiam obstáculos, que a outro de menor ânimo pareceram insuperaveis. Neste período tentava simultâneamente, na esperança de realisar ao menos uma das tenções, de uma parte paz ou prolongamento da trégua em vigor, e retrocesso dos territórios que as Companhias nos haviam tomado; de outra parte que os Estados continuassem a guerra com Espanha, ou que, ajustando a paz, exigissem que nela também fosse Portugal incluido. Como se vê algo de contraditório havia nestes projectos, no conjunto difíceis de conciliar. A paz entre Holanda e Castela excluia a esperança de nos serem as colónias restituidas, já que, livre do mais poderoso inimigo, apta se achava a república a defende-las com vantagem, e isso sabia o embaixador, aceitando sem embargo a contingencia, no intuito de ganhar, quando menos, um ponto na arriscada partida.

Alêm disso, grave dificuldade se lhe antolhava ainda; e vem a ser que, nas discussões diplomáticas, podia o suborno mais que argumentos, e a penúria usual da embaixada lhe não permitia levar de vencida oposições interesseiras. Não só os adversários, mas até os agentes da França, que ajudavam as negociações, era mister de quando em quando propiciar com oportunas dádivas[1]. Jerónimo Nunes

---

[1] São em extremo curiosas as revelações, que neste particular fazia Francisco de Sousa Coutinho ao marquês de Niza. Desde os funcionários subalternos ao secretário de Estado Muts, e aos membros da alta assembleia governativa, todos se deixavam corromper. Nem a Princesa de Orange, mulher do *Stathouder,* repelia as peitas. Assás interessante é o trecho da correspondencia relativa a êste caso: «Fiz-lhe dizer (à Princesa) pelo sr. D. Luis de Portugal que, se S. A. (o Príncipe), pois em Zelanda podia tudo, fizesse que aquella provincia não viesse na paz sem a inclusão de Portugal, lhe daria quinhentos mil florins; não acceitou a offerta, dizendo que, sobre não poder nada, podia menos por aquelles termos de lhe

da Costa, o opulento hebreu, agente oficial do govêrno português, era quem tinha a cargo a gestão financeira, e

---

offerecerem dinheiro. Entendi o achaque, como quem lhe conhece a natureza, julgando, e acertei, que lhe parecera pouco o dinheiro. Dobrei-lhe a parada, e mandei-lhe falar por uma irmã de D. Luis, de quem elle faz grande confiança, e ajuntei novas razões, para lhe tirar a vergonha de não haver tido o primeiro *envite*. Em fim teve o resto, e remetteu logo o negocio a este plenipotenciario, Estado de Zelanda, propondo que seria bom tambem fazer-lhe um cumprimento de cincoenta mil florins, que ella mesmo taxou.» (Carta de 28 de Janeiro de 1647, Bibl. Nac. de Lisboa, Cod. 1:748). A transação, a que se não póde supôr extranho o Príncipe, não foi ávante porque Francisco de Sousa Coutinho não pôde logo depositar a soma prometida no Banco de Amsterdam, como lhe exigiam. Quando esta veio, era tarde. De não menos valor é o caso referente ao agente de França, M. Brasset: «Um d'estes dias, visitando-o eu, acarretou conversações caseiras, até me vir a dizer que havia dois annos que não cobrava de seus ordenados um *franc*. E deteve-se demasiadamente neste discurso, chorando-se velho, carregado de obrigações, e de pouca fazenda. Pareceu-me que lhe chegava o cheiro da canela e pimenta, que está nesse reino, e chorei-me com elle, mas não o consolei com promessa nenhuma, porque as facilidades com que Francisco de Andrade promettia joias em nome de S. M. me teem bem acautelado.» (Carta de 18 de março de 1647, loc. cit.). Ácerca dos Estados — assim se denominavam os membros da assembleia —, não menos explícitas são as referências. Quando se tratou da restituição de Pernambuco, dividiu-se a opinião entre eles, uns favoráveis outros contrários às condições oferecidas. O embaixador visitava pessoalmente a cada um pedindo-lhe o voto. «A uns achei bons — conta —, a outros inimicissimos. Bem sei que se elles ouvissem tinir que houveram de baixar a voz.» Os comissários de Holanda aceitavam, diz êle, «por haver comprado alguns com um pouco de contado e um muito de promessas.» (Carta de 21 de outubro de 1647, loc. cit.). Para êste acôrdo foi também palpado, com uma oferta de cem mil escudos, o novo príncipe de Orange, Guilherme II, filho do antecedente, que não aceitou absolutamente, mas também se não escandalisou. (carta de 25 de maio de 1648, loc. cit.). Tal era a moralidade dos próceres da república ao terminar a guerra da independência.

proporcionava os fundos ao embaixador. Quantas vezes, porêm em atrazo! Quantas reduzindo-lhe as parcelas! Quantas, cansado de antecipar somas, largo tempo em desembolso, redondamente lhas negava! A correspondência de Francisco de Sousa Coutinho anda cheia de tais queixas, e as seus próprios vencimentos largos meses ficavam retidos.

Mas não eram essas as sós dificuldades do embaixador. A política ardilosa da França muitas vezes lhas creava. Quando a Haia chegou M. de la Thuillerie, que devia patrocinar ante os Estados as diligências do diplomata português, tinha êste tratado com o secretário Muts dar-lhe, para repartir com quem realisasse as negociações em Munster, meio milhão de florins se a guerra com Castela continuasse, um milhão se, fazendo a paz, fosse Portugal incluido, ou lhe alcançasse a Holanda trégua de vinte e cinco anos com Espanha. Soube-o o plenipotenciário amigo, çhamou a si a negociações e, por meios de que dispunha, inutilisou-a, por não servir aos interesses da sua nação o acôrdo [1]. Com efeito o que o caviloso Mazarini nêsse tempo meditava era fazer êle próprio as pazes com Espanha, recebendo a França os Países Baixos, e abandonando-lhe à discrição Portugal [2].

Neste pé se achavam as cousas em Holanda, à chegada de António Vieira. Levava os créditos de Ruão? Parece duvidoso, porque, voltando ao reino, em julho seguinte,

---

[1] Carta de 27 de Janeiro de 1647, loc. cit.

[2] Carta de Mazarini a M. d'Avaux, plenipotenciário em Munster, de 20 de julho de 1646, extratada na obra de J. Tessier, *Le chevalier de Jant*, pág. 318: «Nous pouvons dire que, par la paix que nous faisons sans y comprendre le Portugal, nous donnons un royaume tout entier au Roy d'Espagne, puisqu'il est certain que, quelque bonne opinion que les portugais aient de leurs personnes et de leurs forces, s'il n'est diverti d'ailleurs, il n'aura pas beaucoup de peine à les réduire.»

trazia por instruções pedir a D. João IV poderes para o embaixador e dinheiro; dinheiro para o que sabemos, poderes para aquele mais à vontade negociar, e oferecer o máximo que mister fosse, para alcançar a desejada paz.

Assim pois, vê-se, redundou esteril esta primeira missão de Vieira, porque nem conseguiu levar consigo o especial enviado que pretendia, nem a proposta sôbre a compra de Pernambuco pôde ser submetida aos Estados, que recusavam discutir os negócios do Brazil. Com efeito, desde que Francisco de Sousa Coutinho, em nome de D. João IV, repelira toda a ideia de solidariedade com os rebeldes de Pernambuco, o govêrno de Holanda, fundando-se em que, onde não existia contenda não podia haver ajustamento, negava audiência ao embaixador, cada vez que para tratar do assunto lha solicitava[1]. Só muitos meses depois, no ano seguinte, a pertinencia dos holandeses foi vencida.

Entretanto era do máximo interêsse realisar-se a composição. Se bem que, no Brazil, em campo, proseguissem as vantagens dos revoltosos, a situação por fóra complicava-se. Os Estados tinham autorisado a apreensão dos navios que fossem propriedade dos súbditos revoltados, e as Companhias aproveitaram-se disso para prearem quantos barcos nossos encontravam. É evidente o dâno que daí provinha ao comércio português em geral. Em Holanda achava-se a opinião pública sumamente excitada, pelas conseqùências de um revez que tivéramos. No combate de Tamandaré, em que a esquadra de Jerónimo Serrão de Paiva foi destruida pela de Lichthardt, caíram em mãos do vencedor papeis de comprometimento para o govêrno de Lisboa, entre êles uma ordem régia para Salvador Correia de Sá, comandante da armada que recolhia ao reino, ordem que, se bem cautelosamente redigida, na interpretação justa significava um mandado de auxílio aos

[1] *Portugal Restaurado*, ed. 1751, T. 2, pág. 191.

rebeldes [1]. Não chegou ela a tempo, ou não a quiz Salvador Correia entender. O caso é que ficou em poder de Jerónimo Serrão, em quanto a força naval, superior em número e poder dos navios, velejava para a Europa. A isso porventura se deve não ter logo o Recife caído em posse dos portugueses. Soube-se disto em Haya, vieram os documentos, e o populacho enfurecido tentou vingar a traição na pessoa do embaixador. Assaltou-lhe a casa, e só a força armada o salvou do maior desacato e violência. Era portanto difícil, em tal conjuntura, alcançar o ajustamento pacífico de que Portugal carecia para se defender de outro inimigo, tão potente como Espanha.

Não se apura com precisão a data em que Vieira saiu de Haia. Talvez em fins de julho, como de uma carta de António Moniz de Carvalho se colige. Diz êle em 29 dêsse mês ao conde almirante:

«Francisco de Sousa Coutinho me avisou que o padre António Vieira partira para esse reino, a fazer nelle as advertencias e diligencias que convinham. Peço a V. E. me avise do que lá diz e se resolve, e me deixa admirado de me não escrever sua partida, sendo eu tão grande seu apaixonado» [2].

Parece pois que foi resolvida a viagem de súbito. O biógrafo D. Francisco Alexandre Lobo com razão adverte que António Vieira se acharia no fim de Agosto em Lisboa [3], onde segundo parece não advogou as pretensões de Francisco de Sousa Coutinho [4]. Com o conhecimento que

---

[1] O documento foi publicado na obra de Porto Seguro, *Historia das lutas com os hollandezes no Brazil*, pág. 298, ed. de 1872.

[2] Bibl. de Évora, Cod. $\frac{\text{CVI}}{\text{2-J}}$.

[3] *Obras*, T. 2, pág. 214.

[4] Carta de Francisco de Sousa Coutinho ao marquês de Niza: «Poderes e dinheiro, isto foi o que o padre Vieira levou por instrucção minha pedir a S. M., e se nos houvera crido, e não ao velha-

de observação própria adquirira das cousas de Holanda, reduziu a parecer motivado a proposta para a compra de Pernambuco, e «a todos pontos satisfez com muito prudentes e bem consideradas razões», diz o autor do *Portugal Restaurado*. Em breve, porêm, tinha de o substituir por outro mais radical, o do abandono completo, e, porque o escreveu de seu punho, sôbre êle os pósteros lançam a responsabilidade que, com mais justiça a outros, e dos mais graduados se devera imputar.

J. Lúcio de Azevedo.

---

quinho do companheiro, *(o padre António de Melo?)* e ao que o fez informar contra o que se propunha, tiveramos ganho muito tempo.» 22 de abril de 1647. Bibl. Nac. de Lisboa, Cod.

BOSQUEJO HISTÓRICO SOBRE A HISTORIOGRAFIA DAS MATEMATICAS[1]

O primeiro historiador de matemáticas foi Eudemio, de Rhodes. Compoz seis livros sôbre história da Geometria, e seis outros sôbre a da Astronomia, em uma época que devia regular por 300 anos antes da era cristã, mas essas obras, aliás conhecidas de Theon d'Alexandria e de Procles, perderam-se infelizmente.

Chegaram-nos, comtudo, alguns fragmentos, e a avaliar por êles, o seu autor traçou com toda a precisão o perfil scientífico dos matemáticos que o precederam.

No largo período, de mais de 2000 anos, que vai de Eudemio até meados do século XVIII, realizaram-se alguns ensaios de História das matemáticas, sem grande interesse, de resto, por escritores outr'ora célebres em França, Itália, Holanda e Alemanha, tais como: De la Ramée, Baldi,

---

[1] Na sessão de 1.ª classe de 29 de abril de 1915, primeira sessão da classe a que o sr. Rodolfo Guimarães assistiu como sócio efectivo, disse, ao agradecer a sua eleição, que se propunha representar, embora modestamente, dentro da secção de sciências matemáticas, para que foi eleito, a *Historiografia Matemática*, a qual, em seu entender deve ser cultivada dentro da referida secção. E, para mostrar a convicção em que está, passou a ler o presente bosquejo histórico sôbre a orígem e desenvolvimento da Historiografia matemática até chegar ao estado próspero e esperançoso em que hoje se encontra.

Vessius, Heilbronner, etc., mas todos êles se limitaram a dizer que tal autor escrevera tal obra sôbre determinado assunto. Se se pretendesse, porêm, saber o que haveria de novidade em um certo trabalho, ou qual seria a obra científica dêste ou daquele outro autor, ficava-se sem resposta.

Pondo, porisso, de parte êsse largo período pouco produtivo, e saltando a meados do século XVIII, deparamos com uma figura de destaque, que viveu de 1725 a 1799, e de todos conhecida — João Estêvão Montucla.

Era Montucla natural de Lião, onde estudou línguas e sciências matemáticas no Colégio dos jesuitas. Passando mais tarde a freqùentar em Toulouse o curso de Direito, abandonou depois esta carreira, indo então para Paris cursar os estudos gerais. Aí era frequentador assíduo da casa do livreiro Jombert, onde se relacionou com d'Alembert, Lalande, e Da Gua de Malves, intimos da casa. A convivência com êste último, cujas memórias algébricas, publicadas em 1741, começavam por extensas introduções históricas, sugeriu provavelmente a Montucla a ideia de tomar um problema de matemática e seguir o seu desenvolvimento histórico.

A sua *Histoire des recherches sur la quadrature du cercle,* que apareceu em 1751, é um trabalho consciêncioso, repleto de pormenores que estavam esquecidos, sendo preciso ir buscá-los a autores pouco nomeados. Esta monografia, que teve completo exito, sendo reimpressa já no século XIX, em 1831, por Lacroix, foi seguida, quatro anos depois, isto é em 1758, da *Histoire des Mathématiques*, à qual o nome de Montucla ficou para sempre ligado.

A 1.ª edição desta notável obra, em dois grossos tomos, e cujo título completo, bastante longo, é : *Histoire des mathématiques dans laquelle on rend compte de leurs progrès depuis leur origine jusqu'à nos jours ; où l'on expose le tableau & le développement des principales découvertes, les contestations qu'elles ont fait naitre & les principaux traits de la*

vie des mathématiciens les plus célèbres, é hoje rara, não tendo nós reconhecido a sua existência em Portugal senão na Biblioteca Nacional de Lisboa, e nas das Escolas de Guerra e Naval.

Foi reimpressa em 1798 (t. I e t. II), com numerosos aditamentos. Tendo Montucla reunido os materíais precisos para completar a sua obra, faleceu em 1799, não os deixando todavia em estado de serem impressos. Lalande, coordenando-os, ultimou o trabalho de Montucla com a publicação em 1802 de dois outros volumes (t. III e t. IV), vindo, por conseguinte, esta 2.ª edição a ser formada por quatro grossos tomos, sob a epígrafe anterior ligeiramente modificada (1).

Esta 2.ª edição é bastante vulgar, encontrando-se entre nós nas bibliotecas: da nossa Academia, Nacional de Lisboa (2), Pública de Évora, Pública municipal do Pôrto; nas dos seguintes estabelecimentos: Universidade de Coimbra, Observatório astronómico de Lisboa (Tapada), Escolas de Guerra e Naval (3), Faculdades de Sciências das Universidades de Lisboa e Pôrto, e ainda nas da Inspecção geral das fortificações e obras militares e da Associação dos engenheiros civis portugueses.

Comparando os volumes escritos por Montucla com os compostos por Lalande, nota-se uma certa superioridade dos dois primeiros em relação aos dois últimos.

---

(1) É êste o título completo: *Histoire des mathématiques, dans laquelle on rend compte de leurs progrès depuis leur origine jusqu'à nos jours; où l'on expose le tableau et le développement des principales découvertes dans toutes les parties dss mathématiques, les contestations qui se sont élevées entre les mathématiciens, et les principaux traits de la vie des plus célèbres. Nouvelle édition, cordialement augmentée et prolongée jusque vers l'époque actuelle.*

(2) Só os tomos III e IV.

(3) Só os tomos I e II.

No entanto, Montucla não é já hoje o autor, quási infalível, que se deve consultar, sôbre qualquer questão de História das matemáticas; caíu várias vezes em erro, mas é ainda e será talvez sempre um modêlo que o historiógrafo das sciências matemáticas ha de seguir.

Estava o século XVIII prestes a findar, quando apareceram duas obras dignas de menção, uma na Alemanha e outra na Itália.

A primeira é a *Geschichte der Mathematik* de Abrahão Gotthilf Käestner, em quatro volumes, publicados em Gottingen de 1796 a 1800 [1], isto é, nos últimos 4 anos de vida de Käestner, o qual faleceu octogenário.

Esta obra, que existe nas bibliotecas da Universidade de Coimbra e do Observatório astronómico de Lisboa (Tapada), está longe de ser o que o seu título parece indicar; todavia, segundo a opinião unânime dos entendidos, não se poderia passar sem ela nos trabalhos históricos. Käestner possuia uma riquissima biblioteca e, na sua História de matemáticas, descreve conscienciosa e permenorisadamente, reunindo-as por ordem cronológica, as obras respeitantes à Matemática. E assim por Käestner ficamos conhecendo, e até muito bem, bastantes autores, cujos nomes, se não fôsse êle, nos passariam desapercebidos, e também numerosos livros que hoje não se encontram.

A outra obra, a italiana, é: *Origine, trasporto in Italia primi progressi in essa dell'algebra,* por Pietro Cossali, impressa em dois tomos (t. I, 1797 e t. II, 1799), em Parma, onde Cossali era professor de astronomia.

Diz-se, com certo fundo de razão, que esta obra torna superflua qualquer outra sôbre a Álgebra na Itália, no pe-

---

(1) Tomo I em 1796; II em 1797; III em 1799 e IV em 1800.

ríodo de 1200 a 1600, e, como os italianos nessa época, marchavam na vanguarda em sciência algébrica, não basta proceder, como complemento, a investigações relativas a alguns algebristas doutros países, como Stifel, Viete, Chuquet, etc., que inscreveram o seu nome em páginas que faltam em Cossali, mas absolutamente indispensáveis em uma História geral da Álgebra.

O mérito de Cossali é tanto maior que, para as suas investigações sôbre Leonardo Fibonacci [1], geralmente conhecido pelo nome de Leonardo de Pisa, personágem que êle, por assim dizer, descobriu, só podia ter recorrido a manuscritos difíceis de obter, mas mais difíceis ainda de decifrar.

Foi Cossali quem realmente lançou o Principe Boncompagni na pista dêsse homem célebre do século XIII, e êle também que soube entrar no espirito de Cardan, pondo em relevo as verdades descobertas por êste homem de génio, traduzindo-as duma língua apenas compreensível dalguns para outra ao alcance de qualquer matemático. Foi, comtudo, censurado por essa tradução, alegando-se que era falsear um autor alterar a maneira dêle se exprimir.

Logo no princípio do século XIX, em 1802, foram publicadas em Paris por C. Bossut, octogenário como Käestner, dois pequenos volumes sob a epigrafe: *Essai sur l'histoire générale des mathematiques*. Encontram-se estes livros nas bibliotecas: nacional de Lisboa, Pública municipal do Pôrto, da Universidade de Coimbra e da Escola de Guerra.

Uma segunda edição [2], com o título ligeiramente alterado *(Histoire générale des mathématiques depuis leur origine jusqu'à l'année 1808)*, viu a luz da publicidade em

---

(1) Isto é: *filius Bonacii.*

(2) Os dois tomos da 2.ª edição são bastante mais volumosos que os da primeira.

1810, existindo na biblioteca da Faculdade de Sciências da Universidade de Lisboa.

Nos doís volumes referidos não se vê uma única figura, nem uma símples equação. Bossut não quiz entrar em minúcias das sciências, assinalando só o desenvolvimento muito geral. São, a bem dizer, resumos, relances rápidos tomados sob certos pontos de vista, raciocínios cheios de atractivos para quem já sabe, mas de pouca utilidade para quem tem precisão de aprender. Quanto aos erros que se notam em Bossut, idênticos de resto aos de Cossali e de Montucla, são antes defeitos da época do que do historiador.

Em 1810 publicou tambêm Delambre, em Paris, o seu *Rapport historique sur le progrès des sciences mathématiques depuis 1789 et sur leur état actuel présenté à S. M. l'Empereur et Roi*, o qual está escrito por mão de mestre. Um exemplar existe na Biblioteca pública municipal do Pôrto.

Apoz um período de perto de 30 annos sem se registar aparecimento de livro algum sôbre historiografia das matemáticas, publicou Chasles o seu notável *Aperçu historique sur l'origine et le développement des méthodes en Géométrie* (Paris, 1837), obra que foi traduzida para alemão em 1839 reimpressa em 1875 (1), tendo uma 3.ª edição em 1889.

---

(1) A 2.ª edição apenas se distingue da primeira pelo *Avertissement* que a precede, o qual entendemos dever transcrevê-lo, por nele fazer Chasles a história do seu notável trabalho.

«Cet Ouvrage a été conçu à l'occasion d'une question proposée par l'Académie de Bruxelles. Il se réduisait alors aux deux Mémoires qui le terminent, adressés à l'Académie en décembre de 1829, et précédès d'une simple Introduction très restreinte. Lorsque l'Académie eut ordonné l'impression de ce travail, je me proposait d'en étendre l'Introduction, et d'y joindre même, sous le titre de Notes,

Qualquer destas edições é hoje rara, existindo um exemplar da 2.ª edição nas bibliotecas das Faculdades de Sciências das Universidades de Lisboa e do Pôrto.

No *Aperçu historique* de Chasles, ha a distinguir o texto e as notas. O texto constitue, propriamente falando, uma história da Geometria, e sôbretudo de geometria sintética, breve e concisa. Nas notas explicativas, que se lêem no fundo das páginas e sôbretudo naquellas que, formando verdadeiras Memórias, vão em apêndice ao volume, são discutidos minuciosamente os documentos que o autor conseguiu descobrir. É nelas que reside a parte modelar da obra, sôbre a qual mais dum historiógrafo das matemáticas se educou. Não são tratados nessas notas apenas os métodos da Geometria; nellas são egualmente expostos,

---

quelques résultats de recherches qui rentraient dans le sujet. Mais je différai d'abord de donner suite à ce projet; puis les recherches historiques proprement dites, où se présentaient certaines questions obscures que je n'avais pas prévues, retardèrent l'envoi du manuscrit, que l'Académie et l'insistance amicale de son illustre et bien regretté Secrétaire perpétuel, M. Ad. Quetelet, me faisaient un devoir de terminer. L'impression commença en 1835, d'abord sans entraves, et assez rapidement, mais fut bicutôt ralentie, particulièrement par l'étude des Ouvrages indous de Brahmegnfta, dont on n'avait pas encore signalé le sujet réel et l'importance spéciale pour la partie géométrique. Enfin le volume parut en 1837.

«L'Académie dans ces derniers temps a eu la pensée de la reproduire. Ma santé et divers travaux arriérés, dont je retiens même les épreuves depuis des annêes, ne me pernettaient pas de prendre part à cette réimpression; mais mon ami M. Catalan, professeur à l'Université de Liège, a eu la bonté de me suppléer dans la révision des épreuves. Je le prie d'en agrér ici mes bien affecteux remerciements. Une autre objection pouvait se présenter. Depuis 1837, la Géométrie a fait des progrès considérables, qui ont été le sujet d'un des Rapports entrepris sous le ministère et sur la demande de l'honorable M. Duruy. Cette circonstance pouvait rendre fort douteuse l'oportunité d'un travail déjà ancien de près d'une quarantaine d'années.»

com magistral erudição, o cálculo e a numeração, a álgebra e a mecânica.

Apoz o aparecimento do *Aperçu historique,* inseriu Chasles em várias revistas scientíficas algumas pequenas memórias históricas, tais como: *Mémoire sur la géométrie des Hindous, Histoire de l'algebre,* e *Histoire de l'aritmétique.*

Em 1870 publicou êle ainda um excelente *Rapport sur les progrès de la Géométrie* ([1]), publicação feita sob os auspícios do Ministério de Instrução pública.

Este estudo pode ser considerado como um seguimento precioso ao *Aperçu historique,* onde os trabalhos dos geómetras franceses são ali analisados com a claresa e larguesa de vistas com que Chasles tratava as questões.

No mesmo ano em que na França começava a correr mundo o célebre *Aperçu historique* de Chasles, publicava Gerhardt, em Berlim, uma memória sôbre os principios do cálculo diferencial, com o título: *Explicatio et dijudicatio præcipuerum mederum, quibus mathematicis fundamenta calculi differentialis jacere cenati sunt,* a qual foi premiada pela Universidade de Berlim. Outra edição apareceu em Halle em 1840 sob a epígrafe: *Historische Entwickelung des Princips der Differentialrechung bis auf Leibnitz,* sendo ainda outra publicada dois anos mais tarde com a epígrafe modificada como se segue: *Historische Bemerkungen über der Princip Differentialrechung.*

Gerhardt dedicou-se depois ao estudo de Leibniz e de seus rivais e émulos, e investigando na Biblioteca do Hanover, no comércio literário e nos manuscritos do célebre matemático, achou documentos duma data às vezes certa, outras provável, que êle tornou conhecidas, permitindo-lhe fazer a história da invenção do Cálculo infinitesimal.

([1]) Este *Rapport* faz parte do *Recueil de Rapports sur l'état des Lettres et les progrès des Sciences en France.*

Neste estudo e na redacção das obras completas de Matemática e Filosofia de Leibniz, confiada a Gerhardt pela Academia das Sciências de Berlim, reside o seu grande mérito.

Também fez um estudo sôbre a história da álgebra na Alemanha *(Zur Geschichte der Algebra in Deutschland)* que foi impresso em Munich em 1870.

Foi Gerhard incumbido ainda de escrever uma História das Matemáticas na Alemanha, publicando um pequeno volume em 1877, em Munich, assim intitulado: *Geschichte der Mathematik in Deutschland.*

Não passa na verdade dum guia, mencionando só os factos principais sucedidos na sciência matemática desde o ano de 700 até cerca de 1850, e ainda assim não faz menção, é claro, de todos êles.

Muito perto de Chasles vivia em Paris Guilherme Libri, ou melhor o Conde Libri Carucci della Sommaja, que nascera em Florença em 1803. Por motivos políticos teve de abandonar o seu país, refugiando-se em França em 1830 e naturalizando-se francês três anos depois, veiu a ser professor de análise na Sorbonne.

De 1838 a 1841, publicou em Paris uma obra em 4 volumes, que ainda assim não ficou completa, intitulada: *Histoire des sciences mathématiques en Italie depuis la renaissance des lettres jusqu'à la fin du* XVII^e^ *siècle* [1], a qual existe entre nós na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Está ela escrita em estilo brilhante, repassado dum ardente e por vezes exagerado patriotismo, pois que para Libri não há senão italianos e alguns raros franceses que fizeram progredir as Matemáticas. Autores como o célebre Stifel, por exemplo, e o nosso Nunes, são para êle

[1] O original italiano nunca apareceu.

como se não existissem. Não se pode, por conseguinte, acompanhá-lo sem precauções, mas tomadas elas, é indiscutível que o conde italiano prestou enormes serviços à historiografia matemática. Êle estudou numerosos manuscritos, apresentando extractos na maior parte muito exactos, sem falar, como dissemos, na forma verdadeiramente admirável e deleitosa em que estão escritos os livros.

Um ano depois da publicação do 4.º volume de Libri, isto é em 1842, viu a luz da publicidade em Berlim, um trabalho digno de ser posto a par do *Aperçu historique* de Chasles. É a História da álgebra *(Die Algebra der Griechen)* de H. F. Nesselmann, cujo único defeito a notar-lhe é ter ficado no primeiro volume, o qual diz respeito à História da álgebra grega.

Nesselmann podia bem ter continuado a obra que iniciara com tão extraordinário exito, pois contava então 31 anos de idade, e faleceu em 1881 com 70 anos. A partir, porem, de 1845, por motivos que se desconhecem, só publicou trabalhos de filologia.

Em 1846 a «Real Academia de la Historia» de Madrid deu a lume a obra póstuma de Martin Fernandes Navarrete, com o título de: *Dissertacion sobre la historia de la Nautica y de las ciencias matematicas que han contribuido á sus progresos entre los españoles*, a qual existe na Biblioteca da Escola Naval.

Embora se refira tão notável obra à história da navegação, é certo que se ocupa tambêm, e desenvolvidamente, pela intima ligação que tem com aquela sciência, do progresso das matemáticas na península.

A ordem cronológica das publicações conduz-nos à História das matemáticas *(Geschichte der reinen Mathematik)* de Arneth, impressa em Sttutgart em 1852.

Arthur Arneth, que foi professor na Universidade de Heidelberg, onde nasceu em 1802 e faleceu em 1858, quiz apresentar a Historia das matemáticas como fazendo parte do desenvolvimento do espírito humano, e, falhando êste objectivo, enunciou um problema digno de ser resolvido, mas impossível de ser tratado nas 290 páginas constantes da sua obra.

A Introdução e a primeira Parte, muito geral, abrangem 67 páginas; 73 outras são consagradas às matemáticas gregas; 45 às dos hindús, 49 às dos árabes, romanos e idade média até meados do século XVI, restando 58 páginas unicamente para o período compreendido entre 1550, pouco mais ou menos, e 1800.

Arneth teria feito um excelente livro, embora demasiado conciso, se, de acôrdo com o editor, efectuasse a distribuição do assunto, em harmonia com o espaço de que dispozesse. Desprezou êste preceito que todo o escritor deve ter em atenção, e o seu livro ressentiu-se disso.

Adolfo Quetelet, director do Observatório de Bruxelas, tambêm se dedicara à história das matemáticas. Publicou dois volumes, de pequeno formato, um em 1864 e o outro em 1866, ambos com o título: *Histoire des sciences mathématiques et physiques chez les belges,* os quais na opinião do sr. Maurício Cantor, parecem bem preferíveis à obra de Gerhardt, há pouco citada.

No mesmo anno de 1866, Quetelet refundiu as matérias contidas nos dois tomos mencionados, e, com alguns acrescentamentos mais, reuniu-as em único livro de 744 páginas, a que deu o título: *Sciences mathématiques et physiques chez les belges au commencement du* XIX^e^ *siècle,* o qual existe nas bibliotecas da Academia das Sciências e da Faculdade de Sciências da Universidade de Lisboa. Outra edição apareceu em 1871, havendo-a na biblioteca da Faculdade de Sciências da Universidade do Pôrto.

Hermann Hankel, matemático de grande talento e com aptidões especiais para historiógrafo, faleceu em 1873, apenas com 34 anos de idade, sem ter tido a satisfação de ver impressa uma página sequer da sua obra sôbre História das matemáticas. O fragmento publicado em Leipzig, em 1874, sob a epígrafe: *Zur Geschichte der Matematik im Altertum und Mittelalter,* mostra bem o quanto dêle havia a esperar se não tivesse falecido.

Também no ano de 1874 publicou F. Hœfer, em Paris, a sua *Histoire des mathématiques depuis leurs origines jusqu'au commencement du* XIX^e^ *siècle,* livro muito conciso, mas bem escrito. Uma 2.ª edição apareceu em 1879, a qual se encontra nas bibliotecas: Nacional de Lisboa e Pública municipal do Pôrto; a 3.ª em 1886, a 4.ª em 1895, e a 5.ª em 1902, todas editadas pela casa Hachete.

Em 1876 publicou o sr. S. Günther, em Leipzig, um belo livro, como todos os que veem da pena dêste ilustre professor, assim intitulado: *Vermischte Untersuchnngen zur Geschichte der mathematischen Wissenschaften.*

J. C. Poggendorf professou durante largos anos na Universidade de Berlim um curso sôbre história da física, no qual consagrou muitas lições à história da matemática e a assuntos que teem com ela íntima relação.

O manuscrito das lições feitas por Poggendorf, sem alteração alguma, quer na disposição quer no estilo, foi, em 1879, publicado por W. Barcutin, em Leipzig, sob a epígrafe: *Poggendorff's Geschichte der Physik.*

Mais tarde foi esta notável obra traduzida para francês por E. Bibart e G. de la Quesnerie, aparecendo em Paris, em 1883, com o título: *Histoire de la physique.*

Existe um exemplar na biblioteca da Faculdade de sciências da Universidade de Lisboa.

O autor dedica, de facto, neste livro magníficas páginas à historiografia matemática, a saber: pp. 4-7, 71-75, 80-153, 157-161, 272-274, 278-284, 355-357, 362-364, 403-406, 424-445 e 479-482.

Em 1880, o venerando professor sr. Maurício Cantor, da Universidade de Heidelberg, que tem dedicado toda a sua vida à historiografia das matemáticas, lançou no mercado o tomo I do seu *Vorlesungen über Geschichte der Mathematik;* seguiu-se em 1892 o tomo II, em 1898 o III e em 1908 o IV.

Esta obra em quatro grossos volumes, que existe nas bibliotecas do Observatório astronómico de Lisboa (Tapada) (1) e da secção de matemática da Faculdade de Sciências da Universidade de Coimbra (2), constitue um admirável monumento, cujas formas essenciais resistirão ao tempo.

Data de 1883 o aparecimento em Paris do tomo I da *Histoire des sciences mathématiques et physiques* de Maximiliano Marie. Os volumes seguintes, em número de onze, foram sucessivamente aparecendo, o último dos quais (t. XII) em 1889.

Esta colecção, que se acha nas bibliotecas: da nossa Academia, do Observatório astronómico da Tapada, da Faculdade de Sciências da Universidade de Lisboa (3) e da do Porto, foi planeada sob um ponto de vista diferente do considerado pelos autores de que temos feito menção, e que Marie expõe assim no prefácio: «Il ne faut donc chercher dans cet Ouvrage ni tentatives de substitutions de

(1) Existem sómente os três primeiros volumes.

(2) O tomo I, em 3.ª edição, é de 1907; o tomo II, de 1913, é uma reimpressão da 2.ª edição; o tomo III, de 1901, é 2.ª edição; o tomo IV, 1908 é 1.ª edição.

(3) Falta nesta colecção o tomo XII.

faits inconnus ou d'ouvrages perdus, ni découvertes bibliographiques, ni discussions sur les faits incertains ou des dates douteuses, ni hypothèses sur la science des peuples qui ne nous ont transmis aucun monument certain de leur savoir.

«Je suis très éloigné de croire inutiles ou chimeriques les recherches dirigées dans l'un des sens que je viens d'indiquer, mais enfin je ne m'en suis pas occupé.

«Il n'est pas nécessaire qu'un même ouvrage contienne tout ce qu'il était possible d'y mettre, il y en a d'autres; l'important est qu'il contienne des choses utiles, qui ne se trouvent pas ailleurs.»

Em 1884 apareceu em Cambrïdge, um interessante volume: *A short History of Greek Mathematics* publicado por J. Gow.

Em 1888 Rouse Ball fez em Cambridge um curso sôbre a história geral das matemáticas, cujas lições foram publicadas nesse mesmo ano, constituindo um volume sob a epígrafe: *A short account of the history of mathematics* (London, 1888).

Este livro é deveras interessante, todavia tem alguns defeitos, pois nele, àlêm de se reproduzirem muitos dos erros que se encontram nos tratados de F. Hœfer e M. Marie, e conter bastantes inexactidões (1) são estudados com pouco desenvolvimento assuntos que deviam sê-lo muito mais.

Outras edições desta obra apareceram em Londres em 1893 e 1901 (2).

(1) Como fez ver H. Suter, de Zurich, numa apreciação desta obra inserta no *L'Enseignement mathématique,* t. VIII, 1906, pp. 242-244 e t. X, 1908, pp. 342-346.

(2) O mesmo autor publicou tambêm: *Primer of the History of Mathematics.* London, 1895.

Sôbre esta última organizou L. Freward uma edição francesa em dois tomos, intitulada simplesmente: *Histoire des Mathématiques* ([1]). O vol. I (Paris, 1906), com 472 páginas, abrange 15 capítulos e V notas. O volume II (Paris, 1907), com 294 páginas, compreende 3 capítulos, termi-

---

([1]) Não deixa de ser interessante transcrever os respectivos prefácios:

«Cet ouvrage a pour objet d'exposer le développement historique des sciences mathématiques, avec un aperçu de la vie et des découvertes des savants qui ont le plus contribué aux progrès de la science. Il peut servir d'introduotion à un travail plus étendu, mais il a été composé pour donner un aperçu court et à le portée de tous, des principaux faits de l'histoire des mathématiques, que beaucoup ne peuvent pas ou ne veulent pas étudier à fond, mais devraient cependent connaître.

«La première édition reproduisait en substance quelques leçons que nous avions faites en 1888, avec l'intention de tracer de l'histoire antérieure au XIX siècle un esqüisse accessible à quiconque possédait quelques éléments de mathématiques. Dans la seconde édition nous avons introduit beaucoup de matières nouvelles et remanié certaines parties.

La nouvelle édition a été revue avec soin, mais ne présente pas de différences essentielles avec la 2.ᵉ édition.

«Nous nous sommes contenté de donner les faits principaux, passant fréquemment sous silence les noms des travaux dont l'influence a été relativement moindre.»

Préface de L. Freund

«L'ouvrage de *Rouse Ball* ne formait qu'un volume. Il nous a paru convenable de la compléter par des additions qui éclairent plusieurs points importants à l'histoire de la Science, et montrent la marche suivie par quelques sevants illustres pour parvenir à leurs découvertes.

«Le premier volume contient la traduction de 15 premiers chapitres, le deuxième qui débute à Newton contiendra la traduction des 4 derniers. Nous avons ainsi fait un scission fictice dans l'ouvrage anglais pour donner une étendue à peu près égale aux deux volumes, les additions pour le 2.ᵉ volume étant plus considérables que pour le premier.»

nando por um *Étude sur le développement des méthodes géométriques par* G. Darboux.

Na Biblioteca da secção de matemática da Faculdade de sciências da Universidade de Coimbra há um exemplar da edição francesa, e na Academia das Sciências de Lisboa, existe um do t. II da mesma edição.

A obra de Rouse Ball foi vertida para italiano em 1901 [com autorização do seu auctor e pelas razões constantes do prefácio (1)] sob o título: *Breve compendio di storia delle mathematische. Versione dell' inglese con note aggiunte e modificazioni dei dottori Dionisio Gambioli e Giulio Pulii. Riveduta e corretta del prof. Gino Loria. Primo volume (Le matematiche dell' antichità al renascimento).* Bologna, 1903; *Secondo volume (Le matematiche moderna sino ad oggi).* Bologna, 1904.

Em 1893 o sábio professor Zeuthen da Universidade de Copenhague e secretário da Academia das Sciências daquela cidade, publicou na sua língua um volume sôbre história das matemáticas, o qual teve grande éxito, não obstante ser pouco conhecido o idioma em que fôra escrito.

Daí, de certo, o aparecer em Leipzig, em 1895, a edição alemã: *Geschichte der Mathematik im* XVI *und* XVII *Jahrhundert,* e sete anos mais tarde, em 1902, a edição francesa, pela casa Gauthier Villars: *Histoire des mathématiques dans l'antiquité et le moyen âge,* a qual se encontra na biblioteca do Observatório astronómico da Tapada.

Tambêm em 1893 começou o insigne professor sr. Gino Loria a publicar nas Memorias da *R. Academia di Scienze,*

---

(1) La Germania, la Francia, l'Inghiterre et gli Stati Unite d'America possegono de tempo libri diquesto genere; solo l'Italia ne manca; e per questa ragione noi ei siamo accinti a volgere nel nostro idioma l'opera del *Rouse Ball.*»

Lettere ed Arti di Modena (Secion de scienze) uma notável obra intitulada: *Le scienze esatte nell' antica Grecia.*

Abrange ela cinco livros, sendo o I *(I geometri greci percursori di Euclide)*, pnblicado no dito ano de 1893, no t. X, série II, das *Memorias* referidas, p. 3-160; o II *(Il periodo aureo della geometria greca)*, em 1895, no t. XI, mesma série, p. 3-237 ; o III *(Il substrato matematico della Filosofia naturali dei Greci)*, em 1902, no t. XII, *Parte seconda,* idem, p. 3-138; o IV *(Il periodo argenteo della geometria greca)*, em 1902, no mesmo tomo, p. 139-216; o V *(L'aritmetica dei Greci)*, em 1902, no mesmo tomo, p. 218-411.

Uma *separata* destas memórias, que foi oferecida pelo seu auctor ao sr. Dr. Gomes Teixeira, encontra-se hoje na biblioteca privativa da secção de matemática da Faculdade de Sciências da Universidade de Coimbra, e as Memórias da Academia de Modena existem na biblioteca da nossa Academia das sciências de Lisboa.

Depois do aparecimento desta obra, o sr. Gino Loria, procedeu a uma cuidadosa revisão da mesma, sendo publicada em 1914, pela casa Hœpli de Milão, constituindo um dos seus *Manuali Hoepli,* uma segunda edição dela, sob a mesma epigrafe, a qual, em formato diferente do da primeira, abrange 969 páginas e contem 122 figuras intercaladas no texto.

Um exemplar desta 2.ª edição existe na biblioteca da Faculdade de Sciências da Universidade do Pôrto.

Em 1894 o professor americano F. Cajori publicou em Londres um interessante volume in-8.º: *A History of Mathematics,* do qual foi feita uma reimpressão em 1909, em New-York, contendo XIV-412 páginas.

Em 1896 o mesmo professor deu a lume em New-York um livro mais elementar sob a epígrafe: *A History of elementary Mathematics*, o qual foi reimpresso, no ano se

guinte, em Londres, com o título: *A History of elementary Mathematics with Kints an Methods of Teaching.*

Em 1900 lançou o sr. J. Boyer à publicidade um interessante volume: *Histoire des mathématiques,* fazendo parte da biblioteca da *Revue générale des sciences,* que a casa Gauthier-Willars de Paris, tem publicado. O sr. Boyer expõe o assunto muito concisamente, mas sob uma forma elegante, tendo em vista vulgarizar o que se tornava mais conveniente, apresentando todavia bastantes novidades (1).

Existe um exemplar desta obra na biblioteca da Academia das sciências de Lisboa.

O eminente professor da Universidade de Génova sr. Gino Loria, está presentemente ultimando a redacção da História da geometria descritiva, a qual em breve será impressa.

---

(1) Do prefácio extratamos a seguinte passágem, a qual dá perfeita ideia da obra: .... «Aussi, nous n'avons pas la prétention d'avoir épuisé une matière à laquelle Montuela au XVIII^e^ siècle, et Moritz Cantor, tout près de nous, ont consacré de gros volumes. Notre but est d'ailleurs différent: ces auteurs s'adressent à ceux qui savent, nous demandons simplement que ceux qui apprennent nous lisent. Nous avons donc banni de ces pages tout luxe d'érudition, nous n'avons donné de renseignements biographiques que pour les principaux mathématiciens, nous bornant pour ceux de moindre importance à faire figurer, dans une table placée à la fin du volume, leur date de naissance et de mort. Surtout, nous nous sommes efforcés de rester très *élémentaire,* en évitant, autant que possible, de surcharger notre récit de formules ou d'équations. Malgré cela, on trouvera dans notre histoire certaines nouveautés. On rencontrera des noms que des ouvrages beaucoup plus complets n'ont même pas cités, etc. on contestara l'omission de plusieurs autres dont la réputation surfaite par leurs contemporains peut être appréciée plus justement par la postérité!.........».

*

* *

Passamos em revista as obras sôbre História das Matemáticas de que temos conhecimento, em número, como se vê, bastante considerável, a maior parte das quais existe em algumas das nossas bibliotecas públicas e dos principais estabelecimentos de instrução.

Não falamos, porem, para não alongar demasiadamente êste resumo histórico, de autores tais como Gauss, Lagrange, Legendre, Maclaurin, d'Alembert, Monge, e tantos outros de diversas nacionalidades, que deviam ser mencionados pelas admiráveis Introduções históricas com que enriqueceram as suas produções célebres.

Omitimos, pelos mesmos motivos, a relação, a bem dizer interminável, de notáveis memórias históricas, publicadas sôbretudo nestes últimos anos, as quais se acham umas dispersas por jornais sciêntíficos e colecções de Memórias de Academias, e outras reunidas em volume, não formando comtudo obra seguida.

Entre os seus autores cumpre, porem, citar: Reimer, Bierens de Haen, de Morgan, Biot, Giesel, Ofterdinger, Curtze, Sophie Germain, Boncompagni, Paulo Tannery, F. Ritter, Mauricio Cantor, G. Eneström, Zeuthen, Holst, A. Favaro, J. L. Heiberg, Bobynin, S. Günther, Simon, Gino Loria, P. Mansion, G. Darboux, D. E. Smith., G. Milhaud, S. Dickstein, Nielsen, H. Bosmans, Ch. Henry, A. Marre, G. Vicuña (1), etc., os quais teem acumulado verdadeiras riquezas.

---

(1) A *Bibliographie espagnole de l'histoire des mathématiques*, que êste autor inseriu na *Bibliotheca Mathematica* (Stockolmo, 1890) mostra-nos que os nossos vizinhos se teem ocupado da historiografia matemática mais do que muitos julgam, destacando-se entre os historiógrafos, àlêm de Vicuña, Menendez e Pelayo, D. José Echegaray, D. Julio Rey Pastor, etc.

Não devemos, todavia, deixar em silêncio o Principe Balthasar Boncompagni, falecido em 1894, na avançada idade de 73 anos, êsse Mecenas romano que dedicou toda a sua vida, o seu trabalho e a sua fortuna ao culto da História das matemáticas. As suas investigações sôbre Gerardo de Cremona, Leonardo de Pisa e Platão de Tivoli, são tidas como de grande valor, mas é sôbretudo pela edição feita à sua custa das obras de Leonardo, e das de outros autores e pela publicação dos vinte volumes do seu *Bolletino di bibliografia e storia delle scienze matematiche e fisiche* (1) que êle deu um notável e persistente impulso à sciência da sua predilecção.

Outra figura que se destaca dentre os historiógrafos que acabamos de enumerar, é Paulo Tannery, cuja morte, ocorrida em 1904, foi uma enorme perda para a sciência.

A atividade scientífica manifestada por P. Tannery durante largos anos, é verdadeiramente assombrosa.

A preparação das suas grandes edições de Diofante, Fermat e Descartes, obrigou-o a estudar múltiplos problemas acessórios, mais ou menos em ligação com os seus trabalhos principais, dando isso orígem a numerosos artigos, memórias e símples notas, — cêrca de mil, no total —, que ficaram dispersos por dezenas de jornais e revistas scientíficas.

M.me Tannery, prestando homenágem à memória de seu marido, conseguiu com muita paciência, organizar em 1908 a bibliografia completa das obras produzidas por aquele que foi um dos maiores eruditos de França, constituindo uma extensa lista, a qual foi inserta nas *Mémoires de la*

(1) Não existe, infelizmente, esta magnifica colecção em nenhuma biblioteca portuguesa. Apenas o sr. Dr. Gomes Teixeira possue alguns volumes (os últimos), que o Principe lhe ofereceu.

Société des sciences physiques et naturelles de Bordeaux (6.ª série, t. IV, pp. 299-382).

Compreende essa lista em primeiro lugar quatro obras análogas e as três grandes edições citadas de: Diophante, Fermat e Descartes; é a parte universalmente conhecida dos trabalhos de Tannery. Vem depois a sua colaboração em publicações históricas, scientíficas e filosóficas; em seguida cartas suas e trechos de outras já tornadas públicas, e finalmente manuscritos inéditos.

A viuva do extinto historiógrafo e filósofo procedeu há pouco, com a colaboração dos srs. Zeuthen e Heiberg, à reedição de todos os trabalhos do seu marido, achando-se publicados já dois volumes (um em 1912 e outro em 1913) e um terceiro acabou-se agora de imprimir, não sendo, porem, posto ainda à venda.

Paulo Tannery era engenheiro das Manufacturas do Estado, e à data do seu falecimento director da Fábrica de tabacos de Pantin. Regeu de 1892 a 1896 a cadeira de filosofia antiga no Colégio de França, em substituição de Levêque. Em 1904 o conselho do mesmo Colégio, por grande maioria, e a Academia das sciências de Paris, quási por unanimidade, propuzeram-o para professor da cadeira de História geral das sciências, então ali vaga. Com surpresa, porem, de todos os intelectuais, foi Tannery preterido, por mero acto político, por Wyrouboff, um mineralogista, aliás distinto, e que não pretendia o lugar!

Fôra Augusto Comte quem desde 1830 solicitara do ministro Guizot a creação de tal cadeira, a qual só veiu a ser estabelecida no Colégio de França 60 anos depois (1892), e confiada a Pierre Laffitte. Êste, não compreendeu, no entanto, bem o alcance de semelhante ensino, reconhecendo-se que não estava preparado para o ministrar.

A bem dizer, foi Tannery o herdeiro do pensamento de Comte, daquele que deve ser considerado como o fundador

da História da sciência, ou pelo menos o primeiro que dela teve uma concepção clara e precisa, senão completa.

Várias vezes teve Tannery ocasião de mostrar a filiação intelectual que o ligava ao grande filósofo e de testemunhar a sua admiração pelo fundador do positivismo. É deveras para sentir que êle ficasse quási isolado a continuar a obra de síntese histórica, cuja importância o Mestre tinha mostrado, a ponto de poder escrever em 1904, ano em que faleceu, sem ser desmentido por ninguem: «atualmente a Historia geral da sciencia não passa... d'uma concepção individual».

A filosofia de Paulo Tannery é bem diversa da de Comte, mas o que sôbretudo entre êles estabeleceu uma diferença essencial, foi que o grande pensador conhecia mal a história da sciência, ao passo que Tannery, auxiliado por uma erudição extremamente sólida, e tendo para mais à sua disposição trabalhos históricos de alto valor que ainda não existiam em 1830, conhecia-a perfeitamente. Se foi, portanto, Augusto Comte quem teve d'esta disciplina a primeira ideia, pertence incontestavelmente a Paulo Tannery a honra das primeiras realizações.

*

* *

A História das matemáticas atingiu nos últimos tempos um alto grau de aperfeiçoamento e precisão. Sem dúvida, subsistem ainda lacunas e bastantes insuficiências, mas no conjunto e na maioria das suas minudências, o edifício que vemos já erguer-se diante de nós, acha-se solidamente construido.

Entre aqueles que se interessam activamente pela história das matemáticas, convem fazer uma distinção. Uns, que bem se podem chamar historiadores puros, em cujo número me enfileiro, e cujo tipo mais perfeito é o sr. Gustavo

Eneström, director da *Bibliotheca Mathematica*[1], de Stockholmo, teem por única preocupação: aperfeiçoar constantemente a obra de erudição efectuada pelos seus antecessores, procurar infatigavelmente novos textos, documentos mais certos, fontes novas que permitam dissipar as dúvidas que nos restem, eliminar os erros que ainda existam, até nos períodos de história que nos pareçam melhor conhecidos; numa palavra, aumentar a extensão, a aproximação e a clareza dos nossos conhecimentos, aformosear continuadamente, com o maior cuidado, o admirável monumento a que já demos acesso. Os outros — que são antes filósofos, pedagogos e sociólogos —, tendo à sua frente o sr. Jorge Sarton, director da revista belga *Isis*[2], que tão brilhantemente iniciara há dois anos, em Wondelgem-lez-Gand, a sua publicação, agora infelizmente suspensa em resultado da guerra, preocupam-se menos em aperfeiçoar os conhecimentos históricos de que dispomos já, do que utilizá-los para outros fins. A seus olhos, a historia não passa dum instrumento, indispensável e de grande eficácia, a base essencial de toda a filosofia e de toda a reflexão sintética.

Lisboa, 29 de abril de 1915.

Rodolfo Guimarães
SÓCIO EFECTIVO DA ACADEMIA.

---

[1] Desta notável revista, consagrada quasi que exclusivamente à historiografia matemática, apenas entre nós há alguns volumes (os três primeiros), da biblioteca da Faculdade de Sciências da Universidade do Pôrto, e os vols. VII e VIII da 3.ª série (1906-07, 1907-08), na secção de matemática da Faculdade de Sciências da Universidade de Coimbra.

Outra revista que igualmente tem contribuido para o mesmo fim é o *Bolletino di bibliografia e storia matematiche*, do professor Gino Loria, o qual possue em parte a biblioteca da Faculdade de Sciências do Pôrto, e em parte o sr. Dr. Gomes Teixeira.

[2] Existe esta revista nas bibliotecas da Universidade de Coimbra e na da secção de matemática da Faculdade de Sciências da Universidade de Lisboa.

DENÚNCIAS CONTRA OS CRISTÃOS NOVOS DE LONDRES E CONTRA O EMBAIXADOR PORTUGUÊS NAQUELA CORTE

Os documentos, que publico agora, são estrahidos dos cadernos do Promotor da Inquisição de Lisbôa.

O primeiro dá conta de alguns cristãos-novos portuguêses que residiam em Londres durante a ditadura de Cromwell.

O segundo dá-nos notícias íntimas da vida de Carlos II e da Rainha D. Catarina, a soberana que deu o nome à rua que ha dois anos para cá se chama da Escola do Exército. Não posso garantir a exactidão dêsses pormenores, visto que quem os dá podia estar influenciado pela opinião pública inglêsa, contrária a essa Rainha.

Pedro de Azevedo.

I

Aos quinse dias do Mez de Março de mil seiscentos cinquoenta e noue anos em Lixboa nos estaos e casa primeira das audiencias da Santa Inquisição estando ahy na de manhã o senhor Inquisidor Francisco Barreto mandou uir da salla perante sy a hũ homem que della mandou pedir audiencia e por diser que a pedira para denunciar nella de cousas que pertencião ao Santo Oficio para o fazer com verdade e en tudo guardar segredo lhe foi dado juramento dos Santos Evangelhos em que pos a mão sob cargo do qual assy o prometeo comprir e disse chamarse Antonio d'Almada Mascarenhas ouuidor geral da Ilha de São Thomé natural de Euora casado e morador de prezente

nesta cidade no beco das Comedias com Ana da Costa e ser cristão velho de idade de quarenta e cinquo annos e denunciando:

Disse que neste Mez de Setembro proximo passado chegou á cidade de Londres Reyno de Inglaterra e fallando ahy com Sebastião não lhe sabe o sobre nome he portugues natural desta cidade filho de Bertolameu Martinz oriues do ouro preso nos carceres desta inquisição este lhe disse que naquella mesma cidade de Londres estaua morador, Manuel da Costa de Britto cristão nouo natural deste Reino não sabe de que terra pello não haver conhecido nelle mas foi assentista dos provimentos de Alantejo por cujas contas esteue preso no Limoeiro desta cidade e sendo solto sobre fiança segundo lhe pareçe fugio deste Reyno para o de França e de lá se passou a Inglaterra aonde viuia judeo e publico profitente da ley de Moyses elle e sua molher de cujo nome não esta lembrado e que como judeos entrauão na Sinagoga que de nouo se havia leuantado em Londres, e o mesmo Sebastião contou a elle denunciante que a ditta molher de Manoel da Costa de Brito persuadio e apertou muito com elle e a hũa sua irmã de cujo nome não está lembrado para que se fizessem judeos o que elles não queserão fazer antes vivem como catholicos cristãos e elle denunciante os vio continuar na missa e sacrificios diuinos en casa dos embaixadores de França e Portugal e em hũa casa particular de hum rellegioso de São Domingos per nome Dom Theodoro e que o mesmo Sebastião contou mais a elle declarante que o ditto Manoel da Costa de Britto tinha nesta cidade quatro ou cinquo filhos mas não lhe dice a casa onde estavam, e que hauia auisado que estivesem prevenidos para irem para a ditta cidade de Londres e que agora os mandaua buscar no nauio em que elle declarante ueio de Inglaterra a este Reino, pedindo lhe procurasse algum caminho para que os dittos filhos do dito Manoel da Costa não fossem para Inglaterra porque como seu pay e may erão judeos os hauião tambem de fazer judeos e que era obra de misericordia liurallos daquelle perigo e que a molher do dito Manoel da Costa disia que Deos de Israel lhe levasse seos filhos para os apresentar no judaismo e no santo firmamento e que daua graças ao Deos de Israel por se uer en terra de liberdade onde podia inuocar seu santo nome. Disse mais que nos dias que residio na mesma cidade de Londres se ajuntaua algũas veses em converçassão com os Portuguezes que nella residem e que na mesma conversação entraua tambem hum Dom Joseph Carreiras o qual lhe disse ser catellão de nação e que residira nesta cidade de Lixboa e fora na Armada a Bahia, e ultimamente estivera preso nesta Inquisição e que della o mandarão para as partes do norte e que fora ter a Holanda onde se fizera

judeo e que o circunsidarão contando elle denunciante que quando o circunsidarão lhe pegaram por ambos os brassos e que ao tempo que lhe derão o golpe gritara pella Virgem Nossa Senhora, do que agora se ria muito o ditto Dom José e que a culpa tiuera o Santo Officio porque o mandara para aquellas partes e não para as suas, e que cuidava que os Judeos o sustentassem porem que lhe não dauão nada e muitas veses dizia mal do judaismo e de suas ceremonias disendo que tudo aquello erão pataratas e velhacarias e que havia de passar a Roma em ordem a se tornar a reduzir a fee Catholica e tornar a ser clerigo porem outras veses disia que se o Caramuel pusesse os olhos nelle e lhe desse algũa cousa que se casaria e ficaria na sua Corte, e que nesta vida não havia mais que viver e ter saude obrar bem por que não hauia mais que hũa cousa principal, e que como podia crer que ficara virgem quem parira, o que diçe o dito Dom José zombando e dando trincos e isto da virgem lhe ouvio per hua vês somente, e o demais por muitas no descurso de tres para quatro meses que se deteue na ditta cidade de Londres, e que o dito Dom José andaua uestido de curto a inglesa.

Disse mais que he fama publica viuerem publicos professores da ley de Moyses na dita Cidade de Londres nomeando-se por judeos e tratando-se como taes. Antonio Fernandes Caruajal que falla portuguez mas não sabe donde he natural. Manuel Rodrigues Nunes que ouuio diser passara de Portugal para Badajoz e ahy estiuera muitos annos e he cunhado do dito Caruajal. Simão de Sousa tambem cunhado do mesmo e corre por portugues mas não sabe donde he natural. Antonio Rodrigues Robles que foi de Castella não sabe se he português posto que falla a lingua portuguesa. Domingos de Lacerda sobrinho do mesmo que tambem falla portugues mas não sabe donde he natural Duarte Henriques portugues não sabe de que terra viueo muitos anos nas Ilhas Canarias onde foy almoxarife e dahi passou a Inglaterra. Francisco Gomes tambem portugues não sabe donde natural e ouuio dizer que estaua escreuendo hũ liuro contra a fee Catholica. Esteuão Rodrigues França e Domingos Rodrigues França irmãos que forão de Villa Real segundo lhe parece que elles mesmos disião donde se passarão a Castella e dahi a Londres. Manuel Martinz Dormido que não sabe donde hé natural e ouuio diser que fora preso em Castella, e Salomão Dormido filho do mesmo que muitos annos forão ambos moradores em Pernambuco· Manuel da Fonseca Meza não sabe donde he natural mas falla portugues e he sobrinho do dito Antonio Fernandes Caruajal. Esteuão Rodrigues Baldeyro que tambem falla portugues e se trata como tal não sabe donde he natural. Luiz Henriques que tambem he lembrado se

chama Moyse Henriques que dis ser natural de Aueiro e que sua may fora presa pello santo officio, e que elle de pouca idade fora para Castella e dahy se passara a Berberia, e he morador em Egipto e agora residia em Londres por assistir a huns negocios. Abrahão Peregrino que disião ser frances de nação e religioso Capucho, e que elle mesmo se fizera judeu casado com hũa francesa tambem judia. Hum Medico Portugues que de Castela foi para Londres não lhe soube o nome. Simão de Carceres, que sendo Judeo de nacimento passou a Castella aonde se bautisou e ao presente viue em Londres outra vez Judeo. Isac dAndrade portuguez mas não sabe donde natural. José dOliueira que he morador em França donde ucio a Londres por occasião de negocios e disião ser natural do Porto ou que morara no Porto, e era Irmão de hum Policarpo dOliueira que na mesma Cidade foi preso pello santo officio. Os quaes todos continuão e suas molheres nas sinagogas, e elle declarãte lhes ouvio alguas vezes diser que erão horas de ir a ellas, porque todos são casados excepto o dito José dOliueira, Domingos de Lacerda e Luis Henriques e que isto he o que tinha que denunciar e o faz por descargo de sua conciencia e mais não disse e nada ao costume e assinou com o dito Senhor sendo lhe primeiro lida esta sua denunciação na presença dos reuerendos Padres Luis Barreto e José Cardoso sacerdotes residentes nesta Cidade que assestirão por honestas pessoas, disse tornando a por a mão no Missal sob o mesmo juramento que estaua escrito na uerdade e que não tinha nisso cousa algũa que alterar e que nisso se afirmava e ratificava e o disia de nouo se necessario era e que não tinha que declarar de nouo ao costume e os ditos Reverendos Padres assinarão aqui tambem com o dito Senhor e com o denunciante. João Teixeira notario o escreui. — *Francisco Barreto. — Antonio de Almada Mascarenhas. — Luis Barreto — Joseph Cardoso.*

E ido o denunciante forão logo ahy perguntados os ditos RR. Padres se lhes parecia que elle fallava verdade e disserão sob juramento dos santos evangelhos que lhes parecia que fallava verdade e que se lhe podia dar creditto e tornarão a assinar com o dito Senhor. João Teixeira o escrevi. — *Francisco Barreto — Luis Barreto — Joseph Cardoso* [1].

---

[1] Caderno 36 do Promotor da Inquisição de Lisboa, fl. 698.

II

Aos vinte e sete dias do mes de outubro de mil e seiscentos e oitenta e hũ annos em Lisboa nas casas em que vive no Rocio da mesma Cidade o senhor Manoel Pimentel de Sousa do Conselho de sua Altesa e do Geral do Santo Officio, estando ahi o dito senhor mandou vir perante si por ordem verbal do Illustrissimo Senhor Arcebispo Inquisidor ao Mestre de Campo Gonçalo da Costa de Meneses morador nesta cidade junto ao Convento da Trindade, por haver noticia que queria denunciar cousas tocantes ao santo officio e sendo presente lhe foi dado juramento dos Santos Evangelhos em que pos sua mão, sob cargo do qual lhe foi mandado dizer verdade e ter segredo, o que prometeo cumprir, e dise ser de idade de mais de quarenta anos e denunciando:

Disse que haverá dous annos pouquo mais ou menos nesta Cidade em casa do Doutor Gaspar de Abreu de Freitas do Conselho da fasenda de S. Alteza, e hoje hé provèdor da Casa da India, não sabe donde natural, mas mora nesta cidade a S.ta Apolonia extra muros della, e foi no tempo em que o mesmo Gaspar de Abreu tinha vindo do Reyno de Inglaterra e cidade de Londres, donde havia ido por Embaixador ordinario, e estando elle denunciante em casa do mesmo com occasião de lhe dar as boas vindas, perguntou elle denunciante pella serenissima Rainha daquelle Reino e Infante deste, e disendo lhe o dito Gaspar de Abreu a elle denunciante que ella estava muito boa e muito para El Rey usar della, e que era lastima o não fizesse, porque disião os medicos que na mayor idade hé que daquella Princesa se podião esperar filhos, mas que ella havia tantos annos que dormia apartada de seu marido, e não tinha nada com elle, nem a ella se lhe dava disso, nem o procurava, e que os Padres da Companhia a queriam meter calsada e vestida no Ceo, porque ella só estava dada á virtude, sem se lhe dar de mais nada, ao que elle denunciante lhe respondeo que como ella estava tam dada a virtude faria consideração, que deitandosse com seu marido na cama faria conta que se deitava com hum homem, que se morresse iria certamente aos infernos, e que por isso se lhe não daria de se deitar com elle na cama ao que elle lhe respondeo «vamos nós de vagar com esse pontinho; vamos de vagar com esse pontinho», ás quaes repetições de palavras respondeo elle denunciante, «se el Rey está catholico Romano, folgarei muito de o ouvir, ainda que seja occultamente» e então tornou a responder o dito Gaspar d'Abreu «não he catholico Romano, mas aquelles homens tem sua Ley, e

tem suas rasões, e vivem nella e não se pode diser com a çerteza que V. M. dis, isso», ao que elle denunciante tornou a responder, «se elles não creem na Igreja Romana na realidade do sacramento da Eucharistia, he certo que fação o que fizeram, que hão de ir ao Inferno» e tornou o dito denunciado a mostrar que estranhava o que elle denunciante disia, com o que Elle denunciante entendeo que elle denunciado não condenava a Igreja Anglicana e lhe disse que não queria fallar mais na materia, que não era de sua profissão, e assi passou Elle denunciante a outras praticas, e que isto hé o que passou com o dito Gaspar d'Abreu naquella ocasião, em que não estava presente outra algua pessoa, e que não deu conta deste seu escrupulo, por nesse tempo estar a Inquisição impedida com a suspensão que he notorio porem que he verdade que o comunicou a alguns ministros da mesma, os quais lhe disserão que a seu respeito estava aliviado do dito escrupulo, e que esperasse que houvesse occasião para dar esta denunciação, que agora faz por descargo de sua conciencia, e não por odio, nem malquerença que tivesse.

Perguntado se lhe parece que no dito tempo estava o dito denunciado em seu perfeito juiso, sem ter accidente, ou occasião algũa que lho perturbasse.

Disse que entendia que elle estava em seu perfeito juiso, sem haver outra rezão mais que os discurssos que tem dito, antes tem ao dito denunciado por homem de juizo, e bom discursso nas materias, porem que nesta ficou elle denunciante escandalisado de lhe ouvir semelhantes couzas, e por ficar admirado dellas as comunicou depois a algũas pessoas amigas desta corte de grande supposição, que tambem se admirarão e escandalisarão de as ouvir, e assi Elle denunciante como as ditas pessoas assentarão, que toda esta liberdade de falar nascia da dita suspensão do Santo Officio, e mais não disse, nem lhe forão feitas mais perguntas, e ao custume disse nada, e sendo-lhe lida esta sua denunciação e sendo-lhe por elle ouvida e entendida disse que estaua escrita na verdade e que na verdade passa o que nella se contem, e que nisso se affirma, ratefica, e dis de novo sendo necessario e que nella não têm que tirar, mudar, emendar ou acrescentar nem diser de novo ao costume, o que tudo disse sob cargo do juramento dos Santos Evangelhos, em que tornou a por a mão, ao que se acharão presentes por honestas Religiosas pessoas que sobredito ouvirão e entenderão e prometeram goardar segredo e dizer verdade no que lhes fosse perguntado sob cargo do ditto juramento em que puserão suas mãos os Reverendos Padres Antonio de Gouvea e Estevão Affonso sacerdotes residentes nesta

Corte, que aqui assinarão com o denunciante, e dito Senhor, Joseph Cardoso que o escrevi. — *Manoel Pimentel de Sousa — Gonçalo de Mendonça Carvalho Carneiro da Costa de Meneses — Antonio de Gouveia de Vasconcelos — Estevão Afonso da Costa.*

E ido para fora o denunciante forão perguntados os ditos Reverendos Padres se lhes parecia que elle falava verdade e mericia credito e por elles foi dito que lhes parecia que elle falava verdade, e merecia e tornarão a assinar aqui com o ditto senhor. Joseph Cardoso que o escrevi. — *Manoel Pimentel da Sousa — Antonio de Gouveia de Vasconcellos — Estevão Afonso da Costa* [1].

---

[1] Caderno 54 do Promotor da Inquisição de Lisboa, fl. 146.

O «DICIONÁRIO DA ACADEMIA»[1]

Bastantes vezes tem gemido os prelos a respeito do *Dicionário* da Academia, trazendo a lume ora planos grandiosos[2], ora amostras lexicológicas[3], ora críticas de filólogos[4], ora zombarias de jornalistas[5]. Uns prometem, outros censuram as promessas, outros queixam-se de que nada aparece. Talvez, na essência, a todos assista alguma razão. Contudo a Academia começou em 1793 a publicar um *Dicionário,* que, se fôsse a cabo, constituiria para o tempo obra monumental; e no seu arquivo guarda milhares e milhares de verbetes, que, depois de convenientemente joeirados e ampliados, podem contribuir para que se realize, substituido por outro que vá de acôrdo com os progressos da sciência moderna, o empreendimento já iniciado no século XVIII. Estes verbetes provém de várias fontes: do nucleo primitivo; de manuscritos de Ramalho; da colaboração de redactores modernos.

Quando a Academia me concedeu a honra de me eleger presidente da atual Comissão do Dicionário, logo eu pon-

---

[1] Leitura feita à 2.ª classe da Academia das Sciências de Lisboa, em sessão de 17 de junho de 1915.

[2] *Relatorio* de Latino Coelho, 1870; outro de 1887.

[3] *Dicionario da lingua portuguesa*, «Specimen», s. d. («A» a «Albofar»), 4 pag. in-fólio. Há outro *specimen.*

[4] *O Relatorio do Sr. Latino Coelho* por F. A. Coelho, Lisboa, 1870.

[5] Não vale a pena dar indicações bibliográficas.

derei que, por falta de tempo, não prometia ocupar-me do assunto com actividade, embora procurasse aplicar-lhe alguma atenção, mas que trataria de descobrir pessoa que, pela sua capacidade, saber filológico, orientação sciêntifica, e hábito de lidar com textos antigos, estivesse no caso de trabalhar com afinco e proveito. Essa pessoa apareceu realmente, e sabem VV. Ex.as que é o Sr. José Joaquim Nunes, nosso consócio, e Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o qual, havendo principiado há meses a rever e dispôr os verbetes, se viu forçado a parar, como consta dos dois ofícios que passo a ler:

1.º) *Do Ex.mo Secretário Geral da Academia das Siências de Lisboa ao Ex.mo Secretário Geral do Ministério da Instrução Pública:*

«Ex.mo Sr. — A Academia das Sciências de Lisboa, no empenho »de levar a efeito a publicação do material abundante, que existe »em seu poder, acumulado há já muitos anos para a publicação do »*Dicionário da língua portuguesa*, encarregou o sócio correspondente, »José Joaquim Nunes, de proceder à sua revisão, para, depois dela »feita, se entrar activamente nas correcções e acrescentamentos que »a respectiva comissão entender dever introduzir-lhe, e em seguida »na sua publicação, há tanto tempo necessária e desejada. — Natu»ralmente o trabalho dessa revisão, que já chega ao fim da letra *G*, »deve ser retribuido, mas determinando o decreto de 2 de novembro »de 1910 que nenhuma verba será paga senão à vista das folhas »impressas, é essa condição inexequível no caso presente, como fácil»mente se compreende, visto tratar-se duma preparação preliminar; »apenas as notas, tomadas pelo mencionado sócio, dos maços exami»nados e alguma observação lançada nos respectivos verbetes, tes»temunharão do seu trabalho. Pelas razões expostas o referido sócio »deve ser dispensado da apresentação de trabalho impresso, to»mando-se como base para a retribuição de cincoenta escudos »(50$00), que pede, as notas por êle tomadas de revisão feita. — »Saude e Fraternidade. — Secretaria da Academia das Sciências de »Lisboa, 1 de junho de 1915. — Ex.mo Sr. Secretário Geral do Minis»tério de Instrução Pública. — O Secretário Geral, *A. A. de Pina* »*Vidal.*»

2.º) *Resposta do Chefe da Repartição Universitária ao Ex.mo Presidente da Academia das Sciências de Lisboa:*

«Em resposta ao ofício de V. Ex.ª de 1 do corrente, referente à »gratificação a pagar ao sócio correspondente dessa Academia, José »Joaquim Nunes, pela revisão do *Dicionário da língua portuguesa,* »cumpre-me informar V. Ex.ª que o Ex.mo Ministro, por despacho »de 8 de junho, concordou com a informação prestada pela Repar»tição de Contabilidade que diz: = Modificado que seja por dispo»sição legislativa o decreto de 2 de novembro de 1910, poderá »o trabalho de que se trata ser remunerado pela verba consignada »no Cap. 2.º, Art. 9.º, para retribuição dos trabalhos executados »para o Dicionário da língua. = Saude e Fraternidade. — Reparti»ção de Instrução Universitária, 12 de junho de 1915. — *J. M. de* »*Queiroz Velloso*».

Proponho por conseqùência se peça ao Govêrno o seguinte: que, a não poder revogar por inteiro o Decreto de 2 de Novembro de 1910, promova ao menos a promulgação duma lei que se aplique ao caso especial do Dicionário, tanto mais que a quantia para gratificar o redactor é insignificante [1].

Creio que seremos atendidos. Algum Govêrno deixará de concordar em que do orçamento da Academia se aplique a modesta verba de 240 escudos anuais, para que à lingoa nacional se dê um Dicionário que ainda lhe falta?

É bom que fique bem assente que, se a empresa da coordenação do Dicionário não vai desde já por diante, é unicamente porque a Academia carece dos indispensáveis recursos pecuniários para isso, e não por falta de elementos literários. Pela minha parte não desejo gratificação nenhuma, visto que não me obrigo a trabalho permanente;

---

[1] A Academia arbitrou por ora ao redactor efectivo 240 escudos anuais. Pelo trabalho feito por êle até o presente pedem-se só, como acima se viu, 50 escudos,

julgo porém do meu dever requerê-la com insistência para o redactor efectivo, que precisa de dispender atividade intensa e prolongada, que ninguem, por muito que se espere da dedicação dum Académico, deve exigir que seja gratuita.

J. Leite de Vasconcellos.

JUDEUS PORTUGUESES EM FRANÇA

Muito se tem dito sôbre a emigração de judeus portugueses para a Holanda. É menos geralmente sabido que em grande número se estabeleceram tambêm em França, posto que referências várias e os trabalhos de alguns estudiosos tornem o facto conhecido. Em Ruão, Nantes, Bordeus e na região vizinha dos Pyreneus, da parte de Biscaia, muitos deles foram buscar refúgio, do século XVI ao XVII. Em Ruão e Nantes não deixou essa immigração vestígios de nota. De Bordeus dá copiosa notícia o excelente livro do sr. Jorge Cirot, *Recherches sur les juifs espagnols e portugais à Bordeaux*. É fora de dúvida que à região contígua aos Pyreneus afluiram muitos mais dêstes forasteiros que a Bordeus, o que se explica pela facilidade da passagem. Desde 1550 os encontramos em Bayonna. Viviam porêm sob a capa de católicos, e só muito mais tarde lhes foi permitido declararem a sua verdadeira fé. Em 1619 o pôvo amotinado queimou viva em S. João de Luz uma mulher, Catarina Fernandes, de Trancoso, que diziam ter cuspido fora a hóstia, na ocasião de comungar. Neste lugar de S. João de Luz, Biarritz, Bidart, Peyrehorade, e sobretudo em Bayonna achavam-se os refugiados hebreus em grande número. Na obra do sr. Henry Léon, *Histoire des juifs de Bayonne* colhem-se informações interessantes, das quais se vê quanto êste elemento extranho se radicou ali. A princípio os cristãos novos tinham de viver em bairro áparte, fora da cidade, conhecido ainda hoje pela antiga

designação de *Saint-Esprit*. Quando o livro do sr. Léon saiu à luz, em 1893, na praça daquele nome ainda a maior parte das edificações pertenciam a famílias oriundas de Portugal, e que nomes portugueses conservam. Existia, e é possível existir ainda hoje o prédio dos Silvas. Foi o fundador da família Daniel da Silva, de Celorico, que obteve carta de naturalização em julho de 1700. Era boticário, e boticários foram Samuel da Silva, seu filho, David da Silva, neto, Gabriel da Silva, bisneto, e David Carlos da Silva, terceiro neto, médico e boticário. Moisés Nelson Silva, falecido em 1861 foi o último desta geração, também boticário, na mesma praça, e porventura no mesmo prédio onde preparava os medicamentos seu quarto avô. Não longe dêste encontram-se casas das famílias Lopes Henriques, Pato, Froes, Pereira Brandão. Duas, que foram de Isaac Rodrigues passam a proprietários novos, que teem por apelidos Castro e Álvares Pereira. Um renque de edificações que toma quási um dos lados da praça data do século XVIII, e pertenceu à família Castro Chacon. (Chacon ou Chacão era apelido de cristãos novos, que viviam em Lisboa no tempo de D. João IV).

Nas proximidades da praça, que era, como se pode supôr, o centro da vida local, encontra-se a casa que foi de Benjamin Luís Nunes (Nounès), no século XVIII o mais rico não só dos da sua raça senão também dos habitantes da cidade. A casa senhorial dos marqueses de Amou passou à família Carvalho (Carvaillo). Nella existia um templo onde oficiava o rabino Mardoqueu Fonseca (Fonsèque). Pessoas de apelido Furtado, Gomes, Castro, Dacosta teem seus prédios em quarteirões vizinhos.

Abrahão Raphael de Léon, indivíduo de origem espanhola, como do apelido se colige, que foi para Bayonna na primeira metade do século XVIII deixou três filhos e estes casaram um com Sara Gomes Fonseca, o segundo com Sara Silva Vale, o terceiro com Sara Levi Gomes,

Dos filhos que teve o primeiro, desposou Abigail um de Almeida, outro Ester Furtado; dos do último teve um por mulher a Lovely Silva, outro a Judit Ferro. Estas alianças dão ideia do número de famílias, e de como na colónia hebraica predominava o elemento português.

Os processos da Inquisição revelam-nos a existência de hebreus refugiados em lugares da mesma região que na obra acima não vem mencionadas: as povoações de Tartas e Bastide, ou Labastide-Clairence, como hoje se chama. Na primeira se criou Isaac de Castro ou José Liz, supliciado como judaisante convicto e impenitente em Lisboa, em 1647, mártir celebrado entre os seus, irmão de David de Castro Tartas, impressor conhecido de Amsterdam. Em Bastide havia, segundo o depoimento do preso Abrahão Bueno ou Diogo Henriques, que era o seu nome de católico, muitos christãos novos, idos de Espanha e Portugal. A trôco duma contribuìção conseguiam praticar os ritos judaicos sem as autoridades os incomodarem. Mas nos pequenos povoados não podiam as colónias dêstes foragidos, na maior parte mercadores, prosperar. Os núcleos desfizeram-se em proveito das grandes cidades de comércio, que os atraíam. O exemplo de Bayonna, onde ainda hoje muitas firmas de negociantes conteem nomes portuguezes, caracteriza o vigor com que em solo propício arraigavam.

J. Lúcio de Azevedo.

O ANEL DE POLICRATES

Comunicação feita pelo sócio correspondente Francisco Maria Esteves Pereira

As explorações arqueológicas feitas na Grécia, no Egito, na Síria, na Mesopotámia, na Pérsia, no Turkestan e na Ìndia, durante o século XIX e o primeiro decénio do século XX, o estudo das línguas em que escreveram os povos, que habitaram as mesmas regiões no período, que decorreu entre os anos 600 antes da era vulgar e 1000 da mesma era, e o conhecimento da literatura dos mesmos povos naquele período, demonstraram que as relações dos Gregos e Romanos com os povos do oriente foram muito mais intensas do que outrora se supunha. Essas relações, porêm, não eram limitadas à permutação dos produtos das suas industrias; do oriente para o ocidente não eram importados sómente o ouro, as pedras preciosas, o marfim, o êbano, o sândalo, o incenso, as especiarias, as sedas, os tapetes e as porcelanas; com estes artigos vieram tambêm as ideias: os preceitos de moral e as fórmulas de direito, que contribuiram tanto ou mais do que aqueles artigos para promover a civilização dos povos, ainda rudes, da Europa.

A importação de tantos artigos preciosos e com êles das ideias, não se fez directamente do extremo oriente da Ásia para o extremo ocidente da Europa; mas foi por lanços sucessivos, cujas estações intermédias teem sido reconhecidas e marcadas, e pelo seu conjunto se podem traçar os caminhos seguidos pelo tráfego. O reconhecimento das esta-

ções tem sido feito procurando descobrir em uma dada região vestígios dos produtos exóticos correspondentes a determinada época; mas êsses vestigios faltam muitas vezes, porque os artigos importados como preciosos, e a maior parte das vezes frágeis, fôram gastos pelo seu consumo ou destruidos pela acção de agentes naturais como o ar e a água. Não foi assim com as ideias; os preceitos de moral e as fórmulas de direito fixaram-se nos usos e costumes dos povos que as receberam ; e ainda que modificados pela acção dos mesmos povos, é possível frequentes vezes reconhecer ainda o seu *substratus* ou fundamento.

Não ha nada que tanto irrite o espírito humano, ou pelo menos que tão grande desgosto lhe cause, como o ensino da moral; ou porque cada um sinta instintivamente o que é lícito fazer-se, e o que não é lícito, e por isso não julga necessário que outrem lh'o ensine; ou porque se escandaliza, que lhe seja dito por outrem, que por isso pertende ter um sentimento da moral mais elevado que o seu; o resultado é, que geralmente se recebem com desagrado as exortações de moral. Os moralistas antigos suspeitaram êste facto, e os modernos reconheceram-no como incontestável; por isso desde remota antiguidade êles usaram uma maneira indirecta de fazer o ensino da moral e do direito, servindo-se da parábola e do exemplo, por meio dos quais se chega ao mesmo resultado sem ferir a susceptibilidade do ouvinte ou do leitor. Os exemplos são breves narrações de factos, que se supõem ter sucedido em tempos passados e em país distante do do autor, e em que os seus herois são personágens conhecidos na história por factos verdadeiros. A atribuìção dos factos assim narrados a tais personágens não foi feita dum modo convencional ou propositado; mas inscientemente na consciência popular pela aproximação de situações semelhantes, que induziu a supôr

um éxito igual, feliz ou desastroso. Formada assim a tradição, esta difunde-se pelos povos, que estão em contacto com aquele em que se formou, e por meio dela as regras de moral ou as fórmulas de direito que exemplificam.

Não se deve esperar que a tradição, que teve orígem no meio dum povo, se transmita inalterável aos outros; mas aquele que a recebe, modifica-a no fundo em conformidade com as ideias predominantes nessa época, e na forma ajustando-a aos seus usos e costumes. Assim tambêm como hoje se observa com os produtos ricos de África, que são importados em bruto como matéria prima para a Europa; sofrem aqui transformações que os adaptam aos usos e hábitos do consumidor, sem comtudo perderem as suas qualidades caraterísticas. É certo que se admite que o homem é sempre igual em toda a parte; e que portanto os mesmos fenómenos exteriores, atuando sôbre êle, devem produzir as mesmas sensações e ideias, qualquer que seja a região em que habite e a época em que viva; mas tambêm não é menos certo, que os fenómenos exteriores atuam sôbre o homem de maneira diferente conforme o lugar, o tempo e o meio em que se encontra. Por isso frequentes vezes os testemunhos de transmissão das tradições dum povo a outro povo são tão numerosos, e as semelhanças tão evidentes, que não pode deixar de se reconhecer a existência da transmissão.

Herodoto (430 A. C.) na sua admirável história fixou por escrito a narração de diversos acontecimentos, que no seu tempo se contavam ácêrca dos povos, que não só habitaram a Ellade, mas tambêm daqueles com os quais os Gregos estiveram em relações tanto de paz como de guerra. O estudo dessas narrações revela freqùentes vezes indicações preciosas para determinar, ou pelo menos presumir, a orígem da mesma narração, ou o caminho por onde foi

transmitida. Entre muitas narrações que se encontram na história de Herodoto, uma das que tem merecido mais particular atenção, é a que se refere ao *anel de Policrates;* a razão disso é, sem dúvida, não tanto a importância do facto principal e das circunstâncias que o acompanham, como porque a mesma narração exemplifica um conceito de moral tão profundamente gravado no espírito humano, que encontra unanime consenso na consciência dos homens de todas as nações e de todos os tempos. Por isso a mesma narração se encontra difundida pela literatura de diferentes povos do oriente e do ocidente, revestida de diversas formas e adornada de exquisitos atavios.

Para melhor se apreciar o fundamento das considerações precedentes, convem expôr aqui os sucessos de Policrates, segundo a narração de Herodoto [1]; e de nenhum modo poderia isso ser feito melhor do que traduzindo, tão verbalmente quanto possível, as passágens da sua história.

[39] Mas quando Cambises fez guerra no Egito, também os Lacedemónios fizeram uma expedição contra Samos e contra Policrates [2], filho de Aiaces, o qual se havia revoltou [contra os Persas], e tinha a [soberania de] Samos. E em primeiro lugar [Policrates], tendo dividido a cidade em três partes, deu [uma] a cada um de seus irmãos Pentagnotos e Siloson; e depois, tendo assassinado um deles, e [tendo] expulso Siloson, que era o mais novo, obteve [a soberania de] toda [a ilha de] Samos; e fazendo aliança com Amasis, rei do Egito, [a] firmou enviando-[lhe] donativos e rece-

---

[1] *Herodoti Historiae,* recognovit C. Hude, Oxonii, 1908, tom. I, liv. III, cap. 39-43 e 120-125: *History of Herodotus*, vers. by George Rawlinson, London, 1875, 3. ed., vol. II, p. 441-444 e 509-513.

[2] O nome Policrates, Πολυκράτης, composto de πολύς, *muito,* e κράτος, *força*, *poder*, parece significar, [homem] que possue muita força ou poder.

bendo outros dele. E em pouco tempo logo os negócios de Policrates cresceram [muito], e eram celebres pela Jonia e pela restante Ellade, porque, quando intentou fazer uma expedição, tudo lhe sucedeu venturosamente. Elle possuia cem galés de cincoenta remos, e mil besteiros; e a todos confiscava [seus bens] sem distinguir ninguem; porque, dizia, ao amigo é mais agradavel restituir-lhe o que se [lhe] tomou, do que desde o principio não [lhe] tomar nada. Elle tambem se apoderou de numerosas povoações das ilhas, e ainda de muitas do continente. E entre [outros feitos], quando os Lesbios com toda a sua hoste ajudavam os Milesios, elle, vencendo [os Lesbios] em combate naval, fez prisioneiros [muitos deles], os quais presos [com grilhetas] cavaram todo o fosso, que ha em volta da muralha [da cidade] de Samos.

[40] E não foi ignorado de Amasis, que Policrates era muito afortunado; mas isto lhe interessou; e quando se tornou maior a sua boa ventura, Amasis escreveu isto em um papiro, e o enviou a Samos: «Amasis a Policrates assim diz: É agradavel, na verdade, saber, que a um [homem] amigo e aliado [os negocios] lhe são bem succedidos; mas a mim as tuas grandes boas venturas não me agradam, sabendo eu como a divindade é ciosa: e por isso desejo, eu e das cousas de que tenho cuidado, que ora sejam afortunadas e ora sem successo, e assim, fazendo alternadamente, passar o tempo, do que ser afortunado em tudo: porque eu sei, a ninguem o ouvi dizer, que aquele, que é afortunado em tudo, no fim termina mal, arrancado [pela raiz]. Tu pois agora, crendo-me a mim, faze isto pelas tuas boas venturas: pensa se encontras a [cousa], que é mais estimada por ti, e que perdendo-a, tu sofres mais em teu animo; a essa lança-a fóra de tal modo, que jamais venha [ao poder] dos homens; e se acaso então depois disso as tuas boas venturas não cairem por desgraças, firma-te pelo modo acima indicado por mim.»

[41] Policrates, depois que leu isto, e compreendeu em seu pensamento que Amasis lhe sugeria bem, procurou [saber], por qual dos [seus] objectos preciosos, sendo perdido, faria maior desprazer á sua alma; e tendo procurado encontrou isto. Elle possuia um anel com sinete, ao qual trazia ligado por [corrente de] ouro [1], e que tinha uma pedra de esmeralda; e era obra de Teodoro, [filho] de Telecles, [natural] de Samos; e depois que lhe pareceu que este devia lançar fóra, fez assim. Tendo enchido de homens uma galé de cincoenta remos, embarcou nela; e depois disso ordenou que navegassem para o mar largo; e quando era longe da ilha, tendo enrolado [a corrente do] anel, á vista de todos os que estavam embarcados, o lançou no mar; e feito isto afastou-se navegando; e em voltando ao paço, respondeu á desgraça.

[42] No quinto ou sexto dia depois destas cousas, sucedeu-lhe fazer-se isto. Um homem pescador, tendo tomado um peixe grande e bello, julgou-o digno de ser dado de presente a Policrates; e levando-o á porta [do paço], disse que desejava ir á presença de Policrates; e quando isto lhe foi concedido, disse dando-[lhe] o peixe: «Ó Rei, eu, quando tomei este peixe, não julguei conveniente leva-lo ao mercado, ainda que sou um homem que vivo [do trabalho] de [minhas] mãos; mas pareceu-me ser digno de ti e do teu senhorio; a ti pois, trazendo-[o], o dou.» E [Policrates], regosijando-se com estas palavras, respondeu com estas: «Fizeste muito bem; e [dou-te] dobrados agradecimentos pelas palavras e pela oferta; e a ti para o jantar convidamos». E o pescador, estimando isto como grande [favor], voltou para [sua] casa. E os serventes, quando abriram o peixe, encontraram o anel de Policrates que

---

[1] O texto tem: σφρηγὶς τὴν 'εφόρεε χρυσόδετος, o que parece indicar que o objecto era antes um sinete (σφσηγίς), do que um anel (δακτύλιος). G. Rawlinson traduz σφρηγίς por *signet-ring*.

estava no ventre dele; e quando o viram, tomaram-no logo, e regosijando-se levaram-no a Policrates, e dando-lhe o anel disseram o modo por que foi encontrado. E [Policrates], como lhe veiu [ao pensamento], que isto era cousa divina, escreveu em um papiro tudo o que tinha feito, e o que lhe acontecera; e depois que o escreveu, enviou-o para o Egito.

[43] E Amasis, quando leu o papiro, que tinha vindo de Policrates, compreendeu que um homem era impotente para assegurar outro homem, das cousas que lhe haviam de suceder; e que Policrates não devia de acabar bem, sendo afortunado em tudo, pois que encontrara aquilo que tinha lançado fóra; e então enviou um arauto a Samos, o qual [lhe] disse que era dissolvida a aliança. Amasis fez isto por esta causa, para que pelos sucessos, que eram de recear e grandes, que haviam de sobrevir a Policrates, não afligisse o seu animo, como homem aliado [delle].

[120] Pelo tempo da doença de Cambises, pouco mais ou menos, succederam estas cousas. Oroites [1], homem Persa, era hiparcha de Sardes, estabelecido por Ciro; este [homem] desejou uma cousa impia; porque, sem ter sofrido [nenhuma injuria], nem ter ouvido nenhuma palavra vã da parte de Policrates, que [era] de Samos, nem o tendo visto antes d'isso, desejou, tomando-o, fazê-lo perecer, como na verdade dizem a maior parte das pessoas, por este motivo. Estando assentados a porta [do paço] do rei, Oroites e outro Persa, cujo nome era Mitrobates [2], governador do

---

[1] O nome Oroites é provavelmente de origem persa antigo, *uroithva*, de *u* bem, e *roithva* encher, e significaria *o que é cheio do bem*. (Reichelt, *Awestisches Elementarbuch*, Heidelberg, 1909, p. 499).

[2] O nome Mitrobates é persa antigo, composto de *mithra*, Mithra divindade dos Persas, e *bata* (sancr. bháta) brilhar; e significa *iluminado por Mithra*. (Oppert, *Journal Asiátique*, 4.e serie, t. XIX, p. 52; G. Rawlinson, *History of Herodotus*, vol. III, p. 547; Harlez, *Manuel de la langue de l'Avesta*, Paris, 1882, p. 399).

nomo [1] de Dascileios, eles passaram das palavras em disputa; e discutindo acerca dos seus merecimentos, Mitrobates disse a Oroites arguindo-o: «Mas tu [has de ser tido] na consideração dos homens, tu que não ajuntaste ao [senhorio do] rei a ilha de Samos, que está perto do teu nomo, sendo ela tão facil de submeter, á qual um dos naturais, revoltando-se com quinze hoplites, a tomou, e agora a domina?» E elles ainda dizem, que [Oroites] ouvindo isto e sofrendo a injuria, desejou não tanto vingar-se daquele que tinha dito isto, como perder de todo a Policrates, por cuja causa tinha ouvido dizer mal.

[121] Mas o menor numero de pessoas dizem que Oroites enviou a Samos um arauto a pedir certa cousa, mas não se diz o que isso era; e que Policrates estava repousando na sala dos homens, e era com ele Anacreonte, o de Teos; e de tal modo, ou premeditadamente porque ele despresava os negocios de Oroites, ou porque isto fosse acaso, quando o arauto de Oroites veiu para conferenciar, Policrates, que sucedeu então estar voltado para a parede [da sala], nem se voltou [para elle], nem lhe respondeu.

[122] Estas duas causas se dizem, da morte de Policrates; é permitido a cada um acreditar a que quiser. E Oroites, que estava residindo em Magnesia, que é junto do rio Maiandros, enviou Myrsos, filho de Giges, homem da Lidia, levar a Samos uma mensagem, sabendo os pensamentos de Policrates; porque Policrates foi o primeiro dos Ellenos, que nós saibamos, que intentou dominar no mar, excepto Minos de Cnossos, e se algum antes dele dominou no mar; mas Policrates foi o primeiro da geração chamada humana, que teve muitas esperanças de dominar a Jonia e as ilhas. Oroites pois, sabendo que [Policrates] meditava estas cousas, enviou-lhe uma mensagem que lhe disse

[1] *Nomo*, distrito administrado por uma autoridade.

isto: «Oroites a Policrates assim diz: Ouço dizer que tu intentas cousas grandes; mas não tens os meios conforme aos [teus] pensamentos; mas tu agora, fazendo assim, exaltarás a ti mesmo, e tambem me salvarás a mim; porque o rei Cambises premedita a minha morte, o que me foi anunciado com certeza. Tu agora leva-me a mim e ás minhas riquesas; de uma parte tu tens a mim, e doutra parte, tendo-as a elas, com as riquezas dominarás toda a Ellade. E se não crés o [que digo] acerca das riquesas, envia a pessoa que a ti seja mais digna de credito, á qual eu as mostrarei.»

[123] Policrates, quando ouviu estas cousas, regoșijou-se, e [assim] deliberou; e porque era muito ambicioso das riquesas, enviou primeiramente para as examinar a Maiandrios, filho de Maiandrios, homem da cidade [de Samos], que era seu escrivão. Este homem, não muito tempo depois destes sucessos, todo o mobiliario da sala dos homens de Policrates, que era bem digno de ser visto, ofereceu ao templo de Hara. Mas Oroites, sabendo que era chegado o que havia de ver [as riquesas], fez isto. Tendo enchido de pedras oito arcas, excepto muito pouco junto dos seus bordos, sobre a superficie das pedras dispoz ouro, e fechando as arcas [as] teve preparadas; e Maiandrios, quando veiu e viu [as arcas], o fez saber a Policrates.

[124] Mas Policrates, ainda que não só os adevinhos lhe pronosticavam muitas cousas, mas tambem os amigos, deliberou ir ele mesmo; e além disso, tendo sua filha visto em sonho uma visão, que era: pareceu-lhe que seu pai, estando suspenso no ar, era banhado por Zeus e ungido pelo sol; e ela tendo visto esta visão, fez tudo para que Policrates não partisse para Oroites; e ainda quando ele ia na [galé de] cincoenta remos, ela pronosticava mal; mas ele a repreendeu, [dizendo] que se elle voltasse em salvo, lhe faria guardar castidade durante muito tempo; mas ela fazia votos porque isto se cumprisse, porque antes queria

guardar castidade durante muito tempo, do que ser privada de seu pai.

[125] Mas Policrates, despresando todos os conselhos, embarcou, [e foi] para Oroites, levando juntamente muitos outros dos companheiros, e entre eles tambem Democedes, filho de Calliphon, homem de Crotona, o qual era medico, e o que exercia melhor a [sua] arte entre os [homens] do seu tempo. E Policrates, tendo chegado a Magnesia, pereceu de má morte [1], nem digna dele nem dos seus pensamentos; porque, excepto os que foram soberanos dos Siracusanos, nenhum dos outros soberanos dos Ellenos foi mais digno, do que Policrates, de reunir a magnificência; e Oroites, fazendo-o morrer de um modo que não é licito contar, crucificou-o [2]; e dos [homens] que tinham vindo com ele, quantos eram de Samos, deixou-os ir, ordenando que eles lhe reconhecessem a mercê por serem livres; e quantos eram estrangeiros e escravos dos companheiros [de Policrates), ele os reteve fazendo-os escravos. Mas Policrates, quando foi suspenso [no ar], cumpriu toda a visão de [sua] filha; porque foi banhado por Zeus, isto é, pela chuva, e foi ungido pelo sol, quando este fez produzir o humor do corpo dele. Assim as muitas boas venturas de Policrates terminaram deste modo, que Amasis, rei do Egito, lhe tinha pronosticado.

Policrates, tirano (soberano) de Samos, foi certamente

---

[1] Alguns tradutores conjecturam que o género de morte que Oroites fez padecer a Policrates foi ser esfolado vivo; G. Rawlinson suspeita que foi um modo ainda mais horrível, conhecido pelo nome de σκάφευσες, descrito por Plutarco na *Vida de Artaxerxes*, § 16. (G. Rawlinson, *History of Herodotus*, vol. II, p. 513, n. 22).

[2] Ou antes: empalou-o, pois êste era o suplício usado pelos Persas. (*Inscrição de Dario, rei da Pérsia, no rochedo de Bisutun*, §§ 32, 33, 50).

um personagem histórico que floresceu no século VI A. C., pois que dêle fazem menção não só Herodoto, mas tambem Tucidides (*História da guerra do Peloponeso*, I, 13, e III, 104), Pausanias (*Descrição da Grecia*, VIII, 14), Aristoteles (*Politica*, V, 9, 4), Diodoro de Sicilia (*Historia*, XXI), e Plinio (*Historia Natural*, XXXVII, 2, 4); mas é evidente que a narração dos sucessos de Policrates, conforme é dada por Herodoto, tem um carácter pronunciadamente lendária; que a ela foram ajuntadas diversas tradições de factos maravilhosos; e que ela é tendencial, isto é, pretende-se por meio dela exemplificar o princípio ou lei, que o homem não pode ser neste mundo sempre feliz; e que, pelo contrário, se durante a maior parte da sua vida for venturoso em seus empreendimentos, no fim há de sofrer grandes calamidades.

Este princípio foi expresso por uma fórmula atribuida a Solon. Herodoto (*Hist.*, I, 30-32) conta que Solon nas suas longas viágens foi tambêm a Sardes visitar Creso, rei da Lidia, o qual o recebeu benignamente como seu hóspede e o agasalhou no seu palácio; e que alguns dias depois lhe mandou mostrar os seus tesouros e toda a grandeza e magnificência do seu estado; e que depois de Solon ter visto tudo, Creso lhe perguntara quem era o homem que êle julgava mais feliz. Solon lhe respondeu: «Aquele que passa a vida possuindo a maior parte destas cousas, e depois falece de maneira agradavel e serena, esse em meu conceito, é merecedor de ter o nome de feliz; mas é necessario observar o fim de todas as cousas a que chega; porque a muitos, a quem deus outorgou boa ventura, destrue arrancando-os.» [1].

---

[1] Este mesmo conceito foi expresso por Petrarca nos seguintes versos (*Soneto*, 36, v. 13-14):

> Che innanzi al di dell' ultima partita,
> uom beato chiamar non si conviene.

Mas êste e outros conceitos semelhantes, que os escritores gregos teem transmitido pelos seus escritos, são produto da observação dos Gregos, ou estes receberam-nos de outro povo? Sem duvida o génio dos Gregos foi dotado de eminentes qualidades de observação e de concepção, que revelaram nas sciências, na literatura e nas artes; mas tais conceitos como aquele não podiam ser sugeridos senão pelo contraste frisante das condições extremas duma mesma pessoa, que possuisse extraordinária riqueza e alcançasse grande poderio, e depois caisse na maior indigência, e terminasse a vida de modo violento ou miserando. Ora nas austeras repúblicas da Grécia a riqueza individual foi sempre muito limitada; os produtos da sua agricultura, da indústria e das artes, e o comércio com os povos estranhos, foram apenas suficientes para sustentar uma vida parca e modesta. Não era pois a Grécia do século VI A. C. o país próprio para sugerir a Solon aquele conceito; deve ter-lhe ocorrido ou vindo, donde as condições dos meios de vida não escasseavam, para se observar o contraste entre a riquesa e a miséria; foi certamente da Ásia, onde eram abundantes não só os géneros necessários para uma farta alimentação, mas tambêm os artigos próprios para luxuoso vestuário e faustosa decoração da habitação, como a lã fina, o linho, a seda, o ouro, as pedras preciosas, o marfim, o ébano, o sândalo e os perfumes esquisitos; e onde a riquesa individual podia acumular-se e deslumbrá-lo.

Clemente de Alexandria, falecido em 217 J. C., diz (*Strom.*, I, 15) que as obras morais compostas por Demócrito, proveem de Babilónia; e que êle inseriu em seus próprios escritos a tradução da *stela* de Ahikar. Esta notícia é reproduzida por Eusébio (*Praep. evan.*, X, 4). A história de Ahikar [1], escriba de Senacherib, rei de Babi-

[1] F. Nau, *Histoire et sagesse d'Ahikar l'Assyrien*, Paris, 1909, pp. 35-48 e 288-291.

lónia, na qual foram insertas duas séries de sentenças morais e algumas alegorias, é conhecida por diversas versões, sendo a mais antiga em arameu, que remonta ao século V antes da era vulgar, e da qual existem fragmentos nos papiros encontrados em Elefantina e publicados por E. Sachau [1]. As sentenças morais atribuidas a Democrito teem sido publicadas diversas vezes, e, entre outras, nos *Fragmenta Philosophorum,* (ed. Firmin Didot, tom. I, Paris, 1875). Uma outra colecção de sentenças morais, muito semelhantes às insertas na história de Ahikar, são atribuidas a Menandro; estas sentenças morais foram conservadas na obra que tem por título Γνωμαι μονόστιχοι, e foram publicadas por Didot com as comédias de Aristofanes (Paris, 1862), e em um fragmento escrito em siríaco publicado por J. P. N. Land (*Anedocta syriaca*, tom. I, Leide, 1862). É provável que Menandro tivesse conhecimento das sentenças morais contidas na história de Ahikar, por intermédio dos escritos atribuidos a Democrito. Das notícias precedentes resulta que no século V antes da era vulgar existia uma história de Ahikar, escrita em arameu, contendo diversas sentenças morais; e que esta história foi conhecida dos gregos por Democrito e Menandro.

Êste nome de Menandro, que entre os gregos é dado como autor ou vulgarizador de sentenças morais, encontra-se tambem nos escritos dos budistas, em uma obra que tem por título *Milindapañha,* escrita pelos anos de 100 A. C., na parte noroeste da península da Índia. Esta obra, que consiste em um diálogo havido entre Milinda, rei dos Yavanas (Menandro, rei dos Jónios ou Gregos), e o grande santo Nagasena, parece conservar a tradição das discussões

---

[1] E. Sachau, *Arämaische Papyrus und Ostraca aus einer jüdischen militärkolonie in Elephantine,* Leipzig, 1911; A. Ungnad, *Arämaische Papyrus aus Elephantine, kleine Ausgabe,* Leipzig, 1911, p. 62-82.

havidas entre os monges budistas e os Gregos, que depois da expedição de Alexandre frequentavam a Índia; e mostra o intercurso das ideias entre a Grécia e a Índia [1].

As notícias precedentes induzem-nos a suspeitar que a sentença moral, atribuida por Herodoto a Solon, e exemplificada pelo mesmo escritor na narração dos sucessos de Policrates, é de orígem búdica; ela é conforme com a doutrina pessimista do budismo, expressa nos seus livros canónicos. Com efeito a primeira das quatros verdades santas pregadas pelo Buddha Xakia Muni no Sermão de Benarés [2] é: «Eis aqui, ó monges, a verdade santa sobre a dor: o nascimento é dor; a velhice é dor; a doença é dor; a morte é dor; a união com o que se não ama, é dor; a separação do que se ama, é dor; não obter o seu desejo, é dor; em resumo a quintupla ligação ás cousas terrestres é dor.» Esta sentença moral poderia ter sido levada da Índia à Bactria, e daí a Babilónia, e emfim à Grecia. Todavia isto não é senão uma conjectura; e pertence aos indianistas examinar a sua plausibilidade, e indicar a sentença moral e os episódios paralelos nos livros búdicos.

Esta conjectura não é porem infundada; pelo exame dos diversos motivos (argumentos), que fazem parte da história de Policrates, reconhece se que a maior parte deles são lendários, e um deles de orígem indiana.

1. O motivo (argumento), que um objecto precioso arrojado ao mar, foi de novo achado no bucho dum peixe, é conhecido sob diversas formas; é um anel no drama índio *Çakuntala* escrito em sanscrito, na lenda de Salomão, e na versão siríaca duma lenda de Gregório [3]; é um cofre com

---

[1] Oldenberg, *Le Boudha, sa vie, sa doctrine, sa communanté,* trad. Foucher, Paris, 1894, pp. 259 e 262.

[2] Oldenberg, *ob. cit.* Paris, 1894, p. 129-132 e 214.

[3] J. Schick, *Das Glückskind mit dem Todesbrief,* Berlim, 1912, p. 416-417.

dinheiro na versão etiópica duma homília sobre S. Miguel, composta provavelmente em grego [1]; e é um diamante em um conto das *Mil e uma noites,* em que se refere que um pobre cordoeiro de Bagdad enriqueceu por ter encontrado um diamante no bucho dum peixe [2]. É bem sabido que muitos contos das *Mil e uma noites* são de orígem indiana.

2. O motivo (argumento) ou estratagema empregado por Oroites para enganar o escriba de Policrates, era conhecido dos romanos. Cornélio Nepos na *Vida de Hannibal* (cap. 9) conta, que Hannibal, depois do desbarate de Antiocho, foi para Creta, hospedando-se entre os Gortynios; e que reconhecendo que a sua vida corria grande perigo por causa da cubiça dos cretenses, por ter consigo grande quantidade de dinheiro, do que se havia espalhado a fama, usou dum embuste para iludir os Cretenses. Encheu de chumbo muitas amforas, cuja parte superior cobriu com ouro e prata, e as depositou no templo de Diana na presença dos principais cretenses, fingindo que entregava a sua pessoa e as suas riquezas ao crédito dos Cretenses; e escondeu o seu dinheiro dentro dumas estátuas de bronze que colocou no pátio da casa em que era hospedado. Em quanto os Gortínios guardavam cuidadosamente o templo de Diana, para que nem Hannibal nem qualquer outro retirasse as riquezas ali depositadas, Hannibal embarcou em um navio lovando consigo as estátuas, em que tinha escondido o dinheiro, e foi para o Ponto na Ásia Menor.

3. O motivo (argumento), relativo ao uso de oferecer ao principe um peixe muito notável, era tambêm conhecido

---

[1] O texto etiópico desta homília foi publicado por J. Bachmann, *Aethiopische Lesestücke*, Leipzig, 1893, p. 20-24.

[2] Ernst Kuhn, *Zur byzantinischen Erzählungs-litteratur*, na *Byzantinische Zeitschrift,* 4, Band, p. 247, n. 2.

dos romanos, e ainda conservado pelos povos do ocidente da Europa em tempos recentes. Juvenal (*Satira* IV, v. 34 a 71) refere, que no tempo do imperador Domiciano (+ 96 de J. C.) um pobre pescador tomou na rede no mar Adriático, perto de Ancona, um rodovalho de extraordinária grandeza, e o foi oferecer ao imperador, que então estava em Alba, que teve em grande estima a oferta [1]. Frei Luis de Sousa na *Vida de D. Frei Bartholomeu dos Martyres* (liv. I, cap. 13) conta que era costume dos arcebispos de Braga enviarem ao rei de Portugal as primeiras lampreias que se pescavam nas ribeiras da provincia do Minho.

Concluindo: julgo que na história de Policrates, tirano (soberano) de Samos, conforme é referida por Herodoto, ha um fundo verdadeiro, que pode resumir-se assim: Policrates era natural da ilha de Samos, e viveu na segunda metade do século VI antes da era vulgar; pela força apossou-se do governo da mesma ilha, e promoveu a sua prosperidade; aformoseou a cidade de Samos com diversos edificios públicos; fez construir uma numerosa frota de galés, com a qual submeteu ao seu domínio não só outras ilhas circumvizinhas, mas tambêm algumas cidades do continente, próximas da sua ilha, sendo venturoso em todas as cousas que empreendeu. Levado pela cubiça de grandes riquesas que Oroites, satrapa do rei da Pérsia, lhe prometera, passou a Magnesia, e ali foi aleivosamente assassinado, e o seu cadáver exposto por ignomínia sôbre um poste. Mas a êste fundo verdadeiro foram ajuntadas diversas tradições maravilhosas, estranhas ao mesmo personágem, e algumas de orígem indiana, com fim tendencial, preten-

---

[1] *Satires de Juvénal*, trad. Dusaulx, 2.e éd. Paris, 1826, t. II, p. 126-159; *Satiras de Juvenal, trasladadas em verso portuguez*, por A. S. S. Costa Lobo. Lisboa, 1878, vol. I, p. 180-199.

dendo-se demonstrar a precária condição da vida humana, conforme foi concebida pelos budistas.

A lenda do anel de Policrates é o assunto de notáveis composições poéticas de escritores modernos; de entre elas sómente citaremos a bailada *Der ring des Policrates* de Schiller, e o drama épico *O Anel de Policrates* por Eugénio de Castro.

Em seguida damos a tradução, em prosa, e tão verbal quanto possível, da bailada de Schiller, *O Anel de Policrates,* composta no ano de 1797. Não pode deixar de se reconhecer que Schiller dispoz a narração de maneira semelhante à do *Livro de Job* (cap. I, vers. 13–21); mas o conceito expresso no *Livro de Job* é em antítese com o da bailada de Schiller; pois que, em quanto que nesta as boas venturas se sucedem a boas venturas; no *Livro de Job* as desgraças se sucedem a desgraças. Na bailada de Schiller falta, porêm, a conclusão moral: Policrates, que se orgulhava de ter sido venturoso em todas as suas empresas, terminou a vida de modo violento e ignominioso; Job, que sofreu resignadamente todas as calamidades, morreu de orvalhada velhice, rodeado de seus filhos e amigos, amado de todos, e rico de bens do mundo.

O Anel de Policrates

BAILADA

Elle estava em pé junto das ameias do seu terraço;
elle olhava com alegres pensamentos
para [a cidade de] Samos, sobre a qual elle dominava.
«Tudo isto é a mim sujeito;»
começou elle [a dizer] ao rei do Egito;
«confessa, que eu sou feliz.»

«Tu tens experimentado o favor dos deuses!
Áquelles que outrora eram teus iguais,
a esses agora constrangeu o poder do teu cetro;
comtudo um vive ainda para os vingar;
a minha boca não pode proclamar-te feliz,
em quanto vigia o olho do inimigo.»

E ainda antes que o rei acabasse [de fallar],
alli se apresentou, enviado de Mileto,
um mensageiro para o tirano.
«Faze, senhor, elevar-se o fumo do sacrificio,
e com viçosos ramos de loureiro
coroa-te o teu cabelo festivamente.»

«Ferido pela lança o teu inimigo foi abatido;
a mim me enviou com a alegre noticia
o teu fiel general Polydoro.»
E de uma negra bacia tirou,
ainda sangrenta, para assombro de ambos,
uma cabeça bem conhecida.

O rei deu um passo atrás com horror:
«Eu advirto-te ainda, de [não] confiar na fortuna!»
replicou elle com apreensivo olhar.
«Pensa: sobre as perfidas ondas,
que facilmente pode quebra-las a tormenta,
flutua a duvidosa fortuna da tua frota.»

E quando ele ainda dizia estas palavras,
um [grito de] jubilo o tem interrompido,
que da abra resoa exultante;
carregados ricamente de tesouros estranhos
vem para a praia da patria
um bosque de navios de muitos mastros.

O hospede rial está assombrado:
«A tua fortuna é hoje bem disposta;
comtudo teme a sua inconstancia.
As hostes de Creta bem exercitadas nas armas
ameaçam-te de trazer a guerra;
elas já estão perto desta costa.»

E quando ainda a palavra lhe caía [dos labios],
viu-se ali o flutuar dos navios,
e mil vozes clamam: «Victoria!
do perigo do inimigo nós somos livres;
á [frota] dos Cretenses tem destruido a tormenta;
acabou-se, é terminada a guerra!»

Isto ouviu com terror o hospede amigo:
«Na verdade eu devo julgar-te feliz;
comtudo, diz ele, eu tremo pela tua prosperidade;
a mim causa-me horror o ciume dos deuses;
a alegria da vida, sem mistura,
não cabe em sorte a nenhum mundano.»

«Tambem a mim tudo succedia bem;
em todos meus feitos soberanos
me conduziu o favor do ceu;
comtudo eu tinha um caro herdeiro,
deus m'o tomou; eu vi-o morrer;
á felicidade eu paguei a minha divida.»

«Por isso, se tu queres preservar-te do mal,
assim suplica aos [seres] invisiveis,
que eles emprestem a dor á felicidade;
eu não vi ninguem terminar [a vida] alegremente,
sobre quem com as mãos sempre cheias
os deuses derramaram os seus dons.»

«E se os deuses não outorgarem isto,
atende assim ao ensino de um amigo,
e chama tu mesmo a infelicidade;
e aquilo, que de todos teus tesouros
ao teu coração causa maior prazer,
isso toma-o, e arroja-o neste mar.»

E [Policrates] falou movido de temor:
«De tudo o que a ilha alimenta,
é este anel o meu maior bem;
eu quero consagrâ-lo ás Furias,
para que elas me perdoem a minha felicidade.»
E ele arrojou a joia nas vagas.

E na alvorada da manhã seguinte
ali se apresentou com alegre rosto
um pescador deante do principe:
«Senhor, a este peixe eu tenho tomado,
nenhum como [ele] é ainda vindo na rede;
a ti como presente eu o trago.»

E quando o cozinheiro partiu o peixe,
veiu perturbado apressando-se,
e clamou com olhar muito maravilhado:
«Vê, senhor, o anel, que tu trazias;
eu o encontrei no ventre do peixe;
oh! sem limites é a tua felicidade!»

Aqui se volve o hospede com horror:
«Assim eu não posso morar aqui mais tempo;
tu não podes ser meu amigo depois disto;
os deuses querem a tua perda;
para longe eu me apresso [de ir], para não morrer comtigo.»
E disse isto, e se embarcou apressadamente.

[*Gedichte von Frèderich von Schiller*; erster Theil, Leipzig, 1898, p. 104-108; cf. *Poesies de Schiller*, traduction nouvelle par M. X. Marmier, Paris, 1872, p. 72-74.]

Lisboa, 14 de maio de 1915.

ALEXANDRE HERCULANO, POETA CRISTÃO E LIBERAL

Memória biográfico-literária oferecida à Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa por ocasião da eleição de seu autor para sócio correspondente da mesma Academia, apresentada em sessão de 15 de julho de 1915

Senhores: — Descrevendo com singeleza inimitável nas páginas admiráveis de candidez e de verdade das suas *Confissões* os primeiros aspectos da sua meninice, deixou aí o exímio doutor da Igreja, Santo Agostinho, incrustado um profundíssimo conceito. Êle o invoca para sincera desculpa dos pecados de que, cheio de verdadeira contrição, entende dever confessar-se culpado perante o Senhor seu Deus.

«Em nós — escreve — há a distinção de tempo; tempo em que somos trevas, tempo em que nos sentimos luz.»

Considera o venerando bispo de Hipponia, em seu ponto de vista de fervorosíssimo cristão que todas as dificiências da puerícia poderão achar desculpa nas trevas em que o espírito se acha imerso, então quando ainda nele se não manifestou a luz da divina graça.

Tão judicioso asserto se me afigura de lembrar, e por mais de um motivo, havendo de referir-me aos primeiros anos do grande escritor que se chamou Alexandre Herculano, e hade ser sempre lembrado, não duvido crê-lo, com saùdade infinita pela douta corporação que se honra de o ter tido por seu Presidente.

Em Alexandre Herculano, com efeito, e nos anos que vão da sua puerícia até os começos da sua adolescência, terá persistido, como no trêfego Aurélio Agostinho, a

densa treva que suponho dominou em seu espírito. Quere-me parecer — ou muito me terei, acaso, enganado — que sob o ponto de vista fisiológico, o futuro autor d'*A Semana Santa* e d'*A Cruz Mutilada,* os dois poemetos impregnados da mais profunda filosofia cristã que marcam o princípio e o fim da sua *vis poética* rimada, não terá sido, durante aquele seu primeiro período vital, da massa de que se formam as crianças lembradas no *Libro de los Cantares,* do popular António de Trueba; das crianças

«que parece
que tienen azogue!» [1]

Bem pelo contrário, Herculano, entre a puerícia e a adolescência, longe de ter sido um «azougado», deve ter sido o oposto; deve ter sido um taciturno.

Fraco de compleição, sujeito, como tantos anos depois o recordava em carta ao seu particular amigo e sempre lembrado Académico, João Pedro da Costa Basto, a freqùentes hemoptises [2], sintoma grave de qualquer afecção pulmonar, de que até final lhe ficaram persistentes vestígios, tais circunstâncias não o impediam, na verdade, de prestar-se aos tripúdios e brinquedos próprios de seus poucos anos, e, tal qual tanto ao vivo no-lo deixou contado, não se esquivava a correr com outros moços da sua idade, travando lutas com êles, suando, rindo e gritando; expandindo, em suma, a própria seiva juvenil [3]. Estava aí em germen o «frenetico Alexandre» que ao venerando epistológrafo Castilho tal se amostrava aos vinte anos [4].

---

[1] *La Mancha de la Mora.*

[2] *Arch. Hist. Port,* vol. VIII, pag. 147, nota.

[3] *Monge de Cister,* pag. 58, ed. de 1848.

[4] «Larga o sacho ao *frenetico Alexandre,*
Se Schiller e o Phantasma o deixam livre.»

Excavações Poeticas — Epistola ao Morgado de Assentis — 1830. *Memorias de Castilho,* por Julio de Castilho, tom. II — 211.

Tudo isso, porêm, eram acidentais excepções no aspecto normal do indivíduo, que não influiriam grandemente no seu modo de ser habitual.

Com efeito, tanto quanto é possível presumi-lo indutivamente, como que se entreluz que haveria, no comum da vida, o que quer que fôsse de «cozido consigo» naquele pequeno que ao acabarem, ao domingo, os seus folguedos de criança, «quando o sol descia para o horizonte, ía assentar-se à sombra de uma grande nogueira, sosinho, a ouvir caír num tanque uma pequena bica de água, ficando ali a scismar por largo espaço» [1].

E êste scismar sem saber em que, do pequeno Alexandre, exsolvia-se na tenuíssima manifestação reveladora do futuro poeta. Do coração sentia o joven «levantar-se-lhe um fumosinho de tranquila melancolia», condensando-se-lhe nos olhos em lagrimas que neles se suspendiam, sem deslizar, e naquele encantamento se demorava, até quebrarem-lho, indo busca-lo. De tudo, porêm, lhe ficava a saùdade [2].

Quem poderá afirmar não ser êste embevecimento da alma infante ajudado pela natural propensão para a tristeza, que mais ou menos intensamente dominava, de domingo a domingo, os doze doentios anos do joven Alexandre, e o fazia avêsso ás vivacidades dos «traquinas», dos «azougados», da sua idade? Quem poderá decidir se não era aquela saúdade que apanhando-o já predisposto para a íntima concentração, contribuía para o tornar menos expansivo, menos revelador do que lhe andaria lá dentro segredando vagos mistérios que êle próprio ainda não entenderia?

Se tal se dava, as conseqùências eram imediatas. Dominaria nele a absorção constante dos sentidos, avassalà-lo ía

[1] *Monge de Cister* — Reminiscências da mesma pagina supra.
[2] Idem, idem.

uma como vaguedez do pensamento, debatendo-se, dolorido mas desnorteado, dentro do seu pequeno cérebro, aspirando a romper à luz, como a avesinha, dentro da gaiola, procura, doïdejando, voar para a liberdade. Daí, uma tal qual resistência persistente a tomar parte nos actos da vida comum, pela reflexão exteriorizada; daí, um como constante alheiamento a quanto o rodiasse, paralisando-lhe as faculdades expansivas.

Nas naturezas predestinadas aos grandes êxitos do talento não são, com efeito, raros os exemplos desta espécie de neurastenia que se manifesta nos tenros anos, mais ou menos desenvolvida, como presságio da gestação de futuros fenómenos intelectuais. Começa o espírito adolescente por impregnar-se de profunda tristeza sem motivo, e acentua-se a preferência do isolamento ao convívio da família. Cava dentro em si próprio o paciente, com desordenado insistir, novos pretextos imaginários de aflição, cança, em suma, o cérebro a engendrar espirais de palavras incoerentes, que se dissolvem em catadupas de silênciosas lágrimas. Ao cabo desta crise está um grande perigo: — a monomania religiosa.

Se a psicologia, porêm, e mais particularmente a patologia médica, tem modo de explicar êste excepcional estado de alma na adolescência, fixando-lhe até os períodos de aparição e de duração, a natureza não se apressa a imitá-la. O segredo da selecção, o porquê determinante dêste privilégio com que distingue os seus eleitos, guarda-o ela, bem pelo contrário, para si. Herculano, transitando da puerícia para a imediata idade, terá sido um, entre muitos exemplares de igual facto. Teve, porêm, a fortuna de se esquivar ao grande perigo que êle engendra, talvez porque o combateu, como vamos vê-lo, com a triaga que teria perdido outros. Em todo o caso, não seria de admirar que tais fenómenos, achando já disposto o organismo do paciente para a espécie de apatia melancólica por êles

suscitada, se positivassem nele, avergando-o ao jugo da preguiça, no chamar-se à realidade da existência, e à dura necessidade de se lhe submeter, no que ela tem fatal e inevitàvelmente de obrigatório. Tal qual acontecia ao joven Aurélio Agostinho.

Já de si moroso, pois, nada comunicativo, e remisso em explicar-se, sem dispôr de nenhuma das tão bemvindas manifestações de agudeza que são o íntimo enlevo e a suspirada esperança dos pais, Herculano, estudantinho, seria do número daqueles de quem tão desfavoràvelmente se ajuíza nada prometerem. Pelo menos, de boa fonte me veio por notícia ter Alexandre ouvido de freqùência a predição repreensiva e descònsolada de seu progenitor: — Não farás nada!

Para glória da Nação Portuguesa, o vaticínio paterno, longe de confirmar-se, converteu-se no que sabemos, dando-lhe o mais estrondoso desmentido. Os pais, não tendo, em regra, obrigação de atinar com a causa de fenómenos psiquicos da natureza dos que se davam no pequeno Alexandre, não lhes alcançando, por conseguinte, o valor, como prenúncios de futuras brilhantes excepções ao comum das inteligências, são levados a explicar por defeitos de conformação intelectual o que é tão só a resultante de uma outra forma especialíssima, reveladora do talento, diferente da forma comum. Herculano, predisposto por índole à concentração e à melancolia, *sorumbático,* digamos, entristecido pela doença, e trabalhado ainda de mais a mais o seu espírito pela gestação de fenómenos de inteligência, de que nem presumia o motivo, mas de que já sentia as vagas e informes manifestações, vêr-se-ía privado da facilidade de explicar-se, pela dificuldade inata de expandir-se. Seriam, pois, as trevas antes da luz, do grande mestre de prègadores do Evangelho, como o classificou o insigne Bossuet; seriam os mesmos transes desanimadores, porque o futuro doutor da Igreja confessa ter

passado, adolescente, seriam as mesmas misérias que o haviam perseguido, ao encetar a sua vida de estudante, seriam identicos às admoestações mortificantes, e, porventura, tais quais os castigos que haviam correspondido à sua preguiça.

E assim como Santo Agostinho achava, na cândida sinceridade da sua alma, que todas as deficiências do seu espírito infante, que êle, por exagerado sentimento de humildade classificou de pecados, poderiam achar desculpa aos olhos de seus pais e perdão perante Deus, seu Criador, atendendo à treva escura em que eram gerados, assim o moço Alexandre bem poderia ter obtido mais lenidade no sevéro juizo de seu progenitor, se êste tivesse podido adivinhar que a semelhante igual estado de espírito de seu filho sucederia a luz explêndida que logo, sem demorar-se, irrompeu nele sùbita, precoce, dando-nos um poeta de altíssimo valor, fundido num conspicuíssimo filósofo.

Fervorosamente crente, como o sincéro autor das *Confissões,* como êle espiritualista dos de melhor tempera, êste poeta, que o não devia vir a ser tanto pelos primores da forma, como pelas transcendências da essência, foi-o porque acima de tudo amou em Deus a Verdade. Foi poeta, porque a Verdade se tornou a inspiradora de toda a sua actividade intelectual; poeta porque acreditou possível o que infelizmente o não é; poeta, porque, tal qual Santo Agostinho, creu com todas as véras da sua alma na ùnica felicidade dêste mundo; — a que nos dá a paz da consciência como salário, em nosso dia derradeiro[1].

*

Entanto ía seguindo a educação moral e literária do joven Alexandre. Já em outra parte deixei notado ter

[1] *Conf.* — L. XIII, cap. 35.

sido esta uma «educação à antiga» na índole e nos processos [1]. O próprio venerando correspondente do futuro padre Bernardino de Barros Gomes lho confirma, no que respeita à parte literária, que, dado o que foi, não podia ligar-se mais exacta e mais perfeitamente à parte moral.

«Eu fui, lhe escreve, com aquela tão sua e tão acerada quanto inimitável ironia; eu fui muito mal educado. Ensinaram-me a lêr letra redonda pela versão da biblia do padre Pereira, refinado hereje, como quasi todos os oratorianos, de quem fui depois discípulo. A lêr letra de mão aprendi por uma historia evangelica manuscrita, do bispo do Maranhão, D. Frei Antonio de Padua, que morreu hóspede da minha familia» [2].

Aqui está nesta meia dúzia de preciosas linhas autobiográficas, desvendado todo o futuro literárío de Alexandre Herculano, e explicado todo o sentimento da moral, que foi a característica da sua vida, particular e pública. Porque êstes dois breves períodos não são só preciosos, por escritos de seu punho; são no tambêm, porque êles nos explicam, mais do que o segrêdo basilar da orientação literária do Grande Escritor, o arreigue das suas crenças cristianíssimas, e, por conseguinte, do império da moral puríssima que lhes foi consectário, por êle constantemente observada. Da primeira composição poética de Herculano: *A Semana Santa,* até às *Cartas* ao filho do ilustre académico dr. Bernardino António Gomes, o que se patenteia com a maior clarividência, é o influxo profundo que em seu espírito juvenil exerceu a leitura e o estudo da história e da literatura sagradas. Foi êste influxo a triaga com que Herculano se defendeu do perigo de caír maníaco-religioso, a que pouco há me referi; por êle se compôs à viva luz da razão com a sua consciência, fugindo de vêr

[1] *Dicion. Bibliogr. Portug.*, tomo XXI (14.º do *Supl.*), pag. 504.

[2] *Cartas de A. Herculano*, tomo I, pag. 20.

pecados em actos de criança que não chegavam a ser simples faltas. Foi a poderosa influência desta primeira educação do seu espirito que o levou a embrenhar-se com paixão no conhecimento da História da Igreja, foi ela que o formou o temível controversista que o partido ultramontano ainda aí teve em Portugal contra si. Êste precioso dom em tão boa hora infiltrado em seu juvenil espirito, foi o dominador supremo do seu destino literário, o que lhe deu a fé intemerata na Verdade, de que persistiu em conservar-se fidelíssimo servidor.

*

Ouço que já passou de moda citar Quintiliano. Pois não o citarei. Lembrarei apenas o seu tão conhecido aforismo, porque, tal qual a Garrett o escreveu Herculano, «um nome não dá nem tira fôrça a um raciocínio», um nome não dá nem quita autoridade a uma sentença, se ela por si só se autorisa.

«Os oradores formam-se; os poetas nascem».

Esta, que nem sempre é incontroversa verdade, tambêm não é completa àcêrca de Herculano. Não se formou Herculano orador, é certo, mas não é menos averiguado que teve de formar-se tambêm poeta, posto que nascesse tal.

Parece contraditório? Não é. Eu me explico:

Vimos como todos os antecedentes da sua juventude no-lo amostram um taciturno, um refratário à expansibidade natural de seus verdes anos. Vimos tambêm como a tal aspecto devia corresponder tal qual paralisação dos próprios recursos, tal qual dificuldade em exteriorizar as funcções do intelecto. Vemos agora como a feição religiosa, que foi a característica, em moral e em literatura, da sua educação primária, parece ter como que espreitado o pendor do seu espírito para se lhe acomodar. E foi assim que

de um moço já de si concentrado, e de poucas falas, tal educação veio a fazer um reflectido, um austero, e, em moral e em política, um irredutível.

Consideremos agora que um dos Livros do *Velho Testamento* que deve ter exercido no espírito do moço Alexandre influência decisiva é o Livro de Job.

Job é o prototipo da paciência e da humildade cristãs. Job é o grito de contrição da consciência humana, reconhecendo a sua terrena feitura, aquela miserável feitura que nasceu do pó e em pó se ha de volver, Job é a imagem, emfim, do desengano das pompas e vaidades dêste mundo, encarado sob o aspecto transitório que separa o berço da sepultura, dando-nos por consolação a esperança de uma vida melhor, após a morte. Tal qual o Poeta o tão amaviosamente exprime nesta cristianíssima quadra:

> «Que é o céu a pátria nossa:
> Que é o mundo exílio breve;
> Que o morrer é cousa leve;
> Que é *principio*, não é *fim*».

Job deve pois ter quadrado àquele espírito, tão feito para se apiedar pelas acabrunhadoras misérias e desditas que não puderam vencer a paciência e a resignação do Justo, e continuaram a ser o descaroável destino da nossa espécie. Herculano, lido aquele Livro, ficou para todo o resto da sua vida formado «um perfeito filósofo». Quanto ha de vaidade nas honrarias vãs dêste mundo, quanto ha de perecedouro em nossa miseranda existência, tudo se lhe incarnou no convencimento, e são semelhantes desenganos os que hão de compôr-lhe o tecido da sua gloriosa carreira; tecido matisado de grandes e profundíssimos respeitos por parte dos que sinceramente lhe admiravam a independência do caracter e a transcendência do saber, e das não menos profundas antipatias dos que essa mesma independência amesquinhava, agoniando-se com ela.

Um outro coeficiente contribuíu também com assás de poder para êste desapêgo das gloriolas mundanas. O nosso grande Escritor foi principal e fundamentalmente um *homem do povo,* e de tal se gloriou sempre, como é constante e bem notório. Sóbrio e austero por condição, singelo e simples por gôsto, cultor fidelíssimo dos costumes patriarcais da sua familia, tendo-se afeito, na vida soldadêsca, a contentar-se com pouco, todo entregue sempre à paixão do saber, à generosa ambição de prevalecer pelas letras entre seus compatriotas, crendo-se inabalavelmente destinado entre êles a uma missão regeneratória pela doutrina e pelo exemplo, Alexandre Herculano desadorou sempre dos cómodos e ostentações que são regalo da existência, lisonja da natural vaidade e modo de triunfar a vida. Daí, aquela espécie de bravia rudeza de que até chegou a fazer gala, e que principiando por aplicar a si próprio, constituiu a sua norma de vida, transitando por êste mundo de desenganos desde a idade de razão até o seu último dia. Acrescendo que tendo-se Herculano revelado, por natureza, *um impulsivo,* todas estas influências se lhe refletiram nas letras, não deixando a estrutura da sua poética de resentir-se de grande parte das que, ao encetar a sua carreira literária, o poderiam dominar.

*

A par com todos êstes elementos que formam o que se chama «um caracter em germen», um outro sentimento irrompe, enraìzado na sua alma com indestrutíveis liames; — o amôr da Liberdade! — A Liberdade, no pensar, a Liberdade, no crêr, a Liberdade, no proceder, a Liberdade política, epítome de todas as legítimas liberdades.

O amôr desta, que mal desperta para logo devora o

peito do joven e exaltado patriota, vendo a Pátria escravizada, vai dentro em breve decidir do seu destino.

«A Pátria, a Liberdade e o combater por ela!»

eis, desde as primeiras horas da sua iniciação na vida intelectual, o seu fito único; eis o que, dentro em pouco, de um moço estudante fará um conspirador ousado.

Aquele convencimento íntimo que ha um Deus que protege o triunfar da Liberdade, e faz que o poeta exclame:

«Creio que Deus é Deus, e os homens livres!»

aliado ao profundo sentimento religioso que nele vive, são os dois esteios que sustentam toda a sua filosofia, e que Alexandre Herculano, sociólogo, virá a resumir, emfim, em uma só e breve formula; — a que proclama eterna a aliança do Cristianismo com a Liberdade.

É só depois de realizada no juvenil espírito do futuro Grande Pensador a elaboração espiritualista que tal aliança supõe, é só depois da profunda preparação intelectual que lhe é consequência, que o poeta se revela.

Então, e tal qual sucedeu a Gibbon, o famoso autor da *História da decadência e queda do Império romano,* com cuja fisionomia moral e literária o Autor da *Origem do Estabelecimento da Inquisição em Portugal* tantos pontos tem de contacto, então, «manifesta a Natureza em favor de Herculano as suas misteriosas energias», fortifica-se-lhe o organismo, cessam as hemoptises, dissipam-se de todo o pensar sem objecto, as lágrimas sem motivo, as íntimas aflições sem causa. Nasce o «frenético Alexandre», e com êle surge *A Semana Santa;* surge *A Arrabida,* os dois poemetos que resumem quanto o Poeta aprendeu nos livros, estudando; quanto o Poeta extraíu de si proprio, filosofando e meditando.

E quanto foi! E quão larga parte aí tem a Religião, a Pátria e a Liberdade!

Religião! do misero conforto,
Abrigo extremo dalma que ha mirrado
O longo agonisar de uma saudade,
Da desonra, do exilio, ou da injustiça,
Tu consolas aquelle que ouve o verbo,
Que renovou o corrompido mundo,
E que mil povos pouco a pouco ouviram.

Ó lembrança da Pátria acabrunhada
Um suspiro tambem ter-me-has pedido;
Um suspiro arrancado aos seios d'alma
Pela ofuscada gloria, e pelos crimes
Dos homens que ora são, e pelo opprobio
Da mais illustre das nações da terra!

A minha triste Pátria era tão bella,
E forte, e virtuosa! E ora o guerreiro
E o sabio e o homem bom acolá dormem,
Acolá, nos supulchros esquecidos,
Que a seus netos infames nada contam
Da antiga honra e pudor e eternos feitos.
. . . .
Nós, homens fortes, servos de tyrannos,
Que sabemos tão bem rojar seus ferros
Sem nos queixar, menos presando a Pátria
E a Liberdade, e o combater por ella!
. . . .
Eu não — eu rujo escravo; eu creio e espero
No Deus das almas generosas, puras,
E os despotas maldigo! [1]

Quanto talento explodiu repentino do cêrebro dêsse moço de 19 e 20 anos, para reunir aí, nesses dois poemetos, tantas ideias, tão profundas, com tanta pujança expressas, tantas imagens scismadoras, tantas descrições cheias de

[1] *A Harpa do Crente* — *A Semana Sancta* — Lisboa — 1838.

colorido e de verdade, tanta unção religiosa, tanta melancolia que balsâmiza a alma, tanta tristeza que a consola, tanto sentimento que a compunje e sensibiliza!...

Que vigor de raciocínios não revelam aqueles versos tão sonoros, tão cheios, tão impregnados de solene majestade! E que privilegiada elevação de pensamentos, que profunda convicção do nosso nada, que admiravel intuição do poder supremo que rege a grande máquina do Universo se não patenteiam nest'outros:

«Quando eu no valle
Dos tumulos cair; quando uma pedra
Os ossos me esmagar, se me fôr dada,
Não mais reviverei: não mais meus olhos
Verão o pôr do sol, em dia estivo,
Se em turbilhões de purpura, que ondeam
Pelo extremo dos ceus sobre o occidente,
Vae provar que um Deus ha a estranhos povos,
E alem das ondas tremulo sumir-se;
Nem, quando, lá do cimo das montanhas,
Com torrentes de luz inunda as veigas:
Nem mais verei o refulgir da lua
No irrequieto mar, na paz da noite,
Por horas em que véla o criminoso,
A quem íntima voz rouba o socego,
E em que o justo descança, ou, solitario,
Ergue ao Senhor um hymno harmonioso.» [1]

*

Assim, pois, Religião, Pátria, Liberdade são a trilogia sacrosanta à qual o Poeta inteiramente se devota; são o tríplice objecto de seus alevantados carmes. Publicando, em 1836, a sua poesia *Hymno a Deus,* composta em 1831, mas cuja aparição precedeu a dos seus dois primeiros

[1] *A Harpa do Crente* — Lisboa — 1838. Cf. as variantes das edd. de 1850 e 1860 in *Dicion. Bibl. Port.* Tomo XXI — 1914.

poemetos de 1829 e 1830, já seu inspirado Autor o declarava:

«Sei que poesias das quais a Religião é alvo não serão aceitas a êste século de transição e septicismo, mas opiniões e gôsto por esta senda me levaram».

Quanto pela Pátria e pela Liberdade combateu, em ambos campos, quanto, como o Grande Vate, tambem Herculano foi dos que podiam afirmar:

> «Para servir-te, braço às armas feito,
> Para amar-te, mente às Musas dada!»

o sabemos todos!

Estes três formosos ideais, êstes três sublimes amôres que o sagraram poeta logo ao alvorejar das suas propensões literárias, e que tomaram em seu peito o campo que um só amor poderia ter ocupado, apontaram-lhe, por um só, três destinos, investiram-no para logo no culto de outros tantos objectos que viviam em regiões inacessíveis ao outro *amôr,* o amôr egoísta que só quere conquistar vontades e sujeitar afectos; o amôr que vence pela propria fraqueza dos sentidos, emquanto cada um dos outros triunfa pela própria fôrça do raciocínio e da razão.

Porque êste é o facto que mais imediatamente dá nas vistas a quem entra a examinar as produções poéticas de Alexandre Herculano; êste o aspecto verdadeiramente extraordinário que as caracteriza: — que êste poeta que se estreia comemorando num poemeto filosófico de quinhentos versos uma das épocas de maior veneração entre cristãos, êste poeta que, a seguir, produz outro poemeto, em que o culto da Natureza e o culto da Religião se enlaçam nas amoráveis e enternecidas referências à Pátria querida; êste poeta apenas duas vezes, que se saiba, deu ingresso, em sua poesia rimada, ao Amôr terreno, pessoal, amôr como todos o sentimos na juventude, o amôr como tantos dos que nascem poetas o celebram em seus

mimosos e apaixonados versos. Na poesia *A Felicidade* não ha nega-lo; aí é a recordação baironiana de um amôr mal sucedido, suplantada pela celeste influência de outro amôr que vinga o poeta das trédas ilusões do primeiro.

Na *Volta do Proscrito,* a realidade do que seria está nestes três versos:

> «Conta-se que o seu amôr fôra trahido,
> E que mirrado achou de amôr o mirto,
> Que deixara viçoso...»

Portanto, a não serem estas duas excepções, êstes dois tributos à terrenal fraqueza, tudo quanto álêm do que deixei memorado foi objecto da poética de Herculano, absolutamente nada tem de comum com os devaneios e madrigais do amôr, tantas mil vezes ou melhor ou pior cantado, desde os poetas da mais elevada envergadura até os simples poetastros.

Quere dizer: — desde que o estro poético se revela em Herculano, o que a êle o enleva, o que a êle o desvela, o que êle traz em primeiro logar no pensamento, é o como tributará a Deus e à Liberdade as respeitosas, as veementes manifestações do seu enternecido culto, as premissas da sua embevecida admiração. Fora destas duas nobilíssimas aspirações, mais nada. É ainda sob semelhante influência que êle se lamenta, 18 anos depois, ao dar a lume o «poêma da sua mocidade», como êle proprio lhe chama, de não ter feito o que êle confessa não ter tido fôrça para empreender então: — cantar o grande drama do Calvário, cantar a obra redentora de Jesus-Cristo.

Ora, como Herculano é sempre, e primeiro que tudo, um pensador profundo, que emprega a poesia metrificada para a manifestação dos elevados temas que a sua filosofia lhe impõe, expressos na grandíloqua linguagem de que só êle possuiu o segredo, acontece que o filosofo absorve o poeta, e assim aquela forma de exteriorização rimada,

longe de constituir o seu principal escôpo, subalterniza-se como instrumento que mais natural e mais imediatamente se apresenta ao pensador, para lhe dar satisfação, nesse tempo «em que — tal qual o escreveu — nada neste mundo deixava para êle de respirar poesia». Eis como a arte de poetar ficou sendo para o inspirado que pulsou a *Harpa do Crente* um *meio*, e não um *fim*. Nem ha outro modo racional de julgar da aliança íntima que na pessôa do poeta d'*A Semana Santa*, d'*A Arrabida*, do *Hymno a Deus*, e ainda muito posteriormente da *Cruz Mutilada*, se efectiva entre êle e o filósofo. Qualquer dêstes poemetos, desenvolvido em prosa descritiva, não alcançaria jamais o relevo e o colorido poético que a todos tres prestou a exposição metrificada. Tal verdade tinha o novel poeta sentimento mais que bastante para a compreender, e teve-o ainda cêrca de vinte anos após, quando a sua *vis* poética ía a fenecer.

Herculano pois, — e aqui é bem cabida a expressão — Herculano não poetou *por amor da arte;* o sentimento poético vivia nele, é certo, e em tão elevado grau, que se tornou inteiramente independente da incondicional necessidade, que não sentia, de o moldar em formas métricas. — Testemunhas, os seus dois poemas em prosa: *A Voz do Propheta* e *Eurico o Presbytero*. E tanto isto assim é, que das diversas formas de versejar, os versos soltos, os sonoros, alexandrinos foram, até, os que o Poéta preferiu, por serem os que mais á vontade o deixavam para exprimir com elevação e amplitude o seu sempre conceituoso pensamento.

É no conjunto dêstes factos que reside, em grande parte, a origem das imperfeições que os críticos, salvo o devido respeito, mais exigentes do que penetrantes, da poética rimada de Alexandre Herculano, lhe notaram, mas cuja especialização não repetirei. Se taes críticos se tivessem inteirado dos «porquês» dos senões que arguiram ao poeta,

a severidade de seus juízos, teria, de certeza, encontrado atenuantes assás consideráveis para alcançarem a modificação de seus rigores. Bastaria, por exemplo, para começar, o exame das circunstâncias literárias sob cuja influência o autor d'*A Semana Santa* è d'*A Arrábida* entrou a poetar. Acompanhado tal exame da consideração do seu estado fisiológico, ao declarar-se nele a necessidade de manifestar-se e de expandir-se, e tudo posto em paralelo com as especiais condições a cujo favôr Almeida Garrett e António Feliciano de Castilho se manifestaram também poetas, averiguar-se-há plenamente um facto, cujas consequências elevam o autor da *Harpa do Crente* muito acima, e apezar das imperfeições de arte que lhe andam arguidas, dos seus dois futuros companheiros na grande obra do Renascimento literário português do século XIX.

Com efeito, dêstes tres grandes poetas, Garrett, o mais velho em idade, após uma preparação literária de primeira ordem, que, sob as vistas de seu tio, D. Frei Alexandre, lhe engalanou o estro precoce com os primores de peregrinas letras, ingressa na Universidade. Segue-se-lhe António Feliciano de Castilho, vindo ao mundo no ano derradeiro do século XVIII; — um prodígio de intuição e de talento, surgindo-lhe do privilegiado cérebro para o mundo exterior através a irremediável cesssidade. Favorecido pela sevéra escola das letras latinas, entra a seu turno as portas do primeiro estabelecimento scientífico-literário do país, levando consigo variada bagagem literária e a musa clássica, já pulida e afeiçoada aos moldes imprescriptíveis da arte de poetar.

Em contraste com os dois futuros sustentáculos do que aínda há de vir a ser o novo areópago das letras pátrias, simbolizando êste a genuína pureza dos materiais, aquele a graça e a elegância do edifício, aparece Herculano, o que imprimirá em toda a construção o cunho potente da fôrça e da resistência.

Com a sua constituïção física doentia, com as faculdades do seu intelecto como que paralizadas pela espécie de neurastenia que parece tê-lo acometido, com os seus meios de exprimir-se entibiados pela concentração invencível do seu espírito, com a sua modesta educação literária reduzida à leitura da *Vulgata* e da *História Sagrada,* manuscrita, do venerando tradutor da *Imitação de Cristo* e do *Comunitório de Vicente Lerinense*[1], dando algum tempo, por obrigação de estudante, ao latim dos Padres do Oratório, e algum tempo a Schiller, por pendor que lhe denuncia as estudiosas preferências, mas ficando, como João Pedro Ribeiro, a escrever até princípios de 1837 as terminações dos nomes em *ão* pelos preceitos dos velhos gramaticões: — «coração», «coraçoens», «recordação», «recordaçoens», tais as condições de inferioridade física e literária, em que há de vir a manifestar-se, a respeito de seus dois futuros coadjuvantes na obra da regeneração literária-nacional, o autor da *Harpa do Crente.*

Atentai agora na diversidade da eclosão poética dêstes três futuros astros de primeira grandeza, rútilos, fulgurantes na esfera literária da sua pátria. Garrett ensaia, em 1815, a musa delicada e elegante com a estítica *Primavera* e outras louçaínhas mais, que hão de vir a formar as premissas poéticas de «João Mínimo». Castilho, clássico por índole e por educação, estreia-se em 1816 com o epicédio á morte da raínha D. Maria I, seguido, em 1818, do poema à exaltação de D. João VI; dois pretextos frívolos para rimar sem inspiração, aínda que bem provável seja que bastante corrètamente. Herculano, dos três, como acabamos de vêr, o menos favorecido em letras e o mais plebeu, por condição, mas tambem por isso, o mais desprendido da sua propria pessoa, rude na

[1] Leia-se, em Inocencio, o artigo que respeita ao ilustrado bispo do Maranhão.

franqueza com que exprime os generosos sentimentos que o dominam, áspero, até ser bravio, na independência das próprias opiniões, como êle mesmo o proclamou, insusceptível já de vergar perante as exigências sociais e políticas do seu tempo, sentindo-se «rugir escravo», e «maldizendo os déspotas», acha em si próprio a fôrça para confessar um facto e afirmar o outro, vigoroso e intemerato. Por isso, nos dois poemetos de larga envergadura poética, em que se refletem todas as deficiências da sua imperfeita fisiologia, tal qual ficou explicada, e todos os lados fracos da sua cultura literária, em lucta com as exigências da arte de versejar, presentem-se todos os seus esforços para ajudar a sua firmíssima vontade, senão direi a sua *necessidade* de produzir, a par da energia do seu caracter viril e da impulsão que o leva a manifesta-lo, afirmada na vigorosa seiva das suas concepções e na formidável estrutura dos seus versos.

Como há-de, pois, êste poéta, que já só quási atende aos instintos de combatividade que o estão chamando para o campo da luta armada, e que, por outro lado, se vê como que enredado nas inexperiências técnicas da sua arte, havendo de tratar assuntos de tão oposta natureza à dos que foram motivo ás frioleiras rimadas de seus dois predecessores; como há-de êste poéta em estreia mostrar-se sensível ás delicadezas, ás amaviosidades, ás perfeições todas do mais apurado aticismo poético?

¿Talha então no mármore, funde então no bronze uma «poética desordenada, inarmónica, rudemente contornada»?

— É possível, mas tal qual saiu, apresenta-se como expressão fiel da sinceridade da sua alma; tal qual ficou, representará sempre a antecipada afirmativa potente de um facto por Herculano lembrado muitos anos depois.

«Sempre tive — escrevia o Grande Historiador a Oliveira Martins em 1875 — sempre tive grandes dúvidas sôbre a

doutrina da superioridade das inteligências, quando estas são completas. No que acreditei, na época em que pensava nessas cousas, era na superioridade das vontades. *O querer* é que é raro, e tenho a consciência de que fui um homem que *quis* nas cousas literárias».

A última edição das *Poesias,* de Alexandre Herculano, anterior ao seu passamento, demonstra o facto à saciedade. Não se cançou de as limar, não descurou de as aperfeiçoar, como se pode vêr na longa tabela das *variantes* impressa no volume XXI do *Dicionário Bibliográfico Português,* que tive a honra de colaborar com o meu sempre lembrado e saudoso amigo e erudito Académico, Pedro Wenceslau de Brito Aranha. Herculano, que parece não ter tido grande entusiasmo pelas maravilhas oratórias, professava, em sua qualidade de espírito eminentemente analítico, uma grande fé nos milagres da paciência, não só aplicada à perfeição da rima, como à perfeição da prosa. Uma e outra foram laboriosamente trabalhadas sob a sua pena, facto de que se acham divulgadas as provas. Emendar, alterar ou substituir e castigar os seus escritos, em verso e em prosa, operações foram que o não fatigaram jámais. Tratando, nas páginas do *Panorama,* de Ariosto, o seu poeta italiano favorito, não se esqueceu de notar as inúmeras correções e emendas, patentes nos manuscritos originais do poeta. A nós próprio perguntava um dia, para nos animar à paciência das emendas, se não sabíamos que já se havia encontrado a décima segunda cópia do *Telémaco,* levada a termo pelo próprio Fénelon, pela décima segunda vez por êle emendada.

*

Aqui está, pois, porque se me afigura bem justificada a minha afirmativa, quando disse ter Herculano precisado

de formar-se também poeta, embora nascesse tal. Só o tempo teve poder de suprir na técnica do artista da palavra rimada, o que, por natureza, lhe terá uma que outra vez faltado, em espontaneidade e em facilidade de adaptação ao molde poético.

Os temas de crença religiosa que Alexandre Herculano tomara para assunto de seus carmes, vieram a converter-se em questões de política social e patriótica, nas quais, publicista, umas vezes, outras, historiador, êle interveio com a autoridade que lhe provinha do saber, da competência e da isenção pessoal.

O poeta em verso deu então por finda a sua carreira, mas o apuro do gôsto, a transição quási insensível porque o seu estilo foi passando, a abundância de formas vocabulares, alcançada durante anos, facto de que os seus últimos escritos, e principalmente a sua epistolografia, atestam a existência, o conhecimento perfeito, em suma, dos grandes meios da arte de escrever, que a sua inimitável dialética realçava, e êle conseguiu praticar superior e exemplarmente, sem afectações e pruridos de classicismo, a percepção, emfim, que todos êstes factores lhe foram pouco e pouco, permitindo ter das exigências do poetar e versejar, conduziram-no à incessante remodelação da forma métrica em todas as suas poesias, e enriquecerem a sua literatura com a demonstração prática daquele facto a que já me referi, por êle afirmado a Oliveira Martins; — que o autor da *Harpa do Crente* foi, com efeito, um homem *que quis* nas coisas literárias.

*

Que valem, pois, após o frisantíssimo contraste que deixei patente; que valem, pois, os apontados senões num tão profundo cultor da ideia porque uma que outra vez menos curaria da forma?

Que importância podem ter as leves imperfeições métricas

arguidas àquelas poesias, se as comparamos à riqueza imaginativa e à profunda concepção idealista que as enobrece e opulenta?

Por mim, afigura-se-me que o que há a fazer, lendo qualquer dos dois primeiros testemunhos do imenso sentimento poético que vivia na alma daquele inspirado joven, é não perder um instante que seja, para admirar de quanto foi capaz o prodigioso talento que tais versos produziu, e quanto é possível que se sêja um filósofo em tão verdes anos, para os pensar e escrever.

É por isso que eu cuido se deve afoutamente assentar neste conceito: — Alexandre Herculano poderá não ter sido, segundo os críticos a que aludi, um artista impecável do pensamento rimado. — Não me compete, a mim, que tive o infortúnio de não versejar jàmais, pronunciar-me neste caso. Foi, porêm, inquestionavelmente Herculano um poeta de elevada inspiração, — um profundíssimo, um muito verdadeiro filósofo-poeta. Se o artista, muito alheiado às preocupações do apuro métrico, nem sempre cuidava em evitar as futuras severidades da crítica exigente, o pensador-poeta há de ter sempre o poder de obrigar os leitores que por tal facto o prezarem a refllectir na multidão de ideias elevadas e profundas, de que os seus versos são épitome.

Que, se hei de referír-me a outras composições do mesmo Autor, as que formam, por exemplo, a *3.ª Série da Harpa do Crente, Deus e a Tempestade,* tenho por mim a opinião de juiz ultra competente; tenho por mim o juizo de Garrett, expresso na seguinte carta:

«Cotovia 15 de Setembro. — Ill.^mo^ Sr. e Am.º Muito sinceramente obrigado pelo rico presente dos seus versos. Eu já conhecia a 1.ª e a 2.ª parte da Harpa. Gostei muito mais desta 3.ª

D'estes versos não se faziam por cá; — o grande e

sublime pensamento de Deus não o intendiam os nossos poetas; queriam fazer versos de impied.e estupida, e perdiam-se nas somnolentas alegorias da eschola encyclopedica! Cuidei que não sahiamos d'aqui; porq̃. era preciso mt.a superiorid.e d'ingenho para ousar mostrar o caminho e fazer com q̃ o seguissem. Inda bem que V. S. dedicou o seu bello talento a esta missão generosa e regeneradora! O bem que faz a poesia não se sente logo: ha quasi 30 a.s q̃ Mr. de Chateaubriand começou a explorar a preciosa mina do Christianismo; e que poucos o intenderam ainda! Ao principio quasi ninguem. E este seculo de padecim.tos e desgraças devia ter quebrado (e quebrou sem duvida) as ultimas cordas da lyra. Quem quizer entoar seus lamentos (o mais q̃. pode fazer o poeta) que tanja a harpa triste do bardo ou do propheta. Acaso o desgarrado alaude do trovador póde ser ouvido quando falla dos tempos velhos. A harpa é do coração e d'alma. E a sua chegou-me a ambos: teve uma verdad.ra consolação de lêr coisas d'aquelas em Portuguez.

. . . .

De V. S.a — Am.o C.do e V.r Obg.o — *J. B. d'Almeida Garrett*» [1].

E tal foi, com efeito, a poética do autor da *Harpa do Crente;* — uma obra toda de consolidação social e política, baseada na moral sublime do Martyr do Gólgota, e aliada à prática da Liberdade, sem outras restricções, àlêm das necessárias para que, polìticamente usufruída, não degenerasse em licença.

A época em que Herculano entrou a escrever os seus

---

[1] Transcrita do *Archivo Historico Portuguez*, vol. I — Anno de 1903, onde pela primeira vez veio a lume.

Lê-se tambêm a pag. 55-56 do vol. I do *Boletim da Sociedade de Bibliophilos «Barbosa Machado»*. — Lisboa, 1910.

dois primeiros poemetos era uma época de profunda corrupção, mascarada por uma grande hipocrisia. Esta época não deixou, por certo, de ter tambêm a sua literatura; estava porêm, muito abaixo da que o sentimental autor de *D. Branca* lhe concedia. Em religião, tinha os sermonários rançosos, que os prègadores do tempo adaptavam como podiam, à parenética de que se faziam passar por autores. Em moral tinha a vida de José Agostinho, como prototipo, e as diatribes dos seus panfletos por fito único do seu repasto. O tom da literatura amena entoava-o José Daniel. Era a chateza polvilhando a podridão.

Herculano, dando à sua estreia por assunto a própria apoteose do Cristianismo: *A Semana Sancta,* e fazendo a seguir após pelas poesias *Deus* e *A Tempestade,* ao passo que imprimia à sua Musa a orientação que ela lhe pedira, dotava-a igualmente com o duplo cunho da Sinceridade, consubstanciada com a Verdade. Ora, como a Poesia, para ser tal, não póde passar sem esta, e como a Verdade poética «está na observação dos fenómenos da existência, quer na ordem material, quer na espiritual» [1], seguir-se ía que tais condições impreteríveis na Arte, ficariam tambêm como fiadoras da probidade social e política da nova época que inauguravam. Librando-se de um só vôo ás altas regiões da poesia filósofico-religiosa, o Poeta, ao mesmo tempo que rasgava horizontes não pensados aos caudais da inspiração, imprimindo em seus cânticos uma majestade e um lirismo nunca até então entrevistos, nem sonhados, acreditou, convicto, que a epoca que ía seguir-se merecia a honra da fiança. Como tristemente se iludiu, não é para aqui o considera-lo.

---

[1] Carta de Herculano a Bulhão Pato, agradecendo-lhe a oferta do poema *Paquita*, 1856.

*

Senhores e Ilustres Consócios: — A característica dêste colosso das letras portuguesas é a de conspícuo e profundo historiador. A de poeta é a que menos ocorre, quando se quere qualificá-lo. Pois, apezar de tudo, não se deve esquecer que Alexandre Herculano foi poeta, e poeta dos mais eminentes que rebrilham em nossa história literária. Sim! Poeta, e poeta eminente é que não deve deixar de nos lembrar ter Herculano sido, porque se o tempo e as circunstâncias estagnaram a fonte da sua inspiração, como poeta essencialmente religioso e crente, sem que deixasse de o ser até o seu último dia, se a sua *Harpa* veio a ficar muda para os grandes temas da poesia cristianissima, rimada, em muitos outros assuntos de maior transcendência para a nação que teve a fortuna de o contar entre os compatriotas se afirmaram, com reconhecida vantagem para ela e honra e lustre das letras pátrias, os peregrinos dotes de poeta, e grande poeta, que lhe exornaram o imortal espírito.

Porque — e quão bem o sabeis! — se ser poeta é viver sonhando, poeta continuou a ser, em meio dos prosaísmos da existência, o espírito altíssimo que sonhou dotar a sua pátria com a história verídica das suas origens, escrita em termos que nos engradecem aos olhos do mundo culto. Poeta continuou a ser o generoso espírito que presando acima de tudo a Liberdade e a Independência da sua pátria, em si próprio sonhou exemplificar quanto vale a liberdade individual, quanto vale a própria independência, quando aviventadas num peito intemerato, e desprezador de terrenas futilidades.

Glorifiquemos, pois, o Poeta que tão bem soube honrar a tríplice formosa forma de exercer a Liberdade; a Liberdade de pensar, a Liberdade de falar, a Liberdade de escrever!

Glorifiquemos o liberal espírito que tão desassombrada quão veementemente soube condensar num poema em prosa —*A Voz do Propheta*—a forma de castigar os demagogos e os déspotas. Glorifiquemo-lo nesta hora angustiada, em que o recordar-lhe o patriótico, inspirado canto é para nós uma consolação ainda... Repitâmos, repitâmos tambêm com o inspirado vate, já que tão triste analogia se dá em nossa recípocra situação:

«...Eterno escuta
Minhas preces e lagrimas:—se em breve
Qual jaz Sião, jazer deve Ulissea;
Se o anjo do exterminio ha de riscá-la
Do meio das Nações, que dentre os vivos
Risque tambem meu nome, e não me deixe
Na terra vaguear, orfão da Patria!»

Gomes de Brito.

A INQUISIÇÃO EM TANGER DURANTE A OCUPAÇÃO INGLESA

O culto católico continuou a vigorar em Tanger, depois da cessão da cidade ao rei da Gran-Bretanha, conforme se determinava no respectivo tratado. Se não houvesse outras provas alêm da letra da convenção que regulou a mudança da soberania, bastaria a leitura de dois documentos da Inquisição de Lisboa para demonstrar a constância da liberdade religiosa em Tanger. Esta liberdade não comportava porêm a perseguição religiosa dentro dos muros da cidade, mas permitia o recurso para o Santo Ofício.

Num dos documentos datado de 1668 levanta-se um auto contra um cristão-novo fugido de Portugal e também perseguido em Espanha. É um caso vulgar e que só deve a sua importância a ser lavrado em território inglês.

O outro é mais importante. Um membro da aristocracia inglesa ficado católico faz acusações extremamente graves ao clero português estabelecido em Tanger. É um irmão do Duque de Norfolk que vem asseverar quanto tinha decaido o clero naquela cidade, o qual não se pejava de dar maus exemplos tanto aos católicos como aos próprios protestantes. Parece que o menos censurável neles não era a freqùência do templo protestante. Estes e outros espectáculos offerecidos pelas classes cultas e incultas de Portugal fizeram decair no espírito inglês o conceito sôbre o povo português. Todavia no século seguinte a êste, vamos vêr Portugal envolvido em três guerras, a que foi arrastado

pela sua aliada, sem que delas tirasse a menor vantagem.

Pedro de Azevedo

I

Treslado de hũa devassa que sua senhoria muito Reverendo Cabido desta Cidade de Tangere mandou fazer pello Reverendo Vigairo Geral Manoel de Mattos Coelho mestre escola en Tangere aos vinte dias do mes de desenbro de mil e seiscentos e sicenta e outo digo e sete e estando yuntos em meza capitular sua senhoria o muito Reverendo Cabido por enformaçoins e queichas que tinhão particularmente e chegauão a ser escandalos pubricos contra a Religião Catholica de pessoas posteiras que en trages de christauns que dezião o erão vinhão a esta sancta se he igreia maior ouvir os devinos oufficios e a exercitar os sacramentos fingidamente en oprobrio he escarnio de nossa sancta fee e sagrada Religião sendo que o facião na sinagoga dos yudeos seguindo a lei de Moisés tratando se e comunicando se en publico he en segredo huns com outros uzando en algumas casas particulares de Rezarem na Bribia en ebraico e as mais ceremonias muzaiquas não trabalhando e tratando e contratando e tendo suas portas fechadas ao sabado sendo tendas por guarda delle o que fazião por suas particulares conuiniencias asim de sua conservação nesta cidade como pera suas comrrespondencias que tinhão en Castella e Portugal Liorne e mais partes com outros tais donde tinhão vindo fugidos muitos delles e alguns penetenciados do Tribunal do Sancto Officio e por evitar escandalos semelhantes e crimes contra a sagrada Religião mandarão ao Reverendo Vigairo Geral Manoel de Mattos Coelho fizesse este aucto e tirasse hũa devassa por todas as pessoas christans que estavam e concorrião em esta cidade que bem conhesesem e tivesem notissia por vista e ouvida ou outra qualquer sabedoria dos nomes patrias e gerassoins uida e costume de seos procidimentos e Religião pera que asim se evitassem tam grandes sacrilegios e oprobios e se lese e remetese em forma adonde pertenssece sobre o que o dito Reverendo Vigairo Geral mandou fazer este aucto na forma do dito acordo e portaria que lhe mandou sua senhoria o muito Reverendo Cabido pera tirar as testemunhas que deste causo soubessem e eu o conigo Sebastião Gonçalves Escrivão do auditorio eclesiastico o fiz em prezença do Reverendo Vigario Geral o conigo Sebastião Gonçalves; 1.º preguntas as testemunhas e yuramento de guardar cegredo no que se preguntar; 2.º se sabem ou conhesem de vista ou ouvida algum

espanhol ou portugues estante nesta cidade ou de outra qualquer nasão que diga cer catholico romano e tras o tal abito e vem a esta Igreja e frequenta os officios dela e sacramentos sejão yudeus tidos ou auidos por algũa via en algũa parte donde quer que andasem; 3.º se sabem ou conhesem ouvirão dizer que as tais peçoas que estão nesta cidade vem a dita igreja asim homens como molheres ou os tais homens ou molheres e pessoas de sua casa uão a esnoga dos yudeos de sinal que estão nesta cidade de dia ou de noite ou são ceos familiares amigos e tratão ou contratão com elles asestindo en suas casas comendo e bebendo com elles en suas casas e dormindo nellas; 4.º se sabem ou ouvirão dizer que alguas das tais peçoas ce ajuntão entre si particularmente em suas casas lião ou rezavão pella Bribia ebraica e faziam ou conservavão algua ceremonia contra a lei de Christo Senhor Nosso se sabem que alguas das tais peçoas guardavão o sabado por algum caminho e modo não trabalhando nem cosinhando nem tratando nem contratando e tendo suas tendas e loges e casas fechadas conforme a lei dos yudeus ao sabado; 5.º se sabem ou ouvirão dizer de algũa pessoa e pessoas que cem timor de Deos sendo cazados tratão de casar ou casavão segunda vez. E nesta forma foi feito o aucto pello Reverendo Vigairo Geral en que yurarão as testemunhas que ce uão seguindo ao diante.

Testemunha João Malo mercante espanhol natural de Antiquera e hora morador nesta cidade de Tangere testemunha yurada aos sanctos evangelhos en que pos sua mão direita que pello Reverendo Vigairo Geral lhe foi dado sob cargo do qual prometeu dizer verdade do que soubesse e lhe fosse preguntado e disse cer de idade de vinte cete annos pouco mais ou menos e do costume disse nada. Item preguntado pello conteudo no aucto atras que todo lhe foi lido e declarado disse elle testemunha que sabe pello ouvir dizer a pessoas deferentes como Dom Antonio dAlmeida vezinho que disse cer da cidade de Lisboa era yudeu e que uiu e ve comoniquar com todos os yudeos e sabe tambem elle dito testemunha de guente que veio a esta praça que oje dia de esta feita em como avião prezo a sancta enquizição da cidade de Malaga a sua molher e filhos e seu pai que vinhão en o ditto barco fugidos pera esta cidade outro cim declaro a ditta testemunha por descargo de sua consiencia por lho dezer Daniel Bancestri de nação embrugueza que Dom Antonio dalmeida sabia não era ceu nome proprio e que tambem sabia avia sido castigado ceo pai doutor de medisina na cidade do Porto pello Santo Officio e que o dito ceo filho fugira pera a cidade de Malaga donde tambem foi preço pello Santo Officio de que de presente está; e outro cim a molher do ditto Dom Antonio; e o ditto veio fugindo

a esta cidade donde de presente se foi pera Purtugal e que sobre sua consiencia o julga por yudeo por se comoniquar sempre com elles e por o referido asima e al não disse e assinou com o reverendo Vigairo Geral E eu o conigo Sebastião Gonçalves o escrevi — Dom João Malo — O Padre Mestre escola Manuel de Mattos Coelho vigairo geral.

Testemunha David Bancastri de nasão anburgueza ora morador nesta cidade de Tangere testemunha yurada aos santos evangelhos en que pos sua mão direita que pello Reverendo vigairo geral lhe foi dado so cargo do qual prometteo dicer verdade do que soubesse e lhe fosse preguntado e disse ser de idade de trinta e quatro annos pouco mais ou menos e do costume disse nada. Item preguntado pello conteudo no Aucto atras que todo lhe foi lido e declarado disse elle testemunha que sabe pello ouvir dicer na cidade de Malaga que o dito Antonio dalmeida referido atras seo pai o prenderão no Porto pello Sancto officio e elle ditto viera a cidade de Malaga fugitivo de pois do que o ditto seo pai que servia de doutor viera a ditta cidade donde o ditto seu pai foi preso pello santo officio e a molher do ditto Antonio dAlmeida o qual vierão a esta cidade donde ce embarcou pera Portugal e al não disse e asinou com o Reverendo vigario geral e eu o conego Sebastião Gonçalves o escrevi. Daniel Buncastre o padre mestre escola Manoel de Mattos mestre escola vigairo geral.

Testemunha Augostinho escravo que foi dos yudeus de Guimaiqua [1] da esnoga donde rezarão os yudeus e ora de prezente he de Dom João Malo mercante morador nesta cidade testemunha yurado aos sanctos evangelhos en que pos sua mão direita que pello reverendo vigairo geral lhe foi dado sub cargo do qual prometeu dizer verdade do que soubesse e lhe fosse preguntado e que era de idade de corenta e sinco anos pouco mais ou menos e do costume disse nada. Item preguntado pello conteudo no Aucto atras que todo lhe foi lido e declarado disse elle testemunha que não sabe mais que os ditoa suas Amos nas pascoas do pão asmo mandavam a muitas peçoas dests cidade mas não sabe a quem e al não disse e por não saber escrever fes hũa crus E eu o conigo Sebastião Gonçalves o escrevi. Augustinho. O padre mestre escola Manoel de Mattos Coelho vigairo geral.

Testemunha Maria Filis escrava que foi dos yudeus de Guamaiqua he de prezente he de Dom João Malo espanhol yurada aos sanctos evangelhos en que pos sua mão direita que pello Reverendo vigairo geral lhe foi dado sub cargo do qual prometeu dizer verdade

[1] Provavelmente é Jamaica, uma das Antilhas.

do que soubesse e lhe fosse preguntado e disse cer de idade de vinta cinco anos pouco mais ou menos e do costume disse nada. Item preguntado pella conteudo no Aucto atras que todo lhe foi lido e declarado disse ella testemunha que sabe que pellas pascoas do pão asmo mandavão do ditto pão a Dom Antonio dalmeida portuges por hum ceo filho e al não disse. E por não saber escrever fez hua crus E eu o conego Sebastião Gonçalves o escrevi. Maria Felis. O Padre Mestre Escola Manoel de Mattos vigario geral.

Testemunha Esperança escrava e filha da testemunha asima escraua que foi dos dittos yudeus e ora de prezente de Dom Ioão Malo espanhol testemunha yurada aos sanctos evangelhos en que pos sua mão direita que pello Reverendo vigairo geral lhe foi dado sub cargo do qual prometeo diser verdade do que soubesse e lhe fosse preguntado e disse cer de idade de des annos pouco mais ou menos e do costume disse nada. Item preguntada pello conteudo no Aucto atras que tudo lhe foi lido e declarado disse ella testemunha que não sabe mais que suas Amas mandavão pelas pascoas do pão Asmo pão a algumas pessoas mas não sabe a quem e al não disse e por não saber escrever fes hua crus e eu o conigo Sebastião Gonçalves o escrevi. Esperança. O Padre Mestre escola Manoel de Mattos Coelho vigario geral. E asim foi tresladado do original que en meo poder fica aos doze dias do mes de desenbro de mil e seiscentos e sesenta e outo. Nesta cidade de Tangere o conigo Sebastião Gonçalves.

Auto que o Reverendo vigairo geral mandou faser sobre certas palavras que Antonio dAlmeida falou en Tangere aos nove dias do mes de junho de mil e seiscentos e sesenta e outo pareserão perante o Reverendo vigairo geral hũa denusiação de como hum Antonio dAlmeida asistente nesta cidade vindo da de Malaga dicera en casa de Alonço peres perante elle e sua mulher e Francisco Lopes e o sargento Ceriaquo Antonio de como ce cag... na enquizição de Castella e loguo o dito de Reverendo vigario geral mandou facer este auto por min escrivão pera ce preguntarem as dittas testemunhas o que eu fis en o dito mes e anno en que asinou o Reverendo vigario geral o conego Sebastião Gonçalves. O padre Manoel de Mattos.

Testemunha Siriaquo Antonio falconeiro vezinho da cidade de Malaga testemunha yurado aos sanctos evangelhos en que pos sua mão direita que pello Reverendo vigario geral lhe foi dado sub cargo do qual prometeu diser verdade do que soubesse e lhe fosse preguntado e disse ser de idade de trinta e seis annos pouco mais ou menos e de costume disse nada. Item preguntado pelo conteudo no Aucto atràz que tudo lhe foi lido e declarado disse elle teste-

munha que sabe que hum Antonio dAlmeida o qual de vista conhese nesta cidade e na de Malaga e o tem por portuges estando sabado pella cesta nove do prezente mes de junho em casa de Alonço Peres presente o ditto Alonço Peres e sua molher e Francisco Lopes dizendo elle testemunha na ditta conuersação que era Bom tempo pera ir a Malaga lhe respondeo o ditto Antonio dAlmeida que fazia que que não hia e elle ditto testemunha lhe respondeu que asim pudesse elle ir como elle e o ditto Antonio dAlmeida repetindo disse a dita testemunha que o ditto Antonio dAlmeida não podia ir por quanto elle ditto tinha sua molher pai e mai na sancta enquesição e elle ditto Antonio dAlmeida não pudia hir por amor do ditto Tribunal ao que lhe respondeo o ditto Antonio dAlmeida me cag. en la enquesição de Castella e al não disse e asinou com o Reverendo vigairo geral e Eu o conigo Sebastião Gonçalves o escrevi. Ceriaquo Antonio. O Padre mestre escola. Manoel de Mattos Coelho vigairo geral.

Testemunha Alonço Peres vezinho de Sevilha e ora asistente nesta cidade de Tangere testemunha yurado aos sanctos evangelhos en que pos sua mão direita que pello Reverendo vigairo geral lhe foi dado sub cargo do qual prometeo dizer verdade do que soubesse e lhe fosse preguntado e disse ser de idade de trinta e tres annos pouco mais ou menos e do costume disse nada. Item preguntado pela conteudo no Aucto atras que todo lhe foi lido e declarado disse elle testemunha que sabe ser verdade todo o conteudo no Aucto atras por pasar asim en sua prezença e en sua casa e demais sabe ser publico e notorio que o ditto Antonio dAlmeida tem sua molher pai e mai preços no sancto officio e al não disse e asinou com o Reverendo vigario geral E eu o conego Sebastião Gonçalves o escrevi. O padre Manoel de Matos mestre escola vigario geral. O qual eu o conego Sebastião Gonçalves escrivão do eclesiastico tresladei bem e fielmente do original que en meo puder fica aos vinte e sete de dezenbro de mil e ceiscentos e cecenta e outo. O conego Sebastião Gonçalves.

Estas são as culpas que resultão da devasa general que se tirarão desia se chamava Antonio dAlmeida que estando pera ce partir para Liorne por cartas que teve disse tinha de seu cunhado e parentes da Corte de Lisboa ce partia a ella que lhe prometião remetelo ao Brasil com negocios o qual ce foi en dous de novembro deste prezente anno de mil e seiscentos e cesenta e outo pera o Algarve o qual paresia de trinta e cinco annos cabello crespo olhos grandes esbugalhados homem de boa estatura os quaes papeis peo ordem do Reverendo vigario geral vão remetidos aos senhores enquesi-

dores da corte de Lisboa pello Reverendo tisoureiro mor Yoão Alures e uão sellados com o sello de sua senhoria o Reverendo Cabido e asinados por mim escrivão e o Reverendo vigairo geral aos vinta nove dias do mes de desenbro de mil e seiscentos e sesenta e outo nesta cidade de Tangere. — O conego Sebastião Gonçalves. — O padre mestre escola vigario geral [1].

II

Tangere 19 de Abril 1670

Meu Senhor. — Ainda que sempre folgo com todas as ocaziões de seruir a v. s.ª com tudo me peza ao prezente da ocazião desta carta, que he somente para queixar das extraordinarias e (em verdade) insupportaueis escandalos que quasi todos os Padres portuguezes continuamente derão, e cada dia dão nesta praça, assim aos catholicos como aos protestantes, em tanto que eu sei de certo que isto tem diuertido a diuersas pessoas que estauão bem inclinados, e quazi com positivas rezoluções para deixarem a sua propria, para virem a ser membros da nossa Igreja, verdade he, que o Mestre escola hé a mais entendida pessoa e mais modesta de todos elles, e de boa vida, mas de sua authoridade se faz pouco cazo, e nenhum delles se lhe da delle, nem huns dos outros, e cada qual se tem por absoluto sem dependencia algũa, e em verdade vivem mais como mouros e gentios que como Christãos ou homens da menor vertude moral, sendo os autores de todos elles o P.e Chantre e o P.e Manoel Rodrigues, o primeiro dos quaes, (sendo outro dia achado em hum escandalo publico infame e adulterioso rompendo-se em expressões desesperadas, como realmente estivera a ponto para se fazer mouro de veras, quando eu realmente e em minha consciencia me persuado que elle hé, se não Atheista, ao menos Judeo encoberto, e por isso ainda que ha outros diversos delles pera cuja vida e conservação se se attentara, e sendo devidamente examinado, podera ser que desse tão largo papel como esta encluza relação dos seus manifestos excessos, com tudo pera dar a v. s.ª hũa prova do mais me contentarei ao prezente de insertar aqui somente a legenda das mais publicas e conhessidas maldades do ditto Padre e do seu querido amigo e Camarada o P.e Manoel Rodrigues somente direi en breve que

[1] Inquisição de Lisboa, n.º 14:679. Conserva o selo de obrea, sôbre o qual se lê em volta da imagem de S. MARIA ME DICENT. BEATAM.

hé muito conhessido por pessoa escandaloza, má e de vida perdida, e de paixão muito incorrigivel e exhorbitante e de má lingua para todas as pessoas sem excepção, o qual não ha muito que na Igreja primeiro e depois na rua publica andou as punhadas com outro Padre que se chama Manoel Francisco cada um delles mordendo rasgando e tirando sangue hum ao outro, até que a gente commũa na rua os forão apartar, ensanguentados com o sangue hum do outro, e tudo isto cauzado de rexa velha e enveja, porque o Pe Manoel Francisco vive (como geralmente se cree) demaziadamente escandalozo na casa e com a molher de João Baptista seu paizano, do que muitas vezes foi amoestado pellos mais padres, juntamente pello seu proprio confessor como eu estou bem informado e com tudo não quer deixar de dar esse publico escandalo, com se mudar da ditta sua pouzada, o que em verdade tenho maior pezar em rezão que tirado isto, tenho este padre Manoel Francisco em conta de hum dos mais modestos e mais entendidos delles todos, porem os dous primeiros V. s.ª me ha de dar licença de inferir que a mim me parece que ha necessidade preciza de os mudarem d'aqui para sempre porque o Chantre por nenhũa imaginação se pode sofrer debaixo do governo algum civel e o P.e Manoel Rodrigues (que he pouco milhor) quando estiver mudado, entendo que seu irmão o P.e Gonsales que tambem he muito mao e que perpetuamente incita e defende o seu irmão e o Chantre, poderá com isso tomar escarmento e ficar castigado e emmendar se de suas culpas pello futuro ; mas na minha opinião o mais publico escandalo de todos que se tem dado foi pouco tempo ha, quando seis dos Padres forão publicamente duas vezes areo á Igreja dos protestantes aqui no tempo do seu officio divino, reza commũa e predica sendo lhes aprezentado hum livro, o qual posto diante dos seus olhos e elles lerão todo o tempo, que continha a biblia protestante, officio e reza commũa, traduzido do Inglez em Espanhol, com a qual doctrina parecião contentes e declararão della seu bom parecer e consentimento assy que sempre depois disso são chamados e ouvidos por os seis convertidos padres protestantes e em verdade na minha opinião merecem por isso hũa grande e severa penitencia na Inquisição porque v. s.ª não poderá imaginar a vergonha confuzão e escarnios que isto tem cauzado a todos os Catholicos aqui e a mim em particular, cujo cappellão, ainda que asno e apenas sabe qual hé sua mão direita, juntamente com o Doutor Turner cappellão desta praça publicamente jactão de os averem convertidos; pellas quis rezões todos peço a v. s.ª, cujo zelo para obra tão publica e necessaria estou certo nunca faltara, procure algum breve remedio a esta vergonhosa desordem, porque em verdade fora

muito menos mal que não ouvera aqui Igreja nenhũa, que tela administrada por gente tão escandalosa ma e atheisticos, que alguas vezes depois de emborachados toda a noite deitados como bestas, e outras vezes ou em cazas de molheres publicas ou em suas proprias cazas com molheres de homens pobres, que elles tratão mal se os não consentirem com paciencia, se levantão logo pella menhãa como se nada disso tivera passado e vão direito dali a dizer missa e a rezar no coro; para remedio de tudo na minha opinião o milhor e mais breve caminho fora que o Principe deputasse e mandasse algũa pessoa de satisfação de Lisboa para aqui de proposito, cujo zello e inteireza não será facilmente devertido ou corrompido, e para elle examinar aqui nesta praça e olhar pela verdade de todas estas couzas e mudar ao menos os dous principaes autores de todos elles e reprehender quanta baste os mais que se acharem manifestamente culpados em vicio e escandalo publico e se algũa tal pessoa chegar aqui antes que eu me vá estarei prestes para lhe asistir em tudo que eu poder senão antes que me vá deixarei tudo o mais que tenho de dizer neste particular com o P.e Garret, o qual tenho em conta de homem pio muito exemplar e justo, ainda que timido a se meter nisto e de cobrar enimigos com se meter muito nestas materias, não lhe pertencendo tão propriamente em que elle sabe que tudo e mais d'aquillo que aqui tenho declarado he ao pe da letra verdade, com tudo peço a v. s.a mande sua resposta a isto ao dito padre Garret que está aqui rezidente, e eu duvido que antes que elle chega posso ser ido para Inglaterra que sou Meu Senhor mui afeiçoado e humilde servidor de v. s.a H. Howard.

A tradução asima he de hũa Carta que me escreveu S. Ex.a Snr D. Enrique Howard irmão do Duque de Norfolk Embaixador de S. Mg.de Brit. a qual carta está certa e bem tradusida da lingoa Ingleza em Portuguez em sua substancia cujo original fica em meu poder. Lisboa 17 de Junho de 1670. R. Russell [1].

---

[1] Inquisição de Lisboa, Caderno 52 do Promotor, fl. 291.

APLICAÇÃO DO RENDIMENTO DA VENDA DO ASSUCAR DA ILHA DA MADEIRA EM 1517

A recente dissolução da comissão incumbida de publicar documentos relativos aos Açôres e Madeira, vem tornar sensível a obrigação que a Academia tem de tomar sôbre si a tarefa de coligir as peças históricas de valor sôbre aquelas ilhas.

É enorme o material acumulado nos arquivos que lhes dizem respeito e hoje que a Academia tem ao seu dispôr sócios que podem fazer generosamente o trabalho de coligir e copiar êsses materiais, seria de conveniência que ela obtivesse da extinta comissão a notícia do trabalho ali efectuado para o continuar e dar ao prelo. Não há em Portugal nenhum estabelecimento que esteja mais favorecido sôbre êste ponto do que a Academia. É necessário ainda salvar os antigos documentos que se encontram nessas ilhas, mais sujeitos a perecer do que os guardados no continente, devido às condições climatérias daquelas regiões.

No Arquivo Nacional os documentos sôbre as ilhas, principalmente sôbre a Madeira são aos milhares. Alêm dos cartórios que fôram trazidos do Funchal na segunda metade do último seculo, o Corpo Chronológico conserva numerosissimos documentos, especialmente de caracter fiscal.

Esses documentos referem-se na maioria às tenças dadas aos estabelecimentos do continente e a particulares, que

eram tiradas do rendimento da espécie que predominava na ilha, isto é do assucar.

Escolhi ao acaso sete documentos, que poderão ser típicos, ainda que não sejam valiosos, os quais vão em seguida publicados.

Pedro de Azevedo

I

22 de abril de 1517

Nós ElRei mamdamos a vos Joham Saraiva que do dinheiro que receberdes per vemda dos nossos açuqueres da Ilha da Madeira de que vos temos emcaregado este anno presemte de bᶜxbij dees a Ruy da Rocha, Meirinho damte o corregedor Dioguo Taveira çymquo mill reaes de que lhe fazemos merçe e per este com seu conhecimento vos seram levados em comta. Feito em Lixboa a xxij dias do mes de abrill. Jorge Fernamdez o fez. Anno de mill e bᶜxbij. E se pasara pela nosa chamcelaria da Camara e eu Joham dAfonseca. — Rey. — De Castro. — b mil reaes a Ruy da Rocha, meirinho damte o corregedor Diogo Taveira e Joham Saraiva.

Sejam certos os que este conhecimento de quitaçom virem como Ruy da Rocha meyrinho da coreyçom do senhor Diogo Taveyra corregedor em esta Ilha. Conheceo e confesou receber e recebeo de Joham Sarayva os cinquo mill reaes conthiudos neste mandado dEl Rey Nosso Senhor por que he verdade que os recebeo e outorgou e mandou ser feyto este conhecimento de quitaçom per mym Marcos Lopes escrivam de seu cargo e asynado per ambos feito na çidade do Funchall a x dias de Junho de bᶜxbij. — Ruy da Rocha — Marcos Lopes [1].

II

8 de maio de 1517

Nós ElRey mamdamos a vos almoxarife ou recebedor da nossa Ilha da Madeira da parte do Funchall que do remdymento dela deste ano presemte de bᶜxbij dees a Martim Mendez de Vasconcellos fidalguo de nosa casa dez mil reaes que lhe mamdamos dar e o dito

[1] *Corpo Chronologico*, Parte I, maço 21, doc. 88.

ano de nos a daver de temça e vos faze lhe dos ditos dinheiros bom pagamemto e per esta carta com seu conhecimento vos seram levados em comta. Feito em Lixboa aos biij dias de mayo. Luis Fernandez o fez. Ano de b^c^xbij. — Rey. — x mill reaes na Ilha da Madeira a Martym Memdez de Vascomcellos de sua tença deste ano per Amrique de Betamcor.

Sejam certos os que este conhecymento de quytaçam virem como he verdade que Martim Mendez de Vasconcelos recebeo dAlvaro Fernandez almoxarife dez mill reaes conteudos neste desembargo acyma escripto e porque asy he verdade lhe mandou ser feito este conhecymento de quitaçam per mym Bastiam Gonçalvez escripvam e asynado por ambos oje xbiij dias de Julho de mil b^c^xbij.—Martim Mendez de Vasconcellos — Bastiam Gonçalvez [1].

III

16 de junho de 1517

Nós El Rey mamdamos a vos almoxarife ou Recebedor da nosa alfandega da Ilha da Madeira que do rendimento della deste anno presemte de mill b^c^xbij des a Vasquo Pires escrivam da visitaçam que ho vigairo da dita Ilha nella ffaz nove mill reaes que lhe mamdamos dar e lhe montou aver de seu mamtimento com o dito officio dos annos passados de b^c^xiiij b^c^xb xbj (14, 15 e 16) a rezam de iij mil reaes por ano e a çertidam que trouxe do dito vigairo como sempre servio o dito officio co elle foy rota ao asynar deste dos quaes lhe vos ffazcy bom pagamemto e per este com seu conhecimento vos seram leuados em comta. Feito em Lixboa a xbj dias de junho. Vicente Fernamdez o fez. Ano de mil b^c^xbij. — Rey. — Ho conde. — jx mil reaes na alfamdega da Ilha da Madeira no remdimento deste ano a Vasquo Pirez, escrivam da Vysitaçam que ho vigairo da dita Ilha nella faz de seu mantimento com o dito oficio dos anos passados de b^c^xiiij xb xbj a rezam de iij mil reaes por ano.

Sejam çertos os que este conhecimento de quitaçam virem como he verdade que Vasco Pirez, Escripvam da Vegitaçam reçebeo de Alvaro Fernandez Neto almoxarife estes nove mill reaes conteudos neste alvara de Sua Alteza desta outra parte escripto e por verdade lhe mandou ser feito este conhecimento de quytaçam per my Bas-

[1] *Corpo Chronologico*, Parte I, maço 21, doc. 98.

tiam Gonçalvez escrivam e asynado por anbos oje xxj dias dabryll de mill e b^c e xbiij — Vasco Pyrez — Bastiam Gonçalvez [1].

IV

25 de agosto de 1517

Escripvam do allmoxarifado por Joã Saraiva com ha propria carta asynada per o senhor Bispo do Funchal oje tres dias do mes doutubro de mill b^cxbij — Gaspar Fernandez.

Trelado da carta de Sabastiam Cabreira organista da Sé desta çidade do Funchal.

Dom Manuell per graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarues daquem e dalem mar em Africa Senhor de Guinnee e da conquista navegaçam e comerçio dEtiopia, Arabia, Persia e da India. A quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que queremdo nos fazer graça e merçe a Bastiam Cabreira temos por bem e o damos por tamgedor dos horgãos da See da nosa çidade do Funchal com o qual oficio lhe damos a perbenda que he ordenada ao tamgedor dos horgãos asy e pela guisa que ho ate que quy foy Vicente Martinz que se ora finou da qual perbemda o dito Bastiam Cabreira nã avera repartiçam dos beneses por nom ser creligo e esta merçe lhe fazemos a requerimento do adaiam denidades e cabido da dita Ssee e dos ofiçiaes da camara da dita çidade sem embarguo de se as taes concsyas per noso regimento e ordenança nom averem de dar senã per emliçã e aos naturaes da terra posto que o dito Bastiam Cabreira o nam seija porque por esta vez nos praz de se quebrar o dito regimento e ordenamça auemdo respeito ao que dito he e na tera nom aver outro tall tamgedor. Porem o notificamos asy ao dito adaiam e cabido e mamdamos que daqui em diamte ho ayam por tamgedor da dita Se e o leixem servir e aver o mantimento que ao dito ofiçio de tamgedor he ordenado .s. a dita aperbemda na maneira que dito he. E mamdamos aos oficiaes a que esto pertemcer que lhe acudam com o dito mantimento servimdo ele como per rezam do dito ofiçio he obrigado. Dada em a nosa çidade de Lixboa ha xxb dias dagosto — Amtonio Paez a ffez. Anno de Noso Senhor Jhesuu Chrito de mill b^cxbij.

Concertada com a propria per mi escripvam oje xb dias doutubro de mil b^cxij — Gaspar Fernandez [2].

---

[1] *Corpo Chronologico,* Parte I, maço 22, doc. 11.

[2] *Ibidem,* Parte III, maço 6, doc. 60.

V

14 de setembro de 1517

Nós El Rey fazemos saber a vos Alvoro Fernandez Neto nosso almoxarife da Ylha da Madeira que nos soubemos ora que emviamdo vos hum batell carregado daçuquare das esmolas do noso Spritall desta çidade pera se embarcar no navyo omde avia de vyr se perdera e porque as ditas esmolas nom amde demenoir vos mandamos que outro tamto quamto se perdeo outro entreguees ao recebedor do dito espritall e per este com seu conhecimento feyto per seu escripvam de como lhas carreguou em recepta mandamos que vos seja leuado em comta o que lhe asy emtregardes aalem das setecentas arrobas que tinheis entregue pera as ditas esmolas. Feito em Lixboa a xiiij dias de setembro. Manuell de Moura o fez de b^c^xbij. — Rey — Ho conde.

Pera o almoxarife da Ilha da Madeira que outro tamto açuquer como se perdeo no batel que o trazia pera o embarcar que era das esmolas do espritall emtrege ao Recebedor dele e cobrara seu conhecimento em forma e per ele e este lhe sera leuado em comta o que lhe asy entregar aalem das bij^c^ (700) arrobas que tinha entreges das ditas esmolas.

Sejam çertos os que este conheçimento vyrem que Mem Caçeres recebedor do Esprital do Todo los Santos desta çidade de Lyxboa. Recebeo dAlvaro Fernandez Neto almoxarife da Ylha da Madeira çento e quynze arrobas daçucar por outro tanto que sse perdeo na dyta ylha em hũ batell que sse alagou das seteçentas arrobas que El Rey Nosso Senhor cadanno manda dar desmolla ao dito espritall. E porque he verdade que delle recebeo as ditas cento e quynze arrobas daçucar e lhe ja sam caregadas em recepta em seu lyvro lhe deu este conhecimento feito per mim Diogo Lobo escrivam por Bertolameu Rodriguez e asynado por anbos aos xxij dias de setembro de mill e b^c^xbij anos. — Mem Caceres — Diogo Lobo.

Deste açuquer confesou ho almoxarife que nam entregara mais que setenta e oyto arrobas — lxxbiij arrobas porque se nam perdera mais nem lhe entrega mais e eu contador o fiz asynar aquy nos ditos contos oje xxbiij dias de março de mil b^c^xjx Alvaro Fernandez [1].

---

[1] *Corpo Chronologico*, Parte I, maço 22, doc. 83.

VI

16 de outubro de 1517

Seyam çertos os que este conhecimento dobrigaçam virem como Joham Pires Mygos mestre e senhorio do navio per nome Santa Maria da Luz que ora vay pera çidade de Lixboa morador em Sam Joham da Foz do Porto de Portugal conheçeo reçeber e ter em sy recebido demtro em o dito seu navio dAlvaro Fernandez Neto almoxarife dEl Rei Noso Senhor tres quaixoes grandes e hun pequeno daçuquer refinado os quaes vam marquados da marqua de g.ee e se obrigou levalos a dita çidade de Lixboa levando o Deus a salvamenta e os entregar Archilles Godinho guarde reposte do dito Senhor ou a Gonçalo Lopez caualeiro da casa do dito Senhor almoxarife dos espranos e vimtena de G.ee e esto pera os enviar omde quer que Sua Alteza estyver sendo caso que nam esteya em a dita çidade de Lixboa e por verdade de todo mamdou e outorgou ser ffeito este conhecimento pera o dito almoxarife per mim Gaspar Fernandez escripuam do almoxarifado por Joam Saraiva e asynado per ambos. Feito na çidade do Funchal a xbj dias do mes doutubro de mil bcxbij. E recebeo logo o frete. — Gaspar Fernandez [1].

VII

17 de dezembro de 1517

Conta com Joham Pirez que recebeo os açuqueres do quimto na Ribeira Brava.

Item desde meado maio até todo Julho sam dous messes e meo a dous cruzados por mes sam ij mil reaes.

Item de mantimento do dito tempo que sam xxb reaes por dia em que monta mil biijc lxxb reaes.

Item douto rezmas de papel que gastou no açuquer que recebeo por Joham Sarayva a cento e quorenta reaes rezma mil cento xx reaes.

Item coremta e cimquo Rodas feito a tres reaes e meo roda monta cento lbij reaes.

Item de carreto de mil sesenta arrobas daçuquar que caretou per esta maneira trezentas e sesenta de Pedro Durã e duzentas a Joham

[1] *Corpo Chronologico,* Parte I, maço 22, doc. 100.

diaz e quinhentas a Joham Afomso que agora recebeo os quimtos que fazem a dita soma das ditas mill e sessenta arrobas a dous reaes e meo por arroba monta ij mil bj^{c}l reaes.

Em que monta em toda esta conta sete mill e oitocentos e dous soma bij mil biij^{c}ij reaes.

Sejam certos os que este conhecimento virem como Joham Pirez mercador que este ano presente de b^{c}xbij teve carego de recolher e receber os açuqueres dos quyntos na comarca da Ribeira Brava conheceo e confesou receber de Joham Sarayva que ora tem cargo de vender os açuqueres del Rey Nosso Senhor nesta Ilha estes sete mill oytocentos e dous reaes que lhe são devidos de seu solairo per estas adisoes atras porque he verdade que delle recebeo os ditos bij mil biij^{c}ij reaes lhe outorgou mandar ser feito este conhecimento de quitaçom per my Marcos Lopes escripvão de seu cargo e asynado per anbos feyto na çydade do Funchal a ix dias do mes de setembro de b^{c}xbij annos — Joham Pirez — Marcos Lopes.

Conheçeo Joham Afomso que está no recebimento dos açuqueres na Ribeira Brava de Joham Sarayva iiij mil bj^{c}l reaes que se lhe montou em tres messes que servio no dito recebymento a saber xxbiij dias do mes de julho até xxbiij dias de outubro a rezão de dous cruzados por mes e xxb reaes de mantimento por dia e mays sesenta reaes que despendeo em frete de bates que lhe levarom papell fio desta a dita Ribeira e por verdade asynou aquy comigo Marcos Lopes escrivam deste cartorio oje xbij dias de dezembro de milb^{c}xbij anos. Yoham Afomso — Marcos Lopez. E pagou a Johã Moreno perante mym sprivam bij^{c}R^{l} reaes por careto de iij^{c}lxx arrobas que acaretóu da cassa dos lavradores a Ribeira Brava [1].

---

[1] *Corpo Chronologico*, Parte I, maço 22, doc. 79.

ALGUNS ESCRITOS APÓCRIFOS, INÉDITOS E MENOS CONHECIDOS, DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA

António Vieira foi um incansável polígrafo. Cartas, sermões, homílias, polémicas, relatórios diplomáticos, propostas de estadista, utopias patrióticas, visões de cabalista, ninharias misticas e até poesia, tudo isso versou a sua pena fecunda; e, como é vezo comum dar aos ricos, muitos escritos lhe são atribuidos que dela não sairam. Começou aos 17 anos, compondo, por ordem dos superiores, as *Annuas* da Companhia de Jesus, e aos 89, já sem vista, ainda em cartas ditava arbítrios sôbre assuntos de público interesse.

O que deu à estampa em sua vida e mais admiraram os contemporâneos foram os sermões. Esses poliu-os com amor, e já no Brazil, quartel último que escolhera para a sua velhice, despedido do mundo onde tanto luzira, cada ano enviava à metropole um volume para a imprensa. Entretanto aqueles, e eram muitos, sôbre quem talento tão váriamente facetado exercia fascinação invencível, copiavam-lhe as outras obras, que de mão em mão corriam, estimadas de uns porque lhes afagavam as paixões, de outros, mais desinteressados, pelo deleite literário.

Escrito que encerrasse matéria política, em que fosse atacado o Santo Ofício, ou então quando nêle o copista cuidava encontrar, já vislumbres de eloqüência, já a veia satírica tanto do modo de Vieira, se o autor lhe era desconhecido, logo o imputava ao eminente polígrafo. Ás

vezes era obra de falsário, e assim produções alheias, e não poucas, umas por ignorância ou descuido, outras por consciente fraude, teem passado por suas. Foi de todas a mais notável a *Arte de furtar,* escrito famoso sôbre que teem contendido os eruditos, sem que algum dêles trouxesse ao pleito o laudo definitivo.

Tem igualmente dado motivo a controvérsia a não menos famosa obra *Notícias reconditas do modo de proceder da Inquisição com seus presos,* que com outros papeis, relativos ao Santo Ofício, foi pela primeira vez dado a imprimir em livro, sob aquele mesmo título, pelo rabino da sinagoga de Londres, David Neto, com suposto lugar de impressão, em 1722. Este a atribue a um secretário da Inquisição, refugiado em Roma, que o historiador israelita Keyserling, sem nenhum fundamento, dá por christão novo [1]. O erudito António Ribeiro dos Santos diz que a obra lhe *não parece ter o cunho de Vieira* [2], e Cunha Rivara positivamente afirma não ser dêle, se bem que, acrescenta, pode ser extraido de obras suas [3].

O escrito faz parte, e é certamente o mais notável, dos a que deu motivo a disputa sôbre os procedimentos da Inquisição, que durou dez anos, de 1671 a 81, fez suspender por nove os autos da fé, e por um instante ameaçou devolver ao trono o demente Afonso VI. Os jesuitas, à frente dêles António Vieira, advogavam com ardor a causa dos christãos novos. Pode-se até dizer que foram êles os promotores da contenda. As *Notícias reconditas* supõem ser uma informação pedida pelo pontífice Clemente X, para melhor conhecimento da causa. Não tenho escrúpulo

---

[1] *Geschichte der Juden in Portugal*, pág. 327.

[2] *Memorias de Literatura portuguesa*, publicadas pela Academia, tomo 4.º, pág. 327.

[3] *Catalogo de Manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborense* tomo 3.º, pág. 177.

em crêr que, com pedido ou sem êle, lhe foi apresentado o papel. ¿Quem o compôs? O bispo do Pará, D. frei João de S. José de Queiroz, pessoa hostil aos jesuitas e a Vieira, assegura que foi êste, se bem que alguns o tivessem por obra de certo promotor de Évora, de apelido Lampreia [1]. O editor de Londres, que pelos correligionários devia ter bôa informação, indica como autor «um secretário da Inquisição de Portugal, que se foi a Roma dar conta do mal que se obrava nela em 1672». Êste sujeito, que David Neto não nomeia, foi Pedro Lupina Freire, notário despedido do Santo Ofício, prêso em 1655 por inconfidência, de que resultou ocultar-se um rico mercador que ía ser prêso, e por crime de alcance como tesoureiro do tribunal em Lisboa. Degredado por isso para a Baía, em 1660 voltou perdoado. Os antecedentes, a penúria em que decerto se encontrava, o desejo de vingança que naturalmente se lhe podia supôr, tudo isso o indicava aos adversários da Inquisição para auxiliar. E auxiliar precioso pelo conhecimento dos arcanos do Santo Ofício que convinha, para a discussão, trazer a lume. Das informações do tribunal da fé consta que em Roma esperavam por êle, em fevereiro de 1673 [2], para tratar da causa dos christãos novos. Lá se encontrou com Vieira a quem igualmente animava a ambição do desfôrço.

---

[1] *Memorias* publicadas por Camilo Castelo Branco, pág. 149.

[2] Carta de Francisco Paes Ferreira, de Madrid, ao Inquisidor geral, duque de Aveiro, 20 de abril de 1673: «... Tive cartas de Roma de 25 de fevereiro, e ainda não era chegado ali Pedro Lupina. O clerigo com que aqui se comunicou e de que avisei ser capelão do Convento da Baroneza se chama José da Orta... Diz tambem o clerigo que os christãos novos tinham em Lisboa muitas pessoas grandes que os favoreciam para obtenção de um perdão geral, mas que Lupina levava designios e intenções mais altas, que são de pretender abertas e publicadas *, e que nisto ia muito constante».

* Isto é, a declaração dos nomes e depoimentos completos das testemunhas nos processos de judaismo.

Se, como parece, não foi êste último o autor do papel, quási certo se pode dizer colaborou nêle, e o encomendou, corrigiu e completou. Nem arma tão importante para o prélio se forjaria sem o concurso do principal contendor. Lá aparece a sugestão de serem alguns processos de réus condenados à última pena sujeitos a exame, cousa que tanto havia de embaraçar os inquisidores. Em certas partes a linguagem lembrará a persuasiva eloqùência do jesuita, não a prosa de que o notário deixou vestígios nos cartórios. O alegar o documento muitos factos da Inquisição de Évora foi talvez o que levou algumas pessoas a supôrem-no do promotor em que fala o bispo do Pará. Mas Lupina devia sabe-las, e é muito plausível as soubesse também Vieira, informado pelos jesuitas daquela cidade, por antiga rixa adversários ferrenhos do tribunal [1].

No mesmo volume de David Neto sairam as *Reflexões sobre o papel que se intitula Noticias reconditas,* obra que também anda na colecção das impressas [2]. O escrito evidentemente não é dêle. Basta notar a referência que faz de terem ido os inquisidores absolver a D. João IV, depois de morto, da excomunhão em que incorrera por conflito com o tribunal, história destituida de fundamento, que à puridade se contava, e que, sendo exacta, Vieira de nenhum modo ousaria invocar; e a circunstância de sumariar o breve de Inocêncio XI àcêrca da Inquisição, que é de Agosto de 1681, quando em janeiro já o idoso batalhador desenganado e vencido, abandonada a contenda, havia partido para o Brazil [3].

---

[1] Inocêncio, no *Dicc. Bibl.*, tomo 2.º, pág. 128 diz que o papel oferecido por Vieira ao Papa é cousa totalmente diversa do que vem na edição de Londres, *como se verifica por outras copias não menos antigas e mais veridicas.* Quais estas cópias sejam todavia não diz.

[2] *Obras inéditas*, tomo 1.º, ed. de 1856.

[3] Inocêncio, no *Dicc. Bibl.,* tomo 8.º, pág. 318, dá a obra por su-

Supositícios são de igual forma os demais papeis relativos ao Santo Ofício que se acham impressos: *Resposta demonstratoria, probatoria e convincente á carta de um chamado amigo* [1], e o *Memorial proclamatorio ao Sumo Pontifice Innocencio XI* [2]. Já no século XVIII os tinham por duvidosos os colectores [3]. Não faltavam aos christãos novos advogados entre os jesuitas e letrados da sua fé. Alguns dêsses seriam os autores.

Nenhum motivo encontro para crêr seja de Vieira o *Papel politico em nome dos habitantes da Serra da Estrela a D. Pedro II*, de que só na Biblioteca de Évora existem quatro cópias [4]. Outro apócrifo é a *Carta politica ao Conde de Castelo Melhor* [5]. Esta atribue Diogo Barbosa Machado em uma parte a frei Francisco do Santíssimo Sacramento, da ordem dos carmelitas descalços, em outra a frei Gabriel da Purificação, religioso de S. Jerónimo, dualismo que levou Rivara a persuadir-se haver dois escritos, no mesmo sentido, de autores diferentes [6]. Isto confirma a desconfiança que Camilo insinua se deve usar, manuseando a *Biblioteca Lusitana* [7]. Tambêm se tem de rejeitar, por espúrio, o *Discurso em que se prova a vinda do senhor rei*

---

posta, pela razão de ser o autor pessoa que foi para Roma aos 20 anos, e lá vivia de suas rendas, o que se não aplica a Vieira. Isto porêm não consta do próprio escrito; é asserto de David Neto, ou de quem quer que na edição de Londres fez o prefácio, certamente um apontoado de invenções.

[1] *Obras várias*, tomo 1.º.

[2] *Obras inéditas*, tomo 3.º.

[3] Veja-se, por exemplo, o códice n.º 1:172 do Arquivo Nacional, em que estas e outras supostas obras de Vieira estão compiladas com o título de *Papeis duvidosos*.

[4] *Obras várias*, tomo 2.º.

[5] *Obras inéditas*, tomo 2.º.

[6] *Catalogo da Bibl. Ebor.*, tomo 3.º, pág. 244.

[7] *Curso de literatura portuguesa*, tomo 2.º, pág. 144.

D. Sebastião [1], que contradiz todo o sebastianismo de Vieira, pois para êle o Encuberto tinha sido primeiramente D. João IV; depois personificou-o em D. Pedro II, no primeiro filho dêste, e uma vez até em D. Afonso VI. D. Sebastião é que nunca foi.

Na *Voz sagrada*, suplemento às *Vozes Saudosas*, publicada em 1748, com algumas cartas e vários escritos miudos de Vieira, encontra-se o *Parecer mandado de França a El-rei sobre as disposições da guerra com Castella* [2]. Êste documento não é de Vieira, nem para D. João IV, já morto quando o escreveram. A leitura mostra-nos datar êle de pouco tempo em seguida ao cêrco de Badajoz, levantado em outubro de 1658; portanto de novembro ou dezembro. Dirige-se a D. Afonso VI, então menor, incitando-o a partir para a guerra, e trata àlêm disso de rebater argumentos que em Portugal se opunham à vinda de chefes estrangeiros para o comando das tropas. Quem o escreve é pessoa de confiança da corôa, que analiza um parecer do conde de Sabugal; evidentemente um funcionário diplomático, e com muita probabilidade Feliciano Dourado, residente de Portugal em França desde 1651 [3].

Ainda em vida de Vieira se publicaram em Madrid três volumes de sermões com o seu nome, em 1662, 1664 e 1678, dos quais êle próprio diz serem o maior número

---

[1] *Obras inéditas*, tomo 2.º.

[2] Tirado provávelmente da Biblioteca de Évora, onde existem quatro cópias.

[3] A hipótese foi-me sugerida pelo nosso erudito consócio sr. Roma du Bocage, a quem é muito familiar a história diplomática da época. Com maior exame do assunto tenho-a por segura. O escrito principia assim: «A estas partes de França onde assisto ha muitos tempos, com as novas do cêrco de Badajos me chegou um papel em que o o conde do Sabugal dissuadia a V. M. do empenho daquela facção. Bem mostrou a fortuna com infeliz sucesso quanto então o Conde advertiu com atinado Conselho».

supostos e alheios, e os outros adulterados. Do terceiro tômo adverte: «Só reconheço quatro sermões meus, e esses totalmente não só transfigurados mas desfigurados» [1]. Se isto foi em vida e quási em presença do autor, que protestava, não se estranhará que depois os falsários se despissem de todo o pejo, os ignorantes de todo o cuidado.

Tenho para mim que presentemente as cartas são a parte importantíssima de toda a obra de Vieira, assim pelo valor literário como pela luz que derramam sôbre os acontecimentos tão variados e interessantes em que de modo notável interveio. Destas acham-se inventariadas algumas, que não vieram à publicidade, àlêm de inumeráveis outras desaparecidas, e as que porventura existem dispersas em colecções, ignoradas dos próprios que as possuem. Já Inocêncio chamava a atenção para as que se encontram na Biblioteca de Évora [2]. Entre elas dezanove autógrafos para o marquês de Niza, de 20 de abril a 31 de agosto de 1648, que continuam a série das impressas, por descuido do compilador interrompida em 6 de abril, e são da maíor valia para o conhecimento das negociações da paz que então se procurava tratar com a Holanda. Proponho-me traze-las brevemente à Academia, como já fiz com outras da mesma Biblioteca [3]. Alêm dessas são de muito interesse as cartas de 6 de junho de 1650, de Roma a D. João IV, esta a única conhecida que dê notícias da missão que ali cumpria, e a de 2 de junho de 1691, da Baía, sobre as missões do Brazil, que pelo conteúdo parece dirigida a Roque Monteiro Paim, secretário de Estado, que presidia à Junta das Missões.

No Arquivo Nacional, colecção de papeis dos jesuitas, ocultam-se quatro cartas originais, de 1673 e 74, as quais

---

[1] Carta de 23 de maio de 1679 a Duarte Ribeiro de Macedo.

[2] *Dicc. Bibl.*, suplemento, tomo 8.º, pág. 319.

[3] *Boletim* da Academia, vol. VIII, pág. 405.

fazem parte da controvérsia sôbre os christãos novos; uma delas sem assinatura, e com a nota no topo *soli omnino,* sinal da importância que o autor lhe atribuía. Nas *Provas da Deducção Chronologica* inseriu Pombal a de 15 de dezembro de 1674. Todas em extremo curiosas e relevantes para a questão ventilada.

Deixando de considerar os escritos, alguns apócrifos sem dúvida, sepultados nas colecções públicas, ou guardados com avareza pelos bibliófilos, convêm mencionar outros que, impressos embora, se acham esquecidos ou, por circunstâncias da publicação conhecidos quási que só de raros estudiosos. Começarei pela *Carta apologetica ao padre Jacome Iquazafigo, provincial da Andaluzia,* originalmente em castelhano, publicada em um opúsculo de 1757. É de 30 de abril de 1686, e os factos a que diz respeito filiam-se na antiga rivalidade de dominicos e jesuitas, acirrada ainda pelas disputas sôbre a Inquisição. Nela se defende Vieira das imputações contidas em um pamfleto de certo religioso da ordem adversária, oculto no pseudónimo de Escoto Patavino. A impugnação versa principalmente sôbre proposições de Vieira, desfiguradas em parte, àcêrca do quinto império do mundo e vaticínios do Bandarra, semelhantes às que havia condenado o Santo Ofício. A defesa é idêntica, mas há no documento referências biográficas que dão interesse à leitura.

No Brazil publicaram-se em 1860, na valiosa *Corographia historica* [2] do dr. Melo Morais, as *Annuas* de 1624

---

[1] No Arquivo Nacional existe mais uma carta para o marquês de Gouveia, de 28 de julho de 1677, que não se acha nas colecções impressas. Faz parte de um códice de que deu notícia o sr. Pedro de Azevedo, em 1906, no estudo intitulado *As cartas do padre António Vieira oferecidas ao arquivo da Torre do Tombo*, e foi então nêle publicada.

[2] O título completo da obra é *Corographia historica, chronogra-*

e 25, relatórios para o Geral dos jesuitas, compostos por ordem dos superiores quando Vieira tinha 17 anos, como fica dito. São em número de cinco, das quais duas sairam primeiramente na *Revista do Instituto Historico e Geographico brazileiro,* do que dá noticia Inocêncio [1]. Á notícia do colégio da Baía cabe particular interesse, por descrever a tomada pelos holandeses, cêrco subsequente e restauração da cidade, e já nela se manifestam as raras aptidões literárias do autor.

Na mesma colecção sairam as duas extensas memórias: *Resposta aos capitulos que deu contra os religiosos da Companhia o procurador do Maranhão Jorge de S. Paio,* e *Memorial de doze propostas que os padres missionarios do Estado do Maranhão representam a Sua Majestade* [2]. São cópias extraídas da Biblioteca de Évora. Do primeiro documento diz Rivara ser «papel muito curioso para a historia das missões jesuiticas» [3], mas, segundo toda a aparência, tanto êle, como o dr. Melo Moraes, ignoravam-lhe o autor. Sabe que é de Vieira quem tenha estudado a longa contenda sôbre a liberdade dos índios, que por tantos anos se debateu entre os jesuitas e os colonos do Pará-Maranhão. E Vieira no-lo confirma, escrevendo ao marquês de Gouveia: «Estes dias, posto que muito doente, estive respondendo aos capitulos que se presentaram contra nós, nos quaes não ha palavra, nem silaba, nem letra que não seja manifesta mentira» [4]. O *Memorial de doze propostas*

---

phica, genealogica, nobiliaria e politica do imperio do Brazil. Contem numerosos documentos interessantes para a história do Brazil e de Portugal.

[1] *Dicc. Bibl.,* tomo 1.º, pág. 292.

[2] Tomo 4.º, citado.

[3] *Catalogo* cit., tomo 1.º. pág. 43.

[4] Carta de 9 de setembro de 1662, escrita do Porto.

que trata do mesmo assunto, com a mesma argumentação e na mesma linguagem, é evidentemente da mesma pena.

Na *Historia da Companhia de Jesus no Maranhão,* pelo padre José de Moraes [1], que o erudito maranhense Cândido Mendes de Almeida arrancou da penumbra dos arquivos, vem transcríta a *Primeira carta de noticias do Maranhõo,* de 5 de outubro de 1653, para o Provincial em Lisboa, sobremodo interessante, mormente na parte que constitue a relação de viagem pelo Amazonas. A narrativa continúa na *Segunda carta de noticias*, manuscrito da Biblioteca de Évora [2], ainda por imprimir. Ao mesmo departamento da actividade omnimoda de Vieira pertence a carta de 2 de abril de 1680, para a província do Maranhão, inédito da Biblioteca Pública de Lisboa [3], recomendável aqueles a quem interessa estudar a parte que na formação da nacionalidade brazileira tiveram os tão detraídos jesuitas.

Não deve ficar no olvido a carta de 1648, para Francisco de Sousa Coutinho, de grande valor para a história das negociações com a Holanda, e que completa as informações colhidas na correspondência com o marquês de Niza. Publicou-a João Francisco Lisboa, outro maranhense, escritor castiço, biógrafo notável de Vieira [4]. A cópia foi extraida da colecção de cartas do marquês de Niza, existente na Real Biblioteca de S. Francisco de Lisboa, segundo êle nos informa, dando o número do códice. Apesar das diligências empregadas não consegui até hoje apurar onde para o volume.

Nenhum dêstes documentos pode ser excluido de uma

---

[1] Publicada no Rio de Janeiro em 1860.

[2] Mencionada no *Catalogo,* tomo 1.º, pàg. 41.

[3] Ms. do fundo antigo, Cod. 4:517.

[4] No tomo 4.º das suas *Obras,* Maranhão, 1865.

edição tolerável das obras de António Vieira, que algum dia se faça. Para ela muito há que expungir das existentes, e também não pouco que acrescentar. Já Inocêncio no *Diccionario*, há mais de meio século fez o reparo. A mim pareceu-me não ser demasia insistir com mais largueza em matéria tão relevante para a nossa história literária.

J. Lúcio de Azevedo.

FRANCISCA DE RIMINI

Episódio do Inferno de Dante

Tradução do Conde de Azevedo da Silva [1]

Depois de haver-me o Mestre referido
Das damas, dos varões a historia antiga,
De dó senti-me, quasi estremecido.
E comecei: «Poeta meu, consiga
«Que eu falle áquelles dois juntos em frente,
«Os quaes conduz a aragem como amiga.»
E elle disse-me: «Vê; proximamente
«Virão ao nosso lado, e saberemos
«Porque os guia este amor, que nunca mente.»
Ao traze-los a brisa a nós postremos,
Eu gritei co'a voz toda: «Almas lesadas,
«Se o não prohiba, vos não ouviremos?»
Quaes pombas, que ao desejo lá chamadas,
Com as azas d'um vôo ao dôce ninho,
Pelo espaço impellidas são levadas;
As sombras, se arredando do caminho
De Dido, logo vêm pelo ar damnoso,
Tão cheio fôra o brado de carinho:

---

[1] O Snr. Conde de Azevedo da Silva, Sócio correspondente da Academia das Sciências de Lisboa, a quem a literatura deve trabalhos importantes, entre os quais mencionaremos a tradução francêsa dos *Lusíadas* (Paris, 1870 e Lisboa, 1878), e dos *Sonetos de Luís de Camões* (Lisboa, 1913), quiz, por sua grande bondade, comunicar-nos a primorosa tradução portuguesa que fez do episódio do *Inferno* de Dante relativo a Francisca de Rimini; e, acedendo ao nosso pedido, consentiu que a mesma tradução fôsse publicada no «Boletim da Segunda Classe da Academia», ajuntando assim uma contribuição valiosa à série de traduções que fizemos imprimir no volume VIII do mesmo «Boletim». Por tudo aqui consignamos o público testemunho do nosso reconhecimento. *F. M. Esteves Pereira.*

«Ó mortal excellente, és tão bondoso,
«Que nos visitas neste escuro adverso,
«Quando o mundo tornámos sanguinoso!
«Sendo-nos grato Deus, Rei do universo,
«Lhe consagráramos devota préce,
«Pois tens pena do nosso mal perverso.
«Quando queiras ouvir-nos, ou não cesse
«A tua falla, assim serás teu amo,
«Logo que o vento abrande; e já decresce:
«Nasci na terra aquella que mais amo,
«Á beira mar, aonde o Pó descansa
«Numa serena paz, com mais de um ramo.
«Primor, que um coração gentil alcança,
«Encantou quem prendia uma belleza,
«Que roubáram-me lá, cruel lembrança!
«Paixão, que nunca céde a illusa prêsa,
«Se apoderou de mim, tão crente e forte,
«Que está-me aqui lavrando ainda accêsa.
«Dirigio-nos amor a uma só morte,
«Quando Caím prostrou-nos nossa vida...»
E interrompeo-se a sombra d'esta sorte.
Affligindo-me a queixa commovida,
A cabeça inclinada um bom pedaço,
Pensava eu na infeliz nunca esquecida.
Vendo-a assim offegante de cansaço,
Lhe digo: «Ah! quanto singular ventura
«Vos deve ter chegado ao triste passo!»
E a Francisca eu volvia: «Ó creatura,
«Já me fazes chorar, pois teu martyrio
«Na minha alma reflecte essa amargura!...
«Mas dize-me, quando eras como um lirio,
«Como e porque nasceo d'esta amizade
«Esse dúbio transporte d'um delirio?»
E ella acóde: «Não ha maior saudade
«Que recordar o tempo mais feliz
«Na miseria; e o não nega o teu confrade.
«Mas se queres saber quando a raiz
«D'esta mútua ternura, que indiquei-te,
«Direi, como este chóra e o mesmo diz:
«Estamos sós, sem que o ninguem suspeite;
«Um livro abrimos, *Sobre o amor frustrado*
«*De Lancilotto*; e o lemos por deleite.

«Mais de uma vez o olhar, já desviado
«Da leitura, o semblante descolóra;
«Mas só nos vence um ponto cubiçado!
«E lendo nós que aquelle riso implora
«Um beijo a receber de um louco amante,
«O meu, que sempre quiz-me, como agora,
Beija os meus labios, todo palpitante...
Galeotto... era o livro... que escrevia!...
«E não se leo então mais em deante.»
Em quanto aquella sombra respondia,
Soluçava a outra tanto, que num ai
Vacillei, já cuidando que morria,
E caí como um corpo morto cái.

Lisboa, 12 d'Agosto de 1915.

UMA CERTIDÃO DE CASAMENTO DATADA DE 1538

Foi em 1536 que o Cardeal Infante D. Afonso, arcebispo de Lisboa, ordenou que houvesse nesta diocese livros de registo de baptisados e defuntos. Logo em 1538 começou a respeitar-se essa disposição na freguesia de S.ta Cruz do Castelo de Lisboa, como se vê do livro que hoje está estampado por ordem da Academia das Sciências. Há todas as probabilidades que seja êste o mais antigo registo do país.

Os prelados da diocese de Coímbra foram mais remissos e só em 1546 o respectivo bispo ordenou que houvesse na Sé um livro para registo de baptisados e finados [1].

A introdução do registo obedeceu apenas a necessidades temporais com que pouco tinha a salvação do fiel. Todavia como certas ocupações eclesiásticas só podiam recair em indivíduos de nascimento legítimo e como se poderiam suscitar dúvidas sôbre a ministração do baptismo, a existência de tais livros veiu dispensar o inquérito sempre trabalhoso e por vezes impossível de fazer em virtude do afastamento da época do sucesso.

A inovação foi bem recebida pelo poder civil e nos nossos dias o clero paroquial estava literalmente assober-

---

[1] *João de Ruão MD...–MDLXXX. Documentos para a biografia de um artista*, colligidos por Prudencio Quintino Garcia, etc., com um prefácio do Dr. Teixeira de Carvalho. Coímbra, 1913, pag. 177.

bado com o trabalho de registo e com as consequências dele. Não direi como é uso asseverar-se, que essas funções burocráticas o fizeram desmerecer no bom conceito do público, porque todas as acções bem ou mal interpretadas o conseguem. Desde 20 de fevereiro de 1911 o acto puramente material da inscrição nos registos foi desanexado das atribuições paroquiais, entre as quais resta ainda um campo enorme de actividade que o clero português não sabe aproveitar. É curioso observar que a introdução do registo civil entre nós foi um acto político e não administrativo.

Seria importante saber-se como se procedia anteriormente à instituição do registo nos casos em que se tornava precisa uma prova de filiação. Um documento dessa espécie encontra-se no Corpo Cronológico.

Uma dona de Lisboa chamada Caterina Dias, viuva de Manuel Dias, cerieiro do Cardeal, tinha uma filha de nome Isabel Dias que casou na sé de Lisboa com Simão Rebelo. A referida Isabel tinha a haver certo dinheiro de esmola, o qual só poderia receber mostrando que era casada com o mencionado Simão. Parece depreender-se destas palavras que se tratava de um dote para casamento. Em virtude do requerimento foram inquiridos por ordem do juís de cível da cidade três mulheres e o cura da sé Duarte Fernandes que concordemente atestaram o casamento.

Sendo a inquirição datada de 1537, podemos supor que a ceremónia se realizou por 1530 ou 1520. Se não soubessemos a data da introdução do registo na diocese de Lisboa, ficariamos sabendo que por êsses anos ainda não existia na Sé da capital êsse serviço. O mais antigo livro paroquial da Sé, actualmente em via de impressão é datado de 1563.

Pedro de Azevedo.

DOCUMENTO

Certidam de como casou Isabell Diaz filha de caterina diaz com Symam Rabello.

Saibham quamtos este estormento pubrico de certidão dado com o trellado de certos ditos de testemunhas per mandado e autoridade de justiça vyrem que no ano do nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quinhemtos e trymta e sete annos aos vymte dias do mes de junho em esta muy nobre e sempre leall cidade de Lixbooa nas casas da morada do bacharell Framcisquo Carreiro Cidadãao e Juiz do ciuell na dita Cidade e seus termos etc. peramte elle pareçeo hũu homem que dise aver nome Tomee Vaaz e lhe apresemtou em nome de Caterina Diaz a pitiçam seguymte:

Senhor Juiz — Caterina Diaz dona vyuua molher que foy de Manuell Diaz que deus tem çyrieyro do senhor Cardeall faço saber a vosa merçee que eu tenho nesta cidade hũua filha per nome Isabell Diaz casada e reçebida segundo forma da samta madre ygreja com Symão Rebello a quall foy reçebida na see desta cidade pello cura della e ora me he neçesario fazer diso çerto pera Recadar certo dynheiro de que me he feito esmolla pera a dita minha filha pelo que peço a vosa mercee que me mande tirar diso tres ou quatro testemunhas e com seus ditos e com certidão do cura que a recebeo me mande pasar hũu estormento no que me fará mercee.

Pello comteudo nesta pitiçã se preguntem as testemunhas que a sopricante apresentar e se lhe pase a çertidão que pede.

A quall petiçam asy apresentada como dito hé em comprimento della Dioguo Fernandez emqueredor comigo preguntamos nesta çidade as testemunhas que por parte da sopricamte nos foram apresentadas e seus ditos e testemunhas se seguem.

Item. Isabell Amdre molher de Fernam Trusilhos pimtor morador nesta cidade no beco da mercearia das molheres testemunha jurada aos samtos avamjelhos e preguntada pello custume e cousas que lhe pertencem dise nada. Item. Preguntada ella testemunha pelo conteudo na pitiçam de Caterina Diaz sopricante que lhe foy llida e declarada etc dise ella testemunha que he verdade que Caterina Diaz sopricante foy casada com hũu Manoell Diaz cirieiro do senhor cardeall ho quall he ja falleçido e vyvendo ambos jumtamente como marido e molher que eram veo a naçer damtre elles Ysabell Diaz conteuda na pitiçam a quall Isabell Diaz casou com Symão Rebello conteudo na pitiçam e ella testemunha foy presente aa porta da see desta cidade quando se hy casaram e ella testemunha lhes ouvio

dizer as pallauras que manda a santa madre igreja e despoes de casados os vyo viver jumtamente ambos em casa theuda e manteuda como marido e molher que sam e sempre elles se nomearam huũ aho outro. E all nom dise Diguo Fernamdez o screpvy.

Item. Caterina Rodriguez dona vyuva morador nesta cidade no beco das merceeiras molheres testemunha Jurada aos samtos avangelhos e preguntada pello custume e cousas que lhe pertencem dise nada soomente que he vizinha e amiga da sopricamte e de sua filha e que dira a verdade e do custume all nom disse. Item. Preguntada pello conteudo na pitiçam da dita sopricamte que lhe foy llida e declarada etc dise ella testemunha que he verdade que ella conhece muito bem Caterina Diaz a quall Caterina Diaz ella testemunha vyo Reçeber aa porta da igreja da see desta cidade com seu marido Manuell Diaz que Deus aja çirieiro que foy do senhor Cardeall e ella testemunha foy madrinha sua e lhes ouvio dizer as pallauras da samta madre ygreja hũu ao outro E depoys de casados os vyo per muito tempo viverem em hũua casa theuda e mantheuda juntamente como marido e molher que eram e damtre elles naçeram filhas e huũa dellas he Isabell Diaz na pitiçam conteuda a quall Isabell Diaz tambem ella testemunha sabe casar com Symão Rebello comtheudo na pitiçã e se Receberam aa porta da ygreja da see desta çidade e ella testemunha foy tambem sua madrinha e foy com ella aa porta da ygreja e lhes ouvio dizer as pallauras de presente e all nom dise. Dioguo Fernandez ho escrepvy.

Item. Viollamte Lleytoa dona vyuua morador no beco da merçearia das molheres testemunha Jurada aos santos avangelhos e preguntada pello custume e cousas que lhe pertençem dise nada. Item preguntada ella testemunha pelo comteudo na pitiçam da dita sopricamte que lhe foy llida e declarada etc. dise ella testemunha que he verdade que ella testemunha conhecee Caterina Diaz sopricamte haa muitos Annos e que ouvio sempre dizer que ella fora casada com Manuell Diaz Çirieiro do cardeall e que sabe que Isabell Diaz conteuda na pitiçam hé filha da dita Caterina Diaz a quall Cateryna Diaz a casou com Symão Rebello conteudo na pitiçāo E quando os levaram a Reçeber aa porta da igreja da see desta cidade ella testemunha os acompanhou e foy com elles e lhes ouvio dizer as palavras que manda a samta madre igreja e despoys de recebidos os vyo viver em casa theuda e mantheuda e all nom dise. Dioguo Fernandez o escrevpi.

Item. Duarte Fernandez creligo de mysa e cura que foy da see desta cidade testemunha jurado aos samtos avangelhos per licença que pera iso lhe foy dada pello vigairo Jorge Rodriguez e preguntado

pello casamento e cousas que lhe pertemcem dise nada. Item. Preguntado elle testemunha pelo comteudo na pitiçam da dita sopricamte que lhe foy llida e declarada etc. disse elle testemunha que he verdade que ella conhece Caterina Diaz comtheuda na pitiçam a quall foy molher de Manoell Diaz que Deus aja cirieyro que foy do Cardeall e asy conheçe tambem sua filha Isabell Diaz a quall Isabell Diaz semdo elle cura ao tall tempo da see desta cidade elle testemunha a Reçebeo per palauras de presente segundo mandamento da samta madre ygreja com Symão Rebello aa porta da see da dita cidade donde elles se vieram a Reçeber com muita gente que os acompanharam e esto lhe llembra e por verdade asynou aquy. Dioguo Fernandez o screpevy.

E preguntadas como dito hé o dito sopricante pidio com ho trellado de todo hũu pubrico estormento e eu tabeliam lhe dey este como pelo dito Juiz em seu desembargo he mandado e em fee de todo eu Dioguo Fernandez pubrico tabeliam por el Rey noso senhor damte os Corregedores e Juizes do ciuell desta cidade de Lixbooa e seus termos que esto screpvy e o asyney de meu publico synall que tall he e vay sellado com ho sello da cidade. — *Logar do sinal publico.* — Pagou sesenta reaes.

Concertado foy per mym tabeliam com Gonçalo Tarouca outro sy tebeliam. Diogo Fernandez o screpvy e corregi, sempre, se nomearam e amtrelinhey outro — *Gonçalo Tarouca — Diogo Fernamdez.*

No dorso: Pias. x mil reaes a Caterina Diaz filha dAntonio Vaaz morador em Tangere [1].

[1] Torre do Tombo. — *Corpo Chronologico* Parte II, maço 211, doc. 106.

TEORIA DA HISTÓRIA
DA CIVILISAÇÃO MILITAR

(Continuação da pág. 234 do vol. IX)

Século XVIII

E assim se inaugurava o século XVIII, do qual, diz Joseph de Maistre, que foi a conclusão do que se pode chamar as premissas: os séculos XVI e XVII [1], e que no génio, na obra de Leibnitz encontrou a expressão suprema da aproximação, da unificação, da afinação superior do espírito, sem fronteiras, pelo influxo da sciência.

«A historia, diz Joseph Fabre, fez bem em regular as coisas fazendo viver o Aristóteles do pensamento moderno nos confins do seculo XVII com o seculo XVIII. Na véspera dos furiosos combates de ideas, é um nobre espectaculo o dêsse grande espírito, sondando todos os horisontes, para ali procurar raios de luz; sempre ávido de penetrar um aspecto novo do interior das coisas, e ir mais longe do que se tinha ido, mas ao mesmo tempo respeitador das concepções de todas as inteligências sinceras, e apropriando-se antecipadamente destas palavras de Amiel, o profundo pensador de Genebra: — «É necessario não pormos contra nós um ideal; é necessario apresentar um

---

[1] *Le seisième et le dixsèptième siècle pourraient être nommés les prémices du dix-huitième, qui ne fut en effet que la conclusion de deux précédants»* Joseph de Maistre.

outro mais puro, mais elevado, mais espiritual, erguer atraz do cimo alto, outro mais alto ainda» [1]. Êste escritor apresenta Leibnitz como a alma da rèpública dos sábios do seu tempo.

A obra dêste século foi vasta e complexa; restituiu ás nacionalidades o seu centro natural de actividade orgânica, estabelecendo o equilíbrio das potências; tornou possível a creação de potências novas, como a forte e exemplar Alemanha, feita pelo saber e pelas armas; destruiu, a favor de um rijo organismo político como era a Rússia, a excrescência oriental, representante da barbarie e do retrocesso, chamado império otomano. Scientíficamente unificou o espírito humano; e assim como as sciências e letras, acentuando o seu carácter cosmopolita, se pode dizer que se não professam só nas academias e universidades dêste ou daquele país, mas numa grande universidade ou academia europeia, com sucursais em cada centro activo, assim, parcialmente, cada sumidade do saber, dentro de cada país, não representa já, como até então, — com a rara excepção de um Pascal, de um Fontenelle ou de um Descartes —, exclusivismos ou restrições scientíficas, mas a culminância das letras e das sciências, numa afinidade harmónica das faculdades mentais, nas diversas províncias da sabedoria. Na ordem social a mesma fusão de elementos se vai acentuando, fazendo desaparecer a pouco e pouco o exclusivismo das classes, tão característico noutras épocas. E tudo isto, que representa um carácter de unidade que abraça todo o mundo culto, reflete-se no exército, modificando-o, transformando-o, fecundando-o com elementos novos de ilustração e de progresso.

O poder real, levando a sua fôrça e as suas prerogativas ao exagêro, acaba por determinar uma reacção que ao fechar o século produziu um tremendo abalo e agitou o

---

[1] Joseph Fabre, *La pensée moderne,* pág. 557.

mundo inteiro! Era mais do que uma revolução política; era uma profunda conflagração moral.

Os séculos XVI e XVII fizeram-nos conhecer definitivamente o céu no seu conjunto, dando-nos a ideia da sua vastidão infinita, e libertando-nos completamente da pressão esmagadora dêsse céu da Edade Média, estreito, baixo, mesquinho, suspenso sôbre as nossas cabeças como uma abóbada massiça, onde um Deus, ora irado ora bondoso, acendia as suas douradas lâmpadas ou forjava os seus tremendos coriscos! O século XVIII, com a aplicação dos progressos matemáticos à astronomia, no-lo deu a conhecer nos seus pormenores, explorando-o com a minuciosidade com que os navegadores do século XV haviam explorado a vastidão dos mares! Herschell aproxima-nos extraordináriamente dos astros, e descobre manchas no sol; Lambert dá-nos um mapa da lua e Eucke a distância aproximada do sol à terra; entre outros, Bucker dá-nos a medida do meridiano; descobre-se o planeta Urano; Mayer revela as estrelas duplas, e Chaldin explica as estrelas cadentes; o estudo das nebulosas abre um infinito cheio de encantos e de mistérios diante do humano olhar embevecido! Amplia-se Deus, na bela expressão de Diderot! Laplace corôa a luminosa obra do século com a sua admirável *Mechanica celeste* (1796).

Na física temos a teoria da emissão da luz, a descoberta das suas propriedades químicas, que havia de dar origem à fotografia, tão vantajosamente aproveitada na guerra; o *microscópio solar* de Lieberkwhn; o estudo das propriedades do calor produzindo a graduação dos termómetros; a descoberta dos aerostatos, desde Mongolfier até Blanchard, que atravessa a Mancha em balão; a descoberta da verdadeira máquina a vapor, aplicada à navegação desde William Watt, até o conde Jouffroy d'Abbans que lança à agua o primeiro barco; a do magnetismo dando a *balança de torsão* de Conlomb; a da electricidade, desde as rudi-

mentares experiências de Hawksbee, em 1709, até a *garrafa de Leyde* de Musschenbrock, o pára-raios de Franklin e os ensaios do telégrafo eléctrico, por Reiser na Alemanha, por Salvá em Hespanha, e por Béthancour em França; todas estas descobertas de tamanha importância na sua aplicação ao exército, marcam o grande papel progressivo do século XVIII!

Do mesmo modo a química, convertendo-se numa verdadeira sciência, e buscando aplicações úteis, ilustra esse século com os nomes imortais de Priestley, de Sheele, e de Lavoisier, o maior de todos.

Compreende-se que nesta tendência para a aplicação do método experimental a todo o saber, as sciências positivas não deixassem de receber o mesmo impulso no sentido prático, e que, portanto, todos os ramos da actividade dependentes delas se resentissem do seu benéfico influxo.

Ao mesmo tempo as sciências sociais se desenvolviam, e preparavam os materiais com que se ergueu o admirável edifício do século XIX. No direito internacional, por exemplo, que mais directamente interessa à guerra, Grotius abria o caminho aos trabalhos de Pufendorf, de Wolf, de Vattel. O século XVIII é como um grande cadinho onde se depuram os valiosos metais valorizados pelo nosso século.

A instituição militar, que como temos vindo conhecendo, acompanha sempre os progressos gerais de um povo e representa o seu grau de adiantamento social, avançou sensivelmente neste período.

Entra pelo século XVIII a dentro o período que anteriormente analisámos; nem se podem medir cronològicamente os períodos históricos, cujos marcos miliários se não encontram de forma alguma em coincidência com as divisões convencionais do zodíaco.

Para a península ibérica o século XVIII abre com uma guerra incaracterística, que não tendo passado de uma

aventura, na ambiciosa competência entre duas dinastias, não logrou deixar raizes na simpatia pública. A Espanha divide-se em dois partidos, representando duas ordens de interesses dinásticos; e Portugal serve de cais de embarque a um dêsses partidos, numa orientação que os verdadeiros interêsses da nação não justificam nem perdoam. Perdemos muito e não lucramos nada, embora militarmente o soldado português tivesse tido ensejo de manifestar mais uma vez as suas proverbiais qualidades.

As estaturas militares proeminentes neste período é o duque de Malbouroug, e entre nós o Marquês das Minas.

Acompanhou Portugal tardiamente o grande movimento revolucionário do século, devido à pressão do clericalismo que trazia, por assim dizer, enfeudado o pais; as sciências avançavam a passos lentos; a arcádia de Dinís, de Garção, de Cândido Lusitano, que pretendera reanimar os bons estudos literários morria de inanição; mas o tribunal do santo ofício continuava triunfante! A obra do marquês de Pombal foi em breve destruida. A guerra com que abriu o século, e depois, principalmente a que nos obrigou a prevenirmo-nos contra o vizinho reino, no tempo do Pombal, levaram-nos, todavia, a introduzir largos melhoramentos no exército. Esta última guerra, sobretudo, marca um período em que se tem de estudar o desenvolvimento desta instituição, pois representa uma fase de renascimento no nosso exército, infelizmente afogado pela reacção do antigo espírito retrógrado, que aproveitou o momento asado para se impôr. Tardios e amortecidos chegavam até nós os écos dos progressos europeus; maior que a barreira dos Pirineus separava a península do resto do mundo a cordilheira alterosa do fanatismo e da ignorância! O rebento da renascença, que surgira risonho no tempo de D. João II e de D. Manuel, afogava-o nas suas dobras sinistras a sotaina do jesuita.

Tratando neste lugar da evolução geral das instituições

militares, para indicar os progressos que elas tem obtido no decurso dos tempos, em harmonia com o progresso geral, não especializaremos, como não temos feito até agora, os acontecimentos das guerras que neste século tivemos de sustentar; o nosso têma é apenas traçar o esbôço geral da evolução por que tem passado até hoje a instituição militar.

Para esta o século XVIII foi fecundo em inovações e progressos; se na ordem filosófica foi um demolidor, na ordem militar, como nas demais sciências, foi um reformador, um tanto revolucionário; — a revolução social não podia deixar de ter influência na organização dos exércitos, sob o ponto de vista da disciplina e da escolha do pessoal.

Pròpriamente no que respeita a acquisições novas, êste período foi talvez mais de pormenorisações e de aperfeiçoamento das acquisições anteriores, do que um período creador; mas a organização das tropas, pròpriamente, e a arte de as manobrar, essas lucraram de um modo sensível.

Foi o verdadeiro período do desenvolvimento tático, que um escritor militar belga diz «se podia chamar a segunda época do renascimento da arte» [1].

A feição da tática no comêço dêste século, no período que se pode denominar anglo-sueco, deveu-se às guerras sustentadas pela Áustria contra os turcos, que no fanatismo religioso e espírito bárbaro com que combatiam obrigaram a uma acção ofensiva e enérgica. Tinham àlêm disso os turcos uma cavalaria impetuosa, que obrigou a cavalaria austríaca muitas vezes a formar-se em quadrado para lhe resistir ao choque, formatura que Bonaparte, por idêntica razão, adotou no Egito.

O carácter de crusada anti-mussulmana que a guerra assumiu na Europa, levou oficiais de diversas nacionali-

[1] Fisch, *Tactic des trois armes,* 1877.

dades a servir no exército austríaco, donde trouxeram o método impetuoso, porêm raciocinado, de combater, de que Eugénio de Saboia, espécie de Condé da época, com a reflexão dum Turenne, era a personificação brilhante, como o provou nas batalhas de Zenta (1657), de Peter-varadino (1716) e de Belgrado (1717).

Uma grande inovação do período anterior, a da baioneta aplicada ao cano da espingarda, foi aperfeiçoada por Vauban (1703) pela invenção do alvado que evitou o ter de se sacar a baioneta na ocasião do fogo; e munindo-se assim o soldado de uma arma que permanentemente tinha as duas funções de arma de fogo e de ataque corpo a corpo, estabeleceu-se a base de toda a tática moderna; — depois dêsse facto capital, tudo o mais se reduziu ao melhoramento das vantagens por êle adquiridas.

Estabeleceu-se a unidade de acção, sendo a arma principal dos exércitos transformada na sua própria essência, fazendo-se dela o que continúa hoje a ser, embora muito mais aperfeiçoada. Foi então que definitivamente se pôs de parte o pique, e desapareceu a diversidade de funções dentro da mesma unidade de tropas, produzida pela diferença do armamento, que acarretava consigo toda a morosidade, toda a impotência ou inação momentânea, todos os inconvenientes, emfim, de um estado híbrido e desconexo.

A infantaria passou a ter uma arma única; e, com a generalização dos cartuchos e da patrona, vai a carga a baioneta ser duma acção decisiva no combate.

A baioneta do século XVII, como dissemos, introduzia-se dentro do cano da espingarda; e apesar de todos os inconvenientes, grangeou aos franceses, que a adoptaram em 1640, as vitórias de Neerwinden e de Marsaille (1693), onde se deram as primeiras cargas de baioneta de que há memória; mas quanto ela ainda assim era insuficiente provou-o o combate de Killicrankie (1688), em que os

soldados ingleses, depois de fazerem fogo, quizeram meter a baioneta; os montanheses da Escócia, caindo sôbre êles, os derrotaram, sem lhes dar tempo de concluir a operação. O triunfo da baioneta só se deu no século XVIII, mais tarde nuns países que noutros. Frederico II, na sua ordem do dia para a batalha de Hohenfriedberg, recomendava as cargas à baioneta, quando as circunstâncias o permitissem; na batalha de Trebbia, em 1799, fez-se nos russos uma verdadeira carnaficina à baioneta; nas campanhas da Península ao abrir dêste século, a baioneta figura nas mais brilhantes páginas dessa epopeia.

A inovação de Martinet, adaptando a baioneta ao cano da espingarda, não foi mais do que um aperfeiçoamento do que já existia, isto é, da baioneta encavada dos habitantes de Bayona ou dos soldados de Puysegur; mas a verdade é, como já dissemos, que êsse facto, na aparência tão simples que lembra o ovo de Colombo, e que admira como não tivesse sido sugerido mais cedo, transformou completamente, nas suas bases, a tática moderna. Pode-se dizer que depois disso nenhum facto contribuiu para uma tão radical revolução na arte da guerra. Assim se completava a obra que viera esboçando-se desde o findar do século XVII, no abandôno, cada vez mais acentuado, das armas antigas, substituindo-se pela arma de fogo; restava encontrar uma arma que, conservando as vantagens do fogo, adquirisse as do pique para os ataques corpo a corpo em que rematavam todas as investidas a tiro, nunca decisivas, como agora, dos destinos do combate; e foi o que se conseguiu, e foi de onde proveiu a grande revolução na arte da guerra. A espingarda de infantaria com a sua baioneta, disse Napoleão, é a arma mais perfeita que os homens ainda inventaram.

Na guerra de sucessão de Hespanha êsse melhoramento não teve ensejo de mostrar toda a sua eficácia, mas a infantaria francesa figura nela armada definitivamente de

espingardas com baioneta, e foi tambêm então que o armamento deixou de ser fornecido ao soldado pelo capitão para o ser pelo estado [1]. Esse período de luta foi fértil em aperfeiçoamentos.

A transformação do armamento trouxe consequentemente a transformação nas ordens e formações. A promiscuidade das armas deu em resultado a diversidade das ordens de combate, consoante se tinha de combater contra a arma de fogo ou contra a arma de pulso. Desde o momento que estas duas se unificavam, dando em resultado tantas vantagens incontestáveis, claro é que o problema das ordens de combate tinha de ser resolvido do mesmo modo, adotando-se uma forma de se passar ràpidamente de uma ordem para outra, em harmonia com a condição da luta. Foi tal a revolução produzida por êstes factos, resultantes da invenção da baioneta de punho cavado, aplicada ao cano da arma, que há quem atribúa a essa invenção maior importância que à da pólvora.

«A polvora de guerra só por si, — diz o oficial do exercito italiano Cianciulli, na sua contestação ao major barão Ferrari de Parma, que negava os progressos da arte da guerra —, não teria podido produzir nas ordens uma mudança total: quero nisto dizer que, vindo ela substituir as antigas armas de arremesso, conseguiu, sem nenhuma dúvida, mudar as ordens apropriadas aos combates de longe, mas não transforma-las em ordens próprias para a luta à arma branca. Quero ainda dizer que uma arma que só fornecesse fogos não poderia, só por si, bastar para toda a espécie de combate, e que, por consequência todas as vezes que fosse necessário fazer que um combate de perto se seguisse a um combate de longe, e vice-versa, necessário seria tambêm mudar ora de armas, ora de

---

[1] Général Thoumas, *Les transformations de l'armée française*, tomo II.

guerreiros, e sempre de ordens, dupla condição a que seria mister satisfazer, precisamente nos momentos mais acesos da acção, tornando-se por isso mesmo impossível a solução dêsse grande problema».

Êste trecho mostra a importância, verdadeiramente notável, de um facto tão capital na evolução da arte da guerra.

Foi nos princípios do século XVIII, também, que se produziram algumas inovações importantes; o aperfeiçoamento do cartucho pelo artilheiro Belidor (1738), a adopção da vareta de ferro na espingarda que tornou mais rápido o carregamento [1] (1741 em França), e a do paço cadenciado; estas duas introduzidas na Prússia por Leopoldo de Dessau, célebre organizador da infantaria prussiana, dando a inovação da vareta uma grande superioridade às manobras prussianas e conseguindo que o soldado desse três e mesmo quatro tiros por minuto [2].

Dois vultos se destacam entre todos, um como tático, outro como organizador genial: o marechal de Saxe e Frederico II; um discípulo dêste, o conde de Shaumbourg de Lippe, marca entre nós um período de reconstituição militar.

O marechal de Saxe teve um génio inovador, e, quer em teoria no seu livro *Mes Rêveries*, como na prática, nas brilhantes campanhas que dirigiu, muitos preceitos úteis foram assentes, embora alguns dêles mal conseguissem vencer o preconceito e a rotina. Entre os que não lograram convencer os seus contemporâneos está a ideia do serviço pessoal obrigatório, que a França só adopta depois dos desastres da guerra franco-prussiana (1872). Foram

---

[1] Em França a substituição total da vareta de madeira pela de ferro se fez de 1741 a 1744.

[2] Peuker diz que chegavam a dar 5 tiros por minuto, o que é, evidentemente, exagero.

por êle preconizados muitos dos preceitos de Gustavo Adolfo e de Turenne, e aplicados na célebre batalha, tais como a organização permanente do batalhão, tornando-o uniforme no número de companhias de que se compunha, e diminuindo nas pequenas unidades em que se dividia, para lhe dar maior coesão; o aligeiramento da cavalaria, para se obter a carga a galope; as peças ligeiras como artelharia de batalhão, etc. Ao mesmo tempo empregou com vantagem o passo cadenciado, suprimiu o fogo por descargas, para obter pela pontaria maior eficácia do fogo e economia dos cartuchos; aumentou consideravelmente os regimentos de dragões; deu à cavalaria a função de arma de contacto e de vigilância; tirou todo o partido do terreno para adquirir superioridade sôbre o inimigo; os obstáculos naturais e os trabalhos de fortificação permanente e passageira, intercalados e com intervalos, foram hábilmente combinados; a artelharia foi sábia e oportunamente empregada; a infantaria e a cavalaria, formadas em quatro linhas, foram empregadas em ataques sucessivos, e a infantaria ligeira em esclarecedores e atiradores; os dragões tiveram a dupla acção do fogo nos redutos de Fontenoy e da carga nos finais decisivos do combate; estes dados colhidos numa sistemática e lúcida descrição da batalha de Fontenoy, mostram realmente, como diz o autor mais de uma vez citado [1], que «a tactica poderia ter dado um grande passo se se tivessem adoptado os principios e as reformas do marechal de Saxe».

A influência de Frederico II e dos seus generais na arte da guerra foi notabilíssima, e em Portugal, finda a guerra conhecida pela do *pacto de família*, essa influência elevou o exército, que chegara ao extremo do abandôno e miséria, ao ponto de ser considerado à altura dos melhores

---

[1] Cap. Jérôme, *Essai sur la taetique de l'infanterie.*

da Europa [1]. Desde o princípio do século XVIII, porêm, que essa influência se manifesta.

O prussiano Decker, na sua *Tactica das tres armas,* e Gennaro Moreno, na sua *Historia militar,* entendem que Frederico II é superior a Gustavo Adolpho, e que «creou de novo a arte da guerra». É um exagero; Frederico foi sobretudo um organizador e um político, e na arte da guerra teve apenas a intuição de uma nova arte que não estava em condições de realizar, porque lho não permitia o instrumento, ainda muito imperfeito, de que dispunha, embora bastante aperfeiçoado. Rousset considera-o apenas como o percursor de Napoleão, «une sorte de primitif par rapport à l'inimitable capitaine qui devait revolutioner la guerre et enchâiner si longtemps la victoire au jarret de son cheval» [2].

As instituições verdadeiramente nacionais de que êle dotou a Prússia foram a razão da fôrça e supremacia daquele estado. Ao par de um exército modêlo teve a Prússia uma excelente administração financeira e um sólido govêrno interno, sôbre a base da unidade nacional e da instrução. Todavia, pode-se dizer que ainda hoje subsiste, na essência da arte da guerra, alguma coisa daquilo que o grande caudilho deixou consignado como um melhoramento, na evolução progressiva dessa arte.

«Quando Frederico apareceu em scena, diz Decker, encontrou já generalizada a espingarda; não se podia pensar em a substituir, por isso tratou de a aperfeiçoar, e a pouco trecho a tactica dos fogos chegou na Prússia a um grau de perfeição tal que foi a admiração da Europa.

«O rei fixou como princípio invariável a formação da infantaria a três de fundo, e assim se viram desdobrar

---

[1] Opinião do Conde Choiseul e de Saint Priest, *Quadro elementar,* tomo VII.

[2] Rousset, *Les Maîtres*, pág. 26.

essas linhas extensas e delgadas, donde mais tarde a arte de as mover tirou o nome de *Tactica das linhas.*

«Leopoldo de Dessau tinha já inventado, em 1730, a vareta de ferro. No reinado de Frederico (mas depois da guerra dos Sete Annos) a vareta tomou a forma cylindrica, o que accelerou o carregamento; ainda mais se augmentou essa ligeireza no carregar com a invenção do ouvido da espingarda em forma de funil, que conduzia a polvora naturalmente em rastilho; assim foi que nenhuma infanteria se poude igualar à prussiana na habilidade do manejo da espingarda, habilidade que se aperfeiçoou cada dia mais por meio de constantes exercicios e de continua pratica».

O plano genial de Frederico II ía, porêm, àlêm do simples desejo de aperfeiçoar as armas e processos de guerra; isso era um meio; o seu fim principal foi elevar, pela organisação militar, pelo exemplo da disciplina que actuasse na organização social, a, até então, modesta Prússia à categoria de uma potência de primeira ordem. E conseguiu.

Para isso não olhou aos meios, estava acima de tudo o interesse da nação; o exército foi o seu instrumento, e para que o fosse a valer o constituíu na fôrça que nas suas mãos e sob o seu influxo chegou a atingir. Ao prestígio de general, de organizador e escritor militar reunia o de estadista, poeta, historiador e filósofo. Todas essas qualidades se completaram creando uma individualidade muito excepcionalmente distinta e poderosa. Como Turenne, deveu a sua grande aptidão ao estudo, à meditação, ao esfôrço intelectual de cada momento, e é a Prússia o exemplo frisante de quanto as instituições militares podem servir de ponto de apoio para o engrandecimento de uma nacionalidade. Frederico II com a sua grande habilidade em «duper les hommes», como diz Lapisse, e tendo a guerra como uma paixão e ao mesmo tempo como um mister, soube na guerra dos Sete Anos ser o mais hábil e o mais

forte no meio do desacôrdo das nações. Firmou o seu edifício na base da disciplina social, que pelo seu lado tinha por base a disciplina militar. Fortaleceu pelos cuidados na guerra as garantias da paz; a guerra, disse Mirabeau, constituira-se na indústria nacional da Prússia, e Frederico II entendia que «as artes não se cultivavam na paz senão ao abrigo das armas»; era o ideal da «nação armada» esboçado nestas palavras.

Nos progressos da tática ficaram memoráveis os nomes de Saldern para a infantaria e de Seydlitz para a cavalaria. Esta arma voltou a ter a sua principal vantagem como arma de choque; e a espada, não a arma de fogo, voltou a ser a sua arma por excelência.

Luigi Blanch resume assim os aperfeiçoamentos táticos realizados na Prússia:

1.º Exactidão do ensino do detalhe no manejo das armas, no fogo, na marcha, nos alinhamentos.

2.º A maneira de formar rápidamente em coluna e de passar de novo à ordem de batalha por meio de marchas de flanco, percorrendo a diagonal. Daqui resultava a dúpla vantagem de operar pela linha mais curta e conservar a ordem para qualquer eventualidade. Assim se resolvia o eterno problema de todas as evoluções, que é ocupar pouco espaço e ganhar muito tempo. Nestes dois resultados reside o verdadeiro segredo da tática.

3.º A aplicação dos mesmos métodos a divisões inteiras, realizando marchas de flanco, em coluna, por forma a voltar à ordem de batalha por uma simples conversão. O emprêgo dos escalões para obter esforços sucesivos sôbre os pontos de ataque, sem se expôr à confusão em caso de revez; fim êste a que concorria a distância entre os escalões, visto que os que não eram empregados se conservavam intactos para renovar os ataques ou para operar ou cobrir a retirada. As mudanças de frente, as passagens de linha, as retiradas em xadrês, os quadrados,

derivavam dos mesmos princípios; eram executados pelos mesmos métodos e resumiam-se sempre na passagem da ordem em batalha para a ordem em coluna, e vice-versa. Havia nisso, portanto, sciência, porque havia princípios constantes, unidade de fins, simplicidade de métodos.

4.º A ordem de batalha, que não tinha por base o sistema de colocar as diferentes armas numa ordem constante, visto que em vez de as intercalar se tinha chegado a separa-las completamente, foi substituída pelo princípio fecundo do seu recíproco apoio e da sua apropriação à natureza do terreno. Isso fez, com grave escândalo dos táticos de vista curta, com que se visse a cavalaria ocupar o centro da ordem de batalha, emquanto que a infantaria ficava nas alas; a artelharia, tornada móvel, mudar de posição e seguir as tropas em todos os seus movimentos; a ordem de batalha ser tomada em frente do inimigo desdobrado, cousa inaudita nas épocas anteriores; fez que se visse, finalmente, pela combinação das diferentes colunas ou por uma marcha de flanco coberta pelo terreno ou por tropas desenvolvidas, adoptar essa ordem oblíqua, tão usada entre os antigos, para ír àlêm do inimigo, num dado ponto, e poupar uma ala aos seus ataques [1].

Vê-se que todas as vantagens que Frederico tirou da sua infantaria consistiram no predomínio do fogo e na destreza admirável das manobras. Apesar do aperfeiçoamento da baioneta por Dessau, a que atraz nos referimos, não era a acção da arma branca, mas o fogo que decidia. As descargas cerradas, a extraordinária disciplina no fogo, a destreza do soldado prussiano no servir-se da espingarda, deram-lhe uma grande superioridade. Com a sua mobilidade manobreira alcançava e cingia o inimigo; com o fogo atacava, abalava e destruía as suas formações; como acção

[1] Luigi Blanch, *Della scienza militare considerata né suoi rapporti.*

complementar dispunha da baioneta; como arma decisiva tinha a cavalaria; o efeito destruidor da infantaria era aumentado pela sua artelharia regimental. Com estes elementos e com a aplicação de princípios táticos anteriormente adoptados com éxito pelos grandes capitães (como a ordem oblíqua que tinha foros de nobreza desde Leuctra até Rocroi) consegue Frederico memoráveis victórias.

Num estudo sôbre Frederico II encontramos o seguinte resumo da sua obra como inovador na arte militar: «Frederico II soube tornar os exércitos mais móveis e realisou em estratégia progressos consideráveis, principalmente no que respeita à preparação para a guerra, à concentração dos exércitos e sua direcção geral sôbre o teatro das operações, aos movimentos envolventes, às marchas sôbre os flancos ou retaguarda do inimigo, à escolha geral das posições, ao estabelecimento das linhas de comunicação.

«Em tática, deu constantemente o exemplo da ofensiva no campo da batalha; escolheu geralmente bem o seu ponto de ataque e, emquanto iludia o inimigo na sua frente, soube dirigir contra uma das suas alas um ataque, concluindo às vezes com uma ousadia que raiava com a temeridade. Teve sempre o seu exército na mão, sobretudo nas marchas na proximidade do inimigo, onde estava sempre prestes a formar-se em batalha com a frente para o adversário; fez um bom emprêgo do canhão, e viu bem o papel da artelharia a cavalo; compreendeu que a fôrça da infantaria, nessa época, residia principalmente no choque à arma branca; mas, sobretudo, tirou um partido maravilhoso da sua cavalaria que era boa e bem comandada. Esta foi nas suas mãos um admirável instrumento e decidiu mais de uma vez da vitória ou atenuou as consequências da derrota; o papel preponderante da cavalaria sôbre o campo de batalha é como que a característica da tática nessa época.

«Emfim, Frederico, realizou no serviço das subsistências

progressos consideràveis. Numa palavra, organizou completamente o exército prussiano, do qual fez um dos exercitos mais compactos, mais bem provido de utensílios, mais fortes e melhor comandados do seculo XVIII. Apenas, a arte da guerra é que realizou poucos progressos, e convem reconhecer tambem que a perseguição foi muito descurada. Acrescentaremos que todos os promenores da guerra lhe eram familiares; que êle se ocupava de tudo e tudo vigiava: subsistências, campos, bivaques, marchas, ordens de batalha; que reconhecia êle proprio a posição do inimigo, tomava ali mesmo as suas disposições, modificava as suas ordens ou as completava, segundo a feição que o combate adquiria, e não hesitava, sendo necessário, em sacrificar-se êle próprio. Finalmente, exercia sobre o soldado, como general e como soberano, uma influência ilimitada, devido á confiança, ao respeito e á dedicação que lhe soubera inspirar» [1].

Um outro escritor nota que desde o princípio da sua carreira o vêmos conceber a ideia fecunda da manobra, indo de encontro ao inimigo para o repelir das suas posições, procurando-lhe o ponto vulnerável, para nêle convergir com as suas fôrças; apezar de muito prêso ainda à necessidade dos armazens, é êle, todavia, quem harmoniza esse sistema inimitável de abastecimentos, que procurou reduzir quanto possível, com o da exploração dos recursos do país, na mais ampla escala que as circunstâncias o permitiam.

Foi tal a admiração que produziram os resultados obtidos pelas inovações de Frederico II, a qual, aliás, não era talvez devida tanto a essas mesmas inovações como ao talento prático do inovador na aplicação delas, foi tal essa admiração, que todas as nações se puzeram a copiar, às

---

[1] *Le Grand Frédéric,* par M. le lieutenant colonel Bourdeau. *Journal des Sciences Militaires,* tomo 63, 1896.

vezes só na forma, as ordenanças prussianas, sem curarem sequer de saber se elas convinham ao carácter nacional [1]. Assim lhe imitaram as formaturas, os regulamentos, os uniformes, a rigidez hirta da gravata, as pancadas à prancha da espada, tudo isso mais na parte puramente exterior do que na essência das cousas e em harmonia com a índole de cada país.

Mas uma grande vantagem resultou para a sciência militar das discussões levantadas pelas guerras de Frederico II, escrevendo Lloyd em Inglaterra, Tempelhof na Prússia, Guibert e Jomini em França, verdadeiros tratados que marcam, se pode dizer, o alvorecer da moderna sciência e literatura didáticas militares. Depois de Cesar, ninguem tivera maior número de comentadores. Frederico completava a obra de Gustavo Adolpho, de Montecucoli e de Turenne.

Em Portugal a influência de Frederico, que se exerceu directamente pela presença aqui de um eminente general prussiano, o Conde de Lippe, não se reconhece só pelas leis e publicações feitas, mas tambêm pelos trabalhos inéditos, dos quais conhecemos, entre outros, as *Instrucções d'El-rei da Prussia aos seus generaes,* traduzida do alemão em francês pelo príncipe de Ligne e em português pelo capitão de cavalaria da legião das tropas lígeiras Gregório Mendonça Furtado [2].

É própriamente do século XVII a invenção da baioneta com alvado, mas os resultados completos dessa invenção só se obtiveram no século XVIII; largo tempo duraram ainda as controvérsias entre os defensores da ordem profunda e os da ordem linear. Entre nós é manifesta a in-

---

[1] Rustou, *L'art militaire au XIX siècle.* Trad. de l'allemand.

[2] Os manuscritos destas obras estão na Biblioteca Nacional de Lisboa.

fluência da contenda [1], que durou muito tempo, entre os partidários dos dois sistemas.

Follard e o marechal de Saxe eram pela arma de pulso, considerando a arma de fogo um acessório, de importância só em determinados casos. Em França, entre Guibert, que preconisava a ordem linear, e Mesnil Durand, partidário da ordem profunda, travou-se renhida discussão.

Guibert, apologista de Frederico II, no seu *Essai général de tactique,* — o primeiro tratado completo de tática das três armas, — era pela tática do fogo, metódica, defensiva e de resistência; o barão de Mesnil Durand, discípulo de Folard, era pela ordem profunda ou francesa, como lhe chamavam, de batalhões em colunas cerradas, precedidas de atiradores, tática de ataque, agressiva, impetuosa. Foi esta a origem da tática moderna, desde a República Francesa.

De 1715 a 1740 alguns dos combates da guerra da sucessão da Polónia haviam deposto a favor das armas de fogo, mas estas só conquistam reputação firme nas 14 campanhas que vão de 1741 a 1763. Foi então que se provou que Hericourt tinha razão quando dizia, contra a opinião quási geral, que «a fôrça da infantaria consistia principalmente no seu fogo». Puysegur, para reforçar a sua opinião, pedia que fossem aos hospitais vêr a grande proporção dos feridos pelas armas de fogo em relação aos feridos pelas armas brancas, e concluía que era a arma de fogo a que mais destruía o homem.

Em Portugal, em 1737, José António da Silva Bento publicou os seus *Discursos sobre a disciplina militar e sciencia de hum soldado de infantaria*, e em 1740 Gomes Coelho a sua *Milicia Pratica e Manejo de Infantaria,* onde se não nota ainda a influência prussiana; em 1751, porêm, o coronel André Ribeiro Coutinho trás à luz o seu *Capitão de*

---

[1] Vid. André Ribeiro Coutinho, *O Capitão de Infantaria Portuguesa,* 1751 e outros.

Infantaria Portuguez [1], onde se manifesta contra o sistema de Folard; em 1759 Teixeira Homem apresenta a sua *Breve instrucção sôbre a infantaria,* em conformidade com as opiniões de Folard, e Antonio Bautista Velasco traduz do francês o livro do Conde de Bombelles *Tratado das evoluções militares* [2], que aconselha o movimento ofensivo; em 1762, por ordem do Conde de Lippe, publica D. Joaquim de Noronha a *Direcção para os grandes movimentos de tropas,* onde já se encontra preceituado que as terceiras fileiras podem servir para prolongar a linha, que ficará assim formada em duas filas; em 1787 Almeida Osório dá à estampa o seu *Tratado de tactica,* que desenvolve a tática dos fogos e fala já em disciplina do fogo. Em 1796 começava Matias José Dias Azedo, pelo 3.º volume, a publicação de um *Compendio Militar,* escrito «segundo a doutrina dos melhores autores», para instrução dos seus discípulos na Academia Real de Fortificação, Artelharia e Desenho, e nesse volume se referia às inovações introduzidas na tática pela revolução francesa, tais como: «preferir as armas brancas às de fogo; atacar em cerradas baterias as baterias opostas, sem temer os estragos da artelharia; ouzar acometer, mesmo em campina raza, a grossa cavalaria, com a bayoneta calada».

* Em 1719 e anos seguintes, o capitão de granadeiros António de Novais Ferram, publicou em Amsterdam as *Memorias Militares* de António do Couto de Castelo Branco,

---

[1] Parece-me que existe, com a data de 1723, na Biblioteca de Évora, a seguinte obra manuscrita dêste autor: *Polemica ou Politica militar para o nobilissimo posto de capitão de infantaria.* É autógrafo. Cod. $\frac{\text{CXXVI}}{1-7}$.

[2] Existe inédita a tradução do livro *Memoria sobre o serviço jornaleiro da infantaria,* pelo tenente coronel de um dos regimentos de infantaria da Côrte, Álvaro José Serpa Soto Maior, 1724. Bibl. de Évora, Cod. $\frac{\text{CXXVI}}{1-14}$.

capitão de mar e guerra. Apezar da crítica acerba que sofreu da parte de Azevedo Fortes, esta obra é muito interessante, pois contêm numerosas notícias e preceitos sôbre todos os assuntos relativos à infantaria e artelharia, e não só revela uma grande cultura da parte do seu autor, senão tambêm mostra que em Portugal havia um *meio* suficientemente conhecedor destas questões, para poder apreciar o trabalho.

Como obras notáveis, também desta época, não deve ficar esquecido o *Exame de Artilheiro,* impresso em Lisboa, em 1744, e o *Exame de Bombeiros,* de Madrid, no ano de 1748. Foi seu autor o sargento-mór de artelharia José Fernandes Pinto Alpoym, lente da Academia Militar do Rio de Janeiro, e um homem dos mais eruditos do seu tempo. Estes dois volumes, pelo seu desenvolvimento, pelo modo como a matéria está tratada, provam que entre nós eram bem conhecidos, e até *ensinados,* todos os progressos de artelharia daquele tempo. São livros para pôr ao par do *Capitão de Infantaria*, do *Methodo Lusitano* e doutras grandes obras militares portuguesas.

Estas obras e os *Movimentos da Cavalaria com adição para dragoens e Infantaria* etc., por José de Almeyda e Moura, sargento-mór da cavalaria, dragões de Beja, impressa em Lisboa, 1741, mostram que não só a infantaria, mas tambêm a cavalaria e artelharia tinham os seus cultores e por elas havia o mesmo interesse do que pela cavalaria. Esta obra é o que hoje se chamaria uma *Ordenança,* mas completa, e dum rigor surpreendente em todos os exercícios de cavalaria, quer a pé, quer a cavalo. *

Foi êste um período em que se prestou particular atenção à instrução da infantaria, sendo pelo sargento-mór Luiz Carlos de Claviere traduzida para vernáculo a *Instrução dirigida aos soldados de Infantaria* (1781), e por um anónimo o *Regulamento do serviço interno, policia e disciplina de infantaria.* Dá-se entre nós o que se deu noutros paízes,

e principalmente em França. onde o regulamento de 1776, que era calcado sôbre o prussiano, como o nosso de 1763, teve parecer contrário no relatório sôbre as experiências nesse ano feitas em Vincennes; mas era reproduzido em pequenas variantes, no de 1791. Só em Fleurus e Jemmapes é que surge uma tática nova, de há muito preconizada, porêm imposta agora pelas circunstâncias, e que destrona a tática prussiana.

Em Portugal assinalam-se por muitas maneiras os aperfeiçoamentos do século: — Veiu a organização definitiva da infantaria em brigadas, dando-se ao exército nova forma, pelo modêlo dos regulamentos franceses; creou-se a unidade *regimento* nas diversas armas, subdividido em quatro esquadrões na cavalaria e dois batalhões na infantaria [1]; instituiu-se um corpo de guias, outro de preboste; deu-se forma aos regimentos de artelharia; creou-se a artelharia a cavalo, sendo Portugal, depois da Prússia e França, a 3.ª nação a adopta-la; unificou-se o modêlo de espingardas; regulou-se a promoção e diversos serviços de campanha [2]; nas formações aligeirou-se a profundidade, conservando-se, ainda assim, um fundo de quatro [3]; foram de todo abolidos o pique e as armas de mecha e murrão, vendo-se, desde o abrir do século, prescrever-se a necessidade dos piqueiros se exercitarem no mosquete e no fusil [4], arma esta cuja distribuição era ordenada, até para auxiliares e ordenanças, desde 1698 [5], mas só em 1708 se conseguiu abolir o pique, que ainda assim aparece como armamento das nossas ordenanças até os princípios do

---

[1] Regulamento de 15 de novembro de 1707.

[2] Regulamento para o exército quando estiver em campanha, de 20 de fevereiro de 1708.

[3] *Idem. Apêndice.* Exercícios úteis.

[4] Decreto de 4 de agosto de 1703.

[5] Decretos de 1 de dezembro de 1696 e 20 de julho de 1697.

século XIX. Publicou-se em Lisboa o *Methodo de manejar a lança ou o pique, para inteligencia de todos os que queiram fazer uso seguro das referidas armas;* regularam-se as penalidades para os militares e estabeleceram-se as bases de um código de justiça militar em quarenta e dois artigos de guerra [1]; atendeu-se, finalmente, a mil outros serviços no aquartelamento e em campanha [2], o que tudo seria excelente, se a natural incúria, auxiliada pelos ocios da paz, não tivesse em breve votado tudo ao esquecimento.

Foi necessário um novo perigo iminente para nos tornarmos a lembrar de que no exército está a verdadeira salvaguarda da independência da pátria!

As mesmas causas que na infantaria, transformaram também as formaturas, o armamento, os processos de combate da cavalaria, toda ela recrutada no paíz, e que, a exemplo de Turenne, se tornou essencialmenle ofensiva. Abandonou as cargas a trote e a preferência dada à arma de fogo. Passou a ser a cavalaria a arma decisiva das vitórias, e nas mãos de Seydlitz tornou-se maleável, veemente, rápida, caindo sôbre o ponto fraco do inimigo, às vezes em massa de divisões.

Em Rosbach toda a cavalaria formou em duas fileiras.

Em Portugal, seguindo-se o movimento europeu, traduzia-se e adoptava-se o que se escrevia lá fora. Assim D. João de Mascarenhas traduzia e anotava proficientemente o *Manejo ou governo da cavallaria,* do conde Galeaço Priorato (1707); dois anos antes, um hespanhol Zuniga e Arista dava à estampa em Lisboa, dedicada ao príncipe D. João, a *Doctrina del caballo y arte de enfrenar;* em 1743 eram traduzidos os *Principios de Tactica de Cavallaria,* do barão de Rohan, e em 1758 era transladado para vernáculo, da versão francesa, o *Livro de*

[1] Alvará de 7 de maio de 1710.

[2] O já citado regulamento de 20 de fevereiro de 1708.

cavallaria do duque Neucastle [1]. A principal influência, porêm, era a prussiana.

Por isso dizia Matias Azedo ao findar do século XVIII, referindo-se ao grande Frederico, que na «restauração da decadencia da tactica êle se avantajava a todos os generaes do Norte», e exclamava: — «Os seus principios, ainda hoje recebidos, nos serviram de guia nos detalhes do exercicio de cada um dos corpos em particular» [2].

Esta foi a obra da guerra dos Sete Anos, com respeito às duas armas então principais no exército: — a infantaria e a cavalaria [3].

E não foi só em Portugal, mas em toda a Europa, que o Regulamento de Potsdam do grande Frederico deu a lei geral. Em França, por exemplo, o *Regulamento de manobras da infantaria de 1791* foi, se pode dizer, a base fundamental da tática de infantaria até 1870. O «exercício à prussiana» tornou-se a lei militar do tempo. É instrutivo sôbre êste ponto o livro de Trochu: *L'armée française en 1867*.

A artelharia toma no século XVIII definitivamente o seu lugar no exército, como parte integrante e um dos seus orgãos principais; passa a ter uma função permanente e em geral um pessoal próprio, sem necessidade de os ir buscar às outras armas, como no século anterior, em que homens de infantaria serviam, por exemplo entre nós, de auxiliares aos *bombardeiros*, que constituíam o início de um pessoal artelheiro técnico, e na Prússia eram os ser-

---

[1] Permanece inédito. O vol. I possue-o a Bibl. d'Evora. Cod. $\frac{\text{CXXVI}}{1-21}$.

[2] Matias José Dias Azedo, *Compendio Militar*, Prefação.

[3] Entre nós o *Regulamento para o exercicio e disciplina dos regimentos de infantaria*, de 18 de fevereiro de 1763, e o *Regulamento para o exercicio e disciplina dos regimentos de cavallaria*, de 25 de agosto de 1764, são reflexo das mesmas ideias e progressos.

ventes de artelharia regimental; e o que Louvois fez em França fê-lo aqui Pombal dando à nossa artelharia o carácter não só de uma arma do exército, mas de uma arma scientífica, coroando assim os esforços que no tempo de D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II se tinham começado a empregar, com a reorganização do corpo de *bombardeiros de nomina* [1], aos quais já D. Manuel, como vimos, concedera tantos privilégios [2], confirmados depois por D. João III, D. Sebastião, e D. João IV; com a organização do troço de artelheiros para o serviço do mar [3] a que se deu forma de regimento, com dôze companhias, em 1708, ao crear-se também o regimento de artelharia do Alemtejo; com a creação da escola no forte de S. Filipe em Setúbal [4] e outras nas maiores praças de cada província [5]; com as recompensas estabelecidas aos mais dextros e aptos.

Esta obra, de há muito começada, completava-a o hábil general alemão, o conde de Lippe, notável artelheiro ao nosso serviço. Por isso nada se poderia encontrar mais

---

[1] Decreto de 13 de maio de 1641. Os *bombardeiros de nomina,* sob o comando de um capitão, eram obrigados ao tiro ao alvo e a lições de artelharia e esquadria.

[2] As nossas empresas do ultramar, e mais particularmente na Índia, onde os árabes combatiam com armas de fogo aperfeiçoadas, obrigaram-nos a crear um pessoal português de artelheiros que, a pouco e pouco, fosse prescindindo dos estrangeiros, alemães e italianos sobretudo, ao nosso serviço. D. Manuel concedeu privilégios aos artelheiros *de nomina* por carta régia de 29 de janeiro de 1515, e esses privilégios foram confirmados por D. Sebastião, por carta régia de 15 de dezembro de 1564. Foram os bombardeiros *de nomina* resuscitados por D. João IV, por decreto de 31 de maio de 1641.

[3] Foi organizado com trezentos artelheiros em 1677, sendo mais tarde elevado a quinhentos; organizado em regimento em 1708, voltou a troço em 1715.

[4] Decreto de 21 de março de 1658.

[5] Decreto de 18 de julho de 1669.

adequado para uma dádiva nacional a tão ilustre caudilho do que a bateria de oiro massiço com que o brindámos ao deixar o nosso paíz. A êle se deveram os nossos melhoramentos importantes, como a instituição de aulas de matemática e suas aplicações à profissão de artelharia em cada um dos regimentos em que esta arma foi organizada; a promoção por mérito e competência; os programas de exercícios práticos; a tradução e adopção nas escolas das melhores obras estrangeiras sôbre artelharia, etc. A reforma de artelharia de 1766 (alvará de 4 de junho), melhorando a de 10 de maio de 1763 ou remediando as suas deficiências, é ainda feita sob o influxo dêsse espírito reformador e devotado às cousas portuguesas. Tudo isto mostra como foi nesse período que a arma de artelharia começou a ter entre nós o lugar que lhe era devido, por uma organização definida e certa.

* Deve advertir-se que a forma dos regimentos de artelharia mandada pôr em vigor pelo decreto de 1762, sendo comandante em chefe do exército o conde de Lippe, não foi uma novidade em Portugal, pois antes dêle já existia um regimento que tinha muito aproximadamente aquela forma. O conde de Lippe, porêm, metodizou e ampliou o que havia entre nós. Foram creados então quatro regimentos de artelharia, um em Valença, outro no Alemtejo, outro na Côrte e outro em Lagos.

O que deu um notável impulso ao estudo scientífico da artelharia foi a creação das aulas de matemática, e não só ao estudo de artelharia, mas em geral ao estudo das sciências matemáticas, pois nesse tempo não havia ainda na Universidade uma faculdade para o estudo da aludida sciência. Os mestres, nos regimentos de artelharia, eram oficiais estrangeiros, alguns dêles homens de grande ilustração, como os tenentes coroneis Miron de Sabionne (suisso) e d'Alincourt (francês). Nessas escolas se formaram alguns oficiais, que depois adquiriram grande fama,

como José Anastácio da Cunha, geometra e lente da Universidade, Garção Stockler, autor da *História da origem e progresso das matemáticas em Portugal,* o general António José da Rosa, lente da Academia de Fortificação, Artelharia e Desenho, o general Teixeira Rebêlo, fundador do Colégio Militar e autor de várias obras scientíficas, e muitíssimos outros. Quando a história dessas aulas de matemática fôr devidamente feita, vêr-se há os grandíssimos serviços que êles prestaram a Portugal.

Neste particular a acção do conde de Lippe foi realmente notável. Se, porêm, o olharmos sob o ponto de vista da disciplina, não se pode dizer o mesmo. De facto, os oficiais estrangeiros que êle, ou alguem à sombra dêle, trouxe para os nossos regimentos foram tantos e de origens tão diversas, que não foi possível, com tais elementos, estabelecer uma sólida e duradoura disciplina. O regimento de artelharia de Valença, por exemplo, tinha uns 16 oficiais estrangeiros, a saber: hespanhoes, franceses, italianos, alemães, suecos, ingleses; as desordens e rivalidades entre êles eram constantes e a disciplina do regimento, ocioso é dizê-lo, vegetava num estado miserável.

Com estes elementos, não tardou que numerosos abusos desfigurassem a organização do conde de Lippe. Em 1766, um oficial estrangeiro ao serviço de Portugal, o coronel de artelharia Forbes Macbean, inspector dos corpos da arma, levou o govêrno a publicar um decreto reformando de novo a artelharia e procurando coìbir muitos dos abusos que nela se tinham introduzido.

Alêm dêste importante serviço muitos outros prestou Macbean, sendo um dêles, e não dos menores, a regularização dos calibres. Na representação que êle fez ao govêrno sôbre o sssunto encontram-se os seguintes curiosos períodos:

«A maior parte das nações estabeleceram uma regra geral segundo a qual tem determinado os calibres das suas

peças e morteiros com medidas inteiramente particulares a cada nação... Em Portugal presentemente há, e continuadamente estão chegando de diferentes paízes, peças e morteiros de todos os calibres, segundo as medidas portuguesas, inglesas, francesas, hespanholas, suecas, holandesas, o que há de produzir grande confusão, e, se se examinar miudamente, achar-se hão aqui peças para as quais não haverá balas e muitas balas que não poderão servir para as peças de que presentemente usamos... Seria um objecto digno da atenção e administração de V. Ex.ª corrigir esta arma e fazer classificar metódicamente o que se refere a um ponto tão importante e dispendioso como é a artelharia».

O coronel Forbes Macbean tambêm propôs ao govêrno a creação dum parque de campanha, composto de duas peças ligeiras, pelo menos, em cada regimento. Êste oficial parece ter vindo para Portugal em 1757, entrando no regimento de artelharia do Alemtejo como capitão de mineiros, em julho do referido ano. *

Dois nomes de artelheiros ilustres figuram entre nós nesse período: Weinholtz, inventor duma peça que se tornou célebre até no nosso ultramar, e Guilherme de Valleré, que construíu e artelhou o forte da Graça.

A artelharia ligeira, sebretudo, mereceu ao Conde de Lippe o maior cuidado, como sendo a mais adequada à topografia do nosso paíz, tendo encarregado o distinto oficial francês ao nosso serviço, Valleré, de importantes modificações, sobretudo no material, realizadas com muito éxito, e mais tarde aperfeiçoadas pelo nosso compatriota Bartholomeu da Costa [1].

Em 1778 são publicadas as *Memorias de um official de artilheria em campanha* de Manuel Pereira do Amaral, e em 1792 a tradução do *Tratado de artilheria* de João

---

[1] Gastão Stockler, *Elogio academico de Valleré.*

Muller, pelo capitão Antonio Teixeira Rebêlo, futuro fundador do Colégio Militar. * Êste oficial, àlêm de várias memórias scientíficas e relatórios, compôs e publicou a *Arte braçal de artilharia,* que é uma ordenança completa do serviço de artelharia de campanha, desde a instrução do soldado a pé, isolado, até às questões de tiro e de tática. *

No princípio do século èram notáveis as lições de Domingos Vieira na aula de fortificação de Lisboa, de que João Baptista de Castro deixou apostilado o *Tratado mathematico de artilheria* [1], e do tempo de Pombal (1762) existe a *Arte manual, breves lições de artilheria pratica* de António Martins Ancora [2], entre as obras manuscritas que se conhecem, ainda conservadas.

Nos seus efeitos a artelharia, adquirindo maior rapidês e precisão no tiro, maior mobilidade, maior expediente no abrir os fogos, no pôr em bateria as peças e transporta-las, obteve grandes progressos com os aperfeiçoamentos introduzidos no seu material, na distribuíção de munições, etc.

Entre os países que apresentaram melhor artelharia, nas condições de realizar a sua progressiva missão, contava-se a Austria e a Inglaterra; e do quanto esta última nação pensára no assunto ficou memória perdurável no exemplo da artelharia com que rompeu a campanha na Península, ao abrir êste século, levando nesse particular aos franceses uma vantagem incontestável.

Sôbre os melhoramentos realizados na artelharia pelos austríacos e prussianos, Vallière fixou em França os calibres e dimensões das peças, e propôs em 1732 o seu sistema, pelo qual se consegue dar à artelharia, tanto nas bocas de fogo, como nos reparos, munições e viaturas, a necessária solidês, ao par de uma relativa mobilidade.

---

[1] Ms. da Bibl. de Évora.

[2] Idem.

Contudo a artelharia de Vallière continuou sendo artelharia de posição, apezar dos seus aperfeiçoamentos, que a aligeiraram no tempo de Luís XIV. Nos diversos tipos Vallière não fez diferença entre artelharia de sítio, de praça e de campanha. Havia mesmo um partido de artelheiros, *le parti rouge,* que, contra o *parti bleu,* se opunha à adopção de peças ligeiras, como pouco sólidas e sem justesa, e era contrário a serem as tropas acompanhadas de bocas de fogo; o *partido azul,* porêm, desejava uma artelharia de campanha apta a passar por toda a parte, ligeira, e uma proporção de três a quatro peças por cada 1:000 homens [1].

Na Prússia, pelo contrário, a artelharia aligeirou-se e aperfeiçoou-se notávelmente.

Valleré e Bartolomeu da Costa em Portugal seguiam os progressos realizados lá fóra. Weinholtz inventou entre nós peças de tiro rápido (20 por minuto) e uma granada, espécie de Schrapnel, que, rebentando, despedia 50 balas miudas (1748).

Em Viebald Frederico II, a exemplo, ao que parece, dos russos, apresentou a artelharia a cavalo, organizada em batarias de dez peças para acompanhar a cavalaria, sendo em seguida adoptada em França com entusiasmo; a artelharia de campanha ficou separada da artelharia de posição, cada uma com a sua forma de reparos; organizaram-se parques e arsenais móveis. A artelharia regimental tinha duas peças adstritas a cada regimento; as bocas de fogo de artelharia de posição eram de maior calibre, e nas marchas íam no centro das colunas, flanqueadas pela cavalaria, sendo no campo de batalha divididas segundo as condições do terreno. Em 1760 foram constituídas batarias de dez bocas de fogo, sendo cada bataria adstrita a uma brigada.

[1] L. Jablonski, *L'armée française à travers des âges*, tomo II.

A triste experiência da guerra dos Sete anos fez com que em França Gribauval, valendo-se dos aperfeiçoamentos introduzidos anteriormente por Vallière, transformasse completamente a artelharia de campanha. Foi êle que na realidade preparou as memoráveis vitórias da Revolução e do Império.

Adoptando em 1765 um sistema de peças que teve o seu nome, e que dividiu em peças de cêrco, de praça e de campanha, encurtou os canhões, tornou os reparos mais leves, e os canhões foram fundidos sem alma. Verificava-se o diâmetro da alma por meio de uma *estrêla* e o das balas por meio duma *lunette.* * Êste aparelho, destinado a verificar se na alma das peças existiam algumas cavidades, era chamado pelos franceses *cherche-vide à etoiles,* que nós erradamente traduzimos «busca-vidas de estrelas», e com êste nome se conservou nos nossos manuais. *

Foi adoptado o ponto de mira, a alça, o parafuso de pontaria. A mais pequena boca de fogo de campanha, de 4, tinha o alcance de 800 toesas; adoptaram-se finalmente os cartuchos embalados *(gargousses)*. A granada de balas, início do que seria depois a Shrapnel, aparece com o nome de *cachos* ou *pinhas (grappes, pommes de pin)*, obtidas por meio de alcatrão e cordeis. Alêm disso a uniformidade no fabrico do material, que tinha iguais dimensões, quer proviesse das fabricas de Lille, quer das de Grenoble, representou um notável progresso.

A artelharia de montanha, com peças de 2, empregadas na campanha de Corsega em 1768, e a artelharia a cavalo também lhe mereceram atenção especial.

Entre nós procurou-se acompanhar o movimento. O decreto de 26 de julho de 1757 organisou o regimento de Extremoz em dois batalhões, de oito companhias de artelharia, um de *bombeiros* e outro de *mineiros* no 1.º batalhão ou de *pontoneiros* no 2.º. O alvará de 15 de julho de 1763 determinou que, * àlêm das nove companhias de

artelheiros, houvesse outras três, chamadas *compostas,* e que eram constituídas: uma por *bombeiros,* outra por *mineiros,* e outra, metade por *artífices* e metade por *pontoneiros.* * O alvará de 4 de junho de 1766, conservou a organização de 1763. * A companhia de bombeiros tinha um *laboratório,* nome que se dava ao conjunto de utensílios e artigos necessários para o fabrico do material que lhe incumbia aprontar, a saber: mechas, archotes, cartuchos, murrões, etc. A creação de uma companhia de pontoneiros representa um passo no sentido da evolução da artelharia, pois anteriormente houvera no exército uma *companhia de barcas.* *

Foi creado o regimento de artelharia da côrte, com a extinção dos pés de castelo, presídios e troços de artelharia (alvará de 9 de abril de 1762), e selecionaram-se os soldados desta arma (decreto de 30 de junho de 1762), etc. Isto mostra a genese dos serviços própriamente militares de engenharia por um lado, e por outro o desenvolvimento que vão tendo os serviços da artelharia, já considerada como «arte interessante de que se tem feito dependente a maior parte da fôrça dos èxercitos» (alvará de 15 de julho de 1763), e já complexa, se a compararmos com o que foi nos seus primeiros incunábulos de organização, que se podem assinalar com o *Regulamento do vedor mór das artilharias de guerra,* a meio caminho do século XV [1]. O nome de Bartolomeu da Costa, brigadeiro e intendente geral das reais fundições de artelharia e instrumentos bélicos, está ligada a vários melhoramentos no material desta arma [2].

Naquelas companhias de *pontoneiros, artífices,* e *mineiros,* estava a célula orgânica do que havia de ser, pouco depois, a engenharia militar como corporação independente, com

[1] Tem a data de 13 de abril de 1449.

[2] Vid. *Diccionario dos Architectos e Engenheiros,* de Sousa Viterbo.

a sua funcção e pessoal próprios, devidamente educada para um papel cada vez mais exigente e largo, em harmonia com os progressos das sciências exactas. A engenharia militar é creação do século XVII em França com De Ville, Pagan, e Vauban, e ali adquire os fóros de nobreza.

No caracter ofensivo que dera às suas guerras, Frederico II pouca atenção prestára à fortificação; em França, pelo contrário, a elevação de Vauban, — um capitão de infantaria que se não importava em ocupar-se dos trabalhos materiaes de assédio, e dos mistéres reputados inferiores nessa época, — ao posto de brigadeiro e depois de marechal, — precisamente pelas suas grandes aptidões de fortificador, conjugadas com as de organizador e tático, — dá a prova do enobrecimento da nova arma que surgia.

Entre nós, o decreto de 29 de dezembro de 1721 determinava que fossem engenheiros todos os oficiais de uma das companhias de cada regimento de infantaria, e por decreto de 24 de dezembro de 1732 se creavam mais academias militares nas praças de Elvas e Almeida, àlêm das que existiam em Lisboa e Viana, e nas quais se ensinava fortificação, estratégia, tática, topografia, levantamento de cartas, etc., e se procurava, embora com fraco resultado, dar impulso à sciência das construções militares, até então confiadas a estrangeiros; o que tudo mostra que, se se não pensava ainda em organizar em corpo independente os serviços de engenharia, sentia-se já a necessidade de concretizar êsses serviços. Só com a organização de Lippe, moldada na do exército prussiano, se chegou entre nós a definir bem a estrutura do exército moderno, nos seus diversos órgãos, sendo a vinda dêste general ao nosso país considerada como o princípio da nossa reformação e melhoria militar [1].

---

[1] Latino Coelho, *História politica e militar de Portugal desde os fins do século 18.º até 1814.*

A engenharia, como sciência, só se desenvolve entre nós com a creação de estabelecimentos scientíficos; foi a *Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho* que começou a dar impulso maior aos estudos (1790), auxiliada pela reforma que o marquez de Pombal introduzira na Universidade de Coimbra. Mas ainda assim o século XVIII encerra-se deixando entre nós vestígios de engenheiros e arquitétos civís e militares que construiram inúmeras praças. quarteis, pontes, a estátua equestre, os conventos de Mafra e Estrela, o Aqueduto das águas livres, etc.

As nações passaram todas a pensar na organização e educação de um corpo de engenheiros militares, ao contrário do que sucedeu durante o século XVII, em que em Portugal, por exemplo, os engenheiros encarregados de construir fortalezas e de lhes dirigir os traçados, eram o já mencionado jesuita holandez Cosmander, o jesuita italiano Turriano, e os engenheiros francezes Lasart, Gilot e Manesson; se bem que, com a creação da aula confiada a Luís Serrão Pimentel, autor do *Método Lusitano de desenhar praças* (1680), se revele já então o desejo de se ir formando um núcleo de engenheiros militares nacionais [1], que realmente já era importante naquela época, com os discípulos de Serrão Pimentel, ao qual os próprios estrangeiros, por mais reputados que fossem, tinham de prestar exame; e mais tarde, a individualidade do notável autor do *Engenheiro portuguez,* Manuel de Azevedo Fortes (1728), que tanto se distinguiu na guerra da sucessão, mostra o caminhar para um grau scientífico mais elevado, com método e pessoal nacionais, como se vê da *Representação,* que correu impressa (1720), por aquele professor dirigida à Magestade, «sobre a forma e direcção que devem ter os engenheiros».

---

[1] Em 1686, por alvará de 4 de fevereiro, era ainda um jesuita, João dos Reis, lente de matemática na Universidade de Coimbra, o encarregado de examinar as fortificações do reino.

A aula de fortificação creada em 1647 em Lisboa, por D. João IV, resolveu-se juntar as que em 1701 D. Pedro II creara nas províncias para servir de habilitação aos engenheiros; em 1779 os engenheiros passaram a cursar a *Academia Real de Marinha*, que então se creou [1], sendo extincta a aula de fortificação; e finalmente em 1790 foi fundada a *Academia real de fortificação, artilharia e desenho*, que centralizou os estudos e que em 1837 foi transformada na atual *Escola do Exercito*. Os reinados de D. João V, D. José I e D. Maria I representam um período notavel de evolução e progresso no ensino das sciências militares entre nós, impulsionado pelo exemplo sobretudo da França, e o plano do *Compendio Militar* de Matias José Dias Azedo, destinado aos alunos da *Academia real de fortificação, artilharia e desenho*, representa a grande aspiração do tempo, no sentido da ampliação e melhoria dêsses estudos. Já em 1790 o mesmo Azedo traduzira o volume I da *Arquitetura Militar* de Antoni, importante obra italiana que serviu, durante 40 anos, de texto na nossa Academia, e teve por tradutores, àlêm de Azedo, os lentes Pedro Joaquim Xavier, José Lare, e Cipriano José da Silva.

No seu excelente livro, o nosso Azevedo Fortes mostra-se ao facto de todo o movimento da sciência de fortificar na sua época, discute os diversos sistemas mais notáveis então conhecidos e apresenta inovações importantes. Com a tradução da *Fortificação moderna* de Pfeffinger, encomendada a Manuel da Maia (1713), e na opinião de Fortes o livro «que tinhamos desta matéria na nossa língua», abrira entre nós o século XVIII; mas com uma atenção mais especial dada a êstes assuntos no tempo do conde Lippe, os hori-

---

[1] *O Governador de Praças*, de António de Ville Tolozano, traduzido na língua portugueza por ordem de S. M. — 1708.

zontes alargaram-se mais. Em 1708 fôra já traduzido o *Governador de Praças* de De Ville, tradução que se sabe ser do mesmo Manuel da Maia, o célebre engenheiro-mór do reino, que foi mestre del-rei D. José, quando príncipe, e dos infantes D. Pedro e D. Carlos. Entre os trabalhos que ficaram inéditos conheço muitos que provam o interêsse que o estudo da fortificação despertou entre nós[1]; com o findar do século estava-se em plena evolução.

O forte de N. Senhora da Graça, em Elvas, construido

---

[1] Entre outros trabalhos inéditos, conhecemos, por exemplo, o *Tratado de architetura militar ou fortificação moderna* do engenheiro Estevão Luis (1719) (Ms. da Bibliotheca Nacional); os trabalhos de Domingos Vieira, lente da aula de fortificação em Lisboa, copiados das suas lições em 1709 por Antonio de Mattos, *Tratado mathemático de municiar as praças,* (Ms. da Bibl. Nac.); o *Tratado mathemático da arte de deitar bombas,* apostilado por Anacleto Ventura de Castro (Ms. Bibl. d'Evora); *Tratado mathemático de artilharia,* postilado e escripto por João Baptista de Castro em 1716 (Ms. Bibl. d'Evora); *Sciência de engenheiros ou constituição geral politica, militar e economica que ensina a formar um corpo directivo com divisões, brigadas e classes de toda a especie de engenheiros,* tratado anonimo que parece ser dos fins do seculo XVIII (Ms. Bibl. d'Evora). De Manuel Antonio de Matos, com a data de maio de 1707, existe inédito o *Compendio da expugnação das praças,* que pode bem ser que conste de lições de Domingos Vieira (Ms. Bibl. Nac.—Col. Pombal); de Manuel de Souza, do tempo de Pombal, existem o *Tratado de ataque e defensa das praças* e o *Engenheiro moderno ou novo sistema de fortificação capaz de resistir aos ataques do nosso tempo* (Ms. Bibl. Nac. — Coll. Pomb.). De Manuel Freire de Andrade, *Defensa das praças em geral* (Ms. Bibl. Nac., Col. Pomb.). Na Torre do Tombo existe um códice que consta de diversos tratados sobre artelharia e engenharia. A Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional possue outro tratado ou códice que contêm as seguintes obras: — *Architetura militar, para desenhar fortificações de praças regulares e irregulares, fortes, campanha e todas as mais obras que lhe pertençam;* — o *Tratado de castramentação, expugnação e defensa das praças;* — e o *Breve tratado de composição de alguns fogos artheficiaes neceçarios á offensa ou defença de hũa praça* (*Ms. Bib. Nac.* Col. Pomb. 114).

no reinado de D. José I, é o modelo do que havia de mais adeantado na arte de fortificar nessa época; mas a sciência do fortificador, com o aperfeiçoamento das armas, foi-se tornando cada vez mais exigente.

Intimamente relacionada com a fortificação está a construção das minas. Sôbre êste assunto merece citar-se o *Compendio das Minas*, do capitão de artelharia José António da Rosa, publicado em 1791. É obra muito completa, talvez a primeira que no seu género se publicou em Portugal e que serviu de texto na *Academia real de fortificação, artilharia e desenho* durante 44 anos.

Neste particular da fortificação é à França que cabe a primazia, como à Prússia ela pertence nos progressos de tática e da arte de manobrar. Aos nomes de Vauban e do Cormontaigne, fundador da escola de Mezières, e com mais voga que real merecimento como inovador, vem juntar-se o de Montalembert, verdadeiramente revolucionário na arte de fortificar, com o seu sistema de fortificação perpendicular e poligonal, que a Alemanha tratou de adotar ainda primeiro que a França, como sistema geral. Carnot, o *organizador da defesa* pátria, que levou até ao extremo os recursos da defensa, por meio de combates corpo a corpo, de fogos aproximados e de fogos verticais, convertendo a defeza num processo mixto de defeza e de ataque que lhe duplicava as forças e a acção, não pode ser esquecido. O traçado abaluartado que se generalizou em todo o mundo, protegido por baluartes, cortinas, cavaleiros, revelins, meias luas, cobre-faces e caminhos cobertos, converte-se no verdadeiro escudo, impenetrável, das nações.

Na fortificação de campanha foram tambem importantes os melhoramentos, no sentido de tornar mais expeditos, mais rápidos, mais prontos os movimentos dos exércitos, que os antigos sistemas muitas vezes paralisavam e entorpeciam.

Com os progressos das diversas armas não podiam deixar

de melhorar os vários serviços auxiliares, entre outros a administração militar e o serviço de saúde; para isso concorreu sobretudo o princípio divisionário, que, creando as divisões mixtas, estabeleceu a solidariedade entre as diversas partes da unidade orgânica, e nesta uma perfeita harmonia de comando e de administração.

Um facto ainda, e muito notável, se assinala na organização militar do século XVIII: é a creação do Estado Maior na Prússia, em seguida adotado pelos demais países, mas depois de remodelado apoz os desastres de 1806, em que ficava provado que a *Academia de Guerra* estava bem longe de formar oficiais de estado maior, apezar de todos os conhecimentos teóricos de que faziam alarde. Foi a obra de Scharnhorst, completada por Moltke.

É verdade que na Edade Média tinham os mariscaes e os sargentos-móres de batalha atribuïções que correspondiam aos dos atuais chefes de estado maior dos exércitos; às disposições de Chamlay com o título de *maréchal général de logis* deveram Turenne e Condé em grande parte os seus êxitos; nas nossas guerras da Restauração, Schönberg foi, àlêm de mais, um verdadeiro chefe de estado maior distintíssimo; mas a verdade é que no século XVIII Frederico II creou, em embrião, a nova funcção que, mais tarde, depois do desastre de Iena, e com a bela experiência da campanha de Áustria, havia de apresentar em 1870 o prodigioso organismo, superiormente dirigente, o estado maior do grande exército alemão. Do remanso das suas tendas, a dezenas de léguas de distância, êsse estado maior delineava e fazia executar, nos seus promenores mais minuciosos, o plano de campanha, de antemão traçado, com todos os elementos de estudo, de experiência, de informação, — plano que, pela sua justeza, chegou a assombrar os próprios adversários, batidos em sua casa com os recursos de que não tinham sabido tirar partido!

É que «emquanto em França e noutros países, — segundo

a justa crítica dum oficial francez —, confinados nas funções decorativas de ajudantes de campo, ou abafados na poeira duma burocracia estéril, que lhes permitia, quando muito, despender em alguns trabalhos topográficos uma parcela da sua inteligência e actividade, se enterravam nos carrís de uma inercia rotineira e fatal, na Prússia, pelo contrário, eram cuidadosamente desembaraçados de todo o trabalho de chancelaria; e o seu espírito, fortemente nutrido pela medúla das campanhas napoleónicas, aplicava-se unicamente à solução de problemas de guerra concretos, ou à preparação de operações futuras, visando um conflito previsto quàsi em época determinada. O grande estado maior dando a êste trabalho de tempo de paz uma orientação sempre precisa, tornava-a assim a alavanca principal dessa política de expansão de que o chanceler Bismark tinha os fios na sua mão poderosa, a que êle nunca afrouxava as molas antes de ter a certeza de que o instrumento com que contava estava pronto a funcionar. Êsse instrumento fôra ensaiado em 1864 na curta campanha dos ducados; e foi utilizado em ponto grande, dois anos mais tarde, contra a Áustria, com pleno êxito» [1].

Ao par dos progressos do exército de terra, caminha o incremento da marinha de guerra; em Portugal Martinho de Melo regulou as promoções dos oficiais da armada, cuidou do aperfeiçoamento da sua instrução, aumentou consideravelmente o número dos vasos de guerra, construindo uns e concertando outros, cuidou do fabrico da polvora, e deu desinvolvimento à fábrica da Cordoaria.

O estado maior do exército veiu estabelecer definitivamente a unidade de pensamento, de direcção e de acção em todo o maquinismo complexo dos exércitos, que passavam a obedecer a um centro psíquico, superiormente dotado,

---

[1] Comm. Rousset — *L'art du maréchal de Moltke. La Revue de Paris,* n.º 9, 1898.

como às operações do cérebro obedecem, numa harmonia perfeita, todos os diversos membros do corpo humano.

Como fecho de abóbada dêste edifício apareceu o princípio da duração do serviço que entre nós é, pela primeira vez, fixado em 10 anos pelo decreto de 25 de agosto de 1779. Na Prússia, porêm, desde a guerra dos Sete Anos se organizou o serviço do recrutamento e a obrigação do tributo do sangue, dividindo-se o país em *distritos de regimento,* anualmente visitados pelos majores, a fim de apurar os aptos para o serviço. Aperfeiçoando-se o sistema, a força do exército que em 1740, quando Frederico II subiu ao trôno, era de 76:000 homens, de 1756 a 1763 atingiu a cifra de 200:000, animados do espírito nacional. A França, no entretanto, seguia o odioso sistema da *racolage.*

Nas seguintes bases assentava o sistema prussiano: — Serviço militar obrigatório; um núcleo de tropas mercenárias; diversas espécies de licenças para evitar a permanência no serviço, mas tendo o maior número possível de homens à disposição do govêrno; e, finalmente, um bem organizado sistema de recrutamento por divisões territoriais. E, apesar disso, com as desigualdades sociais que não permitiam a execução rigorosa da obrigação geral do serviço, êste era considerado como uma *corvée,* e eram frequentes as deserções, sendo o impedil-as uma das funções dos hussards, que eram todos nacionais. Álêm de que, o ingresso na classe dos oficiaes só era permitido aos nobres, e depois da guerra dos sete anos, pelas sensíveis perdas havidas, aos sargentos plebeus que se distinguissem em combate, sendo êsses, pelo facto, elevados à nobreza.

Apesar de todos os vícios inevitáveis, e que estavam nas próprias condições do meio e do tempo, o sistema de recrutamento adotado por Frederico II permitia-lhe uma rápida mobilização, que se fazia em 7 dias em todo o exército, podendo assim o grande general realizar verdadeiras surpresas ao inimigo, atacado durante o período da mobilização.

Como negar que com a maturação do saber, da razão, e da experiência, a organização do exército representava já na Europa o desinvolvimento e o progresso, apresentados pela sociedade de que êle fazia parte, numa unidade perfeita!

Do mesmo modo que nas sciências, nas indústrias, na política, que tinham em toda a parte uma feição geral, cosmopolita, assim os característicos gerais dos exércitos se confundiam tambem num tipo comum, mostrando que na sciência da guerra, como nos outros conhecimentos humanos, não havia já exclusivismos: — o que era de um passava a ser logo dom de todos! No edifício social as portas e as janelas abriam-se largas, francas, para todos os lados, e já não era por frestas que a luz entrava, mais ou menos escassa e parcialmente, mas farta e igual para todos, como o sol que a todos alumia e a todos aquece, por igual maneira, na sua luminosa e magnificente prodigalidade.

X

Século XIX

Êsse sol brilhante, que tudo envolvia num nimbo de luz, aparentemente tranquilo, como que ia, porêm, concentrando no sub-sólo o calor, o fogo que um dia havia de irromper, abalando as sociedades nos seus fundamentos. A grande conquista da liberdade de consciência, realizada pela Reforma, produzia os seus naturais frutos, e a consciência humana, que encontrava liberdade para discernir e resolver em matéria religiosa, não se conformava com a não ter ampla em todas as outras esféras do pensamento e do sentimento.

Nas camadas espessas e incultas da sociedade essa aspiração mal se definia; mas em Inglaterra os livros de Locke [1]

---

[1] *Essay on the human understanding,* e *Treatise on civil governement.*

fusilavam os primeiros relâmpagos da tempestade que começava a formar-se nas regiões superiores, para lançar depois cá abaixo os seus fulminantes raios sôbre os velhos edifícios religiosos e políticos. Êsse movimento acentuou-se no século XVIII, e veiu até à França, a grande propagadora das idéas, por intermédio de Voltaire. A obra dêste temível demolidor pelo sarcasmo, acrescida, por formas bem diversas, pela acção de Montesquieu e de Rousseau, teve um movimento rápido, porque encontrou as consciências predispostas, preparando assim o grande período das revoluções e das irrupções,—*die Sturm und Drang,* como lhe chamaram os alemães.

Foi o trabalho dos filósofos e homens de sciência do século XVIII, acabando com os restos persistentes da organização medieva, que a Renascença não conseguira destruir completamente nos privilégios e desigualdades sociais, verdadeiros diques ao progresso das idéas e dos princípios. O estimulo de momento foi o resultado da revolução americana, e, na predisposição do espírito popular em França, um soberano pusilânime e fraco carregou com as responsabilidades dos seus antecessores; e o descalabro das finanças, o odio à aristocracia, a desorganização do exército, a imprevidência dos governos e a excitação popular foram as causas da explosão rápida e tremenda.

A revolução francesa foi a destruição de toda a maneira de ser antiga, da qual subsistiram apenas na sua essência, embora modificada na forma, o regimen da propriedade e o da família; tudo o mais: direitos do homem sôbre o homem, do dono sôbre o escravo, do senhor sôbre o servo; restrições ou pressões sôbre a liberdade de testar, de dispôr da sua pessoa, de pensar, de crêr, de escolher o seu domicílio, o seu comércio, a sua indústria, de exprimir o seu pensamento; emfim todas as prisões de liberdade desapareceram! Do mesmo modo desapareceram as desegualdades absolutas entre homens e classes, até então fechadas

umas às outras; e os privilégios deixaram de existir como lei on como princípio.

Espalhando-se por toda a Europa a influência de tão salutares quanto consoladoras idéas, fez-se uma espécie de unificação dos povos sob a bandeira luminosa da liberdade. Os «direitos do homem» foram em toda a parte reconhecidos e proclamados; foi em nome deles que se deu a invasão dos exércitos franceses nos países onde se apresentaram como libertadores dos oprimidos, contra a tirania dos privilégios.

E apesar dêsse facto notabilíssimo se ter dado ainda no século XVIII, pode-se bem dizer, pelos característicos que êle definiu no sentido de uma nova maneira de ser da humanidade, em todas as suas manifestações, que o século XIX começou então! Foi neste século que se completou a obra iniciada. Os dons da civilização que o século XVIII tornára, em princípio, comuns de todos, era o nosso século quem pràticamente os integrava na posse de todos, sem distinções nem privilégios, que não fossem os adquiridos pela inteligência e pelo trabalho.

Nestas condições, fácil é de vêr que a organização dos exércitos, sobretudo quanto ao seu pessoal, e, portanto, tambêm ao seu alcance social e prestígio moral, não podia deixar de sofrer sensiveis transformações. Como conseqùência, veio a necessidade duma nova tática.

Contam o general Dumurier[1] e o tenente irlandês Costigan[2], nas suas conhecidas obras àcêrca de Portugal, aliás muito parciais, que o conde de Lippe veiu encontrar entre nós oficiais do exército, como serviçais dos seus generais, fidalgos e senhores; cita mesmo Dumurier o facto de em casa do general Conde Barão ter tido o marechal de la

---

[1] *État présent du Portugal.* Obra publicada anónima.

[2] *Sketches.* Tom. I.

Lippe a servil-o à mesa um capitão do regimento do dono da casa. Isto, que hoje nos repugna, estava em perfeita harmonia com os costumes da época, e com os privilégios que rasgavam abismos entre o nobre e o plebeu, qualquer que fosse o valor intelectual ou moral dêste último, adstricto à gleba servil da sua inferioridade social. Correspondia ao soldado assaltar a gente nas ruas, por lhe deverem oito mêses e mais de soldo, e mendigar a caridade até estando de sentinela [1], sendo necessário medidas especiais para a repressão de tão grandes abusos [2].

Para não passarmos dos exemplos de casa, basta dizer que durante quási todo o século passado a qualidade para se ser oficial era ùnicamente ser-se nobre; para o posto de coronel exigia-se que o candidato fosse rico e de autoridade [3]; — o saber lêr só passou a ser condição necessária desde 1735 [4]; para os postos mais altos e de maior responsabilidade não era a capacidade a recomendação, mas sim a nobreza, sendo eles muitas vezes dados, não para premiar serviços, mas para acudir às necessidades de família; — para se ser capitão de engenheiros bastava ter prestado serviços nas obras dum palacio real [5]; a categoria militar não era de modo algum função do saber, da prática no serviço ou da honestidade, embora alguma cousa se tivesse prescrito, sobretudo com respeito à arma ainda então mais considerada, a cavalaria [6], e mais tarde com

---

[1] Costigan. *Sketches*. Tomo I. — Baretti. *Travels in Portugal*. — Oficio do encarregado de negócios da França, Saint Julien, ao duque de Choiseul, de 17 de novembro de 1761.

[2] *Regulamento para o exercito quando estiver em campanha*, de 20 de fevereiro de 1768.

[3] António de Couto Castelo Branco. *Memorias militares*, tomo I.

[4] Decreto de 4 de abril de 1735.

[5] Decreto de 11 de setembro de 1733.

[6] Decreto de 25 de agosto de 1707.

respeito à artelharia, onde se desejou estabelecer uma escolha mais profícua aos encargos da profissão [1].

Isso, porêm, desapareceu, subvertido pela onda revolucionária, que invadiu todas as esferas; e ficou aberto o caminho a todas as aptidões e a todas as inteligências, qualquer que fosse o ponto da escala social de onde elas partissem. O que isso representava de transformador na instituìção militar, fácil é de deduzir.

Conjuntamente com esta alteração radical no recrutamento dos oficiais, deu-se a grande inovação na acquisição do pessoal menor dos exércitos. Já êstes não eram formados por mercenários e estrangeiros; eram braços nacionais os que constituiam o núcleo prestigioso da fôrça armada.

A centralização do poder na realeza, em luta contra os senhores feudaes, dera os exércitos reais; a reacção do espírito nacional contra os privilégios excessivos da realeza deram os exércitos nacionaes.

Impulsionados por um sentimento apaixonado e ardente, que constituia uma espécie de nova cruzada a favor da religião da liberdade, foi um *levantamento em massa,* com a organização dos batalhões de voluntários e guardas nacionaes. O decreto de 23 de agosto de 1793 punha todos os cidadãos franceses em requisição permanente para o serviço militar: os moços, os velhos, as creanças, as mulheres, que seriam empregados quer nas fileiras activas, quer nos serviços auxiliares e outras mil necessidades da fôrça armada. O serviço era dos 18 aos 60 anos, nas diversas situações. Em harmonia com êste acréscimo de pessoal se tratou, tambêm por meio de requisições na classe civil, da construção do material necessário: armas, polvora, equipamento, etc. Na organização dos diversos serviços aproveitou-se o invento do telégrafo dos irmãos Chappe (1792), e

[1] Alvará de 9 de abril de 1762.

Larcy adotou pela primeira vez a ambulância para os feridos no campo da batalha. Era um voluntariado em que todos concorriam, em proporção das suas fôrças e aptidões, e levados por um entusiasmo geral do momento.

Se muitas causas não afastassem do serviço dos exércitos, nos tempos normais, o pessoal válido das nações, ocupado em tantos mistéres úteis, seria o voluntariado a melhor forma de dotar a fôrça armada de elementos que representassem incontestavelmente a vontade nacional; é, porêm, êsse um sistema que, sendo viável na Inglaterra, pela sua organização especial, ainda assim com grandes inconvenientes, o não é em todos os outros países militares. Daí a idéa de tornar obrigatório o serviço militar, como tributo que todos devem à pátria, para sua segurança e garantia; sistema que substituiu o recrutamento tumultuário da época da revolução.

O estabelecimento do ensino obrigatório, que já no século XVIII fôra uma aspiração do marechal de Saxe, deu origem a exércitos absolutamente nacionais, representando as fôrças vivas do país, e revestidos de um prestígio moral que eles nunca dantes poderiam apresentar na sua coletividade. Daí a «nação armada», expressão que significa que, no momento de perigo, a nação tem de se armar, como um só homem, para defender os seus direitos, a sua liberdade, a sua independência, ou para realizar qualquer empreza militar que demande o esfôrço e o sacrifício de todos; para isso teve de instituir-se como obrigação o serviço nas fileiras, temporário e sucessivo, organizando-se ao mesmo tempo, e com os mesmos elementos, o serviço das reservas.

Êste sistema inaugurado pela França, num momento crítico, serviu mais tarde para, de libertador dos direitos dos povos, êsse país se converter em usurpador da sua independência e liberdade; e isso levou as nações a adotar, embora por outras fórmas, e com diverso nome, o serviço

obrigatório. Napoleão, que arrastava atraz de si, em sucessivos arrancos, as fôrças vivas do país, encontrou na sua frente, quer na Península, quer na Áustria ou na Rússia, massas compactas de nacionais que se batiam como um só homem pela sua pátria e pelos seus direitos! Esta organização trouxe consigo como resultado um novo sistema de promoções, de recompensas, de relações hierárquicas, de substituições, de isenções, etc. O modêlo neste ramo de serviço militar passou, porêm, a ser a Prússia, firmada na base primordial dum serviço universal e obrigatório, que já contra Napoleão I lhe dera um exército numeroso e forte, e que na guerra de 1870 lhe forneceu moles compactas de gente, admiravelmente congregada, não como congéries desconexas, mas como legiões de homens adestrados, obedecendo à voz dum chefe, que representava o centro psíquico onde residia o pensamento e a vontade dum tão maravilhoso organismo!

Nesta passagem de todas as classes, de todas as aptidões, pelas fileiras do exército, conseguiu-se a fecundação das artes e sciências militares pelo talento de homens de todas as proveniências que, sem se lhes inquirir da descendência ou da origem, são recebidos na grande comunhão militar, no culto e sacrifício pela pátria, e que, portanto, em prol das instituições militares cedem as luzes do seu espírito, convertendo-as numa verdadeira escola do progresso.

Fôra a Prússia a que, primeiro que qualquer outra nação, encontrara o meio de armar e aproveitar para a guerra toda a população válida do país. Napoleão em 1807 impozera-lhe o ter apenas 40:000 homens em armas, mas era evídente que essa imposição, tendente a impedir que ela pudesse juntar as forças necessárias para a luta, era insustentável, e por iniciativa de Scharnhorst organizaram-se depósitos para a instrução dos soldados em todas as províncias, e por eles passou toda a população válida, que foi instruida, sucessivamente; por forma que a Prússia teve

em 1813, para fazer frente à França, uns 120:000 soldados instruidos e aptos para a guerra, e em 1815 tinha, àlêm do corpo do exército da guarda, mais sete corpos, um em cada província, constituidos por duas divisões de infantaria e uma de cavalaria, com os respectivos quadros, material e serviços. Com a organização das reservas, a *landwehr* ou o *país armado*, para os homens dos 20 aos 25 e 25 aos 40 anos, e a *landsturm* ou *levantamento em massa*, para os de 40 a 50, àlêm dos 17 aos 20 anos, orçava em 580:000 homens a fôrça organizada de que a Prússia dispunha.

Apesar da excelência dêste sistema só mais tarde êle foi adotado pelos outros países, tendo a Áustria e a França, a Inglaterra e outras nações os seus sistemas peculiares, em harmonia com a sua constituìção e costumes.

A Inglaterra tem desde 1757 consignada na lei a obrigação de todo o cidadão inglês válido, dos 18 aos 45 anos, servir na milícia, não se tendo utilizado dêsse preceito senão uma vez em 1832 por ocasião do cêrco de Anvers e da ocupação de Ancona. Mas nos outros países foi desde a batalha de Sadowa, primeiramente, e, depois desde a guerra franco-prussiana que o sistema do serviço militar obrigatório e geral se foi tornando extensivo. Em 1867 adotou-o a Dinamarca, em 1868 a Áustria; a própria Turquia creou em 1867 a todos os mussulmanos do Goïri Musten a obrigação do serviço militar. Em seguida à guerra de 1870–1871 a França e a Rússia adotam o sistema em 1874, a Hespanha em 1877 e a Itália em 1878.

Uma velha opinião, que se tornou corrente, atribue à qualidade dos soldados que a revolução francesa poz ao seu serviço, — homens livres, servindo voluntariamente uma idéa, — a creação duma nova tática em Fleurus e Jemmapes. Querem assim que, contra os preceitos do combate em ordem cerrada, então em uso, e herdada dos prussianos, os voluntários franceses, impacientes por combater, se

lançassem para a frente, dispersos, formando grandes bandos de atiradores, que cobriam as colunas destinadas a carregar à baioneta.

Não foi porêm isso uma questão de acaso. Não foi a impaciência no combate dos voluntários que criou a nova formação tática, mas o proveito que generais hábeis tiraram dos voluntários, para pôr em acção os preceitos de Menil-Durand, que recomendava os atiradores no desinvolvimento da sua ordem profunda, com o fraccionamento das linhas em divisões e brigadas, com colunas de ataque carregando à baioneta e com o emprego das reservas. Como vemos eram idéas opostas às de Guibert, que seguia a escola prussiana, em voga, e preconisava a ordem linear, delgada, com fogos de conjunto, as duas linhas desinvolvidas, as marchas em ordem de batalha, com as manobras por linha e fracções de linha, sem atiradores nem reserva.

Já o conde de Saxe organizara o seu regimento de infantaria, tipo, segundo a sua teoria de que em campo raso só era eficaz o fogo de atiradores; e assim, quando cada regimento contava um meio cento ou a décima parte de soldados armados à ligeira, determinava que «quando fosse questão de atacar a infantaria, os armados à ligeira deviam ser dispersados sôbre a frente a cem, cento e cincoenta, e duzentos passos, e deviam começar a atirar sôbre o inimigo a trezentos passos de distância, sem ordem, nem voz, e à vontade» [1].

Os preceitos de Menil-Durand tinham sido ensaiados em Vaussieux, na Normandia, no exército que, por ocasião da guerra da América, Luís XVI ali reunira, sob o comando do marechal de Broglie. Embora as experiências tivessem dado os melhores resultados, oficialmente puzeram-se em

---

[1] Vid. *Revue Militaire* de agosto de 1900.

execução os preceítos de Guibert na ordenança de 1791; mas os resultados colhidos calaram no espírito de muitos oficiais, que entre as escolas extremas dos dois campeões da tática, encontraram um meio termo rasoável, que se poz em execução quando em 1792 rebentou a guerra, e com o qual Carnot «organizou a vitória» [1].

Devemos notar àlêm disso que esta tática já fôra empregada na guerra da América.

Era realmente absurdo conceber que dum simples acaso nascesse todo um sistema tático, quando aliás êle já vinha preconisado de longa data; mas o que se pode dizer, com verdade, é que a tendência ao individualismo republicano, e a índole do soldado francês deram um particular caracter a êsse modo de combate, que sobreleva a todos.

Contra as colunas pesadas e o fogo por descargas dos austríacos esta nova tática deu excelentes resultados. Daí a organização dos atiradores, por uma forma regulamentar e metódica [2]. Houve porêm generais da república, entre eles Napoleão, que defendiam a ordem linear e o emprego das massas. Mas os prussianos adotaram a inovação que nascera em França.

«As guerras da Revolução, diz Von Scherff, fizeram aparecer um processo novo: o combate em atiradores. Os aperfeiçoamentos sucessivos do armamento e a importância sempre crescente do terreno, levaram a pouco e pouco esta forma ao primeiro plano. As armas raiadas em 1859 pozeram-na ao par da ordem em colunas, e as armas de retro-carga deram-lhe decididamente a preponderância em 1870».

Em Iena e Auerstadt sucumbiu, deante da tática dos

---

[1] L. Dussieux. *L'armée en France.* Tom. II.

[2] Foram organisados entre nós em 1808 em substituição da antiga legião das tropas ligeiras.

atiradores e das colunas, a tática linear que dominava desde a guerra dos Sete Anos. Tinha agora largo campo a iniciativa individual; era uma forma da liberdade ao serviço dos exércitos. O génio e a escola de Napoleão nos campos de Boulogne-sur-mer e Ostende, e noutros campos de batalha, levou a nova arte aos pináculos da glória. E por tal forma ela se impoz, que a própria Prússia a inaugurou em 1812. Vem coroar os êxitos desta nova tática o aperfeiçoamento das armas de fogo.

* Em Portugal foram os atiradores organisados em 1806, em substituìção da antiga legião das tropas ligeiras. Anteriormente a 1808 havia em cada regimento de infantaria uma companhia de *atiradores;* em 1808 extinguiram-se aquelas companhias e foram creados os *caçadores,* que eram, como é sabido, tropas de infantaria ligeira. A *Leal Legião Lusitana,* da mesma data (1808), organisada pelo coronel inglês Roberto Wilson, tambêm era constituida por infantaria ligeira, análoga ao *riflemen* do exército inglês. Quando foi dissolvida, organisaram-se com os seus elementos três batalhões de caçadores (os n.os 7, 8 e 9). *

*

* *

Em dois sentidos caminharam no século XIX os progressos da arma de fogo: no do aperfeiçoamento do aparelho de inflamação e no da melhoria das condições do cano.

Nas guerras da revolução francesa tinham-se empregado vários modêlos de armas de fogo portáteis, os quais, modificados, deram o conjunto de modêlos conhecido pelo nome de *sistema do ano* IX (1801). Posteriormente aperfeiçoaram-se os modêlos para o emprêgo de polvora mais fina, e o modêlo de 1822, aperfeiçoando o de 1816.

Em 1788 descobrira Bertholet o *fulminato de mercúrio,*

que deu origem em 1807 aos ensaios de aplicação dêsse produto à arma de caça, por meio da percussão, feitos pelo escocez Alexandre Forceyth. O armeiro francez Pauly inventa em 1812 uma arma de percussão cuja escorva, colocada na cassoleta, era de forma lenticular; em 1819 o invento de Forceyth é tornado prático por Eggs que inventa a cápsula fulminante,—um alvéolo de cobre contendo *fulminato*.

Assim se evitaram os inconvenientes da arma de pederneira, que falhava frequentemente, sobretudo quando chovia, dando por exemplo em resultado que Murat em 1813 destruisse em Dresde toda a ala esquerda dos austríacos que não poude dar um tiro, e no mesmo dia e no seguinte, em Ratzbach, a infanteria de Macdonal não pudesse repelir com o fogo os cavaleiros de Blücker que a perseguia.

Pode-se dizer que desde 1738, em que se tinha inventado a vareta de ferro, nenhuma modificação importante se deu na espingarda, que só de 1840 em diante, isto é, mais de um século depois, entra, com a cápsula fulminante, numa transformação progressiva.

Adoptara-se em 1820 a cápsula fulminante de Prelat, francês; os cilindros fulminantes do austríaco Comole em 1830 eram aperfeiçoados por Augustin, tambêm austríaco, substituído o fulminato de mercúrio pelo cloreto de potássio. Mais ou menos rápidamente nos diversos países, a começar pela Inglaterra, se foi fazendo a transformação da arma de silex em arma de percussão. Em França foi esta adoptada em 1840 e aperfeiçoada em 1842; em Portugal, ainda as guerras civis de 1846 foram feitas com armas de pederneira; a transformação só se realizou em 1852.

Para resolver o problema do alcance e justeza do tiro, tratou-se ao mesmo tempo de aperfeiçoar o cano, e foi êle estriado, generalizando-se a ideia atribuida a Gaspar

Zellner, de Viena, que primeiro a pôs em uso em 1498, segundo é crença. Dessas estrias, que eram rectas, passou-se às estrias em espiral, ou de várias formas, sendo estriadas as armas que se empregaram na guerra da Independência da América, e pelos austríacos em 1796. A cavalaria francesa tinha armas raiadas no século XVIII; em 1793 a infantaria francesa usava a chamada *carabina de Versailles,* estriada; em 1805 veiu de Inglaterra para Portugal uma carabina raiada com que se armou uma companhia em cada batalhão de caçadores.

* Em 1809 lord Wellington pediu ao govêrno inglês que mandasse carabinas raïadas para os caçadores portugueses, e com as que vieram se armaram todos os batalhões então existentes, em número de 6. Há no Museu de Artilharia dois ou três exemplares desta carabina; tem 7 estrias.

Foi grande a influência inglesa que o nosso exército experimentou no princípio do século XIX. Essa influência foi tão profunda, que durou até os nossos dias. Alêm disso, publicaram-se então regulamentos para as tropas de infantaria, para os caçadores, para a cavalaria, e para os transportes, a par de muitas instruções, ordens, alvarás, etc., que estiveram em vigor durante muitos anos.

Se no ponto de vista do impulso dado à intelectualidade do exército, a época de Lippe lhe foi superior, no ponto de vista da ordem, da disciplina, do treno, de tudo, emfim, quanto mais eficazmente faz que o exército seja o «orgão de defesa» duma nação, a época inglesa foi muito àlêm da outra. *

Posta de parte pela demora no carregamento, em que a bala tinha de ser forçada, em 1822 apresentou Berner, oficial do exército de Brunswich, um modêlo aperfeiçoado, que Wellington adoptou para armar com ela, em 1835, a sua brigada ligeira; em 1827 aparece o sistema do capitão Delvigne, depois modificado por Pontcharra, em que o forçamento da bala esférica era só na câmara, no fundo

da alma, sendo adoptado em 1836 pelos *bersaglieri* piemonteses e em 1840 pelos caçadores franceses [1]; em 1844 vem o sistema do tenente coronel francês Thouvenin, a carabina de haste, modificada por Menié; êste foi o sistema por muito tempo adoptado nos diversos países até ser substituído pelo *sistema de expansão*.

Desde a guerra de Crimeia, em que se afirmam as vantagens da arma raiada, a qual, aliás, nos combates de 1848-1849 tinha mostrado as suas vantagens sôbre a espingarda de alma lisa, e desde a adopção na Prússia da espingarda de carregar pela culatra [2] (1848), que já na guerra da Dinamarca (1864), se torna notável, que profundas transformações e que admiráveis melhoramentos na arma de precisão! Depois da guerra da Dinamarca, e da guerra da Bohémia, 1861 a 1866, esta impõe-se a todos os exércitos [3]. A prova real das batalhas mostrara quanto era errada a opinião dos que reputavam desmasiadamente perigosa uma inovação tão radical, repetindo-se as oposições que acompanharam sempre os inventos transformadores das formas e processos em uso.

O soldado prussiano, educado na disciplina do fogo, desmentiu o receio de que um inútil consumo de munições fosse o único resultado do emprêgo de uma arma rápida. Na guerra da Bohémia, contra a impetuosidade das cargas

---

[1] Com esta arma, chamada «carabina de munição», foram armados 10 batalhões de caçadores; tinha um sabre baioneta em forma de yatagan; foi mais tarde aperfeiçoado.

[2] Os estudos para a aplicação à guerra do carregamento pela culatra começaram na Prússia em 1846. Era o regresso ao que, nos seus rudimentos, fôra um facto na artelharia do século XV e que desde então nunca deixou de ser uma aspiração de muitos, dando lugar a várias tentativas nos séculos XV, XVI e XVII.

[3] Apesar do êxito extraordinário da arma Dreyse na guerra da Dinamarca, nem todas as nações se apressaram a adoptar a espingarda de carregar pela culatra. Foi necessário Sadowa.

à baioneta dos austríacos, que não dispunham de tiro rápido, a Dreyse proclamou a superioridade da nova arma, e na batalha de Trautenau, batalhões inteiros eram destruidos mal conseguiam aproximar-se do inimigo, a coberto, a uns cinquenta metros.

A espingarda Dreyse, inventada em 1830, fôra primeiramente adoptada pela marinha norueguesa em 1842, mas desde 1841 fôra estabelecida como arma da infantaria prussiana; era o início da adopção da espingarda moderna que, depois de muitas modificações, foi tambêm adoptada pela França e outros países, em sistemas mais aperfeiçoados, como era por exemplo a Chassepot, tão mal aproveitada pelos franceses em 1870, apesar de superior à Dreyse dos alemães, pois era mais leve, de maior alcance, e com uma trajectória mais tença. De aperfeiçoamento em aperfeiçoamento, vieram: o cartucho metálico, em seguida à guerra de 1866: a espingarda de repetição que, como a Winchester, figurara vantajosamente na guerra da América e na de 1876, e é depois desta adoptada; os diversos sistemas de obturação e de carregamento, as pólvoras modernas, etc. Todas as armas, mas sobretudo a da infantaria, sofreram, em consequência disso, profunda modificação na sua tática.

Veiu a necessidade de formações novas, baseadas sobretudo no sentido defensivo, atacando o inimigo a grandes distâncias, e abalando-o e destruindo-o de longe. Veiu a necessidade de se tirar todo o partido do terreno, e aperfeiçoou-se o serviço das fortificações rápidas, as trincheiras abrigos, em que as tropas francesas se adestraram notávelmente, no emprêgo das grandes massas de atiradores. Mas todas as vantagens que parecia que os franceses podiam fazer valer lhes não serviam de nada deante da superioridade orgânica e tática dos alemães, que levaram como princípio esmagar o inimigo, no momento preciso, com uma grande vantagem de fôrças. Era o princípio de Na-

poleão. Que importava que o soldado francês tivesse nas mãos uma «fôrça invencível», segundo a expressão do general Lebrun, fôrça que, por exemplo, na batalha de Worth lhes permitia pôr fora de combate 489 oficiais e 10.000 soldados, se do insuspeito depoimento daquele general resulta que não atirava com tranquilidade, esgotava em menos de uma hora as munições, gastas a esmo, tendo de fugir quando se via sem recursos de fogo? Além disso, sôbre as vantagens de uma excelente espingarda, os franceses haviam criado uma tática de carácter defensivo, a clássica tática de Foy, «oposta ao seu feitio, e que devia conduzi-los ao abuso das munições e à perda da confiança na baioneta» [1].

De modo que as guerras, não tendo deixado de existir, porque estão na natureza humana, tornaram-se comtudo menos freqüentes e mais rápidas; assim os seus fins e processos modificaram-se no sentido de hoje serem cada vez mais raras as inspiradas pelo egoismo, pelo ódio, pelo amor da presa, ou pelo simples prurido da luta, tendo-se por todos estes factos a profissão militar convertido num dever cívico, em vez de ser uma diversão ou o resultado de um capricho ou da satisfação de um instinto. A actual guerra, que está arrasando a Europa, parece um desmentido a estes princípios; mas é que concorreram para ela circunstâncias excepcionais, e a excessiva ambição alemã, que parece desmentír todos os progressos pacíficos da civilização!

Quanto aos instrumentos da guerra, é notável o aperfeiçoamento que êles teem conseguido, sobretudo na última metade do século XIX, e nos anos já decorridos do século XX. A tática não teve de certo uma transformação tão fundamental como quando se aplicou definitivamente

[1] Fisch., *ob. cit.*

à espingarda a baioneta cavada, acabando por completo com a arma antiga; em todo o caso sofreu modificações profundas, à proporção que na espingarda se foram substituindo, a pouco e pouco, as cargas morosas pelo cartucho, a pederneira pela espoleta, a espoleta pela agulha, o cano liso pelo raiado, invenção aliás mais antiga [1], o carregamento pela boca pelo de retro-carga, com crescente aperfeiçoamento no cartucho e nos calibres, o tiro sucessivo pelo de repetição, etc., acabando por a converter numa espingarda de tiro cada vez mais certeiro e rápido.

A revolução na arte militar do século XIX, preparada no século XVIII, corresponde à revolução política que naquele século se opera, e que é também produto da elaboração dos outros séculos; e é assim que se acentuam os seguintes princípios militares que vinham do período anterior: — a obrigação do serviço militar, que já o marechal de Saxe preconizara em teoria e fôra praticado na guerra da América (1860-1865); o princípio da massa única, em estratégia, já empregada por Frederico II; e o emprêgo dos caçadores, também ensaiado na guerra da América.

O que Napoleão reputava já «a arma mais perfeita que o homem ainda inventara», tornou-se num instrumento de guerra maravilhoso, que embora aumentasse extraordinàriamente uma das suas qualidades essenciais, a de ser uma arma de fogo por excelência, conserva e conservará sempre a sua outra qualidade, de arma de pulso. Pelo facto do predomínio do fogo na guerra moderna, tem-se chegado a supôr possível o prescindir-se da baioneta; mas o efeito

---

[1] Os italianos, entre êles Cherubini *(Elementi di artigleria)*, que dá notícia de uma escopeta estriada num inventário de 1476, pretendem a primasia dêste importante melhoramento; mas o forçamento do projectil por meio de estrias é atribuido a Zollner, armeiro de Viena, em 1498, e a um tal Koller de Nuremberg, quási pela mesma época.

desta arma, nos defensores das posições que se querem tomar, a freqùência ainda hoje das lutas corpo a corpo, o facto de ser a baioneta, como diz Lewal, «essencialmente a arma das surpresas de noite», e, em muitos casos, como na batalha de Dresde, o último recurso da infantaria contra a cavalaria, fazem com que a baioneta, o sabre-baioneta ou o punhal-baioneta em que alguns a querem converter, continue tendo uma alta função, que não desaparecerá, por maior que seja o poder do tiro.

Mesmo à cavalaria, onde a arma de fogo não pode ter a dupla função que tem na infantaria, a perfeição e rapidez do tiro tendem cada vez mais a dar-lhe uma importância crescente, aproveitando a grande vantagem da sua velocidade para, em certas circunstâncias, antecipar, preparando-lhe o terreno, os serviços da infantaria e da engenharia. Neste sentido caminham todos os esforços dos que desejam dar à cavalaria toda a aplicação que ela pode ter.

No tempo de Napoleão, que tinha a respeito da cavalaria a mesma opinião que Turenne e Frederico II, essa arma adquirira plenamente o seu carácter de arma de choque, adoptando-se a lança e criando-se os couraceiros, que haviam desaparecido com Luís XIV; a cavalaria ligeira continuou a ser, como na opinião de Marmont, a vista e ouvido do exército; constituiram-se divisões de cavalaria; com esta organização se realizou a invasão da Prússia pela cavalaria francesa, depois da batalha de Yena; os feitos dos dragões franceses em Hespanha; a carga de 80 esquadrões em Eylau; os quadrados rotos pelos carabineiros em Wagran; os redutos de Borodino tomados pelos couraceiros; as célebres cargas de Ney em Waterloo!

---

[1] Von Saûr, *Heber Angriff und Verteidingung der festen Plätze.*

Na guerra de 1866 e na franco-prussiana mostrou a cavalaria o papel cada vez mais importante que vai adquirindo, e é mesmo natural que uma futura guerra começará por combate renhido entre as cavalarias estratégicas dos países em luta, encarregadas de em marcha forçada, e em grandes massas, surpreender o inimigo, impedir-lhe a mobilização e até desmantelar-lhe as fortificações ou de impossibilitar que tal plano se realize [1]. Vê-se o papel tentado pela cavalaria alemã na presente guerra contra a França e contra a Rússia.

Não tendo de modo nenhum perdido o seu carácter de arma de choque, mas apenas modificado o seu papel nas batalhas, a cavalaria adquiria uma decisiva importância como *arma de contacto,* e como orgão de vista e de observação do comando, que, sem *ver,* nada poderá fazer, por maiores que sejam os seus recursos. Sem deixar de ser arma de combate, é por excelência a arma de observação e de informação, e também da utilização da victória. Mas, ainda assim, como se nota na tendência actual da cavalaria alemã, o grande fim em vista é o emprêgo desta arma em grandes massas, sôbre pontos decisivos, obtendo assim a victória pela superioridade estratégica. O papel de observação e informação a respeito do inimigo está sendo confiado, com êxito superior, aos aerostatos, na guerra que vai travada na Europa.

Tanto na Alemanha como na França se teem criado corpos de cavalaria, procurando-se o emprêgo de grandes massas, em cargas, no campo de batalha. É a ressurreição da tática de Frederico II e de Napoleão I. Na presente guerra não se deram ainda as circunstâncias que determinassem o emprêgo da cavalaria nestas condições, a não ser na luta dos austro-alemães contra os russos.

O mesmo com respeito ao armamento e material de artelharia, sobretudo depois do emprêgo da artelharia raiada na guerra de 1859. Aqui o canhão, o obuz, o morteiro, a

metralhadora, com os seus calibres diversos, a sua ligeireza, precisão, eficácia de tiro, cada vez maiores, com o poder crescente dos explosivos, os quais depois de melhorias sucessivas, acompanhando os progressos da química, até chegam hoje a não ter o inconveniente do fumo, que denunciava a posição da bateria e ao mesmo tempo impedia a vista do atirador, com o seu material cada vez mais leve e perfeito, converteram-se em máquinas de um infernal efeito destruidor, para as quais não há obstáculos!

Do carácter defensivo que tinha a artelharia no século XVIII, passou a ter um papel essencialmente ofensivo. A primeira organização de artelharia de campanha e de *baterias a cavalo,* é, entre nós, de 22 de fevereiro de 1801. Foram então organizadas duas companhias de artelheiros-cavaleiros, devendo-se esse aperfeiçoamento ao então coronel António Teixeira Rebelo.

Gribeauval, que baseara as transformações por que fez passar a artelharia francesa sôbre as experiências de Belidor e outros artelheiros notáveis, imprimira à artelharia no século anterior, como vimos, um forte movimento progressivo. Entre os melhoramentos com que assinalou êsse progresso podem-se citar em resumo os seguintes: — separou definitivamente a artelharia de sítio da artelharia de campanha, dando a esta canhões de três calibres; organisou o material de campanha em *divisões,* correspondentes às modernas baterias; e introduziu importantes inovações como o parafuso de pontaria, a alça, os cartuchos embalados, as latas de metralha, o estopim de cana, a lança porta-fogo, os eixos de ferro [1]. Um dos mais notáveis melhoramentos consistiu no estabelecer *tábuas de construção* do material, cujas peças fabricadas em diversos arsenais podiam, como dissemos, ser aplicadas indistintamente.

---

[1] General Thoumas, *La transformation de l'armée française*, tomo II.

Apesar, porêm, de representar um grande progresso em relação ao ponto donde partira, a artilharia de Gribeauval muito aperfeiçoada por Bonaparte, quando consul e imperador, quanto ao material e pessoal, estava longe de representar uma absoluta superioridade, porque, por exemplo, em luta com os ingleses na península foi vencida pela artelharia dêstes, mais ligeira e manobrável.

Nos melhotamentos da pólvora está outra superioridade da artelharia moderna; as pólvoras de grão fino foram substituidas pelas de grão grosso (Pebble, Wetteren, etc.), estas pelas prismáticas negras, depois pelas prismáticas pardas, e finalmente pelas de nitroglecerina, ou nitrocelulose, chamadas *sem fumo*.

A pólvora sem fumo representa uma vantagem superior; não só não produz, como a pólvora negra, incrustações no cano, prejudiciais às grandes velocidades, necessárias à trajectória duma bala de pequeno calibre, mas evita o fumo, que denuncia a posição do atirador e lhe impede ao mesmo tempo a vista e atenua o ruído.

Alêm de não ofe recer perigo o fabrico, manejo e transporte desta pólvora, nem receio de combustão espontânea ou decomposição por exsudação, crescem com ela as condições balísticas, diminue o recúo, e, como conseqùência do seu emprêgo, modifica a tática das diversas armas, exigindo mais saber, sangue frio, inteligência e coragem no combatente.

As modificações e aperfeiçoamentos das pólvoras de guerra, até chegar à pólvora sem fumo, que é a pólvora por excelência, partem, pode-se dizer, da descoberta do fulminato de mercúrio em 1819; em 1846 Schöenbeim de Basilea prepara o algodão pólvora ou pirossilina; Sobrero prepara em 1847 a nitroglicerina e em 1864 é utilizada por Nobel, que em 1866, obtem o privilégio da invenção da dinamite. Ao par disto, procede-se ao estudo scientífico das pólvoras, sendo em 1857 medidos os efeitos mecânicos

da pólvora negra por Bunsen e Schichkoff, e preparada por Bobeuf uma pólvora comprimida, e Dessignoles em 1867 e Fontaine em 1869 aperfeiçoam as pólvoras de picrato.

Não falando na pólvora de Vieille, obtida em 1886, foi em França que primeiro se resolveu a questão da pólvora sem fumo, tendo depois as pesquisas das outras nações dado à pólvora *Nobel* em Inglaterra, a *Schwab* na Áustria, o *papel-pólvora* na Bélgica, *balistite Nobel* na Itália, a pólvora *Schenker e Amsler* na Suíssa e entre nós a pólvora *Barreto*.

A estas pólvoras se deve a evolução da artelharia perfurante desde 1860, com diminuição dos enormes calibres a que as peças de costa e marinha haviam chegado, sem contudo perderem a sua potência.

O Japão, que na guerra com a Rússia mostrou tanta superioridade em tudo, apresentou a pólvora do Dr. Chimose, muito superior às pólvoras europeias, e as torpedo-minas Oda, que destruiram o *Petropawlowsk* em Porto Artur.

Desde Gribeauval, para não falarmos senão dêste século, que admirável transformação! Passando por melhoramentos iguais ou superiores às da espingarda, a bôca de fogo e o seu projectil passaram do canhão de alma lisa e de carregamento pela bôca, atirando balas de ferro ou metralha, com um alcance de pouco mais de 3:000 metros, a ser o admirável instrumento que se chama hoje uma peça Krupp, ou Bange, ou Canet, ou Arysaka, de tanta precisão, penetração e alcance. Para isso melhorou sucessivamente os seus estriamentos, a qualidade dos metais de que é construida, suas condições balísticas, o seu carregamento pela culatra, que resuscita, para o converter numa maravilha, o sistema do carregamento das bombardas do século XIV, e fez passar por igual aperfeiçoamento o seu projectil, sobretudo a partir do insipiente *shrapnel* da

guerra da Península e depois da da Crimeia [1], na qual residia, na expressão do general Thoumas, «o futuro da artelharia» [2].

Principalmente depois da batalha de Sadowa, onde se atribuíu a victória ao poder da artelharia, estabeleceu-se entre as nações uma verdadeira febre na acquisição e aperfeiçoamento da sua artelharia; desde então é extraordinária a proporção estabelecida entre essa arma e as demais do exército.

Um dos graves erros da França na guerra de 1870 foi precisamente o provocar o tremendo duelo, quando não tinha ainda resolvido definitivamente a questão do seu armamento de artelharia com peças de carregar pela culatra, facto que deu em resultado ter principiado a guerra com canhões de carregar pela bôca!

Claro é que não foi essa a razão principal do seu desastre, o qual teve uma causa complexa, na enfermidade de toda a sua organização e na falta de uma direcção idónea. Tudo lhe faltou, tendo aliás tudo à mão! Começou pelo êrro, se não crime, de não ter montados devidamente os serviços da mobilização do exército, caminhando às cegas para uma aventura para que não estava preparada, e num momento em que estava completamente isolada na Europa.

A Prússia que, pelas suas instituições militares, tivera a supremacia na guerra dos Sete Anos, abandonara por um

---

[1] * O Shrapnel é de 1802, mas pode-se dizer que onde primeiro foi experimentado foi na guerra da Península. Seu inventor foi o coronel inglês Shrapnel. Ao princípio era uma bala esférica, de ferro, cheia de pequenas balas de chumbo, e uma porção de pólvora com uma espoleta roscada. * Mas só em 1854 teve as suas esporas de ouro, É ocasião de lembrarmos aqui a invenção, a que atrás nos referimos, de Weinholtz em Portugal, 1748.

[2] General Thoumas, *loc. cit.*

momento o apuro com que fizera do seu exército o mais notável da sua época; mas a lição que recebeu no princípio do século levou-a a pensar constantemente na realização do programa traçado pelo rei Guilherme, ao subir ao trono em 1852: pôr em movimento as fôrças intelectuais e morais do país, basear o seu poder na profundeza e sinceridade do sentimento religioso, e no desenvolvimento da sua fôrça armada.

Bismarck, consubstanciado nesta ideia, declarava no parlamento, dez anos depois, que era «com ferro e com sangue que se resolveram as graves questões da época», e que a confiança da Prússia «residia na sua fôrça». Em 1866 essa fôrça esmagava a Áustria, tomada de surpresa entre dois fogos; em 1870, crescendo como uma onda, passava por cima da França, que lhe ía de encontro, de ânimo leve, inconsciente e descuidada. O exército prussiano representava a perfeição do maquinismo militar, onde o mínimo pormenor não fôra desprezado: o estudo prévio do território onde as operações se haviam de realizar; a perfeita instrução dos quadros e dos soldados; o serviço obrigatório trazendo para as fileiras o melhor e o mais válido da nação; todos os serviços e armamentos estudados e melhorados na perfeição. E era assim que a França, de 585:000 homens de que dispunha, apenas apresentou a opôr ao inimigo 150:000, no acto da invasão; em quanto os alemães entravam de chofre com 350:000 homens, reforçados diáriamente por contingentes de Bade, de Wurtemberg e da Baviera! E durante toda a campanha fôrças dissiminadas dos franceses eram esmagadas por massas muito superiores e admirávelmente adestradas e dirigidas, num conjunto harmónico de pensamento e de acção.

A falta de artelharia que pudesse igualar a do inimigo podia ter sido compensada pela superioridade do seu armamento de infantaria, e pela posse da metralhadora, invento que era seu exclusivo segredo. Mas nem na ins-

trução prévia do tiro soube tirar toda a vantagem da sua excelente espingarda Chassepot, nem a metralhadora, apesar dos serviços que prestou em muitas circunstâncias difíceis, — como na batalha de Loigny, na de Chevilly, no combate de Poupry em dezembro de 1870, e no de Saint-Jean-sur-Erve, em 15 de janeiro de 1871, para não citarmos outros — [1], podia suprir os efeitos da artelharia, visto o seu alcance não ser superior a 1:800 metros, e não poder ser empregada, àlêm disso, senão em muito especiais circunstâncias.

De 1870 para cá os progressos da artelharia não teem consistido apenas no aperfeiçoamento das suas armas, projécteis, explosivos, e respectivo material, mas na própria sua função e aplicação.

A Alemanha continúa a ter a primazia neste ramo da indústria militar e de tática de guerra; é com o material de artelharia alemã que os boers adquiriram uma superioridade extraordinária sôbre a artelharia inglesa, cujo alcance orçava por 2 quilómetros a menos que a do seu adversário. Os boers empregaram tambêm canhões de grosso calibre obtendo com êles excelente resultado. Na actual guerra a Alemanha está empregando formidáveis canhões de 42, de sítio, que apresentou como surpreza na invasão da Bélgica.

Os projécteis de artelharia empregados na guerra dos boers já revelavam grandes aperfeiçoamentos em granadas ordinárias, granadas de balas, e granadas de lyditte, de um efeito terrível; muito mais intenso e mortífero está sendo na presente guerra o quási exclusivo emprêgo das granadas explosivas, numa quantidade nunca até hoje vista. Não só esta última substância explosiva ou outras com base de ácido picrico, para os efeitos de morte

---

[1] Général Toumas, *loc. cit.*

violenta, mas o cianuro de arsénico, o ácido sulfúrico, o ácido prússico, etc., teem sido empregados na guerra que vai travada entre a Alemanha e outras potências para o efeito de atacar as posições inimigas com êxitos seguros. No combate, a perfeição que se procura na granada estaria em reunir as propriedades de matar pelo estilhaço, pelo abalo produzido no sistema nervoso e circulatório, e pelo efeito dos gazes deletérios; contra a artelharia estão já em uso as granadas que produzem na frente das batarias um fumo espesso impedindo a vista e o trabalho, semelhante ao emprêgo do saco das tintas, na feliz expressão de um escritor, com que a siba impede a acção do crustáceo ou do peixe que a persegue»[1]. Em compita com o inventor Hiram Maxim, surge Hudson Maxim impulsionado pela ambição de produzir as máximas inovações neste ramo dos progressos artelheiros.

É ainda a Alemanha quem apresenta estas novidades, sendo imitada noutros países, sôbretudo em França.

É empregada a artelharia pesada, principalmente de tiro curvo, como artelharia de campanha, sendo transportada por meio de parelhas de cavalos ou máquinas a vapor, ao ponto onde se deseja a sua mais eficaz acção. Essa artelharia consta de obuzes de 12 a 15 centímetros, morteiros de 21 e canhões de 12 e de 15 e, na presente guerra, de 42, da parte dos alemães, inteiramente desconhecidos!

A formidável victória, esmagadora, dos Estados Unidos sôbre a Hespanha, deveu-se, entre outros factores da superioridade daquele povo, ao emprêgo de canhões de grande calibre a bordo, e dos poderosos explosivos de guerra; e na guerra presente a victória não está franca-

---

[1] Henri de Varigny, *Quelques engins de guerre et ses effects. Le Temps* de 5 de maio de 1900.

mente do lado da Alemanha, pela coligação de fortes potências contra a sua ambição desmedida.

A extrema mobilidade e a potência são os grandes elementos, até certo ponto contraditórios, que se procuram na artelharia, até o mais alto gráu, levados pelos crescentes aperfeiçoamentos da metalurgia, as importantes descobertas das pólvoras químicas, e as novas concepções sôbre a tática da artelharia. A Suíssa é das nações que trabalham no sentido de encontrar o tipo do material de artelharia do futuro, e que satisfaça a um tempo às condições de resistência e de ligeiresa, e que dê a certeza de êxito não só na preparação a distância, mas na luta próxima, pela decisão, segundo o grande ideal do coronel Schumacker [1]. A Alemanha aperfeiçoou o seu material de artelharia, fixando-o no tipo do canhão ligeiro, de campanha, de 0,075 e pesado de 0,105, do novo modêlo, cujo Schrapnel tem um efeito excelente, e cujo recúo, pelas modificações no freio, pode ser suprimido em terreno favorável.

Tendo os modernos melhoramentos e processos, tais como o da espingarda de repetição, da pólvora sem fumo, das granadas aperfeiçoadas, carregadas de substâncias terríveis, dos meios de fortificação, das admiráveis trincheiras abrigos que tão importante papel estão tendo na actual guerra, principalmente do lado dos alemães, — ampliado consideràvelmente os recursos de defesa, que pode hoje ser organizada por forma a receber-se o choque do inimigo nas condições mais favoráveis, foi necessário pensar no aumento dos meios de ataque, não só às obras de fortificação permanente, mas às que até hoje chamavamos fortificação passageira.

O número de julho de 1894 da *Revue militaire de l'étranger* publicou um interessante artigo sôbre êste assunto,

---

[1] *Revue milit. de l'étranger.* Août, 1896.

mostrando os corolários que se podem tirar das medidas que haviam sido adoptadas — sem declarar aliás positivamente o seu intuito — pelo govêrno alemão, mandando reforçar, por exemplo, os efectivos dos batalhões de artelharia com cavalos de grande porte, destinados às manobras de artelharia a pé ou de posição, medidas que parecem corresponder ao que tem sido sustentado de há muito pelos escritores militares, como os generais Sauer e Wiebe, e mais tarde pelo general Speck, que, por assim dizer, tornou mais precisas as ideias dos seus antecessores, mostrando-as no terreno prático. Vê-se bem na presente guerra quão longe íam neste ponto as ideias alemãs.

As baterias pesadas móveis, segundo os princípios que vão assentando, vão sendo exercitadas no conhecimento a fundo dos pormenores do serviço de campanha. Eram essas as ideias do general Wiebe [1], que parece encontraram éco no projecto de 20 de outubro de 1892, em que o chanceler dizia que «a artelharia a pé deve no futuro ser empregada ao lado das outras tropas de campanha», querendo justificar assim a necessidade da aquisição de uns dezasete tiros de cavalos, a três parelhas, destinadas aos exercícios daquela espécie de artelharia.

O fim das baterias assim formadas com a designação de *baterias do exército*, e que tem de pêso total da equipagem de cada bôca de fogo 2:800 quilogramas para canhão de 12 centimetros (bronze com tubo central em aço-nikel), 2:300 quilogramas para obus de 15, de aço, e 4:500 quilogramas para o morteiro de 21 (bronze com alma de aço), é fazer entrar na acção dos campos de batalha, ao lado das bôcas de fogo comuns, as de tiro curvo e directo, de grande poder e alcance. Os americanos

---

[1] Wiebe, *Participação da artelharia a pé nas grandes manobras, em tiros de guerra*, 1892.

que teem trabalhado para a resolução do problema do transporte de grandes bocas de fogo, produziram já um curioso tipo de canhão desmontável.

Por estas simples indicações se vê a importância e desenvolvimento que tem tido neste século a artelharia, no seu progredir a passos agigantados, sobretudo como arma ofensiva, justificando a opinião do tenente coronel Canonge de que «ela tende a ser cada vez mais o regulador do combate». A actual guerra é a confirmação dêste axioma.

A Alemanha tornou adstrita a cada divisão uma brigada ou dois regimentos de artelharia.

Aos maravilhosos resultados da ausência de fumo, da chama e do recúo na artelharia procura-se juntar a da ausência da detonação, tendo já o coronel de artelharia francês Humbert ensaiado um canhão e uma espingarda com um sistema de fechar automático, apenas passa o projectil.

A sciência da fortificação que, com as invenções de Montalembert e de Carnot, abrira em França uma nova era, fôra desde logo adoptada na Alemanha nos seus fundamentais princípios [1]. Em 1858 o aparecimento do canhão raiado determinou desde logo a necessidade de grandes modificações nos traçados das fortalezas e nos seus meios de abrigo e de defesa. Com uma penetração extraordinária, uma justeza de tiro admirável, um enorme alcance e a possibilidade de inundar de fogos mergulhantes e granadas explosivas e incendiárias os recintos fortificados, os crescentes progressos da artelharia tem dado desde

---

[1] Segundo os princípios estabelecidos por Montalembert e Carnot, reformou a Alemanha, de 1815 a 1860, as fortificações de Colónia, Coblenz, Posen, Ingolstadt, Germersheim, a linha do Palatinato em frente de Komorn, Ulm, Rastadt, Königsberg, etc., etc. — Coronel Hennebert, *La Fortification*.

então motivo a uma luta incessante entre o poder dessa artelharia, em sucessivo aumento, e as condições ofensivas e defensivas das fortalezas e campos entrincheirados.

Já a questão não era entre frentes poligonais ou frentes abaluartadas; o organismo era agora atacado, não só nos seus orgãos exteriores, mas dentro da sua fundamental estrutura. Dava-se uma revolução tão profunda como quando a aplicação da pólvora aos canhões produzira a artelharia de combate, e principalmente dera origem aos parques de artelharia de sítio. Todo o organismo teve de sofrer modificações radicais, no sentido de lhe aumentar o seu poder de resistência e abrigo, e ao mesmo tempo o seu poder ofensivo. Daí a adopção do sistema cujo início, em outras condições, se atribue a Eneas, engenheiro de Filipe da Macedónia, e a Philon de Bysâncio, sistema experimentado por Pedro o grande, na fortificação de Krönstadt, e preconisado pelo marechal de Saxe [1], *(Nihil novum sub sole)*, e que, nos seus traços gerais, consiste num poderoso núcleo central protegido por um amplo cinto de fortes destacados, com defesas acessórias, mas de carácter ofensivo, na cinta anular intermédia, sistema êste conhecido pelo nome impróprio de *Campo Intrincheirado*. Não era, porêm, no traçado apenas que modificações importantes se tinham de realizar; davam-se também no aperfeiçoamento das substâncias explosivas, creando-se as granadas de algodão-pólvora na Alemanha, e em seguida as de melenite em França, granadas que passavam a ter a função do mineiro dentro das muralhas onde penetravam, da distância de três mil e mais metros, e que na explosão derruíam e deitavam por terra, de incendiário imprevisto nos paioes das munições, ou de iconoclastas diabólicos nas capoeiras e casamatas etc.

---

[1] *Idem.*

A granada torpedo vinha causar uma revolução profunda e abrir uma fase de luta titânica, luta que vem de séculos, entre o poder de penetração da artelharia e o poder de resistência das fortalezas, revolução que levava a condenar a fortificação moderna, até 1884, «como no século XV tinham sido condenados os castelos da Edade-Média, por efeito da invenção da pólvora de guerra, e ainda no nosso tempo as fortificações de Vauban, em vésperas de se porem em uso as bocas de fogo raiadas» [1].

A luta entre o artelheiro e o engenheiro tomou proporções terríveis, e seria longo enunciar todas as fases dessa luta que se desenvolve aos nossos olhos, aproveitando-se de todos os inventos e progressos maravilhosos e crescentes das artes e das indústrias. Assinalaremos, apenas, que o novo sistema de defesa se baseia no emprêgo das fortificações blindadas, cujo poder de resistência e de invulnerabilidade esteja em relação com a fôrça penetrante dos projecteis. Daí os variadíssimos sistemas de tôrres e cúpulas blindadas, desde a primeira casamata móvel de Brialmont, na Antuérpia (1863) (para não nos referirmos à cúpula para os navios, inventada pelo capitão inglês Cools) até à tôrre girante de Saint-Chamant, à tôrre oscilante de Mougin, à torre eclípse de Chatillon e Commentry, à de Bussière, à cúpula hidrostática de eclípse, dos sistemas Sourian e Galopin, com o seu recuperador da inércia e acumulador da fôrça, a torre de Creusot, etc., etc. Os progressos da arte metalúrgica acompanham, como auxiliar poderoso, êste recrudescer da luta entre a defesa e o ataque.

Ao par do poder de penetração da artelharia podendo abrir brecha à distância e tornando insignificante toda a fôrça da alvenaria, cresce o poder de resistência da cou-

---

[1] *Idem.*

raça, o que dá lugar à construção de poderosos fortes blindados e de navios formidáveis, com a caparaça cada vez mais resistente. E como a natureza criou o micróbio para destruír os organismos mais fortes, assim desde Fulton, em 1801, a indústria vai fazendo do torpedo a tremenda máquina destruidora dos titânicos monitores! Está-se vendo o que se passa na presente guerra, em que a acção do submarino tem sido terrível.

Em Portugal a engenharia toma incremento com a organização em corpo pelo Regulamento Provisório de 1812, dando-lhe elementos importantes de progresso a creação da Escola Politécnica e da Escola do Exército (1837). É de justiça, porêm, dizer-se que durante a guerra com os franceses muitos engenheiros portugueses tiveram ensejo de se distinguir em importantes trabalhos de fortificação, entre êles os das Linhas de Tôrres Vedras, cuja ideia é atribuída a Wellington, mas cuja glória inicial não pode ser roubada ao engenheiro português Neves Costa [1].

De então para cá, principalmente nas fortificações do campo intrincheirado de Lisboa, tem-se procurado, em harmonia com as posses do tesouro, empregar os mais aperfeiçoados processos de fortificação, havendo já no país, substituindo as altivas e elegantes ruínas das fortificações antigas, — que em parte alguma, no dizer de Raczinski, se veem tão características e numerosas como entre nós —, esconderem-se nas sinuosidades do terreno, como esculcas que rastejam à cata do inimigo, as modernas baterias casamatadas, donde monstros de aço, que só se alimentam

[1] Sôbre alguns dos trabalhos executados pelos nossos engenheiros mais distintos, na primeira metade dêste século, veja-se a *Memoria sobre Corpo de Engenharia em Portugal*, pelo tenente João Luís Lopes, 1846, e a *História do Exército Português*, *Provas*, tom. 5 e 6.

das pólvoras mais intensas e puras, abrem no espaço as suas hiantes guelas!

Mas quanto estamos atrazados, tambêm neste ponto de vista, di-lo o que de terrível se está passando na guerra que vai travada na Europa!

*

* *

Na febre do progresso, a indústria da guerra, se assim podemos chamar ao que muitas vezes não teem o estímulo do interesse material a anima-la (como sucede, por exemplo, em Hespanha, onde todo o fabrico da artelharia incumbe à própria corporação artelheira, por uma forma que a torna um admirável exemplo a outras nações), a indústria da guerra diziamos nós, lança mão de quantos progressos se vão dia a dia realizando, em tantos e tão complexos ramos do saber e da actividade hnmana.

Examinemos, por exemplo, o canhão de sítio, de 0,42, alemão, ou um morteiro de trincheira ou de praça, sistema Krupp, Bange, Creusot, Mata, ou Arizaca, fabricado segundo os processos mais modernos, em oficinas e fábricas montadas na perfeição e apresentando produtos que satisfazem às mais altas exigências do fabrico, das necessidades da guerra moderna, e vejamos se nada há que possa, só por si, dar uma ideia completa do grau de adiantamento a que chegaram os recursos scientíficos de um paíz, na sua aplicação à arte bélica!

Que de fôrças naturais, que hoje melhor se conhecem e se dominam — como o vapor, a electricidade, as correntes atmosféricas — não são postas ao serviço da arte da guerra por uma forma que seria tida como miraculosa ainda no século XVIII ou no princípio do século XIX!

Os transportes de guerra em caminhos de ferro foram iniciados em 1846, pelo 6.º corpo do exército prussiano

para Cracóvia; eram mais de 12:000 homens. Em 1849 realizaram-se transportes muito mais importantes: — um exército de 30:000 homens, acantonado na Polónia, foi levado a Godüig para se reunir ao exército austríaco; da Cracóvia a Hradish foi conduzida a divisão russa Panintine, composta de 15:000 homens, 2:000 cavalos e 48 peças; na guerra da Criméa, em 1854, os caminhos de ferro servem para a concentração das tropas francesas em Marselha e Toulon; na Índia prestam grandes serviços na guerra dos sipais; de então para cá, o emprêgo dos caminhos de ferro para os efeitos da mobilização, concentração de tropas, invasão de territórios tem sido admirável. O que se está passando na presente guerra, principalmente da parte dos alemães, que melhor se tinham preparado para ela, é deveras notável.

Na guerra de Itália, no ano de 1859, não só os caminhos de ferro serviram para a concentração e mobilização de centenas de mil homens e cavalos das diversas armas, com todo o armamento e material, mas para movimentos envolventes e estratégicos. Eram transportados diáriamente na linha de Paris-Lyon 8:421 homens e 655 cavalos e de 20 de abril a 15 de julho 115:000 homens e 25:000 cavalos, afora as viaturas, munições, bagagens, etc. Da combinação dos meios de transporte por terra e mar, há o exemplo do corpo de exército de Scofield, na fôrça de 15:000 homens, que em 1864 embarcou em Cumberland, perto de Nashville, para ír pelo Ohio acima até Cincinnati, sendo daí transportado em caminhos de ferro para Washington, e daqui, por mar, para o cabo Fsar: 2:500 quilómetros em 11 dias. Na guerra da Áustria, em 1866, os prussianos, para se concentrarem na fronteira da Bohémia, começaram o movimento no dia 16 de maio, servindo-se de quatro vias férreas, empregando nove a dôze dias para cada corpo de exército com todo o seu material de campanha, e vinte dias

para reunir sôbre o Torgau, Goerlitz e Schoweidnitz 200:000 homens, 50:000 cavalos e 5:000 carros; e os austríacos depois da batalha de Custoza, e no intuito de conter os prussianos que avançavam sôbre Viena, fizeram seguir três corpos do exército das margens do Pó, com 16:000 cavalos e 259 peças de artelharia [1], os quais em dez dias foram transportados pelas linhas de Trento e Trieste às margens do Danúbio, percorrendo 166 léguas. Na guerra franco prussiana, se os franceses nem sempre fizeram um uso judicioso dos caminhos de ferro [2], os alemães tiraram dêles um partido admirável, não só para transporte de tropas, mas para provisões ao exército e movimentos envolventes. Basta dizer-se que em menos de cinco dias (de 29 de julho a 2 de agosto de 1870) a concentração de fôrças sôbre Coblentz, Moguncia e Landau reunia sôbre a base de operações nas margens do Rheno, na extensão de 60 léguas, nada menos de 300:000 homens de infantaria, 45:000 cavalos, 1:000 bocas de fogo, e todo o material respectivo. Para isso se serviram de linhas férreas que empregavam 96 trens para cada corpo, com uma velocidade de 22 quilómetros por hora.

Comparando neste particular o papel dos dois exércitos, diz um ilustre oficial belga: — Numerosas causas políticas, militares, morais sobretudo, determinaram os êxitos duns e a ruína de outros. Entre as causas militares convêm mencionar, por um lado, o emprêgo raciocinado dos caminhos de ferro, o estudo persistente, obstinado, em tempo de paz, dos serviços que êles podem prestar em tempo de guerra, a elaboração paciente e serena, a redacção precisa,

---

[1] D. Modesto Navarro e Garcia, *Estudios militares*, Valência, 1882.

[2] Général Thoumas, *Les transformations de l'armée française*, tom. II.

com o cérebro descançado, dum plano de mobilização, a ordem que presidiu aos transportes; por outro lado a ausência completa de medidas regulares, a improvisação súbita e necessáriamente insuficiente dos quadros de marcha, a falta de unidade e de vistas de conjunto, a confiança exagerada e culposa no famoso: *débrouillez-vous!* [1] O êrro dos franceses neste particular foi tal que o próprio imperador confessou depois que todo o seu plano falhara, por falta de rapidez e ordem na concentração e por falta duma antecipada preparação nos serviços de caminho de ferro. Alêm disso que complicação, que desordem e que indisciplina em todo esse serviço; ao passo que no serviço dos abastecimentos, da condução de material para os assédios, do municiamento, da saúde, que metódico, que admirável conjunto de medidas da parte dos prussianos!

De então para cá o serviço dos caminhos de ferro, com destino à guerra, tem ido melhorando cada dia mais, havendo hoje, por exemplo, na Alemanha, contratos especiais com construtores e companhias de caminhos de ferro para os obrigar a ter prontos, à primeira voz, o material necessário para a mobilização do poderoso exército. Vê-se na presente guerra o maravilhoso emprêgo dos caminhos de ferro, principalmente da parte da Alemanha.

É que a importância das vias férreas na estratégia é tal que a sua posse é um dos objectivos especiais das operações, dando lugar a combates encarniçados: — constituem as vias principais das linhas de marcha, provisões e retiradas; estabelecem a ligação e comunicação entre as partes afastadas da frente de operações ou linhas de defesa; chegam por elas os reforços quando necessários; e servem por último, de um modo muito perfeito, para desembaraçar as massas combatentes dos feridos, enfermos,

[1] A. de Formenoir, *Des chemins de fer en temps de guerre*, 1871.

prisioneiros, e tudo o mais que sirva de embaraço aos seus movimentos [1].

Junte-se a isto o emprêgo da electricidade, não só como meio de comunicação pronta de ordens, avisos, sinais, mas para a explosão das minas, esclarecimento das posições do inimigo, e outros serviços, e os progressos em que se encontra também, a navegação aérea, e calcule-se o que é já hoje, e poderá a vir ainda a ser, a guerra, com tão poderosos elementos à sua disposição!

O emprêgo da telegrafia nas operações da guerra representa, desde a insurreição da Índia e a guerra da América, um progresso notável. O ataque simultâneo dos prussianos em Königgratz foi preparado por meio de comunicações telegráficas. A telegrafia sem fios, empregada já pelos ingleses na guerra do Transval, representa um melhoramento importantíssimo para as operações militares. Na presente guerra é um instrumento admirável nas mãos dos combatentes.

A velocipedia está dando excelentes resultados no exército, nos serviços de informação e exploração, e até no combate.

Os aerostatos, os aviões, os hidroplanos, os *zepelins,* os *taube* estão produzindo terríveis resultados, tanto como meios de comunicação e observação, como de combate e de destruição. Deve-lhes a guerra já uma acção importante, desde as observações do capitão francês Coutelle em Mauberge e Charleroi na guerra da Devolução, até a emprezas aéreas no cêrco de Paris em 1870, nas expedições francesas a Tonkim, italiana a Abyssinia, e inglesa no Alto Egypto, e principalmente agora na guerra terrível que vai travada na Europa, e na qual se veem incursões aéreas

[1] D. Modesto Navarro y Garcia, *Estudios militares,* Valência, 1882.

de parte a parte, destruindo fortalezas, povoações, fábricas e formações militares, incursões que tem ído até Londres, París e outros pontos afastados do ponto de partida.

No cêrco de uma praça, afim de observar os movimentos e posições do sitiante, nos duelos poderosos de artelharia, no serviço de reconhecimentos táticos e estratégicos, o papel dos aerostatos está sendo cada vez maior e mais importante. Está realizado o ideal de um escritor que se ocupa principalmente dêste assunto [1] e que esperava pelo dia «em que o homem tendo conquistado o domínio dos ares, poderia do alto dos ceus contemplar o seu planeta com um olhar orgulhoso, pairar altivamente sôbre os campos de batalha, e transportar no espaço engenhos de destruição, afim de defender a honra e a independência da pátria ameaçada».

Faz-se já ideia do efeito do emprêgo do aerostato como máquina de guerra, descortinando todas as posições do inimigo, informando disso o seu exército, que emprega a sua artelharia consoante essas indicações, lançando do alto sôbre êle engenhos destruidores; de automóveis, verdadeiros redutos ambulantes, penetrando, independentes de rails, no campo adverso [2]. Vê-se o que está sendo a guerra,

---

[1] G. D. Cap. Comd.ant d'artillerie, *Aerostation militaire. Rev. de l'Armée Belge*, tom. VI.

[2] Num jornal inglês *The Autocar* veiu em tempo descrito um automóvel de guerra, construido pela casa Pennington, de Conventry. A fôrça motriz da nova máquina é de 60 cavalos; é protegida de couraça de aço, e armada com dois canhões de tiro rápido e munições para 5:000 tiros, podendo disparar à razão de 500 a 700 tiros por minuto; velocidade máxima 45 milhas por hora ou 72 quilometros. Segundo a opinião de Rudyard Kipling, autoridade militar, que vem citada, o automóvel de guerra pode ser mandado onde seja preciso, com uma velocidade dupla da da melhor cavalaria, podendo ser importantes os serviços que preste nas operações.

É montado sôbre rodas pneumáticas como as dos biciclos, porêm de maior calibre, para poderem servir em todos os caminhos.

O jornal austríaco *Armeeblatt* falava num invento devido a Pen-

neste caminhar vertiginoso do progresso dos instrumentos destruidores, pelo que há mais de um ano se está passando na Europa, quási toda em conflagração!

Neste progredir dos recursos bélicos, a estratégia, desde as guerras napoleónicas principalmente, tomou tais foros de uma verdadeira sciência positiva, que as lutas hoje se decidem muitas vezes, menos pelo choque das massas do que pela execução de um plano bem combinado sôbre as cartas militares do país onde se opera. Êste é um dos grandes triunfos da moderna sciência militar.

Resumindo os progressos realizados na arte da guerra pelos prussianos para obterem em 1870 os triunfos sôbre a França, diz um escritor militar italiano:

«Assim é que vemos na Prússia desde 1815 a 1866 prescrever-se a obrigação geral do serviço sem restrição de espécie alguma; a curta permanência debaixo das armas, para educar nelas o maior número possível de indivíduos sem ao mesmo tempo depauperar o país na sua arte, indústria e comércio; uma preparação minuciosa a todos os respeitos para a mobilização do exército; um novo método de instrução tanto para a tropa como para os officiais; uma sábia preparação das redes ferro-viárias e dos telégrafos de modo a torná-los o mais possível profícuos às operações militares; as novas armas de retro-carga, e

---

mington, chamado o «canhão sôbre locomóvel», máquina de 16 cavalos de força sôbre 4 rodas, e 2 canhões de tiro rápido, um na frente outro na rectaguarda, girando em semi-círculo por movimento automático, e disparando por mecanismo motor, parado ou em movimento, na razão de 50 a 60 tiros por minuto. Em compartimentos especiais vão 500 projécteis para cada peça; o servente, sentado entre as duas peças, protegido por escudos metálicos, não tem mais do que fazer a pontaria e pôr a máquina em movimento. O próprio carro é protegido contra tiros de espingarda e mesmo de peças de pequeno calibre; o mecanismo do tiro é automático e independente do servente; a velocidade da máquina é de 72 quilómetros por hora.

como conseqùência uma nova tática, a qual teve um particular desenvolvimento consoante as armas, isto é, revelando-se na ordem *mixta* para a infantaria, no *reid* para a cavalaria, no *emprego em massa* e *concentração de fogo* para a artelharia, e os mais recentes métodos de construção das fortalezas com largo emprego do ferro e da argamasssa.»

Sendo a estratégia, por assim dizer, a arte das artes da guerra, a suprema arte de aproveitar com precisão e oportunidade todas as condições e elementos de que a guerra pode dispôr, num dado momento, para com êles obter a victória, claro é que a função do seu progresso é o adiantamento de todos os demais recursos da arte militar.

O general russo H. Leer, chefe da academia do estado maior em S. Petersburgo, numa notável conferência realizada nessa academia em presença das mais altas sumidades daquela capital, fez há anos, por ocasião de completar o 35.º ano do seu professorado naquele estabelecimento de ensino, a análise da transformação profunda por que passou, pelo influxo genial de Napoleão I, a estratégia neste século, provando como concorreu para isso o ter-se melhorado no exército o seu principal instrumento, o seu utensílio capital, aquelle que representa a sua *vis* moral, — o *homem*.

Estuda para isso três épocas distintas, das quais a intermédia se pode considerar de transição preparatória: o século XVIII, sobretudo com Frederico II, a época da revolução francesa, e a época napoleónica.

A dupla necessidade da guerra, sintetizada pela frase de Moltke: «Marchar separados, combater reunidos», frase que por sua vez reproduz o pensamento de Napoleão: — «Se divìser pour vivre, et se réunir pour combattre», não podia ter uma realização completa no século XVIII; só a teve com Napoleão, que deixou, na sua essência, estabelecidas as bases da estratégia moderna.

No tempo de Frederico II os exércitos pouco numero-

sos, com uma base má de recrutamento, sem acção disciplinar que não fosse a máxima vigilância, e amarrados ainda, se pode dizer, ao seu sistema de armazens para abastecimento, marchavam e combatiam reunidos; hoje os exércitos marcham e combatem separados, embora unidos para um fim comum.

No século XVIII as condições do recrutamento faziam com que se não contasse com os homens trazidos às fileiras, sendo necessário exercer sôbre êles constante vigilância por causa das deserções, e ter por único meio para o evitar e para os conservar unidos, a formação e as evoluções compactas. Desta necessidade se ressentia portanto a tática e a estratégia, cujo vôo e liberdade de acção estavam presas e limitadas. Por outro lado, e como conseqùência do mesmo facto, o abastecimento das tropas em campanha era feito por meio de armazens estabelecidos em determinadas condições pelo govêrno, e que, portanto, subordinavam à sua segurança e proximidade das tropas toda a acção de guerra. De modo que a águia da guerra, presa ao solo por um braço de determinadas dimensões, não podia alargar os seus vôos nem seguir os ímpetos do seu génio.

Frederico II, encontrando êsse mal, que só uma transformação social poderia remediar, modificando, como modificou depois, o sistema de recrutamento, nada pôde com respeito à parte *moral,* o homem; mas alargou o campo da acção da estratégia; a tática das evoluções, que teve em vista, em todo o caso, subordinar e trazer absolutamente sujeito o soldado, ampliou a sua esfera de acção, e na especialidade da logística podem citar-se exemplos de marchas na melhor ordem, de 300 quilómetros em 17 dias, como na do Saule ao Oder em 1757, na qual, dando desconto ao descanço, o exército que contava 19 batalhões e 28 esquadrões, percorreu a média de 25 quilómetros por dia sem que nada lhe faltasse. Conseguiu isso por meio de bons e instruidos quadros de oficiais; de numerosos sar-

gentos dispostos em cada companhia, de vara na mão, como guardas aos soldados, e de uma forte educação dêstes últimos, como base moral do organismo militar.

Desta forma conseguiu maior coesão íntima, maior unidade, maior mobilidade e aptidão para manobrar em ordem e em massa. Daí a grande superioridade do exército prussiano que serviu de modêlo aos demais da Europa; essa superioridade e confiança em si fez com que o exército de Frederico II alargasse, não só os meios, mas o campo, o espaço da sua acção, tendo-se iniciado no seu tempo, tanto quanto as circunstâncias o permitiam, — principalmente por causa do sistêma dos armazens, e por a cavalaria ter por esfera de acção, não o teatro das operações, mas o campo de batalha, — a formal perseguição do inimigo.

Segue-se a época da revolução francesa, na qual realmente o elemento principal, o *homem,* aparece noutras condições, com outras garantias morais para o exército; era o resultado do sistema da conscripção. Além disso o general tem à sua disposição meios incomparavelmente superiores, determinando, portanto, uma revolução completa na estratégia, para a qual se abre uma nova era, cujas normas e cujo ideal foram realizadas por Napoleão, decidindo das batalhas com uma energia toda tendente a levar a ofensiva aos derradeiros extremos, sem se importar com *posições,* que era toda a preocupação da tática do século XVIII, mas sim com *direcções,* como objectivo único e decisivo, sôbre o qual tendem todos os esforços.

Comtudo era uma época de transição, com os defeitos da liberdade que não se conseguira ainda disciplinar; sem unidade no combate; um pouco anárquica pelo atrito dos elementos vivos, no ensaio da libertação.

O general Leer traça pela seguinte forma o paralelo entre as duas épocas:

	Estratégia e tática	
	No século XVIII	Na época da revolução
Condições políticas	Pobreza de meios	Riqueza de meios
Sistema de recrutamento.	Arrolamento. Medo da deserção, *falta de confiança* no soldado que é necessário trazer sempre debaixo de vista.	*Conscrição: confiança* plena no soldado.
Exército	*Mecanismo*	Organismo.
Abastecimento de víveres.	Exclusivamente pelo *sistema dos armazens*, embaraçando o mais possível o movimento 'e as operações dos exércitos	*Requisições*, procurando uma liberdade de acção completa para operar.
Estacionamento e marchas.	*Conjunto*	*Separação.*
Preparação da batalha.	Por *manobras táticas.*	Por *manobras estratégicas.*
Combates e batalhas	Em terreno descoberto	Sôbre todos os terrenos.
Ordem de combate	*Compacta*, mecânica, sem flexibilidade nem mobilidade	*Articulada*, flexível e ágil.
Unidade no combate.	Obtida por meios *mecânicos*, pelo laço *externo;* comtudo resultado vantajoso. Combatia-se *reunidos.*	Não obtida; enorme desvantágem. Combatia-se *divididos;* abandôno completo; iniciativa particular sem nenhum freio. O exército combate às vezes numa frente de 40 quilómetros (1794 em Fleurus, 80:000 homens às ordens de Jourdan). As *batalhas* transformam-se numa *série de combates parciais.*

Como se vê é um luminoso esquema que nos dá uma nitida ideia das diferenças fundamentais entre as duas épocas, e do qual Leer deduz o seguinte, com respeito à estratégia:

Estratégia do século XVIII: — marchar, estacionar e combater reunidos.

Estratégia na época da revolução: — marchar, estacionar e combater divididos.

Napoleão aperfeiçoou a tática e a estratégia com a *organização das grandes unidades,* e com a *estratégia das marchas.* Dali a creação da divisão, como organismo *autónomo,* e órgão ao mesmo tempo *subordinado* ao organismo maior e mais complexo, o corpo do exército, empregando a cavalaria como divisionária, e também como independente; levando, portanto, longe os serviços de reconhecimentos, exploração e segurança incumbidos a esta arma, que, ao contrário de ter diminuido a importância, se tornou desde então cada vez mais necessária e indispensável.

Quanto ao abastecimento do exército, Carnot introduzira o sistema das *requisições* para substituir o grave inconveniente dos armazens; Napoleão completa êsse systema por meio de armazens e de reservas de provisões móveis, acompanhando o exército. E assim se ampliavam as felizes acquisições da época da revolução, libertando a acção do exército dos estreitos lindes do campo de batalha, para lhe dar um campo incomparavelmente mais vasto; e assim a guerra, nas mãos dêsse *rei dos meios estratégicos*, toma o carácter de uma decisão absoluta.

Outro ponto para que o general Leer chama a atenção, como representando um dos característicos dos exércitos modernos a que nos temos referido, é a divisão da responsabilidade e da iniciativa nas unidades secundárias do comando. O carácter da acção de um comando, que tinha sido até Frederico II, por assim dizer, *unipessoal,* dependente exclusivamente da iniciativa do comando supremo,

obedecendo tudo o mais como que automàticamente, hoje, com o aumento extraordinário do pessoal dos exércitos, representa o trabalho *colectivo*, a colaboração do comando em chefe com os comandos das diversas unidades de que se compõe o exército, que é um organismo vivo, formado por organismos dispersos, mas espiritualmente ligados numa unidade. É ainda o lado *moral*, o elemento homem, — mas aqui o homem do comando, e portanto de um grau superior —, que determina o aperfeiçoamento e o progresso. A êsses homens, que se não limitam a cumprir cègamente as ordens recebidas, mas que por sua vez teem de proceder espontaneamente, segundo as circunstâncias do momento, com perfeito conhecimento da ideia fundamental da operação e da situação, em todo o teatro da guerra, e orientando-se êles próprios a todo o momento sem abandonar a orientação inicial superior, chama Leer *generais-estratégicos*. Essas entidades, o génio absorvente e autoritário de Napoleão não os conseguiu crear, sendo essa uma das razões da sua queda; porque os seus generais, essencialmente *táticos*, e que às suas ordens trabalhavam bem, nem sempre tinham condições para chefes independentes. Na opinião do general russo, que nos guia neste momento com o seu interessante estudo [1], alguns dêsses lugares tenentes de Napoleão (e cita como exemplo Ney, denominado o *bravo dos bravos* pela sua coragem física) eram destituidos da *coragem moral*, a coragem de uma resolução pronta e certa em harmonia com as circunstâncias do momento, o rápido *golpe de vista* do espírito que abraça a situação e encontra a solução adequada.

A sciência da guerra, nas suas concepções mais altas, — não como intuição genial de um homem como Napoleão, mas como um conjunto metódico e rigoroso de regras e

[1] *Journal des sciences militaires*, Tome 55. Juillet, 1894. *Quelques évolutions de la stratégie*, par le général Leer, de l'armée russe.

princípios —, teve a sancção suprema na guerra franco-alemã e está-a tendo na guerra terrível que neste momento vai travada na Europa e que traz empenhadas tantas nações. Provou-se e está-se provando, que é uma verdadeira sciência de aplicação. A estratégia não teve a illuminá-la o génio do «próprio Deus da Guerra», que é como Clausewitz classifica Bonaparte; mas apresentou-se como um processo quási matemático, como uma sciência exacta, que ensina a ser-se «o mais forte, no momento decisivo e no ponto decisivo».

E no entanto Moltke [1], como os atuais generais em luta, foi um legítimo discípulo de Napoleão I, cujos princípios de guerra, «de uma extrema simplicidade», como êle declarava, não ficaram formulados num tratado, mas que, evidentemente, constituiram um sistema raciocinado e metódico ao serviço de um génio sobrenatural. Com Napoleão parecia ter desaparecido a grande estratégia, de vôos amplos e temerários arrojos, sôbre a base dum plano de antemão delineado, segundo os melhores preceitos militares. A nação onde, ainda assim, os princípios napoleónicos subsistem, como sistema, é na Prússia, e hoje na França, que parecia tê-los esquecido. Foi êsse germen que tomou o maior impulso nas mãos de Moltke, na guerra de 1870, e na escola por êsse general deixada no seu país, e que agora se está manifestando brilhantemente na presente guerra, depois de uma longa e sábia preparação, pelo sistema de recrutamento, selecção nos comandos, organização das grandes unidades, aplicação das regras mais acreditadas pelo estudo e pela prática.

A acção de Joffre na organização do exército francês é realmente notável, mas longe está do que na Alemanha,

---

[1] Commandant Rousset, *L'art du Maréchal de Moltke.* — *Revue de Paris,* mai, 1898.

neste particular, se tem conseguido, numa preparação constante e sistemática de tantos anos, sem perda de unidade e num desenvolvimento crescente.

Já em 1866 a Prússia tinha mostrado que não esquecia o que os desastres de 1806 a haviam levado a aprender à sua custa. Nas mãos de Moltke, e posteriormente na sua escola, a arte militar atingiu um alto grau de perfeição. «A arte de Moltke não foi decerto creadora, mas constitue a adaptação mais notável que ainda se conhece da técnica napoleónica aos órgãos desmedidos do militarismo moderno». Estas palavras do major Rousset são a expressão de uma verdade incontestável, que os factos modernos ainda mais acentuam.

E, como se vê da correspondência militar do grande general, Moltke não foi só o executor, mas o propagandista desde 1857 da invasão da França e da unidade da Alemanha. E a matéria militar, como êle próprio declara, «as suas propostas foram sempre aceites pelo Imperador», sem que nunca nem na campanha de 1866 nem na de 1870, fosse reunido um único conselho de guerra para os apreciar ou discutir. Desde 1857 até 6 de maio de 1870, nada menos de vinte notas foram por êle redigidas em relação às operações contra a França.

E tão grande foi o impulso que Moltke imprimiu às instituìções militares do seu país, que ainda hoje êle subsiste, numa unidade de pensamento que torna verdadeiramente grande aquele país.

(Continua). **Cristóvão Aires.**

A VELHA LISBOA
E OS ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA NA CAPITAL

A benemérita Associação dos Arqueólogos Portuguêses acaba de tomar a iniciativa louvável de realizar no seu edifício social, no venerando monumento arruinado do Carmo, uma *Exposição Olisiponense* [1], na qual se reunam

---

[1] Para êste fim fez distribuir a seguinte circular:

Ex.^{mo} Senhor. — Tendo a Associação dos Arqueólogos Portuguêses resolvido, para comemorar o seu quinquagéssimo aniversário, organizar uma exposição de caracter essencialmente regionalista, no que diz respeito à indústria cerâmica, à bibliografia e à iconografia desta cidade de Lisboa e seu termo, vimos rogar a V. Ex.ª, pelo conhecimento que temos da alta cultura e do gosto artístico de V. Ex.ª, se digne concorrer para tornar mais luzida essa exposição, solicitando, ao mesmo tempo, a extrema fineza de nos informar, caso o nosso pedido seja julgado atendível, quais os objectos que V. Ex.ª destina à exposição, pois de tal conhecimento depende o agenciarmos o respectivo seguro durante a sua permanência neste museu.

Afim de que V. Ex.ª possa, mais fàcilmente, corresponder ao nosso pedido tomamos a liberdade de aqui transcrever o programa de tal exposição que, contamos, seja inaugurada no dia 2 de janeiro do próximo ano.

Exposição Olisiponiana — Programa: — Grupo 1.º — *Cerâmica* — Produtos das antigas olarias de Lisboa e seu termo.

Grupo 2.º — *Plantas, prespectivas e vistas panorâmicas de Lisboa,* anteriores à transformação da cidade (1880).

Grupo 3.º — *Bibliografia Lisbonense* — *a*) Monografias e panegíricos. — *b*) Roteiros, folhinhas, calendários, folhetos e mapas

interessantes documentos gráficos, literários, indumentários e cerâmicos, respeitantes à vida antiga da formosa cidade do Tejo. A iniciativa teve, como não podia deixar de ter, o incondicional aplauso, não só da *Academia das Sciências,* que ali acode com os elementos comprovativos do interêsse que sempre lhe teem merecido os estudos arqueológicos da capital, como também de quantas associações e academias scientíficas, e de quantas pessoas doutas e ilustradas em Portugal existem [1].

A compreensão do alto valor desta *Exposição,* se a ela acudirem todos os elementos, que certamente acodem, não carece de afirmar-se, porquanto e tanto mais que, em Portugal se nota uma sensível carência de estudos e trabalhos definitivos, que facilitem ao cidadão culto, o conhecimento da história retrospectiva das terras da sua Pátria, dos pormenores, tão poéticamente belos, da vida e costumes

---

divisionários das paróquias. — *c*) Crónicas e memórias àcêrca de edifícios civis e religiosos de Lisboa.

Grupo 4.º — *Vária* — Documentos diversos que interessem a etnografia e a etnologia da cidade.

A recepção dos objectos, na séde da Associação — Museu do Carmo — efectua-se desde esta data até 15 de Dezembro próximo.

Associação dos Arqueólogos Portuguêses no Edifício Histórico do Carmo — Lisboa, em 20 de Novembro de 1913. O Presidente da Assembleia Geral, *Alfredo da Cunha;* o Presidente da Direcção, *D. José Pessanha;* o Presidente da Secção de Arqueologia Lisbonense, *José Queiroz.*

[1] «**Exposição Olisiponense.** — *Louvor.* — Tendo terminado a Exposição Olisiponense no Museu do Carmo e tendo em atenção a importância que ela apresentou pelo recheio de grande valor etnológico e histórico que continha, principalmente em cerâmica, cartas, planos, estampas e espécies bibliográficas àcêrca de Lisboa e ainda por haver constituído por si um excelente meio de ilustração histórica e cívica populares, o sr. Ministro da Instrução mandou louvar a secção de arqueologia lisbonense da Associação dos Arqueólogos Portuguêses, que com tanta proficiência levou a efeito a exposição». (Notícia do *Século* de 14 de maio de 1914).

das gerações que passaram, bem como de todo o precioso património artístico que nos legaram nossos avós, quer em monumentos arquitectónicos, quer nos mil variados ramos da Arte pura e da arte aplicada, em esculturas, em imagens, em artefactos de ourivesaria e da cerâmica, em mobiliário, na indumentária de toda a ordem, na tipografia, na gravura, etc., etc.

Herculano, que pelas suas investigações resuscitou nas páginas dos seus livros, as antigas eras do velho Portugal, dizia-nos, falando do estudo retrospectivo da cidade antiga, estas palavras, que no momento presente devemos repetir, porque elas sintetizam o sentimento profundo que inspirou a sua obra, e que deve constituir perenemente a alma dos estudos arqueológicos.

«Como debaixo dos pés de cada geração que passa na terra dormem as cinzas de muitas gerações que a precederam, assim, debaixo dos fundamentos de cada cidade grande e populosa das velhas nações da Europa jazem alastrados os ossos da cidade que precedeu a que existe. Como de pais a filhos as diversas gerações se continuam e entreteem, sem divisão, semelhantes à túnica inconsútil do Christo, assim a cidade antiga se transmuda imperceptivelmente na nova cidade, etc.» [1].

Não sòmente, as grandes capitais e cidades das nações estrangeiras, como Paris, Londres, Roma, Florença e tantas outras, teem a sua crónica escrita em volumosos tomos descritivos e críticos, mas até as mais humildes cidadesinhas de pequenos países se ufanam de vêr a história dos seus monumentos, das suas ruas e praças, dos sítios pitorescos ou notáveis por acontecimentos passados, das suas tradições locais, dos seus museus e reliquias históricas, documentalmente arquivada, com desvelado cari-

---

[1] *O Monge de Cister*, Prologo, pag. v e vi.

nho, em livros ao alcance de todas as bibliotecas e de todos os estudiosos. São êsses livros as modernas Biblias locais, onde os cidadãos de amanhã aprendem a conhecer, desde a escola, as glórias, as virtudes de seus maiores e as páginas de pedra e de arte da terra que lhes foi berço. Bastará citar, como exemplo ocasional, que ora me ocorre, porque muito o notei, o caso da pequeníssima cidade de Verviers, na extrema fronteiriça da Bélgica, povoado de uns 50:000 habitantes, onde filhos dedicados daquela terra escreveram e publicaram obras, não só subordinadas ao titulo de — *Verviers pittoresque,* como tambêm a — *Histoire de la ville de Verviers (période française et période hollandaise* — 1794-1830) [1]. Esta obra, em dois volumes, escrita pelo dr. Lejaer, constitui um trabalho beneditino de investigação nos arquivos da cidade, um farto compêndio de documentações históricas, que fazem o orgulho e o enlevo de todo o bom *viervetois,* que pensa no passado administrativo, histórico, artístico e político da sua terra!

Que temos nós outros, os lisboetas, para contrapôr, nos fastos dos estudos arqueológicos e históricos da cidade, comprovativos indispensáveis da nossa civilização pretérita e presente, áquele luminoso exemplo, que ao acaso busquei, como poderia ter apontado milhares de exemplos igualmente frisantes, não só no estrangeiro, como até mesmo, em outras cidades e vilas do nosso Portugal, sob êste ponto de vista mais afortunadas que a vetusta cidade de Ulisses?

Camões, que dizia:

> E tu nobre Lisboa, que no mundo
> Facilmente das outras és princêsa,
> Que edificada fôste do facundo,

[1] *Histoire de la ville de Verviers,* par le docteur Lejaer. — Verviers, 1903-1907, Imp. Fréguenne, rue du Collège.

Por cujo engano foi Dardânia acêsa;
Tu, a quem obedece o mar profundo, etc. [1].

amava, sem dúvida, idolatradamente, a velha cidade do Tejo, presumidamente sua pátria talvez, e de certeza o túmulo imenso da sua felicidade e da sua vida, e, onde, aqui ou alêm, em sítio ignorado ou em consagrado mausoleu, seus restos inspiram às gerações successivas, como acrisolado símbolo, o amor da Pátria, que em seu peito de heroi, e em seus versos de Poeta, tão brilhante e perduràvelmente se afirmou. Nela, nesta velha cidade, à beira Tejo, achara Luis de Camões o enlevo de seus sonhos de poeta enamorado; nela perdera a esperança de risonhos prometimentos; a ela volvera pobre e mísero, com o seu lendário Jau; nela curtira afrontas, esmolara os últimos dias da vida tão gloriosa, e nela emfim morrera pobre, esquecido e só, ou em Sant'Ana, segundo se julga, ou no catre de um hospital, como morrera o prestante António Galvão, e talvez mesmo sepultado no cemitério dos pobres [2] ou em mal averiguada campa no Convento das freiras de Sant'Ana.

Prosadores e poetas cantaram, como Camões, a formosa Olisipo, antes que os estudos de arqueologia se iniciassem intencionalmente em Portugal, e ainda depois disso, como o fizeram Gabriel Pereira de Castro e tantos outros seus filhos dilectos, apaixonados pela beleza irresistível do sítio e das tradições. Nenhum porêm, decerto lhe quis, nenhum tanto a honrou, como o imortal cantor a quem, com mui justo critério de gratidão, a cidade dedicou o seu dia festivo de feriado anual.

---

[1] *Lusiadas*, Canto III, Est. LVII.

[2] Vidé a minha notícia sôbre o *Cemitério de Sant'Ana,* no *Arch. Histórico Português,* vol. v, 1907, N.os 49 a 52, e *Camões* do dr. Teófilo Braga.

Através de todos os velhos cronicons e histórias, até ao tempo de D. Manuel, fartos elementos e notícias se coligem a respeito da velha cidade que Afonso Henriques e os cruzados arrancaram ao domínio mouro, conservando porêm, longo tempo, os infieis, como elemento de povoação, nos seus bairros privativos da Mouraria e da Judiaria; mas, são notícias e apontamentos dispersos, sem intuitos de arqueologia citadina, e que, só depois, a inteligente e dedicada pesquiza de investigadores conscientes, recolheu como documentação preciosa aos seus estudos, já então intencionalmente feitos, da história da capital.

É sòmente nos últimos anos do século XV, e ao despontar luminoso do século XVI, que a arqueologia surge entre nós, com a sua varinha de mágico condão, pela qual a paciente e lúcida investigação dos estudiosos, faz reviver para os pósteros, a história que palpita em cada pedra, em cada árvore, em cada solar e em cada castelo, nas ruas e nas praças públicas, onde correu tanta vez o sangue dos herois e o sangue das vítimas. Aparece-nos ela concretizada, para nós outros, naquele velhinho, frade domínico, mestre de infantes, que fizera a sua educação literária e scientista na Flandres e na França, o doutor André de Rezende, mestre André, êsse antiquário que em toda a Europa culta foi conhecido, o grande amigo de Erasmo, o que, recolhido á sua casinha de Évora, todo se dedica às antiguidades do velho Portugal e às da sua querida cidade, creando o primeiro museu de antiguidades eborenses e aporfiando em deletrear velhas epígrafes e letreiros romanos e pré-romanos. É êle, incontestávelmente o fundador da arqueologia portuguêsa.

E tanto mais notável é essa iniciação scientífica, quanto é certo que Mestre André de Rezende não era mèramente um dêsses antiquários esquadrinhadores de bugigangas e velharias, que mais excitam o riso do que aproveitam à Sciência e à Humanidade! Não! Rezende, iluminado pelos

lampejos do brilhante enciclopedismo do Renascimento, era à compita, orador sacro e compositor de música, poeta e humanista, latinista insigne que nos deixou nas suas obras — *Antiguidades da Lusitânia* e — *História das antiguidades da cidade de Évora,* tanto como nas suas poesias e outros escritos, um testemunho eterno e irrefragável do seu grande e esclarecido espírito.

Só muito ao de leve se ocupou porêm, o mestre e fundador da Arqueologia Portuguêsa, da cidade de Lisboa, à qual contudo fixou a denominação rigorosa de *Olisipo.*

Amigos de Mestre André, seus discípulos e outros escritores coevos, tomaram de suas mãos o encargo, e com honra e lustre se desempenharam, ligando os seus escritos, alguns dêles infelizmente inéditos e perdidos, à história retrospectiva da velha Lisboa.

Diogo Mendes de Vasconcelos, que de perto conheceu o Mestre André de Rezende e intimamente tratou com êle, seu primeiro biógrafo e também como êle latinista e arqueólogo apaixonado, anotou os quatro livros (únicos dos projectados dez que Rezende tencionava escrever) — das — *Antiguidades Lusitanas* [1], aditando-os com os seus scólios latinos, escreveu o livro quinto, do *município eborense,* afirmando-nos Barbosa, que êle deixara, manuscrita e inédita, uma — *Descripção larga da cidade de Lisboa*, e

---

[1] Mihi — *De antiqvitatibvs* | *lvsitaniæ* | *libri qvattvor* | *A. L. Andrea Resendio inchoati, a Jacobo Mendez de Vasconcellos absoluti: & quintus* | *liber de Municipij Eborensis antiqui* — | *tate ab eodem conscriptus.* | *Cum alijs opusculis, versibus, & soluta oratione ab* | *eodem Jacobo Mendez de Vasconcellos, Michaele* | *Cabedio, & Antonio Cabedio elaboratis.*

Quæ omnia collegit, emendavit, ac Typis summa indu|stria commisit Doctor Gondisaluus Mendez de ¦ Vasconcelos, & Cabedo Lusitanus. — Romae, Apud Bernardum Basam, M. D. XCVII. | *Superiorum permissv.*

1 vol. 8º peq., 22 pag. in. — 576 pag.

um -- *Mapa de Portugal em verso* — obras de que até hoje não apareceu cópia ou traslado algum.

Idêntico estudo, uma — *Taboa geográfica de Portugal* — deixou, com as suas numerosas obras literárias, á Congregação do Oratório, de Roma, em 1581, outro não menos famoso discipulo de André de Rezende, — o poeta bibliotecário do Cardeal Sforza, Aquilles Estaço, membro de uma família ilustre Alentejana, na qual teremos de registar ainda outro arqueólogo do século XVII.

Por aquêle tempo porêm, dos meiados do século XVI, entre os cultores do estudo de antiguidades, a que me referi, dois sobrelevavam pelo seu espírito culto de célebres humanistas da Renascença. Um, tambêm amigo de Erasmo, e com o qual André de Rezende, que para Portugal trouxera os sapientes João Vaseo e Nicolau Clenardo, mantinha afectuosas e amistosas relações, que até em suas obras e dedicatórias ficaram registadas, era o famoso cronista de D. Manuel, Damião de Goes, o perseguido da Inquisição, e o outro era o não menos célebre Francisco de Olanda, o imaginoso artista e escritor fácil e fluente, que na Itália privava com Miguel Angelo e era acolhido com apreço por D. João III, por Carlos V e por Francisco I.

Damião de Goes, entre as suas obras latinas, deixou-nos a — *Descripção de Lisboa* (1550) [1] modernamente reimpressa, e Francisco de Olanda, interessado pelo desenvolvimento artístico das belas cidades italianas, enderes-

---

[1] *Urbis Olisiponis descriptio — per Damianum Goem equitem Lusitanum. In qua obiter tractantur etc.* — Eboræ, apud Andræam Burgésem, typographu illustrissimi principis Henrici Infantis Portugaliæ, 1554 — in 4º peq. de 24 fl. — Portada formada por 4 vinhetas, dentro o título, e em cima as armas de Portugal. — Um exemplar dêste folheto apareceu há pouco (1910) à venda no Catalogo de uma livraria, pelo preço de 60$000 reis.

sava à cidade do Tejo a sua memória, que intitulou — *Da Fabrica que falece à cidade de Lisboa* (1571) [1] — que só teve recente e muito limitada divulgação tipográfica, existindo a cópia manuscrita na Biblioteca desta Academia das Sciências.

Pretendeu o rei D. Manuel, segundo nos afirma Luis Marinho de Azevedo, consagrar a sua opulenta capital, ao seu tempo o empório do comércio do oriente, a cidade de *muitas e desvairadas gentes,* com uma — *Historia de Lisboa* — «tão perfeita como ela e suas grandezas mereciam» cometendo êste trabalho ao bispo Paulo Jovio. Mas os seus desejos malograram-se.

É certo que em bela caligrafia gótica dêsse século, nos aparece a *Estatística manuscrita de Lisboa* (1552) precioso códice de autor anónimo, que se conserva na *Biblioteca Nacional,* e de onde Ribeiro Guimarães, em 1872, extraiu e publicou muitas e interessantes informações. E, pouco depois, um viajante, o Padre Duarte Sande, escrevia a sua — *Lisboa em 1584.* Já porêm, desde 1551 Lisboa possuia emfim o — *Sumário em que brevemente se contem algumas das cousas assim eclesiasticas como seculares, que ha na cidade de Lisboa* — obra escrita pelo guarda-roupa do arcebispo, de nome Cristóvão Rodrigues de Oliveira.

É êste sem dúvida o primeiro livro que expressamente se dedica à arqueologia da cidade, descrevendo-nos, ou antes quási que só enumerando, as suas freguezias, capelas, ruas, confrarias, visinhos, hospitais, mosteiros, alcai-

---

[1] Doze capitulos, com 27 desenhos, editada pelo Sr. Joaquim de Vasconcelos, sob o título de: — *Francisco de Holanda* — Manuscritos inéditos do século XVI publicados pela primeira vez sôbre o autógrafo da Bibliotéca Rial da Ajuda: — (*a*) *Da Fabrica que fallece à cidade de Lisboa;* — (*b*) *Da sciência do desenho.* — Pôrto, 1879, 108 pag. — *Archeologia artistica,* n.º 6.

darias e oficiais de ofícios, com uma resumida notícia de sua origem e aumentos.

Com o alvorecer do século XVII surgem-nos novos cultores dos estudos arqueológicos, consagrando em especial as suas obras à história das antiguidades de Olisipo. Vem logo, do último quartel do século XVI para o primeiro do século XVII, o filólogo notável e vulgarizador das crónicas dos reis, Duarte Nunes de Leão, que nos deixa o — *Exame de antiguidades* e a — *Descripção do reino de Portugal* (1610), e o capitão-mór das armadas e governador das colónias Luis Mendes de Vasconcelos, que no seu livro — *Do sítio de Lisboa,* impresso em 1608, e com repetidas edições, se ocupa quási exclusivamente da feição económica do sítio de Lisboa e do seu termo, discreteando em forma dialogada, alvitres e opiniões que para o seu tempo representam um largo alcance de vistas que, antecedendo o livro do italiano Antonio Serra (1613), se tornaram precursoras de notáveis teorias económicas, mais tarde afirmadas pelas escolas italiana, inglêsa e francêsa, apregoando os monopólios do comércio colonial como base do enriquecimento dos Estados.

O trinitário fr. Nicolau de Oliveira, depois de estar na Berberia, tratando do resgate dos cativos, aguilhoado pelas perguntas repetidas que em Sevilha lhe faziam as pessoas gratas da cidade sôbre se Lisboa seria tão grande, tão formosa e bem provida como a cidade ridente do Ebro, tida como a pérola da Andalusia, dizia ufano da sua terra, que julgava que Lisboa poderia conter em seus muros tres Sevilhas, e — sorrindo-se êles, o frade acrescentára num hiperbólico encarecimento a rivalizar por certo com as espanholadas com que o aturdiam — «que se não admirassem, nem cuidassem que era grande a comparação que avia feito, ou que excedia nela, porque no que tocava à sua grandeza tinha outra mayor, que era terem sinco légoas em redondo, que vem a fazer trinta e duas de circunfe-

rência, mais de quatro mil casais (alem das Vilas, que são vinte e tres e alem dos Logares e Aldeas, sam desesette) e faz tanta fermosura esta multidão de quintans, e casaes, que parece aver competencia entre este circulo, e o céo sobre qual tem mais, se elle de estrellas, se este circulo de cazas, e quintans, avendo outra grandeza muyto de notar, que não se sáe desta cidade pera nenhuma parte, que se não caminhe algumas legoas per entre lugares, povoações, quintas, e cazaes e tam habitado tudo, e povoado que estão sempre as estradas tam chêas de gente, como as ruas de Sevilha, e de outras populares cidades».

E de regresso ao reino e ao seu convento da Trindade fr. Nicolau quiz largamente confirmar o seu dito e escreveu a sua obra — *Livro das grandezas de Lisboa*, pela primeira vez impresso em 1620, em que nos descreve o sítio, antiguidade e fundação da cidade do Tejo, seus monumentos, freguezias, provimento, ofícios, tribunais, armazens, mercados, hospitais, fortalezas, rendimentos e gastos, erguendo à capital uma memória condigna, já muito mais ampla e completa do que o curioso e antigo — *Sumário* de Cristovão Rodrigues de Oliveira.

Outro filho de Olisipo, o capitão Luís Marinho de Azevedo ía porêm, pouco depois, reunir em dois livros o que conseguiu coligir, entre o histórico e o lendário, e recopilando de permeio com as mais extravagantes fábulas de antigos escritores, quanto respeita á — *Fundação, antiguidades e grandezas da muy insigne cidade de Lisboa e seus varoens illustres em santidade Armas e letras. Cathalogo de seus prelados, e mais cousas ecclesiasticas e politicas até o anno de 1147, em que foy ganhada aos Mouros por Elrey D. Affonso Henriques.*

Nestas duas partes dêste livro, publicado em 1645, que infelizmente não abrange período mais largo da vida histórica da cidade, e onde a par de inumeras citações literárias recopilou o auctor grande número de inscrições

epigráficas e de tradições romanas, afirma-se em numerosos capítulos de velha prosa a fundação de Lisboa por Ulisses, confirmando a tradição poética que Luís de Camões levemente cantara e à qual Gabriel Pereira de Castro, o bracarense, dedicara num poema extenso a — *Ulisseia* (1636) todo o seu estro poético, como consagração gloriosa.

Logo depois, 1640, o polígrafo António de Sousa de Macedo dedicava-lhe egualmente um poema heroico, talvês com mais propriedade denominado *Ulyssipo* [1].

Seguindo a tradição, que tantos antigos escritores latinos e estrangeiros consignaram em prosa e em verso, da atribuida fundação da cidade de Tejo por Ulisses, repetida por André de Resende, dissera Camões:

> Vês outro, que do Tejo a terra pisa
> Despois de ter tão longo mar arado,
> Onde muros perpetuos edifica,
> E templo a Pallas, que em memoria fica.
> Ulysses he que faz a santa casa
> Á Deosa, que lhe dá lingoa facunda,
> Que se lá na Asia, Troya insigne abraza
> Cá na Europa Lisboa ingente funda.

E Gabriel Pereira de Castro, contando a dramática lenda mitológica assim nos diz:

> Á cidade fatal, que então nascia,
> Um lhe chama Ulyssipo, outro a nomeia
> Pelo famoso Ulysses, Ulysseia.
> ....
> No mais alto do escudo torreado
> Lisboa estava, aos seculos futuros
> Dando leys, sobre as margens assentada
> Do Tejo, que a rodêa em cristaes puros,
> Onde na veia clara, e socegada

---

[1] Lisboa, 1640, por António Alvarez.

Forma imortal traslado de seus muros,
E em cujos campos pasce o verde feno
O cavallo do perfido Agareno.

Canto x — est. 48.

E tanto interesse iam despertando nêste século XVII as antiguidades de Lisboa, que um digno sucessor dos Oliveiras e de Marinho Azevedo, retomava o assunto, deixando um valioso manuscrito inédito sobre o mesmo objecto da arqueologia citadina, obra que felizmente, ha pouco, graças ás diligências eruditas do sr. dr. Mendes dos Remédios e de Simões de Castro, teve alfim publicação no *Boletim Bibligráfico* da Universidade de Coímbra.

Refiro-me ao estudo interessante do venerável antiquário António Coelho Gasco, natural de Lisboa, Cavaleiro Professo de Cristo, e juiz dos órfãos da cidade, que, falecido em 1666, legava aos pósteros três manuscritos notáveis as — *Antiguidades de Braga*, a — *Conquista e antiguidades de Coímbra* [1] e as — *Antiguidades de Lisboa* [2], cuja 1.ª parte e única, que ficou inédita, compreende 90 capítulos até à vida do Cardeal D. Afonso e a nota biográfica dos arcebispos de Lisboa.

Ia quási a extinguir-se este veio da literatura arqueológica olisiponense, formado por iniciativas isoladas de antiquários de educação fradesca, paciente, minuciosa, enroupada da linguagem hiperbólica e fantasiosa das lendas eruditas, mais ou menos filiadas nas mitologias antigas, para ceder o logar a uma nova corrente de erudição e de investigação, iniciada pelas academias, que por come-

---

[1] Publicado em Lisboa, em edições de 1805 e 1807.

[2] *Primeira parte das antiguidades da muy nobre cidade de Lisboa' imporio do mundo e princeza do mar oceano.* — Publicada no *Arquivo Bibliografico* da Biblioteca da Universidade de Coímbra, vols. I a XII.

ços do século XVIII enxamearam no Portugal de D. João V, tendo por primacial a *Academia Real de História,* para a qual transitaram em 1720 os antigos sócios da *Academia Portuguesa,* que desde 1717 efectuava as suas sessões na opulenta livraria do Conde da Ericeira, erudito e poeta. As futilidades ridículas de que se ocuparam durante longos anos as diversas Academias e Arcádias, das quais a dos — *Singulares* parece ter sido a primeira, fôram contudo o início dos trabalhos e estudos colectivos em que já começou a honrar o país a Academia Real de História, e que anos depois se converteram em verdadeiros trabalhos académicos, com a organização definitiva da Academia das Sciências. Estas Academias — «fôram — diz o sr. Júlio de Castilho — centros intelectuais, que principiavam a pôr em contacto, mais directo e íntimo do que até ali, as primeiras inteligências» — e vieram levantar o nível intelectual, ou quando menos, associar no bom sentido as vontades e esforços dispersos até então.

Foi na *Academia Real de História* que se apresentaram, e publicaram, na colecção dos seus documentos e memórias, trabalhos de alto valor, como a — *Biblioteca Lusitana, de Barbosa Machado,* a — *História Genealógica, de D. António Caetano de Sousa,* as memórias de *D. José Barbosa* e os preciosos estudos sobre epigrafia portuguesa do padre *Jerónimo Contador de Argote,* e se iniciou o famoso *Dicionario geográfico* do padre *Luís Cardoso,* de que só saíram os dois primeiros volumes (letras A-C), constituindo os questionários e respectivas respostas, que para a sua colaboração se formularam, um dos preciosos recursos que os arqueólogos encontram e a miudo compulsam no Arquivo Nacional, onde existem cuidadosamente conservados. A epigrafia tumular registrada por *D. António Caetano de Sousa, D. Tomás Caetano de Bem* e muitos outros, alguns anónimos, ocupa muitos volumes de manuscritos da Biblioteca Nacional, e o seu estudo filia-se ainda nos

importantes trabalhos preparatórios de reconstituição da História Pátria, iniciados por aquela douta Academia.

Foi tambem na séde onde ela funcionava, no paço dos duques de Bragança, ao Tesouro Velho, que, aproveitando as benéficas disposições do Alvará em que D. João V determinava a proteção aos monumentos antigos (Alv. de 20 de agosto de 1721) se organizou o primeiro — *Museu Arqueológico,* constituido por grande número de objectos antigos, interessante colecção inicial que o terremoto de 1755 tambêm subverteu.

Uma obra de vulto, sob o nosso especial ponto de vista da arqueologia de Lisboa, ia aparecer egualmente naquela quadra. Era o — *Mapa de Portugal antigo e moderno,* publicado em primeira edição em 1745, pelo beneficiado da Sé de Lisboa o padre *João Bautista de Castro,* obra magistral, que na parte terceira e na quinta, muito especial e largamente se ocupa da origem, antiguidades, monumentos e edifícios da capital. E, revendo, em 1763, a segunda edição da sua obra, o padre Bautista de Castro deixou-nos um precioso repositório de notícias referentes à cidade antes e depois do terramoto de 1755.

O calamitoso sucesso, sumindo nas ruinas e escombros da derrocada e do incêndio tantas preciosidades artísticas de toda a ordem, apagava, em grande parte, a tradição monumental e histórica da velha cidade; a violência da convulsão scísmica abatera os edifícios, as casas típicas, os paços e as egrejas; e as chamas vorazes do incêndio devoraram as bibliotecas, os quadros, os arquivos e os museus. De tão horrendo desastre só podia atenuar a mágoa imensa no espírito do arqueólogo e do estudioso, a enérgica obra do grande Marquês de Pombal, delineada por Manuel da Maia e Reinaldo dos Santos, levantando a cidade das suas ruinas, e erguendo sobre os destroços da horrível catástrofe uma cidade nova, alegre, arejada e sadia! E dessa reconstrução ainda o providente Marquês nos legou um

fértil manancial de utilíssimas notícias no livro que mandou imprimir sob o título de — *Memória das principais providências que se deram no Terremoto que padeceu a côrte de Lisboa no anno de 1755,* por Amador Patrício de Lisboa [1] pseudónimo que segundo alguns encobre a pena do próprio Marquês, ou segundo outros a do P.e Francisco José Freire.

Áparte um ou outro pequeno trabalho, os estudos de arqueologia em Portugal, e especialmente os estudos da da cidade de Lisboa, decairam em quási total abandôno, durante toda a calamitosa quadra que vem desde o terramoto até à implantação do constitucionalismo, ou melhor direi até à pacificação das luctas civis, em 1850.

Um elemento novo impulsionou o renascimento de tais estudos. Êste elemento constituiram-o as orígens do romantismo, capitaneado pelos três vultos, que, todos três, compreenderam claramente o papel que a tradição exerce sôbre a força vital de uma nacionalidade. Garrett, alma poética por excelência, encarnou nas suas obras, como já em um pequeno estudo meu [1] o fiz notar, todo o sentimento de poesia das tradições antigas, quer nos cancioneiros ou romanceiros populares, quer na obra dos grandes poetas, quer na arte pictural, quer nos velhos monumentos, em tudo onde transluz ainda, onde perpassa eternamente a vivida memória de nossos antepassados. Herculano, o historiador, revolve os pergaminhos dos arquivos, e documentalmente firma em novas bases, em sólidas provas escritas ha séculos, a tradição da vida nacional, ao mesmo tempo que lança um brado pela conservação e estudo dos monumentos an-

---

[1] Sem l. nem data, in-folio de 30-355 pag.

[1] *Garrett e a Archeologia Portugueza,* leitura na Associação dos Archeologos, por Victor Ribeiro, em 9 de junho de 1903; Separata do *Boletim*, Lisboa, tip. Lallemant, 1903. — Um folh. de 17 pag.

tigos. Castilho enfim, esboçando aquêles magistrais — *Quadros Históricos,* não só, como os outros chefes do romantismo, acentúa através das suas obras, especialmente em artigos dispersos na — *Revista Lisbonense* e hoje compendiados em muitos volumes da edição completa de suas obras, aquêle amor pelos estudos tradicionais, como até nos legou, educado nêsses sãos princípios, seu filho, Júlio de Castilho, que, como é notório, consagrou depois a sua existência inteira ao culto da sua querida pátria, da sua Olisipo, à qual ergueu o mais perdurável e valioso monumento.

De envolta com os numerosos sequazes do romantismo achamos os nomes de muitos que, incidentemente, trataram com carinho os assuntos arqueológicos ou históricos e bastará lembrar Rebello da Silva, Arnaldo Gama, Mendes Leal, Silva Tullio e tantos outros.

Estrangeiros ilustres que visitaram o país, e que àcêrca da sua arte e da sua arqueologia nos dedicaram memoráveis estudos, fortaleceram esta renovação do gôsto pelas antiguidades e tradições da nossa terra. Fôram êsses especialmente dois: o prussiano Raczinsky e Emilio Hubner. Êste último publica em 1871 as suas — *Notícias archeologicas de Portugal,* e o primeiro em 1845 a sua obra monumental — *Les arts en Portugal,* escudando-se no auxílio de outro prestante antiquário, o Visconde de Juromenha, o auctor da — *Cintra pinturesca* (1838).

Aos 9 de novembro de 1849, o distintíssimo antiquário padre Manuel da Gama Xaro, prior de uma das freguezias de Setúbal, e vigário geral do arcediagado, conseguia fundar naquela cidade sadina, a primeira sociedade arqueológica portuguêsa, sob o título de — *Sociedade Arqueológica Lusitana,* cujo principal objectivo era o da exploração das ruinas romanas de Trcia (Cetobriga) em frente de Setúbal.

Falta de recursos, desanimados os sócios, a benemérita

associação dissolvia-se em 1857, tendo dispendido nas excavações de Cetobriga, cêrca de um conto de reis, e tendo publicado em 1850 e 1851 os três únicos números dos seus — *Annaes*. A idéa porêm havia de vingar, e um homem de rara tenacidade e de uma dedicação sem limites, levou a cabo a emprêsa, entre nós sempre difícil de organizar e de manter com prestígio e renome, uma Associação, que, ocupando-se ha 50 anos, que neste precisamente se completam, dos estudos e diligências da arqueologia patria, tem sido o mais poderoso elemento, não só para acrisolar e estimular tão proveitosas indagações, como também, para promover a conservação e respeito por todos os monumentos tradicionais, que importa conservar.

Conforme já acentuadamente o escrevi, numa memória ao Congresso Nacional de 1910 e numa pequena comunicação ao IV Congresso de Turismo de 1911, êste assunto da conservação dos monumentos históricos e artísticos, ou simplesmete a inventariação dêles e de todos os sítios memoráveis e pitorescos, não interessa apenas a alma nacional, o elevado sentimento poético da nossa história e das velhas tradições; não! êste assunto é tambêm hoje, um assunto palpitante do industrialismo moderno, da vida económica da nação, pela sua influência como um dos mais preponderantes atractivos da indústria turística.

Êsse homem a quem pretendo referir-me, e que durante a primeira metade do século XIX se afirmou como arquitecto distincto, trabalhando assiduamente e proficuamente nas principais obras de ornamento da cidade, nos paços, nos edifícios públicos, nas casas particulares, no saneamento das povoações, era Narciso Possidónio da Silva, um nome venerando entre os mais venerandos pela sua tenaz e esclarecida dedicação patriótica aos estudos arqueológicos. É êle que em 1845 se propõe a realizar a medição e descripção minuciosa de todos os monumentos nacionais, base primeira para a elaboração exacta do seu *Inventário*,

obra até hoje por fazer, e da qual o *Conselho de Arte e Arqueologia* de Lisboa, tomou ha pouco a resolução benemérita de se ocupar activamente, e oxalá não desanime de tão útil e necessária obra. Foi êle que, em 1864, fundou — a *Associação de Arquitectos civis e Arqueólogos Portugueses,* actualmente denominada — *Associação dos Arqueólogos,* que de uma maneira tão brilhante comemora a sua meia centúria, organizando uma secção especial de — *Lisboa antiga* e promovendo a *Exposição Olisiponense,* que por seu turno motiva esta minha singela comunicação à Academia. E o fim a que viso, fazendo-a, é mostrar-vos, ou antes lembrar-vos, que nesta última metade do século que findou, é quasi exclusivamente áquela *Associação,* e a esta *Academia das Sciências,* quer por si mesmas, em acção colectiva e social, quer pela voz, pela pena e pelas diligências dos seus membros, que a Arqueologia portuguêsa deve os seus melhores e mais relevantes serviços. E não só a Arqueologia pátria em geral, senão que a arqueologia olisiponense em especial, acharam nestas duas corporações scientíficas os seus mais dilectos, dedicados e proficientes cultores.

O fundador da Associação dos Arqueólogos obtêm do Govêrno as ruinas históricas do Carmo, cheias de entulhos e de lixo, e ali estabelece o primeiro Museu arqueológico, iniciando a publicação do Boletim social, primeiro chamado — *Arquivo de Arquitectura Civil,* repositório de estudos, de memórias, de monografias e artigos sôbre os nossos artistas é os nossos monumentos.

Já desde 1834 a corrente literária contribuia com mais um elemento importante para o avigoramento e difusão dos estudos arqueológicos. Era o das revistas, algumas ilustradas, de vulgarização, que se ocupavam as mais das vezes da descrição dos monumentos, das obras de arte, de muitas pequenas notícias históricas. Tais fôram a — *Mnémosime Lusitana,* o *Mosaico,* o *Recreio,* o *Panorama,* o *Uni-*

verso Ilustrado, o *Archivo Popular,* o *Archivo Pittoresco* e tantas dezenas de publicações semelhantes. O Boletim da *Associação dos Architectos e Archeologos* era porêm, já, exclusivamente uma revista de estudos de arquitectura e arqueologia.

Conseguiu o incansável Possidónio reunir em volta de si um pequeno número de prosélitos; entendeu de útil propaganda traduzir e publicar em português o — *Curso de Arqueologia,* de Caumont, e logo depois outro volume da — *Arqueologia cristã,* inaugurando porfim, em 1885, nas salas da Associação, no edifício do Carmo, um curso público de arqueologia, começando as suas lições pela prehistória, cursos em que havia prémios conferidos pelo então principe real D. Carlos, e aos quais assistiam muitos alunos, especialmente arquitectos, conductores de obras públicas e artistas.

Um auxiliar, que de longa data vinha trabalhando na mesma obra de propaganda, Vilhena Barbosa, tambêm arqueólogo e académico dos mais ilustres, iniciara, em 1841, os seus estudos no — *Universo Ilustrado,* e consecutivamente honrara com alta colaboração o — *Arquivo Pittoresco,* onde inseriu uma série de artigos sôbre monumentos, quintas e sítios de Lisboa e de todo o país, artigos que depois reuniu (1886) em volumes sob o título de — *Monumentos de Portugal.* Já em 1860 escrevêra outra obra de não menor valia — *As cidades e vilas da monarchia portugueza,* e em 1874 coligiu em dois volumes os seus apreciáveis — *Estudos historicos e archeologicos.*

Nestas breves referencias à velha guarda dos pioneiros da sciência arqueológica portuguêsa, é justo não esquecer dois, que por mais obscuros e deslembrados, nem por isso menores serviços prestaram à mesma causa, e mais especialmente nos interessam agora, pelo que respeita aos estudos da velha Lisboa. Foi um dêstes beneméritos o erudito José Maria António Nogueira, que tanto aproveitou

na investigação do manancial copioso do Arquivo do Hospital de São José, cujos índices tanto lhe devem. Nogueira escrevia no *Jornal do Commercio* e no *Commercio de Portugal*, sendo dos seus mais notáveis estudos (1865) as — *Notícias àcêrca dos Hospitais existentes em Lisboa antes da fundação do Hospital real de Todos os Santos* — e a dos — *Antigos theatros de Lisboa ou Pateos das Comedias,* dos quais o último foi recentemente republicado no *Boletim dos Arqueologos* [1].

O segundo benemérito, a que me refiro, foi um minucioso e paciente colecionador de inscrições e epitáfios, António Joaquim Moreira, que deixou (1864) nove volumes manuscritos da sua — *Colecção de epitafios, inscripções e lettreiros* — abundante repositório, conquanto desordenado e desconéxo, que a Biblioteca da Academia possue, e do qual actualmente está fazendo a prestimosa publicação no seu *Boletim.*

«Peior porém que os terremotos para a arqueologia portuguêsa di-lo o mestre da — *Lisboa Antiga,* fôram os demolidores por oficio, os proprietários ignorantes, os edís vandalicos.» Em 1891, ainda o dedicado arqueólogo clamava: «É lastima ver com que desplante se demolem cada dia, como se fôssem torpezas, padrões interessantes, mais ou menos ligados á nossa gloriosa Historia!»

A crónica diária da benemérita *Associação dos Arqueologos,* dêsse punhado de crentes, apodados geralmente de piégas ridículos, tem sido porêm, em todos os tempos da sua vida social, bradar, clamar, reclamar e suplicar pela conservação dos nossos monumentos, e as mais das vezes, resignar-se tristemente a registar nas actas das suas sessões os seus protestos indignados. Os iconoclastas e os indiferentes nada ouvem, a nada atendem,..... e a picareta

[1] Vol. XII.

não pára no seu trabalho demolidor, sumindo nos entulhos as memórias representativas do passado.

A protecção oficial à arte e à arqueologia vem de longe nos nossos anais, mas em muito indecisos tentamens. D. Sebastião quiz debalde nobilitar os pintores, que lá fóra, na Itália e na França eram verdadeiros senhores, tratando como potências os pontífices, os reis e os mais orgulhosos fidalgos. D. João V é quem, em 1721 (no Alvará de 20 de agosto, a que já me referi) ordenava que a *Academia Real de História* reunisse e conservasse as estátuas da antiguidade, cuja destruição seria punida com severas penas.

Um alvará de 4 de fevereiro de 1802, do Príncipe Regente D. João, transferia o encargo da vigilância pela conservação e integridade das preciosidades arqueológicas, da extincta Academia Real de História, para a Biblioteca Nacional de Lisboa, incumbindo dessa zelosa fiscalização o Bibliotecário-mór. Em 1858, o funcionário que ocupava êste alto cargo era Mendes Leal, que, em ofícios e relatórios reclamava do Govêrno providencias necessárias para poder tornar efectivas as sábias determinações daquêle antigo alvará. Ao mesmo tempo, como já disse, o ilustrado escritor ocupava nobremente a sua pena escrevendo as suas tentativas arqueológicas e artísticas sôbre — *Monumentos Nacionais*.

Vilhena Barbosa, apresentando, em 1880, à Associação dos Arqueólogos um extenso relatório àcêrca dos nossos monumentos e da sua conservação, e elaborando por assim dizer o primeiro esbôço do seu inventário, como que lançava as bases fecundas da organização do — *Conselho Superior dos Monumentos,* para cuja regulamentação apontava os salutares modelos das leis francesas de 19 de fevereiro de 1839 e 19 de fevereiro de 1841.

Tarde fructificou êste alvitre de Vilhena Barbosa, porquanto, com a lentidão dos progressos da vida nacional,

só 18 anos depois, em 1898, o ministro Elvino de Brito realizava a creação daquele Conselho, tão bem auspiciado pela lei que o fundava (de 9 de dezembro de 1898) como pelo nome dos membros que o compunham, mas, que na sua acção se externizou tão insuficientemente, não deixando de si memória condigna da grandiosa idéa que para a sua existência de ha tanto tempo se andava reclamando.

Embora o novo instituto oficial não correspondesse ás aspirações dos arqueólogos, não vamos contudo concluir que nula fosse a obra do extincto — *Conselho Superior dos Monumentos,* de cujos trabalhos nos restam, a atestar o valor e dedicação dos seus vogais, algumas monografias e relatórios de Luciano Cordeiro, de Ramalho Ortigão, de Gabriel Pereira e de Augusto Fuschini, de Joaquim Rasteiro e de outros, bastando citar agora, nesta rapidíssima revista retrospectiva, a publicação por êsse Conselho aprovada do monumental — *Diccionario dos Arquitectos, Engenheiros,* etc., elaborado patrióticamente pelo vogal daquêle Conselho, académico e arqueólogo dr. Souza Viterbo.

Êste *Conselho Superior,* que viera substituir a antiga *Comissão dos Monumentos* (creada em 1894) foi ainda transformado em 1901, obtendo depois a *Associação dos Arqueologos* que o seu Presidente fôsse vogal nato daquela Corporação, suprema vigilante pelos destinos da Arqueologia pátria.

Implantado em 1910, pela Revolução de 5 de Outubro, o novo regimen Republicano, e sendo para registar que os vandalismos e depredações praticadas pelas turbas, nos seus furores revolucionários contra a corôa e contra o altar, fôram devéras insignificantes, mórmente se os compararmos com os vandalismos e mutilações que em anteriores épocas normais de tranquila paz política, fôram inflingidos aos nossos mais belos monumentos e relíquias históricas, pelas próprias entidades burocráticas e administrativas, e

até mesmo pelo pessoal técnico das obras públicas, cumpre notar, nesta resumida resenha, que o Govêrno Provisório não descurou, entre tantos e tão urgentes assuntos que o assediavam, a questão da conservação dos monumentos e dos objectos de Arte e de Arqueologia, pois que, o ministro das Finanças José Relvas, ordenando a organização do Museu de Arte Religiosa de Mafra, e tomando em consideração diversas conclusões aprovadas pelo IV Congresso Internacional de Turismo, reunido em Lisboa em 1911, relativas à protecção do Estado e das municipalidades aos monumentos históricos e artísticos, promulgava os seus decretos, com fôrça de Lei, de 19 de novembro de 1910 e de 26 de maio de 1911, dificultando o exôdo dos objectos de arte e reorganizando completamente os serviços artisticos e arqueológicos, verdadeiras leis protectoras dos monumentos, pela última das quais se criaram os — *Conselhos de Arte e Arqueologia* e os respectivos — *Museus*. Foi nestes Conselhos, que, por fim, e muito recentemente, se tratou, como referi (por iniciativa de D. José Pessanha e oxalá se não descure a execução completa desta iniciativa), de se proceder à inventariação total do nosso património histórico e artístico.

Ao notabilíssimo grupo de fundadores dos modernos estudos arqueológicos portugueses, muitos dos quais se iam sumindo na paz da sepultura, sucedeu-se, na segunda metade do século XIX, um novo grupo de dedicados e valiosos continuadores.

A prehistória, que Pereira da Costa e Carlos Ribeiro tão brilhantemente iniciavam nos terrenos terciários e quaternários de Portugal, achava uma numerosa coorte de de sectarios em Nery Delgado, Possídonio, Filipe Simões, Rocha Peixoto, Leite de Vasconcelos e muitos outros, conseguindo reunir em 1880 em Lisboa o celebre — *Congresso Internacional de Antropologia,* por motivo do qual visitaram o nosso país os mais notáveis e venerandos pa-

triarcas dos Estudos Prehistóricos, tais como, por exemplo, Quatrefages, Cartaillac, Henri Martin e tantos outros.

Os estudos da Arqueologia geral, e em especial da Arqueologia Histórica, alastravam pelo país, determinando a creação de investigações e de museus regionais. Ao norte de Portugal, o venerando Martins Sarmento, creava o Museu e a — *Revista Arqueológica de Guimarães*, publicando estudos valiosíssimos e obtendo preciosos elementos arqueológicos. Alem dêle, em outras localidades das províncias setentrionais lembram-nos agora outros trabalhadores intemeratos como o abade de Tagilde e Albano Bellino. No Pôrto, creara-se havia muito tempo o Museu Allen [1], e proseguiam os seus estudos Joaquim de Vasconcelos, José de Sampaio (Bruno), o abade de Miragaia Pedro Augusto Ferreira e muitos outros. Em Vizeu havia o erudito e dedicadissimo Maximiano de Aragão; na Guarda a Sé monumental era restaurada pelo arquitecto Rozendo Carvalheira e encontrava um investigador que minuciosamente a descreve, o dr. Gama e Castro [2]. Coimbra tem a sapiente corporação do *Isntituto*, onde se funda o riquíssimo Museu Arqueológico, com o produto das excavações de Condeixa a Velha e dos estudos aporfiados de Filipe Simões, Adolfo Loureiro, Martins de Carvalho, Simões de Castro, Borges de Figueiredo e finalmente com os de António Augusto Gonçalves, o promotor e artístico dirigente da exemplar restauração da Sé Velha. A Figueira da Foz, conta com Santos Rocha, e Fernandes Tomás; Alcobaça tem o seu cronista Vieira Natividade, coligindo um pequeno núcleo de curiosidades históricas, e abalançando-se às investigações

[1] Leia-se — *O Museu Municipal do Pôrto e o seu estado presente e futuro* relatório escrito pelo relator Joaquim de Vasconcelos, Porto 1889.

[2] Dr. José Osório de Gama e Castro — *A diocese e o distrito da Guarda*, 1903.

prehistóricas das grutas do concelho; de Santarem ocupam-se Zeferino Brandão e J. Arruda, reunindo-se no velho e histórico monumento de S. João Alporão o precioso museu arqueológico regional.

Tomar e Mafra teem os seus historiadores; Cintra com os seus paços tiveram no visconde de Juromenha e no conde de Sabugosa eméritos narradores; Cascaes e Setubal teem as suas memórias descritivas; Beja funda um curioso museu municipal. Evora, a terra das velharias arqueológicas, como Coimbra, ajunta desde épocas mais remotas, por iniciativa do bispo Manuel do Cenáculo o núcleo primordial do opulentíssimo museu, que conserva o nome do fundador, e a êle reune outros monumentos escritos, nas obras copiosas e eruditas de Filipe Simões, de Gabriel Pereira, de António Francisco Barata, e de outros. Em Serpa, no coração do Alemtejo, Ladislau Piçarra e Dias Nunes coligem na excelente revista — *A Tradição,* elementos para a etnologia e arqueologia da provincia do sul. O Algarve, finalmente, é objecto dos preciosos estudos de Estácio da Veiga, que reune em Lisboa a colecção documental da sua obra — *Antiguidades monumentais do Algarve,* colecção hoje em parte incorporada no Museu Etnológico de Belem; de Pereira Boto, que cria o Museu lapidar Infante D. Henrique em Faro, hoje miseravelmente arrumado e enfardado, e de Ataíde de Oliveira, com as suas monografias e estudos tradicionais; e dos livros valiosos e lidos com agrado de Ferreira Moutinho e Júlio Lourenço Pinto. E como êstes, citados de corrida, quantos outros, numa referência exacta e completa teriamos de memorar, na longa fileira dos arqueólogos regionais do nosso país!

E se voltarmos a nossa atenção para obras de interêsse mais geral, vemos que alguns livros ha a registar, de cuja publicação, pelos serviços relevantes que prestam aos estudiosos, a Arqueologia Patria muito tem que louvar-se.

Após as monumentais emprezas do — *Mapa de Portugal,*

da — *Chorografia Portuguesa* do P.ᵉ António Carvalho da Costa, e do — *Dicionário Chorográfico de Portugal* do P.ᵉ Cardoso, veiu reatar os trabalhos dêste genero o paciente e benemérito Pinho Leal, com o seu — *Portugal Antigo e Moderno,* primeiro dicionário descritivo do nosso país, onde com erudição e cuidado beneditino o autor acumulou um sem número de informações inéditas e de notícias dispersas por volumes e obras de mui vária natureza. Empresas, em parte análogas, e mais ou menos perfeitas, tentaram posteriormente realizar o mesmo fim; taes são o — *Dicionário geográfico,* o — *Dicionário Popular* e o — *Portugal.* Do mesmo modo a reprodução gráfica dos nossos monumentos, que o *Archivo Pitoresco* iniciara no primeiro meiado do século XIX com as suas gravuras em madeira, renovou-se em 1879, no — *Portugal Pitoresco,* de Augusto Mendes Simões de Castro, de que só saiu um volume, e em 1883 no — *Portugal Pitoresco,* em que as vistas em oleografia, cópias de aguarelas de H. Casanova, o mestre dos aguarelistas portuguêses, eram acompanhadas de artigos de Pinheiro Chagas. Depois, um sem número de revistas ilustradas puzeram ao alcance de todos os leitores os clichés fotográficos dos nossos monumentos. Avultam entre essas reproduções artísticas os clichés de Carlos Relvas e os de Emílio Biel, do Pôrto, colecionados êstes na magnifica publicação — *A Arte e a Natureza em Portugal.* Longe iríamos, se as tentações bibliográficas nos seduzissem a ponto de enumerar todas as revistas e as mil publicações periódicas ou não periódicas onde se encontram notícias, artigos, memórias e ilustrações referentes a assuntos artísticos e arqueológicos nacionais.

Apenas, sempre de relance, e sem a crítica especial que elas bem mereciam, teremos de registar algumas dessas revistas, que exclusivamente ou com raro e notável relevo se ocuparam de assuntos arqueológicos gerais, ou em especial da arqueologia olisiponense.

Logo após a creação do — *Museu Etnológico,* de que tem sido sapiente e dedicado director, o dr. Leite de Vasconcelos fundou o seu boletim — *O Archeologo Português,* que atualmente conta 15 grandes volumes, repositório precioso de documentos, investigações, memórias e notícias de toda a ordem sobre a especialidade de estudos arqueológicos e históricos. Veiu esta magnífica *Revista* emparceirar-se com a sua irmã mais velha, o antigo — *Boletim da Associação dos Archeologos,* e pouco tempo depois os eruditos e beneméritos Ricardo Severo e Rocha Peixoto fundaram a — *Portugalia,* de infelizmente efémera duração.

Os estudos históricos documentais ou arquivisticos que Herculano iniciara, alargando e seguindo os processos rigorosos de João Pedro Ribeiro, são proseguidos e melhorados com a minuciosa e bem orientada divulgação das preciosidades dos nossos arquivos. A paleografia tem vários e proficientes cultores; Gama Barros, o académico ilustre entre os mais ilustres, o trabalhador persistente, a despeito das suas enfermidades e desgostos, retoma com mão forte a pena decaída das mãos de Herculano, que abandonara as letras pela agricultura, e escreve a — *Historia da Administração Pública em Portugal,* obra que ainda está concluindo, publicando-a a expensas suas. Em tôrno dêle, revivem e avigoram a documentação da história pátria e da sua arqueologia monumental e artística, Costa Lobo com a — *Historia da Sociedade Portuguêsa no século XV;* Sousa Viterbo, Esteves Pereira, Brito Rebelo, Gabriel Pereira, Ramos Coelho, Pedro de Azevedo, David Lopes, e tantos outros, académicos, muito principalmente Braamcamp Freire, com os seus livros — *Crítica e Historia,* — *Sepulturas do Espinheiro,* — *Brasões da sala de Cintra* — e sobretudo com a fundação e sustentação da revista o — *Archivo Historico Português,* onde teem publicado os seus estudos arquivisticos os principais frequentadores da Tôrre do Tombo e de outros arquivos nacionais. O *Archivo Historico* constitue

a mais preciosa coleção de documentos referentes à vida histórica nacional, depois da — *Portugaliæ monumenta historica,* editada pela Academia das Sciências, e dirigida por Herculano, por João Basto e presentemente por A. Braancamp Freire, e da qual até 1897, sairam 5 volumes das suas diversas secções.

Após tudo isto, que representa apenas um fundo ao assunto principal desta dissertação, o qual é, como o título pretende indicar, *a arqueologia olisiponense,* é chegado o momento de fazermos pausa nestas divagações, necessárias aliás ao nosso propósito, para inquirir e perguntar, perante êste resumido quadro geral dos estudos arqueológicos do país, qual é a forma por que a bela capital da República Portuguêsa, a formosa Lisboa de Camões e de Gabriel Pereira de Castro, pode aparecer nesta resenha com a sua representação artística, erudita e monumental.

Sem a menor dúvida nem sempre tem sido auspiciosa a corrente da conservação das suas já hoje pouco numerosas tradições monumentais e artísticas. Palácios, egrejas, padrões de antigas eras, arcos e muralhas, tudo ou quasi tudo as fúrias do terremoto e as fúrias demolidoras de ignorantes e inconscientes tem feito desaparecer nos escombros.

Disse-o, com apaixonada amargura, o Mestre dos estudos da História Portuguesa, Herculano, no prefácio ao *Monge de Cister:*

«Entre todas as cidades herdeiras do nome das suas antepassadas é a nossa Lisboa uma daquelas cujo tronco é mais antigo e cujas renovações tem sido mais frequentes. Alêm das mudanças que nela devia produzir a successão dos tempos, os terremotos, os incendios e as guerras visitaram-na tantas vezes, que apenas lhe restam raros e quási apagados vestígios dessas existências de larga vida, desses edifícios monumentaes que nas outras cidades da Europa contam o passado ao presente. Se quereis saber

as convulsões violentas, as agonias de transes mortais em que se tem debatido a filha dos Phenícios, embrenhae-vos no vetustíssimo bairro da Alfama; affrontae-vos com os seus bêcos tortuosos, sombrios, lodacentos; extraviae-vos no seu labyrintho de terreirinhos, escadas, pateos, arcos, passagens, indelineaveis e enredadas como meada a que se perdeu o fio. O aspecto daquele grande vulto de casas, que parecem atiradas para ahi, cegamente, em lucta de gigantes, far-vos ha crer que lá, nas vísceras dessa espécie de povoação estranha, embebida no amago de Lisboa, ha uma vida antiga, um monumento de cada epocha, de cada era, de cada década. Enganar-vos-heis, todavia. Apenas sôbre um portal lereis alguma inscripção mutilada, em caractéres monachaes e em portuguez do seculo XIV; apenas vereis uma lapide partida, onde a custo descortinareis algumas lettras inclusas e disformes dos séculos XII e XIII, e difficultoso será que as bellas fórmas dos caractéres dos latinos venham lembrar-vos que o solo que pisaes é o de um municipio romano. Se ao cabo de muita lida, a bôa-ventura vos deparar um arco ponteagudo do puro gothico, uma verga florida do renascimento, uma volta de ferradura arabe, acha-la-heis mettida e aproveitada ou desaproveitada em edificio de hontem, ou vê-la-heis prestes a desabar em pardieiro velho. Tudo o que haveis de encontrar são folhas rasgadas de um livro precioso e unico. Depois, ajudando-vos a imaginação de artista e o faro de antiquario, muito fareis se, como os commentadores da litteratura classica, ajuntardes com essas palavras soltas um capitulo do livro perdido. Comprazer-vos-heis então na vossa obra; mas cuidando que reconstruis um pedaço de historia da arte ou dos homens, não fareis, porventura, senão compôr um fragmento de novella.» [1]

As dificuldades ingentes de elaborar um estudo arqueo-

[1] *Monge de Cister, Prologo,* pag. VII.

lógico, de conjuncto, da cidade de Lisboa, deduzem-se destas bem expressivas frases do erúdito historiador. Ás desturpações e depredações vandálicas dos velhos monumentos de Lisboa mui adequadamente se poderiam aplicar as belas palavras de Hugo, ao verberar as insólitas mutilações de *Notre Dame*. Dizia o grande poeta:

«Nas faces desta velha rainha das nossas catedrais, ao lado de uma ruga vê-se sempre uma cicatriz. *Tempus edax, homo educior,* o que da melhor vontade traduziria assim: — o tempo é cego e o homem estúpido.

«Se tivessemos vagar para examinar um por um, com o leitor, os diversos vestígios de destruição que se notam na antiga egreja, a parte menor seria a do tempo e a peor a dos homens, sobretudo a dos *homens de arte,* visto que houve individuos que tomaram a qualidade de arquitectos nos dois ultimos seculos.» [1]

Quanto à cidade de Lisboa, a escassez, a dispersão, a depredação dos elementos básicos para a elaboração de um estudo geral, tolhem a acção do arqueólogo, tornando os seus trabalhos mais dígnos ainda de admiração e louvor.

A pouco se reduz, na verdade, actualmente, o pecúlio dos documentos monumentais e das relíquias da velha cidade.

De museus, àparte o antigo Museu de Belas Artes, obra do marquês de Sousa Holstein, hoje dividido em dois, o de *Arte Antiga* (Janelas Verdes) a cargo do dr. José de Figueiredo, e o de *Arte Moderna* (Academia de Belas Artes) sob a direcção de Carlos Reis, àparte o — *Museu Arqueológico do Carmo,* de limitados recursos, obra gloriosa de Possidónio da Silva, e do — *Museu Etnológico,* afanosamente coligido pelo dr. Leite de Vasconcelos, apenas podemos registar o—*Museu de armas,* artisticamente instalado; o—*Museu dos*

[1] *Notre-Dame de Paris,* Livro III, cap. I.

côches reaes e o do — *Tesouro da Sé,* cuja organização se deve ao académico provincial monsenhor Pereira Botto; e o da Misericórdia — (tesouro da capela de São João Batista), ao qual se ligam os nomes do dr. Tomás de Carvalho, antigo presidente da Academia, e de Pereira de Miranda, ambos Provedores da Misericórdia de Lisboa, de Sousa Viterbo e de Rodrigo Vicente de Almeida, que redigiram a preciosa informação documental do seu Catálogo ilustrado, e de Ribeiro da Cunha que dispôs a sua instalação artística.

Em restaurações modernas apenas pode Lisboa registar a da Sé Catedral. Por ela especialmente se empenhou o presidente do antigo *Conselho dos Monumentos Nacionaes* — Augusto Fuschini, que sôbre a vetusta egreja lisbonense, escreveu uma interessante memória, — *A Architectura religiosa na edade media* — Imprensa Nacional, 1904.

Resta-nos falar da história escrita da cidade e da documentação especial relativa à arqueologia da velha capital.

Defrontamo-nos nesta altura da nossa dissertação com o venerando cronista da cidade. Cronista, e cronista cantor, alto espírito de poeta, ao qual a forte couraça da mais sólida e vasta erudição não conseguiu algemar, e que, a despeito das pesadas cadeias dos velhos cronicons, dos livros de genealogias e de brasões, dos pergaminhos e dos manuscritos dos arquivos, das ruinas e das síglas dos vetustos monumentos, das inscrições e letreiros carcomidos de velhos epitáfios, nunca deixou de librar-se nas azas ligeiras da fantasia, interpretando a arqueologia da velha Lisboa com o sentimento da poesia, a alma da tradição, que é o espírito lendário das gerações que passaram, e nos deixaram de involta com os monumentos de toda a ordem, como que a essência, o pensamento da sua vida inteira, estabelecendo em élos sucessivos, do mais variado valor arqueológico, a concatenação das civilizações na senda ininterrupta da evolução progressiva da Humanidade!

Júlio de Castilho, é o descendente dessa família extensa de obreiros da Arte, da Sciência e do Progresso, família, cujos primeiros membros oriundos das Astúrias, em Portugal se assinalaram, desde os começos do século XVI nas mais formosas obras daquela arquitectura que ficou sendo o estilo peculiar da nossa Pátria, no famoso *manuelino* do convento de Cristo (de Tomar), do mosteiro dos Jerónimos, das capelas imperfeitas da Batalha, dos paços reais da Ribeira, família que em sua linhagem nos deu repetidos nomes ilustres, já como artistas, já cultores da sciência; ora um médico insígne, ora um literato, ora um arquivista, e para últimos representantes brindou a Pátria com o eminente Poeta e prosador inegualável, o Primeiro Visconde de Castilho, e com o cronista e cantor da Olisipo, Júlio de Castilho.

Educado êste último no verdadeiro ateneu de poesia e de erudição clássica, que seu pai constituira em roda de si, desde a mais tenra infância impregnou o seu espírito, atávicamente potente, com o perfume encantador da tradição histórica, dimanado não só dos — *Quadros históricos* e dos inúmeros artigos e obras de Castilho Pai, na *Revista Universal* e noutras publicações da época, como também na corrente de renovação dos estudos históricos, empreendida por Herculano e seus discípulos, e no alto critério poético da lenda e do romanceiro, resuscitado ou antes iniciado tão brilhantemente por Garrett e pelos que o seguiram.

Júlio de Castilho, quási sem o sentir, encarnou na sua feição literária a paixão clarividente da arqueologia moderna. Nas suas primeiras poesias e nas suas notas ao drama *Camões,* Júlio de Castilho demonstrou logo o seu amor pelas investigações relativas ás lendas e aos monumentos antigos. Começando a escrever as — *Memórias de Castilho,* e inquirindo, como antiquário, ácerca da casa da rua da Tôrre de S. Roque onde em 1800, nascera, seu

glorioso pai, Castilho foi irrisistivelmente arrastado ao estudo do bairro alto da cidade, que egualmente lhe fôra berço. Desta paixão pela arqueologia citadina, que foi recrudescendo de dia para dia, ao passo que dos arquivos e dos letreiros ia exumando curiosas e palpitantes histórias, saíram os seus livros monumentais — *A Ribeira de Lisboa* e a—*Lisboa Antiga,* livros que constituem hoje, sem a menor contestação, o mais grandioso, o mais perdurável de todos os monumentos escritos que o amor pátrio acrisolado, o critério seguro do erudito, e o sentimento do poeta, jámais puderam levantar à vetusta cidade do Tejo. A vida lisboêta dos séculos que passaram, os seus habitantes, os seus edifícios, as suas ruas, bêcos, vielas e alfurjas, os seus costumes e tradições fidalgas, religiosas ou plebéas, tudo naquelas obras resurge, revive, em belíssimos quadros, em pinturas brilhantes, cheias de interêsse e de vida.

Em toda a recopilação da arqueologia citadina, não se encontra, como muitos inscientemente o supõem, um pesado e indigesto repositório de velharias, onde antiquário massador estude apenas, com minúcias fastidiosas, a estrutura da velha cidade, analisada pedra a pedra, letra por letra, das suas inscrições, numa exposição sêca, dura e fria. Nada disso porêm sucede.

A — *Ribeira de Lisboa* e a — *Lisboa Antiga* não são, de modo algum, os livros velhos de velhos frades eruditos, ou de cronistas enfatuados, que o leitor, salvo os casos de necessária consulta, lê com relutância e mal reprimido enfado, ou fecha aborrecido e desgostoso.

As obras que constituem o estudo da *Lisboa Antiga,* e da sua — *Ribeira* são obras de um artista e de um inspirado, apaixonado e patriótico artísta!

Nelas irrompe, transcende a poesia da arqueologia olisiponense. A cidade romana, medieval e da renascença, com suas muralhas, tôrres e cubêlos, com seus paços reais, com as suas mesquitas e egrejas, com os seus miradouros

e terrados, com os seu arcos, ruas estreitas e ensombradas, com os seus rocios ridentes e soalheiros, com as suas justas e torneios, com os seus mesteirais e foliões, com as rixas dos fidalgos e as procissões vistosas de ramos e de flôres, com as suas usanças e pregões, com os seus templos garridos ou severos, com os seus tipos populares, com o referver da multidão anónima, dessa arraia miuda, que fazia e desfazia reis, e que tão alto bradava sempre pelos seus foros e independência, tudo isto com o mais férvido entusiasmo o autor resuscitou das brumas do passado nos seus capítulos animados, expressivos, encantadores e atraentes.

Respira-se ali o amor do pátrio torrão e o perfume encantador da tradição popular, de entre a qual resaem os vultos mais ou menos queridos, mais ou menos célebres, de cidadãos que nas páginas da história da velha cidade, em uma ou outra quadra se evidenciaram. Camilo falando dessa obra e do seu auctor dizia que a — *Lisboa Antiga* é — «leitura de cativar os doutos e os frívolos, ensinando e deleitando. Preciosíssimo livro que dá a norma de escrever obras desta espécie sem obrigar o leitor a grandes preparatórios de erudição para os saborear [1].»

A colecção publicada da — *Lisboa Antiga* é constituida por oito volumes, sendo o 1.º a primeira edição do *Bairro Alto* e os sete restantes *Os bairros Orientais* (saidos a lume desde 1879 a 1890) [2] e de mais cinco volumes bem ilustrados, que formam a 2.ª edição, largamente ampliada, do *Bairro Alto,* editada de 1903 a 1904 pela Casa Bertrand.

Falando das *Memórias* de Castilho e da *Lisboa Antiga* dizia o ilustre académico Ramos Coelho:

«Só por si esta obra *(as Memórias)* e a *Lisboa Antiga*

---

[1] *Narcóticos*, tom. II, pag. 289.

[2] Vide a *Nota bibliográfica* pormenorizada que publiquei no *Ocidente,* N.º 774 de 30 de junho de 1900, sob o titulo de — *A obra literária de Julio de Castilho, segundo Visconde de Castilho.*

seriam bastantes a perpetuar o nome do visconde, se não tivesse outras que tanto o abonassem, porque em ambos encontramos e encontrará o porvir instructivos repositórios de acontecimentos interessantes, do nosso século e dos séculos passados.»

«Na—*Lisboa Antiga,* alto padrão do seu afecto ao pais que o viu nascer, incompleta, ainda mal, não por sua culpa, mas por nossa vergonha, tem o visconde posto não somenos diligência, e tambem para ela, graças a assidua leitura e pacientes investigações de muitos anos, juntou a colecção preciosa, como não haverá simillhante, de escritos, desenhos e gravuras, de onde fez sair pela força do talento os oito volumes que já gozam a luz pública.» [1]

Quando em 1900 se celebrou em Lisboa o 1.º centenário do grande Poeta e Educador António Feliciano de Castilho, assinalando a Câmara Municipal, por uma lápide comemorativa, o predio da rua de S. Roque, onde em 1800 nascera aquêle seu dilecto filho, o nosso ilustre presidente, o sr. Lopes de Mendonça, publicava no *Diário de Noticias* do dia 26 de Janeiro (Número Centenario) uma carta em que lembrava à Municipalidade quanto seria judicioso aproveitar o ensejo para honrar o nome de Castilho, publicando em edição monumental a grande obra de patriotismo citadino do filho do glorificado. Dizia o sr. Lopes de Mendonça:

«O primogenito do grande morto consagrou à Capital um monumento literario onde, a par da consciência do erudito, ressumbra a ternura do filho dedicado.

«Pouco conhecida é porventura essa obra, que, embora incompleta, constitui o mais vasto repositorio de noticias que sôbre a *Lisboa Antiga* soube coligir um talento aprimorado e paciente.

---

[1] *O visconde de Castilho,* artigo no citado N.º 774 do *Ocidente,* 1900.

«Porque não ha de a Camara abalançar-se à edição monumental desse livro, enriquecida com reproduções documentaes e ilustrações artisticas e completado pelo auctor, que para o levar a cabo possue subsidios valiosissimos?» [1].

Na verdade o grande monumento histórico e literário elevado por Júlio de Castilho à sua cidade natal, ficou, como todos os grandes monumentos da nossa terra, inacabado. Pelas tristes condições editoriaes do nosso meio a — *Lisboa Antiga* resta-nos incompleta como as capelas imperfeitas da Batalha, como o edificio dos Jerónimos, como a grandiosa egreja de Santa Engrácia, como o palácio da Ajuda, como tantas outras obras que atestam a incúria e o desprêso a que nós outros portuguêses temos votado aquêles imorredouros padrões da arte nacional. Comtudo, o material pacientemente e criteriosamente amontoado, pedra a pedra, durante longos anos, pelo auctor da *Lisboa Antiga,* mesmo depois da interrompida a sua publicação, deve constituir um riquíssimo e copioso manancial de inéditas notícias, do mais elevado interêsse para a história e estudo arqueológico da Capital da República Portuguêsa.

Bem o compreendeu a *Câmara Municipal,* quando por motivo da publicação da 2.ª edição do *Bairro Alto* lançou nas suas actas um voto de louvor ao auctor de tão importante trabalho.

Mais e muito mais merece da cidade aquêle que tão alto tem mostrado o seu apaixonado amor por tudo quanto diz respeito à velha *Olisipo* e que nêstes livros, frutos de labor paciente e incessante de toda a sua vida literária, numa tarefa improba, ingrata, sem renumeração nem interêsses materiais de qualidade alguma, antes com o sacrifício de

[1] Carta — *A edição monumental da Lisboa Antiga* no *Diário de Notícias* de 26 de janeiro de 1900.

dispêndios e de saúde, tem ido reunindo sábiamente e dispondo com a delicadesa de um artista, o mais persistente, perdurável e valioso de quantos monumentos possue hoje a velha cidade do Tejo — a narração pormenorizada da sua vida retrospectiva, vasada em belos quadros dramatizados, cheios de vida, scintilantes de verdade e de poesia.

E, como acima disse, não é só nas obras de erudição, nas prosas descriptivas da — *Lisboa Antiga* e da — *Ribeira* que se acentua o amor entranhado que o auctor professa pelos estudos e sentimento da arqueologia. Nos seus versos transparece a cada passo o culto do antigo, muito em especial nas suas — *Manuelinas,* poesias em que, imitando de perto a obra dos velhos poetas quinhentistas, se traçam alguns belíssimos quadros da vida nobre e plebéa de Lisboa de outras eras.

Não é porém sómente sob o ponto de vista do valor intrínseco dessa obra monumental que a devemos apreciar, mas sim pela influência que directa e indirectamente ela exerceu no desenvolvimento dos estudos arqueológicos olisiponenses, na formação de uma verdadeira escola de investigadores que intentavam por diversos meios e sob diversos pontos de vista, ampliar, esclarecer, comprovar ou contraprovar a obra de Júlio de Castilho.

Avulta entre êsses resultados indirectos a resolução tomada pela Câmara Municipal de Lisboa, entre as homenagens que consagrou em 1882 à memoria do grande marquês, a quem a cidade deveu o seu resurgimento verdadeiramente teatral, das ruinas em que a sepultara o terremoto de 1755. Essa resolução, que constituiu a homenagem mais duradora e eficaz, porque as comemorações mais perduráveis são sempre incontestavelmente as que se fazem pelo *livro,* foi a da publicação dos — *Elementos para a História do Município de Lisboa.* Tomou a iniciativa de tão prestimoso trabalho o dedicado arquivista da Câmara Municipal Eduardo Freire de Oliveira, e obtida

a resolução camarária principiou desde logo a sumariar, a agrupar e a publicar milhares de documentos, dos mais importantes e curiosos do precioso Arquivo, que o terremoto poupou, salvando assim do esquecimento e da voracidade dos tempos muitas informações e documentações para a história da vida municipal. Freire de Oliveira lutou, para executar êste seu propósito, com as mil contrariedades usuaes que encontram quantos se dedicam a idênticos trabalhos; vieram as costumadas zombarias, os apódos, os doestos, as invejas e as intrigas, as campanhas dos inúteis e daquêles que, mesmo entre as classes que se dizem cultas, e infelizmente ocupando logares dirigentes da alta burocracia, desconhecem por completo o valor e utilidade dêstes estudos, onde o critério se emparceira com a paciência e com a tenacidade. Por várias vezes vereações impertinentes entendiam criticar a utilidade da publicação, discutir o seu custo, propôr a eliminação ou a redução dessa despêsa que tinham por ociosa. A despeito de tudo, a obra caminhou e dezassete grossos volumes se acham publicados, quando inopinada e grave perda de saúde prostrou o seu auctor, manietando-o e talvez irremissivelmente para o trabalho.

Mais uma obra, mais um monumento incompleto da velha Lisboa!

A esta publicação, exclusivamente documental, elucidada amiudadas vezes por extensas notas, sucedeu-se a publicação de vários estudos arqueológicos de diversos generos literários, que bem podemos considerar como obras complementares e subsidiárias, do mesmo intúito que presidira à elaboração da monumental — *Lisboa Antiga.*

Aparte grande número de artigos e notícias dispersas sôbre limitados assuntos da arqueologia Olisiponense, só citaremos neste momento os trabalhos primaciaes de Vieira da Silva e os de Pinto de Carvalho, de Gomes de Brito, de Matos Sequeira, de Ribeiro Cristino.

Vieira da Silva, aliando o espírito scientífico do engenheiro e do geómetra, ao cuidado escrupuloso do investigador arquivístico, trabalha sôbre as plantas da cidade e sôbre os velhos manuscritos e publica de 1878 a 1901 os seus memoráveis estudos àcêrca do — *Castelo de São Jorge* (1878) da — *Cêrca Moura* (1899), das — *Muralhas da Ribeira* (1900) e das — *Judiarias nova e velha,* e *primitivas tercenas* (1900 e 1901), vinculando de uma maneira notável o seu nome à história escrita da Lisboa anterior ao século XV.

Pinto de Carvalho (Tinop), elegante e original crítico dos costumes da Lisboa do século XVIII, reune em dois ou três volumes publicados da sua —*Lisboa de outros tempos* os mais interessantes quadros noticiosos e anedóticos sôbre figuras e factos, usos e costumes, recopilados de velhos jornais, de papeis antigos da Intendência da Polícia e de vários manuscritos da Biblioteca Nacional; Matos Sequeira escreve largamente sôbre um capítulo da — *Velha Lisboa, história de um bairro,* muitas, copiosas e interessantes notícias inéditas e elegantemente redigidas [1]; Gomes de Brito, colaborador assíduo de Freire de Oliveira, e conhecedor dos mistérios do Arquivo Municipal deu-nos uns luminosos pontos de vista, na sua — *Lisboa do passado, Lisboa dos nossos dias,* e finalmente Ribeiro Cristino, professor-artista, que na sua — *Historia da Arte* — lançara

---

[1] Muito depois de escritas estas linhas, o auctor sr. Matos Sequeira apresentou à Academia o manuscrito extenso da sua obra remodelada, à qual deu o título — *Depois do terramoto* — *Subsídios para a historia dos bairros ocidentais de Lisboa,* pedindo a sua publicação. Ouvida a secção de História e Arqueologia, esta emitiu parecer favorável e a publicação resolvida em sessão de 3 de novembro de 1914 já está iniciada, realisando desta forma um dos votos com que terminava a presente dissertação. Vide *Boletim da Segunda Classe,* vol. IX, fasc. n.º 1 a pag. 4 e 12.

as bases gerais da crítica dos nossos monumentos artísticos, esboça em artigos ligeiros e rápidos umas notas graciosas e frisantes de — *Anotações de Estética citadina*, do mesmo modo que seu pai, que êle proprio, que alguns ilustrados artistas lançaram nos seus quadros a pintura singela e fiel das velhas ruas e vetustas casas dos sítios mais pitorescos da antiga cidade.

Não fica ainda por aqui encerrado o benéfico influxo dos novos horisontes de estudos e serviços que a — *Lisboa Antiga* veiu desvendar ao culto da cidade.

Assim como o auctor da *Lisboa Antiga* iniciou, com os não muito abundantes recursos de que dispunha, a formação de uma colecção particular sua de plantas, de vistas, de gravuras e desenhos, de papeis avulsos, de anúncios ilustrados, de costumes diversos, de livros, de folhetos raros, colecção que êle com o maior e mais carinhoso disvêlo conserva e guarda, sob o título expressivo da sua *olisiponense*, muitas outras colecções se tem organizado, quer públicas quer particulares.

No proprio Arquivo Municipal, começou Freire de Oliveira a reunir um pequeno museu de vistas panorâmicas, de plantas, de todos os objectos que pudessem interessar à história do município, e em 1909 a vereação republicana de Lisboa, por proposta de Tomás Cabreira, iniciava os trabalhos de organização do *Museu histórico municipal*, destinado a coleccionar e expôr todas as curiosidades artísticas, arqueológicas e iconográficas respeitantes à cidade antiga. Nesse *Museu*, como nos museus arqueológicos já organizados, como ao de leve referi, em outras cidades e terras do país, bem ficariam, como núcleo de alta importância, as preciosas colecções reunidas pelo autor da *Lisboa Antiga*. Na verdade, já em 1912, o então ilustre presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e ainda mais ilustre membro desta Academia, sr. Braamcamp Freire, comunicou à vereação da sua presidência, que o

visconde de Castilho, receiando da sua avançada edade, o perigo de se desbaratar por seu falecimento, uma colecção que tanto interessa ao município da capital, desejava que êste adquirisse essa colecção de vistas, de plantas, de estampas, de livros e folhetos, ficando assim assegurada a conservação daquêles documentos, muitos dêles preciosos e raros [1].

A Câmara pensou e resolveu proceder ás diligências para esta e outras aquisições egualmente valiosas, como a de parte do espólio do finado coleccionador Fernandes Tomás, porêm... nada chegou a efectuar-se, e o proprio *Museu histórico da cidade,* cuja creação e organização foi resolvida por deliberação camarária, continúa até hoje, e talvez em grande parte pela doença do arquivista Freire de Oliveira, na mesma situação de uma simples esperança, avivada comtudo por promessas, por ocasião da última visita do Presidente do Ministério à Câmara Municipal [2].

Alguns outros pequenos núcleos de museus ou de colecções se tem formado nos últimos tempos, de caracter muito particular e de limitado alcance. Assim a *Sociedade de geografia* e a *Biblioteca Nacional* possuem belas séries de vistas panorâmicas da cidade e de estampas diversas

---

[1] Vide *O Século* e *Diário de Notícias* de 10 de maio de 1912, e o artigo—*Colecção preciosa, História da cidade de Lisboa,* no *Século* de 11 de maio de 1912.

[2] O *Diário de Notícias* de 14 de maio de 1914 inseria a êste respeito a seguinte informação :

A casa dos bicos.—O ministério da instrução, por intermédio da repartição de instrução artística, vai oficiar à câmara municipal de Lisboa, no sentido da histórica Casa dos Bicos, na rua dos Bacalhoeiros, ser adaptada ao futuro Museu da cidade, visto o Estado dispôr de valiosíssimas colecções para êsse efeito, alêm de que muitos particulares receberiam com agrado o convite para depositarem ali, com todas condições de segurança, os objetos que possuem e interessam a etnologia de Lisboa.

a ela respectivas; a Câmara Municipal realizou em maio de 1911, no átrio e escadaria do edifício, uma exposição preciosa de plantas da cidade antiga, coligidas e ordenadas pelo desenhador da Câmara e arqueologo J. Ganhado; na Misericórdia de Lisboa, no seu Arquivo, a meu cargo, tenho tentado reunir um pequeno número de objectos relativos à instituição e portanto à cidade; identicamente no Hospital de São José se está organizando sob a iniciativa dedicada do dr. Mac-Bride Fernandes uma colecção documental.

Creou-se em 1911 o *Museu da Revolução,* contendo alguns curiosos objectos relativos àquele acontecimento histórico, nacional e citadino.

Sob o ponto de vista, que estamos tratando, aquêle porêm que poderá satisfazer aos intuitos de documentar aos olhos do público a arqueologia da cidade será o projectado e decretado *Museu histórico da cidade,* cuja organização se impõe e para o qual a *Exposição olisiponense* certamente deverá proporcionar, senão valiosos elementos, pelo menos muitas e aproveitáveis indicações.

De tudo quanto deixo dito se comprova a tése que me propuz defender, de que, para os estudos de arqueologia olisiponense, essencialmente teem contribuido os esforços, embora não oficialmente conjugados, mas espiritualmente convergentes, da — *Academia das Sciências* e da — *Associação dos Arqueólogos,* já pelas suas publicações como corpos colectivos scientíficos, já pelas obras e estudos dos seus sócios. O maior número dos nomes que ficam apontados nesta muito incompleta resenha, e muitos que fora dela nos aparecem ainda, trabalhando na mesma ordem de idéas, são arqueólogos e académicos, e para que, a ousada e benemérita iniciativa da veneranda —*Associação dos Arqueólogos,* constituindo primeiro uma *secção da Lisboa Antiga,* e em seguida por diligências desta secção levando a efeito a *Exposição olisiponense*, a que esta *Academia* gostosa-

mente resolveu concorrer com o seu pecúlio de publicações e documentos, para que esta iniciativa digo, não fique sem um éco perdurável, alêm dos seus *Catálogos,* que atestarão permanentemente, de futuro, o seu valor histórico, ousarei apresentar à Segunda Classe da Academia, da qual me honro de fazer parte, os seguintes votos:

1.º — Para que em ocasião oportuna o alvitre do sr. Lopes de Mendonça, emitido em 1900, venha a realizar-se, conseguindo-se que a Municipalidade e a Academia, com o prévio consentimento do autor, façam uma edição integral e definitiva da — *Lisboa Antiga* e — da *Ribeira de Lisboa,* enriquecida de todas as gravuras, desenhos e reproduções que possam obter-se.

2.º — Para que a Câmara Municipal de Lisboa, não descure a conclusão da obra — *Elementos para a história do Município de Lisboa* — feita por pessoa idónea, e que se elaborem e publiquem os necessários índices daquela utilíssima obra.

3.º — Para que se leve a efeito a organização e abertura do Museu Municipal de Lisboa em edifício apropriado e condigno, e que para enriquecer êsse museu, se realizem os desejos da primeira vereação republicana, de adquirir as colecções de estampas e documentos reunidos durante tantos anos pelo ilustre auctor da *Lisboa Antiga,* e outros elementos precisos que andam ao desbarato, ou por mãos de particulares [1].

---

[1] Muito depois de escritas estas linhas, mais um acto de grande patriotismo, inteligente e digno do mais alevantado elogio, veiu justificar os meus votos, e proporcionar elementos para que a sua realização se torne facilmente efectiva, quer na forma indicada no § 3.º, quer de outra que melhor possa corresponder aos bons desejos que nêstes alvitres se traduz. Seja qual fôr, o facto a que me refiro, e de que nos dá sumária informação a notícia seguinte, é mais uma gloriosa nota a acrescentar às palavras com que procurei consagrar

4.º — Finalmente, que a *Academia* elabore e publique uma — *Bibliografia geral Olisiponense,* acrescentando todos os elementos que na presente *Exposição* se tenham reunido, aos que se encontrem nos catálogos das bibliotecas e arquivos públicos e particulares.

Lisboa, 26 de Março de 1914.

Victor Ribeiro.

---

a interferência de venerando patriarca da Arqueologia olisiponense. A notícia é a que recorto do *Diário de Notícias* de 9 de julho de 1915:

Doação valiosa. — O sr. visconde de Castilho, 1.º bibliotecário, aposentado, da Biblioteca Nacional de Lisboa, ofereceu ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo as suas valiosas colecções de gravuras e desenhos, entre os quais abundam vistas e plantas da cidade de Lisboa, actualmente na posse do erudito autor do monumental trabalho — *Lisboa Antiga.*

O ilustre escritor aproveitou o ensejo para igualmente, e nas mesmas condições, depositar no mesmo estabelecimeto do Estado, 32 volumes de correspondência do falecido arquitecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva, que se encontravam, segundo nos consta, por via de herança, em poder do generoso doador.

CRISTÃOS-NOVOS DE LISBOA QUE ESTAVAM AUSENTES DA CIDADE EM 1614

Os cristãos-novos, descendentes dos judeus convertidos pela fôrça, no fim do século XV, tornaram-se um curioso elemento da política portuguesa durante três séculos. Hoje, ainda que seja fácil conhecer algumas famílias dessa descendência, fundiram-se por completo no povo português. A imigração israelita tem-nos trazido de Marrocos alguns elementos que se estabeleceram em Portugal definitivamente e aqui, é bom observar, estão-se infiltrando, não obstante o seu pequeno número, no mundo das finanças, da sciência e até da política revolucionária.

Nunca existiu durante o período de perseguições aos cristãos-novos um censo completo dêstes e por isso calculamos as dificuldades com que lutavam os puritanos para manterem a distinção entre os membros das duas raças. Apenas nas câmaras municipais havia rois dos nomes de cristãos-novos, mas o alvará de 2 de maio de 1768 anulou-os e aos seus traslados e cópias [1].

Em 1614 foi enviada ordem a todos os párocos do reino para enviarem nota dos cristãos-novos das suas freguesias que se tivessem ausentado delas.

Conservam-se ainda as respostas no cartório do Santo Oficio guardados na Torre do Tombo em grande número. Entre elas contam-se algumas dos párocos de Lisboa, que são do teor seguinte.

Pedro de Azevedo.

---

[1] João Pedro Ribeiro, *Indice Chronologico*, tom. II, pág. 79.

Rellação das pessoas da nação dos christão novos que se auzentarão desta fregesia da see de lisboa

Na porta do Mar da banda de dentro em hũas casas que ora se dis serem de theodosio de moraes que tem quatro sobrados do sobrado de todo sima fugirão, Manoel Nunes Roza, e sua molher Luiza Manoel. O Marido seria de Idade de trinta e sinquo annos, hera contratador e mercador nas tres casas. Tinha trato e Respondencias na India e brazil. Não pude alcançar donde hera natural mas parece-me segundo o que pude ter de noticia que hera desta cidade. Moradores nesta fregesia e na porta do mar da banda de dentro.

Desta casa onde morarão se auzentarão e forão por sua casa em Setuvel, e dai se fogirão pera França onde dizem que estão. A causa se diz porque prenderão pello santo officio hũas parentas suas que tambem nesta fregesia morauão Junto a esta Rua em hũ Pateo onde morou o Juiz do Crime Francisco Carualho. Ho tempo en que se auzentarão foi depois da Coresma de 612.

Forão se todos com casa mouida e com hũa mossa a que chamavão Ursura de que se não sabe parte.

Este Manoel Nunes Roza hera mancebo de pouca barba aluo, e magro e não muito alto, meão barba castanha, rosto miudo; dos olhos não tenho noticia.

Este hera casado com Luiza Manoel. Fugio com seu marido, hera molher moça bem asombrada, alua não muito comprida mas meam.

No mais que toca a ella está dito asima, mas não sei donde he natural.

Rui Gomes. Na Rua que chamão de Afonso dalbuquerque junto as mesmas casas de Afonso dalbuquerque loguo na primeira escada que tem sinquo moradores no de todo sima moraua Rui Gomes cleriguo de missa. Seria de idade de vinte e seis ou vinte e sete annos. Não tinha tratos nem respondencias. Pareceme que hera natural desta cidade de Lisboa. Auzentou-se do mesmo lugar e casas no ano de 1612 segundo minha lembrança. A causa segundo he notoria foi por lhe prenderem hũas irmãs e parentes pello santo officio. Não foi com casa nem fato. He mancebo de pouca barba não muito aluo baixo do corpo e magro. Ouvi dizer que estaua em Roma.

João Chanche Nabo. Desta see se auzentou tambem hũ beneficiado que chamavão João Sanches Nabo, pello mesmo caso. Hera

de pequeno corpo, aluo, barba castanha, na dianteira dos dentes alguns menos. Dizem que se foi pera Roma donde veio novas que faleceo.

Esto he a que pude alcançar da minha fregesia no mais farei sempre e tudo o que V.V. M.M. me mandarem. Lisboa 24 Abril 614 *Fernão Luis* Cura da see.

Do cura das Martens

Satisfazendo a este papel e ordem que V.V. M.S. me mãodarão, e cuido me foi dado dia de Ramos desta proxima quaresma passada de 1614, a que logo não pude acodir por ser o tempo que hera obrigatorio tanto a este officio de parocho. Fis estes dias por toda esta minha fregesia de Nossa Senhora dos Martires dilligencia de Rua em Rua sem me ficar couza algũa da freguesia.

Achei que da Rua que chamão de Martin de Crasto do Rio se absentou hũ mez depois de são João passado de 1613 Diogo Lobo homem que dizem ser da nação dos christãos nouos com sua molher e filhos e familia, dizendo hia para a Rua das Canastras freguesia da see desta cidade de Lisboa.

A noticia e mais çerta sabedoria disto, me deo Anna Fernandes Amaçadeira dos frades de S. Francisco, molher de Joze teixeira escriuão do pelourinho velho moradora nesta dita Rua de Martim de Crasto, e defronte donde o dito Diogo Lobo moraua, e diz ella os foi vizitar depois de estarem na Rua das Canastras achando os com a caza reuolta como jente que se queria ir para fora. Diz que o dito Diogo Lobo (segundo o que lhe parece) e comforme as preguntas que lhe fui fazendo por esta ordem que Vs. m. me mandarão hera de idade de quarenta Annos e sua molher Izabel da Costa de mesma idade, tãobem pouco mais ou menos. Elle hera mercador e tratou em madeira que da Pederneira mandaua uir para aqui para as Naos da India, e agora emtendem ella dita Anna Fernandes e Caterina Rodriguez forneira molher de Antonio Nunez homem baço moradores adiante logo na Rua dos Cauides, as quaes ambas juntamente fiz uir ante mim e ambas concertão en tudo, e dizen disto hũa mesma couza, e entendem que trataua, como o ouuião para Liorne. Dizem que elle hera natural da Pederneira, e ella a molher de Abrantes. Absentarâsse (como assima digo) da Rua de Martim de Crasto para a das Canastras e dahi (diz Anna Fernandes que os foi visitar) que disserão auião de ir fazer hũa Romaria a Abrantes e parece que a estenderão atee Liorne segundo lhes dizem, mas disto não sabem a Realidade da verdade.

O tempo em que se absentarão, já o dizem assima. Não lhes ouuirão, nem sabem, porque couza se abzentarão, se não que hũa escraua do dito Diogo lobo por nome Maria, que elles daqui mandarão para Abrantes a seus parentes della dita Izabel da Costa e que dahi a uenderão logo para Castella.

Esta dita Maria escraua (dizem estas declarantes) que dizia que seus senhores auião de ir para donde estaua seu filho Antonio da Costa, que estaua com o Grão Duque e não sabem onde estejão. E que os ditos Diogo Lobo e sua molher forão com casa mouida. A familia que tinha aqui na Rua de Martin de Crasto hera elle, sua molher, tres filhos machos. s. Francisco lobo de idade de 16. Annos, Manuel da Costa que será de idade de 14, Fernando de 3. Annos, duas filhas. s. Branca Anriques de 10 para 11 Annos, Joana Brandoa de 7 para 8 Annos, O pai Diogo Lobo, homem grande de corpo, e groço, olhos grandes, barbudo, preto, e de barba tãobem preta.

Isabel da Costa sua molher, Ruyua magra e de meaã statura O Filho Francisco Lobo, Ruiuo do cabello, sardo do Rosto e magro, Manoel da Costa, groçozinho, e baixo do corpo e pretalhão da cor do pay. O Fernando alvinho. A Branca Anrrques, magrinha, e achinada do Rosto, e olhos. Joana Brandoa, gordinha, e comprida, e os olhos fermosos e pestanas compridas. O filho está em Italia, Antonio da Costa, dizem será moço de 18, 19 Annos, magro, e comprido e os pees grandes como o pay e preto da cabeça e Aluo do Rosto como a May.

Tinhão mais a escraua Maria, que ao tempo que se absentarão auia dous meses que hera ida para Abrantes, como asima disserão, Alta do corpo, magra, e seria mais de quarenta Annos. Outra negrinha nova, pequena, cuio nome não sabem. E esta dizem leuarão comsigo.

Esta he a familia que ao prezente que se forão tinhão, e asim mo declararão como assima se contem comforme ás interrogações que lhes fis por este Regimento de Vs. Ms. A dita Anna Fernandes molher de Joze teixeira e a Catarina Roiz molher de Antonio Nunes moradores onde atras digo, porque a caza desta Catarina Rodriguez lhe hia a escraua Maria cozer o pam e dahi alcançou isto que disse. Isto me affirmarão pellos Santos Evangelhos juramento que lhes dei sobre hum Breuiario nesta minha caza ʻde mim cura de N. S.ra dos martires. Antonio Duarte de Carvalho. Domingo 13 deste mes de Abril de 1614.—*Antonio Duarte de Carualho.*

[S. João da Praça]

Ha sse de saber das pessoas da nação dos Christãos nouos que se tem absentado, com declaração de seus nomes, idade, officios, tratos & respondençias que tinhão donde forão naturaes e moradores, donde se absentarão, & para que partes, onde residem, em que tempo se absentarão, & porque causa, & se se forão com casa mouida & cõ quantas pessoas, que feições de corpo, se altos, se baxos, se grossos, se magros, se aluos, se pretos, que cor de rosto, barba, & olhos, se são casados, & com quem, se uiuuos que molheres tiuerão, se solteiros, cujos filhos, & com todas as mais confrontações, & sinaes que se poderem alcancar.

Os moradores que se ausentarão desta freguesia de são João da Praça são os seguintes com casa mouida.

Simão de Sousa auera tres annos pouco mais ou menos se absentou desta freguesia e me disem se foi uiuer a Tomar, he homem preto, meão de corpo he casado com Ines Mendes tinha em sua casa sua sogra Ines da Costa e seu cunhado Manuel da Costa, disem-me que tem rendas.

João Frances casado com Brites Martinz he homem comprido de corpo sera de sincoenta annos, descorado tinha tres ou quatro filhos seu trato era tomar rendas, não sei para onde se foi.

João de Caseres casado com Maria da Costa he homem meão de Corpo barba loura sera de sesenta annos auera seis ou sete annos que se absentou desta terra com casa mouida para Emuers segundo me derão por informação. Tinha seis ou sete filhos e filhas era pobre, seruia algũas comissões de Corretor.

Francisco Dias casado hauera seis ou sete annos que se absentou desta terra com toda sua casa parece que pera fora do reino não sei em que parte, seu trato era ter rendas, tinha hũ filho no Brasil com logea de mercadorias era preto comprido doCorpo de idade de sincoenta annos. Não sei de presente que se absentassem desta freguezia mais casas de christãos nouos. Este Francisco Dias he natural de Castello Branco.

Concepção

Na rua da Fanquaria.

Vasquo da Silua fanqueiro homem grande de corpo pretalhão rosto comprido sera de idade de sesente pouquo mais ou menos, ha quatro anos que se foi para Emuernes com sua molher e dous filhos .s. macho e femea, a molher Felipa da Fonsequa e filho João a filha Eruilla da Silua.

Gaspar de lusena fanqueiro homem de meia estatura idade 50 pouquo mais ou menos aluadio da cara, cunhado de Simão Vas de Civilha, e foi se em ontubro de 613 cõ sua casa molher filho e filha, a molher Branqua Uas e disem que esta em Piza outros em Biscaia e foise de noite.

Manuel Rodrigues fanqueiro cuia mai esta preza pello santo officio e disem que esta cõ hũ seu tio em Emuernes sera de 25 annos pouquo mais ou menos, o tio chamase Rodrigo Manuel.

Na rua que vai da Cõseiçaõ para o poço da Fotea.

Antonio Cardozo mercador de panos se foi e sua molher Lianor Godinha com toda sua casa para as partes de Frandes e iuntamente hũ seu cunhado que ueio de fora pera aqui e morauão todos iuntos e hũa madrugada se forão.

Pedro Lopes chatim cõ sua molher natural de Thomar não esteue mais de tres meses cazado nesta fregesia e tanto que prenderão em Thomar logo se foi para França com toda a sua caza e asim o dizem.

Pedro Ribeiro tinha loge da marsiaria, era homem de meia estatura pretalhão olhos grandes disem que esta em França, auera tres annos que se foi pouquo mais ou menos e disem que esta em França tem quatro filhos nesta rua dous machos e duas femeas Jorze Ribeiro e Vicente Ribeiro e Izabel Ribeira e Caterina Ribeiro.

Rua Noua.

João Rodrigues Cardozo mercador de sedas natural de Leiria casado com Branqua Nunes uiuua se foi cõ toda sua casa, mas não sabem para onde.

Briatis lopes uiuva de idade de sinquoenta para sima, se foi para França e ia la esteve outra ues tem hũ filho aqui nesta fregesia mercador de sedas e estamenhas por nome Anrrique Gomes iunto dos livreiros, era molher alta trigueira e sequa do rosto.

No adro da Conseição.

Hũ filho do boticairo do pilourinho uelho que ia esteue prezo nesa sancta casa, era fisiquo foise avera seiz ou sete annos para as partes de França con toda sua casa não lhe sei o nome porque não morou nesta fregesia mais que dous meses ou tres.

Em Mataporquos.

Fernão dalues Mello mercador que sahio auera 3 annos no auto cõ uella na mão e sera homem de sinquoenta anos pouquo mais ou menos sequo do rosto e se foi cõ toda sua casa molher e filhos e he publica uos e fama que esta em França Judeu circunsizado.

No bequo de laua cabesas iunto.

Amador Mendes chatim marido de Felipa Loba sahio no mesmo auto asima dito cõ uella aseza e se foi para as portas de França

homem baixo trigueiro da cara, a molher ia não mora nesta freguesia.

Estas são as pessoas de nação que achei serem ausentes da freguesia da conseição do perdão geral a esta parte e não tenho notisia de mais. Em Lisboa a 18 de abril de 614. — *Diogo de Mattos.*

Sam Uisente

Não achei cousa que podese auisar aos senhores Inquisidores se não Fernão lopes de Milão e Anna de Milão, que ausentarão da minha freguesia no ano de 610. Aos 13 de Abril de 614. — *Bertolameu Alurz cura de S. Vicente.*

São Gião

Forão-se desta cidade hũ Francisco Vasque morava pasante a Calcetaria jmdo para a Imagem amtes que cheguem a ella na emtrada dũ bequo a mão esquerda do dito bequo a primeira caza foise com molher e filhos. He hũ homẽ comprido hũ Rosto grande.

Foi-se hũ jrmão de Pero Fernandez Mello tinha llogea de mercador morava quamdo vão do Arquo dos Preguos na Rua Nova para ho Arquo dos Barretes a derradeira logea esta ja preso pola santa jnquisisão. Hũ homem pequeno muito falador, he desprasivel.

Foi-se mais desta cidade com sua caza toda hũ merquador de marceria que morava nua logea na Rua Nova bem peguado com o Arquo dos Barretes a quem não sei ho nome e homem alto de corpo como amulatado.

Foi-se mais desta cidade hũ Luis Amrriques com sua molher he filhos he com seu paj era mercador de panos morava emtrando na Rua de Mataporquos. Dizem estar este Luis Anrriques agora em Amvers que he Framdes. e hũ homem alto de corpo gemtil homem do Rosto Ho paj hera homem pequeno dalguns setemtanos.

Foi se tambem pera Liorne hũ irmão deste Luis Amrriquez a quem não sej o nome com sua caza cativaram no os turcos leva[ram] no Argel com sua molher e filhos ahonde dizem que estam. He hũ homem muito pequeno e muito desprazyvel.

Foise desta cidade para Emvers hũ Pedro Lopes chatim morava na Rua que vai da Rua Nova pera a Comseyção tãobem levou sua molher comsigo. He hũ homem de mea estatura alegre no se falar. Sera de trinta he simquo anos pouquo mais ou menos.

De Santo Andre

Interoguei a Francisco Soares barbeiro morador abaixo desta Igreja o qual dixe que sabia das pessoas seguintes que se haviam partido ou se forão desta cidade : hum sergueiro que morava junto ao pelourinho velho homem ruiuo e torto de hum olho que seruia na confraria de nosa senhora da vida sita nesta Igreja e não nomeou mais pesoas.

Gaspar lopes coretor de casas meu freigues me deu o rol que aqui uay das pessoas que sabe se partirão ou forão desta cidade [1]. Desta freiguesia não se foi nenhum. — *O prior Ambrosio Cardoso* [2].

---

[1] Não se encontrou o rol referido.

[2] *Conselho Geral do Santo Officio, Papeis avulsos,* Maço 7, n.º 2368.

CONTRIBUIÇÕES
PARA A LEXICOLOGIA LUSO-ORIENTAL

(Ao Sr. David Lopes)

PREFÁCIO

O íntimo convívio e o assíduo contacto dos conquistadores, comerciantes e aventureiros portugueses com os povos asiáticos influíram poderosamente, como era natural, no vocabulário das suas respectivas línguas, aumentando-o notávelmente com o conhecimento de novas ideas e novos objectos.

E se avultado foi o número dos termos portugueses que penetraram nos idiomas indígenas, como já demonstrei em outro trabalho [1], também não é somenos a quantidade dos vocábulos vernáculos que transitaram para a língua portuguesa, passando desta muitos para outras línguas europeias, e até para a nomenclatura scientífica, especialmente botânica [2].

Várias foram as causas dêste fenómeno: a intensidade

---

[1] *Influência do Vocabulário Português em linguas asiáticas*, publicado pela Academia em 1913, e de que se está a fazer em Bombaim uma tradução em inglês.

[2] «Os primeiros nomes botânicos indianos foram principalmente introduzidos por Garcia de Orta (*Coloquios*, impressos em Goa em 1563)». Yule-Burnell, *A Glossary of Anglo-Indian colloquial words and phrases* (p. xv). London, 1886. 2.ª edição por William Crooke, 1903.

e a amplitude da acção civilizadora de Portugal; a sua precedência no Oriente e a sua mentoria, pôsto que involuntária, ás outras nações da Europa [1]; a sua adaptabilidade à maior parte das linguas asiáticas, e vice-versa, reconhecida por mais de um sábio estrangeiro [2]; o rápido e perdurável desenvolvimento da raça eurasiática e os seus conseqùentes crioulos.

As palavras, porêm, que se introduziram em português, pertencem a diversas categorias. Umas — como *bate* (arroz em casca), *sura* (suco da inflorescência de palmeira), *jagra* (açúcar mascavado), *calão* (bilha), *fula* (flor), *gudão* (armazêm) — circunscreveram-se à linguagem asiática. Outras — como *chita, côco, chá, bezoar, lacre, rotim, tamarindo* — acompanharam os objectos, que designavam, na sua peregrinação pela Europa e América. Ainda outras — e estas são poucas, como *abada, amouco, andor, bengala, biombo, canja, catre, caurim, chatim, corja, jangada, pagode, pires, veniaga, zumbaia* — entraram na fala comum, com foros de perfeita naturalização; mas modificaram-se, pela maior parte, nas suas significações originárias, sujeitando-se a representar na nova pátria cousas e conceitos já conhecidos [3].

Os dicionários portugueses, ainda os mais compreensivos, não registam todas as dições de origem asiática que ocorrem nos nossos *indianistas* de nomeada [4]. Os mais modernos,

---

[1] «Uma grande quantidade dos nossos coloquialismos anglo-indianos, se bem que sejam porventura atribuíveis a fontes indígenas... veio-nos por um intermédio português». — *Ibidem*, p. XVII.

[2] Vid. Dr. A. Fokker, *O elemento português na lingua malaia, in Revista Lusitana*, vol. VII, 1. — Dr. J. C. Heyligers, *Traces de Portugais dans les principales langues des Indes Orientales Neerlandaises* (La Haye, 1889), p. 13.

[3] Alguns dêstes termos entraram, por motivos ali indicados, no meu livro já aludido.

[4] Entendo por *indianistas* os escritores que trataram das cousas da Índia, tomada na acepção mais lata.

ao passo que inserem muitas inéditas e actuais, omitem algumas, consignadas pelos mais antigos. Êstes descrevem largamente o têrmo, em detrimento da concisão, que se requere numa definição, mas caracterizam-no melhor e marcam-lhe a pátria, se bem que sob a denominação genérica de «asiático» ou «indiano». Aqueles, com o louvável intuito de o não deixar sem origem, generalizam-no na sua definição, expatriam-no e deturpam-lhe a filiação.

O defeito primordial de tudo isto está, ao meu ver, no desconhecimento ou no desprêzo das legítimas fontes do estudo e na etimologia empírica, que se estriba inteiramente na homofonia — critério pouco seguro e nada scientífico, como está de sobra demonstrado pela filologia comparativa [1].

Dêste processo — se processo é a etimologia *de palpite* — pululam disparates palmares e desastrados. Por exemplo: *cairo,* «filamentos de côco» filia-se em *Cairo,* cidade do Egito; *gudão*, «armazêm», deriva-se do inglês *go-down*; *ola*, «folha de palmeira», identifica-se com *olaria,* «fabrica de loiça»; *beniaga* ou *veniaga*, «trato comercial», entronca-se no latino *venum agare; bandel*, «pôrto», prende-se a *banda; catre,* «camilha dobradiça», liga-se ao *catre* castelhano; *balão,* «embarcação indiana», encabeça-se no *balão* europeu: *caxa* ou *caixa,* «moeda asiática», acasala-se com a *caixa* do lat. *capsa; calão,* «bilha», emparelha-se com *calão*, «barco de pesca», para se originar de *cale; mão*, «pêso indiano», mete-se na *mão* do lat. *manus*; *nacibo,* «sina», presume-se derivar de *nascer; saraça,* «tecido», origina-se do cast. *zaraza; vara*, «vendaval de Choramândel», prende-se ao lat. *vara*.

---

[1] «A etymologia é uma sciência ou antes ramo de sciência historica: quando faltam os elementos historicos sucessivos não pode pois muitas vezes chegar a mais do que conjecturas». — Adolfo Coelho, *Prefação* do Dicc.

O mesmo acontece quanto aos significados: *gudão* é «casa térrea na Índia portuguesa»; *bandel* é «bairro destinado á habitação dos estrangeiros»; *bate* é «arroz descascado»; *sura* é «suco do cacho de palmeira», *adão* (fruta de Adão) é «árvore da Índia portuguesa»; *jagra* é «açúcar feito de côco, na Ásia»; *necodá*, (arrais) é «chefe militar na Índia; *reimão* (tigre de Malaca) é «animal que não tem habitação certa»; *talagoia* (iguana) é «peixe de Dio»; *vangana* (arrozal regadio) é «planta da Índia».

É óbvio que a certidão de nascimento e os primários traços biográficos dos vocábulos orientais é no Oriente que, em regra, se devem buscar. Mas, para isso, importa primeiro averiguar se de facto o têrmo é oriental e a que região do Oriente pertence, e qual foi a rota que seguiu na sua viagem para a Europa.

O processo, por tanto, que se me afigura indispensável ao estudo da lexicologia asiática — e o mesmo se dirá da africana — é percorrer com paciência as obras de todos os nossos escritores, e as principais dos estrangeiros antigos, que com reconhecida competência trataram das cousas da Ásia meridional, e colher aí os vocábulos exóticos com a sua definição ou descrição e com a sua pátria ou derivação.

Felizmente, os nossos indianistas reproduzem, em geral, com mais fidelidade e método do que os estrangeiros, e quanto comporta o alfabeto português, sem sinais diacríticos especiais, não sómente dições malaias e japonesas, cujos fonemas pouco ou nada diferem, mas até os complicados alfabetos indianos e as locuções dos idiomas monossilábicos [1]. Alêm disto, interpretam uma e mais

[1] Note-se a exactidão com que os nossos escritores transcreveram o tamul *Chóramándala*, «país dos Choras ou Cholas», por *Choramândel* ou *Choromândel*, que os estrangeiros corromperam em *Coromandel*, que não significa nada, e nos passaram como um grande presente. E o antigo *Columbo*, ainda hoje corrente no português de

vezes as expressões peregrinas que empregam, e indicam amiúde o seu berço e às vezes a sua etimologia.

Com tais elementos fica o campo em grande parte desbravado e o estudo assente em bases sólidas e irrefragáveis. Para o seu complemento, há dificuldades momentosas a superar, as quais demandam muita perspicácia na investigação e conhecimento adequado, pelo menos nos seus dicionários, de dezenas dos idiomas vernáculos — tarefa árdua, que se não pode desempenhar cabalmente sem colaboração dos competentes.

Ocorrem numerosos termos nas pautas aduaneiras e nos sistemas tributários, que se não explanam, por serem então no local assás sabidos. Outros há — como *côco, areca, bétele, palanquim, saguate, caixa, cule, pagode parau, manchua, pangaio, manga* — que são ambulatórios em toda a zona da influência portuguesa na Ásia, África e até na América. Muitos dos referentes a tecidos e embarcações — como *bengala, serampuri, sanguicel, catur, samatra*[1] — são antiquados ou geográficos, que não aparecem nos dicionários manuais, compostos, de ordinário, para uso de escolas e em geral deficientes. Emfim, a identificação das dições da China e Indo-China oferece maiores obstáculos, atenta a índole das suas línguas, e a incorrecção das reedições, que, pretendendo emendar o texto da primordial, por vezes o corrompem.

Acontece tambêm, não raro, que um dado vocábulo, peregrino em português, se encontra ao mesmo tempo em vários idiomas orientais da mesma família ou de diversas e em regiões muito distanciadas, não se podendo precisar, sem demorada pesquisa, de qual dêles proveio para a

---

Ceilão, representa melhor o singalês *Kolumbu* que o actual *Colombo*, outra deturpação estrangeira.

[1] *Samatra* significa «borrasca» na Índia Portuguesa. António Bocarro emprega o vocábulo nêste sentido. Vid. *Influência*.

nossa língua. Pode igualmente suceder que o que se afigura como étimo tenha na realidade por étimo a palavra cuja origem se procura, sendo facto, exuberantemente demonstrado no meu referido livro, que os portugueses transportaram diversos termos indígenas de uma terra para outra, onde ficaram depois inteiramente naturalizados.

É claro que o cometimento é laborioso e inçado de estorvos; mas deve-se admitir que é o único processo racional e frutífero. E é o que me proponho seguir na elaboração do *glossário luso-asiático*, que já abrange mais de dois mil vocábulos copiosamente abonados com autoridades nacionais e estrangeiras. Sendo porêm o trabalho de sua natureza demorado, e precário o estado de minha saúde, não sei se viverei para levar a cabo o empreendimento.

Acho, portanto, conveniente publicar desde já pequenas monografias acêrca de uma dúzia e meia de palavras de origem asiática, que tiveram aceitação geral nos domínios da língua portuguesa, e que por sua importância filológica são sobremodo interessantes.

I

Abada, bada; ganda

O Sr. Gomes de Brito publicou na *Revista Lusitana* (vol. XIII, 1910), sob o título de *Analecta Litteraria e Historica*, um erudito e curioso ártigo acêrca dos «vocabulos *Abada, Abbada*, *Bada, Ganda, Bicha*, considerados sob o aspecto da especie e do sexo que representam». Deixou, todavia, algumas dificuldades glotológicas sem solução, chamando a atenção dos competentes, e ventilou a questão morfológica com um critério, no meu entender, um tanto errado.

Com quanto eu prefira, por índole, versar semelhantes assuntos doutrinária e impessoalmente, todavia, em deferência ao ilustrado autor do artigo, tratarei mais desenvolvidamente dêstes vocábulos e tocarei em certos pontos, o que aliás houvera por escusado.

I. — Abada, bada

Dois termos peregrinos empregaram os nossos antigos escritores, que trataram das cousas do Oriente, para designar um paquiderme, desconhecido então na Europa: *bada* ou *abada* e *ganda*. O segundo teve uso restrito e duração muito breve. O primeiro, porêm, expandiu-se notávelmente no tempo e no espaço, e passou para várias línguas europeias, pelo menos nas obras de seus viajantes e homens de sciência.

§ 1.º — **Sematologia.**

Não consta que o vocábulo *abada* fosse conhecido na Europa antes dos descobrimentos e das conquistas dos portugueses. João de Barros, que tinha ensejo de se lhe referir, quando falou de *ganda*, não o menciona. Parece, conforme se depreende de Covarrúvias, que foi no tempo de Filipe II que a palavra se introduziu em castelhano, na sua forma primitiva e legítima — *bada* [1]. O dicionário francês da Academia não a regista, tam pouco Littré e Devic; aparece, porêm, no de Larousse. Entre os auto-

[1] 1611. — «En nuestros dias trouxeran al Rey Filipe II, que santa gloria haya, una **Bada**, que por mucho tiempo estuuo en Madrid». — Don Sebastian Covarruvias, *Tesoro de la Lengua Castellana.* — «L'an 1581 fut envoyé des Indes un Rhinoceros avec un Elephant pour present au Roy d'Espagne estant lors à Lisbonne». — Linschoten (1589), *Histoire de la Navigation* (Amsterdam, 1638), p. 90.

res citados no *Glossário anglo-indiano* não se notam senão dois ingleses e ambos explicam o têrmo[1]; e o dicionário inglês de Webster não o insere.

Mas que significa *abada?* Os nossos historiadores dizem unânimemente que *abada* ou *bada* é sinónimo de rinoceronte. «Renocerontes ou **Badas**». Padre João Lucena (1600)[2]. «Os Rynocerontes, que são as **Abadas**» Frei Gaspar de S. Bernardino (1609)[3]. «E nella [ilha da Java Menor] se crião grandes elephantes, rinocerotes ou **badas**». Manuel Godinho de Erédia (1613)[4]. «Y delos era parte um Rinocerot, ó **Abada**; que despues se perdiô nel Mediterraneo, embiandole elRey D. Manuel al Papa con otras cosas raras de la India». Manuel de Faria y Sousa (1664)[5].

Estão nisto de acôrdo viajantes forasteiros. «Il n'y a point **d'Abada** ou Rhinoceros es Indes [Índia meridional], mais il s'en trouve en Bengala et Patana». Linschoten (1589), *Histoire,* p. 89. O mesmo autor atribui o vocábulo aos portugueses (p. 30): «En ce mesme pays se trouve le Rhinoceros et il y en a grand nombre, et est appellé des Portugais **Abada**».

«Aonde levam as suas mercadorias para as vender aos chineses, particularmente... muitas pontas da **Bada**, dito Rinoceronte». Carletti (1606, *in Glossary).* — «... nombre de Tigres, quelques **Adybadas**, ou Rinoceros, Buffles

---

[1] 1592. — «Now this **Abath** is a beast which has one horne only in her fore head». — Barker, II, 591.

1618. — «A China brought me a present of a cup of **Abado** (or black unecorns horne) with sugar cakes». — Cocks's *Diary*, II, 56.

[2] *Historia da Vida do Padre Francisco de Xavier*, Liv. x, cap. 18.

[3] *Itinerario da India* (Lisboa, 1842), p. 71.

[4] *Declaraçam de Malaca e India Meridional com o Cathay* (Bruxelas, 1881), f. 50.

[5] *Asia Portuguesa* (3 vol., Lisboa, 1666-1675), I, p. 167.

Sauvages, Porc-Espys, Civettes...» (em Samatra). Général Beaulieu (1620) [1].

Frei Gaspar da Cruz descreve o animal, sem lhe dar o nome greco-latino: «E hũas alimarias que chamam naquellas partes [India insular] **Badas**: das quaes os machos tem hũ corno na testa sem ponta, he rombo, e hũs dos cornos são malhados de singulares cores, outros pretos todos, outros cor de cera, mas não tem virtude, se nam he pera almorreimas: e depois de Alifante não ha outra alimaria mayor» [2].

O têrmo era tão corrente na segunda metade do século XVI, que muitos dos nossos escritores o não interpretam. Fernão Pinto menciona-o muitas vezes sem explicação: «Onde ha outros muytos animaes muyto peyores inda que aves, como são elefantes, **badas**, liões» (1541). «Em cafilas de elefantes e **badas**». «Donde [Tartária] partirão com oitenta mil **badas**». «Apos estes sacerdotes mais atrás hum pequeno espaço hião quarenta carros com duas **badas** em cada carro» (1544) [3].

«Postos da outra banda do rio, sahiu a elles um cavallo marinho, que pelo não terem nunca visto cuidaram ser **Badá**, e com o medo e pressa se meteram pela vaza». Manuel Godinho Cardoso (1585) [4]. «... elefantes, **badas**, bufalos, vaccas bravas» (na Africa Oriental). Frei João

---

[1] *Memoire du Voyage aux Indes Orientales* (p. 97), in *Relations de divers voyages curievs* (4 partes). Paris, 1663-1672.

Marco Polo chama ao animal *leoncorne:* «Hanno molti elefanti saluatici, et *Leoncorni,* che sono molto minori de gli elefanti, simili a'buffali nel pelo... Hanno un corno in mezzo del fronte». *Apud* Ramúsio *(Delle Navigationi et Viaggi),* II, f. 52.

[2] *Tractado em que se contam muito por estenso as cousas da Çhina* (Évora, 1569), cap. 3.

[3] *Peregrinação,* capp. XLI *(bis),* CVII, CXXXI.

[4] *Relação do nafragio da nau Santiago.* In *Historia tragico-maritima,* (1904-1909), VI, p. 71.

dos Santos (1609)[1]. É cousa natural pelejar o Leão com o Tigre, a **Abada** com o Elefante, só porque são dous animaes valentes e poderosos». D. Francisco de Melo (1657), *Apologos Dialogaes* (1721), p. 454. «Sapão, Cayoloc, Marfim, pontas de **Abada**, e Canfora de Sião». Padre Fernão de Queiroz (1689)[2].

O vocábulo aparece empregado ainda no declinar do século passado: «Os productos que constituem principalmente o commercio de importação d'aquella provincia [Moçambique] são: marfim, pontas de **abada**, cera, gergelim, cautchuc, etc.». *Boletim da Sociedade de Geographia,* 3.ª série (1880), p. 444.

Quanto a lexicógrafos, Morais, Constâncio, Adolfo Coelho, João de Deus, Cândido de Figueiredo, e os dicionários da Academia e *Contemporaneo* registam *abada* com o significado de «rinoceronte». Agostinho Barbosa (1611), no seu dicionário *Lusitanico-Latinum*, interpreta *abada* por *rhinoceros*. Bluteau (1712) é o primeiro, que eu saiba, a contestar a identidade e a latinizar a palavra portuguesa, «por não ter nome proprio latino». Diz êle que *abada* é «fera da Africa nas terras de Benguella ou nas terras de Sofala». Vieira e Lacerda exprimem-se quási do mesmo modo.

¿Mas *abada* ou *bada* é o nome da espécie ou sómente o da fêmea, como *aliá* é a «fêmea do elefante»? Á primeira vista, parece supérflua a pergunta, mas não o é. O nosso glotólogo Gonçalves Viana diz, referindo-se a *abada*: «Qualquer que seja o sentido em que os nossos escritores antigos empregaram êste vocábulo, ou designando a fêmea do rinoceronte, como é a opinião geral (?), ou referindo-se a outro paquiderme análogo, como declara Rafael Bluteau no *Vocabulario Portuguez Latino,* tem-se-lhe atribuido duas orijens diversas». *Apostilas aos Dicionários Portuguêses.*

---

[1] *Ethiopia Oriental,* 2 vol. (Lisboa, 1892), I, p. 39.

[2] *Historia da Vida do Veneravel Irmão Pedro de Basto*, p. III.

Igualmente Yule observa «que mais de uma autoridade fazem dêle *the female rhinoceros*». E Skeat sugere (na segunda edição), como para justificar esta acepção, que «a fêmea era o mais perigoso animal, ou o que mais freqùentemente se encontrava, como é certamente o caso com o crocodilo».

De entre as autoridades, porêm, só se notam duas, e ambas estrangeiras, que dão tal sentido à dição *abada*. «Ora esta **Abath** é uma bêsta que tem tam sómente uma ponta na sua testa, e julga-se ser *the female Vnicorne,* e é muito estimada dos mouros nestas partes como o mais soberano remédio contra veneno». Barker, 1585.—«**Abada,** *s. f.* La *hembra* del Rhinoceronte». *Dicc. de la Lengua Castellana,* 1726.

Eu, da minha parte, não conheço nenhum escritor nacional que limite ao sexo feminino o sentido da palavra. Dos indianistas, que até hoje li, nenhum faz tal restrição, antes pelo contrário. Quando, por exemplo, Manuel Barradas (1613) diz, referindo-se a Ceilão, «só faltam nesta ilha leões, onças e **abadas**», evidentemente, não entende por *abadas* únicamente fêmeas dos rinocerontes, como não entende por *onças* sómente fêmeas. E «oitenta mil **badas**», de que fala Fernão Pinto, não eram certamente todas fêmeas. E se com efeito são «mais perigosas» as fêmeas, menos razão havia para as empregar em semelhante serviço.

Quanto aos lexicógrafos, os principais que consultei não restringem à fêmea a significação de *abada* ou *bada,* mas na maioria, identificam-na com «rinoceronte», que abrange o macho e a fêmea. Vid. os dicionários citados.

É, por tanto, o caso de se aplicar o princípio do direito romano: *ubi lex non distinguit, nec nos distinguere debemus* — e os nossos indianistas e dicionaristas são legisladores no assunto; e de se concluir que *abada* designa a espécie ou, antes, a família de rino-

ceronte, compreendendo ambos os sexos. E se a etimologia tem voz no debate, veremos que ela confirma a nossa conclusão.

*

Admitindo, todavia, que alguns autores estrangeiros, e talvez nacionais, tenham circunscrito o vocábulo à fêmea do paquiderme ¿qual teria sido o verdadeiro motivo da deviação do seu sentido normal? Não é certamente o que aponta Skeat. Nem a especial ferocidade do indivíduo feminino, nem o seu mais freqùente encontro — se é que são factos — justificam a modificação do sentido.

Pondo de parte ao presente a questão da origem arábica, que talvez teria influido, quere-me parecer que, vulgarizando-se o vocábulo «rinoceronte», masculino, pelo conhecimento do animal, e sendo *abada* do género feminino, entenderam alguns escritores que *abada* era o nome da fêmea do rinoceronte. E creio que não será temeridade presumir que a iniciativa partiu dos viajantes forasteiros, como Barker, que sabendo um tanto de português e ouvindo amiúde «a *bada* ou *abada*, as *badas* ou *abadas*, confundiram o género gramatical com o sexo; e nós, que somos incorrigíveis adoradores do estrangeirismo, tomamos-lhes às cegas a lição!

Temos um frisante paralelo em «elefante» e «aliá»; mas neste caso o processo é genuinamente nacional. Os portugueses, antes de entrarem em Ceilão, conheciam na Índia o animal e davam-lhe o nome europeu com o seu género próprio. Na ilha, porêm, ouviam aos indígenas chamar-lhe comummente *aliyā*, «elefante macho sem dentes», em singalês, sendo *œtinnī* ou *hastinnī* o nome da fêmea [1]. Pela sua pronunciada tendência a termos ver-

[1] Outros nomes singaleses do elefante sem dentes são *hastiyā*, *gajendrayā*, sendo o de dentes conhecido por *œtā*.

náculos, adoptaram *aliá*, mas não querendo desfazer-se de «elefante» e actuados pela terminação feminina em português, deslocaram a significação originária; e *aliá* ficou sendo a «fêmea do elefante».

O Padre Manuel Barradas, que em princípios do século XVII esteve na Taprobana faz do nome comum de dois e dá-lhe um significado amplo, que os dicionários do singalês não abonam, nem se coaduna com a índole da língua: «Em logar de azemolas se servem alli de **aléas** (**aléa** é todo o elefante sem dente, quer seja macho quer *femea*)». Declara também que «dos elefantes nenhuma femea tem dentes, e dos machos os menos são os que os tem» [1]. Daqui fácil era a feminização do sentido.

Mas Frei Gaspar de S. Bernardino (1609) [2], *Documentos da India* (1614) [3] António Bocarro (1635) [4] não conhecem senão *aliás* fêmeas no sexo e femininas no género.

---

[1] *Descripção da Cidade de Columbo* (*in* Historia tragico-maritima), vol. II, p. 79. Nesta edição o vocábulo ocorre invariávelmente acentuado *aléa;* mas suponho que o autor escreveria *aleá*.

Emerson Tennent (1860) corrobora plenamente a asscrção de Barradas: «It is a curious fact that, whilst in India and Africa both sexes have tusks... not one elephant in a hundred is found with tusks in Ceylon, and the few that possess them are exclusively males». *Ceylon*, II, p. 273.

[2] «... dous dentes que lhe saem fora seys ou sete palmos, os quaes nam muda em toda a vida, nem os tem as **Aliás** ou femeas, mas só os Elephantes machos».—*Itinerario da India,* p. 163.

[3] «Os *vidanás* das **aliás** com que os [elefantes] caçam, serão postos pelo capitão geral, visto serem necessarias para o serviço dos arraiaes; e o dito capitão geral dará ordem ao *vidaná,* para acudir com as **aliás** de caça necessarias para a dos elefantes e para os amansar».—*Documentos remetidos da India ou Livros das Monções*, 4 vol. (Lisboa, 1880), III, p. 55.—*Vidāna* é vocábulo singalês, que significa «chefe, capataz».

[4] «Levando á sua mão esquerda o rei de Tangú, seu primo, em cima de uma **alia**, que é a femea do elefante».—*Década 13.ª da Hist. da India* (Lisboa, 1876), p. 149.

O Sr. Cândido de Figueiredo regista (2.ª edição) *aleia* (fem.) com o significado de «elephante sem dentes», e *aliás* (fem.) com o de «fêmea do elephante», abonando-o com Gonçalves Viana. Mas na nota que a êste foi subministrada por Guilherme de Vasconcelos Abreu há dois erros, o nome do autor não é «Frei Gaspar de Santo Agostinho», nem *aliás* está no singular no *Itinerario*.

*

Alêm do sentido primário, tambêm se emprega a palavra *abada* na acepção de «ponta de rinoceronte». «Ponta ou corno do animal deste nome». *Diccionario* da Academia, que o abona com Fr. António de Gouveia («hum copo de **abada** guarnecido de pedrarias») e com João Lavanha («o seu tributo era um vaso de **abada**»). «No commercio significa as pontas d'este animal: Bengalas de **abada**». *Diccionario Contemporaneo*. Vid. Cocks, já citado.

§ 2.º — **Morfologia.**

De que género é *abada*? Respondem *una voce* todos os lexicógrafos e escritores portugueses que é do género feminino. Parece que tanto bastava, nem outra coisa se requere em qualquer língua. Nem é novidade morfológica que haja substantivo feminino que denote objectos animados de um e outro sexo, como são: *bêsta, girafa, zêbra, onça, gazela, águia, lontra, cobra, baleia, abelha, formiga, mosca,* etc. Os gramáticos denominam-nos epicenos.

Mas que fundamento tiveram os dicionaristas e os indianistas para dar à palavra tal tratamento? A regra da gramática portuguesa, que diz: São femininos os nomes que terminam em **a** átono. É em obediência a esta regra, e à sua paralela de nomes em **-o**, que as palavras latinas *arma* e *errata,* que são neutras e plurais na língua-mãe se tornaram femininas e singulares em português, e *perio-*

dus e *abyssus,* femininas na origem, se converteram em **o** periodo, **o** *abismo.*

Como é então que se ha de indicar o macho da espécie? Parece-me que não é uma objecção insolúvel. Aplique-se, por analogia, a regra que distinguiria o sexo das alimárias supracitadas. Dir-se há, quando seja necessário precisar o sexo, *abada macho* ou *abada macha*, como se diria sem estranheza *zêbra macho* ou *zêbra macha, formiga macha*, assim como os romanos diriam *formica mascula.* Assim o Padre Barradas escreve (edição de 1904): «**as** *aléas* machos»; «**as** *aléas* femeas»; tambêm «**os** *aléas* mansos». Demais, não sei se seria pecado que bradasse ao céu dos machos a expressão «o macho da abada», não sendo nenhum a locução «a fêmea do rinoceronte».

Nem mesmo me consta que haja algum nome português de animal, terminado em *a*, que seja o que na taxinomia gramatical se chama «comum de dois». Podemos dizer: **o** *tigre,* **a** *tigre;* **o** *unicorne,* **a** *unicorne;* **o** *antílope,* **a** *antílope;* mas seria paradoxo dizer: **o** *lontra,* **a** *lontra,* **o** *pantera,* **a** *pantera,* **o** *víbora,* **a** *víbora* [1].

Vem a pêlo observar que muitos dos nossos antigos escritores entendem por *bufara* (=búfala) a espécie e não sómente a fêmea: «Tambem ha muita gado, **bufaras,** vaqas e bois» — *Chronica dos Reys de Bisnaga* (1525), p. 82. — «Ha inummeraveis Alifantes e muitas **Bufaras,** de que eu vi por aquella terra muita soma dellas brauas». Frei Gaspar da Cruz, *Tractado da China,* cap. 3. — «Usam de umas rodelas á maneira de adargas de couro de

---

[1] «Foi na *Historia de Leandro e Hero* [de Boscán] que Camões encontrou a palavra *focas,* usada no género masculino. Daí *os feios focas* de I, 52, 4». Dr. José Maria Rodrigues, *Algumas observações a uma edição comentada dos Lusiadas.* (Coimbra, 1915), p. 74. Filinto Elísio e mais alguns seguiram o exemplo, sem distinção do sexo. Actualmente, o vocábulo é feminino no sentido de «animal».

bufaras de mato». Francisco Vaz de Almada, *Hist. tragico-marit.*, IX, p. 60.

Quere-me parecer que tudo isto é claríssimo como a luz do sol. Uma cousa é o sexo, e outra o género gramatical. Há idiomas, como os da Malásia, que não teem género nem número formal, e todavia os objectos que as dições significam não são destituídos de sexualidade e de pluralidade. Determina-se o sexo por meio de qualificativos, de ordinário femininos, como, em malaio: *anaq,* «criança», *anaq orang,* «menino», *anaq pĕrĕmpuam,* «menina»; *kuda,* «cavalo», *kuda bĕtina,* «égua». O plural forma-se por reduplicação: *orang-orang,* «homens». E note-se que o malaio passa por «o italiano da Insulíndia» [1].

Há ainda línguas que põem no neutro nomes de seres humanos, sem causarem espanto: lat. *scortum*, mulher pública; sânsc. *kalatra,* mulher casada, *mitra,* amigo; inglês *child,* criança; alemão *mädchen,* moça; concani *kalavant,* bailadeira [2]. Em linguagem rigvédica, o dual feminino *mātarau* = as duas mães, equivale ao dual masculino *pitarau* = os dois pais, «pais».

Encarando a questão sob o ponto de vista etimológico, se a palavra *abada* provêm do árabe, é feminina pela origem; se deriva do malaio, não tem género originário. Demais, na transição de uma língua para outra, as palavras não levam necessáriamente consigo, como é notório,

---

[1] O mesmo se observa nos creoulos portugueses, não sómente de Malaca, mas também da Índia. No *norteiro: fi,* filho ou filha, *fi-mach,* filho, *fi-fem',* filha, *fi-fi,* filhos, *fi-fi fem',* filhas. Vid. Hugo Schuchardt, *Kreolische Studien*, IX, e *Dialecto Indo-português do Norte,* pelo autor.

[2] A propósito de *bailadeira,* houve quem sugerisse a adopção do francês *bayadère,* na forma de *baydeira,* por não haver em português vocábulo que lhe correspondesse, como se a expressão francesa não fosse a representação fonética de *bailadeira!* Vid. Gonçalves Viana, *Palestras Filolójicas.*

o género do seu idioma. E no seio duma mesma língua o tempo opera mudanças de género, sem alterar o sentido. É sabida a história de *cólera-morbo; fim* não era antes masculino; Garcia d'Orta diz indiferentemente **o** *arvore* **a** *arvore;* João de Barros e Castanheda dizem sempre **a** *língua,* **a** *cabeça,* no sentido de «intérprete, chefe».

Mas em francês a palavra *abada* é masculina. Seja embora. Nós tratamos do português, não do francês; quando falarmos francês, seguiremos as regras da sua gramática; por elas não aprenderemos português. Não se pode arrastar a subserviência intelectual e a isenção patriótica ao extremo de transfundir a gramática francesa na língua portuguesa; não o permitem Camões e Vieira, nem Castilho e Herculano. Os antigos portugueses davam, não recebiam, lições nos assuntos que nos ocupam; eram retintamente *nacionais;* por isso dominaram, com admiração do mundo inteiro, nos mares e nos continentes, e se mais partes houvera, também lá chegaram.

E os franceses, por mais que valham — e eu não tenho o mínimo empenho de os menoscabar — não são indemnes de desconchavos glotológicos. Se os tivessemos de imitar servilmente, haveriamos de chamar ao *mordexim* ou cólera «morte-de-cão», porque Sonnerat diz com toda a seriedade (1782): «Ces indigestions appellées dans l'Inde *Mort-de-chien* sont fréquentes [1]». Diriamos também «pau de águia» porque os franceses dizem *bois d'aigle* e os ingleses *eagle-wood.* Mas Afonso de Albuquerque, Duarte Barbosa, Fernão Pinto, Castanheda, Gaspar Correia, Simão Botelho, Garcia da Orta, João dos Santos, Cardim, Erédia e outros, que bem sabiam que não havia mais relação entre

---

[1] *Voyages aux Indes Orientales et à la Chine,* I, p. 205.

«Cette grande indigestion qu'on appelle aux Indes *Mordechim,* et que quelques uns de nos Français ont appellée *Mort-de-Chien*». — *Lettres Edifiantes* (1702), XI, p. 156.

o pau e a águia do que entre o ôvo e o espêto e donde procedia o vocábulo, disseram sempre *pau de águila* (de que os botânicos fizeram *aquilaria)*, como exige o étimo malaiala *ágil* (leia-se *águil, et sic de ceteris),* do hindi *agar*, sânsc. *aguru* ou *agaru,* literalmente *non gravis,* «leve». Mas já Bluteau denuncia a influência estrangeira, quando regista *pau d'aguila* ou *d'aguia* [1].

Além disto para contrapôr ao francês, temos o nosso vizinho e mais aparentado castelhano, que, a julgar por seus dicionários, trata *bada* como nome feminino.

Fique, por tanto, assente que *abada* ou *bada* é em português nome feminino epiceno, que denota a espécie e não sómente o indivíduo do sexo feminino , e que não é contra-senso linguístico esta difinição: «O Rhinoceronte é *a* abada dos índios; é *a* ganda dos escriptores portugueses do XVI seculo».

§ 3.º — **Etimologia.**

Apontam-se geralmente duas origens da palavra *abada,* uma arábica e a outra malaia [2]. O étimo árabe é *ābida,* feminino, que significa, conforme Kazimirski «animal que se tornou bravo, espantadiço, e que facilmente se escapa»; conforme Belot, «bêsta ruiva» ; conforme Lane, «animal silvestre». Não é pois o nome do rinoceronte, mas duma alimária indeterminada pela espécie. O nome próprio do rinoceronte em árabe-persa é *karkaddan.* «Le meme pays nourit le boschan marqué autrement appelé *kerkedenn.*

---

[1] Quere-me parecer que o francês *pastèque,* «melancia», não provêm imediatamente do árabe *battikh,* mas por intermédio do português indiano *pateca,* que significa o mesmo. Vid. *Influência.*

[2] «O nome de *abada* ou *bada,* dado ao mesmo animal [ganda] e ainda conservado na designação commercial das *pontas de abada,* é de origem pouco clara». Conde de Ficalho, *apud* Garcia da Orta, Col. XXI.

Cet animal a une seule corne au milieu du front... Le *kerkedann* est inferieur par la grosseur à l'éléphant, et sa couleur tire vers le noir.» Solimão (851)[1].

Temos, por tanto, tam sómente a quási homofonia dos vocábulos, desajudada pela identidade ou similaridade dos sentidos, e destituida de elementos históricos que indiquem quando e por que via entrou o vocábulo originário na península ibérica, e se veio acompanhado do animal ou isolado nas obras dos doutos, como aconteceu com a palavra *rinoceronte,* e que necessidade ou conveniência houve para a sua admissão ao lado desta.

A etimologia scientífica não se contenta sómente com a homofonia e sinonímia, para estar segura da derivação; pois sucede às vezes que até em línguas inteiramente desaparentadas coincidem, por mero acaso, na forma palavras que designam a mesma idea ou ideas próximas, como port. *varanda* e sânsc. *varaṇḍa,* inglês *bad* (mau) e persa *bad,* lat. *sanguis* (sangue) e manchu *sengi,* ingl. *sun* (sol) e manchu *shun*[2].

Deve-se, por conseguinte, reconhecer que a derivação arábica é absolutamente insustentável. Nem obsta a opinião, sempre ponderada, dos autores do Glossário anglo-indiano,

---

[1] M. Reinaud, *Relation des Voyages faits par les arabes et les persans dans l'Inde et à la Chine dans le* IXe *siècle de l'ére chrétienne,* I, p. 28.

El nombre de *Bada* es impuesto de los mismos Indios, mas presupuesto que no ay lengua que no aya tenido origen de la Hebrea... non será fuera de camino dizer que *Bada* es nombre Hebreo de *Badad,* solus, solitarius; por quanto este animal se cria en desertos, y lugares muy remotos, y solitarios». — Covarrúvias.

O dicionario da Academia Espanhola deriva *bada* do árabe *bahda,* «corpulento».

[2] Assim, a etimologia actual *toto coelo discrepat* da que Voltaire ridiculizava, definindo-a: «Est une science où les voyelles ne font rien et les consonnes fort peu de chose» Vid. Max Müller, *Science of Language* (London, 1890) pp. 262-328.

que não dão preferência incondicional a esta procedência, mas únicamente na hipótese de se provar que o têrmo era corrente em Portugal antes das conquistas orientais. Mas não era; se o fosse, nem os nossos cronistas descreveriam o animal, nem haveria motivo para a introdução da voz *ganda* [1].

O étimo malaio é *bădaq*, que Wilkinson inscreve do seguinte modo [2]: «*Badaq*, nome genérico do rinoceronte e do tapir; *b. api*, rinoceronte fabuloso; *b. hĕmpit.* = *b. kĕrbau; b. kĕrbau*, o rinoceronte de Sumatra; *b. raya*, o rinoceronte javanês *(r. sondaicus); b. tampong*, o tapir».

Mas o têrmo não é privativo do malaio; outros ramos do grupo tambêm o possuem, na acepção geral de «rinoceronte» e não na de «rhinoceronte *exclusivo* habitante de Sumatra». Tais como: achinês, batta (Samatra), sundanês (Sunda), dáiaque (Borneu): *bădak;* javanês *warak;* búgui e macaçarês (Celebes): *băda* [3].

Fonéticamente, a derivação oferece duas dificuldades: o *-q* ou *-k* final do étimo, que não aparece no derivado, e o *a-* inicial, que se não vê no vocábulo malaio. Mas é fácil a resolução.

O *q* final de *bădaq* e outras palavras análogas é, como observa Gonçalves Viana, quási imperceptível, particularmente ao ouvido estrangeiro, e é proferido na faringe; os idiomas de Celebes dispensam-no. Cai, por isso, geral-

---

[1] «The word is not used by Barros where he would probably have used it if he knew it... and we have found no proof of its earlier existence in the language of the Peninsula; if this should be established we should have to seek an Arabic origin... The usual form *abada* is certainly somewhat in favour of such an origin.»

[2] *An Abridged Malay English Dictionary*. Kuala Lumpur, 1908.

[3] Swethenham, no seu *Vocabulary of the English and Malay Languages* (Singapore, 1885), interpreta o inglês *rhinoceros* pelo malaio *bâdak* sem nenhuma restrição.

mente na transição da voz para português, às vezes com tonificação da vogal antecedente. Assim, do malaio *kalāmbaq* (macaçarês-búgui *kalámbā*), «águila», temos as seguintes transcrições: *calamba*, em Erédia, Couto, Henrique Dias, Jacinto de Deus, Pyrard, Linschoten; *calambá*, em Fernão Pinto; *calambac*, em Orta; *calambuc*, em Lucena; *calambuco*, em António Nunes, Gaspar Correia, Gaspar da Cruz, Sassetti e também Pinto. As variações fónicas explicam-se pelo carácter comercial do têrmo, que andava na bôca dos índios, persas, árabes, chineses e outros povos [1].

Não se transcreveu, porêm, o *q* de *púchuq*, «costo», que todos os nossos indianistas, a começar por Duarte Barbosa, ortografam *pucho*.

Quanto ao *a-* inicial, cumpre primeiro averiguar qual das duas formas – *bada* ou *abada* — é mais antiga e mais autorizada.

Aparece à testa dos escritores o nosso bom Fernão Pinto, tão abocanhado pela ignorância petulante, mas a quem eu dou mais valôr, no ponto de vista glotológico, pois sob èste aspecto analisei a sua monumental obra, do que a muitos outros do seu tempo. Êle, que mourejou por vinte anos na Indo-China e no extremo Oriente, passou por mil peripécias, lidou com tantos povos, e que, alêm de fino e curioso observador, conhecia o malaio, língua franca da Insulíndia [2], e empregou o vocábulo pelo menos doze vezes, segundo a minha contagem, devia naturalmente ter visto o animal e sabido o seu exacto nome vernáculo. Ora, na

---

[1] Littré regista estas variantes: *calambac*, *calambart*, *calambouc*, *calambon*, *calambour*.

[2] S. Francisco Xavier refere nas suas cartas que em Maluco havia muitas línguas vernáculas, mas que êle doutrinava e evangelizava em malaio, que já sabia, comummente entendido. Vid. *Influência*, p. LVII. —«Leur langue est en mesme vogue pour les Indes que la Françaíse par deçà».—Linschoten, p. 33.

primeira edição do seu livro, que infelizmente não pude ter à mão, mas que é fielmente reproduzida na de 1829, ocorre sempre o têrmo na forma *bada.* A edição de 1725, a mais antiga que a Academia possui, transforma a dição em *abada,* como mais correcta[1]!

Frei Gaspar da Cruz (1569), que esteve em Malaca antes de passar à China, não conhece senão *badas,* bem como João Lucena (1600), Fr. João dos Santos (1609). Mas Manuel Godinho Cardoso (1585) diz **badá,** em paralelo com *calambá.*

O Padre Fernão Guerreiro (1611), que compôs a sua *Relaçãm Annal* pelas cartas recebidas do Oriente, diz referindo-se a Sião (f. 79 v.) «...tomou o caminho pera Odià, cidade real, e corte do Rey, parte por agoa... parte por terra, e caminhos asperos de Serras, e matos povoados de Tigres, e Elefantes, **Badas**, e outras feras crueis».

Manuel Godinho de Erédia, que nasceu em Malaca de mãe indígena, e falava a língua vernácula e conhecia perfeitamente a flora e a fauna do seu país, informa-nos (fol. 10) que «as mattas produzẽ grossa madeira, onde se crião elefantes, **badas**, tigres *arymos*» (malaio *harimau).*

Concorda Fr. Jacinto de Deus (1679), natural de Macau, muito sabedor das cousas da China: «A vista de animaes ferozes, Tigres, Elefantes, **Badas**, causava terror, e espanto»[2].

O primeiro escritor do século XVI que faz menção de a*bada,* é o Padre Monclaio (1569), que, sendo estrangeiro, escreve em português e alude à pátria do paquiderme, sem lá ter estado, para ouvir de viva voz o exacto nome

---

[1] O autor do dicionário da Academia, se cita *abada* em lugar de *bada*, é porque teve à vista a edição de 1725.

[2] *Vergel de Plantas e Flores da Provinçia da Madre de Deos dos Capuchos Reformados*, p. 279.

que lhe davam: «Do Cabo das correntes trazem muytos a Moçambique assi delles [tigres] como de outros animaes grandes e dalli vem cornos que querem egualar com os de **Abada** de Malaca [1]».

Os escritores nacionais do século XVII (dos que até hoje li) que adoptaram a forma *abada* são: Gaspar de S. Bernardino (1609), Manuel Barradas (1613), Faria y Sousa (1664), e António Francisco Cardim (1650), que diz: «O benjoim amendoado desce pelo rio abaixo do reino de Laos, como as pontas de *Abada* [2]».

Tambêm a forma que era corrente na metrópole no século XVI não era *abada*, mas *bada*, como se infere do testemunho de Filipe Sassetti (1579) [3] e do de Covarrúvias, já referido. Igualmente, o dicionário da Academia Espanhola reporta *abada* a *bada*.

O que levo dito parece-me bastante para plenamente satisfazer o mais exigente etimologista, quanto ao berço, étimo, forma primitiva e regular do nome oriental do rinoceronte.

Mas os autores estrangeiros preferem, na maioria, a expressão *abada:* tais como (citados no Glossário): Mendoza (*abadas,* 1585), Barker (*Abath,* 1592), Linschoten (*Abadas*, 1598), Cocks (*abado,* 1618), Bontius (*Abada*, 1631). Note-se porêm que isso não implica necessáriamente que os estrangeiros receberam dos portugueses assim, *ipsis literis,* a dição. Para contraprova, tomemos, por exemplo, o vocábulo *lagarto,* que os nossos indianistas e africanistas (Barbosa, Pinto, Castanheda, Barros, Garcia de Rezende,

---

[1] *Boletim da S. G. L.*, 4.ª série, p. 547.

[2] *Batalhas da Companhia de Jesus* (p. 257). Lisboa, 1894.

[3] Ora ci si trova la **Bada**, altrimenti *Banda*, degli antichi detta Rinoceronte, ancora che in Persia ella ritiene il nome antico». *Lettere* di Filippo Sassetti (Milano, 1874), p. 122. Carta datada de Lisboa, 19 de Fevereiro.

Correia, Gaspar Afonso, Barradas) aplicaram ao «crocodilo», e de que os ingleses fizeram *alligator,* e transmitiram aos franceses. Vid. *Glossary* e Littré.

Como é então que se explica a prefixação de *a* a *bada?* Skeat entende que o *a* representa em português o artigo árabe, aposto ao vocábulo malaio. Mas o artigo árabe acompanha palavras de procedência arábica, e não é *a,* senão *al-,* que normalmente devia dar *albada,* de que não há nenhum vestígio. Cf. *albarda, albarrã, albarrada, albornós.*

É bem possível que o *a* seja o artigo feminino aglutinado a *bada: a bada = abada.* Cf. *adaga,* que o Sr. Cândido de Figueiredo tira do baixo latim *daga; agomia,* ao lado de *gomia,* que, segundo Dozy, vem do árabe *kommīya* [1].

Julgo, porêm, mais provável que o *a* é simplesmente protético, como se vê em tantas outras palavras, assim nominais como verbais, de ordinário em concorrência ou prioridade: *tambor, atambor; gomil, agomil; lacrau, alacrau; lanterna, alanterna; lácar* (lacre), *alácar; voar, avoar; lembrar, alembrar; levantar, alevantar; limpar alimpar.* Cf. tambêm *atum* do lat. *thunnus.*

Conclui-se do que fica exposto que *bada* não é «abreviação de *abada*», mas sim forma originária e genuina, e que, pelo contrário, *abada* não é «a forma completa que nos legaram os escritores nossos compatriotas do século XVII», mas antes uma escrescência, já legitimada [2].

---

[1] «A palavra *phantasma* passou para português com a forma *bentesma,* mudando de género em comformidade com a regra de serem femininos os nomes terminados em *a.* Mais tarde o artigo que precedia geralmente este nome aglutinou-se, formando-se deste modo a palavra *abentesma*». António de Vasconcelos, *Gramm. Hist.*, p. 45.

[2] O Dr. Adolfo Coelho, que não regista *bada*, admite a origem

Daqui se vê também que a esdruxulação de *abada* *(ábada)*, adoptada pelo *Diccionario Contemporaneo*, é injustificada, por falta do fundamento etimológico, e que a genimação de *b* *(abbada)* é inteiramente arbitrária, de que há muitos exemplos nos escritores antigos, e ainda nos modernos, sem apoio na fonologia nem na etimologia. É admissível a influência ortográfica de *abbade* não sómente na geminação, mas até na prótese [1].

A inscrição do vocábulo nos dicionários portugueses poderia estar concebida, mais ou menos, no seguinte teor:

Abada (forma mais generalizada), *bada* (forma mais correcta), *s.* f. Rinoceronte; ponta do mesmo animal. Do malaio *badaq*, com eliminação do *q*, quási imperceptível, e prótese de *a*.

II. — Ganda

O outro nome do rinoceronte é *ganda*, que acompanhou o animal da Índia para Portugal, antecedeu *bada* ou *abada*, mas foi por êste suplantado e não ultrapassou as fronteiras.

Vejamos primeiro o que dizem os nossos cronistas, que são mestres no assunto.

1513. — «Leuassem huma **ganda**, que lhe lá [em Surrate] daria, que El Rey mandaua ao Gouernador, porque

---

asiática da palavra *abada*, mas supõe que está «profundamente deturpada».

É curiosa a seguinte observação de Bluteau: «Em muitos lugares da sua *Ethiopia Oriental*, o padre Frei João dos Santos tira ao nome deste Animal a primeira letra e chama-lhe *Bada*». Frei João não tira nada, ortografa como deve ser.

[1] Por exemplo, *ola*, «folha de palmeira» do malaiala *óla* (tamul *ólai)* escreve-se geralmente *olla*, talvez por influência do lat. *olla*, que não tem nada comum com o têrmo indiano.

nunqua outra vira... Esta **ganda**, e o *catele* [catre] mandou o Gouernador a ElRey. E porque assy era espantosa a vista de **ganda**, ElRey a mandou ao Papa; que era alimaria mansa, baixa de corpo, hum pouqo comprido, os coiros, pés e mãos d'alifante, a cabeça como de porquo comprida, e os olhos junto do focinho, e sobre as ventas tinha hum corno, grosso e curto, e delgado na ponta; comia herua, palha, arroz cozido». — Gaspar Correia, *Lendas*, I, p. 373.

1516. — «Ele mandou hũa **ganda** ha elRey noso Sõr, porque lhe diseraom que folgaria com ela». — Duarte Barbosa, *Livro* (2.ª edição), p. 281.

1552. — «Chegou a **ganda** que era hũa alimaria quasi da grossura de hũa pipa e curta dos braços e das pernas, e toda coberta de conchas, salvo a barriga, e a cabeça como de porco, e no meyo da testa hum corno muyto agudo de comprimento de hum palmo ou mais». — Castanheda, *Historia,* III, cap. 134.

1553. — «E em retorno de muitas peças ricas, que elle Diogo Fernandez leuou a elRey, alem de outras que mandou a Afonso d'Alboquerque, foi hũa alimaria, a maior que a natureza criou depois do elefante, grande sua imiga, e fereo cõ hum corno, que tem direito sobre o nariz de comprimento de dous palmos, grosso na raiz, e agudo na ponta; á qual os naturaes da terra de Cambaya, donde aquella veyo, chamão **Ganda**: e os Gregos, e Latinos Rhinoceros». — João de Barros, Déc. II, x, 1. «... á maneira de corno das alimarias a que os Gregos chamão Rhynocero, e nós **Ganda**, como os indios lhe chamão». — *Idem*, Déc. III, III, 1.

1557. — «Deo-lhe dous Alifantes, e huma alimaria que se chama **Ganda**, e outras muitas peças». — *Commentarios de Afonso Dalboquerque* (Lisboa, 1774), IV, cap. 18.

1563. — «Estes renoçerotes ha em Cambaya, onde parte com Bengala, e no Patane e chamamlhes **ganda**».

—Garcia da Orta, *Coloquios dos Simples e Drogas da India,* (Lisboa, 1891-1895), Col. XXI.

1566.—«Uma alimaria, a que os daquella terra [Cambaia] chamam **Ganda**». — Damião de Góis, *Chronica d'elRey D. Manuell,* III, cap. 65.

«A outra alimaria que natureza deu por imiga ao Elephante é o Rhinocerote, ou **Ganda**, como lhe chamam os Indios».—*Idem,* IV, cap. 18.

1578.—«Renocerontes ay muchos en aquellas partes de Cambaya que parte com Bengala, y tambien los ay en el Patane, a donde le llaman **Ganda**».—Christoval Acosta (que vai sempre na esteira de Orta), *Tractado de las Drogas y Medicinas de las Indias Orientales* (Burgos, 1578), p. 443.

O primeiro estrangeiro (e único, que eu saiba) que menciona *ganda,* e antes dos nossos escritores, é o alemão Valentim *(Lettera scripta da Valentino Moravia germano a li mercatanti de Nurimberg)*, que diz: «Nelli dì 20 di questo mese di magio 1515 giunse qui in Lisbona cità Nobilissima di tutta la Lusitania emporio al presente Excell. uno animale chiamato da greci Rhynoceros et dalli Indi **Ganda** mandato dal re potentissimo de India della Cità di Combaia a donare a questo serenissimo Emanuel Re di portogallo», etc. [1].

*

Á vista dos testemunhos aduzidos, nenhuma dúvida pode restar pelo que respeita ao sentido e à pátria do têrmo. Tambêm, quanto à etimologia, não se controverte que *ganda* derive do sânsc. *gaṇḍa* ou *gaṇḍaka,* sendo

[1] Angelo de Gubernatis, *Storia dei Viaggiatori Italiani nelle Indie Orientali* (Livorno, 1875), p. 389. Gubernatis identifica erradamente *ganda* com *garuḍa*, que é o nome sânscrito duma ave, veículo do deus Vixnu.

substituídos pelos dentais os fonemas cacuminais, por os não ter a língua portuguesa, do mesmo modo que se procede com os idênticos fonemas ingleses, que mais se aproximam dos cacuminais que dos dentais [1].

Mas é evidente que o vocábulo não passou directamente do sânscrito para português, porque não era então língua viva, nem nunca foi popular. Resta, portanto, saber qual foi o canal da transmissão. Conforme os nossos escritores, a denominação partiu de Cambaia, donde proveio o primeiro paquiderme enviado para Goa e depois remetido a Dom Manuel. Ora em Cambaia vogavam então os seguintes idiomas: persa, língua oficial; guzarate, língua vernácula; hindustani ou indostano, língua franca da Índia.

O vocábulo sânscrito assume nos idiomas neo-áricos as seguintes formas: *geṇḍô (=guendô)*, masculino *(geṇḍi*, feminino) em guzarate; *geṇḍā*, masculino, em hindustani e marata; *gaṇḍ(a)*, masculino, *gaṇḍ(a) merūm* (literalmente «veado rinoceronte»), neutro, em concani; *gaṇḍa* ou *gaṇḍaka* (masc.) em bengali; *gaṇḍā, gaṇḍāra* (masc.) em oriya; *geṇḍô* (masc.) em sindhi; *gaiṇḍā* (masc., *gaiṇḍi*, fem.), em panjabi; *gaṇḍa* (masc.) em assamês [2].

É bem possível que outrora em hindustani e guzarate se dissesse *gaṇḍa;* mas é provável que, sendo então Bengala e Patane a vivenda dos rinocerontes, o animal fosse de Bengala a Cambaia com o seu nome da origem, que é o mesmo que o da língua de Goa.

---

[1] Dobram-se às vezes, especialmente na transcrição moderna, as letras *t* e *d* para representar as cacuminais originárias. Tal foi o sistema adoptado pelos antigos missionários europeus e que é ainda hoje seguido na Índia Portuguesa.

[2] «*Ganda* lhe chamaram os portuguezes, de nome indiano *gainda, genda, ganda*». Conde de Ficalho, *apud* Garcia da Orta, Col. XXI.

Quanto à morfologia, repete-se o que está dito com respeito à *abada: ganda* é em português nome feminino epiceno, que designa a espécie, isto é, o indivíduo de um e outro sexo.

Mas o Sr. Gomes de Brito pergunta: «Como é que, em sãoscrito, se chama o rhinoceronte *macho*, já que a femea se chama «gan'd'a?» Em sânscrito, o macho chama-se *gaṇḍa* ou *gaṇḍaka, khaḍga* ou *khaḍgin*, e a fêmea, *gaṇḍakā*, ou *khaḍgi-dhenukā*, literalmente «vaca rinoceronte».

Para se evitarem dúvidas, mais ou menos fundadas, que se possam suscitar em casos análogos, acho conveniente expor aqui sucintamente as leis que regulam o género dos nomes indianos, terminados em *-a*, na sua origem e na sua transição para português.

Todos os temas nominais sânscritos em *-ă* breve são masculinos ou neutros, sendo femininos os de *-ā* longo.

Ao *-a* sânscrito corresponde em latim *-u* e em grego *-o:* Exemplos em nominativo: sânsc. *vṛkas*, «lôbo», lat. *lupus*, gr. *lýkos;* sânsc. *janas*, «raça», lat. *genus*, gr. *gónos;* sânsc. *devas*, «Deus», lat. *Deus;* sânsc. *dhumas*, «fumo», lat. *fumus*. O lat. *denarius* ocorre em sânscrito como *dināras*, registado no dicionário *Amarakoça*, do 5.º século.

Seguindo esta regra, Francisco Bopp transcreveu, na sua tradução latina do drama *Xacuntalá* (e não *Sacountala*, grafia francesa, que apareceu nos cartazes teatrais de Lisboa), os nomes próprios: *Nalas* = *Nalus, Indras* = *Indrus, Yamas* = *Yamus, Varuṇas* = *Varunus, Vedas (Veda)* = *Vedus*. Nas línguas modernas da Europa, porêm, os orientalistas preferem conservar a forma primordial e geralmente o género, conglobando o neutro com o masculino, como aconteceu com respeito ao latim. Assim dizem:

o *Veda,* o *garuda, Nala, Rama, Crixna, Xiva, Ramáyana.*

Nos idiomas neo-áricos, o *-a* breve primitivo tem vários tratamentos: em uns se conserva com o mesmo valor, em outros se alonga *(-ā);* em marata é surdo, em concani quási mudo, pelo menos actualmente.

Na transcrição portuguesa antiga, conservou-se, em regra, o *-a* originário, e deu-se-lhe o género feminino, conforme a índole da língua nacional: *a abada, a ganda, a chita; a areca, a ola* (dravídicos). Quando, porêm, na língua donde imediatamente proveio o vocábulo, o *-a* é mudo, substituiu-se-lhe *e* ou *o,* como vogais de encôsto à consoante antecedente. Assim: *Ghāṭ(a)* = *Gate* ou *Gates* ou *Gattes,* nome de cordilheira; *kāt(a)* = *cate, cato,* «terra japónica»; *vaḍ(a)* = *oddo* (importação moderna), «árvore da gralha», *Ficus Bengalensis.*

Nos autores modernos, há oscilação entre o género masculino e feminino dos nomes terminados em *-a.* Uns guardam o género da origem; outros aplicam-lhes a regra da gramática portuguesa. Por exemplo: *o purana, a purana,* «livro lendário e mitológico»; *o xastra, a xastra,* «sciência, tratado»; *o mantra, a mantra,* «verso védico, fórmula mágica».

Escuso de declarar o tratamento que dão os estrangeiros a tais vocábulos nas suas línguas, visto que não vem ao caso nem nos serve de norma. Basta mencionar que os franceses fazem-nos masculinos, se não mudam a terminação, como em *arèque* = *areca.*

*

Qual é a razão por que a voz *ganda* desapareceu do campo da língua e cedeu o terreno à *abada,* sendo, aliás, préviamente conhecida assim em Goa como em Lisboa? Nem sempre é fácil explicar porque umas expressões

vivem pouco e outras duram muito, como não se pode dizer com certeza porque um homem morre novo e outro chega a ser decrépito. Podem-se contudo conjecturar vários motivos a favor de *abada:* melhor enunciabilidade do que *ganda,* que na bôca dos índios tinha fonemas arrevezados; maior afinidade fonética no vocabulário português, com *aba*, *àbada, abade, abadia;* maior popularidade no Oriente, pois em quanto a *ganda* se circunscrevia então a Bengala e Patane, donde também se sumiu ao presente, a *bada* inçava a Indo-China inteira e fornecia suas pontas ao comércio da Índia insular.

Se a *bada* que viveu na côrte de Madrid no tempo de Filipe II é a segunda ganda que veio da India a Portugal e de que falam Filipe Sassetti e Linschoten, vê-se que mudou de nome na nova pátria. A palavra *ganda* morreu, portanto, com as alimárias que acompanhou, e a sua memória ficou no dicionário histórico da língua, com o seguinte epitáfio:

Ganda (*ant.*), *s. f.* Rinoceronte da Índia. Do bengali-sânscrito *gaṇḍa,* hindustani *geṇḍa.*

*

Quando perlustrei as *Lendas* de Gaspar Correia e os *Commentarios de Afonso Dalboquerque,* notei que ali se fazia referência à denominação de *bichá* e *bicha,* dada à ganda com que o rei de Cambaia presenteou o conquistador de Goa. Mas não lhe dei nenhum valor glotológico, por me parecer um mero cognome, um nome apelativo, apropriado a um indivíduo, como os leiteiros apregoam pelas ruas de Lisboa a chegada da *tartaruga* e da *mariposa.*

O Sr. Gomes de Brito, porêm, encara o assunto sob outro prisma e aventa algumas considerações, a que julgo indelicadeza da minha parte não adicionar ligeiros esclarecimentos.

O filho de Albuquerque *terribil* alude duas vezes à *bicha* (IV, cap. 23): «Ele lhes deu huma carta pera Afonso Dalboquerque, e hum presente de cousas de Cambaya e huma **bicha** por ser cousa monstruosa, e nunca vista nestas partes». «Mandaram embarcar o fato e a **bicha**, que já era chegada, a qual veyo a este Reyno, e ElRey D. Manuel a mandou ao Papa, e no caminho se perdeo a náo em que hia». Daqui pareceria que *bicha* era outro nome geral da *ganda*.

Induz-se, todavia, o contrário de Gaspar Correia, que se refere à *ganda* como nome genérico e à *bicha* como qualificativo individual. Diz êle (III, 513): «E diante dos alifantes oitenta **gandas**, como huma que foy a Portugal, a que *chamarão* **bichá**, que no corno que tem no focinho tinhão ferros de tres pontas com que pelejavam».

Primeiramente, não há inconveniente em chamar *bicho*, a um quadrúpede, pôsto que de corpo volumoso ou colossal. *Bicho* é, como define o *Diccionario Contemporaneo*, «nome de qualquer animal, com excepção do homem, das aves e dos peixes; e mais particularmente os insectos e os vermes... O teu cavallo é um bello *bicho*. A hyena é um *bicho* temivel». E os nossos escritores não reputavam despropósito chamar *lagartos* aos crocodilos.

Depois, se a *ganda* de Cambaia se apelidou *bicha* e não, *bicho*, é porque era fêmea e rabugenta como as outras da sua espécie, conforme a observação de Skeat; e sabemos que se diz *bicha* a uma «mulher de muito mau genio», segundo o aludido dicionário.

Mas porque é que, tendo já o rinoceronte dois nomes orientais, o sobrecarregaram com um terceiro? A palavra *bada* ou *abada* era então desconhecida em Goa, e *ganda* pouco conhecida dos soldados e marinheiros portugueses, e arrevezada, sendo enunciada pelos indígenas. E um epíteto homorístico ficava a carácter.

É verdade que na edição das *Lendas* de Gaspar Correia o vocábulo aparece acentuado na última sílaba — *bichá*. Admitido que êle conscientemente [1] acentuasse a palavra e assim alguns a pronunciassem, creio que o facto é explicável. Generalizada a alcunha e passada para a bôca dos naturais que tratavam da alimária, deslocar-se hia o acento, conforme a gramática concani e marata, e *bicha* assumiria a fórma *bichá,* que é o vocativo dos nomes em *-a* surdo ou mudo, e reagiria no curioso europeu que lhes perguntasse o nome do paquiderme.

Não se imagine que é uma subtileza cerebrina. Há exemplos que exuberantemente corroboram o processo. Ao condutor de *palanquim* (cadeirinha) ou de «sombreiro» chamaram os nossos antigos indianistas *boy,* em correspondência com o concani e hindustani *bhoi* [2]. Os autores modernos, porêm, inclusivè Tomás Ribeiro e Lopes Mendes, [3] chamam-lhe *boiá,* adoptando a pronúncia corrente em Goa, que é o reflexo do vocativo vernáculo.

Cunha Rivara explana a evolução (na tradução do livro de Pyrard): «Os Portuguezes diziam antigamente com os naturaes *Boy,* tomando o nominativo; mas hoje tem prevalecido entre elles o caso obliquo, e declinando-o a seu modo dizem em todos os casos do Singular, *Boyá*», e em todos os casos do Plural, *Boyás*».

Outro exemplo. *Bhāṭkārā* é vocativo do concani *bhāṭkār,* «proprietário de prédio rústico». Mas no português indiano voga *batcará,* ao lado de *batcar.* «No arrendamento da propriedade particular desapparecem o *alcista,* o *saucar* e o colono, para darem logar ao *batcará* e ao mandcar».

---

[1] Cf. *Olas* (*Lendas,* I, p. 212) e *olá* (II, p. 14).

[2] Vid. *Chronica de Bisnaga* (editada por David Lopes), p. 70; Castanheda, I, cap. 16; Barros, Déc. III, X, 9; S. Botelho, p. 17; *Archivo Portuguez-Oriental,* Suppl. 2.º, p. 10, etc.

[3] Vid. *Jornadas,* II, p. 34; *A India Portugueza,* I, p. 60.

Manuel Ferreira Viegas (*Bol. S. G. L.*, 27.º série, p. 427). «Mas quando amanhã tiver de a semear como varzea do seu *batcará*, ainda mais fugirá de ser seu *manducar.*» — *O Ultramar*, de 7 de Novembro de 1912.

Como é que chegou ao conhecimedto de Brás de Albuquerque o apelido usado na Índia? Se não foi por escrito, foi de outiva em Lisboa, aonde o rinoceronte traria consigo o seu nome caseiro, visto que não é de supor que ficaram na Índia todos os que lhe davam êsse tratamento. Os seus cuidadores, ao menos, e gente da embarcação em que viajou sempre o acariciariam por *bichá* ou *bicha*, e por tal o conheceria o povo de Lisboa.

Finalmente o autor dos *Commentarios* ignorava o vocábulo *bada*, que ainda não chegara ao reino, e parece que entendia que a *ganda*, de que sómente ouvira o nome, e a sua *bicha* eram dois animais diferentes, nenhum dos quais identifica com o rinoceronte. Referindo-se ao presente que o rei de Cambaia deu ao embaixador do Xeque Ismael, da Pérsia, diz no cap. 18 (IV): «Deo-lhe dous Alifantes, e uma alimaria, que se chamava **Ganda**, e outras muitas peças».

Não admira, portanto, que Brás de Albuquerque se servisse do têrmo vulgarizado em Lisboa e talvez transmitido por seu pai na correspondência particular. Nas suas freqùentes visitas ao curioso animal, ouviria constantemente aos que com êle lidavam o mesmo cognome, e se convenceria de que realmente *bicha* era, na Índia, um sinónimo de «rinoceronte».

Em todo caso, se indispensável fosse atribuir uma origem qualquer ao vocábulo *bicha* no sentido de «rinoceronte, e se a etimologia *sónica* não passasse presentemente por jôgo de crianças, eu não a iria buscar na elegante voz francesa *biche*, «corça, cerva», mas no modesto concani *bixū*, que em linguagem infantil quere dizer «cão», derivado de *bix*, «voz de chamar os animais caninos», que se prende ao sânsc. *biç*, «açular». Mas não há tal

necessidade; *bicha* pode ter lugar, se quiserem, na história nacional, mas não tem cabimento na lexicologia portuguesa.

II

Amouco

Própriamente, *amouco* é, na Malásia e na Índia, o homem possuído de fúria e desespêro, que se determina, de ordinário por juramento e com certas cerimónias, a vingar-se, à custa da própria vida, da grave injúria feita a si ou à pessoa da sua particular obrigação.

Rafael Bluteau (1712) define o vocábulo resumidamente: «**Amouco** (Termo da India) val o mesmo que homem determinado e apostado que despresa a vida e não teme a morte». Aínda mais lacónicamente o define Cândido de Figueiredo: «Aquelle que, na Índia, jura morrer pelo seu chefe». O dicionário da Academia (1793), porêm, é mais explícito: «**Amoucos**, s. m. pl. T. da India. Homens, que entre os Malabares, e em outras partes do Oriente, jurão de morrer na empreza, que tomão, o que fazem sem falta, ainda que seja metteremse dous entre mil. Para isto usão antes de certas ceremonias, quais são raparem as barbas de huma ilharga, e untaremse os mais delles com *minhamudy* [1], que he huma certa confeição de azeite cheiroso».

Se porventura preferimos um indianista por definidor, oferece-se Diogo do Couto, que diz (*Dialogo do Soldado Pratico Portuguez,* 1790, p. 9):

«*Vis[o-Rey]*. Que quer dizer *amoucos?*

---

[1] Do malaio *mínyaq*, «óleo», e *múndu,* «árvore *garcinia dulcis*, cujo saboroso fruto, conforme Favre no seu dicionário, se assemelha à maçã. «Por voto solene se untarão co *Minhamudy* para *Amoucos*». — Fernão Pinto, cap. 178.

Sold[*ado*]. Homens que se determinam a morrer com matarem a todos os que puderem, como se costumam nas partes de Malaca, que chamam *amoucos*, pela linguagem da terra».

Corresponde pois o têrmo, aproximadamente, ao antigo hispânico *desperado*, na acepção em que o tomam os ingleses: «homem atrevido, furioso e desesperado» (H. Michaelis); «impelido por paixões furiosas, destemido e descuidado da sua incolumidade» (Webster). Êstes, empregam, de preferência, o vocábulo em forma verbal: *to run a-muck*, «correr furiosa e desesperadamente contra alguem».

A dição também está afrancesada, conforme *La Grande Encyclopédie*: «**Amok.** Ce mot malais, aujourd'hui francisé, désigne une sorte de rage ou de folie furieuse, dont on trouve des exemples dans tous les pays malais».

No português continental, todavia, não voga a palavra neste sentido próprio, mas no figurado, que vem consignado no *Novo Diccionário*: «Homem servil, que em tudo, e á custa de tudo, defende e lisonjeia seus superiores ou chefes». O *Contemporaneo* regista tam sómente o significado metafórico: «Homem que defende a todo o transe um partido e principalmente os seus chefes»; e dá por ótimo «*Amoucos*, indios do Malabar que juram morrer pelo seu chefe, praticando nos combates as maiores temeridades».

Formou-se também um derivado, *amoucado*, «feito amouco», que é muito mais antigo que o dicionário da Academia, que o regista com nota de «pouco usado», e abona com o Padre Francisco de Mendonça (morreu em 1626), que nos seus *Sermões* diz: «Outros dizem que se entaipou, e como hum Brazil emperrado e **amoucado** se deixou estar hum dia, e outro dia, e muitos dias, sem comer, nem beber cousa alguma desta vida».

É, portanto, únicamente a título do sentido figurado que o vocábulo *amouco* faz parte das presentes *contribuições lexicológicas*. Parece que por agora o têrmo paira na

esfera da *gíria* política, ao lado do inglês *leader*, do americano *cacique*, do *golopim* e outros. Mas mostra tendência a generalizar-se e a tornar-se popular [1]. E eu vou desde já subministrar os seus principais traços biográficos, a par dos que fornecem com proficiência Yule & Burnell no seu precioso *Glossário*.

*
* *

Na história da humanidade não são raros os eventos de um indivíduo ou grupo de indivíduos, pundonorosos ou patrióticos, se resolver a cometer façanhas as mais arrojadas e temerárias, com o intuito de se conseguir a reparação da honra nacional ultrajada ou a satisfação da grave ofensa particular. Rasgos tais teem por incentivos o espírito de revindita e o sentimento de represália, ladeado de zêlo amiúde indiscreto. Ás vezes o acto não passa de produto de súbita demência frenética. [2]

Na Ásia meridional, contudo, onde sempre há acentuada propensão a extremos, de que a Índia fornece copiosos exemplos, a prática foi freqùente e muito caracterizada, menos justificada nas suas causas motivas e mais desastrada nas suas conseqùências.

É por isso que desde o princípio a estranha usança atraiu a atenção dos escritores nacionais e dos viajantes estrangeiros, que, referindo-se à Insulíndia e ao Malabar a pintam com côres vivas. Duarte Barbosa (1516), falando dos jáos, diz: «Se algum destes Jãos adoece de qualquer

---

[1] «Mas deixe lá cantar lôas aos *amoucos* d'elles, que nós, já a encanecer, estamos dispostos a deixarmo-nos adormecer ao som de lunduns». — *A Nação*, de 25 de Setembro de 1912.

[2] «1877. The *Times* of February 11th mentions a fatal muck run by a Spanish sailor, Manuel Alves, at the Sailors' Home, Liverpool; and the *Overland Times of India* (31st August) another run by a sepoy at Meerut». — *Glossary*.

doença, promete ha ho seu Deos que dandolhe saude dela, tomaraa outra mais honrada morte por seu serviço; depois que he sam toma hũa adagua na mam, de hũas colubrinas que ha antre eles muyto boas, e saindo has praças e ruas mata quantos acha, homens e mulheres, e meninos, e ha ninguem perdoa; a estes chamaom elês *Guaniços,* e como ho vem logo bradaom as gentes, dizemdo *Guanicio, Guanicio,* porque se guardem, e has frechas e lançadas ho mataom». [1] — *Livro,* p. 373.

O mesmo autor tambêm descreve os *amoucos* do Malabar, sem lhes dar nome especial: «Estes Nayres quando asentaom uivenda com ElRey, ou outra qualquer pesoa de que hamde receber soldo, prometem de morerem por ela, e esta ley he antre eles guardada dos mais, algũus ho nom cumprem, mas he isto de geral obrigaçam: asy que se em algũa guera mataom seu Rey ou Senhor, se se eles achaom presentes, fazem o que podem até morte; e se se nom achaom ahy, ainda que uenhaom de casa, uem busquar aquela pesoa que ho matou, ou Rey que ho mandou matar, e ahy por mais que sejaom hos contrarios, cada hũu sem tornar atras faz tanto até que ho mataom: se algũa pesoa se teme, toma destes Nayres hũu ou dous, ou aqueles que se atreuem ha manter, ha que dá hũa certa contia pequena, para que ho guardem: ninguem por amor deles lhe ousa ha fazer mal, por que eles e toda sua linhagem vingaom ha injuria que ha ho tal fose feita, ainda que seja contra ElRey». — Pp. 328-329 (2.ª edição).

---

[1] *Guaniço* ou, antes, *ganiço*, é do malaio *ganas*, que significa «mata-homens». Vid. Wilkinson, *Malay-English Dictionary.* A tradução inglesa de H. Stanley, citada por Yule & Burnell, substitui *guaniços, guanicio* por *Amuco,* e êstes concluem daqui «que a palavra *amuk* devia ser comummente usada nos países malaios antes de lá chegarem os portugueses, cêrca de 1511».

Castanheda menciona outro sinónimo malabárico e alude à cerimónia: «... ficando os *Nayres* [casta militar] de Cochim muyto tristes pela morte dos Principes, e por seu Rey ser vencido. Quatorze delles, que o mais sentirão, determinarão de vingar esta injuria, e morrer sobr'isso, e assi o jurarão, e deixarão crescer o cabello das barbas e das cabeças. E a estes tais chamão na lingua Malabar *Chauer,* que na nossa quer dizer morto, e geralmente lhes chamão na India **Amoucos**, e estes são muy temidos dos outros homens, porque sabem, que vão a morrer, e por medo de morte não hão deixar de matar quem quizerem.» — *Hist.,* I, cap. 53. — *Chāvur̥r̥a* quere dizer em malaiala «pronto a morrer», e *Chāvur̥r̥avan,* «homem resolvido a morrer em combate», isto é, *amouco.*

Alêm das causas indicadas, Diogo do Couto (1602) aponta duas com respeito aos *amoucos* do Malabar, as quais se baseiam na gratidão.

«E se a caso este forasteiro [que tomou a *jangada* [1]] for auexado ou afrontado de algũa pessoa, fica esta afronta e injuria tanto á conta d'este *Naire* e toda sua geração, que logo se juntão todos, e se offerecem a morrer a te satisfazerem aquella afronta, vsando certas cerimonias, como homens que se despedem da vida, rapando as barbas de hũa ilharga, que he o sinal de homens determinados a morrer, a que elles chamão **Amoucos**; e juntos todos dão n'aquelle lugar onde lhe fizerão afronta, e o destroem e abrasão... Em outro negocio se fazem estes homens **amoucos**, que he quando na guerra lhe matão o seu Rey,

---

[1] *Jangada* (do malaiala *changadam* < sânsc. *sanghatta*) é o naire que guia e guarda o viajante ou defende a fortaleza. «Tomando sua *jangada* vai com elle tão seguro, como por Alemtejo sem ninguem lhe perguntar donde vem, nem pera onde vai... E por esta rezão as nossas fortalezas tem *jangadas*, a que el-Rey dá tenças». — Couto, *ibidem.*

então os seu criados, familiares, e todos os que d'elle tem tenças, ordenados e comedias [comedorias], logo se fazem **amoucos**, e se determinão a morrer em vingança do seu Rey». — Déc. IV, VII, 14.

Filipe Sassetti assinala igualmente êste último motivo, mas com certa latitude (na sua carta escrita de Cochim em 1584): «A sua força consiste em uma maneira de soldados, que se chamam **Amocchi**, que são obrigados a morrer à vontade do seu rei, e ficam com esta obrigação todos os soldados que em uma guerra perdem o seu rei e o seu general, dos quais se serve depois o rei nos casos urgentes, mandando dêles, para morrer combatendo, ora um trôço, ora outro conforme a necessidade». — *Lettere,* p. 224.

Ainda mais extensivo é Gaspar Correia: «São muito leaes ao senhor que lhes dá mantença, o qual se lhe matarem, são obrigados a tomar morte por elle pelejando sempre contra quem o matou até acabarem por morte». — *Lendas,* I, p. 355.

Que ocasionalmente apareciam *amoucos* intencionados na Índia, fóra do solo malabárico, consta, alêm de vários outros factos, do célebre acontecimento que se deu na ilha de Beth, no mar de Cambaia, no vice-reinado de Nuno da Cunha, narrado por João de Barros: «Os Guzerates naturaes temiam tanto a crueldade do Soltam Badur, que não consentíram no partido [proposto pelo vice-rei]. E como gente determinada a morrer, toda aquela noite se rapáram as cabeças (que he huma superstição de que usam os que desprezam a vida, aos quaes chamam na India **Amoucos**) e se foram á sua Mesquita, e alli offereceram suas pessoas á morte, ou ao que a ventura delles dispuzesse; pois que queriam manter a fé que tinham dada; e em sinal deste voto, o Capitão, por dar exemplo da sua determinação, mandou fazer huma grande fogueira, onde lançou sua mulher, e hum filho pequeno que tinha, e toda sua familia

e fazenda entregou ao fogo, temendo que alguma cousa sua podia vir a nosso poder. Outro tanto fizeram alguns tão desesperados como este Capitão». — Déc. IV, VI, 13.

Gaspar Correia reputa os *amoucos* por «doidos» e «danados». «Estes ficão assi como homens doudos, a que chamão **amoucos**, que já se tem em conta de mortos. Os quaes s'espalharão, e andavão, por onde achavão os de Calecut, e sem nenhum temor se metião antre elles, matando e ferindo até que os matavão». *Lendas,* I, p. 364 — «....dizendo: **Amouco! amouco!** que quer dizer homem danado que mata». — II, p. 286.

Frei António de Gouveia (1613) tem os *amoucos* em conta de furiosos e desatinados no ataque, mas reconhece que à fúria antecede madura deliberação: «Vendo que se temia surpresa, juraram-os [*panicais* ou mestres de esgrima dos cristãos de S. Tomé] de se fazerem **Amoucos** a modo dos Malavares, pera que se o Arcebispo [de Goa] quizesse deitar mão delle, ou de algum *Caçanar* [sacerdote dos referidos cristãos] o matarem, e morrerem ahy com todos os que com elles fossem. **Amoucos** entre Malavares sam homens que jurão de morrer na empresa que tomão, o que fazem sem falta algũa, ainda que seja meterem-se dous entre mil, e assi sam muy temidos per onde quer que vão, por hirem com esta brutalidade como furiosos, e sem siso, matando o que achão dos inimigos sem consideração, escolha, ou razão». — *Jornada do Arcebispo,* f. 28.

Tavernier (1676), descreve outra espécie de *amouquismo,* produzido pelo fanatismo muçulmano: «Derriere ces palissades s'étoit caché un coquin de Bantàmois qui s'etoit revenu de la Mecque et joüoit à **Mocca**, c'est-à-dire en leur langage, que quelqu'un de la canaille des Mahometans, qui est de retour de la Mecque, s'avise de prendre son *cric* [*cris*] en main, qui est une forme de poignard, qui a d'ordinaire la moitié de la lame empoisonnée, il court

par les ruës et tuë tous ceux qu'il rencontre qui ne sont point de la loi de Mahomet jusqu'à ce qu'on le tuë lui-même». — *Voyages* (Rouen, 1712), IV, p. 267.

Embora houvesse *amoucos* em várias partes do Oriente, é sobretudo na Malásia que o *amouquismo* prevalecia como uma característica moral dos seus povos, e especialmente dos javaneses, de quem diz o nosso Couto: «São homens cavalleiros, e tão determinados, que por qualquer offensa que se lhes faz, se fazem **amoucos**, para se satisfazerem d'ella». Déc. IV, III, 1. — E João de Barros conta: «Dizião que os nossos andavão tomados da furia de vingança, como os **Amoucos** de Malaca e da Jaua, os quaes são homens que com indignação de algũa vingança matão quantos achão ante si não temendo a morte, contanto que fiquem vingados». — Déc. I, VII, 5.

Fernão Pinto também se lhes refere várias vezes (1539): «E o Rey Achem sahiu logo em pessoa com mais de cinco mil **Amoucos**». *Peregrinação*, cap. 17. — «Incitando [a rainha de Aru] os seus a se fazerem **Amoucos**, e trazendo-lhes á memoria com muytas lagrymas a obrigação que para isso tinhão». Cap. 27. — «O Jorge Mendes foy o primeiro que subiu pelas escadas, acompanhado de dous dos nossos, que como **Amoucos**, hião determinados a morrerem ou a fazerem cousa com que se sinalassem». Cap. 119. — «Com as quaes palavras, e mostras do amor do seu Rey, ficarão tão animados, que sem esperarem mais, se untarão os mais delles co *minhamundy*, que he hũa certa confeição de azeite cheiroso com que esta gente em tais casos como estes costuma de se untar para remate de toda a determinação que leuão pera morrerem, e a estes que se untão desta maneyra, chama o vulgar da gente **Amoucos**». — Cap. 174.

Igualmente, Sassetti profere o mesmo juizo, em outra carta escrita em 1586, com respeito à tendência dos habitantes de Java: «Grandes homens para se fazerem

Amocchi são os Jáos, que sendo cativos, por qualquer cousa que lhes faça o seu amo, se podem matá-lo à traição, fazem-no com efeito; e depois certos de terem de morrer, procuram destruir tudo que lhes chega à mão». — *Lettere,* p. 304.

O mais antigo viajante europeu que se refere à singular prática é Nicolò di Conti (1430), que, sem mencionar o seu nome, aponta outra causa e sua estravagante conseqüência. Reproduzo as suas próprias palavras: «Nell' India interiore vi sono due isole verso l'estremo confine del mondo, e ambedue sono dette le Giave.... Gli abitatori di quest'isole sono più inumani e crudeli, che alcun, altra nazione...l'ammazzare un uomo l'hanno per giouco, nè per questo portano supplicio alcuno. I debitori che non hanno il modo di soddisfare a chi debbono, se dànno lor per schiavi; ma alcuni per non servire s'eleggono più volontieri la morte in questo modo, perciocchè pigliando una spada ignuda se ne vengono nelle strade ed ammazzano quanti riscontrano, che possano manco di lui, sinattantochè truovino uno che sia più valente che l'ammazzi; vien poi il creditor del morto, e fa citar colui che l'ammazzò, demmandandogli il suo credito, al che è costretto dai giudici di soddisfare»! — *Apud* Gubernatis, *Storia,* p. 170.

Walter Skeat (na 2.ª edição do *Glossario*) julga que a melhor explicação da usança de *amoucos* consiste em ser o método malaio nacional de cometer suicídio com bravura, e isso está parcialmente em harmonia com o que diz o nosso Barbosa. Mas reconhece que o *amouco* mata tambêm crianças, mulheres e até pessoas da sua família; o que sómente pode ser o efeito da aberração mental, ou do fanatismo, no sentido de ir bem acompanhado para a outra vida.

Qualquer que seja, porêm, a razão de ser do fenómeno peculiar à Malásia, cumpre distinguir duas espécies de

amoucos: uns, que movidos do espírito de vingança, fazem desperadamente todo o mal que podem aos seus inimigos, como na Índia; outros, que sem serem maníacos, dominados de furor, real ou fictício, matam os inculpados ou inocentes, como no arquipélago malaio.

*

Qnanto à etimologia, é claro, pelo que fica exposto, que é na Malásia ou no Malabar que se deve investigar a origem da palavra. E de facto o malaio tem *āmoq,* que Crawfurd (*Malay Dictionary*) regista como *amuk* e considera primordialmente javanês. Significa «arremetida furiosa; homem possuído de fúria». Emprega-se, porêm, ordináriamente como verbo, *mengāmoq,* «investir com furor».

Yule & Burnell supõem, todavia, que é à Índia continental, e especialmente ao Malabar, que se deve atribuir a origem do *amouquismo*, outrora ali freqùente, e do seu nome; e sugerem o malaiala *amar-kkan,* «guerreiro», de *amar,* «combate, guerra».[1] Reconhecem, contudo, que há divergência fonética entre *amouco* e *amar-kkan,* e pode-se acrescentar que tambêm os significados não são bem idênticos. Alêm disto, a costumeira de Calecut não se inspirava na vindictividade nem promanava

[1] «Uma das especiais aplicações desta palavra é notável com respeito a um costume extraordinário do Malabar. Depois de reinar o Samorim por doze anos, convocava-se uma grande assembleia em Tirunavayi, onde o príncipe ocupava o seu lugar, rodeado do seu séquito, perfeitamente armado. Qualquer podia então acometê-lo, e o arremetedor, se conseguisse matar o Samorim, alcançava o trono. Isto tem acontecido muitas vezes. Em 1600 trinta de tais investidores foram mortos no cometimento. Ora esses homens se chamavam *amar-kkūr* (pl. de *amar-kkan*)».

da fúria; era simplesmente um lance arrojado para ganhar um trono.

O Conde de Gubernatis, por seu lado, tem por certo que *amouco* provêm do sânsc. *amokya,* «o que se não pode soltar, indissolúvel», visto que o *amouco* se ligava por um voto ou juramento, que tinha de cumprir a todo o custo [1]. O vocábulo sânscrito, porêm, não está em uso na língua do Malabar. Demais, sabemos de Castanheda que o têrmo corrente na região era *chaver.*

Não quero com isto dizer que se não possa genealógicamente relacionar *amouco* com *amokya.* Mas a sua procedência não seria imediata, nem se realizaria na Índia própria, onde nenhum idioma moderno o emprega, mas sim em Java. É facto histórico bem sabido que a civilização indo-árica exerceu, há já muitos séculos, influência preponderante na referida ilha, onde até criou uma linguagem poética, denominada *kávi,* do sânsc. *kāvya*, «poesia», impregnada de numerosos sanscritismos [2].

Por outro lado, está sobejamente averiguado, por testemunhos irrefragáveis, que o *amouquismo,* na sua acepção rigorosa, era a característica saliente dos javaneses, que se *amoucavam* por qualquer motivo, e às vezes sem nenhum motivo aparente; e que a palavra *amoq* prevaleceu entre êles. O sânsc. *amokya,* «insolúvel», passando à língua vernácula, reduzir-se hia a *amoq,* por motivo do dissilabismo da família lingùística malaia, e seria, na sua evolução semântica, empregado no sentido técnico.

---

[1] **Amocco,** certamente dalla voce indiana *amokya* ossia *quegli che non* se *può sciogliere* che anche i poeti vedici hanno adoperata». — *Storia,* p. 211.

[2] «Fallam-se na ilha tres differentes dialectos malaios, mas ha tambem uma lingua sacra mui antiga chamada *koví,* que contém infinidade de palavras sanscritas». — *O Panorama,* n.º 117, p. 89.

Infere-se do que levo dito que o vocábulo *amouco* tem passado por várias gradações de significados, e que, para abranger todas as acepções, não se pode caracterizá-lo em poucas palavras. Não admira, portanto, que as definições dadas pelos nossos lexicógrafos pequem por excesso ou por defeito.

Os próprios maniácos teem sido por vezes apelidados de *amoucos,* só porque feriram e mataram muitas pessoas [1]. Não está, porêm, provado que os *amoucos* asiáticos são alienados; pelo contrário, consta que a sua peculiaridade preeminente é a deliberação ponderada; e a sua fúria, pelo menos na Índia, vai pautada pelos ditames da razão quanto ao objectivo, sendo anómalos outros casos [2].

Mas se não é difícil censurar as definições alheias, também não é fácil dar uma que seja adequada e concisa. Entretanto, parece-me que se poderia inscrever o vocábulo, mais ou menos, nos seguintes termos:

Amouco, s. m. Homem determinado a vingar-se da injúria por actos temerários à custa da própria vida, como no Malabar; homem, que, às vezes sem motivo plausível, se deixa possuir de fúria e acomete os que encontra no seu caminho até ser morto, como na Índia insular; *(por extensão)* homem, que, num súbito acesso de mania, mata e fere muitas pessoas; (fig.) homem obcecado, que defende porfiosamente em tudo o seu chefe, o seu partido ou a sua

---

[1] «Running **a-muck** does not seem to be confined to the Malays. At Ravenna, on Monday, when the streets were full of people celebrating the festa of St. John the Baptist, a maniac rushed out, snatched up a knife from a butcher's stall and fell upon every one he came across...before he was captured he wounded more or less severely 11 persons, among whom was a child». — *Pall Mall Gazette,* de 1 de julho de 1879, *in Glossary.*

[2] Twice over, while we were wending our way up the steep hill in Galata, it was our luck to see a Turk run **a-muck**.. .nine times of t en this frenzy is feigned». — Barkley, *ibidem.*

doutrina: Do malaio-javanês *ámoq,* talvez derivado do sânsc. *amokya,* «insolúvel»[1].

Creio que fica assim ressalvada a feição primária e geral dos *amoucos* própriamente ditos, a qual é o arrôjo frenético, e se insinua o zêlo imoderado ou apêgo desordenado nos que os imitam incruentamente.

Estando o derivado *amoucado* já naturalizado, pôsto que pouco conhecido, é bem possível que, com o tempo, se forme o verbo, no sentido próprio e translato, e então *amoucar* seria «induzir a ser amouco», e *amoucar-se,* «fazer-se amouco».

E para o complemento do quadro, *amouquismo* seria a «qualidade de amouco». Já tive de me servir dêle, para precisar melhor o conceito e evitar circunlóquios.

III

Andor, Machila, Palanquim

Os povos do Oriente preferem, por luxo ou por comodidade, veículos de diversos feitios, transportados aos ombros ou à cabeça pelos homens a esse fim destinados, a cavalos e viaturas, que não poderiam transitar por todas as partes, por falta de estradas ou por serem as herdades de tal modo muradas, que nenhum gado pode atravessar[2].

---

[1] «Termo indiano que designa os que juram morrer na empreza que tomam. *T. mod.* Os que vendem a sua consciencia, sacrificam a sua dignidade (em politica)». Adolfo Coelho, *Dicc.*

[2] «Donde vem que a terra em que ha pouoados toda he repartida nestas propriedades, e são tantos os valles que he hum labyrintho andar por os caminhos reaes posto que sejão estradas largas, quanto mais por as azinhagas do serviço de qualquer propriedade ... e os lugares de quada povoação em lugar de muros são cercados de hum genero de arvores de espinho tão fechadas que se não podem entrar, nem menos queimar de verdes» — João de Barros, Déc. I, IX, 3.

É um meio de locomoção — já mencionado no *Ramáyana* — mais económico, mais seguro, mais senhoril e mais adaptado ao clima e ao solo. Os *boiás,* os *amales* ou os *cules,* que os conduzem, trepam montes, transpõem vales, galgam azinhagas, vadeiam rios, embrenham-se em espessas florestas, afugentam feras, sempre a passo firme, compassado, rápido, e solene, se a ocasião o requere, embalando o *saibo* que acarretam em doce sonolência ou entretendo-o com fagueiras perspectivas [1].

Não admira, pois, que férculos dêstes, mais confortáveis e luxuosos, sejam ou, antes, tenham sido o apanágio dos reis e das altas personagens, e o seu uso, determinado por leis especiais, civis e eclesiásticas, e sujeito a várias restrições [2]. As classes menos elevadas teem de se contentar, se a necessidade física as obriga, com os modestos *dolis* ou *catres,* uma espécie de macas, levadas à cabeça por dois humildes mariolas.

Os europeus sentem ao princípio certa estranheza em se servir de semelhantes transportes, mas a breve trecho se acomodam e vão gostando [3].

---

[1] «Estes *andores* ha homens amestrados que os trazem e em seu andar tem hum compasso dandadura que hindo elles correndo, quem vay no *andor* bem pode hir dormindo». — Gaspar Correia, *Lendas*, I, p. 171.

«Como é economico o estabelecimento deste trem [cadeirinha de Macau], que sob o ponto de vista da comodidade do passeante, é por certo superior ao da carruagem». — Adolfo Loureiro, *No Oriente*, I, p. 312.

[2] «Ceux qui ont beaucoup de moiens dans les Indes, ne prennent ni chariots ni carrosses pour voiager: Ils se servent d'une machine que l'on appelle *Palanquin*». — Thevenot, *Voyages* (1689), III, p. 162.

[3] «Pela primeira vez me deixei conduzir pelos meus semelhantes, e á cabeça d'elles entrámos numa aldeia escondida entre palmares, como todas as aldeias da India». — Tomás Ribeiro, *Jornadas*, II, p. 34.

Os termos asiáticos que com mais freqüência ocorrem nos nossos indianistas, para designar tais veículos, no sentido de «andas, liteira ou cadeirinha», são *andor, machila* e *palanquim*. O *andor*, é mais antigo, mais *aportuguesado* e mais hierático, e por isso merece a primazia. A *machila* é relativamente mais moderna e mais corrente ao presente na Índia Portuguesa e na África Oriental. O *palanquim* é mais cosmopolita e mais oriental, mas às vezes, nos antigos escritos, emparelhado com *andor*, no ponto de vista legislativo.

I. — Andor

§ 1.º — Sematologia.

A falta dum dicionário histórico da língua portuguesa, que trace a biografia de cada vocábulo, e que seria o fio de Ariadne no dédalo de opiniões encontradas, é um grande embaraço à investigação do sentido e da origem de dições peregrinas, nomeadamente orientais. Se constasse que uma dada palavra existia em Portugal no século XV e qual era a precisa acepção em que se empregava, muitas das obscuridades que surgem com respeito à lexicologia colonial ficariam fácilmente esclarecidas [1].

Era opinião geral por longo tempo que o vocábulo português *varanda* — indo-inglês *veranda* ou *verandah*, indo-francês *véranda* ou *vérandah* — procedia de origem asiática, ou do sânscrito *varaṇḍa*, conforme Littré, João Beames e outros, ou do persa *barāmada*, segundo C. Defréméry e Webster. Mas agora está suficientemente demonstrado que a dição portuguesa, étimo das outras, é independente dos seus parónimos orientais; porque o autor do *Roteiro da*

---

[1] «A falta d'um diccionario historico da lingua... é o maior obstaculo que encontra o etymologo portuguez em grande numero das suas investigações». — Adolfo Coelho, *Prefação* do Dicc.

Viagem de Vasco da Gama (1498) o emprega como já conhecido, e porque ocorre no *Vocabulista Arábigo* de Pedro de Alcalá (1505)[1].

Semelhantemente, se soubessemos com certeza que a voz *andor* estava em voga no continente nessa época e designava «liteira» ou «andas», significados que o Sr. Cândido de Figueiredo lhe atribui com anotação de antigos, já estava dirimida a questão principal, e ficava assente que *andor* era um produto europeu e exclusivamente nacional. Talvez o investigador curioso quereria inteirar-se de quando e porque a acepção antiga cedeu o lugar à moderna, e qual era o vocábulo, representativo desta última, que caducou, visto que a «padiola ornamentada, em que se levam imagens nas procissões», não é um invento de tempos hodiernos.

De entre os dicionários modernos, sei, neste momento, do *Contemporaneo*, que, alêm do sentido actualmente em curso, consigna «liteira, andas: N'aquella terra não se costuma andar a cavallo, e andam n'estes andores». Mas a «terra» de que se fala na abonação não é Portugal, é o Malabar. «Depois de recebido [Vasco da Gama] foi tomado em hum **andor**... porque naquella terra não se costuma andar a cavallo, e andão nestes **andores**, que sam como leytos dandas, senão que sam descobertos, e quasi rasos, tão baixas tem as goardas». — Castanheda, *Hist.*, IV, cap. 16.

Tambêm João de Barros: «Vindo o recado do *Çamorij* [rei de Calecut] que fosse, sahio Vasco da Gama com doze pessoas em terra, onde o recebeo hum homem nobre, a que elles chamam *Catual* [governador da cidade], acompanhado de duzentos homens a pé... e outros de o trazer aos hombros em hum **andor**, porque em toda aquela terra

[1] Vid. *Glossary of Anglo-Indian words;* Gonçalves Viana, *Apostilas;* S. R. Dalgado, *Influência.*

Malabar não se servem de bestas, hum dos quaes **andores** foi tambem apresentado a Vasco da Gama para ir nelle». — Déc. I, IV, 8. — «El-Rey [de Cananor] vinha em hum **andor** dos que elles usão, às costas de certos homens muy bem vestidos a seu modo com panos de seda». — *Ibid.*, I, v, 4.

Quem podia, com alguma propriedade, ser alegado no caso é D. Francisco de Melo, que nos seus *Apologos Dialogaes* (p. 125, edição de 1721) diz: «Quem é (tende mão) aquelle Senhor, que alli vem naquelle **andor**, tão rodeado de gente, de que parece faz elle tão pouco caso?» Note-se, porêm, que isso não quere dizer que com efeito o têrmo era então corrente e vernáculo em Portugal neste sentido; porque o autor emprega na sua obra muitas dições orientais, como *chatim, abada,* e, alêm disto, é muito verosímil que mais de um *andor* indiano fosse trazido para Europa.

Agostinho Barbosa (1611) regista, no seu dicionário português-latino, *andor* e interpreta-o por *ferculum* e *sella gestatoria*.

Rafael Bluteau regista em inscrições separadas, sem indicar a proveniência da palavra, o significado indiano e o continental: «**Andor.** Carroagem portatil da India, nas terras, em que não se servem de bestas, como no Malabar, e outras. He hum engenho, amodo de Andas descobertas...». «*Andor* entre nós he hum instrumento com quatro braços em que nas prociçoens se levão as imagens, ou reliquias dos Santos».

Solano congloba, com razão, ambos os sentidos: «Especie de andas portateis, sobre que vão homens ou imagens de divindades na Asia, ou de Christo, ou Santos entre os Catholicos, nas procissões».

Morais admite a mesma distinção, mas erra na definição: «Leito de madeira com varas atravessadas por baixo, que servem de o levar aos hombros; nelles se levão os Santos

nas procissões, ou homens na Asia». O *andor* em que se levam homens na Ásia não tem varas atravessadas por baixo, tem um só varal, de que pende o leito, sendo excepcionalmente empregado para êsse fim o da outra espécie, por veneração ou exibição.

O dicionário da Academia insere *andor* com três significados: 1.º «Certo throno, que sustentado por varas, serve para levar aos hombros nas procissões as imagens ou reliquias dos Santos»; e abona com três autoridades [1]. 2.º «Carruagem portatil da India»; e corrobora com Castanheda, Góis e Camões. 3.º «Qualquer carruagem portatil para ser conduzida aos hombros de homens, ou de outro qualquer modo»; e cita três autores, cujos testemunhos não indicam que a expressão era corrente no sentido proposto [2].

---

[1] Vieira, um dos citados, põe *andor* em aposição: «Entre os quaes hião todos os Religiosos da Companhia, que tambem levavão aos hombros o seu Santo Padre [S. Francisco Xavier em Goa] em um esquife ou **andor**, ricamente ornado... Das janellas, e eirados chovião flores sobre o **andor**, e corpo do Santo». — *Xavier Dormindo*, p. 359.

[2] Fr. Bernardino de Brito (*Monarchia Lusitana*, 1597): Discorrendo pelos esquadrões em hum **andor** de marfim ao modo que os Reys Godos costumavão andar nos exercitos».

Fr. Antonio Feio (*Trattados Quadragesimaes*, 1612): «Foi disto hum retrato aquelle **andor** que Salamão mandou fazer no dia dos seus desponsorios, quando indo nele com sua esposa, desse mostras de si a toda a cidade». Marignolli (1350) também compara o *andor* ao férculo de Salomão: «...principibus illis super humeros portantibus me in lectulo, seu *ferculo Salomonis*». *Apud* Gubernatis, p. 145). Igualmente Bluteau interpreta *andor* por *ferculum* e *feretrum*, e observa que «com estes dois nomes chamavão os Romanos, os instrumentos, em que nas pompas solemnes se levavão as imagens dos seus triumphos, ou simulacros dos seus falsos Deoses».

Fr. Luis de Sousa (*Vida de D. Fr. Bertolameu dos Martyres*, 1619): «O meio, que achou o engenho humano para vadear este

Parece que daqui se pode inferir que a única acepção de *andor* que vigorou e ainda hoje vigora em Portugal é a de «charola», e que, como sinónimo de «liteira», é colonial, talvez isolada e ocasionalmente usado, em conjunção com o transporte trazido da Índia, por curiosidade ou por ostentação.

É, ao contrário, patente dos nossos historiadores que o vocábulo *andor* como nome dum veículo era comuníssimo na Ásia em geral e na Índia em particular.

1500.—«Havia nesta casa huma especie de **andor**, em o qual tinha vindo do palacio aonde costumava residir habitualmente: este **andor** he levado por homens infinitamente ricos» (em Calecut). —*Navegação de P. A. Cabral,* cap. 9, *In Colecção de Noticias*, II, da Academia.

«Quando sahe fóra vai em hum **andor** muito rico que levão dous homens, e vão com elle muitos tangedores de instrumentos, e muitos Gentis-homens com espadas e rodelas, e muitos archeiros, e adiante de tudo os seus guardas, e porteiros: vai ElRei coberto com hum docel, de sorte que lhe fazem mais honra do que a nenhum outro do Mundo».—*Ibid.*, cap. 13.

1503.— «Trazião o Rey [de Coulão] em huma especie de **andor** magnifico da feição de paviola, com quatro braços de marfim muito bem trabalhados, e em cima delle o Rei assentado a seu modo sobre os pês á maneira de alfaiate, bem ornado com panos lavrados de seda e algodão». — João Empoli, *Viagem ás Indias Orientaes* (*in Collecção de Noticias*), II, cap. 9. —É claro que alude ao *andor* religioso.

1513.—«El Rey de pegu leva gramde contemtamento de vosa amizade, quer vosos tratos e vosa jemte e vosa ajuda; em seu reyno recebe vosa jemte que vay de malaca, são trazidos em **amdor** cubertos de panos douro e dá lhes gramdes dadiuas».—Afonso de Albuquerque, *Cartas*, I, p. 138.—Vê-se daqui que já era então bem

---

passo [descida dos Alpes para o Piemonte] foi inventar huma maneira de **andores** ou carretes, que vão descendo, ou cahindo pelas serras abaixo, arrastados cada hum por dous homens, que não sabeis se os chameis Pilotos, se cocheiros, se çavallos». Refere-se evidentemente aos trenós do Norte.

conhecido entre os portugueses o têrmo, que Albuquerque aplica às liteiras de Pegu, e que D. Manuel menciona em 1505 na sua carta ao rei de Castela, na qual se lê: «Il Re se fa portare in una Barra quale chiamono **Andora** portata da homini [1]».

1516.—«Achando [o rei de Bisnagar] algum grande Senhor ou seu parente culpado em algum delicto, mandao chamar, e como eles todos trazem muy grandes estados, uem em riquos **andores** que lhe trazem seus vasalos, com muytos caualos ha destro».—Duarte Barbosa, *Livro* (2.ª ed.), p. 303.

1525.—«Não poderá ninguem trazer tocha, **andor**, sombreiro, sem nossa licença ou do nosso Governador».—*Foral* de D. João III, *in Archivo Portuguez-Oriental*, fascíc. 5.º, p. 132.

1557.—«Leváram Timoja em hum **andor** por toda a cidade [de Goa] com muitas festas».—*Commentarios de A. Dalboquerque*, II, cap. 23.

1547.—«O novo *Roolim* [chefe dos budistas de Pegu] foy levado daquy deste lugar em hum riquissimo **andor** de ouro e pedraria, que os principaes oito senhores do reyno levavão aos hombros».—Fernão Pinto, *Peregrinação*, cap. 169.

1565.—«As tres horas depois do meio dia me sahi com todos os christãos e com o Secretario de Mioxindono, e sua gente metido em hũ **andorzinho** pequeno».—Padre Luis Fróis, *Cartas de Japão*, (edição de Évora), I, f. 192.

1572:

«Mas um tiro que com zunido voa,
De sangue o tingirá no andor sublime».

CAMÕES, *Lusiad.*, X, 17.

1574.—«Mando a todos os *panditos* [médicos] [2] e phisicos gentios

[1] A carta foi traduzida em italiano e publicada em Roma no referido ano. Artur Burnell reeditou-a em 1881, e o Glossário anglo-indiano reproduz o trecho citado. O Sr. Jordão de Freitas, cuja competência em tais assuntos é bem notória, informa-me que não conhece o texto em português senão pela retroversão de Próspero Peragallo.

[2] Em sânscrito, *pandita* quere dizer «letrado, sábio»; mas os nossos indianistas empregam o vocábulo por «médico indígena». É provável que assim fosse tratado, por honorificência, na lingua vernácula, do mesmo modo que se chamava «mestre» ao médico europeu. «Les plus habiles Medicins d'entre les Payens tiennent fort leur rang et gravité à Goa, estans seuls d'entre les Payens qui portent chapeau pour se garder du soleil, exceptés les Ambassadeurs et quelques riches marchands». Linschoten, *Histoire*, (edição de 1638), p. 69.—«Elle estaua mui desconfiado de sua vida, e

que não andem por esta cidade e arrabaldes della a cavallo nem em **andores** e *palanquins*». — *Alvará* do governador da Índia, de 15 de Dezembro.

1577. — «Trazem sombreiros de pé, **andores**, *palanquis*». — *Primor e Honra da vida soldadesca*, f. 6.

1635. — «Só indo subindo a serra de Balané [em Ceilão] de dentro do matto lhe tiraram uma espingarda, de que lhe passaram os coxins do **andor** onde ia deitado». — António Bocarro, Década xiii, p. 405.

1650. — «O mesmo emprenderam Domingos Borges de Sousa, que fez de uma alcatifa um **andor**, e Francisco Cabrita, outro de um pano, servindo-lhe de canas os remos do batel, que o carpinteiro affeiçoou». — Bernardo Fcio, *in Hist. tragico-maritima*, x, p. 93.

1832 — «No dia das nupcias entra a noiva [chinesa] em uma cadeirinha; e acompanhada dos parentes e amigos da sua familia, parte para casa do noivo. Fazem parte do cortejo turmas de musicos, tangendo instrumentos; e muitos **andores**, levados por homens, com os symbolos do casamento». — José Inácio de Andrade, *Cartas*, ii, p. 144.

Não se julgue, porêm, daqui que os *andores* serviam tam sómente para conduzir homens; eram tambêm empregados nas procissões religiosas, mas os nossos escritores poucas vezes teriam ensejo de se lhes referir. Diz contudo o Padre Manuel Barradas (1613). «Iam diante quatro ou cinco **andores** com alguns *Pagodinhos*» [ídolos]. — *Hist. tragico-marit.*, ii, p. 107.

Igualmente Frei António de Gouveia (1603): «Este mesmo carro com estes tristes sacrificios ha em muitas outras partes da India, em especial nas de Choramandel e S. Thomé, e noutras vay o Pagode em hum **andor**, e os que os leuão aos hombros parão em alguns passos». — *Jornada*, f. 126.

Tambêm Linschoten (1589): «Le peuple estoit appellé pour accompagner le *Pagode*, qu'on devoit porter en pro-

---

segundo lhe dizia o mestre, no mar ou na India podia aver saude». — Barros, Déc. III, iii, 3. — «Foi demandar a casa do mestre onde se curou de tres feridas». — Couto, Déc. IV, v, 12.

cession, lequel estant enveloppé de ses bandelettes fut mis sur un *Pallinquin* et porté par les plus honorables habitans du lieu suivis de la troupe avec son accoustumé de tambour et de flutte »[1]. — *Hist.*, p. 85.

No século XVI a voz *andor* estava mais vulgarizada no Oriente do que o *palanquim*. «Das folhas, a que chamão *olas*, se cobrem casas, e naos, servindo em lugar de telhas, fazem-se velas, e chapeos de sol grandes, e pequenos, a que chamão na India sombreiros, forrão *palanquins* que sãos huns *andores* em que a gente do Oriente anda como em Portugal nas cadeiras». — Fr. Gaspar de S. Bernardino (1609), *Itinerario da India*, p. 35.

Em Goa, os *andores* para usos profanos caíram em desuso. «Os **andôres** são hoje raros e o seu uso he privativo aos Prelados dos Gentios, e aos Pagodes, sob a denominação de *palqui*. O seu uso, assim como do sombreiro (para-sol) e Tocha, era objecto de concessão do Governo, em remuneração de serviços prestados ao Estado». Filipe Néri Xavier, *O Gabinete Litterario das Fontainhas* (1846-1855), IV, p. 155.

*

Mas de que *feição* eram os andores indianos?

Oiçamos primeiro o que dizem os nossos cronistas, que são competentes no assunto:

1516. — »Sae elRey [do Malabar] em hũu **andor**, que leuaraom

---

[1] «Era uma outra procissão que já andava na rua, e na qual era levado um grande **andor**, com muitos cavallos dourados, ostentando-se na parte superior a imagem da divindade hindú, a segunda da *Trimurti*, Vichnu, sob a figura de uma creança sobre as ondas, com o symbolico lotus, de cujo calix nasceu Brahma. Este **andor** era levado por muitos homens, com lanternas, queimando fogos de Bengala e fazendo uma vozeria infernal». — Adolfo Loureiro, *No Oriente*, II, p. 229.

[*sic*] dous homeins com suas almofadas de seda em que vay encostado; e ho **andor** he de pano de seda pendurado em hũa cana de muyta pedraria, tam grosa como hũu braço de hũu gordo homem, com hũas uoltas que de seu nacimento lhe afeiçoam pera aquilo, a qual cana dous homeins leuaom ha hos hombros de que uay o dito **andor** pendurado». — Duarte Barbosa (que menciona muitas vezes o *andor*, mas nenhuma o *palanquim*), *Livro* (2.ª ed.), p. 320.

1525. — «E estas molheres [do rei] não são vistas por homem nenhũu... e quando quer que camynhão vão hos **andores** em que ellas vão cerrados e sellados, de maneira que vistas não podem ser» — (p. 90). 1535. — «Todos os capitães deste reyno se servem de **andores** e *palanques*, que são como andas, as quoaees trazem homeẽs as costas, os quoaees não podem andar nelles, convem a saber, nos **andores** se são [talvez «senão»] homeẽs de cavalleiros pera cima, e nos *palanques* capitães e pessoas principaes, e ha sempre na corte onde elrey está vinte mil **andores** e *palanques*». — *Chronica dos Reys de Bisnaga*, pp. 74-75.

1563 (1498).—«Veo á feitoria em hum **andor**, que homens trazião ao hombro, que são humas canas voltadas pera cima e arcadas, e dellas pendurados huns panos largos de meia braça e de comprido braça e meia, e nos cabos paos que sostcem o pano pendurado na cana; e encima deste pano hum colchão de sua grandura, tudo isto feito de panos de seda e fio d'ouro, com muitos lauores e franjas e borlas, e a cana, os cabos guarnecidos de prata tudo muito loução, e de tanta riqueza como som os Senhores que nellas andão, que vão assentados sobre este colchão, e se querem, deitados em almofadas de seda, e de quantas gentilezas querem. O Catual veo assi em hum destes **andores**». — Gaspar Correia, *Lendas*, I, p. 102.

«ElRey vinha assentado em hum **andor** [em 1500]... e o pano em que vinha assentado laurado de fio d'ouro com muytas franjas e borlas pendentes, e da compridão de huma braça, e meia de largura, postos os cabos em huns paos de marfim que o fazem estar aberto, e pendurado em huma cana da grossura de um homem, que no meio faz huma volta arcada, que nam toca em quem vay assentado; e almofadas de seda feitas da feição e largura do pano». — *Id.*, I, p. 171.

1566. — «Na mesma hora, que Vasco da Gama desembarcou, ho fez ho *Catual* tomar em um **andor**, que sam a modo de andas descobertas, que levão quatro homens aos hombros por estado, estes sam tão destros neste officio que ho que vai no **andor**, posto que elles vão ás vezes correndo, quasi que não sente que ho movem, a par dos quaes vai outro homem com hum sombreiro desparavel,

posto em huma aste comprida pera lhe tomar o sol e a chuva». Damião de Góis, *Chronica de D. Manuel*, I, cap. 39.

1572:

> «Já na terra nos braços o levava
> E num portatil leito ũa rica cama
> Lhe oferece em que vá (costume usado)
> Que nos hombros dos homens é levado».
>
> CAMÕES, *Lusiad.*, VII, 44.

Depreende-se dos testemunhos aduzidos que o *andor* era outrora no Malabar uma espécie de maca dos marinheiros, com o fundo acolchoado, pendurado em um grosso varal, ordináriamente de cana de bambu espinhoso, e conduzida aos ombros por dois ou quatro carregadores. Da cana pendia de um lado e do outro um pano — «tenda», como se diz hoje em Goa — minuciosamente descrito por Duarte Barbosa e Gaspar Correia, o qual resguardava do sol e da chuva, mas que se dispensava, como declara Damião de Góis, quando ia ao lado o «boí» com o «sombreiro de pé alto».

O *andor* correspondia, por tanto, ao que, há cinquenta anos, era conhecido na Índia Portuguesa por «catre». Eu tive ocasião de me servir de semelhante meio de locomoção, quando andei missionando no Canará pelo fim do século passado.

Mas os *andores* de todos os lugares e de todos os tempos não seriam do mesmo feitio, como o não eram os *palanquins,* considerados superiores, nem teriam, na bôca dos portugueses, o mesmo nome em toda a parte [1]. Os que Castanheda e Gaspar Correia descrevem, deviam ter o fundo raso, formado de armação de madeira leve e de precintas, quási à maneira das modernas *machilas*.

[1] Filinto Elísio, por exemplo, põe *palanquim* onde os antigos indianistas dizem *andor*: «Tanto que abicou na praia, por ordem do Catual o tomárão aos hombros n'hum *palanquim*». Tom. I, p. 94. «E os feridos em *andores* os leuarão até Chaul, fazendolhe sempre o gasto muy largamente». *Lendas*, III, p. 288.

É claro que quem se transportava no antigo *andor* comum não ia sentado, mas deitado ou reclinado em almofadas, ao contrário do *palanquim* e da «cadeirinha». Outras diferenças entre os três principais veículos mostrar-se hão adiante [1].

§ 2.º — **Etimologia.**

Qual é o étimo de *andor?* Os lexicógrafos portugueses ou omitem a etimologia, ou derivam o vocábulo, uns, mais modernos, como o *Diccionario Contemporaneo,* do verbo *andar,* do mesmo modo que *andas;* outros, como Fr. João de Sousa e o Dicionário da Academia, da voz pérsica *andul* ou, antes, *handūl* [2].

Primeiramente, o têrmo *andor* não é coevo de *andas.* Os escritores quinhentistas, como Duarte Barbosa, Castanheda, João de Barros, Gaspar Correia, Damião de Góis, teem-no por estranho, e explicam-no, em geral, por meio de «andas». Diz o autor do *Roteiro de Vasco da Gama* (p. 34, ed. de 1838): «Alj trouxeram ao capitam mor hũas *andas* domeẽs em que os onrrados custumam em aquella terra dandar, e alguns mercadores se as querem ter pagam por elle a elrey certa cousa». Também, nenhum dos autores alegados em abonação dos seus significados é anterior à epoca das conquistas asiáticas.

É verdade que Cristóvão Vieira (1534) emprega a voz *andor* com respeito à China, sem a interpretar, como não interpreta muitas outras orientais, por o julgar desnecessário: «Os mandarĩs pequenos que não podem trazer **andor** teem cavallo» [3].

---

[1] 1760. — «Of the same nature as *palankeens*, but of a different name, are what they call **andolas**... these are much cheaper, and less esteemed». — Grose, *in Glossary.*

[2] Cândido de Figueiredo tira *andor,* dubitativamente na primeira edição, de *andar* e *andul,* e na segunda do concani *andor.*

[3] *Letters from Portuguese Captives in Canton,* por Donald Ferguson (Bombay, 1902), p. 79.

As mais antigas menções do têrmo são, como vimos, as de um pilôto português, que descreve a *Navegação de Pedro Álvares Cabral* em 1500, cujo teor sómente conhecemos pela tradução italiana da colecção de Ramúsio, e a de João de Empoli, que narra em carta a um italiano a sua *Viagem ás Indias Orientaes* em 1503. Refere-se o primeiro ao veículo do samorim e o segundo ao do rei de Coulão, e ambos os consideram «uma espécie de *andor*». Julgo porêm que isso não implica que os preditos transportes eram *uma espécie* de outros conhecidos na Europa com o mesmo nome.

Empoli fez várias viagens ao Oriente até 1517, quando morreu em Cantão, e não se sabe o ano em que escreveu a sua carta [1]. Não havendo em italiano a voz *andor*, nem sendo de presumir que a ouvisse em Portugal, é natural que aludisse a outros *andores* comuns do Malabar, (que amiúde teria visto), sem os descrever, como não explica as palavras *bramines* e *monção*.

O mesmo se deve tambêm entender da distinção feita pelo pilôto português, que esteve três meses em Calecut e se inteirou com muita discrição dos usos e costumes do país [2]. Igualmente, não explica *zambuco* e *bétele*.

Para se admitir a derivação do persa, não basta que haja *handūl* nessa língua; convêm saber a época e o meio da sua transmissão [3]. Não entrou de certo durante a domi-

---

[1] «Descuidei-me de contar os uzos e costumes dos Malabares e Gentios da India, o que prova a minha pouca memoria». *Id.*, cap. 4.

[2] «O Rey he Idolatra, ainda que alguns pensárão que era Christão; mas procede isto de não terem sabido tanto dos seus uzos, como nós, que temos negociado bastante em Calicut». *Id.*, cap. 12.

[3] «Assentando-se como provavel a hypothese de tal palavra ser de origem estrangeira, não basta encontrar na lingua, d'onde se suppõe vinda, um vocábulo semelhante na fórma e na significação... é indispensavel explicar históricamente como e quando poude vir para cá». António de Vasconcelos, *Gramm. Hist.*, p. 99.

nação dos mouros, porque não deixou vestígios na península nem é conhecido do castelhano. Não veio por via da Índia, porque a Índia não precisava de tal empréstimo.

Mas o persa não tem *handūl;* se algum escritor o emprega é como uma palavra peregrina. Em um livro árabe do século XI (*Kitāb 'Ajāīb-al-Hind,* citado em tradução francesa no Glossário anglo-indiano) vem mencionado e explicado o têrmo: Le même m'a conté qu'à Serandib [Ceilão] les rois et ceux qui se portent à la façon des rois, se font porter dans les **handoul** *(handūl)* qui est semblable à une litière, soutenue sur les épaules de quelques piétons».

Ben-Batuta (1325-1356) tambêm se refere ao *andor* indiano e o descreve: «Passados dias vierão rapazes da casa de Almagduma Jahan com **Addula**, que he a liteira em que se transportão as mulheres, e em que montão tambem os homens, que se assemelha a huma cadeirinha de mãos, cujo tecto he de tranças de seda e algodão, e sobre a qual ha um páo curvado...de cana indiatica maciça, a qual liteira conduzem oito homens, quatro por cada vez, descançando os outros quatro [1]».

Shakespear, no seu dicionário hindustani-inglês, deriva *haṇḍolá,* não do árabe ou do persa, mas do sânsc. *hindola,* «redoiça, berço baloiçante ou maca; redoiça ou liteira ornamentada em que se levam imagens de Crixna durante a festividade de Redoiça *(Swinging-festival»,* Monier Williams).

Demais, é no Malabar que os portugueses primeiro conheceram o veículo e aprenderam o seu nome, e é naturalmente nessa região que se deve buscar a origem de *andor,* visto que a filiação de palavras anda, de ordinário,

[1] *Viagens* do celebre arabe Abu-Abdalla, mais conhecido pelo nome de Ben-Batuta, traduzidas por José de Santo Antonio Moura (Lisboa, 1876), II, p. 162.

conexa com a sua pátria. Desconhecer a história dum vocábulo, quando há bastos elementos para a saber, e indagar a sua procedência, é disparte de *primo cartello.*

Ora o malaiala (idioma do Malabar) possui *aṇḍōla,* que, na sua passagem para o português, devia normalmente, pela lei de atracção, assumir a forma de *andor.* Cfr. *mogor* por *mogol.* E que o vocábulo é vernáculo, inferimos dos paralelos: codágu *andala,* canarês e túlu *andaṇa* (idiomas dravídicos); singalês *andôreva* («palanquim candiano», conforme Clough; *va* é sufixo separável), concani *āndôl* ou *andôr,* hindustani *hanḍolā,* bengali *āndola* (línguas neo-áricas); os quais todos se entroncam no sânsc. *hindola,* que, por outra corrente e no sentido primário de «redoiça», deu o hindustani *hinḍolā,* marata *hindoḷā* ou *hinduḷā,* guzarate *hindoḷô,* concani *hinduḷó* ou *hindḷó.*

Não se pode com segurança derivar o têrmo português directamente do concani *āndôl* ou *āndôr,* actualmente em voga, o qual não consta ter existido ao tempo da conquista de Goa, parece, pelo contrário, importado do Malabar. O marata e o guzarate, idiomas da mesma família e mais aparentados, não o possuem, ao passo que teem *hindoḷā* e *hindoḷô.* D. Manuel menciona *andor* em 1505, e Afonso de Albuquerque (1513) emprega-o como palavra já divulgada. Seria necessário supor que o vocábulo foi introduzido no Concão pelos emigrantes de Tirhut (Bengala) no século XI, para o seu exclusivo uso, ou pelos «mouros» durante a sua dominação.

Conclui-se do que fica exposto que o *andor* veio directamente da Índia para Portugal, onde se restringiu na sua significação. A sua inserção no dicionário português pode estar concebida nos seguintes termos:

Andor, *s. m.* Padiola ornamentada, em que se levam imagens nas procissões; *(ant., pouco usado)* liteira, andas; *(ant., indiano)* maca portátil, suspensa em um varal por duas pontas. Do malaiala *aṇḍōla* < sânsc. *hindola,* «redoiça, maca».

II. — Machila, machira. Carruagem; cadeirinha

Machila, ou *manchila* é actualmente, na Índia Portuguesa, um leito portátil, feito de madeira com o fundo e as testeiras de «rota» ou rotim, suspenso por meio de cadeias de ferro em um varal (que se chama «cana», por ser de bambu espinhoso), coberto com uma «tenda» para abrigo da chuva, ou encimado dum «tendilhão» para resguardo do sol, e conduzido por quatro homens comummente aos ombros, no qual vai de ordinário um só indivíduo, deitado ou sentado com as pernas extendidas.

Os nossos antigos escritores lêem *machira* e empregam o têrmo com referência à África Oriental.

Carruagem era considerada expressão mais vernácula para designar tal transporte; mas vai caíndo em desuso. Também ocasionava equívocos aos europeus modernos. Sei dum arcebispo de Goa, a quem um eclesiástico prometeu mandar uma «carruagem» para o seu transporte e mandou uma *machila,* quando êle esperava ter um carro. Mas que a denominação não era um desatino semântico, sabemos de Rafael Bluteau e do dicionário da Academia, que definem *andor* por «carroagem portátil». Sómente é de notar que nas colónias muitas palavras portuguesas vivem mais ou conservam os seus significados por mais tempo que na metrópole [1].

Modernamente entrou em uso outro férculo mais elegante, que é um mero aprofeiçoamento da *machila,* cujo nome leva às vezes, mas que é própriamente conhecido por

---

[1] 1842. — «*Boiazes* (homens que carregam com as **machilas**, a que no paiz chamam tambem **carruagens**». — *Annaes maritimos*, 1845, p. 147.

«cadeirinha»[1]. É mais alta que a *machila* vulgar, que ainda hoje muitos preferem para longas jornadas, tem dois assentos a modo de cadeiras, em que podem ir duas pessoas sentadas, uma à frente da outra, e é conduzida à cabeça por *boiás* especiais, que se chamam *baudis,* creio que por tratamento honorífico, e pertencem na maioria à casta de «curumbins». Tambêm a *machila* pode ser levada à cabeça, para maior comodidade do «passageiro», mas nem todos os conductores são aptos[2].

*

Tanto os escritores nacionais como os estrangeiros, que falam da *machila* indiana, são do século passado. Rafael Bluteau e Domingos Vieira não o inserem nos seus dicionários.

O mais antigo testemunho nacional que encontrei é dos *Annaes maritimos* (1842), já reproduzido. Tomás Ribeiro (1873) refere-se-lhe muitas vezes: «A Deus e aos *boiás,* dissemos nós, e fechados os olhos e encapotadas as **machilas**, sentimós que boiavam em rumo incerto aquellas jangadas humanas». *Jornadas,* II, p. 52. — Lopes Mendes

[1] «Moveu-se o cortejo, que era muito numeroso, pois se incluiam nelle quasi todos os trens da villa e algumas **manchillas**, em direcção a casa do noivo». — *O Ultramar,* de 25 de Novembro de 1915.

[2] 1842. — «**Machilas**, *dolys,* e **cadeirinhas** servem em vez de carruagem, para uma só pessoa, suspensas à cabeça de seus conductores». — *Annaes maritimos,* p. 434.

1880. — «Depois é alguma aristocratica **cadeirinha** de Mandarim, que *koulis* (! = cules) vestidos d'azul, de rabicho solto, vão levando a um trote arquejante para os yamens [repartições, ministérios] do Estado». — Eça de Queiroz, *O Mandarim,* p. 99.

1898. — «Para pequenas distancias faz-se uso da **cadeirinha**, de que ha duas variedades: a «da montanha», muito leve ... A **cadeirinha** fechada, ou de visitas, é uma especie de guarita quadrada». — Joaquim Calado Crespo, *Cousas da China,* p. 30.

(1886): «A **machila** é uma especie de *palanquim,* que se usa em Goa para transporte de pessoas». *A India Portugueza,* I, p. 59.

Buchanan (1811) diz que visitou em **manjeel** a Inquisição de Goa, e Welsh (1819) menciona a **mancheel** do Malabar e descreve-a como «maca ou catre», que transportam seis homens. *In Glossary.* — «A unica especie de transporte aos ricos são os palanquins, ou antes **machilas** cobertas». Cottineau de Kloguen (1829), *An Histonical Sketch of Goa* (traduzido por M. V. de Abreu), p. 163.

Mas na África Oriental a palavra *machira* é antiqùíssima. Frei João dos Santos (1609): E «sabendo dos mesmos espias, que os portuguezes vinham diante do arraial dos cafres em **manchiras** e *andores,* e sem ordem alguma de peleja sahiram de noite da sua fortaleza secretamente». *Ethiopia Oriental*, I, p. 233.

João Baptista Lavanha (1611): «As quaes [mulheres] levavão os escravos do capitão mór ás costas em *cochos* [1], concertados ao modo de redes do Brazil, que em Cuama chamam **machiras**». *Historia tragico-maritima,* V, p. 30.

António Bocarro (1635): «E ficava por lhe fugirem os cafres [de Manamotapa] que o levavam em *andor*, a que chamam **machira**. Déc. XIII, p. 552.

P. António Francisco Cardim (1651): «Obrigaram tambem os mouros, que haviam trazido ao padre no cocho,

---

[1] Parece que o autor emprega o termo no sentido de «tabuleiro». *Cocho,* aliás, significa «embarcação pequena» da África Oriental. «Este Xeque prometteo traria *cochos,* que são umas embarcações, como as canoas do Brazil, uns feitos de um so pao, outros de cascas de arvores cosidas com cordas. — Cardim, *Hist. tragic.*, X, p. 181. — «Tem madeiras tão grossas, altas, e direitas, que de hum só páo se faz hum *coxo,* que carrega seis, e sete moyos de mantimentos». Fr. António da Conceição, *in O Chronista de Tissuary,* II, p. 41. — A língua vernácula de Tete tem *cocho.* Vid. P. Cortois, *Diccionario Portuguez-cafre-tetense.*

a que o levassem por terra em uma **machina** (*sic*), cousa que responde ás redes do Brazil». *Hist. tragic.*, x, p. 182.

Nuno Queriol (1880): «Voltando-se para os officiaes, e tomando a posição servil de negro carregador de **maxila**, pedindo-lhes...». *Boletim da S. G. L.*, 2.ª série, p. 25.

P. José Cortois (1885): «O sr. governador levava uma **machila** (cadeirinha) feita de lona forte, e andou socegado; mas eu, infelizmente, não tinha senão uma **machila** em fórma de rede». *Ibid.*, 5.ª série, p. 503.

Na África Ocidental a rede ou *machila* é conhecida pelo nome de *tipoia:* «E então lhe fiz ver em bons modos quanto era odioso fazer apear das *tipoias* os viajantes, e o exigir d'elles que passassem a pé pela sua *banza* [côrte cafreal]... Vinha [o *dembo*] mettido em uma *tipoia* muito rica com cortinas de seda». — A. J. de Castro, *Roteiro da Viagem ao reino do Congo* (1845), *in Bol. S. G. L.*, 2.ª série, p. 55.

*

De machila se deriva *machileiro,* «condutor de machila», pouco usado na Índia.

1885. — «Mais de cincoenta **machileiros** e portadores estavam ás nossas ordens». — P. Cortois, *Bol. S. G. L.*, 5.ª série, p. 503.

1902. — «**Machileiros** ou carregadores de *machila,* especie de rede ou maca, em que os brancos se fazem transportar em viagem ou passeio». — João Coutinho, *A Campanha do Barué,* p. 190.

1911. — «Seguiria depois em *machila* até Diu percorrendo n'uma viagem de 17 horas um tracto de 75 kilometros, o que só se pode conseguir empregando dois turnos de bons **machileiros**». — José Emílio Castel Branco, *Bol. S. G. L.,* 29.ª série.

*

Yule & Burnell tiram o indo-inglês *muncheel* ou *manjeel* do malaiala *mañjīl,* que prendem ao sânsc. *mañcha,* «leito, estrado», e que se não encontra em todos os dicionários,

que todavia registam *mañcham* e *mañchakam*. Nem Wilson o insere no seu *Glossary of Indian Terms,* ao lado de *doli* e *palki*, Das autoridades alegadas uma só se refere ao Malabar. Também não se compreende como é que o sânsc. *mañcha,* que passou para quási todos os idiomas neo-áricos *ipsis literis,* tomou tão sómente em malaiala a forma de *mañjīl* e um significado peculiar, sinónimo de «andor e palanquim», que existem na mesma língua, e a mais *ḍayanam.*

É verdade que o concani tem *mãchīl* ou *mãñchīl,* que passou para túlu (língua dravídica no Canará), na forma de *mañchilu,* juntamente com vários outros vocábulos. Vid. *Infl. do Vocabul. Port.* Mas isto não quere dizer que o vocábulo é vernáculo neste idioma, nem em malaiala. Um e outro teem, perfeitamente naturalizado, o têrmo *pangaio,* que sem dúvida é de origem africana, bem como, em concani, *manḍó,* «espécie de dança», e *batuque.*

Por outro lado, é incontestável que *machira* é o mesmo vocábulo que *machila,* com a única diferença de troca de *l* e *r* — fenómeno freqùentíssimo nas línguas, algumas das quais só possuem um dos dois fonemas, como o tetense, falado no distrito de Tete e no Zambeze inferior, que não tem senão *r*. Ora neste — e creio que nos outros idiomas ou dialectos afins — *machira* é, conforme Cortois *(Diccionario)* o têrmo correspondente a «liteira, palanquim». E os nossos escritores dão prioridade e carácter africano a essa forma [1].

Parece, pois, mais consentâneo à razão derivar o indiano *machila* do africano *machira* que vice-versa. E neste caso, *machira,* no sentido de «liteira», identificar-se hia vocabularmente com *machira,* na acepção de «lençol grosso de algodão», que serviria outrora de fundo ou de capa à maca.

[1] *Tsamachira* é «liteireiro» em tetense.

Em tetense, *chira,* é «lona indígena», e *machira* é o seu plural, como *mafuta,* «azeite», é o plural de *futa.* Morais (1858) regista o vocábulo *machira* com êste significado, mas os dicionários modernos omitam-no totalmente [1].

Eis as abonações do segundo significado de *machira:*

1569. — «Andão todos comumente vestidos com huns panos de algodão mal tapados... os quaes eu vi tecer perto da Sena, e chamão-se *machiras*» — P. Monelaio, *Bol. S. G. L.,* 2.ª série, p. 543.

1609.—«O vestido do rei [Quiteve] e dos mais senhores é um pano fino de algodão ou de seda... e outro muito maior do mesmo algodão que os cafres tecem, a que chamam *machiras,* ou de seda» — Fr. João dos Santos, *Ethiopia Oriental,* I, p. 82. — «Tecelões que fazem alguns panos grossos de algodão, do tamanho de um lençol meão, a que chamam *machiras*». — *Id.,* p. 83.

1667.— «Muita escravaria e *machiras* que são huns lençoes grossos de algodão e de muita serventia para o mocranga». — P. Manuel Barreto, *in Bol. S. G. L.,* 2.ª série, p. 45.

1696. — «Tem tambem muito algodão, de que os Cafres sabem fazer huns panos, a que chamam *machiras*». — Fr. António da Conceição, *in O Chronista de Tissuary,* II, p. 43.

A vista do que fica exposto, acho que o vocábulo pode ter no dicionário a seguinte inscrição:

Machila (*machira,* ant.), *s. f.* Nome de duas espécies de cadeirinha, usadas na África e na Índia para transporte de uma ou duas pessoas. Do conc. *mā̃chīl* ou, mais provávelmente da África Oriental (tetense *manchira* [2]).

---

[1] «Pano de seda que os Cafres deitam pelos hombros a modo de capa».

[2] Hesito na derivação directa da língua de Tete, que é sómente um ramo dos numerosos idiomas ou dialectos que se falam na região, e que eu não tive ensejo de estudar nas suas mútuas relações e de saber se de facto neles existe *machira* como têrmo vernáculo.

*

Julgo oportuno referir-me às palavras *tenda*, *samatra* e *tendilhão*, que se relacionam com a *machila*.

Tenda, no sentido especial indiano, é a «cobertura de *machila*, feita de lona para o verão e de oleado para o inverno». «Alguem vimos nós abraçado com a maxima resignação á **tenda** deslocada da sua *machila*, como martyr á sua cruz» — Tomás Ribeiro, *Jornadas*, II, p. 37.

Em Quelimane a *tenda* de inverno compõe-se de *ola* ou folha de palmeira tecida, que toma o curioso nome de *samatra*, segundo me informa Monsenhor Gustavo Couto, que foi ali pároco por muitos anos.

Êste vocábulo, sendo origináriamente denominação geográfica, se aplicou à rajada no mar entre a península malaia e a ilha de Singapura, e depois se generalizou, na India e na África Oriental, a qualquer «borrasca». Vid. *Influência*.

Consta de Linschoten que também na Índia se faziam outrora *tendas de ola*: «Les voiles sont faits des feuilles qu'ils appellent *olas*, desquelles aussi les Canarins se servent au lieu de tuiles, et les Portugais en font des chappeaux contre le soleil, et des nattes et couvertures de *Pallanquins*». — *Histoire*, p. 102.

E mais explícitamente Pietro della Valle: «Os *palanquins*, *andôres* e *rêdes* são cubertos exteriormente, para abrigo das chuvas, com **tendas** resistentes de folhas de palmeiras, isto é de coqueiro e outras arvores semelhantes, bem trabalhadas, que deitadas sobre a cana, pendem para ambos os lados, tendo duas portinholas que se podem abrir e fechar». — *Apud* Ismael Gracias, *A India*, p. 44.

Tendilhão é o «tejadilho móvel da *machila*, com fôlhos vistosos e dois cordões pendentes de um e outro

lado, com os quais o «passageiro», dando-lhe a devida posição, se abriga do sol». «E as *machillas* começaram a passar e a repassar em vertigem febricitante, travando-se por cima das nossas cabeças a guerra dos **tendilhões**, que se rasgavam e furavam reciprocamente». — Tomás Ribeiro, *Jornadas*, II, p. 37, — «Ainda bem que as nossas *machillas* tinham trocado por **tendas** de inverno os seus iriados **tendilhões** de folhos». — *Id.*, p. 51.

«Ás *rêdes, andôres* e *palanquins* sucederam as *machilas*, de varias formas para uma e duas pessoas, com mais ou menos vistosos **tendilhões** durante o verão». — Ismael Gracias, *A India em 1623 e 1624* (Nova Goa, 1815), p. 44.

III. — Palanquim

§ 1.º — Sematologia.

Á vista das descrições e aplicações que escritores nacionais e estrangeiros fazem de *palanquim*, claramente se depreende que o vocábulo tem sido empregado com bastante elasticidade. No seu mais amplo significado, *palanquim* é «qualquer veículo oriental, em que se transporta uma pessoa e que é conduzido por homens».

Há até autores que deslocam, por analagia, o têrmo para outras regiões. *Welsh (Reminiscences,* 1808) diz que os transportes da ilha da Madeira são de três espécies: «cavalos, mulas e uma liteira, chamada **palanquim**, que é uma cadeira da forma de tina de banho, com um varal atravessado, levado por dois homens, como os *dolins* no Oriente. Mas Monsenhor Manuel Miranda, cónego da sé do Funchal, informa-me que a tal liteira é conhecida ao presente pelo nome de «rêde».

Outro escritor, da mesma nacionalidade (Dean Stanley,

Christian Institutions, 1881) atesta que «na grande procissão do dia de *Corpus Christi,* quando o Papa é transportado em um **palanquim** em volta da praça de S. Pedro, geralmente se crê que as almofadas e a armação são de tal modo arranjadas, que o põem em estado de suportar a fadiga da cerimónia assentando-se, em quanto ao espectador parece que está de joelhos». Comunica-me de Roma Monsenhor José de Oliveira Machado, reitor da igreja de Santo António, qne era o povo que usava de tal denominação, sendo o seu nome oficial *talamo,* como consta de Moroni, que o descreve minuciosamente e atribui a sua introdução a Alexandre III, passando depois por várias modificações. *Dizionario di Eruduzione Storico-ecclesiastica,* IX, pp. 47-48.

Neste sentido genérico, o *palanquim* abrange o *andor,* a *machila,* o *dolim,* o *catre,* a *cadeirinha.* Não deve causar estranheza esta indefinibilidade da palavra, se atentarmos nas múltiplas modificações, descritas por Tomás Williamson, por que tem passado o artefacto denotado por esta expressão, como igualmente tem acontecido com os carros na Europa.

Na acepção mais característica e em distinção do *andor* e da *machila, palanquim* tem a cana arcual ao meio e o fundo imóvel, a fim de uma pessoa poder sentar-se mais à vontade; e como tal, era mais cómodo e mais caro que os outros transportes. [1]

Alguns estrangeiros mencionam esta peculiaridade de curvatura. Linschoten, que não fala de *andores,* diz: «On les [bambus] ploye et courbe soigneusement dez leur tendreur pour s'en servir à porter les litieres des grands appellées *Pallanquins*». *Hist.,* p. 107.

---

[1] Semblablement des *Persintos* [precintas] qui sont des bandes pour mettre sous les litieres et chalicts *(sic)*». Linschoten, *Histoire,* p. 20.

Pietro della Valle (1623) narra que em Goa havia três sortes de transportes acarretados por homens: *rêde,* que agora não se usa, *andor* e *palanquim;* e que o *palanquim* diferia dos outros em ter o varal arcuado, sendo por isso mais conveniente e dispendioso [1]. A esta superioridade do *palanquim* tambêm se refere a *Chronica dos Reys de Bisnaga* (já citada em *andor,)* bem como Grose (c. 1760), que diz: «Da mesma natureza que os *palanquins,* mas de diferente nome, são os que êles chamam *andolas*... êstes são mais baratos e menos estimados».

Seria em um dêstes *palanquins* descobertos que foi levado pelas ruas da cidade o cadáver do conquistador de Goa. «Onde [ao cais] àssy chegando, toda a gente fez grande pranto e por todalas ruas as molheres casadas e solteiras, que era cousa espantosa. Os capitães leuarão assy assentado na cadeyra, posto sobre hum **palanquim**, que era visto de todo o povo». — Gaspar Correia, *Lendas,* II, pp. 459-460.

É tambêm a semelhantes transportes que alude Linschoten (1558): «Puis vient l'Espouse entre deux Commeres portées en leurs **Palanquins** ou litieres fort richement ornées». — *Hist.,* p. 61.

Da meia dúzia de estampas coloridas de *palanquim,* que o predito auctor intercala na sua monumental obra, distintamente se notam as características dos veículos de que se servia a aristocracia portuguesa de Goa no fim do século XVI. A cana, que tem uma curva no meio, é condu-

---

[1] «Taes transportes [rêdes] são diferentes dos *palanquins* e *andôres,* pois nestes, das canas pendem não rêdes, mas liteiras ou leitos pequenos, nas quaes o individuo se senta com as pernas estendidas sobre almofadas, indo assim comodamente. Tambem o *palanquim* difere do *andôr,* porque neste a cana é direita, como nas rêdes, e naquele para comodidade da pessoa que vai... a cana é curvada». — *Apud* Ismael Gracias, p. 43.

zida por dois possantes homens, trazendo o da dianteira um grosso bordão na mão esquerda. O leito tem armação de madeira com o fundo acolchoado e bordos franjados. O *palanquim* das damas tem uma «tenda» ou capa apropriada à estação. O dos cavalheiros é descoberto, mas ladeado pelo «boí» ou portador de «sombreiro» ou umbela. Um e outro é acompanhado de séquito, de fámulas que levam a alcatifa, o leque, o livro de orações, ou de soldados e escravos, não faltando o «bicho» ou pagem. O palanquim do embaixador do rei de Balagate pouco ou nada difere, e parece ter servido de modêlo aos nossos, sómente a comitiva é doutra espécie. [1]

Mas Garcia d'Orta não reconhece que a curvatura seja o apanágio exclusivo do *palanquim*, pois diz: «Tem os ramos direitos pella maior parte, senão alguns delles, que vem de boa feiçam, que atortam e acorcovam para fazer as canas dos **palanquins** e *andores* que na India se usam». — *Coloquio* 41.

E Ben-Batuta e Gaspar Correia, já citados, atribuem a curvatura ao varal do *andor*. Neste caso, a não se admitir a translação de nomes ou factos isolados, a diferença consistiria no feitio dos leitos, não sendo de presumir que o *andor* e o *palanqmim*, quando ocorrem conjuntos, sejam perfeitamente sinónimos. «Cento e duzentas molheres de sua pessoa [do rei de Bisnaga], as quaes vem em **palanquins** e *andores*.» Gaspar Correia, IV, p. 460. — «Serve esta qualidade de bambu para cannas de *andor* e **palanquim**». — Fr. Clemente da Ressurreição *apud* B. F. da Costa, *Manual do agricultor)*, II, p. 313.

Na acepção mais restrita e moderna, o *palanquim* é o mesmo que o *myāna* do hindustani e outros idiomas, como

---

[1] O fidalgo a cavalo tem igualmente o boí de sombreiro, o negro de mandil, o bicho e o «faraz de enxota-moscas», alêm de guardas de espada e lança.

nota Molesworth no seu dicionário marata, isto é, liteira em forma de caixão, com dois varais fixos no centro das extremidades, conduzida aos ombros por quatro ou seis homens, na qual um indivíduo se faz transportar, cómodamente assentado ou recostado.

Era êste o veículo de que se serviam, de preferência, os europeus na Índia desde os princípios do século XIX, e que actualmente vão caíndo em desuso nas principais cidades, e que em Goa é circunscrito ao serviço religioso com a denominação de «côche ou dolim». «Ele [arcebispo de Goa] tem como o Governador duas sortes de transportes, **palanquim** à moda dos de Bombaim e um escaler, bem pintado e aceado» [1]. — Cottineau de Kloguen (1829), p. 106.

O *palanquim* chinês ou «cadeirinha fechada» é conforme o testemunho de Joaquim Calado (já reproduzido) uma espécie de «guarita quadrada». «Se lhe não agrada a noiva, fecha o **palanquim** e devolve-o com o seu precioso contéudo aos paes da que fôra escolhida para sua mulher». — *Cousas da China* p. 74.

O mesmo se depreende igualmente dum artigo do *Panorama* (10 de Fevereiro de 1838): «Á mesma hora entra a menina n'um **palanquim**, ataviada com pompa, e seguida do seu dote... Um domestico de confiança guarda a chave do **palanquim**, a qual não deve entregar senão ao marido, que espera a esposa em meio caminho da casa. Logo que se encontram recebe do domestico a chave, apressa-se a abrir o **palanquim**, e avalia então a sua boa ou má fortuna; alguns ha que, descontentes da sua sorte, fecham muito

[1] «De ha muito que se não usam em Goa as *rêdes,* nem os *andôres* e *palanquins,* de que fala o viajante. *Palanquins* vêm-se de raro em raro nos prestitos nupciais dos indús bramanes, os quais logram a posse e gôso exclusivo em tais ocasiões, desse transporte e de certas insignias». — Ismael Gracias, *loc. cit.,* p. 44.

depressa o **palanquim**, e recambiam a donzella com toda a comitiva» [1].

O autor da *Chronica dos Reys de Bisnaga* (1535) contenta-se com dizer que *andores* e *palanques* «são como andas». «Leua [o rei] vinte cinco ou trinta molheres das suas mais pryvadas, as quoaes vão em cada huũ seu **pallamque**, que são como amdas, e o **pallamque** da molher pryncipall he todo cuberto de panno de grão borllado d'alljofar gramde e grosso e de por ellas gournecido d'ouro somente, os **palãques** das outras molheres são goarnecidos somente de prata, e outro **palamque** de sua pessoa que vay a destro em hũa amda do mesmo teor goarnecido d'ouro» (p. 61).

Não se sabe que forma tinham os *palanquins* de Pegu, de que fala Fernão Pinto (1545): «Logo atraz delle em tres **palanquins** vinha Nhay Canoto, filha que fora do Rey de Pegu passado, a quem este Bramà tomara o Reyno, e mulher do Chaubainhá com quatro filhinhos seus». — *Peregrinação,* cap. 50.

No conceito de Castanheda, *palanquim* é um esquife: «Quando ya a terra por mostrar que se não podia ter, leuauão no em huũ **palanquim**, que sam como Esquifes e leuauão no homens e ya cercado de fidalgos». — *Hist.*, VIII, cap. 164.

Para Fr. Jacinto de Deus (1679), *palanquim* era «cadeira»: «Sua mulher, e as mais dos principaes fidalgos, nos proprios **palanquins** (que sam as cadeiras em que andam) lho [sustento] levavam pessoalmente com muita abundancia». — *Vergel de Plantas,* p. 361.

Conforme Bernardin de Saint-Pierre (1791), *palanquim* é sinónimo de *machila* ou *dolim:* «... lui donna, pour le

---

[1] «Celles qui sont de quelque dignité sont portées par les rues en litieres treillissées à travers lesquelles elles peuvent voir sans estre veues de personne». Linschoten, p. 22.

porter à Jagrenat, un **palanquin** à tendelets de soie cramoisie, à gland d'or». — *La Chaumière Indienne.*

Tomás Ribeiro (1873) tambêm é da mesma opinião, mas distingue duas espécies: «Ha [em Bombaim] muitos velocipedes, e *maxilas* (**palanquins**), transportadas á cabeça dos *boiás* (conductores), sendo as *maxilas*, umas em fórma de cadeiras, outras de camas, em que se vai recostado sobre almofadas». — *Jornadas*, I.

La Grande Encyclopédie toma *palanquim* no sentido genérico, compreendendo os outros transportes similares: «**Palanquin.** Sorte de chaise ou litière portée sur les épaules et dont on fait usage pour voyager dans les pays chauds, particulièrement en Chine et dans l'Inde. Les **palanquins** sont généralement découverts et surmontés d'un dais [«sombreiro»] porté par des domestiques».

Que as expressões *palanquim* e *andor* se empregavam promíscuamente, sem distinção específica, consta de vários factos, que ao mesmo tempo insinuam a prevalência do primeiro têrmo. O Foral de D. João III (1525), por exemplo, proíbe, como já vimos, o uso de *andor* sem licença do governador, e o alvará do governador da India, de 15 de Dezembro de 1574, menciona *andores* e *palanquins*; mas o vice-rei Matias de Albuquerque (1591) substitui a palavra *andor* por *palanquim*: «Nenhũa pessoa de qualquer calidade que seja ande em **palanquim** sem minha expressa licença salvo aquelles que passarem de sessenta annos». Parece que não é de supor que os *andores* tinham inteiramente desaparecido ou que o seu uso era indistintamente permitido a todos [1].

Tambêm o 2.º Concílio de Goa (1575) só faz menção de

[1] «É proibido aos homens andar em **palanquins** nos territórios portuguêses da Índia, por ser cousa efeminada; contudo visto os portuguêses serem pouco observantes das suas próprias leis, foi tolerado, a principio, o uso durante as chuvas, depois actuaram os

palanquim: «Declara o Concilio que da honra, que o Decreto 27 do 1.º Concilio veda aos infieis, se entende andar a cavallo e em **palanquim**, e trazer sombreiro de pano». — *In Archivo Portuguez-Oriental,* fasc. 4.º, p. 97.

Mas é sobretudo o *palanquim* coberto com cortinas que provocava as censuras das autoridades, por ocasionar ofensas à moral.

O 5.º Concílio (1606) insta com o vice-rei para que proíba semelhante transporte, e da sua parte, interdiz aos eclesiásticos o seu uso sob pena de excomunhão e multa de cem *pardaos*, «pagos ao aljube [1]».

Defendeo [o vice-rei D. Pedro Mascarenhas] que nenhũa molher publica andasse em **Palanquim**, senão descoberta» [2]. Couto, Déc. VII, I, 12.

Em todo caso, pelo declinar do século XVI o *palanquim* foi suplantando o *andor* para o serviço de pessoas elevadas e ricas, especialmente na Índia Portuguesa. Numerosas são as autoridades: «O Governador ya em hum **palanquim**». — Couto, IV, V, 10.

1615. — «Todas as ruas [de Goa] estão cheias destes homens [boís] promptos para todo o serviço, ou seja para levar sombreiros e **palanquins**». — Pyrard de Laval, *Viagem* (tradução de Cunha Rivara), II, p. 38.

1635. — «Mandaram tirar duas espingardadas d'entre o mato, das

---

favores e presentes, até que os **palanquins** se tornaram tão geraes, que quasi todos se servem deles á roda do ano inteiro». — Pietro della Valle (1623), *apud* Gracias, p. 45.

[1] Os autores do *Glossário* anglo-indiano traduzem a frase por «*to the church court* e declaram que não estão certos do sentido. *Aljube* era «cárcere eclesiástico».

[2] «Agora está para morrer, e quando passei pela sua porta estauão muitos gentios parentes seus pondo o em hum **palanquim** fechado com almadia prestes para o passarem à outra banda, e là no monte lhe fazerem suas cerimonias». — Fr. António de Gouveia, *Jornada,* f. 128.

quaes huma lhe acertou na cana do seu **palanquim**». — António Bocarro, Déc. XIII, p. 46.

1653. — «Lorsqu'un gentilhomme portugais va faire une visite, il sort en **palanquin** ou à pied». — Le Gouz de la Boullaye, *Voyages*.

1676. — «Ceux qui ont le plus de moyen de prendre leurs aises se servent d'un **Palanquin**, dans lequel on voyage fort commodément». — Tavernier, *Voyages*, III, p. 37.

1700. — «Alcuni ponendosi in **Palanchino**, ed altri sopra superbi destrieri ...». — Gimelli Careri, *apud* Gubernatis, *Storia*, p. 265.

1882. — «**Palanquins** de serviço de principes, notando-se entre elles um primoroso **palanquin** de marfim para dorso de elephante». — Henrique Prostes, *Boletim da S. G. L.*, 4.ª série, p. 388.

1900. — «Não escapando á sua observação o **palanquim** agaloado de ouro d'un frade que n'aquelle momento por elle passava». — António Francisco Moniz, *Hist. de Damão*, I, p. 5.

1906. — «Tambem vi os **palanquins**, todos de madeira lavrada e rendilhada, em que os *botos* [sacerdotes] se fazem transportar, quando fazem as visitas pastoraes». — Hipácio de Brion, *Duas mil léguas no Hindustão*, p. 59.

§ 2.º — **Etimologia.**

O vocábulo sânsc. *paryaṅka,* ou *palyaṅka* (êste pouco usado), que significa «leito, canapé» e a que Monier Williams tambem atribui o significado de «liteira»,[1] representa-se em páli, língua sagrada dos budistas, por *pallaṅko,* com ambos os sentidos, conforme Childers; e em neo-áricos, tais como hindustani, marata, concani, guzarate (que tambêm tem *paryaṅka*) por *palaṅg,* «leito, sofá».

Na acepção, porêm, de *andor* ou *machila,* aparece em todos os idiomas, quer áricos, quer dravídicos, sob as formas de *pālkī, pālkhī, pālgī, pallakki, pallakku, pallakkiya*; e em malaio-javanês, *pĕlángki, plángki* ou *palángking.*

Á derivação indiana do port. *palanquim,* que nesta forma passou para outras línguas europeias, obviam duas variantes, que consistem nas duas nasais a mais, *pala(n)-*

[1] O Dicionário de S. Petersburgo e os de Böhtlingk, Burnouf, Cappeller e Apte não consignam tal significado.

ki(m). Quanto à última nasal, é fenómeno bem sabido que o *i* final tónico das palavras orientais se nasaliza na sua transição para português, como em *chatim, lascarim, mandarim, samorim, Pangim, Baçarim, Cochim.* A *Chronica de Bisnaga,* porêm, ortografa *pallanque.*

A dificuldade está em dar a razão da nasal medial. Yule & Burnell subministram a seguinte explicação: «Ha uma palavra espanhola *palanca* (B. Latim *phalanga*) para um pau usado para acarretar pêsos aos ombros de dois portadores (chamados em espanhol *palanquins*)... É bem possível que esta palavra (ainda que nós a não encontremos nos dicionários portugueses) influísse na forma em que os primeiros portugueses que visitaram a India tomaram o vocábulo».

Semelhantemente, Gonçalves Viana (*Apostilas*) admite a possibilidade da influência da palavra *palanque* na forma portuguesa, «se esta palavra não é meramente um primitivo ideado, por se supor *palanquim* forma diminuitiva». Reconhece, porêm, que «o vocábulo tem várias acepções bem portuguesas; ao passo que *palanquim* nunca se vulgarizou no continenente, a não ser em tempos modernos, mercê de o povo ouvir nomear assim os *andores* e *andas,* que nos teatros figuram com cenário oriental» [1].

A admitir-se a procedência imedita do páli *pallaṅko (palangka,* conforme o *Dic. Contemporâneo* e o *Novo Dic.,* 1.ª edição), a dificuldade fica por si resolvida. Mas o páli era língua morta antes da era vulgar, e ha quem duvide que fosse falada por algum povo (vid. *Influência,* p. XLVII);

[1] Na *Chronica de Bisnaga* (1525) tambêm vem *palanque* no sentido europeu: «Da banda direyta do terreyro estão feytos de madeyra hũus *palamques,* estreytos muyto altos tanto que por cima dos muros erão vistos... e estes *pallamques* não estão neste lugar sempre, mas são feitiços pera estas festas, os *palanques* erão onze». Pp. 102-103.

não podia, por isso, ser o órgão transmissor. O idioma indiano em que o páli exerce mais influência é o singalês de Ceilão, e êsse tem *pallakkiya* (*ya* sufixo separável na frase).

Se pudéssemos localizar na Índia insular o berço do vocabulo português, o malaio-javanês *palángki,* ou, como regista Wilkinson, *palangking,* seria evidentemente o étimo. Mas a vernaculidade do têrmo malaio, bem que de origem indiana, ou, pelo menos, da sua forma actual parece suspeita, não constando que fôsse corrente na região quando lá chegaram os portugueses, e vogando os sinónimos indígenas *kremun, tandu, usongon; joli,* indiano. Nem sei de algum autor que empregue a voz *palanquim* com relação a Malaca, a qual não se encontra nos vocabulários dos outros ramos da família lingüística.

A forma usual em malaiala é *pallakku,* como em tamul, ou *pallakki,* como em canarês. Mas Gundert regista no seu dicionário *pallankī,* que tem ressaibo de influência portuguesa. O mesmo lexicógrafo também insere *pagodi* como nome do templo da deusa Durgá, do qual deriva o port. *pagode;* mas Burnell sustenta o contrário, considerando o vocábulo português como étimo do malaiala.

É verdade que o túlu tem *pallenki,* ao lado de *pallaki,* que não se coaduna com o malaiala *pallanki* nem com o port. *palanquim*, mas sim com o indo-inglês *palanquin.* Alêm disso, a influência dessa língua no português é nula.

Da minha parte, o que acho mais extraordinário é que nenhuma língua indiana tenha conservado a nasal da origem, que se mantêm em *palang,* «leito», de que *pālkī* ou *pallaki* tem todas as aparências de ser forma diminutiva, no sentido de «camilha», que bem lhe quadra. Normalmente, por tanto, devia ser *palańgī* ou *palańkī.* E de facto, o hindustani, o marata e o guzarate teem *palańgḍī,* como diminutivo depreciativo, na acepção de «leito pequeno e ordinário».

Mas Shakespear não deriva o hindustani *pālkī,* como deriva *palang,* imediatamente do sânsc. *palyaṅka,* senão do hindi *pālakī.* Ora o hindi possui outra forma concurrente, *nālakī*, que tem visos de provir da transposição da nasal medial. Pode-se, por conseguinte, conjecturar que a desnasalização se operou no hindi e se transmitiu às outras línguas indianas.

Tambêm se explica a eliminação da nasal pela lei do menor esfôrço, visto que o *a* que segue o *l* é surdo em uns idiomas áricos e mudo nos outros. O sânsc. *maṁsa* (leia-se *maũça*), «carne», atenua-se em concani e no marata popular em *mās.* Pela mesma razão, o sânsc. *ānanda* sôa no concani vulgar *anad,* «gloria».

Admitido, porêm, que a nasal da dição portuguesa não seja etimológica, não é indispensável recorrer a *palanque* ou *palanca,* para a explicar. Podia a própria expressão desenvolvê-la, sem influência externa, como aconteceu em *fiandeiro* e *lavandeira,* e nos vocábulos japoneses *bōzu* = bonzo, *byōbu* = biombo.

*

Conclui-se do que fica exposto que não é fácil definir compreensiva e caracterizadamente, em poucas palavras, o vocábulo *palanquim* e indicar com exactidão o seu étimo.

O *Diccionario Contemporaneo* regista-o do seguinte modo: «Liteira usada na India e na China, e na qual as pessoas mais ricas se fazem transportar aos hombros dos seus servos. || O que conduz o palanquim. || Rede suspensa em um varal por duas pontas e na qual vai alguem sentado ou deitado».

O *Novo Diccionário* (de C. de Figueiredo) pouco difere: «Espécie de liteira, em que as pessôas mais ricas da Índia e da China se fazem transportar, conduzidas por servos; machila; rêde suspensa, em que se descansa ou dorme»,

Não sei onde é que se dá o nome de *palanquim* ao «conductor» da liteira e à «rede suspensa, em que se descansa ou dorme»; na Índia e na China, certamente que não. Nem se limita a essas regiões o uso do transporte e a sua denominação na bôca dos europeus, nem sempre são servos os que o conduzem[1].—«... indo eu em hũ **palanquim** que elles chamão *Norimono* até chegar lá». P. Luís Fróis, *Cartas de Japão*, I, f. 260 (edição de Évora). — «Chegado o dia em que avia de fallar ao *Cubo* [ou *xógun*], foi ao paço vestido com o trajo ordinario de bispo em hũas andas ao modo de Japam, leuadas em hombros de homens, ao uso ordinario da terra». P. Fernão Guerreiro (1611), *Relação annal*, f. 112 v.

Há *palanquim* e *palanquim*. O dicionário da Academia Espanhola regista três, com inscrições separadas: «**Palanquin.** (De *palanca*, lat. *phalanga.)m.* Ganapán ó mozo de cordel que lleva cargas de una parte á otra. — **Palanquin** (Del ital. *palanco*, rodillo,)m. Mar. Cada uno de los cabos que sirven para cargar, etc. — **Palanquin** (Del pali *pallangka*; del sánsc. *paryanka.)m.* Especie de andas que se usan en Oriente, para llevar á los personajes».
Domingos Vieira adopta o significado do primeiro homónimo: «Da-se tambem este nome ao que carrega ou transporta». E Morais (edição de 1858) acrescenta: «E são dous um de cada extremo da vara que vae aos hombros»; concordando assim com o que diz o Glossário Anglo-indiano com referência ao castelhano.

A minha definição tambem não será isenta de defeitos, mas sempre vou dá-la, para o complemento do artigo.

Palanquim, *s. m.* (Mod.) Grande caixa oblonga ou quadrada, com um varal para a frente e outro para trás e

---

[1] Há cidades no Oriente onde se encontram nas praças palanquins de aluguel, do mesmo modo que trens na Europa, e os que os conduzem constituem de ordinário casta na Índia.

com portinholas de ambos os lados ou de um só, a qual é conduzida aos ombros por quatro ou seis homens e na qual vai no Oriente uma pessoa sentada ou deitada; (ant.) é na Índia o mesmo que *andor* ou *machila,* mas com o fundo fixo e a cana ordináriamente arcual, para maior comodidade; (ext.) qualquer transporte oriental, ou análogo acarretado por homens. Do neo-árico *pālakī* (páli *pallaṅko*) < sânsc. *palyaṅka* ou *paryaṅka.*

IV

Bazar [1]

Bazar quere dizer no Oriente «mercado» em geral, e às vezes «feira». «Do persa *bāzār,* mercado permanente ou rua de lojas. A palavra propagou-se para o Ocidente em árabe e turco, e, com sentidos especiais, em línguas europeias, e para o Oriente na Índia, onde foi geralmente adoptado nos idiomas vernáculos». *Glossário Anglo-indiano.*

O Dr. Heyligers *(Traces de Portugais)* presume que os portugueses teriam recebido o têrmo dos povos do Levante ou dos mouros da península, e introduzido no arquipélago malaio. E Fr. João de Sousa observa que *bazar* é palavra antiga e pouco conhecida. Mas os nossos indianistas, quando falam de *bazar,* explicam de ordinário o seu sentido.

1544. — «E que o q̃ daly por diante fizesse união nos **bazáres**, ou tirasse sangue a qualquer pessoa, fosse morto a açoutes o mesmo dia». — Fernão Pinto, *Peregrinação,* cap. 115.

---

[1] Não trato aqui do vocábulo *baju,* que corre em algumas regiões de Portugal, assim por não estar generalizado, como por ter originàriamente acompanhado uma peça de vestuário oriental, trazida para Europa; bem assim por estar suficientemete explanado na *Influência do Voçab. Port., s. v. cotão.*

«El Rey se recolheo, e os **Bazares** se levantarão, e todas as janellas e portas das casas se fecharão». — *Id.*, cap. 167.

1554. — «A Renda do **bazar**, que é das boticas onde se vendem as cousas por miudo». — Simão Botelho, *Tombo*, p. 124.

1556. — «Estão em hum alto á maneira de fortaleza junto do **bazar** que he a praça». — Lopo de Sousa Coutinho, *Hist. do cerco de Diu* (1890), p. 112.

1563. — Então o armenio mandou hum seu criado com elle, que andou pelo **bazar**, que he a praça». — Gaspar Correia, *Lendas*, I, p. 823,

«As miudezas de **bazar** do comer se comprauão por huma moeda d'estanho, a que chamam *calayns*». — *Id.*, II, p. 256.

1563. — «**Bazar** quer dizer luguar donde se vendem as coisas». — Garcia da Orta, Col. XLV.

«Estando huma tarde no **bazar** (a que nós chamamos praça ou feira)...». — *Id.*, Col. LIV.

1558. — «No **Bazar** [de Mombaça], id est, na praça, corre huma moeda de prata». — P. Monclaio, *Boletim da S. G. L.*, 4.ª série, p. 500.

1613. — « O menos que cada sabbado se vende no **bazar** [de Ceilão] são cem pardáos de aljofar». — P. Manuel Barradas, *Hist. tragico-marit.*, II, p. 95.

1615. — «Os seus mercados, a que elles chamam **Bazar** [no Malabar], são tão cheios durante o dia inteiro de toda a sorte de povo, que mal se pode por elles passar». — Pyrard de Laval, I, p. 340.

«Chama-se este sitio o *Caes de Santa Catarina*, e tambem **Bazar** *de peixe*» [em Goa]. — *Id.*, II, p. 37.

1616. — «Junto a este arraial estava hum mercado, ou **bazar**, como lhe chamam na India». — Diogo do Couto, Déc. XI, x, 32.

1651. — «Fabricou a Cidade no **Bazar** de Sancta Catharina, hum espaçoso caes, cujo material cobrião varias alcatifas». — J. F. de Andrade, *Vida de D. João de Castro*, p. 324.

1578. — «... por quanto la plaça entre aquella gente (principalmente del Malabar) se llama **Bazar**». — Cristóvão da Costa, *Tractado*, p. 155.

1586. — «Là servono [os caurins] per moneta per comprar certe cose solamente, come le minutezze del **bazarro**». — F. Sassetti, *Lettere*, p. 287.

1666. — «Les **Bazards** ou Marchés sont dans une grande rue». — Thevenot, *Voyages*, III, p. 18.

1676. — «Il y a des **Bazars** ou Halles pour les marchandises qui sont bien bâtis». — Tavernier, *Voyages*, I, p. 70.

1883. — «Depois do almoço desci ao **bazar** do hotel, que ocupa o rez-do-chão. É um grande armazem de fato, roupa branca, mobilia, objectos de escriptorio, malas e petrechos de viagem». — Adolfo Loureiro, *No Oriente*, I, p. 148.

*

Vê-se daqui que a palavra **bazar** era desconhecida para os nossos escritores, mas muito vulgarizada na Índia, donde os portugueses a trouxeram para o continente no período das conquistas, como tantas outras, que depois ficaram obsoletas. Se efectivamente os mouros a introduziram na península, o que não consta, devia estar então esquecida. E é improvável que a importassem, se o sentido primário, consignado pelos nossos dicionaristas, é «mercado oriental»[1]. As outras acepções portuguesas são modernas, algumas das quais provieram doutras línguas europeias[2].

É, por tanto, erróneamente, a meu ver, que os dicionários apontam o vocábulo árabe por étimo do português, com que não tem nenhuma relação de procedência. Parece que os nossos lexicógrafos entendem que, se um têrmo é de origem pérsica, a sua transmissão devia necessáriamente realizar-se por via do árabe, sem nenhuma prova do tempo ou do modo da sua intervenção, mas sómente pelo facto de existir tal têrmo nessa língua. Convêm, porêm, notar que muitos dos termos persas, (e até árabes) entraram directamente em português nos séculos XVI e XVII por via da Índia, onde o persa era língua da côrte e oficial dos reis muçulmanos, que nessa

---

[1] «**Bazar.** Na India, e em outras terras do Oriente, particularmente na Persia, he hua especie de rùa comprida, larga, e abobedada, em que se ajuntão os homens de negocio, ou he a praça, e cabanas em que se vende hortaliça, peixe, e outros mantimentos». Bluteau.

[2] Agostinho Barbosa (1611) não o regista no seu dicionário português-latino.

exaravam os seus tratados com as autoridades portuguesas. Vid. *Influência,* p. LXIX.

Cumpre, todavia, observar que a palavra *bazar* aparece em italiano no século XIV. Balducci Pegolotti, no seu *Manual Mercantil*, 1340, dá *bazar* como têrmo genuês para «mercado». Vid. *Glossário Anglo-indiano.*

*

O Sr. Cândido de Figueiredo regista, com nota de antigo e não dado por outros dicionaristas, o derivado *bazareiro,* no sentido de «mercador de bazar». Não sei se a palavra foi em algum tempo usada na motrópole; na Índia Portuguesa, porêm, é corrente.

1840. — «**Bazareiros** do *bazar* de Sanquelim».—F. N. Xavier, *Collecção de Bandos,* I, p. 298.

1886. — «Tinham de satisfazer aos mesmos **bazareiros**, que por este exclusivo pagavam á fazenda publica a renda do *bazar*». — Lopes Mendes, *A India Port.,* II, p. 15.

Cumpre observar que muitos dos nossos antigos escritores dizem *pedra bazar,* ou simplesmente *bazar* por *bezoar,* forma modernamente vulgarizada, a qual vem do árabe *bādizahr* ou *bāzahr*, do persa *pādzahr* ou *pāzahr.* — «... são tamanhos como corças grandes que crião huma pedra no bucho a que chamão **Bazar**». António Tenreiro, *Itinerario*, cap. 3. — «E eram ervas babosas, as quaes causaram taes agonias, que se as não aliviaram os que as comeram com **bazares** e vomitos, morreram por ser peçonha». Bernardo Feio, *Hist. tragico-marit.,* p. 106.

*

O Dicionário da Academia Espanhola, que avisadamente deriva *bazar* do persa, não lhe atribui senão duas acepções, uma oriental e outra europeia. «En Oriente,

mercado publico ó lugar destinado al comercio. || Tenda en que se venden productos de varias industrias comúnmente á precio fijo».

Os nossos lexicógrafos consignam vários significados. O Sr. Cândido de Figueiredo diz: «**Bazar**, *m.* Mercado oriental; estabelecimento, em que se expõem e se vendem objectos antigos e raros; pavilhão, barraca provisória, em que há fazendas e objectos variados, que se adjudicam por sorteio; grande centro de commércio; empório. (T. ar., de or. persa)».

O *Diccionario Contemporaneo* concorda substancialmente; e eu não tenho nada que lhe opor, feita a ressalva da etimologia.

Note-se porêm que no Malabar, pelo menos entre os cristãos de S. Tomé, por *bazar* tambem se entende uma povoação grande, em oposição aos lugarejos, onde não haveria mercado.

1603. — «Sahirão a receber os padres, e meninos do Collegio com todos os Christãos do **Bazar**, e com muyta festa o leuarão á Igreja». — Fr. António de Gouveia, *Jornada,* f. 29.

«E praticando todos no alpendre da Igreja se aqueixou grauemente do Regedor da terra prender o **Bazar** (que assim chamão no Malabar aos pouos por grandes que sejam) pera não hirem os Christãos ter com elle». — *Id.,* f. 50, v.

«Trouxessem todos os meninos que auia, assim no **Bazar**, como nos lugares sogeytos a elle nos matos, pera os bautizar». — *Id.,* f. 51.

1613. — «... dos christãos, a que commummente chamamos da Serra, havendo com mais razão de chamar de S. Tomé, pois na serra nenhuns delles habitão, sendo todos espalhados por estes reinos do Malabar, divididos em suas povoações apartadas a que chamam **bazares**, onde tem suas igrejas mui formosas» — P. Manuel Barradas, *Hist. tragico-marit.,* II, p. 121.

V

Bengala. Rota

O têrmo indiano, designativo de objecto comum, que é mais corrente no português continental e está perfeitamente naturalizado, é sem dúvida *bengala,* no sentido de «bastão ou bordão», que vão gradualmente perdendo terreno. E o mais curioso é que a referida palavra não voga na Índia Portuguesa, onde é substituída, na sua ampla acepção, pela voz *rota.*

Ora *Bengala* é, como todos sabem, o nome de uma região da Índia, célebre, entre outras cousas, por uma espécie de cana, que em botânica se nomeia *Arundinaria Wightiana,* Nees, ou *Bambusa arundo*, Dalz. & Gibs., diferente de *Canna Indica,* Linn., «erva conteira» em português (tambêm originária de Bengala), de cujas sementes se fazem contas de rosários [1].

Bengala, com o significado de «bastão», está, portanto, por «cana de Bengala», representando o nome da pátria o do produto, do mesmo modo que acontece com várias outras denominações, particularmente de tecidos, como *cambraia, holanda, saragoça, damasco*, *casimira, nanquim.* A própria palavra *Bengala* é a denominação de uma tela da mesma procedência, que os dicionaristas modernos não registam. «E infinidade de caixões cheos de roupa de toda sorte, a saber, Cassas, Cachas, **Bengalas,** Balagates». Fr. Nicolau de Oliveira (1620), *Grandezas*

---

[1] Pater nostri di canna d'Ìndia non ci [em Portugal] si fanno; vengoncene bene assi, ed hanno di canna solamente l'ordine delle foglie, che le distingono, ma non fanno nodo; vengono di Bengala, e dicono che serpono per lunghissime una o due leghe». — Filipe Sassetti (1580), *Lettere,* p. 132.

de Lisboa, f. 13.—«**Bengala** es vn cierto genero de velo muy delgado». Covarrúvias (1611), *Tesoro de la Lengua Castellana.*

O vocábulo *bengala* todavia perdeu actualmente a sua original significação específica, abrangendo no seu conceito presente qualquer pau que se traz na mão para apoio ou ostentação, como o francês *canne* ou o inglês *walking-stick* [1].

Mas a dição *bengala* tinha antigamente outro significado, que está consignado por Bluteau (1712): «**Bengala.** Canna da India, e particularmente da terra do mesmo nome. Em Portugal é insignia militar» [2]. O mesmo diz o Dicionário da Academia Espanhola (1899): «Insignia antigua de mando militar á modo de cetro ó baston». E insígnia do seu mando parece que era a *cana* a que se refere o marechal D. Fernando Coutinho, que pagou com a vida a sua temeridade: «Ora eu irei a Portugal, e direi a sua alteza que com esta **cana de Bengala** na mão, e com este barrete vermelho que trago na cabeça, entrei em Calecut» [3]. —João de Barros, Déc. II, IV, 1.

E a *cana de Bengala* que levava um português no cor-

---

[1] «Manifestou desejos de possuir uma das *bengalas de canella* que levavamos comnosco, e que, semanas antes, haviamos comprado em Ceylão». Oliveira Mascarenhas e Antunes Monteiro, *Atravez dos Mares*, (1898), p. 54.

[2] «Usa o Mestre de Campo de *bengala* curta, e grossa com engaste. O Sargento mór usa de *bengala* delgada, e curta; as *bengalas* dos Alferes são tão altas, que lhe chegão á testa como huma lanceta pequena, para se differençarem dos Capitaens; chamão-lhe propriamente, *Venablo.* Usa o Tenente de artilharia de *bengala* como de Sargento mór, e os Capitaens della de *bengala* com forquilha sem borlas, e os gentis homens o mesmo». *Idem.*

[3] «Dando [o governador em 1525] com o braço pera trás, com huma **cana de Bengala** que leuaua na mão, sem olhar pera trás, tocou com a ponta da cana no beixo de cyma do *caimal*» (em Cochim).—Gaspar Correia, *Lendas*, II, p. 925.

tejo organizado em honra de S. Francisco Xavier, do pôrto ao palácio de um rei do Japão, simbolizava o báculo pastoral: «Outro [levava] hũa **canna de Bengala** com hum castão de ouro». Fernão Pinto, *Peregrinação*, cap. 209. — «O terceiro leuaua o bordam, que era de **cana de Bengala** com seu castam de ouro». — P. João Lucena, *Historia,* IX, cap. 5.

O uso de *bengala* como pau de apoio parece que começou em Portugal ou foi generalizado pelas velhas, conforme o testemunho de Linschoten (1598, *Histoire,* p. 30): «Semblablement y croissent roseaux, appellez par les Portugais **Cannes de Bengala**, solides par dedans, non guere moins gros que les roseaux d'Espagne, ployables comme l'Osiere ou les branches de Saulx en leur verdeur, marbrez et bigarres de diverses couleurs comme au pinceau. Ils servent de bastons aux vieilles en Portugal.

As canas de Bengala eram muitas estimadas e procuradas no Oriente, por serem flexíveis, infrangíveis e de bela aparência. Entre os presentes oferecidos pelos padres jesuitas a um *cubo* ou rei temporal do Japão, figura uma bengala: «Hum espelho e hũa **cana de Bengala**, e hum rabo de pavão». — P. Luís Fróis, (1569), *Cartas de Japão,* I, f. 259.

Pyrard de Laval (1615, *Viagem,* I, p. 277) descreve minuciosamente a planta: «Ha tambem [em Bengala] cannas de outra especie, diversas na forma e grossura, das quaes a mais grossa não passa de quatro polegadas (de circumferencia), e são mui altas. Estas são porosas, duras e mui flexiveis, de sorte que se unem as duas pontas sem quebrar, e com tudo são mui fortes. Servem para bordões de trazer na mão e para bater em quem se applica castigo; a sua pancada arranca as carnes de qualquer parte do corpo aonde assenta. Nunca estalam por mais delgadas que sejam. Tem linda apparencia, e naturalmente são variagadas de branco, amarello, e preto.

São materia de commercio, e muito procuradas para bordões em toda a India, onde se não usam outras».

Diogo do Couto tambêm se refere à *bengala* como insígnia de mando e instrumento de castigo: «O Rume vinha demandando a galeota do capitão mór em sima do seu baileo, vestido em huma cabaia de escarlata... e hum fermoso terçado, e na mão huma **cana de Bengala**, com que hia ameaçando os marinheiros, e fazendo-os remar». —Déc. VII, VII, 2.

O primeiro escritor a empregar elípticamente a palavra, que conheço, é o P. António Francisco Cardim (1650): «Um dos officiais enfadado pegou de huma **bengala** para os fazer retirar». —*Hist. tragico-marit.,* X, p. 165. Mas antes dêle, em 1611, Agostinho Barbosa regista no seu dicionário *bengala* e explica por «cana de Bengala».

Cunha Rivara (1858), comentando o passo de Pyrard, observa: «E porque as [canas] de Bengala são as mais estimadas, são na Europa conhecidas pelo nome de **Cannas de Bengala**, a que abreviadamente chamamos em Portuguez, simplesmente **Bengala**, e os Francezes, **Canne.** Na India chamam-lhe **Rota**».

Rúnfio (1695), porêm, julga que a denominação é imprópria: «Ab Europaeis scriptoribus vocatur Arundo Indica farcta, Nastos et **Canna de Bengala**, quae impropria penitus sunt nomina». —*Herbarium Amboinense,* VII, cap. 53. Impróprio é certamente o último nome, sendo aplicado ao *Calamus rotang*.

Do que fica exposto concluo a seguinte inserção do vocábulo no dicionário português:

Bengala, *s. f.* (Originário). Bastão de cana ou bambu de Bengala; (mod.) qualquer outro pequeno bastão; (ant.) insígnia militar; (ant.) espécie de cassa. Do nome geográfico *Bengala*.

O *Diccionario Contemporaneo* e o de Cândido de Figueiredo incluem nesta inscrição uma árvore do Brasil, de

que o primeiro diz «arvore do mato virgem, no Brazil, cuja madeira tem applicação na marchetaria». Não tem, por conseqùência, nenhuma relação com *Bengala* da Índia.

Os significados dos derivados *bengalada* e *bengaleiro*, exarados nos referidos dicionários, são correctos; mas o de *bengaleira* como «cana da Índia» é ambíguo: pode designar a cana de que se fazem bastões, ou a cana de que se fazem contas ou ainda o bambu. Eu não encontrei a dição em nenhum autor português, para saber o sentido em que se emprega. É bem possível que seja, na primeira acepção, uma mera derivação dos lexicógrafos (a modo das que aparecem tantas nos dicionários sânscritos), que reputam idênticas as locuções «cana da Índia» e «cana de Bengala».

*

Em analogia com *bengala*, a palavra *rota* designou primordialmente uma espécie de caninha, conhecida em Portugal por «junco da Índia» — *Calamus rotang* de Linneu — muito comum no arquipélago malaio, mas que também se acha em várias partes da Índia; e depois passou a ter ali a significação genérica que se atribui no continente à *bengala*. Mas já no tempo de Pyrard (1615), *rota* era sinónimo de «cana de Bengala»: «... bater-lhe nas costas com um bastão ou especie de cana, que lá chamam **Rota** e vem de Bengala». — I, p. 117.

O Dicionário da Academia Espanhola consigna como um dos significados de *rota* «bastón hecho del tallo de la rota; e a segunda edição de Cândido de Figueiredo menciona «bengala delgada» como têrmo da Índia Portuguesa, e significado não dado por outros lexicógrafos.

Já no fim do século XVII *rota* era, no português oriental, sinónimo de bastão, como se depreende de Rúnfio (1695): «Malaice ac per totam Indiam *Rotang* vocatur (uti et cuncti baculi hoc nomine indigitantur, qui manibus

tenentur, licet ex hac arundine non sint formati)». — *Herbarium Amboinense*, VII, cap. 53.

No português de Goa são correntes diversos derivados de *rota,* no sentido restrito, tais como: *rotear,* empalhar ou empalheirar e espancar com rota; *roteiro,* empalhador ou palheiro; *roteação*, empalhamento; *rotada* (*rotado* no indo-português de Ceilão), pancada de rota.

Os dicionários portugueses modernos registam *rota* e *rotim* como se fôssem termos diferentes, quanto à significação e origem. O vocábulo malaio *rótan,* que abrange várias espécies de cálamos, deu *rota* em português e *rotin* em francês, que modernamente passou, conforme alguns dicionaristas, para português, e se modificou em *roten* em castelhano. Os ingleses teem *rattan.*

Os nossos indianistas não conhecem senão a forma *rota.* E Cunha Rivara comete dois erros quando diz, em referência a Pyrard: «A 3.ª especie mais delgada... é a que chamamos na Europa junco da India, e na India se chama *Rotim,* diminutivo de *Rota*». Nêste sentido, nem *rotim* é diminutivo de *rota,* que daria *rotinha,* nem tal forma é usada na Índia senão com a significação restrita de «junco para palhinha», e isto mesmo, parece-me, modernamente; pois ainda hoje se diz «cadeira de *rotas*», «sofá de *rotas*».

O concani *rót* não é, como supõe um lexicógrafo, o étimo de *rota;* é, pelo contrário, a adopção do têrmo português, sendo o vernáculo *vét* ou *bét,* do sânsc. *vetra,* que, por extensão, também designa qualquer bastão. É claro que *rotã,* plural de *rót,* que se aproxima fonéticamente do malaio *rótan,* devia representar-se por *rotão* no português local; mas discordando do significado a forma aparentemente aumentativa, *rotã* modificou-se em *rotim* e assim transitou para Portugal com a sua acepção circunscrita.

A queda da nasal do vocábulo malaio, na sua passagem

para português, explica-se por sua pouca perceptibilidade e pela atracção da outra voz portuguesa preexistente, *rota.*

De rotas se fazem, além de bengalinhas, cordas, esteiras, velas de embarcações, palhinha para cadeiras, etc.

Eis algumas abonações:

1539. — «Atarão a ambos ao pé do masto, e com duas **rotas** dobradas nos sangrarão muyto sem piedade». — Fernão Pinto, *Peregrinação,* cap. 24.

1552. — «E hũa vela de **rota** de Bengala, que são caninhas delgadas». — Castanheda, *Historia*, II, cap. 112.

1552. — «Hũa grande mouta de **rotas**: que são hũas canas moci-ças chamadas **rotas**». — João de Barros, Déc. III, v, 5.

1560. — «Com manilhas de **rota**, tecidas como botão, por os braços e pernas». — Gabriel Rebêlo, *Informação de Maluco,* p. 180.

1563. — «Cubertas para guerra feitas de caninhas de **rotas** cubertas de fio coseito muito forte». — Gaspar Correia, *Lendas,* II, p. 60. — «Ha amarra de **rotas**, que são cannas delgadas e moçiças, que tecem, e fazem d'ellas fortes amarras». — *Id.,* p. 269.

1563. — «Cordas grossas de **rotas** (que são feitas de hũas varas que se muyto brandam)». — Garcia da Orta, Col. XXI.

1602. — «Dão-se nestas ilhas [de Amboino] hũas vergas compridas a que chamão **rotas**, que affirmão alguns homens verem algũas de cincoenta braças de comprido, e a mais grossa he como um dedo meimenho delgado». — Diogo do Couto, Déc. IV, VII, 8.

1613. — «E estas **rotas** são plantas compridas, delgadas, e as hâ na terra mais grossas como a câna de açucar, e todo macisso e esponioso, de que fazem as cordoalhas e amarras de embarcações». — Manuel Godinho de Erédia, *Declaraçam de Malaca,* f. 26.

1635. — «... se metteu por entre elles com uma **rota** na mão, sem outra arma alguma». — António Bocarro, Déc. XIII, p. 499. Aqui parece que a *rota* está por «bengala».

1650. — «Dão-lhe muitas pancadas, amarram-n'o com **rotas**, arremessam-n'o ao altar». — P. António Cardim, *Batalhas*, p. 186.

1598. — «Il s'y [em Bengala] trouve un autre sorte de roseau qu'ils appellent **Rota** qui est menu et deslié ne plus ne moins que les verges dont on fait de corbeilles et paniers qui est ainsi ce à quoy on s'en sert par de là». — Linschoten, *Histoire,* p. 30.

1620. — «La femme l'ayant aperçue s'en plaignit à son mary, qui le fit venir en justice, où il fut condemné à trente coups de **Rotton** sur les epaules». — General Beaulieu, *Memoires,* p. 101.

Rota é (por tanto) *s. f.* Junco da Índia (*calamus rotang,* Linn.), de que se faz palhinha para assentos de cadeiras, e com que na Ásia se fabricam cordas, esteiras, velas de embarcação e outros artefactos; *(ind.)* bengala de rota; *(ind.)* bengala de qualquer matéria. Do malaio *rótan.*

Rotim, *s. m.* É o mesmo que *rota;* (restrit.) junco para palhinha; a mesma palhinha. Do conc. *rotã,* pl. de *rot*, do port. *rota.*

VI

Biombo

Sabemos o que significa o têrmo, mas nem todos conhecem a sua procedência. Os lexicógrafos ou a ignoram ou hesitam por descabido pirronismo.

Vejamos primeiro o que dizem os competentes no assunto, que são os nossos escritores antigos e modernos:

1569. — «Sem mais apelação, nem agrauo se derribassem logo todos os *zaxiquis* e camaras ricas deste mosteiro e da mesma maneira que estauão com todos os **beòbus** (que são huns panos pintados que se dobrão) e paineis riquissimos se tornassem a armar, e fazer na fortaleza para o *Cubócama*». — P. Luís Fróis, *Cartas de Japão*, I, f. 259.

«Neste primeiro andar da sala estauão alguns quinze ou vinte *Iaxequîs* com todos os **beòbus** (que são huns paineis cosidos em ouro) com todos os fechos e crauação douro puro». — *Id.*, f. 273 v.

1582. — «Hum dos fauores que digo, foi que tendo Nobunánga feitos huns panos darmar da maneira que os senhores japões vsão, e são entre elles de grande estima, os quaes chamão **beòbus,** que auia hum anno que os mandara fazer pelo mais insigne pintor que auia em Japão, e nelles mandou pintar esta cidade noua com a sua fortaleza... O padre lhe mandou dizer quanto lhe contentarão os **beòbus** do que Nobunánga ficou muito contente». — P. Gaspar Coelho, *ibid.*, II, f. 39.

1585. — «Estauão ricamente ornadas conforme a tapeçaria de Japão, que he de **Beòbus** dourados, com historias antigas destes reinos e da China». — P. Luís Fróis, *ibid.*, f. 164.

1640. — «Las otras aves que vemos pintadas en sus **biombos,**

e otros adornos que llegan a Europa, sin duda ay las más dellas, puesto que siempre el arte favorezca, o altere en algo a la Naturaleza». — P. Semedo, *apud* Faria y Sousa, *Imperio de la China*, p. 6.

1668. — «... se colocárão na Capella mór, que estava composta de alguns **byombos**, porque sem serem vistas do grande concurso do povo, que brevemente acudio, assistissem á Missa e Prégaçam» (em Anão). — Fr. Jacinto de Deus, *Vergel de Plantas*, p. 132.

1701. — «Nobunánga lhe deu dous **biombos**, isto he, pannos de armar, de tanta estima, que todos os desejavão ver». — P. Francisco de Sousa, *Oriente Conquist.*, II, IV, 2.

1882. — «**Biombos** recamados de figuras, representando passagens historicas» (em Sião). — Henrique Prostes, *Bol. S. G. L.*, 4.ª série, p. 383.

1897. — «Dizemos **biombo**, que vem certamente de *bióbo*, termo japonês com significação identica». — Wenceslau de Morais, *Day-Nippon*, p. 26.

1906. — «O mesmo aconteceu ao vocábulo **biombo**, em japonês *biôbu* ou *biómbu*». — Gonçalves Viana, *Apostilas*, I, p. 161.

1910. — «De lá [Japão] troussemos igualmente os nomes: «**biombo**» *(bióbo* ou *biómbu)*, «bonzo»... De todos êstes mesmos os únicos que ficaram verdadeiramente portugueses são **biombo**, *bonzo, catana* e *banzé*, se na realidade representa o japonês *banzay!*, «viva» [1] — *Id., Palestras Filológicas*, pp. 175 e 193.

Á vista disto, parece-me que não pode subsistir nenhuma dúvida sensata quanto à proveniência do vocábulo *biombo*, nem admitir-se a hipótese da importação da voz portuguesa pelos japoneses. Em Portugal era o artefacto desconhecido até o fim do século XVII, em quanto antes de chegarem os portugueses ao Oriente, era êle comummente usado na China, Indo-China e Japão, e não era simples tabique de caixilhos, mas objecto de valor e de arte.

Cumpre-me também rectificar uma pequena incorrecção do nosso abalisado filólogo Gonçalves Viana, que presume ser o étimo da dição portuguesa o japonês dialectal *biómbu*. Pôsto que haja algum dialecto que use tal forma,

---

[1] Não tem nenhuma base histórica tal derivação e, por consequência, nenhum valor etimológico.

o vocábulo normal, registado pelos dicionários, é *byōbu* ou *bióbu*, uniformemente adoptado com precisão pelos nossos japonistas durante o século XVI. Sómente em 1640 e com referência à China, e daí por diante é que aparece a variante *biombo;* donde concluo que a evolução da nasal se efeituou dentro do português, como em *palanquim* do étimo *pālakī*.

Quanto à definição, aceito substâncialmente a que dá o Sr. Cândido de Figueiredo:

Biombo *(ant. bióbu), s. m.* Tabique móvel, formado de caixilhos, ligados por dobradiças. Do japonês *byōbu*.

Não é fora de propósito mencionar que Bluteau (1712), depois de descrever *biombos* como «armação portátil de grades de pao, cobertas de panno, ou outra materia, pegadas humas ás outras, e dobradiças, que se empinão nas portas das casas, para as abrigar do vento», — acrescenta: «*Biombos,* no sentido moral. O Ven. P. Fr. Antonio das Chagas, no segundo volume das suas *Cartas Espirituaes* chama aos obstaculos, que ha entre a alma, e Deos, Muros, e *Biombos,* do Espirito, pag. 374».

VII

Canja

Esta palavra, muito vulgarizada hoje em dia em Portugal, não tem na Índia o mesmo sentido em que aqui se toma [1]. A *canja indiana*, como se entende em ásio-português, é arroz muito cozido em água e sal, que em algumas partes se come de manhã e às vezes à tarde, e se dá

---

[1] «Êste termo indiano, que em todo o Portugal se difundiu para designar o caldo de arroz, principalmente com galinha e presunto, mas que também se emprega quando outra carne se utiliza...». — Gonçalves Viana, *Apostilas*.

ordináriamente aos doentes, como alimento fraco e de fácil digestão. Corresponde no significado ao concani *péz*, do sânsc. *peyā*<*peya*, «bebível ou bom para beber». «Alguns comtudo conservam o primitivo habito de beberem **canja** feita de arroz». Cottineau de Kloguen (1829), *Bosquejo hist. de Goa,* p. 162. — «Alguns homens riqos em suas casas mandauão cozer muyto arroz, que desfeyto em agoa o dauão a beber á gente por amor de Deos». Gaspar Correia, *Lendas,* IV, 132.

Em sânscrito e nos prácritos modernos, *kāñjī* significa «arroz muito diluido e azedado», tal como é usado pelos lavadeiros indígenas em lugar de goma: «Seus [dos malabares] panos brancos são lauados com agoa de cosedura de arroz, com que ficão muyto tesos». Gaspar Correia, I, p. 357 [1].

Mas em tamul (língua dravídica) *kañji* tem ambos os significados, de arroz com água e goma de arroz, em quanto em malaiala (língua do Malabar) o mesmo vocábulo sómente se emprega na primeira acepção, sendo a segunda designada pelo composto *kañjippaxa* = goma de canja.

Daqui se infere que a dição indo-portuguesa, que Orta escreve *cange,* se originou do malaiala, e dela fizeram os franceses *cange* e os ingleses, *congee.*

Não admira, porisso, que os nossos indianistas empreguem o têrmo em diversos sentidos ou os confundam, e compreendam sob uma denominação genérica várias espécies de decoctos de arroz, que nos idiomas vernáculos tem expressões especiais ou compostos especificativos. Também a palavra *canja* em indo-português e a *péz* em

---

[1] They have... a great smooth Stone on which they beat their clothes till clean; and if for Family use, starch them with **Congee**» — **Fryer,** *in Glossary.*

«This word is improperly used by ladies and ayahs for gruel». — Candy, *A Dictionary English and Maráthí.*

concani se aplicam por analogia às papas de outras substâncias.

Para Garcia da Orta (1563) *canja* é a água ou o caldo de arroz: «Dam-lhe a beber agoa de espressam de arroz com pimenta e cominhos (a que chamão **cange**)... Damos a comer ao enfermo leite azedado misturado com arroz, e franguos delidos em agoa deste arroz (a que elles chamão **cange**)». — Col. XVII e XXVIII.

Na mesma acepção toma a palavra Cristóvão da Costa: «... en la qual aplicando se desta Raiz, o del tronco molida con **Canja** (que es agua de cozimento de Arroz, deixando esta agua primero algunas horas, para que se haga azeda)». — *Tractado*, p. 56.

E o mesmo está expresso no seguinte passo: «O sustento usual dos nativos é, logo pela manhã, **canja** *(agua* de arroz cozido sem *sal)* com peixe miudo, e manga salgada, a que chamam *tóca bôca,* e lhes serve para tirar o fastio de semelhante bebida, aliás reputada medicinal, e é o seu caldo de gallinha nas enfermidades». — *Annaes maritimos* (1842), p. 435. Nem a refeição consiste únicamente em água de arroz, que não precisaria de tais desenjoativos, nem é preparada sem sal, que só se omite por exigência terapêutica ou, em raras partes, por motivo de economia, que não subsiste em Goa, onde abunda o sal e é baratíssimo [1]. A porção de água é que pode ser maior ou menor e o arroz mais ou menos cozido, conforme os usos locais. A simples água em que se ferveu o arroz denomina-se no português do país «caldo *ou* calda de arroz», e em concani: *tarn, nīs, nixém, nival.*

Os autores de *Atravez dos Mares* (p. 128) são menos incorrectos: «O almoço do indio é o *cangi* (**canja**), que não passa d'uma decocção d'arroz, em que não entra *sal* nem

[1] O arroz, escoado do caldo e comido com caril e acepipes, é que de ordinário se coze sem sal entre os hindus

temperos, mas que, segundo elles, os alimenta e refrigera».

A difinição que Bluteau (1711) dá não cabe senão à *canja* no sentido originário, e então não é bebida de homens, mas amido para roupa: «Arroz cozido sem sal, muito delido, ficando a agua muito grossa, sem se enxergar bago de arroz; bebida que se dá para engrossar estillicidio».

Manuel Godinho Cardoso (1585) estende o nome de *canja* ao milho cozido: «Não havia outras mezinhas nem beneficio mais que remedio de sangrias, **canjas** de arroz ou *milho*, e estas não com abundancia». — *Hist. tragico-marit.*, IV, p. 55.

João de Barros (1553) não conhece o nome das papas, que descreve acuradamente: «Vierão os nossos a não comer maes que hũa vez no dia, e isto muito pouca quantidade de arroz cozido em aguoa sem maes outra cousa». — Déc. II, IX, 3.

Diogo do Couto (1615) toma *canja* no sentido próprio: Não tinhão mais que hum pouco de arroz, de que fazião **canja**, que são papas, de que davão huma só vez ao dia a cada pessoa». — Déc. X, VIII, 13.

Igualmente, Fr. Clemente da Ressurreição (1782): «Deveis livrar as [folhas de bananeira] que tiverdes d'esses grandes decotes, que muitas vezes soffrem da gentilidade que as busca para pratos em que coma, como a arequeira, ainda os christãos para n'ella comer e beber a sua **canja**». *Tratado*, II, p. 346.

A *canja* chinesa, a que alude António Bocarro (1635), parece que era idêntica com a da Índia: «Respondendo-lhe elles [portugueses] que só tres ou quatro patacas salvaram, que se as queria que alli as tinha, se calou o china, e mandou logo fazer grande copia de **canja** de arroz, que bastou para todos se refazerem da fome em que estavam, e entretanto se cosiam muitas gallinhas, arroz, e porco, que comeram á noite em muita abastança». Déc. XIII, p. 168.

Também Rúnfio (1690): «In Diarrhea ac Dysenteria, si quotidie vetustae nucis [arecae] contusae assumatur semi-drachma cum vino rubro austero, aqua chalybeata, vel cum Oryza cocta, **Candji** dicta, mixtae, quae simul adstringunt et intestina corroborant». — *Herbarium Amboinense,* I, cap. 6.

Canja, no sentido europeu de «caldo de galinha com arroz», é pouco conhecida na Índia. Um pároco de Goa, que tinha sido informado de que o Prelado costumava, em visita pastoral, tomar *canja* à ceia, ficou pasmado de saber à hora de ceia que a *canja* não era de arroz com água, mas de caldo de carne com arroz.

Em conclusão, parece-me que o vocábulo pode ter a seguinte entrada nos dicionários:

Canja, s. f. Caldo de galinha com arroz; *(ind.)* arroz cozido em muita água e assim comido com desenjoativos; *(ind.)* papas de outra substância análoga; *(ind. ant.)* água em que se cozeu arroz, caldo de arroz; *(ind.* e *originário)* decocto de arroz, que se usa para roupa em lugar de goma. Do malaiala *kañji,* sânsc. e neo-áricos *kāñjī.*

VIII

Cátele, cátel, catle; cátere, catre

Há já longo tempo que o vocábulo *catre* entrou na linguagem portuguêsa comum, a tal ponto que não falta quem o nobilite com prosápia europeia [1]. Mas outra é a sua pátria e muitos os seus progenitores, bem conhecidos

---

[1] O Glossário Anglo-indiano diz *(s. v. cot.)* que *catre* aparece em um dicionário português de 1611. Deve ser o *Dict. Lusitanico-Latinum,* de Agostinho Barbosa, que diz: **Catre,** *lectus, torus,*

dos nossos indianistas, que com êles amiúde lidaram. Vejamo-lo por ordem de progressão lógica.

I. — Cátele

1513. — «Mandou ao Gouernador riqas cousas de Cambaya, em que foy hum **catele** de lauor de madre perola, cousa riqa, com varandas e paramentos». — Gaspar Correia, *Lendas*, II, p. 373.

1551. — E elle me respondeo, nunca dormio, mas está de joelhos chorando de bruços sobre o **catele** [1]» — Fernão Pinto, *Peregrinação*, cap. 214.

1613. — «Acabou a Madune que mandasse trazer os feridos em **catelles**, e a todos mandou por hum rio leuar ha Cota» (em Ceilão). — Francisco de Andrade, *Chron. de D. João* III, IV, f. 38.

II. — Cátel

1552. — «Estaua no cabo da casa lançado em hũa camilha cuberta de panos de seda, posto em hum leito a que elles chamão **catel** ... O Çamorij posto que no ar do rostro recebeo Vasco da Gama com graça: tinha tamanha mágestade, e assi estaua graue naquelle seu **catel**: que não fez maes mouimento para elle quando lhe falou que leuantar a cabeça d'almofada, e de si acenou ao Brammane que o fizesse assentar em hũs degraos do estrado em que tinha o **catel**.» — João de Barros, Déc. I, IV, 8.

1557. — «El Rey estava lançado em hum **catel** (que são leitos quomo de campo) cuberto de hum panno de seda branca, e ouro, bem lavrado, e por cima hum sobreceo do jaez». — Damião de Góis, *Chron. de D. Manuel*, I, cap. 41.

III. — Catle

1552. — «E hum **catle** laurado de pedraria falsa, porem muyto rica e galante, com hũas cortinas de seda branca da China lauradas com *ouro de pão* [2]». — Castanheda, *Historia*, III, cap. 95.

---

[1] A edição de 1725 (Ferreiriana) substituiu *catele* por *catre*. E é a edição que se chama *correcta!*

[2] *Pão de ouro* ou *barca de ouro* chamavão os portugueses à barra

1557. — «E hum **catle** com hum pano de seda por cima, e almofadas do mesmo teor, em que auia de estar assentado ... O Rey de Cananor estava lançado no **catle**». — *Comment. de A. Dalboquerque*, II, cap. 44.

1707. — «Assim moribundo veio em um **catle**, e muito arrependido recebeo todos os sacramentos, e dahi poucos dias falleceo». — P. Manuel de Miranda, *in O Chronista de Tissuary*, III, p. 207.

1648 — «Indian bedsteads or **Cadels**». — Van Twist, *in Glossario* Anglo-indiano, *s. v. cot.*

IV. — Cátere

1535. — «Os **cateres** em que dormem suas mulheres são cubertos e chapados de prata, e cada mulher tem seu **catere** em que dorme, e o delrey he chapado e forrado, todos os paos douro, seu colchão de tafeta, e travesseiro redomdo laurado pellas cabeças daljofar groso, e quatro almofadas do mesmo theor pellos pees». — *Chron. dos Reys de Bisnaga*, p. 61.

1563. — «Mandou [o rei de Cochim em 1500] recolher os feridos e doentes em huma casa grande, a que mandou deitar em camas em **cateres** em que dormissem». — «Mandou ao bergantim a Cananor dizer ao feitor que á pressa despejasse muytas casas, e buscasse **cateres** pera os feridos». — Gaspar Correia, *Lendas*, I, pp. 217, e 604.

1603. — «E assim cheyos de azeite estão duas ou tres horas sobre hum **catere**, e da hi se uão a lauar, ou em suas casas, ou em tanques publicos, de que todo o Malabar é cheyo». — Fr. António de Gouveia, *Jornada*, f. 64.

V. — Catre

1525 — «Entrando no corredor [do palácio] estava hũu **catre** dependurado no ar por hũas cadeas de prata, o **catre** tinha os pees de hũas lynhas douro bem feytas que não pode ser milhor, os travessões do **catre** forrados douro, defronte deste **catre** estaua hũa camara, onde estava outro **catre** dependurado por hũuas cadeas douro; o **catre** tinha os pees douro com muyta pedrarya, e os travessões forrados douro». — *Chron. de Bisnaga*, p. 120.

---

de ouro chinesa, que se assemelhava a uma barca ou a um sapato chinês, sendo por isso denominada pelos holandeses *Goldschuyt* e pelos ingleses *shoe of gold*, e que corria no mercado por moeda. Vid. Diogo do Couto, *Dialogo do Sold. Prático*, p. 155.

1534. — «Cadeyras **catres** bacios outras miudezas para as casas dos mandarīs». — Cristóvão Vieira, *apud* D. Ferguson, *Letters*, p. 73.

1535. — «Põem o morto em hum **catre** [esquife] enramado cuberto de flores» — *Chron. de Bisnaga*, p. 76.

1548. — «Hum **catre** avalliado em oitecentos réys». — Tomás Pires, *Materiaes*, etc., *in Bol. S. G. L.*, 16.ª série, p. 703.

1577. — « ... quando adoecem, deitados no chão, ou quando muito em hum pobre **catre**». — *Primor e Honra*, f. 72.

1578. — «Assi que entre las muchas y differentes mercancias, y cosas que vienen dela China, son muchas differencias de vasos de Plata muy ricamente labradas, todo servicio de casa y lechos, y **catres** para dormir». — Cristóvão da Costa, *Tractado*, p. 251.

1578. — Vengono di là [Índia] legnami da letti, che e' domandano **catri**, depinti di diversi colori, e tali miniati d'oro di gentilissimo compasso». — F. Sassetti, *Lettere*, p. 116.

1593. — «Hum **catre** da India em douus mil réis». — Tomás Pires, *loc. cit.*, p. 710.

1600 — «Recolherase elle [S. Francisco] no hospital dos enfermos, e pobres, e ali tinha sua cella, cujas paredes eram esteiras tecidas de palma, dentro estaua huma mesa pequena, e nella hum Crucifixo de pao da casa de S. Thomé cuberto com hum veo, e hum breviario, auia mais hum **catre** de cayro com huma pedra á cabeceira». — P. João Lucena, *Historia*, III, cap. 11.

1601. — «Hum **quatre** da Chyna dourado, avaliado em seys mill réis». — Tomás Pires, *loc. cit.*, p. 723.

1609. — «As camas em que dorme a gente nobre [da Etiópia] são **catres** com precintas de correias de boi» — Fr. João dos Santos, *Ethiopia Or.*, I, p. 375.

1613. — «E aqui entra um **catre** dourado, um sombreiro, um habito de Christo». — P. Luís Mariano, *Relação, in Bol. S. G. L.*, 7.ª série, p. 345.

1637. — «Digo **catre**, que es el maderage dela cama». — P. Semedo, *apud* Faria y Sousa, *Imperio de la China*, p. 12.

1689. — «Huma cruz de pao a cabeceira do **catre**». — P. Fernão de Queiroz, *Hist. da vida do irmão Pedro de Basto*, p. 479.

1694. — «A cama em que se encostava, era hum **catre** percintado de cordas de *cairo;* que são as entre cascas do coco e huma pedra por cabeceira». — P. Vieira, *Xavier Dormindo*, 100.

1815. — «A saber, **catres** lacreados, e de cairo, colchas, colchões, travesseiros». — *Archivo Port.-Or.*, fasc. 5., p. 1015.

*

Não pareça estranho que uma só palavra passasse por tantas variantes. Um dicionário regista nada menos de cinco formas do malaiala *chákkara* (açúcar mascavado): *jacra, jacre, jágara, jagra, jagre.* Mas temos um paralelo mais frisante: o malaiala *veṭṭila* tem as seguintes lições em português: *bétele* (Afonso de Albuquerque, Duarte Barbosa, Tomé Pires, Barros, Monclaio, Góis, Francisco de Andrade, Faria y Sousa, *Conquista de Pegu*), *bétel* (Simão Botelho, B. F. da Costa, e muitos estrangeiros), *betle (Primor e Honra,* F. L. Gomes, Tomás Ribeiro, Lopes Mendes), *betere* (Fernão Pinto, *passim)* e *betre* (D. João III, Orta, Couto, Erédia, Bocarro).

Qual é a razão da pluralidade de formas? Suposto que que o étimo de *catre* é o malaiala-tamul *kaṭṭila,* como *veṭṭila* o é de *betre,* as formas mais concordes com o protótipo são evidentemente *cátele* e *bétele, cátel* e *bétel* (estas pouco usadas), que, atenta a índole da língua, se reduzem a *catle* e *betle.*

É facto sabido que os fonemas compostos, cujo segundo elemento é *l,* repugna à glote portuguesa, sendo por isso êste substituído por *r,* como em *prato, branco, grande. Catre* e *betre* são, por tanto, formas evolutivas e normais em português, as quaes também podiam provir directamente de *cátere* e *bétere.* Cf. *ambre* de *âmbar, azebre* do árabe *as-sibar.* E se ainda se conserva a variante *betle,* mais usada na Índia hoje em dia, é porque o têrmo mantêm os ressaibos de peregrino, e não se vulgarizou no continente.

Convêm, contudo, observar que se não pode provar por documentação que o processo indicado se realizou cronológicamente. A forma mais antiga, que encontramos escrita, é *catre,* provinda dos menos ilustrados, como

Cristóvão Vieira e os autores da *Chronica de Bisnaga,* que o ouviriam aos soldados e marinheiros portugueses. Os mais eruditos e os que mais lidaram com os indígenas, como Fernão Pinto, Gaspar Correia, Barros, Góis, preferiam *cátele* ou *cátel,* e Castanheda e João de Albuquerque, *catle.*

Podemos por conseguinte, conjecturar que desde o princípio houve duas correntes paralelas do vocábulo típico: uma elevada, representada por *cátele* ou *catle,* outra popular, representada por *cátere* ou *catre,* que no decurso do tempo absorveu a outra.

*

Mas será *catre* realmente de origem indiana? Se não consta que o têrmo existiu na península hispânica antes do descobrimento da Índia, se os nossos antigos historiadores o reputam oriental, e se lhe não se pode assinar outra etimologia plausível, é clara a resposta.

Que a expressão não era corrente em Portugal, infere-se do *Roteiro de Vasco da Gama* (p. 58), que diz simplesmente *camilha:* «El Rey estaua em huũ patim lançado de costas em huũa *camilha*».

Que a dição era indiana, sabemo-lo de João de Barros, Damião de Góis, Semedo, Sassetti e outros. Se alguns a não explicam é porque a julgam conhecida dos leitores.

São dois os étimos que vejo mencionados nos dicionários que tenho à vista: o castelhano *catre*[1] e o persa *catel.*

É verdade que o castelhano tem *catre* no sentido de «cama ligera para una sola persona», como tem *côco, manga, palanquim, bada, bengala, bazar, rota* e tantos outros. Ora, se o mero facto de existência em castelhano

[1] Covarrúvias (1611) não o regista no seu dicionário.

de um dado vocábulo português é critério seguro da sua procedência, então a sciência da etimologia portuguesa estava bastante simplificada, e ficavam em grande parte dispensadas as excogitações dos nossos etimologistas.

Não seria acaso mais natural e consentânea à história a transmissão ao castelhano, por via do português, da maioria das palavras asiáticas, particularmente indianas, do mesmo modo — e muito mais — que as receberam outras línguas europeias e a própria nomenclatura scientífica? Talvez o nosso intenso desejo de viver em boa paz com os nossos vizinhos, acompanhado de demasiada modéstia, não admita tal hipótese.

Mas o Dicionário da Academia Espanhola deriva *catre* «de cuatro, por alusión á los cuatro pies que tiene»! O que tem quatro pés é «quadrúpede» e não, «quatro»; nem se entende bem o motivo da alusão aos pés do *catre,* quando há tantos outros objectos com igual número de pés, como o leito, a mesa, a cadeira, o sofá; nem se explica o processo da evolução de *cuatro* em *catre.* Tambem, se não se demonstra a prioridade do castelhano *catre* ao português *catre,* é escusado ir buscar tão longe semelhante etimologia, quando cá em casa os catres são igualmente «quadrúpedes» [1].

Afigura-se-me que seria muito mais avisado omitir a etimologia ou da-la por hipótese do que apontar assertóriamente por origem o primeiro vocábulo similar que se encontre à mão em uma língua qualquer, sem mais investigação.

Ocorre-me dizer isto, porque já experimentei as conseqüências de semelhante método, tomando por europeias, na fé dos lexicógrafos, palavras que na realidade eram

[1] *Chārpā* = o que tem quatro pés, é o nome persa de «leito em geral», *chārpāī* em hindustani.

orientais, e quando adverti o êrro, era já tarde para percorrer novamente todas as fontes de estudo.

Li, por exemplo, em um dicionário autorizado que *cassa* vem do francês *casse* e reputei-o verdade. Mas vi depois que Linschoten (1589) diz: «On y [Bengala] fait divers ouvrages exquis qu'on transporte pas seulement és Indes où ils sont fort estimez, mais aussi en Portugal, desquels il y a de diverses sortes qu'ils nomment *Sarampuras,* **Cassas**, *Comsas, Beatillias, Sataposas,* et mille autres noms». E Fr. Nicolau (1620) de Oliveira: «... e infinidade de caixões cheos de roupa de toda a sorte, a saber, **Cassas**, *Cachas, Bengalas* ...». E Tavernier (1676): «D'Ouguely et de Dacca, au Royaume de Bengale, sortent ces toiles fines qu'on nomme **casa**, dont il se debitoit autrefois grandes quantités en Italie, Province, Languedoc et Espagne». E Erédia (1613): «É o corpo [do malaio] de boa estatura, cuberto de baju fino ou camiza curta de **cassa**, e cingido por la çinta com pano de Choromandel». E então conclui que foram os franceses que levaram daqui o têrmo com o tecido oriental e depois no-lo recambiaram com a sua fazenda de imitação. Mas estaria antes disso inteiramente morto o vocábulo em Portugal?

É verdade que Fr. João de Sousa (*Vestigios*), que não é guia seguro, regista o persa *catel,* «cadeira ou assento de madeira», por étimo do português *catel,* que diz ser palavra antiga e pouco usada, e abona com Damião de Góis (que se refere ao Samorim, vid. *supra*): «El Rey lhe acenou, que chegasse para o *catel* e o mandou assentar».

Da minha parte, não conheço tal palavra do persa, que tem *kursī* e *sandali* para «cadeira *ou* mocho». E a cadeira não é o mesmo que «*catre*».

É porêm de notar que *catre,* na sua dupla significação asiática, deriva imediatamente de dois vocábulos de famílias diferentes: do dravídico *kaṭṭila,* e do concani-marata

khāṭlém, diminutivo de *khāṭ,* «leito», do sânsc. *khaṭṭā,* a que se prende *kaṭṭila,* representado em indo-inglês por *cot.*

*

Qual é o motivo do aportuguesamento dos vocábulos indianos, se a língua já tinha as vozes *leito, cama, camilha, caminha?* É que o *catre* não significava primitivamente «camilha dobradiça, cama de viagem, leito tôsco e pobre» — significados, que lhe atribuem os dicionários modernos.

Os *cáteles* dos soberanos do Malabar não eram, nem são agora, própriamente leitos ou camilhas, mas uma espécie de divãs, ou sofás largos, em forma de estrados, ricamente paramentados e providos de almofadas; e serviam-lhes de tronos [1].

E os *catles* em que dormiam as mulheres do rei de Bisnaga, e o que ofereceu o rei de Cambaia a Afonso de Albuquerque, e os que vinham da China, lacreados, dourados, lavrados e marchetados, e que eram tão estimados em Portugal, podiam ser pequenos e fáceis de armar e desarmar, mas não eram certamente leitos tôscos e pobres [2].

Quando, porêm, a esfera da influência portuguesa ultrapassou a área dravídica e se estendeu ao território árico, obviou-lhe outro têrmo, fonéticamente similar e análogo no significado — *khāṭlém,* «leito tôsco e pobre», sendo os

---

[1] «Então o Vedor da fazenda o [a Nicolau Coelho em 1498] levou onde estaua El Rey em huma casa pequena como camara com pouca claridade, assentado El Rey em huma cama baixa cuberta com hum pano branco». Gaspar Correia, I, p. 88.

[2] «Na qual capella [em Sofala] estaua el Rey lançado em hũ catel e era tão pequena que a cama e o seruiço della ocupava tudo: quasi como que fez isto a modo de estrado para dali estar dando audiencia a todos que estiuessem na sala, a qual elle tinha paramentada de panos de seda que respondião ao leito daquelles que lhe vão da India». — João de Barros, Déc. I, IX, 6.

ricos designados por *khāṭ, bāz* ou *palaṅg*. E a voz *catre* abrangeu, como era de esperar, ambos os sentidos, que se vêem empregados quási sincrónicamente, conforme a oportunidade.

Adelgaçadas e circunscritas as relações de Portugal com o Oriente e reduzido quási à nulidade o seu trato comercial directo, perdeu-se no continente a noção dos *catres* e até a idea do berço do vocábulo. Efeitos do progresso!

Alêm disto, *catre* tinha em Goa mais uma acepção, já mencionada na monografia de *andor*, e que vai caindo em desuso, por se não empregar agora a maca de lona a que se aplicava e a que se podia chamar, em um sentido, «cama de viagem». «There are scarcely bullock or horse carriages in Goa, the principal conveyances consisting of palanquins of various shapes, known as *macas*, **catres**, *cadeirinhas*, etc». José Nicolau da Fonseca (1878), *An Historical Sketch of Goa*, p. 116.

No tempo de Rafael Bluteau (1712) *catre* era «leito pequeno com pilares, não totalmente levantados, como os do leito».

A inserção do voculo no dicionário português pode estar concebido nos seguintes termos:

Catre (cátere, cátele, cátel, catle, formas antigas), *s. m.* Camilha dobradiça; leito tôsco e pobre; *(ant.)* trono dos reis do Malabar em forma de rico estrado ou divã; *(ant.)* pequeno e lindo leito oriental, de pés baixos e fácil de armar e desarmar; *(ind.)* machila ou maca de lona. Do malaiala *kaṭṭila*, «leito, sofá», e do concani *khāṭlém*, «leito pequeno e ordinário».

IX

Cauri, caurim, cauril; caurinar; caurineiro

Caurim é a concha, pequena e branca, do molusco *cypraea moneta*, que corria, e ainda hoje corre em menor

escala, por moeda em várias regiões da Ásia austral e da Africa. Os ingleses chamam-lhe *cowry,* e os franceses, *cauri, coris, caouri, kauri,* ou *cowry.*

Refere Yule (no Glossário) que a mais antiga menção de concha como moeda ocorre em um livro chinês (Shu-King) do século XIV antes de Cristo. As ilhas de Maldiva são o principal produtor de *caurins,* que, ao tempo das conquistas portuguesas, eram em grandes quantidades transportados para diversas partes, especialmente para Bengala. Eram considerados mais limpos para manear do que as moedas de cobre e empregadas na compra de artigos miudos do mercado [1].

Declara o mesmo autor que não encontrou na Índia nenhuma denominação monetária, realmente usada, abaixo do *caurim.* Mas o sr. Hipácio de Brion menciona uma moeda, sem indicar o nome nem o material de que é feita, a qual, se não é búzio, deve ser-lhe inferior no valor: «Nos bazares de Lucknow circula a mais pequena moeda do mundo, pois um anná que vale approximadamente 20 réis divide-se em 912 fracções; por isso em todas as ruas encontram-se os cambistas sentados defronte de pequenas mezas onde se enfileiram aos milhares as pequeninas moedas». *Duas mil leguas no Hindustão,* p. 134.

João de Barros descreve minuciosamente o marisco, sem mencionar o seu nome oriental, e ministra várias informações interessantes: «E assi tem hũa maneira de marisco tão meudo, como caracóes, mas de outra feição, e de hum osso duro, branco, e lustroso: entre os quaes se achão alguns tão pintados e lustrosos, que feitos em botões com hum cerco de ouro, parecem algũa cousa esmaltada:

---

[1] Duarte Barbosa atesta que no reino do Guzarate corriam amêndoas por caurins: «Tambem correm neste reyno *amendoas* por moeda baixa, asy como em outras partes os buzios». *Livro* (2.ª ed.), p. 289.

dos quaes se carregão por lastro muitas naos pera Bengalla, e Sião: onde seruem de dinheiro, ao modo que entre nós serue a moeda meuda de cobre pera comprar as cousas meudas da praça. E a este Reyno de Portugal tambem se trazem por lastro dous ou tres mil quintaes alguns annos: os quaes se leuão a Guinê, aos Reynos de Benij e Congo, onde se gastão no mesmo uso de moeda, e o gentio do interior daquellas terras fazem *(sic)* desta moeda thesouro... E de si lauado no mar, ficão os *buzios* (que assi lhe chamamos nós, e os Negros Igouos), mui aluos pera com menos nojo os trattar nas mãos, que a moeda de cobre, de que neste Reyno val hum quintal de tres até dez cruzados, segundo vem muito ou pouco da India». — Déc. III, III, 7 [1].

Caurins também eram importados em avultadas quantidades, até em principios do século passado, em Inglaterra e Amsterdam, e empregados na escravatura africana.

O vocábulo é neo-árico: hindustani *kauṛī*, marata-concani *kavḍī*, guzarate *koḍi*; canarês-malaiala *kavaḍi*; do sânsc. *kaparda*, 80.ª parte de *paṇa*. Vid. *Glossário Anglo-indiano*.

Em português emprega-se a palavra *caurim* figuradamente, como é bem sabido, por «calote, pirraça», com os derivados *caurinar* e *caurineiro*. Gonçalves Viana *(Apostilas)* sugere o motivo da translação do significado: «Figuradamente, e com certa graça, designa o mesmo que *calote*, isto é «dívida que se não paga», que o mesmo seria pagá-la em caurins». E sabemos de Barros que as conchas eram muito conhecidas em Portugal e tinham pouco valor.

---

[1] «Ouvi que pela terra dentro, estes Azenegues, e ainda os Arabes em algumas povoações suas, uzão conchas brancas, destas pequenas que vem a Veneza pelo Levante, e dão certo numero destas a seu modo, conforme as cousas que tem a comprar». — Luís de Cadamosto (1445), *Navegação 1.ª*, cap. 14.

Em indo-português, *não dar um caurim* equivale a «não dar um ceitil». *Fruto caurim* é o produto de *Eugenia Zeylanica,* Wight.

*

1345. — «A moeda dos habitantes desta ilha [Maldiva] he a *concha* marina, que he hum vivente que colhem no mar, preparam-no ali em covas; e por si vai a sua carne, e fica o seu osso branco. Chamam elles a cem dellas *saia,* a sete centos *alfal,* a doze mil *alcotta,* e a cem mil *bosetu;* e nella se vendem quatro *bosetus* por hum ducado de ouro». — Ben-Batuta, *Viagens,* II, p. 271.

1516. — «Daqui [Maldio] levaom tambem hũus buzios pequenos, que he grande mercadoria pera o regno de Cambaya e Bengala, homde core por moeda baixa, hamna por mais limpa e melhor que a de cobre». — Duarte Barbosa, *Livro*, p. 352.

1520. — «Saão as majs ricas jlhas, e he a ffroll dellas, e de lla vem o ambar, **caurrys**, e gram soma de peixe». — *Alguns Doc. da Torre do Tombo,* p. 450.

1552 — «Ha nestas ilhas muyto pescado... e assi hũs buzios brancos pequenos a que chamão **caurĩs** que seruem de moeda miuda em Bengala, porque são mais limpos que ho cobre de que a auião de fazer, que dizem que he çuja as mãos». — Castanheda, *Historia,* IV, cap. 35.

1554. — «E os **cauryns** 12000 he hũa *cota;* e 4½ cotas huum quintal». — António Nunes, *Livro dos pesos,* p. 35.

«**Cauryns** correm pola terra [de Bengala]: 80 **cauryns** he huum *pone;* destes pones 48 valem huum larym». — *Id.,* p. 37.

1561. — «Sey, que vencer hũa batalha campal, ou entraruos polla barra a saluação, hũa Nao carregada de **cauril** se tem valia, que certeza tamanha». — Jorge Ferreira de Vasconcelos, *Eufrosina* (1786), p. 17.

1563. — «As quaes vinhão carregadas do cairo e do **caury**, que são huns buzios brancos meudos... que he grande mercadoria pera Bengala, porque corre por moeda». — Gaspar Correia, *Lendas,* I, p. 341.

1566. — «E buzios pequenos a que chamam **cauri**, que em algumas partes serve de moeda». — Damião de Góis, *Chron. de D. Manuel,* IV, cap. 47.

1615. — «Os de Maldiva chamam ás taes conchas *Boly,* e os naturaes indios **Caury** [1]». Pyrard de Laval, *Viagem,* I, p. 373.

---

[1] «Transportam-se em espantosa quantidade, de sorte que vi

1634. — «Levão tambem **caurins**, que por outro nome chamão buzios». — António Bocarro, *Livro, in O Chronista de Tissuary*, III, p. 122.

1858. — «O **caurim** (que é o nome mais commum deste buzio) não só se apanha nas ilhas de Maldiva; é tambem muito abundante, e se exporta da Africa oriental. Corre por moeda em muitas regiões da Africa occidental, e nas mais orientaes da India, como Bengala, Indo-China, etc.». — Cunha Rivara, *apud* Pyrard, I, p. 196.

1900. — «Exportam [as Maldivas] assucar de coco, peixe salgado, e porcelanas[1] ou **cauris** brancos *(cypraea moneta)* que servem de moeda em Africa: 12:000 **cauris** por uma rupia, ou proximamente 5:000 por um franco». — Gabriel Pereira, *Bol. S. G. L.*, 17.ª série, p. 345.

1586 — «A Bengala vanno di quelle chioccioline piccole che si trovano nell'isole di Maldiva, chiamandole qua **Caurim**, in Portogallo *Buzio*». — Filipe Sassetti, *apud* Gubernatis, *Storia*, p. 205.

1676. — «L'autre petite monnoye est de coquilles appellées **Cori**, qui ont les bords renversez, et il ne s'en trouve en aucune lieu du monde que aux Isles Maldives». — Tavernier, *Voyages*, III, p. 22.

1672. — «**Cowreys**, like sea-shells, come from Siam, and the Philippine Islands». — Fryer, *in Glossary*.

Em conclusão:

Caurim, *s. m.* Molusco gasterópode *cypraea moneta;* concha do mesmo, que serve de moeda em algumas regiões da Ásia meridional e da África ocidental; búzio; *(fig.)* calote, pirraça. Do hindustani *cauṛī*.

X

Chatim; chatinar; chatinaria; chatinagem

De entre todos os termos indianos que se introduziram no vocabulário geral da língua portuguesa, o mais interes-

carregar por ano trinta ou quarenta navios inteiros sem outra carga alguma... Tambem em Cambaia, e por toda a India engastam os mais bonitos destes buzios em varios trastes, como se faz em certas peças de marmore ou a pedras finas». — *Id.*, pp. 195 e 196.

[1] Também é conhecido este nome em italiano, *porcellene*, e em francês, *pourcelaines*.

sante e curioso, sob o ponto de vista filológico, é sem dúvida *chatim,* atentas as numerosas fases por que tem passado a sua vida acidentada.

Procedente de modesta origem, foi logo acolhido com calorosos aplausos, festejado por toda a parte, muito procurado e abençoado na airosa prole; passou depois a ser olhado com desconfiança e receio, como se fôra larápio; esquivado por uns, vilipendiado por outros, vulnerado por muitos; e por fim, levado de vencida por alguns émulos, acabou por ser desconhecido para quási todos, por arrastar vida penosa e cheia de ignomínias, e jazer estenuado e moribundo, sem lhe valer a mão generosa de um lexicólogo, que se lhe estendeu para o soerguer.

Eu não pretendo insuflar-lhe novos alentos — êle está irremediávelmente perdido; tão sómente intento consignar, a título de necrologia, os seus principais traços biográficos, antes que sejam completamente olvidados. Sempre haverá alguma cousa a aproveitar.

*

§ 1.º — **Etimologia.**

Em sânscrito, alguns dos substantivos e verbos se prestam à formação, com modificação do sentido, dos graus de comparação, que nas línguas europeias se restringem aos adjectivos e advérbios. Assim, de *bhū* (lat. *fu* em *fu-i*), «ser», se forma o comparativo *bhūyas,* «mais, maior», e o superlativo *bhūyiṣṭha,* «o máximo, o sumo».

Idênticamente, do substantivo *çrī* (= *xrí,* da raiz *çri,* «chegar, aproximar-se») se forma o comparativo *çreyas,* «melhor» e o superlativo *çreṣṭha,* «ótimo, o mais excelente, preeminente».

E *çreṣṭha,* por seu turno, origina outro substantivo, *çreṣṭhin, çreṣṭhī* no nominativo, «presidente de uma corporação de classe *(guild),* particularmente mercantil». A conexão dos significados é patente: onde a eleição é feita

conforme os ditames da sã razão e interêsses da profissão, elege-se o mais qualificado entre os associados, — o ótimo. A denominação era, por tanto, igualmente denotadora de preeminência, e muito vulgarizada, visto que as associações profissionais são na Índia antiqùíssimas, numerosas e muito melhor organizadas do que as modernas *trade unions*.

Os vocábulos sânscritos, na sua evolução em formas pracríticas modernas, obedecem normalmente à lei de dissolução de nexos consonânticos, a qual determina a eliminação de uma das consoantes, com alongamento da vogal antecedente, por compensação. Assim, *kṣetra*, «campo», reduz-se a *xêt* ou *xét; drakṣā*, «videira», atenua-se em *dākh*.

Semelhantemente, *çreṣṭhī*, na sua transição para os idiomas neo-áricos, deve necessáriamente evolver-se em *xêṭhi, xêṭh, xêṭ*. E de facto, é sob estas formas que o vocábulo aparece na zona indo-árica; *seḍḍi* em singalês, que nem todos os orientalistas consideram árico. Em concani, porêm, tendo-se *xêṭ* vulgarmente apropriado, por honorificência, aos «ourives», formou-se o derivado *xêṭkār*, no sentido de «mercador de largo trato [1]».

Nas línguas dravídicas, o sânsc. *çreṣṭhī* está diversamente representado: em telúgu *xeṭṭi* ou *seṭṭi*, em tamul *xeṭṭi*, em malaiala *cheṭṭi*. O *ch* do último por *ç* ou *x* tem muitos paralelos, tais como: *chákkara* (jágara) do sânsc. *çarkarā*, «açúcar»; *chaṅgāḍam* (jangada) do sânsc. *saṅghaṭṭa*, «junção». A geminação de *ṭṭ* explica-se por compensação de *ṭh* aspirado, e mais pela fonética tamul-ma-

---

[1] «Falleceu nesta villa o sr. Xabu Xette Lotolicar, ourives, que teve uma aura com a compra que fez do predio Mestabatta, que se tornou depois um mercado florescente». *O Ultramar*, de 23 de Agosto de 1915.

laiala, que exige o abrandamento da consoante dura intervocálica que não for dobrada [1].

Ora é claro que as palavras peregrinas, para se naturalizarem em português, teem de se submeter à fonética peculiar dessa língua. E os nossos indianistas eram muito rigorosos neste ponto, à excepção de um ou outro, adicto à etimologia, transmudando por isso *bahār* em *bar, bahādur* em *badur, harêm* em *harão* ou *arame, jin-shen* em *ginsão*. Conseguintemente, *chetti*, na sua passagem para português, não podia entrar no seu trajo vernáculo.

Não possuindo a nossa língua a cacuminal ou cerebral *ṭ*, passa esta à sua respectiva dental, como *Gate* de *Ghāṭ*, *cataló* de *khāṭló*. Exceptua-se o *ḍ* intervocálico, que, por se aproximar de *r*, se confunde com êste, como em *areca* de *aḍeka* ou *aḍaka*. *Cheṭṭi* deve, por tanto, mudar-se em *chetti*.

Não havendo em português, fonéticamente, (assim como há em italiano) consoantes dobradas, que só ocorrem em notação etimológica, *t* e *tt* soam idênticamente. E os nossos indianistas, como, em regra, não desperdiçavam letras nem afeavam a língua com o aparato etimológico, ortografariam naturalmente *cheti*.

Mas o *i* final de vocábulos asiáticos nasaliza-se ordináriamente, como é notório, em português. Cf. *palanquim, canarim, langotim, begarim, samorim, mandarim*. *Chetim* é, por conseguinte, a forma normal de *cheṭṭi*.

A dição não tem, porêm, curso no país senão sob a forma

---

[1] «The law, as apparent in the Tamil-Malayalam system of sound, is as follows: — *k, t, ṭ, p*... are always pronounced as tenues or surds *(i. e.*, as *k, t, ṭ, p)* at the beginning of words, and when they are doubled. The some consonants are always pronounce as middlles or sonants *(i. e.*, as *g, d, ḍ, b)* when single in the midlle of words». Caldwell, *A Comparativa Grammar of the Dravid. Languages* (1875), p. 21.

de *chatim*. Também isto não é anomalia singular; há outros factos que comprovam a nossa tendência a mudar *che* e *chi* iniciais em *cha*, como o fizemos em *chaminé* do francês *cheminé*.

O têrmo português *charuto* vem do inglês *cheroot*, que foi importado da Índia, tamul-malaiala *churuṭṭu*. E *cheruto* aparece escrito na Índia Portuguesa: «... pode vender ao publico por grosso, ou por meudo, inclusive os canudos [cigarros] e **cherutos**» (1833). «Os *cherutos* constituindo huma especie distincta, devem ser despachados em caixas» (1840). F. N. Xavier, *Collecção de Bandos*, I, pp. 136 e 200. Mas ocorre *charuto* em 1842: «Madeira de abéto, **charutos**, chapéos de palha». *Annaes maritimos*, p. 229.

O malaiala *chiraṭṭa*, «endocarpo do côco», toma em português as seguintes formas: *chirêta*, *cherêta*, *charêta*, mais usada. «E a **chareta**, lenha que se faz do entrecasco do côco, se reduz a carvão, de que usam os ourives e fundidores». *Annaes marit.* (1842), p. 277. — «La qual es negra, y dura, de nosotros llamada, y de los de la tierra **Xareta**». Cristóvão da Costa (1578), *Tractado*, p. 104.

Também é possível que no *a* de *chatim* tenha influído o *ĕ* surdo do malaio *chĕti*, sendo o vocábulo tão corrente outrora em Malaca como no Malabar.

Não é, todavia, para se concluir daqui que o malabárico *cheṭṭi* se aportuguesou imediata e uniformemente em *chatim*; houve, como era natural, formas intermédias e divergentes, do mesmo modo que em *catre* e *betre*. Rui de Araújo, feitor de Malaca (1510), que é a mais antiga autoridade nacional, reproduz fielmente a expressão vernácula, tal qual era usada em malaio: «Por serem de jaus e **chetys**, que são os principaes mercadores da terra, que mais jente tem, e mais sentidos estão dele». *Cartas*, III, p. 7. — «E os **chatis** de calecut, nam vem eles a calecut carregados de pedrarias». Afonso de Albuquerque (1513), *ibid.*, IV, p. 185.

Igualmente, Manuel Godinho de Erédia (1613): «Affirmão nacer os Bragmanes da testa, e os Rajâs do peito e os **Chettis** do ventre e o vulgo dos pés». — *Declaraçam de Malaca,* f. 39.

Semelhantemente, o Padre Manuel de Miranda (índio, 1707): «Sob pena de condemnação e castigo todos os filhos machos e femeas dos pescadores, **Xetti**, Paravás, e outras castas passem á escola nova» (em Ceilão). — *O Chronista de Tissuary,* III, p. 169.

O italiano João de Empoli também ortografa o vocábulo com bastante exactidão: «...depois os contratadores e negociantes, como banqueiros, ourives e outros artistas que chamão **Zetti**.» — *Viagem,* cap. 3.

O pilôto que escreveu a *Navegação de Pedro Alvares Cabral* (1580), diz *Zetires* (na tradução italiana), que deve provávelmente estar por *Chetins* do original português, que se perdeu: «Ha tambem outros mercadores de outra Provincia, chamados **Zetires**, os quaes são Idolatras, e grandes contratadores de joias, de pérolas, de ouro, e de prata». — Cap. 15.

Damião de Góis (1566) conserva inalterável a primeira sílaba: «Aos mercadores estrangeiros, e de qualidade que vão a Calecut, por ordenança del Rey se dá hum Naire, para ho guardar, e seruir, e hum scrivão **chetim**, que são homens, que sabem de mercadoria, e muito entendidos em conta». — *Chron. de D. Manuel,* I, cap. 42.

Idênticamente, Francisco de Andrade (1613): «Foy seruir hum **chetim** com hum nauio ha sua custa». — *Chron.* de D. João III, II, f. 109 v.

Na edição de 1774 dos *Commentarios de Afonso Dallboquerque* (1557) encontro *chitins,* de Malaca (talvez por *chetins*), a par de *chatim,* da Índia: «Não podia sofrer que os Quilins e **Chitins**, que eram Gentios, fossem fóra da sua jurdição». — III, cap. 33.

Duarte Barbosa (1516), pelo contrário, altera a primeira

sílaba, mas não nasaliza a segunda: «Hũa- ley ha que chamaom **Chatis**». — *Livro,* p. 339.

Do mesmo modo procede Gaspar Correia (1561): «A qual venda foi com elles em grande segredo com **Chatys** de Cochim, que tudo comprão». — *Lendas,* III, p. 281.

O estudioso e erudito João de Barros (1552) sabe que a nazalação de *i* final é uma excrescência, que não acha justificada, e por isso a omite, de ordinário, em *chatis* e outros vocábulos similares: « ... a que os nossos communmente chamão **Chatijs**». — Déc. I, IX, 3.

*

§ 2.º — **Sematologia.**

Etimológicamente, já vimos o que significa *xeṭh* ou *cheṭṭi,* e é escusado reproduzir todas as variadas acepções que vogam em cada um dos idiomas indígenas e a que bem se presta o sânsc. *çreṣṭhī.* O que sobretudo nos importa saber é a gradação de sentidos por que o vocábulo passou dentro da língua portuguesa.

Chatim era, para os nossos primeiros indianistas, o indivíduo da casta comercial de Choramândel, estabelecido no Malabar e em Malaca [1]. E tal é o sentido que ainda modernamente atribuem ao vocábulo malabárico Wilson no seu Glossário e Gundert no seu dicionário.

Embora não faltassem no Malabar naturais que se dedicassem ao trato comercial [2], não é de estranhar que o têrmo se apropriasse a uma colónia estranha que exclusiva e

---

[1] «Hũa ante manhaã veyo queimar toda aquella parte da cidade contra a pouoação de Vpi [em Malaca], por ali viuerem os **Chatijs** do *Quelim*» (isto é, de Kalinga ou Telinga). — João de Barros, Déc. II, IV, 7.

[2] «Ha tambem neste reyno do Malabar outra ley de gente que chamaom *Brabares,* que saom mercadores indios naturais da terra». — Duarte Barbosa (2.ª ed.), p. 332.

hábilmente exercia a mercatura em larga escala e possuia grossos cabedais. A denominação era ao mesmo tempo bem cabida e honorífica, na acepção primitiva de «chefes *ou* os melhores dos mercadores».

1516. — «Primeiramente destas gentes que diguo estrangeiros que no Malabar moraom, hũa ley ha que chamaom **chatis**, naturaes da provincia de Charamandel». — Duarte Barbosa, *Livro,* p. 339.

«Ha maior parte ou todolos mercadores gentios e **chatis** que uiuem por toda a India [meridional] saom naturaes daquy [de Charamandel], e saom homeĩs muy agudos em todo o trato de mercadorias». — *Id.,* p. 359.

1552. — «O gentio natural e proprio indigena da terra he aquelle pouo a que chamamos Malabares; ha hi outro que ali veo da costa de Choromandel por razão de tracto, aos quaes chamão *Chingalas* [1] que tem lingua propria, a que os nossos commummente chamão **Chatijs**». — João de Barros, Déc. I, IX, 3.

E Rui de Araújo, quando alude a jaus e *chetys* (vid. *supra),* por *chetys* entende os negociantes de Choramandel ou *quelins, kĕling* em malaio [2].

1860. — «... Moors, Malabars, and Malays, Chinese, Caffres, Parsees, and **chetties** from the Coromandel coast, the latter with their singular head-dresses and prodigious earrings». — Tennent, *Ceylon,* II, p. 105.

Mas a breve trecho, a designação generalizou-se, por analogia, a todos os comerciantes do *Sul* (têrmo técnico dos indianistas), no que haveria, em muitos casos, correspondência com as línguas vernáculas; e tornou-se sinónima do «baniane» do *Norte.*

---

[1] Aqui há um pequeno deslise do cronista: os *chingalas* ou *singaleses* são os habitantes áricos de Ceilão.

[2] «**Keling**, a name applied to all immigrants from the Coromandel coast». — Wilkinson, *Malay-English Dict.*

1552. — «E este logar tinha arrendado a el Rey de Narsinga hũ grande mercador gentio, a que em sua lingua chamão **Chatim**: e por seu grande trato e riqueza se chamaua ho **Chatim** de Mangalor». — Castanheda, *Historia,* VIII, cap. 12.

1557. — «A qual casa arrendou a hum **chatim** de Baticalá [no Canará] por seiscentos mil reis».— *Comment. de Afonso Dalboquerque,* III, cap. 9.

1571. — «... por a qual razão os recolheo naquelle rio hum tam grosso mercador em substancia de fazenda, que por excellencia era chamado e conhecido por **Chatím** de Mangalor, porque entre elles ao mercador chamão **Chatim**, que já he recebido entre os Portugueses, que naquellas partes trattam». — João de Barros, Déc IV, IV, 7.

1609. — «Os Gentios, ou Baneanes, são gente mais acommodada com a razão e de melhor natural, que todas as nações infieis; manços de condição; grandes **chatins**, ou mercadores, em cujo trato tem por timbre, falar sempre verdade, cousa de que muyto se prezão». — Fr. Gaspar de S. Bernardino. — *Itinerario da India,* p. 130.

1602. — «Estes naturaes de Barcelor, a que chamão **chatins**, que na propria lingua quer dizer mercadores, são homens de grande governo». — Diogo do Couto, Déc. X, III, 16.

1583. — «Alcuni pochi ve ne sono mercanti che chiamano **ciattini**, e intendono in tutte sorte de cose». — Filipe Sassetti, *Lettere*, p. 210.

Ainda se ampliou a significação de *chatim,* para se abranger a classe inteira de comerciantes, de qualquer raça ou nacionalidade que fossem, em equivalência a «tratante», no sentido em que então se empregava [1].

1516. — «Uiuem [em Cochim] tambem muytos Mouros **Chatins**, e grandes mercadores». — Duarte Barbosa, *Livro*, p. 347.

1539. — «Fez seu feytor hum Christovão Borralho, homem bem entendido no negocio da mercancia, com o qual forão desaseis homens **chatins**, e soldados com suas fazendas, parecendo-lhes que pelo menos farião de hum seis, ou sette, assim no que leuassem, como no que trouxessem, na qual ida o pobre de mim acertou de ser hum dos desta companhia». — Fernão Pinto, *Peregrinação,* cap. 36.

1552. — «Concertou-se com certos **chatins** Portugueses casados em Goa que tinhão hũa terrada [embarcação pequena de vela e

[1] «Trazem breu, cera, marfim, e outras cousas em que são **tratantes**». Gaspar Correia, I, p. 587.

remo] Dormuz e hũ huquer de Cananor que auião de leuar carregadas de fazenda». — Castanheda, *Historia*, VI, cap. 35.

1612. — «E esta he a razão porque ha ja tão poucos que queirão ir a invernar ás fortalezas d'ElRey, e tantos que se fazem **chatins**». — Diogo do Couto, Déc. VII, VII, 3.

1613. — «Foy seruir hum **chetim** com hum nauio ha sua custa chamado Damião Bernaldez, a que o gouernador pollo seruiço que fizera deu hũa viagem para Bengala no mesmo seu nauio». — Francisco de Andrade, *Chronica*, II, f. 109 v.

1615. — «A maior parte dos navios desta armada eram de **Chatins**, como lhe elles chamam, e são mercadores». — Pyrard, *Viagem*, I, p. 290.

1898:

> «Tremo de ver, guerreiro, a crescerem-te as unhas
> De chatim n'essa mão em que o montante empunhas».
>
> Lopes de Mendonça, *A. de Albuquerque*, p. 208.

1598. — «Y en a d'autres d'entre ces soldats, qui sont employez par quelques uns de leurs amis à faire çà et là des voyages, et exercer quelques negoces, ceux qui sont appellés **chatins**. Il y a pour le auiourdhuy tres grand nombre de ces **chatins** pour toute l'Inde, lesquels ayant quittés les armes se rangent au commerce, pour diverses raisons». — Linschoten, *Histoire*, p. 62.

Deu-se ainda mais um passo e compreendeu-se sob o nome de *chatins* a terceira casta inteira, que se não compõe tão sómente de mercadores, mas abrange a massa do povo árico, com excepção da classe sacerdotal e militar. Já vimos o que diz Erédia; ouçamos agora a Diogo de Couto:

«A terceira casta he a dos **Chatins**, que são mercadores grossos, douro, prata, pedrarias, sedas, roupas, e outras fazendas de preço». — Déc. V, VI, 4.

Mas o têrmo não se circunscreveu por longo tempo ao Oriente, já no meado do século XVI era muito popular em Portugal.

1552. — «Estes [*chatijs*] são homens tão naturaes mercadores e delgados em todo o modo do commercio, que acerca dos nossos quando querem tachar ou louuar algum homem por ser mui sotil e dado ao

tratto da mercadoria, dizem por elle, he hum **chatim**, e por mercadejar *chatinar:* vocabulos entre nós já mui recebidos». — João de Barros, Déc. I, IX, 3.

1654. — «Não quiserão os visinhos do lugar que amanhecer em casa do **chatim** a levar o panno ás punhadas». — D. Francisco de Melo, *Dialogos Apologaes*, p. 35.

«Ora o **chatim** em me recebendo sepultou-me em a cayxa». — *Id.*, p. 69.

«É contra esses **chatins** de talcos e avelorios... que em alta voz bradamos». — Castilho, *in Dic. Contemporaneo.*

*

§ 3.º — **Derivados.**

Já sabemos de João de Barros que *chatinar,* no sentido de «mercadejar», era corrente em Portugal, ou pelo menos em Lisboa, no seu tempo. Eis mais abonações:

1561. — «Começarey imitar as formigas, que em bem **chatinar** se segura o porto, e esta he a principal negoceação de cá» (Goa). — Jorge Fereira de Vasconcelos, *Eufrosina*, p. 119.

1677. — «Por tanto ninguem cuide que por casar, ou **chatinar**, se desobriga de pelejar». — *Primor e Houra da vida soldadesca*, f. 84 v

1607. — «... entregues os navios a seus criados, que usam mais de **chatinar** n'elles que de recolher as cafilas e franquear o mar». — Carta régia, *in Documentos da India*, I, p. 164.

Chatinaria por «negociação» ocorre em 1599: «Manda o Synodo que nenhum clerigo delle seja ousado a andar em **chatinarias** publicas, nem fazerem-se rendeyros de rendas algumas». — Sínodo de Diemper, *in Archivo Port.-Or.*, fasc. 4.º, p. 430.

António Bocarro (1635) emprega *chatim* como adjectivo, por «mercante»: «E assi ajuntou obra de quatrocentos [soldados] em treze navios **chatins**, com que partiu de Goa a 13 de maio d'este anno de 613». — Déc. XIII, pp. 88-89.

O Sr. Cândido de Figueiredo (1900) sugere, à falta de outro vocábulo vernáculo, *chatinagem* para representar o francês *chantage:* «Temos em português um velho e clássico

verbo, que nos veio da Ásia com muitas outras riquezas, e as melhores das nossas glórias. — É *chatinar*... Embora o *chatinar* seja um pouco mais amplo que o *chantage*, o substantivo verbal, isto é, a **chatinagem**, que não vem, creio eu, em dicionários, mas que tem boa derivação, representaria, ao menos proximamente, a *chantage*, havendo até entre as duas palavras a analogia fonética, o que não é secundário para a substituíção de um termo por outro». — *Lições Práticas*, III, pp. 65-66.

Duvido que *chatinagem* pegue; basta *chantage* ser têrmo francês para ter aceitação no país; e as palavras teem vida própria, independente da vontade individual.

*

§ 4.º — **Vicissitudes de chatim.**

Era muito natural que os portugueses adoptassem na Índia a expressão *chatim* do mesmo modo que adoptaram tantas outras denominações de ofícios e castas, e o empregassem primeiro na significação com que corria na bôca dos malabares, e depois o estendessem a todos os mercadores indígenas daquelas regiões, visto que a designação não era privativa dos negociantes de Choramândel, embora lhes fôsse aplicada por antonomásia.

Tambêm não admira que os portugueses que ali comerciavam se chamassem *chatins*, assim porque imitassem, por influência do meio, as artes de negociação dos naturais, como porque o vocábulo não tinha em si, nem na opinião do público nada de injurioso ou deprimente, antes pelo contrário, se bem que a profissão militar fôsse reputada superior.

Os portugueses de então — sem desfazer nos actuais — não desprezavam uma pessoa, uma coisa ou dição só por motivo da sua origem; aliás não deixariam vestígios tão profundos e duradouros da sua passagem pelo Oriente.

Lá está o sisudo João de Barros, que, aludindo às

índias que casaram com portugueses, sob o alto patricínio do clarividente Afonso de Albuquerque, diz: «As moças Sabinas que elles [romanos] teuerão pera ter por molheres, se erão mais aluas por razão do clima, não serião de mais nobre sangue, que as Canarijs, nem tinhão mais conhecimento de Deos». — Déc. II, IV, 11.

Os *chatins* e os banianes eram, em geral, tão bons negociantes — e alguns dos nossos indianistas os consideram mais honestos e verídicos, e quási todos os teem por mais *delgados*, *subtis* ou *agudos* — como quaisquer dos seus colegas da Europa, especialmente da actualidade, em que o termómetro da moralidade tem baixado imenso [1]. E o título de *chatim* era então muito honroso, como o é hoje em dia nas línguas vernáculas, sendo por isso posposto ao nome da pessoa, ainda que de presente não exerça mercancia.

1510. — «Fallarão com **Ninachatim**, mercador *quelim*, que auia muytos anos que estaua d'assento em Malaca, e era nosso amigo por caso de trazer suas naos pelo mar». — Gaspar Correia, *Lendas*, II, p. 163.

1566. — «Mandou dizer a **Damechati** gouernador da cidade». — Damião de Góis, *Chronica*, III, cap. 29.

1602. — «Despedirão dous procuradores homẽs antre elles principais, chamados Trametim **Chatim** e Drimey **Chatim**» — Diogo do Couto, Déc. IV, VIII, 4.

1701. — «Mandárão os portuguezes chamar a Calgó *Nayque*, e Santû **Chatim**». — P. Francisco de Sousa, *Oriente Conquist.*, II, I, 2.

---

[1] 1514. — «O Gouernador mandou ao feitor da armada que estaua em terra, que presente El Rey (de Baticalá) chamasse o **chatim**, e lhe pagasse os rubis, que erão dezoito mil pardaos; mas o **chatim** non quis tomar pagamento, dizendo que tinha de seu dezoito mil pardaos pera seruir o Gouernador; que nom queria senão honra e seguro pera sua nao, que leuasse a bandeyra, e a tiuessem nos portos em que estiuesse. O que o feitor mandou dizer ao Gouernador, que lhe mandou o seguro com as honras da bandeyra que pedia, que o feitor deu ao **chatim**, com que fez grandes festas, e deu ao feitor boas peças». — Gaspar Correia, *Lendas*, II, p. 390.

1875. — «... em consequencia do processo da execução que Vitolá Chatim de Saligão promoveu contra a dita communidade». — F. N. Xavier, filho, *Collecção de leis*, p. 206.

Como é então que o vocábulo entrou em Portugal e teve aceitação pouco depois do descobrimento da Índia, não faltando cá nomes para designar os que se ocupavam em mercadejar?

É facto palpável — e demonstrado pelo Tito Lívio nacional — que os portugueses, se bem que competentes e superiores no manejo de armas, não se podiam emparelhar com os asiáticos, e em particular com os índios, no acume e finura comercial [1]. Em toda a parte se comerceia, mas as aptidões e as práticas não são as mesmas.

Logo que os portugueses travaram relações com mercadores do calibre dos chatins e banianes, o sentimento de que ficaram possuídos é, segundo o testemunho de Duarte Barbosa, João de Barros e outros, o de admiração pelo seu notável tacto e sisudês quási ingénita; o que é apontado como um dos benefícios do sistema de castas profissionais. E depois do seu regresso à pátria, falariam nos preços e nos vendedores dos objectos que traziam e alardeavam, repetiriam as suas impressões, e honrariam com o tratamento de *chatim* um ou outro negociante europeu que se salientasse por sua sagacidade profissional.

---

[1] «Com a ida de muitos nauios que ali [em Maluco] ião ter de Malaca depois que foi nossa, tinhão os nossos danado aquelle tracto em dauno seu, e proueito dos naturaes da terra. Por serem os Portugueses homẽs neste negocio de commercio, tão apressados e descubertos em seus conceitos: que lhe está a parte vendo o animo de seu appetite. E como os Gentios e Mouros daquelle Oriente, em comprar e vender são os mais delgados e sotijs homẽs do mundo, e sobre isso tão pacientes e frios em descobrir seus appetites e necessidades, que ninguem lhas sente: sempre neste acto do commercio nos leuão debaixo, como nós em os de guerra os sopeamos». — Déc. III, v, 7.

Mas a esperteza do traficante redundava por vezes em detrimento dos compradores singelos e confiados, e muitos seriam vítimas das suas tretas na Índia e no próprio país. E então a sua admiração iria acompanhada de desconfiança ou censura, conforme a oportunidade.

É assim que se explica como, ao tempo de João de Barros, era simultâneamente «louvado» ou «tachado» com o mesmo nome de *chatim* «algum homem por ser sotil e dado ao tratto de mercadoria». Quem encarava as artimanhas do tratante sob o ponto de vista comercial louvava-o por sua habilidade. Quem pensava no dano que lhe tinha causado a sua astúcia, tachava-o e deprimia-o.

Como, porêm, com o andar do tempo e progresso da civilização, ia sempre avolumando-se o número de negociantes de tretas e sem consciência — *quorum Deus pecunia est* — o vocábulo *chatim* serviu-lhes de ferrete, e por sua nímia condescêndencia, foi pouco a pouco perdendo a honorabilidade originária.

Entretanto, apoucando-se as relações comerciais directas de Portugal com a Índia e recebendo-se aqui produtos orientais por mãos forasteiras, *tratante* e *traficante*, que antes eram sinónimos de «mercador», vieram disputar o campo ao *chatim*, como que movidos de inveja, a título de serem legítimos portugueses, e êle quási um intruso, sem se recordarem dos seus serviços passados. E o *chatim*, malferido na refrega, cedeu-lhes o seu lugar e, corrido de vergonha, anda agora quási às escondidas, sendo por isso geralmente desconhecido, e com probalidade de ser totalmente ignorado.

Chatim tem todavia, para se consolar, por companheiros na degradação, mas não no degrêdo, outros patrícios seus, tão inocentes como êle; por exemplo: *veniaga, corja, pagode*. Não é impunemente que se larga a terra natal e se entra em um meio estranho, onde não conhecem a sua prosápia e parentela e tratam a capricho.

Há também outro modo de dar tratos glotológicos, que consiste em conservar o trajo ortográfico forasteiro e desfigurar a fonação, como nos ingleses *thug, pyjama, cutter*[1].

Chatim pode ter, por tanto, a seguinte inscrição:

Chatim, *s. m. (Originário).* Nome de uma casta comercial, natural de Choramândel; *(ant. ind.)* negociante em grosso no sul da Índia e em Malaca; *(ant. ind.)* mercador em geral; *(ant. europeu)* comerciante sagaz e manhoso; *(actual p. us.)* negociante de tretas, tratante, traficante. Do malaiala *cheṭṭi*, neo-árico *xeṭh*, < sânsc. *çreṣṭhī*, «presidente de associação comercial ou industrial».

XI

Corja

A palavra *corja* desviou-se, na sua viagem para Portugal ou, melhor, na sua situação actual, da sua significação originária muito mais do que qualquer outro vocábulo asiático; e é únicamente nisso que está a sua importância filológica.

Para os nossos indianistas e para o indo-português, *corja*, — indo-inglês *corge* ou *coorge*, indo-francês *corge* ou *courge* — é o nome do número vinte de peças da mesma espécie, é uma vintena, como *score* é, no mesmo sentido, para os ingleses, ou *dúzia* é na Europa a denominação do número doze.

1514. — «O Gouernador fallou com o seu judeu, o lingua, que tivesse modo como ouuesse do chatim como lhe ouuesse em Bati-

[1] É curiosa a historia de *cutter*. Do malaiala *kattiri*, «barco pequeno e ligeiro», fizeram os portugueses *catur*, que os ingleses adoptaram na forma de *cutter*, que o representava menos mal na prolação, e nos recambiaram como uma prenda sua, e nós, que morremos de amor pelos estrangeirismos e não nos recordamos do nosso glorioso passado, aceitamo-la às cegas e com profusos agradecimentos! *V. Influência, s. v. catur.*

calá, cinco mil rubis de **corja** de marca grande. Estes rubis são miudos que encastoão derrador d'outras peças grossas, e estes de marca grande, que são vinte peças a **corja**, valem a **corja** a trinta e corenta crusados a **corja**, que nos cinco mil que o Gouernador queria pera mandar á Rainha, que lhos mandaua pedir, era 250 **corjas**, que valião quinze mil crusados». — Gaspar Correia, *Lendas*, III, p. 388.

«E lhe mandou logo de presente hum riqo sobreceo laurado, branco, peça muy fermosa e huma **corja** de byatilhas que valia duzentos pardaos». — *Id.*, III, p. 479.

1516. — «Estas sortes de panos prendem eles por **corjas**, que antre eles he hũu conto de vinte, como qua dizemos duzia». — Duarte Barbosa, *Livro*, p. 283.

1525. — «A **corja** de quotonias pequenas vall cemto e coremta tamgas». — *Lembranças das cousas da India*, p. 49, *et passim.*

1539. — «Com huma **corja** de çaraças e pannos Malayos para sua mulher, e filhas que he o commum trajo daquella terra». — Fernão Pinto, *Peregrinação*, cap. 21.

1547. — «... a fóra os vestidos que el Rey e os grandes mandarão dar aos trinta mil sacerdotes [budistas], em que gastarão infinitas **corjas** de roupa». — Id., cap. 163.

1554. — «Quatro **corjas** de cotonias pera abitos de moços, çinquo **corjas** de panos pera çiroulas e camisas dos ditos moços». — Simão Botelho, *Tombo*, p. 28.

1559. — «Cinquoenta **corjas** de roupas seramporí». — *Archivo Port.-Or.*, fasc. 5.º, p. 401.

«1563. — Chamamos rubins de **corja**, que he tanto dizer como comprados 20 a vinte». — Garcia da Orta, Col. XLIV. — Aqui já se modifica o sentido primário na acepção de «cousas que se vendem ás vintenas». Vid. Gaspar Correia, *supra.*

1632. — «Sinalou-lhe o Viso-Rei de ordinaria... vinte *candiz* de Arros, dez de trigo, oito cantaros d'azeite, e dez **corjas** de Cotonias. São cotonias lenço da terra, que serve para vestido. A **Corja** he numero de vinte». — Fr. Luís de Sousa. *Hist. de S. Domingos* (edição de 1731), III, p. 275.

1635. — «Andou por casa dos mercadores e casados, e os fintou em cem **corjas** de teadas». — António Bocarro, Déc. XIII, p. 243.

1612. — «White callicos from twentie to fortie Royals [reais] the **Corge** (a **Corge** being twentee pieces)». — Saris, *in Glossary.*

Por **corja** se entende actualmente, em Portugal, «multidão de pessoas despreziveis, malta, súcia, canalha». Muitos

dos lexicógrafos modernos nem sabem se teve outrora, e tem ainda hoje nas colónias, outro significado. «Esta palavra que actualmente significa apenas, em sentido pejorativo e ofensivo, o mesmo que «matula» *(q. v.)*, «quadrilha», (espanholismo), «turba», é declarado termo da Índia com a significação de «vinte», no *Vocabulario Portuguez e Latino* de Bluteau». Gonçalves Viana, *Apostilas.*

Mas foi sempre nesta acepção que o têrmo vogou no continente? Certamente que não; os vocábulos não mudam notávelmente das suas significações *ex abrupto.* Gonçalves Viana observa (*loc. cit.*): «Vê-se pois que ha dois séculos ainda não havia adquirido o sentido deprimente que ao depois prevaleceu». E Fr. Nicolau de Oliveira (1620) diz: «Trazem tambem grande quantidade de **corjas** de porçolanas, e muytas das Naos trazem duas, e tres mil **corjas**, e tem cada **corja** vinte porçolanas». *Grandezas de Lisboa*, f. 130. — Parece que a expressão *porcelanas* está aqui por «peças de louça oriental».

Seria muito interessante conhecer a história da transição, que se teria realizado gradualmente, do sentido próprio e primário para o secundário e pejorativo. Infelizmente, não há dicionário histórico da língua portuguesa, e o meu estudo, ainda incompleto, limita-se tam sómente à biografia de dições de origem asiática.

Primeiramente, quanto à «grande quantidade ou multidão», pareceria que, a introduzir-se têrmo oriental, mais cabimento teria a voz *laque,* muito usada pelos indianistas na acepção de «cem mil», especialmente com referência a Ormuz e Malaca [1]. Sendo porêm ordinàriamente empregada

[1] «Com condição que lhe dese dez **leques** de pardaos douro, que cada **leque** tem cem mil pardaos». *Chronica de Bisnaga*, p. 58. — «Morrerão de ambas as partes desasseis **laquesás** de homens, e cada **laquesá** tem cem mil». — Fernão Pinto, cap. 162.

com relação ao numerário, que não tinha curso na metrópole, a palavra ficou circunscrita ao Oriente.

É verdade que *corja* por «vintena» não denota, por si só, «grande quantidade», mas o seu plural indefinido, como o de *dúzia*, já designa «avultado número», do mesmo modo que o inglês *score*. E a expressão estaria muito em voga no período da actividade febril no trato comercial com a Índia, quando Lisboa era o empório de produtos orientais, onde entravam cada ano milhares de *corjas* de cada género e aonde a Europa inteira vinha prover-se.

Importa igualmente ter em vista que os negociantes luso-orientais não venderiam as suas fazendas por miúdo e, em alguns casos, por conta europeia, mas por grosso e com denominações originárias, assim porque isto facilitaria os seus cálculos de lucro nas transacções, como porque muitos dos artigos formavam agregados de vintenas em jogos ou enfiadas. Uma *corja de porcelanas*, por exemplo, não seria, de certo, «vinte peças de tijelas ou chícaras» de uma só sorte.

Como é, porêm, que a palavra *corja*, depois de tomar a significação de «multidão», até no singular, passou em seguida a designar «súcia ou matula»? Compreender-se hia sem dificuldade, se fosse sómente empregada na acepção de «numerosas coisas más», sendo de presumir que vários compradores ficariam logrados com a aquisição de objectos avariados ou de somenos estimação, e não perderiam a ocasião de os deprimir, aludindo às suas *corjas* de cotonias ou porcelanas ou pedras preciosas.

Mas tambêm não poupariam, antes confundiriam, nas suas invectivas e no seu desprêzo dos artigos, que então em especial lhes pareceriam numerosos, os chatins sem consciência, que lhes impingiram gato por lebre. E assim, se transferiu gradualmente, conjecturo eu, das coisas más para as pessoas más o sentido de «multidão», que a dição tinha adquirido; e a inocente *corja* ficou sendo designa-

tiva de «súcia» de vadios, velhacos e outros indivíduos semelhantes.

A degredação a que chegam, no decurso do tempo, certos vocábulos polidos e muito em voga, às vezes sem causa conhecida, é um fenómeno curioso. A própria palavra *súcia* não significava antigamente o que por ela se entende ao presente, era simplesmente «companhia, sociedade, reunião». Ainda hoje se canta na Índia em brindes, talvez importado da Europa: «Ai! que bela súcia dos amigos!»

Ora se isto acontece com termos vernáculos, cujos pais e parentes não são desconhecidos, com maior razão se há de dar com os forasteiros, que aparecem isolados e um tanto indefinidos. E tal foi a sorte não somente da *corja,* mas também dos seus patrícios *pagode*, *veniaga* e outros.

*

Quanto à etimologia de *corja,* há certa obscuridade, pôsto que não haja dúvida em se admitir que o seu berço é a Índia. Devic, contudo, sugere como étimo provável o árabe *khordj,* talvez baseado na errada definição de Littré: «Paquet de toile de coton des Indes». Mas *khordj* significa «sela, saco, mala», e não, «vinte», que é o sentido em que sempre foi o vocábulo empregado no Oriente pelos mercadores.

H. H. Wilson *(Glossary)* aponta o telúgu *khorjam* por étimo, o qual Yule & Burnell presumem ser corrução do têrmo comercial. E de facto, Filipe Brown, no seu dicionário de telúgu mixto, nota que *kōrja* ou *khōrjā* é têrmo dos negociantes.

Tambêm o concani tem *korj* (ao lado de *kôḍ),* o túlu *kōrji,* o malaiala *kōrja,* que, evidentemente, proveem da forma portuguesa.

Os idiomas neo-áricos teem um vocábulo, tambêm admi-

tido no dravídico tamul, para designar o número vinte, o qual é *koḍī, kôḍ* em concani, extensamente usado pelo povo, que conta por *koḍís* ou «vintenas». Mas a dificuldade está em indicar o processo da evolução fonética de *koḍī* ou *koṛī* em *corja,* visto que a sua representação normal em português deveria ser *cori* ou *core,* como *areca* é de *aḍeka.*

Os autores do Glossário Anglo-indiano julgam que a forma empregada por Barthema (1510) explica a transição: «Se são estofos, vendem por **curia**, e do mesmo modo se são gemas. Por **curia** se entende vinte» [1].

Mas não vejo bem como é que «a citação mostra a palavra em uma forma inteiramente conexa com esta *(koṛī)* e explica a transição». Admitido que o italiano *curia* não esteja por *curja,* o que é contestável, não se explica a mudança de *o* em *u* nem o acrescentamento de *a;* e *corja,* se tem *j* por *i,* conserva o *o* do suposto étimo *koḍī.*

Barthema ou Varthema passou a maior parte do seu tempo no Malabar, como observa Garcia da Orta, e pertendendo dar informações originais com respeito à Índia inteira e à Malásia, aproveitou os esclarecimentos fornecidos pelos portugueses e pelos comerciantes locais, mas não conseguiu reproduzir os vocábulos vernáculos com a exactidão dos nossos escritores.

A palavra *curia* ou *curja* ou *corja* devia então vogar na costa ocidental, entre os indígenas ou, com mais probabilidade, entre os portugueses, para designar particularmente o conjunto de vinte gemas ou vinte peças de tecidos, como declaram os nossos indianistas, sendo também nesses dois sentidos a voz *kōḍi* empregada em tamul.

Ora o malaiala, que não conhece *kōḍi,* possui *kōrchchu,* que quere dizer «enfiada, ramal», derivado do verbo *kōrkk,* «enfiar», sendo *kōrbat* «enfiada de pérolas». *Kōrchchu*

---

[1] Traduzo a tradução inglesa, por me ter passado despercebido o vocábulo no original italiano, que não posso agora ter à mão.

é, por conseguinte, têrmo vernáculo e origem do têrmo português *corja,* pois que o *ch* do malaiala se representa em português por *j* e vice-versa. Cf. *jágara* de *chákkara, jangada* de *chaṅgaḍam, jaca* de *chakka;* e *chenel* por *janela, chūdu* por *jôgo.* Vid. *Influência,* p. 93.

O têrmo generalizou-se na Índia, na forma adoptada pelos portugueses, por ser sinónimo do árico *koḍī* e por se vender grande parte de artigos comerciais por vintenas. E Camilo Castelo Branco celebrizou-o em Portugal, na sua nova acepção, tomando-o por título dum dos seus livros.

A definição do vocábulo é simples:

Corja, *s. f. (Ant.* e *ind.)* Conjunto de vinte objectos da mesma natureza, vintena; *(desus.)* grande quantidade, carrada; *(mod.)* multidão em sentido depreciativo, súcia, malta. Do malaiala *kōrchchu,* «enfiada de vinte».

XII

Jangada

Jangada é outro vocábulo indiano, que está completamente naturalizado em português, pelo menos desde o século XVIII, pois Rafael Bluteau (1712) não o reputa peregrino [1]. Tem, além disso, a vantagem, sôbre os outros da mesma procedência, de conservar a sua significação originária e de estar seguro de não vir a ser, com o tempo, deslocado, desfigurado ou degradado, visto que não receia rivais que o substituam, nem elementos de corrução. A sua entrada na língua portuguesa não foi um favor, mas uma necessidade, por falta de têrmo vernáculo adequado [2].

---

[1] «**Jangada** Paos boyantes, ligados entre si».

[2] A não ser *balsa,* «paus atados uns aos outros em fórma de jangada». *Diccionario Contemporaneo.*

Os lexicógrafos atribuem-lhe três ou quatro significados, mas não indicam o seu conceito primordial, que dê a razão de tantas acepções, e erram, em geral, com respeito à sua origem [3].

*

§ 1. — **Sematologia.**

Os nossos indianistas empregam a palavra *jangada*, explicando-a comummente, em mais de um sentido, que convêm conhecer em separado.

I. — *Jangada* é a série de duas ou mais embarcações pequenas, ligadas umas às outras, às vezes com intervalos, cobertos com tabuado. A sua utilidade consiste em evitar balanços e em ministrar mais capacidade para conter ou maior facilidade para transportar. Dois barcos, assim juxtapostos, são ainda hoje muito usados nas passagens de diversos rios da Índia, especialmente no sul e em Ceilão. «A horas de vespora o Xeque [de Moçambique em 1497] veo à nao em duas almadias juntas atadas e em cima paos e tauoas que fazião sombrado cuberto d'esteiras, em que vinhão dez Mouros assentados». Gaspar Correia, *Lendas,* I, p. 36.

1504. — «Vieram com IIII **jangadas** de II *paraos* [barcos] cada huũa, e fortes paliçadas de madeira, vaãs, e no meyo, muyta cordoalha, area, algodam». — Álvaro Vaz*, in Cartas de A. de Albuquerque,* III, p. 266.

1510. — «Huma noite de grande escuridão e chuva, se concertou hum capitão do Hidalcão, chamado Pulatecão, valente caualleiro, e se meteo em huma **jangada**, que erão muytas almadias juntas e por cyma tauoado, em que passarão oitocentos homens bem armados, e passou á ilha sem os nossos os sentirem... e a **jangada** se tornou a tomar outra barcada, onde dando a noua que a gente ficaua na ilha, se embarcarão outros tantos na **jangada**, e em outra outros muytos mais». — Gaspar Correia, *Lendas,* II, p. 89.

---

[3] Agostinho Barbosa (1611) explica *jangada* por «embarcação da India». — *Dict. Lusitanico-Latinum.*

1552. — «Vasco da Gama se embarcou com os nossos em duas almadias juntas uma com a outra, que naquella terra se chama **jangada**». — Castanheda, *Historia*, I, cap. 16.

«Acabarão os inimigos de fazer as **jangadas** que sam desta maneira: duas almadias grandes com traues pregadas em ambas de duas muyto juntas, e traues pregadas por cima, e em cada hũa destas cabia muyta gente». — *Id.*, III, cap. 17.

O mesmo cronista emprega, neste sentido, um adjectivo derivado de *jangada*, o qual implica também a existência do verbo *enjangar*, registado nos dicionários: «E erão muytos *tones* e almadias grandes *enjangadas* com arrombadas muyto grossas de cayro, e paraos pequenos da mesma maneyra» — *Ibid.*, II, cap. 51.

1566. — «A multidam dos imigos era tanta que se embaraçauão huns com os outros, com tudo a **jangada** dos vinte paraos, que vinhão encadeados, se adiantou de toda a frota chegando perà nossa carauela, e bateis... Mandou Duarte Pacheco tirar com hum camello que ainda nam descarregara, o que se fez em tam boa hora, que do segundo tiro desmanchou de todo a **jangada**, arrombando quatro paraos que logo se foram ao fuudo». — Damião de Góis, *Chron. de D. Manuel*, I, cap. 86.

II. — *Jangada* é, secundáriamente, uma ligeira construção de traves e tabuas sobrepostas, levada à toa ou impelida à vara nos rios ou no mar sem marulho. Tem a vantagem de ser menos pesada do que os barcos, de oferecer grande superfície plana e de demandar pouca água. Nem sempre se pode discernir se os nossos escritores, quando aludem à construção de madeira, excluem barcos chatos, que algumas vezes lhe servem de base.

1504. — «Tinha prestes muytas **jangadas** de madeira pera a gente passar á Ilha de Palimbão, que auia de passar pelo váo». — Gaspar Correia, *Lendas*, I, p. 476.

1544. — «Auião de passar huma ribeira que auia no caminho, e a passarão com muyto trabalho os abexys com os odres, e os passarão em **jangadas** de madeira e rama, que o judeu foy diante fazer prestes, muyto boas, em que tambem passarão as mulas que muytos dos nossos leuauão por não hirem cansados com as armas». — *Id.*, IV, p. 373.

1553. — «E como elle pera commetter esta passagem que mandou dizer, não tinha embarcações, mandou que toda a gente de

seruiço não entendesse em outra cousa, senão em fazer **jangadas** de madeira, e cestos grandes de verga cubertos de couro pera os cauallos, e gente, o qual modo de cestos vsão por todas aquellas partes na passagem de rios cabedaes»[1]. — João de Barros, Déc. II, v, 5.

«... vigiando o que se fazia em terra, e se ordenauão os Mouros algũas **jangadas** de madeira em que elles costumão passar gente á Ilha». — *Id.*, Déc. IV, VII, 14.

1557. — «Ordenou Afonso Dalboquerque de mandar fazer huma **jangada** de taboas sobre huns páos em que se meteo vestido em huma jaqueta parda». — *Comment. de A. Dalboquerque*, III, cap. 42.

1566. — Determinou de passar a ilha, e pera isso mandou fazer muitas **jangadas** de madeira». — Damião de Góis, *Chron. de D. Manuel*, III, cap. 5.

1862. — «Similhantes embarcaçoens pouco mais eram do que **jangadas**, ou embora grandes lanchas, porém pesadissimas para os remos, fazendo só uso de vélas quando tinham o vento de perpendicular para ré».—Joaquim Celestino Soares, *Marinha*, *in Os Faustos*, de Castilho, p. 413.

III. — Também há outra armação análoga, mais modesta, formada de poucos paus ou pranchas, munida de um pequeno mastro e vela ou puxada a pás, a qual serve para transportar poucas pessoas ou cousas, ou para pescar. Construções destas, chamadas *catamarães* (*catamaran* em inglês, do tamul *kattu-maram*) são ainda hoje usadas em Madrasta e em Ceilão.

1575. — «Tambem vão os pretos de **jangadas**. Esta ilha [de Loanda] he mina do Congo porque aqui se pesca o Buzio que he dinheiro que corre por toda esta terra». — P. Garcia Simões, *in Bol. S G. L.*, 4.ª série, p. 340.

1596. — «Passara quarenta rios tão caudalosos, que nem em **jangadas**, que são certos páos unidos entre si, se podiam passar os vinte delles». — P. Gaspar Afonso, *Hist. tragico-marit.*, VI, p. 17.

---

[1] «Passão a ellas por hũas barcas que são redondas como cestos, de dentro são de canas, e de fora forradas de couro, cabem nellas quinze, vinte pessoas, e tambem passão nellas cavallos e bois, se querem... e em todo o reyno homde as ribeiras não tem outras barcas se não estas». — *Chronica de Bisnaga* (1525), p. 98.

1884. — «**Jangadas** de pranchas, a que chamam *catamaran*, circundam tambem o navio, e indios munidos de pás, ou usando de uma vela latina, as governam muito bem». — Adolfo Loureiro, *No Oriente*, II, p. 224.

IV. — «*Jangada* é, por analogia, a armação feita à pressa com madeira do navio naufragado ou a naufragar, para recolher pessoas ou objectos. Tais factos ocorriam com freqùência outrora na carreira da Índia, quando os naufrágios eram tam amiudados e os bateis insuficientes. Vid. *Historia tragico-maritima.*

1511. — «Conveo ao Gouernador [Afonso de Abuquerque] cortar todos os mastros, porque a nao trabalhaua muyto com o mar por proa; e mandou que todo fosse amarrado á nao, e de todo fizessem **jangada**, porque a nao se hia ao fundo com a bomba que nam podião vencer. Pelo que toda a gente se meteo no trabalho da **jangada** ortemente... E porque a **jangada** se desfazia na nao então a mandou o Gouernador largar por popa». — Gaspar Correia, *Lendas*, II, pag. 269.

«Como foy noite a gente do junqo em huma **jangada** que fizerão fogio pera terra, e ficou o junqo desemparado». — *Id.*, III, p. 269.

1546. — «Como fizerão os Chins que levavamos no *junco* [embarcação] por marinheiros que forão tão industriosos q̃ antes q̃ fosse menham tinhão feyto hũa **jangada** dos pedaços de paos, e das taboas que podião aver ás mãos e cõ as cordas das vellas as atarão de maneyra que quarenta estavão encima bem á vontade».—Fernão Pinto, *Peregrinação*, cap. 179.

1582. — «Huns fazião prestes a *champana* e a *manchua* que leuauamos, outros fazião **jangadas** de rotas e taboas». — *Cartas de Japão*, II, f, 83.

1609. — «Os terceiros se salvaram em huma **jangada** que fizeram sobre os bancos da madeira da náo, e das taboas de caixões». — Fr. João dos Santos, *Ethiopia Or.*, II, p. 182.

1589. — «Quant à ceux qui estoyent demeurez de reste de la navire, ils s'adviserent de lier et ajouter des ais et fragmans que les Portugais appellent **Iangadas** pour se sauver dessus, mais ils perirent tous hormis deux qui parvindrent en terre firme». — Linschoten, *Histoire*, p. 150.

V. — Dizia-se, alêm disso, **jangada** o contrapêso que se juntava ao navio por ocasião de procela, para se segu-

rar. Semelhante engenho, composto de três paus, usa-se muito na Índia em barcos pequenos, e chama-se *cangalha* em indo-português.

1540.—«Toda a noite tinhão payrado a arvore secca com grandes **jangadas** de madeira por popa á *charachina* [ao modo chinês] que seus officiaes lhe inventarão, para poderem suster milhor o pairo». — Fernão Pinto, *Peregrinação*, cap. 62.

1898. — «São curiosas estas construcções puramente primitivas, nas quaes, para o effeito do equilibrio, existe um apparelho rectangular *(out-rigger)*, que, partindo d'um dos lados da *tóne*, mergulha a cerca de cincoenta centimetros de distancia». — Oliveira Mascarenhas e Antunes Monteiro, *Atravez dos Mares*, p. 32.

VI. — Havia também *jangadas de fogo*, que, levando matérias inflamáveis e seguindo a corrente ou a maré, iam dar nas embarcações inimigas — estratagema muito empregado outrora no Oriente.

1510. — «O Hidalcão ordenou de mandar fazer muytas **jangadas** de tauoas cubertas de terra amassada, e em cyma posta leynha sequa miuda e *olá* [folha de palma] e as leuar pelo rio abaixo com a vazante da maré, pelo escuro, e no meo do rio as acender, e deixar hir com a maré dar sobre 'armada, que a queimassem». — Gaspar Correia, *Lendas*, II, p. 106.

1540. — «Por estar já a terra toda amotinada, e apercebida de muytas **Jangadas de fogo**» (na Indo-China). — Fernão Pinto, *Peregrinação*, cap. 40.

«Na entrada do porto estavão ja duas **jangadas** muyto grandes com muyta soma de lenha, e de barris de alcatrão, e fardos de breu, paraq̃ em elle surgindo lhas lançassem». — *Id*, cap. 47.

1563. — «E por estes nauios terem muito pouca guarda, determinarão os Mouros de as queimar com **jangadas de fogo**, entremettido pela madeira, breu e alcatrão».—João de Barros, Déc. IV, VI, 26.

VII. — *Jangadas de madeira* eram denominadas, restritamente, as que constavam de toros de madeira, ligados paralelamente uns aos outros. Neste sentido, a locução é muito usada na Índia, sendo as árvores abatidas das matas desta maneira transportadas pelos rios e até por mar.

1533. — «Tirarão de debaixo da vaza muy fermosa madeira de páos estorados e cauacados, limpos, e fizerão **jangadas** d'elles atravessando uns sobre outros, cada **jangada** de trinta e quarenta páos, que em Goa valião muyto dinheiro; e davão huma **jangada** feita aos galeões, e outra tomauão e atauão por popa de suas fustas e embarcações». — Gaspar Correia, *Lendas*, III, p 473.

1613. — «Tirarão da vasa muyta e muyto fermosa madeyra de paos já desbastasdos e limpos de que fizerão **jangadas**, atravessando uns sobre os outros». — Francisco de Andrada, *Chron. de D. João III*, II, f. 114.

1635. — «Dom Henrique de Noronha veiu de Cochim para Cananor, para trazer humas **jangadas** *de madeira*, por não haver cousa particular em que se empregasse; donde as trouxe e veiu com ellas andando, trazendo as cafilas de Mangalor e Barcelor. — António Bocarro, Déc. XIII, p. 77.

1911. — «O mesmo se pode dizer com relação aos barcos e **jangadas** que frequentam o rio» (de Mapuça em Goa). — José Emílio Castel Branco, *Ból. S. G. L.*, 29.ª série, p. 303.

Vê-se daqui que a idea primária da *jangada* é a de junção de alguns madeiros ou barcos. A armação de madeira é de maiores ou menores dimensões e mais ou menos consistente, conforme a necessidade e os recursos.

*

§ 2.º — **Etimologia.**

Os nossos etimologistas derivam comummente *jangada* de *janga*, que o *Dicc. Contemporaneo* define «especie de embarcação chata que serve principalmente para transportar madeira», e dá-lhe por étimo o espanhol *jangua*. Mas onde é que serve ou serviu tal embarcação? O dicionário da Academia Espanhola tira *jangua* do chinês *chun* (talvez o mesmo que *chuen*), e diz que é «embarcación pequeña armada en guerra, mui usada en los mares de Oriente». A nova edição do dicionário de Cândido de Figueiredo declara que *janga* é «pequena e antiga embarcação de remos», abona-a com Fernão Pinto e atribui-lhe interrogativamente origem pracrítica; mas os prácritos não conhecem tal vocábulo.

A palavra *janjá* ou *janga* não ocorre, que eu saiba, senão na *Peregrinação*:[1] «Dizem que mandou a buscalos hũa frota de trinta **jangás** de remo, em q̃ dizem que hião mil e seiscentos homens» (na China). «Não avia mais em todo o rio que tres *laulees* pequenas, e hũa **jangaa** em que não podião caber cem pessoas». (Cap. 92). «Vierão em dezasseis mil embarcações de Laulees, e **Jangaas** pelo rio de Batampina». (Cap. 117). «Embarcados em tres mil *seroos,* e laulees, e **jangás**». (Cap. 181).

Sendo *laulé* e *seró* termos da Malásia, é provável que o seja também *janga,* talvez procedente do malaio *changgah,* «croque (usado para propelir o barco contra a corrente empuxando-o contra ramos de árvores, arbustos, etc.)». Wilkinson.

Em todo caso, *janga,* quer seja de origem malaia, quer provenha do chinês, não é, como observa com muita razão Gonçalves Viana, o étimo de *jangada*, que não tem com aquela palavra nenhuma relação de significado ou de derivação, nem o dicionário espanhol admite semelhante parentesco.

O substantivo sânsc. *saṅghaṭṭa* (derivado do verbo *saṅghaṭ),* «união, junção, coesão», tomou em marata e concani a forma *sā̃gaḍ* e o significado de «junção de dois ou mais objectos iguais, como duas embarcações, dois mólhos, dois ou mais madeiros ou paus. O conceito funda- é o de «juxtaposição ou contraposição».

Em malaiala, o sânsc. *saṅghaṭṭa* ou o neo-árico *sā̃gaḍ* é representado por *chaṅgāḍam'*, «balsa, dois barcos ligados para passagem dos rios». Stolz. Os autores do Glossário Anglo-indiano observam que «é uma palavra de especial importância por ser uma das poucas vozes dravídicas conservadas nos restos da antiguidade clássica, a qual

[1] Pode ser que seja o mesmo que *joanga,* de que falam Castanheda, Gabriel Rebêlo e o próprio Fernão Pinto, que acentua *joangá*.

ocorre no *Periplus» Maris Erythrei,* do primeiro século, como *zángara.*

Foram os referidos autores os primeiros que entroncaram o vocábulo português no tamul-malaiala *shangāḍam.* Gonçalves Viana registou a derivação nas *Apostilas,* e o Sr. Cândido de Figueiredo reproduziu-a na segunda edição, como «do tâmil *xangadam*».

Cumpre notar: 1.º Que *támil* é forma inglesa, mais consentânea à etimologia, sendo *tamul* (francês *tamoule*) a portuguesa, corrente na Índia. 2.º Que no actual tamul se encontra *saṅgaṭṭam'* ou *saṅgaḍam'* no sentido de «apêrto ou dificuldade», que é uma das acepções do étimo sânscrito. 3.º Que a exacta transcrição e ortoépia do vocábulo malabárico é *chaṅgāḍam',* sendo *ch* diferente de *x* nos idiomas indianos. 4.º Que os portugueses receberam o têrmo no Malabar e da língua do país, a qual é distinta do tamul, pôsto que da mesma família.

A identificação fonética de *jangada* e *chaṅgāḍam'* não oferece dificuldades de monta. Já vimos na palavra *corja* que *ch* inicial de vocábulos malabáricos se transmuda em *j* na sua transição para português. O *m* final, que tomam muitas vozes do malaiala, bem como do tamul, quando estão soltas ou isoladas, não se reproduz. Cf. *malaiala* de *malayāḷam', andor,* de *aṇḍolam'.* O *ḍ* cacuminal passa para a sua dental [1].

*

Os nossos indianistas empregam igualmente a palavra *jangada* para designar «o naire assalariado que guia e guarda um viajante, ou defende uma fortaleza ou um pagode, com a garantia da própria vida». «Aos mercadores

---

[1] A língua túlu, dravídica, tem *jangalu, jangālu* ou *jangāru,* que parece ser importado do inglês *jangar,* corrução de *jangada.*

estrangeiros, diz Damião de Góis, e de qualidade que vão a Calecut, por ordenança del Rey se dá hum Naire para o guardar e servir». — *Chronica de D. Manuel*, I, cap. 42.

O étimo do têrmo nesta acepção, é o mesmo *chaṅgāḍam'*, que expressa, metafóricamenre, a ligação moral, estreita e indissolúvel, de um indivíduo nobre, que empenha nisso a sua honra e vida e até a da sua família, e se faz *amouco*, sendo necessário, como está dito.

1540. — «Os senhores que ora lhe obedecem, que lhe obedeçam asy e da maneira que ora lhe ffazem, e que lhe nam posam tirar as **jangadas** que ao presente tem as suas terras». — *Apud* Simão Botelho, *Tombo*, p. 252.

1543. — «E este homem que assy veo a morrer tão denodadamente, era hum dos **jangadas** do pagode. E chamamlhe **jangadas** porque os Reys e senhores das terras, por seu costume, mandão guardar estas casas dos pagodes, que estão por suas terras, por dous homens capitães, homens honrados e bons cavalleiros. A estes guardadores assy chamão **jangadas**, e tem gente de sua guarda». — Gaspar Correia, *Lendas*, IV, p. 328.

1602. — «E por esta rezão as nossos fortalezas tem **jangadas**, a que elRey dá tenças, que são obrigados com todos os parentes e criados acudirem as afrontas que os visinhos lhes fazem». — Diogo do Couto, Déc. IV, VII, 14.

1603. — «Era costume dos Reys de Porcà, e de todos os mais do Malauar não entrarem na Cidade de Cochim sem o Regedor mór do Rey de Cochim, ou pessoa grande de seu mandado, como o Regedor mór não fosse como por sua **jangada**, que entre os Malauares he como segurança de bom tratamento, ao qual ficão obrigados os que sam **jangadas**, ou os que as dão, de modo que todo o agrauo, que se faz á pessoa a que se dá **jangada**, se faz ao mesmo Rey, ou pessoa que a deu, e ainda a todos os Naires, e como tal o vingão». — Fr. António de Gouveia, *Jornada do Arcebispo*, f. 116, v.

1613. — «Este nayre que por sua vontade se veyo entregar ha morte era hum dos **jangadas** daquelle pagode». — Francisco de Andrada, *Chron. de D. João III*, III, f. 123, v.

1615. — «Tem á sua obedieneia muitos dos a que chamam **Jangadas**, que são Naires deputados a acompanhar qualquer pessoa». — Pyrard de Laval, *Viagem*, I, p. 284.

1698. — «Era necessario que a igreja tivesse sempre dous ou tres

Naires, dos que no Malabar chamam **Gengadas**, e servem de procurar e defender os privilegios e isenções das pessoas, das quaes são **Gengadas**, e de tomar satisfação de qualquer affronta que se lhes faça». — *In O Chronista de Tissuary*, II, p. 83.

1894. «Quando um dos **jangadas** toma conta de um estrangeiro, é como se lhe respondesse pela vida; nenhum dos outros se atreve a tocar-lhe n'um cabello». — Lopes de Mendonça, *Os Orphãos de Calecut*, p. 194.

*

Parece-me, à vista do exposto, que o vocábulo pode ter a seguinte entrada no dicionário português.

Jangada, *s. f. (Ind.)*. Junção de duas, e às vezes mais, embarcações pequenas, para serviço dos rios ou portos. Armação de madeira para transportar por mar ou rio, ou para recolher os salvados de naufrágio; *(ind.)* ligeira construção de pranchas para pescar ou para incendiar embarcações; *(ind.)* conjunto de toros de árvores, ligados uns aos outros e levados por água; *(ind.)* contrapêso de madeira, que se junta a um dos bordos de barcos estreitos, «cangalha»; *(fig.)* caranguejola; *(ant. ind., m. ou f.)* naire que se comprometia a guardar, com o sacrifício da sua vida, uma pessoa ou um estabelecimento. Do malaiala *chaṅgāḍaṁ* < sânsc. *saṅghaṭṭa*, «junção, união».

O Dicionário de Cândido de Figueiredo consigna como *brasileiro* outro significado: «árvore silvestre, de pêso insignificante, e que por isso convêm para a construção de jangadas». O *Contemporaneo* regista a locução «de *jangada*, de enfiada, de escantilhão; em confusão». O da Academia Espanhola exara, com nota de *familiar*, a acepção de «salida ó idea necia y fuera de tiempo ó ineficaz».

XIII

Pagode

De todos os termos asiáticos, adoptados pelos europeus, o que mais atenção tem merecido aos orientalistas e tem ocasionado acalorados debates é incontestávelmente *pagode,* que de português passou para outras línguas da Europa [1].

A difficuldade e o interêsse não estão em investigar os seus significados, que são clara e distintamente indicados pelos escritores nacionais, mas em conhecer a sua sobordinação histórica, e mui particularmente em determinar com segurança a sua etimologia.

Os portugueses, alêm disto, devem naturalmente ter a curiosidade de saber o motivo por que o vocábulo adquiriu no continente, ao menos desde o século XVII, um sentido tam translato.

*

§ 1.º — **Sematologia.**

Os nossos indianistas assinam à palavra *pagode* três sentidos diferentes, com relação à Índia, Indo-China e extremo Oriente, sendo a Índia o ponto de partida. «*Pagode* entre os Portuguezes da India significa o idolo, e o templo, e tambem huma certa moeda de ouro». P. Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado,* II, IV, 2.

Há controvérsia acêrca da prioridade relativa entre os dois primeiros. Registo-os conforme a evolução que se me afigura mais consentânea à razão, contra a opinião geralmente seguida.

I. **Pagode** é «*ídolo indiano, imagem de deuses* ou *santos*

---

[1] «This obscure and remarkable word is used in three different senses». Glossário Anglo-indiano.

asiáticos». Actualmente é pouco usado nesta acepção. Os Vedas não mencionam imagens nem templos. Parece que a sua introdução e propagação se devem ao budismo e jainismo.

1525. — «Trazem hũs carros triumfaes que andam sobre suas rodas, omde amdão bailhadeyras e outras mulheres com tamgeres ao **paguode**, o ydolo». «Tem elrey hũa casa feyta de pano com a sua porta cerrada, onde tem hum **pagode** o ydolo». «As mulheres solteiras e bailhadeyras ficão bailhamdo diante do **paguode** o ydolo gramde pedaço». — *Chronica dos Reys de Bisnaga*, pp. 100, 102 e 104.

1535. — «Disserão a elrey que era tempo que os **pagodes** lhe tinhão dado o synall do vencimento». «Disserão que os seus **pagodes** não erão contemtes com aquella obra, por ser gramde, sem lhe darem algũa cousa». — *Ibid.*, pp 29 e 56.

1538. — «Que lhe jurava [a rainha de Onor, no Canará] pelas alparcas douradas do seu **pagode**, que tanto folgaria com a victoria que Deos lhe désse contra elles, como que o Rey de Narsinga cuja escrava ella era, a assentasse á menza com sua molher». — Fernão Pinto, *Peregrinação*, cap. 9.

1551. — «Metese o diabo nelles muytas vezes, e dizem que he hum dos seus deuses, ou **pagodes**, que assi lhe chamão».—Castanheda, *Historia*, I, cap. 14.

1552. — «Dizendo todos ter ofendido aos seus **pagodes** em não lhe fazer sacrificios e offertas que lhe tinha prometido». — João de Barros, Déc. I, IV, 18.

1557.—«E que a seu primo não lhe avia de valer o Rey de Calecut, nem seus **pagodes**». — *Comment. de A. Dalboquerque*, II, cap. 51.

1559. — «Tendo-se suspeita que em alguma casa ou casas dos ditos gentios ha os ditos **pagodes** e idolos, as pessoas a cuja noticia vier o denunciarão». — *Carta régia, in Archivo Port.-Or.*, fasc. 5.º, p. 389.

1561. — «Jurando [o rei de Cananor em 1498] mais por seus **pagodes**, que são seos idolos que adoram por Deoses, que tudo compriria até morrer». — Gaspar Correia, *Lendas,* I, p. 119.

1563. — «E tambem se gasta o [sândalo] vermelho em **pagodes** ou idolos». — Garcia da Orta, Col. IXL.

1567. — «Acender candeas diante dos **pagodes**, ou em lugares a elles destinados, untalos com azeite, sandalo, e mais cousas». — 1.º Concilio de Goa, *in Archivo Port.-Or.,* fasc. 4.º, p. 13.

1602. — «Taparão todos os olhos dizendo que tirasse aquella sugidade, que erão Christãos, e não adoravão idolos, nem **pagodes**,

quaes cuidavão que erão todas as imagens». — Fr. António de Gouveia, *Jornada do Arcebispo*, f. 46 v.

1603. — «Perguntei-lhes se Thodares tinhão **pagodes**, responderão que tinhão huma bufara [bufala] por **pagode**». — *In O Chronista de Tissuary*, III, p. 138.

1608. — «Faço deixar as cinzas, e as mais ceremonias, e sinal de **pagode**, e persuado a este gente que o não tragão na testa (como costumão todos a honra dos **pagodes**) e que não adorem o **pagode** de Choconadá». — P. Fernão Guerreiro, *Relaçam*, f. 92.

1611. — «Particularmente com os Bonzos, os quaes tinhão chea a casa de imagens de **pagodes**» (na China). — P. Sabatino de Ursis, *Matheus Ricci* (Roma, 1910), p. 21 [1].

1613. — «As duas principais são de figuras de relevo das historias dos seus infames **Pagodes** repartidos por fóra em onze paineis». — P. Manuel Barradas, *Hist. tragico-marit.*, II, p. 106.

«Iam diante quatro ou cinco andores com alguns **Pagodinhos**». — *Id.*, p. 107.

1615. — «Os povos gentios deste paiz de Bengala tem por seu **pagode** ou idolo um elephante branco, que é mui raro de encontrar». — Pyrard, *Viagem*, I, p. 279.

1624. — Vão dando grandes vivas e enges a seu **pagode** de contino com estas palavras (ye Badrynate ye ye)». — António de Andrada, *Novo Descobr. do Gram Cathayo*, f. 3.

1650. — «Nem se pode dizer serem os **pagodes** auctores do universo, quando é certo que qualquer **pagode** (ainda o primeiro que se assigne) teve pae e mãe». — P. António Cardim, *Batalhas*, p. 138.

1663. — «E ao passar de cada conta não dizia mais que, Rama, Rama, Rama, que he o nome do seu mais prezado **pagode**». — P. Manuel Godinho, *Relação*, p. 24.

1697. — «Hum bramane gentio de larga idade era tão devoto dos seus idolos, que por onde quer que fosse, levava sempre comsigo grande soma de **pagodinhos**». — P. Francisco de Sousa, *Oriente Conquist.*, II, I, 2.

1865. — «Os **pagodes** *templos* estavam já a este tempo derrubados, como se vê por muitos documentos. Aqui porem falla dos **pagodes**

---

[1] Êste autor, todas as vezes — e são muitas — que emprega a palavra *pagode*, dá-lhe o sentido de «ídolo», designando por *varela* o templo. «Uma *Varela* velha que é templo dos idolos, por haver muitas nesta cidade» (Pequim). Pag. 62.

idolos; porque a uma e outra cousa se applica o vocábulo». — Cunha Rivara, *Archivo Port.-Or.*, fasc. 5.º, p. 229.

1883. — «Logo que o *bonzo*, o padre chinês, tem declarado o lugar em que o finado deve ser enterrado, faz-se o saímento como descrevi, e os **pagodes**, os bonecos, as figuras de papel e de papelão... são queimadas junto do tumulo». — Adolfo Loureiro, *No Oriente*, I, p. 342.

1544. — «Delectaret me si nunciares neminem jam ex illis *Orracam* [vinho de coqueiro] bibere, neminem **Pagodes** sculpere». — S. Francisco Xavier, Lib. I, *Epist.* 79

1549. — «...patrios Deos (**Pagodes** vocant) in contemptu indigenarum esse venturos». — *Id.*, Lib. III, *Epist.* 24.

1584. — «Hanno certi loro **Pagodi**, i quali venerano come santi, e sono i loro idoli, referendo a Dio principalmente ogni cosa sì delle naturali come delle volontarie». — Filipe Sassetti, *Lettere*, p. 220.

1589. — «Les Bramenes aussi qui sont Prestres des Malabares et Indiens y servent à leurs Idoles qu'ils appellent **Pagodes** et ont Temples dediez à icelles». — Linschoten, *Histoire*, p. 23.

O mesmo viajante intercala na sua obra uma estampa de alguns ídolos, com a seguinte legenda: «Horrendae Idolorum effigies, quae in omnibus viarum angulis Indi prostrati passim adorant et donarijs prosequuntur, a Bramenis sacerdotibus, ob sapientiae opinionem apud illos magni habitis, **Pagodes** dicta».

1620. — «Sur la minuit on porte le **Pagode** au son de trompettes, et on tire quantité de feu d'artifices, que ces Peuples preparent fort bien». — Methold, *in Relations*, I, p. 6.

1630. — The Bramenes under each green tree erect temples to **pagodes**». — Lord, *in Glossary*.

1900. — «In those days [do bispo D. João de Albuquerque] the word **pagoda** was used by the Portuguese to denote both the Hindu temple and the idol; and it was in more recent times that the word was confined to the temple alone». — Gérson da Cunha, *The Origin of Bambay*, p. 137.

*

II. **Pagode** é «*templo hindu* e, por extensão, *mesquita* dos mouros e *varela* dos budistas» [1].

---

[1] Duarte Barbosa chama em um lugar *mesquita* ao oratório hindu: «Estaom os noiuos [brâmanes] ambos assentados em hũ estrado

Nesta acepção é mais usado hoje em dia assim pelos escritores nacionais, como pelos estrangeiros, inglês *pagoda,* francês *pagode, pagodin* [2].

1516. — «Ha nesta tera [Malabar] outra ley [casta] de gente a que chamaom *Cuiavem*, que nom tinhaom diferença dos Nayres, somente por hũu ero que fizeraom ficaraom em ley sobre sy; seu oficio he fazerem louças e tijolo pera cobrirem has casas dos Reis e dos Idolos... tem idotoria sobre sy, e seus Idolos apartados. Nas suas casas de oração a que chamaom **Pagodes** fazem muitas feitiçarias e nigromancias». — Duarte Barbosa, *Livro*, p. 333.

1525. — «Estes **pagodes** são casas em que fazem suas orações, e tem seus idolos, os quaes são de muytas maneiras». — *Chronica de Bisnaga*, p. 84.

1535. — «Nesta cidade fez muitas obras, e as esmollas aos **pagodes**, e nella fez hũu **pagode** muito honrado, ao quall deu muitas remdas». — *Ibid.*, p. 22.

1542. — «Destes **pagodes** que digo ha muitos de edificios muyto sumptuosos, principalmente os das religiões em que vivem os menigrepos, conquiais, e talegrepos, que são os sacerdotes das quatro seytas». — Fernão Pinto, *Peregrinação*, cap. 107.

1545. — «Fomos logo metidos dentro de hum **pagode**, que era hum templo da sua adoração, cercado em roda de parede muyto alta» (no Japão). — *Id.*, cap. 138.

1551. — «Em hum **pagode** que he casa de oração dos seus idolos que tem deputado para isso». — Castanheda, *Historia*, I, cap. 14.

«E fazemlhe casas dedicadas aos diabos, a que chamão **pagodes**». — *Id.*, II, cap. 16.

1552. — «Do rio Zanguizar á outras vinte e cinquo legoas onde

---

muyto cubertos douro e pedrarias e joias, diante de si tem hũa *mesquita* com hũ Idolo cuberto de flores». *Livro* (2.ª ed.), p. 279.

«In the 17th century we find the word sometimes misapplied to places of Mahommedan worship, as by Faria y Sousa, who speaks of the «**Pagode** of Mecca». *Glossary*.

[2] «**Pagode.** Monument religieux de l'Inde et de l'extrême Orient... consistant à l'origine en une sorte de chapelle, soit tailée dans le roc, soit construite á ciel ouvert, mais dans laquelle la statue de la divinité est dressée au centre de piliers, supportant une pyramide polygonale». *La Grande Encyclopédie*.

está o **pagode** se contem Ceitapor, Carapatão, Tamaga». — João de Barros, Déc. I, IX, 1.

1554. — «E pera o mosteiro de santa fee oyto çentos e corenta e cinquo mil reis em cada hum ano, afora a Renda dos **paguodes**, que sua alteza deu pera a dita casa, que Rende seyscentos mill reis». — Simão Botelho, *Tombo*, p, 70.

1558. — «Os christãos se espalharão por diversas partes, e a nossa casa foi dada a **pagode**, ou casa de idolos». — P. Gaspar Vilela, *Cartas de Japão,* I, f. 59.

1563. — «E todas as casas [de Calecut em 1500] cubertas **d'ola**, que he a folha de palmeiras, que por seo costume e ley, ninguem tem casas cubertas de telha senão as casas de seos **pagodes**, que são suas igrejas, e as casas dos Reys». — Gaspar Correia, *Lendas*, I, p. 183.

1563. — «Tem outro **pagode** em huma parte da ilha, que chamam Maljaz; a qual he huma casa muyto grande, tambem feita dentro na pedra; e tem dentro muytos **pagodes** [ídolos], e muyto mal assombrados». — Garcia da Orta, Col. LIV.

1566. — «São estes gentios Canaris do Malabar mui ceremoniaticos, tem templos a que chamam **pagodes**, mui grandes, e bem armados, com muitas imagens, dellas afiguradas, quem anjos, e diabos, dellas como homens e mulheres, e outras de diversos modos». — Damião de Góis, *Chron. de D. Manuel,* I, cap. 22.

1568. — «Eu sou informado que á ilha de Guoa vem *Jogues* [ascetas hindus] que trazem bullas dos **pagodes** dos idolos dos jentios». — *Regimento Jeral, in Archivo Port.-Or.,* fasc. 3.º, p. 20.

1602. — «Todo aquelle **pagode**, em que notamos cousas admiraveis...» — Diogo do Couto, Déc. IV, IV, 7.

«Tem o mais soberbo e sumptuoso **pagode** que ha em toda aquella ilha». — *Id.*, Déc. VI, VII, 7.

1603. — «Souberão os Gentios e Bramanes dos **Payodes** destas festas e intento do povo, e como auião de leuar o Arcebispo na procissão». — Fr. António de Gouveia, *Jornada do Arcebispo,* f. 57.

1609. — «Poseram esta imagem entre os seus santos no seu **Pagode**, que é a sua Egreja». — Fr. João dos Santos, *Ethiopia Or.,* II, p. 82.

1615. — «O grande **Pagode**, ou templo real, que é o maior do reino [de Calecut], onde ha grande numero delles. A imagem do idolo que alli se adora, a que tambem chamam **Pagode**, está collocada na parte mais interior do templo». — Pyrard de Laval, *Viagem,* I, p. 350.

1632. — «**Payode** chamamos a casa que tem por templo». — Fr. Luís de Sousa, *Hist. de S. Domingos*, III, p. 245.

1635. — «...se ia fazendo e fortificando pelos mouros vassalos do Idalcão um **pagode** [mesquita] á maneira de fortaleza». — António Bocarro, Déc. XIII, p. 87.

1668. — «E nós fomos prolongando da costa com vento em popa, e ganhamos o barlavento das Ilhas té passarmos o **Pagodinho**». — Fr. Jacinto de Deus, *Vergel das Plantas,* p. 142.

1685. — «Para o outro lado [do Pico de Adão em Ceilão] está o **Pagode,** que he a sua Igreja». — João Ribeiro, *Fatalidade Historica,* I, cap. 23.

1697. — «Usamos indistintamente na India desta palavra, **Pagodes,** para significarmos ou idolos, ou templos gentilicos». — P. Francisco de Sousa, *Oriente Conquist.*, I, I, 2.

1825. — «Tem alguns **pagodes,** asylos da superstição, adornados com idolos de feia catadura». — José Inácio de Andrade, *Cartas* (Lisboa, 1847), I, p. 18.

1883. — «Cheguei a um templo budhista, o principal da cidade [de Colombo]. Em uma das mais bellas estradas do paiz abre-se um portão que dá accesso a um recinto, onde se encontram quatro templos ou **pagodes**». — Adolfo Loureiro, *No Oriente,* I, p. 225.

1884. — «Os templos em que se pratica o culto chinez chamam-se **pagodes,** e os sacerdotes *bonzos*». — *Id.,* II, p. 68.

1886. — «Os **pagodes**...são templos gentilicos, em que os idolos estão expostos á adoração dos devotos. São ordinariamente de fórma quadrada ou quadrilonga; os maiores são divididos em tres naves e de construcção perfeitamente oriental» — Lopes Mendes, *A India Port.,* II, p. 55.

1898. — «**Pagodes,** a que os hindus chamam *divola* ou *devalem,* são os templos em que os idolos estão expostos á veneração dos fieis». — Oliveira Mascarenhas e Antunes Monteiro, *Atravez dos Mares,* p. 173.

1516. — «In questa terra di Goa, e di tutta l'India vi sono infiniti edificii antichi de' Gentili e in una isoletta qui vicina detta *Dinari* [= *Divari*], hanno i Portoghesi per edificare la terra di Goa distrutto un tempio detto **Pagode** (pigliava per nome proprio ciò ch'è nell'India commune...) ch'era con maraviglioso artificio fabricato». — André Corsali, *apud* Gubernatis, *Storia,* p. 116.

1544. — «Ego Christianorum vicos circumiens, per Brachmanorum aedes (**Pagodes** vocant) transire soleo». — S. F. Xavier, Lib. I, *Epist.* 14.

1584. — «Hanno certe loro chiese, che chiamano **Pagodi,** dove vanno a farsi schiavi del nabisso [= abisso]». — Filipe Sassetti, *Lettere,* p. 231.

1616. — «Ils appellent, leurs petits Temples des **Pagodes**, ils sont bastis en rond; il y a des Idoles qu'ils adorent, quoy qu'ils representent des Monstres». — Terry, *Voyage aux Indes Orientales (in Relations)*, p. 94.

1640. — «Leurs Temples ou **Pagodes** sont de bois» (em Japão). — *Relation du Japon* (*ibid.*), p. 32.

1638. — «There they meet us at a great **Pagodo** or **Pagod**, which is a famous and sumptuous Temple (or church)».—Lord, *in Glossary*.

1653. — «Ils peuvent seulement faire profession de païens ou de musulmans, sans avoir aucune **pagode**, mosquée ou statue» (em Goa). — Le Guaz de la Boullaye, *Voyages*.

1666. — «Il y a des Mosquées et des **Pagodes**, c'est-á-dire des Temples de Gentils, en cette Ville». — Thevenot, *Voyages*, III, p. 18.

1676. — «Pour moi qui ai vu aux Indes plusieurs **Pagodes** ou Temples d'Idolâtres, et des édifices plus beaux que ne pouvait être le Temple d'Ephese, je crois que ce bassin servoit plutôt à mettre les offrandes du peuple, comme il y en a de semblables aux **Pagodes** des Indiens». — Tavernier, *Voyages*, I, p. 111.

1782. — «Ces énormes machines qui couronnent les portes, les décorations intérieures, et les milliers de colonnes qui entourent les **Pagodes**, imposent le respect, et annoncent la demeure de la divinité». — Sonnerat, *Voyages*, I, p. 101.

1884. — «Les temples de l'Indoustan et du Bengale sont en général ce qu'on appelle dans le Sud des **Pagodins**, c'est-à-dire de petits sanctuaires surmontés de pyramides assez élancées». — Mgr. Laouenan, *Du Brahmanisme*, I, p. 40.

1900. — «Passe une région habitée; des villages, des **Pagodes**, de vieilles églises, en ce style un peu hindou qu'ont adopté ici les chrétiens syriaques». — Pierre Loti, *L'Inde*, p. 106.

1906. — «Il a eu recurs an bras de ses soldats, á la demolition des **Pagodes**, à la proscription, à la confiscation des propriétés, aux buchers de l'Inquisition». — Cristóvão Pinto, *Les Indigènes* de *l'Inde Portugaise*, p. 2.

III. **Pagode**, «antiga *moeda de ouro,* que corria na Índia meridional, de valor variável desde 360 até 3:600 réis». Dizia-se por vezes «pagode de ouro», para se distinguir das outras acepções do vocábulo [1]. A denominação portu-

---

[1] Yule diz que também havia moeda de prata, com idêntico

guesa de *pagode* é posterior, como declara o *Tombo Geral,* à de *pardau,* que é de origem indiana, vulgar *partāp* ou *pardāp,* sânsc. *pratāpa.* Deveu a sua origem à efígie do ídolo, ou «figura do *pagode* desta gentilidade», como diz Diogo do Couto. Vid. Linschoten e Bluteau *infra.*

«Moedas da India: *pagoda* de ouro (East Ind. Company), *rupee* da India inglesa do sec. XVII e XIX, e *rupee* local do sec. XVIII, *half pagoda, 1/4 pagoda,* de prata (East. Ind. Company), *fanam* de Madrasta» (no Museu Rial Escocês)». — J. Leite de Vasconcellos, *De Campolide a Melrose* (Lisboa, 1915), p. 106.

O *pagode,* alêm de se sujeitar às flutuações do mercado, tinha diversa valia conforme as suas espécies ou procedências. A tarifa denominada de Sivá Poy avalia o de Balagate em pouco mais de 8 xerafins, o de côche em 9½ xerafins, e o de Patvar em 12 xerafins. Vid. Francisco Xavier Fernandes, *in Bol. S. G. L.,* 23.ª série, p. 284.

Os nomes indígenas da moeda são: *varāha* ou *varā,* do sânsc. *varāha,* «javali», uma das encarnações (*avatares*) de Vixnu, cuja efígie aparece em várias emissões; e *honā* ou *hūn,* do sânsc. *suvarṇa,* «ouro».

1595. — «A qual moeda de Pagodes se chamava antigamente «pardáo d'ouro», e tinhão de valia trezentos e sessenta reis». — Francisco Pais, *Tombo Geral,* f. 84.

1611.—«Havia muitos Chatins, que são mercadores que falavão por *candiz* de Pagodes de ouro, que he huma moeda como tremoços, que tem a figura do *pagode* desta gentilidade, e vale cada hum mais de quatrocentos reis».—Diogo do Couto, *Dial. do Sold. Pratico,* p 156.

«Ainda na nossa entrada na India houve muitos que fallavão por tantos alqueires de Pagodes, por onde parece que seu commercio, e trato foi sempre maior que de todas as Cidades da India». — *Id.,* Déc. X, III, 16.

---

nome, talvez dado pelos ingleses. Mas os nossos escritores não a mencionam, provávelmente porque não corria nos nossos domínios, pelo menos com tal designação.

1615. — «Perto desta grande praça onde ha o mercado ha um grande edificio [em Calecut], onde se bate a moeda d'el-rei, que corre em toda esta costa de Malabar. São moedas de ouro, que de um lado tem a effigie d'el-rei e do outro um **Pagode** ou idolo». — Pyrard, I, p. 350.

1618. — «Outras moedas correm lá a que chamão **Pagodes**; vale cada uma dellas nove tangas e meia até dez, que importam 570 reis até seis tostões». — Manuel Barbosa, *in Archivo Port.-Or.*, fasc. 5.º, p. 328.

1619. — «Pagará por cada cem **pagodes** de avaliação dous **pagodes** e meyo». — Regimento do Vedor Nuno Vaz Castelo Branco.

1720. — «**Pagode**. Tambem he moeda de ouro, de duas, ou tres castas, que o gentio da India fabrica, e por ser cunhada com a effigie do diabo, foy chamada **Pagode**». — Bluteau, *Vocabulario.*

1810. — «Cobra-se em moeda de **pagodes** denominada *Nixanny*». — Joaquim Soares, *Doc. Comprobativos*, p. 434.

1814. — «Explanação do dinheiro dos **pagodes** da moeda *nixanny* que é distribuido em oito partes, a saber: *Hona* ou *vara* chamado em portuguez **pagode**, 2 dharanes, 3 doules, 4 belans, 5 vis, 6 arvis, 7 rucós, 8 paurucós». — *Id.*, p. 449.

1840. — «Duas são as especies de **Pagodes**: *Sannury* e *Nixany*. Os primeiros (Sannury) são divididos em seis fracções — **Pagode** — Pratap — Damo — Pagó — Visvó — Cannó. De 4 cannós se compõe hum Visvó; de 4 Visvós hum Pagó; de 4 Pagós hum Damo; de 5 Damos hum Pratap, e de 2 Pratapos hum **Pagode**, que equivale a 6 xerafins, 2 tangas, e 30 reis. O valor de cada hum dos segundos (Nixany) são 5 xerafins». — F. N. Xavier, *Collecção de Bandos,* I, p. 269.

1848. — «Fixar definitivamente o valor dos **Pagodes**, ou *Oras* a 6 xerafins, sendo bens dos particulares». — *Id.,* II, p. 191.

1825.—«A companhia dá-lhe armas, fardamento, e 2 ½ **pagodes** por mez; equivalem a 16$800». — José Inácio de Andrade, *Cartas,* p. 60.

1904. — «Esteve arrendada por 1:750 **pagodes** equivalentes a 2:887 xerafins, duas tangas e trinta reis». — F. X. Fernandes, *Regimen de sal*, etc., *in B. S. G. L.*, série 22.ª, p. 321.

1566. — «Nell'uscir poi li caualli Arabi di Goa, si paga di datio quarenta due **pagodi** per cavallo, e ogni **pagode** val otto lire alla nostra moneta; e sono moneta d'oro». — César Frederici, *apud* Ramúsio, III, f. 388.

1586. — «Li cavalli pagano di nolo la metà, e ad uscire di qui 40 **Pagodes** d'oro coniato, che sono tanti scudi d'oro in oro». — F. Sassetti, Lettere, p. 289.

1589. — «Il y a aussi des **Pagodes** de deux ou trois sortes, qui sont pieces d'or qui valent tousiours plus de huict *Tangas*. Ils sont batus par les Indiens Payens qui y mettent l'effigie d'un Idole ayant la forme d'un diable, d'où aussi ils prennent le nom». — Linschoten, *Histoire*, p. 72.

1620. — «Il a de revenue 25 *leckques* [= laques] de **pagodes**, qu'il tire de tous ses Sujects». — Methold, *in Relations*, I, p. 2.

1666. — «Les **pagodes** sont des pieces d'or, dont il y a de vieilles et de neuves; lorsque j'étois à Bagnagar, les vieilles valoint cinq roupies et demie, c'est-a-dire environ huit livres, parce qu'elles y étoient rares et les neuves ne valoient que quatre roupies». — Thevenot, *Voyages*, III, p. 279.

1782. — «La **pagode** est une monnoie d'or plate d'un côtê et convexe de l'autre; sur le côté plat, il a pour l'ordinaire quelques figures des Dieux indiens... Il y a un grand nombre d'espèces de **pagodes**». — Sonnerat, *Voyage*, I, p. 144.

1673. — About this time the Rajah...was weighed in Gold, and poised about 16,000 **Pagodes**». — Fryer, *in Glossary*.

1675. — «El despojo fue tal, que uvo moço a quien cayeron en las manos cinco talegas de **Pagodes**, monedas del oro tamaño de medio real de plata però mas gruessa, y de valor de um escudo». — Faria y Sousa, *Asia Port.*, III, 78.

1676. — «Ils le laisserent en repos à condition qu'il payeroit aux Mogols un tribut annuel de 200.000 **Pagodes** Ces **Pagodes** sont des especes d'or qui valent tantôt plus et tantôt moins, depuis six francs jusqu' à sept francs et demi de notre monnoye». — Tavernier, *Voyages*, III, p. 136.

1791. — «Le docteur aurait été obligé d'aller se purifier dans le Ganges, s'il n'eût abrégé toute difficulté en présentant quelques **Pagodes** ou pièces d'or à son introducteur». — Bernardin de Saint-Pierre, *La Chaumière Indienne*.

1796. — «La *Bhagavadi*, moneta d'oro che ha l'immagine della dea Bhagavadi, nome corrotto in **Pagodi** o **Pagode** dagli Europei, è moneta rotonda, convessa in una parte». — Fra Paolino, *in Glossary*.

1825. — «La première classe est celle des individus dont toute la propriété est au-dessous de la valeur de douze **Pagodes** (5 liv. sterling ou 120 fr.)». — P. Dubois, *Moeurs, Institutions et Cérémonies des peuples des Indes*, I, p. 98.

*

IV. **Pagode** é «festa ruidosa, folia, pândega, bambochata; despesa louca». Usado em Portugal.

1655. — «Pelo amor, que tomárão à Estalagem nova do Rocio na minha vizinhança, vão lá fazer seus **pagodes**». — D. Francisco de Melo, *Apologos Dialogaes*, p. 226.

1866 — «Os rapazes riam ao contar o **pagode**, feito na vespera á noite em casa de uma mestiça solteira». — Conde de Ficalho, *Garcia da Orta e o seu tempo*, p. 177.

1900. — «Já não ha «cabarets», com «bocks» a 50 centimos, com canções e **pagode**». — O *Século*, de 30 de Abril, citado nas *Apostilas*.

1902. — «Com o regimen do **pagode**, que tem sido o programma dos governos até hoje». — *O Século*, de 15 de Abril, *ibid.*

O Dr. Adolfo Coelho consigna a acepção de «divertimento» como *figurada*. O *Diccionario Contemporaneo* acoima-a de «plebeia» e o de Cândido de Figueiredo, de «chula». Gonçalves Viana reputa-a «termo de calão» e «de uso muito moderno».

Muito moderno não se pode certamente considerar o têrmo que vogava, no mesmo sentido, em Portugal no século XVII, e que D. Francisco emprega como muito conhecido.

Quanto à pecha de *chulo* e *plebeu*, parece que *pagode* não merece actualmente tal tratamento, sendo usado freqùentemente pela imprensa periódica e gente polida, ao menos com referência aos governos e aos parlamentos. Em todo caso, tende a generalizar-se e a nobilitar-se, se bem que represente coisa censurável.

Qual é a explicação dêste sentido específico, tão descordante dos originários? É de conjecturar que se teria originado do carácter das festas dos *pagodes* indianos, que são de ordinário espalhafatosas, e às vezes extravagantes, particularmente aos olhos de um expectador estranho. «É natural que esta acepção, diz Gonçalves Viana, provenha das funções que se realizam nos pagodes, e que indivíduos

portugueses que tivessem estado na Índia houvessem trazido para cá o termo, já no sentido de «folgança».

*

Quanto a derivados de *pagode,* eu não encontrei, alêm do diminutivo *pagodinho*, já mencionado, senão *pagodento,* empregado sómente por um escritor, no sentido de «amigo dos pagodes, devoto dos pagodes, pagão».

1650. — «Ella era senhora do reino e do mesmo rei, e como fosse grande **pagodenta** e capital inimiga dos christãos...». — P. António Cardim, *Batalhas,* p. 218.

«E pode ser tambem que a divina semente brote um dia na terra esteril destes **pagodentos**». — *Id.,* p. 227.

O Sr. Cândido de Figueiredo, porêm, regista muitos outros, como inéditos e com o sentido europeu, tais como: *pagodear,* levar vida de pândego ou estroina; *pagodeira,* estroinice; *pagodeiro,* pândego; *pagodice,* pagodeira; *pagodista,* pessoa estroina, que gosta de pagodes. Êste último vem abonado com Camilo, *Corja,* p. 315 [1].

Se de facto todas estas formações são modernamente usadas pelo povo, é claro que a expressão *pagode* possui muita pujança de vida e fecundidade e tem grande fascinação; o que é garantia segura de longa existência próspera.

*

§ 2.º — Etimologia.

Apontam-se vários étimos de *pagode,* mais ou menos plausíveis:

1. As locuções chinesas *pao-t'ah,* «montão precioso»,

---

[1] 1915. — «Pimenta de Castro não cedia e, para metter tambem riso na **pagodeira**, invocava para os seus desmandos e crimes a auctorisação parlamentar de 7 de agosto». — *O Povo* (de Lisboa), de 2 de Setembro.

e *poh-kuh-t'ah,* «montão de ossos brancos». «Escriptores ha tambem que dizem que a sua origem é puramente chineza, sendo aquella palavra a transcrição phonetica dos caracteres «Pe-Kou-Ta», «rima ou pilha de ossos brancos». Mas esta etymologia está hoje rejeitada por bons sinologos». Joaquim Calado Crespo (1898), *Cousas da China*, p. 27.

E Yule observa judiciosamente que dos monossílabos chineses se pode extrair a etimologia de qualquer palavra. Pode-se também acrescentar que, se a história tem voz no assunto, a derivação chinesa é impossível, visto que em princípios do século XVI os portugueses não tinham travado relações com a China e o têrmo era então corrente entre êles na Índia [1].

2. O português *pagão,* que foi adoptado pelo etimologista Wedgwood, citado no Glossário, e que Yule julga ter facilitado a adopção de *pagode* pelos portugueses. Mas seria caso singular a deformação da voz portuguesa *pagão* em *pagode*, para designar objectos tão diferentes. Além disto, a palavra *pagão* raro ocorre nos nossos indianistas, que empregam neste sentido a dição *gentio* (e os seus derivados *gentilidade* e *gentilismo),* que foi apropriada pelos ingleses sob a forma de *gentoo.* Deram, porêm, por analogia, nomes portugueses a alguns frutos indianos, como *figo* à «banana», *pera* à «goiava», *côco.*

3. O singalês *dágaba*, «santuário búdico», pela transposição das sílabas, que deveria dar *bágada* e não, *pagode.* Mas o étimo não era corrente na Índia no tempo de Duarte Barbosa, nem os portugueses tinham então trato intenso com Ceilão. Foi na Indo-China e no extremo Oriente que primeiro conheceram os templos e mosteiros

---

[1] «O Padre Sabatino de Ursis, que viveu doze anos na China, em princípios do século XVII, entende por *pagode* únicamente «ídolo».

dos budistas, os quais denominaram *bralas* (do malaio *bĕrhāla)*, vocábulo que depois se corrompeu em *varelas* [1].

4. O persa *but-kadah,* «templo de ídolo», proposto por Ovington, Reinaud, Littré, Devic, Burnell, e adoptado por Adolfo Coêlho e Cândido de Figueiredo na primeira edição [2]. Mas fonèticamente, *but-kadah* ou *but-kedah* difere muitíssimo de *pagode,* e semânticamente, não dá razão de todos os significados. Tambêm é preciso supor que os portugueses receberam o vocábulo dos muçulmanos [3].

5. O sânsc. *bhagavat,* «adorável, deus», propugnado por Yule contra Burnell e admitido por alguns outros orientalistas.

Parece-me que êste é o mais verosímil, na sua forma feminina *bhagavatī,* «deusa», atribuida por excelência a

---

[1] «Angelo de Gubernatis declara que *pagode* é «voce probabilmente di origine buddhistica, da *bhaga*, onde *bhâgadhi,* varrebbe *continente il bhaga*»! O páli, língua sagrada do budismo, não conhece *bhāgadhi.* — Childers não o regista no seu dicionário — nem *bhagam* é têrmo vernáculo, com alguma acepção peculiar, mas importado do sânsc. *bhaga,* de que Apte cousigna dezoito significados, entre os quais «uma forma de Xiva» e «*pudendum muliebre*».

Tambêm o mesmo escritor identifica (p. 117) o rei *Cammurim* (= Çamorim) com «il residente di *Kumàrì*, il signor di *Kumàrì* (= Comorim); *Conconi* com «abitanti di *Cunjevara*», que fica em Madrasta; *Balagat* (= Balagate, nos Gates) com *Palagat* de Choramândel! E tem êle o arrôjo de afirmar (p. 321) que «più crassi e più avidi de' nostri, i Portoghesi, ad eccezione di pochissimi, si godettero sibariticamente l'India e la predarono, senza vedere, senza cercare più lontano»! Se tivesse lido, por exemplo, a Década V de Couto, encontraria aí um completo tratado das religiões da Índia, magistralmente expendido.

[2] «Introduzião para a *Badgana,* que he o quarto dos idolos, que estava edificado junto da praia do mar» (em Maldiva). — Ben-Batuta (1340), *Viagens*, II, p. 274.

[3] Em hindustani, *but-khānah* quere dizer actualmente «loja maçónica».

Durgá ou Calí (mulher de Xiva), que também se chama simplesmente *devī*, «deusa».

Segundo o autorizado testemunho de *Sir* Watter Eliot, a divindade tutelar de aldeia na Índia meridional, onde predomina o xivaísmo, é sempre alguma forma de Durgá, e a sua figura aparece em grande parte da moeda de ouro, corrente no Decão.

Ora, *bhagavatī*, na sua transição para as línguas dravídicas, devia, em obediência às leis fonéticas gerais (vid. em *chatim*) transformar-se vulgarmente em *pagawdi* ou *pagôdi*. Quanto a *p* por *bh* inicial, temos em tamul (o principal idioma dravídico) *pāṇḍam* por sânsc. *bhaṇḍam*, «vaso de barro»; *Pirama* por sânsc. *Brahma*; *baspam* ou *paṛpam* por sânsc. *bhasman*, «cinza». Quanto a *d* por *t* intervocálico, temos em malaiala: *pradi* (cópia) por sânsc. *prati*, *sammadi* (consenso) por sânsc. *sammati*, *apakaḍam* (acidente) por sânsc. *apaghāta*.

Resta, por tanto, justificar a redução de *-ava-* a *o*. Mas convêm primeiro observar que se a forma indígena fosse *pagăwdi* ou *pagudi*, soariam ambas aos ouvidos dos estrangeiros quási como *pagôdi*. Ora, o *v* indiano é semivogal, equivalente ao inglês *w*, [1] o qual com o *ă* breve antecedente soaria *au* (como acontece vulgarmente em concani) e absorveria a vogal seguinte, do que temos exemplo no tamul *paramechchuran*, do sânsc. *parameçvara*, «Supremo Senhor»; no neo-árico *sonā* ou *sonem*, do sânsc. *suvarṇa*, «ouro», em dravídico *honā* ou *hūn*. E efectivamente, Marco Polo (1298) diz que a oração que se repete diáriamente 104 vezes na Índia meridional é: *Pacauca, Pacauca, Pacauca* [2].

---

[1] «In Malayâlam the sound of *v* stands midway between the English *v* and *w*. This soft sound is common in colloquial Tamil also». Caldwell, *Grammar of the Dravidian Languages*, p. 58.

[2] *Apud* Ramúsio, II, f. 53. Yule nota que a lição de Ramúsio é

Mas a forma *pagodi* existe em algumas regiões dravídicas. Em Curg o povo dá a Calí, segundo Kittel, o tratamento de *pagŏdi* ou *pavodi,* que é corrução *(tadbhāva)* de *Bhagavatī*. Gundert regista, no seu dicionário, o malaiala *pagôdi* (mas escreve *pakôti,* consoante a índole da língua) como sinónimo de «*bhagavatī* Durgá», do qual deriva o português *pagode*. Burnell, porêm, sustenta o contrário, considerando a palavra portuguesa como étimo da malaiala!

Não há dúvida que os malabares adoptaram algumas formas portugesas de vocábulos indianos, como *palanquim, corja*. Mas é inexplicável que restringissem a significação de *pagode* à deusa Durgá.

As objecções que se aduzem contra esta derivação não teem grande pêso. É verdade que em *pagode* aparece *e,* que *bhagavat* não tem. Mas tambem o não tem *but-kadah,* que se lhe antepõe; nem é necessário derivar o têrmo português imediatamente de *bhagavat;* se o fôsse, a dição portuguesa não poderia deixar de ter de encôsto o *e* final. Cf. *laque, cate, bangue*, de *lākh, kāt, bhāṅg*.

Nem vale alegar que *bhagavat* não é nome de templo em nenhum idioma indiano; pois não é indispensável supor, como querem Yule e outros etimologistas, que a acepção de «templo» é «a primeira e a mais proeminente ... podendo-se dela deduzir as outras aplicações».

Históricamente, não há nada que justifique a prioridade da significação «templo» da dição portuguesa *pagode*. As referências, neste sentido, de Duarte Barbosa e Corsali em 1516 não auctorizam a ilação *ex silentio* de que não era então ou antes empregada a expressão para designar «ídolo». A vulgarização e a prevalência da primeira acepção, em detrimento da segunda, teem outra razão de ser.

---

errada, devendo ser *Pacauta,* conforme M. Pauthier. E em harmonia com a fọnétịcạ tạmuḷ-malạịạla, deve pronunciar-se *pagauda,*

Em quanto havia em português o têrmo profano *ídolo* para denotar as «imagens do culto pagão», muito usado na época, seria profanação, perante o fervor religioso do século XVI, denominar *templos* ou *igrejas* as «casas dos falsos deuses».

Não faltam, contudo, indícios históricos em contrário. Pena é que não possuamos nenhum documento da primeira dezena do referido século que mencione o vocábulo. Em ambas as partes da *Chronica de Bisnaga* (1525-1535), porêm, ocorre *pagode* com muita freqùência por «templo», cinco vezes por «ídolo» e nenhuma por «pardau de ouro». A parte mais antiga emprega-o no segundo sentido em três lugares, declarando, para evitar a ambigùidade, em cada um o seu significado, não como novo, mas como relativamente pouco usado e já quási suplantado pelo outro.

O Padre Francisco de Sousa (1697), muito competente no assunto, enumerando mais de uma vez os significados de *pagode*, põe em primeiro lugar, como já vimos, «ídolo», em segundo, «templo», e em terceiro, «moeda», indicando dêste modo a sua concatenação cronológica, que é ao mesmo tempo a mais coerente. Não seria, aliás, possível explicar a ampliação do nome de templo ao ídolo, a não se admitir uma anomalia singular. E tem muita razão Gonçalves Viana para dizer: «Quanto a mim, toda a investigação ulterior deve partir da acepção «ídolo», e não, da de «templo» [1].

O nome da divindade — *bhagavat* ou *bhagavati* — ampliar-se hia, ao contrário, fácilmente, sem mesmo ser preciso

[1] Se Yule tivesse isto em vista e não se deixasse influenciar pela ulterior generalização, e quási exclusivo emprêgo pelos estrangeiros, de *pagode* no sentido de «templo», a sua defesa de *bhagavat* ou, antes, *bhagàvati*, ficaria consideràvelmente simplificada e roborada.

recorrer à influência de *but-kadah,* se não na bôca dos indígenas, ao menos na dos estrangeiros, árabes ou portugueses, e com mais probabilidade na dêstes. Temos para exemplo a palavra portuguesa *milagre,* que os maratas do Concão e os muçulmanos do sul tomam ora por uma imagem da Virgem Maria, ora por uma igreja católica, porque na região há muitos templos dedicados a Nossa Senhora dos Milagres [1].

Tambêm em Portugal, como nos outros países da fala românica, as igrejas se denominam elípticamente pelo nome do orago. Assim dizemos: «Vou à Encarnação»; «hoje há festa no Loreto»; «S. Vicente dista muito daqui», etc. Ora, se isto se diz e se dizia na metrópole ¿ porque não fariam o mesmo os portugueses com relação aos templos do Oriente, estendendo o nome do ídolo à casa do seu culto, mormente quando havia carência de têrmo apropriado? E todavia, *Encarnação, Graça, Estrela, Madalena,* não significam, de per si, «templo» — os dicionários não lhes atribuem tal significado.

Afigura-se-me, porêm, que os portugueses nada mais fizeram que generalizar a dupla acepção em que os naturais empregavam o vocábulo restritamente. Duarte Barbosa, de quem diz Gaspar Correia que falava a língua do Malabar melhor que os indígenas, declara que se chamavam *pagodes* tão sómente as casas de oração de uma casta especial (*cuiavens*) dêsse país. A razão não pode ser outra senão que tais casas eram dedicadas a *Bhagavatī,* vulgarmente conhecida por *Pagôdi.* E é precisamente êste o sentido que, conforme o lexicógrafo Gundert, a última dição tem em malaiala.

---

[1] Na *Chronica dos Reis de Bisnaga* (1525, p. 98) se lê que «fora dos muros da cidade da bamda do norte tem tres *pagodes* muy fremosos, o quoal hũu se chama *Vitella*». Mas *Viththala* é o nome do ídolo e não do templo.

Assim se explica tambêm o motivo por que Corsali alude ao *Pagode* da ilha de Divari (freguesia de Nossa Senhora da Piedade) como se fôra nome próprio. Vernáculamente, nomear-se hia *Bhagavatī*, da invocação do orago; mas o autor preferiu a forma aportuguesada, que já vogava no Malabar.

Os portugueses, que se não podiam prender por esta tecnologia religiosa e não notavam conspícua diferença entre uns edifícios e outros, entre umas estátuas e outras, estenderam gradualmente a denominação de *pagodes* aos templos e ídolos da Índia em particular e aos do Oriente em geral.

Em suma. Ponderada a questão sob todos os aspectos, de entre os étimos de *pagode*, que se tem até hoje aventado, o que tem argumentos assás sólidos a seu favor e, a meu ver, irrefragáveis é *bhagavatī*, «deusa Durgá ou Parvatí, o qual provávelmente já se tinha corrompido, na bôca dos indígenas do Malabar e dos chatins de Choramândel ali residentes, na mesma forma (*pagôdi*) ou muito aproximada (*pagăudi*), em que constantemente a empregaram os portugueses e os estrangeiros. Vid. Gonçalves Viana, *Apostilas*, e o Glossário Anglo-indiano.

A inscrição do vocábulo poderia estar concebida nos seguintes termos:

Pagode, *s. m.* (*Ant.*). Ídolo, imagem de deus ou santo, na Ásia meridional; templo pagão, especialmente hindu ou chinês; (*ext. ant.*) mesquita; (*ant.*) moeda de ouro indiana, valendo primitivamente 360 a 400 réis e depois até 12 xerafins ou 3:600 réis; (*fig.*) divertimento descomedido, festa ruidosa, folia; despesa louca. Muito provávelmente do malaiala *pagôdi*, «deusa Durgá», sânsc. *bhagavatī*, «deusa».

XIV

Pariá, pária

Escassamente usado na antiga literatura portuguesa, concernente à Índia, o vocábulo *pariá* ou *pária* tem modernamente adquirido grande voga em Portugal, como no resto da Europa, devido à influência dos escritores franceses, sendo na França importado de Pondicheri, onde é muito corrente. Os ingleses, da sua parte, também teem concorrido muito para a sua difusão.

Como vários outros termos de origem indiana, *pariá* é empregado pelos europeus em sentido figurado, muito aberrante do originário. Igualmente, o indivíduo representado pela palavra tem sido pintado por Raynal, Bernardino de Saint-Pierre, Casimiro Delavigne e outros, com côres tão negras e impressivas e com tanta profusão de flores de retórica, que mal podemos identificá-lo no solo natal.

Mas é sempre uma ostensão verbal de humanitarismo, embora barato e anodino, que, se não consola os pariás nem melhora a sua condição, deleita todavia a imaginação do leitor privilegiado, e algumas vezes serve de pretexto a várias injustiças sociais [1]. Aliás, é ver como os que timbram de sequazes de Cristo e paladinos da igualdade e fraternidade, e propugnadores da verdadeira civilização, procedem com os pretos e índios na África austral e com os «homens de côr» na América democrática do Norte.

---

[1] «... whence too the misplaced halo of sentiment which reached its acme in the drama of Casimir Delavigne, and which still in some degree adheres to the name». *Glossary.*

«Os poetas do ultimo Occidente, extinctas as páreas orientaes, desataram a carpir, com evidente abuso de sensibilidade, o destino dos *párias* sociaes». Manuel de Melo, *Notas Lexicologicas*, p. 39.

Entretanto os *pariás,* própriamente ditos, que formam a mais numerosa das castas inferiores da presidência de Madrasta e se estendem até a Ceilão, não se reputam miseráveis e abjectos nem são refugo da sociedade; entreteem o mesmo pundonor da sua classe — ou o «castismo», como se diz na Índia — que os brâmanes e os xátrias, e tratam as camadas que consideram mais baixas, como as de sapateiros e lavadeiros, com o puritanismo e desdêm análogos aos das castas superiores. Manteem com aferrado zêlo as suas tradicionais prerogativas, especialmente em certas festividades religiosas, celebradas em nome da comunidade inteira dos hindus; teem seu próprio sacerdócio e culto de Vixnu e Xiva e subdivisões de classes. São êles que tangem os bombos nas solenidades, e em particular nos funerais, e também cultivam os campos, exercem diversos mesteres da aldeia e fornecem o maior contingente para a criadagem dos europeus, aos quais se equiparam em casta, visto que uns e outros comem e bebem as mesmas coisas [1].

O Padre Manuel Barradas, descrevendo o casamento dos *pariás* de Ceilão, onde êles se ocupam em pesca e na preparação de canela, diz: «As insignias que levam são as rodéllas brancas, e candeas acezas de dia, e uns buzios com que vão tangendo em lugar de charamelas. Todas estas são insignias reaes, que os Reis passados concederam a esta sórte de gente, porque sendo estrangeiros povoassem as praias de Ceilão, e ninguem mais que elles ou a quem elles derem licença pode uzar dellas. Estes sós pescam

---

[1] «Ce qu'on ignore généralement, ce que les *par'eya* d'aujourd'hui, quels qu'aient été leurs ancêtres, sont le plus souvent fort peu dignes de la commisération qu'on est porté à avoir pour eux et ne sentent guère leur abjection, pas aussi vivement du moins qu'on le supposerait». — Julien Vinson, *Instructions ethnographiques sur l'Inde dravidienne,* p. 9.

no alto, que no rio, ainda que o tem mais perto que o mar, nem no inverno, quando o mar está impedido, por maior necessidade que se lhes offereça querem pescar, pelo terem por afronta. E certo que faz espanto nesta e noutra gente desta sórte, que sendo tão mesquinha, coitada, e pobre; tem tantos pontos de honra, que antes morrerá, que ir contra ella». *Hist. tragico-marit.,* II, p. 86.

Os *pariás* também se orgulham com justo título de ter produzido nos tempos antigos poetas e poetisas de altíssimo merecimento, ainda hoje muito venerados na área tamúlica. «Um livro tem elles de um homem auido antre elles por mũy douto, chamado Valuuer, natural da cidade de Meliapor, que concorreo no mesmo tempo do Apostolo são Thome, que contem mil trezentos e trinta versos, em que trata do conhecimento de vm só Criador, da reuerencia que se lhe deue, do louuor da penitencia, humildade, abstencia, e do desprezo dos idolos: e por estas cousas, e por outras que ali escreueo, se presume que foi doutrinado pelo mesmo Apostolo são Thome», — Couto (V, VI, Déc. 4).

«O *Kural* de Tiruvalluvar, a admirável colecção de estrofes na lingua tamul, que está impregnada do mais puro e elevado lirismo, é obra de um *Pareya*». Barth, (*The Religions of India,* p. 157) — «O *Kuṛal* de Tiruvalluvar, obra que consta de 1330 dísticos, ou aforismos poéticos... é geralmente considerado não sómente como o mais belo, mas também como o mais antigo poema tamul de alguma extensão que actualmente existe... Certas composições poéticas de popularidade e uso universal são atribuidas a uma irmã de Tiruvalluvar, mulher *paṛeiya!* O verdadeiro nome de Anveyâr, como o de seu irmão, é desconhecido, — significando *Anvei* ou Anveiyâr «mãe», «venerável dama». Caldwell, *Grammar*, pp. 130 e 132.

Recordam-se igualmente com desvanecimento de que a sua casta ocupava outrora no país a mais elevada posi-

ção e contava até reis no seu grémio, e atribuem a sua presente decadência às vicissitudes políticas e aos vaivens da fortuna.

Os *pariás* de Choramândel, como os *poleás* do Malabar, os *malas* de Telinga e outros congéneres, tiveram a infelicidade de ser os mais primitivos habitantes, os autóctones da Índia, oriundos, com muita probabilidade, conforme a opinião, do Arcebispo Laouenan, da raça khuxita. Constituiram por isso, no longo decurso do tempo, a camada inferior, os alicerces do edifício social, suportando sôbre si o pêso dos posteriores povos invasores.

Tal é mais ou menos a sorte dos conquistados em todos os tempos e lugares, quando não são absorvidos ou aniquilados. Os drávidas subjugaram os aborígenes e fizeram-nos seus servos. Os árias levaram de vencida os drávidas, e reduziram-nos à condição de sudras. Os europeus dominaram-nos indo-árias, e muitos dêles os trataram e tratam como ilotas, alegando a superioridade das suas armas e da côr da sua pele. Se amanhã a raça amarela, a que agora, em parte, estão a fazer tantos tagatés (permita-se a expressão), conquistar a Europa, aduzirá análogos argumentos de preeminência própria e de desprêzo dos vencidos.

*

Entremos, porêm, na literatura concernente a *pariá*.

1516. — «Ha outra ley [casta, no Malabar] de gente mais baixa e ciuel ha que chamaom Parcens,[1] que uiuem nos mais desabitados lugares, apartados das outras gentes; nem conuersaom com ninguem, nem ninguem com eles, hamnos por peiores que diabos e damnados; comem inhames e outras raizes de fruitas brauas, cobrem

[1] Assim está na edição da Academia; mas a tradução italiana de Ramúsio tem Pareas. Evidentemente, a lição portuguesa está viciada; deve ser pelo menos *Pareins* ou *Pareens*.

as uergonhas com folhas, comem tambem carne monteza». — Duarte Barbosa, *Livro*, p. 337.

1608. — «Com este seu argumento posso eu prouar que elle he hum villissimo **Parea**, pois antre nós assi os nobilissimos Bragmanes, como os **Pareas**, vilissimos todos sam de cor preta». — P. Fernão Guerreiro, *Relaçam*, f. 96.

1613. — «Todos aqui [em uma aldeia de Ceilão] são **paréas**, que é o mesmo que pescadores». — P. Manuel Barradas, *Hist. tragico-marit.*, II, p. 86.

1615. — «Os **pareás** e *chaleás* da Ilha de Ceilão andão muito divididos pelas aldeas de particulares, que se servem delles em lhe fazer a canella». — Alvará régio, *in Archivo Port-Or.*, fasc. 6.º, p. 1078.

1825. — «Qualquer violação da pragmatica estabelecida, custa o perdimente da casta: ficam excommungados no acto de commetter o peccado. Entram na classe de *mallachores* (**parias**), refugo de todas as castas; a sua condição leva-os aos serviços mais vis da sociedade». — José Inácio de Andrade, *Cartas*, I, p. 29.

1829. — «Estes se assemelham aos **Pariás** no sul da India, e aos Coles e outras castas baixas do norte». — Cottineau de Kloguen, *Bosquejo hist. de Goa*, p. 146.

1837. — «Suppõe que elles [ciganos] eram da classe mais inferior dos indios, a saber — os **parias** — ou como por lá chamam — os *sudros*». — *O Panorama*, de 4 de Novembro.

1846. — «Um **pariá** da Europa passou na terra, e nunca soube quaes as duras condições de existencia que a sociedade impõe aos da sua casta». — Alexandre Herculano, *Illustração*, I, p. 157.

1866. — «Não é dado ao *sudro* nem ao **paria** tocar no brahamane, como não é dado ás raizes tocar nas flores, nem á planta do pé tocar na bocca... As mãos do **paria** que tocarem no brahamane imprimem nelle o sello indelevel do inferno». — Francisco Luís Gomes, *Os Brahamanes*, p. 23.

1873:

«Festejada Cassi, do tempo que lá vai,
ninguem te viu nem disse: ó pobre solitaria,
vem presenciar a festa, atribulada pária!...».

TOMÁS RIBEIRO, *A Indiana*, p. 22.

1883. — «Ha, finalmente, outros que não têem casta. São os **parias** do sul da India, ou os *culis*, do norte». — Adolfo Loureiro, *No Oriente*, I, p. 135.

«Inferiores a todas estas [castas], despreziveis, malditos, vem depois os **parias**, ou *pharases,* que nasceram do cruzamento condemnado e monstruoso das diversas castas». — *Id.*, I, p. 152.

1898. — «O **pária**, tambem conhecido pelo nome de *chandéla*, é ainda mais desprezivel do que o proprio sudra, até ao ponto das outras castas o evitarem, como se evita o leproso». — Oliveira Mascarenhas e Antunes Monteiro, *Atravez dos Mares,* p. 112.

1906. — «Se o hindú, deixa a India, tornou-se **pária**, isto é, menos do que qualquer animal». — Hipácio de Brion, *Duas mil leguas no Hindustão,* p. 110.

1912. — «Não lhes [aos escriturários da fazenda] pode caber outro lugar senão de **pariás** na actual hierarchia fazendária». — *O Debate* (de Goa), de 11 de Novembro.

1915. — «Nós, os **parias**, os feelahs, os ilotas, os servos da actual gleba forense, voltaremos a ter o nosso S. Martinho». — *A Nação,* de 12 de Dezembro.

1627. — The **Pareas** are of worse esteeme». — Methold, in *Glossary.*

1780. — If you should ask a common cooly or porter what cast he is of, he will answer, «the same as master, **pariar-cast**». — Munro, *ibid.*

1782. — «Les **Parias** forment la dernière Caste; ils son regardés par les autres Indiens comme des gens infâmes, souillés, abominables et reprouvés: dans les actes publics et dans la vie civile, on ne daigne pas les mettre au rang des Castes. Proscrits par cet avilissement, ils ont leurs habitations dans des quartiers séparés». — Sonnerat, *Voyage,* I, p. 55.

1791. — «N'approchez pas d'ci, il y a un **Paria**! Aussitôt la troupe effrayée cria: Un **Paria**! Un **Paria**!». — Bernardino de Saint-Pierre, *La Chaumière Indienne.*

1825. — «La plus commune et la plus nombreuse de ces tribus, est celle de **pareyer**, comme ils sont nommés dans la langue tamoule et d'ou vient le nom de **pariahs**, qui leur est donné par les Européens». — P. Dubois, *Moeurs,* I, p. 56.

1857. — «On nous appellait maintenant à entendre de la poésie de moralistes *paréyars* ou **parias**, comme nous les appellon sen France». — *Fleurs de l'Inde,* p. 154.

1884 — «Le mot **Paria** vient du Tamoul *Pareyan,* qui, selon nous, signifie *l'homme du tambour,* (*parei,* tambour, *an*, individu, homme)... A chaque instant, en un mot, le **Paria** et son tambour sont mis en requisition. D'autre part, on peut dire que le **Paria** s'est identifié avec son tambour». — Mgr. Laouenan, *Du Brahmanisme*, I, p. 93.

*

O étimo do vocábulo é o tamul *par̥eiyan*, plural *par̥eiyar*, composta de *par̥ei*, «bombo, tambor», e de *an*, «homem; quere dizer, «tocador de bombo», sendo tal um dos principais mesteres hereditários dos *pariás* [1].

Vê-se das abonações que a forma mais antiga, usada por nossos escritores, é *pareá*, equivalente fonéticamente a *pariá*, do mesmo modo que *chaleá* (do tamul *xakkilyan*, singalês *sakkiliyé*) nome de outra casta, está por *chaliá*, tambêm assim escrito em português e inglês. É igualmente com esta acentuação que o têrmo se usa na Índia Portuguesa, assim como em francês. E é a única legítima e em harmonia com outras formas similares, como *poleá* (casta do Malabar), do malaiala *pulayan*, *maleá*, (outra casta) do malaiala *malayan*.

É provável que todas essas dições se pronunciassem, nos inícios da introdução, com o *ê* fechado, que depois se iotizou em conformidade com a fonética portuguesa: *par̥eiyan*>*parêá*>*pariá*; *malăyan*>*malêá*>*maliá*; *chalêá*>*chaliá*.

A oxitonação funda-se na etimologia e na índole da língua portuguesa. Sendo as referidas palavras compostas de dois elementos, um específico e outro comum, *an* ou *ar* (conforme o número gramatical), salienta-se a composição com a ênfase no ponto da união, isto é, na letra *a*, caindo, por conseqùência, nas transcrição o fonema seguinte, *n* ou *r*.

Alêm disso, o nome de *á* final acentuado representa melhor em português um indivídio do género masculino do que o de *a* átono, que é, em regra, terminação femi-

[1] O ditongo *ai* pronuncia-se *ei* em tamul, e assim se transcreve comummente.

nina. Assim, temos vocábulos indianos aportuguesados: *macuá, caruá, chaliá, poleá, pariá.*

Em Portugal, todavia, prevaleceu a esdruxulação da palavra, não se sabe por que razão. «Quanto à acentuação *pária,* sem dúvida errónea, temos já agora de a aceitar, pelo menos como liberdade poética, pois assim acentuaram nada menos de cinco poetas modernos... cujos nomes, com sobeja razão, todos acatam como de mestres». Gonçalves Viana, *Apostilas.*

O abalisado filólogo não investiga a causa do êrro. A prosódia inglesa *(pária)* não o explica; em Portugal sabe-se, geralmente, o inglês pela escrita, não pela enunciação; aliás, não se grafaria nem se pronunciaria *thug, suttee, pyjama, cutter,* que em inglês se leem *ṭhag, sǎṭi, paijamá, cǎṭǎr,* conforme os étimos *ṭhak, satī, pāejāma; catur,* português antigo, do indiano *kātar.* Nem se diria *Sumatra, Colombo*, que os nossos indianistas, que sabiam mais do que nós, escreveram correctamente *Samatra, Columbo,* bem como *Choramândel* ou *Choromândel, Ádem* [1].

Percebia-se que se dissesse, com algum fundamento na etimologia, *pareia* ou *parêa,* ou mesmo *paría.* Mas parece que foi precisamente para se não confundir, na fonação, o substantivo com o imperfeito do verbo *parir,* e por nem sempre ocorrer acentuado o vocábulo indiano nos auctores antigos e modernos, que se considerou a dição proparoxítona.

Erróneos são igualmente os significados próprios que registam os lexicógrafos: «homem expulso da sua casta, homem da última casta dos índios». Os *pariás* são, como

---

[1] «Pronuncia-se *pária*, porquê? Não será, cogito eu, por imitação do italiano moderno nem do hespanhol. Mas verosimilmente porque, derivação immediata do francez, pareceu defeso introduzir o vocabulo á circulação sem o carimbo da prosodia nacional». Manuel de Melo, *Notas Lexicologicas*, p. 39.

diz o Bispo Caldwell, «casta antiga, perfeitamente definida, diferente das outras», e que não é a última nem das últimas. O expulso da casta ou o indivíduo da ínfima casta do sistema bramânico chama-se *chandala.* Nem êsse passa os seus dias a deplorar a sua sorte ou a revoltar-se contra a sociedade; conforma-se com o seu fadário, e é o que lhe vale.

Constituindo, porêm, os *pariás* a casta mais numerosa de Madrasta e estando mais em contacto com os europeus, estenderam êstes o seu nome a todas as castas baixas e até aos indivíduos indígenas que não teem nenhuma casta ou foram excomungados. E neste sentido o transportaram para os seus países, onde o aplicaram metafóricamente ao expulso ou excluido da sociedade.

A inscrição do vocábulo poderia ser do seguinte modo:

Pariá (erróneamente **pária**), *s. m.* Homem de uma casta baixa dravídica; *(no sentido europeu)* homem da ínfima casta indiana ou expulso da sua casta; (fig.) homem desprezado pelos seus semelhantes ou excluido da sociedade. Do tamul *paṛei-an,* «tocador de bombo»,

XV

Salema, salame. Sumbaia, zumbaia

A maneira de saudar e a manifestação de homenagem dos Orientais diferem notávelmente das dos europeus, e são caracterizadas por muita ênfase e afectação. Os nossos indianistas, não encontrando na língua própria termos adequados para as expressar, adoptaram os mesmos termos que os indígenas empregavam.

Tais são dois: *çalema* ou *salema,* e *çumbaia* ou *zumbaia.* O primeiro é de origem arábica e usado entre os muçulmanos e pelos muçulmanos. O segundo é de procedência indiana e emprega-se em geral para denotar as cortesias dos asiáticos. Alguns dos nossos antigos escritores, todavia,

servem-se do vocábulo *çalema,* por mais conhecido, em lugar de *çumbaia.*

Na língua portuguesa comum, *çalema,* que o Sr. Cândido de Figueiredo regista como inédito nesta acepção, se em algum tempo entrou, não se popularizou, sendo modernamente representado por *salamaleque,* talvez pela influência francesa, e às vezes por *salame,* com referência à India, onde não está em uso a frase *salamaleque. Zumbaia,* pelo contrário, está ainda em vigor, com o significado um tanto alterado, e é provável que continue.

I. — Salema

Salām' quer dizer «paz» em árabe, e é a expressão de que se servem os maometanos nas suas saudações, do mesmo modo que os hindus, de *Ram' Ram'* = Rama, Rama, mas exclusivamente entre si. Entende-se contudo por *salām',* extensivamente, qualquer acto de saudação, como sinónimo de «comprimentos», e neste sentido a expressão é corrente em toda a Índia Inglesa [1].

Gaspar Correia, Castanheda e João de Barros empregam, sem explicar, o verbo *çalamear,* que não vejo mencionado na maioria dos dicionários que tenho à mão, e que estaria então em voga, pelo menos como têrmo náutico, e dão-lhe um significado, que com certeza, não é «fazer çalema» [2].

---

[1] «**Salema**. Palavra Turquesca, derivada das palavras, com que que costumão os Turcos saudar-se quando se topão, *Ala hye Zalemaq,* que valem o mesmo, que *Deus vos salve.* Algũas vezes usamos della para significar a submissão, e reverencia do subdito ao seu superior». — Bluteau, 1720.

«**Salâm**. Mot arabe, fort voisin, comme sens, du mot français *salut* et qui a eu une fortune sensiblement analogue». *La Grande Encyclopédie.*

[2] Domingos Vieira diz que *çalamear* é «levantar ou cantar a

«Passarão todo o dia até a noyte, que foy a revolta mayor, e rogir carretas, e çalhar, e **çallamear**, e muyto rumor, e assouiar de apitos como que as galés todas querião entrar o rio». — *Lendas*, III, p. 62.

«Logo os nossos capitães começaram de mandar levar ancora, e aparelhar-se pera a partida, sem as naos apitarem nem **çalamearem** por não serem sentidos dos *Rumes*» (turcos). — *Historia*, II, cap. 79.

«A hum tempo como se homẽs do mar que **çalameão** pera a hum tempo poerem toda a força assi a pozerão elles em o lanço da escada de madeira, com que a inclinarão pera dentro». — Déc. III, VIII, 4.

Salamí é o «presente que se oferece ao senhorio ou ao superior». Eu recebia semelhantes presentes quando visitava as propriedades das missões na qualidade de vigário geral de Bengala. Mas António Nunes emprega a dição em outra acepção, com referência a Diu: «O qual **Salamim** he hum direito, que se pagão das corretagens». — *Livro dos pesos*, p. 28 [1].

Salamaleque representa o árabe *'salām 'aleik,* «a paz seja contigo» [2].

Os nossos indianistas descrevem o modo como se fazia a *çalema* de homenagem.

---

celcuma; cantar a córos». E Bluteau deriva *çalema,* neste sentido, de *celeuma*:

«**Salema.** Vozaria dos Marinheiros. He derivado da palavra Greco-Latina Celeuma, Vid. Tayna. (As **Salemas** ordinarias dos Marinheiros se fazem com tantas vozes que não são ouvidas muytas vezes. Britto, *Viagem do Brazil,* p. 278)».

[1] *Selamim,* registado nos dicionários sem etimologia, no sentido de «décima sexta parte de um alqueire», parece que é têrmo diferente.

[2] «La formule; *Es-sálam-aleïk,* «que le salut soit sur toi», avec l'emploi du singulier, est moins correcte, mais néanmoins fort usitée: c'est d'elle que provient le mot français *salamalec*». *La Grande Encyclopédie.*

*

1345. — «A saudação dos Mosselemanos he a **Salema**». — Ben-Batuta, *Viagens*, II, p. 295.

1514. — «O embaixador [de Bisnaga] entrando a porta da camara, o Gouernadador s'aleuantou da cadeira em que estaua assentado, e esteue em pé fazendolhe o embaixador grande **çalema** [zumbaia], e chegando mais perto tornou a fazer outra». — «Chegando ElRey [de Ormuz] o Gouernador o recebeo com grande cortesia, que tambem lhe fizerão os capitães, e se apartou ElRey, e chegou Resnordim e os outros, cada hum per sy a fazer suas **çalemas**. O mouro com desacordo tornou outra vez a fazer **çalema** ao Gouernador». — Gaspar Correia, *Lendas*, II, pp. 379 e 431.

«Os que me fogirem em todo o mundo me non poderão escapar; mas vindome fazer **çalema**, e pedir misericordia a meus pés eu ouvirey». — *Id.*, III, p. 509.

1525. — «A **çalema** [zumbaia] he a mayor cortezya que antre eiles ha, que põem as mãos juntas em cima da cabeça o mais alto que podem e cada dia vem fazer a **çalema** a elrey». — *Chronica de Bisnaga*, p. 92.

1535. — «A maneira da sua **salema** que os capitães fazem a elrey cada dia he esta... vem cada hum per sy, e abaixa a cabeça, e alevanta as mãos, ysto chamão **salema**». — *Ibid.*, p. 63.

1552. — «Tomou [o rei de Cambaia] a carta do gouernador, que ele leo logo, e lido lhe disse como ho gouernador lhe mandou sua **çalema**, e estaua a seu serviço com toda a armada». — Castanheda, *Historia*, III, cap. 132.

1553. — «Todolos dias auião ao paço dar hũa vista a elrey fazendolhe hũa reuerencia, a que os Mouros chamão **çalema**, e alguns *çumbaya*, principalmente no Malayo». — João de Barros, Déc. II, IV, 2.

1556. — «Fossemos fazer-lhe **celemá** á sua galé». — Lopo de Sousa Coutinho, *Hist. do cerco do Diu*, p. 160.

1567. — «Disse-lhe Diogo Fernandez, que Afonso Dalboquerque Capitão Geral da India lhe mandava sua **Çalema**». — *Commentarios*, IV, cap. 22.

1573. — «Se **çalema** quer dizer paz em arabio, falsa paz lhe chamo eu a essa». — *Garcia da Orta*, Col. X.

1589:

«De nós a artilharia quis somente,
E as armas com que tanto o maltratamos,

> E por ser da vitoria mais contente
> Que fazer-lhe á galé çalema vamos».
>
> F. DE ANDRADA, *O Primeiro Cerco de Diu*, XV.

1600. — «Beijandolhe huns a mão, outros a roupeta com todas as **çalemas** [zumbaias], e mostras de maior reuerencia». — P. João Lucena, *Historia*, X, cap. 8.

1608. — «Ao qual o Mouro hũa vez chamou, e o começou a persuadir, que se fizesse Mouro, e que fizesse o **Salemà** a Mafamede».— P. Fernão Guerreiro, *Relaçam*, p. 160.

1613. — «Todos aly tinhão por costume irem todas as manhãs ver o Xarofo, e fazerlhe **çalemá**». — Francisco de Andrada, *Chronica de D. João III*, I, f. 25.

1707. — «Os mouros tem tambem na cidade duas mesquitas, onde fazem suas **salemas** e cerimonias». — *Archivo Port.-Or.*, Suppl. 2.º, p. 184.

1873. — «Agora ajoelhas para fazer **salame** [zumbaia] ao deus Brahma». — Tomás Ribeiro, *Jornadas*, I, p. 368.

1874. — «Estas caras cobreadas, com os seus bigodes argolados; estas attitudes academicas, apesar dos muitos **salames**...». — *Id.*, II, p. 101.

1883. — «Aquelles policias fazem a continencia aos europeus que encontram, sendo com estes igualmente respeitosos muitos arabes e indostanis, que cumprimentam levando a mão á testa e dizendo **salam**». — Adolfo Loureiro, *No Oriente*, I, p. 187.

1906. — «N'esse momento todos os presentes gritavam: **salam salam**». — Hipácio de Brion, *Duas mil leguas*, p. 46.

1616. — «I y a tousiours beaucoup de monde qui s'assemble pour lui donner le **salam** et pour crier, *Padcha salament*», — Terry, *Voyage* (*in Relations*), p. 27.

1813:

> «Ho! who art thou?» — «This low salam
> Replies, of Moslem faith I am».
>
> BYRON, *The Giaour*.

1559. — «Nesta terra estando tomando o sol, nos salvaram á mourisca dizendo: **Salemleque**». — *Hist. tragico-marit.*, II, p. 158

1609. — «Veo a correr, e nos atravessou diante, e pondo a mão no peyto, e abayxando a cabeça, disse **Salá Malech**». — Fr. Gaspar de S. Bernardino, *Itinerario*, p. 148.

1615. — «O Senhor da ilha (nas Maldivas) é o primeiro que entra offerecendo o presente, e sauda o recemchegado dizendo **Sallam Alecon**, que é a saudação commum». — Pyrard, *Viagem*, I, p. 62.

1663. — «O seu [dos alarves] tirar do chapéu é pôr a mão direita sobre o coração, e dizer: **Salamalé** *con xabalker.* Quer dizer: Deus vos salve e dê saude». — P. Manuel Godinho, *Relação,* p. 134.

1866. — «Abriu-se uma porta e entrou um *sipai,* que, depois de fazer tres profundos **salamaleks,** entregou a Roberto um papel». — F. L. Gomes, *Os Brahamanes,* p. 31.

1894. — «O supposto mouro muito prazenteiro, despediu-se com muitos **salamaleques**». — Lopes de Mendonça, *Os Orphãos de Calecut,* p. 210.

Temos, por tanto:

Salema ou, melhor, **çalema** (ant.) *s. f.;* **salame** *(ind. mod.) s. m.* Saudação entre os muçulmanos ou da parte dos muçulmonos; *(ext.)* saudação em geral, vénia, mesura; *(ant.)* celeuma [1]. Do árabe *salām,* «paz».

Salamear, ou **çalamear,** *v. t. e. i.* (ant.). Fazer *çalema,* saudar, cumprimentar; *(ant.)* inclinarem-se muitos indivíduos ao mesmo tempo para fazer uma manobra comum, como puxar por um calabre; fazer celeuma. De *çalema.*

II. — Zumbaia

Os dicionários portugueses não indicam a etimologia de *zumbaia,* e muitos nem registam a forma antiga e legítima, *sumbaia.* Mas João de Barros já sabia a sua procedência, visto que diz que «os Mouros chamão *çalema,* e algũs *çumbaya,* principalmente no Malayo» [2].

E de facto, *sĕmbah* em malaio é «saudação sugestiva de profundo respeito ou homenagem» (Wilkinson), e *sĕm-*

[1] Neste sentido, é possível que *salema* e *salamear* tenham outra origem, como indicam ou insinuam alguns lexicógrafos.

[2] Bluteau diz que é «termo da India», e regista «*zumbayar,* fazer zumbaya; *zumbayar o corpo,* abaixar o corpo com profunda reverencia»; e abona com Barros: *zumbayando* todo o corpo.

A 2.ª ed. do Dic. de Cândido de Figueiredo diz que *zumbaia* é do árabe, mas não indica o étimo.

bahyang, «culto de Deus, oração, ritual» *(id.)*; *yang* é «divindade».

O étimo do vocábulo português é, por tanto, incontestávelmente, o malaio *sĕmbahyang*, empregado no sentido de «saudação reverencial, feita a um rei ou homem eminente».

Quanto à justificação fonética, a nasal final não se reproduz, como não se reproduziu o *m* do malaiala e tamul. Vid. *jangada*, e cf. *rota* do malaio *rótan*. A vogal da primeira sílaba oscila entre *ă* surdo e *ĕ* surdo; não admira, por isso, que os estrangeiros a representassem por *o* surdo ou *u*. Na evolução de *s* inicial em *z*, e talvez na mudança de *e* em *u*, houve influência do verbo *zumbar*, devida à aproximação dos sentidos; pois o referido cronista diz (Déc. II, VI, 3): «O Mouro fez sua cortezia a que elles chamão **çumbaya**, *zumbando* todo o corpo té poerem o rostro nos geolhos e se tornão a endireitar».

Com respeito aos significados, se bem que *sĕmbahyang* signifique, em rigor, «culto da divindade», não é de estranhar que se empregue o mesmo têrmo para denotar «homenagem venerabunda» em geral, como se empregam promíscuamente em sânscrito e nos prácritos as palavras *pūjā* e *namaskār*. Em malaiala *tamburān* é nome de Deus e de rei, como o é *phra-chão* em siamês (*precheu* em Fernão Mendes); e em sânscrito *deva*, «Deus», emprega-se como tratamento honorífico para os *rajás* e *maharajás*, e até para os grandes animais nas fábulas, como leão, tigre, elefante. Fenómenos análogos ocorrem também noutras línguas, como em português com *adorar* e seus derivados [1].

Ainda mesmo que os malaios reservassem a locução *sĕmbahyang* sómente à latria, era natural que os portugueses confundissem com ela a voz *sĕmbah* e lhe atri-

---

[1] «Quando lhe falão, lhe (ao rei de Ceilão) chamão *Deos*, e tres vezes primeiro se estendem no chão com as mãos juntas levantadas postas sobre a cabeça». — João Ribeiro, *Fatalidade hist.*, I, cap. 14,

buissem os seus significados, achando tam extraordinário o seu modo de prestar homenagem ou de cumprimentar, que lhes parecia equivaler à adoração. E é certamente êste o motivo — e mais a atracção de *zumbar* — por que a adoptaram e aplicaram a factos similares doutras regiões.

Mas o Conde de Gubernatis, que, à imitação dos antigos etimologistas, que entroncavam todos os vocábulos do mundo na *língua-mãe* hebraica, prende todos os termos da Índia e da Malásia ao sânscrito, sugere por étimo de *sambaia* a voz *sandhyā* dessa língua, a qual significa «tempo da oração do brâmane ortodoxo», isto é, os crepúsculos da manhã e da tarde e o meio dia, e «a mesma oração». Nenhum idioma indiano, porêm, usa a palavra no sentido que geralmente lhe atribuem os nossos escritores. Nem *sandhyā* podia evolver-se em *sumbaia* ou *sambaia,* mais sim em *sāñj* ou *sāñz,* como o teem alguns prácritos. Demais, o têrmo de que se servem os nossos mais antigos indianistas como Gaspar Correia e os autores da *Chronica dos Reys de Bisnaga,* é *çalema,* não, *çumbaia.*

*

1540. — «Avia segurança para todos, com liberdade e franquia por todo aquelle mes de Setembro, conforme ao estatuto do Rey de Sião, por ser o mes das **Çumbayas**, dos Reys... Pagão pareas cada anno catorze Reys pequenos, os quaes por costume antigo erão obrigados a irem pessoalmente... fazerem-lhe a **çumbaya**, que era beijaremlhe o treçado, que trazia na cinta». — Fernão Pinto, *Peregrinação*, cap. 36.

1545. — «... fazendo estes por algumas vezes **çumbayas** ao idolo». — *Id.*, cap. 150.

1547. — «Depois que com muytas cerimonias fizerão grandes **çumbayas** ao defunto, esgrimirão hũs treçados nús que trazião nas mãos por derredor da eessa» [1]. — *Id.*, cap. 166.

---

[1] A edição ferreiriana substitui *çumbaya* por *zumbaya,* denotando assim a evolução da forma.

1599. — «Nas escolas assim de ler como desgrimir, em que os Mestres ou Panicais tem pagodes, a que obrigam os moços a fazer-lhe **sumbaya** em entrando como costumão, não podem os moços, Christãos hir ás ditas escolas». — Sínodo de Diamper, *in Archivo Port.-Or.*, fasc. 4.º, p. 326.

1602. — «Emparelhandose com a varanda em que elRey está fazem sua **sumbaya**, que he hir com a mão direita ao chão, e depois polla sobre suas cabeças em sinal que tomão a terra de debaixo dos pés d'elRey». — Diogo do Couto, IV, VIII, 6.

1603. — «Quando vão ás escolas os Christãos primeyro fazem oração ao Ceo, e a hũa Cruz que pera isso está em certo lugar da escola, e depois logo **Sumbaya** ao mestre, ao qual onde quer que o encontrão em toda a vida fazem a mesma cortezia que al Rey: e os moços Gentios entrando fazem tambem **Sambaya** a hum pagode que pera isso tem em certa casa junto da escola, e logo á sepultura dos Panicaes daquella escola» — Fr. António de Gouveia, *Jornada do Arcebispo*, f. 28 v.

1608. — «Os que entram ainda que sejão os mais nobres e principaes da corte lhe [ao P. Roberto de Nobili] fazem **zumbaya**, aleuantando as mãos postas sobre a sua cabeça, e abaixandoas com huma profunda inclinaçam, e os que querem professar seus discipulos, fazem tres vezes aquella ceremonia reuerencial, e depois se prostram por terra, e se tornam a aleuantar». — P. Fernão Guerreiro, *Relaçam*, f. 84 v.

1610. — «Pouco antes de nos chegarmos a elle [ao Xá], perguntou o Porteiro mór se queriamos chegar perto a beijarlhe o pé ou fazerlhe sua **sombaya** de longe, respondemos, que queriamos chegar perto, e que lhe fariamos a cortezia, e reuerencia que a nossos Reys costumamos fazer». — Fr. António de Gouveia, *Relaçam da* Persia, f. 46 v.

1617. — «Todos os grandes lhe fizeram a cortezia, e reverencia chamada entre elles **zumbaya**». — *Conquista de Pegu*, cap. 13.

1635. — «E fazendo muitas cortezias cada momento, a que elles chamão **zumbayas**, se acabou a falla sem o embaixador ver o rei». — António Bocarro, Déc. XIII, p. 695.

1650. — «Fez **zumbaia** á imagem de Nossa Senhora que comsigo trazia». — P. António Cardim, *Batalhas*, p. 27.

«As **zumbayas** costumam fazer os discipulos aos mestres, pondo-se de joelhos e batendo a cabeça». — *Id.*, p. 94.

«Sem fazer as **zumbaias**, que são as pareas que se pagam a estes reis». — *Id.*, p. 263.

1679. — «Foy sem detença aos Paços fazer a ElRey a **sombaya**,

que são humas adorações a seu uso, e ao nosso chamamos beijar a mão ao Principe, em gratificaçam da mercê do beneficio». — Fr. Jacinto de Deus, *Vergel das Plantas*, p. 274.

1694. — «Depois de lhe fazer a **zumbaya**, ou profundu reverencia com as mãos cruzadas sobre a terra como a Prègador e Sacerdote do mesmo Deus...». — A. Vieira, *Xavier Dormindo*, p. 27.

1767. — «Mandoulhe logo que fizesse a **Zumbaya**, (que he no estylo da Cafraria a maior reverencia»). — Fr. Luís de S. Catarina, *Hist. de S. Domingos*, IV, f. 706.

1915. — «Sabe expor sem as **zumbaias** *humildes*, que acompanham as petições mais justas da India Portugueza». — *O Ultramar*, de 25 de Janeiro.

1915. — «Mas no meio das palmas e dos vivas, das **zumbaias** e das lisonjas, das caricias e dos incursos, resistindo e reagindo, o senhor é, sem duvida alguma, — Heroe». — *Jornal da Noite*, de 1 de Setembro.

1585. — «Così senza intrare lá, sotto uno portico facendo sue orazioni (che chiamano fare **sombaya**) e era posto in cotal modo». — Filipe Sasseti, *Lettere*, p. 341.

1620. — «Puis ayant fait la **Sombaye** (qui est le salut, mettant les mains jointes sur la teste) commencerent à danser». — General Beaulieu, *Memoires, (in Relations)*, p. 54.

1675. — «Celebrado el intierro, el mayor de los tres, que dificilmente avia cobrado de la Reyna el sello Real, le fue a poner con profunda reverencia (**Zumbaya**, dizen ellos) en las manos al Tio». — Faria y Sousa, *Asia Port.*, III, p. 501.

1881. — «Le petit homme s'accroupit après avoir fait, comme tout le monde du reste, la **sembah**, salut respectueux». — Vinckel, *Bol. S. G. L.*, 2.ª série, p. 689.

O vocábulo poderia ter, por tanto, a seguinte inscrição:

Zumbaia, sumbaia *(ant. e mais correcto)*, *s. f. (ant.)* Saudação respeitosa no Oriente, feita a uma divindade, a um rei ou a uma personagem: *(mod.)* cortesia exagerada, salamaleque: Do malaio *sĕmbahyang*, «mesura reverencial».

XVI

Veniaga, beniaga [1]

Veniaga é outro têrmo de origem asiática, que entrou na língua nacional em conseqùência das nossas relações comerciais com o Oriente, e está perfeitamente aportuguesado, a ponto de o decorar um lexicógrafo com a prosápia latina. O vocábulo não conservou o seu sentido originário, nem ultrapassou as raias de Portugal [2].

Antes de mais, vejamos o que dizem os nossos indianistas.

1525. — «Dysseram-lhe que hao outro dia vyryam fazer com elle **benyaguaa**, e vyerão ao outro dya seguynte até cyquoenta homens, os quaes, como foram dentro na nao, matarão toda a jente d'ella, e ha tomaram e haa [3] metêrão dentro do Ryo hondee agoura estaa» (em Pão de Malaca). — *Lembrança das cousas da India,* p. 6.

1517. — «Ao outro dia foy á vela seu caminho pera a ilha da **Veniaga** que está dezoito legoas de Cantão. Todolos tratantes n'esta ilha vendem e comprão, e daqui nom passão senão com licença dos regedores da cidade». — Gaspar Correia, *Lendas,* II, p. 524.

1539. — «Até que me despedio com boas palavras, e promessa de boa **veniaga** á fazanda que o Mouro trazia do Capitão» (de Malaca). — Fernão Pinto, *Peregrinação,* cap. 15.

1540. — «Disse elle, q̃ era do Reyno de Siam do bairro dos estrangeiros de Tanauçarim, e q̃ hia de **veniaga** como mercador q̃ era para a Ilha dos Lequios a fazer sua fazenda». — *Id.,* cap. 41.

---

[1] Não trato aqui do vocábulo *tufão*, que está suficientemente expendido em outra parte como têrmo oriental. Vid. *Influência.*

[2] «Êste vocábulo que por mero acaso tem certa semelhança na sílaba inicial com o verbo *vender* entrou completamente na língua comum, de modo que, pela coincidência acima indicada, pouca gente o supõe peregrino.

[3] «O leitor já terá notado o abuso do *h* n'este e n'outros logares, assim como o das vogaes dobradas no fim das palavras, sem que o dobral-as tenha por fim supprir a falta do accento agudo». *Nota do editor.*

1552. — «E esta ilha está tres legoas da costa, e os Chins lhe chamão *Tamão* e nós outros da **veniaga**: porque naquellas partes chamão ao trato da mercadoria **veniaga**: e nesta ilha se faz o trato da mercadoria dos mercadores estrangeiros que vão tratar a China». — Castanheda, *Historia,* IV, cap. 28.

1562. — «Não tinhamos já monção pera ir pera a banda do norte a buscar o porto da **veniaga** da China». — *Cartas de Japão,* I, f. 96 v.

1563. — «A quinze de Agosto chegou á ilha Tamão a que os nossos chamão de **Beniaga**, que quer dizer *mercadoria,* vocabulo daquella partes já tão recebido entre elles [portugueses] que o tem feito proprio». — João de Barros, Dec. III, II, 6.

1569. — «Vay de Bengala ao Simide [Sinde] em embarcações açucre, que do Simide vay de **Veniaga** a Ormuz». — Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado da China,* cap. 4.

1569. — «Os estrangeiros não trarão reliquias de **veniaga**, nem Moçafos» [alcorões]. — Carta de lei de D. António de Noronha, *in Archivo Port. Or.,* fasc. 4.º, p. 70.

1577. — «... como poucos annos há mandou fazer a tres soldados, que vierão do Pegú com **veniagas** a suas terras, os quaes mandou prender e levar a Goleconda». — *Primor e Honra,* f. 25.

1600. — «Assaz melhor **beniaga** ficara fazendo com o presente do que se faz com a seda da China». — P. João Lucena, *Historia,* VII, cap. 24.

1602. — «Não fez outros empregos, nem **veniagas**, nem quis nunca comprar hum *bar* [pêso asiático] de crauo». — Diogo do Couto, Déc. V, VII, 2.

1609. — «Ha infinito arroz que é **veniaga** de muitos mercadores». — Fr. João dos Santos, *Ethiopia Or.,* I, p. 87.

1632. — «Navegou para Timor a fazer sua **veniaga** do Sandalo, e mandou aperceber quatro *Çaracoras*» (embarcações da Malásia) — Fr. Luís de Sousa, *Hist. de S. Domingos,* III, p 315.

1635. — «E assim mandava a seda mais por **veniaga** que por presente». — António Bocarro, Déc. XIII p. 34.

1650. — «Hervas medicinaes de que se faz boa **veniaga**». — P. António Cardim, *Batalhas,* p. 228.

1864. — «Tinha Thomás Ratão, Cidadão de Cochim, embarcado suas **veniagas** com intento de fazer viagem pera o Sul». — P. Fernão de Queiroz, *Hist. de Pedro de Basto,* p. 183.

*

Dos testemunhos reproduzidos se deduz:

1.º O vocábulo tem duas formas, *beniaga* e *veniaga;* tendo a primeira visos de legítima e a segunda os da influência de *v* da palavra *venda.*

2.º O berço da dição é a Índia insular, como expressamente declaram dois dos nossos maiores e melhores cronistas, não tendo ela até então penetrado na metrópole nem engendrado o verbo *veniagar.*

3.º Os sentidos em que o têrmo era empregado são: «trato da mercadoria», negócio, tráfico, comércio; «mercadoria», fazenda, géneros; ganho, lucro comercial; cf. Fernão Pinto e Lucena.

4.º *Veniaga* não segnifica «lugar de comercio»; mas a ilha de *Tamou* ou Tamão, que constituia o empório do comércio chinês, era denominada pelos portugueses, à imitação dos malaios, «ilha da Veniaga» [1].

5.º A acepção figurada de «tranquibérnia ou traficância» produziu-se modernamente no continente do mesmo modo que a pejorativa de *chatim.*

Á vista do exposto, não é no latim que se há de buscar a origem da voz *veniaga,* como derivada de *veniagar*, nem *venum agere* podia normalmente dar *veniagar,* como *agere* não deu *agar,* mas *agir.* Tambêm não se explicaria como é que *venum agere* produziu, uns dez séculos depois de morto (se é que jamais existiu, de que não estou certo), *veniagar,* e sómente em Portugal e sem nenhuma necessi-

---

[1] «A II de Agosto se escreueo a Cantão do que era passado com elrey até então chegarão as cartas a Jorge Botelho Diogo Calvo que estauão em a Ilha onde se faz mercadoria». Cristóvão Vieira, *apud* D. Ferguson, *Letters,* p. 57.

«The word *veniaga* is never used by the Portuguese writers by itself as a place name». Ferguson, *ibid.,* p. 9.

dade ou conveniência, havendo já aqui *tratar, mercadejar, traficar, negociar, comerciar, resgatar* (em sentido restrito), *chatinar*.

Andou, por tanto, avisado Rafael Bluteau (1712) em notar que é «*beniaga* palavra da Índia». Um lexicógrafo moderno também reconhece que *veniaga* é «têrmo asiático», mas deriva *veniagar* da «raiz latina *venum*»!

E de facto, o malaio, língua franca da Insulíndia, tem *bĕrnyāga,* «mercadejar, comerciar», *pèrnyagaan,* «comércio, mercadoria»; de origem sânscrita, *vāṇijaka* ou *vāṇijyaka* (de *vaṇij* ou *baṇij),* «mercador» (de que também provêm o concani *vāṇī,* e o português *baneane), vāṇijya,* «tráfico». David Haex (1631) regista no seu *Dictionarium Malaio-Latinum, vinyága,* que denuncia a influência da forma portuguesa, com os significados «*negotiari, mercaturam exercere*».

É provável que a voz *beniaga,* sem *r,* que não há no étimo sânscrito, e com o duplo significado de «tráfico e mercadoria», estivesse em voga entre os mercadores estrangeiros, especialmente *quelins* de Choramândel, quando os portugueses chegaram a Malaca. A língua vernácula também usa *banian* ou *bĕnian,* na acepção de «mercador da Índia».

A inscrição do vocábulo é simples:

Veniaga, ou **beniaga** *(ant. e mais correcto), s. f.* Comércio, negócio; mercadoria, fazenda; *(fig.)* traficância, tranquibérnia. Do malaio *bĕrnyāga,* «comerciar», sânsc. *vāṇijya,* «comércio».

Veniagar, *v. t.* e *i.* Comerciar, negociar; *(fig.)* traficar, mercadejar. De *veniaga.*

Sebastião Rodolfo Dalgado.

AS TÁBUAS NÁUTICAS PORTUGUESAS E O ALMANACH PERPETUUM DE ZACUTO

Da colecção de documentos que o Sr. Joaquim Bensaude está publicando por ordem do Govêrno português (portaria de 29 de outubro de 1913), para esclarecimento da história da sciência náutica portuguesa na época dos descobrimentos, estão já concluidas as reproduções em *fac-símile,* admiravelmente executadas em Munich, das quatro obras: *Regimento do Estrolabio* de Munich, a *Arte del marear* de F. Faleiro [1], o *Almanach perpetuum* de Zacuto, e o *Tratado da Sphera* de Pedro Nunes. Seguir-se hão: o *Regimento* da Biblioteca de Évora e o *Reportorio dos tempos* de Valentim Fernandes.

O *Almanach perpetuum* tem especial interesse para o estudo das tábuas náuticas usadas pelos nossos marinheiros, cujas colunas davam o «lugar do sol» [2] na eclíptica e a sua declinação para cada dia. Como no *Almanach perpetuum* se indica o modo de calcular o lugar do sol e sua declinação para qualquer época, se êle foi a fonte de algumas das nossas tábuas, devem estas poder calcular-se pela aplicação

---

[1] Destas duas primeiras reproduções demos notícia no *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra,* Vol. I, págs. 527-532, e Vol. II, págs. 222-232.

[2] Para designar a longitude do sol empregamos a expressão «lugar do sol», por ser a que se encontra nas obras de que nos vamos ocupar.

das regras de Abrahão Zacuto. No *Reportorio dos tempos* de Valentim Fernandes encontra-se um calendário que dá a declinação do sol, a qual, segundo se lê no *Reportorio*, «foy tirada pũtualmente del Zacuto pello hõrrado Gaspar Nicolas mestre suficiente en este arte». Dispondo-se agora da obra de Zacuto, pode refazer-se o cálculo do honrado Mestre Nicolas.

As páginas 33 a 40 (referimo-nos sempre à paginação do *fac-símile)* do *Almanach perpetuum* contêm quatro tábuas com as posições do sol na eclíptica, isto é, com as longitudes solares, expressas nos signos e graus de cada signo, para os anos de 1473 *(tabula prima)*, 1474 *(tabula secunda)*, 1475 *(tabula tertia)* e 1476 *(tabula quarta)*. O uso destas tábuas, relativas a um ciclo de quatro anos, que é o do ano bissexto, está minuciosamente explicado no «Canon secũdus de vero loco solis habẽdo» (pág. 4); uma regra análoga formula ainda Pedro Nunes, em 1537, para uso das suas quatro tábuas de lugares do sol (pág. 176 da edição *fac-símile* do *Tratado da Sphera*). Zacuto, como depois Pedro Nunes, adotou um movimento de precessão dos equinócios excessivamente lento, que no fim de quatro anos causava na longitude dos astros um aumento de 1′46″, que correspondia a um acréscimo de 1°28′ em 200 anos (Camões, *Lusíadas*, X, 86) e a uma rotação completa de 360° em 49000 anos.

Assim, para se terem os lugares do sol em qualquer ano, escolhe-se das quatro tábuas aquela cujo ano, subtraido do ano dado, deixa um número divisível por 4; e aos números dessa tábua junta-se tantas vezes 1′46″ quantas são as revoluções de 4 anos decorridas. Para evitar o cálculo dos múltiplos de 1′46″ serve a *Tabula equationis solis* (pág. 41), onde se encontram as correcções a fazer, desde uma até 34 revoluções. Deve notar-se que os anos começam no mês de março nas quatro tábuas; na aplicação de qualquer delas a um ano comum, com princípio em ja-

neiro, têm de tomar-se os meses de janeiro e fevereiro na tábua que a precede.

Como aplicação, procuremos o lugar do sol no dia 25 de fevereiro de 1496, dia em que Mestre Ortas terminou em Leiria a impressão do *Almanach perpetuum*. Temos de nos servir da *tabula quarta* relativa ao ano de 1476, entre o qual e o de 1496 decorreram cinco revoluções completas de quatro anos. Como o ano da tábua começa em março, recorremos ao mês de fevereiro da tábua anterior (pág. 38), onde se lê, para o dia 25, o lugar do sol em 15°44′45″ do signo de *Pisces*. Na *Tabula equationis solis* encontra-se, para 5 revoluções, a correcção a fazer: 8′50″. Somando 8′50″ com 15°44′45″ resulta que em 25 de fevereiro de 1496 o sol estava em 15°53′35″ de *Pisces*.

Ora na última página do *Almanach* (pág. 335) lê-se:

«Expliciũt tab*u*le tab*u*larum astronomice Raby abraham Zacuti astronomi serenisimi Regis emanuel Rex portugalie et cet cũ canonib*us* traductis a linga ebrayca in latinũ p*er* magistrũ Joseph vizinũ discipulũ ei*us* actoris opera et arte viri solertis magistri ortas curaq*ue* sua nõ mediocri imprẽsione cõplete existũt felicib*us* astris año ap*ri*ma rer*um* etherear*um* circuitione 1496 sole existẽte in 15 g 53 m 35 *s* pisciu*m* sub celo leyree».

Quando pois Mestre Ortas concluiu em Leiria a impressão do *Almanach* estava o sol debaixo do signo de *Pisces,* em 15°53′35″ deste signo. Acaba de ver-se o modo como êste número foi calculado para indicar o dia 25 de fevereiro de 1496 [1].

No *Almanach perpetuum* (pág. 41) há mais uma tábua, intitulada *Tabula declinationis planetarum & solis ab eqnotiali,* que dá a declinação do sol, entrando com a sua posição no zodiaco. Nela se lêem as declinações correspon-

[1] Já fizemos uma referência a esta data no nosso estudo *Astronomia dos Lusiadas,* Coimbra, 1915, pág. 90, nota.

dentes aos trinta graus de cada signo [1]; quando os lugares são indicados em fracções de grau, é preciso interpolar. Os signos são indicados com os números desde 0 a 11, pela sua ordem, de *Aries* a *Pisces*. Para seis deles a entrada nas colunas faz-se pela parte superior, servindo a coluna de graus descendente, à esquerda; para os outros seis, entra-se com o número do signo na parte inferior e serve a coluna de graus ascendente, à direita.

Sabemos assim o processo pelo qual se calculavam as tábuas náuticas. Com as quatro tábuas do quadriénio obtinham-se primeiro os lugares do sol; conhecidos êstes, as declinações solares eram dadas pela *Tabula declinationis*. Importa observar que nesta tábua a declinação máxima é de 23°33′, o que significa que Zacuto adotou para inclinação da eclíptica sôbre o equador 23°33′. Uma tábua com igual disposição, intitulada «Tabla de la declinacion del sol», encontra-se nos *Libros del saber de astronomia del Rey D. Alfonso X*, Tomo IV. Madrid, 1866, pág. 6. Nesta tábua, porêm, que é apresentada como «rectificada en este nuestro tiempo», a declinação máxima é de 23°32′30″. No *Tratado da Sphera* de Pedro Nunes encontra-se também uma «Távoa das declinações» análoga, mas com a declinação máxima de 23°30′ [2].

No *Livro de Marinharia*, copiado e coordenado pelo Sr. J. I. de Brito Rebelo, Lisboa, 1903, encontram-se dois

---

[1] O calendário do *Regimento do Estrolabio* de Munich dá os lugares do sol em graus inteiros apenas, e os números da coluna das declinações são os mesmos que se lêem nesta *Tabula declinationis*, como primeiro notou o Sr. J. Bensaude (*Astronomie Nautique*, pág. 119).

[2] A exactidão de qualquer das três tábuas pode verificar-se pela fórmula

$$\text{sen}\ \delta = \text{sen}\ \varepsilon\ \text{sen}\ \lambda,$$

com a qual se calcula δ, declinação do sol, para uma dada inclinação ε da eclíptica, conhecida a longitude solar λ.

grupos de tábuas, compreendendo cada um deles um ciclo de quatro anos. O primeiro, segundo e terceiro anos depois do bissexto são indicados respectivamente pelos algarismos 1, 2 e 3 no alto das colunas, e o ano bissexto pelo algarismo 4. O primeiro grupo de tábuas (págs. 49 a 64) dá a declinação do sol para cada dia do quadriénio. A declinação máxima é de 23°33′ e portanto estas tábuas foram calculadas pela mesma *Tabula declinationis* de Zacuto. O segundo grupo de tábuas (pág. 67 a 82) dá, juntamente com a declinação, os lugares do sol. Observa-se que as declinações estão aumentadas de 90°, quando o sol se move nos signos austrais, e que elas estão substituidas pelo seu complemento para 90°, quando o sol passa para o norte do equador. As tábuas dão portanto, na coluna intitulada — Declinação —, as distâncias polares do sol, contadas do polo ártico. Assim, no dia 12 de junho do 1.° ano depois do bissexto, o sol está em 0°12′ do signo de *Cancer,* signo boreal, e na coluna da declinação lê-se 66°30′ (pág. 68), complemento de 23°30′; no dia 12 de dezembro o sol está em 0°29′ de *Capricornus,* e na coluna da declinação lê-se 113°30′ (pág. 70), que é a declinação 23°30′, aumentada de 90°. As declinações têem, neste segundo grupo de tábuas, o valor máximo de 23°30′, e portanto foram calculadas por uma tábua de declinação, como a de Pedro Nunes, em que se adotou o valor de 23°30′ para inclinação da eclíptica sôbre o equador.

Os lugares do sol que se lêem neste segundo grupo tabular foram calculados segundo as regras de Zacuto para os anos de 1517, 1518, 1519 e 1520, como se vai ver. Entre êstes anos e respectivamente os de 1473, 1474, 1475 e 1476, a que correspondem as quatro tábuas do *Almanach,* medeiam 44 anos, isto é, 11 revoluções de quatro anos. A *Tabula equationis solis* de Zacuto dá, para 11 revoluções, a correcção de 19′25″. Tomemos, por exemplo, na primeira coluna de cada uma das quatro tábuas do *Almanach perpetuum,* os três primeiros números, isto

é, os lugares relativos aos três primeiros dias de março. Adicionemo-lhes 19′25″ e comparemos os resultados com os números do *Livro de Marinharia;* obtemos assim a tabela junta.

Dias do mês de março	Lugares do Sol							
	1			2			3	
	Em 1473, segundo a *Tabula prima*			Segundo o *canon* de Zacuto, em 1517			No 1.º ano depois do bissexto do *Livro da Marinharia*, pág. 67	
	°	′	″	°	′	″	°	′
1	♓ 20	26	30	♓ 20	45	55	♓ 20	46
2	21	25	59	21	45	24	21	45
3	22	25	28	22	44	53	22	45
	Em 1474, segundo a *Tabula secunda*			Em 1518			No 2.º ano depois do bissexto do *Livro da Marinharia*, pág. 71	
	°	′	″	°	′	″	°	′
1	♓ 20	12	9	♓ 20	31	34	♓ 20	32
2	21	11	38	21	31	3	21	31
3	22	11	7	22	30	32	22	31
	Em 1475, segundo a *Tabula tertia*			Em 1519			No 3.º ano depois do bissexto do *Livro da Marinharia*, pág. 75	
	°	′	″	°	′	″	°	′
1	♓ 19	57	49	♓ 20	17	14	♓ 20	17
2	20	57	18	21	16	43	21	17
3	21	56	47	22	16	12	22	16
	Em 1476, segundo a *Tabula quarta*			Em 1520			No ano bissexto do *Livro da Marinharia*, pág. 79	
	°	′	″	°	′	″	°	′
1	♓ 20	42	42	♓ 21	2	7	♓ 21	2
2	21	42	11	22	1	36	22	2
3	22	41	40	23	1	5	23	1

Na primeira coluna dos «Lugares do sol» estão os lugares tomados no *Almanach*. Os números da segunda coluna são os da primeira, acrescentados de 19′25″. Na terceira coluna inscrevemos os correspondentes lugares tomados do *Livro de Marinharia,* que assim se vê serem os da segunda coluna, arredondados em minutos. Esta tabela dá pois uma primeira verificação do que dissemos acima: os lugares do sol do segundo grupo de tábuas foram calculados pelo *Almanach perpetuum* para o quadriénio 1517-1520.

No *Regimento* da Biblioteca de Évora encontram-se também tábuas de declinação para um ciclo de quatro anos. A tábua relativa ao ano bissexto é a única que contêm juntamente os lugares do sol. Estas tábuas foram transcritas pelo Sr. Joaquim Bensaude no seu excelente livro *L'astronomie nautique au Portugal*, págs. 243-250, e é desta transcrição que nos servimos no que se segue.

Comparando as tábuas do *Regimento* de Évora com as do *Livro de Marinharia,* resulta logo que as declinações dadas na primeira obra são as mesmas que se lêem no primeiro grupo de tábuas da segunda. Os lugares do sol inscritos no ano bissexto do *Regimento* coìncidem também com os do ano bissexto do segundo grupo de tábuas do *Livro de Marinharia,* mas só nos meses do primeiro semestre; os lugares relativos aos meses de julho a dezembro são diferentes nas duas obras.

Os lugares do sol dos seis primeiros meses do ano bissexto do *Regimento* de Évora devem pois ter sido calculados para o ano de 1520, pelo *Almanach perpetuum*. A verificação pode fazer-se, na tabela junta, para o primeiro trimestre. Para os meses de janeiro e fevereiro tomamos os números das duas últimas colunas da *Tabula tertia* do *Almanach* (pág. 38) e para o mês de março os da primeira coluna da *Tabula quarta* (pág. 39), adicionando a todos eles a correcção de 19′25″, correspondente a 11 revolu-

Dias do mês	Janeiro		Fevereiro		Março	
	Lugar do sol		Lugar do sol		Lugar do sol	
	No ano de 1520, segundo Zacuto	No ano bissexto do *Regimento*	No ano de 1520, segundo Zacuto	No ano bissexto do *Regimento*	No ano de 1520, segundo Zacuto	No ano bissexto do *Regimento*
	° ′ ″	° ′	° ′ ″	° ′	° ′ ″	° ′
1	♑ 20 28 31	♑ 20 29	♒ 21 59 41	♒ 22 0	♓ 21 2 7	♓ 21 2
2	21 29 46	21 30	23 0 17	23 0	22 1 36	22 2
3	22 31 1	22 31	24 0 52	24 1	23 1 5	23 1
4	23 31 46	23 32	25 1 26	25 2	24 0 32	24 1
5	24 33 31	24 34	26 2 0	26 2	24 59 56	25 0
6	25 34 46	25 35	27 2 34	27 3	55 59 21	25 59
7	26 36 0	26 36	28 2 56	28 3	26 58 45	26 58
8	27 37 14	27 37	29 3 17	29 3	27 57 59	27 58
9	28 38 27	28 39	♓ 0 3 36	♓ 0 4	28 57 13	28 57
10	29 39 40	29 40	1 3 53	1 4	29 56 26	29 57
11	♒ 0 40 52	♒ 0 41	2 4 12	2 4	♈ 0 56 25	♈ 0 55
12	1 42 5	1 42	3 4 30	3 4	1 54 41	1 54
13	2 43 18	2 43	4 4 40	4 5	2 53 47	2 54
14	3 44 25	3 45	5 4 47	5 5	3 52 46	3 53
15	4 45 34	4 46	6 4 55	6 5	4 51 44	4 52
16	5 46 43	5 47	7 5 1	7 5	5 51 21	5 51
17	6 47 41	6 48	8 5 7	8 5	6 49 34	6 50
18	7 48 40	7 49	9 5 13	9 5	7 48 26	7 49
19	8 49 37	8 50	10 5 12	10 5	8 47 19	8 47
20	9 50 32	9 51	11 5 12	11 5	9 46 5	9 46
21	10 51 28	10 52	12 4 40	12 5	10 44 50	10 45
22	11 52 24	11 52	13 5 1	13 5	11 43 35	11 44
23	12 53 17	12 53	14 4 46	14 5	12 42 17	12 42
24	13 54 10	13 53	15 4 31	15 5	13 40 58	13 41
25	14 55 2	14 54	16 4 10	16 5	14 39 39	14 40
26	15 55 43	15 54	17 3 46	17 4	15 38 14	15 38
27	16 56 25	16 56	18 3 23	18 3	16 36 49	16 35
28	17 57 7	17 57	19 2 58	19 3	17 35 23	17 35
29	18 57 46	18 58	20 2 51	20 3	18 33 54	18 34
30	19 58 25	19 59	. . . . .	. . . .	19 32 25	19 33
31	20 59 4	20 59	. . . . .	. . . .	20 30 55	20 31

ções, como já atrás fizemos. Os números assim calculados em gráus, minutos e segundos foram inscritos nas colunas intituladas «Lugar do sol no ano de 1520, segundo Zacuto». A par de cada uma destas colunas mensais está a coluna correspondente com os lugares do sol dados no *Regimento* de Évora para o ano bissexto, em graus e minutos[1]. A comparação dia a dia entre as duas colunas de cada mês mostra que os lugares do sol do *Regimento* são os calculados segundo o *canon* de Zacuto para 1520, arredondados em minutos. As divergências mais sensíveis, que são apenas as que se notam nos dias 24, 25 e 26 de janeiro, 25 de fevereiro, 11 e 27 de março, facilmente se explicam por êrros tipográficos ou êrros de cópia nas tabelas de que o tipógrafo se serviu; é natural mesmo que nem sempre o cálculo fosse feito com o maior rigor.

A uma verificação análoga se pode proceder para os meses de abril, maio e junho, chegando-se à mesma conclusão. Foram pois calculados para o ano de 1520 os lugares do sol do primeiro semestre do ano bissexto do *Regimento*, e portanto tambêm os do *Livro de Marinharia* (pág. 79 e 80), que são os mesmos, àparte evidentes êrros de cópia em que abunda o calígrafo do códice original deste último livro [2], como vamos já ver num exemplo.

Passemos agora ao segundo semestre; ocupemo-nos do mês de julho. Na tabela junta está a coluna 1 com os lugares do sol calculados pelo *Almanach perpetuum* para o mês de julho de 1520, pela adição de 19′25″ aos números de julho da *Tabula quarta*. Na coluna 2 imediata estão os lugares de julho do ano bissexto do *Livro de Marinharia*,

---

[1] J. Bensaude, *L'astronomie nautique*, pág. 243.

[2] O Sr. Brito Rebelo diz que o calígrafo era pouco conhecedor dos assuntos que lhe incumbiram para copiar (pág. XLI da *Introducção*).

Dias do mês de julho	Lugares do sol — 1 — No ano de 1520, segundo Zacuto			2 — No anno bissexto do *Livro de Marinharia*, pág. 81		3 — No ano bissexto do *Regimento*	
	°	'	"	°	'	°	'
1	♋ 18	30	51	♋ 18	31	♋ 18	15
2	19	27	54	19	38	19	12
3	20	24	57	20	35	20	10
4	21	22	2	21	22	21	7
5	22	19	6	22	19	22	5
6	23	16	12	23	16	23	3
7	24	13	19	24	13	23	59
8	25	10	33	25	11	24	56
9	26	7	37	26	8	25	53
10	27	4	49	27	5	26	50
11	28	2	2	28	2	27	47
12	28	59	14	29	59	28	44
13	29	56	28	♌ 0	57	29	41
14	♌ 0	53	42	1	54	♌ 0	38
15	1	51	41	2	51	1	35
16	2	48	21	3	48	2	33
17	3	45	40	4	46	3	30
18	4	43	1	5	43	4	28
19	5	40	23	6	40	5	25
20	6	37	44	7	38	6	23
21	7	35	10	8	35	7	21
22	8	32	38	9	33	8	18
23	9	30	6	10	30	9	17
24	10	27	34	11	28	10	14
25	11	25	3	12	25	11	12
26	12	22	32	13	23	12	9
27	13	20	3	14	20	13	6
28	14	17	24	15	18	14	3
29	15	15	6	16	15	15	0
30	16	12	39	17	13	15	57
31	17	10	12	17	10	16	55

pág. 81, que assim se vê serem os da primeira coluna arredondados em minutos, relevando os êrros de cópia do calígrafo do códice original. Como os números indicativos dos graus vão em geral, dia a dia, aumentando de uma unidade, na sucessão natural, o copista do *Livro de Marinharia,* ao passar do dia 11 para o dia 12 do mês, em vez de repetir o número 28, como se vê nos graus da coluna 1, passou de 28 para 29, e continuou êste êrro de 1° a mais até ao dia 30. Este êrro de cópia torna-se evidente na parte inferior da coluna, porque não é possivel estar o sol, no dia 30 de julho, em 17°13′ de *Leo,* e no dia 31, em 17°10′ do mesmo signo; para isso teria o sol de retrogradar na eclíptica. Temos pois de corrigir todos êstes lugares, subtraíndo-lhes 1°, desde 12 a 30 do mês. Nos números indicativos dos minutos há também êrros de cópia nos dias 2 e 3 da coluna 2, estando 38′ e 35′ em vez de 28′ e 25′; é influência do algarismo 3 do número 31′ do alto da coluna. Estas duas espécies de êrros de cópia são bem conhecidos de quem lida com tabelas numéricas. Feitas estas correcções, fica bem claro que os lugares do mês de julho do ano bissexto do *Livro de Marinharia* foram calculados, segundo o *canon* de Zacuto, para o ano de 1520. Os lugares porêm do mês de julho do *Regimento* [1], transcritos na coluna 3 da tabela, são muito diferentes; são relativos a um ano muito anterior, que parece ser o ano bissexto de 1484.

Á mesma conclusão se chega para os outros meses do segundo semestre. Mas se os lugares do sol na eclíptica são diferentes nas duas obras, as declinações são as mesmas; as declinações do *Regimento* continuam, nos meses de julho a dezembro, a ser as que se encontram no *Livro de Marinharia* para o ano bissexto do primeiro grupo de

[1] J. Bensaude, *L'astronomie nautique*, pág. 244.

tábuas Elas devem pois corresponder ao ano de 1520. A tabela seguinte mostra a verificação feita para os doze pri-

Dias do mês de julho	1 Lugar do sol no ano bissexto do *Livro de Marinharia* (pág. 81)	2 Declinação do sol calculada pela *Tabula declinationis* de Zacuto	3 Declinação no ano bissexto do *Regimento* de Évora	4 Variação diária
	° ′	° ′	° ′	′
1	♋ 18 31	22 15,9	22 16	8
2	19 28[1]	22 7,8	22 8	8
3	20 25[1]	21 59,3	22 0	9
4	21 22	21 50,7	21 51	9
5	22 19	21 41,8	21 42	10
6	23 16	21 32,3	21 32	9
7	24 13	21 22,6	21 23	11
8	25 11	21 12,0	21 12	11
9	26 8	21 1,4	21 1	9
10	27 5	20 50,0	20 52[2]	7
11	28 2	20 38,6	20 45	18
12	28[1] 59	20 27,2	20 27	..

meiros dias do mês de julho. Na coluna 1 estão o lugares do sol transcritos do *Livro de Marinharia,* pág. 81, que se referem, como já vimos, ao ano de 1520. A coluna 2 contêm as declinações que se deduzem, por interpolação, da

[1] Na coluna 1 fizeram-se as emendas atrás indicadas: em vez de 38′ e 35′ dos dias 2 e 3 pôs-se 28′ e 25′, e em vez de 29° pôs-se 28° no dia 12. Estas correcções são aliás evidentes ao primeiro olhar.

[2] Os números da coluna 3 são os mesmos que se lêem no *Livro de Marinharia*, pág. 63, com a diferença apenas de estarem lá 50′ no dia 10, e não 52′.

Tabula declinationis do *Almanach perpetuum* (pág. 41), entrando nela com os números da coluna 1. A coluna 3 mostra que as declinações do ano bissexto do *Regimento* são as da coluna 2 arredondadas em minutos inteiros, com excepção da do dia 3, que está arredondada em graus. Nota-se divergência nos dias 10 e 11, grande principalmente no dia 11, onde está 45′ em vez de 39′, mas aqui há êrro evidente nos números do *Regimento,* como mostra a coluna 4, onde inscrevêmos as diferenças de declinação de dia para dia. As variações diárias vão mudando lentamente, como deve ser, mas na parte inferior da coluna há um decrescimento de 9 para 7, e em seguida um salto de 7 para 18, sinal evidente de êrro grande.

A análise, que acabamos de fazer, leva pois ao resultado seguinte. As tábuas do *Livro de Marinharia* foram calculadas para o quadriénio de 1517 a 1520. Para o mesmo quadriénio foram calculadas os tábuas do *Regimento* de Évora, com excepção dos lugares do sol do segundo semestre do ano bissexto, que são relativos a um ano anterior (1484?). Deparamos aqui com uma anomalia, pois nestes seis meses as declinações correspondem ao ano de 1520, enquanto os lugares do sol são os de um ano muito diferente, aparecendo assim como um vestígio de tábua mais antiga. Qualquer que seja a explicação deste facto, é certo que era da declinação do sol em cada dia que os marinheiros precisavam para, combinando-a com a altura meridiana do sol, segundo as regras do «Regimento da altura do polo», terem a latitude geográfica do lugar em que se achavam; da posição do sol na eclíptica bastava-lhes apenas saber se êle estava ao norte ou ao sul do equador. Era pois necessário, para o uso náutico, que as tábuas de declinação fossem sendo sucessivamente renovadas no decorrer do tempo; as tábuas dos lugares do sol não tinham a mesma importância, podendo mesmo dispensar-se a bordo das naus. Assim na *Arte del marear* de Faleiro encon-

tram-se apenas as tábuas de declinação, que foram calculadas pelo *Almanach perpetuum* para os anos de 1529, 1530, 1531 e 1532, segundo julgamos [1]. O calculador, quando no seu gabinete se servia das tábuas de Zacuto, é que tinha primeiro de estabelecer os lugares do sol nos anos para que queria calcular as declinações. Aos marinheiros importavam principalmente estas últimas.

O facto de terem sido calculadas para o quadriénio de 1517 a 1520 as tábuas de declinação do *Regimento* de Évora vem lançar luz sôbre a data da sua impressão. A obra deve ter sido publicada no ano de 1517. As tábuas de declinação solar que se encontram no fim do *Tratado da Sphera* de Pedro Nunes são relativas ao quadriénio de 1537 a 1540, e o livro foi impresso em 1537. Noutras obras sucede que o ano da impressão é posterior ao primeiro das tábuas; mas devem então ter intervindo motivos que retardassem a sua publicação. Parece porêm que tal não sucedeu no nosso caso.

Como no *Reportorio dos tempos* de Valentim Fernandes se copia o texto do *Regimento* de Évora, o Sr. J. Bensaude [2] inclina-se a crêr que esta última obra foi editada antes de 1518, deixando esta sua opinião ainda dependente do exame da edição de 1518 [3] do *Reportorio*, a mais antiga

---

[1] *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. II, 1915, pág. 231.

[2] J. Bensaude, *Astronomie Nautique*, págs. 172 e 173

[3] No *Catálogo da Livraria de J. M. Nepomuceno*, Lisboa, 1897, págs. 87 e 88, vem anunciado um exemplar do *Reportorio dos tempos* de Valentim Fernandes, com a «declinação do sol cõ seu régimẽto» entre outras coisas, e no qual «cada tauoa contem as cõjunções & oposições que sam as luũas nouas & cheas em cada huũ mes. dia. hora. ponto signo & graao do signo. Começando *no presente anno* de mil & quinhentos & dez & oyto (1518) & duram xxxij annos...».

a que ha referências e que ele não pôde vêr. Nos diferentes exemplares do *Reportorio dos tempos*, que temos podido consultar, temos verificado [1] que as declinações, que se lêem no calendário, são as mesmas do ano bissexto do *Regimento* de Evora. Estas declinações continuam inalteráveis nas edições sucessivas; assim ainda na edição de 1570 do *Reportorio*, que existe na Biblioteca Nacional de Lisboa, se continuam a ler as declinações do sol calculadas para o ano de 1520. É natural que esta transcrição da tábua do anno bissexto do *Regimento* venha desde a primeira edição.

As nossas considerações sôbre a época das tabelas, juntas àquelas que o Sr. J. Bensaude deriva da comparação das duas obras, parecem-nos levar ao estabelecimento do ano de 1517 para data da publicação do *Regimento* de Évora.

O que deixamos dito a respeito da influência do *Almanach perpetuum* sôbre as tábuas náuticas portuguesas tem apenas por fim chamar sôbre o assunto a atenção das pessoas que por ele se possam interessar e disponham de mais tempo que nós, para melhor o poderem estudar. Assim se esclarecerá êste ponto da nossa história náutica. As nossas tábuas deixarão de ser um agregado de números sem lei conhecida. Determinar-se-ha a época para que foram calculadas, ficando-se a saber tambêm quais as efemérides usadas e os *cánones* de cálculo aplicados, isto é,

---

[1] Assim verificamos no exemplar da Biblioteca de Évora, que é de 1528. Nele se lê: «Cada tauoa contem as conjunçoões & oposições que sam as lũas nouas & cheas em cada hũ mes: dia: hora: pũto: signo: & grao do signo. Começando no *presente anno* de mil & quinhentos & veynte & oyto annos & duram *xxij* annos» (fl *fi* v.). Ao *Reportorio* de Évora faltam as últimas páginas, que estão substituidas por páginas manuscritas, copiadas da edição de 1552.

a sciencia astronómica utilisada para uso dos nossos navegantes, quando iam

> «abrindo aquelles mares
> Que geraçam algũa nam abrio».

Coimbra, outubro de 1915.

Luciano Pereira da Silva.

TEORIA DA HISTÓRIA DA CIVILISAÇÃO MILITAR

(Continuação da pág. 642 do vol. IX)

* O período, que se pode talvez chamar contemporâneo, começa por meiado do século passado e alcança até os nossos dias. Caracterizam-no em Portugal o aparecimento de obras sôbre todos os ramos dos conhecimentos militares e a criação e desenvolvimento da imprensa militar.

A história militar tem os seus cultores principais em Soriano, notável pela abundância de documentos com que enriqueceu a sua *Historia da Guerra da Peninsula*, parte de outra sua obra de mais vulto; em Claudio de Chaby, compilador dos *Documentos enviados ao extincto Conselho de Guerra* e autor dos *Excerptos Historicos da Guerra da Peninsula e do Roussillon*; em Valdez, autor do *Almanack Militar de 1810*; em Gouveia Pinto, a quem se deve a *Memoria Estatistico-Militar*; em Pinheiro Chagas, o ilustre oficial que cultivou quási todos os géneros literários, não esquecendo a *Historia Militar*; em Latino Coelho, o estilista impecável que nos legou a *Historia Politica e Militar de Portugal*, desde os fins do século XVIII até o começo do século XIX; em João Manuel Cordeiro, com os seus *Subsidios para a Historia da Artilharia Portuguesa*; em Martins de Carvalho, autor do *Diccionario Bibliographico Militar* e da *Historia dos Regimentos de Infantaria*;

em Taveira de Magalhães, que estudou magistralmente a *Campanha do Marechal Soult em Portugal;* em Vitoriano J. César autor, entre outras obras, dos *Estudos da Historia Militar;* em Fernando Maia com a *Historia do Collegio Militar* e o *Marquez de Alorna,* e em muitos outros [1].

Na pedagogia notabiliza-se principalmente Sebastião Teles, com a *Introducção ao estudo dos conhecimentos militares;* na didática, àlêm de outros muitos lentes da Escola do Exército, com a publicação de tratados sôbre a matéria das cadeiras a seu cargo. A tática, a estratégia, a orgânica, a balística, a topografia, a geografia e a história militares, o fabrico de material, a fortificação, etc., teem igualmente seus cultores devotados que se salientam, quer escrevendo livros notáveis, quer colaborando na imprensa militar, de que são representantes dignos de menção, a *Revista Militar,* fundada em 1857 por Fontes Pereira de Mello e outros distintos oficiais, e que hoje conta publicados 57 volumes que formam riquissimo repositório de estudos da maior variedade, o *Exercito Portuguez*, a *Revista das Sciencias Militares,* a *Revista do Exercito e da Armada,* as *Revistas de Artilharia, de Infantaria, de Medicina Militar*, e ainda outras. *

*
* *

Referir-me-ei ainda a outro benefício que se deve aos progressos da civilisação no século XIX: é a modificação

---

[1] Já hoje podemos acrescentar a esta lista o nome do prestigioso escritor militar o sr. tenente coronel de artelharia José Justino Teixeira Botelho, que passa a ocupar um lugar de honra, distintíssimo, entre os escritores militares portugueses com o livro *Historia Popular da Guerra Peninsular,* que acaba de sair do prelo, e ao qual foi conferido pela comissão da Guerra Peninsular o primeiro premio.

humanitária das regras que regem o direito internacional e que tem por fim a confraternisação das nações para proteger os povos mais fracos contra a tirania dos mais fortes, e prevenir as guerras ou, pelo menos, abreviar-lhes a duração ou melhorar-lhes os resultados funestos proíbindo uns certos engenhos mortíferos (o que, infelizmente, se não tem conseguido tanto quanto se desejava), protegendo e socorrendo os feridos e os doentes, etc. Tal tem querido ser, pelo menos, o resultado de muitos congressos reunidos e animados por êsses princípios de humanidade e de justiça.

O princípio da justiça como base do direito internacional foi estabelecido no século XVIII, e não poude ainda converter-se em facto; mas com a Revolução franceza abre-se realmente um horisonte novo, e o século XIX representa nas relações dos povos e nas garantias dos seus direitos um grande progresso. O congresso de Viana de 1815, completando a obra preparatória do *Tratado de Paris* de 1814, é confirmado pelo tratado de Paris de 1815 e pela declaração de 16 de abril do mesmo ano, e entre as conquistas que representa conta-se a abolição do tráfico dos negros e a livre navegação dos rios internacionais. Ao princípio do direito da intervenção que crearam a *pentarquia* e depois a *exarquia,* num desejo de aliança perpétua entre os mais fortes, para se imporem aos mais fracos, princípio que aliás se robustece no século XIX, vem o *princípio das nacionalidades,* em que se atende às aspirações dos povos, e que deu a independência à Grécia, separou a Bélgica da Holanda etc. Em 1856, em seguida à guerra da Crimea, o célebre *Tratado de Paris,* de 30 de março, representa um marco miliário luminoso, e como que a consolidação de princípios que estavam na aspiração de todos: — a abolição do corso, a fixação das regras que regulam a navegação e o comércio dos neutros, a efectividade do bloqueio, a livre navegação do Danubio e do comércio do mar negro, e o preceito de

que a nenhuma potência cabe o direito de intervir nos negócios internos dos outros países, tendo de se apelar para a mediação antes do recurso das armas.

Em 1864 a convenção de Genebra estabelece medidas altamente humanitárias com respeito aos feridos e doentes; a convenção de S. Petersburgo proíbe o emprêgo dos explosivos e a conferência de Bruxelas fixa as leis da guerra. Em 1878, em conseqüência da guerra turco-russo, o congresso de Berlim de 13 de julho dá a independência e a autonomia à Servia, à Roumania e à Bulgaria, satisfazendo as aspirações destes pequenos estados da península dos Balkans. E, finalmente, o acto geral de 26 de fevereiro de 1885, aplicando os princípios de direito internacional moderno aos povos da África, e o de 2 de julho de 1890, tornado efectivo em 1892, e que abule a escravatura, representam passos decisivos no sentido de estreitar entre os diversos povos e famílias humanas — *inter gentes* — laços que os unifiquem e os consolidem, perante um superior princípio de humanidade e de justiça.

Para isso vem juntar-se aos grandes tratados de interesse universal os diversos convénios de interesse secundário, mas de alta importância, que tem chamado a China, o Japão, a Pérsia, o Zanzibar e o Sião ao comércio europeu, e as múltiplas convenções que de país para país se estabelecem relativas à unificação da moeda, ao sistêma métrico, aos meios de transporte, aos correios, aos telégrafos, à extradição, á polícia sanitária, à propriedade literária, industrial ou artística, representando «um movimento natural que se opera para estreitar os laços dos diversos membros da família humana».

Desaparece o que se costumava chamar *Direito internacional europeu*. Na antiguidade as relações entre os povos eram de vencedores para vencidos, de dominantes para dominados; na idade média já encontramos a igualdade entre os povos cristãos; com as conquistas e as descober-

tas começam as relações entre os povos europeus e os do oriente, mas em condições de puro interesse comercial ou militar; com a constituìção dos florescentes estados da América que, embora herdeiros e continuadores do espírito europeu, criaram uma individualidade própria, já a qualificação de direito internacional europeu representava uma latitude maior do que lhe pertencia; hoje que os princípios dêste direito são, ou devem ser, aplicados até aos povos incultos, embora com naturais e indispensáveis restricções, não é só à Europa, nem apenas às nações ou povos de origem europeia, mas à humanidade inteira, que aproveitam as salutares conquistas da civilisação neste particular, e sôbre elas se baseia todo o moderno *direito da guerra*.

*
* *

Ainda hoje se dão abusos revoltantes contra os princípios assim estabelecidos, tal como o emprego da bala *dum dum* feito, por exemplo, pelos ingleses contra os orientaes e africanos, e da bala *Berthon n.º* IV contra os boers, da qual diz o Dr. Salle que quando toca nas carnes «abre como uma tulipa, e na sua espantosa rotação tritura e arrasta as carnes, os músculos e os ossos» [1], e agora, ao que afirmam, pelos alemães na presente guerra; mas gerais protestos se levantaram contra êsses abusos. O congresso da Haia condenou e poz em evidência a necessidade de serem revistas as decisões da conferencia de S. Petersburgo que não previu os progressos extraordinários do armamento no último quartel do século passado, e muito menos o emprêgo dessas balas e dos gazes asfixiantes que estão presentemente sendo empregados.

---

[1] *Las balles humanitaires et leurs blesures*, par le Dr. Salle.

Apezar de todos os humanitários princípios que no congresso da Haia (1899) tiveram a sancção teórica dos representantes das potências, os factos põem bem em evidência que a idéa de um código de direito internacional, que possa garantir os direitos do mais fraco perante a vontade da mais forte, está bem longe da realidade, se é que alguma vez a terá! A vontade da Inglaterra, em nome dos seus interêsses, esmagou os estados sul-africanos de Orange e do Transval; as potências crusaram os braços deante da flagrante injustiça contra a qual, aliás, a opinião pública se levantou, em todas elas; e ao mesmo tempo essas mesmas potências, indo à frente a Rússia das utopias do desarmamento e da paz geral, ligavam-se para impôr à China pelas armas, o que a China, abroquelada nas muralhas das suas tradições, não quizera receber da acção persistente dos políticos, dos comerciantes, e dos missionários europeus; e agora assistimos às violências inauditas praticadas pela Alemanha contra a Bélgica, que está honrando o pacto da neutralidade que solenemente assinára.

E o que se está passando neste momento na guerra que vai travada na Europa, enche de justo espanto a humanidade!

Não é só violada a neutralidade, a cujo abrigo se supunham a Bélgica e o grão ducado de Luxemburgo, mas está provado que os alemães se serviram ao princípio da guerra das balas *dum dum,* o que mostra evidentemente que violaram o princípio fundamental consignado no artigo 22.º da Conferência de Haia, de como «os beligerantes não tinham direito quanto à escolha dos meios de prejudicar o inimigo», sendo êste princípio considerado como fundamental no direito da guerra no presente século.

As conferências de S. Petersburgo e da Haia proíbiram o emprego de balas «que se expandem ou se achatam facilmente no corpo humano», como também de projeteis

ou materiais próprios para causar males superfluos ou que tiverem por fim único derramar gazes asfixiantes ou delectérios; no entanto é sabido o emprêgo feito na presente guerra de qualquer dêstes meios perniciosos e condenados. Do mesmo modo foi expressamente proíbido o emprêgo de bombardeamento ou ataque de lugares e povoações abertas, e mesmo, sem prévio aviso, de lugares fortificados. De nada disso, aliás bem expresso nos tratados internacionais, se está fazendo atualmente caso!

IX

Século XX

Abre o século XX, se pode dizer, com uma tremenda guerra, a mais temerosa que ainda tem ensanguentado a humanidade, guerra que dura há mais de um ano, e que traz empenhadas quási todas as nações da Europa, e o Japão na Ásia.

É ainda cedo para se julgar do termo e consequências desta guerra, em que por um lado lutam a França, e Bélgica, a Itália, a Sérvia e a Rússia, não falando da acção do Japão, e por outro a Alemanha, a Austria-Hungria, a Turquia, e a Bulgária, — não sendo muito para espantar que em breve vejamos nela envolvidas as outras nações do centro da Europa, e, por ventura, quem sabe? a Espanha e Portugal. Tudo depende do caminho que as cousas tomarem.

Por hora vê-se que, emquanto só uma parte, relativamente pequena, da Alsácia está na posse da França, e outra da Austria na posse dos italianos, os seus adversários tomaram conta de quási toda a Bélgica, de um terço da França, de uma grande extensão da Rússia e de quási

toda a Sérvia, tornando assim difícil, embora não impossível, a reivindicação dêstes territórios.

Nunca uma guerra tão mortífera e tão medonha ensanguentou a humanidade: nem na Edade Média, quando os chamados bárbaros invadiram a Europa e os hunos e mogois a inundaram em massa; nem nas guerras dos Cem Annos ou dos Trinta Anos; nem nas invasões hespanholas do século XVI; nem nas tremendas guerras em que Napoleão invadiu o mundo; nem na luta franco-prussiana de 1870; nem na guerra no Oriente, entre a Rússia e o Japão. Nunca se sacrificaram tantas vidas, se puzeram em choque tantos interesses, se ensanguentou o solo de tantos paízes, numa luta tão duradora, tão obstinada, tão medonha! Paraliza-se o comércio, fecham-se fábricas, suspende-se em caminhos de ferro o trânsito quotidiano, destinando-os só quási aos transportes de guerra; os portos paralizam-se, imobilizando os transportes maritimos; todos os homens válidos, na flôr da idade, alistam-se para ír morrer ou estriparem-se na guerra; as despesas a que esta obriga as nações beligerantes são tremendas, não se poupando a elas, por cautela, as nações que não estão por emquanto em luta! E, fenómeno singular, que a Alemanha põe em evidência: — os homens que combatem na fronteira ocidental, na Bélgica ou na França, são rápidamente transportados à fronteira oriental, para àlêm do Vistula, numa mobilização pronta, sábiamente preparada!

E não só na Europa se trava a guerra tremenda, mas quer-se alastrar pelo mundo, tendo-se já travado lutas na Ásia entre os japoneses e os alemães, e na África entre estes por um lado, e os ingleses e portugueses por outro, para não falarmos na guerra já travada, e na que ameaça travar-se, entre os ingleses e os turcos, auxilíados pelos alemães, em volta do canal de Suez.

A situação tensa da Bosnia e Herzegovina, anexadas, contra a vontade dos seus habitantes, à Austria, como a

Alsácia e Lorena à Alemanha, deu em resultado o assassínio do arquiduque Francisco Fernando e da arquiduquesa em Serajevo, em 28 de junho de 1914, considerado como era o arquiduque como sendo a causa principal da anexação ao império austríaco daqueles dois paízes, sérvios pela sua origem, e desejosos veementemente da sua união à Sérvia.

Com efeito, o casamento de Francisco Fernando, contra a vontade de toda a côrte austríaca, com a antiga condessa Sophia de Choteck, havia modificado nesse príncipe a sua antiga maneira de ser, reservada e taciturna. A condessa Choteck soubera, a pouco e pouco, conquistar o imperador e a côrte; e tendo casado com a declaração oficial de que nunca seria considerada como arquiduqueza, nem seus filhos serem arquiduques, chegara, a pouco e pouco, a ser elevada à princesa e condessa de Hohenberg, conseguindo passar adiante das arquiduquezas nas ceremónias da côrte, e, finalmente, recebida, com todas as honras de herdeira do trono, por Guilherme II, numa vizita à côrte de Berlin.

Estava ganha a partida; e à sua influência decisiva sôbre o marido se atribuía a transformação neste operada, ao ponto de se interessar vivamente pelas cousas do império, mostrando vivos propósitos de o engrandecer com conquistas novas, e sendo a causa principal da anexação da Bosnia e Herzegovina. Daqui os ódios suscitados nestes paízes, dando como final resultado a tragédia de Serajevo, baseada, em parte, na aversão do príncipe a tudo que não era católico, ao ponto de se negar a tratar com os ministros da Hungria por não serem daquela religião. Era decisiva nele a influência dos jesuitas, que haviam contribuido poderosamente para o seu casamento com a condessa de Choteck e para a elevação desta na côrte imperial de Austria. Atribue-se a sua aversão à Sérvia à origem slava, ao espírito revolucionário e à religião protestante desta nação.

As imposições feitas, com o carácter de *ultimatum,* no praso de 48 horas, pela Austria à Sérvia, eram tão duras e tão humilhantes que não puderam ser todas aceites, apezar da atitude do govêrno sérvio, disposto a ceder a tudo, menos ao que ferisse a dignidade do paíz, como eram as duras exigências de serem separados do serviço todos os oficiais e funcionários civis que alguma vez se tivessem expressado contra os govêrnos austro-hungaros, inimigos da sua raça, e a intervenção de delegados austríacos na vida interna da Sérvia, sendo perseguidos todos aqueles que se tivessem mostrado desafectos ao império, pelo que haviam dito, durante os últimos dez anos, a favor do engrandecimento do seu paíz.

No dia 23 de julho de 1914 era apresentada à Sérvia pelo govêrno austríaco a nota cominatória, e a 24 era ela comunicada aos govêrnos da França, Alemanha, Inglaterra, Rússia, Itália e Turquia. O primeiro govêrno a quem a nota foi apresentada era o de París, e nessa mesma tarde o embaixador alemão lhe levava tambêm uma nota do seu govêrno, aprovando a atitude austro-húngara, e dizendo que «se uma terceira potência intentasse intervir na discussão, que devia ficar limitada entre a Austria e a Sérvia, poderia daí resultar uma grave tensão entre os dois grupos de potências europeias». Compreende-se o efeito produzido por esta declaração quando conhecida do público. A atitude da Alemanha, que queria a guerra a todo o transe, era manifesta, e clara ficou depois, quando a Austria, que pretendia entrar em negociações, foi arrastada por aquela potência. Em todo o caso as duas grandes potências apresentaram-se juntas. A ameaça da Alemanha à Rússia pretendia anular o auxilio desta potência ao povo slavo, seu irmão, da Sérvia; a Austria, aniquilando êste povo pretendia definir a sua supremacia, fazendo-o desaparecer.

A Inglaterra esforçava-se por obter uma solução satisfatória.

O movimento parecia mau para uma conflagração europeia, inevitável, se os dois impérios pretendessem realizar as suas ideias. Na Rússia tinham rebentado temerosas greves operárias; a França estava, por assim dizer, sem chefe que pudesse decidir de momento sôbre o conflito, porquanto o presidente da república, Poincaré, achava-se de vizita na Rússia e o processo de madame Caillaux, que assassinara Calmette, director do *Fígaro,* trazia a opinião dividida e agitada; na Inglaterra estava iminente uma guerra civil, pela questão do Ulster. Felizmente, perante a ameaça da guerra na Europa, todas as dissensões intestinas desaparecem, e a ausência de Poincaré não ilaqueou a acção francesa.

O prazo de 48 horas dado pela Austria à Sérvia para responder ao seu *ultimatum* não foi prorogado, apezar do pedido da Rússia; as instâncias do czar da Rússia junto a seu primo o imperador da Alemanha a favor duma solução aceitável pela Sérvia encontraram decisiva resistência da parte do soberano aliado da Austria, e mais empenhado do que êste na guerra. A resposta da Sérvia à Austria, apezar de muito digna, guardando apenas intacta a dignidade do paíz, não foi aceite: ela negava-se apenas a que juízes e polícias austríacos entrassem na Sérvia para instaurar processos e julgar os naturais do paíz. Não podia ser maís cordata, nem mais própria da dignidade de um povo tal contestação. Apelava para a arbitragem do tribunal da Haia, o que evidentemente não podia convir aos propósitos guerreiros dos dois impérios. Romperam-se pois definitivamente as relações entre a Austria e a Sérvia, arrastando fatalmente a guerra.

A ausência de Berlin, propositada ou não, do kaiser, que se achava no seu *yatht* nas costas da Suécia, dava aparências dêle não ser o instigador da guerra; estes são também os protestos de toda a Alemanha; mas o facto é que, desde longos anos, para a guerra se preparava a

Alemanha, sendo aproveitado, hábilmente, êste ensejo, no propósito de realizar o sonho dourado manifestado no hino nacional alemão: — *A Allemanha acima do mundo inteiro!* As manifestações populares em Berlin, antes mesmo de se declarar oficialmente o conflito com a Alemanha, são disso uma prova eloquente.

Uma conferência diplomática, proposta pela Inglaterra, e composta desta nação, da França e da Itália, que a aceitaram imediatamente, afim de vêr se conciliavam a Rússia e a Austria, era uma utopia ingleza! A atitude da Alemanha era clara, apezar de todos os seus disfarces; nela se apoiava a Austria, que doutro modo, moderaria os seus ímpetos. Da parte da Rússia havia o natural desejo de valer à Sérvia com quem se achava ligada pelo sangue e pela história; — na Austria e principalmente na Alemanha, que para os seus fins se valia e instigava a sua aliada, era claro o propósito de esmagar a Sérvia, com os consequentes efeitos da guerra europeia. E a multidão em Berlin, que, no momento em que isto escrevemos, dizem que começa já a clamar e se agita pela paz, ía então manifestar-se, ruidosamente, pela guerra, em frente da estátua de Bismarck.

A guerra entre a Austria ó a Sérvia começou a 29 de julho de 1914; quatro monitores austríacos começaram a bombardear vigorosamente Belgrado. Nesse mesmo dia mobilizaram-se 14 corpos de exército russo, na fôrça de 700 mil homens, sem que a Rússia, porêm, cessasse as suas diligências a favor da paz, por intermédio do seu embaixador em Vienna, auxiliado pela diplomacia europeia. Mas a declaração da guerra à Sérvia fôra um acto premeditado da parte da Áustria, apenas tivera conhecimento da proposta de mediação de Eduard Grey, e inutilizava todas as boas intensões pacíficas das potências. O apêlo para a negociação directa entre S. Petersburgo e Vienna não colhia efeito; a atitude do imperador da Alemanha era

clara, pela sua pacividade aparente, quando na sua mão estava fazer pender a balança no sentido pacífico!

Foi então que começaram a perder-se todas as esperanças. Emquanto a Alemanha continuava a mobilizar-se, a França dava ordem para mobilização; a Bélgica punha em pé de guerra as fortificações de Liège e Namur, e convocava as classes de 1912, 1911 e 1910 do seu exército, para prevenir qualquer ataque à sua neutralidade, preparando uma concentração de mais de 100 mil homens; a Inglaterra mandava concentrar em Malta a sua esquadra do Mediterrâneo, e saía de Postdam, com rumo desconhecido, a primeira esquadra de *dreadnoughts*.

O *ukase* russo, decretando a mobilização das fôrças na fronteira confinante com a Áustria, levou o embaixador da Alemanha em S. Petersburgo a perguntar, em nome do seu govêrno, com o carácter de *ultimatum*, qual era o fim da mobilização russa; se era dirigida contra a Áustria, e se a Rússia estava disposta a ordenar que tal mobilização cessasse. A resposta da Rússia foi que essa mobilização era apenas na fronteira austríaca, e não podia cessar; mas que nada tinha que vêr com a Alemanha.

É claro que isto não podia satisfazer a Alemanha, que imediatamente declarou a guerra à Rússia, a pretexto de que esta estava tambêm mobilizando as suas forças na fronteira alemã. Ao mesmo tempo a França, sem dar ainda ordem de mobilização, mandou concentrar tropas de cobertura na fronteira, afim de impedir um golpe de mão; e foram tomadas outras importantes medidas preventivas. A Bélgica tambêm tomou precauções. Todos compreendiam as intenções da Alemanha, que concentrara vários corpos do exército ao leste de Metz e de Thionville e armara as praças fortes limitrofes com a França.

Os telegramas trocados com o czar da Rússia, que solicitava a interferência do kaiser a favor da Sérvia, e êste soberano são a prova cabal de que a atitude do czar no

conflito tinha por fim impedir o auxílio russo a favor do pequeno país, assim jogado aos dados! Daí o protesto alegado pela Alemanha de haver a Rússia mobilizado as suas tropas também na fronteira alemã. Igual pretexto serviu à Alemanha para invadir o Luxemburgo e a Bélgica, alegando a respeito desta que a Inglaterra e a França a queriam invadir, quando ambas essas nações tinham acabado de afirmar ao rei da Bélgica, segundo êle próprio declarou, o respeito absoluto pela neutralidade belga. O kaiser anciava por um pretexto para levar ávante a «guerra preventiva», que era de seu absoluto desejo.

A Alemanha não contava encontrar na sua frente também a Inglaterra; as aclamações da populaça de Berlim diante da embaixada inglesa e a confiança manifestada pelo govêrno alemão são disso prova bastante. Se as instâncias de Poincaré para que a Inglaterra se pronunciasse tivessem obtido resposta menos tardia, talvez a Alemanha reconsiderasse e guardasse para mais tarde a aventura da guerra. Mas na Inglaterra a opinião era contrária a aventuras guerreiras, e ali é a opinião quem governa. Não fosse o ataque da Alemanha à Bélgica, como meio de ferir mais de pronto a França, e a Inglaterra, que não fôra ainda assim tão directamente ameaçada, não teria intervindo; continuava na sua atitude espectante.

A 1 de agosto, pelas sete e meia da tarde, era declarada a guerra à Rússia pelo embaixador da Alemanha, em nome do seu govêrno. O dia 2 acordou com actos de mobilização geral na Rússia e na França.

Na Bélgica, em que no dia 3 se reuniram as Côrtes, havia sido declarada pelo presidente do conselho, barão de Bracqueville, a sua convicção de que o território belga não seria invadido; contudo, para o país se colocar à altura das circunstâncias, impostas pelos seus deveres de neutralidade, ía o rei assumir o comando das tropas, e ía ser convocada a guarda cívica para o serviço de guarnição nas localidades.

Foi quando a Inglaterra interrogou a Alemanha e a França sôbre as suas intenções com respeito à Bélgica, apressando-se a França a manifestar o seu respeito pela neutralidade garantida àquele país, e não respondendo à pergunta a Alemanha. A intenção desta tornava-se clara! Compreendeu-o a opinião inglesa, que começou a agitar-se, confessando o ministro Edward Grey que enorme êrro fôra a Inglaterra ter-se ficado indiferente em 1870.

A 2 de agosto chegavam a París notícias das hostilidades abertas pelos alemães nas fronteiras francesas; e todavia, emquanto estas notícias agitavam a opinião em París, o ministro alemão Schoen continuava a procurar o ministro dos estrangeiros francês, e parecia querer provocar contra si a opinião, o que obrigou o govêrno a adoptar medidas de vigilância e segurança; parece que o govêrno alemão não encontrava meio de se declarar diplomáticamente contra a França, contra a qual aliás as suas tropas haviam já aberto as hostilidades.

Também os embaixadores de Áustria continuavam em París e em S. Petersburgo. Parece que tinham por fim estes meios de justificar uma opressão, que obrigasse também a Itália a intervir. Mas a Itália apressou-se a definir a sua atitude, declarando no dia 2 de agosto que se manteria neutral, pois a guerra fôra aberta pela atitude da Áustria contra a Sérvia, e depois da Alemanha contra a Rússia, sendo bem claras as obrigações da Triple Aliança só para o caso de uma guerra defensiva.

Nesse mesmo dia, às 7 da tarde, era entregue pelo respectivo ministro a nota do govêrno alemão à Bélgica, em que se declarava que importantes massas francesas estavam reunidas na fronteira belga com o fim de a invadir por Givet e Namur, afim de avançar sôbre a Alemanha, por isso o govêrno alemão pedia ao belga que lhe respondesse no prazo de dôze horas se estava resolvido a deixar passar

as tropas alemãs pelo território belga. A resposta foi de que não tinha o menor fundamento a intensão da parte dos franceses, assegurada pelo seu govêrno à Inglaterra, de invadir a Bélgica, e que a dignidade belga se opunha a deixar violar o seu territórto pelas tropas alemãs. Isto tinha por consequência reunir-se à meia noite dêsse mesmo dia a esquadra inglesa à entrada do mar do Norte, e ser dada ordem de mobilização em Inglaterra a todos os homens de reserva da Armada com menos de 55 anos. O govêrno alemão no mesmo dia 2 de agosto dava ordem de mobilização às suas forças, quando ela começara de facto no dia 25 de julho, prova de que a guerra era coisa assente na opinião alemã.

Nos dias 1 e 2 de agosto, por exemplo, os alemães se tinham apoderado de Luxemburgo, por meio de automóveis cheios de oficiais e soldados, que no dia 1 se assenhorearam da estação telegráfica das Três Virgens, e no dia 2 quarenta e um automóveis cheios de oficiais e escoltados por um esquadrão de hulanos, entravam no território luxemburguês, ao mesmo tempo que três trens blindados conduziam dois regimentos de infantaria. De nada serviram nem os protestos do chefe do corpo de voluntários do Luxemburgo, em nome do seu govêrno, nem a atitude da joven duqueza Maria Adelaide (de sangue português, como a raínha da Bélgica) que, ao saber o seu território invadido, foi no seu automóvel fazê-lo atravessar na ponte Adolfo; de nada servindo tais protestos diante da vontade alemã, que dava por não existente o tratado de Londres de 1867, que declarou o grão ducado de Luxemburgo «um estado perpétuamente neutro sob a garantia dos governos da França, Áustria, Grã Bretanha, Prússia e Rússia», comprometendo-se as altas potências «a respeitar o princípio de neutralidade» por aquele tratado estipulado. Do mesmo modo que no que toca à Bélgica, o govêrno alemão tomava para a invasão do Luxemburgo

o pretexto, aliás cabalmente desmentido, de que a França enviara tropas para o invadir por ali.

A França, que não fortificara a sua fronteira nem do lado da Bélgica, nem no de Luxemburgo, como respeito aos tratados de neutralidade, viu-se por isso invadida por esses dois pontos, apenas foi quebrada pela Alemanha a resistência que a Bélgica lhe opôs; e foi a batalha do Marne, depois de hábeis manobras comandadas por Joffre, que evitaram a tomada de París, a cujas portas viu chegar o inimigo.

Os actos dos alemães na fronteira levaram o govêrno francês a pedir uma explicação ao embaixador daquêle país em París, que em nome do seu govêrno apresentou uma nota contra actos atribuídos a aviadores militares franceses que dizia terem operado sôbre território belga, e pedia os passaportes para êle e para o pessoal da legação. Vivian, presidente do conselho em França, respondeu contestando as afirmações gratuitas da nota, e provando que a agressão partira da Alemanha, pois que os seus destacamentos haviam penetrado em território francês, ao passo que o exército dêste país se mantivera a dez quilómetros da fronteira, afim de evitar conflitos antes de se declarar a guerra. E assim se retirou da França, com toda a segurança, o embaixador alemão, o que parece não haver sucedido ao embaixador francês na Alemanha.

A Inglaterra, com o seu rei à frente, esgotava todos os esforços por auxiliar os ventos adversos que sopravam rijos, e a Alemanha, que o não esperava, viu contra si a poderosa nação, que não soubera trazer para o seu lado, apezar das suas seduções e promessas, em que parecia confiar tanto. E no dia 3 de agosto definia-se bem claramente na câmara dos comuns a atitude da Inglaterra, havido o conhecimento da atitude da Alemanha contra a Bélgica, à qual dava o praso de dôze horas para responder se deixava ou não passar pelo território belga, contra a França, o exército alemão, com a ameaça de que seriam

tratados como inimigos no caso de recusa. A Inglaterra viu claramente que o acto não era únicamente contra a França, mas uma ameaça para ela própria, apezar da promessa de se manter a independência belga, depois de concluída a paz. Daí a declaração de Eduardo Grey no parlamento de como a marinha inglesa garantiria as costas da França contra a marinha alemã, e a Inglaterra manteria a neutralidade belga; o perigo que representava para a Inglaterra o vêr a Alemanha senhora da Bélgica vencia todas as relutâncias inglesas, que se não venceriam se o perigo fosse únicamente para a França. Daí o ser votado um crédito de 50 mil libras para a defesa nacional, e a garantia dada por Redmond, o *leader* irlandês, de que a Inglaterra podia tirar da Irlanda as suas tropas para as emprezas fora do país. A Inglaterra entrava também em guerra, a partir das 11 da noite de 4 de agosto, em vista da Alemanha se recusar a dar as seguranças da neutralidade belga ser respeitada, segundo fôra exigido por aquela potência, de se saber que a Alemanha dirigira ao ministro dos Negócios Estrangeiros belga uma nota em que dizia que o seu govêrno punha em execução, por meio das armas, as medidas que considerava indispensáveis, e de se saber que o território belga fôra violado em Gemmerich.

Sir E. Goschen, ministro inglês em Berlin, procurou na tarde do dia 4 de agosto o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Von Jagow, para lhe pedir em nome do seu govêrno que fosse respeitada a neutralidade belga, ao que o ministro alemão respondeu ser impossível, visto as tropas alemãs estarem já dentro da Bélgica desde essa manhã, e não ser possível ao govêrno alemão retroceder. Era para a Alemanha uma questão de vida ou de morte êste assunto, pois a invasão mais ao sul, pela fronteira franco-alemã, encontraria uma forte resistência, pelas poderosas fortalezas francesas ali estabelecidas, e obrigaria a perder tempo que seria aproveitado pelos russos para invadir a Alemanha;

a Alemanha tinha de proceder com a máxima rapidês, e estava ainda nas mãos da Inglaterra não acarretar consequências mais graves. Tendo o ministro inglês voltado à conferência, por ordem do seu govêrno, que o mandava retirar-se imediatamente, caso não fosse atendido, obteve em resposta que nada se podia fazer; e que a atitude da Inglaterra em querer sustentar a neutralidade belga, que era «uma palavra vã» um simples «pedaço de papel», a tornaria responsável por todos os acontecimentos futuros! Mais claro falou no Reichstag no mesmo dia 4 de agosto Bethmann-Hollweg quando disse que «a necessidade não reconhecia lei», e a Allemanha procedia por necessidade «contra o direito das gentes».

E assim se iniciou a tremenda guerra que vai travada na Europa e cujos episódios cedo é ainda para se contar!

O que se vê por emquanto é que as principais praças fortes da Bélgica, e quási todo o reino belga caíu nas mãos dos alemães, que a França vê ainda o inimigo de posse de uma parte do seu território, como também a Rússia e a Sérvia quási toda; que os franceses, os ingleses e os italianos por um lado, e por outro os russos, fazem frente, em extensões vastíssimas, aos alemães, austríacos e turcos; que a Sérvia desapareceu da face da terra, absorvida pelo poder austríaco; e que se não sabe ainda quando se porá termo à guerra, que no momento em que escrevemos, se pode dizer ainda começada, apesar dos tremendos resultados já colhidos.

O que espanta na presente guerra são os meios de que ela lança mão para a destruição do adversário. Não só as grandes massas de gente que de cada lado combate, não só os canhões de extraordinário alcance e as metralhadoras e espingardas aperfeiçoadas com que se luta de lado a lado, mas os moderníssimos ou os restaurados processos de guerra por meio de trincheiras abrigos, dos líquidos incendiários, da bomba de mão, da mina, e sobretudo da

navegação aérea e submarina, com que de surpreza e à falsa fé se leva a morte, não aos que combatem, mas a povoações inermes e a viajantes descuidados, que são surpreendidos pela morte quando menos o esperam!

É uma guerra tremenda, que está ainda no seu início, e que muitas surpresas nos reserva ainda!

Conclusão

Quanto fica dito prova em evidência os progressos que a arte da guerra tem realizado.

A constituição de enormes exércitos pelos modernos sistemas de recrutamento, e o aperfeiçoamento dos instrumentos de guerra, levaram, muito naturalmente, a modificar as antigas bases da organisação. Já não era admissível o princípio de Turenne de que um homem mal podia dirigir e comandar um exército de 50:000 homens. Êste número representa hoje uma fracção pequena do que pode realmente constituir um grande exército. Jà o génio de Napoleão, compreendendo essa necessidade, creava os corpos do exército.

De divisões, como grandes unidades de fôrça, temos notícia em França já dos anos de 1766 a 1770, mas a verdade é que só no tempo da república, pela necessidade de ordenar as grandes massas de gente posta em acção, é que se organizou definitivamente a divisão composta de fôrças proporcionais das diversas armas, a qual chegou muitas vezes a constar de 10:000 homens.

Uma unidade desta fôrça, que, ao par das suas qualidades orgânicas, tinha muitos defeitos, necessitava já de um comando dotado de grandes qualidades que denotam, só por si, um alto grau de progresso na arte da guerra. E, contudo, para o génio poderoso de Napoleão, que ía àlêm da sua época nas suas intuições maravilhosas, a divisão foi considerada uma unidade pequena. Os instru-

mentos da guerra, e com êles a área e poder de acção do homem de comando, ampliaram-se consideravelmente, e o que se afigurara impossível a Turenne, pareceu coisa mínima a Napoleão I, o qual quiz mostrar que uma mesma vontade, um mesmo comando supremo, podia abranger, numa área de centenas de léguas, um grande exército de um mihão de homens. Dêsses, 678:000 trabalhavam directamente sob as suas ordens imediatas, no teatro principal da guerra, enquanto que mais distante dêsse teatro, e com outros objectivos, operavam outros diversos exércitos, na fôrça de 100:000 a 350:000 homens cada um, sob comandos independentes, mas que não deixavam de receber ordens do imperador, no sentido da execução comum do plano geral. Só na Península ibérica Soult chegou a reunir perto de 350:000 homens.

Para isso creou Napoleão os corpos do exército, grandes e poderosas unidades com uma autonomia superior à das divisões, e que se reuniam e combinavam muitas vezes os seus movimentos no mesmo objectivo. Isso, que a genial intuição de um homem, que já tinha tantos recursos nos progressos materiais do seu tempo, se apresentou como que por efeito de uma visão, veiu a sciência realiza-lo numa extensão ainda maior, aplicando-se à arte da guerra as vantagens de rapidez e celeridade provindas dos progressos realizados na aplicação da electricidade, do vapor, da navegação aérea, etc. De modo que, com os elementos de execução que faltaram a Bonaparte, por maior que fosse a sua aptidão de dirigir e manejar os homens, tem-se modernamente conseguido mover exércitos de muito mais de um milhão de homens, sempre que se tem atendido aos preceitos da sciência, provando-se assim quanto o carácter da guerra moderna é positivo, matemático, scientífico por excelência. Assim os meios rápidos de que hoje se dispõe para a concentração de fôrças, seu abastecimento e transporte, para a transmissão das ordens, para a ligação dos exércitos de operação com as suas reservas, ampliando,

portanto, extraordináriamente os teatros de guerra, ligando com segurança nas mãos do chefe supremo os fios do comando, tudo isso faz com que se torne perfeitamente realizável o que ainda há um século se reputava impossível. Para êste resultado, porêm, necessário se torna e indispensável uma instrução grande no pessoal do exército, onde a iniciativa hoje pertence ao chefe das mais pequenas unidades, pelo facto da preponderância do fogo, como meio de acção, ter tornado necessária a ordem dispersa. Essa iniciativa, porêm, das pequenas unidades, subordinadas ao plano geral traçado pelo general em chefe, tem de se exercer por forma a representar pontos de fôrça no sentido da grande unidade geral.

A guerra torna-se, cada vez mais, uma luta de todo um povo ou muitos povos contra outro ou outros, pelo sistema das grandes massas empregadas desde o início da luta, obrigando assim a pôr desde logo em acção, por meio de um recrutamento rigoroso e cerrado, e de um sistema independente, mais intimamente relacionado, de mobilisação e de concentração, o maior número de elementos válidos de um país.

De quarenta ou cincoenta mil homens que constituiam um exército de operações no tempo de Gustavo Adolfo e de Turenne, vêmos já no tempo de Frederico II em acção um exército na fôrça de cem mil homens; vêmos Napoleão conduzindo ou dirigindo perto de um milhão de homens nos diversos teatros da guerra; em 1870 encontramos a enorme massa de quinhentos mil alemães, disciplinados, educados, armados por forma a operar inteligente, dextra e aguerridamente, na França ao ponto de a esmagar; e agora na luta que vai travada na Europa excedidos incomparávelmente esses números.

Em 1870, não logrou a França opôr ao seu adversário fôrças iguais áquelas com que êste se apresentava para lhe dar batalha; neste momento, porêm, a organização francesa, com o auxílio que lhes dá a Inglaterra, logra opôr à invasão alemã fôrças que teem sabido pôr um dique

eficaz à bravura inimiga. Então, como agora, a Alemanha não dispunha apenas do número, mas de uma educação e preparação militar notabilíssimas; e à França, que apezar da dispersão das suas fôrças, tinha a seu favor aquele preceito do Marquez de Pombal de que «para um homem ser posto fora de sua casa, até depois de morto, eram necessários quatro homens», à França faltava tudo em matéria de boa organização militar, comquanto lhe não faltasse «um único botão nas polainas do seu soldado».

Foi por desconhecer a complexidade dos serviços militares, por desprezar a sua organização metódica e esquecer que a sciência militar, cada vez mais exigente, requeria uma atenção cada vez maior no instrumento complicado da guerra, foi por se guiar mais pela cega confiança no valor do que pelos preceitos rigorosos da arte militar, que a Áustria e a França sofreram então tão tremendas derrotas. Ainda com respeito à Áustria se poderá dizer que foi surpreendida; mas a França em 1870, não! Tinha ao seu dispôr recursos admiráveis, foi ela própria que provocou a guerra, e, contudo, apresentou-se disseminada, enfraquecida, — parcelas desagregadas de um grande corpo, que, aliás, poderia ser poderoso e invencível, mas que eram dadas em holocausto a um inimigo que se lhe apresentava unido, compacto na rigidez que lhe dava a disciplina dos seus chefes e na fôrça que resultava da aplicação à guerra de todos os progressos scientíficos da época. Se já o exército de Luís XIV era o que vimos, ao constituir-se em organismo superior, pode-se calcular o que é o exército hoje, tendo ao seu serviço as indústrias, as artes, as sciências em um tão grande adiantamento!

A tremenda lição de 1870 foi salutar a todas as nações militares, a começar pela França, para trazer esse organismo no permanente estado de aperfeiçoamento hoje exigido pela guerra, como se está provando na presente guerra. Os progressos geralmente introduzidos foram: — a permanência dos corpos de exércitos organizados, o apuro nos

serviços de recrutamento, de mobilisação, de administração militar, de armamento; a remodelação dos serviços do estado maior, da artílheria, do material de guerra; o admirável progresso da guerra aérea e submarina; tudo baseado no fundamento essencialíssimo da educação do soldado e da competência do pessoal e dos quadros do exército.

Só no armamento que enorme progresso! A infantaria diminuindo os calibres da espingarda de repetição, com trajectórias rasas e cada vez um alcance maior; a artelharia reduzindo o calibre de campanha e aumentando a rapidez do tiro, e em alguns países a adopção de artelharia pezada para suprir a ineficacia das peças de campanha contra certos objectivos; a engenharia procurando contrabalançar o efeito do aperfeiçoamento da artelharia; os inventos terríveis da guerra no ar e debaixo das águas!

Cada guerra determina inovações e progressos em certos ramos da arte militar e mesmo das indústrias gerais, e a que vai travada neste momento é fertilíssima neste ponto. Se a guerra russo-japonesa foi cheia de ensinamentos em diversos ramos dos conhecimentos militares, — a fortificação, o armamento, a tática, os explosivos, a medicina em campanha e tantos outros —, a guerra actual é pródiga dêles!

Na guerra russo-japonesa a baioneta adquiriu na acção da infantaria os seus foros de arma por excelência, que os progressos do foro não lograram destronar. Na opinião do capitão russo Solovief, numa conferência realizada em S. Petersburgo logo após essa guerra, «não houve combate, por pouco importante que fosse, *sem trabalho à baioneta*», chegando as perdas por ela produzidas a ser «quási iguais às causadas pelo fogo de artelharia, apezar do desenvolvimento adquirido por esta».

Na actual guerra as vantagens tiradas da engenharia e os admiráveis efeitos produzidos pela artelharia chegam a assombrar!

---

[1] A. Ricci, *Introduzzione allo studio dell'arte militaire.* Turino, 1863.

O seguinte quadro sinótico de Ricci [1], embora sob o ponto de vista da classificação possa merecer reparos, dá-nos perfeita ideia da enciclopédia de conhecimentos, em todos os ramos do saber humano, que a complexa sciência da guerra hoje exige como indispensáveis subsídios:

Quadro sinóptico da sciência militar

Preparação da guerra

Preparação política

Preparação militar (organização dos exércitos)

Ramo	Objecto	Sciências
Pessoal	*Recrutamento*	*Sciências morais e sociais*
	Disposição	
	Govêrno: *instrução intelectual, técnica e moral*; *educação e disciplina*	
Material	*Artelharia e balistica*	*Sciências matemáticas e experimentais*
	Fortificação (parte técnica)	
	Arquitectura e engenharia militar	
	Meios sanitários	
	Abastecimento e equipamento	
	Hipologia	
	Transportes e comunicações	
Terreno	*Geografia militar*	
	Geodésia e topografia	
	Organização territorial	
	Fortificação (parte estratégica)	
Ramos comuns ao pessoal, ao material e ao terreno	*Administração*	*Sciências juridicas e económicas*
	Legislação militar	
	Estatistica	
	Mobilisação (parte dispositiva)	

Estudos estatístico-comparativos sôbre os exércitos antigos e modernos (abrangendo todo o quadro da preparação militar)

Conduta da guerra

Analisem-se os instrumentos complicados e perfeitos com que tudo isto joga, as operações difíceis e o grau de adiantamento que representa, e poder-se-há então fazer ideia da elevação e amplitude alcançadas pela sciência da guerra, e, como, portanto, a profissão militar se converteu na, porventura, mais difícil de quantas se conhecem.

O notável escritor hespanhol, dos mais lúcidos e talentosos tratadistas militares do vizinho reino, Villamartin, define a guerra como «o choque material dos elementos de dano e de defeza de que dispõem os poderes sociais, que se acham em oposição de interesses». Dado o poder extraordinário dêsses elementos e o grau de perfeição que atingiram, a guerra é hoje, menos do que nunca, esse «jôgo sangrento entre a fôrça e o azar», como a definiu Guizot, e passou a ser, cada vez mais, uma aplicação matemática e scientífica dos princípios estabelecidos pela sabedoria humana, e comprovados pela experiência, atravez do tempo e do espaço.

O sábio académico francês Visconde de Vogüé definiu a guerra moderna na seguinte luminosa antitese: — «La guerre nouvelle nous apparait aussi differente de l'ancienne qu'une épure de géometrie d'un tableau d'Horace Vernet» [1].

Christovam Ayres.

---

[1] Vic. de Vogüé, *Remarques sur l'Exposition du Centenaire.*

ÍNDICE DO VOLUME IX

Fascículo n.º 1 — Novembro e Dezembro, 1914

Fascículo n.º 2 — Janeiro a Julho, 1915

Fascículo n.º 3 — Agosto a Outubro, 1915

I — Estudos, documentos e notícias: